JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Camara Municipal de Cáceres 4
Camara Municipal de Canarana 5
Camara Municipal de Cláudia 6
Camara Municipal de Confresa 6
Camara Municipal de Terra Nova do Norte 6
Camara Municipal de Várzea Grande 7
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Guaporé 7
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto - CISVP 7
Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia 7
Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso – Coress/MT 7
Prefeitura Municipal de Acorizal 8
Prefeitura Municipal de Água Boa 8
Prefeitura Municipal de Alto Garças 9
Prefeitura Municipal de Alto Paraguai 9
Prefeitura Municipal de Alto Taquari 9
Prefeitura Municipal de Apiacás 13
Prefeitura Municipal de Araguainha 14
Prefeitura Municipal de Araputanga 15
Prefeitura Municipal de Arenápolis 16
Prefeitura Municipal de Aripuanã 16
Prefeitura Municipal de Barra do Bugres 16
Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia 22
Prefeitura Municipal de Cáceres 22
Prefeitura Municipal de Campinápolis 32
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis 35
Prefeitura Municipal de Campo Verde 38
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio 39
Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte 45
Prefeitura Municipal de Canarana 55
Prefeitura Municipal de Carlinda 56
Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães 58
Prefeitura Municipal de Cláudia 59
Prefeitura Municipal de Cocalinho 65
Prefeitura Municipal de Colíder 66
Prefeitura Municipal de Colniza 66
Prefeitura Municipal de Comodoro 75
Prefeitura Municipal de Confresa 76
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu 113
Prefeitura Municipal de Cuiabá 114
Prefeitura Municipal de Denise 115
Prefeitura Municipal de Diamantino 116
Prefeitura Municipal de Dom Aquino 153
Prefeitura Municipal de Feliz Natal 154
Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte 155
Prefeitura Municipal de Glória d´Oeste 159
Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte 161
Prefeitura Municipal de Itanhangá 162
Prefeitura Municipal de Itiquira 163
Prefeitura Municipal de Jaciara 167
Prefeitura Municipal de Jauru 167
Prefeitura Municipal de Juara 173
Prefeitura Municipal de Juscimeira 176

Prefeitura Municipal de Lambari d´Oeste 176
Prefeitura Municipal de Marcelândia 177
Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste 177
Prefeitura Municipal de Nobres 181
Prefeitura Municipal de Nortelândia 191
Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes 192
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia 193
Prefeitura Municipal de Nova Lacerda 195
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia 199
Prefeitura Municipal de Nova Maringá 207
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde 208
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré 213
Prefeitura Municipal de Nova Olímpia 229
Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã 230
Prefeitura Municipal de Nova Xavantina 231
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte 233
Prefeitura Municipal de Novo Mundo 236
Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio 236
Prefeitura Municipal de Paranatinga 237
Prefeitura Municipal de Pedra Preta 238
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo 239
Prefeitura Municipal de Poconé 239
Prefeitura Municipal de Ponte Branca 241
Prefeitura Municipal de Porto Esperidião 353
Prefeitura Municipal de Poxoréu 358
Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal 359
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira 359
Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho 360
Prefeitura Municipal de Rondolândia 361
Prefeitura Municipal de Rosário Oeste 363
Prefeitura Municipal de Salto do Céu 368
Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu 369
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato 371
Prefeitura Municipal de Santo Afonso 384
Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Leverger 387
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste 398
Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia 428
Prefeitura Municipal de São José do Povo 433
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro 433
Prefeitura Municipal de São José do Xingu 437
Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos 438
Prefeitura Municipal de Tabaporã 438
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 442
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte 448
Prefeitura Municipal de Tesouro 449
Prefeitura Municipal de Torixoréu 455
Prefeitura Municipal de União do Sul 455
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 456
Prefeitura Municipal de Vila Rica 462

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2019/2020

Presidente de Honra: Deputado Ondanir Bortolini (Nininho)

Presidente: Neurilan Fraga

Primeiro Vice-Presidente: Arnóbio Vieira De Andrade – Marcelândia

Segundo Vice-Presidente: Janailza Taveira Leite – São Felix Do Araguaia

Terceiro Vice-Presidente: Fabio Marcos Pereira De Farias – Canarana

Quarto Vice-Presidente: Noboru Tomiyoshi – Colíder

Quinto Vice-Presidente: Fabio Martins Junqueira – Tangará Da Serra

Secretário Geral: Jonas Rodrigues Da Silva –Aripuanã

Primeiro Secretário: : Francis Maris - Cáceres

Segundo Secretário: Valdécio Luiz Da Costa – Dom Aquin

Tesoureiro Geral: Marcos De Sá Fernandes Da Silva - Santa Cruz Do Xingu

Primeiro Tesoureiro: Adalto Jose Zago – Apiacás

Segundo Tesoureiro: Valter Kuhn – Terra Nova Do Norte

CONSELHO FISCAL

1. Gerson Rosa De Moraes – Pontal Do Araguaia
2. Joabe Almeida Dos Santos – Santo Afonso
3. Mariuza Augusta De Oliveira - Nova Brasilândia

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

1. Silmar De Souza Goncalves – Nossa Senhora Do Livramento
2. Leocir Hanel – Nobres
3. Eugênio Pelachim - Porto Estrela

Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Responsável pelo Jornal Oficial AMM
Noides Cenio da Silva - (65) 2123-1270

Entre em Contato: jornaloficial@amm.org.br (65) - 2123 - 1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
PORTARIA Nº 168/2019

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, *no uso de suas prerrogativas legais e regimentais,*

Considerando *o processo submetido ao Protocolo nº 1994, de 09 de agosto de 2019, deste Poder Legislativo Municipal.*

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR o Excelentíssimo Vereador **ROSINEI NEVES DA SILVA**, para, nos termos do art. 36,*in fine*; art. 37, *caput*, V; art. 42,*in fine*; e art. 50, *caput*, *Parágrafo único*, todos do Regimento Interno deste Legislativo, compor a **Comissão de Transportes, Urbanismo, Serviços e Obras Públicas,** ficando a presente comissão composta conforme abaixo:

VEREADOR	PARTIDO	FUNÇÃO
CREUDE DE ARRUDA CASTRILLON	PODEMOS	Presidente
JERÔNIMO GONÇALVES PEREIRA	PSB	Relator
CLAUDIO HENRIQUE DONATONI	PSDB	Membro
DOMINGOS OLIVEIRA DOS SANTOS	PSB	1º Suplente
WAGNER SALES DO COUTO	PODEMOS	2º Suplente
ROSINEI NEVES DA SILVA	PV	3º Suplente

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação, mantida inalteradas as demais disposições da Portaria nº 129 de 14 de junho de 2019, no que não contrariar a presente.

Registrada e Publicada, Cumpra-se.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 21 de agosto de 2019.

RUBENS MACEDO

Presidente da Câmara Municipal de Cáceres

CLÁUDIO HENRIQUE DONATONI

1° Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
PORTARIA Nº 167/2019

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, *no uso de suas prerrogativas legais e regimentais,*

Considerando *o processo submetido ao Protocolo nº 1610, de 01 de julho de 2019, deste Poder Legislativo Municipal.*

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR o Excelentíssimo Vereador **ELIAS PEREIRA DA SILVA**, para, nos termos do art. 36,*in fine*; art. 37, *caput*, VII; art. 44,*in fine*; e art. 50, *caput*, *Parágrafo único*, todos do Regimento Interno deste Legislativo, compor a **Comissão de Fiscalização e Controle**, ficando a presente comissão composta conforme abaixo:

VEREADOR	PARTIDO	FUNÇÃO
WAGNER SALES DO COUTO "BARONE"	PODEMOS	Presidente
CLAUDIO HENRIQUE DONATONI	PSDB	Relator
ELZA BASTO PEREIRA	PSD	Membro
DOMINGOS OLIVEIRA DOS SANTOS	PSB	1º Suplente
VALDENÍRIA DUTRA FERREIRA	PSDB	2º Suplente
ELIAS PEREIRA DA SILVA	AVANTE	3º Suplente

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação, mantida inalteradas as demais disposições da Portaria nº 131 de 14 de junho de 2019, no que não contrariar a presente.

Registrada e Publicada, Cumpra-se.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 21 de agosto de 2019.

RUBENS MACEDO

Presidente da Câmara Municipal de Cáceres

CLÁUDIO HENRIQUE DONATONI

1° Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
PORTARIA Nº 169/2019

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, *no uso de suas prerrogativas legais e de acordo com o artigo 219 da Lei Complementar Municipal nº 25/1997;*

Considerando *o que consta na Portaria nº 140/2019 deste Poder Legislativo Municipal;*

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por mais 30 (trinta) dias o prazo para, a Comissão de Sindicância desta Câmara Municipal de Cáceres-MT, concluir a apuração dos motivos de fato e direito que levaram o Poder Legislativo de Cáceres, a adquirir resmas de papéis folhas A4 para esta Casa, nos autos do processo administrativo nº. 20/2018, Ata de Registro de Preço 002/2018, referente ao pregão presencial nº. 03/2018.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registrada e Publicada, Cumpra-se.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 21 de agosto de 2019.

Rubens Macedo

Presidente

Cláudio Henrique Donatoni

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
EXTRATO DE CONTRATO Nº 011/2019

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES – MT

CONTRATADA: NEXT TECNOLOGIA COMERCIO E SERVIÇOS, GOMES COMERCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA EIRELI – ME / CNPJ 11.607.429/0001-68

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE OUTSOURCING DE IMPRESSÃO, DIGITALIZAÇÃO E CÓPIA COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS NOVOS PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES.

VALOR TOTAL: R$ 17.523,72 (DEZESSETE MIL, QUINHENTOS E VINTE E TRÊS REAIS E SETENTA E DOIS CENTAVOS)

VIGÊNCIA: 365 (TREZENTOS E SESSENTA E CINCO) DIAS

INÍCIO: 22/08/2019 **TÉRMINO:** 21/08/2020

LOCAL E DATA DE ASSINATURA: CÁCERES-MT., 21 DE AGOSTO DE 2019

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO

CONTRATO: 005/2019

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS OUTSOURCING DE IMPRESSÃO, DIGITALIZAÇÃO E CÓPIA COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS NOVOS PARA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES – MT – CNPJ: 03.960.333/0001-50

CONTRATADA: GOMES COMERCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA EIRELI – ME – CNPJ: 11.607.429/0001-68

JUSTIFICATIVA: EM FACE A JUSTIFICATIVA APRESENTADA PELA CONTRATANTE, NAS FLS. N.º 01 A 02, DOS AUTOS DE NOVO PRO-

CESSO ADMINISTRATIVO N.º 74/2019, QUE BUSCOU À CONTRATAÇÃO DE NOVOS SERVIÇOS OUTSOURCING DE IMPRESSÃO, DIGITALIZAÇÃO E CÓPIA, EM QUE É DEMONSTRADO PELA SERVIDORA ROBERTA KELLY, ANALISTA DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES CONSOME UMA MÉDIA DE 6.481,5 CÓPIAS MENSAIS, GERANDO NOVA ESTIMATIVA ANUAL MUITO SUPERIOR AO PREVISTO NO CONTRATO N.º 005/2019 DE APENAS 36.000 CÓPIAS ANUAIS ORIGINADO DO PROCESSO DE DISPENSA N.º 029/2019.

TIPO DE RESCISÃO: AMIGÁVEL.

PENALIDADES OU SANÇÃO: NÃO HÁ.

LOCAL E DATA DE ASSINATURA: CÁCERES-MT, 21 DE AGOSTO DE 2019.

CAMARA MUNICIPAL DE CANARANA

DECISÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 07/2019

REQUERIMENTO PARA PROMOÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL

REQUERENTE: ADAILCE GUIMARÂES SILVA

DECISÃO

Presidente da Câmara Municipal da Canarana, Estado do Mato Grosso, Sr. Gilmar Miranda de Almeida, no uso de suas atribuições legais, com fundamento nos artigos 33 e 34 da LC N° 121, DE 28 DE MARÇO DE 2014, decide:

Considerando o parecer da comissão de fls. 26, o acompanho, para deferir os pedidos:

a) promoção vertical da administrada para ao nível VI, com início na folha de pagamento de agosto;

b) promoção horizontal da administrada para a classe D, com início na folha de pagamento de agosto.

Determino a Secretaria Administrativa que providencie as portarias nos termos acima para a publicidade e eficácia das promoções.

Canarana/MT, 19 de agosto de 2.019.

Gilmar Miranda

Presidente

DECISÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 08/2019

REQUERIMENTO PARA PROMOÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL

ADMINISTRADO: FRANCISCO BRAZ DAS NEVES COSTA

DECISÃO

Presidente da Câmara Municipal da Canarana, Estado do Mato Grosso, Sr. Gilmar Miranda de Almeida, no uso de suas atribuições legais, com fundamento nos artigos 33 e 34 da LC N° 121, DE 28 DE MARÇO DE 2014, decide:

Considerando o parecer da comissão de fls. 39, o acompanho, para deferir os pedidos:

a) Promoção vertical deferida a partir de agosto de 2019; b) Promoção horizontal deferida a partir de novembro de 2019.

Determino a Secretaria Administrativa que providencie as portarias nos termos acima para a publicidade e eficácia das promoções.

Canarana/MT, 19 de agosto de 2.019.

Gilmar Miranda

Presidente

DECISÃO

PROC. ADM. 06/2019 - PROMOÇÃO HORIZONTAL COM PEDIDO DE RETROATIVIDADE

REQUERENTE: ENI TERESINHA DA SILVA

DECISÃO

O Presidente da Câmara Municipal da Canarana, Estado do Mato Grosso, Sr. Gilmar Miranda, no uso de suas atribuições legais, com fundamento nos artigos 33, §3º, "b" da LC N° 121, DE 28 DE MARÇO DE 2014, passa a decidir:

Considerando o recurso de fls. 30/42, impetrado tempestivamente, insurge a administrada contra decisão de fls. 24/25, em síntese alega

que administração detinha conhecimento sobre os requisitos cumpridos para a promoção em março de 2017; ter administrada direito adquirido em razão de sua promoção horizontal; que o requerimento não vincula o prazo de decisão sendo apenas um cumprimento formal para concessão do seu direito;

Adotamos a decisão de fls. 24/25 como relatório.

Manifestação da administrada à fls. 30/42.

Novo parecer da procuradoria desta Casa de fls. 44/48.

Neste sentido, esta Presidência acompanha o parecer da Douta Procuradora, para conceder a promoção com efeito de retroatividade

A Secretaria Administrativa para providenciar a portaria e publicação.

P.C.R.I.

Canarana/MT, 16 de agosto de 2.019.

Gilmar Miranda

Presidente da Câmara Municipal

PORTARIA N° 54/2019

DE 21 DE AGOSTO DE 2.019

"Dispõe sobre a concessão de férias a servidora Sandra Cristina Schmidt".

O Presidente da Câmara Municipal da Canarana, Estado do Mato Grosso, Sr. Gilmar Miranda de Almeida, no uso de suas atribuições legais;

Considerando, ter cumprido o período aquisitivo e não ter registro de ocorrências que impeçam ou limitem o período regulamentar par ao gozo das férias;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias regulamentares e a Servidora Sandra Cristina Schmidt, matrícula nº 081, referente período aquisitivo compreendido de 02/01/2018 a 01/01/2019, que serão gozadas entre os dias 01/10/2019 à 30/10/2019 - 30 dias.

§ 1º – Fica a Contabilidade da Câmara Municipal autorizada a efetuar o pagamento de 1/3 (um terço) do salário normal do Servidor, em conformidade com o estabelecido no artigo 73 § 1º, da Lei Complementar nº 028/2002.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação .

Canarana-MT, 21 de agosto de 2.019.

Gilmar Miranda

Presidente

PORTARIA N° 55/2019

DE 21 DE AGOSTO DE 2.019

"Dispõe sobre a concessão de férias a servidora Rosani Avelino dos Santos".

O Presidente da Câmara Municipal da Canarana, Estado do Mato Grosso, Sr. Gilmar Miranda de Almeida, no uso de suas atribuições legais;

Considerando, ter cumprido o período aquisitivo e não ter registro de ocorrências que impeçam ou limitem o período regulamentar par ao gozo das férias;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias regulamentares e a Servidora Rosani Avelino dos Santos, matrícula nº 079, referente período aquisitivo compreendido de 02/02/2018 a 31/01/2019, que serão gozadas entre os dias 01/11/2019 à 30/11/2019 - 30 dias.

§ 1º – Fica a Contabilidade da Câmara Municipal autorizada a efetuar o pagamento de 1/3 (um terço) do salário normal do Servidor, em conformidade com o estabelecido no artigo 73 § 1º, da Lei Complementar nº 028/2002.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Canarana-MT, 21 de agosto de 2.019.

Gilmar Miranda

Presidente

PORTARIA N° 53/2019

DE 21 DE AGOSTO DE 2019

"Dispõe sobre a EVOLUÇÃO FUNCIONAL da servidora ENI TERESINHA DA SILVA, ante o processo administrativo 06/2019".

O presidente da Câmara Municipal de Canarana/MT, Senhor Gilmar Miranda de Almeida, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhes são conferidas.

Considerando a análise e os competentes pareceres anexos ao processo administrativo 06/2019, resolve:

Art. 1º - *Determino a elevação funcional de CLASSE conforme Lei Complementar nº 121, de 28 de março de 2014 conforme o quadro abaixo:*

Servidor (a)	Cargo	Situação Atual:			Elevar Para:		
		Classe	Nível	Valor	Classe	Nível	Valor
ENI TERESINHA DA SILVA	*Agente Administrativo Legislativo*	*B*	*IV*	3.421,83	*C*	*IV*	*3.732,91*

Art. 2º - *A evolução deverá retroagir a 10 de abril de 2017.*

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação por afixação em local de costume, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Presidência, 21 de agosto de 2019.

GILMAR MIRANDA

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

CÂMARA MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIA EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 009/2019

CÂMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 009/2019

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS A SEREM UTILIZADOS PELA ASSESSORIA DE IMPRENSA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIA – MT. CONTRATADA: ALINE MESSIAS – ME, inscrita no CNPJ n° 10.905.543/0001-01. VALOR GLOBAL: R$ **5.675,00** (cinco mil seiscentos e setenta e cinco reais). VIGÊNCIA: 60 (sessenta) dias. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993. Cláudia - MT, 21 de Agosto de 2019. EBENEZEL DARBY DOS SANTOS – Presidente.

CAMARA MUNICIPAL DE CONFRESA

CÂMARA MUNICIPA DE CONFRESA
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório: 001/2019

Modalidade: Carta Convite nº001/2019

Tipo: Menor Preço

Objeto: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE PROPAGANDA E PUBLICIDADE EM SITES DE NOTICIAS COM BANNER DE CONTEÚDO EXIBIÇÃO 24 HORAS".

O Presidente de Câmara Municipal de Confresa, **UASLEI WERNECK DA SILVA LIMA,** no uso de suas atribuições legais, com base na Lei N.8.666/93 e suas alterações, tendo em vista que o processo ocorreu de forma sublime atendendo aos requisitos legais segundo parecer jurídico, **RESOLVE** adjudicar e homologar o objeto da licitação na modalidade Carta Convite nº. 001/2019, à Pessoa Jurídica **AGENCIA DA NOTICIA CONFRESA EIRELI, CNPJ nº: 23.731.566/0001-99, LOCALIZADA NA RUA VILMAR FERNANDES DE OLIVEIRA, Nº 01, NO BAIRRO SANTA LUZIA NO MUNICIPIO DE CONFRESA – MT.**

Confresa-MT, 21 de Agosto de 2019.

CAMARA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 01/2019.

Cláusula Primeira - Do Objeto

O presente Termo Aditivo visa formalizar a alteração da razão social, de M P DE OLIVEIRA SILVA SOLUÇÕES WEB EIRELI - ME para MPX BRASIL SOLUÇÕES WEB EIRELI, mantidas as demais qualificações, consignada no preâmbulo do contrato n. º01/2019, conforme alterações realizadas pela 2ª alteração Contratual e Consolidação do Contrato Social, devidamente consolidada e registrada na Junta Comercial do Estado de Mato Grosso (JUCEMAT) sob n. º 2158982 em 24/06/2019.

Câmara Municipal de Vereadores de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso em 01 de agosto de 2019.

CAMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO CONTRATO N.º 08/2019

PARTES INTERESSADAS: MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE por intermédio do **PODER LEGISLATIVO/CÂMARA MUNICIPAL** e a Empresa **R G DA PAZ EIRELI-EPP**, devidamente inscrita no CNPJ nº. 21.058.617/0001-38. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** A presente RESCISÃO CONTRATUAL encontra fundamentação legal no inciso XII, do artigo 78 e inciso II, do artigo 79, ambos da Lei Federal n°. 8.666/93, e na Cláusula Contratual "Décima – Da Rescisão Contratual". OBJETO: Considerando a impossibilidade de continuidade do Contrato nº 08/2019 ante a constatação tardia pela detentora da ata de Registro de Preços e a contratada de que inexiste saldo para adesão, somente no dia 19/08/2019, resolvem celebrar este TERMO DE RESCISÃO ao Contrato cujo objeto é a ADESÃO CARONA à Ata de Registro de Preços n.º 57/2018 – Pregão Presencial n.º 39/2018 – Prefeitura Municipal de Confresa/MT, visando à contratação de pessoa jurídica para aquisição de material de limpeza e higiene, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Várzea Grande/MT, conforme itens e quantidades especificadas no item 4.2 do presente Contrato.

Várzea Grande, 21 de agosto de 2019.

Ver. Fabio José Tardin

Presidente

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO GUAPORÉ

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 009/2018

Extrato do 1º **Termo Aditivo ao Contrato 009/2018**

Contratante: **Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Guaporé.**

Contratado: **LUIZ MARCOS RANGEL & CIA LTDA-ME.** Objeto: 1.1.O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo do contrato nº. 009/2018, conforme permissivo na clausula sétima do contrato original e em conformidade com a Lei 8666/93, passando a ter seu termo de encerramento em 31/12/2019, caracterizado por serviços de execução de forma contínua.

1.2. As despesas decorrentes com a entrega dos serviços descritos na cláusula 1.1, em função da prorrogação de vigência do contrato número 009/2018, necessários para suportar 06 (seis) parcelas,estão estimadas no valor total de R$ 72.450,00 (setenta e sois mil quatrocentos e cinquenta reais).

1.3. Os pagamentos serão realizados pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA,** mediante disponibilidade financeira oriunda de recursos próprios, conforme relatório de produtividade mensal e documento fiscal correspondente. Data:10/07/2019.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO - CISVP

ATO NORMATIVO Nº 319 DE 19 DE AGOSTO DE 2019

ATO NORMATIVO Nº 319 DE 19 DE AGOSTO DE 2019

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COORDENADORA DE NUTRIÇÃO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE VALE DO PEIXOTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MAURICIO FERREIRA DE SOUZA, Presidente do Conselho Diretor do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Peixoto, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear A Senhora **KELLEN DOS SANTOS ALVES DALMOLIN,** para exercer o cargo de COORDENADORA DE NUTRIÇÃO do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Peixoto, do qual assume total responsabilidade pelo bom desempenho dos serviços para o qual foi nomeado.

Art. 2º - O presente nomeado cumprirá as ações designadas do Estatuto do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto e no Art. 8 do estatuto do Hospital Regional de Peixoto de Azevedo.

Art. 3º - Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

Presidência do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto, aos dezenove dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove.

Registre-se

Publique-se

MAURICIO FERREIRA DE SOUZA

Presidente do CISVP

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO RH Nº 016/2018

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO RH Nº 016/2018

CONTRATANTE: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO

CONTRATADO: **RAMONY MACIELE DE JESUS CLEMENTE ALVES**

OBJETO: Contratação de prestação de serviços por tempo indeterminado na função de Auxiliar de Serviços Gerais.

DOTAÇÃO: 01.001.10.302.0002.2003-3190.04.00.00 – Código Reduzido: "0024"

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ARAGUAIA

RECURSOS HUMANOS
RESOLUÇÃO DE FÉRIAS

Resolução nº. 79/2019

Em 30 de Julho de 2019.

São Félix do Araguaia–MT.

A Presidente do CISA-Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia-MT, dispõe sobre a concessão de Férias:

Art. 1º Conceder férias regulamentares ao servidor **CÉSAR RÊGO SANTOS**, lotado nesta Instituição, na função de Farmacêutico, referente ao período de 2018/2019, a partir do dia 01 a 30 de Agosto de 2019, devendo retornar suas atividades normais no dia 31 de Agosto de 2019.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

PRESIDENTE DO CISA

CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT

CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 004-2019

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 004/2019

Em consonância com os ditames da Lei Federal nº. 10.520/2002 e, subsidiariamente, no que couber pelas disposições Lei Federal nº. 8.666/1993, **RATIFICO** a adjudicação proferida pela Pregoeira e equipe de apoio do

Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso – CORESS/MT, nomeados através da Resolução n.º 003/2019, de 02/01/2019, sobre o PREGÃO PRESENCIAL N.º 004/2019 e **HOMOLOGO** seu objeto às empresas:

- SANTA CASA DE MISERICÓRDIA E MATERNIDADE DE RONDONÓPOLIS, inscrita no CNPJ nº. 03.099.157/0001-04, com valor global de R$ 165.393,50 (Cento e sessenta e cinco mil, trezentos e noventa e três reais e cinquenta centavos);

- CLÍNICA OFTALMOLÓGICA TÁCIO PIERRE LTDA – EPP, inscrita no CNPJ nº. 04.864.044/0001-10, com valor global de R$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais);

- ACS CONSULTÓRIO MÉDICO LTDA – EPP, inscrita no CNPJ nº. 20. 292.508/0001-18, com valor global de R$ 98.750,00 (Noventa e oito mil, setecentos e cinquenta reais);

- LAMBERTO MARIO HENRY CLÍNICA MÉDICA – RESPIRAR SERVIÇOS MÉDICOS, inscrita no CNPJ nº. 32.678.262/0001-04, com valor global de R$ 161.000,00 (Cento e sessenta e um mil reais);

- **ANGELA MIRANDA DA SILVA**, inscrita no CNPJ nº. 17.128.906/0001-99, com valor global de R$ 35.000,00 (Trinta e cinco mil reais);

- **FILIPPOS TEODORO E GARCIA DA SILVA LTDA**, inscrita no CNPJ nº. 23.051.387/0001-00, com valor global de R$ 119.850,00 (Cento e dezenove mil, oitocentos e cinquenta reais).

Rondonópolis, 16 de agosto de 2019.

_____

NELSON ANTONIO PAIM

Presidente do Conselho Diretor do CORESS/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

AVISO DE RESULTADO DA TOMADA DE PREÇO N°01/2019

AVISO DE RESULTADO DA TOMADA DE PREÇO N°01/2019

O Munícipio de Acorizal – MT, torna público aos interessados que na licitação modalidade - Tomada de Preço n. 01/2019, cujo objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, DOS SERVIÇOS RELACIONADOS A OBRA DE CONSTRUÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ACORIZAL/MT, cuja abertura de Documentos de Habilitação e Proposta de Preço se deu às 09:00 horas do dia 07/08/2019, após julgamento sagrou-se vencedora a seguinte empresa:

a) ROBERTO CONCEIÇÃO R. DE AZAMBUJA EIRELLI, CNPJ n.15.319. 010/0001-6 com a proposta de R$ 451.612,17 (quatrocentos e cinquenta e um mil reais, seiscentos e doze reais e dezessete centavos).

ACORIZAL/MT, 20 de Agosto de 2019.

JOSILEIDE GLÓRIA DE SOUZA E SILVA

Presidente da Comissão de Licitação

AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL N°010/2019

AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL N°010/2019

AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL N°010/2019

O Munícipio de Acorizal – MT, torna público aos interessados que na licitação modalidade Pregão Presencial com Registro de Preço n. 010/2019, cujo objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES PARA ATENDER A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ACORIZAL-MT , cuja abertura de Documentos de Habilitação e Proposta de Preço se deu às 09:00 horas do dia 19/07/2019, após julgamento sagrou-se vencedoras as empresas:

a) CA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELLI-ME, CNPJ sob o nº 26.457.348/0001-04. b) CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ/ME 03.652.030/0001-70.

C) ADILVAN COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA-ME, CNPJ MF 02. 192.932/0001-09.

ACORIZAL/MT, 20 de agosto de 2019

JOSILEIDE GLÓRIA DE SOUZA E SILVA

Pregoeira

AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL N°011/2019

AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL N°011/2019

AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL N°011/2019

O Munícipio de Acorizal – MT, torna público aos interessados que na licitação modalidade Pregão Presencial com Registro de Preço n. 011/2019, cujo objeto: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE DO MUNICIPIO DE ACORIZAL DECORRENTE DE EMENDA PARLAMENTAR**, conforme proposta n. **14553.312000/1150**, cuja abertura de Documentos de Habilitação e Proposta de Preço se deu às 09:00 horas do dia 05/08/2019, após julgamento sagrou-se vencedoras as seguintes empresas:

a) **STILUS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP**, inscrita no CNPJ n.05.870.717/0001-08

b) **DOUGLAS E.C. MONTEIRO EIRELI**, inscrita no CNPJ 32.534.923/0001-10.

C) **CIRUGICA GONÇALVES LTDA,** CNPJ n. 15.371.628/0001-70.

ACORIZAL/MT, 20 de Agosto de 2019.

JOSILEIDE GLÓRIA DE SOUZA E SILVA

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

PLANEJAMENTO E FINANCAS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO 026/2019

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 026/2019

A Prefeitura Municipal de Água Boa, estado de Mato Grosso, através de seu Pregoeiro Oficial, nomeado pelo Decreto nº. 3273/2019, comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, que será regida pelo Decreto nº. 1738/2005 e pela Lei nº. 10.520 de 17 de julho de 2.002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais disposições aplicáveis.

MODALIDADE: Pregão Eletrônico para Registro de Preço nº. 026/2019.

OBJETO: Registro de Preço para futura e eventual Aquisição de aparelhos celular e bobinas de papel para ponto eletrônico.

DATA: 05/09/2019.

HORÁRIO DE BRASÍLIA: 08h30min.

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.comprasgovernamentais.gov.br

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Água Boa MT, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min horas, no site da prefeitura, www.aguaboa.mt.gov.br, no www.comprasgovernamentais.gov.br e através do e-mail pregao@aguaboa.mt.gov.br.

Água Boa-MT, 21 de agosto de 2019.

Marcos da Silva Pregoeiro

PLANEJAMENTO E FINANÇAS
TERMO DE APOSTILAMENTO Nº. 001/2019

Apostilamento para transferência de recurso entre Dotações Orçamentárias do Termo de Contrato nº. **078/2018.**

CONTRATANTE: **O Município de Água Boa**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, inscrita no CNPJ sob o nº. 15.023.898/0001-90 com sede administrativa a Avenida Planalto, nº. 410, Centro, representado pelo seu prefeito municipal Sr. **Mauro Rosa da Silva**, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade nº. 2. 019.647 SSP/GO e do CPF nº. 333.126.801-15, residente e domiciliado a Rua B, nº. 75, bairro Tropical, na cidade de Água Boa MT.

CONTRATADA:A empresa **MARCELO P MACHADO ME**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 22.557.915/0001-35, localizada na Rua 20, n° 137, Bairro Industrial, Água Boa - MT, neste ato representada por seu Proprietário, Sr. **Marcelo Peruzo Machado**, brasileiro, empresário, portador da Carteira de Identidade nº. 40.940, expedida pela MTE/MT, CPF nº 849. 704.801-68.

INSTRUMENTO VINCULANTE: Processo N°. 057/2017, Referente Ao Pregão Presencial Nº. 033/2017

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de metalúrgica para a Prefeitura Municipal.

FUNDAMENTO: Com base no art. 65 § 8º da Lei Federal nº. 8.666/93, realiza-se o presente Apostilamento nº. 001/2019, cujo objetivo é a alteração do Disposto na **CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**, prevista no instrumento inicial, transferindo valores entre dotações orçamentárias, conforme o orçamento fiscal vigente:

DOTAÇÃO EMPENHADA

Órgão: Secretaria de Infraestrutura

Unidade: Infraestrutura

Cód Reduzido: 794

DOTAÇÃO APOSTILAMENTO

R$ 15.009,20

Órgão: Secretaria De Educação, Manutenção Das Atividades Da Rede Municipal De Ensino

Código Reduzido: 115

Item	Descrição	Hora	Unit.	Total
1	Serviço de Metalúrgica – Confecção, instalação, produção e montagem geral.	628	23,90	15. 009,20

Água Boa, 21 de Agosto de 2019.

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS - SECRETATIRA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - TP Nº 006/2019

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 102/2019

TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2019

A Prefeitura Municipal de Alto Garças - MT através da Comissão Permanente de Licitação, torna Público aos interessados, que realizará licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS - Tipo Menor Preço Global, no **dia 12 de SETEMBRO de 2019, às 13:00 horas**, para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA CIVIL PARA AMPLIAÇÃO CONSTRUÇÃO DE SALAS DE AULA E COZINHA E ADEQUAÇÕES DO REFEITÓRIO NA ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ DAVID DIAS CAMPOS, CONFORME PROJETOS, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA, MEMORIAL DESCRITIVO, ESPECIFICAÇÕES E NORMAS TECNICAS CONSTANTES DOS ANEXOS DESTA TOMADA DE PREÇOS, POR EXECUÇÃO INDIRETA, EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.** A íntegra do Edital encontra-se disponível na sede da Prefeitura Municipal de Alto Garças, localizada à Rua Dom Aquino n° 346, Centro - Alto Garças /MT. Os Interessados também poderão obter informações através do e-mail licitacaoag2017-2020@hotmail.com, pelo site https://www.altogarcas.mt.gov.br/Transparencia/Lic... e telefone (66) 3471 - 2450/3471 - 1155. Alto Garças - MT, 21 de agosto de 2019. **Edi Batista Ribeiro de Miranda -** Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PORTARIA Nº 280/2019 - NOMEAÇÃO FISCAL DE CONTRATO

PORTARIA Nº 280/2019

A Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT, **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**, no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

RESOLVE:

Art. 1º.-Designar o servidor o Publico municipal **YHURI RAYAN ARRUDA DE ALMEIDA**, Secretário Municipal de Planejamento e Gestão, matricula nº1585, portador da Cédula de Identidade 1841341-2 SSP/MT, inscrita no CPF sob nº 037.765.051-09**,** para exercer a função de **FISCAL DO SEGUINTE CONTRATO:CONTRATO N.065/2019 referente a inexegibilidade n.002/2019, *celebrado entre a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai e a Empresa* NUNES GOLGO SOCIEDADE DE ADVOGADOS S.S CNPJ: 19.320.060/0001-10, *tendo por objeto* CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS ADVOGATÍCIOS COM O ALVO DE REDUZIR DESPESAS E RECUPERAR PAGAMENTOS INDEVIDOS EM RELAÇÃO AO INSS NO MUNICIPIO DE ALTO PARAGUAI-MT.**

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publica-se; Registra-se; Cumpra-se;

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT, 20 de Agosto de 2019.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES

PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 218/2019

DECRETO Nº 218/2019

"Dispõe sobre Exoneração de **Diretor do Departamento de Administração**, e dá outras providências."

O Prefeito Municipal em Exercício de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Marco Aurélio Julien**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc...

DECRETA:

Artigo 1º - Fica exonerado, do Cargo em Comissão de **Diretor do Departamento de Administração**, código CC- 4.100,oSenhor **MICHEL LUCAS ROCHA SOUZA**, CPF/MF – 035.720.601-09, nomeado através do Decreto nº 193/2019, 07 de agosto de 2019.

Artigo 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°. - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 21 de agosto de 2019.

Marco Aurélio Julien

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 048/2019 – EDITAL RESUMIDO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 048/2019 – EDITAL RESUMIDO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE UMA CADEIRA ODONTOLÓGICA PARA SUPRIR A NECESSIDADE DA ODONTOLOGIA DO ESF CENTRAL. de acordo com anexo I. Abertura às **07h00min** (Horário de Mato Grosso) do dia **11/09/2019**. O edital e seus anexos poderão ser adquiridos na Sede da Prefeitura em horário de funcionamento através do Pregoeiro, pelo site www.altotaquari.mt.gov.br/licitacoes ou ainda pelos fones (66) 3496-1448. Alto Taquari – MT, 21 de agosto de 2019. Raimundo da Silva Carvalho – **Pregoeiro.**

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO 020/2019 - RATIFICAÇÃO DE JUSTIFICATIVA

DISPENSA DE LICITAÇÃO 020/2019 - RATIFICAÇÃO DE JUSTIFICATIVA

O Prefeito Municipal, Sr. Marco Aurélio Julien, tendo em vista a justificativa apresentada pela Assessoria Jurídica do Município, sobre a contratação direta, fulcrada no inciso II, art. 24 da Lei 8.666/93, com a empresa**:** Maicon Gregori Muller de Paula 73455989187, CNPJ: 13.991.251/0001-27, no valor total de R$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais), para Contratação direta de empresa para realização de serviços técnicos especializados em peça teatral (inocentes pétalas roubadas), referente ao combate do abuso sexual infantil (projeto a prevenção começa na escola) por indicação do Ministério Público. Diante do fato, resolve, RATIFICAR a justificativa apresentada, e ordenar sua publicação em cumprimento ao disposto no art. 26 do supracitado diploma legal. Alto Taquari - MT, 21 de agosto de 2019. Marco Aurélio Julien **-** Prefeito Municipal.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 050/2019 – EDITAL RESUMIDO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 050/2019 – EDITAL RESUMIDO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE INFORMÁTICA E TONER EM ATENDIMENTO A TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE ALTO TAQUARI - EXCLUSIVO PARA MEI, ME E EPP, de acordo com anexo I. Abertura às **07h00min** (Horário de Mato Grosso) do dia **13/09/2019**. O edital e seus anexos poderão ser adquiridos na Sede da Prefeitura em horário de funcionamento através do Pregoeiro, pelo site www.altotaquari.mt.gov.br/licitacoes ou ainda pelos fones (66) 3496-1448. Alto Taquari – MT, 21 de agosto de 2019. Raimundo da Silva Carvalho – **Pregoeiro.**

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 217/2019

DECRETO Nº 217/2019

"Dispõe sobre Exoneração de **Coordenador de Agricultura e Meio Ambiente** e dá outras providências."

O Prefeito Municipal em Exercício de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Marco Aurélio Julien**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc...

DECRETA:

Artigo 1º - Fica exonerado, do Cargo em Comissão de **Coordenador de Agricultura e Meio Ambiente**, código CC- 6.050, o Senhor **HILDOR PAULO NETZLAFF**, CPF/MF – 391.413.901-30, nomeado através do Decreto nº 197/2018, 08 de novembro de 2018.

Artigo 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°. - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 21 de agosto de 2019.

Marco Aurélio Julien

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 220/2019

DECRETO Nº 220/2019

"Dispõe sobre Exoneração de **Chefe da Seção de Urbanismo**, e dá outras providências."

O Prefeito Municipal em Exercício de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Marco Aurélio Julien**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc...

DECRETA:

Artigo 1º - Fica exonerada, do Cargo em Comissão de **Chefe da Seção de Urbanismo**, código CC- 8.030,aSenhora **Tharija Gabriela Grisólia Vaz e Silva Raimundo**, CPF/MF – 975.497.541-87**,** nomeada através do Decreto nº 197/2019, 09 de agosto de 2019.

Artigo 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°. - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 21 de agosto de 2019.

Marco Aurélio Julien

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 219/2019

DECRETO Nº 219/2019

"Dispõe sobre exoneração de **Secretário Municipal de Administração** e nomeação de **Superintendente de Fiscalização e Tributos** dá outras providências. "

O Prefeito Municipal em Exercício de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Marco Aurélio Julien**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc...

DECRETA:

Artigo 1º - Fica exonerado, do Cargo de Provimento em Comissão de **Secretário Municipal de Administração, Código CC-1.000**,oSenhor **ARQUIMEDES JUNIOR DAVID SILVA CAMPOS**, CPF/MF – 002.053.601-14, nomeado através do Decreto n.° 142/2019 de 17 de julho de 2019.

Artigo 2º.- Fica nomeado para exercer Cargo de Provimento em Comissão de **Superintendente de Fiscalização e Tributos**, o Senhor **ARQUIMEDES JUNIOR DAVID SILVA CAMPOS**, CPF/MF – 002.053.601-14, de acordo com a Lei n.° 1015/2019.

Artigo 3°.- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 21 de agosto de 2019.

Marco Aurélio Julien

Prefeito Municipal

2ª NOTIFICAÇÃO

Alto Taquari/MT, 19 de Agosto de 2019.

NOTIFICANTE: MUNICÍPIO DE ALTO TAQUARI - ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº. 01.362.680/0001-56, neste ato representado pelo DEPARTAMENTO DE COMPRAS.

NOTIFICADA: JRB EMPREENDIMENTOS EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 01.139.803/0001-94, com sede localizada na Rua dos Crisantemos, s/n, sala qd 01, lt 03, Jardim Raio de Sol, Cep: 75400-000, na pessoa de seu representante legal.

Como é de conhecimento de Vossa Senhoria, e ainda, conforme Ata de registro de preços 002/2019, referente ao Pregão Presencial Registro de Preços n.º80/2018, a empresa ora Notificada foi registrada para fornecer Pedra Britada e Rachão, nos termos do edital de Licitação respectivo, devidamente publicado.

Entretanto, no dia 25/04/2019, enviamos a requisição de compra n 2237, devidamente empenhada para aquisição de Pedra Marroada e Pedra Brita, para ser entregue no prazo máximo de 01 dia útil, a contar do recebimento da requisição, conforme previsto na clausula 4.0 da ata de registro de preços 002/2019. Porém não foram entregues na sua totalidade, faltando entregar 173m3 (Cento e Setenta e Três metros cúbicos) de PEDRA MARROADA

Em 28 de maio deste mesmo ano, a municipalidade no uso de suas atribuições, por intermédio do Departamento de Compras na tentativa de estabelecer meios administrativos para que a empresa realizasse a entrega em novo prazo, foi arbitrado a mesma, a 1ª NOTIFICAÇÃO POR ATRASO NA ENTREGA, porém até a presente data os materiais solicitados não foram entregues em sua totalidade.

Nessa medida, atentando - se às cláusulas previstas na Ata de Registro de Preços nº 002/2019, que dela faz adendo todos os instrumentos contratuais, bem como a REQUISIÇAO DE COMPRA em discussão e, de igual modo, aos dispositivos legais aplicáveis ao caso, o Município vem, pela presente, notificar Vossa Senhoria – Representante da Empresa JRB EMPREENDIMENTOS EIRELI, para que sane a irregularidade apontada, providenciando a entrega dos materiais em apreço, de imediato.

Ressaltamos, outrossim, que, caso a Empresa, JRB EMPREENDIMENTOS EIRELI, não atenda ao quantum referendado nesta notificação, no prazo acima assinalado, o Gestor Municipal, atento aos princípios constitucionais que regem a Administração Pública adotará todas as medidas administrativas cabíveis, CASO NECESSÁRIO com fito de proceder ao CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, bem como a APLICAÇÃO DAS SANÇÕES previstas na cláusula 13.0 da ARP, para que não haja maiores prejuízos ao erário e ao interesse público.

A presente NOTIFICAÇÃO será remetida via e-mail juntamente com a requisição pendentes e publicada na forma da Lei, nesta data, dando cumprimento o princípio da publicidade, assegurada a ampla defesa e o contraditório à empresa NOTIFICADA, para que não restem dúvidas quanto à legitimidade e validade deste ato.

O Município contratante aguarda manifestação da empresa notificada, no prazo acima assinalado, sendo o silêncio entendido como confissão dos fatos anotados.

Fica, pois, V. Sa. Constituída em mora para todos os efeitos.

Atenciosamente.

Lucia Helena do Nascimento

Dep. Compras

Miguel Angelo Froes

Coordenador de Transporte Urbano

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 221/2019

DECRETO Nº 221/2019

"Dispõe sobre Exoneração de **Assessor de Planejamento e Trânsito**, e dá outras providências."

O Prefeito Municipal em Exercício de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Marco Aurélio Julien**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc...

DECRETA:

Artigo 1º - Fica exonerado, do Cargo em Comissão de **Assessor de Planejamento e Trânsito**, código C.C – 23.000, o Senhor **RAIMUNDO DA SILVA CARVALHO**, devidamente inscrito no CPF/MF sob o nº. 882.932. 031-53, nomeado através do Decreto nº 195/2019, 08 de agosto de 2019.

Artigo 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°. - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 21 de agosto de 2019.

Marco Aurélio Julien

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 222/2019

DECRETO Nº 222/2019

"Dispõe sobre exoneração de **Assessor de Gabinete** e nomeação de **Assessor de Planejamento e Trânsito** dá outras providências. "

O Prefeito Municipal em Exercício de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Marco Aurélio Julien**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc...

DECRETA:

Artigo 1º - Fica exonerada, do Cargo de Provimento em Comissão de **Assessor de Gabinete**, código CC- 21.000, a Senhora **ANE CAROLINE GIFANI CRUZ**, CPF/MF – 047.034.751-11, nomeada através do Decreto n.° 131/2019 de 15 de julho de 2019.

Artigo 2º.- Fica nomeada para exercer Cargo de Provimento em Comissão de **Assessor de Planejamento e Trânsito**, código C.C – 23.000, a Senhora **ANE CAROLINE GIFANI CRUZ**, CPF/MF – 047.034.751-11, de acordo com a Lei n.° 812/2015.

Artigo 3°.- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 21 de agosto de 2019.

Marco Aurélio Julien

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 223/2019

DECRETO Nº 223/2019

"Dispõe sobre Nomeação no cargo de Provimento em Comissão de **Chefe da Seção de Urbanismo** e dá outras providencias."

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, Marco Aurélio Julien, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc...

DECRETA:

Artigo 1º. – Fica nomeada, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de **Chefe da Seção de Urbanismo**, código CC- 8.030,a Senhora

Shirley Santos da Silva, CPF/MF – 048.773.581-10, nos termos da Lei Municipal n° *390/2004*.

Artigo 2º.- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°. – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 21 de agosto de 2019.

Marco Aurélio Julien

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 224/2019

DECRETO Nº 224/2019

"Dispõe sobre a nomeação do cargo de Provimento em Comissão de **Secretário Municipal de Administração** e dá outras providências."

O Prefeito Municipal em Exercício de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Marco Aurélio Julien**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc...

DECRETA:

Artigo 1º. - Fica nomeada para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de **Secretária Municipal de Administração, Código CC-1.000**, a Senhora **Iasmine Bernarde**, CPF/MF – 025.127.411-09, nos termos da Lei Municipal n° 390/2004.

Artigo 2º.- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°. – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 21 de Agosto de 2019.

Marco Aurélio Julien

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 225/2019

DECRETO Nº 225/2019

"Dispõe sobre a nomeação de **Assessor de Gabinete** e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Marco Aurélio Julien**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc...

DECRETA:

Artigo 1º. – Fica nomeado para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de **Assessor de Gabinete**, código CC- 21.000, o Senhor **ADMILSON ALVES GOUVEIA**, CPF/MF – 592.769.081-53, nos termos do anexo I, da Lei Municipal nº *390/2004*.

Artigo 2º.- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 21 de agosto de 2019.

Marco Aurélio Julien

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 228/2019

DECRETO Nº 228/2019

"Dispõe sobre a nomeação no Cargo em Comissão de **Diretor do Departamento de Administração** e dá outras providencias."

O Prefeito Municipal em Exercício de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Marco Aurélio Julien**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc...

DECRETA:

Artigo 1º. Fica nomeado para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de **Diretor do Departamento de Administração**, CC – 4.100, oSenhor**RAIMUNDO DA SILVA CARVALHO**, devidamente inscrito no CPF/MF sob o nº. 882.932.031-53, nos termos da Lei Municipal n° 390/2004.

Artigo 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 21 de agosto de 2019.

Marco Aurélio Julien

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 226/2019

DECRETO Nº 226/2019

"Dispõe sobre exoneração de **Chefe da Seção de Projetos** e nomeação de **Assessor de Coordenador de Agricultura e Meio Ambiente** dá outras providências. "

O Prefeito Municipal em Exercício de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Marco Aurélio Julien**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc...

DECRETA:

Artigo 1º - Fica exonerado, do Cargo de Provimento em Comissão de **Chefe da Seção de Projetos**, oSenhor**PAULO SERGIO PACE**, CPF/MF – 119.914.228-06, nomeado através do Decreto n.° 024/2019 de 08 de fevereiro de 2019.

Artigo 2º.- Fica nomeado para exercer Cargo de Provimento em Comissão de **Coordenador de Agricultura e Meio Ambiente**, código CC-6.050, oSenhor**PAULO SERGIO PACE**, CPF/MF – 119.914.228-06, de acordo com a Lei n.° 812/2015.

Artigo 3°.- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 21 de agosto de 2019.

Marco Aurélio Julien

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 227/2019

DECRETO Nº 227/2019

"Dispõe sobre a nomeação no Cargo em Comissão de **Chefe da Seção de Projetos** e dá outras providencias."

O Prefeito Municipal em Exercício de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Marco Aurélio Julien**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc...

DECRETA:

Artigo 1º. Fica nomeada para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de **Chefe da Seção de Projetos**, aSenhora**Vanizia Aparecida Gois**, CPF/MF – 008.536.091-01, nos termos da Lei Municipal n° 390/2004.

Artigo 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 21 de agosto de 2019.

Marco Aurélio Julien

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº003/2019

RESOLUÇÃO Nº. 003/2019

O Conselho Municipal da Assistência Social no uso de suas atribuições legais RESOLVEM:

Conforme Ata nº 005/2019, reunião realizada no dia 20 de Agosto de 2019, resolve:

Art. 1º- Aprova o Plano Municipal de Assistência Social referente aos anos de 2018 a 2021.

Art. 2º - Revogam-se todas as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor a partir desta data.

Apiacás-MT, 20 de Agosto de 2019.

Erdilene Bueno Onofre

CPF: 043.728.121-32

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL N.º 1108/2019.

SÚMULA: Autoriza a criação de Crédito Especial no Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores, por anulação de dotação, para atender despesas com Contribuições de Recursos Financeiros à UCCEMAT, e dá outras providências.

O Senhor **Leilson Balduino Feitosa**, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Apiacás, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e Ele **Adalto José Zago,** Prefeito Municipal sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado criar no Orçamento Programa da Câmara Municipal de Vereadores, aprovado pela Lei Municipal nº 1.077/2018, o valor de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), em conformidade ao artigo 43, Parágrafo 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64, na seguinte Funcional Programática:

01. Câmara Municipal de Vereadores de Apiacás

001. Câmara Municipal de Vereadores

01. Legislativo

031. Ação do Poder Legislativo

0001. Manutenção do Poder Legislativo

2001. Manutenção e Administração do Poder Legislativo

3.3.90.41. Contribuições R$ 2.500,00

Fonte de Recursos: 01.00.000000 – Recursos Ordinários

Meta Física: Atender 5 parcelas mensais de contribuições à UCCEMAT.

Art. 2º - O valor do Crédito Adicional Especial ora autorizado em atendimento ao artigo 43, Parágrafo 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64, será anulado valor de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), na seguinte funcional programática:

01. Câmara Municipal de Vereadores de Apiacás

001. Câmara Municipal de Vereadores

01. Legislativo

031. Ação do Poder Legislativo

0001. Manutenção do Poder Legislativo

1.035. Ampliação, Reforma e Reestruturação do Prédio da Câmara

4.4.90.51. Obras e Instalações R$ 2.500,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 1º de agosto de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Apiacás - MT, Em 20 de agosto de 2018.

Adalto José Zago

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº. 1107/2019.

SÚMULA: Autoriza a suplementação orçamentária por anulação parcial de dotação, para atender implementação e melhorias na estrutura de Iluminação Pública, e dá outras providências.

O Senhor **Adalto José Zago,** Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e ainda, com fulcro na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovaram e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo a suplementar orçamentariamente no orçamento programa LOA/2019, aprovado pela Lei Municipal nº 1.077/2018 o valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais) destinados a construção de rede de iluminação pública, na seguinte Unidade Orçamentária e funcional programática:

10. Secretaria Municipal de Urbanismo

001. Administração Geral da Secretaria de Urbanismo

25. Energia

752. Energia Elétrica

0021. Melhorias e Manutenção da Infraestrutura

1.094. Modernização e Ampliação da Iluminação Pública

4.490-51. Obras e Instalações

Fonte de Recursos:1.00.00 –Recursos Ordinários (Próprios) – R$ 100.000,00

Metas Físicas: Construção de Rede de Iluminação Pública

Metas Financeiras: R$ 710.530,48

Art. 2º - A inclusão do Crédito Suplementar descrito no artigo primeiro desta Lei encontra respaldo legal no Art. 43, Parágrafo 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64, que será anulado o valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), da seguinte funcional programática: 11.001.26.782.0096.1.085.4.4.90-51.00 – Obras e Instalações.

11. Secretaria Municipal de Infraestrutura

001. Administração Geral da Secretaria de Infraestrutura

26. Transporte

782. Transporte Rodoviário

0096. Implementação de Obras Especiais

1.085. Construção e Reconstrução de Obras Especiais

4.490-51. Obras e Instalações

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Apiacás-MT, 20 de agosto de 2.019.

Adalto José Zago

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº. 1106/2019.

LEI MUNICIPAL Nº. 1106/2019.

SÚMULA: Autoriza a abertura de Crédito Especial para atender implementação e melhorias na estrutura de Iluminação Pública, pelo superávit financeiro do exercício anterior, e dá outras providências.

O Senhor **Adalto José Zago,** Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e ainda, com fulcro na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo abrir Crédito Especial na LDO/2019, Lei nº 1069/2018 e no orçamento programa LOA/2019, aprovado pela Lei Municipal nº 1.077/2018 no valor de R$ 195.000,00 (cento e noventa e cinco mil reais) destinados a construção de rede de iluminação pública, na seguinte Unidade Orçamentária e funcional programática:

10. Secretaria Municipal de Urbanismo

001. Administração Geral da Secretaria de Urbanismo

25. Energia

752. Energia Elétrica

0021. Melhorias e Manutenção da Infraestrutura

1.094. Modernização e Ampliação da Iluminação Pública

4.490-51. Obras e Instalações

Fonte de Recursos:3.17.00 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública – COSIP – R$ 195.000,00

Metas Físicas: Construção de Rede de Iluminação Pública

Metas Financeiras: R$ 710.530,48

Art. 2º. A inclusão do Crédito Adicional Especial descrito no artigo primeiro desta Lei encontra respaldo legal no Art. 43, Parágrafo 1º, Inciso I, da Lei Federal nº 4.320/64, pelo Superávit Financeiro do exercício de 2018.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Apiacás-MT, 20 de agosto de 2.019.

Adalto José Zago

Prefeito Municipal

ASSISTÊNCIA SOCIAL
EDITAL Nº004/2019

EDITAL Nº. 004/2019

Relação dos Candidatos a Conselheiros Tutelares com Laudo Psicológico Deferido ou Indeferido pela Psicóloga Bruna Rodrigues.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Apiacás/MT, no uso de suas atribuições, que lhes são conferidas pelo Estatuto da Criança e Adolescente (Lei Federal nº. 8069/90) e pela Lei Municipal nº. **0916/2015** .

PUBLICA os nomes dos candidatos APTOS e INAPTOS na Prova Psicológica, realizada no dia 18 de Agosto de 2019.

Nº	Nome	Resultado
01	Agna de Souza Gonçalves	Apta
02	Antonia de Jesus	Apta
03	Daniela Mara Gomes	Apta
04	Diermerson Campos de Souza	Apto
05	Eliane dos Santos Araujo	Apta
06	Elielma Matias Castro	Apta
07	Elissandra da Silva Teixeira	Apta
08	Jaqueline B. Ramos	Apta
09	Jorgeane Correia de Souza	Apta
10	Josinete M. Nascimento Souza	Apta
11	Maria de Jesus Luna Brito	Inapta
12	Maria de Lourdes Picoli	Apta
13	Sandra Mara Bernardo	Apta

Todo o processo será fiscalizado pelo (MP) Ministério Publico.

Os casos omissos neste edital serão resolvidos pela Comissão Eleitoral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - **CMDCA**.

Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Apiacás – MT, 21 de Agosto de 2019.

Derli Fernanda Carvalho Botega

Presidente CMDCA Apiacás/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 07/2019

REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Araguainha – MT torna público aos interessados o resultado da licitação realizada no dia 14 / 08 / 2019, às 09h00min, na sede da Prefeitura, à Rua Bahia. Nº. 430 – Centro, licitação na modalidade Pregão Presencial nº. 07/2019 – REGISTRO DE PREÇOS, do tipo MENOR PREÇOPOR **ITEM**, que tem por objeto: **PREGÃO PRESENCIAL, DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM**, visando o **REGISTRO DE PREÇOS DE AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, MATERIAIS HIDRAULICOS, MATERIAIS ELETRICOS,** utilizados na **SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS** de acordo com as especificações constantes do Anexo I – Especificação dos Produtos. A Empresa vencedora do Certame foi **MUDAR COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO FERRAMENTAS E EPI S LTDA EPP, CNPJ: 14.888.303/0001-05.**

Araguainha – MT, 14 de Agosto de 2019.

JOSÉ CARLOS NAVES GONÇALVES

PREGOEIRO

LEI MUNICIPAL Nº. 616 DE 03 DE MAIO DE 2010

"Institui o Mural da Câmara Municipal de Araguainha - MT como órgão de publicação oficial, da Casa de Leis, e Mural da Prefeitura Municipal de Araguainha - MT como órgão de publicação oficial do Poder Executivo e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, SRº. JOSÉ OCIFARNE FERREIRA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica instituído o Mural da Casa de Leis do Município de Araguainha - MT, como órgão oficial de publicação legal e divulgação dos atos administrativos, quais seja: Carta Convite, Contratos e demais atos administrativos.

Parágrafo único - Os atos administrativos da Casa de Leis do Município de que trata esta Lei substitui a publicação impressa e será veiculado no endereço eletrônico www.araguainha.com; e e-mail gp.pmaraguainha@amm.org.br, da Câmara Municipal de Araguainha - MT.

Art. 2º - Fica instituído o Mural da Prefeitura Municipal de Araguainha - MT, como órgão oficial de publicação legal e divulgação dos atos administrativos, quais sejam: Carta Convite, Contratos e demais atos administrativos.

Parágrafo único - Os atos administrativos da Prefeitura Municipal de que trata esta Lei substitui a publicação impressa e será veiculado no endereço eletrônico www.araguainha.com, e e-mail gp.pmaraguainha@amm.org.br, da Prefeitura Municipal de Araguainha - MT.

Art. 3º - Os atos oficiais de efeitos externos surtirão seus efeitos somente depois de afixados conforme artigos 1º e 2º desta lei.

Parágrafo único - Os atos oficiais de efeitos internos entrarão em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a afixação da publicação resumida no Mural dos Poderes até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Art. 4º - O Chefe do Poder Executivo regulamentará a implantação do Jornal Oficial do Município e indicará a data em que iniciará sua veiculação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araguainha, Estado de Mato Grosso, em 03 de Maio de 2010.

_____

JOSÉ OCIFARNE FERREIRA

Prefeito Municipal

AVISO DE ADESÃO Á ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2019 - PREGÃO PRESENCIAL 18/2018.

AVISO DE ADESÃO Á ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2019 - PREGÃO PRESENCIAL 18/2018.

A Prefeitura Municipal de Araguainha – MT, torna público aos interessados, através do seu Pregoeiro a ADESÃO Á ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2019, advinda do PREGÃO PRESENCIAL 18/2019, realizado pela Prefeitura de General Carneiro **- MT** - MT, referente ao **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO EVENTUAL E FUTURA DE PLANTAS E MUDAS DE ARAVORES E PLANTAS ORNAMENTAIS PARA JARDINAGENS NAS PRAÇAS, PARQUES, ROTATÓRIAS E VÁRIOS OUTROS LUGARES PÚBLICOS NO MUNICIPIO,** contados a partir da assinatura da ata de registro de preços, conforme especificações contidas no Termo de Referência, parte Integrante do Edital. Empresa vencedora: **VIVEIROS QUEIROZ COMÉRCIO DE PLANTAS LTDA – ME, CNPJ: 03.150.453/0001-92.**

Araguainha – MT, 21 de Agosto de 2019.

JOSÉ CARLOS NAVES GONÇALVES

PREGOEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO DE OBRA

TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO DE OBRA

Obra / Objeto: "CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA REALIZAR AS OBRAS DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MORADA DOS PEQUENINOS"

Local: Rua Horácio de Alcântara de Carvalho, nº 1.127, São Sebastião, Araputanga/MT.

Contrato: Contrato n°101/2018

Valor Contrato: R$ 94.856,77 (Noventa e quatro mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e setenta e sete centavos).

Valor de aditivo: R$ 23.543,91 (Vinte três mil, quinhentos e quarenta e três reais e noventa e um centavos).

Licitação: Modalidade Carta Convite 004/2018.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

CNPJ: 15.023.914/0001-45

Contratado: J. FERREIRA LEMOS EMPRENDIMENTOS EIRELI

CNPJ: 03.744.864/0001-06

Responsável Técnico pela Execução: Carolina de Oliveira e Almeida– Arquiteta e Urbanista – CAU n°A1031465 – RRT de EXECUÇÃO n°7840339

Ficam definitivamente recebidos os serviços de execução do objeto do Contrato n°101/2018 no município de Araputanga, localizada no endereço descrito acima, tendo obedecido todas as especificações do projeto contido nos Processos Licitatórios n°004/2018.

Araputanga, 20 de Agosto de 2019.

João Gustavo Faria dos Santos Júnior

Eng. Civil – CREA nº 5064045506 – Fiscal Prefeitura

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
PÚBLICAÇÃO DO ANEXO I DA PORTARIA 269/2019 DE 21/08/2019 EDIÇÃO 3.296.

ANEXO I

ELEVACAO DE GRAU DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS

CONFORME ART. 17 DA LEI MUNICIPAL Nº 971/2011.

NOME	CARGO	ADMISSÃO	GRAU/ NIVEL	SALARIO R$
Marli Lemos da Silva	Agente de Saúde	24/08/1992	**E-03**	R$1.363,36
Edio Cesário dos Santos	Monitor de Esporte	01/08/1995	**E-04**	R$3.374,59
Maria Jose Justo da Silva	Assistente Social	12/08/2013	**D-01**	R$4.949,40

JOEL MARINS DE CARVALHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO DE OBRA

TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO DE OBRA

Obra / Objeto: "CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA REALIZAR AS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE COZINHA NO CENTRO DE REFERÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS "

Local: Rua Horácio de Alcântara de Carvalho, Lotes 13 e 14, Centro, Araputanga/MT.

Contrato: Contrato n°103/2018

Valor Contrato: R$34.760,65 (Trinta e quatro mil, setecentos e sessenta e seis reais e sessenta e cinco centavos).

Valor de aditivo: R$6.688,34 (Seis mil, seiscentos e oitenta e oito reais e trinta e quatro centavos).

Licitação: Modalidade Carta Convite 004/2018.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

CNPJ: 15.023.914/0001-45

Contratado: J. FERREIRA LEMOS EMPRENDIMENTOS EIRELI

CNPJ: 03.744.864/0001-06

Responsável Técnico pela Execução: Carolina de Oliveira e Almeida– Arquiteta e Urbanista – CAU n°A1031465 – RRT de EXECUÇÃO n°7840367

Ficam definitivamente recebidos os serviços de execução do objeto do Contrato n°103/2018 no município de Araputanga, localizada no endereço descrito acima, tendo obedecido todas as especificações do projeto contido nos Processos Licitatórios n°004/2018.

Araputanga, 20 de Agosto de 2019.

João Gustavo Faria dos Santos Júnior

Eng. Civil – CREA nº 5064045506 – Fiscal Prefeitura

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

AVISO DE ABERTURA DO PREGAO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS 031/2019

O MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS, Estado de Mato Grosso, através da Pregoeira Oficial, torna público aos interessados que fará realizar, no dia 04 de setembro de 2019, às 08h00min (Horário Oficial de Mato Grosso), na sala de Licitações da Prefeitura Municipal, situada à Avenida Presidente Costa e Silva s/nº, Vila Nova, neste Município de Arenápolis-MT, O PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS 031/2019, Menor Preço por Item, com a finalidade de REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA MANUTENÇÃO DA FARMACIA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS/MT. O edital completo esta disponível no site www.arenapolis.mt.gov.br. Maiores informações na sede da Prefeitura Municipal durante o horário normal de expediente das 07h00min às 13h00min, ou através do telefone: (65) 3343-1105.

Arenápolis-MT, 21 de Agosto de 2019**.**

REGINA LÚCIA DE SOUZA

PREGOEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

COORDENADORIA DE ADM
QUINTO TERMO ADITIVO AO TERMO DE PARCERIA 003/2017 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ E GUAÇU GERAÇÃO DE ENERGIA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ, Estado de Mato Grosso, inscrito no CNPJ sob nº. 03.507.498/0001-71, estabelecido à Praça São Francisco de Assis, 128, Centro, Aripuanã-MT, CEP 78.325-000, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr **JONAS RODRIGUES DA SILVA,** brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG. nº 1.951.955-9 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº. 439.897.132-72, residente e domiciliado na Rua E, n° 135, Vila Operaria, nesta cidade, doravante denominado **MUNICÍPIO,** e **GUAÇU GERAÇÃO DE ENERGIA S/A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 12.912.915/0001-52, com sede na Rua Amauri Furquim, s/nº, LEUCA, Aripuanã, CEP 78.325-000, doravante denominada **GUAÇU**, neste ato representada por seu representante legal **FÁBIO DE FIGUEIREDO BUENO**, RG 43745931-7 SSP/SP e CPF 337.652.538-20, com fundamento na Lei Municipal n. 1.515/2017, conforme cláusulas e condições que seguem:

Considerando o Memorando nº 106/2019/SEMDER, o qual solicita a prorrogação de prazo do Termo em epigrafe, mediante justificativa;

As partes supra identificadas ajustaram, na data de 21/08/2017, o Termo de Parceria e, por este instrumento, celebram **QUINTO TERMO ADITIVO**, em conformidade com as normas legais vigentes, no que couber, disposições contidas na Lei Municipal n. 1.515/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

1.1 Prorrogar o prazo de vigência do Termo de Parceria 03/2017 pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, renovável, através de outros Termos Aditivos, caso necessário;

1.2 Fica alterada a Cláusula Décima Primeira, passando a ter vigência de 24/08/2019 à 23/02/2020.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO

2.1 Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições constantes no acordo originário, não modificadas no todo ou em parte, pelo presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim de comum acordo, assinam as partes o presente instrumento, em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produzam os devidos efeitos legais.

Aripuanã-MT, 21 de agosto de 2019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA FÁBIO DE FIGUEIREDO BUENO

Prefeito Municipal Representante da GUAÇU

Testemunhas:

_____ _____

Nome: Heiji da Silva Katawake **Nome:** Moacir Francisco da Cruz

CPF: 921.235.541-20 CPF: 302.294.481-00

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 215/2019

PORTARIA Nº 215/2019

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO, Prefeito Municipal de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

R/E/S/O/L/V/E:

Art.1º - Nomear o Sr. **FABIO ROBERTO DINIZ REZENDE** para exercer o cargo de **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAUDE** do Município de Barra do Bugres, a partir desta.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre - se

Publique - se

Cumpra - se

Gabinete do Prefeito, em 21 de agosto de 2019.

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 055/2019

DECRETO Nº 055/2019

Regulamenta no âmbito do Município de Barra do Bugres-MT a Lei Federal nº 9.790/99, que dispõe sobre as parcerias com as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP`S, institui e disciplina Termo de Parceria, e dá outras providências.

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO, Prefeito Municipal de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legai, que lhe são conferidas por lei.

CONSIDERANDO as disposições previstas na Lei Federal nº 9.790, de 23 de março de 1999;

CONSIDERANDO as disposições prevista no Decreto Federal n° 3.100, de 30 de junho de 1999, que regulamentou a supracitada lei.

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentação da forma de celebração de parcerias com as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP´s na esfera municipal.

DECRETA:

Art. 1º - Este Decreto dispõe sobre regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias entre o Poder Executivo Municipal ao celebrar Termo de Parceria com as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, denominadas OSCIP`s, objetivando a formação de vínculo de cooperação

para o fomento e execução das atividades de interesse público e demais aspectos inerentes à relação convenial, discriminadas no artigo 3º da Lei Federal nº 9.790, de 23 de março de 1999, em especial a execução de projetos voltados à complementação das políticas públicas nas áreas sociais, educacionais e saúde pública.

Parágrafo único - O título de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, conferido pelo Ministério da Justiça, é condição essencial para a celebração e manutenção do Termo de Parceria.

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇOES INICIAIS

Art. 2º - Para os fins deste Decreto consideram-se:

I - **Concurso de Projetos**: procedimento destinado a selecionar a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, para a celebração do Termo de Parceria, deverá ser feita por meio de publicação de edital de concursos de projetos para obtenção de bens e serviços e para a realização de atividades, eventos, consultoria, cooperação técnica e assessoria;

II - **Termo de Parceria**: instrumento passível de ser firmado entre o Poder Público e as entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, destinado a formação de vínculo de cooperação entre as partes, para o fomento e a execução das atividades de interesse público;

III - **Conselho de Política Pública**: órgão criado pelo poder público para atuar como instância consultiva, na respectiva área de atuação, na formulação, implementação, acompanhamento, monitoramento e avaliação das políticas públicas;

IV - **Comissão de Avaliação**: órgão colegiado destinado a monitorar e avaliar os resultados atingidos em decorrência da parceria celebrada com a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, mediante Termo de Parceria, constituído por ato específico e publicado em meio oficial;

V - **Comissão Julgadora**: órgão colegiado destinado a processar e julgar os concursos de projetos, constituído por ato específico e publicado em meio oficial;

VI - **Gestor de Contratos, Convênios e Parcerias**: servidor responsável pela gestão de parceria celebrada por meio de Termo de Parceria, designado por ato específico e publicado em meio oficial;

VII - **Fiscal do Contrato**: servidor designado por autoridade competente, responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos convênios, contratos e instrumentos congêneres, de forma a garantir que seja cumprido o disposto nos respectivos instrumentos e atendidas as normas orçamentárias e financeiras da Administração Pública;

VIII - **Equipe de Apoio**: servidores designados para auxiliar na análise e monitoramento do Termo de Parceria e da Prestação de Contas.

Art. 3º - A escolha da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, para a celebração do Termo de Parceria, deverá ser feita por meio de publicação de Edital de Concurso de Projetos para obtenção de bens, serviços e para a realização de atividades, eventos, consultoria, cooperação técnica e assessoria.

§ 1º - Deverá ser dada publicidade ao Edital de Concurso de Projetos na imprensa oficial, com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência, bem como, providenciar a divulgação/disponibilização no site da Prefeitura de Municipal de Barra do Bugres.

§ 2º - O Município poderá, mediante decisão fundamentada, excepcionar a exigência prevista no caput nas seguintes situações:

I - Nos casos de emergência ou calamidade pública, quando caracterizada situação que demande a realização ou manutenção de Termo de Parceria pelo prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação da vigência do instrumento;

II - Para a realização de programas de proteção a pessoas ameaçadas ou em situação que possa comprometer sua segurança; ou

III - nos casos em que o projeto, atividade ou serviço objeto do Termo de Parceria já seja realizado adequadamente com a mesma entidade há, pelo menos, cinco anos e cujas respectivas prestações de contas tenham sido devidamente aprovadas.

Art. 4° - Para a realização de Concurso de Projetos, a Administração Municipal deverá elaborar Termo de Referência, detalhando com clareza, objetividade a especificação técnica do bem, do projeto, do serviço a ser obtido ou realizado por meio do Termo de Parceria.

Art. 5° - O edital do Concurso de Projeto deverá constar, no mínimo, informações sobre:

I - Datas, prazos, condições, local e forma de apresentação das propostas;

II - Especificações técnicas do objeto do Termo de Parceria;

III - Critérios de seleção e julgamento das propostas;

IV - Datas do julgamento e data provável de celebração do Termo de Parceria;

V - Valor máximo a ser desembolsado.

Art. 6° - A Organização da Sociedade Civil de Interesse Público deverá apresentar seu projeto técnico e o detalhamento dos custos operacionais e administrativos a serem realizados na sua implementação e a Administração Municipal.

CAPÍTULO II - DA COMISSÃO JULGADORA

Art. 7° - A Administração Municipal designará Comissão Julgadora do Concurso de Projetos, por ato específico, que será composta, no mínimo, por:

I - Um servidor ocupante de cargo efetivo;

II - Um especialista no tema do concurso de projetos; e

III - Um membro do Conselho de Política Pública da área de competência, quando houver.

§ 1° - A Administração Municipal deverá instruir a Comissão Julgadora sobre a pontuação pertinente a cada item da proposta ou projeto e zelará para que a identificação da organização proponente seja omitida durante seu julgamento.

§ 2° - A comissão julgadora pode solicitar a Administração Municipal informações adicionais sobre os projetos.

§ 3° - A comissão julgadora realizará a classificação dos projetos técnicos e propostas das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público participantes no Concurso de Projetos, conforme os critérios estabelecidos na Lei Federal n° 9.790/99, no Decreto Federal n° 3.100/99, neste Decreto e no edital.

Art. 8º - Antes da celebração do Termo de Parceria deverá a Comissão Julgadora verificar:

I - A validade da certidão de regularidade expedida pelo Ministério da Justiça;

II - O regular funcionamento da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, através de atestados de capacidade técnica;

III - O exercício, pela Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, de atividades referentes à matéria objeto do Termo de Parceria nos últimos três anos, que se verificará pela data de fundação descrita no estatuto e cartão CNPJ.

Art. 9° - Após o julgamento definitivo dos projetos técnicos e propostas, a Comissão Julgadora apresentará, na presença dos concorrentes, os resultados de seu trabalho, indicando os aprovados.

§ 1° - A Administração Municipal:

I - Não examinará recursos administrativos contra as decisões da Comissão Julgadora;

II - Não poderá anular ou suspender administrativamente o resultado do concurso nem celebrar outros Termos de Parceria, com o mesmo objeto, sem antes finalizar o processo iniciado pelo concurso.

§ 2°- Após o anúncio público do resultado do concurso, a Administração Municipal o homologará, sendo imediata a celebração dos Termos de Parceria pela ordem de classificação dos aprovados.

Art. 10 - É vedada a celebração de Termo de Parceria com Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público que tenham, em suas relações anteriores, incorrido em pelo menos uma das seguintes condutas:

I - Omissão no dever de prestar contas;

II - Descumprimento injustificado do objeto de convênios, contratos de repasse ou termos de parceria;

III - Desvio de finalidade na aplicação dos recursos transferidos;

IV - Ocorrência de dano ao Erário;

V - Prática de outros atos ilícitos na execução de convênios, contratos de repasse ou termos de parceria.

CAPÍTULO III - DO TERMO DE PARCERIA

Art. 11 - O Termo de Parceria celebrado de comum acordo entre a Administração Municipal e a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público devidamente qualificada nos termos da legislação federal deverá discriminar direitos, responsabilidades e obrigações dos signatários.

§ 1° - A celebração do Termo de Parceria será precedida de consulta aos Conselhos de Políticas Públicas das áreas correspondentes de atuação.

§ 2° - A manifestação do Conselho de Política Pública será considerada para a tomada de decisão final em relação ao Termo de Parceria.

§ 3° - Caso não exista Conselho de Política Pública da área de atuação correspondente, a Administração Municipal fica dispensada de realizar a consulta, não podendo haver substituição por outro Conselho.

§ 4° - O Conselho de Política Pública terá o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento da consulta, para se manifestar sobre o Termo de Parceria, cabendo a Administração Municipal, em última instância, a decisão final sobre a celebração do respectivo Termo de Parceria.

Art. 12 - São cláusulas essenciais do Termo de Parceria:

I - Do objeto, que deverá conter a especificação detalhada do Programa de Trabalho proposto pela Organização da Sociedade Civil de Interesse Público;

II - Da estipulação de metas e dos resultados a serem atingidos e os respectivos prazos de execução ou cronograma;

III - Da previsão expressa dos critérios objetivos de avaliação de desempenho a serem utilizados, mediante indicadores de resultados;

IV - Da previsão de receitas e despesas a serem realizadas em seu cumprimento, estipulando item por item as categorias contábeis utilizadas pelas Organizações e detalhamento das remunerações e benefícios de pessoal a serem pagos com recursos oriundos ou vinculados ao Termo de Parceria, a seus diretores, empregados e consultores;

V - Do estabelecimento das obrigações da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, entre as quais a de repassar ao Município, ao término de cada exercício, relatório sobre a execução do objeto do Termo de Parceria, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, acompanhado de prestação de contas dos gastos e receitas efetivamente realizados, independentemente das previsões contidas no inciso IV deste artigo;

VI - Da publicação, na imprensa oficial ou em jornal de grande circulação no Município, do extrato do Termo de Parceria, contendo demonstrativo de sua execução física e financeira, conforme modelo simplificado estabelecido na Lei Federal nº 9.790, de 23 de março de 1999, contendo os dados principais da documentação obrigatória prevista no inciso V deste artigo, sob pena de não liberação dos recursos previstos no Termo de Parceria.

Art. 13 - Após assinatura do Termo de Parceria, a Administração Pública Municipal deverá publica no Diário Oficial, no prazo máximo de 15 (quinze) dias extrato do Termo de Parceria, conforme modelo disponibilizado no próprio Edital de Concurso de Projetos.

Parágrafo único - O Termo de Parceria deverá ser disponibilizado na íntegra no Portal da Transparência do Município de Barra do Bugres.

Art. 14 - A Organização da Sociedade Civil de Interesse Público protocolará na Secretaria Municipal correspondente à atividade do Termo de Parceria, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da assinatura do referido instrumento, regulamento próprio contendo os procedimentos que adotará para a contratação de prestação de serviços continuados ou não, aquisições de materiais e bens de consumo, com emprego de recursos provenientes do Poder Público, observados os princípios da princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência.

§ 1° - O Regulamento mencionado no caput deverá prever a necessidade de realização de cotação prévia junto a fornecedores do ramo, recomendando inclusive a verificação junto portais de cotações online, para fins de comprovar que os preços pagos pela OSCIP são condizentes com preços de mercado.

§ 2° - Caso a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público adquira bem imóvel com recursos provenientes da celebração do Termo de Parceria, será este gravado com cláusula de inalienabilidade.

§ 3° - O Regulamento de contratação de serviços, fornecimento e aquisições deverá ser publicado no site da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, Diário Oficial, Portal da transparência do Município, bem como, encaminhado para Comissão de Avaliação.

Art. 15 - A Organização da Sociedade Civil de Interesse Público durante processo de seleção para contratação dos profissionais e de empresas prestadoras de serviços para execução do projeto, deverá observar os princípios constitucionais da impessoalidade, publicidade e moralidade, bem como, avaliar a existência de capacidade técnica, idoneidade moral, conduta ilibada, compatibilidade de jornada, responsável técnico com formação na área exigida.

Art. 16 - Qualquer alteração realizada no Estatuto da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público posteriormente à assinatura do Termo de Parceria deverá ser entregue Secretaria Municipal correspondente à atividade do Termo de Parceria.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal correspondente deve obrigatoriamente informar a Comissão de Avaliação, ao Fiscal de Contrato e ao Gestor de Contratos, Convênios e Parcerias as alterações do Estatuto.

Art. 17 - O Termo de Parceria poderá ser celebrado por período superior ao do exercício fiscal.

Parágrafo único - Caso o Termo de Parceria termine sem o adimplemento total do objeto ou havendo excedentes financeiros disponíveis com a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, poderá o referido Termo de Parceria ser prorrogado até o adimplemento total ou devolução da verba excedente.

Art. 18 - A movimentação dos recursos destinados ao cumprimento do Termo de Parceria deverá ser feita em contas bancária específica, exclusivas para o Município de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso.

Art. 19 - O Termo de Parceria deverá ser assinado pelo Prefeito(a) Municipal e também pelo titular da Secretaria Municipal responsável por sua celebração, vedada a delegação de competência para esse fim.

Art. 20 - A execução do objeto do Termo de Parceria será acompanhada e fiscalizada pela Secretaria Municipal correspondente à atividade do Ter-

mo de Parceria, pelos Conselhos de Políticas Públicas das áreas correspondentes de atuação, juntamente com a Comissão de Avaliação, órgão colegiado destinado a monitorar e avaliar os resultados atingidos e prestação de contas, e, pelos Fiscais de Contratos/Termo de Parceria nomeados através de Portaria específica para este fim, bem como pelo Gestor de Contratos, Convênios e Parcerias.

Parágrafo único - Antes do início da execução do Programa de Trabalho, o Secretário Municipal correspondente à atividade fomentada, deverá realizar reunião de iniciação do Termo de Parceria com os responsáveis pela fiscalização a nível de resultados e a nível de prestações de contas dos recursos empregados, registrando em ata assinada por todos, informando sobre os procedimentos de acompanhamento e fiscalização do Termo de Parceria.

Art. 21 - Os responsáveis pela fiscalização do Termo de Parceria, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade na utilização de recursos ou bens de origem pública pela organização parceira, darão imediata ciência a Controladoria Geral do Município, ao Tribunal de Contas e ao Ministério Público, sob pena de responsabilidade solidária.

Art. 22 - A liberação de recursos para execução do Termo de Parceria deverá ser realizada de acordo com o cronograma apresentado no Programa de Trabalho.

CAPÍTULO IV - DO PROGRAMA DE TRABALHO

Art. 23 - Recebido o Termo de Parceria, a Secretaria Municipal correspondente à atividade fomentada deverá solicitar a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público contratada a elaboração do Programa de Trabalho, de acordo com a sua necessidade e observando os parâmetros definidos no Termo de Referência obedecendo o valor máximo estabelecido no Edital de Concurso de Projeto e seus Anexos e no próprio Termo de Parceria.

§ 1° - O Programa de Trabalho proposto pela Organização da Sociedade Civil de Interesse Público deverá ser entregue no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a solicitação da Secretaria.

§ 2° - Identificada alguma irregularidade, contradição ou imprecisão no Programa de Trabalho elaborado pela Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, a mesma será notificada para sanar as irregularidades no prazo máximo de 05 (cinco) dias.

§ 3° - A Organização da Sociedade Civil de Interesse Público somente começará a prestar serviço após aprovação do Programa de Trabalho, que deverá ser aprovado pela Secretaria Municipal correspondente à atividade fomentada e Chefe do Poder Executivo, quando então será emitida a Ordem de Serviço pelo Secretário da Pasta.

§ 4° - Os ajustes, alterações e acréscimos realizados durante a execução do objeto integrarão o Programa de Trabalho, desde que submetidos e aprovados previamente pelo Secretário Municipal correspondente à atividade fomentada, devendo ser formalizados através de Termo Aditivo ou Termo de Apostilamento conforme o caso.

§ 5° - O Programa de Trabalho e suas alterações deverão ser publicados no Portal da Transparência do Município de Barra do Bugres.

Art. 24 - A especificação do Programa de Trabalho proposto pela Organização da Sociedade Civil de Interesse Público será executada, nos seguintes termos:

I - Identificação do projeto a ser executado;

II - Metas a serem atingidas;

III - Resultados esperados;

IV - Etapas ou fases de execução;

V - Plano de aplicação dos recursos financeiros com detalhamento dos custos referente ao pagamento dos profissionais e prestadores de serviços contratados para execução do Programa de Trabalho (custos diretos) e os custos administrativos, operacionais e institucionais para gestão do programa (custos indiretos);

VI - Previsão de início e término da execução do objeto.

§ 1° - O Programa de Trabalho deve conter discriminação pormenorizada dos serviços necessários à execução do Termo de Parceria, respectivos custos, fixação de metas, definição de indicadores quantitativos e qualitativos, capazes de proporcionar subsídios para avaliação dos gastos e resultados alcançados.

§ 2º - Poderão ser pagas, entre outras despesas, com recursos vinculados à parceria:

I - Remuneração da equipe de trabalho (celetista ou pessoa jurídica) encarregada da execução do Programa de Trabalho, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas;

II - Diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação nos casos em que a execução do objeto da parceria assim o exija;

III - Custos indiretos necessários à execução do objeto, seja qual for a proporção em relação ao valor total da parceria, inclusive de pessoal próprio da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, que realizam trabalhos administrativos, bem como:

a - Os custos indiretos proporcionais podem incluir despesas de internet, transporte, aluguel e telefone, bem como remunerações de serviços contábeis e de assessoria jurídica, desde que tenham por objeto a execução do Programa de Trabalho pactuado com a Administração Municipal sempre observando a razoabilidade, proporcionalidade dos gastos e o Regulamento para contratação de serviços e aquisições diversas previstas no art. 14 deste decreto.

b - Quando os custos indiretos forem pagos também por outras fontes, a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público deve apresentar a memória de cálculo do rateio da despesa, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela dos custos indiretos.

IV - Aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e serviços de adequação de espaço físico, desde que necessários à instalação dos referidos equipamentos e materiais.

§ 4° - A comprovação do recolhimento dos encargos trabalhistas (FGTS, INSS/GFIP) previsto no art. 24, § 2°, inciso I deste decreto, que poderão ser pagas com recursos da parceria, deverão ser comprovados pela OSCIP, entretanto as guias deverão ser geradas de forma individualizada, relacionando apenas os funcionários celetistas contratados para a execução do Programa de Trabalho junto a Prefeitura Municipal de Barra do Bugres.

§ 5° - É expressamente vedada a estipulação de qualquer percentual ou índice ou percentual fixo incidente sobre o valor total do repasse ou de qualquer outra receita, para efeito de previsão de despesas administrativas, devendo a fixação dessas se dar em valor nominal expresso, conforme inciso III e IV, do art. 24, § 2°, deste Decreto.

§ 6º - As despesas das Organizações das Sociedades Civis de Interesse Público para execução do Termo da Parceria devem conter o detalhamento específico de todas as despesas que serão remuneradas pela Administração Municipal.

§ 7º - A inadimplência da Administração Pública não transfere à Organização das Sociedades Civis de Interesse Público a responsabilidade pelo pagamento de obrigações vinculadas à parceria com recursos próprios.

§ 8º - A inadimplência da Organização das Sociedades Civis de Interesse Público em decorrência de atrasos na liberação de repasses relacionados à parceria não poderá acarretar restrições à liberação de parcelas subsequentes.

§ 9º - O pagamento de remuneração da equipe contratada pela Organização da Sociedade Civil de Interesse Público com recursos da parceria não gera vínculo trabalhista com o Poder Público.

Art. 25 - A Organização da Sociedade Civil de Interesse Público têm autonomia para estipular os limites e os critérios para despesa com remuneração e vantagens de qualquer natureza a serem percebidas pelos seus dirigentes e empregados no exercício de suas funções, respeitando a razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, bem como, que os valores praticados estejam compatíveis com os valores pago pelo mercado, conforme previsto na Lei Federal 9.790/99, não sendo vedada a remuneração de empregados e diretores, estatutários ou não, por meio de interposta pessoa jurídica desde que previsto em Estatuto, ficando a instituição unicamente responsável por qualquer responsabilidade trabalhista eventualmente originada pela adoção desta forma de contratação.

Parágrafo único - A Comissão de Avaliação poderá questionar ou impugnar eventuais pagamentos desproporcionais e incompatíveis com valores de mercado, solicitando as devidas justificativas com relação aos valores e a comprovação da eventual pesquisa de preços realizadas para efeitos de comprovação com os valores de mercado, não sendo convencida dos valores poderá rejeitar o pagamento considerado acima de valor, ou mesmo, não aceitar o referido pagamento em prestações de contas futuras.

Art. 26 - Os gastos com força de trabalho das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público não deverão ser incluídos nas despesas de pessoal para fim de cálculo dos limites previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme Portaria do STN.

CAPÍTULO V - DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

Art. 27 - A execução do Termo de Parceria deverá ser monitorada e analisada por Comissão de Avaliação, órgão colegiado destinado a monitorar e avaliar os resultados atingidos em decorrência da parceria celebrada, mediante Termo de Parceria, constituído por ato específico e publicado em meio oficial, composta de comum acordo entre a Administração Municipal e a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

§ 1° - A Comissão de Avaliação deverá ser composta por:

I - Dois membros do Poder Executivo;

II - Um fiscal do Termo de Parceria;

III - Um membro da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público; e

IV - Um membro indicado pelo Conselho de Política Pública da área de atuação correspondente, quando houver.

§ 2º - A Comissão de Avaliação poderá solicitar equipe de apoio para auxiliar no acompanhamento, análise e monitoramento do Termo de Parceria e da Prestação de Contas.

Art. 28 - A Organização da Sociedade Civil de Interesse Público emitirá mensalmente relatório demonstrando os indicadores quantitativos e qualitativos das atividades executadas de acordo com o Programa de Trabalho e protocolará na Secretaria Municipal correspondente à atividade fomentada.

§ 1° - O Secretário Municipal correspondente, encaminhará o relatório à Comissão de Avaliação para análise e monitoramento dos resultados oriundos da execução do Programa de Trabalho.

§ 2° - Ao analisar o relatório, a Comissão de Avaliação, poderá caso tenha dúvidas ou questionamentos, solicitar esclarecimentos ao Secretário Municipal correspondente e a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

§ 3° - A Comissão de Avaliação deverá emitir o relatório conclusivo no prazo de 30 (trinta) dias após recebido o relatório, de acordo com o Programa de Trabalho e Termo de Parceria, e encaminhará ao Secretário Municipal correspondente, a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público e ao Fiscal do Contratos/Termo de Parceria e Gestor de Contratos, Convênios e Parcerias.

CAPÍTULO VI - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art.29 - A Administração Municipal deverá manter a Comissão de Avaliação constituída de profissionais habilitados e com experiência necessária ao acompanhamento e análise da Prestação de Contas.

Parágrafo único - A Comissão de Avaliação deverá elaborar calendário de modo a informar mensalmente o prazo para análise e o resultado conclusivo da Prestação de Contas.

Art. 30 - A Organização da Sociedade Civil de Interesse Público terá de instruir a Prestação de Contas, que deverá ser entregue mensalmente e ao término do Termo de Parceria, com os seguintes documentos:

I - Relatório de execução das atividades objeto do Termo de Parceria, contendo comparativo entre metas propostas e os resultados alcançados;

II - Demonstrativo integral da receita e despesa realizada na execução do termo de parceria;

III - Memória de cálculo do rateio das despesas realizadas, de modo a possibilitar, no âmbito de cada instrumento pactuado, a comprovação da conformidade da aplicação dos recursos;

IV - Demonstração das origens e aplicações dos recursos;

V - A relação de municípios que possui Termo de Parceria vigente para rateio;

VI - Demonstração dos resultados final do exercício;

VII - Balanço patrimonial, na prestação de contas anual, no prazo legal exigível;

VIII - Notas explicativas das demonstrações contábeis, caso necessário.

§ 1° - Para efeito do disposto no caput deste artigo, entende-se por Prestação de Contas a comprovação da correta aplicação dos recursos públicos recebidos e do adimplemento do objeto do Termo de Parceria.

§ 2° - A Prestação de Contas da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público devem estar suportados por documentos comprobatórios que comprovem que os serviços foram efetivamente prestados e efetivamente pagos.

§ 3° - Na Prestação de Contas final do Termo de Parceria, a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, deve apresentar ainda, a restituição do saldo provisão e seus rendimentos.

Art. 31 - A Organização da Sociedade Civil de Interesse Público deverá protocolar até o 5° (quinto) dia útil do mês subsequente a Prestação de Contas diretamente com a Comissão de Avaliação ou junto ao Gestor de Contratos, Convênios e Parcerias.

§ 1° - A Comissão de Avaliação deverá analisar a Prestação de Contas e emitir relatório no prazo de até 60 (sessentas) dias após o recebimento.

§ 2° - Após conclusão do relatório, a Comissão de Avaliação encaminhará a Prestação de Contas ao Gestor de Contratos, Convênios e Parcerias que deverá emitir relatório conclusivo da Prestação de Contas e encaminhar ao Secretário Municipal correspondente à atividade fomentada, a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público e Controladoria Geral do Município.

Art. 32 - O Processo de Pagamento deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - Prestação de Contas dos custos referente ao pagamento da equipe de trabalho, bem como, dos custos referente as despesas administrativas, operacionais e institucionais entregues pela Organização da Sociedade Civil de Interesse Público;

II - Relatório dos Fiscais de Contratos;

III - Relatório conclusivo do Gestor de Contratos, Convênios e Parcerias.

§ 1° - A cada bimestre fará parte do Processo de Pagamento:

I - Relatório da Comissão de Avaliação sobre análise da Prestação de Contas;

II - Relatório conclusivo do Gestor de Contratos, Convênios e Parcerias sobre análise da Prestação de Contas.

§ 2° - A cada quadrimestre, fará parte do Processo de Pagamento o relatório conclusivo da Comissão de Avaliação sobre análise e monitoramento dos indicadores quantitativos e qualitativos da execução do Termo de Parceria.

§ 3° - Somente poderá ser pago a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público se o Processo de Pagamento estiver instruído com todos os documentos citados acima.

CAPÍTULO VII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 33 - A Organização da Sociedade Civil de Interesse Público deverá realizar auditoria independente acerca da aplicação dos recursos objetos do Termo de Parceria, nos casos em que o valor do dispêndio seja igual ou superior a R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais).

Art. 34 - Fica o Secretário de Administração responsável por capacitar os servidores que participarão da Comissão de Avaliação, Fiscais do Termo de Parceria e Gestor de Contratos, Convênios e Parcerias.

Parágrafo único - A Capacitação deve obrigatoriamente ocorrer antes do início da vigência do Termo de Parceria.

Art. 35 - Aplica-se, no que couber ao âmbito municipal, as disposições da Lei Federal nº 9.790, de 23 de março de 1999 e do Decreto Federal nº 3. 100, de 30 de junho de 1999.

Art. 36 - As despesas decorrentes da execução deste decreto correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente, suplementadas, se necessário.

Art. 37 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 17 de agosto de 2019.

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta secretaria na data supra.

GRACIANO BERNARDINO MEIATO

Secretário Municipal de Administração

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 026 DE 20 DE AGOSTO DE 2019 - NOMEAÇÃO

PORTARIA Nº 026 DE 20 DE AGOSTO DE 2019 - NOMEAÇÃO

Dispõe sobre a nomeação do cargo comissionado de Técnico Administrativo, na Câmara Municipal de Barra do Bugres-MT.

O Presidente da Mesa Diretora no uso de suas atribuições legais que lhe são permitidos pela Lei Orgânica Municipal e pelo Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a partir do dia 20/08/2019 o Sr. **Júlio Cezar de Souza**, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.309.675-1 e do CPF sob o nº 695.566.529-49, no cargo de provimento em Comissão – Técnico Administrativo, constante na Resolução nº 003/2008 – Institui o Plano de Cargos e Desenvolvimento de Carreiras e Remuneração dos Servidores do Poder Legislativo Municipal de Barra do Bugres/MT.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES, EM 20 DE AGOSTO DE 2019.

"REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE".

Josoel Izídio Barboza

Presidente

Registrado nesta Secretaria e publicado no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios - Mato Grosso: https://diariomunicipal.org/mt/amm .

Câmara Municipal de Barra do Bugres, 20 de gosto de 2019.

Rudinei da Cruz LinharesSecretário GeralPortaria nº003/2019

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 027/2019

PORTARIA Nº 027/2019

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, QUE LHES SÃO CONFERIDAS POR LEI, ETC.....

RESOLVE:

Art. 1° - Autorizar a conduzir os veículos oficiais da Câmara Municipal de Barra do Bugres, além daqueles ocupantes do cargo de Motorista, o servidor comissionado Sr. **JULIO CEZAR DE SOUZA,** Técnico Administrativo nomeado através da Portaria nº 026/2019, de 20 de agosto de 2019.

Art. 2° - Qualquer dano, multa ou outra despesa comprovadamente ocasionada por irresponsabilidade ou mau uso do veículo por parte do condutor, serão de responsabilidade do mesmo, sob pena das medidas legais cabíveis.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data, revogadas as disposições em contrário.

"REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE".

Gabinete da Presidência da Câmara de Vereadores do Município de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, aos 20 dias do mês de agosto de 2019.

Josoel Izídio Barboza

Presidente

Registrado nesta Secretaria e publicado no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios - Mato Grosso: https://diariomunicipal.org/mt/amm .

Câmara Municipal de Barra do Bugres, 20 de agosto de 2019.

Rudinei da Cruz LINHARES

Secretário Geral

Portaria nº003/2019

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 2.383/2019

LEI MUNICIPAL Nº 2.383/2019

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A PAROQUIA SANTA CRUZ DE BARRA DO BUGRES-MT.

A Câmara Municipal de Barra do Bugres, tendo em vista o que dispõe o artigo 59 da Lei Orgânica Municipal, aprova e o Prefeito Municipal **RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO**, nos termos do artigo 77 da Lei Orgânica Municipal, sanciona a seguinte lei.

Art.1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Paroquia Santa Cruz, inscrita no CNPJ sob o nº 03.192.499/0013-08, com sede na Rua Pedrito Ribeiro Taques nº 315 – Centro, Município de Barra do Bugres-MT.

Art.2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 15 de agosto de 2019.

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO

Prefeito Municipal

Autoria:

Vereador: Jamil Pinheiro dos Santos

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA

PORTARIA Nº. 235/2019 - "DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SERVIDOR PARA O CARGO DE FISCAL DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

"Dispõe sobre a nomeação do servidor para o cargo de Fiscal de Contrato e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Araguaia, Estado de Mato Grosso, Senhor **RONALDO ROSA DE OLIVEIRA**, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo n. 109 inciso V.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear para Fiscal do **CONTRATO Nº. 054/2019 – PREGÃO PRESENCIAL N°. 015/2019 - PROCESSO Nº. 37/2019 – Casa de apoio em Água Boa - MT** – a servidora abaixo relacionada:

NOME	MATRICULA	CARGO	FUNÇÃO
CINTIA DA SILVA LUZ	N.º. 88	RECEPCIONISTA	FISCAL DE CONTRATO

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Bom Jesus do Araguaia/MT, 20 de agosto de 2.019.

RONALDO ROSA DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
ASSESSORIA TÉCNICA I

Extrato do 04° Termo ao Contrato Administrativo n.º 178/2017-PGM

Contratante: Prefeitura Municipal de Cáceres-MT

Contratada: HS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA EPP

Objeto: Aditar o **PRAZO DA VIGÊNCIA E EXECUÇÃO** do Contrato Administrativo n° 178/2017 – PGM celebrado entre o Município de Cáceres através da **Secretaria Municipal de Educação** e a empresa **HS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA EPP,** para mais **365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.**

Cáceres – MT, 21 de agosto de 2019.

Antônia Eliene Liberato Dias

Secretaria Mun. de Educação

EDITAL COMPLEMENTAR 008/2019 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2019 - SMS/RESULTADO PRELIMINAR PROVA OBJETIVA

EDITAL N° 002/2019 – PROCESSO SELETIVO SIMPLICICADO DE PROVAS

EDITAL COMPLEMENTAR 008

A Secretaria Municipal de Saúde de Cáceres – MT, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto no art.37, da Constituição da República Federativa do Brasil/88, na Lei Orgânica do Município, na Lei 1931/2005 e demais Leis que criaram os cargos.

RESOLVE:

I – **TORNAR PÚBLICO** o resultado preliminar da prova objetiva, conforme ANEXO I e II deste edital.

Cáceres/MT, 22 de Agosto de 2019.

SILVANA MARIA DE SOUZA

Secretária Municipal de Saúde em Substituição

ARLAN MARTINS DA SILVA

Presidente da Comissão do Seletivo

ANEXO I

ATENDENTE DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO

Nº	CANDIDATO	RG	CARGO	PORTUGUES	MATEMÁTICA	C. ESPECIFICO	NOTA
1	MARIA HELENA DA SILVA	23/04/1968	ATENDENTE DE CONS. DENTÁRIO	1	0	4	20,5
2	THAIS PEREIRA DOS SANTOS	17/03/1990	ATENDENTE DE CONS. DENTÁRIO	2	1	4	30,5
3	MALVINA CEBALHO MOREIRA	14/08/1991	ATENDENTE DE CONS. DENTÁRIO	2	2	3	30,5
4	VANUSA DE CARVALHO OLIVEIRA	08/01/1976	ATENDENTE DE CONS. DENTÁRIO	3	3	7	60,5
5	ANA MARIA REIS ANTUNES	05/03/1978	ATENDENTE DE CONS. DENTÁRIO	1	2	3	30,0
6	SANDRA APARECIDA DA SILVA RUIZ	26/06/1984	ATENDENTE DE CONS. DENTÁRIO	1	4	3	40,0
7	VANDERLEIA PLAQUI MALDONADO	06/07/1990	ATENDENTE DE CONS. DENTÁRIO	0	0	7	30,5
8	FLAVIA CAMILA CASTANO GARCIA	16/03/1994	ATENDENTE DE CONS. DENTÁRIO	Ausente	Ausente	Ausente	Desclassificado

ANEXO II

Nº	CANDIDATO	DATA NASCIMENTO	CARGO	PORTUGUES	MATEMÁTICA	C. ESPECIFICO	NOTA
1	ADEJANIR AVELINA DA SILVA	11/02/1976	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	1	3	3	30,5
2	ADRIANA DA SILVA CAMPOS	23/02/1979	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	2	1	6	40,5
3	ADRIANE MARIA COSTA DE LARA	22/03/1980	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	Ausente	Ausente	Ausente	Desclassificado
4	ADRIELE DA SILVA LIMA	23/10/1993	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	4	0	5	40,5
5	ALINE REGINA GOMES ANTONIASSI	22/07/1996	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	2	1	7	50,0

6	ALZIANE DE SOUZA SANTOS	26/11/1991	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	2	2	5	40,5
7	AMABIA NUNES DE MIRANDA	22/11/1989	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	1	1	6	40,0
8	ANA CLAUDIA QUINTINO ALVES	01/04/1977	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	1	1	4	30,0
9	ANA LAURA SOUZA CAMPOS DE LIMA	24/08/1992	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	2	2	5	40,5
10	ANA LUCIA ALVES DA SILVA	31/07/1981	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	0	1	6	30,5
11	ANA MARIA PINTO DE FARIAS	10/05/1981	TÉCNICA EM ENFERMAGEM	2	2	6	50,0
12	ANA PAULA DO ESPIRITO SANTO FERREIRA	20/03/1998	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	2	3	5	50,0
13	ANGELUCIA ALVES DA SILVA	28/04/1980	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	Ausente	Ausente	Ausente	Desclassificado
14	ANGELUCIA RAMOS	09/08/1983	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	1	2	5	40,0
15	ANTONIO ALVES PEREIRA FILHO	08/08/1980	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	Ausente	Ausente	Ausente	Desclassificado
16	APARECIDA DA SILVA	01/04/1981	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	1	3	7	50,5
17	ARIANE DA SILVA	09/09/1983	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	2	1	7	50,0
18	CARLUCIA COSTA GOMES	22/02/1979	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	2	1	4	30,5
19	CEILA MARIA MENDES	06/04/1976	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	2	2	5	40,5
20	CELIA PRIMO DA CUNHA DE LOURDES	27/04/1968	TÉCNICA EM ENFERMAGEM	2	1	4	30,5
21	CELSO DA SILVA NUNES	11/04/1975	TÉCNICA EM ENFERMAGEM	1	1	6	40,0
22	CLAUDIA MARQUES DE ARRUDA	08/03/1984	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	2	2	6	50,0
23	CLAUDINEIA SUDARIO DE OLIVEIRA	08/07/1972	TÉCNICA EM ENFERMAGEM	Ausente	Ausente	Ausente	Desclassificado
24	CRISTIANE GONÇALVES ROBELO LIBONIO	08/01/1980	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	2	0	6	40,0
25	DAIANY FERNANDES PAEZANO	28/09/1994	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	0	0	6	30,0
26	DAISE ALVES PEREIRA	22/09/1976	TÉCNICA EM ENFERMAGEM	2	1	4	30,5
27	DANIANY MORAES DE OLIVEIRA	25/03/1989	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	Ausente	Ausente	Ausente	Desclassificado
28	DANIELLE VERA DA SILVA PEREIRA	08/07/1983	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	1	2	7	50,0
29	DAYANA KELREN DA SILVA ASSUNÇÃO	03/05/1985	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	1	1	6	40,0
30	DAYANE TOLEDO SILVA DE JESUS	29/06/1988	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	Ausente	Ausente	Ausente	Desclassificado
31	DENISE DE OLIVEIRA GOMES	17/06/1992	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	Ausente	Ausente	Ausente	Desclassificado
32	DIEGO DE MEDEIROS SANTOS	17/01/1984	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	Ausente	Ausente	Ausente	Desclassificado
33	DOMINGAS DOS SANTOS SILVA	1378148-0	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	1	1	4	30,0
34	ELIANE SILE JUSTIANO	06/08/1989	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	1	0	4	20,5
35	ELIENE SANTOS ALMEIDA	08/02/1974	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	Ausente	Ausente	Ausente	Desclassificado
36	ELINEIDE APARECIDA DA SILVA CARDOZO CORREIA	12/02/1976	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	2	1	5	40,0
37	ELIZABETH FERREIRA DOS SANTOS	02/10/1973	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	1	1	2	20,0
38	FABIO ALVES DOS SANTOS	03/02/1984	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	0	1	6	30,5
39	FATIMA HELENA GONÇALVES SILVA	22/05/1969	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	Ausente	Ausente	Ausente	Desclassificado
40	GENILZA DE ARRUDA	17/07/1986	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	1	1	4	30,0
41	GILDETE ALVES DA CRUZ	14/11/1974	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	3	2	4	40,5
42	GIRLANE COELHO PARE BISINOTO	05/12/1995	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	1	1	3	20,5
43	GISELLE ANTONIA DOS REIS MEDEIROS	13/06/1979	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	Ausente	Ausente	Ausente	Desclassificado
44	GUILHERME ECLAIR DOS SANTOS CARDOSO	27/12/1995	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	2	0	5	30,5
45	HODEVÁ BUNI DE SOUZA	05/06/1992	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	0	1	6	30,0
46	INDIANA CRISTINA ARTINS DA SILVA	01/01/1988	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	Ausente	Ausente	Ausente	Desclassificado
47	IVONE APARECIDA DA SILVA	08/02/1973	TÉCNICA EM ENFERMAGEM	0	2	4	30,0
48	IVONE DE SOUZA FARIAS	25/08/1977	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	2	0	4	30,0

49	JANDIRA DA SILVA SANTOS	18/11/1982	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	1	1	3	20,5
50	JANES ALVES DE ARAUJO	19/12/1983	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	0	1	5	30,0
51	JANINE PAULA DA SILVA	08/09/1981	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	Ausente	Ausente	Ausente	Desclassificado
52	JESUINA APARECIDA DE CAMPOS	15/09/1979	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	3	1	6	50,0
53	JORGINA CONCEIÇÃO PARABÁ	20/03/1978	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	1	2	4	30,5
54	JOSEFA DA SILVA SANTANA	04/03/1989	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	1	1	7	40,5
55	JUCILENE ELENIR CHARMO	02/07/1978	TÉCNICA EM ENFERMAGEM	1	2	6	40,5
56	KEILA MONICA AGUERO	27/02/1977	TÉCNICA EM ENFERMAGEM	2	3	6	50,5
57	KEILA PAIVA DA SILVA	22/06/1978	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	Ausente	Ausente	Ausente	Desclassificado
58	KELLER MARIANE DUARTE DE LIRA	06/01/1981	TÉCNICA EM ENFERMAGEM	3	0	5	40,0
59	KELLY CRISTINA DE OLIVEIRA	11/02/1987	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	Ausente	Ausente	Ausente	Desclassificado
60	KELLY CRISTINA DELUQUE DA SILVA	13/02/1986	TÉCNICA EM ENFERMAGEM	1	1	5	30,5
61	KELVIA BORGES DOS SANTOS COSTA	23/11/1992	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	1	4	6	50,5
62	LILIAN DUARTE VARGAS	16/06/1992	TÉCNICA EM ENFERMAGEM	1	1	4	30,0
63	LUCIANA APARECIDA BOTELHO	12/12/1974	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	2	2	5	40,5
64	LUCIENE MARCIA DE SOUZA VILA	12/03/1974	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	Ausente	Ausente	Ausente	Desclassificado
65	LUIZ LEITE RIBEIRO	06/08/1975	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	2	0	5	30,5
66	LUZIA FERNANDES	19/05/1972	TÉCNICA EM ENFERMAGEM	1	2	1	20,0
67	LUZINIL ROSÁLIA DA SILVA	25/08/1982	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	2	0	1	10,5
68	MARCELA CLARA DE MIRANDA	08/10/1981	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	2	1	5	40,0
69	MARCIA BENEDITA PEREIRA DA SILVA	27/07/1979	TÉCNICA EM ENFERMAGEM	Ausente	Ausente	Ausente	Desclassificado
70	MARGARETE DA SILVA PLAQUI	19/05/1983	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	Ausente	Ausente	Ausente	Desclassificado
71	MARIA CONSUELO PEREIRA DA SILVA	20/03/1966	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	1	2	0	10,5
72	MARIA DA CRUZ DA CONCEIÇÃO	03/05/1966	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	1	1	7	40,5
73	MARIA DE FATIMA SEIDHT MOTA	25/09/1967	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	Ausente	Ausente	Ausente	Desclassificado
74	MARIA EDNA DA SILVA ALVES DE OLIVEIRA	10/06/1975	TÉCNICA EM ENFERMAGEM	1	0	5	30,0
75	MARIA JOSE DE CASTRO	07/06/1973	TÉCNICA EM ENFERMAGEM	2	0	3	20,5
76	MARIA LUCIA ESPINOSA LIMA	31/12/1959	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	1	2	4	30,5
77	MARILUCI LOURENÇO MARTINS	26/06/1973	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	2	1	5	40,0
78	MARISA CRISPIN PEREIRA	15/06/1988	TÉCNICA EM ENFERMAGEM	3	1	6	50,0
79	MIRIAM LUIZA DE SOUZA	15/03/1979	TÉCNICA EM ENFERMAGEM	0	1	5	30,0
80	MONIQUE MICHELLE MATOS OLIVEIRA	12/08/1988	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	2	1	3	30,0
81	NAYHARA SATURNINO DOS SANTOS E SILVA	03/06/1989	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	Ausente	Ausente	Ausente	Desclassificado
82	NELMA CABRAL DE OLIVEIRA	24/12/1977	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	3	0	3	30,0
83	NEUZA HELENA DE OLIVEIRA	05/10/1978	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	1	2	4	30,5
84	NILCEIA DA SILVA FERREIRA	19/02/1976	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	3	1	6	50,0
85	ODETE DA SILVA	16/01/1974	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	4	4	4	60,0
86	PAMELA CRISTINA JESUS DOS SANTOS	08/11/1994	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	1	2	5	40,0
87	PATRICIA PEREIRA RAMOS	20/05/1983	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	Ausente	Ausente	Ausente	Desclassificado
88	RANYELLE ALMEIDA CAMILO	08/03/1989	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	2	1	4	30,5
89	ROSANGELA DA SILVA FERNANDES	29/04/1981	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	3	0	5	40,0
90	ROSIANE DE ALMEIDA	24/11/1981	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	2	0	4	30,0
91	ROSIVANI BARBOSA DOURADO	12/04/1986	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	3	1	7	50,5

92	SELMA MARTINS	12/03/1980	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	1	2	6	40,5
93	SILVANA CRISTIANO DE ARAUJO	10/03/1980	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	Ausente	Ausente	Ausente	Desclassificado
94	SILVANA DIAS TUSSUÉS DO NASCIMENTO	01/09/1989	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	2	1	7	50,0
95	SIRLEI CATARINA RONDON	29/11/1971	TÉCNICA EM ENFERMAGEM	1	1	5	30,5
96	SOLENIR CRISTIANY SILVA DE AQUINO	26/03/1975	TÉCNICA EM ENFERMAGEM	2	4	3	40,0
97	SUELEN ROJAS NEPOMUCENO	30/07/1987	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	2	2	6	50,0
98	SUZANIA SANTOS MOURA	18/06/1983	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	2	4	3	40,5
99	SUZILENE SZUBRIS DA SILVA	10/10/1979	TÉCNICA EM ENFERMAGEM	2	1	3	30,0
100	TAÍS APARECIDA ZATTAR	25/02/1983	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	Ausente	Ausente	Ausente	Desclassificado
101	VANESSA APARECIDA HONORIO	01/10/1990	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	Ausente	Ausente	Ausente	Desclassificado
102	VANIA DA CONCEIÇÃO SOARES	27/11/1974	TÉCNICA EM ENFERMAGEM	Ausente	Ausente	Ausente	Desclassificado
103	VERA LUCIA GONÇALVES DE SOUZA	16/11/1959	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	Ausente	Ausente	Ausente	Desclassificado
104	ZELAINE ROSA CAMPOS COUTO	03/03/1982	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	2	1	4	30,5

LEI Nº 2.789, DE 20 DE AGOSTO DE 2019

"Dispõe sobre autorização para firmar Termo de Repasse com o Conselho Deliberativo Escolar da EMPG Isabel Campos e abertura de Crédito Adicional Especial em favor da Secretaria Municipal de Assistência Social e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO: no uso das prerrogativas que lhe são estabelecidas pelo Artigo 74, Inciso IV da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Cáceres-MT, aprovou e eu sanciono a presente Lei.

Art. 1º Fica o Município de Cáceres autorizado a firmar Termo de Repasse com o Conselho Deliberativo Escolar da EMPG Isabel Campos.

Art. 2º Os recursos repassados serão aplicados conforme Plano de Trabalho apresentado pelo órgão ao CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no ato de sua formalização, que tem como objetivo desenvolver os projetos através de ações voltadas às crianças e adolescentes residentes no município de Cáceres –MT.

Parágrafo único. O recurso pode ser utilizado para transferência a entidades governamentais e não governamentais, observada a Lei Municipal n. º 2.473/2015, e também, o Edital Complementar n.º 002/2019 que dispõe sobre o resultado de seleção de projetos para subsídio do FMDCA.

Art. 3º A entidade governamental ou não governamental deverá prestar contas dos recursos recebidos, na forma da lei e conforme disposto no Plano de Trabalho e no Termo de Repasse.

Parágrafo único. O Município designará uma Comissão para fiscalizar e acompanhar a execução do Ter-mo;

Art. 4º Fica aberto, no Orçamento vigente, Crédito Adicional Especial no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Art. 5º O Crédito preconizado no art. 4º desta Lei destinar-se-á a acobertar despesas da Secretaria Municipal de Assistência Social e terá as seguintes características financeiras e Funcional Programáticas:

Órgão:	12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Unidade:	03 – FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	
Funcão:	08– ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Subfunção:	243 – ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	
Programa:	1009 – ASSISTENCIA SOCIAL	
Proj/Atividade:	**1276 – Contribuição ao Conselho Deliberativo Escolar da EMPG Isabel Campos**	
Natureza da Despesa	**Fonte de Recursos**	**Valor R$**
3.3.50.41 Contribuições	(300) Rec. Ordinários	20.000,00

Art. 6° Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 4o serão cobertos com o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, especificamente vinculado à conta 48.646-9.

Art. 7º A inclusão de Projeto Atividade, Categoria Econômica, Grupo e Modalidade de Aplicação, contida nesta Lei, o Crédito Adicional Especial passa a integrar a Lei nº 2.720, de 24 de dezembro de 2018-LOA/2019, Lei nº 2.676, de 30 de Julho de 2018-LDO/2019 e Lei nº 2.618, de 19 de dezembro de 2017-PPA/2018-2021 e suas alterações.

Art. 8° Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Cáceres/MT, 20 de agosto de 2019.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 522 DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das suas atribuições legais, que lhe confere o art. 74, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município, e a **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS,** no uso das atribuições, que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo Submetido ao memorando sob nº 19539 de 20 de agosto de 2019;

DECRETA:

Art. 1º Nomear o servidor **MÁRIO MARCIO FERREIRA** – Auxiliar Administrativo, para responder pela Coordenação de Tesouraria, sem ônus, da Secretaria Municipal de Finanças do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, em substituição a Titular **ADRIANA DEITOS**, que estará em gozo de Férias pelo período de 19 de agosto a 01 de setembro de 2019.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 20 de agosto de 2019.

ARLY MONTEIRO RODRIGUES

Secretária Municipal de Finanças

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

Afixado em: 20.08.19

LEI Nº 2.788, DE 20 DE AGOSTO DE 2019

"Dispõe sobre autorização para firmar Termo de Repasse com o Conselho Deliberativo Escolar da EMPG Vila Real e abertura de Crédito Adicional Especial em favor da Secretaria Municipal de Assistência Social e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO: no uso das prerrogativas que lhe são estabelecidas pelo Artigo 74, Inciso IV da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Cáceres-MT, aprovou e eu sanciono a presente Lei.

Art. 1º Fica o Município de Cáceres autorizado a firmar Termo de Repasse com o Conselho Deliberativo Escolar da EMPG Vila Real.

Art. 2º Os recursos repassados serão aplicados conforme Plano de Trabalho apresentado pelo órgão ao CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no ato de sua formalização, que tem como objetivo desenvolver os projetos através de ações voltadas às crianças e adolescentes residentes no município de Cáceres/MT.

Parágrafo único. O recurso pode ser utilizado para transferência a entidades governamentais e não governamentais, observada a Lei Municipal n. º 2.473/2015, e também, o Edital Complementar n.º 002/2019 que dispõe sobre o resultado de seleção de projetos para subsídio do FMDCA.

Art. 3º A entidade governamental ou não governamental deverá prestar contas dos recursos recebidos, na forma da lei e conforme disposto no Plano de Trabalho e no Termo de Repasse.

Parágrafo único. O Município designará uma Comissão para fiscalizar e acompanhar a execução do Termo.

Art. 4º Fica aberto, no Orçamento vigente, Crédito Adicional Especial no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Art. 5º O Crédito preconizado no art. 4º desta Lei destinar-se-á a acobertar despesas da Secretaria Municipal de Assistência Social e terá as seguintes características financeiras e Funcional Programáticas:

Órgão:	12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Unidade:	03 – FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	
Funcão:	08– ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Subfunção:	243 – ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	
Programa:	1009 – ASSISTENCIA SOCIAL	
Proj/Atividade:	**1.275 - CONTRIBUIÇÃO AO CONSELHO DELIBERATIVO ESCOLAR DA EMPG VILA REAL**	
Natureza da Despesa	**Fonte de Recursos**	**Valor R$**
3.3.50.41 Contribuições	(300) Rec. Ordinários	20.000,00

Art. 6° Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 4o serão cobertos com o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, especificamente vinculado à conta 48.646-9.

Art. 7º A inclusão de Projeto Atividade, Categoria Econômica, Grupo e Modalidade de Aplicação, contida nesta Lei, o Crédito Adicional Especial passa a integrar a Lei nº 2.720, de 24 de dezembro de 2018-LOA/2019, Lei nº 2.676, de 30 de Julho de 2018-LDO/2019 e Lei nº 2.618, de 19 de dezembro de 2017-PPA/2018-2021 e suas alterações.

Art. 8° Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Cáceres/MT, 20 de agosto de 2019.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

1º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 155/2018-PGM

TERMO ADITIVO Nº 001/2019-PGM

O município de Cáceres/MT, torna público a celebração do termo aditivo conforme abaixo:

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: TICKET SOLUÇÕES HDFGT S.A.

RESOLVEM:

CLÁUSULA PRIMEIRA – ADITAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 155/2018-PGM, celebrado entre o Município de Cáceres, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE e a empresa TICKET SOLUÇÕES HDFGT S.A, PARA MAIS 12 (DOZE) MESES contados a partir do dia 27/07/2019 até 26/07/2020, SEM RENOVAÇÃO DO VALOR ORIGINALMENTE CONTRATADO, correspondendo ao 1º Aditivo.

FISCAL DO CONTRATO:GILMAR PENTEADO DE OLIVEIRA**, CPF:** 056. 183.691-41

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 26 de julho de 2019.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2019 EDITAL COMPLEMENTAR Nº 67/2019

A Secretaria Municipal de Educação de Cáceres-MT, visando atender aos Princípios Constitucionais da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência, e:

Considerando o que consta no processo nº 47428 de 19 de novembro de 2018;

Considerando as atribuições da Comissão Paritária, responsável pela condução do Processo Seletivo Simplificado, instituída pela Portaria nº 481 de 11 de outubro de 2018;

RESOLVE:

I - DIVULGAR o Resultado da Etapa II disponibilizadas no edital complementar nº 066//2019 do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019, conforme **Anexo I**, deste edital.

II- CONVOCAR os candidatos Classificados no Processo Simplificado nº 001/2019, para comparecerem na **Secretaria Municipal de Educação**, situada na Avenida Getúlio Vargas – Nº 838, bairro Santa Isabel, ao lado da Secretaria Municipal de Saúde, no dia **22/08/2019 (quinta feira)**, **às 7:30:00 horas**, para compor o quadro de vagas apresentadas por esta secretaria, conforme **Anexo II** deste Edital;

III - INFORMAR que para ser contratado, no dia da lotação o candidato deverá apresentar cópias de documentos pessoais e afins, conforme **Anexo III.**

Cáceres, 21 de agosto 2019.

Arci Rezende Pereira da Rosa

Presidente da Comissão Organizadora do Processo Simplificado

Antônia Eliene Liberato Dias

Secretária Municipal de Educação

ANEXO I

DIVULGAR

AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL

CLASS	NOME	PROTOCOLO	AVALIAÇÃO	SITUAÇÃO
119	Roselei Hurtado da Cruz	191544111	NÃO INDICADA	ELIMINADA
120	Ana Maria da Silva	191842100	NÃO INDICADA	ELIMINADA

121	Bruna Massai Caetano	19925102	INDICADA	CLASSIFICADA
122	Antoniela Maria Fardim	19369126	NÃO INDICADA	ELIMINADA
123	Rosimeri de Souza Campos	1967157	INDICADA	CLASSIFICADA

ANEXO II – CONVOCAR

AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL

AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL

CLASSE	NOME	PROTOCOLO	AVALIAÇÃO	SITUAÇÃO
121	Bruna Massai Caetano	19925102	INDICADA	CLASSIFICADA
123	Rosimeri de Souza Campos	1967157	INDICADA	CLASSIFICADA

Anexo III

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA CONTRATAÇÃO

Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

Certidão de Casamento ou Nascimento;

Título de Eleitor;

Documentos que comprovem estar quites com as obrigações eleitorais;

Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

Carteira de Trabalho (páginas onde constam, foto, número e série da Carteira de Trabalho, Qualificação Civil e Contrato de Trabalho);

Cadastro do PIS/PASEP

Comprovante de Escolaridade, através de histórico escolar, diploma, conforme exigência do cargo ao qual concorre, devidamente registrado pelo MEC;

Número do CPF do Pai, Mãe, Cônjuge, Filhos e/ou dependentes;

Certidão de Nascimento dos filhos;

Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

Comprovante de Residência à data da Contratação;

Declaração negativa de acúmulo de cargo e emprego público, assinado pelo servidor;

Atestado Médico Admissional;

Certidão Negativa dos últimos 5 (cinco) anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais.

Declaração de Bens;

Certidão Negativa de Débitos junto ao município;

Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função;

Telefone e e-mail

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 363 DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL ESPECIAL DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta no memorando sob nº 19.613, de 20 de agosto de 2019,

RESOLVE:

Art.1º Designar o servidor **CARLOS AIRES DA SILVA**, como responsável pela fiscalização e controle do contrato relacionado abaixo, com efeitos desde 24 de julho de 2019.

Nº	Contratado	Objeto	Data da Assinatura do Contrato	Vigência
143/19	**OI MÓVEL S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**	Contratação de empresa especializada para fornecimento de link e suporte técnico dedicado de acesso à internet para a Prefeitura Municipal de Cáceres, visando atender todas as Secretarias Municipais.	24.07.19	12 meses

§ 1º O servidor acima designado deve acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretaria Municipal de Assuntos Estratégicos e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência do servidor responsável pelas fiscalizações, deverão ser repassados ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 20 de agosto de 2019.

JORGE AUGUSTO DE ALMEIDA

Secretário Municipal Especial de Assuntos Estratégicos

Afixado em: 20.08.19

TERMO DE DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO

(Artigo 31, II da Lei 13.019/2014)

A Organização da Sociedade Civil **LAR DAS SERVAS DE MARIA**, Associação Civil, beneficente, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 03.755.279/0001-01, estabelecida na Rua Senador Azeredo, nº 200, Bairro São Miguel, CEP: 78.200-000, na cidade de Cáceres/MT, denominada **CONVENENTE**, representada por seu Presidente, o Senhor **NIVALDO TEODORO DE MELO**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 0284932-1 SSP/MT e inscrito no CPF nº 420.368.281-91, residente e domiciliado na cidade de Cáceres/MT, é parceira do Município e tem o objetivo de prestar serviços no atendimento a pessoas idosas.

Para que a parceria se concretize torna-se necessária a transferência de recursos no valor de R$ 10.200,00 (dez mil e duzentos reais), proveniente de reprogramação de repasse do FNAS – Fundo Nacional de Assistência Social, repassado via fundo a fundo no Bloco da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, a ser liberada em parcela única no ano de 2019, através de Termo de Fomento, levando às seguintes considerações:

1. O Decreto nº 313, de 23 de junho de 2017, que regulamenta o regime jurídico das parcerias entre a Administração Pública Municipal e as Organizações da Sociedade Civil, em regime de mútua cooperação;

2. O Decreto nº 369, de 05 de julho de 2017, que aprova a Instrução Normativa – SCC nº 01/2017, onde regula a celebração, controle e prestação de contas das parcerias entre a Administração Pública Municipal e as Organizações da Sociedade Civil, em regime de mútua cooperação.

3. Conforme a Instrução Normativa – SMAS Nº 01/2017 onde estabelecem o regime jurídico das parcerias entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil, em regime de mútua cooperação, para a concepção de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos; respectivamente em seus artigos 31, inciso II, e 20, inciso II, os quais tratam de inexigibilidade de chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da Sociedade

Civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou **se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica**, especialmente quando a parceira decorrer de transferência para organização da Sociedade Civil que esteja autorizada em Lei na qual seja identificada expressamente a Entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista no inciso I do §3º do Artigo 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto no Artigo 26 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000;

4. Considerando aprovação da Lei n.º 2.782 de 01/08/2019 pela Câmara Municipal de Vereadores de Cáceres, na qual autoriza o repasse à entidade e reprogramação do saldo;

5. Considera-se inexigível por parte da Secretaria de Assistência Social a realização de Chamamento Público para o estabelecimento de parceria com a Organização de Sociedade Civil **LAR DAS SERVAS DE MARIA**, que está devidamente regulamentada e habilitada junto ao Conselho Municipal de Assistência Social. Sendo assim, a inexigibilidade do procedimento de chamamento público, com base nas disposições supra mencionadas, é a medida que melhor se adequa ao presente caso.

Cáceres/MT, 14 de agosto de 2019.

Eliane Batista

Secretária Municipal de Assistência Social

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº. 26, DE 14 DE AGOSTO DE 2019

Estabelece diretrizes a serem observadas no Processo de campanha e eleição dos Conselheiros Tutelares no Processo Unificado em data de 06 de outubro de 2019

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Cáceres/MT, no uso de suas atribuições que lhes conferem a Lei Federal nº. 8.069, de 13 de julho de 1990 - ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei Municipal nº. 2.473 de 29 de abril de 2015 que estabelece regras para composição e funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Conselho Tutelar e do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e revoga as Leis 1862/2003 e 67/2006 e demais disposições anteriores em contrário, e dá outras providências, em Reunião Extraordinária realizada no dia 14 de agosto de 2019, com registro em Ata nº. 201.

Considerando que o Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar é diferenciado e regido pela legislação municipal, não se aplicam as disposições penais previstas na Lei nº 4.737/65 (Código Eleitoral) e na Lei nº 9.504/97 e alterações posteriores, embora a prática das condutas típicas descritas em tais Diplomas possam caracterizar outros crimes previstos pela Lei Penal e/ou, para os agentes públicos responsáveis, importar na prática de ato de improbidade administrativa, na forma da Lei nº 8.429/92;

Considerando que de acordo com o disposto no 139, §3º, da Lei nº 8.069/90 com a redação que lhe deu a Lei nº 12.696/2012, **"*no processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor*";**

Considerando a publicação da Resolução nº 011, de 14 de março de 2019, contendo o Edital de Processo de Escolha em data Unificada, eleição de Conselheiros Tutelares, em razão da omissão legal referente as regras formais para fins de diretrizes e critérios para a campanha eleitoral e ainda.

Considerando o previsto no artigo 45 da Lei nº 2.473, 29 de abril de 2015, em consonância com as disposições do artigo 317 do CP e Lei nº 8.429/92,

RESOLVE:

1º. Estabelecer diretrizes a serem observadas no **Processo de campanha e eleição dos Conselheiros Tutelares** no Primeiro Processo Unificado em data de **06 de outubro de 2019.**

2º**.** O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar deverá, preferencialmente, observar a seguinte diretriz:

I - Processo de escolha mediante sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores do respectivo município de Cáceres – MT, a ser realizado no dia 06/10/2019.

3º. Cabe ao Poder Executivo Municipal:

I – dar amplo apoio ao CMDCA no Processo de Eleição, em todas as etapas, especialmente na 5ª (Quinta) Etapa - DIA DO PROCESSO DE ESCOLHA EM DATA UNIFICADA;

4º Da Campanha Eleitoral:

1. A campanha eleitoral terá início no dia 01 de setembro e término dia 30 de setembro de 2019.

2. É vedada a vinculação político – partidária das candidaturas, seja através da indicação, no material de propaganda ou inserções na mídia, de legendas de partidos políticos, símbolos, slogans, nomes ou fotografias de pessoas que, direta ou indiretamente, denotem tal vinculação.

3. É vedada a vinculação do nome de patrocinadores, financiadores ou similares no material de divulgação das candidaturas;

a) Os candidatos poderão promover as suas candidaturas junto a eleitores, por meio de debates, entrevistas e distribuição de panfletos, mídias sociais;

b) É livre a distribuição de panfletos e divulgação nas redes sociais, desde que não perturbe a ordem pública ou particular;

c) As instituições (escola estadual e municipal, Câmara de Vereadores, CRAS, rádio, igrejas etc.) que tenham interesse em promover debates com os candidatos deverão formalizar convite a todos aqueles que estiverem aptos a concorrer ao cargo de conselheiro tutelar.

d) Os debates deverão ter regulamento próprio devendo ser apresentado pelos organizadores a todos os participantes e ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência;

e) Os debates só ocorrerão com a presença de, no mínimo, 07 (sete) candidatos e serão supervisionados pelo CMDCA com apresentação dos temas discutidos no debate;

f) Os debates previstos deverão proporcionar oportunidades iguais aos candidatos nas suas exposições e respostas;

g) Os candidatos convidados para debates e entrevistas deverão dar ciência do teor deste edital aos organizadores;

h) Caberá ao candidato fiscalizar a veiculação da sua campanha em estrita obediência a este edital.

i)Toda a propaganda eleitoral será realizada sob a responsabilidade dos candidatos, imputando-lhes responsabilidade solidária nos excessos praticados por seus simpatizantes.

5. Das Proibições:

a) É vedada a propaganda, ainda que gratuita, por meio dos veículos de comunicação em geral, faixas, outdoors, placas, camisas, bonés e outros meios não previstos nesta Resolução;

b) É vedada a vinculação do nome de patrocinadores, financiadores ou similares no material de divulgação das candidaturas;

c) É vedada a vinculação do nome de ocupantes de cargos eletivos (vereadores, prefeitos, deputados, senadores e governador) ao candidato;

d) É proibido aos candidatos promoverem as suas campanhas antes do dia 01 de setembro de 2019.

e) É vedado ao conselheiro tutelar, em exercício, promover sua campanha ou de terceiros durante o exercício da sua jornada de trabalho;

f) É vedado aos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente promover campanha para qualquer candidato;

g) É vedado o transporte de eleitores no dia da eleição, salvo se promovido pelo poder público e garantido o livre acesso aos eleitores em geral;

h) Não será permitido qualquer tipo de propaganda impressa e virtual, após o dia 30 de setembro de 2019, em qualquer local público ou aberto ao público, sendo que a aglomeração de pessoas portando instrumentos de propaganda caracteriza manifestação coletiva, com ou sem utilização de veículos

i) É vedado ao candidato doar, oferecer, promover ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;

j) É vedada a propaganda irreal ou insidiosa ou que promova ataque pessoal contra os concorrentes;

k) É irregular a propaganda que veicule o voto em “chapa”, sob pena da cassação das candidaturas individuais;

l) Não será permitida propaganda que implique em grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa.

I.1) Para os fins desta alínea considera-se: I – propaganda eleitoral que implique grave perturbação à ordem: a que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana;

II – aliciamento de eleitores por meios insidiosos: o oferecimento ou a promessa de dinheiro, dádivas, benefícios ou vantagens de qualquer natureza em troca de apoio a candidaturas, tais como transporte de eleitores, oferecimento de brindes (inclusive de pequeno valor), dentre outros; III – propaganda enganosa: a promessa de resolver eventuais demandas que não se enquadrem nas atribuições do Conselho Tutelar; a criação de expectativas na população que, sabidamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar; e qualquer outra prática que induza dolosamente o eleitor a erro com objetivo de auferir vantagem.

6. Das Penalidades:

a) A violação das regras de campanha importará na cassação do registro da candidatura ou diploma de posse do candidato responsável, após a instauração de procedimento administrativo no qual seja garantido ao candidato o exercício do contraditório e da ampla defesa

b) A Comissão Especial Eleitoral agirá de ofício ou por denúncia de qualquer cidadão, do Ministério Público, dos integrantes das Mesas Receptoras nos locais de votação, das Juntas Eleitorais e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, nos casos de propaganda eleitoral que implique eventual infringência às normas que regem o processo de eleição dos membros dos Conselhos Tutelares.

c) As denúncias relativas ao descumprimento das regras da campanha eleitoral deverão ser formalizadas, indicando necessariamente os elementos probatórios, junto à referida Comissão Especial Eleitoral e poderão ser apresentadas pelo candidato que se julgue prejudicado ou por qualquer cidadão, no prazo máximo de 2 (dois) dias do fato.

c.1) O prazo será computado excluindo o dia da concretização do fato e incluindo o dia do vencimento.

c.2) Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil subsequente se o vencimento cair em feriado ou em finais de semana.

c.3) A representação relativa à notícia de irregularidade ou pedido de impugnação deve ser instruída com prova da autoria e da materialidade e deve conter, no mínimo:

I – O fato em que se baseia;

II – O autor do fato;

III – O dia, a hora e o local em que ocorreu o fato; e

IV – O nome, o endereço e o CPF do noticiante.

d) Será penalizado com o cancelamento do registro da candidatura ou a perda do mandato o candidato que fizer uso de estrutura pública estadual ou municipal para realização de campanha ou propaganda;

e) A propaganda irreal, insidiosa ou que promova ataque pessoal contra os concorrentes será analisada pela Comissão Especial Eleitoral que, entendendo-a irregular, determinará a sua imediata suspensão.

f) No dia da eleição, devem ser encaminhadas diretamente à Comissão Especial Eleitoral, localizada nas dependências do local de votação.

g) Caberá ao candidato encaminhar defesa à Comissão Especial Eleitoral no prazo de 2 (dois) dias úteis a contar da notificação.

h) Para instruir sua decisão, a Comissão Especial Eleitoral poderá ouvir testemunhas, determinar a produção de outras provas e efetuar diligências.

i) O candidato, o noticiante e o impugnante serão notificados da decisão da Comissão Especial Eleitoral.

j) Da decisão da Comissão Especial Eleitoral, caberá recurso à plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que deverá ser apresentado em 2 (dois) dias, a contar da notificação.

7. Da votação:

7.1. A votação ocorrerá no dia 06/10/2019(Seis de Outubro do ano de Dois mil e Dezenove), a partir das 08h00 até às 17h00min., no *campus* Jane Vanini UNEMAT, Departamento de Letras, localizado à Avenida São João, s/n, Cavalhada, Cáceres/MT;

a) A eleição será composta por 04 (quatro) salas de votação, cada sala terá 04 (quatro) urnas de lona disponíveis;

b) Cada sala de votação contará com 04 (quatro) urnas de lona e deverá ter uma equipe composta por 04 (quatro) pessoas, sendo elas: um presidente, um secretário e dois auxiliares, que serão os responsáveis pela sala de votação;

c) Somente poderão votar os cidadãos **aptos** a votar em Cáceres/MT e que apresentarem documento de identificação oficial com foto;

d) Após a identificação, o votante assinará a lista de presença e procederá a votação;

e) O votante que não souber ou não puder assinar, usará a impressão digital como forma de identificação;

f) Os candidatos poderão indicar apenas 01(um) fiscal e 01(um) suplente para o acompanhamento do processo de votação e apuração por zona eleitoral;

g) O nome do fiscal deverá ser indicado à Comissão Especial Eleitoral na Casa dos Conselhos, localizada na rua das Turquesas, nº 133, Bairro Vila Mariana, no horário de 07h30min às 11h30min e 13h30min às 17h30min, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, antes do dia da votação;

h) No dia da votação o fiscal deverá estar identificado com crachá, disponibilizado pela Comissão Especial Eleitoral, sendo retirado no CMDCA 01(um) dia antes da eleição;

i) O secretário e o auxiliar da seção controlarão o número de fiscais no interior da sala, limitando a 03 (três) fiscais por sala, em sistema de revezamento, a cada 15 minutos.

7.2. Será utilizado no processo de escolha, o voto, através de urnas de lona, conforme as normas técnicas e exigências legais do Tribunal Regional Eleitoral - TRE/MT.

7.3. A cédula de votação conterá os nomes de todos os candidatos em ordem alfabética e número da sua inscrição cujo registro de candidatura tenha sido homologado, após aprovação, nas etapas anteriores.

7.4. Será considerado inválido o voto:

a) Cuja cédula não estiver rubricada pelos membros da mesa de votação, deverá ser anulada e registrada na Ata de votação;

b) Caso a cédula não corresponda ao modelo oficial, deverá ser retirada e registrada na Ata votação;

c) Em branco;

d) Que tiver o sigilo violado.

7.5. O Tribunal Regional Eleitoral - TRE/MT dará suporte e treinamento às pessoas que irão trabalhar nas seções, de modo que disponibilizará também urnas reservas, além de treinamento para realização da substituição das urnas, caso necessário.

7.6. Todas as urnas disponibilizadas pelo Tribunal Regional Eleitoral - TRE/MT serão recebidas lacradas e o transporte será realizado por veículos oficiais da Prefeitura Municipal de Cáceres/MT**.**

8. Da mesa de votação

8.1. As mesas de votação serão compostas por membros do CMDCA e/ou servidores municipais, devidamente cadastrados pelo CMDCA;

8.2. Não poderá compor a mesa de votação o candidato inscrito e seus parentes: marido e mulher, ascendentes e descendentes (avós, pais, filhos, netos...), sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado.

8.3. Compete à cada mesa de votação:

a) Solucionar, imediatamente, as dificuldades ou dúvidas que ocorram durante a votação;

b) Lavrar a ata de votação, anotando eventuais ocorrências;

c) Realizar a apuração dos votos, lavrando a ata específica;

d) Remeter a documentação referente ao processo de escolha à Comissão Especial Eleitoral;

9. Da apuração e da proclamação dos eleitos:

a) Concluída a votação e a contagem dos votos de cada seção, os membros da mesa deverão lavrar a Ata de Votação e Apuração, extraindo o respectivo Boletim de Urna e, em seguida, encaminhá-los, sob a responsabilidade do Presidente da Mesa, ao Presidente da Comissão Especial Eleitoral.

b) A Comissão Especial Eleitoral, de posse de todos os Boletins de Urna, fará a contagem final dos votos e, em seguida, afixará, no local onde ocorreu a apuração final, o resultado da contagem final dos votos.

c) O processo de apuração ocorrerá sob supervisão do CMDCA do município de Cáceres/MT.

d) O resultado final da eleição deverá ser publicado oficialmente no Diário Oficial do Município, e afixado na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) em Cáceres/MT;

e) Os 05 (cinco) primeiros candidatos mais votados serão considerados eleitos e serão nomeados e empossados como Conselheiros Tutelares Titulares, ficando todos os seguintes, observada a ordem decrescente de votação, como suplentes.

f) Na hipótese de empate na votação, será considerado eleito o candidato que, sucessivamente:

I. Apresentar maior tempo de atuação na área da infância e adolescência;

II. Residir a mais tempo no município de Cáceres/MT;

III. Tiver maior idade.

10. Desde já ficam convocados obrigatoriamente a presença de todos os conselheiros municipais titulares e ou suplentes no dia da eleição, em regime de plantão até o encerramento da apuração.

11. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Cáceres, 14 agosto de 2019.

Kelly Novakc Rodrigues

Vice-Presidente do CMDCA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 519 DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e a **SECRETÁRIA MUNICIPAL INTERINA DE ADMINISTRAÇÃO,** no uso das atribuições, que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta submetido ao Memorando sob nº 19457 de 19 de agosto de 2019,

RESOLVEM:

Art.1º Nomear a servidora **JESUS DA LAPA DA COSTA** para responder pela Gerência de Arquivo Público em substituição a titular **Luciene Etiene de Souza** que encontra de férias no período de 05 de agosto de 2019 a 03 de setembro de 2019.

Art.2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 20 de agosto de 2019.

ARLY MONTEIRO RODRIGUES

Secretária Municipal Interina de Administração

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

Afixado em: 20.08.19.

LEI Nº 2.790, DE 20 DE AGOSTO DE 2019

"Dispõe sobre autorização para firmar Termo de Fomento com a Fundação Terezinha Mendes e abertura de Crédito Adicional Especial em favor da Secretaria Municipal de Assistência Social e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO: no uso das prerrogativas que lhe são estabelecidas pelo Artigo 74, Inciso IV da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Cáceres-MT, aprovou e eu sanciono a presente Lei.

Art. 1º Fica o Município de Cáceres autorizado a firmar Termo de Fomento com a Fundação Terezinha Mendes.

Art. 2º Os recursos repassados à Fundação serão aplicados conforme Plano de Trabalho apresentado pela entidade ao CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no ato de sua formalização, que tem como objetivo desenvolver os projetos através de ações voltadas às crianças e adolescentes residentes no município de Cáceres/MT.

Parágrafo único. O recurso pode ser utilizado para transferência a entidades governamentais e não governamentais, observada a Lei Municipal n. º 2.473/2015, e também, o Edital Complementar n.º 002/2019 que dispõe sobre o resultado de seleção de projetos para subsídio do FMDCA.

Art. 3º A entidade governamental ou não governamental deverá prestar contas dos recursos recebidos, na forma da lei e conforme disposto no Plano de Trabalho e no Termo de Fomento.

Parágrafo único. O Município designará uma Comissão para fiscalizar e acompanhar a execução do Termo.

Art. 4º Fica aberto, no Orçamento vigente, Crédito Adicional Especial no valor de R$ 19.990,00 (dezenove mil, novecentos e noventa reais).

Art. 5º O Crédito preconizado no art. 4º desta Lei destinar-se-á a acobertar despesas da Secretaria Municipal de Assistência Social e terá as seguintes características financeiras e Funcional Programáticas:

Órgão:	12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Unidade:	03 – FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	
Funcão:	08– ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Subfunção:	243 – ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	
Programa:	1009 – ASSISTENCIA SOCIAL	
Proj/Atividade:	**1277 – Contribuição à Fundação Terezinha Mendes**	
Natureza da Despesa	**Fonte de Recursos**	**Valor R$**
3.3.50.41 Contribuições	(300) Rec. Ordinários	19.990,00

Art. 6° Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 4o serão cobertos com o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, especificamente vinculado à conta 48.646-9.

Art. 7º A inclusão de Projeto Atividade, Categoria Econômica, Grupo e Modalidade de Aplicação, contida nesta Lei, o Crédito Adicional Especial passa a integrar a Lei nº 2.720, de 24 de dezembro de 2018-LOA/2019, Lei nº 2.676, de 30 de Julho de 2018-LDO/2019 e Lei nº 2.618, de 19 de dezembro de 2017-PPA/2018-2021 e suas alterações.

Art. 8° Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Cáceres/MT, 20 de agosto de 2019.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 362 DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL INTERINA DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258 de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO os artigos 19, 20 e 21 da Lei Complementar nº 47, de 29 de setembro de 2003 e os artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar nº 48, de 05 de setembro de 2003;

CONSIDERANDO o que consta no Memorando sob nº 19466, de 19 de agosto de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam Elevados o Nível e Classe dos servidores de carreira do Município de Cáceres, relacionados no anexo único da presente Portaria, em razão de nova habilitação específica alcançada e por tempo de serviços prestados, obedecendo aos critérios de promoção para cada Nível e Classe, no mês de **Agosto/2019**.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão à conta do Elemento de Despesa das respectivas Secretarias.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 19 de agosto de 2019.

ARLY MONTEIRO RODRIGUES

Secretária Municipal Interina de Administração

Afixado em: 19.08.19

AGOSTO/2019

SERVIDORES COM DIREITO A ELEVAÇÃO DE NIVEL E CLASSE EM CONFORMIDADE COM A LEI COMPLEMENTAR Nº.47 DE 29/09//2003, ART.19 e SEGUINTES e LEI COMPLEMENTAR Nº.48 de 05/09/2003, ART.18 E SEGUINTES - "PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E SALÁRIOS - PCCS" VIGENTE.

NOME	CARGO	PROGRESSÃO FUNCIONAL	DATA ADMISSÃO	DE CLASSE/ NÍVEL	PARA CLASSE/ NÍVEL
CRISTIANE CEBALHO DE OLIVEIRA	Assistente Administrativo	Progressão de Nível	02/05/2012	C - II	C - III
MARIA DO CARMO DA SILVA	Auxiliar de Serviços Gerais	Progressão de Classe	05/08/2002	E – II	F – II
ALEXANDRINA DE OLIVEIRA	Auxiliar de Serviços Gerais	Progressão de Nível	06/09/1993	I – II	I - III
MARLY AGUIDA SILVA	Auxiliar de Serviços Gerais	Progressão de Nível	17/03/2003	F – I	F - II
LUIZ CARLOS RIBEIRO	Auxiliar de Serviços Gerais	Progressão de Nível	01/02/1999	G – III	G - IV
WILTON BENTO PIMENTA	Continuo (P/G.I)	Progressão de Nível	05/09/2012	C – III	C – IV
JOAQUIM FRANCISCO DA COSTA NETO	Engenheiro Civil (N/S)	Progressão de Classe	27/08/1993	H – III	I – III
QUINTINO DA SILVA RAMOS	Guarda	Progressão de Classe	05/05/2009	C – I	D – I
NILSON MARCELINO LOPES	Guarda	Progressão de Nível	01/03/2006	E – III	E - IV
LISVALDO DIAS DA SILVA	Marceneiro	Progressão de Nível	05/08/2002	F – I	F - II
LIAMARA RODRIGUES DA SILVA	Prof Lic. Pedagogia com doc 30 hs	Progressão de Nível	10/02/2010	D – III	D – IV
VIRGINIA DOS ANJOS SILVA	Prof Lic. Pedagogia com doc 30hs	Progressão de Classe	12/09/2002	E – IV	F – IV
ERICA LIMA TEOTONIO	Psicóloga 40Hs	Progressão de Classe	03/08/2010	C - II	D – II
FERNANDA FERREIRA DE SOUZA	Recepcionista	Progressão de Classe	05/08/2002	E – II	F – II
GLAUBER FIGUEIREDO ROMERO	Tecnico Agricola	Progressão de Nível	09/09/2002	F – I	F – II

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N° 53/2019 REGISTRO DE PREÇO POR MENOR PREÇO POR ITEM

Interessada: Secretarias de Administração, Educação, Saúde, Assistência Social, Infraestrutura e Logística e Assuntos Estratégicos.

Objeto: O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa paraRegistros de Preço para Aquisição de **pilhas e carregadores** para atender à demanda do Município de Cáceres**,** para as Secretarias: Administração, Educação, Saúde, Assistência Social, Infraestrutura e Logística e Assuntos Estratégicos conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital

Realização: 03 de Setembro de 2019 às 09:00 horário de Brasília.

Observação: A pasta contendo o Edital e seus anexos poderão ser obtidos, na Prefeitura de Cáceres-MT, situada à Av. Brasil nº 119, CEP: 78200.000, ou baixadas no portal http://www.caceres.mt.gov/licitacao/ e na plataforma https://www.comprasgovernamentais.org.br/.

Local e Data: Prefeitura de Cáceres-MT, 21 de Agosto de 2019.

CRISTIANE CEBALHO DE OLIVEIRA

PREGOEIRO OFICIAL

Portaria nº 25/2019

LEI Nº 2.787, DE 20 DE AGOSTO DE 2019

"Dispõe sobre autorização para abertura de Crédito Adicional Especial em favor da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO: no uso das prerrogativas que lhe são estabelecidas pelo Artigo 74, Inciso IV da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Cáceres-MT, aprovou e eu sanciono a presente Lei.

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento vigente, Crédito Adicional Especial no valor de R$ 927.269,30 (novecentos e vinte sete mil duzentos e sessenta e nove reais e trinta centavos).

Art. 2º O Crédito preconizado no art. 1º desta Lei destinar-se-á especificamente a possibilitar cobrir despesas da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística, pela inclusão de categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação, elementos de despesas, fonte de recursos e terão as seguintes características financeiras e funcional-programáticas:

Órgão:	08 - SEC. MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGISTICA	
Unidade:	01 – SEC. MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGISTICA	
Função:	15 – Urbanismo	
Subfunção:	451 – Infra-estrutura Urbana	
Programa:	1003 – SERVIÇOS PUBLICOS PARA SOCIEDADE	
Proj/Atividade:	**1.145 – IIMPLANTAÇÃO DE OBRAS INFRA-ESTRUTURA EM LOCAIS COM POTENCIIAL TURISTICO**	
Natureza da Despesa	**Fonte de Recursos**	**Valor R$**
4.4.90.51 Obras e Instalações	(324) Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à Educação/Saúde/Assist. Social)	927.269,30

Art. 3° Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1o serão cobertos com o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior.

Art. 4º A inclusão de Projeto Atividade, Categoria Econômica, Grupo e Modalidade de Aplicação, contida nesta Lei, o Crédito Adicional Especial passa a integrar a Lei nº 2.720, de 24 de dezembro de 2018-LOA/2019, Lei nº 2.676, de 30 de Julho de 2018-LDO/2019 e Lei nº 2.618, de 19 de dezembro de 2017-PPA/2018-2021 e suas alterações.

Art. 5° Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Cáceres/MT, 20 de agosto de 2019.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

2º TERMO ADITIVO DE PRAZO, COM RENOVAÇÃO DO VALOR CONTRATADO, AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 122/2017-PGM

TERMO ADITIVO Nº 002/2019-PGM

O município de Cáceres/MT, torna público a celebração do termo aditivo conforme abaixo:

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: MARISTELA CRISTHIANNE MALI NASR-ME

RESOLVEM:

CLÁUSULA PRIMEIRA – PRORROGAR O PRAZO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 122/2017-PGM, celebrado entre o Município de Cáceres através da Secretaria Municipal de Saúde e MARISTELA CRISTHIANNE MALI NASR-ME, CNPJ nº 04.804.499/0001-40, para mais 12 (doze) meses a contar de 10/07/2019 até 09/07/2020.

CLÁUSULA SEGUNDA - RENOVAR O VALOR de R$ 96.000,00 (noventa e seis mil reais) a ser utilizado durante a vigência do presente Termo Aditivo.

FISCAL DO CONTRATO:MARILU SANTANA DE CARVALHO RODRIGUES**, CPF:** 396.458.271-91

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 09 de julho de 2019.

1º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 150/2018-PGM

TERMO ADITIVO Nº 001/2019-PGM

O município de Cáceres/MT, torna público a celebração do termo aditivo conforme abaixo:

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

CONTRATADA: TICKET SOLUÇÕES HDFGT S.A.

RESOLVEM:

CLÁUSULA PRIMEIRA – ADITAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 150/2018-PGM, celebrado entre o Município de Cáceres, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO e a empresa TICKET SOLUÇÕES HDFGT S.A, PARA MAIS 12 (DOZE) MESES contados a partir do dia 26/07/2019 e até 25/07/2020, SEM RENOVAÇÃO DO VALOR ORIGINALMENTE CONTRATADO, correspondendo ao 1º Aditivo.

FISCAL DO CONTRATO:MATEUS GONÇALVES DE SÁ**, CPF:** 033.283.341-06

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 19 de julho de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº. 8.419 DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE A PROGRESSÃO HORIZONTAL DA SERVIDORA ***LEILA JULIA DE SOUZA*** *E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".*

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Município e;

CONSIDERANDO o teor do requerimento da própria servidora, protocolado em 29 de julho de 2019 e Parecer Técnico nº 018/2019 de 21 de agosto de 2019.

RESOLVE:

I – Efetuar Progressão Horizontal da servidora ***LEILA JULIA DE SOUZA*** efetiva no cargo de **Técnica em enfermagem** junto a Secretaria Municipal de Saúde, da **Classe "C" Nível "04"** para a **Classe "D" Nível"04"**.

II - Esta portaria entra em vigor na data de 21 de agosto de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Publique – se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 21 de agosto de 2019.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2019.

O Município de Campinápolis - MT por meio de seu Pregoeiro, torna público que **no dia 03 de setembro de 2019 às 14h 00min (Horário de Brasília) realizará** licitação na modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento Menor Preço Por Item, para contratação de empresa especializada para a aquisição veiculo rodoviário, conforme detalhados no termo de convênio nº 867674/2018. Edital completo nos endereços: www.comprasnet.gov.br e www.campinapolis.mt.gov.br Fone: (66) 3437-1992. Prefeitura de Campinápolis - MT, 21/08/2019.

Ricardo Macelly Veloso Silva

Pregoeiro

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.417 DE 21 AGOSTO DE 2019

PORTARIA Nº 8.417 DE 21 AGOSTO DE 2019

Nomeia Fiscal de Contrato Administrativo e dá outras providências.

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS-MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

Considerando os princípios: da Legalidade; Impessoalidade; Moralidade; Publicidade e Eficiência anotados no Texto Constitucional;

Considerando as disposições da Lei nº 8.666/93, a qual impõe em seu art. 67, que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado [...];

Considerando as orientações do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE/MT, relacionadas a importância de se nomear Fiscais de Contratos Administrativos;

RESOLVE

Art. 1º - Nomear **GISELE COELHO DOS SANTOS MELO** como Fiscal da Ata de Registro de Preços **nº 22/2019 -** celebrado entre o Município de Campinápolis e a empresa **R. C FARIA - ME.**

Parágrafo único – No exercício da fiscalização da Ata de Registro de Preços referenciado no Art. 1º desta Portaria atuará em estrita observância a Legislação atinente a matéria e orientações do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Campinápolis-MT, 21 de agosto de 2019.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8.417 DE 21 AGOSTO DE 2019

Nomeia Fiscal de Contrato Administrativo e dá outras providências.

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS-MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

Considerando os princípios: da Legalidade; Impessoalidade; Moralidade; Publicidade e Eficiência anotados no Texto Constitucional;

Considerando as disposições da Lei nº 8.666/93, a qual impõe em seu art. 67, que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado [...];

Considerando as orientações do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE/MT, relacionadas a importância de se nomear Fiscais de Contratos Administrativos;

RESOLVE

Art. 1º - Nomear **GISELE COELHO DOS SANTOS MELO** como Fiscal da Ata de Registro de Preços **nº 23/2019 -** celebrado entre o Município de Campinápolis e a empresa **E. B. DE TOLEDO SILVA - ME.**

Parágrafo único – No exercício da fiscalização da Ata de Registro de Preços referenciado no Art. 1º desta Portaria atuará em estrita observância a Legislação atinente a matéria e orientações do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Campinápolis-MT, 21 de agosto de 2019.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8.417 DE 21 AGOSTO DE 2019

Nomeia Fiscal de Contrato Administrativo e dá outras providências.

.

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS-MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

Considerando os princípios: da Legalidade; Impessoalidade; Moralidade; Publicidade e Eficiência anotados no Texto Constitucional;

Considerando as disposições da Lei nº 8.666/93, a qual impõe em seu art. 67, que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado [...];

Considerando as orientações do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE/MT, relacionadas a importância de se nomear Fiscais de Contratos Administrativos;

RESOLVE

Art. 1º - Nomear **GISELE COELHO DOS SANTOS MELO** como Fiscal da Ata de Registro de Preços **nº 24/2019 -** celebrado entre o Município de Campinápolis e a empresa **E S FERREIRA MERCADO - ME.**

Parágrafo único – No exercício da fiscalização da Ata de Registro de Preços referenciado no Art. 1º desta Portaria atuará em estrita observância a Legislação atinente a matéria e orientações do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Campinápolis-MT, 21 de agosto de 2019.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8.417 DE 21 AGOSTO DE 2019

Nomeia Fiscal de Contrato Administrativo e dá outras providências.

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS-MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

Considerando os princípios: da Legalidade; Impessoalidade; Moralidade; Publicidade e Eficiência anotados no Texto Constitucional;

Considerando as disposições da Lei nº 8.666/93, a qual impõe em seu art. 67, que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado [...];

Considerando as orientações do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE/MT, relacionadas a importância de se nomear Fiscais de Contratos Administrativos;

RESOLVE

Art. 1º - Nomear **GISELE COELHO DOS SANTOS MELO** como Fiscal da Ata de Registro de Preços **nº 25/2019 -** celebrado entre o Município de Campinápolis e a empresa **REGINA B DE OLIVEIRA.**

Parágrafo único – No exercício da fiscalização da Ata de Registro de Preços referenciado no Art. 1º desta Portaria atuará em estrita observância a Legislação atinente a matéria e orientações do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Campinápolis-MT, 21 de agosto de 2019.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº. 8.420 DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

*"DISPÕE SOBRE A PROGRESSÃO HORIZONTAL DA SERVIDORA **MARIA ALVES DE SOUZA** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".*

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Município e;

CONSIDERANDO o teor do requerimento da própria servidora, protocolado em 09 de agosto de 2019 e Parecer Técnico nº 019/2019 de 21 de agosto de 2019.

RESOLVE:

I – Efetuar Progressão Horizontal da servidora ***MARIA ALVES DE SOUZA*** efetiva no cargo de **Técnica em enfermagem** junto a Secretaria Municipal de Saúde, da **Classe "C" Nível "06"** para a **Classe "D" Nível"06"**.

II - Esta portaria entra em vigor na data de 21 de agosto de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Publique – se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 21 de agosto de 2019.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.409 DE 12 DE AGOSTO DE 2019

Nomeia Fiscal de Contrato Administrativo e dá outras providências.

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS-MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

Considerando os princípios: da Legalidade; Impessoalidade; Moralidade; Publicidade e Eficiência anotados no Texto Constitucional;

Considerando as disposições da Lei nº 8.666/93, a qual impõe em seu art. 67, que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado [...];

Considerando as orientações do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE/MT, relacionadas a importância de se nomear Fiscais de Contratos Administrativos;

RESOLVE

Art. 1º - Nomear **ORODIL JUVÊNCIO DE PAULA NETO** como Fiscal de Contrato Administrativo nº 028/2019 – celebrado entre o Município de Campinápolis e a empresa **RIO NOVO TRANSPORTES E TURISMO LTDA - ME.**

Parágrafo único – No exercício da fiscalização do contrato administrativo referenciado no Art. 1º desta Portaria atuará em estrita observância a Legislação atinente a matéria e do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - Esta Portaria entra orientações em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Campinápolis-MT, 12 de agosto de 2019.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº. 8.421 DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

*"DISPÕE SOBRE A PROGRESSÃO HORIZONTAL DA SERVIDORA **LUZIA MARIANO RIBEIRO** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".*

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Município e;

CONSIDERANDO o teor do requerimento da própria servidora, protocolado em 14 de agosto de 2019 e Parecer Técnico nº 006/2019 de 21 de agosto de 2019.

RESOLVE:

I – Efetuar Progressão Horizontal da servidora ***LUZIA MARIANO RIBEIRO*** efetiva no cargo de **Agente de Limpeza** junto a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, da **Classe "A" Nível "08"** para a **Classe "B" Nível"08"**.

II - Esta portaria entra em vigor na data de 21 de agosto de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Publique – se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 21 de agosto de 2019.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 8416 DE 20 DE AGOSTO DE 2019

PORTARIA Nº 8416 DE 20 DE AGOSTO DE 2019

Instaura Processo Administrativo Disciplinar em face do servidor municipal José Domingos de Araújo e dá outras providências.

JEOVAN FARIA, Prefeito do Município de Campinápolis-MT, no uso de suas atribuições legais, e, especialmente:

CONSIDERANDO a lei Complementar 01/1993;

CONSIDERANDO o Oficio n° 151/CMDCA/2019 da Presidência do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Campinápolis, bem como o Boletim de Ocorrência anexado ao mesmo;

CONSIDERANDO o Ofício n° 086/CSPAD/2019 da Comissão de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar;

RESOLVE

Art. 1º - Instaurar Processo Administrativo Disciplinar para apurar possíveis irregularidades relacionadas à conduta do Servidor: José Domingos de Araújo.

Art. 2º - A apuração dos fatos e recomendações de eventuais sanções ficará a cargo da Comissão de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar – CSPAD designada pela Portaria n° 8.051/2018, publicada em 07.11.2018 junto ao Jornal Eletrônico Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso.

Art. 3º - O Processo Administrativo Disciplinar será concluído nos prazos estabelecidos no art. 154 da Lei Complementar Municipal nº 001/93.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campinápolis MT, em 20 de agosto de 2019.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.413 DE 16 DE AGOSTO DE 2019

Nomeia Fiscal de Contrato Administrativo e dá outras providências.

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS-MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

Considerando os princípios: da Legalidade; Impessoalidade; Moralidade; Publicidade e Eficiência anotados no Texto Constitucional;

Considerando as disposições da Lei nº 8.666/93, a qual impõe em seu art. 67, que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado [...];

Considerando as orientações do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE/MT, relacionadas a importância de se nomear Fiscais de Contratos Administrativos;

RESOLVE

Art. 1º - Nomear **IRONE MARTINS DA SILVA ARAUJO** como Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 021/2019 – celebrado entre o Município de Campinápolis e a empresa **RIO NOVO TRANSPORTES E TURISMO LTDA - ME.**

Parágrafo único – No exercício da fiscalização da Ata de Registro de Preços referenciado no Art. 1º desta Portaria atuará em estrita observância a Legislação atinente a matéria e do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - Esta Portaria entra orientações em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Campinápolis-MT, 16 de agosto de 2019.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÕES
ATO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2019

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO Nº 1703/2019.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2019.

OBJETO: Futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de gêneros alimentícios ao município de Campinápolis – MT, no atendimento à merenda escolar, alimentação hospitalar e as necessidades das demais secretarias de acordo com o Anexo I – Termo de Referência.

O Prefeito Municipal de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, usando de atribuições de seu cargo, acolhendo conclusão do Pregoeiro Oficial e parecer jurídico competente e tudo mais que consta dos autos,

R E S O L V E:

HOMOLOGAR o processo da licitação na modalidade Pregão Presencial nº 25/2019, do tipo menor preço por item, no sistema de registro de preços, cujo objeto é a Futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de gêneros alimentícios ao município de Campinápolis – MT, no atendimento à merenda escolar, alimentação hospitalar e as necessidades das demais secretarias de acordo com o Anexo I – Termo de Referência; cujo resultado foi o seguinte:

A.SILVERIO GOMES – ME, CNPJ nº 20.498.464/0001-87, total R$ 203.586,86;

R C FARIA – ME, CNPJ nº 10.725.523/0001-59, total R$ 266.704,32;

E S FERREIRA MERCADO – ME, CNPJ nº 00.448.903/0001-3, total R$ 303.863,37;

J AFONSO SOARES – ME, CNPJ nº 04.270.536/0001-88, total R$ 249.074,15;

M. A CAMPOS COMERCIO – ME, CNPJ nº 08.652.022/0001-48, total R$ 399.121,88;

VANUBIA FILIPE DE OLIVEIRA EIRELI, CNPJ nº 26.385.051/0001-72, total R$ 201.442,43;

E.B DE TOLEDO, CNPJ nº 08.158.639/0001-01, total R$ 202.594,20;

NUTRICENTER – DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS NUTRICIONAIS E HOSPITALARES LTDA – ME, CNPJ nº 06.372.763/0001-40, total R$ 98.693,10;

REGINA B. DE OLIVEIRA, CNPJ n° 29.359.431/0001-20, total R$ 614.027,45.

Devendoser pago mediante o recebimento dos objetos, com a fatura em documento válido, após o atesto de seu recebimento.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Campinápolis, Estado de Mato Grosso, 21 de agosto de 2019.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 006/2018 EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 026/2019

O Município de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, inscrito no CNPJ sob o n° 24.772.287/0001-36 solicita o comparecimento, no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, a contar da publicação do presente EDITAL na imprensa oficial, dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 006/2018, conforme disposições do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 006/2018, homologado pelo Decreto Executivo nº 226, de 05 de dezembro de 2018, a fim de assumirem sua respectiva função, nos termos que determina as Leis Municipais n° 1.544 de 19 de dezembro de 2012, que reestrutura o Regime Jurídico Administrativo de contratação temporária de pessoal, nº 1873 de 14 de julho de 2017, e suas alterações posteriores, conforme abaixo discriminado, por tempo determinado, para atender interesse público.

CONSIDERANDO: o Memorando nº 653/2019 datado de 19 de agosto de 2019, proveniente da Secretaria Municipal de Saúde.

O não comparecimento do candidato no prazo acima estabelecido implicará no reconhecimento da desistência e renúncia quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado, reservando-se a administração o direito de convocar o próximo candidato.

Cargo: MÉDICO USF – ITANORTE

CLASSIFICAÇÃO	NOME
3º	THIAGO OLIVEIRA FREITAS BECKER

Os (as) candidatos (as) aprovados (as) acima relacionados (as) deverão comparecer à Coordenadoria de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, no horário de 07h às 11h e de 13 às 15h, munidos dos documentos constantes no Edital de Processo Seletivo Público nº 006/2018, no prazo legalmente previsto.

Campo Novo do Parecis, aos 20 dias do mês de agosto de 2019.

RAFAEL MACHADO Prefeito Municipal

CPF nº 929.162.010-68

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 453, DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

ALTERA A PORTARIA Nº 109/2019 QUE NOMEIA A COMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO PÓLO EMPRESARIAL DO PARECIS.

IV – representante da Secretaria Municipal de Finanças/Deptº. Fiscalização:

Titular: Airton Sebastião Moreira, inscrito no CPF sob nº CPF nº 321.031.071-87;

Suplente: Jupiter Lelis de Souza, inscrito no CPF sob nº 173.759.831-00;

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 454, DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

ALTERA A PORTARIA Nº 100 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019, QUE DESIGNA MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO E DESEMPENHO.

ALTERAR a portaria nº 100/2019, que nomeia os membros da Comissão Permanente de Avaliação de Desempenho, para responder pela Presidência da Comissão ora nomeada pelo período de 3 (três) anos, fica designado a servidora Rosangela Xavier de Alcântara Nascimento, conforme § 5º do Art. 1º da Lei 1.850/2016.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 172/2019

PREGÃO PRESENCIAL N° 72/2019 – REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT

FORNECEDOR: JC BATISTA

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de materiais utilizados no grupo de gestantes da proteção social básica vinculados a Secretaria Municipal de Assistência Social.

VALOR TOTAL: R$ 12.485,00.

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 455, DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

ALTERA A PORTARIA Nº 104/2019 QUE NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - COMDEC

I – Representante da Secretaria Municipal de Administração:

Titular: Girlei Augusto Pez Bolzan, inscrito no CPF sob nº 569.732.680-72;

Suplente: Aline Benedetti Wachholz, inscrito no CPF sob nº 733.546.601-63

IV – Representante da Secretaria Municipal de Finanças/Departamento de Fiscalização:

Titular: Airton Sebastião Moreira, inscrito no CPF sob nº 321.031.071–87;

Suplente: Jupiter Lelis de Souza, inscrito no CPF sob nº 173.759.831-00;

FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT
RESOLUÇÃO N° 02 DE 21 DE AGOSTO DE 2019

RESOLUÇÃO N° 02, DE 21 DE AGOSTO DE 2019

Estabelece o Regimento Interno do Conselho Fiscal do FUNSEM - Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo do Parecis/MT.

O Conselho Fiscal do FUNSEM - Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo do Parecis/MT, usando das prerrogativas que lhe são asseguradas pelo Art. 66, inciso I, da Lei 1.170/2007, de 09 de Maio de 2007, estabelece e aprova o Regimento Interno do órgão, do qual consta dos seguintes termos:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1° O presente Regimento Interno regulamenta a composição, a competência e o funcionamento do Conselho Fiscal, como órgão da Direção com função de fiscalização Orçamentária de verificação de contas e julgamento de recursos.

CAPÍTULO II

DA COMPOSIÇÃO E DAS COMPETÊNCIAS

Art. 2º O Conselho Fiscal do FUNSEM, instituído pelo Art. 61, inciso II, da Lei 1.170/2007, de 09 de Maio de 2007, será constituído de 6 (seis) membros, sendo, 3 (três) titulares e 3 (três) suplentes, eleitos dentre os servidores municipais, para mandato de 3 (três) anos, permitida 1 (uma) recondução de até 50% (cinquenta por cento) de seus membros conforme alteração da Lei 1536/2012, de 06 de Dezembro de 2012.

Art. 3º O Conselho Fiscal do FUNSEM, tem a seguinte composição:

I - 01 (um) Presidente;

II - 01 (um) Secretário, e;

III - membros.

Art. 4º O Presidente do Conselho Fiscal será escolhido entre seus membros, exercerá o mandato por 01 (um) ano, permitido a reeleição conforme Lei 1.405/2011, de 31 de Março de 2011.

Parágrafo Único - Em sua ausência ou impedimento eventual, o Presidente do Conselho Fiscal será substituído por membro por ele indicado.

Art. 5º Compete ao Conselho Fiscal, especificamente:

I - Elaborar seu Regimento Interno;

II - Eleger seu Presidente;

III - Acompanhar a execução orçamentária e financeira do FUNSEM;

IV - Julgar os recursos interpostos por segurados e dependentes, dos despachos atinentes a processos de benefícios;

Art. 6º Cabe ao Presidente do Conselho Fiscal:

I - Presidir as reuniões, orientar os debates, tomar votos e votar;

II - Convocar as reuniões ordinárias e extraordinárias;

Art. 7° Compete ao Secretário:

I – Lavrar a ata;

II – Auxiliar o Presidente nas reuniões, processos e demais documentos de interesse do Conselho.

Art. 8º Cabe aos membros do Conselho Fiscal:

I - Zelar pelo fiel cumprimento e observância dos critérios estabelecidos na legislação pertinente do FUNSEM;

II - Participar das reuniões, debatendo e votando as matérias em exame.

Art. 9º Os membros do Conselho Fiscal nada perceberão pelo desempenho do mandato.

Capítulo III

DAS REUNIÕES E DELIBERAÇÕES

Art. 10º O Conselho Fiscal reunir-se-á:

I - Ordinariamente mensalmente, conforme calendário anual, formulado na 1° reunião do ano do Conselho;

II - Extraordinariamente, por convocação do Presidente ou do Diretor Executivo do FUNSEM, com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas.

Art. 11º Os membros do Conselho Fiscal, após a convocação, terão o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas da data marcada, para justificar ausência. Se caso o membro faltar por três reuniões ordinárias, poderá ser substituído por outro membro.

Art. 12° As reuniões do Conselho Fiscal serão iniciadas com no mínimo 2/3 dos membros, não havendo a quantidade de membros até 30 minutos do horário marcado, a mesma acontecerá com a quantidade de membros presentes.

CAPÍTULO IV

DAS ATAS

Art. 13° O registro das reuniões será lavrada em ata, a qual será lida pelos presentes para fins de aprovação e assinada pelos mesmos.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 14° As deliberações do Conselho Fiscal com relação a alteração deste Regimento Interno, deverão contar com a aprovação de maioria absoluta.

Art. 15° O Diretor Executivo, sempre que solicitado, colocará um servidor para secretariar os trabalhos do Conselho Fiscal.

Art. 16° Os casos omissos e as dúvidas suscitadas quanto a aplicação deste regimento, serão resolvidas pelo Conselho Fiscal.

Art. 17° Este Regimento Interno entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 18° Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Novo do Parecis – MT, 21 Agosto de 2019.

JULIO CESAR MACIEL DA SILVA

Presidente do Conselho Fiscal

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
EXTRATO DE ADITAMENTO

Aditivo nº 003 ao Contrato de Prestação de Serviço nº 24/2018

Partes: Município de Campo Novo do Parecis x **CONSTRUTORA SÃO VALENTIN LTDA –ME**, CNPJ 10.789.288/0001-89.

Objeto: Adita-se no valor de R$ 234.701,90 (duzentos e trinta e quatro mil setecentos e um reais, noventa centavos), que corresponde ao percentual de 24,99% (vinte e quatro inteiros e noventa e nove centésimos por cento) do valor inicialmente contratado.

Dotação Orçamentária:

Órgão: 08. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

Unidade: 002 - Departamento de Empreendedorismo, Agricultura Familiar e Comunidade Indígena

Programática: 08.002.20.606.0016.10005.4.4.90.51.00.00

Fonte de Recurso: 0.3.00.000000 - Recursos Ordinários - Exercício. Anterior

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 - Recursos Ordinários - Exercício

Data: 20/08/2019

Procedimento Licitatório: Tomada de Preços **n° 002/2018**

Secretaria: Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente

REPUBLICADO PARA CORREÇÃO

AVISO DE RESULTADO CHAMADA PÚBLICA 02/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS, através da Comissão de Permanente de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados que na INEXIGIBILIDADE / CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2019, destinada à Credenciamento de Instituição Financeira para prestação de serviços bancários de recolhimento de tributos e demais receitas municipais, através de DAM, em padrão FEBRABAN, por intermédio de suas agências, com prestação de contas por meio magnético dos valores arrecadados, teve como vencedores: CAIXA ECONOMICA FEDERAL, CNPJ Nº 00.360.305/0001-04 e BANCO COOPERATIVO SICREDI S.A, CNPJ Nº 01.181.521/0001-55.

Campo Novo do Parecis-MT, 21 de agosto de 2019.

_____

Tarcísio Nascimento da Silva

Secretário da Comissão Permanente de Licitações

AVISO DE RESULTADO PP 75/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS, através do seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação com modalidade PREGÃO PRESENCIAL 075/2019, destinado à REGISTRO DE PREÇO para futura e eventual contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação portas, vidros, janelas e acessórios para atender as necessidades da Prefeitura Municipal, teve como vencedora a empresa: BRUM E PAZ LTDA, com o valor total de R$ 554.086,50 (quinhentos e cinquenta e quatro mil oitenta e seis reais e cinquenta centavos).

Campo Novo do Parecis-MT, 21 de agosto de 2019.

_____

Tarcísio Nascimento da Silva

Pregoeiro

AVISO DE RESULTADO PP 77/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS, através do seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação com modalidade PREGÃO PRESENCIAL 077/2019, destinado à REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de exames laboratoriais, para atender as necessidades do Departamento de Recursos Humanos, teve como vencedora a empresa: PERAZZA FERRES & FERRES LTDA, com o valor total de R$ 7.380,00 (sete mil trezentos e oitenta reais).

Campo Novo do Parecis-MT, 21 de agosto de 2019.

_____

Tarcísio Nascimento da Silva

Pregoeiro

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 178/2019

PREGÃO ELETRÔNICO N° 12/2019 – REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT

FORNECEDOR: CIENTIFICA MEDICA HOSPITALAR LTDA

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de medicamentos para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

VALOR TOTAL: R$ 99.006,50.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
JULGAMENTO DA TOMADA DE PREÇO Nº 008/2019

Prefeitura Municipal de Campo Verde-MT, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público que a empresa KLC CONSULTORIA EM GESTÃO PÚBLICA LTDA – EPP, CNPJ nº 11.761.650/0001-76, sagrou-se vencedora, com o valor global de R$ 39.400,00 (trinta e nove mil e quatrocentos reais), da *Tomada de Preços nº 008/2019 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS TÉCNICOS PARA A REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA DIVERSOS CARGOS, DE ACORDO COM A LEI 2466/2019 E PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PARA AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E DE COMBATE A ENDEMIAS, conforme condições e especificações estabelecidas no Edital e seus Anexos*. Campo Verde, 21 de agosto de 2019.Fabrícia Rodrigues Zago - Presidente Suplente da CPL.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
PORTARIA Nº 670/2019, DE 16 DE AGOSTO DE 2019.

NOMEIA ENGENHEIRO RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO DA OBRA QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

FABIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

ARTIGO. 1º - Nomear, o Engenheiro **CARLOS EDUARDO M. DE CARVALHO**, como responsável técnico pela fiscalização da obra abaixo especificada:

- PAVIMENTAÇÃO PORTAL DA CIDADE – MT 140, SAIDA CAMPO VERDE, DIREÇÃO CHAPADA DOS GUIMARÃES.

§ 1° - A fiscalização deverá ser efetuada através de Medições, Relatórios e Termos de Ocorrência.

§ 2° - Qualquer aditivo ou alteração no Projeto deverá ter prévia autorização desta Municipalidade.

ARTIGO. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 09 de Agosto de 2019, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, aos 16 dias do mês de Agosto de 2019.

FABIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se, Publique-se.

GILMAR ZITO PRATI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
PORTARIA Nº 671/2019, DE 16 DE AGOSTO DE 2019.

NOMEIA O SERVIDOR JAIRO JOSE FREITAS DE OLIVEIRA PARA SER RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO 001/2019, DESTA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

FABIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear o servidor **JAIRO JOSE FREITAS DE OLIVEIRA**, matrícula nº **6196**, lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA, para ser responsável pelo controle e acompanhamento do termo de permissão de uso Nº 001/2019, cujo objeto é a destinação do COPON, RP nº 22233, localizado na Av. Brasil, canteiro central, nas proximidades do Branco do Brasil e Supermercado Campo Verde, a fim de atender os mototaxistas desta municipalidade, aos quais deverão ser encaminhados todos os documentos pertinentes para atesto, ciência ou outras observações que julgar necessárias para o cumprimento integral das cláusulas contratadas.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de Agosto de 2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, aos 16 dias do mês de Agosto de 2019.

FABIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se, Publique-se.

GILMAR ZITO PRATI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
PORTARIA Nº 672/2019, 16 DE AGOSTO DE 2019.

NOMEIA A SERVIDORA DAIANE CAMARGO FERREIRAPARA SER RESPONSÁVEL PELO CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO N° 099/2019, DESTA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RESULTADO DA TOMADA DE PREÇO Nº 007/2019

A Prefeitura Municipal de Campo Verde-MT, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público que a empresa WN CONSTRUÇÕES LTDA – EPP, CNPJ nº 19.699.306/0001-06, sagrou-se vencedora, com o valor global de R$ 1.450.269,25 (um milhão, quatrocentos e cinquenta mil, duzentos e sessenta e nove reais e vinte e cinco centavos, da Tomada de Preços nº 007/2019 - *Contratação de empresa para a conclusão da construção da creche/pré-escola padrão FNDE tipo 1, no bairro Jardim América.* Campo Verde, 21 de agosto de 2019.Fabrícia Rodrigues Zago - Presidente Suplente da CPL.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO DE REVOGAÇÃO PREGÃO 073/2019

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTAUL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO DE LIMPEZA DE CAIXA D'ÁGUA.

O Prefeito Municipal de Campo Verde – MT, nos termos do art. 49 da Lei 8.666/93 resolve revogar o Pregão n° 073/2019, justificativa anexa ao processo. Para esclarecimentos: e-mail compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244. Em conformidade com a legislação vigente. Campo Verde – MT, 21 de Agosto de 2019.

FÁBIO SCHROETER

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE (SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA)

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

PUBLICAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO PÚBLICA

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público que solicitou a EXPEDIÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO no loteamento denominado JARDIM CIDADE VERDE, neste município de CAMPO VERDE, a(s) seguinte (s) pessoa(s) e alegando a propriedade sobre o(s) seguinte(s) imóvel (is):

MARINA HELENA CIMADON , requerendo a AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO DO IMÓVEL LOTE 10 da QUADRA 02, LOCALIZADO NA AV. MATO GROSSO, S/Nº LOTEAMENTO JARDIM CIDADE VERDE, CAMPO VERDE – MT.

Abre-se o prazo de 15 (dias) para oposição de terceiros devendo esta ser apresentada fundamentada junto a SECRETARIA DE FAZENDA DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE – MT. Superado este prazo, o processo de emissão continuará em seu tramite normal até EXPEDIÇÃO DA AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO REQUERIDA.

Secretaria Municipal de Fazenda.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RESULTADO DA TOMADA DE PREÇO Nº 009/2019

A Prefeitura Municipal de Campo Verde-MT, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público que a empresa K. ALISSON CARDOSO – ME, CNPJ 28.032.542/0001-65, sagrou-se vencedora da Tomada de Preços nº 009/2019 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DA CRECHE MUNICIPAL FRANCISCO TIRADO ARAGÃO FILHO, VISANDO A CORREÇÃO DE PROBLEMAS RELATIVOS À ESTRUTURA FÍSICA DA INSTITUIÇÃO, com o valor global de R$ 80.567,84 (oitenta mil, quinhentos e sessenta e sete reais e oitenta e quatro centavos). Campo Verde, 21 de agosto de 2019.Fabrícia Rodrigues Zago - Presidente Suplente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N° 98/2019.

ESPÉCIE: Prestação de Serviços.

OBJETO: Serviços para fornecimento de refeição tipo marmitex e refeição tipo self service.

VALOR: O valor dos serviços prestados é de R$ 37,63 por kilo para fornecimento de refeição tipo self service e R$ 13,33 de refeição tipo marmitex.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas correrão por conta dos recursos orçamentários do Município de Campos de Júlio.

VIGÊNCIA: 21/08/2019 à 20/08/2020.

VINCULAÇÃO: Inexigibilidade de Licitação nº 11/2019, Processo Administrativo nº 078/2019, Processo de Compra nº 076/2019, Edital de Credenciamento nº 10/2019.

ASSINAM: JOSÉ ODIL DA SILVA – Prefeito Municipal / CREDENCIANTE e MARIA MENDES DA SILVA CASTRO 01955016160**,** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 32.752.130/0001-77/ CREDENCIADO.

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N° 97/2019.

ESPÉCIE: Prestação de Serviços.

OBJETO: Serviços para fornecimento de refeição tipo marmitex e refeição tipo self service.

VALOR: O valor dos serviços prestados é de R$ 37,63 por kilo para fornecimento de refeição tipo self service e R$ 13,33 de refeição tipo marmitex.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas correrão por conta dos recursos orçamentários do Município de Campos de Júlio.

VIGÊNCIA: 21/08/2019 à 20/08/2020.

VINCULAÇÃO: Inexigibilidade de Licitação nº 11/2019, Processo Administrativo nº 078/2019, Processo de Compra nº 076/2019, Edital de Credenciamento nº 10/2019.

ASSINAM: JOSÉ ODIL DA SILVA – Prefeito Municipal / CONTRATANTE e JOÃO MARIA DE LIMA 59686090444**,** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.315.144/0001-03/ CONTRATADO.

LEI Nº 1.049, DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ALTERAR CRÉDITOS POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, POR FONTE DE RECURSO ESPECÍFICA, ATÉ O LIMITE DE R$ 150.000,00 NO ORÇAMENTO PROGRAMA APROVADO PELA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL Nº 973/2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Legislativa Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica alterado no corrente exercício crédito para as seguintes dotações orçamentárias:

ORGÃO: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

(259) 3.3.90.30.00.00.2.035.01.0046 Material de Consumo R$ 30.000,00

(273) 3.3.90.30.00.00.2.036.01.0046 Material de Consumo R$ 60.000,00

(284) 3.3.90.30.00.00.2.040.01.0046 Material de Consumo R$ 30.000,00

(301) 3.3.90.30.00.00.2.047.01.0046 Material de Consumo R$ 30.000,00

Total Suplementação: R$ 150.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo primeiro, serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação, por fonte de recurso específica, através do FNS – Fundo Nacional da Saúde, com a CSSF- Comissão de Seguridade Social e Família, pela Emenda nº 50210003, na ordem de 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

Art. 3º Essa lei entra em vigor na data de sua publicação.

Campos de Júlio, 20 de agosto de 2019.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio/MT

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N° 99/2019.

ESPÉCIE: Prestação de Serviços.

OBJETO: Serviços para fornecimento de refeição tipo marmitex.

VALOR: O valor dos serviços prestados é de R$ R$ 13,33 para refeição tipo marmitex.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas correrão por conta dos recursos orçamentários do Município de Campos de Júlio.

VIGÊNCIA: 21/08/2019 à 20/08/2020.

VINCULAÇÃO: Inexigibilidade de Licitação nº 11/2019, Processo Administrativo nº 078/2019, Processo de Compra nº 076/2019, Edital de Credenciamento nº 10/2019.

ASSINAM: JOSÉ ODIL DA SILVA – Prefeito Municipal / CREDENCIANTE e MIRIAN BARBOZA 00989221733**,** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 32.991.771/0001-84/ CREDENCIADO.

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO - INEGIXIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 11/2019 - CREDENCIAMENTO Nº 10/2019

A Prefeitura Municipal de Campos de Júlio, com sede na Av. Valdir Masutti, 779W, Loteamento Bom Jardim, Campos de Júlio - MT, CEP 78.307-000, torna público a relação de Credenciados no Processo de Credenciamento nº 10/2019, para credenciamento de empresas para fornecimento de marmitex e refeição self service, pessoas jurídicas, nas condições estabelecidas no Edital, sendo credenciados: 1) JOÃO MARIA DE LIMA 59686090444, CNPJ/MF nº 24.315.144/0001-03, 2) MARIA MENDES DA SILVA CASTRO 01955016160 CNPJ/MF nº 32.752.130/0001-77, 3) MIRIAN BARBOZA 00989221733 CNPJ/MF nº 32.991.771/0001-84.

Informações através do fone (65) 3387 - 2800.

Campos de Júlio - MT, 21 de agosto de 2019.

Rosinéia Rodrigues Ramos Silva

Decreto nº 012/2019

LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 24/2019

A Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio - MT, nomeado pelo Decreto Municipal nº 12/2019, torna público para conhecimentos dos interessados a contratação abaixo:

Objeto: **Contratação empresa para prestação de serviço de locação de caminhão e reboque do tipo guincho com prancha, para transporte do caminhão Cargo 1519, para a cidade de Cambé no Estado do Paraná.**

Contratado: **MACRO SERVIÇOS E TRANSPORTES LTDA - EPP, CNPJ: 09.386.508/0001-44**

Valor global: R$ 12.200,0 (doze mil e duzentos reais).

Fundamento Legal: Art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93 e art. 1º, II, do Decreto Federal nº 9.412/2018.

Dispensa de Licitação: 24/2019, Processo Administrativo nº 090/2019 e Processo de Compra nº 087/2019.

Fica ratificada pelo prefeito municipal a dispensa de licitação em tela, conforme despacho exarado no procedimento licitatório, em consonância com a justificativa apresentada e com o parecer jurídico, nos termos do artigo 26 da lei n° 8.666/93 e suas alterações.

Campos de Júlio - MT, 21 de agosto de 2019.

Rosinéia Rodrigues Ramos Silva

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

LEI Nº 1.052, DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

ACRESCENTA AÇÕES AO PLANO PLURIANUAL, À LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E À LEI DO ORÇAMENTO ANUAL PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSE ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Legislativa Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a acrescentar ao Anexo I do Plano Plurianual, previsto na Lei nº 848, de 11 de outubro de 2017, as seguintes ações para o exercício financeiro vigente:

Descrição da Ação
Órgão: 01 – Câmara Municipal de Campos de Júlio **Unidade:** 01.01 Câmara Municipal de Campos de Júlio **Função:** 01 Legislativa **Sub-função:** 31 Ação Legislativa **Programa:** 101 Gestão Legislativa **Projeto:** 1.163 Reforma do Prédio da Câmara **Produto:** % Porcentagem **Exercício:** 2019 R$ 100.000,00 **Valor Total:** R$ 100.000,00 (cem mil reais) **Meta:** Reforma da sede da Câmara Municipal.

Art. 2º Fica o Executivo Municipal autorizado a acrescentar ao Anexo I da Lei nº 922, de 26 de junho de 2018 que estabelece as Diretrizes Orçamentárias, as seguintes ações para o exercício financeiro vigente:

Descrição da Ação
Órgão: 01 – Câmara Municipal de Campos de Júlio **Unidade:** 01.01 Câmara Municipal de Campos de Júlio **Função:** 01 Legislativa **Sub-função:** 31 Ação Legislativa **Programa:** 101 Gestão Legislativa **Projeto:** 1.163 Reforma do Prédio da Câmara **Produto:** % Porcentagem **Exercício:** 2019 R$ 100.000,00 **Valor Total:** R$ 100.000,00 (cem mil reais) **Meta:** Reforma da sede da Câmara Municipal

Art. 3º Fica o Executivo Municipal autorizado a acrescentar crédito adicional especial ao orçamento geral do município, previsto na Lei nº 973, de 21 de novembro de 2018, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), para o exercício financeiro vigente, conforme se especifica a seguir:

ÓRGÃO: 01 Câmara Municipal de Campos de Júlio

UNIDADE: 01 Câmara Municipal de Campos de Júlio

PROJETO: 1.163 Reforma do Prédio da Câmara

ELEMENTO: 4.4.90.51.00.00.01.0000 R$ 100.000,00

Total da Suplementação R$ 100.000,00

Art. 4º A cobertura do crédito adicional a que se refere essa lei primeiro será efetivada através da anulação parcial e/ou total da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 01 Câmara Municipal de Campos de Júlio

UNIDADE: 01 Câmara Municipal de Campos de Júlio

(1) 4.4.90.51.00.00.1.056.01.0000 Obras e Instalações R$ 100.000,00

Total anulação R$ 100.000,00

Art. 5º Ficam inalteradas as demais disposições do Anexo I do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 6º Essa lei entra em vigor na data de sua publicação.

Campos de Júlio,20 de agosto de 2019.

JOSE ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio/MT

DECRETO N°. 100, DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

DESIGNA REPRESENTANTES PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-CME DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JÚLIO – MT.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais, especialmente previstas no artigo 148 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os membros representantes dos segmentos abaixo identificados para compor o Conselho Municipal de Educação-CME, ficando assim constituído:

I - Câmara da Educação Básica:

a) **Representante da Secretaria Municipal da Educação** Titular: MARLEI JUNGES Suplente: JÉSSICA AMANN FROEHLICH b) **Representante do Poder Executivo** Titular: SONIA MARIA PERSON CHAVES Suplente: ROSANGELA GRANDIS DE MOURA c) **Representante dos Diretores da Rede Pública Municipal** Titular: VIVIANE DA SILVA MENDES Suplente: JOSÉ APARECIDO DA SILVA d) **Representante dos Professores da Rede Municipal de Ensino** Titular: FRANCISMÉRE RODRIGUES DEPIERI GRANDIS Suplente: ODIRLEI PEREIRA DA SILVA e) **Representante dos Professores da Rede Estadual de Ensino** Titular: MAUROCIR SILVA Suplente: GILDO RIBEIRO LIMA f) **Representante dos Auxiliares de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino** Titular: LISIANE DA SILVA MENDES Suplente: MARCIA ALVES SOUZA LARA g) **Representante dos Conselhos Escolares Municipais ou equivalentes** Titular: SILVANA CARNAUBA DOS SANTOS Suplente: JOSÉ AUGUSTO SOARES ABREU h) **Representante dos Conselhos Escolares Estaduais ou equivalentes** Titular: GRAZIELLE PEREIRA DE OLIVEIRA DA LUZ TEODORO Suplente: THALITA FARIA DE OLIVEIRA RODRIGUES i) **Representante do Sindicato dos Profissionais da Educação** Titular: ERLAN CRUZ GRANDIS Suplente: JOSIANE LUIZ BARBOSA

Art. 2º Esse decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campos de Júlio,21 de agosto de 2019.

Registre-se e publique-se.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio

LEI Nº 1.051, DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

ALTERA A LEI 973/2018, QUE AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A PROCEDER ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO.

JOSE ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara Legislativa Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar ao orçamento geral do município para o exercício financeiro vigente, no valor de R$ 214.303,46 (duzentos e quatorze mil, trezentos e três reais e quarenta e seis centavos), conforme especificado a seguir:

ORGÃO: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

UNIDADE: 01 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

(514) 3.3.90.30.00.00.2.074.01.0001 Material de Consumo R$ 9.000,00

(518) 4.4.90.52.00.00.2.074.01.0000 Equipamentos e Material Permanente R$ 12.000,00

(508) 3.3.90.30.00.00.2.075.01.0015 Material de Consumo R$ 35.000,00

(532) 3.3.90.30.00.00.2.076.01.0000 Material de Consumo R$ 16.900,00

(708) 3.3.90.30.00.00.2.076.01.0030 Material de Consumo R$ 123.320,46

(529) 3.3.90.39.00.00.2.081.01.0001 Outros Serviços de Terceiros de Pessoa Jurídica R$ 2.000,00

(552) 3.3.90.30.00.00.2.082.01.0001 Material de Consumo R$ 16.083,00

Total Suplementação R$ 214.303,46

Art. 2º A cobertura do crédito adicional a que se refere o artigo primeiro será efetivada através da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

ORGÃO: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS URBANOS

UNIDADE: 01 DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS

(132) 3.3.90.30.00.00.2.026.01.0030 Material de Consumo R$ 6.051,82

(133) 3.3.90.36.00.00.2.026.01.0030 Outros Serviços de Terceiros de Pessoa Física R$ 32.490,00

(134) 3.3.90.39.00.00.2.026.01.0030 Outros Serviços de Terceiros de Pessoa Jurídica R$ 25.395,64

(135) 4.4.90.39.00.00.2.026.01.0030 Outros Serviços de Terceiros de Pessoa Jurídica R$ 1.083,00

(136) 4.4.90.51.00.00.2.026.01.0030 Obras e Instalações R$ 58.300,00

Total Anulação do Órgão R$ 123.320,46

ORGÃO: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

UNIDADE: 01 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

(531) 4.4.90.52.00.00.1.035.01.0000 Equipamentos e Material Permanente R$ 1.900,00

(513) 3.3.90.14.00.00.2.074.01.0001 Diárias Civil R$ 9.000,00

(528) 3.3.90.36.00.00.2.081.01.0001 Outros Serviços de Terceiros de Pessoa Física R$ 2.000,00

(552) 4.4.90.52.00.00.2.081.01.0001 Equipamentos e Material Permanente R$ 15.000,00

(553) 3.3.90.36.00.00.2.082.01.0001 Outros Serviços de Terceiros de Pessoa Física R$ 1.083,00

(495) 3.3.90.14.00.00.2.083.01.0000 Diárias Civil R$ 15.000,00

(499) 3.3.90.39.00.00.2.083.01.0000 Outros Serviços de Terceiros de Pessoa Jurídica R$ 12.000,00

(510) 3.3.90.30.00.00.2.084.01.0015 Material de Consumo R$ 35.000,00

Total Anulação do Órgão R$ 90.983,00

Total Anulação R$ 214.303,46

Art. 3º Ficam inalteradas as demais disposições do Anexo I do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 4º Essa lei entra em vigor na data de sua publicação.

Campos de Júlio,20 de agosto de 2019.

JOSE ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio/MT

LEI Nº. 1.056, DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

REVOGA A DOAÇÃO DE BEM IMÓVEL CONSTANTE DO ARTIGO PRIMEIRO DA LEI MUNICIPAL Nº. 568, DE 25 DE JUNHO DE 2013.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Legislativa Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1° Fica revogada a doação da área à empresa VOLMAQ MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº. 01.547.347/0001-11, identificada pelo lote nº 01, com área de 21,929,00 (vinte e um mil, novecentos e vinte e nove metros quadrados), desmembrada da área maior de 56,7625 (cinquenta e seis hectares, setenta e seis ares e vinte e cinco centiares), matriculada sob nº. 2.652, no Cartório de Registro dessa circunscrição imobiliária, denominada Loteamento Industrial, situada no perímetro urbano dessa cidade, com limites e confrontações definidos no memorial descritivo e croqui integram o presente.

Parágrafo único. A revogação se fundamenta no descumprimento do encargo estabelecido no artigo 3º e no parágrafo único do artigo 4º, da Lei nº 568, de 25 de junho de 2013.

Art. 2º Em decorrência da revogação prevista nessa lei, operar-se-á de pleno direito a reversão ao patrimônio do poder público municipal do imóvel objeto da doação materializada no artigo 1º da Lei Municipal nº. 568, de 25 de junho de 2013.

Art. 3º Essa lei entra em vigor na data de sua publicação

Campos de Júlio, 20 de agosto de 2019.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio

LEI Nº 1.055, DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

ACRESCENTA AÇÕES AO PLANO PLURIANUAL, À LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E À LEI DO ORÇAMENTO ANUAL PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSE ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Legislativa Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a acrescentar ao Anexo I do Plano Plurianual, previsto na Lei nº 848, de 11 de outubro de 2017, as seguintes ações para o exercício financeiro vigente:

Descrição da Ação
Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Obras Públicas e Serviços Urbanos **Unidade:** 05.02 Departamento de Obras e Serviços Urbanos **Função:** 26 Transporte **Sub-função:** 451 Infraestrutura Urbana **Programa:** 11 Infraestrutura em Transporte Rodoviário **Produto:** % Porcentagem **Exercício:** 2019 R$ 185.342,65 **Valor Total:** R$ 185.342,65 (cento e oitenta e cinco mil, trezentos e quarenta e dois reais e sessenta e cinco centavos) **Meta:** Desenvolver ações que garantam a manutenção e conservação da malha viária do município.

Art. 2º Fica o Executivo Municipal autorizado a acrescentar ao Anexo I da Lei nº 922, de 26 de junho de 2018 que estabelece as Diretrizes Orçamentárias, as seguintes ações para o exercício financeiro vigente:

Descrição da Ação
Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Obras Públicas e Serviços Urbanos **Unidade:** 05.02 Departamento de Obras e Serviços Urbanos **Função:** 26 Transporte **Sub-função:** 451 Infraestrutura Urbana **Programa:** 11 Infraestrutura em Transporte Rodoviário **Produto:** % Porcentagem **Exercício:** 2019 R$ 185.342,65 **Valor Total:** R$ 185.342,65 (cento e oitenta e cinco mil, trezentos e quarenta e dois reais e sessenta e cinco centavos) **Meta:** Desenvolver ações que garantam a manutenção e conservação da malha viária do município.

Art. 3º Fica o Executivo Municipal autorizado a acrescentar crédito adicional especial ao orçamento geral do município, previsto na Lei nº 973, de 21 de novembro de 2018, no valor de R$ 185.342,65 (cento e oitenta e cinco mil, trezentos e quarenta e dois reais e sessenta e cinco centavos), para o exercício financeiro vigente, conforme se especifica a seguir:

ÓRGÃO: 05 – Secretaria Municipal de Obras Públicas e Serviços Urbanos

UNIDADE: 02 Departamento de Obras e Serviços Urbanos

PROJETO: 1169 Pavimentação no Bairro Jardim das Palmeiras, Rua L

ELEMENTO: 4.4.90.51.00.00.01.0000 R$ 100.278,30

PROJETO: 1170 Pavimentação no Bairro Jardim das Palmeiras, Rua Armando Maron

ELEMENTO: 4.4.90.51.00.00.01.0000 R$ 85.064,35

Total da Suplementação R$ 185.342,65

Art. 4º Os recursos necessários para cobertura do crédito de que trata o artigo terceiro serão oriundos de anulação parcial e/ou total da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 05 – Secretaria Municipal de Obras Públicas e Serviços Urbanos

UNIDADE: 02 Departamento de Obras e Serviços Urbanos

(160) 4.4.90.51.00.00.1.079.01.0000 Obras e Instalações R$ 44.000,00

(161) 4.4.90.51.00.00.1.083.01.0000 Obras e Instalações R$ 60.500,00

(162) 4.4.90.51.00.00.1.084.01.0000 Obras e Instalações R$ 21.910,00

(163) 4.4.90.51.00.00.1.086.01.0000 Obras e Instalações R$ 53.130,69

(164) 4.4.90.51.00.00.1.088.01.0000 Obras e Instalações R$ 5.801,96

Total anulação R$ 185.342,65

Art. 5º Ficam inalteradas as demais disposições do Anexo I do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 6º Essa lei entra em vigor na data de sua publicação.

Campos de Júlio, 20 de agosto de 2019.

JOSE ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio/MT

LEI Nº 1.054, DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

ACRESCENTA AÇÕES AO PLANO PLURIANUAL, À LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E À LEI DO ORÇAMENTO ANUAL PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSE ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Legislativa Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a acrescentar ao Anexo I do Plano Plurianual, previsto na Lei nº 848, de 11 de outubro de 2017, as seguintes ações para o exercício financeiro vigente:

Descrição da Ação
Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Obras Públicas e Serviços Urbanos **Unidade:** 05.02 Departamento de Obras e Serviços Urbanos **Função:** 26 Transporte **Sub-função:** 451 Infraestrutura Urbana **Programa:** 11 Infraestrutura em Transporte Rodoviário **Produto:** % Porcentagem **Exercício:** 2019 R$ 407.323,05 **Valor Total:** R$ 407.323,05 (quatrocentos e sete mil, trezentos e vinte e três reais e cinco centavos) **Meta:** Desenvolver ações que garantam a manutenção e conservação da malha viária do município.

Art. 2º Fica o Executivo Municipal autorizado a acrescentar ao Anexo I da Lei nº 922, de 26 de junho de 2018 que estabelece as Diretrizes Orçamentárias, as seguintes ações para o exercício financeiro vigente:

Descrição da Ação
Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Obras Públicas e Serviços Urbanos **Unidade:** 05.02 Departamento de Obras e Serviços Urbanos **Função:** 26 Transporte **Sub-função:** 451 Infraestrutura Urbana **Programa:** 11 Infraestrutura em Transporte Rodoviário **Produto:** % Porcentagem **Exercício:** 2019 R$ 407.323,05 **Valor Total:** R$ 407.323,05 (quatrocentos e sete mil, trezentos e vinte e três reais e cinco centavos) **Meta:** Desenvolver ações que garantam a manutenção e conservação da malha viária do município.

Art. 3º Fica o Executivo Municipal autorizado a acrescentar crédito adicional especial ao orçamento geral do município, previsto na Lei nº 973, de 21 de novembro de 2018, no valor de R$ 407.323,05 (quatrocentos e sete mil, trezentos e vinte e três reais e cinco centavos), para o exercício financeiro vigente, conforme se especifica a seguir:

ÓRGÃO: 05 – Secretaria Municipal de Obras Públicas e Serviços Urbanos

UNIDADE: 02 Departamento de Obras e Serviços Urbanos

PROJETO: 1165 Pavimentação no Bairro Jardim das Palmeiras, Rua Constantino Giongo

ELEMENTO: 4.4.90.51.00.00.01.0000 R$ 109.517,39

PROJETO: 1166 Pavimentação no Bairro Jardim das Palmeiras, Rua Noé Marques

ELEMENTO: 4.4.90.51.00.00.01.0000 R$ 104.441,98

PROJETO: 1167 Pavimentação no Bairro Jardim das Palmeiras, Rua J

ELEMENTO: 4.4.90.51.00.00.01.0000 R$ 102.839,59

PROJETO: 1168 Pavimentação no Bairro Jardim das Palmeiras, Rua C

ELEMENTO: 4.4.90.51.00.00.01.0000 R$ 90.524,09

Total da Suplementação R$ 407.323,05

Art. 4º Os recursos necessários para cobertura do crédito de que trata o artigo terceiro serão oriundos do *superavit* do exercício anterior conforme anexo I dessa lei.

Art. 5º Ficam inalteradas as demais disposições do Anexo I do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 6º Essa lei entra em vigor na data de sua publicação.

Campos de Júlio, 20 de agosto de 2019.

JOSE ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio/MT

ANEXO I DA LEI Nº 1054/2019.

Fundamentado no anexo 14 das Contas Anuais de Gestão do Exercício de 2019.

Fonte de Recurso	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit	Créditos Utilizados	Saldo Superávit
01.0000	1.713.517,62	0,00	1.713.517,62	1.305.000,00	408.517,62

Campos de Júlio, 20 de agosto de 2019.

JOSE ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio/MT

LEI Nº 1.053, DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

ACRESCENTA AÇÕES AO PLANO PLURIANUAL, À LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E À LEI DO ORÇAMENTO ANUAL PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSE ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Legislativa Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a acrescentar ao Anexo I do Plano Plurianual, previsto na Lei nº 848, de 11 de outubro de 2017, as seguintes ações para o exercício financeiro vigente:

Descrição da Ação
Órgão: 01 – Câmara Municipal de Campos de Júlio **Unidade:** 01.01 Câmara Municipal de Campos de Júlio **Função:** 01 Legislativa **Sub-função:** 31 Ação Legislativa **Programa:** 101 Gestão Legislativa **Projeto:** 1.163 Reforma do Prédio da Câmara **Produto:** % Porcentagem **Exercício:** 2019 R$ 100.000,00 **Valor Total:** R$ 100.000,00 (cem mil reais) **Meta:** Reforma da sede da Câmara Municipal.

Art. 2º Fica o Executivo Municipal autorizado a acrescentar ao Anexo I da Lei nº 922, de 26 de junho de 2018 que estabelece as Diretrizes Orçamentárias, as seguintes ações para o exercício financeiro vigente:

Descrição da Ação
Órgão: 01 – Câmara Municipal de Campos de Júlio **Unidade:** 01.01 Câmara Municipal de Campos de Júlio **Função:** 01 Legislativa **Sub-função:** 31 Ação Legislativa **Programa:** 101 Gestão Legislativa **Projeto:** 1.163 Reforma do Prédio da Câmara **Produto:** % Porcentagem **Exercício:** 2019 R$ 100.000,00 **Valor Total:** R$ 100.000,00 (cem mil reais) **Meta:** Reforma da sede da Câmara Municipal

Art. 3º Fica o Executivo Municipal autorizado a acrescentar crédito adicional especial ao orçamento geral do município, previsto na Lei nº 973, de 21 de novembro de 2018, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), para o exercício financeiro vigente, conforme se especifica a seguir:

ÓRGÃO: 01 Câmara Municipal de Campos de Júlio

UNIDADE: 01 Câmara Municipal de Campos de Júlio

PROJETO: 1.163 Reforma do Prédio da Câmara

ELEMENTO: 4.4.90.51.00.00.01.0000 R$ 100.000,00

Total da Suplementação R$ 100.000,00

Art. 4º A cobertura do crédito adicional a que se refere essa lei primeiro será efetivada através da anulação parcial e/ou total da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 01 Câmara Municipal de Campos de Júlio

UNIDADE: 01 Câmara Municipal de Campos de Júlio

(1) 4.4.90.51.00.00.1.056.01.0000 Obras e Instalações R$ 100.000,00

Total anulação R$ 100.000,00

Art. 5º Ficam inalteradas as demais disposições do Anexo I do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 6º Essa lei entra em vigor na data de sua publicação.

Campos de Júlio,20 de agosto de 2019.

JOSE ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio/MT

LEI Nº 1.050, DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

ALTERA A LEI 973/2018, QUE AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A PROCEDER ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO.

JOSE ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara Legislativa Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar ao orçamento geral do município para o exercício financeiro vigente, no valor de R$ 70.727,38 (setenta mil, setecentos e vinte e sete reais e trinta e oito centavos), conforme especificado a seguir:

ORGÃO: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

(343) 3.3.90.39.00.00.2.041.01.0002 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R$ 26.727,38

(386) 3.3.90.30.00.00.2.042.01.0002 Material de Consumo R$ 5.000,00

(389) 3.3.90.39.00.00.2.042.01.0002 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R$ 5.000,00

(396) 3.3.90.14.00.00.2.043.01.0002 Diárias Civil R$ 3.000,00

(398) 3.3.90.30.00.00.2.043.01.0002 Material de Consumo R$ 3.000,00

(401) 3.3.90.39.00.00.2.043.01.0002 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R$ 3.000,00

(350) 3.3.90.39.00.00.2.050.01.0002 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R$ 10.000,00

(374) 3.3.90.30.00.00.2.054.01.0002 Material de Consumo R$ 5.000,00

(710) 3.3.90.36.00.00.2.054.01.0002 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física R$ 10.000,00

Total suplementação R$ 70.727,38

Art. 2º A cobertura do crédito adicional a que se refere o artigo primeiro será efetivada através da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

ORGÃO: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

(192) 4.4.90.52.00.00.2.034.01.0002 Equipamentos e Material Permanente R$ 8.349,01

(344) 4.4.90.52.00.00.2.041.01.0002 Equipamentos e Material Permanente R$ 5.207,50

(209) 4.4.90.52.00.00.2.046.01.0002 Equipamentos e Material Permanente R$ 6.066,00

(309) 4.4.90.52.00.00.2.047.01.0002 Equipamentos e Material Permanente R$ 5.415,00

(321) 4.4.90.52.00.00.2.048.01.0002 Equipamentos e Material Permanente R$ 5.415,00

(351) 4.4.90.52.00.00.2.050.01.0002 Equipamentos e Material Permanente R$ 3.249,00

(359) 4.4.90.52.00.00.2.051.01.0002 Equipamentos e Material Permanente R$ 2.513,88

(369) 4.4.90.52.00.00.2.052.01.0002 Equipamentos e Material Permanente R$ 5.415,00

(413) 4.4.90.52.00.00.2.053.01.0002 Equipamentos e Material Permanente R$ 5.415,00

(201) 4.4.90.52.00.00.2.110.01.0002 Equipamentos e Material Permanente R$ 6.498,00

(329) 3.3.90.04.00.00.2.111.01.0002 Contratação por Tempo Determinado R$ 15.334,99

(334) 4.4.90.52.00.00.2.111.01.0002 Equipamentos e Material Permanente R$ 1.849,00

Total anulação R$ 70.727,38

Art. 3º Ficam inalteradas as demais disposições do Anexo I do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 4º Essa lei entra em vigor na data de sua publicação.

Campos de Júlio,20 de agosto de 2019.

JOSE ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio/MT

RESOLUÇÃO N.º 003/2019 - CMAS.

Dispõe sobre Nomeação de membros do CMAS e CGMPPF; Aprovação da Prestação de Contas do FMAS e do Plano de Ação 2019; Definição de nova Secretária CMAS; e Deferimento de Inscrição da APAE no Conselho Mun. Assist. Social.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Campos de Júlio - Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei n.º 0392 de 27 de maio de 2009.

CONSIDERANDO o disposto na Política Nacional de Assistência Social no que se refere ao papel do Conselho Municipal de Assistência Social no que tange ao controle e acompanhamento das questões relativas a Política Pública de Assistência Social em âmbito local;

CONSIDERANDO a deliberação da plenária sobre a pauta apresentada e discutida em reunião ordinária realizada no dia 16 de agosto de 2019, Ata nº 056/2019;

RESOLVE:

Artigo 1º - Ficam definidos e nomeados os novos conselheiros do CMAS, a assumir mandato de 02 (dois) anos podendo ser reconduzidos se já não o foram uma vez, sendo:

Representantes Governamentais:

Representante da Secretaria Municipal da Saúde, Eliane Aparecida da Silva (titular) e Rozangela Teixeira de Oliveira (suplente reconduzida).

Representante da Secretaria Municipal de Educação, Francismére Rodrigues Depieri Grandis (titular) e Marlei Junges (suplente reconduzida).

Representantes da Sociedade Civil:

Representante da APAE, Elisangela Vito da Silva (titular) e Rosilene R. Alessi S. da Silveira (suplente).

Representante da Creche Municipal Ignêz Bresolin Giongo, Carmelinda Dalemolle Pieniz (titular) e Cleonilde da Silva Santos (suplente).

Representante da ACICA, Deisiane Temistocles de Aguiar (titular) e Viviane Maria de Lima (suplente reconduzida).

Representante dos Trabalhadores da Área Assist. Social, Elisangela Oliveira de Camargo da Cruz (titular) e Maria Sueli do Carmo da Cruz (suplente).

Aguardando retorno da Secretaria Mun. de Planejamento e Secretaria Mun. de Administração, permanecem inalterados os demais representantes da CMAS, sendo: Representantes Governamentais, membros da Secretaria Mun. de Assistência Social, Leticia Gabrielle Mendes Souza (titular) e Maria Divina Batista (suplente) e Representantes da Sociedade Civil, membros da Igreja Católica, Silvana Carnaúba dos Santos (titular) e Vânia Lucia Picciuto (suplente).

Artigo 2º - Ficam definidos e nomeados os novos membros do Comitê Gestor Municipal do Programa Pró Família – CGMPPF, sendo:

Representantes do Poder Público Municipal:

Representando a Secretaria Municipal de Assistência Social: Leticia Gabrielle Mendes Souza - titular e Maria Divina Batista, como respectiva suplente;

Representando a Secretaria Municipal de Educação: Francismére Rodrigues Depieri Grandis como titular e representando a Secretaria Municipal de Saúde, Eliane Aparecida da Silva, como respectiva suplente;

Representantes do Conselho Municipal de Assistência Social: Maria Sueli Carmo da Cruz e Elisangela Oliveira de Camargo da Cruz;

Representantes de Instituições Não Governamentais:

Carmelinda Dalemolle Pieniz, representando a Creche Municipal Ignêz Bresolin Giongo e Rosilene R. Alessi S. da Silveira, representando a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE;

Representantes da sociedade que formalizaram a adesão ao Programa Estadual:

Representando a Instituição Igreja Católica Nossa Senhora das Graças: Silvana Carnaúba dos Santos

Representando a Instituição Igreja Evangélica Madureira: Claudomiro Mendes da Silva.

Artigo 3º- Fica aprovado por unanimidade a Prestação de Contas do Fundo Municipal de Assistência Social-FMAS, por meio dos relatórios mensais referentes aos meses de maio e junho de 2019.

Artigo 4º - Fica aprovado por unanimidade o Plano de Ação 2019, elaborado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, sendo parecer favorável do Conselho Municipal de Assistência Social a ser lançado no sistema MDS/SAA pela Presidente do Conselho Sra. Maria Sueli do Carmo da Cruz.

Artigo 5º- Fica deferida e aprovada a inscrição da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, no Conselho Municipal de Assistência Social, sendo posteriormente gerado e entregue a certificação para a entidade solicitante.

Artigo 6º- Fica escolhida por unanimidade para secretária do CMAS a Sra. Silvana Carnaúba. Ficando composta a presidência do Conselho, para o mandato de 02 (dois) anos, pelos seguintes membros: Presidente: Maria Sueli do Carmo da Cruz, Vice-Presidente: Maria Divina Batista e Secretária: Silvana Carnaúba.

Artigo 7º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campos de Júlio – MT, 21 de agosto de 2019

Maria Sueli do Carmo da Cruz

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2019

A Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte-MT, por meio da **COMISSÃO PREGOEIRA** - CP, torna público para conhecimento de todos os interessados, que se encontra-se instaurada a Licitação na Modalidade **PREGÃO PRESENCIAL PARA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICRO EMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPRENDERORES INDIVIDUAL**, tipo será o **MENOR PREÇO POR ITEM.**

DO OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de toners e cartuchos de tinta para impressoras, para ser utilizado pelas Secretarias do Poder Executivo Municipal.

DA SESSÃO DE ABERTURA: A entrega e abertura dos envelopes será realizada no dia 04 de Setembro de 2019, às 08h30min, na sede da Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte, Sala de Licitações e Contratos, no endereço: Avenida Áurea Tavares Amorim – S/Nº, Setor Vila São João, nesta cidade.

DA RETIRADA DO EDITAL: O Edital poderá ser adquirido na sede da Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte, Sala de Licitações e Contratos, no endereço: Avenida Áurea Tavares Amorim – S/Nº, Setor Vila São João, nesta cidade ou no site da Prefeitura Municipal http://www.canabavadonorte.mt.gov.br/transparencia.

DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Para esclarecimento de dúvidas ou informações complementares deverá ser utilizado o endereço eletrônico licitação.cbn@gmail.com e/ou pelo telefone (66) 3577-1152 citando o nº do edital em questão.

Canabrava do Norte-MT, 21 de Agosto de 2019.

Iranizo Matos Rodrigues

Pregoeiro.

Portaria nº 010/2019

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N. 695/2019, DE 21 DE AGOSTO DE 2019

DECRETO N. 695/2019, DE 21 DE AGOSTO DE 2019

"APROVA A INSTRUÇÃO NORMATIVA SPO N. 004/2019, QUE DISPÕE ACERCA DOS PROCEDIMENTOS PARA DISCIPLINAR A ELABORAÇÃO E APROVAÇÃO DA LDO - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS NO MUNICÍPIO DE CANABRAVA DO NORTE, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS".

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 83, Inc. V da Lei 001/93, Lei Orgânica Municipal e objetivando a operacionalização do Sistema de Controle Interno do Município, no âmbito do Poder Executivo;

CONSIDERANDO a solicitação da Controladora Interna e objetivando a operacionalização do Sistema de Controle Interno do Município, no âmbito do Poder Executivo;

CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar os procedimentos para disciplinar a elaboração e aprovação da LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias.

DECRETA:

Art. 1°. Fica aprovada a **Instrução Normativa SPO n. 004/2019**, e responsabilidade da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, que dispõe acerca dos procedimentos para disciplinar a elaboração e aprovação da LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias no Município de Canabrava do Norte - MT, atendendo aos princípios e preceitos normativos da Lei Federal n. 4.320/64 e da Lei Complementar Federal n. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), fazendo parte integrante deste Decreto.

Art. 2º. Caberá á unidade responsável promover a divulgação da Instrução Normativa ora aprovada.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

Canabrava do Norte – MT, 21 de agosto de 2019.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

INSTRUTUÇÃO NORMATIVA SPO N. 004/2019

VERSÃO: 01

APROVAÇÃO EM: 21/08/2019

ATO DE APROVAÇÃO: Decreto n. 695/2019, de 21 de agosto de 2019.

UNIDADE RESPONSÁVEL: Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

CAPÍTULO I

DA FINALIDADE

Art. 1º. Tem a finalidade de disciplinar a elaboração e aprovação da LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias no Município de Canabrava do Norte, Estado do Mato Grosso, atendendo aos princípios e preceitos normativos da Lei Federal nº. 4.320/64 e da Lei Complementar Federal n°. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF).

CAPÍTULO II

DA ABRANGÊNCIA

Art. 2°. Abrange todas as Unidades Administrativas da estrutura organizacional doPoder Executivo contemplando administrações diretas e indiretas do Município de Canabrava do Norte.

CAPÍTULO III

DO CONCEITO

Art. 3º. Para os fins desta Instrução Normativa considera-se:

I – Plano Plurianual: Estabelece medidas, gastos e objetivos a serem seguidos pelo Administração Pública ao longo de um período de quatro anos. Tem vigência do segundo ano de um mandato até o final do primeiro ano do mandato seguinte. Também prevê a atuação de Governo, durante o período mencionado, em programas de duração continuada já instituídos ou a instituir no médio prazo.

O PPA é o primeiro elemento na hierarquia de planejamento do sistema orçamentário. Os demais devem dispor apenas sobre aquilo que nele estiver previsto, não podendo contrariá-lo ou dispor sobre coisas estranhas a ele. É o "orçamento global", o "orçamento de médio prazo", de maior abrangência e que deverá nortear uma gestão de governo.

A disposição constitucional no art. 165, § 1º, da Constituição Federal, diz que o plano plurianual deverá estabelecer as diretrizes, objetivos e metas da administração para as despesas de capital e outras delas decorrentes, bem como para as relativas aos programas de duração continuada. É o programa de governo do gestor público traduzido e enquadrado dentro das normas de planejamento e contabilidade pública.

Os principais objetivos do Plano Plurianual, em nível municipal, serão:

a) Definir com clareza, as metas e prioridades da administração bem como os resultados esperados; **b)** Organizar, em Programas, as ações de que resulte a oferta de bens ou serviços. que atendam as demandas da sociedade; **c)** Estabelecer a necessária relação entre Programas a serem desenvolvidos e a orientação estratégica do governo; **d)** Nortear a alocação de recursos nos orçamentos anuais, compatível com as metas e recursos do Plano; **e)** Facilitar o gerenciamento das ações do governo, atribuindo responsabilidade pelo monitoramento destas ações e pelos resultados obtidos; **f)** Dar transparência à aplicação dos recursos e aos resultados obtidos. **g)** Aumentar os níveis de investimentos públicos; **h)** Conferir racionalidade e austeridade ao gasto público; **i)** Planejar e divulgar o programa de governo do gestor; **j)** Conciliar os recursos disponíveis com as necessidades de aplicação, permitindo o estabelecimento de uma escala de prioridades dos programas; **k)** Elevar o nível de eficiência na aplicação dos recursos, mediante melhor discriminação e maior articulação dos dispêndios a serem efetivados. **II - Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO:**Estabelece as diretrizes, normas, prioridades, metas e principais parâmetros do Projeto de Lei Orçamentária Anual e constitui elo entre o PPA e LOA. Tem como a principal finalidade orientar a elaboração dos orçamentos fiscal e da seguridade social e de investimento do Poder Público, incluindo os poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e as empresas públicas e autarquias. Busca sintonizar a Lei Orçamentária Anual - LOA com as diretrizes, objetivos e metas da administração pública, estabelecidas no Plano Plurianual; **III - Lei Orçamentária Anual - LOA:**Programa as ações do governo a serem executadas para tornar possível a concretização das metas planejadas no plano plurianual e observância da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Elaborada pelo Poder Executivo que estabelece as despesas e as receitas que serão realizadas no próximo ano. A Constituição determina que o Orçamento deve ser votado e aprovado até o final de cada Legislação. A Lei Orçamentaria Anual estima as receitas e autoriza as despesas do Municipal de acordo com a previsão de arrecadação. O Orçamento Anual visa concretizar os objetivos e metas propostas no Plano Plurianual (PPA), segundo as diretrizes estabelecidas pela Lei de Diretrizes Orçamentarias (LDO).

CAPÍTULO IV

DA BASE LEGAL

Art. 4º. A presente Instrução Normativa integra o conjunto de ações, de responsabilidade do Chefe do Poder Executivo, no sentido da implementação do Sistema de Controle Interno do Município, sobre o qual dispõem os Artigos 31º, 70º e 74º da Constituição Federal; da Constituição Estadual; da Lei Complementar n. 101/2000; Lei Municipal n. 312/2007, (Lei que dispõe sobre o Sistema de Controle Interno Municipal), visando atender a Constituição Federal em seus artigos 165º, 166º, 167º e Art. 35, § 2º, inciso I, das Disposições Transitórias; Lei Federal 4.320/64; Lei Complementar n 101/00; Lei Orgânica do Município de Canabrava do Norte - MT e demais legislações pertinentes à matéria.

CAPÍTULO V

DAS RESPONSABILIDADES

Art. 5º. É de responsabilidade da Secretaria Adjunta de Planejamento, Orçamento e Gestão:

I - Estabelecer cronograma de atividades, tendo em vista o prazo estabelecido para o encaminhamento do projeto de lei da LDO à Câmara Legislativa Municipal;

II - Promover a divulgação e implementação desta Instrução Normativa, mantendo-a atualizada;

III - Exercer o acompanhamento sobre a efetiva observância das Instruções Normativas a que o Sistema de Planejamento esteja sujeito;

IV - Promover discussões técnicas com as Unidades Administrativas e com a Unidades Municipal de Controle Interno, visando constante aprimoramento desta Instrução Normativa;

V – Manter a Instrução Normativa á disposição de todos os servidores relacionados ao Sistema de Contabilidade, cumprindo e zelando para que todos cumpram a referida Instrução Normativa, em todos os seus termos.

Art. 6º. É de responsabilidade das Secretarias e Gerências:

I – Atender às solicitações do responsável pelo Sistema de Planejamento e Orçamento, quanto ao fornecimento de informações e à participação no processo de atualização das Instruções Normativas;

II – Alertar ao responsável pelo Sistema de Planejamento e Orçamento sobre as alterações que se fizerem necessárias nos procedimento de trabalho;

III – Realizar as atividades colocadas sob sua responsabilidade na presente Instrução Normativa, cumprindo fielmente as determinações da mesma.

Art. 7º. É de responsabilidade da Unidade Municipal de Controle Interno (UMCI):

I – Prestar apoio técnico por ocasião das atualizações da Instrução Normativa, em especial no que tange à identificação e avaliação dos pontos de controle e respectivos procedimentos de controle;

II – Avaliar a eficácia dos procedimentos de controle inerentes ao Sistema de Planejamento e Orçamento - SPO, propondo alterações na Instrução Normativa para aprimoramento dos controles.

CAPÍTULO VI DOS PROCEDIMENTOS

Art. 8º. DA ELABORAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS – LDO:

I - Pressupostos:

Durante a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentarias é necessário observar os seguintes pressupostos: **a)** Compreender as metas e prioridades da Administração Publica Municipal incluindo as despesas para o exercício financeiro subsequente; **b)** Orientar a elaboração da Lei Orçamentaria Anual;

c) Dispor sobre alterações na Legislação Tributária;

d) Estabelecer a política de aplicação das agências financeiras de fomento.

II - Conteúdo Mínimo:

A Lei de Diretrizes Orçamentária deverá ser um elo de ligação entre o plano estratégico (plurianual) e operacional (orçamento) e, no mínimo, dispor sobre:

a) as prioridades e metas para o próximo exercício, previstas ou fixadas no plano plurianual;

b) a organização e estrutura do orçamento com relação à ações de governo (projeto, atividade e operações especiais);

c) as orientações para elaboração do orçamento e o cálculo da reserva de contingência;

d) previsão de alteração na legislação tributária (impostos, taxas e contribuições de melhoria);

e) previsão de concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração do funcionalismo;

f) previsão de criação de cargos, empregos e funções ou alteração da estrutura de carreiras;

g) previsão de admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título.

A Lei Complementar n. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), estabelece que deverá ser acrescentado ao conteúdo da Lei de Diretrizes Orçamentarias;

a) Limitação de empenho e estabelecer critérios e formas, quando a receitas não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal constante no anexo das metas fiscais;

b) Normas relativas ao controle operacional (aspectos de eficiência, eficácia e economicidade das ações governamentais), tratam de um análise de desempenho, previsto no Art. 4º, Inciso I, alínea "e" da LRF;

c) Normas de controle de custo e avaliação dos resultados de programas financiados com recursos dos orçamentos;

d) Avaliação do resultado dos programas;

e) Condições para transferências à entidades públicas e privadas;

f) Estabelecimento de metas fiscais de receitas, despesas, resultado nominal, resultado primário e montante da dívida;

g) Demonstração da evolução do patrimônio líquido;

h) Demonstração da origem e aplicação dos recursos de alienação de ativos;

i) Avaliação da situação financeira e atuarial;

j) Previsão de compensação e renúncia de receita;

k) Previsão de margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado;

l) Reserva de recursos para riscos fiscais;

m) Definição da forma de utilizar o montante da reserva de contingência;

n) Programa financeiro do cronograma de execução mensal de desembolso;

o) Definição de despesas irrelevantes para dispensa da estimativa de impacto orçamentário e financeiro;

p) Priorização de obras em andamento e conservação do patrimônio sobre projetos novos;

q) Autorização de custeio de competência de outros entes;

r) Definição dos incentivos ou benefícios tributários – renúncia de receita;

Parágrafo Único. O rol apresentado no caput é meramente exemplificativo, poderá dispor a LDO sobre matéria não elencada, desde que compatível e de sua competência.

III - Da Audiência Pública:

Art. 9º. A participação da sociedade nas audiências públicas se dará na forma estabelecida na Constituição Federal e na Lei Complementar n. 101/2000 que disciplinam a realização de uma Audiência Pública.

Art. 10º. A Audiência Pública, no processo de elaboração da LDO será realizada anualmente, devendo ser agendada pelo Poder Executivo Municipal, encarregado de preparar os dados e informações necessárias para o debate popular.

Art. 11º. A Audiência Pública será objeto de registro em ata com a respectiva lista de presença e das decisões ali tomadas.

IV - DOS RELATÓRIOS DOS PROJETOS EM ANDAMENTO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE:

Art. 12º. O Executivo Municipal deverá encaminhar o Relatório dos Projetos em Andamento, bem como das obras com necessidade de conserva-

ção, objeto de priorização de recursos ao Poder Legislativo até a data de envio da LDO, previsto no art. 45º, da LRF.

Parágrafo Único. O Executivo deverá publicar o Relatório no órgão oficial do Município, previsto no Art. 45º, da LRF.

V - DA ELABORAÇÃO DO PROJETO DE LEI DA LDO:

Art. 13º. A elaboração do texto do Projeto de Lei do Plano Plurianual deverá estabelecer as metas e prioridades da administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alteração tributária, disposição constitucional no art. 165, § 2° da Constituição Federal.

VI - DO ENCAMINHAMENTO E PRAZO DE ENVIO DO PROJETO DE LEI AO PODER LEGISLATIVO:

Art. 14º. O projeto de Lei da LDO, deverá ser encaminhado do Poder Executivo ao Poder Legislativo anualmente, até 15 de abril, conforme determina a lei Orgânica do Município de Canabrava do Norte.

Art. 15º. O Poder Legislativo deverá devolver o projeto de lei devidamente aprovado até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa.

VII - DA PUBLICAÇÃO :

Art. 16º. A publicação do texto da lei será publicada no órgão oficial do Município, inclusive em meios eletrônicos, previsto no artigo 48º da LRF.

VIII - DO ENVIO DA LEI E ANEXOS AO TCE/MT:

Art. 17º. A Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças encaminhará ao Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso — TCE/MT, cópia da Lei de Diretrizes Orçamentarias – LDO até 31 de dezembro do ano em que foi votada, previsto no Art. 166, inc. II, da Resolução nº 14/2007-TCE-MT e Resolução Normativa nº 18/2018.

CAPÍTULO VII

DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Art. 18º. Os termos contidos nesta Instrução Normativa, não exime a observância das demais normas, competentes, que devem ser respeitadas.

Art. 19º. Os esclarecimentos adicionais a respeito desta Instrução Normativa poderão ser obtidos junto a Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, bem como à UMCI, que por meio de procedimentos de controle, aferirá a fiel observância de seus dispositivos por parte das Unidades Administrativas.

Art. 20º. A inobservância das normas estabelecidas nesta Instrução Normativa pelos agentes públicos acarretara instauração de processo administrativo para apurar responsabilidade, conforme rege o Estatuto do Servidor Público Municipal e demais sanções prevista na legislação pertinente à matéria em vigor.

Art. 21º. Esta Instrução Normativa entra em vigor a partir de sua aprovação, revogando-se as disposições em contrário.

Canabrava do Norte – MT, 21 de agosto de 2019.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
ERRATA DE PUBLICAÇÃO DO DECRETO N. 691/2019, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

ERRATA DE PUBLICAÇÃO

Na edição nº. 3.295, do Diário Oficial dos Municípios no dia 20 de AGOSTO de 2019,

ONDE SE LÊ:Instrução Normativa SPO N. 001/2019, **LEIA-SE**: **Instrução Normativa SPO N. 003/2019**, passando a vigorar com a seguinte redação.

DECRETO N. 691/2019, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

"APROVA A INSTRUÇÃO NORMATIVA SPO N. 003/2019, QUE DISPÕE ACERCA DOS PROCEDIMENTO PARA ACOMPANHAR OS RESULTADOS PREVISTO NOS PROGRAMAS DO PPA, O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS, DAS PRIORIDADES E METAS DEFINIDAS NA LDO DO MUNICÍPIO DE CANABRAVA DO NORTE, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e;

DECRETA:

Art. 1°. Fica aprovada a **Instrução Normativa SPO N. 003/2019**, deresponsabilidade da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, que dispõe acerca dos procedimento para acompanhar os resultados previsto nos programas do PPA, o cumprimento das metas fiscais, das prioridades e metas definidas da LDO do Município de Canabrava do Norte, fazendo parte integrante deste Decreto.

Art. 2º. Caberá á unidade responsável promover a divulgação da Instrução Normativa ora aprovada.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

Canabrava do Norte – MT, em 19 de agosto de 2019.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS Prefeito Municipal

INSTRUTUÇÃO NORMATIVA SPO N. 003/2019.

VERSÃO: 01

APROVAÇÃO EM: 19/08/2019

ATO DE APROVAÇÃO: Decreto n. 691/2019.

UNIDADE RESPONSÁVEL: Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças – SAPLAFI.

CAPÍTULOO I

DA FINALIDADE

Art. 1º. Tem a finalidade de acompanhar os resultados previstos nos programas do PPA, o cumprimento das metas fiscais, das prioridades e metas definidas na LDO do Município de Canabrava do Norte.

CAPÍTULO II

DA ABRANGÊNCIA

Art. 2º. Abrange a Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças e todas as Secretarias/Gerências envolvidas na estrutura organizacional da Administração Pública do Município de Canabrava do Norte.

CAPÍTULO III

DO CONCEITO

Art. 3º. Para os fins desta Instrução Normativa considera-se:

I – Acompanhamento: meio pelo qual é possível monitorar o desempenho, cumprimento das metas fiscais, das prioridades e metas definidas na LDO, e difundir as práticas adotadas, produzindo aprendizado e aperfeiçoamentos que possam ser compartilhados.

II – Plano Plurianual – PPA:define orientações estratégicas, desafios, objetivos, diretrizes e metas para a ação governamental ao longo de um período de quatro anos, funcionando, pois como uma espécie de carta de intenções do governo. Tem vigência no ano de um mandato até o final do primeiro ano do mandato seguinte. Também prevê a atuação de Governo, durante o período mencionado, em programas de duração continuada já instituídos ou a instituir no médio prazo.

III – Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO:tem como principal finalidade orientar a elaboração dos orçamentos fiscal e da seguridade e da seguridade social e de investimento do Poder Público, incluindo os poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e as empresas públicas e autarquias. Busca sintonizar a Lei Orçamentária Anual – LOA com as diretrizes, objetivos e metas da administração pública, estabelecidas no Plano Plurianual.

IV – Lei Orçamentária Anual – LOA:é uma lei elaborada pelo Poder Executivo que estabelece as receitas que serão realizadas no próximo ano. A Constituição determina que o Orçamento deve ser votado e aprovado até o final de cada Legislatura. A Lei Orçamentária Anual estima as receitas e autoriza as despesas do Município de acordo com a previsão de arrecadação. O Orçamento Anual visa concretizar os objetivos e metas propostas no Plano Plurianual (PPA), segundo as diretrizes estabelecidas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

CAPÍTULO IV

DA BASE LEGAL

Art. 4º. O fundamento jurídico encontra respaldo no ordenamento jurídico na Constituição Federal em seus artigos 165º, 166º, 167º; Art. 35º, § 2o, inciso I, das Disposições Transitórias, Constituição Estadual; Lei Federal 4.320/64; Lei Complementar n. 101/00 e Lei Orgânica do Município de Canabrava do Norte - MT.

CAPÍTULO V

DAS RESPONSABILIDADES

Art. 5º. É de responsabilidade da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças -- SAPLAFI:

I – Definir um cronograma de reunião em cada uma das Secretarias/Gerências para esclarecimentos quanto a metodologia de monitoramento do planejamento;

II – Definir os critérios para o acompanhamento dos resultados parciais, ao longo do exercício;

III – Especificar os dados necessários para o acompanhamento da evolução fiscal, da execução de cada projeto/atividade, dos prazos e da forma como os dados serão passados para Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças;

IV – Disponibilizar para as Secretarias calendário contendo o prazo para o fornecimento dos relatórios de controle;

V – Orientar e disponibilizar para as Secretarias o check-list mínimo a ser contemplado no processo de acompanhamento de resultados, elaborar e apresentar relatório.

Art. 6º. E de responsabilidade das Secretarias e Gerencias envolvidas no Plano Plurianual:

I – Atender as solicitações da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças para fornecer informações, documentos e contribuir em outras finalidades de sua competência, quando solicitada;

II – Encaminhar a Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças relatórios de resultados das metas do PPA;

III – Informar a Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças sobre possíveis alterações nas rotinas de trabalho, com a finalidade de obter melhor proveito e eficiência operacional;

IV – Manter a Instrução Normativa ao alcance de todos os funcionários da unidade e zelar pelo seu cumprimento;

Art. 7º. É de responsabilidade da Unidade Municipal de Controle Interno (UMCI):

I – Prestar apoio por ocasião das atualizações da instrução Normativa, em especial no que tange á identificação e avaliação dos pontos de controle e respectivos procedimentos de controle;

II – Avaliar a eficácia dos procedimentos de controle inerentes ao Sistema de Planejamento e Orçamento – SPO, propondo alterações na Instruções Normativa para aprimoramento dos controles.

CAPÍTULO VI

DOS PROCEDIMENTOS

Art. 8º. As Secretarias e Gerências acompanham a execução dos programas (PPA), metas e resultados parciais, produzem relatórios, conforme orientação da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças ao longo do exercício. O Processo de monitoramento do cumprimento das metas previstas durante a execução das ações do programa e mensuração dos resultados é de suma importância, pois é através da avaliação do PPA que o Prefeito presta contas do que foi realizado no seu governo.

Art. 9º. Cada Secretaria/Gerência elege um responsável (Agente de PPA) para acompanhar os indicadores dos programas definidos no Plano Plurianual.

Art. 10º. Os indicadores devem ser acompanhados, por meio de preenchimento de fichários individuais de acompanhamento e disponibilizados, quadrimestralmente, á Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças nos seguintes prazos:

I – Primeiro Quadrimestre: até último dia útil do mês de maio de cada ano;

II – Segundo Quadrimestre: até último dia último dia útil do mês de setembro de cada ano;

III – Terceiro Quadrimestre: até último dia último dia útil do mês de Janeiro de cada ano.

Art. 11º. A Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças avalia os relatórios das Secretarias e Gerências, de acordo com o check-list mínimo de acompanhamento de resultados.

§1º. Caso o relatório não esteja em conformidade com o check-list de acompanhamento de resultados, a Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças emitirá parecer com recomendações para os ajustes e indicará prazo para o devido ajustamento á Secretaria encaminhadora.

§2º Estando o relatório de acompanhamento de resultados em conformidade, a Secretaria municipal de Administração, Planejamento e Finanças tomará os seguintes procedimentos:

I – Consolidará os relatórios por programas;

II – Confrontará os dados obtidos referentes á execução física, com os obtidos por meio do controle de execução orçamentária;

III – Elaborará o relatório de gestão;

IV – Encaminhará o relatório de avaliação do PPA, depois de observar toda a sistemática, Câmara Municipal e demais solicitantes ate o dia 15 de junho de cada ano.

V –Dará publicidade.

CAPITULO VII

DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Art. 12º. Os termos contidos nesta Instrução Normativa, não exime a observância das demais normas, competentes, que devem ser respeitadas.

Art. 13º. Os esclarecimentos adicionais a respeito desta instrução Normativa poderão ser obtidos a Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, bem como á UMCI, que por meio de procedimentos de

controle, aferirá a fiel observância de seus dispositivos por parte das Unidades Administrativas.

Art.14º. A inobservância das normas estabelecidas nesta Instrução Normativa pelos agentes públicos acarretará instauração de processo administrativo para apurar responsabilidade, conforme rege o Estatuto do Servidor Público Municipal e demais sanções prevista na legislação pertinente á matéria em vigor.

Art. 15º. Esta Instrução Normativa entra em vigor a partir de sua aprovação, revogando-se as disposições em contrário.

Canabrava do Norte – MT, 19 de agosto de 2019.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N. 694/2019, DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

DECRETO N. 694/2019, DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

APROVA A VERSÃO 01 DA INSTRUÇÃO NORMATIVA SCO N. 001/2019, DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS NA CONTABILIDADE ESTABELECENDO ROTINAS NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO E AUTARQUIA DO MUNICIPIO DE CANABRAVA DO NORTE/MT, E DÁ OUTTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 83º, inciso X e XXX da Lei Orgânica do Município de Canabrava do Norte.

CONSIDERANDO a solicitação da Controladora Interna e objetivando a operacionalização do Sistema de Controle Interno do Município, no âmbito do Poder Executivo;

CONSIDERANDO a necessidade em disciplinar a forma dos procedimentos a serem cumpridos sobre as rotinas e procedimentos a serem observados no registro contábil do Poder Executivo, buscando alcançar a eficiência, efetividade, eficácia e boa aplicação do dinheiro público, princípios básicos que norteiam a administração pública;

DECRETA:

Art. 1°. No âmbito do Poder Executivo Municipal, os procedimentos a serem cumpridos nas rotinas da Contabilidade Municipal, reger-se-ão pelo disposto na versão 01 da Instrução Normativa SCO n. 001/2019, aprovada por este Decreto.

Art. 2°. Os órgãos e entidades da administração indireta, como unidades executoras do Sistema de Controle Interno, sujeitam-se, no que couber, à referida Instrução Normativa.

Art. 3°. Caberá à Controladoria Interna prestar os esclarecimentos e orientações a respeito da aplicação dos dispositivos deste Decreto.

Art. 4°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRA-SE,

PUBLICA-SE,

CUMPRA-SE.

Canabrava do Norte – MT, 21 de agosto de 2019.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS Prefeito Municipal

INSTRUÇÃO NORMATIVA SCO N. 001/2019

Versão: 1

Aprovada em: 21/08/2019

Ato de Aprovação: Decreto Municipal n. 694/2019, de 21/08/2019.

Unidade Responsável: Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças.

INSTRUÇÃO NORMATIVA SCO - SISTEMA DE CONTABILIDADE Nº 001/2019, 19 DE AGOSTO DE 2019. VERSÃO 001, QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS NA CONTABILIDADE ESTABELECENDO ROTINAS NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO E AUTARQUIA DO MUNICIPIO DE CANABRAVA DO NORTE - MT.

CAPÍTULO I

DA FINALIDADE

Art. 1º. Esta Instrução Normativa tem por finalidade disciplinar os procedimentos operacionais na contabilidade, estabelecendo rotinas no âmbito do Poder Executivo e Autarquia do Município de Canabrava do Norte, devendo, portanto:

I - disciplinar os procedimentos operacionais na execução orçamentária;

II - normatizar a elaboração das Demonstrações Contábeis e demais demonstrativos;

III - agilizar o processo de consolidação das Demonstrações Contábeis;

IV - garantir a publicação e divulgação dos demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal;

V - atender legalmente os dispositivos contidos na Lei Federal n. 4.320/1964, na Lei Federal Complementar n. 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, nos Princípios Fundamentais de Contabilidade, demais legislações do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE/MT e Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

CAPÍTULO II

DA ABRANGÊNCIA

Art. 2º. Esta Instrução Normativa abrange as Gerencias de Contabilidade, Tesouraria e Tributação da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Legislativo e fundos municipais.

CAPÍTULO III DA BASE LEGAL

Art. 3º. A presente Instrução Normativa tem como base legal as seguintes legislações: Lei Federal n. 4320/1964; Lei Federal Complementar n. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF); os Princípios Fundamentais de Contabilidade e demais legislações do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE/MT e Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

CAPÍTULO IV

DOS PROCEDIMENTOS LEGAIS

Seção I

Do Conceito de Contabilidade Pública

Art. 4º. A Contabilidade Pública é o conjunto de procedimentos técnicos, voltados a selecionar, registrar, resumir, interpretar e divulgar os fatos que afetam as situações orçamentárias, financeiras, patrimoniais e de compensação das entidades de direito público interno.

Art. 5º. A Contabilidade Pública é uma especialidade da contabilidade voltada ao registro e a avaliação do patrimônio público e as respectivas variações, abrangendo aspectos orçamentários, financeiros e patrimoniais, constituindo-se em importante instrumento para o planejamento e o controle na Administração Pública.

Art. 6º. A Contabilidade Pública é regulamentada pela Lei Federal n. 4. 320/1964, que estatui normas gerais de direito financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos, da execução orçamentária e elaboração dos balanços.

Art. 7º. A escrituração contábil das operações financeiras e patrimoniais deverá ser efetuada pelo método das partidas dobradas.

Seção II

Dos Objetivos da Contabilidade Pública

Art. 8º. Os objetivos da Contabilidade Pública são os seguintes:

I - registrar os fatos contábeis ligados a administração orçamentária, financeira e patrimonial;

II - permitir o acompanhamento da execução orçamentária;

III - demonstrar a execução orçamentária e financeira, a composição patrimonial e as variações;

IV - determinar os custos dos serviços;

V- possibilitar a análise e a interpretação dos resultados econômicos e financeiros;

VI - controlar os direitos e obrigações.

Art. 9º. A Contabilidade Pública deverá ser um dos principais instrumentos para que se consiga a transparência das informações. A Lei Federal Complementar n. 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal dispõe de seções específicas para tratar da escrituração e consolidação das contas, dos conteúdos dos relatórios resumidos da execução orçamentária e de gestão fiscal, da prestação de contas e da fiscalização da gestão fiscal.

Seção III

Da Receita Pública

Art. 10º. A Receita Pública é todo e qualquer recolhimento de recursos feito aos cofres públicos que o Município tem o direito de arrecadar em virtude da Constituição Federal, das leis, dos contratos ou de quaisquer outros títulos que derivem direitos a favor do Município.

Art. 11º. Os estágios da Receita Pública representam as fases percorridas por ela na execução orçamentária, que são a previsão, o lançamento, a arrecadação e o recolhimento.

Art. 12º. A Lei Federal n. 4.320/1964 classifica a Receita Pública em orçamentária, valores estes que constam no orçamento, e extra-orçamentária, valores que não constam do orçamento. Os níveis de classificação orçamentária são os seguintes: categoria econômica, subcategoria econômica, fonte, rubrica, alínea e sub-alínea.

Art. 13º. A receita orçamentária divide-se em dois grupos: receitas correntes e receitas de capital.

Art. 14º. As receitas correntes compreendem as receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, agropecuária, industriais, de serviços, de transferências e outras. As receitas de capital compreendem as operações de crédito, alienação de bens, amortização de empréstimos, transferências de capital e outras.

Art. 15º. No que se refere à renúncia de receita, a Lei Complementar n. 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, estabelece que a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário e financeiro no exercício em que deva iniciar a vigência e nos dois seguintes, atendendo ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.

Art. 16º. A Dívida Ativa compreenderá os créditos da Fazenda Pública de natureza tributária e não tributária, exigíveis pelo transcurso do prazo para pagamento, vencidos, sendo inscritos, na forma da legislação própria, em registro próprio, após apurada a sua liquidez e certeza.

Parágrafo único. Compete a Gerência de Contabilidade no que se refere à receita de dívida ativa somente a realização dos registros no Balanço e Anexos exigidos pela Lei Federal n. 4.320/64.

Art. 17º. A administração fazendária realizará uma série de providências administrativas e contábeis, no sentido de registrar a Dívida Ativa, após apurada sua liquidez e certeza. O termo de inscrição da Dívida Ativa deverá ser autenticado pela autoridade competente, identificando nele todos os dados previstos na legislação própria, sem os quais se torna inaplicável.

§ 1º. Quando do recebimento da dívida ativa esta deverá sempre ser classificada como receita orçamentária e acompanhada da respectiva baixa contábil.

§ 2º. As baixas da dívida ativa podem ocorrer pelos seguintes fatos:

I - pelo respectivo recebimento;

II – pela transação tributária;

III - pelo cancelamento na via judicial ou administrativa da inscrição;

IV - para o abatimento ou cancelamento dos créditos, mediante autorização legal.

Seção IV

Da Despesa Pública

Art. 18º. A Despesa Pública é todo dispêndio realizado pelo Município em prol do atendimento dos serviços e encargos assumidos no interesse geral da comunidade e para custeio de diferentes setores da Administração Pública.

Parágrafo único. Ordenar ou permitir a realização de despesa não autorizada constitui ato de improbidade administrativa, conforme dispõe a Lei Federal n. 8.429/92.

Art. 19º. Os estágios da Despesa Pública representam as fases percorridas por ela na execução orçamentária, que são:

I – a fixação;

II – o empenho;

III – a liquidação;

IV – o pagamento.

Parágrafo único. A realização de despesa orçamentária deve obrigatoriamente percorrer cronologicamente as fases mencionadas no artigo anterior, conforme determina a Lei Federal n. 4.320/64 nos artigos 60º e 62º, sendo vetado o pagamento sem prévio empenho e liquidação.

Art. 20º. A Lei Federal n. 4.320/1964 classifica as Despesas Públicas em orçamentárias, que são as que, para serem realizadas, dependem de autorização legislativa e que não podem se efetivar sem crédito correspondente, e extra-orçamentárias, são pagas a margem do orçamento e independem de autorização legislativa, pois constituem saídas do passivo financeiro, compensatórias de entradas no ativo financeiro.

Art. 21º. A despesa orçamentária divide-se em dois grupos: despesas correntes e despesas de capital. As despesas correntes são aquelas de natureza operacional realizadas para manutenção dos serviços públicos, dos equipamentos e para o funcionamento dos órgãos públicos. As despesas de capital são os gastos realizados pela Administração Pública com a finalidade de criar novos bens de capital, ou mesmo adquirir bens já em uso, e outros investimentos que constituirão incorporações ao patrimônio público de forma efetiva ou através de mutação patrimonial.

Art. 22º. A estrutura da classificação da natureza da despesa apresenta a seguinte composição: categoria econômica, grupo de natureza da despesa, modalidade de aplicação, elemento, sub-elemento, e desdobramento do sub-elemento.

Art. 23º. Nos ditames da Lei Federal Complementar n. 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, artigo 16º, serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam as seguintes regras:

I - A criação, a expansão ou o aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

a) estimativa do impacto orçamentário e financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

b) declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e Financeira com a Lei Orçamentária Anual - LOA e compati-

bilidade com o Plano Plurianual - PPA e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO;

II - os atos que criarem ou aumentarem despesa obrigatória de caráter continuado, despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por período superior a dois exercícios, deverão ser instruídos com a estimativa do impacto orçamentário e financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes e demonstrar a origem dos recursos para o custeio.

Art. 24º. A destinação de recursos para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou déficits de pessoas jurídicas deverá, segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Federal Complementar n. 101/2000), ser autorizada por lei específica, atender às condições estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e estar prevista nos orçamentos, e em seus créditos adicionais.

Seção V

Dos Créditos Adicionais

Art. 25º. O Crédito Adicional é um meio legal (artigo 42º e 43º da Lei Federal n. 4.320/1964) de ajuste do orçamento, e é utilizado para amenizar ou corrigir distorções identificadas durante a execução, por despesa não computada ou insuficiência de dotação, compatíveis com plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias.

Art. 26º. Os Créditos Adicionais, de acordo com a Lei Federal n. 4.320/1964, classificam-se em:

I - suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;

II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica; e

III - extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

Art. 27º. A abertura dos créditos adicionais suplementares e especiais depende de existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e sendo prévia a verificação de recursos. Tal verificação deverá ser feita tendo como base os relatórios consolidados.

Seção VI

Das Demonstrações Contábeis

Art. 28º. No final de cada exercício, os resultados gerais do exercício da Administração Pública deverão ser demonstrados no Balanço Orçamentário, no Balanço Financeiro, no Balanço Patrimonial, na Demonstração das Variações Patrimoniais, na Dívida Flutuante e na Dívida Fundada.

Art. 29º. O Balanço Orçamentário representará as receitas estimadas e as despesas fixadas no orçamento em confronto, respectivamente, com as receitas arrecadas e com as despesas realizadas.

Art. 30º. O Balanço Financeiro apresentará as receitas e as despesas orçamentárias executadas, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária, conjugados com os saldos em espécie proveniente do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte.

Art. 31º. O Balanço Patrimonial demonstrará os componentes patrimoniais do Município, classificados nos seguintes grupos: ativo financeiro, ativo permanente, passivo financeiro, passivo permanente, saldo patrimonial e as contas de compensação.

Art. 32º. A Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultante ou independente da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

Art. 33º. A Dívida Flutuante compreenderá as dívidas de curto prazo resultantes de empenhos não pagos até o encerramento do exercício financeiro, e os depósitos momentâneos transitórios em moeda corrente e os empréstimos para cobrir insuficiência momentânea de caixa e as consignações.

Art. 34º. A Dívida Fundada compreenderá os compromissos de exigibilidade superior a doze meses, contraídos para atender a desequilíbrio orçamentário ou a financiamento de obras, máquinas e equipamentos e serviços públicos.

Art. 35º. A partir da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Federal Complementar n. 101/2000), em busca da transparência das contas públicas, novos demonstrativos deverão ser elaborados, como o Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO e o Relatório de Gestão Fiscal - RGF.

Seção VII

Do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO

Art. 36º. O Relatório Resumido da Execução Orçamentária deverá ser elaborado bimestralmente contendo os seguintes demonstrativos:

I - Balanço Orçamentário;

II - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Sub-função;

III - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida;

IV - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos;

V - Demonstrativo do Resultado Nominal;

VI - Demonstrativo do Resultado Primário;

VII - Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão;

VIII - Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE;

IX - Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital;

X - Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos;

XI - Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos;

XII - Demonstrativo da Receita Líquida de Impostos e das Despesas Próprias com Saúde;

XIII - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária.

Art. 37º. O Relatório Resumido da Execução Orçamentária deverá ser publicado até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre, com amplo acesso ao público, inclusive por meio eletrônico.

Seção VIII

Do Relatório de Gestão Fiscal – RGF

Art. 38º. O Relatório de Gestão Fiscal deverá ser elaborado semestralmente contendo os seguintes demonstrativos:

I - Demonstrativo da Despesa com Pessoal;

II - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida;

III - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores;

IV - Demonstrativo das Operações de Crédito;

V - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa;

VI - Demonstrativo dos Restos a Pagar;

VII - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal.

Art. 39º. O Relatório de Gestão Fiscal deverá ser publicado até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada quadrimestre e/ou semestre[1], com amplo acesso ao público, inclusive por meio eletrônico.

Seção IX

Da Consolidação das Demonstrações Contábeis

Art. 40º. Para ser efetuada a consolidação das Demonstrações Contábeis cada órgão da Administração Direta e Indireta e o Poder Legislativo deverão elaborar, respectivamente, as Demonstrações Contábeis e encaminhar à Gerência de Contabilidade do Poder Executivo para fins de consolidação nos seguintes prazos, impreterivelmente:

I - Demonstrativo contábil mensal - até o 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente;

II - Demonstrativo contábil anual- até o dia 20 de Fevereiro do exercício subsequente.

Art. 41º. O Contador responsável pela Gerência de Contabilidade do Poder Executivo deverá consolidar as Demonstrações Contábeis recebidas do Poder Legislativo e dos órgãos da Administração Direta e Indireta, e encaminhar a prestação de contas aos órgãos competentes.

Seção X

Da Prestação de Contas

Art. 42º. Compete ao Poder Executivo, por meio da Contadora Municipal elaborar as documentações abaixo mencionadas, para que o servidor responsável pelo APLIC possa realizar o envio de Relatórios de Prestações de Contas aos órgãos de controle, conforme relacionado abaixo:

ORGÃO	INFORMAÇÕES A SEREM ENVIADAS	FORMA DE ENVIO	PRAZO
TCE/MT	Balancetes Mensais (Art. 182, II, da Resolução Normativa nº 14/2007, c/c Resolução Normativa nº 03/2015 e Resolução Normativa nº 18/2018)	Envio mensal através dos sistemas informatizados do TCE/MT, denominado APLIC - Auditoria Pública Informatizada de Contas - é um Sistema Informatizado para que os jurisdicionados transmitam, via internet, a prestação de contas ao TCE/MT.	Até o último dia do mês subsequente, os balancetes mensais
		A geração do arquivo é feita no sistema de contabilidade e depois de concluído e sanado quaisquer inconsistências, o mesmo é enviado no sistema acima citado para Processamento, após Processado e Liberado pelo site, deve-se obedecer o cronograma de envio mensais. As informações devem ser enviadas por Unidade Gestora.	
	Lei orçamentária anual (Art. 166, inc. I, da Resolução Normativa nº 14/2007 e Resolução Normativa nº 18/2018)	Envio através dos sistemas informatizados do TCE/MT, denominado APLIC - Auditoria Pública Informatizada de Contas	Até o dia 15 de janeiro de cada ano.
	LDO para elaboração da LOA e a Lei referente ao Plano Plurianual; (Art. 166, inc. II, da Resolução nº 14/2007-TCE-MT e Resolução Normativa nº 18/2018)	Envio através dos sistemas informatizados do TCE/MT, denominado APLIC - Auditoria Pública Informatizada de Contas	Até 31 de dezembro do ano em que foi votada.
	Recadastro anual de jurisdicionado (Art. 3º, § 1º, da Resolução Normativa nº 03/2015)	Envio através dos sistemas informatizados do TCE/MT, denominado APLIC - Auditoria Pública Informatizada de Contas	Até 31 de janeiro.
	Autorização para acesso às informações das movimentações e registros bancários dos fiscalizados (Art. 2º, II, da Resolução Normativa nº 29/2016).	Envio através dos sistemas informatizados do TCE/MT, denominado APLIC - Auditoria Pública Informatizada de Contas	Até 31 de janeiro.
	Prestação de Contas Anual (Art. 182, I, da Resolução Normativa nº 14/2007, c/c Resolução Normativa nº 03/2015 e Resolução Normativa nº 18/2018)	Enviada através dos sistemas informatizados do TCE/MT, denominado APLIC - Auditoria Pública Informatizada de Contas - é um Sistema Informatizado para que os jurisdicionados transmitam, via internet, a prestação de contas ao TCE/MT. Enviada nos moldes da instrução citada, com as informações consolidadas.	
Secretaria do Nacional - STN	Declaração das Contas Anuais - DCA, para fins de cumprimento do art. 51 da Lei Complementar n 101, de 2000, contendo a relação da estrutura das administrações direta e indireta, cujos dados foram consolidados na declaração.	será efetuado pelo SICONFI – Sistema de Informações Contábeis Fiscais do Setor Público Brasileiro, mediante o preenchimento da DCA.	Até 30 de abril.
	Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO, a que se referem os arts. 52º e 53º, da Lei Complementar n. 101, de 2000	Envio bimestral em meio eletrônico através de preenchimento de relatório no endereço: http://siconfi.tesouro.gov.br	30 dias após o encerramento de cada bimestre.
		As informações para preenchimento devem ser consolidadas, conforme relatórios publicados da LRF. Após finalizado o preenchimento, deve-se proceder com a assinatura digital do Ordenador de Despesa e do Responsável Técnico no próprio site, que fará a homologação dos relatórios de forma automática.	
	Relatório de Gestão Fiscal – RGF, a que se refere o art. 54º	Envio bimestral em meio eletrônico através de preenchimento de relatório no endereço: http://siconfi.tesouro.gov.br	30 dias após o encerramento de cada quadrimestre.
	Atestado do Pleno Exercício da Competência Tributária, para fins de atendimento ao disposto no inciso I do art. 22 da Portaria Interministerial MF/MP/CGU nº 424, de 30 de dezembro de 2016.	Iinserção, por meio de certificação digital, de declaração do Chefe do Poder Executivo, no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - SICONFI, ou sistema que vier a substituí-lo, atestando que instituiu, previu e arrecadou os impostos de competência constitucional do ente da Federação	Até 30 de abril.
	Conjunto de informações primárias de natureza contábil, orçamentária e fiscal utilizadas para geração automática de relatórios e demonstrativos de propósito geral, denominado Matriz de Saldos Contábeis – MSC.	Iinserção, por meio de certificação digital, no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - SICONFI	O prazo para envio da MSC é de até 30 dias após o término do mês de referência.

CAPÍTULO V

DOS PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS

Seção I Da Receita

Art. 43º. As Receitas Orçamentárias deverão ser registradas quando dos ingressos nos cofres do Município obedecendo à classificação orçamentária prevista no artigo 12º e os estágios da receita prevista no artigo 11º, desta Instrução Normativa, utilizando-se do regime de caixa.

Art. 44º. As Receitas Extra-orçamentárias deverão ser registradas quando da sua ocorrência, como por exemplo: consignações em folha de pagamento, retenções na fonte, etc., utilizando-se do regime de caixa.

Seção II Da Despesa

Art. 45º. As Despesas Orçamentárias deverão ser registradas quando da sua ocorrência, obedecendo à classificação orçamentária prevista no artigo 22º e os estágios da despesa previstos no artigo 19º, utilizando-se do regime de competência.

Art. 46º. As Despesas Extra-orçamentárias deverão ser registradas quando da sua ocorrência, ou seja, quando do pagamento das receitas extra-orçamentárias, utilizando-se do regime de competência.

Seção III

Da Emissão do Empenho

Art. 47º. O empenho é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição. Compete à Gerência de Contabilidade a emissão dos empenhos, observados os seguintes itens:

I - classificar os elementos de despesa nas contas analíticas apropriadas segundo a sua natureza;

II - verificar a existência de dotação orçamentária;

III - emitir o empenho previamente à aquisição de materiais e/ou bens ou contratação de serviços;

IV - a emissão do empenho estará sempre condicionada à existência de solicitação da despesa[2], emitida pelo órgão requisitante e assinada pelo Secretário (a) Requisitante, Coordenador de Recursos Humanos, Gerente de Compras (quando necessário) e Prefeito Municipal. Nos casos em que houver algum instrumento jurídico (contrato, convênio, lei específica, dentre outros) respaldando a realização da despesa, sua existência (devidamente assinado) também condicionará a emissão do empenho;

V - gerar, para cada empenho, um documento denominado "nota de empenho", que indicará o nome do credor (acompanhado de CPF ou CNPJ), a especificação (isto é, a classificação da despesa, segundo o plano de contas) e a importância da despesa (em algarismos e por extenso), bem como a dedução desta do saldo da dotação própria. A "nota de empenho" será assinada respectivamente pelo Encarregado de Empenho, Contador Chefe, Secretário Municipal Requisitante da despesa e Prefeito Municipal;

VI - verificar a autenticidade do CPF ou CNPJ apresentado pelo credor antes da emissão do empenho, que será sempre em nome do fornecedor e/ou prestador de serviços;

VII - empenhar por estimativa as despesas fixas cujos montantes não se possa determinar: folha de pagamento, encargos sociais, vale transporte, diárias, combustível, luz, telefone, água, etc.;

VIII - emitir empenho global para despesas contratuais e outras sujeitas a pagamento parcelado, por exemplo: obras, serviços de engenharia, aluguéis, serviços de locação de software, etc.

Seção IV

Da Liquidação do Empenho

Art. 48º. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito. Compete à Gerência de Contabilidade a liquidação dos empenhos, observados os seguintes itens:

I - apurar a origem e o objeto do que se deve pagar, a importância exata a pagar e a quem se deve pagar a importância para extinguir a obrigação;

II - a emissão da liquidação estará baseada no instrumento jurídico (quando for o caso), na "nota de empenho" e nos comprovantes da entrega do material ou da prestação efetiva do serviço;

III - gerar, para cada liquidação, um documento denominado "nota de liquidação" que indicará o nome do credor (acompanhado de CPF ou CNPJ), a especificação (isto é, a classificação da despesa, segundo o plano de contas) e a importância liquidada (em algarismos e por extenso), bem como a dedução desta do saldo do respectivo empenho. A "nota de liquidação" será assinada pelo Secretário requisitante da despesa e pelo servidor responsável pela emissão da liquidação;

IV - quando for processada a liquidação do empenho, deve-se examinar o documento fiscal conferindo os seguintes itens:

a) a data de emissão do documento fiscal deverá, obrigatoriamente, ser posterior à data do empenho;

b) verificar se o tipo de documento fiscal (nota fiscal de venda ou de serviço) confere com o elemento classificado no empenho;

c) nos casos em que houver retenção de tributos na fonte, verificar se os lançamentos estão corretos. Caso seja constatado algum erro, a nota fiscal deverá ser devolvida à Secretaria solicitante para providências;

d) no caso de rasuras ou falta de comprovação de recebimento (carimbo e assinatura do fiscal do contrato e/ou servidor com função equivalente) no documento, o mesmo não poderá ser aceito;

e) qualquer documento que contenha alguma irregularidade deve ser devolvido à Secretaria requisitante para fins de regularização;

f) nos casos em que a nota fiscal for referente à despesa de compra de medicamento específico, determinada por decisão judicial à Secretaria Municipal da Saúde, o fornecedor deve identificar o nome do paciente beneficiado no documento;

g) quando se tratar de serviços de assessoria e/ou consultoria o credor deve anexar o relatório de atividades ao documento fiscal.

Parágrafo único. O pagamento da despesa só será efetuado após sua regular liquidação. A fase do pagamento deve ser normatizada através de Instrução Normativa pela Tesouraria Municipal.

Seção V

Da Dívida Fundada

Art. 49º. É de competência da Contabilidade, ou de terceiros contratos para esse fim, a elaboração quadrimestral do cálculo da Dívida Fundada da Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte.

§ 1º. Para fins de realização do cálculo são solicitados o saldo principal de operações de crédito e parcelamento de dívidas junto aos respectivos órgãos credores (Instituições Financeiras Oficiais e INSS), que são fornecidos através de extrato com saldo atual referente ao período.

§ 2º. É necessário verificar os pagamentos dos contratos de operações de crédito e parcelamento de dívida realizado no período correspondente.

§ 3º. De posse dessas informações, a Gerência de Contabilidade elabora um relatório em formulário próprio que deve ser enviado, em meio documental, à Secretaria do Tesouro Nacional, através de ofício.

§ 4º. Para efeito de cálculo para o Balanço, o relatório anual da Dívida Fundada é calculado com base nos relatórios quadrimestrais.

Seção VI

Do Balanço Anual

Art. 50º. É de competência da Contadora Municipal a demonstração anual dos resultados gerais do exercício através dos Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e Demonstrações das Variações Patrimoniais. Para tanto, são necessárias informações acerca da Dívida Ativa e Patrimônio, que devem ser apresentadas através de relatório devidamente assinado pelos responsáveis até o dia 20 de janeiro do ano subsequente.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 51º. A Contadora Municipal deverá acompanhar a execução orçamentária, confrontando com a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso.

Art. 52º. A Contadora Municipal deverá acompanhar a arrecadação da receita, confrontando com as metas bimestrais de arrecadação.

Art. 53º. A Contadora Municipal constatando desequilíbrio orçamentário e financeiro deverá alertar o ordenador de despesa ou o chefe do poder.

Art. 54º. A publicação e divulgação dos demonstrativos da LRF, o RREO e o RGF deverão obedecer aos modelos dos Manuais da elaboração edi-

tados pela Secretaria do Tesouro Nacional-STN e os prazos estabelecidos na Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Art. 55º. As prestações de contas aos órgãos e poderes de Controle Externo, e aos poderes Executivo da União e do Estado deverão ser encaminhados dentro dos prazos.

Art. 56º. A inobservância desta Instrução Normativa constitui omissão de dever funcional e será punida na forma prevista em lei.

Art. 57º. Aplica-se, no que couber, aos instrumentos regulamentados por esta Instrução Normativa e as demais legislações pertinentes.

Art. 58º. Ficará a cargo da Unidade Municipal de Controle Interno Municipal, unificar e encadernar, fazendo uma coletânea das instruções normativas, com a finalidade elaborar o Manual de Rotinas Internas e Procedimentos de Controle Municipal, atualizando sempre que tiver aprovação de novas instruções normativas, ou alterações nas mesmas.

Art. 59º. Os esclarecimentos adicionais a respeito deste documento poderão ser obtidos junto à Unidade Municipal de Controle Interno que, por sua vez, através de procedimentos de checagem (visitas de rotinas) ou auditoria interna, aferirá a fiel observância de seus dispositivos por parte das diversas unidades da estrutura organizacional.

Art. 60º. Esta instrução entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Canabrava do Norte – MT, 21 de agosto de 2019.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

[1] É facultado aos municípios com população inferior a 50 mil habitantes, optar por divulgar semestralmente o RGF, conforme alínea b, inc. II do art. 63 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

[2] Exceto nas despesas específicas de pessoal e encargos, amortização da dívida, PASEP, tarifas bancárias, despesas essenciais para funcionamento da prefeitura (consumo de água, energia elétrica, dentre outros).

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2019

REGISTRO DE PREÇOS

‘’ PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME – EPP “

LEI FEDERAL COMPLEMENTAR Nº 147/2014 -

RESOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 17/2015 – TCE/MT

A Prefeitura Municipal de Canarana-MT, através de seu Pregoeiro Oficial, torna público o **Registro de preços para futura e eventual aquisição de AQUISIÇÃO DE PREMIAÇÃO PARA O CIRCUITO EQUESTRE 2019 no Município de Canarana-MT** de acordo com as especificações do edital e anexos**,** na modalidade **Pregão Presencial** no dia **03/09/2019 às 13h30-min** (**Horário de Brasilia)** na sala de licitações. Este pregão será regido pela Lei Federal 10520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis.Os interessados poderão solicitar e retirar o edital completona Prefeitura Municipal de Canarana/MT - podendo ser retirado pessoalmente, por telefone (66) – 3478. 1200, no horário das 12h00min às 18h00min, através do e-mail **licitacoes.canarana@gmail.com**ou no endereço eletrônico**www.canarana.mt.gov.br.**

Canarana-MT., 20 de Agosto de 2019.

DAVID ANDERSON MARIANO DA SILVA

Pregoeiro Oficial

EXTRATO DE CONTRATOS 130/2019 - CONTRATOS 134/2019

EXTRATO DE CONTRATOS 130/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Canarana- MT

Modalidade: Inexigibilidade de Licitação nº 007/2019

Data: 09/08/2019

Vigência: 09/08/2020

Contratado: MS DIAGNÓSTICA LTDA

Objeto: Aquisição de reagentes e serviços de manutenção na leitora de células SISMEX 800I exclusivos da marca ROCHE.

Valor: R$ 74.230,40 (Setenta e quatro mil duzentos e trinta reais e quarenta centavos).

EXTRATO DE CONTRATOS 131/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Canarana- MT

Modalidade: Dispensa de Licitação nº 058/2019

Data: 09/08/2019

Vigência: 28/02/2020

Contratado: MEI-ROBERTO OLIVEIRA DA SILVA95732020187

Objeto: Prestação de Serviços de despachante, tais como; Acompanhamento do primeiro emplacamento, Acompanhamento dos vencimentos de IPVA, Seguro Obrigatório e Licenciamento, Acompanhamento de emissão de documentos e ou alteração de documentos de todos os veículos da Administração municipal junto ao Detran/Ciretran.

Valor: R$ 10.000,00 (Dez mil reais).

EXTRATO DE CONTRATOS 132/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Canarana- MT

Modalidade: Pregão presencial nº 027/2019

Data: 09/08/2019

Vigência: 31/03/2020

Contratado: ELIAS BERNARDES DA SILVA01587885166

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços como instrutor de futsal feminino e voleibol para atender as necessidades da Secretaria Municipal da Juventude, Esporte e Lazer.

Valor: R$ 16.200,00 (Dezesseis mil e duzentos reais).

EXTRATO DE CONTRATOS 133/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Canarana- MT

Modalidade: Pregão presencial nº 027/2019

Data: 09/08/2019

Vigência: 31/03/2020

Contratado: DYAN FRANCHI MANTELLI01733716122

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços como instrutor de futsal feminino e voleibol para atender as necessidades da Secretaria Municipal da Juventude, Esporte e Lazer.

Valor: R$ 16.200,00 (Dezesseis mil e duzentos reais).

EXTRATO DE CONTRATOS 134/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Canarana- MT

Modalidade: Pregão presencial nº 031/2018

Data: 15/08/2019

Vigência: 13/12/2019

Contratado: SEBRAE/MT – SERVIÇO DE APOIO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE MATO GROSSO

Objeto: Contratação de Instituição Brasileira para prestação de serviços de consultoria e instrutoria em ações que integram o Programa de Desen-

volvimento de Fornecedores para Administração Pública do Município de Canarana-MT.

Valor: R$ 13.807,00 (treze mil, oitocentos e sete reais).

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

LICITAÇÃO
AVISO DE PRORROGAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 030/2019

A Prefeitura Municipal de Carlinda – MT, através de sua Pregoeira torna Público para conhecimento dos interessados, que por motivo de não comparecimento de empresas licitantes interessadas em participar do certame, decide que **FICA PRORROGADA** a abertura do Pregão Presencial nº 030/2019, para **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MADEIRA SERRADA (MADEIRA DE LEI), PARA ATENDER AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA – MT**. O referido procedimento realizar-se-á às **08:00 HORAS (HORÁRIO OFICIAL DE CARLINDA – MT), DO DIA 10 DE SETEMBRO DE 2019**, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Carlinda, sito a Av. Tancredo de Almeida neves, s/nº, Centro – Carlinda – MT. O Edital poderá ser obtido junto à Prefeitura Municipal, durante o horário de expediente e também estará disponível no site http://www.carlinda.mt.gov.br. Maiores informações através do telefone (066) 3525-2000.

Carlinda – MT, 21 de Agosto de 2019.

_____

Deise Dione Mutschall

Pregoeira Oficial

Publique-se

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO TERMO REDUTIVO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 01/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

CONTRATADA: ELLEN PATRICIA DE OLIVEIRA BITENCOURT

CONTRATO 35/2019

01 – OBJETO: Constitui objeto do presente Termo Redutivo, a alteração da **CLAUSULA TERCEIRA E QUARTA** do Contrato n.º 35/2019.

Fica alterada a **CLÁUSULA TERCEIRA – DA JORNADA DE TRABALHO**: A jornada de trabalho será 20:00 h. semanais.

Fica alterada a **CLAUSULA QUARTA – DA REMUNERAÇÃO**, que passa ter a seguinte redação: A Contratante pagará à Contratada a título de salário, à importância de R$ 1.207,13 (hum mil duzentos e sete reais e treze centavos).

Solange Pereira da Silva

Responsável Pelo Departamento de Recursos Humanos

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA INTERNA-DRH Nº 137 DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

SÚMULA: Dispõe sobre concessão Licença para Tratamento de Saúde dos Servidores Municipais e dá outras providências.

MARIA DAS DORES DA COSTA, Secretaria Municipal de Educação do Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 118 da Lei Municipal nº. 892/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no atestado apresentado pela **LEANDRA APARECIDA SACHI GEZUALDO CALIXTO** matricula n.º 4381, cargo de Professora, na data 21 de Agosto de 2019, lotada na Secretaria Municipal de Educação, concede licença para tratamento da própria saúde no dia 20 de Agosto de 2019.

Art. 2º - Publica-se, Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

MARIA DAS DORES DA COSTA

Secretaria Municipal de Educação

Decreto 010/2017

LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

ESTADO DE MATO GROSSO

QUINTO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 028/2018

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA - MT**

CONTRATADA**: MACHADO E WEBER LTDA- ME sob o CNPJ: 06.220.401/0001-33**

OBJETO:**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE TENDAS PARA ATENDER EVENTOS A SEREM REALIZADOS POR DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT.**

O presente Termo de Apostilamento tem por objetivo alterar a Clausula Sexta, referente as Dotações Orçamentarias.

Ficam ratificadas e mantidas em plena vigência as demais cláusulas e condições do Contrato.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO TERMO REDUTIVO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 01/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

CONTRATADA: ALINE CAROLINA DA SILVA DOS REIS

CONTRATO: 40/2019

01 – OBJETO: Constitui objeto do presente Termo Redutivo, a alteração da **CLAUSULA TERCEIRA E QUARTA** do Contrato n.º 40/2019.

Fica alterada a **CLÁUSULA TERCEIRA – DA JORNADA DE TRABALHO**: A jornada de trabalho será 23:00 h. semanais.

Fica alterada a **CLAUSULA QUARTA – DA REMUNERAÇÃO**, que passa ter a seguinte redação: A Contratante pagará à Contratada a título de salário, à importância de R$ 2.082,30 (dois mil e oitenta e dois reais e trinta centavos).

Solange Pereira da Silva

Responsável Pelo Departamento de Recursos Humanos

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO TERMO REDUTIVO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 01/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

CONTRATADA: ANDREIA MACEDO DA ROCHA

CONTRATO: 24/2019

01 – OBJETO: Constitui objeto do presente Termo Redutivo, a alteração da **CLAUSULA TERCEIRA E QUARTA** do Contrato n.º 24/2019.

Fica alterada a **CLÁUSULA TERCEIRA – DA JORNADA DE TRABALHO**: A jornada de trabalho será 08:00 h. semanais.

Fica alterada a **CLAUSULA QUARTA – DA REMUNERAÇÃO**, que passa ter a seguinte redação: A Contratante pagará à Contratada a título de salário, à importância de R$ 724,28 (setecentos e vinte e quatro reais e vinte e oito centavos).

Solange Pereira da Silva

Responsável Pelo Departamento de Recursos Humanos

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO

Referente ao Processo Seletivo Simplificado 001/2018, para o cargo de professor por tempo determinado com base na Lei Municipal 907/2015, para atuar junto a Secretaria Municipal de Educação, com data de inicio da vigência 21/08/2019 e termino 20/12/2019, são eles:

Contrato 044/2019 – Josiane Silva Gonçalves de Aguiar – Classe A 20hs

Solange Pereira da Silva

Responsável Pelo Departamento de Recursos Humanos

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO TERMO ADITIVO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 01/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

CONTRATADA: MAURA APARECIDA DA SILVA ELER

CONTRATO 15/2019

01 – OBJETO: Constitui objeto do presente Termo Aditivo, a alteração da **CLAUSULA TERCEIRA E QUARTA** do Contrato n.º 15/2019.

Fica alterada a **CLÁUSULA TERCEIRA – DA JORNADA DE TRABALHO**: A jornada de trabalho será 25:00 h. semanais.

Fica alterada a **CLAUSULA QUARTA – DA REMUNERAÇÃO**, que passa ter a seguinte redação: A Contratante pagará a Contratada a título de salário, à importância de R$ 2.263,37 (dois mil duzentos e sessenta e três reais e trinta e sete centavos).

Solange Pereira da Silva

Responsável Pelo Departamento de Recursos Humanos

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO TERMO ADITIVO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 01/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

CONTRATADA: LEANDRA APARECIDA SACHI GEZUALDO CALIXTO

CONTRATO 11/2019

01 – OBJETO: Constitui objeto do presente Termo Aditivo, a alteração da **CLAUSULA TERCEIRA E QUARTA** do Contrato n.º 11/2019.

Fica alterada a **CLÁUSULA TERCEIRA – DA JORNADA DE TRABALHO**: A jornada de trabalho será 30:00 h. semanais.

Fica alterada a **CLAUSULA QUARTA – DA REMUNERAÇÃO**, que passa ter a seguinte redação: A Contratante pagará ao Contratado a título de salário, à importância de R$ 1.810,69 (hum mil oitocentos e dez reais e sessenta e nove centavos).

Solange Pereira da Silva

Responsável Pelo Departamento de Recursos Humanos

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE DISTRATO

REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO 001/2018 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - TIPO: Contratação de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº **043/2019** / **CONTRATADA:** Durvalina Carvalho de Sousa /**OBJETO:** Rescisão do contrato a pedido / **CARGO:** Professor Classe B – 20h / **DATA:** 20.08.2019.

Solange Pereira da Silva

Responsável Pelo Departamento de Recursos Humanos

LICITAÇÃO
AVISO DE PRORROGAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 032/2019

A Prefeitura Municipal de Carlinda – MT, através de sua Pregoeira torna Público para conhecimento dos interessados, que por motivo de não comparecimento de empresas licitantes interessadas em participar do certame, decide que **FICA PRORROGADA** a abertura do Pregão Presencial nº 032/2019, para **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITOR PARA AULA DE MÚSICA E INSTRUMENTO MUSICAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO DE CULTURA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CARLINDA – MT**. O referido procedimento realizar-se-á às **08:00 HORAS** (HORÁRIO OFICIAL DE CARLINDA – MT), DO DIA **09 DE SETEMBRO DE 2019**, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Carlinda, sito a Av. Tancredo de Almeida neves, s/nº, Centro – Carlinda – MT. O Edital poderá ser obtido junto à Prefeitura Municipal, durante o horário de expediente e também estará disponível no site http://www.carlinda.mt.gov.br. Maiores informações através do telefone (066) 3525-2000.

Carlinda – MT, 21 de Agosto de 2019.

_____

Deise Dione Mutschall

Pregoeira Oficial

Publique-se

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA INTERNA-DRH Nº 139 DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

SÚMULA: Dispõe sobre concessão Licença para Tratamento de Saúde dos Servidores Municipais e dá outras providências.

MARIA DAS DORES DA COSTA, Secretaria Municipal de Educação do Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 118 da Lei Municipal nº. 892/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no atestado apresentado pela **TALITA COSTA DE OLIVEIRA** matricula n.º 4391, cargo de Professora, na data 21 de Agosto de 2019, lotada na Secretaria Municipal de Educação, concede licença para tratamento da própria saúde do dia 21 de Agosto de 2019 ao dia 22 de Agosto de 2019 totalizando 02 dias..

Art. 2º - Publica-se, Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

MARIA DAS DORES DA COSTA

Secretaria Municipal de Educação

Decreto 010/2017

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA INTERNA-DRH Nº 138 DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

SÚMULA: Dispõe sobre concessão Licença para Tratamento de Saúde dos Servidores Municipais e dá outras providências.

JESSICA ALVES LOPES BERTIPAGLIA, Secretaria Municipal de Assistência Social do Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 118 da Lei Municipal nº. 892/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no atestado apresentado pela **KEILA CRISTINA BASSETTO** matricula n.º 4155, cargo de Diretor de Departamento, na data 21 de Agosto de 2019, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, concede licença para tratamento da própria saúde no dia 21 de Agosto de 2019.

Art. 2º - Publica-se, Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

JESSICA ALVES LOPES BERTIPAGLIA

Secretaria Municipal de Assistência Social

Decreto 113/2017

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL COMPLEMENTAR 25/2019

CONVOCAÇÃO 16/2019

A PREFEITA MUNICIPAL DE CARLINDA - MT, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto no Edital de seleção n° 01/2018, do Processo Seletivo Simplificado 2018, da Secretaria Municipal de Educação, Resolve:

CONVOCAR os (a) candidatos (a) abaixo relacionados (a), conforme a classificação apresentada no edital complementar (edital de seleção 01/2018), a comparecer na Secretaria Municipal de Educação, à Avenida Antônio Castilho, 169, Centro, **no dia 22 de agosto de 2019, às 8:00 h.**

Ord.	Nome do (a) candidato (a)	RG	Área/Disciplina	Escola Municipal
01	Fabricia Oliveira de Almeida	1493866-9 SSP/MT	Unidocência-Pré Escola	Iraci Alves Cabral Francisco

O não comparecimento no prazo acima estipulado caracterizará desistência por parte do (a) candidato

(a) e será convocado (a) o (a) candidato (a) imediatamente melhor classificado (a) para o mesmo cargo no referido certame.

O (A) candidato (a) a ser contratado (a) deverá apresentar-se à Secretaria Municipal de Educação com original e cópia dos seguintesdocumentos:

Ø Carteira de Identidade; CPF; Título de Eleitor; 01 foto 3x4; Ø Comprovante de escolaridade (Certificado e HistóricoEscolar); Ø Comprovante de votação 1° e 2°turno; Ø CPF do Pai e daMãe; Ø Certificado Militar(Homem); Ø Carteira de registro profissional (Xerox da foto e verso dafoto); Ø PIS ou PASEP ou cartãocidadão; Ø Comprovante de residência(atualizado); Ø Certidão de quitação eleitoral(www.tse.gov.br/certidaoquitacao); Ø Certidão de Casamento ou Nascimento; Ø RG e CPF docônjuge; Ø Certidão de Nascimento dos filhos (menores que 14anos); Ø Comprovante de escolaridade dos filhos que estãoestudando; Ø Carteira de vacinação dos filhos (menores que 06anos); Ø Dados Bancários (Banco/Agência/Conta) junto ao Banco do Brasil (Procurar departamento de recursos humanos para obter a declaração de abertura de conta. Caso o (a) candidato já possua conta no Banco do Brasil, deverá encaminhar cópia do cartão ou do extratobancário); Ø Certidão Negativa de Antecedente Criminal (www.tjmt.fus.br ou www.trf1.jus.br); Ø Atestado Médico de sanidade física ementa; Ø Declaração de bens (assinatura reconhecida emcartório); Ø Declaração que responde ou não a inquérito policial e a processo administrativo disciplinar (assinatura reconhecida emcartório); Ø Declaração que não foi demitido (a) com justa causa e a bem do serviço público no período de 5 (cinco) anos, nas esferas federal, estadual e municipal (assinatura reconhecida em cartório); Ø Declaração de não acúmulo de cargo (assinatura reconhecida em cartório); Ø Telefone para contato;

O (A) candidato (a) convocado será contratado (a) quando da apresentação de todos os documentos e assinatura do contrato.

Carmelinda Leal Martines Coelho Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

DECRETO MUNICIPAL Nº 053/2019

DISPÕE SOBRE O LUTO OFICIAL DE TRÊS DIAS PELO FALECIMENTO DA SENHORA CRISTINA HURBARTI.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e:

CONSIDERANDO o falecimento da honrosa Sra. **CRISTINA HURBARTI**, ilustre moradora do Município de Chapada dos Guimarães/MT;

DECRETA:

Art. 1°. Luto Oficial de 03 (três) dias, no Município de Chapada dos Guimarães, Estado de Mato Grosso, a partir do dia 19 de agosto de 2019.

Art. 2°. Este Decreto entra em vigor com efeitos retroativo a partir do dia 19 de agosto de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães, em 21 de agosto de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

PREFEITA MUNICIPAL

SETOR DE LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO AO EDITAL DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 019/2019

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 31902019)

Órgão Solicitante: PREFEITA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO- SME

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios destinados ao consumo pela merenda escolar, com entrega parcelada em cronograma fornecido pela Secretaria Municipal de Educação, para atender os estudantes da rede municipal de chapada dos Guimarães/MT.

Data/Horário: 03/09/2019 às 09:00h (nove horas) – Fuso Horário Local (Chapada dos Guimarães).

O **MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES**, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º 03.507.530/0001-19, com sede administrativa sito á Rua Tiradentes 166, centro, Chapada dos Guimarães, neste ato representado pela Pregoeira,torna público, para conhecimento de quantos possam se interessar a seguinte correção:

Fica excluído do Item 05 do edital as CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO:

5.2-Em atendimento ao inciso III, art. 48 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 (redação dada pela Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014), informamos que o certame será divido entre lotes, **Lote 01 – Principal (75%) e Lote 02 – Exclusivo para ME e EPP (25%),** onde o **Lote 02** será destinado à participação **exclusiva** de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

Sendo lote para ampla concorrência

Chapada dos Guimarães/MT, 21 de agosto de 2019.

Maili da Silva Matoso

Pregoeiro Oficial

V I S T O:

Stephanas Padilha

Superintendente de Licitação

GABINETE DA PREFEITA
ATO Nº.: 101/2019.

ATO Nº.: 101/2019.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO COORDENADOR DE GESTÃO DE PESSOAS DO MUNICÍPIO.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

I – **EXONERAR** o Sr. **EDENILSON MARTINS GOMES,** do cargo em comissão de Coordenador de Gestão de Pessoas, lotado na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Chapada dos Guimarães/MT.

II – Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

III – REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, 21 de agosto de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

GABINETE DA PREFEITA
ATO Nº.: 103/2019.

ATO Nº.: 103/2019.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO INTERINAMENTE DO DIRETOR GERAL DO SISTEMA AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE DO MUNICÍPIO.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

I – **NOMEAR INTERINAMENTE** o Sr. **RODRIGO MOREIRA DA SILVA,** para exercer o cargo em comissão de Diretor Geral do Sistema Autônomo de Água e Esgoto – SAAE, do Município de Chapada dos Guimarães/MT.

II – Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

III – REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, 21 de agosto de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

GABINETE DA PREFEITA
ATO Nº.: 102/2019.

ATO Nº.: 102/2019.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO DIRETOR GERAL DO SISTEMA AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE DO MUNICÍPIO.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

I – **EXONERAR** o Sr. **ARYSON AUGUSTO ADRIANO ALBERNAZ,** do cargo em comissão de Diretor Geral do Sistema Autônomo de Água e Esgoto – SAAE do Município de Chapada dos Guimarães/MT.

II – Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

III – REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, 21 de agosto de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

RH
PORTARIA N° 532/2019

DATA: 09 de Agosto de 2019.

SÚMULA: Exonera a pedido de Cargo efetivo a Sra. **Débora Nogueira da Silva** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, **ALTAMIR KÜRTEN**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art.1° - Exonera a pedido do cargo efetivo a Sra. **Débora Nogueira da Silva,** portadora do RG n° 1674454-3 SSP/MT e CPF n° 018.974.811.79, no cargo de Zeladora, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 09 de Agosto de 2019.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

RH
PORTARIA N° 521/2019

DATA: 01 de Agosto de 2019.

SÚMULA: Conceder retorno de Licença Saúde a Sra. **Rosana Centenaro** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, **ALTAMIR KÜRTEN**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art.1° - **Conceder retorno de** licença Saúde a Sra. **Rosana Centenaro** portadora do RG n° 0.737.812-2 SESP/MT e inscrita CPF n° 411.297.841. 34, no cargo de Professor – 30 horas, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 01 de Agosto de 2019.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRE-SE

RH
PORTARIA N° 522/2019

DATA: 01 de Agosto de 2019

SÚMULA: Conceder Aposentadoria por Invalidez a Sra. **Rosana Centenaro** dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - **Conceder Aposentadoria por Invalidez,** a Sra. **Rosana Centenaro,** portadora do RG n° 0.737.812-2 SESP/MT e inscrita CPF n° 411. 297.841.34 no cargo de Professor 30hrs, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 01 de Agosto de 2019

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE - SE

PUBLIQUE - SE

CUMPRE - SE

RH
PORTARIA N° 523/2019

DATA: 02 de Agosto de 2019.

SÚMULA: Conceder Licença Saúde a Sra. **Terezinha Rodrigues Lazzeri** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, **ALTAMIR KÜRTEN**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art.1° - Conceder Licença Saúde a Sra. **Terezinha Rodrigues Lazzeri,** portadora do RG n° 0.745.133-4 SEJSP/MT e CPF n° 488.542.801.78, no cargo de Professor 30hrs, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 02 de Agosto de 2019.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRE-SE

RH
PORTARIA N° 524/2019

DATA: 02 de Agosto de 2019.

SÚMULA: Designa a servidora **VANIA DA SILVA SANTOS** como Fiscal de Contratos e dá outras providencias.

ALTAMIR KÜRTEN, PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designa a servidora **VANIA DA SILVA SANTOS**, RE: 2036, portador do RG n°: 2183401-6 SSP/MT e CPF n°: 041.247.451.41, como Fiscal de Contratos abaixo relacionados:

CONTRATO:

Número/ Ano	Contratado	Objeto
38/2019	**MARLI INES DE SOUZA**	PRESTAÇÃO E SERVIÇOS NA FUNÇÃO DE PROFESSOR 30 HORAS, A SER DESEMPENHADA JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDAMENTADA NAS LEIS COMPLEMENTARES Nº010/2008, 014/2013 E 050/2017.
39/2019	**ROSANGELA ROCHA DE OLIVEIRA**	PRESTAÇÃO E SERVIÇOS NA FUNÇÃO DE PROFESSOR 30 HORAS, A SER DESEMPENHADA JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDAMENTADA NAS LEIS COMPLEMENTARES Nº010/2008, 014/2013 E 050/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 02 DE AGOSTO *DE 201*9.

ALTAMIR KÜRTEN

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

RH
PORTARIA N° 525/2019

DATA: 05 de Agosto de 2019.

SÚMULA: Conceder Licença Saúde a Sra. **Nair de Lourdes Becker** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, **ALTAMIR KÜRTEN**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art.1° - Conceder Licença Saúde a Sra. **Nair Lourdes Becker,** portadora do RG n° 867718 SSP/MT e CPF n° 001.051.231.45, no cargo de Manutenção da Infraestrutura Escolar, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias, retroagindo seus efeitos ao dia 03 de Agosto de 2.019.

Cláudia-MT, 05 de Agosto de 2019.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRE-SE

RH
PORTARIA N° 526/2019

DATA: 06 de Agosto de 2019.

SÚMULA: Conceder Licença Saúde a Sra. **Inide de Souza Marques** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, **ALTAMIR KÜRTEN**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art.1° - Conceder Licença Saúde a Sra. **Inide de Souza Marques** portadora do RG n° 674219 SSP/MT e CPF n° 894.771.461.53, no cargo de Técnico em desenvolvimento Infantil e Especial, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 06 de Agosto de 2019.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRE-SE

RH
PORTARIA N° 527/2019

DATA: 06 de Agosto de 2019.

SÚMULA: Designa o(a) servidor(a) **VALTERCIR FIDELIS DE OLIVEIRA,** como Fiscal de Contratos e dá outras providencias.

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, **ALTAMIR KÜRTEN**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

R E S O L V E:

Art. 1º - Designa o servidor **VALTERCIR FIDELIS DE OLIVEIRA,** Re: 123, portador do RG n° 1364093-3 SSP/MT e inscrito no CPF n° 912.942. 741-04, como Fiscal de Contrato abaixo relacionado:

Número/ Ano	Contratado	Objeto
047/ 2019	S.F.S. DALLA COSTA & CIA LTDA – ME	AQUISIÇÃO DE MOLAS, GRAMPOS E PEÇAS DIVERSAS, BEM COMO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE MECÂNICA PESADA EM ONIBUS E CAMINHÕES DA FROTA MUNICIPAL.
048/ 2019	SERGIO ROSSATO FELBER ME	AQUISIÇÃO DE MOLAS, GRAMPOS E PEÇAS DIVERSAS, BEM COMO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE MECÂNICA PESADA EM ONIBUS E CAMINHÕES DA FROTA MUNICIPAL.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Cláudia-MT, 06 de Agosto de 2019.

ALTAMIR KÜRTEN

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

RH
PORTARIA N° 528/2019

DATA: 08 de Agosto de 2019.

SÚMULA: Conceder Licença Saúde a Sra. **Adriana Bilieri** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, **ALTAMIR KÜRTEN**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art.1° - Conceder Licença Saúde a Sra. **Adriana Bilieri,** portadora do RG n° 1492609-1 SSP/MT e CPF n° 970.711.291.34, no cargo de Bioquímica 40hrs, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 08 de Agosto de 2019.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRE-SE

RH
PORTARIA N° 529/2019

DATA: 08 de Agosto de 2019.

SÚMULA: Conceder Licença Saúde a Sra. **Cleide da Cruz de Matos** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, **ALTAMIR KÜRTEN**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art.1° - Conceder Licença Saúde a Sra. **Cleide da Cruz de Matos,** portadora do RG n° 1127870-6 SJ/MT e CPF n° 028.129.231.05, no cargo de Manutenção da Infraestrutura Escolar, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 08 de Agosto de 2019.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRE-SE

RH
PORTARIA N° 530/2019

DATA: 08 de Agosto de 2019.

SÚMULA: Conceder Licença Saúde a Sra. **Doris Harmel da Silva** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato

Grosso, **ALTAMIR KÜRTEN**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art.1° - Conceder Licença Saúde a Sra. **Doris Harmel da Silva,** portadora do RG n° 2065940-7 SSP/MT e CPF n° 930.556.849.15, no cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 08 de Agosto de 2019.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRE-SE

RH
PORTARIA N° 531/2019

DATA: 09 de Agosto de 2019.

SÚMULA: Revoga FG-02 R$ 400,00 a Sra. **Debora Nogueira da Silva** e dá outras providencias**.**

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito em Exercício de Cláudia, Estado de Mato Grosso, **ALTAMIR KÜRTEN**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

R E S O L V E:

Art. 1º - Revoga FG-02 R$ 400,00 a Sra. **Débora Nogueira da Silva,** portadora do RG n° 1674454-3 SSP/MT e CPF n° 018.974.811.79 no Cargo de Zeladora, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 09 de Agosto de 2019.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRE-SE

RH
PORTARIA N° 533/2019

DATA: 09 de Agosto de 2019.

SÚMULA: Designa a servidora **VANIA DA SILVA SANTOS** como Fiscal de Contratos e dá outras providencias.

ALTAMIR KÜRTEN, PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designa a servidora **VANIA DA SILVA SANTOS**, RE: 2036, portador do RG n°: 2183401-6 SSP/MT e CPF n°: 041.247.451.41, como Fiscal de Contratos abaixo relacionados:

CONTRATO:

Número/ Ano	Contratado	Objeto
40/2019	**LARIZA APARECIDA PIMENTEL**	PRESTAÇÃO E SERVIÇOS NA FUNÇÃO DE PROFESSOR 30 HORAS, A SER DESEMPENHADA JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDAMENTADA NAS LEIS COMPLEMENTARES Nº010/2008, 014/2013 E 050/2017.
41/2019	**CLEONICE APARECIDA DE OLIVEIRA**	PRESTAÇÃO E SERVIÇOS NA FUNÇÃO DE PROFESSOR 30 HORAS, A SER DESEMPENHADA JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDAMENTADA NAS LEIS COMPLEMENTARES Nº010/2008, 014/2013 E 050/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 09 DE AGOSTO *DE 2019.*

ALTAMIR KÜRTEN

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

RH
PORTARIA N° 534/2019

DATA: 12 de Agosto de 2019.

SÚMULA: Concede Férias de 30(trinta) dias a Sra. **Edilaine Silva Santos** e dá outras providências.

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art.1° - Conceder Férias de 30(trinta) dias a Sra. **Edilaine Silva Santos,** portadora do RG n° 1819203-3 SSP/MT e CPF n° 013.405.321.40, no cargo de Gari, no período de 12/08/2019 á 10/09/2019, lotada na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 12 de Agosto de 2019.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRE-SE

RH
PORTARIA N° 535/2019

DATA: 13 de Agosto de 2019.

SÚMULA: Conceder retorno de Auxilio Doença a Sra. **Claudete Guareze Viecelli** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, **ALTAMIR KÜRTEN**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art.1° - **Conceder retorno de** Auxilio Doença a Sra. **Claudete Guareze Viecelli,** portadora do RG n° 2.845.462-6 SESP/MT e inscrita CPF n° 786.708.299.91, no cargo de Chefe de Departamento, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 13 de Agosto de 2019.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRE-SE

RH
PORTARIA N° 536/2019

DATA: 13 de Agosto de 2019.

SÚMULA: Aplicar a Penalidade Disciplinar de Demissão a Sra. **Daniele Aparecida da Silva Matos** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, **ALTAMIR KÜRTEN**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

Considerando a instauração do Processo Administrativo Disciplinar, instaurado pela Portaria n.º 015/2018/SEMAD, de 30 de agosto de 2018, publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso – AMM – n.º 3.056, de 03 de setembro de 2018, cuja decisão final foi pela demissão da servidora Daniele Aparecida da Silva Matos.

RESOLVE:

Art.1° - **Aplicar a Penalidade Disciplinar de Demissão** a Sra. **Daniele Aparecida da Silva Matos,** portadora do RG n° 2209233-1 SSP/MT e inscrita CPF n° 040.761.551.22, no cargo de Auxiliar Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Administração, conforme art. 178, inciso XIII, (transgressão dos incisos IX a XVII e XIX, do art. 163), todos dispostos no Estatuto do Servidor Público Municipal – Lei Complementar n.º 012/2013.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 13 de Agosto de 2019.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRE-SE

RH
PORTARIA N° 537/2019

DATA: 14 de Agosto de 2019.

SÚMULA: RETIFICA A PORTARIA 501/2019.

ALTAMIR KURTEN, PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E:

Art. 1º - Retificar a Portaria N.º 501/2019 de 01 de Agosto de 2019, ONDE SE-LE

Número/Ano
036/2019

LEIA-SE

Número/Ano
042/2019

.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 14 DE AGOSTO *DE 201*9.

ALTAMIR KURTEN

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

RH
PORTARIA N° 538/2019

DATA: 16 de Agosto de 2019.

SÚMULA: Conceder Licença Saúde a Sra. **Ana Rosa Faria dos Santos Silva** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, **ALTAMIR KÜRTEN**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art.1° - Conceder Licença Saúde a Sra. **Ana Rosa Faria dos Santos Silva,** portadora do RG n° 1.012.803-4 SESP/MT e CPF n° 905.110.771.49, no cargo de Nutrição Escolar, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 16 de Agosto de 2019.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRE-SE

RH
PORTARIA N° 539/2019

DATA: 19 de Agosto de 2019.

SÚMULA: Concede retorno de Licença maternidade a Sra. **Tania Borges Araujo** e dá outras providências.

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art.1° - Conceder retorno de licença maternidade a Sra. **Tania Borges Araújo,** portadora do RG n° 1623894-0 SSP/MT e CPF n° 020.862.761. 84, no cargo de Assistente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias, retroagindo seus efeitos ao dia 17 de Agosto de 2.019.

Cláudia-MT, 19 de Agosto de 2019.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRE-SE

RH
PORTARIA N° 540/2019

DATA: 19 de Agosto de 2019.

SÚMULA: Concede Férias de 30(trinta) dias a Sra. **Tania Borges Araujo** e dá outras providências.

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art.1° - Conceder Férias de 30(trinta) dias a Sra. **Tania Borges Araújo,** portadora do RG n° 1623894-0 SSP/MT e CPF n° 020.862.761.84, no cargo de Assistente Administrativo, no período de 19/08/2019 á 17/09/2019, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 19 de Agosto de 2019.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRE-SE

RH
PORTARIA N° 541/2019

DATA: 19 de Agosto de 2019.

SÚMULA: Conceder Licença Saúde a Sra. **Rosymeire Ferreira** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, **ALTAMIR KÜRTEN**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art.1° - Conceder Licença Saúde a Sra. **Rosymeire Ferreira ,** portadora do RG n° 04993934 SSP/MT e CPF n° 328.946.861.53, no cargo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias, retroagindo seus efeitos ao dia 17 de Agosto de 2.019.

Cláudia-MT, 19 de Agosto de 2019.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRE-SE

RH
PORTARIA N° 542/2019

DATA: 19 de Agosto de 2.019.

SÚMULA: Designa o servidor **JUCINEI CORREA DA LUZ,** como Fiscal de Contrato e dá outras providencias.

ALTAMIR KURTEN, PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designa a servidor **Jucinei Correa da Luz**, RE: 2627, portador do RG n°: 698.907 SSP/MT e CPF n°: 522.500.321.49, como Fiscal do contrato abaixo relacionado:

Número/ Ano	Contratado	Objeto
036/ 2019	CACIQUE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA EPP	AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DE MANUTENÇÃO PREDIAL DIVERSOS PARA A MANUTENÇÃO E REPOSIÇÃO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.
037/ 2019	3E TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇÕES EIRELI	AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DE MANUTENÇÃO PREDIAL DIVERSOS PARA A MANUTENÇÃO E REPOSIÇÃO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.
038/ 2019	SUPER UTIL COMERCIAL LTDA – ME	AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DE MANUTENÇÃO PREDIAL DIVERSOS PARA A MANUTENÇÃO E REPOSIÇÃO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.
039/ 2019	MUDAR COM. DE MAT. DE CONST. FERRAM. E EPI'S LTDA EPP	AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DE MANUTENÇÃO PREDIAL DIVERSOS PARA A MANUTENÇÃO E REPOSIÇÃO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.
040/ 2019	ELETRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA EPP	AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DE MANUTENÇÃO PREDIAL DIVERSOS PARA A MANUTENÇÃO E REPOSIÇÃO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.
041/ 2019	ELETRO MENDONÇA COMERCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS ME	AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DE MANUTENÇÃO PREDIAL DIVERSOS PARA A MANUTENÇÃO E REPOSIÇÃO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 17 de Julho de 2019.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 19 DE AGOSTO DE 2019.

ALTAMIR KURTEN

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

RH
PORTARIA N° 543/2019

DATA: 19 de Agosto de 2019.

SÚMULA: Designa o servidor **FABRICIO PROFETA DA CRUZ,** como Fiscal de Contratos e dá outras providencias.

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, **ALTAMIR KÜRTEN**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

R E S O L V E:

Art. 1º - Designa o servidor **FABRICIO PROFETA DA CRUZ,** Re: 2060, portador do RG n° 17107830 SSP/MT e inscrito no CPF n° 030.420.591.54, como Fiscal de Contratos abaixo relacionado:

CONTRATO:

Número/ Ano	Contratado	Objeto
042/ 2019	CONSTRUTORA PROVIDÊNCIA EIRELI	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA REFERENTE A CONSTRUÇÃO DO PORTAL DE ENTRADA NO MUNICÍPIO DE CLÁUDIA – MT.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 18 de julho de 2019.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Cláudia-MT, 18 de Julho de 2019.

ALTAMIR KÜRTEN

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

RH
PORTARIA N° 544/2019

DATA: 19 de Agosto de 2.019.

SÚMULA: Designa o servidor **JUCINEI CORREA DA LUZ,** como Fiscal de Contrato e dá outras providencias.

ALTAMIR KURTEN, PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designa a servidor **Jucinei Correa da Luz**, RE: 2627, portador do RG n°: 698.907 SSP/MT e CPF n°: 522.500.321.49, como Fiscal do contrato abaixo relacionado:

Número/ Ano	Contratado	Objeto
043/ 2019	**NEI AMILTON FORMIGONI ME**	AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS DIVERSOS E MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA A MERENDA ESCOLAR, BEM COMO PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS.
044/ 2019	**ML TRENTO MERCADO – ME**	AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS DIVERSOS E MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA A MERENDA ESCOLAR, BEM COMO PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 26 de Julho de 2019.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 19 DE AGOSTO DE 2019.

ALTAMIR KURTEN

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

RH
PORTARIA N° 545/2019

DATA: 19 de Agosto de 2019.

SÚMULA: Designa o(a) servidor(a) **JOSE RUI DE ARAUJO,** como Fiscal de Contratos e dá outras providencias.

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, **ALTAMIR KÜRTEN**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

R E S O L V E:

Art. 1º - Designa o (a) servidor (a) **JOSE RUI DE ARAUJO,** Re: 1290, portador (a) do RG n° 30472938 SSP/MT e inscrito (a) no CPF n° 424.962. 509.59, como Fiscal de Contratos abaixo relacionado:

CONTRATO:

Número/ Ano	Contratado	Objeto
045/ 2019	SINOP ARTIGOS ESPORTIVOS EIRELI	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS DIVERSOS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER.
046/ 2019	GERAÇÃO 2000 CALÇADOS, CONFECÇÕES E MATERIAIS ESPORTIVOS LTDA EPP.	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS DIVERSOS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 02 de agosto de 2019.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Cláudia-MT, 19 de Agosto de 2019.

ALTAMIR KÜRTEN

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2019 R.P.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - ESTADO DE MATO GROSSO

RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2019 R. P.

O Prefeito Municipal de Cláudia/MT, através da Pregoeira, torna público, para conhecimento dos interessados, que as empresas **MUNDO MÁGICO PAPELARIA LTDA ME, SOMA COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI EPP, WALERIA DOS S. CORDEIRO EIRELI ME, LUASI PAPEIS E LIVROS EIRELI, SIMONE CRISTINA RODRIGES ME, BELA FORTE COMERCIAL LTDA ME, MADSON ATACADO LTDA EPP E MOSAICO DISTRIBUIDORA ATACADO E ELETRONICOS EIRELI,** sagraram-se vencedoras do processo de Licitação em referência, para o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DIVERSOS PARA SEREM USADOS NAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE CLÁUDIA/MT.**Cláudia/MT, 21 de Agosto de 2019.

Altamir Kurten

Prefeito Municipal

Shirley Yotzchetz

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

PRIMEIRA RETIFICAÇÃO AO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO N° 001/2019

PRIMEIRA RETIFICAÇÃO AO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO N° 001/2019

A **PREFEITA MUNICIPAL**, Excelentíssima Senhora, **Dalva Maria de Lima Peres,** no uso de suas atribuições legais e na forma prevista no artigo 37 da Constituição Federal, em conjunto com a **COMISSÃO ORGANIZADORA DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO**, nomeada pela Portaria **nº 10/ 2019**, de 02 de maio de 2019, mediante as condições estipuladas neste Edital e demais disposições legais aplicáveis, **TORNA PÚBLICO**, a **PRI-**

MEIRA RETIFICAÇÃO AO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO N° 001/2019 , conforme abaixo discriminado:

Onde se lia:

A **PREFEITA MUNICIPAL**, Excelentíssima Senhora, **Dalva Maria de Lima Peres,** no uso de suas atribuições legais e na forma prevista no artigo 37 da Constituição Federal, em conjunto com a **COMISSÃO ORGANIZADORA DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO**, nomeada pela Portaria **nº 10/2019**, de 02 de maio de 2019, mediante as condições estipuladas neste Edital e demais disposições legais aplicáveis, **TORNA PÚBLICO**, aos interessados, que estarão abertas as inscrições para o **PROCESSO SELETIVO PÚBLICO** para Admissão de Pessoal, nos termos do artigo 37, IX da Constituição Federal/88, **cujos candidatos aprovados no presente Processo Seletivo Público, ficarão vinculados junto ao Regime Geral de Previdência Social.**

Leia-se:

A PREFEITA MUNICIPAL, Excelentíssima Senhora, Dalva Maria de Lima Peres, no uso de suas atribuições legais e na forma prevista no artigo 37 da Constituição Federal, em conjunto com a **COMISSÃO ORGANIZADORA DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO**, nomeada pela Portaria nº 10/2019, de 02 de maio de 2019, mediante as condições estipuladas neste Edital e demais disposições legais aplicáveis, **TORNA PÚBLICO**, aos interessados, que estarão abertas as inscrições para o **PROCESSO SELETIVO PÚBLICO** para Admissão de Pessoal, nos termos do artigo 37, IX da Constituição Federal/88, **cujos candidatos aprovados no presente Processo Seletivo Público, ficarão vinculados junto ao Regime Próprio de Previdência (Regime Estatuário).**

Onde se lia:

16. DO REGIME JURÍDICO DE TRABALHO E DO REGIME PREVIDENCIÁRIO

16.1. A contratação dos candidatos aprovados neste Processo Seletivo Público, ficarão vinculados junto ao Regime Geral de Previdência Social (INSS).

Leia-se:

16. DO REGIME JURÍDICO DE TRABALHO E DO REGIME PREVIDENCIÁRIO

16.1. A contratação dos candidatos aprovados neste Processo Seletivo Público**, ficarão vinculados junto ao Regime Próprio de Previdência e o Regime Jurídico Estatuário.**

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE.

Cocalinho/MT, 21 de agosto de 2019.

Dalva Maria de Lima Peres

Prefeita

PORTARIA Nº. 019/2019, DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

PORTARIA Nº. 019/2019, DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

INSTITUI A PADRONIZAÇÃO DESCRITIVA E TERMINOLOGIA DOS MEDICAMENTOS ADQUIRIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO.

A Prefeita Municipal de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. Instituir a PADRONIZAÇÃO DESCRITIVA E TERMINOLOGIA DOS MEDICAMENTOS adquiridos pela SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO, conforme exigência do Tribunal de Contas do estado de Mato Grosso.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE E UM DIAS DO MÊS DE AGOSTO DO ANO DE DOIS MIL E DEZENOVE.

Dalva Maria de Lima Peres

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
PEDIDO DE LICENÇA PREVIA E DE INSTALAÇÃO PARA OBRAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER, CNPJ: 15.023.930/0001-38 torna público que requereu a junto a Comissão de Municipalização de Licenciamento Ambiental de Colíder o pedido de Licença Previa e de Instalação para Obras de "**PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA COM DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA EXTENSÃO DA AVENIDA TANCREDO NEVES NO TRECHO ENTRE A RUA BORBA GATO E BAIRRO CELÍDIO MARQUES".**

PREFEITURA DE COLIDER/LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2019 - SRP

A Prefeitura Municipal de Colider/MT, através de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público o RESULTADO do julgamento referente ao Pregão Presencial nº 043/2019, cujo objeto é o registro de preços para futura e eventual aquisição de complemento alimentar e fraldas descartáveis para atender necessidades das secretarias de saúde e ação social do município de Colider/MT. Sagrou-se vencedora a seguinte empresa:

EMPRESA	ITENS	VLR. TOTAL (R$)
NUTRICENTER DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS NUTRICIONAIS E HOSPITALARES LTDA ME	01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20 e 21	293.250,00

Colider/MT, 21 de agosto de 2019.

ERIVALDO EVARISTO DE LIMA

Pregoeiro Oficial

Publique-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1.228/ADM/2019

PORTARIA Nº 1.228/ADM/2019, DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** a Servidora Pública **Ilma Karnitz,** lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto, Lazer e Juventude, matricula nº 1457, a partir do dia **01 a 30 de setembro do ano de 2019**, referente ao período aquisitivo 2017/2018, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 20 de agosto de 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1.231/ADM/2019

PORTARIA Nº 1.231/ADM/2019, DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** a Servidora Pública **Ana Valdivina da Silva Rodrigues, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto, Lazer e Juventude, matricula nº 256, a partir do dia 01 a 30 de setembro do ano de 2019, referente ao período aquisitivo 2017/2018, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.**

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 21 de agosto de 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1.205/ADM/2019

PORTARIA Nº 1.205/ADM/2019, DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** ao Servidor Público **Francisco Barros de Oliveira, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, matricula nº 6785, a partir do dia 01 a 30 de setembro do ano de 2019, referente ao período aquisitivo 2018/2019, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.**

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 20 de agosto de 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1.204/ADM/2019

PORTARIA Nº 1.204/ADM/2019, DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** ao Servidor Público **Gilvan Rufino da Silva, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, matricula nº 1344, a partir do dia 01 a 30 de setembro do ano de 2019, referente ao período aquisitivo 2017/2018, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.**

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 20 de agosto de 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1.229/ADM/2019

PORTARIA Nº 1.229/ADM/2019, DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Licença Premio** a Servidora Pública Municipal **Edna da Silva,** lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, matricula nº 898, a partir do dia **07 de setembro a 04 de novembro do ano de 2019**, referente ao quinquênio 2011/2016, conforme Artigo 108 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 21 de agosto de 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1.212/ADM/2019

PORTARIA Nº 1.212/ADM/2019, DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** a Servidora Pública **Ana Maria Fernandes, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, matricula nº 241, a partir do dia 01 a 30 de setembro do ano de 2019, referente ao período aquisitivo 2017/2018, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.**

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 20 de agosto de 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1.213/ADM/2019

PORTARIA Nº 1.213/ADM/2019, DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** a Servidora Pública **Edna Maria da Silva Correa, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, matricula nº 902, a partir do dia 01 a 30 de setembro do ano de 2019, referente ao período aquisitivo 2017/2018, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.**

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 20 de agosto de 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1.229/ADM/2019

PORTARIA Nº 1.229/ADM/2019, DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Licença Premio** a Servidora Pública Municipal **Edna da Silva,** lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, matricula nº 898, a partir do dia **07 de setembro a 04 de novembro do ano de 2019**, referente ao quinquênio 2011/2016, conforme Artigo 108 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 21 de agosto de 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1.218/ADM/2019

PORTARIA Nº 1.218/ADM/2019, DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** ao Servidor Público **Laudiney da Silva Queiroz, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, matricula nº 6355, a partir do dia 01 a 30 de setembro do ano de 2019, referente ao período aquisitivo 2018/2019, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.**

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 20 de agosto de 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1.222/ADM/2019

PORTARIA Nº 1.222/ADM/2019, DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** ao Servidor Público **Aleilson Martins Almeida, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto, Lazer e Juventude, matricula nº 6816, a partir do dia 01 a 30 de setembro do ano de 2019, referente ao período aquisitivo 2018/2019, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.**

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 20 de agosto de 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1.217/ADM/2019

PORTARIA Nº 1.217/ADM/2019, DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** ao Servidor Público **Idecio Francisco dos Santos, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, matricula nº 1452, a partir do dia 01 a 30 de setembro do ano de 2019, referente ao período aquisitivo 2016/2017, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.**

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 20 de agosto de 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1232/ADM/2019

PORTARIA Nº 1232/ADM/2019, DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

CONSIDERANDO: o disposto na Lei Municipal nº 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais no seu artigo 112;

CONSIDERANDO: a existência de comprovação documental, por meio de atestado médico, atestando a necessidade do afastamento por Licença Maternidade,

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Licença Maternidade** a Servidora Pública Municipal **Mirian Rosa da Fonseca,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, matricula nº 2651 a partir do dia **15 de agosto de 2019.**

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia **15 de agosto de 2019,** ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 21 de agosto de 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

PORTARIA N° 045, DE 21 DE AGOSTO DE 2019

PORTARIA N° 045, de 21 de agosto de 2019

O Presidente da Câmara Municipal de Colniza/MT, no uso legal de suas atribuições estabelecidas em Lei;

Considerando a vigem prevista de vários vereadores a Capital Cuiabá/MT.

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica ADIADA a Décima Quarta Sessão Ordinária do dia 02/09/2019, para o dia 09/09/2019, segunda-feira, às 09h00min.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Registra-se. Publica-se. Cumpra-se.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Colniza/MT, 21 de agosto de 2019.

JOHNATAN BRETAS

Presidente Interino

DEPARTAMENTO DE CONTRATOS
EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 139/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA – MT.

CONTRATADO: Empresa P. R. CONSTRUTORA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n°. 16.741.114/0001-22.

OBJETO RESUMIDO DO CONTRATO: PRORROGAÇÃO da vigência do Contrato firmado entre as por mais03 (três) meses.

DATA EMISSÃO: 21/08/2019

DATA INICICIO DAVIGÊNCIA: 04/07/2019

DATA VENCIMENTO: 04/10/2019

TIPO LICITAÇÃO: CONCORRÊNCIA PUBLICA n° 001/2014 - Processo Administrativo nº 080/2014.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1.223/ADM/2019

PORTARIA Nº 1.223/ADM/2019, DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Licença Premio** ao Servidor Público Municipal **Eliseu Claudio Pinto,** lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, matricula nº 1048, a partir do dia **01 de setembro a 29 de novembro do ano de 2019**, referente ao quinquênio 2014/2019, conforme Artigo 108 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 20 de agosto de 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 001

DECRETO Nº 001, de 16 de Agosto de 2019

Convoca a **VIII - Conferência Municipal de Assistência Social**.

O Prefeito Municipal de Colniza, **JESINEILSON DE AGUIAR BRANDÃO** em conjunto com o Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, **SUELY SANTOS FREIRAS MATOS,** no uso de suas atribuições e, considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política de Assistência Social no Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a **VIII- Conferência Municipal de Assistência Social**, a ser realizada no dia 22 de Agosto de 2019, tendo como tema central: **"Em defesa da Política de Assistência Social como direito do cidadão e dever do Estado"**

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta de dotação própria do orçamento do órgão Gestor Municipal de Assistência Social.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Colniza-MT,16 de Agosto de 2019.

_____

JESINEILSON DE AGUIAR BRANDÃO

PREFEITO MUNICIPAL

_____

SUELY SANTOS FREIRAS MATOS

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Colniza

---

DEPARTAMENTO DE CONTRATOS
EXTRATO DO 20º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 132/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA – MT.

CONTRATADO: P. R. CONSTRUTORA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 16.741.114/0001-22

OBJETO RESUMIDO DO CONTRATO: Prorrogação da Contratação de empresa para execução de construção de 1 (uma) Unidade Básica de Saúde- UBS. UBS Três Fronteiras

DATA EMISSÃO: 21/08/2019

DATA INICIO DA VIGÊNCIA: 03/06/2019

DATA VENCIMENTO: 03/09/2019

TIPO LICITAÇÃO: Tomada de Preços nº 004/2014

PORTARIA N° 044/2019

PORTARIA N° 044/2019

O Presidente da **CÂMARA MUNICIPAL DE COLNIZA**, **Estado de Mato Grosso**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

R E S O L V E:

Art. 1° - Fica Exonerado do Cargo de **Chefe de Gabinete DAS – A03, o Sr. Diego André Alves,** Portador do RG nº 18030203 SSP/MT, e do CPF nº 026.415.371-50, **a partir de 21 de Agosto de 2019,** da Câmara Municipal de Colniza, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Colniza/MT, 21 de Agosto de 2019.

Johnatan Bretas

Presidente-Interino

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1.210/ADM/2019

PORTARIA Nº 1.210/ADM/2019, DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** a Servidora Pública **Maria de Lourdes Silirio Dionisio, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, matricula nº 2401, a partir do dia 01 a 30 de setembro do ano de 2019, referente ao período aquisitivo 2017/2018, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.**

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 20 de agosto de 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1.209/ADM/2019

PORTARIA Nº 1.209/ADM/2019, DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** a Servidora Pública **Tereza Aparecida da Cunha de Oliveira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, matricula nº 3357, a partir do dia 01 a 30 de setembro do ano de 2019, referente ao período aquisitivo 2017/2018, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.**

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 20 de agosto de 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1.211/ADM/2019

PORTARIA Nº 1.211/ADM/2019, DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** a Servidora Pública **Izabel Istofel, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, matricula nº 1555, a partir do dia 01 a 30 de setembro do ano de 2019, referente ao período aquisitivo 2016/2017, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.**

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 20 de agosto de 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1.208/ADM/2019

PORTARIA Nº 1.208/ADM/2019, DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** ao Servidor Público **Anderson Sergio Fachim, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, matricula nº 6701, a partir do dia 01 a 30 de setembro do ano de 2019, referente ao período aquisitivo 2018/2019, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.**

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 20 de agosto de 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1.221/ADM/2019

PORTARIA Nº 1.221/ADM/2019, DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** ao Servidor Público **Gabriel Ferreira de Souza, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto, Lazer e Juventude, matricula nº 1263, a partir do dia 01 a 30 de setembro do ano de 2019, referente ao período aquisitivo 2018/2019, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.**

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 20 de agosto de 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1.214/ADM/2019

PORTARIA Nº 1.214/ADM/2019, DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** a Servidora Pública **Alzeli Brustolon Moreira Lopes, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, matricula nº 201, a partir do dia 01 a 30 de setembro do ano de 2019, referente ao período aquisitivo 2018/2019, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.**

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 20 de agosto de 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1.230/ADM/2019

PORTARIA Nº 1.230/ADM/2019, DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

CONSIDERANDO: o disposto na Lei Municipal nº 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais nos seus artigos 110 e 111;

CONSIDERANDO: a existência de comprovação documental, por meio de atestado médico, atestando a necessidade do afastamento para fins de tratamento de saúde,

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Licença para Tratamento de Saúde** a Servidora Pública Municipal **Irene Arnold, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, matricula nº 1483 por um período de 180 (Cento e Oitenta) dias a contar de 19 de agosto de 2019.**

Art.2° -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia **19 *de agosto de 2019*,** ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 21 de agosto de 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1.215/ADM/2019

PORTARIA Nº 1.215/ADM/2019, DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** a Servidora Pública **Neusa Maria de Almeida Pereira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, matricula nº 2724, a partir do dia 14 de setembro a 13 de outubro do ano de 2019, referente ao período aquisitivo 2014/2015, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.**

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 20 de agosto de 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1.216/ADM/2019

PORTARIA Nº 1.216/ADM/2019, DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** a Servidora Pública **Maria José Rudes, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, matricula nº 2443, a partir do dia 01 a 30 de setembro do ano de 2019, referente ao período aquisitivo 2017/2018, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.**

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 20 de agosto de 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1.203/ADM/2019

PORTARIA Nº 1.203/ADM/2019, DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** ao Servidor Público **Ailson Rosa Pereira, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, matricula nº 116,**

a partir do dia 01 a 30 de setembro do ano de 2019, referente ao período aquisitivo 2015/2016, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 20 de agosto de 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1.224/ADM/2019

PORTARIA Nº 1.224/ADM/2019, DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Licença Premio** ao Servidor Público Municipal **Universo Francisco dos Santos,** lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, matricula nº 3381, a partir do dia **01 de setembro a 29 de novembro do ano de 2019**, referente ao quinquênio 2011/2016, conforme Artigo 108 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 20 de agosto de 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1.225/ADM/2019

PORTARIA Nº 1.225/ADM/2019, DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Licença Premio** ao Servidor Público Municipal **Heronimar Xavier Ferreira,** lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, matricula nº 1436, a partir do dia **01 de setembro a 29 de novembro do ano de 2019**, referente ao quinquênio 2013/2018, conforme Artigo 108 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 20 de agosto de 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1.219/ADM/2019

PORTARIA Nº 1.219/ADM/2019, DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** ao Servidor Público **Vanilson Pereira Matos, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto, Lazer e Juventude, matricula nº 3499, a partir do dia 01 a 30 de setembro do ano de 2019, referente ao período aquisitivo 2017/2018, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.**

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 20 de agosto de 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZERSECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1.207/ADM/2019

PORTARIA Nº 1.207/ADM/2019, DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** ao Servidor Público **Lomanto Junior Bonetto da Silva, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, matricula nº 2088, a partir do dia 01 a 30 de setembro do ano de 2019, referente ao período aquisitivo 2016/2017, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.**

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 20 de agosto de 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1.220/ADM/2019

PORTARIA Nº 1.220/ADM/2019, DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** ao Servidor Público **Vanderlei Bueno, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto, Lazer e Juventude, matricula nº 3463, a partir do dia 01 a 30 de setembro do ano de 2019, referente ao período aquisitivo 2017/2018, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.**

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 20 de agosto de 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1.226/ADM/2019

PORTARIA Nº 1.226/ADM/2019, DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Licença Premio** a Servidora Pública Municipal **Nilzete da Gloria Farias,** lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, matricula nº 2742, a partir do dia **01 de setembro a 29 de novembro do ano de 2019**, referente ao quinquênio 2013/2018, conforme Artigo 108 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 20 de agosto de 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1.227/ADM/2019

PORTARIA Nº 1.227/ADM/2019, DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Licença Premio** a Servidora Pública Municipal **Rosana Sanches Livoratti Santos,** lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, matricula nº 3013, a partir do dia **01 de setembro a 29 de novembro do ano de 2019**, referente ao quinquênio 2012/2017, conforme Artigo 108 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 20 de agosto de 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1.206/ADM/2019

PORTARIA Nº 1.206/ADM/2019, DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** ao Servidor Público **Rubem Steinke,** lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, matricula nº 3115, a partir do dia **01 a 30 de setembro do ano de 2019**, referente ao período aquisitivo 2016/2017, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 20 de agosto de 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

DEPARTAMENTO DE CONTRATOS
EXTRATO DO 20º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 131/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA – MT.

CONTRATADO: P. R. CONSTRUTORA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 16.741.114/0001-22

OBJETO RESUMIDO DO CONTRATO: Prorrogação da Contratação de empresa para execução de construção de 1 (uma) Unidade Básica de Saúde- UBS. UBS Cidade Alta

DATA EMISSÃO: 21/08/2019

DATA INICIO DA VIGÊNCIA: 03/06/2019

DATA VENCIMENTO: 03/09/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

EXTRATO DE ADITIVO Nº 155/2019

DÉCIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 155/2019 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 097/2017 E ADITIVOS NºS 128, 196/2017, 011, 032, 068, 099, 144, 267/2018 E 012 e 085/2019

DATA: 16/08/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: GARCIA & BEJARANO LTDA - ME

OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO E VALOR DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 097/2017, QUE TEM COMO OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA OS SERVIÇOS DE SUPORTE TÉCNICO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO AO LABORATÓRIO INSTALADO NO PÓLO DA UNEMAT, E TAMBÉM ASSISTÊNCIA TÉCNICA NA SEMEC, PARA SUPORTE AS ESCOLAS NOS PROGRAMAS EDUCACIONAIS, E FORNECIMENTO DE INTERNET VIA RÁDIO PARA AS ESCOLAS NA ZONA RURAL (VICTOR QUINTILIANO, TIAGO ELIAS, VALE DO GUAPORÉ, DARCY RIBEIRO, CARLOS POMPERMAYER), BEM COMO O FORNECIMENTO DE INTERNET GRATUITA NAS GLEBAS: MACUCO, COLÔNIA DOS MINEIROS, ALVORADA E MIRANDA ESTÂNCIA, 13 DE MAIO – ALDEIA NAMBIQUARA E NOVA GERAÇÃO – ALDEIA NEGAROTÊ II E GLEBA NOROAGRO VIGORANDO DE 18/08/2019 À 18/12/2019, NO VALOR DE RS43.000,00 (QUARENTA E TRÊS MIL REAIS).

DOTAÇÃO: 03.04.2.102. 3.3.90.39.00.00.00.00 2000 (132)

CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO - AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 012/2019

A Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria nº 023/2019 de 14/02/2019, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará no próximo dia 06 (seis) de setembro de 2019 às 10:00horas, Processo Licitatório nº 12/2019 na Modalidade Tomada de Preços nº 003/2019 – tipo Menor Preço Global, para AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PASSEIO (USADO) - TIPO UTILITÁRIO ESPORTIVO SUV, MOTOR DIESEL, TRAÇÃO 4X4, CAPACIDADE PARA 07 PASSAGEIROS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE COMODORO-MT, conforme especificações integrantes do Edital nº 003/2019.

Informações pelos telefones: (65) 3283 1249 / 3283 1855;

Emails: diretoria@camaracomodoro.mt.gov.br; camara@camaracomodoro.mt.gov.br;

Site: https://www.camaracomodoro.mt.gov.br/Publicacoes/Editais/

Comodoro/MT, 21 de agosto de 2019.

Rosa Adriana Dourado - Presidente da CPL

Evelyn de Brito Almeida - Secretária da CPL

CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO - PORTARIA Nº 061/2019 DE 20/08/2019

PORTARIA Nº 061/2019 DE 20/08/2019

JOÃO FERNANDES DA SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, Biênio 2019/2020, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei,

R E S O L V E

Art. 1º. Determinar **LUTO OFICIAL** no **dia 20 de agosto 2019**, em sinal de profundo pesar pelo falecimento da senhora **MARIA DE FÁTIMA VIANA BELUSSI**, mãe da servidora Roselaine Belussi, cujo óbito ocorreu na data de ontem, segunda-feira, dia 19/08/2019. A ilustre cidadã que nos deixa tão repentinamente foi uma pessoa que construiu uma história de sucesso com sua família em Comodoro. Uma vencedora que trabalhou arduamente durante toda sua vida, sem nunca deixar seu otimismo, tratava bem a todos, uma mulher religiosa, alegre, amiga e de respeito, assim como também era muito respeitada por todos. Uma mãe amorosa, diligente e honrada, assim como foi também avó, tia, sogra, cunhada, nora. Enfim, são privilegiadas as pessoas que tiveram a oportunidade de conviver com essa meiga e carinhosa senhora.

Art. 2º. O **expediente** da Câmara Municipal nesta data, dia 20/08/2019, **será interno, até às 10 horas da manhã.** Após este horário, o recinto será fechado e os servidores dispensados, para que os que desejarem, possam acompanhar o velório e o cortejo fúnebre.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos vinte dias do mês de agosto do ano de dois mil dezenove.

João Fernandes da Silva - **Presidente**

Registre-se e Publique-se:

Wender Bier de Souza - 1º Secretário

EXTRATO DE CONTRATO Nº 102/2019

CONTRATO Nº: 102/2019

DATA: 19/08/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO.

CONTRATADO: C. P. FERRAZ LOCAÇÕES DE MÁQUINAS - ME

OBJETO: COMPLEMENTAÇÃO DE OBRA PARA CONSTRUÇÃO DE SALAS DE AULA EM ALDEIAS INDÍGENAS NO MUNICÍPIO DE COMODORO, EM ATENDIMENTO AO TERMO DE COMPROMISSO PAR Nº. 8331/2013, CONFORME PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, SENDO ASSIM DISTRIBUÍDA:

ITEM 08: BARRACÃO – TERRA INDÍGENA NAMBIKWARA – ESCOLA 04 SALAS.

DOTAÇÃO: 06.02.1.260. 44.90.51.00.00.00.00.2.022 (256) - 06.02.1.260. 44.90.51.00.00.00.00.2.022 (254)

EXTRATO DE TERMO DE ERRATA CONTRATO Nº 098/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO/MT

TERMO DE ERRATA

Foi publicado no dia 13 de agosto, na página 74, do Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, o extrato do Termo de Contrato nº. 098/2019

Onde se lê:

CONTRATO Nº: 098/2019

DATA: 12/08/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO.

CONTRATADO: C. P. FERRAZ LOCAÇÕES DE MÁQUINAS – ME

OBJETO: COMPLEMENTAÇÃO DE OBRA PARA CONSTRUÇÃO DE SALAS DE AULA EM ALDEIAS INDÍGENAS NO MUNICÍPIO DE COMODORO, EM ATENDIMENTO AO TERMO DE COMPROMISSO PAR Nº. 8331/2013, CONFORME PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, SENDO ASSIM DISTRIBUÍDAS:

ITEM 07: CAMARARÉ – TERRA INDÍGENA NAMBIKWARA – ESCOLA 01 SALA

ITEM 08: BARRACÃO – TERRA INDÍGENA NAMBIKWARA – ESCOLA 04 SALAS

DOTAÇÃO: 06.02.1.260. 44.90.51.00.00.00.00.2.022 (256) – 06.02.1.260. 44.90.51.00.00.00.00.2.001 (254)

Leia-se:

CONTRATO Nº: 098/2019

DATA: 12/08/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO.

CONTRATADO: C. P. FERRAZ LOCAÇÕES DE MÁQUINAS – ME

OBJETO: COMPLEMENTAÇÃO DE OBRA PARA CONSTRUÇÃO DE SALAS DE AULA EM ALDEIAS INDÍGENAS NO MUNICÍPIO DE COMODORO, EM ATENDIMENTO AO TERMO DE COMPROMISSO PAR Nº. 8331/2013, CONFORME PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, SENDO ASSIM DISTRIBUÍDA:

ITEM 07: CAMARARÉ – TERRA INDÍGENA NAMBIKWARA – ESCOLA 01 SALA

DOTAÇÃO: 06.02.1.260. 44.90.51.00.00.00.00.2.022 (256) – 06.02.1.260. 44.90.51.00.00.00.00.2.001 (254)

PORTARIA Nº. 425/2019

PORTARIA Nº. 425/2019

DE: 20.08.2019

JEFERSON FERREIRA GOMES, Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR para comporem o CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MOVIMENTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB, as pessoas abaixo relacionadas, de acordo com o disposto no art. 24- com a Lei Federal n.º 11.494, 20 de junho de 2007, Lei nº. 950, de 01 de março de 2007, nesta municipalidade.

Nome		Entidade Representativa
Titular:	Julio Cesar Fernandes	Poder Executivo
Suplente:	Rogério Rodrigues Pereira	Municipal
Titular:	Gecimar Alves Pereira	Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Suplente:	Felipa Gimenes Benites	
Titular:	Rosangela Apª. Júlio Piovezan	Professores da Educação Básica Pública Municipal
Suplente:	Ataíde Ferreira Faria Filho	
Titular:	Elmira Nascimento Lino Ximenes	Diretores da Educação Básica Pública Municipal
Suplente:	José Oliveira Falcão	
Titular:	Adenilde da Silva Monteiro	Servidores Técnicos – Administrativos das Escolas Básica Pública Municipal
Suplente:	Marcia de Almeida Pessoa	
Titular:	Giselly Carneiro Pompermayer	Pais e Alunos da Educação Básica Pública Municipal
Suplente:	Thalissa Krignl Capeletti	
Titular:	Elisvânia Miranda Boaventura	
Suplente:	Milene Oliveira	
Titular:	Apolo Oliveira Gonçalves Silva	Estudantes da Educação Básica Pública
Suplente:	Mikaely Pritski Garcia	
Titular:	Samantha Catelani Pereira	
Suplente:	Luana Alice dos Santos	
Titular:	Regina Aparecida Catelani	Conselho Municipal de Educação
Suplente:	Guiomar Cardoso Piovezan	
Titular:	Ana Lucia de Souza Pereira	Conselho Tutelar de Menores
Suplente:	Luceilarne Cunha da Silva	

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria n.º 410, de 08 de agosto de 2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos 20 dias do mês de agosto do ano de 2019.

Jeferson Ferreira Gomes

Prefeito Municipal

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se

Julio Cesar Fernandes

Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
PORTARIA 193/2019 ADM DE 09 DE AGOSTO DE 2019.

DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL PARA FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO FIRMADO POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: o disposto na Instrução Normativa do Sistema de Licitações, Compras e Contratos, a qual dispõe sobre os procedimentos e normas para a celebração e acompanhamento da execução de contratos, aditivos e instrumentos congêneres no Poder Executivo Municipal, e no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

CONSIDERANDO:a necessidade de padronizar, otimizar a fiscalização e o acompanhamento da execução do contrato de prestação de serviços e fornecedores da Prefeitura Municipal de Confresa.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor público municipal qualificado, **Sr. João Paulo Lima Christichini CPF:047.743.951-96,** como FISCAL DE CONTRATO.

Art. 2º - O servidor designado fica responsável pelo contrato respectivo a vossa secretaria, departamento e/ou unidade gestora.

CONTRATO	97/2019	CNPJ	VALOR TOTAL
CONTRATADA	SM GIUSTTI ARRUDA E CIA LTDA	08.711.005/0001-34	R$ 11.200,00

OBJETO	AQUISIÇÃO DE UNIFORME PADRONIZADO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA EQUIPE DO SAMU-192, CONFORME SOLICITADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CONFRESA – MT.
VIGÊNCIA	12 MESES, 09/08/2019 A 09/08/2020

Art. 3º - O Departamento de Compras e CPL - Comissão Permanente de Licitações disponibilizará ao Fiscal designado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 4º - Os documentos mencionados no art. 2º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta compartilhada na rede denominada “Pública” e em pastas e subpastas específicas com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 5º - Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 6º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 09 de agosto de 2019.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 118/2019

Ao décimo nono dia do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove, o MUNICÍPIO DE CONFRESA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Centro Oeste nº 286, Centro, Confresa - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº 37. 464.716/0001-50, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. Ronio Condão Barros Milhomem, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado à Rua Tancredo Neves nº 50 Setor Pavilhão, nesta cidade, portador da Carteira de Identidade RG n° 0875190-0 SSP-MT e inscrito no CPF sob o n° 535.561.191-53 a seguir denominada simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR, institui a presente Ata de Registro de Preços (ARP), decorrente da licitação **Processo Licitatório nº 147/2019** na modalidade **Pregão Presencial nº 109/2019** da Prefeitura Municipal de Confresa-MT, homologado e, 15/08/2019, cujo objetivo de eventual e futura AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO SENDO EPIs, CONFORME SOLICITAÇÕES DAS SECRETARIAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, conforme o disposto no art. 15 da Lei nº 8.666/93, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 26 e 27/2009, de 29 de Maio de 2009, segundo as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO SENDO EPIs, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES

Integra a presente ARP a PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA, localizada na Av. Centro Oeste nº 286, Centro, em Confresa - MT, na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR;**

Parágrafo único – qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal poderá solicitar a utilização da presente ARP, independentemente da participação ou não na licitação em epígrafe.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

O ÓRGÃO GERENCIADOR, através da Seção de Licitação e Contratos, obriga-se a:

a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, os nomes dos fornecedores, os preços, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;

b) convocar os particulares via fax, telefone ou e-mail, para assinatura da ARP e retirada da nota de empenho;

c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;

d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;

e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços;

f) consultar os fornecedores registrados (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecimento dos serviços a outros órgãos da Administração Pública que externem a intenção de utilizar a presente ARP;

g) comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente ARP;

h) coordenar a qualificação mínima dos respectivos gestores dos órgãos participantes;

i) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação, na presente ARP.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE E NÃO PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE e o ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigam-se a:

a) tomar conhecimento da presente ARP, inclusive às respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;

b) consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias à aquisição pretendida;

c) verificar a conformidade das condições registradas na presente ARP junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR, eventuais desvantagens verificadas;

d) encaminhar ao ÓRGÃO GERENCIADOR a respectiva nota de empenho;

e) enviar, no prazo máximo de **05 (cinco) dias** úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

f) acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no edital da licitação e na presente ARP, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR obriga-se a:

a) assinar a ARP, retirar a respectiva nota de empenho e assinar o contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, no que couber;

b) informar, no prazo máximo de 01 (um) dia, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente ARP;

c) realizar os serviços solicitados nos prazos estabelecidos e conforme autorização de fornecimento, conforme solicitado no edital;

d) Realizar os serviços conforme especificações e preços registrados na presente ARP;

e) Realizar os serviços solicitados no respectivo endereço do órgão participante ou não participante da presente ARP, sem nenhum ônus adicional ao Município de Confresa;

f) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente ARP;

g) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

h) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;

i) ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participante e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;

j) pagar, pontualmente, os fornecedores e cumprir com as obrigações fiscais, relativos aos materiais entregues, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;

l) A entrega dos itens licitados deverá ser no prazo máximo de até 10-(dez) Dias corridos.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de até um ano, a contar da data da sua assinatura, vigorando até o dia **19 de agosto de 2020.**

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços, as quantidades, os fornecedores e as especificações dos serviços registrados nesta Ata encontram-se indicados nos quadros abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

EMPRESA: **S3M EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS E SERVIÇOS EIRELI-ME**

CNPJ: 14.805.780/0001-51

RUA JACINTO LEÃO DA SILVA, Nº 1464, QD. 02, LT. 03, SALA A, VILA CEARÁ, ARAGUARÇAS/GO, CEP. 76.240-000.

FONE/FAX: (64) 3638-3218

Email: **rvcontabilidadeipora@gmail.com** e comercial@s3mconsultorias.com.br

REPRESENTANTE LEGAL: **Sandro Bueno Martins**

RG:**4672113 DGPC/GO E CPF: 730.436.801-20**

ITEM: 01, 04, 07, 13, 16, 18, 25, 37, 38, 39, 42, 46, 49, 55, 58, 59, 60, 61, 62, 63 e 66.

Especificação - Valor Unitário - Quantidade

ITEM	BETHA	TCE	IMAGENS MERAMENTE ILUSTRATIVAS	DESCRIÇÃO DO ITEM	MARCA	QTD	UND	V. UNI	V. TOTAL
1	33121489	312237-9		ALICATE DE BICO MEIA CANA 6 POL. COM CABO EMBORRACHADO	MAYLE	20	UND	R$ 22,28	R$ 445,60
4	119106	181222-0		AVENTAL PLUMBIFERO - CHUMBO C/ESPESSURA DE 0.50MM COM PROTECAO NAS COSTAS, ADULTO - MASCULINO, PROFISSIONAIS QUE ATUAM EM RAIO-X	UNEMOL	10	UND	R$ 900,00	R$ 9.000,00
7	33120780	7372		AVENTAL DESCARTAVEL-JALECO AVENTAL CIRURGICO EM FALSO TECIDO TIPO JALECO NA COR BRANCA MANGA LONGA 100% POLIPROPILLENO, EMBALAGEM APROPRIADA PARA O PRODUTO	MEDGAUZE	510	UND	R$ 1,50	R$ 765,00
9	119119	372968-0		BONE TIPO ARABE, COM ABA EM HELANCA, COM ABA E FECHAMENTO EM VELCRO PARA AJUSTE DO USUARIO. INDICADO PARA AREAS ABERTAS, SERVIÇOS AGRICOLAS E OUTROS.	REPTEC	236	UND	R$ 13,90	R$ 3.280,40

13	33121470	406853-0		CALÇA PARA OPERADOR DE MOTOSSERRA ANTI-CORTE TIPO A	POTSPRAY	20	UND	R$ 153,00	R$ 3.060,00
16	33121475	359688-5		CAPACETE DE SEGURANÇA P/ USO NA IND.C/CARNEIRA FIXA BRANCO, ABA TOTAL, REGULAGEM DE TAMANHO POR CATRACA, COM TIRA ABSORVENTE DE SUOR, CLASSE B, TIPO I. ESTE EQUIPAMENTO DEVERÁ APRESENTAR O SELO DE MARCAÇÃO DO INMETRO.	CAMPER	20	UND	R$ 9,54	R$ 190,80
18	33121493	282098-6		CHAVE AJUSTÁVEL EM CR-V 10 POL. COM CABO ISOLADO-EPI	WORKER	20	UND	R$ 54,50	R$ 1.090,00
25	33121479	7868		CORDIM - CORDA SEMI-ESTÁTICA 100% POLIAMIDA PARA USO EM TRABALHOS VERTICAIS, COR PRETA, RESISTÊNCIA A ABRASAO, INDICADA PARA USOS INTENSOS, COM DIÂMETRO DE 12 MM	WORKER	40	UND	R$ 13,00	R$ 520,00
37	33120302	149748-0		LUVA ISOLANTE LUVA ANTI /CHOQUE/ELETRICISTA - LUVA DE SEGURANÇA, ISOLANTE DE BORRACHA, TIPO II, CLASSE 00, (TENSÃO MÁXIMA DE USO: 1000 V). CERTIFICADOS: ANSI/ASTM D120-02 E ABNT/NBR 10622. COR. PRETA.	FULLSAFE	22	PAR	R$ 333,00	R$ 7.326,00
38	33121486	119457-7		LUVA PLUMBIFERA - ESTRUTURA FLEXIVEL ACABAMENTO EXTERNO EM MATERIAL IMPERMEAVEL, COM ESTRUTURA INTERNA DE CHUMBO DE 0,50 MM, FORRADA EM ALGODAO, PARA PROTECAO RADIOLOGICA	UNEMOL	10	UND	R$ 539,00	R$ 5.390,00
39	474	382741-0		LUVA TÉRMICA - USADA PARA EVITAR QUEIMADURA EM MÃOS E BRAÇOS. ATENTAR PARA A TEMPERATURA MÁXIMA DE PROTEÇÃO, SE É SUFICIENTE PARA A TAREFA DESEMPENHADA.	VOLK	52	PAR	R$ 37,00	R$ 1.924,00
42	33121477	22573		MACACAO DE PROTECAO - TIPO UNIFORME ANTI-CHAMA 100% ALGODAO APROVADO NAS NORMAS TECNICAS NFPA 211 E 70E E DE ACORDO COM A NR10, TAMANHO DIVERSOS.	VICSA	12	UND	R$ 249,00	R$ 2.988,00
46	115106	7870		MOSQUETAO COM TRAVA 8 X 80 MM 112 KG	WORKER	15	UND	R$ 6,21	R$ 93,15
49	33121485	197736-9		OCULOS PLUMBIFERO - LENTES DE VIDRO PLUMBIFERAS COM 1MM DE ESPESSURA, COM PROTECAO FRONTAL E LATERAL, P/ PROFISSIONAL DE RAIO-X.	KNOX	10	UND	R$ 854,74	R$ 8.547,40
55	33120296	315433-5		PROTETOR FACIAL CONJUGADO C/ CAPACETE/JUGULAR CLASSE DE RISCO II, LENTE ANTI-EMBAÇANTE; PROTEÇÃO CONTRA INFRA-VERMELHO; ULTRA-VIOLETA E PARTÍCULAS. PROTEÇÃO DA FACE DO USUÁIRO CONTRA AGENTES TÉRMICOS PROVENIENTES DO ARCO ELÉTRICO.	STEEFLEX	20	UND	R$ 64,35	R$ 1.287,00
57	33120310	268925-1		PROTETOR GONADAS- PROTETOR RADIOLOGICO GONADAS CONFECCIONADO EM BORRACHA PLUMBIFERA, COM PROTECAO EQUIVALENTE A 0,50MMPB DE CHUMBO, RETANGULAR, MEDINDO APROXIMADAMENTE (0,60 X 0.40) M, COM CINTO E FECHO REGULAVEL PARA AJUSTE., EMBALADO INDIVIDUAL PARA PROFISSIONAIS QUE ATUA NO RAIO X	UNEMOL	10	UND	R$ 448,00	R$ 4.480,00
58	33121484	181223-8		PROTETOR PARA TIREOIDE - DE BORRACHA PLUMBIFERA, PARA PROFISSIONAIS QUE ATUAM NO RAIO-X, COM 0,50 MM, COM PROTECAO NAS COSTAS EQUIVALENTE NO MINIMO DE 0,25 MM DE CHUMBO	UNEMOL	10	UND	R$ 129,00	R$ 1.290,00
59	119105	16212		PROTETOR SOLAR FPS 60, 150 GR	SUNDAY	320	UND	R$ 17,85	R$ 5.712,00
60	33120307	24493-7		PUNHO CIRURGICO - DE HELANCA, CONFECCAO P/PUNHO CIRURGICO, COMPRIMENTO: 30 CM, NA COR BRANCA, DO TIPO ANTIALERGICO.	SANTRIC	72	PAR	R$ 23,45	R$ 1.688,40
61	33121488	292327-0		ROUPA (EPI) - COMPOSICAO EM 50% DE ALGODAO E 50% DE POLYESTER COM REFORCO ADICIONAL NAS PERNAS PARA PROTECAO CONTRA APLICACAO DE HERBICIDA, CONSTITUIDO POR MASCARA FACIAL, CAPUZ, AVENTAL, VISEIRA, CAMISA E CALCA.	WORKER	30	UND	R$ 49,70	R$ 1.491,00
62	33121432	27247		SAPATO - OCUPACIONAL DE SEGURANCA, TIPO TENIS, BABUCHE, SOLADO EM BORRACHA ANTI-DERRAPANTE, FABRICADO EM EVA, TAMANHO VARIANDO DE NUMERACAO 34 A 44 NA COR BRANCA	VULCABRÁS	232	UND	R$ 52,00	R$ 12.064,00
63	33121433	8503		SAPATO - CALCADO OCUPACIONAL DE SEGURANCA COR PRETA, FECHADO NA PARTE SUPERIOR E TRASEIRA, TIPO TENIS COM LISTA LATERAL, CONFECCIONADO EM EVA E SOLADO DE BORRACHA ANTIDERRAPANTE, RESISTENTE A ESCORREGAMENTO EM PISO CERAMICO. IMPERMEAVEL.	VULCABRÁS	62	UND	R$ 50,00	R$ 3.100,00
66	33121492	437760-5		TAPETE ANTI ESTATICO - DE BORRACHA, NAO CONDUTIVO, ISOLANTE ELETRICO PARA ALTA TENSAO COM PROTECAO DE 20KV, MEDINDO 1,00 X 1,00 X 0,03 M	ESD	20	UND	R$ 217,70	R$ 4.354,00
								TOTAL GERAL	**R$ 80.086,75**

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado **30 (trinta)** dias condicionado à entrega do objeto e apresentação da Nota Fiscal/Fatura. Para tanto, o FORNECEDOR deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura à qual deverá ser atestada pelo setor de compras, ou outro servidor formalmente designado;

Parágrafo primeiro – o pagamento só se efetivará depois de confirmada a situação de regularidade fiscal para com a seguridade social (INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e com a Fazenda Federal através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; com a Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa de débitos.

Parágrafo segundo – o pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO

Órgão: 04- Secretaria Municipal de Finanças

Unid: 01- Secretaria de Finanças

Proj. Ativ.: 2.030- **Manutenção e Encargos com a Secretaria de Finanças**

Cód. Red: 102– Material de Consumo

Fonte: 0000- Recursos Ordinários

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00.0000

Órgão: 08- Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

Unid: 01- Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

Proj. Ativ.: 2.050- Manut. E Enc. Com a Sec. de Agricultura e Meio Ambiente

Cód Red: 1594- Material de Consumo

Fonte: 0000- Recursos Ordinários

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.0000

Órgão: 03- Secretaria Municipal de Administração

Unid: 01 - Gestão Administrativa

Proj. Ativ.: 2.007- **Manutenção e Encargos com a Secretaria de Administração**

Cód. Red: 033– Material de Consumo

Fonte: 0000- Recursos Ordinários

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00.0000

Órgão: 07- Secretaria Municipal Viação, Obras e Serviços Públicos

Unid: 02 - Urbanismo

Proj. ativ.: 2.052- Manutenção e encargos com o Setor de Urbanização

Cód Red: 1217- Material de Consumo

Fonte: 0000- Recursos Ordinários

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.0000

Órgão: 07- Secretaria Municipal Viação, Obras e Serviços Públicos

Unid: 03- Extensão da rede Elétrica

Proj. ativ.: 1.120 – Eletrificação Urbana

Cód Red: 1238 - Material de Consumo

Fonte: 0017- Recursos COSIP

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.0017

Órgão: 06- Secretaria Municipal de Saúde

Unid: 04- Atenção Básica

Proj. ativ.: 2.110- **Manutenção E Encargos Com Psf**

CódRed: 757, 758 e 759 – Material de Consumo

Fonte: 0002- Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Saúde

0042- Transf. de Rec. Do Sistema Único de Saúde – SUS ESTADO

0046- Transf. Fundo a Fundo de Rec. Do SUS prov. Do Gov. Fed – Bloco Custeio das Ações e Serviços Públicos.

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00

Órgão: 06- Secretaria Municipal de Saúde

Unid: 04- Atenção Básica

Proj. ativ.: 2.016- **Manutenção E Encargos Com o PACS**

CódRed: 630, 631 e 632 – Material de Consumo

Fonte: 0002- Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Saúde

0042- Transf. de Rec. Do Sistema Único de Saúde – SUS ESTADO

0046- Transf. Fundo a Fundo de Rec. Do SUS prov. Do Gov. Fed – Bloco Custeio das Ações e Serviços Públicos.

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00

Órgão: 06- Secretaria Municipal de Saúde

Unid: 04- Atenção Básica

Proj. ativ.: 2.015- **Manutenção E Encargos Com Saúde Bucal**

CódRed: 603, 604 e 605 – Material de Consumo

Fonte: 0002- Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Saúde

0042- Transf. de Rec. Do Sistema Único de Saúde – SUS ESTADO

0046- Transf. Fundo a Fundo de Rec. Do SUS prov. Do Gov. Fed – Bloco Custeio das Ações e Serviços Públicos.

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00

Órgão: 06- Secretaria Municipal de Saúde

Unid: 03 – Gestão em Saúde

Proj. ativ.: 2.029- **Manutenção E Encargos Com Gestão em Saúde**

CódRed: 485 e 486– Material de Consumo

Fonte: 0000- Recursos Ordinários

0002- Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00.0000

Órgão: 06- Secretaria Municipal de Saúde

Unid: 05- Assistência Farmacêutica

Proj. ativ.: 2.027- **Manutenção E Encargos Com Assistência Farmacêutica**

CódRed: 787, 788 e 789 – Material de Consumo

Fonte: 0002- Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Saúde

0042- Transf. de Rec. Do Sistema Único de Saúde – SUS ESTADO

0046- Transf. Fundo a Fundo de Rec. Do SUS prov. Do Gov. Fed – Bloco Custeio das Ações e Serviços Públicos.

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00.0002

Órgão: 06- Secretaria Municipal de Saúde

Unid: 07- VISA

Proj. ativ.: 2.028 - **Manutenção E Encargos Com Vigilância Sanitária**

CódRed: 1081 e 1082 – Material de Consumo

Fonte: 0002- Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Saúde

0046- Transf. Fundo a Fundo de Rec. Do SUS prov. Do Gov. Fed – Bloco Custeio das Ações e Serviços Públicos.

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00.0002

Órgão: 06- Secretaria Municipal de Saúde

Unid: 07- VISA

Proj. ativ.: 2.026 - **Manutenção E Encargos Com Vigilância Ambiental**

CódRed: 1065 e 1066 – Material de Consumo

Fonte: 0002- Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Saúde

0046- Transf. Fundo a Fundo de Rec. Do SUS prov. Do Gov. Fed – Bloco Custeio das Ações e Serviços Públicos.

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00.0002

Órgão: 06- Secretaria Municipal de Saúde

Unid: 07- VISA

Proj. ativ.: 2.025 - **Manutenção E Encargos Com o Programa DST/AIDS**

CódRed: 1047 e 1048 – Material de Consumo

Fonte: 0002- Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Saúde

0046- Transf. Fundo a Fundo de Rec. Do SUS prov. Do Gov. Fed – Bloco Custeio das Ações e Serviços Públicos.

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00.0002

Órgão: 06- Secretaria Municipal De Saúde

Unid: 06- **Mac - Média E Alta Complexidade**

Proj. Ativ.: 2.019- **Manutenção E Encargos Com O Hospital**

CódRed: 885, 886, 887 e 888 – Material De Consumo

Fonte: 0000- Recursos Ordinários

0002- Receitas De Impostos E De Transferência De Impostos - Saúde

0042- Transf. de Rec. Do Sistema Único de Saúde – SUS ESTADO

0046- Transf. Fundo a Fundo de Rec. Do SUS prov. Do Gov. Fed – Bloco Custeio das Ações e Serviços Públicos.

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00

Órgão: 06- Secretaria Municipal De Saúde

Unid: 06- **Mac - Média E Alta Complexidade**

Proj. Ativ.: 2.020- **Manutenção E Encargos Com Fisioterapia**

CódRed: 911, 912 e 913 – Material De Consumo

Fonte: 0002- Receitas De Impostos E De Transferência De Impostos – Saúde

0042- Transf. de Rec. Do Sistema Único de Saúde – SUS ESTADO

0046- Transf. Fundo a Fundo de Rec. Do SUS prov. Do Gov. Fed – Bloco Custeio das Ações e Serviços Públicos.

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00

Órgão: 06- Secretaria Municipal De Saúde

Unid: 06- **Mac - Média E Alta Complexidade**

Proj. Ativ.: 2.022- **Manutenção E Encargos Com o CAPS**

CódRed: 950, 951, 952 – Material De Consumo

Fonte: 0002- Receitas De Impostos E De Transferência De Impostos – Saúde

0042- Transferência de Rec. Do Sistema Único de Saúde – SUS ESTADO

0046- Transferência Fundo a Fundo de Rec. Do SUS prov. Do Gov. Fed – Bloco Custeio das Ações e Serviços Públicos.

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00

Órgão: 06- Secretaria Municipal De Saúde

Unid: 06- **Mac - Média E Alta Complexidade**

Proj. Ativ.: 2.111- **Manutenção E Encargos Com o Serv. Amb. E Laboratorial**

CódRed: 1010, 1011 e 1012 – Material De Consumo

Fonte: 0002- Receitas De Impostos E De Transferência De Impostos – Saúde

0042- Transf. de Rec. Do Sistema Único de Saúde – SUS ESTADO

0046- Transf. Fundo a Fundo de Rec. Do SUS prov. Do Gov. Fed – Bloco Custeio das Ações e Serviços Públicos.

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00

Órgão: 11- Secretaria De Planejamento

Unid: 01- Secretaria De Planejamento

Proj. Ativ.: 2.012- Manutenção E Encargos Com A Sec. De Planejamento

Cód Red: 1976 - Material De Consumo

Fonte: 0000- Recursos Ordinários

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.0000

Órgão: 09- Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social

Unid: 05- Fundo de Assistência Social

Proj. Ativ.: 2.071- Manut. E Enc. Com Fundo da Assistência

Cód Red: 1668- Material de Consumo

Fonte: 0000- Recursos Ordinários

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.0000

CLÁUSULA DÉCIMA – DA CONDIÇÃO ESPECÍFICA

A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga o ÓRGÃO GERENCIADOR, nem o ÓRGÃO PARTICIPANTE, se for o caso, a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, em caso de igualdade de condições, a preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DA PUBLICIDADE

Os preços, os quantitativos, o fornecedor e as especificações resumidos do objeto, como também as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no Diário Oficial do Município, na forma de extrato, em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA REVISÃO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no **art. 65**, da **Lei 8.666/93;**

Parágrafo único – a qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrido no mercado, ou de fato novo que eleve o seu custo, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto aos fornecedores para negociar o novo valor compatível ao mercado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR terá seu registro cancelado nos seguintes casos:

I – Por iniciativa da Administração, quando:

a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório da licitação supracitada e as condições da presente ARP;

b) recusarem-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;

c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;

d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativa ao presente Registro de Preços;

e) não manutenção das condições de habilitação e compatibilidade;

f) não aceitar a redução dos preços registrados, nas hipóteses previstas na legislação;

g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.

II – Por iniciativa do próprio FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual;

Parágrafo único – o cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal, gestor do ÓRGÃO GERENCIADOR.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS PENALIDADES

Em casos de inexecução parcial ou total das condições pactuadas na presente ata, garantida a prévia defesa e o contraditório, ficará o particular sujeito às penalidades constantes no capítulo 16 deste edital, sem excluir outras penalidades de natureza distintas que poderão ser aplicadas cumulativamente.

Parágrafo único – os valores resultantes da aplicação de multas serão cobrados pela via administrativa, devendo ser recolhida no prazo máximo de **10 (dez)** dias corridos, a contar da data de recebimento da comunicação, ou, se não atendido, judicialmente, pelo rito e com os encargos da execução fiscal, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA DOCUMENTAÇÃO

A presente Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:

a) Edital do **Pregão Presencial nº 109/2019** e anexos;

b) Proposta Comercial da FORNECEDORA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da execução dos Serviços será exercida pelos servidores credenciados, nomeado mediante portaria Municipal, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinado pelo FORNECEDOR, o seu exclusivo juízo:

SECRETARIA	SERVIDOR	PORTARIA
03-SEC. ADMINISTRAÇÃO	RYANE CARLA ALVES	
04- SEC. DE FINANÇAS	CRISTINA MOREIRA TAVARES	
06- SEC – SAÚDE	DANIELA COLOMBO	**196/2019**
07- SEC - OBRAS	WALTER RAMOS TELES	
08- SEC - AGRICULTURA	LUCAS LOPES BEZERRA	
09-SEC. AÇÃO SOCIAL	ISMENYA MEIRE DA SILVA ALVES	
11- SEC. PLANEJAMENTO	HUDSON KENNEDY DE SOUSA SILVA	

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA – DO FORO

Para dirimir as questões decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o foro da Comarca de Porto Alegre do Norte-MT, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Nada mais havendo a tratar eu, **Cezar Queiroz da Silva**, Pregoeiro, lavrei a presente Ata de Registro de Preços que lida e achada conforme vai assinada pelo ÓRGÃO GERENCIADOR e pelo particular fornecedor.

_____

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

_____

S3M EMPREENDIMENTOS COM. E SERVIÇOS EIRELI-ME

CNPJ: 14.805.780/0001-51

REPRESENTANTE LEGAL: **Sandro Bueno Martins**

CPF: 730.436.801-20

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 131/2019
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 020/2019.

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO-DL.

PROCESSO Nº 131/2019.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 020/2019.

OBJETO: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTICIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDE-

DOR FAMILIAR RURAL, DESTINADO AO ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO MUNICIPIO DE CONFRESA - MT.

ADJUDICADO/HOMOLOGADO.

VANDERLEI DIAS DAVID.

CPF: 457.830.551-15.

END: Fazenda Eldorado, P. A. Independente I.

MUNICIPIO DE CONFRESA/MT, CEP:78.652-000.

TELEFONE: (66) 98403-0701.

Vencedora do item 04 do certame, no valor global de **R$ 4.074,00** (Quatro Mil e Setenta e Quatro Reais).

OSÓRIO DUARTE LIMA.

CPF: 283.250.101-00.

END: Sítio Sossego, P. A. Canta Galo, Setor Pietrobom.

MUNICIPIO DE CONFRESA/MT, CEP:78.652-000.

TELEFONE: (66) 99238-9084.

Vencedora do item 06 e 07 do certame, no valor global de **R$ 9.057,60** (Nove Mil e Cinquenta e Sete Reais e Sessenta Centavos).

SOCRATES JOSÉ MARTINS.

CPF: 303.664.291-91.

END: Estância Agrogenética, P. A. Independente I.

MUNICIPIO DE CONFRESA/MT, CEP:78.652-000.

TELEFONE: (66) 98406-7560.

Vencedora do item 02, 05, 09, 10, 12 e 14 do certame, no valor global de **R$ 20.028,40** (Vinte Mil e Vinte e Oito Reais e Quarenta Centavos).

FUNDAMENTO: Artigo 24, da Lei 8.666/93 com o artigo 14 da Lei nº 11. 947/09.

RATIFICO nos termos do artigo 26, da Lei Federal nº 8.666/93 a Dispensa de Licitação nº 020/2019, em conformidade com o Termo de Referência, Justificativa e Parecer Jurídico.

Confresa/MT, em 21 de Agosto de 2019.

Ronio Condão Barros Milhomem.

Prefeito Municipal.

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 116/2019

Ao décimo nono dia do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove, o MUNICÍPIO DE CONFRESA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Centro Oeste nº 286, Centro, Confresa - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº 37. 464.716/0001-50, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. Ronio Condão Barros Milhomem, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado à Rua Tancredo Neves nº 50 Setor Pavilhão, nesta cidade, portador da Carteira de Identidade RG n° 0875190-0 SSP-MT e inscrito no CPF sob o n° 535.561.191-53 a seguir denominada simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR, institui a presente Ata de Registro de Preços (ARP), decorrente da licitação **Processo Licitatório nº 147/2019** na modalidade **Pregão Presencial nº 109/2019** da Prefeitura Municipal de Confresa-MT, homologado e, 15/08/2019, cujo objetivo de eventual e futura AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO SENDO EPIs, CONFORME SOLICITAÇÕES DAS SECRETARIAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, conforme o disposto no art. 15 da Lei nº 8.666/93, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 26 e 27/2009, de 29 de Maio de 2009, segundo as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO SENDO EPIs, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES

Integra a presente ARP a PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA, localizada na Av. Centro Oeste nº 286, Centro, em Confresa - MT, na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR;**

Parágrafo único – qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal poderá solicitar a utilização da presente ARP, independentemente da participação ou não na licitação em epígrafe.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

O ÓRGÃO GERENCIADOR, através da Seção de Licitação e Contratos, obriga-se a:

a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, os nomes dos fornecedores, os preços, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;

b) convocar os particulares via fax, telefone ou e-mail, para assinatura da ARP e retirada da nota de empenho;

c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;

d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;

e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços;

f) consultar os fornecedores registrados (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecimento dos serviços a outros órgãos da Administração Pública que externem a intenção de utilizar a presente ARP;

g) comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente ARP;

h) coordenar a qualificação mínima dos respectivos gestores dos órgãos participantes;

i) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação, na presente ARP.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE E NÃO PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE e o ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigam-se a:

a) tomar conhecimento da presente ARP, inclusive às respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;

b) consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias à aquisição pretendida;

c) verificar a conformidade das condições registradas na presente ARP junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR, eventuais desvantagens verificadas;

d) encaminhar ao ÓRGÃO GERENCIADOR a respectiva nota de empenho;

e) enviar, no prazo máximo de **05 (cinco) dias** úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

f) acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no edital da licitação e na presente ARP, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR obriga-se a:

a) assinar a ARP, retirar a respectiva nota de empenho e assinar o contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, no que couber;

b) informar, no prazo máximo de 01 (um) dia, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente ARP;

c) realizar os serviços solicitados nos prazos estabelecidos e conforme autorização de fornecimento, conforme solicitado no edital;

d) Realizar os serviços conforme especificações e preços registrados na presente ARP;

e) Realizar os serviços solicitados no respectivo endereço do órgão participante ou não participante da presente ARP, sem nenhum ônus adicional ao Município de Confresa;

f) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente ARP;

g) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

h) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;

i) ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participante e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;

j) pagar, pontualmente, os fornecedores e cumprir com as obrigações fiscais, relativos aos materiais entregues, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;

l) A entrega dos itens licitados deverá ser no prazo máximo de até 10 (dez) Dias corridos.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de até um ano, a contar da data da sua assinatura, vigorando até o dia **19 de agosto de 2020.**

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços, as quantidades, os fornecedores e as especificações dos serviços registrados nesta Ata encontram-se indicados nos quadros abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

EMPRESA: **CENTERMEDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME**

CNPJ: 05.443.348/0001-77

END: AVENIDA SEGUNDA RADIAL, Nº 363, SETOR PEDRO LUDOVICO, MUNICÍPIO DE GOIÂNIA-GO, CEP: 74.280-090.

TELEFONE: (62) 3241-8277, E-MAIL: centermedica.hospitalar@hotmail.com.

REPRESENTANTE LEGAL: **Maria Betânia Silva Rocha Vidal**

RG: 1.618.362 SSP/GO E CPF: 438.940.891-72

ITEM: 33,35 e 67.

Especificação - Valor Unitário - Quantidade

ITEM	BETHA	TCE	IMAGENS MERAMENTE ILUSTRATIVAS	DESCRIÇÃO DO ITEM	MARCA	QTD	UND	V. UNI	V. TOTAL
33	2329	375547-9		LUVA DESCARTÁVEL PARA PROCEDIMENTO - DE LÁTEX, LUBRIFICADA INTERNAMENTE COM PO, FORMATO ANATÔMICO, AMBIDESTRA, COM BOA ELASTICIDADE, RESISTENTE, PERMITINDO SENSIBILIDADE TATIL, NAO ESTERIL, TAMANHO PEQUENO, COM PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO VALIDADE. OBS: LUVAS PARA PROCEDIMENTOS MÉDICOS "P" C/100.	TALGE	90	CX	R$ 19,40	R$ 1.746,00

35	2328	428179-9		LUVA DESCARTÁVEL PARA PROCEDIMENTO - DE LATEX, LUBRIFICADA INTERNAMENTE COM PÓ, COM PERFEITA ADAPTAÇÃO ANATÔMICO, AMBIDESTRA, NÃO ESTÉRIL, AJUSTE PERFEITO, RESISTENTE A TRAÇÃO, COM BOA SENSIBILIDADE TÁTIL, TEXTURA UNIFORME, EM TAMANHO MÉDIO, CONSTANDO EXTERNAMENTE PROCEDÊNCIA, CONSTANDO EXTERNAMENTE DATA DE FABRICAÇÃO, CONSTANDO EXTERNAMENTE DATA DE VALIDADE OBS: LUVAS PARA PROCEDIMENTO MÉDICOS "M" C/ 100	TALGE	90	CX	R$ 19,50	R$ 1. 755,00
67	533	99718-8		TOUCA DESCARTÁVEL - PCT COM 100 UNIDADES- TOUCA DESCARTÁVEL CONFECCIONADA EM TNT- COM GRAMATURA DE 20,OU 30 GR/M2 EM FORMATO DE CIRCUNFERÊNCIA (DISCO) TAMANHO ÚNICO DE DIMENSÃO SUFICIENTE PARA ABRIGAR TODA A CABEÇA, FECHAMENTO NAS BORDAS COM ELÁSTICO RECOBERTO E PRESO A TOUCA COM COSTURA SIMPLES. PRODUTO DE 1ª QUALIDADE.	TALGE	120	PCT	R$ 6,00	R$ 720,00
								TOTAL GERAL	**R$ 4. 221,00**

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado **30 (trinta)** dias condicionado à entrega do objeto e apresentação da Nota Fiscal/Fatura. Para tanto, o FORNECEDOR deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura à qual deverá ser atestada pelo setor de compras, ou outro servidor formalmente designado;

Parágrafo primeiro – o pagamento só se efetivará depois de confirmada a situação de regularidade fiscal para com a seguridade social (INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e com a Fazenda Federal através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; com a Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa de débitos.

Parágrafo segundo – o pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO

Órgão: 04- Secretaria Municipal de Finanças

Unid: 01- Secretaria de Finanças

Proj. Ativ.: 2.030- **Manutenção e Encargos com a Secretaria de Finanças**

Cód. Red: 102– Material de Consumo

Fonte: 0000- Recursos Ordinários

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00.0000

Órgão: 08- Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

Unid: 01- Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

Proj. Ativ.: 2.050- Manut. E Enc. Com a Sec. de Agricultura e Meio Ambiente

Cód Red: 1594- Material de Consumo

Fonte: 0000- Recursos Ordinários

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.0000

Órgão: 03- Secretaria Municipal de Administração

Unid: 01 - Gestão Administrativa

Proj. Ativ.: 2.007- **Manutenção e Encargos com a Secretaria de Administração**

Cód. Red: 033– Material de Consumo

Fonte: 0000- Recursos Ordinários

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00.0000

Órgão: 07- Secretaria Municipal Viação, Obras e Serviços Públicos

Unid: 02 - Urbanismo

Proj. ativ.: 2.052- Manutenção e encargos com o Setor de Urbanização

Cód Red: 1217- Material de Consumo

Fonte: 0000- Recursos Ordinários

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.0000

Órgão: 07- Secretaria Municipal Viação, Obras e Serviços Públicos

Unid: 03- Extensão da rede Elétrica

Proj. ativ.: 1.120 – Eletrificação Urbana

Cód Red: 1238 - Material de Consumo

Fonte: 0017- Recursos COSIP

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.0017

Órgão: 06- Secretaria Municipal de Saúde

Unid: 04- Atenção Básica

Proj. ativ.: 2.110- **Manutenção E Encargos Com Psf**

CódRed: 757, 758 e 759 – Material de Consumo

Fonte: 0002- Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Saúde

0042- Transf. de Rec. Do Sistema Único de Saúde – SUS ESTADO

0046- Transf. Fundo a Fundo de Rec. Do SUS prov. Do Gov. Fed – Bloco Custeio das Ações e Serviços Públicos.

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00

Órgão: 06- Secretaria Municipal de Saúde

Unid: 04- Atenção Básica

Proj. ativ.: 2.016- **Manutenção E Encargos Com o PACS**

CódRed: 630, 631 e 632 – Material de Consumo

Fonte: 0002- Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Saúde

0042- Transf. de Rec. Do Sistema Único de Saúde – SUS ESTADO

0046- Transf. Fundo a Fundo de Rec. Do SUS prov. Do Gov. Fed – Bloco Custeio das Ações e Serviços Públicos.

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00

Órgão: 06- Secretaria Municipal de Saúde

Unid: 04- Atenção Básica

Proj. ativ.: 2.015- **Manutenção E Encargos Com Saúde Bucal**

CódRed: 603, 604 e 605 – Material de Consumo

Fonte: 0002- Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Saúde

0042- Transf. de Rec. Do Sistema Único de Saúde – SUS ESTADO

0046- Transf. Fundo a Fundo de Rec. Do SUS prov. Do Gov. Fed – Bloco Custeio das Ações e Serviços Públicos.

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00

Órgão: 06- Secretaria Municipal de Saúde

Unid: 03 – Gestão em Saúde

Proj. ativ.: 2.029- **Manutenção E Encargos Com Gestão em Saúde**

CódRed: 485 e 486– Material de Consumo

Fonte: 0000- Recursos Ordinários

0002- Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00.0000

Órgão: 06- Secretaria Municipal de Saúde

Unid: 05- Assistência Farmacêutica

Proj. ativ.: 2.027- **Manutenção E Encargos Com Assistência Farmacêutica**

CódRed: 787, 788 e 789 – Material de Consumo

Fonte: 0002- Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Saúde

0042- Transf. de Rec. Do Sistema Único de Saúde – SUS ESTADO

0046- Transf. Fundo a Fundo de Rec. Do SUS prov. Do Gov. Fed – Bloco Custeio das Ações e Serviços Públicos.

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00.0002

Órgão: 06- Secretaria Municipal de Saúde

Unid: 07- VISA

Proj. ativ.: 2.028 - **Manutenção E Encargos Com Vigilância Sanitária**

CódRed: 1081 e 1082 – Material de Consumo

Fonte: 0002- Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Saúde

0046- Transf. Fundo a Fundo de Rec. Do SUS prov. Do Gov. Fed – Bloco Custeio das Ações e Serviços Públicos.

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00.0002

Órgão: 06- Secretaria Municipal de Saúde

Unid: 07- VISA

Proj. ativ.: 2.026 - **Manutenção E Encargos Com Vigilância Ambiental**

CódRed: 1065 e 1066 – Material de Consumo

Fonte: 0002- Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Saúde

0046- Transf. Fundo a Fundo de Rec. Do SUS prov. Do Gov. Fed – Bloco Custeio das Ações e Serviços Públicos.

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00.0002

Órgão: 06- Secretaria Municipal de Saúde

Unid: 07- VISA

Proj. ativ.: 2.025 - **Manutenção E Encargos Com o Programa DST/AIDS**

CódRed: 1047 e 1048 – Material de Consumo

Fonte: 0002- Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Saúde

0046- Transf. Fundo a Fundo de Rec. Do SUS prov. Do Gov. Fed – Bloco Custeio das Ações e Serviços Públicos.

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00.0002

Órgão: 06- Secretaria Municipal De Saúde

Unid: 06- **Mac - Média E Alta Complexidade**

Proj. Ativ.: 2.019- **Manutenção E Encargos Com O Hospital**

CódRed: 885, 886, 887 e 888 – Material De Consumo

Fonte: 0000- Recursos Ordinários

0002- Receitas De Impostos E De Transferência De Impostos - Saúde

0042- Transf. de Rec. Do Sistema Único de Saúde – SUS ESTADO

0046- Transf. Fundo a Fundo de Rec. Do SUS prov. Do Gov. Fed – Bloco Custeio das Ações e Serviços Públicos.

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00

Órgão: 06- Secretaria Municipal De Saúde

Unid: 06- **Mac - Média E Alta Complexidade**

Proj. Ativ.: 2.020- **Manutenção E Encargos Com Fisioterapia**

CódRed: 911, 912 e 913 – Material De Consumo

Fonte: 0002- Receitas De Impostos E De Transferência De Impostos – Saúde

0042- Transf. de Rec. Do Sistema Único de Saúde – SUS ESTADO

0046- Transf. Fundo a Fundo de Rec. Do SUS prov. Do Gov. Fed – Bloco Custeio das Ações e Serviços Públicos.

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00

Órgão: 06- Secretaria Municipal De Saúde

Unid: 06- **Mac - Média E Alta Complexidade**

Proj. Ativ.: 2.022- **Manutenção E Encargos Com o CAPS**

CódRed: 950, 951, 952 – Material De Consumo

Fonte: 0002- Receitas De Impostos E De Transferência De Impostos – Saúde

0042- Transferência de Rec. Do Sistema Único de Saúde – SUS ESTADO

0046- Transferência Fundo a Fundo de Rec. Do SUS prov. Do Gov. Fed – Bloco Custeio das Ações e Serviços Públicos.

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00

Órgão: 06- Secretaria Municipal De Saúde

Unid: 06- **Mac - Média E Alta Complexidade**

Proj. Ativ.: 2.111- **Manutenção E Encargos Com o Serv. Amb. E Laboratorial**

CódRed: 1010, 1011 e 1012 – Material De Consumo

Fonte: 0002- Receitas De Impostos E De Transferência De Impostos – Saúde

0042- Transf. de Rec. Do Sistema Único de Saúde – SUS ESTADO

0046- Transf. Fundo a Fundo de Rec. Do SUS prov. Do Gov. Fed – Bloco Custeio das Ações e Serviços Públicos.

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00

Órgão: 11- Secretaria De Planejamento

Unid: 01- Secretaria De Planejamento

Proj. Ativ.: 2.012- Manutenção E Encargos Com A Sec. De Planejamento

Cód Red: 1976 - Material De Consumo

Fonte: 0000- Recursos Ordinários

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.0000

Órgão: 09- Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social

Unid: 05- Fundo de Assistência Social

Proj. Ativ.: 2.071- Manut. E Enc. Com Fundo da Assistência

Cód Red: 1668- Material de Consumo

Fonte: 0000- Recursos Ordinários

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.0000

CLÁUSULA DÉCIMA – DA CONDIÇÃO ESPECÍFICA

A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga o ÓRGÃO GERENCIADOR, nem o ÓRGÃO PARTICIPANTE, se for o caso, a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, em caso de igualdade de condições, a preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DA PUBLICIDADE

Os preços, os quantitativos, o fornecedor e as especificações resumidos do objeto, como também as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no Diário Oficial do Município, na forma de extrato, em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA REVISÃO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no **art. 65**, da **Lei 8.666/93;**

Parágrafo único – a qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrido no mercado, ou de fato novo que eleve o seu custo, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto aos fornecedores para negociar o novo valor compatível ao mercado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR terá seu registro cancelado nos seguintes casos:

I – Por iniciativa da Administração, quando:

a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório da licitação supracitada e as condições da presente ARP;

b) recusarem-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;

c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;

d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativa ao presente Registro de Preços;

e) não manutenção das condições de habilitação e compatibilidade;

f) não aceitar a redução dos preços registrados, nas hipóteses previstas na legislação;

g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.

II – Por iniciativa do próprio FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual;

Parágrafo único – o cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal, gestor do ÓRGÃO GERENCIADOR.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS PENALIDADES

Em casos de inexecução parcial ou total das condições pactuadas na presente ata, garantida a prévia defesa e o contraditório, ficará o particular sujeito às penalidades constantes no capítulo 16 deste edital, sem excluir outras penalidades de natureza distintas que poderão ser aplicadas cumulativamente.

Parágrafo único – os valores resultantes da aplicação de multas serão cobrados pela via administrativa, devendo ser recolhida no prazo máximo de **10 (dez)** dias corridos, a contar da data de recebimento da comunicação, ou, se não atendido, judicialmente, pelo rito e com os encargos da execução fiscal, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA DOCUMENTAÇÃO

A presente Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:

a) Edital do **Pregão Presencial nº 109/2019** e anexos;

b) Proposta Comercial da FORNECEDORA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da execução dos Serviços será exercida pelos servidores credenciados, nomeado mediante portaria Municipal, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinado pelo FORNECEDOR, o seu exclusivo juízo:

SECRETARIA	SERVIDOR	PORTARIA
03-SEC. ADMINISTRAÇÃO	RYANE CARLA ALVES	
04- SEC. DE FINANÇAS	CRISTINA MOREIRA TAVARES	

06- SEC – SAÚDE	DANIELA COLOMBO	**196/2019**
07- SEC - OBRAS	WALTER RAMOS TELES	
08- SEC - AGRICULTURA	LUCAS LOPES BEZERRA	
09-SEC. AÇÃO SOCIAL	ISMENYA MEIRE DA SILVA ALVES	
11- SEC. PLANEJAMENTO	HUDSON KENNEDY DE SOUSA SILVA	

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA – DO FORO

Para dirimir as questões decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o foro da Comarca de Porto Alegre do Norte-MT, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Nada mais havendo a tratar eu, **Cezar Queiroz da Silva**, Pregoeiro, lavrei a presente Ata de Registro de Preços que lida e achada conforme vai assinada pelo ÓRGÃO GERENCIADOR e pelo particular fornecedor.

_____

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

_____

CENTERMEDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME

CNPJ: 05.443.348/0001-77

REPRESENTANTE LEGAL: **Maria Betânia Silva Rocha Vidal**

CPF: 438.940.891-72

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 119/2019

Ao décimo nono dia do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove, o MUNICÍPIO DE CONFRESA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Centro Oeste nº 286, Centro, Confresa - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº 37. 464.716/0001-50, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. Ronio Condão Barros Milhomem, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado à Rua Tancredo Neves nº 50 Setor Pavilhão, nesta cidade, portador da Carteira de Identidade RG n° 0875190-0 SSP-MT e inscrito no CPF sob o n° 535.561.191-53 a seguir denominada simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR, institui a presente Ata de Registro de Preços (ARP), decorrente da licitação **Processo Licitatório nº 147/2019** na modalidade **Pregão Presencial nº 109/2019** da Prefeitura Municipal de Confresa-MT, homologado e, 15/08/2019, cujo objetivo de eventual e futura AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO SENDO EPIs, CONFORME SOLICITAÇÕES DAS SECRETARIAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, conforme o disposto no art. 15 da Lei nº 8.666/93, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 26 e 27/2009, de 29 de Maio de 2009, segundo as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO SENDO EPIs, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES

Integra a presente ARP a PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA, localizada na Av. Centro Oeste nº 286, Centro, em Confresa - MT, na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR;**

Parágrafo único – qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal poderá solicitar a utilização da presente ARP, independentemente da participação ou não na licitação em epígrafe.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

O ÓRGÃO GERENCIADOR, através da Seção de Licitação e Contratos, obriga-se a:

a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, os nomes dos fornecedores, os preços, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;

b) convocar os particulares via fax, telefone ou e-mail, para assinatura da ARP e retirada da nota de empenho;

c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;

d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;

e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços;

f) consultar os fornecedores registrados (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecimento dos serviços a outros órgãos da Administração Pública que externem a intenção de utilizar a presente ARP;

g) comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente ARP;

h) coordenar a qualificação mínima dos respectivos gestores dos órgãos participantes;

i) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação, na presente ARP.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE E NÃO PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE e o ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigam-se a:

a) tomar conhecimento da presente ARP, inclusive às respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;

b) consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias à aquisição pretendida;

c) verificar a conformidade das condições registradas na presente ARP junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR, eventuais desvantagens verificadas;

d) encaminhar ao ÓRGÃO GERENCIADOR a respectiva nota de empenho;

e) enviar, no prazo máximo de **05 (cinco) dias** úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

f) acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no edital da licitação e na presente ARP, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR obriga-se a:

a) assinar a ARP, retirar a respectiva nota de empenho e assinar o contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, no que couber;

b) informar, no prazo máximo de 01 (um) dia, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente ARP;

c) realizar os serviços solicitados nos prazos estabelecidos e conforme autorização de fornecimento, conforme solicitado no edital;

d) Realizar os serviços conforme especificações e preços registrados na presente ARP;

e) Realizar os serviços solicitados no respectivo endereço do órgão participante ou não participante da presente ARP, sem nenhum ônus adicional ao Município de Confresa;

f) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente ARP;

g) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

h) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;

i) ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participante e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;

j) pagar, pontualmente, os fornecedores e cumprir com as obrigações fiscais, relativos aos materiais entregues, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;

l) A entrega dos itens licitados deverá ser no prazo máximo de até 10-(dez) Dias corridos.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de até um ano, a contar da data da sua assinatura, vigorando até o dia **19 de agosto de 2020.**

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços, as quantidades, os fornecedores e as especificações dos serviços registrados nesta Ata encontram-se indicados nos quadros abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

EMPRESA: **SOMA COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - EPP**

CNPJ: 26.877.656/0001-80

END: AVENIDA ALZIRA SANTANA (RES. S. GONÇALO), S/N° QUADRA 17, LOTE 02, BAIRRO SÃO GONÇALO, MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE-MT, CEP: 78.130-634.

TELEFONE: (65) 3686-1330/9243-4525, E-MAIL: hedilsonrafael@hotmail.com.

REPRESENTANTE LEGAL: **Edilson Rafael da Silva**

RG: 1357024-2 SESP-MT e CPF: 005.422.341-57

ITEM: 02, 03, 08, 19, 20, 21, 22, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 36, 45, 53, 54, 64 e 65.

Especificação - Valor Unitário - Quantidade

ITEM	BETHA	TCE	IMAGENS MERAMENTE ILUSTRATIVAS	DESCRIÇÃO DO ITEM	MARCA	QTD	UND	V. UNI	V. TOTAL
2	33121491	153664-8		ALICATE PARA ELETRICISTA E DESENCAPADOR DE FIOS VISE-GRIP DE 8 POL.	BELZER	20	UND	R$ 96,00	R$ 1.920,00
3	33121490	145551-6		ALICATE UNIVERSAL 8 POL. COM CABO EMBORRACHADO	FOXLUX	20	UND	R$ 16,24	R$ 324,80
8	33121471	68051-6		BLUSÃO M. LONGA P/ OPERADOR DE MOTOSSERRA, 100%POLIÉSTER, C. A	PROTSPRAY	20	UND	R$ 204,00	R$ 4.080,00

19	33120311	417220-5		CHAVE ISOLADA CHAVE DE FENDA ISOLADA COM CABO BIMATERIAL, PARA TRABALHOS EM BAIXA TENSÃO DE ATE 1.000 V EM CORRENTE ALTERNADA E 1.500 V EM CORRENTE CONTINUA, HASTE PRODUZIDA EM AÇO	BELZER	2	UND	R$ 15,84	R$ 31,68
20	33121494	259487-0		CHAVE L HEXAGONAL ISOLADA DE 12 MM CR-V	BELZER	20	UND	R$ 18,72	R$ 374,40
21	33121476	4804		CINTO DE PROTECAO - TIPO PARAQUEDISTA PARA ELETRICISTA, CONFECCIONADO EM CADARÇO DE POLIÉSTER BICOLOR 45 MILIMETROS, COM 4 PONTOS DE ANCORAGEM.	PLASTCOR	20	UND	R$ 84,80	R$ 1.696,00
22	33121437	175967-1		CINTURAO ABDOMINAL C/ TALABERTE DE POSICIONAMENTO		20	UND	R$ 38,40	R$ 768,00
27	33121481	422316-0		LENTE AUTO ESCURECIMENTO N.10, EM VIDRO P/ MASCARA DE SOLDA	LEDAN	16	UND	R$ 1,76	R$ 28,16
28	33121434	149744-8		LUVA ANTI CORTE LUVA EM MALHA TRICOTADA COM 4 FIOS DE AÇO INOXIDÁVEL E POLIAMIDA.RESISTENTE A CORTES MODERADOS/PESADOS UTILIZADA NA PROTEÇÃO DE CORTES ESPORÁDICOS OU ACIDENTAIS POR LÂMINAS LISAS, VIDROS, ETC.	PLASTCOR	2	UND	R$ 40,00	R$ 80,00
29	119130	12330		LUVA DE BORRACHA MATERIAL LATEX NATURAL, TAM. MEDIO, COR AMARELA, AVELUDADA INTERNAMENTE E ANTIDERRAPANTE USO DOMESTICO. CANO CURTO	FOXLUX	330	PAR	R$ 2,95	R$ 973,50
30	119129	316359-8		LUVA DE BORRACHA MATERIAL LATEX NATURAL COM C.A-(CERTIFICADO DE AVALIAÇÃO DO MINISTERIO DO TRABALHO) TAMANHO GRANDE, COR AMARELA, AVELUDADA INTERNAMENTE E ANTIDERRAPANTE USO DOMESTICO.	FOXLUX	54	PAR	R$ 2,95	R$ 159,30
31	119131	360106-4		LUVA DE BORRACHA MATERIAL LATEX NATURAL COM C.A-(CERTIFICADO DE AVALIAÇÃO DO MINISTERIO DO TRABALHO) TAMANHO PEQUENO, COR AMARELA, AVELUDADA INTERNAMENTE E ANTIDERRAPANTE USO DOMESTICO.	FOXLUX	30	PAR	R$ 2,95	R$ 88,50
32	33121474	174775-4		LUVA DE SEG. TRICOTADA 100% EM NYLON NA COR CINZA, C. A 14997	TALGE	30	UND	R$ 3,20	R$ 96,00
36	33120303	361292-9		LUVA IMPERMEAVEL LUVA CONFECCIONADA EM FIO DE ALGODÃO REVESTIDO DE PVC PUNHO LONGO COM 35 CMS DE CUMPRIMENTO TOTAL NA COR VERDE ACABAMENTO CORRUGADO ANIT ADERENTE NA PALMA E DEDOS E DORSO PARA O MANUSEIO SEGURDO DE OBJETOS MOLHADOS TAMANHOS P, M, G COM CERTIFICAÇÃO E APROVAÇÃO DO MTRABALHO (CA)	YELING	115	PAR	R$ 10,50	R$ 1.207,50
45	33121480	149728-6		MASCARA DE SOLDA CELERON, PADRAO, C/CARCACA, C/VISOR ARTICUL PADRAO, C/CARCACA, C/VISOR ARTICULADO COM CARNEIRACOM CATRACA PARA SER UTILIZADAS C/LENTES RET.51MM, X 180MM (LENTE ESCURECIMENTO N.10)	PLASTCOR	16	UND	R$ 27,20	R$ 435,20
53	873	8831		PROTETOR AURICULAR - PROTETOR AURICULAR DE SEGURANCA, COM CAPACIDADE DE 14 DECIBEIS, TIPO PLUG, DE SILICONE, COM 3 FALANGES, DESCARTAVEL. EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO, DATA DE FABRICACAO, PRAZO DE VALIDADE E MARCA DO FABRICANTE.	DYSTRAY	62	PAR	R$ 0,96	R$ 59,52
54	33120295	272222-4		PROTETOR AURICULAR CONCHA CONSTITUIDO POR CONCHAS EM PLASTICO REVESTIMENTO COM ALMOFADA DE ESPUMA FIXADO INTERNMAMENTE DOBRAVEL COM AJUSTE NAS CONCHAS E HASTES DE PLASTICO RIGIDO QUE MANTEM AS CONCHAS FIRMES E CELADAS CONTRA AS ORELHAS DO USUARIOS. ATENUAÇÃO DE 23 DB. COM CERTIFICAÇÃO DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO MTRABALHO(CA)	PLASTCOR	30	UND	R$ 16,00	R$ 480,00
64	33121460	275923-3		TALABARTE - EM CABO DE ACO- SISTEMA DISSIPADOR DE ENERGIA, COM DOIS MOSQUETOES EM ACO ESTAMPADO, DUPLA TRAVA.	PLASTCOR	20	UND	R$ 166,40	R$ 3.328,00
65	33121461	379550-0		TALABARTE - CARGA DE RUPTURA 22KN, COM FORMATO EM ¨Y¨, CONFECCIONADO EM MATERIAL 100% POLISTER, SEM DISSIPADOR DE ENERGIA	PLASTCOR	20	UND	R$ 158,00	R$ 3.160,00
								TOTAL GERAL	**R$ 19.290,56**

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado **30 (trinta)** dias condicionado à entrega do objeto e apresentação da Nota Fiscal/Fatura. Para tanto, o FORNECEDOR deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura à qual deverá ser atestada pelo setor de compras, ou outro servidor formalmente designado;

Parágrafo primeiro – o pagamento só se efetivará depois de confirmada a situação de regularidade fiscal para com a seguridade social (INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e com a Fazenda Federal através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; com a Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa de débitos.

Parágrafo segundo – o pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO

Órgão: 04- Secretaria Municipal de Finanças

Unid: 01- Secretaria de Finanças

Proj. Ativ.: 2.030- **Manutenção e Encargos com a Secretaria de Finanças**

Cód. Red: 102– Material de Consumo

Fonte: 0000- Recursos Ordinários

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00.0000

Órgão: 08- Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

Unid: 01- Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

Proj. Ativ.: 2.050- Manut. E Enc. Com a Sec. de Agricultura e Meio Ambiente

Cód Red: 1594- Material de Consumo

Fonte: 0000- Recursos Ordinários

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.0000

Órgão: 03- Secretaria Municipal de Administração

Unid: 01 - Gestão Administrativa

Proj. Ativ.: 2.007- **Manutenção e Encargos com a Secretaria de Administração**

Cód. Red: 033– Material de Consumo

Fonte: 0000- Recursos Ordinários

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00.0000

Órgão: 07- Secretaria Municipal Viação, Obras e Serviços Públicos

Unid: 02 - Urbanismo

Proj. ativ.: 2.052- Manutenção e encargos com o Setor de Urbanização

Cód Red: 1217- Material de Consumo

Fonte: 0000- Recursos Ordinários

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.0000

Órgão: 07- Secretaria Municipal Viação, Obras e Serviços Públicos

Unid: 03- Extensão da rede Elétrica

Proj. ativ.: 1.120 – Eletrificação Urbana

Cód Red: 1238 - Material de Consumo

Fonte: 0017- Recursos COSIP

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.0017

Órgão: 06- Secretaria Municipal de Saúde

Unid: 04- Atenção Básica

Proj. ativ.: 2.110- **Manutenção E Encargos Com Psf**

CódRed: 757, 758 e 759 – Material de Consumo

Fonte: 0002- Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Saúde

0042- Transf. de Rec. Do Sistema Único de Saúde – SUS ESTADO

0046- Transf. Fundo a Fundo de Rec. Do SUS prov. Do Gov. Fed – Bloco Custeio das Ações e Serviços Públicos.

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00

Órgão: 06- Secretaria Municipal de Saúde

Unid: 04- Atenção Básica

Proj. ativ.: 2.016- **Manutenção E Encargos Com o PACS**

CódRed: 630, 631 e 632 – Material de Consumo

Fonte: 0002- Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Saúde

0042- Transf. de Rec. Do Sistema Único de Saúde – SUS ESTADO

0046- Transf. Fundo a Fundo de Rec. Do SUS prov. Do Gov. Fed – Bloco Custeio das Ações e Serviços Públicos.

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00

Órgão: 06- Secretaria Municipal de Saúde

Unid: 04- Atenção Básica

Proj. ativ.: 2.015- **Manutenção E Encargos Com Saúde Bucal**

CódRed: 603, 604 e 605 – Material de Consumo

Fonte: 0002- Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Saúde

0042- Transf. de Rec. Do Sistema Único de Saúde – SUS ESTADO

0046- Transf. Fundo a Fundo de Rec. Do SUS prov. Do Gov. Fed – Bloco Custeio das Ações e Serviços Públicos.

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00

Órgão: 06- Secretaria Municipal de Saúde

Unid: 03 – Gestão em Saúde

Proj. ativ.: 2.029- **Manutenção E Encargos Com Gestão em Saúde**

CódRed: 485 e 486– Material de Consumo

Fonte: 0000- Recursos Ordinários

0002- Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00.0000

Órgão: 06- Secretaria Municipal de Saúde

Unid: 05- Assistência Farmacêutica

Proj. ativ.: 2.027- **Manutenção E Encargos Com Assistência Farmacêutica**

CódRed: 787, 788 e 789 – Material de Consumo

Fonte: 0002- Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Saúde

0042- Transf. de Rec. Do Sistema Único de Saúde – SUS ESTADO

0046- Transf. Fundo a Fundo de Rec. Do SUS prov. Do Gov. Fed – Bloco Custeio das Ações e Serviços Públicos.

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00.0002

Órgão: 06- Secretaria Municipal de Saúde

Unid: 07- VISA

Proj. ativ.: 2.028 - **Manutenção E Encargos Com Vigilância Sanitária**

CódRed: 1081 e 1082 – Material de Consumo

Fonte: 0002- Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Saúde

0046- Transf. Fundo a Fundo de Rec. Do SUS prov. Do Gov. Fed – Bloco Custeio das Ações e Serviços Públicos.

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00.0002

Órgão: 06- Secretaria Municipal de Saúde

Unid: 07- VISA

Proj. ativ.: 2.026 - **Manutenção E Encargos Com Vigilância Ambiental**

CódRed: 1065 e 1066 – Material de Consumo

Fonte: 0002- Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Saúde

0046- Transf. Fundo a Fundo de Rec. Do SUS prov. Do Gov. Fed – Bloco Custeio das Ações e Serviços Públicos.

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00.0002

Órgão: 06- Secretaria Municipal de Saúde

Unid: 07- VISA

Proj. ativ.: 2.025 - **Manutenção E Encargos Com o Programa DST/AIDS**

CódRed: 1047 e 1048 – Material de Consumo

Fonte: 0002- Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Saúde

0046- Transf. Fundo a Fundo de Rec. Do SUS prov. Do Gov. Fed – Bloco Custeio das Ações e Serviços Públicos.

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00.0002

Órgão: 06- Secretaria Municipal De Saúde

Unid: 06- **Mac - Média E Alta Complexidade**

Proj. Ativ.: 2.019- **Manutenção E Encargos Com O Hospital**

CódRed: 885, 886, 887 e 888 – Material De Consumo

Fonte: 0000- Recursos Ordinários

0002- Receitas De Impostos E De Transferência De Impostos - Saúde

0042- Transf. de Rec. Do Sistema Único de Saúde – SUS ESTADO

0046- Transf. Fundo a Fundo de Rec. Do SUS prov. Do Gov. Fed – Bloco Custeio das Ações e Serviços Públicos.

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00

Órgão: 06- Secretaria Municipal De Saúde

Unid: 06- **Mac - Média E Alta Complexidade**

Proj. Ativ.: 2.020- **Manutenção E Encargos Com Fisioterapia**

CódRed: 911, 912 e 913 – Material De Consumo

Fonte: 0002- Receitas De Impostos E De Transferência De Impostos – Saúde

0042- Transf. de Rec. Do Sistema Único de Saúde – SUS ESTADO

0046- Transf. Fundo a Fundo de Rec. Do SUS prov. Do Gov. Fed – Bloco Custeio das Ações e Serviços Públicos.

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00

Órgão: 06- Secretaria Municipal De Saúde

Unid: 06- **Mac - Média E Alta Complexidade**

Proj. Ativ.: 2.022- **Manutenção E Encargos Com o CAPS**

CódRed: 950, 951, 952 – Material De Consumo

Fonte: 0002- Receitas De Impostos E De Transferência De Impostos – Saúde

0042- Transferência de Rec. Do Sistema Único de Saúde – SUS ESTADO

0046- Transferência Fundo a Fundo de Rec. Do SUS prov. Do Gov. Fed – Bloco Custeio das Ações e Serviços Públicos.

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00

Órgão: 06- Secretaria Municipal De Saúde

Unid: 06- **Mac - Média E Alta Complexidade**

Proj. Ativ.: 2.111- **Manutenção E Encargos Com o Serv. Amb. E Laboratorial**

CódRed: 1010, 1011 e 1012 – Material De Consumo

Fonte: 0002- Receitas De Impostos E De Transferência De Impostos – Saúde

0042- Transf. de Rec. Do Sistema Único de Saúde – SUS ESTADO

0046- Transf. Fundo a Fundo de Rec. Do SUS prov. Do Gov. Fed – Bloco Custeio das Ações e Serviços Públicos.

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00

Órgão: 11- Secretaria De Planejamento

Unid: 01- Secretaria De Planejamento

Proj. Ativ.: 2.012- Manutenção E Encargos Com A Sec. De Planejamento

Cód Red: 1976 - Material De Consumo

Fonte: 0000- Recursos Ordinários

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.0000

Órgão: 09- Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social

Unid: 05- Fundo de Assistência Social

Proj. Ativ.: 2.071- Manut. E Enc. Com Fundo da Assistência

Cód Red: 1668- Material de Consumo

Fonte: 0000- Recursos Ordinários

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.0000

CLÁUSULA DÉCIMA – DA CONDIÇÃO ESPECÍFICA

A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga o ÓRGÃO GERENCIADOR, nem o ÓRGÃO PARTICIPANTE, se for o caso, a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, em caso de igualdade de condições, a preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DA PUBLICIDADE

Os preços, os quantitativos, o fornecedor e as especificações resumidos do objeto, como também as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no Diário Oficial do Município, na forma de extrato, em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA REVISÃO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no **art. 65**, da **Lei 8.666/93;**

Parágrafo único – a qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrido no mercado, ou de fato novo que eleve o seu custo, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto aos fornecedores para negociar o novo valor compatível ao mercado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR terá seu registro cancelado nos seguintes casos:

I – Por iniciativa da Administração, quando:

a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório da licitação supracitada e as condições da presente ARP;

b) recusarem-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;

c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;

d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativa ao presente Registro de Preços;

e) não manutenção das condições de habilitação e compatibilidade;

f) não aceitar a redução dos preços registrados, nas hipóteses previstas na legislação;

g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.

II – Por iniciativa do próprio FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual;

Parágrafo único – o cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal, gestor do ÓRGÃO GERENCIADOR.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS PENALIDADES

Em casos de inexecução parcial ou total das condições pactuadas na presente ata, garantida a prévia defesa e o contraditório, ficará o particular sujeito às penalidades constantes no capítulo 16 deste edital, sem excluir outras penalidades de natureza distintas que poderão ser aplicadas cumulativamente.

Parágrafo único – os valores resultantes da aplicação de multas serão cobrados pela via administrativa, devendo ser recolhida no prazo máximo de **10 (dez)** dias corridos, a contar da data de recebimento da comunicação, ou, se não atendido, judicialmente, pelo rito e com os encargos da execução fiscal, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA DOCUMENTAÇÃO

A presente Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:

a) Edital do **Pregão Presencial nº 109/2019** e anexos;

b) Proposta Comercial da FORNECEDORA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da execução dos Serviços será exercida pelos servidores credenciados, nomeado mediante portaria Municipal, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinado pelo FORNECEDOR, o seu exclusivo juízo:

SECRETARIA	SERVIDOR	PORTARIA
03-SEC. ADMINISTRAÇÃO	RYANE CARLA ALVES	
04- SEC. DE FINANÇAS	CRISTINA MOREIRA TAVARES	
06- SEC – SAÚDE	DANIELA COLOMBO	**196/2019**
07- SEC - OBRAS	WALTER RAMOS TELES	
08- SEC - AGRICULTURA	LUCAS LOPES BEZERRA	
09-SEC. AÇÃO SOCIAL	ISMENYA MEIRE DA SILVA ALVES	
11- SEC. PLANEJAMENTO	HUDSON KENNEDY DE SOUSA SILVA	

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA – DO FORO

Para dirimir as questões decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o foro da Comarca de Porto Alegre do Norte-MT, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Nada mais havendo a tratar eu, **Cezar Queiroz da Silva**, Pregoeiro, lavrei a presente Ata de Registro de Preços que lida e achada conforme vai assinada pelo ÓRGÃO GERENCIADOR e pelo particular fornecedor.

_____

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

_____

SOMA COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - EPP

CNPJ: 26.877.656/0001-80

REPRESENTANTE LEGAL: **Edilson Rafael da Silva**

CPF: 005.422.341-57

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 161/2019 PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 116/2019.

AVISO DE LICITAÇÃO.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 161/2019.

PREGÃO PRESENCIAL – SRP Nº 116/2019.

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM.

PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA E REGIONALIZADO PARA ME E EPP.

DECRETO MUNICIPAL Nº 101/2017.

A Prefeitura de Confresa, Estado de Mato Grosso, através do Pregoeiro, torna público que fará realizar no dia **05 de Setembro de 2019, às 14h00-min** (horário local), na sala da Comissão Permanente de Licitações, situada na Av. Centro Oeste, nº 286, Centro na cidade de Confresa-MT, a Reunião para realização do **PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 116/2019, do tipo Menor Preço por Item** de acordo com as Leis em vigência. O Edital e seus anexos estarão disponíveis na sala do Departamento de Licitações e Contratos no endereço citado acima e no site Confresa.org no link do **Portal da Transparência,** de segunda à sexta-feira, tel. Contato (66) 3564-1818, ou pelo e-mail licitaconfresa@hotmail.com.

OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICIPIO DE CONFRESA – MT.**

Confresa-MT, em 21 de Agosto de 2019.

JEAN FLÁVIO DOS SANTOS MILHOMEM.

Pregoeiro.

Portaria nº 135/2019.

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
AVISO DE ADESÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO PROCESSO LICITATÓRIO Nº164/2019.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº164/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº118/2019

ADESÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº-011/2019, DECORRENTE DO PREGÃO PRESENCIAL – Nº **011/2019** DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO - MT, CUJA A DETENTORA DA ATA É A **RSMARQ COMERCIO E LOCAÇÕES DE MAQUINAS EIRELICNPJ: 32.758.928/0001-26**

A Prefeitura de Confresa/MT, declara que aderiu a Adesão Ata de Registro de Preços **Nº011/2019,** decorrente do **Pregão Presencial – nº011/2019** da **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO – MT**, cuja a Detentora da Ata é a empresa**RSMARQ COMERCIO E LOCAÇÕES DE MAQUINAS EIRELICNPJ: 32.758.928/0001-26**, a referida adesão **tem o objetivo de : AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE SENDO MOTONIVELADORA NOVA,ZERO HORAS, COM MOTOR DIESEL 06 CILINDROS COM POTENCIA MINIMA DE 170 HP , EM TODAS AS MARCHAS, FABRICAÇÃO NACIONAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS. DO MUNICIPIO DE CONFRESA,** conforme quantidade abaixo relacionada, com um valor Global Estimado de **R$ 616. 800,00 (Seiscentos Dezesseis Mil e Oitocentos Reais).**

Descrição do item	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
MOTONIVELADORA, MOTOR A DIESEL, COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 170HP, COM ESCARIFICADOR TRASEIRO E RIPPER, LÂMINA CENTRAL, COM CABINE ROPS/FOPS FECHADA COM AR CONDICIONADO, COM AS ESPECIFICAÇÕES A SEGUIR, MOTOR DE 6 CILINDROS (COM CERTIFICAÇÃO TIER III), COM POTENCIA MINIMA DE 170 HP EM TODAS AS MARCHAS, SISTEMA HIDRÁULICO SENSÍVEL A CARGA, TRANSMISSÃO COM NO MÍNIMO 06 VELOCIDADES AVANTE E 3 A RÉ, SISTEMA ELÉTRICO COM DUAS BATERIAS 12 VOLTS E TENSÃO DE 24 VOLTS, FARÓIS FRONTAL E SETAS DE DIREÇÃO, LUZES DE FREIOS E SETAS DE DIREÇÃO TRASEIRA, FAROL DE SERVIÇO TRASEIRO E FRONTAL NO TOPO DA CABINE, E FARÓIS DE TRABALHO POSTERIORES A LÂMINA FRONTAL, FREIOS DE SERVIÇO MULTIDISCO EM BANHO DE ÓLEO, PNEUS 17.5X25- 12 LONAS, TANQUE DE COMBUSTÍVEL DE NO MÍNIMO 300 LITROS, CONJUNTO RIPPER E ESCARIFICADOR TRASEIROS, LÂMINA CENTRAL COM DIMENSÕES DE 4.267 MMX671MMX22MM, CABINE FECHEDA ROPS/FOPS COM AR CONDICIONADO, GARANTIA MÍNIMA DE 12(DOZE) MESES SEM LIMITES DE HORAS TRABALHADAS, E TODOS OS ACESSÓRIOS DE FABRICA INCLUSO, MOTONIVELADORA DE FABRICAÇÃO NACIONAL.	**01**	**R$ 616. 800,00**	**R$ 616. 800,00**
TOTAL		**R$ 616. 800,00**	**R$ 616. 800,00**

R$616.800,00 (Seiscentos Dezesseis Mil e Oitocentos Reais).

Empresa Detentora da Ata de Registro de Preços:

RSMARQ COMERCIO E LOCAÇÕES DE MAQUINAS EIRELI
CNPJ: 32.758.928/0001-26
CIDADE: INHUMAS - GO
END: AV. PRESIDENTE KENNEDY BAIRRO: CENTRAL CEP: 75.400-000
FONE: 62-98557-4424
REPESENTANTE LEGAL: RENATO BORGES SEBA

Confresa/MT, 21 de AGOSTO de 2019

CEZAR QUEIROZ DA SILVA

PREGOEIRO

PORTARIA Nº084/2019

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
PORTARIA 199/2019 ADM DE 13 DE AGOSTO DE 2019.

DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL PARA FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO FIRMADO POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: o disposto na Instrução Normativa do Sistema de Licitações, Compras e Contratos, a qual dispõe sobre os procedimentos e normas para a celebração e acompanhamento da execução de contratos, aditivos e instrumentos congêneres no Poder Executivo Municipal, e no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

CONSIDERANDO:a necessidade de padronizar, otimizar a fiscalização e o acompanhamento da execução do contrato de prestação de serviços e fornecedores da Prefeitura Municipal de Confresa.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor público municipal qualificado, **Sr. Walter Ramos Teles CPF:041.810.571-51,** como FISCAL DE CONTRATO.

Art. 2º - O servidor designado fica responsável pelo contrato respectivo a vossa secretaria, departamento e/ou unidade gestora.

CONTRATO	**98/2019**	**CNPJ**	**VALOR TOTAL**
CONTRATADA	MINASFALTO INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA EPP.	24.374.667/0001-12	R$ 61. 593,60
OBJETO	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO SENDO MASSA ASFALTICA -CBUQ- EMBALADO EM SACOS DE 25 QUILOS PARA ATENDER A SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS, PARA USO DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VIAS PUBLICAS URBANA, NO MUNICÍPIO DE CONFRESA – MT.		
VIGÊNCIA	12 MESES, 13/08/2019 A 13/08/2020		

Art. 3º - O Departamento de Compras e CPL - Comissão Permanente de Licitações disponibilizará ao Fiscal designado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 4º - Os documentos mencionados no art. 2º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta compartilhada na rede denominada “Pública” e em pastas e subpastas específicas com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 5º - Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 6º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 13 de agosto de 2019.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 120/2019

Ao décimo nono dia do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove, o MUNICÍPIO DE CONFRESA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Centro Oeste nº 286, Centro, Confresa - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº 37. 464.716/0001-50, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. Ronio Condão Barros Milhomem, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado à Rua Tancredo Neves nº 50 Setor Pavilhão, nesta cidade, portador da Carteira de Identidade RG n° 0875190-0 SSP-MT e inscrito no CPF sob o n° 535.561.191-53 a seguir denominada simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR, institui a presente Ata de Registro de Preços (ARP), decorrente da licitação **Processo Licitatório nº 147/2019** na modalidade **Pregão Presencial nº 109/2019** da Prefeitura Municipal de Confresa-MT, homologado e, 15/08/2019, cujo objetivo de eventual e futura AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO SENDO EPIs, CONFORME SOLICITAÇÕES DAS SECRETARIAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, conforme o disposto no art. 15 da Lei nº 8.666/93, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 26 e 27/2009, de 29 de Maio de 2009, segundo as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO SENDO EPIs, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES

Integra a presente ARP a PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA, localizada na Av. Centro Oeste nº 286, Centro, em Confresa - MT, na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR;**

Parágrafo único – qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal poderá solicitar a utilização da presente ARP, independentemente da participação ou não na licitação em epígrafe.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

O ÓRGÃO GERENCIADOR, através da Seção de Licitação e Contratos, obriga-se a:

a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, os nomes dos fornecedores, os preços, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;

b) convocar os particulares via fax, telefone ou e-mail, para assinatura da ARP e retirada da nota de empenho;

c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;

d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;

e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços;

f) consultar os fornecedores registrados (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecimento dos serviços a outros órgãos da Administração Pública que externem a intenção de utilizar a presente ARP;

g) comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente ARP;

h) coordenar a qualificação mínima dos respectivos gestores dos órgãos participantes;

i) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação, na presente ARP.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE E NÃO PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE e o ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigam-se a:

a) tomar conhecimento da presente ARP, inclusive às respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;

b) consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias à aquisição pretendida;

c) verificar a conformidade das condições registradas na presente ARP junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR, eventuais desvantagens verificadas;

d) encaminhar ao ÓRGÃO GERENCIADOR a respectiva nota de empenho;

e) enviar, no prazo máximo de **05 (cinco) dias** úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

f) acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no edital da licitação e na presente ARP, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR obriga-se a:

a) assinar a ARP, retirar a respectiva nota de empenho e assinar o contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, no que couber;

b) informar, no prazo máximo de 01 (um) dia, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente ARP;

c) realizar os serviços solicitados nos prazos estabelecidos e conforme autorização de fornecimento, conforme solicitado no edital;

d) Realizar os serviços conforme especificações e preços registrados na presente ARP;

e) Realizar os serviços solicitados no respectivo endereço do órgão participante ou não participante da presente ARP, sem nenhum ônus adicional ao Município de Confresa;

f) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente ARP;

g) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

h) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;

i) ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participante e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;

j) pagar, pontualmente, os fornecedores e cumprir com as obrigações fiscais, relativos aos materiais entregues, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;

l) A entrega dos itens licitados deverá ser no prazo máximo de até 10-(dez) Dias corridos.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de até um ano, a contar da data da sua assinatura, vigorando até o dia **19 de agosto de 2020.**

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços, as quantidades, os fornecedores e as especificações dos serviços registrados nesta Ata encontram-se indicados nos quadros abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

EMPRESA: **MUDAR COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO FERRAMENTAS e EPI'S LTDA - EPP**

CNPJ: 14.888.303/0001-05

END: AV. BEIRA RIO, Nº 1.700, BAIRRO PRAEIRO - CUIABA-MT, CEP 78.070-500.

FONE: (65) 3322-7020, EMAIL mudarcomercio@hotmail.com

REPRESENTANTE LEGAL: **Thiago Freitas do Nascimento**

RG: 16081293 SSP/MT E CPF: 027.911.441-96

ITEM: 05, 06, 10, 11, 12, 14, 15, 17, 23, 24, 26, 40, 41, 43, 47, 48, 50, 51, 56 e 68.

Especificação - Valor Unitário - Quantidade

ITEM	BETHA	TCE	IMAGENS MERAMENTE ILUSTRATIVAS	DESCRIÇÃO DO ITEM	MARCA	QTD	UND	V. UNI	V. TOTAL
5	33121466	432223-1		AVENTAL - RASPA DE COURO, TAM. DIVERSOS, SEM MANGA	BIG COUROS	30	UND	R$ 23,00	R$ 690,00
6	33121345	407775-0		AVENTAL DE PVC BRANCO TAMANHO MÉDIO	PLASTCOR	120	UND	R$ 7,00	R$ 840,00
10	33121473	377350-1		BOTA DE BORRACHA, ANTI DERRAPANTE, IMPERMEÁVEL, COR PRETO	CARTON	50	UND	R$ 27,00	R$ 1. 350,00
11	33120293	236500-6		BOTA IMPERMEAVEL BORRACHA VULCANIZADA COM DESENHO ANTI DERRAPANTES CANO LONGO COR BRANCA PROTEÇÃO DOS PES CONTRA - CA 26629	BRACOL	111	PAR	R$ 35,00	R$ 3. 885,00
12	33121431	335267-6		BOTINA - BOTINA EM COURO COM ELASTICO, COR PRETA, SOLADO EM POLIURETANO BI- DESIDADE SEM BIQUEIRA DE ACO., TAMANHOS VARIANDO DE 34 A 46	CARTON	465	UND	R$ 38,50	R$ 17. 902,50
14	14035	95027-0		CAPACETE CLASSE A, COM CARNEIRA AZUL COM CASCO DE ABA FRONTAL TIPO II, MOLDADO EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE NAS VERSÕES VENTILADA (COM ORIFÍCIO NA PARTE SUPERIOR DO CASCO) OU SEM VENTILAÇÃO, SUSPENSÃO COM QUATRO OU SEIS PONTOS DE FIXAÇÃO, CONFECCIONADA COM DUAS OU TRÊS TIRAS DE TECIDO, CARNEIRA EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, COM REGULAGEM ATRAVÉS DE AJUSTE SIMPLES, CATRACA OU AJUSTE FÁCIL.	PLASTICOR	22	UND	R$ 9,50	R$ 209,00
15	119132	299705-3		CAPACETE COM ABA FRONTAL COM CARNEIRA NA COR BRANCA	PLASTICOR	18	UND	R$ 9,50	R$ 171,00
17	33121462	196074-1		CAPACETE TIPO CONJUGADO, PROTETOR FACIAL E PROTETOR AUDITIVO-	LEDAN	20	UND	R$ 74,50	R$ 1. 490,00
23	33121482	271619-4		COLETE REFLETIVO SEM BOLSO NA COR LARANJA TECIDO RETRORREFLETIVO COM MATERIAL FLUORESCENTE, SÃO EXTREMAMENTE VISÍVEIS ALERTANDO O TRÁFEGO DE VEÍCULOS QUANDO A TRABALHADORES A FRENTE. FECHAMENTO DO COLETE EM ZIPER	SUPERSAFETE	91	UND	R$ 24,90	R$ 2. 265,90
24	14111	7389		CONE SEG. PLASTCOR LARANJA/BRANCO 50 CM	PLASTICOR	30	UND	R$ 10,00	R$ 300,00

26	33121467	128144-5		CREME INDUST. PROTETOR P/ AS MAOS, RESIST. ÁGUA/ OLEO 100 GRAMAS.	SUNLAU	44	UND	R$ 10,00	R$ 440,00
40	33120298	197404-1		LUVA VAQUETA LUVA DE 5 DEDOS CONFECCIONADO EM COURO BOVINO TIPO VAQUETA EM RASPAS BOVINAS COM REFORÇO INTERNO NA PALMAS E REFORÇO INTERNO NA COSTURA ENTRE O POLEGAR E O INDICADOR REFORÇO NA ARTERIA DO PULSO POSSUI BORDAS NO CANO EM MATERIAIS TEXTIL E ELASTICO NO DORSO NO PUNHOS,7,10,15, E 20 CMS. COM CERTIFICAÇÃO E APROVAÇÃO EMITIDO PELO MTRABALHO(CA).	BIG COUROS	110	PAR	R$ 10,50	R$ 1.155,00
41	33121468	176346-6		MACACAO DE APICULTOR - ROUPA DE APICULTOR CONFECCIONADA EM BRIM LONA, COR BRANCA, TIPO BLUSAO E CALCA COM FECHAMENTO EM ZIPER, COMTELA DE NYLON COM MALHA PROPRIA, TELA TIPO PROTETOR DE FACE MODELO ESGRIMADORCHAPEU DE PALHA PARA SUSTENTACAO DA ROUPA, LUVA DE NAPA NA COR BRANCABOTA DE BORRACHA CANO LONGO NA COR BRANCA.	PROSTSPRAY	4	UND	R$ 89,00	R$ 356,00
43	119117	260931-2		MASCARA DESCARTAVEL PFF01 AZUL CONTRA POEIRA/NEVOAS	ALLIANCE	212	UND	R$ 1,00	R$ 212,00
47	33120768	270792-6		OCULOS DE PROTECAO EM PLASTICO POLICARBONATO TRANSPARENTE PARA PROTECAO DE VAPORES QUIMICOS COM TIRANTE EM ELASTICO TAMANHO PADRAO, COR CINZA	SUPERSAFETY	142	UND	R$ 4,00	R$ 568,00
48	115144	116208-0		OCULOS PARA PROTEÇÃO - EPI-	SUPERSAFETY	328	UND	R$ 4,00	R$ 1.312,00
50	33121487	330313-6		ORTESE ABDOMINAL - COLUNA E CINTURA PARA PREVENCAO DE LESOES E TORCOES CAUSADAS POR SOBRECARGA NA MUSCULATURA DAS COSTAS E DO ABDOMEM, COM SISTEMA ELASTICO DO SUPORTE	SUPERSAFETY	4	UND	R$ 54,00	R$ 216,00
51	33121472	65622-4		PERNEIRA DE SEGURANÇA CONFEC EM RASPA, ALMA DE AÇO	JOG	20	UND	R$ 18,50	R$ 370,00
56	33121483	193439-2		PROTETOR FACIAL DE SEGURANCA - EM COROA E CARNEIRA DE PLASTICO, REGULAGEM DE TAMANHO COM AJUSTE SIMPLES, TAMANHO PADRAO, VISOR DE PLASTICO INCOLOR, PARA PROTECAO DA FACE CONTRA IMPACTOS DE PARTICULAS VOLANTES MULTIDIRECIONAIS	PLASTICOR	22	UND	R$ 19,00	R$ 418,00
68	33121478	407695-8		TRAVA QUEDAS VERTICAL PARA CORDA DE 12mm	MG CINTOS	15	UND	R$ 99,00	R$ 1.485,00
								TOTAL GERAL	**R$ 35.635,40**

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado **30 (trinta)** dias condicionado à entrega do objeto e apresentação da Nota Fiscal/Fatura. Para tanto, o FORNECEDOR deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura à qual deverá ser atestada pelo setor de compras, ou outro servidor formalmente designado;

Parágrafo primeiro – o pagamento só se efetivará depois de confirmada a situação de regularidade fiscal para com a seguridade social (INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e com a Fazenda Federal através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; com a Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa de débitos.

Parágrafo segundo – o pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO

Órgão: 04- Secretaria Municipal de Finanças

Unid: 01- Secretaria de Finanças

Proj. Ativ.: 2.030- Manutenção e Encargos com a Secretaria de Finanças

Cód. Red: 102– Material de Consumo

Fonte: 0000- Recursos Ordinários

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00.0000

Órgão: 08- Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

Unid: 01- Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

Proj. Ativ.: 2.050- Manut. E Enc. Com a Sec. de Agricultura e Meio Ambiente

Cód Red: 1594- Material de Consumo

Fonte: 0000- Recursos Ordinários

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.0000

Órgão: 03- Secretaria Municipal de Administração

Unid: 01 - Gestão Administrativa

Proj. Ativ.: 2.007- Manutenção e Encargos com a Secretaria de Administração

Cód. Red: 033– Material de Consumo

Fonte: 0000- Recursos Ordinários

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00.0000

Órgão: 07- Secretaria Municipal Viação, Obras e Serviços Públicos

Unid: 02 - Urbanismo

Proj. ativ.: 2.052- Manutenção e encargos com o Setor de Urbanização

Cód Red: 1217- Material de Consumo

Fonte: 0000- Recursos Ordinários

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.0000

Órgão: 07- Secretaria Municipal Viação, Obras e Serviços Públicos

Unid: 03- Extensão da rede Elétrica

Proj. ativ.: 1.120 – Eletrificação Urbana

Cód Red: 1238 - Material de Consumo

Fonte: 0017- Recursos COSIP

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.0017

Órgão: 06- Secretaria Municipal de Saúde

Unid: 04- Atenção Básica

Proj. ativ.: 2.110- Manutenção E Encargos Com Psf

CódRed: 757, 758 e 759 – Material de Consumo

Fonte: 0002- Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Saúde

0042- Transf. de Rec. Do Sistema Único de Saúde – SUS ESTADO

0046- Transf. Fundo a Fundo de Rec. Do SUS prov. Do Gov. Fed – Bloco Custeio das Ações e Serviços Públicos.

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00

Órgão: 06- Secretaria Municipal de Saúde

Unid: 04- Atenção Básica

Proj. ativ.: 2.016- Manutenção E Encargos Com o PACS

CódRed: 630, 631 e 632 – Material de Consumo

Fonte: 0002- Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Saúde

0042- Transf. de Rec. Do Sistema Único de Saúde – SUS ESTADO

0046- Transf. Fundo a Fundo de Rec. Do SUS prov. Do Gov. Fed – Bloco Custeio das Ações e Serviços Públicos.

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00

Órgão: 06- Secretaria Municipal de Saúde

Unid: 04- Atenção Básica

Proj. ativ.: 2.015- Manutenção E Encargos Com Saúde Bucal

CódRed: 603, 604 e 605 – Material de Consumo

Fonte: 0002- Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Saúde

0042- Transf. de Rec. Do Sistema Único de Saúde – SUS ESTADO

0046- Transf. Fundo a Fundo de Rec. Do SUS prov. Do Gov. Fed – Bloco Custeio das Ações e Serviços Públicos.

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00

Órgão: 06- Secretaria Municipal de Saúde

Unid: 03 – Gestão em Saúde

Proj. ativ.: 2.029- Manutenção E Encargos Com Gestão em Saúde

CódRed: 485 e 486– Material de Consumo

Fonte: 0000- Recursos Ordinários

0002- Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00.0000

Órgão: 06- Secretaria Municipal de Saúde

Unid: 05- Assistência Farmacêutica

Proj. ativ.: 2.027- Manutenção E Encargos Com Assistência Farmacêutica

CódRed: 787, 788 e 789 – Material de Consumo

Fonte: 0002- Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Saúde

0042- Transf. de Rec. Do Sistema Único de Saúde – SUS ESTADO

0046- Transf. Fundo a Fundo de Rec. Do SUS prov. Do Gov. Fed – Bloco Custeio das Ações e Serviços Públicos.

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00.0002

Órgão: 06- Secretaria Municipal de Saúde

Unid: 07- VISA

Proj. ativ.: 2.028 - Manutenção E Encargos Com Vigilância Sanitária

CódRed: 1081 e 1082 – Material de Consumo

Fonte: 0002- Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Saúde

0046- Transf. Fundo a Fundo de Rec. Do SUS prov. Do Gov. Fed – Bloco Custeio das Ações e Serviços Públicos.

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00.0002

Órgão: 06- Secretaria Municipal de Saúde

Unid: 07- VISA

Proj. ativ.: 2.026 - Manutenção E Encargos Com Vigilância Ambiental

CódRed: 1065 e 1066 – Material de Consumo

Fonte: 0002- Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Saúde

0046- Transf. Fundo a Fundo de Rec. Do SUS prov. Do Gov. Fed – Bloco Custeio das Ações e Serviços Públicos.

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00.0002

Órgão: 06- Secretaria Municipal de Saúde

Unid: 07- VISA

Proj. ativ.: 2.025 - Manutenção E Encargos Com o Programa DST/AIDS

CódRed: 1047 e 1048 – Material de Consumo

Fonte: 0002- Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Saúde

0046- Transf. Fundo a Fundo de Rec. Do SUS prov. Do Gov. Fed – Bloco Custeio das Ações e Serviços Públicos.

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00.0002

Órgão: 06- Secretaria Municipal De Saúde

Unid: 06- Mac - Média E Alta Complexidade

Proj. Ativ.: 2.019- Manutenção E Encargos Com O Hospital

CódRed: 885, 886, 887 e 888 – Material De Consumo

Fonte: 0000- Recursos Ordinários

0002- Receitas De Impostos E De Transferência De Impostos - Saúde

0042- Transf. de Rec. Do Sistema Único de Saúde – SUS ESTADO

0046- Transf. Fundo a Fundo de Rec. Do SUS prov. Do Gov. Fed – Bloco Custeio das Ações e Serviços Públicos.

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00

Órgão: 06- Secretaria Municipal De Saúde

Unid: 06- Mac - Média E Alta Complexidade

Proj. Ativ.: 2.020- Manutenção E Encargos Com Fisioterapia

CódRed: 911, 912 e 913 – Material De Consumo

Fonte: 0002- Receitas De Impostos E De Transferência De Impostos – Saúde

0042- Transf. de Rec. Do Sistema Único de Saúde – SUS ESTADO

0046- Transf. Fundo a Fundo de Rec. Do SUS prov. Do Gov. Fed – Bloco Custeio das Ações e Serviços Públicos.

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00

Órgão: 06- Secretaria Municipal De Saúde

Unid: 06- Mac - Média E Alta Complexidade

Proj. Ativ.: 2.022- Manutenção E Encargos Com o CAPS

CódRed: 950, 951, 952 – Material De Consumo

Fonte: 0002- Receitas De Impostos E De Transferência De Impostos – Saúde

0042- Transferência de Rec. Do Sistema Único de Saúde – SUS ESTADO

0046- Transferência Fundo a Fundo de Rec. Do SUS prov. Do Gov. Fed – Bloco Custeio das Ações e Serviços Públicos.

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00

Órgão: 06- Secretaria Municipal De Saúde

Unid: 06- Mac - Média E Alta Complexidade

Proj. Ativ.: 2.111- Manutenção E Encargos Com o Serv. Amb. E Laboratorial

CódRed: 1010, 1011 e 1012 – Material De Consumo

Fonte: 0002- Receitas De Impostos E De Transferência De Impostos – Saúde

0042- Transf. de Rec. Do Sistema Único de Saúde – SUS ESTADO

0046- Transf. Fundo a Fundo de Rec. Do SUS prov. Do Gov. Fed – Bloco Custeio das Ações e Serviços Públicos.

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00

Órgão: 11- Secretaria De Planejamento

Unid: 01- Secretaria De Planejamento

Proj. Ativ.: 2.012- Manutenção E Encargos Com A Sec. De Planejamento

Cód Red: 1976 - Material De Consumo

Fonte: 0000- Recursos Ordinários

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.0000

Órgão: 09- Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social

Unid: 05- Fundo de Assistência Social

Proj. Ativ.: 2.071- Manut. E Enc. Com Fundo da Assistência

Cód Red: 1668- Material de Consumo

Fonte: 0000- Recursos Ordinários

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.0000

CLÁUSULA DÉCIMA – DA CONDIÇÃO ESPECÍFICA

A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga o ÓRGÃO GERENCIADOR, nem o ÓRGÃO PARTICIPANTE, se for o caso, a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, em caso de igualdade de condições, a preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DA PUBLICIDADE

Os preços, os quantitativos, o fornecedor e as especificações resumidos do objeto, como também as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no Diário Oficial do Município, na forma de extrato, em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA REVISÃO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no **art. 65**, da **Lei 8.666/93;**

Parágrafo único – a qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrido no mercado, ou de fato novo que eleve o seu custo, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto aos fornecedores para negociar o novo valor compatível ao mercado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR terá seu registro cancelado nos seguintes casos:

I – Por iniciativa da Administração, quando:

a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório da licitação supracitada e as condições da presente ARP;

b) recusarem-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;

c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;

d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativa ao presente Registro de Preços;

e) não manutenção das condições de habilitação e compatibilidade;

f) não aceitar a redução dos preços registrados, nas hipóteses previstas na legislação;

g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.

II – Por iniciativa do próprio FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual;

Parágrafo único – o cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal, gestor do ÓRGÃO GERENCIADOR.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS PENALIDADES

Em casos de inexecução parcial ou total das condições pactuadas na presente ata, garantida a prévia defesa e o contraditório, ficará o particular sujeito às penalidades constantes no capítulo 16 deste edital, sem excluir outras penalidades de natureza distintas que poderão ser aplicadas cumulativamente.

Parágrafo único – os valores resultantes da aplicação de multas serão cobrados pela via administrativa, devendo ser recolhida no prazo máximo de **10 (dez)** dias corridos, a contar da data de recebimento da comunicação, ou, se não atendido, judicialmente, pelo rito e com os encargos da execução fiscal, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA DOCUMENTAÇÃO

A presente Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:

a) Edital do **Pregão Presencial nº 109/2019** e anexos;

b) Proposta Comercial da FORNECEDORA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da execução dos Serviços será exercida pelos servidores credenciados, nomeado mediante portaria Municipal, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinado pelo FORNECEDOR, o seu exclusivo juízo:

SECRETARIA	SERVIDOR	PORTARIA
03-SEC. ADMINISTRAÇÃO	RYANE CARLA ALVES	
04- SEC. DE FINANÇAS	CRISTINA MOREIRA TAVARES	
06- SEC – SAÚDE	DANIELA COLOMBO	**196/2019**
07- SEC - OBRAS	WALTER RAMOS TELES	
08- SEC - AGRICULTURA	LUCAS LOPES BEZERRA	
09-SEC. AÇÃO SOCIAL	ISMENYA MEIRE DA SILVA ALVES	
11- SEC. PLANEJAMENTO	HUDSON KENNEDY DE SOUSA SILVA	

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA – DO FORO

Para dirimir as questões decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o foro da Comarca de Porto Alegre do Norte-MT, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Nada mais havendo a tratar eu, **Cezar Queiroz da Silva**, Pregoeiro, lavrei a presente Ata de Registro de Preços que lida e achada conforme vai assinada pelo ÓRGÃO GERENCIADOR e pelo particular fornecedor.

_____

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

_____

MUDAR COM. DE MAT. DE CONSTRUÇÃO FER. e EPI'S LTDA - EPP

CNPJ: 14.888.303/0001-05

REPRESENTANTE LEGAL: **Thiago Freitas do Nascimento**

CPF: 027.911.441-96

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 160/2019 PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 115/2019.

AVISO DE LICITAÇÃO.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 160/2019.

PREGÃO PRESENCIAL – SRP Nº 115/2019.

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM.

A Prefeitura de Confresa, Estado de Mato Grosso, através do Pregoeiro, torna público que fará realizar no dia **06 de Setembro de 2019, às 09h00-min** (horário local), na sala da Comissão Permanente de Licitações, situada na Av. Centro Oeste, nº 286, Centro na cidade de Confresa-MT, a Reunião para realização do **PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 115/2019, do tipo Menor Preço por Item** de acordo com as Leis em vigência. O Edital e seus anexos estarão disponíveis na sala do Departamento de Licitações e Contratos no endereço citado acima e no site Confresa.org no link do **Portal da Transparência,** de segunda à sexta-feira, tel. Contato (66) 3564-1818, ou pelo e-mail licitaconfresa@hotmail.com.

OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE **MOTOCICLETAS E CAPACETES,** PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DE SAÚDE E FINANÇAS, JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONFRESA - MT.

Confresa-MT, em 21 de Agosto de 2019.

JEAN FLÁVIO DOS SANTOS MILHOMEM.

Pregoeiro.

Portaria nº 135/2019.

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
PORTARIA 196/2019 ADM DE 19 DE AGOSTO 2019.

DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL PARA FISCALIZAR A EXECUÇÃO DA ATA FIRMADOS POR INTERMÉDIO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: o disposto na Instrução Normativa do Sistema de Licitações, Compras e Contratos, a qual dispõe sobre os procedimentos e normas para a celebração e acompanhamento da execução de contratos, aditivos e instrumentos congêneres no Poder Executivo Municipal, e no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

CONSIDERANDO:a necessidade de padronizar, otimizar a fiscalização e o acompanhamento da execução dos contratos de prestação de serviços e fornecedores da Prefeitura Municipal de Confresa.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor público municipal qualificado abaixo como **FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**.

SECRETARIA	SERVIDOR	CPF
03-SEC. ADMINISTRAÇÃO	RYANE CARLA ALVES	029.428.921-61
04- SEC. DE FINANÇAS	CRISTINA MOREIRA TAVARES	024.026.071-65
06- SEC – SAÚDE	DANIELA COLOMBO	**281.505.968-10**
07- SEC - OBRAS	WALTER RAMOS TELES	041.810.571-51
08- SEC - AGRICULTURA	LUCAS LOPES BEZERRA	048.018.691-06
09-SEC. AÇÃO SOCIAL	ISMENYA MEIRE DA SILVA ALVES	**024.860.871-17**
11- SEC. PLANEJAMENTO	HUDSON KENNEDY DE SOUSA SILVA	059.110.693-00

Art. 2º - O servidor designado fica responsável pelas Atas respectivos a vossa secretaria, departamento e/ou unidade gestora.

ATA DE REGISTRO	116, 117, 118, 119 E 120/2019	CNPJ	VALOR TOTAL
CONTRATADA	CENTERMEDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME	05.443.348/0001-77	R$ R$ 4.221,00
CONTRATADA	RET FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI - ME	12.313.826/0001-90	R$ 2.747,55
CONTRATADA	S3M EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS E SERVIÇOS EIRELI-ME	14.805.780/0001-51	R$ 80.086,75
CONTRATADA	SOMA COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - EPP	26.877.656/0001-80	R$ 19.290,56
CONTRATADA	MUDAR COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO FERRAMENTAS e EPI'S LTDA - EPP	14.888.303/0001-05	R$ 35.635,40
OBJETO	**PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO SENDO EPIs, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO PODER EXECUTIVO MUNICÍPAL.**		
VIGÊNCIA	12 MESES – 19/08/2019 a 19/08/2020.		

Art. 3º - O Departamento de Compras e CPL - Comissão Permanente de Licitações disponibilizará ao Fiscal designado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 4º - Os documentos mencionados no art. 2º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta compartilhada na rede denominada "Pública" e em pastas e subpastas específicas com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 5º - Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 6º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 19 de agosto de 2019.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO CPL N°. 97/2019

PROCESSO LICITATÓRIO N°. 078/2018

PREGÃO PRESENCIAL N°. 064/2018

DO OBJETO: Aquisição de **Uniforme Padronizado para atender as necessidades da Equipe do SAMU-192,** conforme solicitado pela Secretaria Municipal de Saúde do Município de CONFRESA – MT.

VIGÊNCIA: 09/08/2019 a 09/08/2020

DO VALOR GLOBAL: R$ 11.200,00

DATA: Confresa, 09 de agosto de 2019

PARTES: Prefeitura Municipal de Confresa – **CONTRATADA: SM GIUSTTI ARRUDA E CIA LTDA**

CNPJ: 08.711.005/0001-34.

FORO: Porto Alegre do Norte - MT

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
AVISO RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº109/2019
PREGÃO PRESENCIAL – SRP Nº081/2019

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº109/2019

PREGÃO PRESENCIAL – SRP Nº081/2019

A Prefeitura Municipal de Confresa/MT torna pública, para o conhecimento dos interessados, o resultado do processo licitatório na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 081/2019**, conforme segue:

OBJETO:PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INVENTARIO FISICO E LEVANTAMENTO PATRIMONIAL DE BENS MOVEIS E IMOVEIS, PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE CONFRESA-MT.

ADJUDICADO/HOMOLOGADO:

Para as empresas:

STS CONSULTORIA E INFORMATICA LTDA-ME

CNPJ:19.335.762/0001-77

CIDADE: CUIABA -MT

END: RUA CAMPINAS Nº 21 QUADRA 03 SALA 08,

EDIFICIO EMPRESARIAL CENTER

CEP:78.055-085 CPA I MORADA DA SERRA

FONE: 65-2193-8200

Email: comercial@stsmt.com.br

Vencedora do único item, certame no valor global de **R$ 89.000,00** (Oitenta e Nove Mil Reais).

Registro de Preços válido por um período de 12 meses, visto que a empresa atendeu todos os requisitos do Edital e seus Anexos.

Confresa-MT, 21 de AGOSTO de 2.019.

CÉZAR QUEIROZ DA SILVA

PREGOEIRO

Portaria nº 084/2019

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 155/2019 PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 104/2019.

AVISO DE LICITAÇÃO.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 155/2019.

PREGÃO PRESENCIAL – SRP Nº 104/2019.

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM.

PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA E REGIONALIZADO PARA ME E EPP.

DECRETO MUNICIPAL Nº 101/2017.

A Prefeitura de Confresa, Estado de Mato Grosso, através do Pregoeiro, torna público que fará realizar no dia **05 de Setembro de 2019, às 09h00-min** (horário local), na sala da Comissão Permanente de Licitações, situada na Av. Centro Oeste, nº 286, Centro na cidade de Confresa-MT, a Reunião para realização do **PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 104/2019, do tipo Menor Preço por Item** de acordo com as Leis em vigência. O Edital e seus anexos estarão disponíveis na sala do Departamento de Licitações e Contratos no endereço citado acima e no site Confresa.org no link do **Portal da Transparência,** de segunda à sexta-feira, tel. Contato (66) 3564-1818, ou pelo e-mail licitaconfresa@hotmail.com.

OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA **AQUISIÇÃO DE BANDEIRAS PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE CONFRESA - MT.**

Confresa-MT, em 21 de Agosto de 2019.

JEAN FLÁVIO DOS SANTOS MILHOMEM.

Pregoeiro.

Portaria nº 135/2019.

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 097/2019 TOMADA DE PREÇO Nº 007/2019.

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 097/2019.

TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2019.

A Prefeitura Municipal de Confresa/MT torna pública, para o conhecimento dos interessados, o resultado do processo licitatório na modalidade **TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2019**, conforme segue:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DA REFORMA DO PSF VILA NOVA, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE CONFRESA-MT.

ADJUDICADO/HOMOLOGADO.

Para a empresa:

INCORP CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI - EPP.

CNPJ: 07.799.371/0001-24.

END: RUA JERUSALÉM, N.º 27, BAIRRO JARDIM DO EDEM, CIDADE DE CONFRESA - MT, CEP: 78.652-000;

EMAIL: incorp.10@gmail.com.

Vencedora do único item do certame, no valor global de **R$ 208.484,45** (Duzentos e Oito Mil, Quatrocentos e Oitenta e Quatro Reais e Quarenta e Cinco Centavos).

Confresa-MT, 21 de Agosto de 2019.

_____

JEAN FLÁVIO DOS SANTOS MILHOMEM.

Presidente Comissão de Licitação.

Portaria nº 174/2019.

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO CPL N°. 98/2019

PROCESSO LICITATÓRIO N°. 085/2018

PREGÃO PRESENCIAL N°. 069/2018

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DEMATERIAL DE CONSUMO SENDO MASSA ASFALTICA -CBUQ- EMBALADO EM SACOS DE 25 QUILOS PARA ATENDER A SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS, PARA USO DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VIAS PUBLICAS URBANA, NO MUNICÍPIO DE CONFRESA – MT.

VIGÊNCIA: 13/08/2019 a 13/08/2020

DO VALOR GLOBAL: R$ 61.593,60

DATA: Confresa, 13 de agosto de 2019

PARTES: Prefeitura Municipal de Confresa – **CONTRATADA: MINASFALTO INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA EPP CNPJ n.24.374.667/0001-12**

FORO: Porto Alegre do Norte - MT

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº031/2019

DECRETO N.º031 DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

SÚMULA: DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NA PONTE SOBRE O RIO PRETO LOCALIZADA NA MT 430 DIVISA COM O MUNICIPIO DE VILA RICA - MT, CODIFICADO PELO COBRADE – COLAPSO EM EDIFICAÇÕES – 2.4.1.0.0 CONFORME IN/MI n°02/2016.

RÔNIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito do Município de Confresa, localizado no estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições, conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pelo Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal no 12.608, de 10 de abril de 2012,

CONSIDERANDO:

O Relatório Técnico 001/2019 realizado pelo Engenheiro Civil Jeverson Pereira Borges – CREA-GO 1016143150 AP-GO, onde após vistoria, constatou a existência de danos que geram grave insuficiência estrutural na Obra de Arte Especial – OAE, com risco de colapso estrutural; A necessidade de interdição parcial do trafego na ponte limitado a capacidade de carga de 10 toneladas conforme Relatório Técnico 001/2019; Que o parecer da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC, relatando a ocorrência deste desastre é favorável à decretação de **situação de emergência** do tipo **CODIFICADO PELO COBRADE - COLAPSO EM EDIFICAÇÕES – 2.4.1.0.0 CONFORME IN/MI02/2016**. O ofício n º 1422/2019 onde o secretário de Educação solicita providências quanto ao risco de acidentes na referida ponte; O ofício nº 1589/2019 onde a secretária de Saúde relata que a referida ponte encontra-se ancorada por um cabo de aço e risco de desabamento; O ofício nº 163/2019 onde o secretário de Agricultura, solicita providências urgentes, pois a referida ponte é essencial para o escoamento da produção de grãos, pecuária e agricultura familiar; O relatório da Secretaria de Infraestrutura, onde relata gastos de aproximadamente R$ 70.000,00 (setenta mil reais) com manutenções paliativas; Que a ponte sobre o Rio Preto está localizada na MT 430, uma rodovia sob responsabilidade do Governo Estadual e mediante a incapacidade financeira do município para construir uma ponte de concreto devido ao seu alto custo;

DECRETA

Art. 1º Fica declarada **situação de emergência** na ponte sobre o Rio Preto localizada na Rodovia MT 430, tipificado pelo COBRADE – Colapso em Edificações - 2.4.1.0.0. **CONFORME IN/MI n°02/2016.**

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação Municipal de Proteção e Defesa Civil, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil.

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I – Penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II – Usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06. 1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedadas as prorrogações dos contratos.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo viger pelo prazo de 180 dias.

Art.7º. Ficam os Órgãos competentes autorizados a transferir bens apreendidos em operações de combate e repressão a crimes para os Órgãos de Proteção e Defesa Civil, nos termos do artigo 17 da Lei nº 12.608/2012 de 10 de abril de 2012.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Confresa, 21 de Agosto de 2019

RÔNIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 117/2019

Ao décimo nono dia do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove, o MUNICÍPIO DE CONFRESA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Centro Oeste nº 286, Centro, Confresa - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº 37.464.716/0001-50, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. Ronio Condão Barros Milhomem, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado à Rua Tancredo Neves nº 50 Setor Pavilhão, nesta cidade, portador da Carteira de Identidade RG n° 0875190-0 SSP-MT e inscrito no CPF sob o n° 535.561.191-53 a seguir denominada simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR, institui a presente Ata de Registro de Preços (ARP), decorrente da licitação **Processo Licitatório nº 147/2019** na modalidade **Pregão Presencial nº 109/2019** da Prefeitura Municipal de Confresa-MT, homologado e, 15/08/2019, cujo objetivo de eventual e futura AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO SENDO EPIs, CONFORME SOLICITAÇÕES DAS SECRETARIAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, conforme o disposto no art. 15 da Lei nº 8.666/93, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 26 e 27/2009, de 29 de Maio de 2009, segundo as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO SENDO EPIs, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES

Integra a presente ARP a PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA, localizada na Av. Centro Oeste nº 286, Centro, em Confresa - MT, na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR;**

Parágrafo único – qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal poderá solicitar a utilização da presente ARP, independentemente da participação ou não na licitação em epígrafe.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

O ÓRGÃO GERENCIADOR, através da Seção de Licitação e Contratos, obriga-se a:

a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, os nomes dos fornecedores, os preços, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;

b) convocar os particulares via fax, telefone ou e-mail, para assinatura da ARP e retirada da nota de empenho;

c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;

d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;

e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços;

f) consultar os fornecedores registrados (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecimento dos serviços a outros órgãos da Administração Pública que externem a intenção de utilizar a presente ARP;

g) comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente ARP;

h) coordenar a qualificação mínima dos respectivos gestores dos órgãos participantes;

i) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação, na presente ARP.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE E NÃO PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE e o ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigam-se a:

a) tomar conhecimento da presente ARP, inclusive às respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;

b) consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias à aquisição pretendida;

c) verificar a conformidade das condições registradas na presente ARP junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR, eventuais desvantagens verificadas;

d) encaminhar ao ÓRGÃO GERENCIADOR a respectiva nota de empenho;

e) enviar, no prazo máximo de **05 (cinco) dias** úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

f) acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no edital da licitação e na presente ARP, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR obriga-se a:

a) assinar a ARP, retirar a respectiva nota de empenho e assinar o contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, no que couber;

b) informar, no prazo máximo de 01 (um) dia, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente ARP;

c) realizar os serviços solicitados nos prazos estabelecidos e conforme autorização de fornecimento, conforme solicitado no edital;

d) Realizar os serviços conforme especificações e preços registrados na presente ARP;

e) Realizar os serviços solicitados no respectivo endereço do órgão participante ou não participante da presente ARP, sem nenhum ônus adicional ao Município de Confresa;

f) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente ARP;

g) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

h) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;

i) ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participante e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;

j) pagar, pontualmente, os fornecedores e cumprir com as obrigações fiscais, relativos aos materiais entregues, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;

l) A entrega dos itens licitados deverá ser no prazo máximo de até 10-(dez) Dias corridos.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de até um ano, a contar da data da sua assinatura, vigorando até o dia **19 de agosto de 2020.**

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços, as quantidades, os fornecedores e as especificações dos serviços registrados nesta Ata encontram-se indicados nos quadros abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

EMPRESA: **RET FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI - ME**

CNPJ: 12.313.826/0001-90

END: AVENIDA ANTÔNIO FIDELIS, Nº 1158, QUADRO 156, LOTE 08, PARQUE AMAZÔNIA, MUNICÍPIO DE GOIÂNIA-GO, CEP: 74.840-090.

TELEFONE: (62) 3086-6453. 6453, E-MAIL: antonio@retfarma.com

REPRESENTANTE LEGAL: **Thiago do Egito Araújo**

RG: 12494021999-8 E CPF: 006.642.381-30

ITEM: 34, 44 e 52.

Especificação - Valor Unitário - Quantidade

ITEM	BETHA	TCE	IMAGENS MERAMENTE ILUSTRATIVAS	DESCRIÇÃO DO ITEM	MARCA	QTD	UND	V. UNI	V. TOTAL
34	2327	428186-1		LUVA DESCARTAVEL PARA PROCEDIMENTO - DE LATEX, LUBRIFICADA INTERNAMENTE COM PO,COM PERFEITA ADAPTACAO ANATOMICO,AMBIDESTRA,NAO ESTERIL,AJUSTE PERFEITO,RESISTENTE A TRACAO,COM BOA SENSIBILIDADE TATIL,TEXTURA UNIFORME,NO TAMANHO GRANDE,CONSTANDO EXTERNAMENTE PROCEDENCIA,CONSTANDO EXTERNAMENTE DATA DE FABRICACAO,CONSTANDO EXTERNAMENTE DATA DE VALIDADE OBS: LUVAS PARA PROCEDIMENTO MEDICOS "G" C/100	DESCARPACK	90	CX	R$ 19,48	R$ 1.753,20
44	33120766	93431-3		MASCARA CIRURGICA DESCARTAVEL - EM FALSO TECIDO BRANCO, DE AJUSTE, PREGUEADA E COM ELASTICO QUE ENVOLVE OPAVILHAO AURICULAR, COM DUPLO CAMADA, HIPOALERGICA, FILTRO QUE GARANTA BOA VENTILACAO, EMBALAGEM APROPRIADA PARA O PRODUTO, ART.31 L.8078/90 PORT.	DESCARPACK	161	CX	R$ 5,85	R$ 941,85

				CONJ.N.1 DE 23/1/96-M.SAUDE CX C/50 (MASCARA TRIPA C/ ELASTICO)					
52	119111	128800-8		PROPE CIRURGICO - COM TEXTURA FIRME EM FALSO TECIDO, COM APROXIMADAMENTE GRAMATURA 50G/M2, PERMITINDO A COBERTURA COMPLETA DO CALCADO, DESCARTAVEL, EMBALADO EM INDIVIDUAL, ROTULAGEM RESPEITANDO DECRETO LEI 79094/77 ART.31 L.8078/90 PORT.CONJ.N.1 DE 23/1/96-M. SAUDE	ANADONA	5	PCT	R$ 10,50	R$ 52,50
	TOTAL GERAL								**R$ 2. 747,55**

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado **30 (trinta)** dias condicionado à entrega do objeto e apresentação da Nota Fiscal/Fatura. Para tanto, o FORNECEDOR deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura à qual deverá ser atestada pelo setor de compras, ou outro servidor formalmente designado;

Parágrafo primeiro – o pagamento só se efetivará depois de confirmada a situação de regularidade fiscal para com a seguridade social (INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e com a Fazenda Federal através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; com a Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa de débitos.

Parágrafo segundo – o pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO

Órgão: 04- Secretaria Municipal de Finanças

Unid: 01- Secretaria de Finanças

Proj. Ativ.: 2.030- **Manutenção e Encargos com a Secretaria de Finanças**

Cód. Red: 102– Material de Consumo

Fonte: 0000- Recursos Ordinários

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00.0000

Órgão: 08- Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

Unid: 01- Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

Proj. Ativ.: 2.050- Manut. E Enc. Com a Sec. de Agricultura e Meio Ambiente

Cód Red: 1594- Material de Consumo

Fonte: 0000- Recursos Ordinários

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.0000

Órgão: 03- Secretaria Municipal de Administração

Unid: 01 - Gestão Administrativa

Proj. Ativ.: 2.007- **Manutenção e Encargos com a Secretaria de Administração**

Cód. Red: 033– Material de Consumo

Fonte: 0000- Recursos Ordinários

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00.0000

Órgão: 07- Secretaria Municipal Viação, Obras e Serviços Públicos

Unid: 02 - Urbanismo

Proj. ativ.: 2.052- Manutenção e encargos com o Setor de Urbanização

Cód Red: 1217- Material de Consumo

Fonte: 0000- Recursos Ordinários

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.0000

Órgão: 07- Secretaria Municipal Viação, Obras e Serviços Públicos

Unid: 03- Extensão da rede Elétrica

Proj. ativ.: 1.120 – Eletrificação Urbana

Cód Red: 1238 - Material de Consumo

Fonte: 0017- Recursos COSIP

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.0017

Órgão: 06- Secretaria Municipal de Saúde

Unid: 04- Atenção Básica

Proj. ativ.: 2.110- **Manutenção E Encargos Com Psf**

CódRed: 757, 758 e 759 – Material de Consumo

Fonte: 0002- Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Saúde

0042- Transf. de Rec. Do Sistema Único de Saúde – SUS ESTADO

0046- Transf. Fundo a Fundo de Rec. Do SUS prov. Do Gov. Fed – Bloco Custeio das Ações e Serviços Públicos.

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00

Órgão: 06- Secretaria Municipal de Saúde

Unid: 04- Atenção Básica

Proj. ativ.: 2.016- **Manutenção E Encargos Com o PACS**

CódRed: 630, 631 e 632 – Material de Consumo

Fonte: 0002- Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Saúde

0042- Transf. de Rec. Do Sistema Único de Saúde – SUS ESTADO

0046- Transf. Fundo a Fundo de Rec. Do SUS prov. Do Gov. Fed – Bloco Custeio das Ações e Serviços Públicos.

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00

Órgão: 06- Secretaria Municipal de Saúde

Unid: 04- Atenção Básica

Proj. ativ.: 2.015- **Manutenção E Encargos Com Saúde Bucal**

CódRed: 603, 604 e 605 – Material de Consumo

Fonte: 0002- Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Saúde

0042- Transf. de Rec. Do Sistema Único de Saúde – SUS ESTADO

0046- Transf. Fundo a Fundo de Rec. Do SUS prov. Do Gov. Fed – Bloco Custeio das Ações e Serviços Públicos.

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00

Órgão: 06- Secretaria Municipal de Saúde

Unid: 03 – Gestão em Saúde

Proj. ativ.: 2.029- **Manutenção E Encargos Com Gestão em Saúde**

CódRed: 485 e 486– Material de Consumo

Fonte: 0000- Recursos Ordinários

0002- Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00.0000

Órgão: 06- Secretaria Municipal de Saúde

Unid: 05- Assistência Farmacêutica

Proj. ativ.: 2.027- **Manutenção E Encargos Com Assistência Farmacêutica**

CódRed: 787, 788 e 789 – Material de Consumo

Fonte: 0002- Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Saúde

0042- Transf. de Rec. Do Sistema Único de Saúde – SUS ESTADO

0046- Transf. Fundo a Fundo de Rec. Do SUS prov. Do Gov. Fed – Bloco Custeio das Ações e Serviços Públicos.

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00.0002

Órgão: 06- Secretaria Municipal de Saúde

Unid: 07- VISA

Proj. ativ.: 2.028 - **Manutenção E Encargos Com Vigilância Sanitária**

CódRed: 1081 e 1082 – Material de Consumo

Fonte: 0002- Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Saúde

0046- Transf. Fundo a Fundo de Rec. Do SUS prov. Do Gov. Fed – Bloco Custeio das Ações e Serviços Públicos.

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00.0002

Órgão: 06- Secretaria Municipal de Saúde

Unid: 07- VISA

Proj. ativ.: 2.026 - **Manutenção E Encargos Com Vigilância Ambiental**

CódRed: 1065 e 1066 – Material de Consumo

Fonte: 0002- Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Saúde

0046- Transf. Fundo a Fundo de Rec. Do SUS prov. Do Gov. Fed – Bloco Custeio das Ações e Serviços Públicos.

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00.0002

Órgão: 06- Secretaria Municipal de Saúde

Unid: 07- VISA

Proj. ativ.: 2.025 - **Manutenção E Encargos Com o Programa DST/AIDS**

CódRed: 1047 e 1048 – Material de Consumo

Fonte: 0002- Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Saúde

0046- Transf. Fundo a Fundo de Rec. Do SUS prov. Do Gov. Fed – Bloco Custeio das Ações e Serviços Públicos.

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00.0002

Órgão: 06- Secretaria Municipal De Saúde

Unid: 06- **Mac - Média E Alta Complexidade**

Proj. Ativ.: 2.019- **Manutenção E Encargos Com O Hospital**

CódRed: 885, 886, 887 e 888 – Material De Consumo

Fonte: 0000- Recursos Ordinários

0002- Receitas De Impostos E De Transferência De Impostos - Saúde

0042- Transf. de Rec. Do Sistema Único de Saúde – SUS ESTADO

0046- Transf. Fundo a Fundo de Rec. Do SUS prov. Do Gov. Fed – Bloco Custeio das Ações e Serviços Públicos.

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00

Órgão: 06- Secretaria Municipal De Saúde

Unid: 06- **Mac - Média E Alta Complexidade**

Proj. Ativ.: 2.020- **Manutenção E Encargos Com Fisioterapia**

CódRed: 911, 912 e 913 – Material De Consumo

Fonte: 0002- Receitas De Impostos E De Transferência De Impostos – Saúde

0042- Transf. de Rec. Do Sistema Único de Saúde – SUS ESTADO

0046- Transf. Fundo a Fundo de Rec. Do SUS prov. Do Gov. Fed – Bloco Custeio das Ações e Serviços Públicos.

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00

Órgão: 06- Secretaria Municipal De Saúde

Unid: 06- **Mac - Média E Alta Complexidade**

Proj. Ativ.: 2.022- **Manutenção E Encargos Com o CAPS**

CódRed: 950, 951, 952 – Material De Consumo

Fonte: 0002- Receitas De Impostos E De Transferência De Impostos – Saúde

0042- Transferência de Rec. Do Sistema Único de Saúde – SUS ESTADO

0046- Transferência Fundo a Fundo de Rec. Do SUS prov. Do Gov. Fed – Bloco Custeio das Ações e Serviços Públicos.

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00

Órgão: 06- Secretaria Municipal De Saúde

Unid: 06- **Mac - Média E Alta Complexidade**

Proj. Ativ.: 2.111- **Manutenção E Encargos Com o Serv. Amb. E Laboratorial**

CódRed: 1010, 1011 e 1012 – Material De Consumo

Fonte: 0002- Receitas De Impostos E De Transferência De Impostos – Saúde

0042- Transf. de Rec. Do Sistema Único de Saúde – SUS ESTADO

0046- Transf. Fundo a Fundo de Rec. Do SUS prov. Do Gov. Fed – Bloco Custeio das Ações e Serviços Públicos.

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00

Órgão: 11- Secretaria De Planejamento

Unid: 01- Secretaria De Planejamento

Proj. Ativ.: 2.012- Manutenção E Encargos Com A Sec. De Planejamento

Cód Red: 1976 - Material De Consumo

Fonte: 0000- Recursos Ordinários

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.0000

Órgão: 09- Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social

Unid: 05- Fundo de Assistência Social

Proj. Ativ.: 2.071- Manut. E Enc. Com Fundo da Assistência

Cód Red: 1668- Material de Consumo

Fonte: 0000- Recursos Ordinários

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.0000

CLÁUSULA DÉCIMA – DA CONDIÇÃO ESPECÍFICA

A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga o ÓRGÃO GERENCIADOR, nem o ÓRGÃO PARTICIPANTE, se for o caso, a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, em caso de igualdade de condições, a preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DA PUBLICIDADE

Os preços, os quantitativos, o fornecedor e as especificações resumidos do objeto, como também as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no Diário Oficial do Município, na forma de extrato, em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA REVISÃO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no **art. 65**, da **Lei 8.666/93;**

Parágrafo único – a qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrido no mercado, ou de fato novo que eleve o seu custo, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto aos fornecedores para negociar o novo valor compatível ao mercado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR terá seu registro cancelado nos seguintes casos:

I – Por iniciativa da Administração, quando:

a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório da licitação supracitada e as condições da presente ARP;

b) recusarem-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;

c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;

d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativa ao presente Registro de Preços;

e) não manutenção das condições de habilitação e compatibilidade;

f) não aceitar a redução dos preços registrados, nas hipóteses previstas na legislação;

g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.

II – Por iniciativa do próprio FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual;

Parágrafo único – o cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal, gestor do ÓRGÃO GERENCIADOR.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS PENALIDADES

Em casos de inexecução parcial ou total das condições pactuadas na presente ata, garantida a prévia defesa e o contraditório, ficará o particular sujeito às penalidades constantes no capítulo 16 deste edital, sem excluir outras penalidades de natureza distintas que poderão ser aplicadas cumulativamente.

Parágrafo único – os valores resultantes da aplicação de multas serão cobrados pela via administrativa, devendo ser recolhida no prazo máximo de **10 (dez)** dias corridos, a contar da data de recebimento da comunicação, ou, se não atendido, judicialmente, pelo rito e com os encargos da execução fiscal, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA DOCUMENTAÇÃO

A presente Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:

a) Edital do **Pregão Presencial nº 109/2019** e anexos;

b) Proposta Comercial da FORNECEDORA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da execução dos Serviços será exercida pelos servidores credenciados, nomeado mediante portaria Municipal, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinado pelo FORNECEDOR, o seu exclusivo juízo:

SECRETARIA	SERVIDOR	PORTARIA
03-SEC. ADMINISTRAÇÃO	RYANE CARLA ALVES	
04- SEC. DE FINANÇAS	CRISTINA MOREIRA TAVARES	
06- SEC – SAÚDE	DANIELA COLOMBO	**196/2019**
07- SEC - OBRAS	WALTER RAMOS TELES	
08- SEC - AGRICULTURA	LUCAS LOPES BEZERRA	
09-SEC. AÇÃO SOCIAL	ISMENYA MEIRE DA SILVA ALVES	

11- SEC. PLANEJAMENTO	HUDSON KENNEDY DE SOUSA SILVA	

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA – DO FORO

Para dirimir as questões decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o foro da Comarca de Porto Alegre do Norte-MT, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Nada mais havendo a tratar eu, **Cezar Queiroz da Silva**, Pregoeiro, lavrei a presente Ata de Registro de Preços que lida e achada conforme vai assinada pelo ÓRGÃO GERENCIADOR e pelo particular fornecedor.

_____

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

_____

RET FARMA DIST. DE MED. E PRODUTOS HOSP. EIRELI - ME

CNPJ: 12.313.826/0001-90

REPRESENTANTE LEGAL: **Thiago do Egito Araújo**

CPF: 006.642.381-30

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 167/2019
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 032/2019.

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO-DL-

PROCESSO Nº 167/2019.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nª 032/2019.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS HORAS/DIÁRIAS DE MAQUINAS E CAMINHÕES, COM COMBUSTÍVEL, CONDUTOR E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA PARA SECRETÁRIA DE OBRAS.

CONTRATADA: R.A. BABINSKI.

CNPJ:32.003.574/0001-00

END: **Avenida Industrial, Bairro Universitário II, Município de CONFRESA/MT, CEP:78.652-000.**

TELEFONE: (66) 98434-9658.

VALOR TOTAL CONTRATADO R$ 715.169,00 (Setecentos e quinze Mil e cento e sessenta e nove Reais),para o fornecimento do item do objeto da Dispensa.

FUNDAMENTO: Artigo 24, inciso V, da Lei 8.666/93.

RATIFICO nos termos do artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93 a Dispensa de Licitação nº 032/2019, em conformidade com o Termo de Referência.

Confresa/MT, em 21 de agosto de 2.019.

Ronio Condão Barros Milhomem

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

TERMO HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 090/2019 - PREGÃO PRESENCIAL 056/2019

O Prefeito Municipal, JAIR KLASNER, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nrº: 090/2019

b) Licitação Nrº: 056/2019-PR

c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

d) Data Homologação: 21/08/2019

e) Objeto da Licitação**:** "REGISTROS DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PASSAGENS DE ÔNIBUS COM TRAJETOS INTERMUNICIPAIS DESCRITOS NOS INTENS, PARA O DESLOCAMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS E PACIENTES DO MUNICÍPIO DE COTRIGUAÇU"

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

012411 G.D.M. LOPES & CIA LTDA-ME (12 ITENS)

Totalizando (12) itens no valor global de R$ 327.327,60 (TREZENTOS E VINTE SETE MIL, TREZENTOS E VINTE REIAS, E SESSENTA CENTAVOS).

JAIR KLASNER

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO PESSOAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 049/2019

JAIR KLASNER, PREFEITO DO MUNICIPIO DE COTRIGUAÇU, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o Artigo 37, item II da Constituição Federal, e o disposto no artigo 24 da Lei Municipal nº 019/2005.

C O N V O C A:

Os abaixo relacionados, aprovados em Processo Seletivo Simplificado 002/2018, que deverão comparecer no prazo de 10 (Dez) dias, à contar desta data, na Prefeitura Municipal, no horário de 7:00h às 13:00h, para assumirem suas funções, na conformidade da Lei, apresentando **fotocópia** da seguinte documentação:

• Fotocópia da certidão de nascimento ou casamento ou averbações, se houver;

• Fotocópia da certidão de nascimento dos filhos, se tiver;

• Fotocópia da Cédula de Identidade e CPF;

• Cópia da Carteira de Trabalho e do Cartão de Cadastramento no PIS/PASEP;

• Fotocópia do Título de Eleitor com o comprovante de votação na última eleição;

• Fotocópia do Certificado de Reservista, de isenção ou de dispensa (se do sexo masculino);

• Declaração de que nunca foi demitido do serviço público por justa causa; (prefeitura fornece modelo)

• Fotocópia do comprovante de Escolaridade e os respectivos registros nos órgãos fiscalizadores (quando exigido);

• Declaração de Bens e Direitos; (prefeitura fornece modelo da declaração);

• Declaração de não acumulo ilegal de cargo; (prefeitura tem o modelo)

• Conta bancária;

• Endereço atualizado;

• Fotocopia da CNH exigida para o exercício do cargo (quando necessário).

Certidão negativa da justiça (civil e criminal) das cidades onde o(a) candidato(a) tenha residido nos últimos cinco anos; Comprovante de qualificação cadastral expedido pelo sistema e-social.

O não comparecimento do (a) interessado (a) no prazo de 10 (Dez) dias, à partir desta data, e a apresentação da documentação prevista acima, implicará no reconhecimento da DESISTÊNCIA E RENÚNCIA quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi selecionado(a), reservando-se à Administração o direito de convocar outro candidato.

Cotriguaçu – MT, em 21 de Agosto de 2019.

JAIR KLASNER

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I

DOS CONVOCADOS

CARGO: PROFESSOR – PEDAGOGO/NOVA UNIÃO

ISNERIA GERALDA DA SILVA

DEPARTAMENTO PESSOAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA PERICIA MÉDICA Nº 10/2019

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, CONVOCA os Servidores abaixo relacionados para realização de PERÍCIA MÉDICA conforme encaminhamento descrito:

Servidores:

1 – *MARCI MATILDE PRANTE DE SOUSA;*

Data: Perícia Médica em 27/08/2019

Horário: A partir das 10:00 horas

Local: Centro de Ultrassonografia Juruena, consultório médico Dr. Cesar, Av. 24 de Setembro, nº 59, Bairro Centro, Juruena – MT.

Médico Perito: Dr. Cesar Francisco Aranibar Zavaleta

Sob pena de suspensão dos vencimentos, o periciando deverá comparecer no local, na data e hora informadas para avaliação médica, munido de todos os exames, laudos e demais documentos médicos que comprovem o histórico das moléstias adquiridas.

Informações complementares que se fizerem necessárias deverão ser solicitadas ao Departamento de Recursos Humanos, dentro do horário de expediente, 07:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas ou pelo telefone (66) 3555-1224.

Cotriguaçu–MT, em 21 de Agosto de 2019.

JAIR KLASNER

Prefeito de Cotriguaçu

EXTRATO DO CONTRATO N° 071/2019

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT E A EMPRESA CLEANDRO TRES ME CNPJ: 05.562.882/0001-00, "FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TORNO MECANICO PARA ATENDER A FROTA DE CAMINHÕES E MAQUINAS PESADAS DAS SECRETARIAS DE CIDADE E INFRAESTRUTURA". O presente contrato tem o valor global de R$ 64.115,46(SESSENTA E QUATRO MIL E CENTO E QUINZE REAIS E QUARENTA E SEIS CENTAVOS). Válidos por 12 (Doze) meses podendo ser prorrogado, O presente contrato vigorará a partir 23 de Agosto de 2019 válido até 23 de Agosto de 2020. *O presente instrumento contratual advém de* PROCESSO DE COMPRA **Nº 164/2018** na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL **Nº 110/2018**, as Dotações para pagamento são 114, 147, 158, 159, 161 e 167, cujas regras e condições também estão insertas no edital e processo e vincula-se na íntegra às disposições legais contidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993, e suas alterações posteriores.

JAIR KLASNER

PREFEITO MUNICIPAL

RESULTADO DO PREGÃO 056/2019 PROCESSO 090/2019

A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu/MT, torna público o resultado da Licitação, para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial - SRP nº 056/2019 obteve os seguintes resultados:

A empresa **G.D.M LOPES & CIA**CNPJ 16.422.680/0001-71 foi vencedora dos itens **1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12 com valor global de R$ 327.327,60 (TREZENTOS E VINTE SETE MIL TREZENTOS E VINTE REIAS, E SESSENTA CENTAVOS).**

O Processo Administrativo referente à licitação acima se encontra a disposição dos interessados na sala de licitações da referida Prefeitura, localizada na av. 20 de Dezembro, nº 725, Centro, neste município de Cotriguaçu/MT, 21 de agosto de 2019.

JAIR KLASNER

PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE ABERTURA DE EDITAL LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL - Nº 061/2019 PROCESSO 096/2019

A prefeitura Municipal de Cotriguaçu AV. 20 de Dezembro, n° 725 – Centro – Cotriguaçu/MT, Torna público a ABERUTRA de LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL nº 061/2019, forma de julgamento**: Menor preço por item,** com a finalidade de selecionar propostas para: REGISTRO DE PREÇO **"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GAS DE COZINHA, PARA ATENDER A DEMANDA DA ESCOLA MUNICIPAL APARECIDO NERI FONSECA E SALAS ANEXAS, NO DISTRITO DE NOVA UNIÃO"**, cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital da Licitação. Regem a presente licitação, a Lei nº 8.666/93, 10.520/02 e demais legislações aplicáveis. A abertura desta licitação ocorrerá no dia **16 (dezeseis) de setembro de 2019, às 08:30 (oito horas e trinta minutos)**, na Sala de Reuniões da Comissão Permanente de Licitação. Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital. O Edital completo poderá ser solicitado pelos interessados de segunda a sexta-feira pelo e-mail licitacao@cotriguacu.mt.gov.br ou no site da Prefeitura www.cotriguacu.mt.gov.br, (Portal da Transparência). Cotriguaçu-MT, 21 de agosto de 2019 **JULIANO MATEUS DE ALMEIDA Pregoeiro da Comissão Especial de Licitação.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

DIRETORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 037/2019

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23.996/2019)

Órgão Solicitante: Secretaria Municipal de Gestão

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Materiais de Copa, Cozinha e Material de Limpeza para atender as demandas das Secretarias Municipais da Prefeitura de Cuiabá.

Data/Horário: 04/09/2019 às 10h00min (dez horas) – Fuso Horário de Brasília.

Informações/Contato: Diretoria Especial de Licitações e Contratos /Secretaria Municipal de Gestão – DELC/SMGe - Fone: 3645-6252 - E-mail: licitacoes@cuiaba.mt.gov.br - Atendimento: 14:00 às 18:00 h. - Retirada Edital: www.cuiaba.mt.gov.br – Ano: 2019

Priscila R.N.M.Berber

Pregoeira

Visto:

Agmar Divino Lara de Siqueira

Diretor Especial de Licitações e Contratos

Cuiabá/MT, 21 de Agosto de 2019.

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

DIRETORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO/REGISTRO DE PREÇOS Nº. 036/2019

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 67.646/2019)

Órgão Solicitante: Secretaria Municipal de Saúde - SMS

Objeto: Registro de Preço para futura e eventual Contratação de empresa em Gestão operacional com mão de obra especializada em fluxo de medicamentos e correlatos e de operação de logística no almoxarifado Central, almoxarifados e dispensações nas farmácias e Centro Cirúrgico do Hospital Municipal de Cuiabá, montagem de kits cirúrgicos, comprovação eletrônica de gastos em salas do centro cirúrgico e sistema de controle e monitoramento hospitalar de média e alta complexidade 24 horas por dia em tempo real, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

Data/Horário: 05/09/2019 às 10h00min (dez horas) – Fuso Horário de Brasília.

Informações/Contato: Diretoria Especial de Licitações e Contratos /Secretaria Municipal de Gestão – DELC/SMGe - Fone: 3645-6252 - E-mail: licitacoes@cuiaba.mt.gov.br - Atendimento: 14:00 às 18:00 h. - Retirada Edital: www.cuiaba.mt.gov.br – Ano: 2019

Magda Rossi

Pregoeira

Visto:

Agmar Divino Lara de Siqueira

Diretor Especial de Licitações e Contratos

Cuiabá/MT, 21 de agosto de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL N.º 847/2019.

LEI MUNICIPAL N.º 847/2019.

EMENTA: ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 836, DE 29 DE JANEIRO DE 2019 E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A CÂMARA MUNICIPAL DE DENISE-MT, EM SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 19 DE AGOSTO DE 2019, APROVOU E A SENHORA ELIANE LINS DA SILVA, PREFEITA MUNICIPAL DE DENISE-MT, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES UE LHE SÃO CONFERIDAS PELO CARGO, SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - O inciso III, do art. 13, da Lei Municipal nº 836, de 29 de janeiro de 2019 passa a vigorar com a seguinte redação:

"III - 1 (um) representante de entidade representativa da sociedade ligada à área de trânsito."

Art. 2º - O inciso III, do art. 3º, do Anexo I, da Lei Municipal nº 836, de 29 de janeiro de 2019 passa a vigorar com a seguinte redação:

"III - 1 (um) representante de entidade representativa da sociedade ligada à área de trânsito."

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal de Denise, Estado de Mato Grosso, aos 20 (vinte) dias do mês de agosto de 2019.

ELIANE LINS DA SILVA

PREFEITA MUNICIPAL

GABINETE
DECRETO Nº 148/2019 DE SEGUNDA-FEIRA, 22 DE JULHO DE 2019

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 148/2019
DE SEGUNDA-FEIRA, 22 DE JULHO DE 2019

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

, Prefeito Municipal de DIAMANTINO, Estado de MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, especialmente a Lei Municipal n.º 1297/2019, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de DIAMANTINO - MT, abre CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, até o montante de R$ 50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS), nas dotações orçamentárias:

02	**GABINETE DO PREFEITO**	
001.04.122.0002.20076	MANUTENÇÃO COM O FUNDO DE HONORÁRIOS DA PROCURADORIA	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINARIOS	
3190130000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	8.000,00
3190160000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	32.000,00
3390140000	DIÁRIAS - CIVIL	1.000,00
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	2.000,00
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	2.000,00
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.000,00
	SUBTOTAL	**50.000,00**
	TOTAL	**50.000,00**

Art. 2º - O valor transposto e remanejado pelo artigo anterior, será coberto com a redução das seguintes dotações orçamentárias:

02	**GABINETE DO PREFEITO**	
001.04.122.0002.10010	DIVULGAÇÃO E PUBLICIDADE DOS ATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBL	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINARIOS	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	50.000,00
	SUBTOTAL	**50.000,00**
	TOTAL	**50.000,00**

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação em local de costume, revogadas as disposições em contrário:

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT
GABINETE DO PREFEITO

GABINETE DO PREFEITO DIAMANTINO - MT.
AOS DOZE DIAS DO MÊS DE JULHO DE DOIS MIL E DEZENOVE.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria e publicada por afixação
no lugar público de costume na data supra.

GABINETE
EDITAL N.º 20/2019 DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO, através do Prefeito **EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA**, convida a população de Deciolândia para participarem de **AUDIÊNCIA PÚBLICA** promovida pelo programa **"FALA DIAMANTINO: VOCÊ OPINA A CIDADE AVANÇA"** com o objetivo de recolher subsídios e informações para o processo de tomada de decisões no âmbito do Poder Executivo Municipal, bem como proporcionar

aos cidadãos a oportunidade de encaminhar seus pleitos, sugestões e opiniões para revisão das Peças de Planejamento, a ser realizado dia **30/08/2019**, as 19h00m, na **Escola Municipal Décio Furigo**, localizada a Rua Décio Furigo

A audiência, realizada na forma de exposições e manifestações verbais e escritas por convidados e participantes.

Diamantino/MT, 21 de agosto de 2019.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

GABINETE
EDITAL N.º 19/2019 DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO, através do Prefeito **EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA**, convida a população da Gleba Bojuí para participarem de **AUDIÊNCIA PÚBLICA** promovida pelo programa **"FALA DIAMANTINO: VOCÊ OPINA A CIDADE AVANÇA"** com o objetivo de recolher subsídios e informações para o processo de tomada de decisões no âmbito do Poder Executivo Municipal, bem como proporcionar aos cidadãos a oportunidade de encaminhar seus pleitos, sugestões e opiniões para revisão das Peças de Planejamento, a ser realizado dia **27/08/2019**, as 19h00m, no Centro Comunitário.

A audiência, realizada na forma de exposições e manifestações verbais e escritas por convidados e participantes.

Diamantino/MT, 21 de agosto de 2019.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

GABINETE
LEI Nº 1.300/2019

Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar Cooperação Técnica, por termo, com a COOPERCAETÉ – Cooperativa de Agricultores Independentes de Mato Grosso, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, Senhor **EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA**, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal de Diamantino aprovou, e ELE sanciona a seguinte lei:

Art. 1°. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a firmar Cooperação Técnica, por termo, com a COOPERCAETÉ – COOPERATIVA DE AGRICULTORES INDEPENDENTES DE MATO GROSSO, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 09.002.553/0001-58, com sede à Rodovia Senador Roberto Campos, s/n, KM 2,5, Novo Diamantino, em Diamantino/MT, conforme minuta anexa.

§1º A cooperação tratada no caput tem por finalidade o desenvolvimento de serviços destinados a auxiliar o produtor rural, no processo de gradagem, nivelamento, correção (calagem) do solo de sua propriedade e plantio, conforme necessidade, através da disponibilização de maquinário e implementos agrícolas pelo MUNICÍPIO DE DIAMANTINO e operacionalização pela COOPERCAETÉ.

§2º O maquinário e implementos agrícolas a serem disponibilizados pelo MUNICÍPIO DE DIAMANTINO são os seguintes:

I.- TRATOR AGRÍCOLA EXITUS DE RODAS COM TOLDO, MARCA/MODELO: NEW HOLLAND/TL 95E, COR: AZUL, ANO: 2018, NÚMERO DE SÉRIE: T595R401188, REGISTRO PATRIMONIAL CÓDIGO Nº 258160, PLAQUETA Nº 27934;

II.- GRADE ARADORA, MARCA/MODELO: PICCIN/GACR 14X28X230MM C/ CONTROLE, ESP.: 28X22RO175 DISCOS 14, COR VERDE, NÚMERO DE SÉRIE: 1406964, REGISTRO PATRIMONIAL CÓDIGO Nº 9187, PLAQUETA Nº 24000;

III.- DISTRIBUIDOR DE ADUBO E CALCÁRIO, MARCA/MODELO: PICCIN/MASTER 5500, NÚMERO DE SÉRIE: 17/04130, REGISTRO PATRIMONIAL CÓDIGO Nº 25919, PLAQUETA Nº 27669;

IV.- GRADE NIVELADORA, MARCA/MODELO: BALDAN/NVCR 28 C/ DSC MIS 22 P1, CONTROLE C/ MANCAIS, NÚMERO DE SÉRIE: 60342959002001;

V.- SEMEADEIRA ADUBADEIRA SIMPLES, MARCA/MODELO: NOGUEIRA/SOFT900, NÚMERO DE SÉRIE: NONOOA02723, REGISTRO PATRIMONIAL CÓDIGO Nº 9629, PLAQUETA Nº 20512;

VI.- SULVADOR SIMPLES P/ CANA, MARCA/MODELO: BALDAN/SLS PESADO DE 01 LINHA, NÚMERO DE SÉRIE: 590359001001, REGISTRO PATRIMONIAL CÓDIGO Nº 9658, PLAQUETA Nº 20513.

Art. 2º. Compete ao MUNICÍPIO DE DIAMANTINO:

I.- Disponibilizar e dar manutenção no maquinário e implementos agrícolas acima descritos;

II.- Cadastrar os produtores rurais conforme solicitação de serviço;

III.- Autorizar o uso do maquinário e implementos agrícolas disponibilizados;

IV.- Fiscalizar a fiel execução dos objetivos do termo de cooperação.

Art. 3º. Compete à COOPERCAETÉ:

I.- Fazer a gestão do maquinário e implementos agrícolas disponibilizados;

II.- Indicar e manter, no mínimo, 03 (três) cooperados qualificados para operar o maquinário e implementos agrícolas, sendo que os mesmos deverão receber por hora trabalhada diretamente do produtor beneficiado pelo serviço;

III.- Auxiliar no desempenho das atividades desenvolvidas;

IV.- Conservar e guardar o maquinário e implementos agrícolas, comprometendo-se a devolvê-los ao MUNICÍPIO DE DIAMANTINO, findo o prazo de vigência da cooperação;

V.- Disponibilizar local adequado para o armazenamento do maquinário e implementos agrícolas;

VI.- Comunicar, imediatamente, o MUNICÍPIO DE DIAMANTINO, acerca de todas e quaisquer formas de ameaça realizadas por terceiros contra o maquinário e implementos agrícolas;

VII.- Defender a posse do referido maquinário e implementos agrícolas.

§1º Para efeito do inciso II, o valor da hora trabalhada não poderá ultrapassar R$ 25,00 (vinte e cinco reais).

§2º O produtor beneficiado também arcará com as despesas de combustível.

Art. 4º. A vigência do termo de cooperação, autorizado por esta Lei, se dará por 02 (dois) anos, a contar da data de sua publicação no Diário Oficial do Município, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo, por conveniência das partes.

Art. 5º. É de inteira responsabilidade da COOPERCAETÉ a utilização dos bens disponibilizados, com fundamento nesta Lei, pela qual responde por todos os prejuízos que eventualmente possa causar a outrem ou mesmo em caso de acidentes que envolvam a utilização dos mesmos.

Art. 6º. O não cumprimento, por parte da COOPERCAETÉ, de quaisquer das obrigações impostas por esta lei e pelo instrumento contratual e/ou demais normas atinentes, ensejará, automaticamente, a rescisão contratual e consequentemente a devolução do maquinário e implementos agrícolas, sem prejuízo das sanções cabíveis.

Art. 7º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Diamantino-MT, 13 de Agosto de 2019.

Eduardo Capistrano de Oliveira

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº /2019

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE DIAMANTINO E A COOPERCAETÉ – COOPERATIVA DE AGRICULTORES INDEPENDENTES DE MATO GROSSO.

De um lado como **PRIMEIRO COOPERANTE**, o **MUNICÍPIO DE DIAMANTINO**, com sede administrativa sito à Av. Desembargador Joaquim Pereira Ferreira Mendes, nº 2.341, Jardim Eldorado, inscrito no CNPJ/MF sob o n. 03.648.540/0001-74, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr.**EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, Advogado, portador da Cédula de identidade RG n.º 1158486-6 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n.º 937.368.431-00, residente e domiciliado Av. Diamantino, nº 570, Centro, DIAMANTINO – MT, e, de outro lado como **SEGUNDA COOPERANTE**, a **COOPERCAETE – COOPERATIVA DE AGRICULTORES INDEPENDENTES DE MATO GROSSO**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 09.002.553/0001-58,com sede à Rodovia Senador Roberto Campos, s/n, KM 2,5, Novo Diamantino, em Diamantino/MT, neste ato representada por seu presidente, Sr. **VALDEVINO DA SILVA,** RG nº 989.709 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº 786.423.611-15, residente e domiciliado neste município, resolveram celebrar o presente Termo de Cooperação Técnica, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1.- A cooperação tem por finalidade o desenvolvimento de serviços destinados a auxiliar o produtor rural, no processo de gradagem, nivelamento, correção (calagem) do solo de sua propriedade e plantio, conforme necessidade, através da disponibilização de maquinário e implementos agrícolas pelo **PRIMEIRO COOPERANTE** e operacionalização pela **SEGUNDA COOPERANTE**.

1.2.- O maquinário e implementos agrícolas a serem disponibilizados pelo **PRIMEIRO COOPERANTE** são os seguintes:

I.- TRATOR AGRÍCOLA EXITUS DE RODAS COM TOLDO, MARCA/MODELO: NEW HOLLAND/TL 95E, COR: AZUL, ANO: 2018, NÚMERO DE SÉRIE: T595R401188, REGISTRO PATRIMONIAL CÓDIGO Nº 258160, PLAQUETA Nº 27934;

II.- GRADE ARADORA, MARCA/MODELO: PICCIN/GACR 14X28X230MM C/ CONTROLE, ESP.: 28X22RO175 DISCOS 14, COR VERDE, NÚMERO DE SÉRIE: 1406964, REGISTRO PATRIMONIAL CÓDIGO Nº 9187, PLAQUETA Nº 24000;

III.- DISTRIBUIDOR DE ADUBO E CALCÁRIO, MARCA/MODELO: PICCIN/MASTER 5500, NÚMERO DE SÉRIE: 17/04130, REGISTRO PATRIMONIAL CÓDIGO Nº 25919, PLAQUETA Nº 27669;

IV.- GRADE NIVELADORA, MARCA/MODELO: BALDAN/NVCR 28 C/ DSC MIS 22 P1, CONTROLE C/ MANCAIS, NÚMERO DE SÉRIE: 60342959002001;

V.- SEMEADEIRA ADUBADEIRA SIMPLES, MARCA/MODELO: NOGUEIRA/SOFT900, NÚMERO DE SÉRIE: NONOOA02723, REGISTRO PATRIMONIAL CÓDIGO Nº 9629, PLAQUETA Nº 20512;

VI.- SULVADOR SIMPLES P/ CANA, MARCA/MODELO: BALDAN/SLS PESADO DE 01 LINHA, NÚMERO DE SÉRIE: 590359001001, REGISTRO PATRIMONIAL CÓDIGO Nº 9658, PLAQUETA Nº 20513.

CLAUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2.1.- Compete ao **PRIMEIRO COOPERANTE**:

I.- Disponibilizar e dar manutenção no maquinário e implementos agrícolas acima descritos;

II.- Cadastrar os produtores rurais conforme solicitação de serviço;

III.- Autorizar o uso do maquinário e implementos agrícolas disponibilizados;

IV.- Fiscalizar a fiel execução dos objetivos do termo de cooperação, verificando, ainda, o funcionamento maquinário e implementos agrícolas, de forma a evitar prejuízos e deteriorações.

2.2.- Compete à **SEGUNDA COOPERANTE**:

I.- Fazer a gestão do maquinário e implementos agrícolas disponibilizados;

II.- Indicar e manter, no mínimo, 03 (três) cooperados qualificados para operar o maquinário e implementos agrícolas, sendo que os mesmos deverão receber por hora trabalhada diretamente do produtor beneficiado pelo serviço;

III.- Auxiliar no desempenho das atividades desenvolvidas;

IV.- Conservar e guardar o maquinário e implementos agrícolas, comprometendo-se a devolvê-los ao **PRIMEIRO COOPERANTE**, findo o prazo de vigência da cooperação;

V.- Disponibilizar local adequado para o armazenamento do maquinário e implementos agrícolas;

VI.- Comunicar, imediatamente, o **PRIMEIRO COOPERANTE**, acerca de todas e quaisquer formas de ameaça realizadas por terceiros contra o maquinário e implementos agrícolas;

VII.- Defender a posse das referidas máquinas.

2.3.- Para efeito do inciso II, do item 2.2, o valor da hora trabalhada não poderá ultrapassar R$ 25,00 (vinte e cinco reais).

2.4.- O produtor beneficiado também arcará com as despesas de combustível.

CLAUSULA TERCEIRA – DAS VEDAÇÕES

3.1.- À **SEGUNDA COOPERANTE** é vedado alugar, alienar ou penhorar, parcialmente ou integralmente, os bens móveis descritos na Cláusula Primeiro, objeto deste Termo.

CLAUSULA QUARTA– DA RESPONSABILIDADE

4.1.- A **SEGUNDA COOPERANTE** não se responsabilizará por eventuais danos existentes anteriores a data da vigência do presente instrumento e aqueles que, porventura, vierem a ocorrer, proveniente de caso fortuito ou força maior.

4.2.- Por outro lado, é de inteira responsabilidade da **SEGUNDA COOPERANTE** a utilização dos bens disponibilizados, pela qual responde por todos os prejuízos que eventualmente possa causar a outrem ou mesmo em caso de acidentes que envolvam a utilização dos mesmos.

CLAUSULA QUINTA– DA VIGÊNCIA

5.1.- O presente **TERMO** terá vigência de 02 (dois) anos, a contar da data de sua publicação no Diário Oficial do Município, podendo ser renovado, por acordo entre as partes, mediante Termo Aditivo.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO UNILATERAL

6.1.- É atribuído ao **PRIMEIRO COOPERANTE** as seguintes prerrogativas:

I.- Modificar unilateralmente o termo de cooperação para melhor adequação ao atendimento da finalidade pública a que se destina;

II.- Rescindir unilateralmente o termo de cooperação, independente de pagamento de multa, ou aviso prévio, após justificativa e autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, pelos motivos a seguir:

a) Não cumprimento de quaisquer de suas clausulas e condições ou cumprimento irregular das obrigações da **SEGUNDA COOPERANTE**;

b) Razões de interesse público de alta relevância e conhecimento, justificado pela autoridade pública;

c) Ocorrência de caso fortuito ou de força maior regularmente comprovado, impeditivo da execução da cooperação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO LUGAR DA OBRIGAÇÃO

7.1.- A entrega dos bens e a restituição serão realizadas na sede administrativa deste Município, no endereço indicado preambularmente, mediante assinatura do presente termo.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Diamantino, com exclusão a qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir as questões que derivem deste Termo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, estando assim, justos compromissados, firmo o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, para que produza seus efeitos de direito.

Diamantino-MT, de de 2019.

PRIMEIRO COOPERANTE: EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

SEGUNDA COOPERANTE: VALDEVINO DA SILVA

Presidente da COOPERCAETE

TESTEMUNHAS:

Nome: Nome:

RG: RG:

CPF: CPF:

GABINETE
DECRETO Nº 147/2019 DE SEGUNDA-FEIRA, 19 DE JULHO DE 2019

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de DIAMANTINO, Estado de MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, especialmente a Lei Municipal nº 1263/2018, e em consonância com a lei Federal 4320/64

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de DIAMANTINO – MT, abre CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, até o montante de R$ 283.000,00 (DUZENTOS E OITENTA E TREIS MIL REAIS), nas dotações orçamentárias:

04 SECRETARIA MUNIC DE OBRAS VIAÇÃO E SERV PÚBLICOS

001.25.752.0010.10034 MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA

0.1.17.000000 CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA – COSIP

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO..... . 83.000,00

3390390000 OUTROS SERV.TERCEIROS P.JURIDICA..... 200.000,00

SUBTOTAL 283.000,00

TOTAL 283.000,00

Art. 2º Para cobertura ao crédito adicional especial, aberto no Artigo 1º, serão utilizados recursos conforme o Artigo 43, parágrafo 1º.inciso I, da Lei Federal n° 4.320/64 – O Superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, de acordo com o autorizado na Lei Municipal 1263/18, art.2o. e inciso II do art. 6º., tendo como superávit a seguinte fonte de recurso:

FONTE DE RECURSO	*SUPERÁVIT APURADO*	*UTILIZADO NO DECRETO*	*UTILIZADO ATE O PERÍODO DO DECRETO*	*SALDO REMANESCENTE*
0.1.17 - COSIP	696.784,54	283.000,00	609.000,00	87.784,54

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Diamantino/MT, 19 de julho de 2019.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

GABINETE
DECRETO Nº 145/2019 DE SEGUNDA-FEIRA, 19 DE JULHO DE 2019

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de DIAMANTINO, Estado de MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, especialmente a Lei Municipal nº 1263/2018, e em consonância com a lei Federal 4320/64

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de DIAMANTINO – MT, abre CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, até o montante de R$ 214.000,00 (DUZENTOS E QUATORZE MIL REAIS), nas dotações orçamentárias:

04 SECRETARIA MUNIC DE OBRAS VIAÇÃO E SERV PÚBLICOS

001.26.782.0010.10053 MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA

0.1.30.000000 RECURSOS DO FUNDO DE TRANSPORTE E HABITAÇAO - FETHAB

3390390000 OUTROS SERV.TERCEIROS P.JURIDICA.. ... .214.000,00

SUBTOTAL 214.000,00

TOTAL 214.000,00

Art. 2º Para cobertura ao crédito adicional especial, aberto no Artigo 1º, serão utilizados recursos conforme o Artigo 43, parágrafo 1º.inciso I, da Lei Federal n° 4.320/64 – O Superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, de acordo com o autorizado na Lei Municipal 1263/18, art.2o. e inciso II do art. 6º., tendo como superávit a seguinte fonte de recurso:

FONTE DE RECURSO	*SUPERÁVIT APURADO*	*UTILIZADO NO DECRETO*	*UTILIZADO ATE O PERÍODO DO DECRETO*	*SALDO REMANESCENTE*
0.1.30 FETHAB	215.058,18	214.000,00	214.000,00	1.058,18

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Diamantino/MT, 19 de julho de 2019.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

GABINETE
DECRETO Nº 152/2019 DE , 26 DE JULHO DE 2019

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT

GABINETE DO PREFEITO

Decreto nº 152/2019
De , 26 de Julho de 2019

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA PROVIDÊNCIAS.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Prefeito de DIAMANTINO, Estado de MATO GROSSO, na suas atribuições legais, especialmente a Lei Municipal n.º 1259/2018, em consonância com a Lei Federal 4.320/64 e de acordo com o autorizado na Lei Municipal nº 1263/2018.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de DIAMANTINO - MT, abre CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, até o montante de R$ 933.350,00 (Novecentos e trinta e tres mil e trezentos e cinquenta reais) nas dotações orçamentárias:

05	**SECRETARIA MUNIC EDUCAÇÃO E CULTURA**	
001.12.361.0016.10096	MANUTENÇAO COM O TRANSPORTE ESCOLAR 15 ONIBUS E 3 VANS	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	58.000,00
001.12.361.0016.20046	MANUT E ENCARGOS ENSINO FUNDAMENTAL	
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS ¿ PESSOAL CIVIL	189.924,00
3190130000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	52.280,00
002.12.361.0093.20009	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM FUNDEB 60%	
3190040000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	51.160,00
002.12.365.0094.20014	MANUTENÇAO E ENCARGOS COM 60% DA EDUCAÇAO INFANTIL - CR	
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS ¿ PESSOAL CIVIL	19.620,00
3190130000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	26.400,00
002.12.365.0094.20015	MANUTENÇAO E ENCARGOS COM 40% DA EDUCAÇAO INFANTIL - FU	
3190040000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	42.490,00
003.12.361.0095.10092	MANTER O CONVENIO DO TRANSPORTE ESCOLAR/SEDUC	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	10.000,00
004.12.365.0032.20013	MANUTENÇAO E ENCARGOS COM A EDUCAÇAO INFANTIL	
3190040000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16.800,00
3190130000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	38.045,00
005.13.392.0033.20016	MANUTENÇAO E ENCARGOS COM O DEPARTAMENTO DE CULTURA	
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS ¿ PESSOAL CIVIL	40.305,00
3190130000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	8.326,00
	SUBTOTAL	**553.350,00**

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT

GABINETE DO PREFEITO

06	**SECRETARIA MUNIC DE SAUDE E VIGILANCIA SANITARIA**	
001.10.301.0042.20029	MANUTENÇAO E DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DE SAUDE B	
3190130000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	26.000,00
001.10.301.0042.20030	MANUTENÇAO E DESEVOLVIMENTOS COM AS ATIVIDADES DO AGEN	
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS ¿ PESSOAL CIVIL	80.000,00
001.10.301.0042.20032	MANUTENÇAO E ENCARGOS COM AS UNIDADES DO ESF	
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS ¿ PESSOAL CIVIL	147.000,00
3190130000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	6.000,00
001.10.301.0042.20056	MANUTENÇAO DO NASF	
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS ¿ PESSOAL CIVIL	52.000,00
001.10.302.0040.20022	MANUTENÇAO E ENCARGOS COM O CENTRO DE REABILITAÇAO	
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS ¿ PESSOAL CIVIL	55.000,00
001.10.303.0043.20033	MANUTENÇAO FARMACEUTICA MUNICIPAL	
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS ¿ PESSOAL CIVIL	14.000,00
	SUBTOTAL	**380.000,00**
	TOTAL	**933.350,00**

Art. 2º - Para Cobertura aos créditos adicionais abertos no Art. 1º, serão utilizados recursos de anulação total ou parcial de dotações, de acordo com o Art. 43º, inciso III da Lei 4.320/64, reduzindo recursos das seguintes dotações:

05	**SECRETARIA MUNIC EDUCAÇÃO E CULTURA**	
001.12.361.0016.10067	IMPLANT.O ASSES.DO ENS-APREND.,ADQ MAT DIDATICOS E PROPO	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
001.12.361.0016.10069	AQ.DE MOB.COMP.NECES. P/ATENDER AS NECESSIDADES DOS LAB.	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.000,00
001.12.361.0016.10070	AQ,DE NOTEBOOKS P/ATENDER AS NECESSIDADES DOS ASSES.COO	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.400,00
001.12.361.0016.10072	CONST DE BIBLIOTECAS PUB. E AQ DE EQUIP E ACERVOS DE LIVRO	
4490510000	OBRAS E INSTALAÇÕES	3.500,00
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.000,00
001.12.361.0016.20007	MANUTENÇÃO E ENC.C/A SECRETARIA	
3190040000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	45.000,00
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS ¿ PESSOAL CIVIL	74.180,00
001.12.361.0016.20046	MANUT E ENCARGOS ENSINO FUNDAMENTAL	
3190040000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	91.000,00
3190940000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	20.000,00
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	13.000,00
3390330000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	10.000,00
3390360000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	23.000,00

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT

GABINETE DO PREFEITO

001.12.364.0028.20010	MANUTENÇAO E ENCARGOS COM UAB	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	45.000,00
002.12.365.0094.20015	MANUTENÇAO E ENCARGOS COM 40% DA EDUCAÇAO INFANTIL - FU	
3190040000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	9.000,00
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS ¿ PESSOAL CIVIL	24.193,00
3190940000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	5.000,00
003.12.362.0095.10093	MANTER O CONVENIO DO TRANSPORTE ESCOLAR COM PNAT	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	10.000,00
004.12.365.0032.10109	ADAPTAÇÃO E REFORMA DOS PREDIOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL CO	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	10.000,00
004.12.365.0032.10117	IMPLANTAÇAO DE PROGRAMAS DE ATUALIZAÇAO PERIODICAS	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	5.000,00
004.12.365.0032.10118	ABORDAR A QUESTAO DO TRABALHO INFANTIL	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	10.000,00
004.12.365.0032.20013	MANUTENÇAO E ENCARGOS COM A EDUCAÇAO INFANTIL	
3190940000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	39.445,00
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	34.732,00
3390360000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15.400,00
005.13.391.0033.10123	CONSTRUÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO MUSEU MUNICIPAL	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	10.000,00
005.13.391.0033.10124	MANUTENÇAO E CONSERVAÇAO DO MEMORIAL DOS VIAJANTES	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
3390360000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	4.500,00
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	4.500,00
005.13.392.0033.10310	CONSTRUÇÃO DE UM ANFITEATRO COM AUDITÓRIO PARA REALIZA	
4490510000	OBRAS E INSTALAÇÕES	2.500,00
005.13.392.0033.10311	AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA O CORAL E AULAS DE MUSICAS	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
005.13.392.0033.20016	MANUTENÇAO E ENCARGOS COM O DEPARTAMENTO DE CULTURA	
3190040000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	14.000,00
3390360000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	5.000,00
	SUBTOTAL	**553.350,00**
06	**SECRETARIA MUNIC DE SAUDE E VIGILANCIA SANITARIA**	
001.10.301.0042.20029	MANUTENÇAO E DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DE SAUDE B	
3190040000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	26.000,00
001.10.301.0042.20030	MANUTENÇAO E DESEVOLVIMENTOS COM AS ATIVIDADES DO AGEN	
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS ¿ PESSOAL CIVIL	80.000,00
001.10.301.0042.20032	MANUTENÇAO E ENCARGOS COM AS UNIDADES DO ESF	
3190130000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	147.000,00
3190940000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	29.000,00
3390330000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	6.000,00

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT

GABINETE DO PREFEITO

001.10.301.0042.20056	MANUTENÇAO DO NASF	
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS ¿ PESSOAL CIVIL	23.000,00
001.10.302.0040.20022	MANUTENÇAO E ENCARGOS COM O CENTRO DE REABILITAÇAO	
3190040000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	55.000,00
001.10.303.0043.20033	MANUTENÇAO FARMACEUTICA MUNICIPAL	
3190040000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	14.000,00
	SUBTOTAL	**380.000,00**
	TOTAL	**933.350,00**

Art. 3º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DIAMANTINO - MT.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria e publicada por afixação
no lugar público de costume na data supra.

GABINETE
DECRETO Nº 150/2019 DE , 24 DE JULHO DE 2019

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT

GABINETE DO PREFEITO

Decreto nº 150/2019
De , 24 de Julho de 2019

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA PROVIDÊNCIAS.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Prefeito de DIAMANTINO, Estado de MATO GROSSO, na suas atribuições legais, especialmente a Lei Municipal n.º 1259/2018, em consonância com a Lei Federal 4.320/64 e de acordo com o autorizado na Lei Municipal nº 1263/2018.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de DIAMANTINO - MT, abre CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, até o montante de R$ 509.400,00 (Quinhentos e nove mil e quatrocentos reais) nas dotações orçamentárias:

02	**GABINETE DO PREFEITO**	
001.04.122.0002.20002	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O GABINETE	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	18.000,00
	SUBTOTAL	**18.000,00**
03	**SEC MUNIC AGRICULTURA IND.COM.E MEIO AMBIENTE**	
001.04.122.0002.20003	MANUTENÇAO E ENCARGOS COM ATIVIDADES DA SECRETARIA	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
	SUBTOTAL	**10.000,00**
04	**SECRETARIA MUNIC DE OBRAS VIAÇÃO E SERV PUBLICOS**	
001.04.122.0002.20004	MANUTENÇAO E ENCARGOS COM A SECRETARIA	
3190040000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	7.000,00
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	45.000,00
001.26.782.0010.10053	ELEVAÇÃO DO GREIDE E ENCASCALHAMENTO DE ESTRADAS VICINA	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
	SUBTOTAL	**62.000,00**
05	**SECRETARIA MUNIC EDUCAÇÃO E CULTURA**	
001.12.361.0016.20007	MANUTENÇÃO E ENC.C/A SECRETARIA	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	80.000,00
	SUBTOTAL	**80.000,00**
06	**SECRETARIA MUNIC DE SAUDE E VIGILANCIA SANITARIA**	
001.10.122.0037.20019	GESTAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	45.000,00

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT

GABINETE DO PREFEITO

001.10.301.0042.10165	AQUISIÇAO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA SA	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.000,00
001.10.301.0042.10258	AQUISIÇAO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE PARA O E	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	6.000,00
001.10.301.0042.20029	MANUTENÇAO E DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DE SAUDE B	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	25.000,00
001.10.301.0042.20032	MANUTENÇAO E ENCARGOS COM AS UNIDADES DO ESF	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	192.000,00
001.10.302.0040.10254	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O PRONTO ATENDIMENTO	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.800,00
	SUBTOTAL	**270.800,00**
07	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**	
001.08.244.0045.10295	BENEFÍCIOS EVENTUAIS LEI Nº 9071/2014	
3390320000	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	25.000,00
001.08.244.0045.20039	MANUT.C/FUNDO DE ASSIST.SOCIAL	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
	SUBTOTAL	**30.000,00**
08	**SEC MUNIC DE ESPORTE LAZER E TURISMO**	
001.27.812.0055.10206	EVENTOS ESPORTIVOS, COMEMORATIVOS, ANIVERSARIO DA CIDAD	
3390310000	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORT	15.000,00
001.27.813.0002.20041	MANUT.E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	13.600,00
	SUBTOTAL	**28.600,00**
09	**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**	
001.04.122.0002.10214	AQ.EQUIP MOVEIS E UTENSILIOS BEM COMO EQUIPAMENTOS DE IN	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00
	SUBTOTAL	**10.000,00**
	TOTAL	**509.400,00**

Art. 2º - Para Cobertura aos créditos adicionais abertos no Art. 1º, serão utilizados recursos de anulação total ou parcial de dotações, de acordo com o Art. 43º, inciso III da Lei 4.320/64, reduzindo recursos das seguintes dotações:

02	**GABINETE DO PREFEITO**	
001.04.122.0002.20002	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O GABINETE	
3390140000	DIÁRIAS - CIVIL	8.000,00
3390330000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	10.000,00
	SUBTOTAL	**18.000,00**
03	**SEC MUNIC AGRICULTURA IND.COM.E MEIO AMBIENTE**	
001.04.122.0002.20003	MANUTENÇAO E ENCARGOS COM ATIVIDADES DA SECRETARIA	

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT

GABINETE DO PREFEITO

3390330000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	5.000,00
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	5.000,00
	SUBTOTAL	**10.000,00**
04	**SECRETARIA MUNIC DE OBRAS VIAÇÃO E SERV PUBLICOS**	
001.04.122.0002.20004	MANUTENÇAO E ENCARGOS COM A SECRETARIA	
3190040000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	55.000,00
3190050000	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO	7.000,00
	SUBTOTAL	**62.000,00**
05	**SECRETARIA MUNIC EDUCAÇÃO E CULTURA**	
001.12.361.0016.20007	MANUTENÇÃO E ENC.C/A SECRETARIA	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	80.000,00
	SUBTOTAL	**80.000,00**
06	**SECRETARIA MUNIC DE SAUDE E VIGILANCIA SANITARIA**	
001.10.122.0037.10151	AQUISIÇÃO DE EQUIP.E MAT.PERMANENTE PARA GESTAO DO SUS	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.000,00
001.10.122.0037.10323	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	22.000,00
001.10.301.0042.10319	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA AS UNIDADES DE SAUDE	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	9.000,00
001.10.301.0042.10350	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA E CONSERVAÇÃO DAS UNIDA	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	48.000,00
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	45.000,00
001.10.301.0042.20029	MANUTENÇAO E DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DE SAUDE B	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	50.000,00
001.10.302.0040.10244	MANUTENÇAO DAS AÇOES DA MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
3390360000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	4.000,00
001.10.302.0040.10255	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O LABORATORIO MUNICIPAL	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	6.000,00
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	7.800,00
001.10.302.0040.20022	MANUTENÇAO E ENCARGOS COM O CENTRO DE REABILITAÇAO	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	22.000,00
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	7.000,00
001.10.302.0040.20024	MANUTENÇAO DO PRONTO ATENDIMENTO	
3390330000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	19.000,00
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	30.000,00
	SUBTOTAL	**270.800,00**
07	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**	
001.08.244.0045.10185	GERAÇÃO DA RENDA COM QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
001.08.244.0045.10295	BENEFÍCIOS EVENTUAIS LEI Nº 9071/2014	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	25.000,00

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT

GABINETE DO PREFEITO

	SUBTOTAL	**30.000,00**
08	**SEC MUNIC DE ESPORTE LAZER E TURISMO**	
001.27.812.0055.10206	EVENTOS ESPORTIVOS, COMEMORATIVOS, ANIVERSARIO DA CIDAD	
3390360000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15.000,00
001.27.812.0055.10293	COBERTURA DE QUADRAS DAS PRAÇAS MUNICIPAIS	
4490300000	MATERIAL DE CONSUMO	13.600,00
	SUBTOTAL	**28.600,00**
09	**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**	
001.04.122.0002.10214	AQ.EQUIP MOVEIS E UTENSILIOS BEM COMO EQUIPAMENTOS DE IN	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.000,00
001.04.122.0002.10215	AQ.DE VEICULOS E MOTOS	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	6.000,00
	SUBTOTAL	**7.000,00**
10	**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**	
001.04.123.0002.20045	MANUT E ENCARGOS COM A SECRETARIA	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	3.000,00
	SUBTOTAL	**3.000,00**
	TOTAL	**509.400,00**

Art. 3º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DIAMANTINO - MT.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT

GABINETE DO PREFEITO

Registrada nesta Secretaria e publicada por afixação
no lugar público de costume na data supra.

GABINETE
DECRETO Nº 149/2019 DE , 22 DE JULHO DE 2019

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT

GABINETE DO PREFEITO

Decreto nº 149/2019
De , 22 de Julho de 2019

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA PROVIDÊNCIAS.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Prefeito de DIAMANTINO, Estado de MATO GROSSO, na suas atribuições legais, especialmente a Lei Municipal n.º 1259/2018, em consonância com a Lei Federal 4.320/64 e de acordo com o autorizado na Lei Municipal nº 1263/2018.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de DIAMANTINO - MT, abre CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, até o montante de R$ 394.300,00 (Trezentos e noventa e quatro mil e trezentos reais) nas dotações orçamentárias:

03	**SEC MUNIC AGRICULTURA IND.COM.E MEIO AMBIENTE**	
001.04.122.0002.20003	MANUTENÇAO E ENCARGOS COM ATIVIDADES DA SECRETARIA	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
3390350000	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	25.000,00
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	17.000,00
	SUBTOTAL	**47.000,00**
05	**SECRETARIA MUNIC EDUCAÇÃO E CULTURA**	
001.12.361.0016.20007	MANUTENÇÃO E ENC.C/A SECRETARIA	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	30.000,00
001.12.364.0028.20010	MANUTENÇAO E ENCARGOS COM UAB	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	5.000,00
004.12.365.0032.20013	MANUTENÇAO E ENCARGOS COM A EDUCAÇAO INFANTIL	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	65.000,00
	SUBTOTAL	**100.000,00**
06	**SECRETARIA MUNIC DE SAUDE E VIGILANCIA SANITARIA**	
001.10.301.0042.20030	MANUTENÇAO E DESEVOLVIMENTOS COM AS ATIVIDADES DO AGEN	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	12.000,00
001.10.302.0040.10244	MANUTENÇAO DAS AÇOES DA MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	23.000,00
	SUBTOTAL	**35.000,00**
07	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**	
001.08.244.0045.20035	MANUT E ENCARGOS COM A SECRETARIA	

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT

GABINETE DO PREFEITO

3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	70.000,00
002.08.243.0066.10348	MANUTENÇÃO COM AS ATIVIDADES DO CONVENIO CRIANÇA FELIZ	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00
	SUBTOTAL	**71.000,00**
08	**SEC MUNIC DE ESPORTE LAZER E TURISMO**	
001.27.813.0002.20041	MANUT.E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	16.000,00
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	68.000,00
	SUBTOTAL	**84.000,00**
09	**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**	
001.04.122.0002.10214	AQ.EQUIP MOVEIS E UTENSILIOS BEM COMO EQUIPAMENTOS DE IN	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16.300,00
	SUBTOTAL	**16.300,00**
10	**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**	
001.04.123.0002.20045	MANUT E ENCARGOS COM A SECRETARIA	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	41.000,00
	SUBTOTAL	**41.000,00**
	TOTAL	**394.300,00**

Art. 2º - Para Cobertura aos créditos adicionais abertos no Art. 1º, serão utilizados recursos de anulação total ou parcial de dotações, de acordo com o Art. 43º, inciso III da Lei 4.320/64, reduzindo recursos das seguintes dotações:

02	**GABINETE DO PREFEITO**	
001.04.122.0002.20058	MANUTENÇÃO COM AS ATIVIDADES DA PROCURADORIA MUNICIPAL	
3390140000	DIÁRIAS - CIVIL	5.000,00
	SUBTOTAL	**5.000,00**
03	**SEC MUNIC AGRICULTURA IND.COM.E MEIO AMBIENTE**	
001.04.122.0002.20003	MANUTENÇAO E ENCARGOS COM ATIVIDADES DA SECRETARIA	
3390400000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	5.000,00
001.20.605.0003.10019	CORREÇAO DE SOLO COM CALCARIO E TERRAPLANAGEM PARA AVIA	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	15.000,00
001.20.605.0003.10022	REALIZAÇÃO DE CURSOS DE QUALIF E CAPACTAÇÃO AOS PRODUTO	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	27.000,00
	SUBTOTAL	**47.000,00**
05	**SECRETARIA MUNIC EDUCAÇÃO E CULTURA**	
001.12.361.0016.20007	MANUTENÇÃO E ENC.C/A SECRETARIA	
3390350000	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	5.000,00
3390360000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	60.000,00
004.12.365.0032.20013	MANUTENÇAO E ENCARGOS COM A EDUCAÇAO INFANTIL	

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT

GABINETE DO PREFEITO

3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	35.000,00
	SUBTOTAL	**100.000,00**
06	**SECRETARIA MUNIC DE SAUDE E VIGILANCIA SANITARIA**	
001.10.122.0037.10351	PUBLICAÇÕES DIVULGAÇÕES, MÍDIA E PROPAGANDA	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	10.000,00
001.10.122.0037.20019	GESTAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA	
3390360000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	2.000,00
001.10.302.0040.10244	MANUTENÇAO DAS AÇOES DA MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
3390140000	DIÁRIAS - CIVIL	2.000,00
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	12.000,00
3390360000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	9.000,00
	SUBTOTAL	**35.000,00**
07	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**	
001.08.122.0045.10176	AQUIS.DE EQUIP.INFORMATICA MÓVEIS E UTENSILIOS	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16.300,00
001.08.244.0045.10295	BENEFÍCIOS EVENTUAIS LEI Nº 9071/2014	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	70.000,00
001.08.244.0045.20035	MANUT E ENCARGOS COM A SECRETARIA	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00
	SUBTOTAL	**87.300,00**
08	**SEC MUNIC DE ESPORTE LAZER E TURISMO**	
001.27.812.0055.10206	EVENTOS ESPORTIVOS, COMEMORATIVOS, ANIVERSARIO DA CIDAD	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	40.000,00
001.27.812.0055.20042	MANUT E ENC.C/PROFESSORES E MONITORES	
3190040000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	6.000,00
3190130000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.000,00
3390140000	DIÁRIAS - CIVIL	1.000,00
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
3390330000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	4.000,00
3390360000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	4.000,00
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	7.000,00
001.27.812.0055.20052	MANUTENÇÃO DO MINI CENTRO OLIMPICO	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	16.000,00
	SUBTOTAL	**84.000,00**
10	**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**	
001.04.123.0002.20045	MANUT E ENCARGOS COM A SECRETARIA	
3390140000	DIÁRIAS - CIVIL	10.000,00
	SUBTOTAL	**10.000,00**
11	**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E CONTROLE**	
001.04.122.0002.10272	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MOVEIS E UTENSILIOS	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	7.000,00

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT

GABINETE DO PREFEITO

001.04.122.0002.20051	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	15.000,00
3390360000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	4.000,00
	SUBTOTAL	**26.000,00**
	TOTAL	**394.300,00**

Art. 3º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DIAMANTINO - MT.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria e publicada por afixação
no lugar público de costume na data supra.

GABINETE
DECRETO Nº 133/2019 DE , 1 DE JULHO DE 2019

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT

GABINETE DO PREFEITO

Decreto nº 133/2019
De , 1 de Julho de 2019

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA PROVIDÊNCIAS.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Prefeito de DIAMANTINO, Estado de MATO GROSSO, na suas atribuições legais, especialmente a Lei Municipal n.º 1259/2018, em consonância com a Lei Federal 4.320/64 e de acordo com o autorizado na Lei Municipal nº 1263/2018.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de DIAMANTINO - MT, abre CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, até o montante de R$ 704.600,00 (Setecentos e quatro mil e seiscentos reais) nas dotações orçamentárias:

03	**SEC MUNIC AGRICULTURA IND.COM.E MEIO AMBIENTE**	
001.04.122.0002.20003	MANUTENÇAO E ENCARGOS COM ATIVIDADES DA SECRETARIA	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	26.000,00
	SUBTOTAL	**26.000,00**
04	**SECRETARIA MUNIC DE OBRAS VIAÇÃO E SERV PUBLICOS**	
001.04.122.0002.20004	MANUTENÇAO E ENCARGOS COM A SECRETARIA	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	230.000,00
001.26.782.0010.10053	ELEVAÇÃO DO GREIDE E ENCASCALHAMENTO DE ESTRADAS VICINA	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	19.000,00
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	20.000,00
	SUBTOTAL	**269.000,00**
05	**SECRETARIA MUNIC EDUCAÇÃO E CULTURA**	
001.12.361.0016.20007	MANUTENÇÃO E ENC.C/A SECRETARIA	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	110.000,00
	SUBTOTAL	**110.000,00**
06	**SECRETARIA MUNIC DE SAUDE E VIGILANCIA SANITARIA**	
001.10.122.0037.20019	GESTAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	44.000,00
001.10.301.0042.20032	MANUTENÇAO E ENCARGOS COM AS UNIDADES DO ESF	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	14.000,00
	SUBTOTAL	**58.000,00**
07	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**	

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT

GABINETE DO PREFEITO

001.08.243.0045.10189	PROJETO AABB COMUNIDADE	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	15.000,00
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
001.08.244.0045.10295	BENEFÍCIOS EVENTUAIS LEI Nº 9071/2014	
3390320000	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	12.000,00
	SUBTOTAL	**37.000,00**
08	**SEC MUNIC DE ESPORTE LAZER E TURISMO**	
001.27.122.0002.10352	PUBLICAÇÕES DIVULGAÇÕES, MIDIA E PROPAGANDA	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	9.000,00
001.27.812.0055.10206	EVENTOS ESPORTIVOS, COMEMORATIVOS, ANIVERSARIO DA CIDAD	
3390310000	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORT	5.000,00
001.27.813.0002.20041	MANUT.E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	9.000,00
	SUBTOTAL	**23.000,00**
10	**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**	
001.04.123.0002.20045	MANUT E ENCARGOS COM A SECRETARIA	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	2.900,00
3390930000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	87.700,00
001.04.123.0061.10225	AMORTIZAÇÃO DO INSS	
4690710000	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	91.000,00
	SUBTOTAL	**181.600,00**
	TOTAL	**704.600,00**

Art. 2º - Para Cobertura aos créditos adicionais abertos no Art. 1º, serão utilizados recursos de anulação total ou parcial de dotações, de acordo com o Art. 43º, inciso III da Lei 4.320/64, reduzindo recursos das seguintes dotações:

03	**SEC MUNIC AGRICULTURA IND.COM.E MEIO AMBIENTE**	
001.20.605.0003.10019	CORREÇAO DE SOLO COM CALCARIO E TERRAPLANAGEM PARA AVIA	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	6.000,00
001.20.605.0003.10020	MANUTENÇAO DE EQUIPE DE ASSISTENCIA TECNICA DIVULGAÇÃO	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	20.000,00
	SUBTOTAL	**26.000,00**
04	**SECRETARIA MUNIC DE OBRAS VIAÇÃO E SERV PUBLICOS**	
001.15.451.0010.10036	IMPLANTAÇÃO DE DRENAGEM DE AGUAS PLUVIAIS	
4490300000	MATERIAL DE CONSUMO	19.000,00
001.15.451.0010.10045	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO AEROPORTO MUNICIPAL	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	8.000,00
3390360000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	6.000,00
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	6.000,00

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT

GABINETE DO PREFEITO

002.04.122.0011.20005	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O DEPARTAMENTO DE TRANSITO	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
002.26.122.0011.10048	SINALIZAÇÃO VERTICAL DO MUNICIPIO	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
002.26.122.0011.10290	SINALIZAÇÃO HORIZONTAL, MECÂNICA E MANUAL DO MUNICÍPIO.	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	40.000,00
003.17.512.0015.10291	AMPLIAR O SISTEMA DE ABASTECIMENTO E CONSTRUÇÃO DE POÇO	
4490300000	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
4490510000	OBRAS E INSTALAÇÕES	10.000,00
	SUBTOTAL	**149.000,00**
05	**SECRETARIA MUNIC EDUCAÇÃO E CULTURA**	
001.12.122.0096.10308	PUBLICAÇÃO , DIVULGAÇÃO E EDITOREAÇÃO	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	15.000,00
001.12.361.0016.10059	CONSTRUIR E OU ADEQUAR AS QUADRAS DE ESPORTE, BEM COMO	
4490510000	OBRAS E INSTALAÇÕES	20.000,00
001.12.361.0016.10060	ADEQUAR AS ESCOLAS P/ RECEBEREM OS LABOR.DE INFORMATICA	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.000,00
001.12.361.0016.10061	EQUIPAR COZINHA DAS ESC, ADEQUAR OS ESPAÇOS P/ARM.DOS AL	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00
001.12.361.0016.10067	IMPLANT.O ASSES.DO ENS-APREND.,ADQ MAT DIDATICOS E PROPO	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
001.12.361.0016.10068	ADEQUAR AS ESC.P/RECEBEREM AS SALAS MULTIFUNCIONAIS	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
001.12.361.0016.10070	AQ,DE NOTEBOOKS P/ATENDER AS NECESSIDADES DOS ASSES.COO	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.000,00
001.12.361.0016.10307	AUMENTO DO ACERVO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
001.12.364.0028.10082	AMPLIAÇAO DO PREDIO DA UAB	
4490510000	OBRAS E INSTALAÇÕES	5.000,00
001.12.364.0028.10317	MANUTENÇÃO DOS SEMINÁRIOS TEMATICOS COM OS MUNICÍPIOS	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
001.12.366.0034.10312	ASSEGURAR OFERTA DE ENSINO PRESENCIAL NA MODALIDADE EJA	
3390360000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	5.000,00
004.12.365.0032.10309	CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
4490510000	OBRAS E INSTALAÇÕES	91.000,00
005.13.391.0033.10122	REVITALIAÇÃO DO CENTRO HISTORICO	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	6.000,00
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	4.000,00
005.13.392.0033.10127	REATIVAÇÃO E AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS E VESTIMENTAS PAR	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.000,00
005.13.392.0033.10311	AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA O CORAL E AULAS DE MUSICAS	

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT

GABINETE DO PREFEITO

3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
	SUBTOTAL	**201.000,00**
06	**SECRETARIA MUNIC DE SAUDE E VIGILANCIA SANITARIA**	
001.10.122.0037.10351	PUBLICAÇÕES DIVULGAÇÕES, MÍDIA E PROPAGANDA	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	9.000,00
001.10.301.0042.10165	AQUISIÇAO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA SA	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	44.000,00
001.10.302.0040.10244	MANUTENÇAO DAS AÇOES DA MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	5.000,00
001.10.302.0040.20024	MANUTENÇAO DO PRONTO ATENDIMENTO	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	9.000,00
	SUBTOTAL	**67.000,00**
07	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**	
001.08.244.0045.10295	BENEFÍCIOS EVENTUAIS LEI Nº 9071/2014	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	12.000,00
001.08.244.0045.20035	MANUT E ENCARGOS COM A SECRETARIA	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	25.000,00
	SUBTOTAL	**37.000,00**
08	**SEC MUNIC DE ESPORTE LAZER E TURISMO**	
001.27.812.0055.10205	MANU., E REFORMA DAS QUADRAS COBERTAS DO MUNICIPIO	
4490300000	MATERIAL DE CONSUMO	14.000,00
	SUBTOTAL	**14.000,00**
10	**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**	
001.04.122.0002.10220	PUBLICAÇÕES, DIVULGAÇÕES, MIDIA E PROPAGANDA	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	2.900,00
001.04.123.0002.20045	MANUT E ENCARGOS COM A SECRETARIA	
3190940000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	72.200,00
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
001.04.128.0002.10280	TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	5.500,00
	SUBTOTAL	**90.600,00**
11	**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E CONTROLE**	
001.04.122.0002.10273	AQUISIÇÃO DE VEICULOS	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	120.000,00
	SUBTOTAL	**120.000,00**
	TOTAL	**704.600,00**

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT

GABINETE DO PREFEITO

Art. 3º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DIAMANTINO - MT.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria e publicada por afixação
no lugar público de costume na data supra.

GABINETE
DECRETO Nº 144/2019 DE , 16 DE JULHO DE 2019

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT

GABINETE DO PREFEITO

Decreto nº 144/2019
De , 16 de Julho de 2019

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA PROVIDÊNCIAS.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Prefeito de DIAMANTINO, Estado de MATO GROSSO, na suas atribuições legais, especialmente a Lei Municipal n.º 1259/2018, em consonância com a Lei Federal 4.320/64 e de acordo com o autorizado na Lei Municipal nº 1263/2018.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de DIAMANTINO - MT, abre CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, até o montante de R$ 372.000,00 (Trezentos e setenta e dois mil reais) nas dotações orçamentárias:

05	**SECRETARIA MUNIC EDUCAÇÃO E CULTURA**	
001.12.361.0016.20007	MANUTENÇÃO E ENC.C/A SECRETARIA	
3390140000	DIÁRIAS - CIVIL	3.000,00
001.12.361.0016.20046	MANUT E ENCARGOS ENSINO FUNDAMENTAL	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	50.000,00
	SUBTOTAL	**53.000,00**
06	**SECRETARIA MUNIC DE SAUDE E VIGILANCIA SANITARIA**	
001.10.122.0037.20019	GESTAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA	
3390400000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	22.000,00
001.10.301.0042.20032	MANUTENÇAO E ENCARGOS COM AS UNIDADES DO ESF	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	80.000,00
001.10.302.0040.10244	MANUTENÇAO DAS AÇOES DA MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	80.000,00
001.10.302.0040.10255	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O LABORATORIO MUNICIPAL	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	114.000,00
001.10.302.0040.20023	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O CENTRO DE APOIO PSICOSSOCI	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	15.500,00
001.10.305.0041.20026	MANUTENÇAO E DESENVOLVIMENTO DAS AÇOES DE DST/AIDS	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	7.500,00
	SUBTOTAL	**319.000,00**
	TOTAL	**372.000,00**

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT

GABINETE DO PREFEITO

Art. 2º - Para Cobertura aos créditos adicionais abertos no Art. 1º, serão utilizados recursos de anulação total ou parcial de dotações, de acordo com o Art. 43º, inciso III da Lei 4.320/64, reduzindo recursos das seguintes dotações:

05	**SECRETARIA MUNIC EDUCAÇÃO E CULTURA**	
001.12.361.0016.20007	MANUTENÇÃO E ENC.C/A SECRETARIA	
3390330000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	3.000,00
001.12.361.0016.20046	MANUT E ENCARGOS ENSINO FUNDAMENTAL	
3190040000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	50.000,00
	SUBTOTAL	**53.000,00**
06	**SECRETARIA MUNIC DE SAUDE E VIGILANCIA SANITARIA**	
001.10.122.0037.10151	AQUISIÇÃO DE EQUIP.E MAT.PERMANENTE PARA GESTAO DO SUS	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	20.000,00
001.10.122.0037.10320	AQUISIÇÃO DE VEICULO	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	50.000,00
001.10.301.0042.10165	AQUISIÇAO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA SA	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	25.000,00
001.10.301.0042.10258	AQUISIÇAO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE PARA O E	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15.000,00
001.10.301.0042.10325	COMUNICAÇÃO EM EDUCAÇÃO E SAUDE	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	22.000,00
001.10.301.0042.20029	MANUTENÇAO E DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DE SAUDE B	
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS ¿ PESSOAL CIVIL	50.000,00
001.10.301.0042.20030	MANUTENÇAO E DESEVOLVIMENTOS COM AS ATIVIDADES DO AGEN	
3390330000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	2.500,00
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	5.000,00
001.10.301.0042.20032	MANUTENÇAO E ENCARGOS COM AS UNIDADES DO ESF	
3190040000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	80.000,00
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	30.000,00
001.10.302.0040.10253	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O CENTRO DE REABILITAÇÃO	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	4.000,00
001.10.302.0040.20047	MANUTENCAO DA AGENCIA TRANSFUSIONAL	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	8.000,00
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	7.500,00
	SUBTOTAL	**319.000,00**
	TOTAL	**372.000,00**

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT

GABINETE DO PREFEITO

Art. 3º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DIAMANTINO - MT.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria e publicada por afixação
no lugar público de costume na data supra.

GABINETE
DECRETO Nº 138/2019 DE , 10 DE JULHO DE 2019

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT

GABINETE DO PREFEITO

Decreto nº 138/2019
De , 10 de Julho de 2019

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA PROVIDÊNCIAS.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Prefeito de DIAMANTINO, Estado de MATO GROSSO, na suas atribuições legais, especialmente a Lei Municipal n.º 1259/2018, em consonância com a Lei Federal 4.320/64 e de acordo com o autorizado na Lei Municipal nº 1263/2018.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de DIAMANTINO - MT, abre CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, até o montante de R$ 1.082.650,00 (Um milhao e oitenta e dois mil e seiscentos e cinquenta reais) nas dotações orçamentárias:

03	**SEC MUNIC AGRICULTURA IND.COM.E MEIO AMBIENTE**	
001.04.122.0002.20003	MANUTENÇAO E ENCARGOS COM ATIVIDADES DA SECRETARIA	
3190040000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	80.000,00
	SUBTOTAL	**80.000,00**
04	**SECRETARIA MUNIC DE OBRAS VIAÇÃO E SERV PUBLICOS**	
001.04.122.0002.20004	MANUTENÇAO E ENCARGOS COM A SECRETARIA	
3390930000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	50,00
	SUBTOTAL	**50,00**
05	**SECRETARIA MUNIC EDUCAÇÃO E CULTURA**	
001.12.361.0016.10096	MANUTENÇAO COM O TRANSPORTE ESCOLAR 15 ONIBUS E 3 VANS	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	85.000,00
003.12.361.0095.10091	MANTER O TRANSPORTE ESCOLAR DOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO BAS	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	50.000,00
003.12.361.0095.10092	MANTER O CONVENIO DO TRANSPORTE ESCOLAR/SEDUC	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	50.000,00
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	89.000,00
	SUBTOTAL	**274.000,00**
06	**SECRETARIA MUNIC DE SAUDE E VIGILANCIA SANITARIA**	
001.10.122.0037.20019	GESTAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	66.000,00
001.10.301.0042.10350	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA E CONSERVAÇÃO DAS UNIDA	
4490510000	OBRAS E INSTALAÇÕES	106.000,00

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT

GABINETE DO PREFEITO

001.10.301.0042.20029	MANUTENÇAO E DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DE SAUDE B	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	10.000,00
	SUBTOTAL	**182.000,00**
07	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**	
002.08.243.0066.10239	PETI - PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL	
3390360000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	3.000,00
	SUBTOTAL	**3.000,00**
10	**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**	
001.04.123.0002.20045	MANUT E ENCARGOS COM A SECRETARIA	
3290210000	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	77.100,00
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	125.000,00
001.04.123.0061.10225	AMORTIZAÇÃO DO INSS	
4690710000	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	112.000,00
001.04.123.0062.10228	PAGAMENTOS DE PRECATORIOS	
4690910000	SENTENÇAS JUDICIAIS	229.500,00
	SUBTOTAL	**543.600,00**
	TOTAL	**1.082.650,00**

Art. 2º - Para Cobertura aos créditos adicionais abertos no Art. 1º, serão utilizados recursos de anulação total ou parcial de dotações, de acordo com o Art. 43º, inciso III da Lei 4.320/64, reduzindo recursos das seguintes dotações:

02	**GABINETE DO PREFEITO**	
001.04.122.0002.20002	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O GABINETE	
3190050000	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO	7.000,00
3190940000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	6.000,00
3390330000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	5.000,00
3390350000	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	32.000,00
	SUBTOTAL	**50.000,00**
03	**SEC MUNIC AGRICULTURA IND.COM.E MEIO AMBIENTE**	
001.18.542.0003.10029	DESENVOLVER CAMPANHA DE CONTROLE DE QUEIMADA	
3390360000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	4.100,00
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	25.900,00
001.20.605.0003.10019	CORREÇAO DE SOLO COM CALCARIO E TERRAPLANAGEM PARA AVIA	
3390360000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	40.000,00
001.20.605.0003.10020	MANUTENÇAO DE EQUIPE DE ASSISTENCIA TECNICA DIVULGAÇÃO	
3390360000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10.000,00
	SUBTOTAL	**80.000,00**
04	**SECRETARIA MUNIC DE OBRAS VIAÇÃO E SERV PUBLICOS**	
001.04.122.0002.20054	MANUTENÇÃO COM AS ATIVIDADES DA SEGURANÇA DO TRABALHO	

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT

GABINETE DO PREFEITO

3390360000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	50,00
	SUBTOTAL	**50,00**
05	**SECRETARIA MUNIC EDUCAÇÃO E CULTURA**	
001.12.361.0016.10063	REF E AMP DAS ESC MUNICIPAIS DA ZONA URBANA E RURAL	
4490510000	OBRAS E INSTALAÇÕES	60.000,00
001.12.361.0016.10264	CONSTRUÇÃO DE ESCOLA	
4490510000	OBRAS E INSTALAÇÕES	128.000,00
003.12.362.0095.10093	MANTER O CONVENIO DO TRANSPORTE ESCOLAR COM PNAT	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	50.000,00
004.12.365.0032.10111	CONSTRUÇAO DE ESCOLAS DE EDUCAÇAO INFANTIL/CRECHES E PR	
4490510000	OBRAS E INSTALAÇÕES	15.000,00
4490510000	OBRAS E INSTALAÇÕES	21.000,00
004.12.365.0032.10309	CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
4490510000	OBRAS E INSTALAÇÕES	37.000,00
4490510000	OBRAS E INSTALAÇÕES	44.000,00
	SUBTOTAL	**355.000,00**
06	**SECRETARIA MUNIC DE SAUDE E VIGILANCIA SANITARIA**	
001.10.301.0042.10173	PROMOÇÃO DE AÇOES DE SAUDE E PREVENÇAO NAS ESCOLAS	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	5.000,00
001.10.302.0040.10252	AQUISIÇAO DE EQUIPAMENTOS PARA O CAPS	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	50.000,00
001.10.302.0040.10253	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O CENTRO DE REABILITAÇÃO	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	45.000,00
001.10.302.0040.10254	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O PRONTO ATENDIMENTO	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	28.000,00
001.10.304.0041.10256	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A VIGILANCIA EM SAUDE	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	49.000,00
	SUBTOTAL	**182.000,00**
07	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**	
001.08.244.0045.10297	AMPLIAR E CONSERVAR O CENTRO DE EVENTOS	
4490300000	MATERIAL DE CONSUMO	32.000,00
4490510000	OBRAS E INSTALAÇÕES	18.000,00
001.08.244.0045.10349	MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA A FAMÍLIA DE BAIX	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	3.700,00
001.08.244.0045.20035	MANUT E ENCARGOS COM A SECRETARIA	
3190040000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	85.000,00
001.08.244.0045.20039	MANUT.C/FUNDO DE ASSIST.SOCIAL	
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS ¿ PESSOAL CIVIL	40.000,00
3190130000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	14.000,00
3390360000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	75.000,00

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT

GABINETE DO PREFEITO

002.08.244.0066.10305	MANUTENÇÃO COM O CONVENIO FUPIS	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	30.000,00
3390360000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	20.000,00
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	20.000,00
002.08.244.0066.10306	MANUTENÇÃO COM O CONVENIO FEAS	
3390360000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15.000,00
002.08.244.0085.10300	SCFV - SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULO	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	3.000,00
	SUBTOTAL	**355.700,00**
11	**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E CONTROLE**	
001.04.122.0002.10337	ELABORAÇÃO DO PMU - PLANO DE MOBILIDADE URBANA	
3390360000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	9.000,00
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	19.000,00
001.04.122.0002.20051	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA	
3190040000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	4.000,00
3190050000	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO	5.000,00
3390330000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	9.000,00
3390350000	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	9.000,00
3390930000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	4.900,00
	SUBTOTAL	**59.900,00**
	TOTAL	**1.082.650,00**

Art. 3º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DIAMANTINO - MT.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT

GABINETE DO PREFEITO

Registrada nesta Secretaria e publicada por afixação
no lugar público de costume na data supra.

GABINETE
DECRETO Nº 137/2019 DE SEXTA-FEIRA, 5 DE JULHO DE 2019

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 137/2019
DE SEXTA-FEIRA, 5 DE JULHO DE 2019

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

, Prefeito Municipal de DIAMANTINO, Estado de MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, especialmente a Lei Municipal n.º 1293/2019, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de DIAMANTINO - MT, abre CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, até o montante de R$ 1.000,00 (HUM MIL REAIS), nas dotações orçamentárias:

05	**SECRETARIA MUNIC EDUCAÇÃO E CULTURA**	
003.12.361.0095.10090	AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE ATRAVES DO PDDE/PNLD/F	
0.1.15.000000	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENV DA EDUCAÇÃO - FNDE	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00
	SUBTOTAL	**1.000,00**
	TOTAL	**1.000,00**

Art. 2º - O valor transposto e remanejado pelo artigo anterior, será coberto com a redução das seguintes dotações orçamentárias:

05	**SECRETARIA MUNIC EDUCAÇÃO E CULTURA**	
003.12.361.0095.10090	AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE ATRAVES DO PDDE/PNLD/F	
0.1.15.000000	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENV DA EDUCAÇÃO - FNDE	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	1.000,00
	SUBTOTAL	**1.000,00**
	TOTAL	**1.000,00**

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação em local de costume, revogadas as disposições em contrário:

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT
GABINETE DO PREFEITO

GABINETE DO PREFEITO DIAMANTINO - MT.
AOS CINCO DIAS DO MÊS DE JULHO DE DOIS MIL E DEZENOVE.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria e publicada por afixação
no lugar público de costume na data supra.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR RECURSOS HUMANOS
PORTARIA/DRH 184/2019

Dispõe sobre Licença Prêmio a Funcionária Público Municipal, senhora **CIMARA VITOR DA SILVA** e dá outras providências.

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA, Secretário Municipal de Administração, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o preceituado no art.73 da Lei 006/90 de 21/05/1990 e Art. 52 da Lei Complementar Municipal nº 011/2011 de 22/06/2011;

CONSIDERANDO que a servidora faz jus ao gozo da licença por assiduidade adquirida no período de 28/05/2012 a 27/05/2017**;**

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder **Licença Prêmio** a senhora Cimara Vitor da Silva**,** ocupante do Cargo de Técnico de Desenvolvimento Infantil, lotada no Centro Municipal de Educação Infantil " Carmen Vieira Dias" da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a serem usufruídas no período de **19/08/2019 á 16/11/2019 - (90 dias).**

ART. 2º - Apresente Portaria entrará em vigor com efeito retroativo a 19/08/2019.

ART. 3º - Revogam–se as disposições em contrário.

Publica-se. Registra-se. Cumpra-se.

Diamantino, 21 de Agosto de 2019.

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA

Secretário Municipal de Administração

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR RECURSOS HUMANOS
PORTARIA/DRH 182/2019

Dispõe sobre Licença Prêmio a Funcionária Público Municipal, senhora **RENATA VANNI CARVALHO** e dá outras providências.

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA, Secretário Municipal de Administração, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o preceituado no art.73 da Lei 006/90 de 21/05/1990 e Art. 52 da Lei Complementar Municipal nº 011/2011 de 22/06/2011;

CONSIDERANDO que a servidora faz jus ao gozo da licença por assiduidade adquirida no período de 13/03/2013 a 12/03/2018**;**

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder **Licença Prêmio** a senhora Renata Vanni Carvalho**,** ocupante do Cargo de Professor Educação Infantil - 4 a 6 Anos, lotada na Escola Municipal de Educação Infantil " Vovó Celina" da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a serem usufruídas no período de **23/09/2019 á 12/12/2019 - (90 dias).**

ART. 2º - Apresente Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura.

ART. 3º - Revogam–se as disposições em contrário.

Publica-se. Registra-se. Cumpra-se.

Diamantino, 21 de Agosto de 2019.

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA

Secretário Municipal de Administração

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR RECURSOS HUMANOS
PORTARIA/DRH 183/2019

Dispõe sobre Licença Prêmio a Funcionária Público Municipal, senhora **MARLENE RODRIGUES DA SILVA** e dá outras providências.

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA, Secretário Municipal de Administração, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o preceituado no art.73 da Lei 006/90 de 21/05/1990 e Art. 52 da Lei Complementar Municipal nº 011/2011 de 22/06/2011;

CONSIDERANDO que a servidora faz jus ao gozo da licença por assiduidade adquirida no período de 31/08/2010 a 30/83/2015**;**

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder **Licença Prêmio** a senhora Marlene Rodrigues da Silva**,** ocupante do Cargo de Manutenção de Infra-Estrutura - Profissionalizado, lotada na Escola Municipal Castorina Sabo Mendes, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a serem usufruídas no período de **20/08/2019 á 17/11/2019 - (90 dias).**

ART. 2º - Apresente Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura.

ART. 3º - Revogam–se as disposições em contrário.

Publica-se. Registra-se. Cumpra-se.

Diamantino, 21 de Agosto de 2019.

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA

Secretário Municipal de Administração

LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - TOMADA DE PREÇO Nº 011/2019

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DE CERCAS DE PROTEÇÃO E CALÇADA PARA ATENDER O ESF DECIOLANDIA NO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO - MT.**

Tendo em vista o que consta dos autos deste processo, e diante do resultado apresentado pelo Presidente da Comissão de Licitação, HOMOLOGO o presente certame, para que produza todos os efeitos legais previstos em lei.

O certame tem como vencedor a empresa:

CONSTRUTORA ALTO MONTE EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ nº: 22.103.781/0001-82, que sagrou-se vencedora do certame, com o valor total de **R$ 28.060,80** (Vinte e oito mil sessenta reais e oitenta centavos**).**

Diamantino – MT, 21 de Agosto de 2019.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - TOMADA DE PREÇO Nº 012/2019

OBJETO: **TOMADA DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA DO PREDIO DESTINADO AO CAPS DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT.**

Tendo em vista o que consta dos autos deste processo, e diante do resultado apresentado pelo Presidente da Comissão de Licitação, HOMOLOGO o presente certame, para que produza todos os efeitos legais previstos em lei.

O certame tem como vencedor a empresa:

CONSTRUTORA ALTO MONTE EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ nº: 22.103.781/0001-82, que sagrou-se vencedora do certame, com o valor total de **R$ 94.549,59** (noventa e quatro mil quinhentos e quarenta e nove reais e cinquenta e nove centavos**).**

Diamantino – MT, 21 de Agosto de 2019.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 027/2019/SMEC

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE DIAMANTINO-MT, no uso de suas atribuições que lhe são atribuídas na Lei Orgânica do Município, no Art. 84, inciso "a" da Constituição Federal, e considerando o que dispõe o Artigo 40 da Lei Complementar nº 011/2011, de 22 de junho de 2011, e dispõe no Artigo 7º da Lei Ordinária nº 1.248/2018,

R E S O L V E,

Artigo 1º - Autorizar o pagamento de aulas adicionais, para atender o programa de educação em tempo integral desenvolvido na Escola Municipal Brás Maimoni, durante o período letivo 2019, aos servidores públicos/professores, conforme abaixo especificado:

Eloá Silva de Morais, **matrícula nº 6332.1 - 20 horas/semanais adicionais; Joice Aparecida dos Santos Rocha**, matrícula nº 6330.1 - 20 horas/semanais adicionais; **Juliana Maria da Silva Souza**, matrícula nº 6331.1 - 20 horas/semanais adicionais; **Luciana Maria da Silva Amorim**, matrícula nº 6270.1 - 20 horas/semanais adicionais.

Artigo 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Portaria nº 021/2019/SMEC, publicada no dia 01/07/2019.

Artigo 3º - Ficam revogadas **as disposições ao contrário.**

PUBLIQUE-SE, REGISTRA-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino/MT em 21 de Agosto de 2019.

Profª. Edith Vieira VanniPenhavelMarmos

Secretária Municipal de Educação e Cultura

GABINETE
LEI Nº 1.301/2019

Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar Cooperação Técnica, por Termo, com a Associação dos Mini e Pequenos Produtores do Córrego Grande e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, Sr. EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal de Diamantino aprovou, e ELE sanciona a seguinte lei:

Art. 1°. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a firmar Cooperação Técnica, por termo, com a ASSOCIAÇÃO DOS MINI E PEQUENOS PRODUTORES DO CÓRREGO GRANDE, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 02.462.412/0001-79, com sede à Comunidade Rural Córrego Grande, s/n, Zona Rural, em Diamantino/MT, conforme minuta anexa.

§1º A cooperação tratada no caput tem por finalidade o desenvolvimento de serviços destinados a auxiliar o produtor rural, no processo de gradagem e nivelamento do solo de sua propriedade, conforme necessidade, através da disponibilização de maquinário e implemento agrícola pelo MUNICÍPIO DE DIAMANTINO e operacionalização pela ASSOCIAÇÃO.

§2º O maquinário e implemento agrícola a serem disponibilizados pelo MUNICÍPIO DE DIAMANTINO são os seguintes:

I.- TRATOR AGRÍCOLA, MARCA/MODELO: MASSEY FERGUSON/MP275/4C, ANO/MODELO: 2009, NÚMERO DE SÉRIE: 275-284989, REGISTRO PATRIMONIAL CÓDIGO Nº 9627, PLAQUETA Nº 20510;

II.- GRADE ARADORA, MARCA/MODELO: BALDAN/CRSG 14X24 C/CONTROLE REMOTO E MANCAIS, NÚMERO DE SÉRIE: 60683313001001, REGISTRO PATRIMONIAL CÓDIGO Nº 256611, PLAQUETA Nº 26595.

Art. 2º. Compete ao MUNICÍPIO DE DIAMANTINO:

I.- Disponibilizar e dar manutenção no maquinário e implemento agrícola acima descritos;

II.- Cadastrar os produtores rurais conforme solicitação de serviço;

III.- Autorizar o uso do maquinário e implemento agrícola disponibilizados;

IV.- Fiscalizar a fiel execução dos objetivos do termo de cooperação.

Art. 3º. Compete à ASSOCIAÇÃO:

I.- Fazer a gestão do maquinário e implemento agrícola disponibilizados;

II.- Indicar e manter, no mínimo, 03 (três) associados qualificados para operar o maquinário e implemento agrícola, sendo que os mesmos deverão receber por hora trabalhada diretamente do produtor beneficiado pelo serviço;

III.- Auxiliar no desempenho das atividades desenvolvidas;

IV.- Conservar e guardar o maquinário e implemento agrícola, comprometendo-se a devolvê-los ao MUNICÍPIO DE DIAMANTINO, findo o prazo de vigência da cooperação;

V.- Disponibilizar local adequado para o armazenamento do maquinário e implemento agrícola;

VI.- Comunicar, imediatamente, o MUNICÍPIO DE DIAMANTINO, acerca de todas e quaisquer formas de ameaça realizadas por terceiros contra o maquinário e implemento agrícola;

VII.- Defender a posse do referido maquinário e implemento agrícola.

§1º Para efeito do inciso II, o valor da hora trabalhada não poderá ultrapassar R$ 25,00 (vinte e cinco reais).

§2º O produtor beneficiado também arcará com as despesas de combustível.

Art. 4º. A vigência do termo de cooperação, autorizado por esta Lei, se dará por 02 (dois) anos, a contar da data de sua publicação no Diário Oficial do Município, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo, por conveniência das partes.

Art. 5º. É de inteira responsabilidade da ASSOCIAÇÃO a utilização dos bens disponibilizados, com fundamento nesta Lei, pela qual responde por todos os prejuízos que eventualmente possa causar a outrem ou mesmo em caso de acidentes que envolvam a utilização dos mesmos.

Art. 6º. O não cumprimento, por parte da ASSOCIAÇÃO, de quaisquer das obrigações impostas por esta lei e pelo instrumento contratual e/ou demais normas atinentes, ensejará, automaticamente, a rescisão contratual e consequentemente a devolução do maquinário e implemento agrícola, sem prejuízo das sanções cabíveis.

Art. 7º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Diamantino-MT, 20 de agosto de 2019.

Eduardo Capistrano de Oliveira

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº /2019

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE DIAMANTINO E A ASSOCIAÇÃO DOS MINI E PEQUENOS PRODUTORES DO CÓRREGO GRANDE.

De um lado como **PRIMEIRO COOPERANTE**, o **MUNICÍPIO DE DIAMANTINO**, com sede administrativa sito à Av. Desembargador Joaquim Pereira Ferreira Mendes, nº 2.341, Jardim Eldorado, inscrito no CNPJ/MF sob o n. 03.648.540/0001-74, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr.**EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, Advogado, portador da Cédula de identidade RG n.º 1158486-6 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n.º 937.368.431-00, residente e domiciliado Av. Diamantino, nº 570, Centro, DIAMANTINO – MT, e, de outro lado como **SEGUNDA COOPERANTE**, a **ASSOCIAÇÃO DOS MINI E PEQUENOS PRODUTORES DO CÓRREGO GRANDE**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº.

02.462.412/0001-79, com sede à Comunidade Rural Córrego Grande, s/n, Zona Rural, em Diamantino/MT, neste ato representada por seu presidente, Sr. **LEANDRO FERREIRA DE ALMEIDA,** RG nº 0364120-1 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº 103.033.321-15, residente e domiciliado neste município, resolveram celebrar o presente Termo de Cooperação Técnica, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1.- A cooperação tem por finalidade o desenvolvimento de serviços destinados a auxiliar o produtor rural, no processo de gradagem e nivelamento do solo de sua propriedade, conforme necessidade, através da disponibilização de maquinário e implemento agrícola pelo **PRIMEIRO COOPERANTE** e operacionalização pela **SEGUNDA COOPERANTE**.

1.2.- O maquinário e implemento agrícola a serem disponibilizados pelo **PRIMEIRO COOPERANTE** são os seguintes:

I.- TRATOR AGRÍCOLA, MARCA/MODELO: MASSEY FERGUSON/MP275/4C, ANO/MODELO: 2009, NÚMERO DE SÉRIE: 275-284989, REGISTRO PATRIMONIAL CÓDIGO Nº 9627, PLAQUETA Nº 20510;

II.- GRADE ARADORA, MARCA/MODELO: BALDAN/CRSG 14X24 C/CONTROLE REMOTO E MANCAIS, NÚMERO DE SÉRIE: 60683313001001, REGISTRO PATRIMONIAL CÓDIGO Nº 256611, PLAQUETA Nº 26595.

CLAUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2.1.- Compete ao **PRIMEIRO COOPERANTE**:

I.- Disponibilizar e dar manutenção no maquinário e implemento agrícola acima descritos;

II.- Cadastrar os produtores rurais conforme solicitação de serviço;

III.- Autorizar o uso do maquinário e implemento agrícola disponibilizados;

IV.- Fiscalizar a fiel execução dos objetivos do termo de cooperação, verificando, ainda, o funcionamento maquinário e implemento agrícola, de forma a evitar prejuízos e deteriorações.

2.2.- Compete à **SEGUNDA COOPERANTE**:

I.- Fazer a gestão do maquinário e implemento agrícola disponibilizados;

II.- Indicar e manter, no mínimo, 03 (três) associados qualificados para operar o maquinário e implemento agrícola, sendo que os mesmos deverão receber por hora trabalhada diretamente do produtor beneficiado pelo serviço;

III.- Auxiliar no desempenho das atividades desenvolvidas;

IV.- Conservar e guardar o maquinário e implemento agrícola, comprometendo-se a devolvê-los ao **PRIMEIRO COOPERANTE**, findo o prazo de vigência da cooperação;

V.- Disponibilizar local adequado para o armazenamento do maquinário e implemento agrícola;

VI.- Comunicar, imediatamente, o **PRIMEIRO COOPERANTE**, acerca de todas e quaisquer formas de ameaça realizadas por terceiros contra o maquinário e implemento agrícola;

VII.- Defender a posse das referidas máquinas.

2.3.- Para efeito do inciso II, do item 2.2, o valor da hora trabalhada não poderá ultrapassar R$ 25,00 (vinte e cinco reais).

2.4.- O produtor beneficiado também arcará com as despesas de combustível.

CLAUSULA TERCEIRA – DAS VEDAÇÕES

3.1.- À **SEGUNDA COOPERANTE** é vedado alugar, alienar ou penhorar, parcialmente ou integralmente, os bens móveis descritos na Cláusula Primeiro, objeto deste Termo.

CLAUSULA QUARTA– DA RESPONSABILIDADE

4.1.- A **SEGUNDA COOPERANTE** não se responsabilizará por eventuais danos existentes anteriores a data da vigência do presente instrumento e aqueles que, porventura, vierem a ocorrer, proveniente de caso fortuito ou força maior.

4.2.- Por outro lado, é de inteira responsabilidade da **SEGUNDA COOPERANTE** a utilização dos bens disponibilizados, pela qual responde por todos os prejuízos que eventualmente possa causar a outrem ou mesmo em caso de acidentes que envolvam a utilização dos mesmos.

CLAUSULA QUINTA– DA VIGÊNCIA

5.1.- O presente **TERMO** terá vigência de 02 (dois) anos, a contar da data de sua publicação no Diário Oficial do Município, podendo ser renovado, por acordo entre as partes, mediante Termo Aditivo.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO UNILATERAL

6.1.- É atribuído ao **PRIMEIRO COOPERANTE** as seguintes prerrogativas:

I.- Modificar unilateralmente o termo de cooperação para melhor adequação ao atendimento da finalidade pública a que se destina;

II.- Rescindir unilateralmente o termo de cooperação, independente de pagamento de multa, ou aviso prévio, após justificativa e autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, pelos motivos a seguir:

a) Não cumprimento de quaisquer de suas clausulas e condições ou cumprimento irregular das obrigações da **SEGUNDA COOPERANTE**; b) Razões de interesse público de alta relevância e conhecimento, justificado pela autoridade pública; c) Ocorrência de caso fortuito ou de força maior regularmente comprovado, impeditivo da execução da cooperação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO LUGAR DA OBRIGAÇÃO

7.1.- A entrega dos bens e a restituição serão realizadas na sede administrativa deste Município, no endereço indicado preambularmente, mediante assinatura do presente termo.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Diamantino, com exclusão a qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir as questões que derivem deste Termo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, estando assim, justos compromissados, firmo o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, para que produza seus efeitos de direito.

Diamantino-MT, de de 2019.

PRIMEIRO COOPERANTE: EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

SEGUNDA COOPERANTE: LEANDRO FERREIRA DE ALMEIDA

Presidente da ASSOCIAÇÃO

TESTEMUNHAS:

Nome:

RG:

CPF:

Nome:

RG:

CPF:

GABINETE
LEI Nº 1.302/2019

Dispõe sobre alterações da Lei Municipal n° 881/2013, que trata do Plano de Cargos Carreira e Salários dos Servidores Municipais e dá outras providências.

O Senhor Eduardo Capistrano de Oliveira, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º **-** Fica criado o cargo efetivo de Fiscal Tributário de Nível Superior, com jornada de 40 horas, requisito inicial sendo Bacharel em qualquer curso de Nível Superior, nos moldes do que foi ofertado no Concurso 001/2018 para o cargo de Fiscal Tributário.

§1º: Fica criado a carreira de Oficial de Tributação.

§2º: Os Fiscais Tributários nomeados e empossados do Concurso 001/2018, ficam imediatamente migrados para o cargo de Fiscal Tributário de Nível Superior, que possui remuneração e funções semelhantes ao cargo atualmente ocupado.

§3º: O cargo de Fiscal Tributário de Nível Superior, integra a carreira de Oficial de Tributação.

§4: Inclui-se o anexo XIV - A na Lei n° 881/2013.

Art. 2º - Fica revogado o parágrafo único do artigo 3° da Lei 1.211/2018.

Art. 3º - Alteram-se os Anexos I, II e VI da Lei Municipal n° 881/2013, no que diz respeito ao cargo efetivo de Fiscal Tributário de Nível Superior.

Art. 4º - O artigo 44, da Lei n° 881/2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 44 *– Como instrumento de incentivo ao aumento da produtividade, da eficiência e da eficácia, visando à melhoria e à modernização dos procedimentos de arrecadação dos tributos municipais e da qualidade de vida dos munícipes, fica criada a Gratificação de Produtividade Fiscal aos Auditores Fiscais Tributários, aos Fiscais Tributários e Fiscais Tributários de Nível Superior, enquanto estiverem lotados e em efetivo exercício na Secretaria Municipal de Finanças. (...)*

§4° O referido adicional corresponderá individualmente ao percentual fixo de 50% (cinquenta por cento) do vencimento básico inicial de carreira, aos Fiscais Tributários e aos Fiscais Tributários de Nível superior, e 20% (vinte por cento) ao Auditor Tributário, e será pago mensalmente no decorrer do ano, após publicação do decreto que reconhecer o cumprimento das metas estabelecidas no §2°, cujo valor não se incorporará ao vencimento do servidor a qualquer título.

Art. 5º – Fica em extinção o cargo de Fiscal Tributário, preservando-se os servidores ocupantes desse cargo, para que doravante sejam providas vagas apenas no cargo criado com requisito de escolaridade com grau de nível superior.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Diamantino/MT, 20 de agosto de 2019.

Eduardo Capistrano de Oliveira

Prefeito Municipal

ANEXO I

DEMONSTRATIVO E QUANTITATIVO DOS CARGOS

Fiscal Tributário de Nível Superior	Executar vistoria técnica e diligências fiscais em imóveis para cadastramento tributário, incluindo medição de áreas construídas com elaboração de croquis; preencher e controlar planilhas de informação cadastral a fim de preparar lançamento tributário; lançar créditos tributários; preparar e instruir processos de natureza tributária; promover a manutenção do cadastro fiscal por meio informatizado; elaborar relatórios circunstanciados sobre aspecto tributário e natureza cadastral; notificar e/ou intimar, inclusive com lavratura de auto de infração e imposição de multa para cumprimento de obrigação tributária acessória; executar outras tarefas de mesma natureza ou nível de complexidade, associadas à sua especialidade e ambiente organizacional.	Bacharel em qualquer curso de Nível Superior	2

ANEXO II

TABELA DE INCENTIVO À TITULAÇÃO				
CARGO	**CLASSE A - 1,00 ESCOLARIDADE**	**CLASSE B - 1,15 ESCOLARIDADE**	**CLASSE C - 1,30 ESCOLARIDADE**	**CLASSE D- 1,45 ESCOLARIDADE**

(...)				
Oficial de Tributação	Habilitação em grau de ensino superior.	Habilitação em grau de ensino de Especialização – Pós - Graduação	2ª Habilitação em grau de ensino de Especialização – Pós - Graduação	Habilitação em grau de ensino de título de mestre ou doutor na especificidade de atuação.

ANEXO VI

LOTACIONOGRAMA

CARGOS		**Nº CARGOS**
	(...)	(...)
OFICIAL DE TRIBUTAÇÃO	Fiscal Tributário de Nível Superior	2
	(...)	(...)
	SUB-TOTAL	**2**
(...)	(...)	(...)
TOTAL GERAL		**726**

ANEXO XIV-A

TABELA 40 HORAS						
OFICIAL DE TRIBUTAÇÃO						
Nível	Anos	Coeficientes	1,00	1,15	1,30	1,45
1	0	1,00	1.824,34	2.097,99	2.371,64	2.645,29
2	3	1,06	1.933,80	2.223,87	2.513,94	2.804,01
3	6	1,12	2.043,26	2.349,74	2.656,23	2.962,72
4	9	1,18	2.152,72	2.475,62	2.798,53	3.121,44
5	12	1,24	2.262,18	2.601,50	2.940,83	3.280,16
6	15	1,30	2.371,64	2.727,38	3.083,13	3.438,87
7	18	1,36	2.481,10	2.853,26	3.225,43	3.597,59
8	21	1,42	2.590,56	2.979,14	3.367,72	3.756,31
9	24	1,48	2.700,02	3.105,02	3.510,02	3.915,02
10	27	1,54	2.809,48	3230,90	3.652,32	4.073,74
11	30	1,60	2.918,94	3.356,78	3.794,62	4.232,46
12	33	1,66	3.028,40	3.482,66	3.936,92	4.391,18

LICITAÇÃO
EXTRATO DO DÉCIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 118-2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DOS CEMITÉRIOS MUNICIPAIS DE DIAMANTINO-MT

PRAZO DE EXECUÇÃO: 60 (SESSENTA) DIAS.

CONTRATADO: LVAS ANJOS GEOLOGIA - ME

CONTRATANTE: EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO/MT, 20 DE AGOSTO DE 2019 .

LICITAÇÃO
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DE ACRESCIMO DE VALOR E PRAZO AO CONTRATO Nº 100-2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DE CADEIRA ODONTOLOGICA PARA ATENDER A DEMANDA DOS CONSULTORIOS ODONTOLOGICOS DAS UNIDADES BASICAS DE SAUDE DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT

VALOR: R$ 107.904,00 (CENTO E SETE MIL NOVECENTOS E QUATRO REAIS)

PRAZO: 12 (DOZE) MESES

CONTRATADO: G. I. MENDES - ME

CONTRATANTE: EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO/MT, 16 DE AGOSTO DE 2019.

LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE ACRESCIMO DE VALOR E PRAZO AO CONTRATO Nº 082-2018

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURIDICAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES MÉDICOS DE ULTRASSONOGRAFIAS, PARA ATENDER A DEMANDA DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT

VALOR ANUAL: R$ 888.788,40 (OITOCENTOS E OITENTA E OITO MIL E SETECENTOS E OITENTA E OITO REAIS E QUARENTA CENTAVOS)

PRAZO: 12 (DOZE) MESES

CONTRATADO: CLÍNICA MÉDICA ELDORADO LTDA

CONTRATANTE: EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO/MT, 15 DE AGOSTO DE 2019.

LICITAÇÃO
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DE ACRESCIMO DE VALOR E PRAZO AO CONTRATO Nº 078-2018

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS NAS ESPECIALIDADES DE GINECOLOGIA/OBSTETRÍCIA, PEDIATRIA, DE FORMA COMPLEMENTAR AOS SERVIÇOS OFERECIDOS NO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO/MT

VALOR ANUAL: R$ 976.244,40 (NOVECENTOS E SETENTA E SEIS MIL E DUZENTOS E QUARENTA E QUATRO REAIS E QUARENTA CENTAVOS)

PRAZO DE EXECUÇÃO: 12 (DOZE) MESES

CONTRATADO: PAULO EDUARDO DE SIQUEIRA - ME

CONTRATANTE: EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO/MT, 06 DE AGOSTO DE 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM AQUINO

GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
LEI Nº 1.621/2019 DE 20 DE AGOSTO DE 2.019.

DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DO ENVIO POR ESCRITO DE INFORMAÇÕES À CÂMARA DE VEREADORES SOBRE AS INDICAÇÕES E OS PEDIDOS DE PROVIDÊNCIAS REMETIDOS AO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito do Município de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhes são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - O Poder Executivo Municipal informará a Câmara de Vereadores sobre os encaminhamentos dado às indicações aprovadas pelo Poder Legislativo Municipal e remetidas ao Poder Executivo Municipal.

Parágrafo Único. Ás informações do Poder Executivo deverão conter, no mínimo:

I - a data do encaminhamento à Secretaria ao setor competente;

II- medidas adotadas para realizar o solicitado;

III- solução efetivamente dada;

IV- data para finalização do solicitado;

V- em caso de ainda não ter sido concretizada a Indicação, quando da informação a ser enviada ao Poder Legislativo:

a) mencionar o motivo;

b) citar aprovável data de concretização; e

c) quando da decisão da não concretização de alguma indicação, justificar este ato.

Artigo 2º - Fica estipulado o prazo máximo de 30 (trinta) dias, prorrogáveis por mais 05 (cinco) dias para que o Poder Executivo encaminhe as informações sobre as Indicações.

Artigo 3º - O disposto nesta lei aplica-se também aos pedidos de providências por escrito.

Artigo 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal em 20 de Agosto de 2.019.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2019

A Pregoeira da Prefeitura Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, designada pela Portaria Nº 02/2019, torna público aos interessados que, a licitação realizada no dia 21/08/2019, na modalidade de Pregão Presencial nº. 015/2019, que objetivava o registro de preços para futura e eventual aquisição de combustíveis de forma parcelada, com tanques e bombas disponibilizadas no município de Dom Aquino - MT, mediante abastecimento direto nas bombas localizadas nas dependências da empresa Contratada, para atender a demanda do Gabinete do Prefeito, Secretaria de Administração, Secretaria de Finanças e Planejamento, Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação Esporte e Lazer, Secretaria de Assistência Social e Habitação, Secretaria de Agricultura, Secretaria de Turismo e Meio Ambiente, Secretaria de Obras Públicas e Urbanismo e Departamento de Água e Esgoto, conforme condições e especificações, constante no edital e seus anexos, foi considerada **FRACASSADA**, tendo em vista que, as Propostas de ambas licitantes foram apresentadas em desacordo com o Edital.

Dom Aquino-MT, 21 de agosto de 2019.

WANUSA SOARES ALVES

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

PREFEITURA/DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 347/2019

DATA: 21 DE AGOSTO DE 2019.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei,

RESOLVE:

Artigo 1.º Exonerar, a pedido, o Sr. **MICHEL CRISTIANO GALANTE,** do seu cargo efetivo de **AGENTE DE TRIBUTOS II**, lotado junto a Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças do Município de Feliz Natal/MT.

Artigo 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3.º Revogam–se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE E UM DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE 2019.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA/DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 338/2019

DATA: 09 DE AGOSTO DE 2019.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei,

RESOLVE:

Artigo 1º- Nomear o Sr. **RODRIGO MEGIOLARO,** para ocupar o cargo em Comissão de **TESOUREIRO,** lotado na Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, com fundamento Lei Complementar nº 042/2016.

Artigo 2º - A remuneração a que faz jus está definida na Lei Complementar nº 042/2016.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam–se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AOS NOVE DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE 2019.

RAFAEL PAVEI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA/DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 337/2019

DATA: 09 DE AGOSTO DE 2019.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei,

RESOLVE:

Artigo 1º- Exonerar o Sr. **FERNANDO RAFAEL DOS SANTOS FARINA,** do cargo em Comissão de **TESOUREIRO,** lotado na Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, com fundamento Lei Complementar nº 042/2016.

Artigo 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam–se as disposições em contrário em especial a Portaria Municipal n° 268/2019.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AOS NOVE DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE 2019.

RAFAEL PAVEI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

CONTABILIDADE
DECRETO N° 048/2019

DECRETO N° 048/2019

DATA: 16 DE JULHO DE 2019

SUMULA: Abre Crédito Adicional Especial no valor de R$ 293.500,00 (duzentos e noventa e três mil e quinhentos reais), e dá Outras Providências.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei e especialmente a Lei Municipal nº 667/2019.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município de 2019, um Crédito Especial nas seguintes dotações Orçamentárias:

08 - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

08.00001 – Depto Municipal de Agricultura

08.00001.20 – Agricultura

08.00001.20.608- Promoção da Produção Agropecuária

08.00001.20.608.0014- Apoio ao Desenvolvimento Agrícola e Ambiental

08.00001.20.608.0014.1056- Recuperação de Estradas Vicinais

449039.00.00.0124054000-Serv. Terc.Pes.Jurídica R$ 292.500,00

449039.00.00.5124054000-Serv. Terc.Pes.Jurídica R$ 1.000,00

T O T A L ..... R$ 293.500,00

Art. 2º - Para cobertura do crédito adicional especial aberto no Artigo 1º desta Lei, serão utilizados recursos provenientes do excesso provável de arrecadação no montante de R$ 542.500,00, proporcionado por receita oriunda de Convênios e Contratos de Repasses Federais:

2.418.991.100 Outras Transferências da União Principal

2.418.991.103 Transf. Contrato de Repasse MAPA – Recuperação de Estradas Vicinais.....R$ 292.500,00

Art. 3º Adicionalmente serão utilizados recursos decorrentes da anulação da seguinte dotação orçamentária:

08 - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

08.00001 – Depto Municipal de Agricultura

08.00001.20 – Agricultura

08.00001.20.606- Extensão Rural

08.00001.20.606.0014- Apoio ao Desenvolvimento Agrícola e Ambiental

08.00001.20.606.0014.1043- Construção de Tanques para Psicultura

339039.00.00.0100000-Outros Serv. Terc. P.Jur.....R$ 1.000,00

Art. 4º. – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL, CENTRO ADMINISTRATIVO DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DEZESSEIS DIAS DO MÊS DE JULHO DE 2019.

Rafael Pavei

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 72/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2019

Aos 21 dias do mês de Agosto de 2019, de um lado o(a) **PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE - MT**, com sede na rua para, nesta cidade, devidamente inscrita no CGC/MF sob o n.º 01.614.539/0001-01, neste ato, representado pelo(a) **Prefeito(a) Municipal , Sr(a). VONEY RODRIGUES GOULART**, brasileiro(a), portador do R.G. n.º 2477543SSP/GO e inscrito no CPF nº 402.603.301-59, residente e domiciliado na RUA SANTO ANTONIO, bairro CENTRO nesta cidade, neste ato denominado simplesmente **Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços**, realizado por meio do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2019**, e de outro lado a empresa adjudicatária nos itens abaixo, doravante denominada **FORNECEDOR**, tem entre si, justo e avençado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de **compromisso de fornecimento**, nos termos do Art. 15 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, observada as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as cláusulas que se seguem:

1 – DO FORNECEDOR REGISTRADO: A partir desta data, fica registrado na PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE - MT, o preço do fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando a contratação de pessoa jurídica para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PARA ENVIO DO APLIC, de acordo com as especificações e nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor N. A. MAUERVERCK NETO	CNPJ 20.397.593/0001-89
Endereço LECCE	Nº SN
Bairro JARDIM ITÁLIA III	
Cidade GAUCHA DO NORTE/MT	CEP 78875000
Representante Legal	CPF
Email MAUERVERCK16@GMAIL.COM	Telefone (66) 3582-1352

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	MARCA	QUANT.	VL. UNIT.	VL. TOTAL
1	31021	ENVIO DAS INFORMAÇÕES RELATIVAS AO APLIC	KM - QUILÔMETRO	SERVIÇOS	12,00	2.800,0000	33.600,00

Total: 33.600,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço. 2.2. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena "d" do inciso II do caput e do §5° do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993. 2.2.1. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido. 2.2.2. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para

fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração. 2.2.3. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo. 2.2.4. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação. 2.2.5. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de

primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.2. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes: a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado; b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação. **2.3. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5° do art. 65 da Lei n° 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:** a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados: b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.3.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes. 2.3.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações. 3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993. 3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4°, da Lei n° 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital; 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação. 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata. 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis. 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro. 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor: 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3° do Decreto Municipal n° 095/2009; 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração. 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos. 5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização; 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de oficio" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município observada o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários. 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo; 5.1.6. Emitir a autorização de compra; 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação; 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias: 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital; 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada; 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em

parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata. 5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata: 5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços; 5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; 5.3.4. Substituir os produtos recusados ou cancelar os serviços executados para entidade usuária, sem qualquer ônus para administração, no prazo máximo de 24(vinte e quatro) horas, independente da aplicação das penalidades cabíveis. 5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata; 5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado; 5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão; 5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações. 5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços. 5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços. CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS 6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem

fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando: a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado; b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável; c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento; d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado; e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal n° 10.520, de 17 de fevereiro de 2002; f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas. **6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior. 6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro. 6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente. 6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa. 6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.**

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal. 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável. 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação. 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento. 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará (ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento. 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar. 7.5.2. O prazo de entrega será conforme as solicitações em anexo no termo de referencia em conformidade com o edital os artigos 73 a 76 da Lei Federal nº 8.666/93. 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento. 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento. 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado. 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata. 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer o objeto licitado, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações. 7.8.1. Serão recusado o objeto licitado com defeitos de fabrica, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso. 7.8.2. O objeto licitado deverá ser entregue embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega. 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança do O objeto licitado contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 02 (DOIS) anos a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural. 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte do O objeto licitado, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor

competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei n° 8.666/93 e alterações. 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS. 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo. 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções. 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais. 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora. 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8. 666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas: 11.1.1. Pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos: a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato; b) cancelamento do preço registrado; c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos. **11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente. 11.1.2. Por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:** a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia; b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso. **11.1.3. Por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:** a) advertência, por escrito, nas falta leves; b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor; c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos. d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. **11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. Poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993. 11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei n° 10.520, de 2002. 11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação. 11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos. 11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação. 11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração. 11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Paranatinga-MT para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento. E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE -

VONEY RODRIGUES GOULART

Prefeito(a) Municipal

N. A. MAUERVERCK NETO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, VONEY RODRIGUES GOULART, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

Licitação Nr.: 00000054/2019 Modalidade Nr.: 00000035/2019

Modalidade: Pregão

Data da Adjudicação: 21/08/2019 Data da Homologação: 21/08/2019

Objeto da Licitação: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PARA ENVIO DO APLIC

Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação)

Detalhamento

Marca

Unid. Qtd.

Vlr. Unitário

Total

5287 - N. A. MAUERVERCK NETO

CNPJ: 20.397.593/0001-89

31021

ENVIO DAS INFORMAÇÕES RELATIVAS AO APLIC

SERVIÇOS

KM - QUILÔMETRO 12,0000 2.800,0000 33.600,00

Total Fornecedor: 33.600,0000

Total Geral: 33.600,0000

GAUCHA DO NORTE, Quarta-feira, 21 de Agosto de 2019

Licitantes

Fornecedor CNPJ Total Ganho na Licitação

N. A. MAUERVERCK NETO 20.397.593/0001-89 33.600,0000

Total da Licitação: 33.600,0000

PARECER DA COMISSÃO

A especificação contida no presente Mapa de Licitação é a expressão da verdade.

O(A) PREGOEIRO(A) E A EQUIPE DE APOIO TENDO APRECIADO OS DOCUMENTOS SOLICITADOS NO EDITAL DE LICITAÇÃO EM EPÍGRAFE, CONFORME RELATO REGISTRADO NA ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO, ESTÁ(ÃO) PARTICIPANDO DO PROCESSO AS EMPRESAS ORA LICITANTE(S) ACIMA CITADA(S), E FORA(M) VENCEDORA(S) CONFORME ITENS (LOTES) CITADO(S). RATIFICAMOS, PORTANTO, COMO VENCEDORA(S). EM SEGUIDA ENCAMINHAMOS AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL PARA SE ASSIM ESTIVER DE ACORDO COM O PROCEDIMENTO LICITATÓRIO EFETUAR ADJUDICAÇÃO-HOMOLOGAÇÃO DO REFERIDO PROCESSO LICITATÓRIO. BEM COMO, DETERMINANDO A ELABORAÇÃO DO EMPENHO NO VALOR DOS ITENS (LOTES) GANHO(S) EM CADA PROPOSTA A FAVOR DA(S) VENCEDORA(S).

Comissão Nomeada pela Portaria No.

42 **, de**

11/01/2019 **a**

02/04/2018

Assinatura

MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS

Item Produto/Serviço Forn. Vencedores Unid.	Quantidade Valor Ref.	Valor Venc. Dif. %		Valor Total Venc.
0 31021 - ENVIO DAS INFORMAÇÕES R 5287 - N. A. MAUERVERCK NETO Km	12,0000 2.890,0000 Valor Anterior de Aquisição:	2.800,0000 0,0000	3,21 Proc.:	33.600,00
		Total:		**33.600,00**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D´OESTE

PORTARIA N.º 097 DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR DO MUNICÍPIO DE GLÓRIA D´OESTE - MT.

O Excelentíssimo Senhor **PAULO REMÉDIO,** Prefeito Municipal de Glória D´Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições, e tendo em vista o disposto no Artigo 84, inciso IX da lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Artigo I – **Conceder** 03 (TRÊS) MÊS de Licença Prêmio, nos termos do Artigo 90 da Lei Complementar N. º 057 de 16/02/2016 ao Servidor, **DEOCLECIO DOS SANTOS JUNIOR**, brasileiro, portador do RG n. º 22260420 SSP/MT e do CPF n.º 051.017.871-59, que exerce o Cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS (MAS), referente ao período de 2012/2017 à partir de 01/09/2019.

Artigo II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo III – Revogam – se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

EDIFICIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D'OESTE

ESTADO DE MATO GROSSO EM 20 DE AGOSTO DE 2019.

PAULO REMÉDIO

Prefeito do Município de Glória D´Oeste/MT

EXTRATO DE CONTRATO DE RATEIO

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Glória d'Oeste-MT – PREVI-GLORIA

CONTRATADO: Consórcio Público Intermunicipal de Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social dos Municípios Mato-Grossenses – CONSPREV

OBJETO: "O presente instrumento tem por objeto ratear as despesas do Consórcio Público Intermunicipal de Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social dos Municípios Mato-Grossenses – CONSPREV entre os CONSORCIADOS nos termos do art. 8º da Lei n.º 11.107/05."

VALOR: Fica estabelecido que a parte fixa da cota de rateio das despesas consorciais que o GLÓRIA-PREVI repassará durante o ano de 2019 será no valor de R$ 521,50 (quinhentos e vinte e um reais e cinquenta centavos) divididos em 07 (sete) parcelas mensais de R$ 74,50 (setenta e quatro reais e cinquenta centavos).

VIGÊNCIA: O presente instrumento vigorará de 01/05/2018 até 31/12/2018, sendo, todavia, rescindido automaticamente no caso de o CONSORCIADO deixar de integrar o CONSPREV, desde que atendidas as formalidades estabelecidas nos arts. 8º, § 5º, 11 e 12, § 2º, da Lei Federal n. º 11.107/05.

PORTARIA N.º 102 DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A PROGRESSÃO FUNCIONAL DE SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE GLÓRIA D´OESTE - MT.

O Excelentíssimo Senhor **PAULO REMEDIO**, Prefeito Municipal de Glória D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e, considerando o disposto na Lei Complementar n.º 058 de 16 de Fevereiro de 2016.

R E S O L V E:

Artigo I – Conceder ELEVAÇÃO DE NIVEL a servidora abaixo relacionado;

Ordem	NOME FUNCIONÁRIO	CARGO	Padrão Classe Nível (Atual)	Padrão Classe Nível (DE ELEVAÇÃO)
01	AMANDA ROSA MEDEIROS	Assistente Administrativo	A/I	A/II

Artigo II – Esta Portaria, entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE – SE ,

PUBLIQUE – SE,

CUMPRA – SE.

EDIFICIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D'OESTE

ESTADO DE MATO GROSSO EM 21 DE AGOSTO DE 2019.

PAULO REMÉDIO

Prefeito do Município de Glória D´Oeste/MT

PORTARIA N.º 101 DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A PROGRESSÃO FUNCIONAL DE SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE GLÓRIA D´OESTE - MT.

O Excelentíssimo Senhor **PAULO REMEDIO**, Prefeito Municipal de Glória D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e, considerando o disposto na Lei Complementar n.º 058 de 16 de Fevereiro de 2016.

R E S O L V E:

Artigo I – Conceder ELEVAÇÃO DE NIVEL E CLASSE a servidora abaixo relacionado;

Ordem	NOME FUNCIONÁRIO	CARGO	Padrão Classe Nível (Atual)	Padrão Classe Nível (DE ELEVAÇÃO)
01	KEPURY DE CARVALHO	Auxiliar de Contabilidade	A/I	B/II

Artigo II – Esta Portaria, entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE – SE ,

PUBLIQUE – SE,

CUMPRA – SE.

EDIFICIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D'OESTE

ESTADO DE MATO GROSSO EM 21 DE AGOSTO DE 2019.

PAULO REMÉDIO

Prefeito do Município de Glória D´Oeste/MT

PORTARIA N.º 100 DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR DO MUNICÍPIO DE GLÓRIA D´OESTE - MT.

O Excelentíssimo Senhor **PAULO REMÉDIO,** Prefeito Municipal de Glória D´Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições, e tendo em vista o disposto no Artigo 84, inciso IX da lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Artigo I – **Conceder** 01 (UM) MÊS de Licença Prêmio, nos termos do Artigo 90 da Lei Complementar N. º 057 de 16/02/2016 ao Servidor, **IVANI GOMES DA SILVA**, brasileiro, portador do RG n. º 535.365-3 SSP/MT e do CPF n.º 393.930.971-00, que exerce o Cargo de ELETRICISTA, referente ao período de 2009/2014 à partir de 21/08/2019.

Artigo II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo III – Revogam – se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

EDIFICIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D'OESTE

ESTADO DE MATO GROSSO EM 21 DE AGOSTO DE 2019.

PAULO REMÉDIO

Prefeito do Município de Glória D´Oeste/MT

PORTARIA N.º 099 DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR DO MUNICÍPIO DE GLÓRIA D´OESTE - MT.

O Excelentíssimo Senhor **PAULO REMÉDIO,** Prefeito Municipal de Glória D´Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições, e tendo em vista o disposto no Artigo 84, inciso IX da lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Artigo I – **Conceder** 03 (TRÊS) MÊS de Licença Prêmio, nos termos do Artigo 90 da Lei Complementar N. º 057 de 16/02/2016 ao Servidor, **LUIZ CARLOS FONSECA DE ARAUJO**, brasileiro, portador do RG n. º 20511405-5 SSP/MT e do CPF n.º 383.476.601-15, que exerce o Cargo de TÉCNICO AGRÍCOLA, referente ao período de 2014/2019 à partir de 22/08/2019.

Artigo II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo III – Revogam – se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

EDIFICIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D'OESTE

ESTADO DE MATO GROSSO EM 21 DE AGOSTO DE 2019.

PAULO REMÉDIO

Prefeito do Município de Glória D´Oeste/MT

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 007/2019 - PROCESSO DE ESCOLHA DE CONSELHEIROS TUTELARES - EDITAL 001/19 - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA

A Comissão Especial de Seleção e Eleição do Conselho Tutelar de Glória D´Oeste, criada através da Resolução nº001/2019-CMDCA, de 30 de abril de 2019, no uso de suas atribuições legais, com fundamento da Lei Federal 8.069/90 – ECA, na Lei Municipal nº565/2015 - Lei Municipal nº655/2019 e na Resolução nº 170/2014 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA torna público o GABARITO PRELIMINAR da Prova Objetiva realizada no dia 18 de agosto de 2019, conforme segue:

1. ANEXO I – GABARITO PRELIMINAR 2. Nos termo do Edital 001/19, Ítem 5.4, os Candidatos poderão interpor dos recursos previstos, mediante solicitação por escrito, à Comissão Especial de Seleção e Eleição do Conselho Tutelar, a partir de sua publicação. **3.** Este Edital Complementar ficará a disposição dos interessados no Quadro Mural da Secretaria Municipal de Assistência Social e no endereço eletrôni-

co**HTTP://www.gloriadoeste.mt.gov.br,** a partir desta data**.** Glória D´Oeste – MT., 21 de agosto de 2019. **Josélia Bressanin Bossolani Presidente CMDCA Comissão Especial de Seleção e Eleição do Conselho Tutelar de Glória D´Oeste**

PROCESSO DE ESCOLHA DE CONSELHEIROS TUTELARES - EDITAL 001/19

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 007/2019

ANEXO I – GABARITO PRELIMINAR

Cargo: CONSELHEIRO TUTELAR

QUESTÕES	RESPOSTA	QUESTÕES	RESPOSTA
01	C	11	C
02	B	12	B
03	A	13	B
04	D	14	D
05	D	15	D
06	B	16	B
07	B	17	A
08	D	18	A
09	C	19	B
10	A	20	D

Glória D´Oeste-MT., 21 de agosto de 2019.

Josélia Bressanin Bossolani

Presidente CMDCA

Comissão Especial de Seleção e Eleição do Conselho Tutelar de Glória D´Oeste

PORTARIA N.º 098 DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

NOMEIA CHEFE DO SETOR DE AGRICULTURA DO MUNICIPIO DE GLÓRIA D´OESTE MT.

O Excelentíssimo Senhor **PAULO REMÉDIO**, Prefeito Municipal de Glória D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições e tendo em vista o que dispõe o Artigo 84 da Lei Orgânica do Município,

R E S O L V E:

Artigo I – **NOMEAR** o Senhor **JOSÉ GILMAR REMEDIO**, brasileiro, portador do RG n. º 868783 SSP/MT e do CPF 567.715.501-25 para exercer as funções inerentes ao Cargo de Provimento em Comissão CC – 8, **Chefe Setor de Agricultura** desta municipalidade à partir desta data.

Artigo III – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE – SE,

PUBLIQUE – SE,

CUMPRA – SE.

EDIFICIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D'OESTE

ESTADO DE MATO GROSSO EM 20 DE AGOSTO DE 2019.

PAULO REMÉDIO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N° 228/2019

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PESSOA JURIDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTRUTOR E ENSINO DE MÚSICA**, no município de Guarantã do Norte/MT, visando atender as necessidades da Administração Municipal.

DATA DA ASSINATURA: 21/08/2019

CONTRATADA: **EMANUEL WELINGTON DE SOUZA MIRANDA 91271436191**

VALOR: R$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais).

Guarantã do Norte, 21 de agosto de 2019.

Érico Stevan Gonçalves

Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 167 A 171 DE 2019

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 167/2019

PARTES: MUNICÍPIO DE GUARANTÃ DO NORTE e a empresa SAVIO DE LIMA MAGALHAES 07331879197 Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TÉCNICAS AGRÁRIAS PARA ATENDER AS ESCOLAS MUNICIPAIS DO CAMPO DO MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE/MT. Fundamento Legal: Licitação na Modalidade Pregão Presencial nº 055/2019, Processo de Compra n° 1615/2019, Lei 8. 666/1993, Lei 10.520/2002. A empresa SAVIO DE LIMA MAGALHAES 07331879197 sagrou-se vencedora com o valor global de R$ 18.000,00 (dezoito mil reais). Data de Assinatura: 21/08/2019. Vigência: 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação no Diário Oficial de Contas Tribunal de Contas do Mato Grosso. A PLANILHA DE PREÇOS E ATA EM SUA INTEGRA ENCONTRAM-SE ANEXADA NOS AUTOS DO PROCESSO DE COMPRA Nº 1615/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 055/2019-SRP. Assina pelo Município de Guarantã do Norte: ÉRICO STEVAN GONÇALVES – Prefeito Municipal; Contratada: SAVIO DE LIMA MAGALHAES 07331879197 representada pelo senhor SAVIO DE LIMA MAGALHAES - Guarantã do Norte/MT, 21 de agosto de 2019.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 168/2019

PARTES: MUNICÍPIO DE GUARANTÃ DO NORTE e a empresa RAFAEL OENING AGUSTINHO 06037296146 Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TÉCNICAS AGRÁRIAS PARA ATENDER AS ESCOLAS MUNICIPAIS DO CAMPO DO MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE/MT. Fundamento Legal: Licitação na Modalidade Pregão Presencial nº 055/2019, Processo de Compra n° 1615/2019, Lei 8. 666/1993, Lei 10.520/2002. A empresa RAFAEL OENING AGUSTINHO 06037296146 sagrou-se vencedora com o valor global de R$ 18.000,00 (dezoito mil reais). Data de Assinatura: 21/08/2019. Vigência: 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação no Diário Oficial de Contas Tribunal de Contas do Mato Grosso. A PLANILHA DE PREÇOS E ATA EM SUA INTEGRA ENCONTRAM-SE ANEXADA NOS AUTOS DO PROCESSO DE COMPRA Nº 1615/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 055/2019-SRP. Assina pelo Município de Guarantã do Norte: ÉRICO STEVAN GONÇALVES – Prefeito Municipal; Contratada: RAFAEL OENING AGUSTINHO 06037296146 representada pelo senhor RAFAEL OENING AGUSTINHO - Guarantã do Norte/MT, 21 de agosto de 2019.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 169/2019

PARTES: MUNICÍPIO DE GUARANTÃ DO NORTE e a empresa BEATRIZ CARRARA VOUGADO 05398159186 Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TÉCNICAS AGRÁRIAS PARA ATENDER AS ESCOLAS MUNICIPAIS DO CAMPO DO MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE/MT. Fundamento Legal: Licitação na Modalidade Pregão Presencial nº 055/2019, Processo de Compra n° 1615/2019, Lei 8. 666/1993, Lei 10.520/2002. A empresa BEATRIZ CARRARA VOUGADO 05398159186 sagrou-se vencedora com o valor global de R$ 18.000,00

(dezoito mil reais). Data de Assinatura: 21/08/2019. Vigência: 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação no Diário Oficial de Contas Tribunal de Contas do Mato Grosso. A PLANILHA DE PREÇOS E ATA EM SUA INTEGRA ENCONTRAM-SE ANEXADA NOS AUTOS DO PROCESSO DE COMPRA Nº 1615/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 055/2019-SRP. Assina pelo Município de Guarantã do Norte: ÉRICO STEVAN GONÇALVES – Prefeito Municipal; Contratada: BEATRIZ CARRARA VOUGADO 05398159186 representada pela senhora BEATRIZ CARRARA VOUGADO - Guarantã do Norte/MT, 21 de agosto de 2019.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 170/2019

PARTES: MUNICÍPIO DE GUARANTÃ DO NORTE e a empresa RAFAEL NATAN DOS SANTOS GUERREIRO CAMPOS 05727272165 Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TÉCNICAS AGRÁRIAS PARA ATENDER AS ESCOLAS MUNICIPAIS DO CAMPO DO MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE/MT. Fundamento Legal: Licitação na Modalidade Pregão Presencial nº 055/2019, Processo de Compra n° 1615/2019, Lei 8.666/1993, Lei 10.520/2002. A empresa RAFAEL NATAN DOS SANTOS GUERREIRO CAMPOS 05727272165 sagrou-se vencedora com o valor global de R$ 18.000,00 (dezoito mil reais). Data de Assinatura: 21/08/2019. Vigência: 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação no Diário Oficial de Contas Tribunal de Contas do Mato Grosso. A PLANILHA DE PREÇOS E ATA EM SUA INTEGRA ENCONTRAM-SE ANEXADA NOS AUTOS DO PROCESSO DE COMPRA Nº 1615/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 055/2019-SRP. Assina pelo Município de Guarantã do Norte: ÉRICO STEVAN GONÇALVES – Prefeito Municipal; Contratada: RAFAEL NATAN DOS SANTOS GUERREIRO CAMPOS 05727272165 representada pelo senhor RAFAEL NATAN DOS SANTOS GUERREIRO CAMPOS - Guarantã do Norte/MT, 21 de agosto de 2019.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 171/2019

PARTES: MUNICÍPIO DE GUARANTÃ DO NORTE e a empresa JULIANA PATRICIA DOS SANTOS PRATES 06167957185 Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TÉCNICAS AGRÁRIAS PARA ATENDER AS ESCOLAS MUNICIPAIS DO CAMPO DO MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE/MT. Fundamento Legal: Licitação na Modalidade Pregão Presencial nº 055/2019, Processo de Compra n° 1615/2019, Lei 8.666/1993, Lei 10.520/2002. A empresa JULIANA PATRICIA DOS SANTOS PRATES 06167957185 sagrou-se vencedora com o valor global de R$ 18.000,00 (dezoito mil reais). Data de Assinatura: 21/08/2019. Vigência: 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação no Diário Oficial de Contas Tribunal de Contas do Mato Grosso. A PLANILHA DE PREÇOS E ATA EM SUA INTEGRA ENCONTRAM-SE ANEXADA NOS AUTOS DO PROCESSO DE COMPRA Nº 1615/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 055/2019-SRP. Assina pelo Município de Guarantã do Norte: ÉRICO STEVAN GONÇALVES – Prefeito Municipal; Contratada: JULIANA PATRICIA DOS SANTOS PRATES 06167957185 representada pela senhora JULIANA PATRICIA DOS SANTOS PRATES - Guarantã do Norte/MT, 21 de agosto de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° 045/2019

A Pregoeira e Equipe de Apoio da Prefeitura Municipal de Itanhangá-MT, torna público que na Licitação tipo **Pregão Presencial n° 045/2019**, instaurada para o **"Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais hidráulicos para uso no Departamento de Água e Esgoto do Município de Itanhangá-M.".,** teve como vencedora as empresas: **AAGUA COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI - CNPJ: 09.237.525/0001-10** sagrou-se vencedora com o valor total de R$ 57.862,50 (cinquenta e sete mil oitocentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), a empresa **IVAN GUIA LEMOS DA SILVA & CIA LTDA – ME** – **CNPJ: 12.995.729/0001-24** sagrou-se vencedora no valor total de R$ 108.896,00 (cento e oito mil oitocentos e noventa e seis reais), e a empresa **SOLUÇÕES PRATICAS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO EIRELI – EPP** – **CNPJ: 27.222.285/0001-61** sagrou-se vencedora no valor total de R$ 8.542,00 (oito mil quinhentos e quarenta e dois reais).

Itanhangá-MT, 21 de agosto de 2019.

CAMILA BRUNA MORESCO

Pregoeira Oficial

CÂMARA MUNICIPAL
EDITAL CONVOCAÇÃO DE POSSE Nº 02/2019

CONCURSO PÚBLICO 01/2018.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE POSSE Nº 02/2019

O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Itanhangá-MT, Senhor **Zilmar Albuquerque Rodrigues**, tendo em vista a Homologação de Resultado final do Concurso Público 01/2018, dado pelo Decreto 03/2018, publicado na edição de nº 3.129, no dia 20/12/2018, Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, e na edição de nº 27405,de 19/12/2018, Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais vem pelo presente tornar pública a **CONVOCAÇÃO** do candidato aprovado no concurso público 001/2018, para assumir a vaga abaixo descrito, nos termos da Lei Municipal de 02/2005, e Lei complementar Municipal de nº 02/2005.

INSCRIÇÃO	NOME	CARGO	CLASSIFICAÇÃO
22836	RAFAEL RODRIGUES RAMOS LUCAS TAQUES DE MIRANDA	PROCURADOR JURÍDICO	2º

O convocado deverá comparecer na Secretaria da Câmara Municipal de Itanhangá, sito Rua Murici, nº 118, Centro, após a publicação deste edital, em dias de expediente, e dentro do prazo de 30 dias, conforme dispõe a Lei Complementar 002/2005, no horário das 13h30min às 17h30min, munido dos seguintes documentos conforme disposto nos itens **7.4.** a **7.4.20**, do edital de Concurso Público de nº 01/2018.

DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA:

Cópia legível, acompanhada de original para autenticação por servidor público.

Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

Certidão de Casamento ou Nascimento;

Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

Inscrição do PIS/PASEP;

Comprovante de votação nas duas últimas eleições que antecederem à posse; e se não tiver pode ser certidão cartório eleitoral.

Título de Eleitor;

Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações criminais (com trânsito em julgado);

Certidão Negativa de Débitos para com o município de posse;

Duas fotos 3x4, coloridas e recentes;

Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e ou certidão de regularidade;

Certidão de Reservista, se do sexo masculino;

Comprovante de Escolaridade, através de histórico escolar, diploma, conforme exigência do cargo ao qual concorre, devidamente registrado pelo MEC;

Declaração contendo endereço residencial; ou comprovante de endereço no nome do candidato (água, luz, telefone fixo)

ORIGINAIS:

Declaração negativa de acúmulo de cargo público;

Declaração de Bens;

Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função

Atestado de Saúde Física e Mental (Pré-Admissional), com data a partir da publicação deste edital.

Solicitação de prorrogação de prazo de posse, nos termos da Lei complementar Municipal de nº 02/2005, art. 24 § 2º.

A não apresentação de todos os documentos constantes nos termos do Edital,* e o *não comparecimento no prazo legal, implicará na desistência do classificado convocado, podendo a Câmara Municipal de Itanhangá- MT, convocar imediatamente o(s) posterior (es) obedecendo a ordem de classificação.

Câmara Municipal de Itanhangá/MT, 21 de agosto de 2019.

Zilmar Albuquerque Rodrigues

Presidente

Câmara Municipal de Itanhangá.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° 047/2019

A Prefeitura Municipal de Itanhangá-MT, com sede na Av. Santa Catarina, n° 314, centro – Itanhangá-MT, através de sua Pregoeira e sua Equipe de Apoio, nomeados através da Portaria n° 021/2019, torna público que encontra-se aberta na Modalidade **Pregão Presencial n° 047/2019**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, que tem por objeto o **"Registro de Preços para futura e eventual aquisição de pneus, câmaras e protetores de ar para atender as necessidades das secretarias municipais do Município de Itanhangá-MT".** Regem a presente licitação a lei Federal n° 10.520/02, subsidiariamente, a Lei n° 8.666/93 e demais legislações aplicáveis. A abertura desta licitação ocorrerá no dia **03 de setembro de 2019, às 08:00hs (oito horas)**, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Itanhangá. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no setor de licitações de segunda a sexta-feira, no horário das 07:00 às 11:00 horas e das 13:00 ás 17:00 horas, dos dias úteis, ou pelo telefone (66) 3578-2500, ou no site da prefeitura: www.itanhanga.mt.gov.br ou solicitado pelo e-mail: licitacao@itanhanga.mt.gov.br.

Itanhangá-MT, 21 de agosto de 2019.

CAMILA BRUNA MORESCO

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

CAMARA MUNICIPAL
DECRETO Nº 005/2019

Dispõe sobre a concessão de Título de Cidadão Itiquirense, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ITIQUIRA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 243, do Regimento Interno, faz saber que o Plenário aprovou e ele promulga o presente Decreto Legislativo:

Art. 1º - Concede Título de Cidadãos Honorários Itiquirense ao senhor **MARCELO HENRIQUE COUTINHO TIAGO** em reconhecimento pelos bons e relevantes serviços prestados a este Município.

Parágrafo Primeiro: A entrega do referido título dar-se-á em sessão solene, em data a ser designada pela mesa diretora, após prévio contato com os homenageados.

Parágrafo Segundo: Na impossibilidade de se efetuar a entrega em sessão da Câmara ou Solene, a mesma se realizará na sala da presidência ou ainda em local previamente deliberado pela Mesa Executiva.

Art. 2º - As despesas decorrentes da implantação deste Decreto Legislativo correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 3º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Itiquira-MT., 21 de agosto de 2019.

_____

Marcio Alves Fontes

Presidente

Gestão 2019-2020

CAMARA MUNICIPAL
RESOLUÇÃO Nº 001/2019

Autoria: Mesa Diretora da Câmara Municipal de Itiquira

DISPÕE SOBRE SISTEMA DE DIÁRIAS PARA OS MEMBROS DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE ITIQUIRA-MT.

A CÂMARA MUNICIPAL DE ITIQUIRA – ESTADO DE MATO GROSSO, com fulcro no regimento Interno aprovou, e a Mesa Diretora promulga a seguinte Resolução:

RESOLUÇÃO:

Artigo 1º - Fica instituído o sistema de diárias aos membros do Poder Legislativo do Município de Itiquira, Estado de Mato Grosso, Conforme segue:

Descrição Cargo	No Estado		Fora do Estado	
	Diária Inteira	½ Diária	Diária Inteira	½ ´ Diária
Vereador/Vereador Presidente	560,00	280,00	729,00	364,50
Cargos Comissionados: Secretário de Administração; Secretário de Finanças; Secretário Executivo do Gabinete da Presidência; Assessor Jurídico; Coordenador de Controle Interno; Assessor Contábil; Assessor de Recursos Humanos e Departamento de Pessoal; Assessor Legislativo Geral; Assessor de Imprensa/Cerimonial; Assessor TI(tecnologia da Informação); Assessor de Atendimento ao Cidadão; Assessor do Gabinete da Presidência; Assessor Administrativo; **Cargos efetivos:** Auxiliar Administrativo; Agente administrativo; Analista de Controle Interno; Analista de Gestão Administrativa e Financeira; Advogado; Contador; Técnico em Administração; Técnico Legislativo.	300,00	150,00	388,00	194,00
Cargos Comissionados Assessor Parlamentar/Legislativo; Coordenador de Sonorização/Filmagem; **Cargo Efetivo** Motorista	220,00	110,00	290,00	145,00
Demais Servidores.	220,00	110,00	290,00	145,00

Artigo 2º - O valor fixado para as diárias de que trata esta Resolução, será corrigido pelo índice Geral de Preços de Mercado (IGP/M) da fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE) ou por outro índice que venha a substituí-lo, acumulado nos últimos 12 (doze) meses, para to-

dos os níveis estabelecidos, mediante disponibilidade financeira para cobertura da despesa.

Parágrafo Único: A correção monetária dos valores pertinentes às diárias concedidas no âmbito do Poder Legislativo de que trata o caput desde artigo será feito no último dia de cada exercício anual ou no primeiro dia útil do mês subsequente, através de Resolução.

Artigo 3º - O servidor que, a serviço afastar-se do município em caráter eventual ou transitório para outro ponto do território nacional ou para o exterior, fará jus a diárias destinadas a indenizar pelas despesas com alimentação e hospedagem, locomoção urbana, a serviço da câmara municipal.

Parágrafo Primeiro: A diária será concedida por dia de afastamento, sendo devida pela metade quando o deslocamento não exigir pernoite fora do Município.

Parágrafo Segundo: O servidor que receber diárias e não se afastar do município, por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-las integralmente, no prazo de 5 (cinco) dias.

Parágrafo Terceiro: Na hipótese de o servidor retornar ao município em prazo menor do que previsto para o seu afastamento, restituirá as diárias recebidas em excesso, prazo de 5 (cinco) dias.

Artigo 4º - Quando do retorno da viagem, o beneficiário com diária, fica obrigado a apresentar relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas, seguindo os padrões da Instrução normativa do Controle Interno, para prestação de contas de diárias de viagem.

Parágrafo Único – Nenhum membro do Poder Legislativo de Itiquira – MT, poderá solicitar outra diária, sem apresentar o relatório da diária anterior.

Artigo 5º - A presente resolução é amparada na Lei Orgânica do Município Municipal, no Arts. 57 e 58 da Lei Municipal n.º 379/99(Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Itiquira-MT), o Interno da Câmara Municipal, e demais normas vigentes.

Artigo 6º - As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta das dotações orçamentárias, constante do orçamento vigente de cada exercício.

Artigo 7º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário, especialmente a resolução n.º 003/2014;

Itiquira-MT, 21 de agosto de 2019.

---------- Marcio Alves Fontes Presidente		**---------- Ronivon Silva Mingoti 1º Secretário**
	---------- Álvaro J. M. M Neto 2º Secretário	

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 217, DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

Concede Auxílio Doença ao servidor que menciona, do quadro permanente do Poder Executivo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o atestado médico apresentado à unidade Administrativa competente do Poder Executivo, em cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor, e considerando ainda, a perícia junto a Junta Médica do Município;

R E S O L V E:

Art. 1º **-** Conceder o Auxílio Doença, ao servidor abaixo relacionado:

1. MARCIO PEIGO DE ALMEIDA, servidor público do quadro permanente do Poder Executivo, no Cargo de MOTORISTA, empossado em 01/04/2002, pelo período de **31/07/2019 à 26/01/2020, conforme Laudo Pericial,** com o retorno aos trabalho no dia **27/01/2020.**

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 31/07/2019, revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT., 21 de agosto de 2019.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 218, DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

Concede Auxílio Doença ao servidor que menciona, do quadro permanente do Poder Executivo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o atestado médico apresentado à unidade Administrativa competente do Poder Executivo, em cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor, e considerando ainda, a perícia junto a Junta Médica do Município;

R E S O L V E:

Art. 1º **-** Conceder o Auxílio Doença, ao servidor abaixo relacionado:

1. MARIA APARECIDA DA SILVA, servidor público do quadro permanente do Poder Executivo, no Cargo de AGENTE DE SAÚDE, empossado em 04/03/2008, pelo período de **24/06/2019 à 22/08/2019, conforme Laudo Pericial,** com o retorno aos trabalho no dia **23/08/2019.**

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 24/06/2019, revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT., 21 de agosto de 2019.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 214, DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

Concede Auxílio Doença ao servidor que menciona, do quadro permanente do Poder Executivo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o atestado médico apresentado à unidade Administrativa competente do Poder Executivo, em cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor, e considerando ainda, a perícia junto a Junta Médica do Município;

R E S O L V E:

Art. 1º **-** Conceder o Auxílio Doença, ao servidor abaixo relacionado:

1. CLAUDILENE RENATA DE MORAIS, servidor público do quadro permanente do Poder Executivo, no Cargo de PROFESSOR, empossado em 03/02/2002, pelo período de **21/06/2019 à 17/12/2019, conforme Laudo Pericial,** com o retorno aos trabalho no dia **18/12/2019.**

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 21/06/2019, revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT., 21 de agosto de 2019.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 216, DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

Concede Auxílio Doença ao servidor que menciona, do quadro permanente do Poder Executivo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o atestado médico apresentado à unidade Administrativa competente do Poder Executivo, em cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor, e considerando ainda, a perícia junto a Junta Médica do Município;

R E S O L V E:

Art. 1º **-** Conceder o Auxílio Doença, ao servidor abaixo relacionado:

1. LEILA MARIA FERREIRA LEITE, servidor público do quadro permanente do Poder Executivo, no Cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, empossado em 01/05/2000, pelo período de **22/07/2019 à 19/10/2019, conforme Laudo Pericial,** com o retorno aos trabalho no dia **20/10/2019.**

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 22/07/2019, revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT., 21 de agosto de 2019.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 219, DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

Concede Readaptação de Função à servidora que menciona, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO a regulamentação contida no DecretoMunicipal nº 051/2017 que dispõe sobre o Sistema de Readaptação de Função prevista no artigo 23 da Lei Municipal nº 379 de 03 de março de 1999, e dá outras providências.

CONSIDERANDO o requerimento da unidade Administrativa competente do Poder Executivo e o laudo da junta médica oficial do município, em cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor;

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder Readaptação de Função à **ÂNGELA REGINA GUERRO,** servidora efetiva no Cargo de PROFESSOR NÍVEL II, a qual passará a exercer as atividades inerentes as FUNÇÕES DE APOIO PEDAGÓGICO, de 25/01/2019 à 31/12/2019.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 25/01/2019.

Art. 3° Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT, 21 de agosto de 2019.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 220, DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

Cancela 14 (catorze) dias de gozo das férias regulares concedida pela Portaria 157/2019, ao servidor que menciona, e dá outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO, não foi gozada integralmente as férias regulares concedida pela Portaria 157/2019;

CONSIDERANDO, o princípio da autotutela o qual rege a Administração Pública.

R E S O L V E:

Art. 1º - Cancelar 14 (catorze) dias de gozo das férias regulares concedida pela Portaria 157/2019, ao servidor abaixo especificado.

NOME	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	RETORNO
EVANS PEREIRA DA SILVA	AGENTE ADMINISTRATIVO	30/03/2016 A 29/03/2017	05/08/2019 A 03/09/2019	04/09/2019

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT., 21de agosto de 2019.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 212, DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

Designar o Servidor que menciona, responsável pela fiscalização do contrato 015/2019 no Poder Executivo Municipal, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 021/2013, que dispõe sobre regulamento para fiscalização dos contratos das atribuições e responsabilidades do Fiscal de Contratos no âmbito da Prefeitura Municipal de Itiquira-MT, bem como a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer um servidor para fiscalizar o contrato administrativo 015/2019 do Poder Executivo Municipal;

R E S O L V E:

Art. 1º. Designa o Servidor abaixo relacionado, para ser responsável pela fiscalização do Contrato Administrativo 015/2019, firmado entre QUE **ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE ITIQUIRA E A EMPRESA SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZADO COMERCIAL,** conforme disposto no Decreto Municipal nº 021/2013.

1. BÁRBARA FANNY LORENÇO FISCHER

CPF-MF: 114.204.416-55

Art. 2°. As atribuições dos servidores designados, são as estabelecidas no Decreto Municipal nº 021/2013, e por tratar-se de relevante interesse público, não são remuneradas, havendo a dispensa de suas atribuições/

funções habituais, quando em horário de expediente, para atender as diligências e demais atividades pertinentes, cabendo a Administração Pública Municipal viabilizar todas as condições necessárias para o fiel cumprimento das referidas atribuições/funções.

Art. 3°. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT., 20 de agosto de 2019.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 221, DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

Cancela a Licença Prêmio por Assiduidade concedida pela Portaria 192/2019, ao servidor que menciona, e dá outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO, que o servidor encontra-se de atestado médico desde o dia 11/08/2019**;**

CONSIDERANDO, o princípio da autotutela o qual rege a Administração Pública.

R E S O L V E:

Art. 1º - Cancelar a Licença Prêmio por Assiduidade concedida pela Portaria 192/2019, ao servidor abaixo especificado.

NOME	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	RETORNO
ANTÔNIO LUIZ DE SOUZA	MOTORISTA	26/04/2009 A 26/04/2014	11/08/2019 A 11/011/2019	12/11/2019

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições ao contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT., 21 de agosto de 2019.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 213, DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

Designar o Servidor que menciona, responsável pela fiscalização do contrato 016/2019 no Poder Executivo Municipal, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 021/2013, que dispõe sobre regulamento para fiscalização dos contratos das atribuições e responsabilidades do Fiscal de Contratos no âmbito da Prefeitura Municipal de Itiquira-MT, bem como a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer um servidor para fiscalizar o contrato administrativo 016/2019 do Poder Executivo Municipal;

R E S O L V E:

Art. 1º. Designa o Servidor abaixo relacionado, para ser responsável pela fiscalização do Contrato Administrativo 016/2019, firmado entre QUE **ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE ITIQUIRA E A EMPRESA SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQ. EMPRESAS DO ESTADO DE MATO GROSSO,** conforme disposto no Decreto Municipal nº 021/2013.

1- VALÉRIA FURQUIM

CPF-MF: 615.706.991-00

Art. 2°. As atribuições dos servidores designados, são as estabelecidas no Decreto Municipal nº 021/2013, e por tratar-se de relevante interesse público, não são remuneradas, havendo a dispensa de suas atribuições/funções habituais, quando em horário de expediente, para atender as diligências e demais atividades pertinentes, cabendo a Administração Pública Municipal viabilizar todas as condições necessárias para o fiel cumprimento das referidas atribuições/funções.

Art. 3°. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT., 20 de agosto de 2019.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 039/2019

AVISO DE REVOGAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS 004/2019

O MUNICÍPIO DE ITIQUIRA, com sede administrativa situada na Praça Frei Liberato Keterrer, nº 311, Centro, através do senhor Lucas Dants Vitório Rodrigues, Presidente da Comissão Permanente de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação citada objetivando **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE QUADRA COBERTA NA ESCOLA FRANCISCO ANDRÉA MARCHETTI, DE ACORDO COM O CONTRATO DE REPASSE Nº 874362/2018/ME/CAIXA, CELEBRADO ENTRE A UNIÃO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DO ESPORTE E O MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT,** do tipo menor preço global foi **REVOGADA.**

Itiquira/MT, 21 de agosto de 2019.

Lucas Dants Vitório Rodrigues

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº 44/2019

Data assinatura: 20/08/2019

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT

Adjudicatária: ACLECIMONE MARTINS DE CARVALHO 84922117172, CNPJ nº 33.626.496/0001-62;

Valor Global: R$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais);

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA LOCAÇÃO DE VEÍCULOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA EM GERAL, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT.

Data da vigência: 12 meses

Pregão Presencial nº 018/2019

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: Nº 016/2019

Data assinatura: 20/08/2019

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT

Contratada: SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQ. EMPRESAS DO ESTADO DE MATO GROSSO, CNPJ nº 03.534.450/0001-52.

Objeto: CONTRATAÇÃO DO SEBRAE PARA REALIZAÇÃO DE 10 (DEZ) OFICINAS DE DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO. IDENTIFICAR DENTRE OS PRODUTORES QUAIS SÃO SUAS APTIDÕES, E AS CADEIAS PRODUTIVAS DESENVOLVIDAS NAS COMUNIDADE E ASSENTAMENTO DO MUNICÍPIO DE ITIQUIRA. QUAIS TEM POTENCIAL PARA IMPLANTAÇÃO DE AGROINDÚSTRIAS, SEJA INDIVIDUAL OU COLETIVA ATRAVÉS DO SISTEMA DE COOPERATIVAS.

Valor Global: R$ 7.000,00 (sete mil reais).

Vigência: Até 20/12/2019.

Dispensa n° 004/2019

CAMARA MUNICIPAL
DECRETO Nº 004/2019

Dispõe sobre a concessão de Título de Cidadão Itiquirense, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ITIQUIRA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 243, do Regimento Interno, faz saber que o Plenário aprovou e ele promulga o presente Decreto Legislativo:

Art. 1º - Concede Título de Cidadãos Honorários Itiquirense ao senhor **ANTONIO MARCOS CUSTÓDIO DA SILVA** e a Senhora **HELENA MARIA DE OLIVEIRA SILVA** em reconhecimento pelos bons e relevantes serviços prestados a este Município.

Parágrafo Primeiro: A entrega do referido título dar-se-á em sessão solene, em data a ser designada pela mesa diretora, após prévio contato com os homenageados.

Parágrafo Segundo: Na impossibilidade de se efetuar a entrega em sessão da Câmara ou Solene, a mesma se realizará na sala da presidência ou ainda em local previamente deliberado pela Mesa Executiva.

Art. 2º - As despesas decorrentes da implantação deste Decreto Legislativo correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 3º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Itiquira-MT., 21 de agosto de 2019.

_____

Marcio Alves Fontes

Presidente

Gestão 2019-2020

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 215, DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

Concede Auxílio Doença ao servidor que menciona, do quadro permanente do Poder Executivo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o atestado médico apresentado à unidade Administrativa competente do Poder Executivo, em cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor, e considerando ainda, a perícia junto a Junta Médica do Município;

R E S O L V E:

Art. 1º **-** Conceder o Auxílio Doença, ao servidor abaixo relacionado:

1. DILMA CANAVERDE DE SOUZA PARREIRA RIBEIRO, servidor público do quadro permanente do Poder Executivo, no Cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, empossado em 01/04/2002, pelo período de **03/07/2019 à 29/12/2019, conforme Laudo Pericial,** com o retorno aos trabalho no dia **30/12/2019.**

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 03/07/2019, revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT., 21 de agosto de 2019.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: Nº 015/2019

Data assinatura: 20/08/2019

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT

Contratada: SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZADO COMERCIAL, CNPJ nº 03.658.868/0003-33.

Objeto: CONTRATAÇÃO DO SENAC PARA PROMOVER ATRAVÉS DE CURSOS NAS ÁREAS DE COZINHA TRIVIAL, CUIDADOR DE IDOSOS E A ARTE DE ENCANTAR O CLIENTE, VISANDO CONTRIBUIR COM O DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL DA POPULAÇÃO NO MUNICÍPIO DE ITIQUIRA.

Valor Global: R$ 35.235,20 (trinta e cinco mil, duzentos e trinta e cinco reais e vinte centavos),

Vigência: Até 20/12/2019.

Dispensa n° 003/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA

LICITAÇÃO E CONTRATOS
REAVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 033/2019

A Prefeitura Municipal de Jaciara-MT, através do Pregoeiro nomeado, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, tendo por objeto a **"Contratação de empresa especializada para execução de Obra de reforma e adequação da Cozinha Única no Municipal de Jaciara/MT"**,nos termos da Lei 10.520/02, a realizar-se no dia **10 DE SETEMBRO DE 2019 - 09:00 h - MT.** Os interessados poderão obter o Edital completo através do site www.jaciara.mt.gov.br ou na Prefeitura, à Av. Antonio Ferreira Sobrinho, n. º 1075, das 12:00 até às 18:00 horas. Informações: tel. (0**66) 3461 7925. Jaciara, 21 de agosto de 2019.

TIAGO RODRIGO ZENKNER

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 001/2019

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 001/2019

PROCESSO Nº 001/2019

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de treinamento e capacitação de pessoal com o objetivo de realizar curso preparatório para Certificação de Gestor de Regime Próprio de Previdência Social para os servidores que compõem a equipe técnica do

PREVI-JAURU (Gestor, Controlador Interno, Conselho Previdenciário e Comitê de Investimento).

FAVORECIDO: MAIS VALIA EDUCAÇÃO LTDA

VALOR GLOBAL: R$7.740,00 (Sete mil setecentos e quarenta reais).

Período: 26 a 28 de agosto de 2019.

Ratifico na forma do Artigo 26, de Lei Federal nº 8.666/93, atualizada pela Lei Municipal nº724/2017, a Dispensa de licitação constante do Processo nº001/2019, conforme Parecer Jurídico datado de 19 de agosto de 2019,

Paço Municipal “José Perez” em Jauru – MT, 21 de agosto de 2019.

MARLLON RICARDO GOMES PIO

Secretário de Administração

Gestor do RPPS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO VII

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 013/2019.

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 021/2019

VALIDADE: 12 (doze) meses contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios - AMM.

Pelo presente instrumento, o Município de Jauru, Estado de Mato Grosso, com sede administrativa, na Prefeitura Municipal, localizada na Rua do Comércio, nº. 480, centro, CEP: 78.255-000, inscrito no CNPJ sob o nº. 15.023.948/0001-30, representado neste ato pelos Secretários Municipal: Gilson Souza de Araújo, brasileiro, casado, portador da Célula de Identidade RG: 477976 SSP/MT e do CPF: 304.617.821-20, , RESOLVE, registrar os preços da empresa White Martins Gases Industriais do Norte Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº. 34.597.955/0007-85, com sede na Av. B, 1434 Distrito, Cuiabá, CEP: 78.098-280 cidade Cuiabá - MT representada pela Graziella da Cunha Januario, na quantidade estimada na secção quatro desta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por elas alcançada por item, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 8.666/93, Lei nº. 10.520/2002, Lei Complementar nº. 123/2006 e suas alterações, Decreto Municipal nº. 058/2009, e em conformidade com as disposições a seguir:

§ Único - Poderão participar da presente licitação quaisquer empresas legalmente constituídas, do ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, que possuam postos localizados a 650 km, do Edifício sede da Prefeitura.

1. DO OBJETO

1.1 – A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para futuro e eventual fornecimento (Aquisição de Oxigênio Medicinal e Gás), para atender as Secretaria Municipal de Obras e Secretaria Municipal de Saúde do Município de Jauru/MT, conforme condições e especificações constantes nesta Ata, no Edital e seus anexos.

1.1.1 – Este instrumento não obriga aos ÓRGÃOS/ENTIDADES a firmarem contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações especificas para aquisição do(s), obedecidas a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. ADESÃO DE ORGÃOS NÃO PARTICIPANTES

2.1 – A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração inclusive autarquias federais, estaduais ou municipais de órgãos públicos, estatais ou ainda de regime próprio que não tenha participado do certame licitatório mediante previa consulta ao órgão gerenciador.

2.2 – Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

2.3 – Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

2.4 – As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou por entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 – O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Jauru/MT.

3.2 – A Presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios – AMM.

3.3 – AS SECRETARIAS/ÓRGÃOS/ENTIDADE participante desta Ata de Registro de Preços ser:

Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura Urbano e Rural

Secretaria Municipal de Saúde

4. DO CONTRATO

4.1 – O preço a quantidade e a especificação dos serviços/produtos registrados nesta Ata encontram-se indicados na tabela abaixo:

ITEM	COD. PRODUTO	QUANT.	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

01	066.010.468	80	CILINDRO DE OXIGÊNIO MEDICINAL 10 M3	R$ 214,40	R$ 17.152,00
02	066.010.469	20	CILINDRO DE OXIGÊNIO MEDICINAL 1 MT	R$ 90,00	R$ 1.800,00
03	066.010.467	50	CILINDRO DE OXIGÊNIO MEDICINAL 3,5 MT	R$ 190,00	R$ 19.000,00
04	066..010.307	100	OXIGÊNIO GASOSO – COM ELEMENTO OXIGENIO INDUSTRIAL SOLDA NÃO LIQUEFEITO EM ESTADO GASOSO E ACONDICIONADA EM CILINDROS DE ALTA PRESSA GRAU DE PUREZA MINIMO DE 99.5%		
TOTAL					R$ 44.198,00

5. DA ENTREGA

5.1 – Os itens registrados deverão ser executados conforme termo de referencia do Edital de forma fracionada (se necessário) e conforme forem solicitados pelo setor competente.

5.2 – O prazo máximo para entrega será diário conforme solicitação e pedido efetuado pelo departamento de compras da Prefeitura Municipal de Jauru/MT.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 – Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

6.2 – Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência mediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

6.3 – Promover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

6.4 – A falta de quaisquer itens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que esta sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

6.5 – Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para o recebimento de correspondência;

6.6 – respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.7 – Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

6.8 – Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

6.9 – A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

6.10 – Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) serão aplicados automaticamente na Ata de Registro de Preço.

6.11 – Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

6.12 – O atraso na execução caberá penalidade e sanções previstas no item 12 da presente Ata.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 – Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos itens registrados;

7.2 – Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

7.3 – Efetuar o pagamento á empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

7.4 – Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

7.5 – Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação e qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária;

7.6 – Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado;

7.7 – Fiscalizar a execução das obrigações assumidas pelo contratado.

8. DO PAGAMENTO

8.1 – O pagamento será efetuado até 30 dias após a emissão da nota fiscal devidamente atestada pela Secretaria responsável;

8.2 – O Contratado/fornecedor deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado no Anexo I e sua proposta de preço.

8.3 – Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.4 – Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

8.5 – O Contratante não efetuará pagamento de titulo descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

8.6 – As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidades do Contratado.

9. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1 – Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômica financeira inicial deste instrumento a partir de determinação municipal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2 – Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;

9.3 – Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeitura solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-la.

9.4 – Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeitura poderá rescindir esta Ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da primeira, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5 – Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura.

10. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 – A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor não cumprir com as obrigações constantes no Edital e nessa Ata de Registro de Preços;

b) Quando o fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipóteses de execução total ou parcial da requisição/pedido dos produtos decorrente deste registro;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse públicas devidamente demonstradas e justificadas;

f) descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta ou sétima.

10.2 – Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3 – No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial dos Municípios – AMM, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4 – A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas no Edital.

10.5 – Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do Fornecedor, relativas ao fornecimento do item.

10.6 – Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o Fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10.7 – A Ata de Registro de Preços será cancelada automaticamente nas seguintes hipóteses:

a) Por decurso de prazo de validade;

b) Pelo esgotamento das quantidades registradas.

11. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS.

11.1 – Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, fretes, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Ata de Registros de Preços.

12. DAS PENALIDADES

12.1 - O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos deste edital, sujeita à contratada a multas, consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei 8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:

a) atraso até 05 (cinco) dias, multa de 02% (dois por cento);

b) a partir do 6º (sexto) até o limite do 10º (décimo) dia, multa de 04% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso.

12.2 – Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I. III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, o Município de Jauru, através da Secretaria Municipal de Administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado;

12.3 – Se a adjudicatária recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, sujeitar-se-á as seguintes penalidades:

12.3.1. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado;

12.3.2. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com o Município de Jauru, por prazo de até 02 (dois) anos, e,

12.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal.

12.4 – A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até cinco anos e, se for o caso, o Município de Jauru solicitará o seu descredenciamento do Cadastro de Fornecedores do Estado por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei;

12.5 – A multa eventualmente imposta à contratada será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber deste órgão da Prefeitura Municipal de Jauru, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias uteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na divida ativa do Município, podendo, ainda a Prefeitura proceder à cobrança judicial da multa;

12.6 – As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao Município de Jauru.

12.7 – Se a Contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias uteis, contados da intimação por parte da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, o respectivo valor será descontado dos créditos que esta possuir com a Secretaria Municipal de Administração, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para inscrição em Divida Ativa e execução pela Procuradoria Geral do Município;

12.8 – Do ato que aplicar penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-la devidamente informada para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

13. DOS ILICITOS PENAIS

13.1 – As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial da forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

14. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1 – As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata de Registro de Preços, correrão à conta de dotação orçamentária do ano em curso, ou das demais que possam vir a aderir a presente Ata, ás quais serão elencadas em momento oportuno:

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 – As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I – Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

II – vinculam-se a esta Ata para fins de analise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão nº.018/2019 e seus anexos e as propostas das licitantes classificadas.

III – É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem previa e expressa autorização da Prefeitura.

16. DO FORO

16.1 – As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Jauru, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

16.2 – e por estarem de acordo, as partes firmam o presente Ata, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada da sede da CONTRATANTE, na forma do Art. 60 da Lei 8.666/93.

Paço Municipal “José Perez”, em Jauru - MT, 21 de Agosto de 2019.

JOÃO RAMALHO CORRÊA

Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura Urbano e Rural

WALDIR LUIS GARCIA DE MOURA

Secretaria Municipal de Saúde

WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS DO NORTE LTDA

Graziella da Cunha Januário

RAFAELA BORGES DA COSTA

Pregoeira

TESTEMUNHAS:

GILMAR FARJADO DE MELO ROMARIO DA SILVA MOREIRA

CPF: 650.985.791-04 CPF: 044.868.261-32

DECRETO Nº 072/2019

DECRETO Nº 072 DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DA VIII CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA OUTRAS PROVIDENCIAS".

PEDRO FERREIRA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Jauru, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica convocada a VIII Conferência Municipal de Assistência Social, a realizar-se no dia 29 de Agosto de 2019, em Jauru-MT, promovida pelo Conselho Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social;

Artigo 2º. – O evento terá como tema central "Assistência social: Direito do Povo, com Financiamento Público e Participação social";

Artigo 3° - A Conferência será presidida pelo Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS do município de Jauru – MT;

Artigo 4º - Os casos omissos e os conflitantes deverão ser decididos pela Comissão Organizadora Municipal;

Artigo 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal "JOSE PERES", em 21 de Agosto de 2019.

PEDRO FERREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº073/2019.

DECRETO Nº 073, DE 21 AGOSTO DE 2019

"NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB – CACS FUNDEB".

PEDRO FERREIRA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Jauru, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas.

DECRETA:

Artigo 1º - Ficam nomeadas as pessoas abaixo relacionadas, para comporem o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, com o mandato de 02 (dois) anos, seguindo o seguinte critério:

I-REPRESENTANTE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Titular: Beatriz Pavini

Suplente: Joelma Gomes de Oliveira Araújo

II- REPRESENTANTE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL:

Titular: Ana Maria Pereira Leite

Suplente: Fernanda de Oliveira Bonfim

III- REPRESENTANTE DOS PROFESSORES:

Titular: Adriana Gonçalves Lana Cunha

Suplente: Maria de Lourdes Lima Melo

IV- REPRESENTANTE DOS DIRETORES:

Titular: Almedina Mansuêto de Almeida Ramos

Suplente: Célio Martins dos Santos

V- REPRESENTANTE DOS PAIS DE ALUNOS:

Titular: Nelza Aparecida da Silva

Suplente: Viviane Cristina da Silva Santos

Titular: Deblair Alves

Suplente: Kivia Roseane Bonjour Moreira

VI- REPRESENTANTE DOS ALUNOS:

Titular: Lucas Clemente Rodrigues

Suplente: Fernando Gonçalves Vieira dos Santos

Titular: Isabel Cristina Vicente

Suplente: Vandeir Braga da Silva

VII- REPRESENTANTE DOS TECNICOS ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL:

Titular: Eliata Paiva de Paula

Suplente: Rosenilda dos Santos Lima

VIII- REPRESENTANTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Titular: Roberto Lucio Ferreira

Suplente: Maria Lucia dos Santos

IX- REPRESENTANTE DO CONSELHO TUTELAR:

Titular: Celson Elécio da Silva

Suplente: Mírian de Lima Souza

Artigo 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal "José Perez em 21 de agosto de 2019".

_____

PEDRO FERREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 104/2019

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: AMANDA CANDIDA DA SILVA

Objeto: Prestação de serviços como Agente Administrativo na Agência de Correios Comunitária – AGC Lucialva, em substituição a Sra. Eliane Ermisdorff da Cunha, que se encontra de férias pelo período de 90 (noventa) dias.

VIGÊNCIA: 03 (Três) meses

VALOR: R$ 3.900,00 (Três mil e novecentos reais)

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico na forma do Artigo 26, da Lei Federal 8.666/93, atualizada pela Lei Municipal 724/17, a Dispensa de Licitação nº.033/2019, conforme parecer da Procuradoria Geral do Município datado de 16/08/2019.

Aquisição de Imunoglobulina 300 MCC (Especifica Anti-D Rho), destinado a atender a demanda da Secretária Municipal de Saúde, tendo em vista que possuem gestantes com RH negativo.

Paço Municipal "José Peres", Gabinete do Prefeito, em Jauru – MT, 21 de Agosto de 2019.

Waldir Luis Garcia De Moura

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS N. 010/2019/SECAD APURAÇÃO: MENOR VALOR POR EMPREITADA GLOBAL.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA RECUPERAÇÃO DE 3,200 KM DE ESTRADA ESTADUAL MT 417 E 3,050 KM DE PATROLAMENTO CASCALHAMENTO DE VIAS URBANAS DO DISTRITO DE PARANORTE CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO 15/ 2019, conforme projeto básico, especificações e condições técnicas constantes neste edital e em seus anexos.

EDITAL E INFORMAÇÕES: O Edital poderá ser obtido a partir de 22/08/ 2019, na Sede da Prefeitura Municipal de Juara/MT – Divisão de Licitações e Contratos, localizada à Rua Niterói, 81N, Centro – Juara/MT – Fone: (066) 3556-9400/9401 ou por meio do site: www.juara.mt.gov.br; para impressão do Edital será cobrada taxa de custos do requisitante.

ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO DO EDITAL: Decairá do direito de pedir esclarecimentos ou impugnar os termos deste Edital aquele que não o fizer até 03 (três) dias anteriores a data designada para a abertura dos envelopes, apontando de forma clara e objetiva as falhas ou irregularidades que entende viciarem o mesmo. As petições deverão ser protocoladas, devidamente instruídas (assinatura, endereço, razão social e telefone para contato), junto ao Serviço de Protocolo desta Prefeitura ou diretamente ao Pregoeiro Oficial ou ainda através do Fax (66) 3556-9400/9401; E-mail: www.juara.mt.gov.br que tem o prazo de 24 (vinte e quatro) horas úteis para respondê-las.

CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO: Poderão participar desta licitação, os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que estiverem cadastrados no Cadastro de Fornecedores do Município de Juara/MT ou que se Cadastrarem até 3 (três) dias úteis anteriores a data de entrega e abertura de envelopes.

ENTREGA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS: Dia 06/09/2019 até às 09h00 local, na sala de Licitações e Contratos, no endereço indicado acima.

Juara-MT, 21 de agosto de 2019.

Luis Carlos Correia Carlos Amadeu Sirena

Coordenador de Licitações Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS N. 011/2019/SECAD APURAÇÃO: MENOR VALOR POR EMPREITADA GLOBAL.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE CENTRO ESPECIALIZADO EM REABILITAÇÃO – CER II em atendimento da Secretaria municipal de Saúde**,** conforme projeto básico, especificações e condições técnicas constantes neste edital e em seus anexos.

EDITAL E INFORMAÇÕES: O Edital poderá ser obtido a partir de 22/08/ 2019, na Sede da Prefeitura Municipal de Juara/MT – Divisão de Licitações e Contratos, localizada à Rua Niterói, 81N, Centro – Juara/MT – Fone: (066) 3556-9400/9401 ou por meio do site: www.juara.mt.gov.br; para impressão do Edital será cobrada taxa de custos do requisitante.

ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO DO EDITAL: Decairá do direito de pedir esclarecimentos ou impugnar os termos deste Edital aquele que não o fizer até 03 (três) dias anteriores a data designada para a abertura dos envelopes, apontando de forma clara e objetiva as falhas ou irregularidades que entende viciarem o mesmo. As petições deverão ser protocoladas, devidamente instruídas (assinatura, endereço, razão social e telefone para contato), junto ao Serviço de Protocolo desta Prefeitura ou diretamente ao Pregoeiro Oficial ou ainda através do Fax (66) 3556-9400/9401; E-mail: www.juara.mt.gov.br que tem o prazo de 24 (vinte e quatro) horas úteis para respondê-las.

CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO: Poderão participar desta licitação, os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que estiverem cadastrados no Cadastro de Fornecedores do Município de Juara/MT ou que se Cadastrarem até 3 (três) dias úteis anteriores a data de entrega e abertura de envelopes.

ENTREGA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS: Dia 10/09/2019 até às 08h30 local, na sala de Licitações e Contratos, no endereço indicado acima.

Juara-MT, 21 de agosto de 2019.

Luis Carlos Correia Carlos Amadeu Sirena

Coordenador de Licitações Prefeito Municipal

SEC. MUN. PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO

ATA Nº 010 - CMDCA

ATA nº 010/2019 – REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL – CMDCA- JUARA – MT-

Aos dezenove dias do mês de agosto de dois mil e dezenove, na sala dos conselhos no prédio do CRAS, situada na rua fortaleza nº 243 – N, Bairro Vila Aurora, neste Município de Juara-MT, reuniram-se membros da Comissão Especial Eleitoral do Processo de Escolha Unificada para Conselheiros Tutelares e tratar da seguinte pauta: Julgamento dos Recursos da Nota da Prova de Conhecimento aplicada na data de 03 de agosto de 2019 recorrida pelos candidatos Rosimeire Bachega e Weheliton Malta Yamanaka. Referente as questões de nº 7 – 13 e 19. A secretária Executiva dos Conselhos recebeu o recurso dentro do prazo e em seguida convocou a COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL para as devidas providencias. A Comissão Especial Eleitoral enviou os devidos recursos a Procuradoria Geral do Município, a qual elaborou a prova para que a mesma desse um parecer para essa Comissão. A Procuradoria Geral do Município analisou os recursos e na data do dia 19 de agosto de 2019, encaminhou a esta Comissão os resultados dos recursos recorridos INDEFERINDO o recurso. A Comissão após analise da fundamentação apresentada pela Procuradoria Geral do Município, a qual formulou as questões objeto de recurso, decidiu por acatar sua fundamentação, mantendo as questões e rejeitando os recursos apresentados. Dando continuidade ao processo publicando assim o resultado dos recursos. Nada mais a constar eu Izabel Cristina Cavichioli, Secretária Executiva dos Conselhos Municipal de Assistência Social, digitou essa ata que após lida e aprovada, segue assinada pela Comissão presente, (documentos anexo)

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO N. 070/2019/SECAD TIPO: PRESENCIAL APURAÇÃO: MENOR VALOR POR ITEM.

OBJETO: Registro de Preços para Futura e Eventual Prestação de Serviços de Facilitar e Orientador de Oficinas em Atendimento a Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho – SMAST / CRAS e CREAS, conforme especificações detalhadas e quantidades constantes no Termo de Referência em Anexo.

EDITAL E INFORMAÇÕES: O Edital poderá ser obtido a partir de 22/08/ 2019, na Sede da Prefeitura Municipal de Juara/MT – Divisão de Licitações e Contratos, localizada à Rua Niterói, 81N, Centro – Juara/MT – Fone: (066) 3556-9400/9401 ou por meio dos sites: www.juara.mt.gov.br; www.portaldecompraspublicas.com.br

ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO DO EDITAL: Decairá do direito de pedir esclarecimentos ou impugnar os termos deste Edital aquele que não o fizer até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura dos envelopes, apontando de forma clara e objetiva as falhas ou irregularidades que entende viciarem o mesmo. As petições deverão ser protocoladas, devidamente instruídas (assinatura, endereço, razão social e telefone para contato), junto ao Serviço de Protocolo desta Prefeitura ou diretamente ao Pregoeiro Oficial ou ainda através do Fax (66) 3556-9400/9401 ou

ainda e preferencialmente através do Site: www.portaldecompraspublicas.com.br e/ou e-mail: licitacao@juara.mt.gov.br que tem o prazo de 24 (vinte e quatro) horas úteis para respondê-las.

SESSÃO DE ABERTURA DE PROPOSTA E DISPUTA DE LANCES: dia 04 de setembro de 2019 às 08h30 – Horário Local.

Juara-MT, em 21 de agosto de 2019.

Luis Carlos Correia Carlos Amadeu Sirena

Pregoeiro Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS N. 012/2019/SECAD APURAÇÃO: MENOR VALOR POR EMPREITADA GLOBAL.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE ESCOLA – 04 SALAS – FAZENDA MONTE AZUL – PROJETO FNDE, CONFORME TERMO DE COMPROMISSO PAR Nº 29755/2014 em atendimento da Secretaria Municipal de Educação**,** conforme projeto básico, especificações e condições técnicas constantes neste edital e em seus anexos.

EDITAL E INFORMAÇÕES: O Edital poderá ser obtido a partir de 22/08/2019, na Sede da Prefeitura Municipal de Juara/MT – Divisão de Licitações e Contratos, localizada à Rua Niterói, 81N, Centro – Juara/MT – Fone: (066) 3556-9400/9401 ou por meio do site: www.juara.mt.gov.br; para impressão do Edital será cobrada taxa de custos do requisitante.

ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO DO EDITAL: Decairá do direito de pedir esclarecimentos ou impugnar os termos deste Edital aquele que não o fizer até 03 (três) dias anteriores a data designada para a abertura dos envelopes, apontando de forma clara e objetiva as falhas ou irregularidades que entende viciarem o mesmo. As petições deverão ser protocoladas, devidamente instruídas (assinatura, endereço, razão social e telefone para contato), junto ao Serviço de Protocolo desta Prefeitura ou diretamente ao Pregoeiro Oficial ou ainda através do Fax (66) 3556-9400/9401; E-mail: www.juara.mt.gov.br que tem o prazo de 24 (vinte e quatro) horas úteis para respondê-las.

CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO: Poderão participar desta licitação, os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que estiverem cadastrados no Cadastro de Fornecedores do Município de Juara/MT ou que se Cadastrarem até 3 (três) dias úteis anteriores a data de entrega e abertura de envelopes.

ENTREGA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS: Dia 11/09/2019 até às 08h30 local, na sala de Licitações e Contratos, no endereço indicado acima.

Juara-MT, 21 de agosto de 2019.

Luis Carlos Correia Carlos Amadeu Sirena

Coordenador de Licitações Prefeito Municipal

SEC. MUN. PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO PORTARIA Nº 509/2019

Portaria nº 509, de 21 de agosto de 2019.

Nomeia membros para compor a Comissão de Monitoramento e Avaliação da Parceira entre o Município de Juara/MT e a Liga Estadual de Motociclismo e Automobilismo de Mato Grosso - LEMAMT, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014.

O Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas; e

Considerando o disposto na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 que estabelece e regulamenta respectivamente o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil;

Considerando a necessidade de constituição de Comissão de Monitoramento e Avaliação de que trata o inciso XI do art. 2º da Lei Federal nº 13.019/2014;

Resolve:

Art. 1º Nomear Comissão de Monitoramento e Avaliação da parceria entre o Município de Juara e a Liga Estadual de Motociclismo e Automobilismo de Mato Grosso - LEMAMT, para o exercício de 2019, cujas atribuições serão voltadas para o aprimoramento dos procedimentos, da padronização de objetos, custos e indicadores unificação dos entendimentos voltados à priorização do controle de resultados e avaliação e homologação dos Relatórios Técnicos de Monitoramento, conforme a seguinte composição:

I - Gestor da Parceria:

a) Andrea Maria Rodrigues de Almeida Bezerra.

II - Membros da Comissão:

a) Aparecida Pereira da Silva Felix - membro; b) José Roberto Rodrigues - membro; c) Rafael Vicente de Oliveira - membro.

Art. 2º Os servidores nomeados através desta Portaria exercerão suas funções pelo prazo que durar a parceria.

Art. 3º As funções de Membro da Comissão serão exercidas no horário de expediente, e sem ônus adicionais para o município.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Governo Municipal de Juara, Estado de Mato

Grosso, 21 de agosto de 2019

Carlos Amadeu Sirena

Prefeito do Município

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS N. 013/2019/SECAD APURAÇÃO: MENOR VALOR POR EMPREITADA GLOBAL.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE 01 (UMA) QUADRA ESPORTIVA COM COBERTURA E VESTIÁRIO NA ESCOLA MUNICIPAL PRESIDENTE COSTA E SILVA, CONFORME TERMO DE COMPROMISSO PAC2 09710/2014 FNDE, em atendimento da Secretaria Municipal de Educação**,** conforme projeto básico, especificações e condições técnicas constantes neste edital e em seus anexos.

EDITAL E INFORMAÇÕES: O Edital poderá ser obtido a partir de 22/08/2019, na Sede da Prefeitura Municipal de Juara/MT – Divisão de Licitações e Contratos, localizada à Rua Niterói, 81N, Centro – Juara/MT – Fone: (066) 3556-9400/9401 ou por meio do site: www.juara.mt.gov.br; para impressão do Edital será cobrada taxa de custos do requisitante.

ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO DO EDITAL: Decairá do direito de pedir esclarecimentos ou impugnar os termos deste Edital aquele que não o fizer até 03 (três) dias anteriores a data designada para a abertura dos envelopes, apontando de forma clara e objetiva as falhas ou irregularidades que entende viciarem o mesmo. As petições deverão ser protocoladas, devidamente instruídas (assinatura, endereço, razão social e telefone para contato), junto ao Serviço de Protocolo desta Prefeitura ou diretamente ao Pregoeiro Oficial ou ainda através do Fax (66) 3556-9400/9401; E-mail: www.juara.mt.gov.br que tem o prazo de 24 (vinte e quatro) horas úteis para respondê-las.

CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO: Poderão participar desta licitação, os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que estiverem cadastrados no Cadastro de Fornecedores do Município de Juara/MT ou que se Cadastrarem até 3 (três) dias úteis anteriores a data de entrega e abertura de envelopes.

ENTREGA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS: Dia 12/09/2019 até às 08h30 local, na sala de Licitações e Contratos, no endereço indicado acima.

Juara-MT, 21 de agosto de 2019.

Luis Carlos Correia Carlos Amadeu Sirena

Coordenador de Licitações Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO N. 069/2019/SECAD TIPO: PRESENCIAL APURAÇÃO: MENOR VALOR POR LOTE.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM em Atendimento a Secretaria Municipal de Esportes**,** conforme especificações e condições técnicas constantes neste edital e em seus anexos.

EDITAL E INFORMAÇÕES: O Edital poderá ser obtido a partir de 22/08/2019, na Sede da Prefeitura Municipal de Juara/MT – Divisão de Licitações e Contratos, localizada à Rua Niterói, 81N, Centro – Juara/MT – Fone: (066) 3556-9400/9401 ou por meio dos sites: www.juara.mt.gov.br; www.portaldecompraspublicas.com.br

ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO DO EDITAL: Decairá do direito de pedir esclarecimentos ou impugnar os termos deste Edital aquele que não o fizer até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura dos envelopes, apontando de forma clara e objetiva as falhas ou irregularidades que entende viciarem o mesmo. As petições deverão ser protocoladas, devidamente instruídas (assinatura, endereço, razão social e telefone para contato), junto ao Serviço de Protocolo desta Prefeitura ou diretamente ao Pregoeiro Oficial ou ainda através do Fax (66) 3556-9400/9401 ou **ainda e preferencialmente através do Site**: www.portaldecompraspublicas.com.br e/ou e-mail: licitacao@juara.mt.gov.br que tem o prazo de 24 (vinte e quatro) horas úteis para respondê-las.

SESSÃO DE ABERTURA DE PROPOSTA E DISPUTA DE LANCES: dia 03 de setembro de 2019 às 13h30 – Horário Local.

Juara-MT, em 20 de agosto de 2019.

Luis Carlos Correia Carlos Amadeu Sirena

Pregoeiro Prefeito Municipal

SEC. MUN. PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO DECRETO Nº 1.392/2019

Decreto nº 1.392, de 21 de agosto de 2019.

Regulamenta o artigo 177 da Lei Complementar º 028/2007 que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Juara e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e

Considerando objetivar a transparência nos processos de concessão de Auxilio Doença de acordo com a Lei Complementar nº 028/2007.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica regulamentado a concessão de Auxilio Doença, dos servidores do Município de Juara e os casos em que poderá haver a dispensa da Perícia Médica Oficial.

Art. 2ºPara fins deste Decreto considera-se:

I – **Perícia Médica**: A avaliação presencial realizada por médicos formalmente designados, destinados a fundamentar as decisões da administração no tocante ao disposto neste Decreto;

II – **Atestado Médico**: Documento emitido por Profissional da Saúde para justificar a ausência do servidor ao trabalho;

III – **Auxilio Doença**: Benefício concedido ao servidor quando impossibilitado de exercer as suas atividades habituais por motivo de incapacidade causada por doenças ou acidentes;

Art. 3ºSão requisitos para avaliação na Perícia Médica:

I – serão avaliados pela Perícia Médica todos os servidores que apresentarem atestado médico ou odontológico superior a 02 (dois) dias;

II – os atestados médicos ou odontológicos de afastamento de até 02 (dois) dias, somente serão válidos, se atestados por profissional devidamente inscrito no conselho de classe respectivo;

III – serão válidos os atestados médicos ou odontológicos encaminhados pela Junta Médica do Município;

IV – não serão válidos, para quaisquer fins perante o município, atestados referente a consultas e procedimentos com finalidades meramente estéticas;

V – o Médico Perito poderá solicitar a avaliação de especialista nos casos de doenças específicas, encaminhando o servidor para profissional habilitado, que poderá a critério do servidor ser da área pública ou privada, cujo atestado deverá ser aprovado pelo medico perito;

VI – os servidores que forem incapacitados para o trabalho por um período maior que 60 (sessenta) dias, deverão se submeter à perícia medica a cada 30 (trinta) dias para reavaliação, a critério do Instituto de Previdência Municipal;

VII - quando o atestado for emitido por médico ou odontólogo que exerça suas funções no município de Juara, o servidor deverá agendar a perícia médica no prazo de 02 (dois) dias úteis, nos demais casos no prazo de 05 (cinco) dias úteis da emissão do atestado;

VIII - se a soma dos atestados dentro do mês ultrapassar 02 (dois) dias, para ter validade e abono de faltas, os atestados deverão ser homologados pela Perícia.

Parágrafo único. Os agendamentos deverão preferencialmente ser realizados em canal específico a ser disponibilizado pela Secretaria de Administração Municipal, mediante o encaminhamento da Secretaria em que o servidor estiver lotado.

Art. 4º Constituem atividades médicos-periciais para os fins deste Decreto**:**

I – exames de sanidade e capacidade física dos servidores Municipais, para efeito de posse, justificação de faltas ao serviço, concessão de licença para tratamento de saúde, readaptação, aposentadoria, revisão de proventos e outros casos relacionados com a área de administração de pessoal;

II – verificações sistemáticas das condições físicas e mentais do servidor;

III – solicitação de relatório para Médico ou odontólogo Assistente;

IV – solicitação de Exames Complementares;

V – solicitação de avaliação a outros Especialistas.

Parágrafo Único. O servidor afastado por motivo de doença devera ficar a disposição da Perícia Médica até o final do afastamento, estando obrigado, se solicitado, independente da incapacidade, sob pena de cessação da licença, a submeter-se a exame médico solicitado pela Perícia.

Art. 5ºA Perícia Médica poderá ser dispensada para a concessão de licença para tratamento de saúde, desde que:

I – não ultrapasse o período de 02 (dois) dias corridos;

II – a soma das outras licenças para tratamento de saúde, gozadas nos doze meses anteriores, seja inferior a 10 (dez) dias;

III – a dispensa da Perícia fica condicionada à apresentação de Atestado Médico ou Odontológico;

IV – no atestado médico ou odontológico deverá constar a identificação do servidor e do Profissional emitente, o registro deste no conselho de classe,

o código da classificação internacional de Doenças – CID, ou diagnóstico e o tempo provável de afastamento;

V – o atestado deverá ser apresentado à Secretaria que o servidor estiver lotado, nos prazos estabelecidos no art. 3º deste decreto;

VI – a não apresentação do Atestado no prazo estabelecido salvo por motivo justificado, caracterizará falta ao serviço, com os consequentes descontos em folha de pagamento, nos termos do Art. 178 da Lei Complementar nº 028, de 26 de Dezembro de 2007;

VII – a secretaria onde o servidor estiver lotado deverá encaminhar o Atestado à Secretaria Municipal de Administração, independente da quantidade de dias em que o servidor ficara afastado de suas funções, para fins de registro de dados indispensáveis ao cadastro e agendamento de eventuais perícias, observadas as normas vigentes de preservação do sigilo e da segurança das informações;

VIII – ainda que configurados os requisitos para a dispensa da perícia, previstos nos incisos I e II, o servidor será submetido à Perícia Médica a qualquer momento, mediante recomendação do Perito, a pedido da chefia imediata do servidor, do Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal ou do Administrador da Previdência Municipal.

Art. 6º Na impossibilidade de locomoção do servidor, a avaliação pericial será realizada no estabelecimento hospitalar onde ele se encontrar internado ou em domicílio, salvo nos casos em que o servidor estiver fora do município, sendo que neste caso, se admite a realização de perícia indireta, mediante a análise de atestado e exames do servidor.

Art. 7ºA perícia para concessão de licença para tratamento de saúde, nas hipóteses em que abranger o campo de atuação da odontologia, caso o perito entenda necessário, será realizada avaliação por cirurgiões-dentistas do quadro do Município, como assistentes.

Art. 8ºPerícia poderá ser dispensada para a concessão de licença por motivo de doença em pessoa da família, desde que não ultrapasse o período de 02 (dois) dias corridos, mediante apresentação de atestado médico ou odontológico, conforme o caso, que contenha justificativa quanto à necessidade de acompanhamento familiar.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 460/2011.

Governo Municipal de Juara, Estado de Mato

Grosso, em 21 de agosto de 2019

Carlos Amadeu Sirena

Prefeito do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 026/2019 RESULTADO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA, situada a Avenida Joaquim Miguel dos Santos, nº 210 – Bairro Cajus – JUSCIMEIRA – MT, através da Pregoeira, nomeada Pela Portaria de nº 033/2019 de 08/02/2019, torna público para conhecimento dos interessados, conforme Lei n° 8.666/93 o RESULTADO do Processo Licitatório Modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2019, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cujo objeto é *"**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTE COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESIDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES DA ÁREA URBANA, SEDE E DISTRITOS DO MUNICÍPIO DE JUSCIMEIRA/MT".***

VENCEDOR:

PRICIELLY ANDRESSA BARASUOL CABRAL - ME

CNPJ: 28.966.100/0001-96

VALOR: R$ 304.200,00 (TREZENTOS E QUATRO MIL, DUZENTOS REAIS)

JUSCIMEIRA – MT, 20 DE AGOSTO 2019.

DIVA MARIA SANTOS TRINDADE

PREGOEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D´OESTE

ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

PORTARIA Nº 163/2019, DE 21 DE AGOSTO DE 2019

Concede Licença-Saúde a Servidora Pública Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **EDVALDO ALVES DOS SANTOS,** no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 62, incisos VI e IX, combinado com o art. 90, incisos II, letra "d" da Lei Orgânica do Município e, Art. 67, da Lei Complementar nº. 25/2006, de 28 de abril 2006.

R E S O L V E:

ART. 1º - Conceder Licença para tratamento de Saúde a Servidora Público Municipal, segundo o que menciona, na forma que especifica:

ELAINE BENTO VITTORAZZI DA SILVA, CONSELHEIRA TUTELAR, Nivel 01, Classe "A", Lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, no período de 20 (vinte) dias, do dia 19/08/2019 a 02/09/2019, conforme consta em atestado Médico;

ART. 2º - Caberá ao órgão/unidade competente do Poder Executivo, as providências requeridas, inclusive o controle do período da licença concedida.

ART. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Retroagindo seus efeitos ao dia dezenove de agosto de 2019.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, aos vinte e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove.

PUBLICA-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE

EDVALDO ALVES DOS SANTOS

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 025/2019

TIPO DESTA LICITAÇÃO: "MENOR PREÇO POR ITEM"

A Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste / MT, em 21 de agosto de 2019, através da Comissão Permanente de Licitação e de sua Pregoeira torna público para conhecimento dos interessados, que realizará no dia 04 de SETEMBRO de 2019 às 09:00 hs, a licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº. 025/2019, cujo objeto é o **"Registro de preço para Futura e eventual Aquisição de medicamentos, materiais de consumo e hospitalar e equipamentos para atender as necessidades da secretaria municipal de saúde do município de Lambari D'Oeste – MT"**, a pasta contendo o Edital completo e seus anexos encontram-se a disposição dos interessados no email: licitacao@lambaridoeste.mt.gov.br e no Telefone (65) 3228 – 1178 ou no horário de expediente desta Prefeitura .

Lambari D'Oeste/MT em 21 de agosto de 2019.

Rivonete Coelho da Silva

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

PREFEITURA/LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2019 - SRP

A Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT, através de sua Pregoeira, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com data de abertura prevista para o **dia 09 de Setembro de 2019, ás 08:00 horas (Horário de Mato Grosso)**, na sala de licitações da Prefeitura Municipal, tendo como objeto o Registro de Preços para futura e eventual Contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de Eletricidade, Instalações e Manutenções Elétricas Preventivas e Corretivas em Geral, em Redes de Baixa Tensão, para atender diversas secretarias do município de Marcelândia-MT. O Edital completo está à disposição dos interessados, gratuitamente, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Marcelândia-MT, Sito a Rua Dos Três Poderes, Nº 777, Centro e no site www.marcelandia.mt.gov.br (Ícone: Licitação)

Marcelândia/MT, 21 de Agosto de 2019

Raphaella Espindola Benicio

Pregoeira Oficial

Publique-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
ERRATA PUBLICAÇÃO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL N° 007/2019

ERRATA PUBLICAÇÃO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL N° 007/2019

Mirassol D´Oeste-MT

Onde se lê:

1.2 O credenciamento, os envelopes contendo a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação definidos no objeto deste Edital e seus Anexos, deverão ser entregues à Pregoeira Sra. LETISIA GONÇALVES FERREIRA BAIOCCO , no dia **06 de setembro de 2019 até 9 horas** no setor de Licitações da Fundação Municipal de Saúde Prefeito Samuel Greve – MT, situada na Fundação Municipal de Saúde Prefeito Samuel Greve – MT, situada na Avenida Tancredo Neves, nº 3.563, 78.280-000, telefone 3241-5464.

Leia-se:

1.2 O credenciamento, os envelopes contendo a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação definidos no objeto deste Edital e seus Anexos, deverão ser entregues à Pregoeira Sra. LETISIA GONÇALVES FERREIRA BAIOCCO , no dia **10 de setembro de 2019 até 9 horas** no setor de Licitações da Fundação Municipal de Saúde Prefeito Samuel Greve – MT, situada na Fundação Municipal de Saúde Prefeito Samuel Greve – MT, situada na Avenida Tancredo Neves, nº 3.563, 78.280-000, telefone 3241-5464.

Mirassol D´Oeste - MT 21 de setembro de 2019

Marcela Cristina Colombo Martins

Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D OESTE MT
COORD. DE PLANEJAMENTO - DECRETO 3541/2019

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE
RUA ANTONIO TAVARES, 3310
03755477/0001-75 Exercício: 2019

DECRETO Nº 3541 , DE 19 DE AGOSTO DE 2019 - LEI N.1493

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

O(A) PREFEITO(A) MUNICIPAL DE MIRASSOL DOESTE, no uso de suas atribuições legais.

DECRETA:
Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na importância de R$ 80.000,00 distribuídos as seguintes dotações:

02 07 04 FUNDO MUNICIPAL DE ILUMINACAO PUBLICA

507	25.752.0017.2047.0000	MANUTENÇAO DAS DESPESAS COM A ILUMINAÇAO PUBLI	80.000,00
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R.: 0 1 17
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 002	Iluminação Publica	

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Anulação:

02 07 04 FUNDO MUNICIPAL DE ILUMINACAO PUBLICA

504	25.752.0017.2047.0000	MANUTENÇAO DAS DESPESAS COM A ILUMINAÇAO PUBLICA	-80.000,00
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R. Grupo: 0 1 17
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 002	Iluminação Publica	

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MIRASSOL DOESTE, 19 de agosto de 2019

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO
PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 409 DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

DESLIGA DA FOLHA DE PAGAMENTO SERVIDORES QUE ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições, considerando a Portaria nº 019 e 020/2019, do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos – Mirassol Previ, com base no §10 art. 37 da Constituição Federal,

RESOLVE

Artigo 1º – Desligar da folha de pagamento, a servidora **MARIA ONICE MARTINS DOS SANTOS,** ocupante do cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**, por motivo de **APOSENTADORIA POR IDADE**,lotada na Secretaria de Educação, Esporte, Lazer e Cultura conforme processo nº 2019.02.00045P.

Artigo 2º – Desligar da folha de pagamento, a servidora **JOSEFINA AUGUSTA VENÂNCIO DE OLIVEIRA,** ocupante do cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**, por motivo de **APOSENTADORIA POR IDADE**,lotada na Secretaria de Saúde conforme processo nº 2019.02.00044P.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 01/08/2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito do município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Sede Provisória do Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 19 de agosto de 2019.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito Municipal

SAEMI - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO PREGÃO 005/2019

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO

PREGÃO 005/2019

Aos vinte um dias do mês de agosto de dois mil e dezenove, às 08h30 (oito horas e trinta minutos) na sala de licitação do SAEMI – Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Mirassol D`Oeste - MT, reuniram-se a Equipe de Pregão composta por**: VANESSA GONÇALVES RIBEIRO- Auxiliar Administrativo e Financeiro** Pregoeira, **LUCINÉIA DIAS DOS SANTOS Recepcionista e Atendente e GLEICY MARTINEZ OCHIUTO – Agente Administrativo e Financeiro,** Membros,designados pela portaria n.º 004/2019, de 25/02/2019, para analisar e julgar as propostas referentes ao objeto da **PREGÃO 005/2019,** visando a sequência da sessão pública do **Pregão Presencial 005/2019**, em atendimento as disposições contidas na Lei nº 10520/2002, Decreto nº 5450/2005, **cujo objeto trata-se deREGISTRO DE PREÇO PARA FUTUROS E EVENTUAIS SERVIÇOS DE ANALISES LABORATORIAIS DE ÁGUA E ESGOTO**. Objetivando atender as necessidades do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Mirassol D´Oeste – SAEMI.

CREDENCIAMENTO:

As empresas:

* **HEXIS CIENTÍFICA LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Avenida Antonieta Piva Barranqueiros n°385, Distrito Industrial, Jundiaí-SP, CNPJ: 53.276.010/0001-10, legalmente representada pela sua procuradora Sra. Iolanda Santana de SA, CPF: 212.431.838-10, portador da célula de identidade n°30.173.503-7 SSP/SP.

* **OBJETIVA PRODUTOS E SERVIÇOS PARA LABORATÓRIOS LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Presidente Rodrigues Alves, Qd.. 16 Lt. 22, Jardim Presidente, Goiânia- Goiás, CNPJ: 05.895.525/0001-56, representada pela sua procurador Leandro Nert de Oliveira, CPF: 037.217.131-17, portador da célula de identidade n° 5320672/SPTC.

***QUEST COMÉRCIO E SERVIÇOS PARA SANEAMENTO E PRODUTOS QUÍMICOS LTDA-ME,** pessoa jurídica de direito privado, Rua Marechal Deodoro, n°1784, CJ 71, SÃO BERNADO DO CAMPO/SP, CNPJ: 07.374.628/0001-04, representada pela sua procurador Wanderson Gerri da Silva Lopes, CPF: 998.615.181-34, portador da célula de identidade n° 14746093/ SSP/SP.

***KAL QUÍMIKA- ME,** pessoa jurídica de direito privado, AV. São Sebastião, n°545, Verdão, Cuiabá-MT, CNPJ: 17.908.249/0001-00, representada pela sua procurador Edson Furquim, CPF: 000.008.871-45, portador da célula de identidade n° 1033568-4/ MT.

LANÇAMENTO DE PROPOSTAS

Os lançamentos das propostas das empresas foram lançados, ficando a fase de lance da sequência.

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO DA ANALISE	QUANTIDADE DE ANALISE	EMPRESA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	EMPRESA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	KIT PARÂMETROS PARA CALIBRAGEM DO APARELHO DE COR	4	OBJETIVA	R$ 1.800,00	R$ 7.200,00	KAL QUIMICA	R$ 1.500,00	R$ 6.000,00
	2	KIT PARÂMETROS PARA CALIBRAGEM DO APARELHO DE TURBIDEZ	4	OBJETIVA	R$ 1.450,00	R$ 5.800,00	KAL QUIMICA	R$ 1.500,00	R$ 6.000,00
	3	REAGENTES DPD EM PASTILHA PARA ANÁLISE DE CLORO (CAIXA COM 1000). DISSOLUÇÃO ULTRA RÁPIDA.	2	OBJETIVA	R$ 3.268,34	R$ 6.536,68	KAL QUIMICA	R$ 1.700,00	R$ 3.400,00
	4	SOLUÇÃO PARA DESCANSO DO ELETRODO DO APARELHO DE PH. **VALIDADE: 12 MESES.**	4	OBJETIVA	R$ 37,68	R$ 150,72	KAL QUIMICA	R$ 40,00	R$ 160,00
	5	SOLUÇÃO TAMPÃO PH4 E PH7 PARA CALIBRAGEM DO APARELHO DE PH. **VALIDADE: 12 MESES**	4	OBJETIVA	R$ 48,54	R$ 194,16	KAL QUIMICA	R$ 80,00	R$ 320,00
	6	**APARELHO PARA ANÁLISE DE COR.** FOTOCOLORÍMETRO MICROPROCESSADO, DIGITAL, PORTÁTIL, PARA ANÁLISE DIRETA DE COR EM CAMPO OU LABORATÓRIO.	1	OBJETIVA	R$ 3.417,75	R$ 3.417,75	KAL QUIMICA	R$ 3.800,00	R$ 3.800,00
	7	**APARELHO PARA ANÁLISE DE FLÚOR.** COLORÍMETRO MICROPROCESSADO DIGITAL, PORTÁTIL PARA ANÁLISE DE FLÚOR EM CAMPO OU BANCADA.	1	OBJETIVA	R$ 1.829,00	R$ 1.829,00	KAL QUIMICA	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00
	8	**APARELHO PARA ANÁLISE DE TURBIDEZ.** TORBIDÍMETRO DIGITAL MICROPOROPROCESSADA PARA ANÁLISE DE TURBIDEZ EM CAMPO OU BANCADA.	1	OBJETIVA	R$ 3.255,00	R$ 3.255,00	KAL QUIMICA	R$ 4.000,00	R$ 4.000,00

	9	**APARELHO PARA ANÁLISE DE PH.** PHMETRO DIGITAL, MICROPROCESSADO, PARA USO EM BANCADA, TECLADO RESISTENTE A RESPINGOS DE ÁGUA E PRODUTOS QUÍMICOS.	**1**	OBJETIVA	R$ 1.240,00	R$ 1.240,00	KAL QUIMICA	R$ 2.500,00	R$ 2.500,00
	10	**JARTEST.** EQUIPAMENTO PARA ENSAIO DE FLOCULAÇÃO, MICROPROCESSADO, DIGITAL, 6 PROVAS SIMULTÂNEAS.	**1**	OBJETIVA	R$ 6.959,50	R$ 6.959,50	KAL QUIMICA	R$ 8.000,00	R$ 8.000,00
TOTAL GERAL						**R$ 36.582,81**			**R$ 37.680,00**

EMPRESA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	EMPRESA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
		R$ -	QUEST	R$ 850,00	R$ 3.400,00
HEXIS	R$ 866,00	**R$ 3.464,00**	QUEST	R$ 850,00	R$ 3.400,00
HEXIS		**R$ -**	QUEST	R$1.050,00 Não manteve a proposta	R$ 2.100,00
HEXIS		**R$ -**	QUEST	R$ 40,00	R$ 160,00
HEXIS		**R$ -**	QUEST	R$ 65,00	R$ 260,00
HEXIS		**R$ -**	QUEST	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00
HEXIS	R$ 2.903,00	**R$ 2.903,00**	QUEST	R$ 2.130,00	R$ 2.130,00
HEXIS	R$ 6.723,00	**R$ 6.723,00**	QUEST	R$ 3.550,00	R$ 3.550,00
HEXIS	R$ 3.647,00	**R$ 3.647,00**	QUEST	R$ 2.280,00	R$ 2.280,00
HEXIS		**R$ -**	QUEST	R$ 6.000,00	R$ 6.000,00
		R$ 16.737,00			**R$ 26.780,00**

FASE DE LANCE

FASE DE LANCE						
LOTE	**ITEM**	**DESCRIÇÃO DA ANALISE**	**QUANTIDADE DE ANALISE**	**EMPRESA**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
1	**1**	KIT PARÂMETROS PARA CALIBRAGEM DO APARELHO DE COR	**4**	**QUEST**	R$ 785,00	R$ 3.140,00
	2	KIT PARÂMETROS PARA CALIBRAGEM DO APARELHO DE TURBIDEZ	**4**	**QUEST**	R$ 785,00	R$3.140,00
	3	REAGENTES DPD EM PASTILHA PARA ANÁLISE DE CLORO (CAIXA COM 1000). DISSOLUÇÃO ULTRA RÁPIDA.	**2**	**KAL QUIMICA**	R$ 1.179,00	R$ 2.358,00
	4	SOLUÇÃO PARA DESCANSO DO ELETRODO DO APARELHO DE PH. **VALIDADE: 12 MESES.**	**4**	**QUEST**	R$ 37,65	R$ 150,60
	5	SOLUÇÃO TAMPÃO PH4 E PH7 PARA CALIBRAGEM DO APARELHO DE PH. **VALIDADE: 12 MESES**	**4**	**QUEST**	R$ 45,00	R$ 180,00
	6	**APARELHO PARA ANÁLISE DE COR.** FOTOCOLORÍMETRO MICROPROCESSADO, DIGITAL, PORTÁTIL, PARA ANÁLISE DIRETA DE COR EM CAMPO OU LABORATÓRIO.	**1**	**QUEST**	R$ 3.417,00	R$ 3.417,00
	7	**APARELHO PARA ANÁLISE DE FLÚOR.** COLORÍMETRO MICROPROCESSADO DIGITAL, PORTÁTIL PARA ANÁLISE DE FLÚOR EM CAMPO OU BANCADA.	**1**	**KAL QUIMICA**	R$ 1.828,00	R$ 1.828,00
	8	**APARELHO PARA ANÁLISE DE TURBIDEZ.** TORBIDÍMETRO DIGITAL MICROPOROPROCESSADA PARA ANÁLISE DE TURBIDEZ EM CAMPO OU BANCADA.	**1**	**QUEST**	R$ 3.250,00	R$ 3.250,00
	9	**APARELHO PARA ANÁLISE DE PH.** PHMETRO DIGITAL, MICROPROCESSADO, PARA USO EM BANCADA, TECLADO RESISTENTE A RESPINGOS DE ÁGUA E PRODUTOS QUÍMICOS.	**1**	**KAL QUIMICA**	R$ 1.239,00	R$ 1.239,00
	10	**JARTEST.** EQUIPAMENTO PARA ENSAIO DE FLOCULAÇÃO, MICROPROCESSADO, DIGITAL, 6 PROVAS SIMULTÂNEAS.	**1**	**QUEST**	R$ 6.000,00	R$ 6.000,00
	MENOR PROPOSTA					**R$ 24.704,60**

HABILITAÇÃO

O fornecedor:

* **QUEST COMÉRCIO E SERVIÇOS PARA SANEAMENTO E PRODUTOS QUÍMICOS LTDA-ME, item 1, 2, 4, 5, 6, 8 e 10,** pessoa jurídica de direito privado, Rua Marechal Deodoro, n°1784, CJ 71, SÃO BERNADO DO CAMPO/SP, CNPJ: 07.374.628/0001-04, representada pelo seu procurador Wanderson Gerri da Silva Lopes, CPF: 998.615.181-34, portador da célula de identidade n° 14746093/ SSP/SP.

***KAL QUÍMIKA- ME, item 3,7 e 9,** pessoa jurídica de direito privado, AV. São Sebastião, n°545, Verdão, Cuiabá-MT, CNPJ: 17.908.249/0001-00, representada pelo seu procurador Edson Furquim, CPF: 000.008.871-45, portador da célula de identidade n° 1033568-4/ MT.

Recurso

Não houve manifestação recursal para o pregão 005/2019.

ADJUDICAÇÃO

A pregoeira adjudicou os itens 01 ao 10, de acordo com tabela acima.

Sem mais a tratar deu-se por encerrada a presente reunião as 10h56(dez horas e cinquenta e seis minutos) da qual, eu Vanessa Gonçalves Ribeiro, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, vai assinada pelos membros da Comissão Permanente de Licitação. Mirassol D´Oeste, Aos vinte um dias do mês de agosto de dois mil e dezenove.

Pregoeira: Nome: VANESSA GONÇALVES RIBEIRO EQUIPE DE APOIO: **Nome: GLEICY MARTINEZ OCHIUTO**	Ass.: _____
Nome: LUCINÉIA DIAS DOS SANTOS	Ass.: _____
	Ass.: _____

Representante da empresa:

_____

Edson Furquim

CPF: 000.008.871-45

KAL QUIMICA

_____

Wanderson Gerri da Silva Lopes

CPF: 998.615.181-34

QUEST

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

SETOR DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 115/2019

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffman Riedi, s/ n.º, Bairro Jardim Paraná, cidade de Nobres– MT, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.424.272/0001-07, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal **LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, Agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740.239 SSP/PR e CPF n.º 159.026.509-25, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, e do outro lado a empresa **GERACAO 2000 CALC CONFEC E MAT ESPORTIVOS LTDA ME**, inscrita no CNPJ sob o n.º 03.449.844/0001-02, e Inscrição Estadual n.º 131953044/MT, estabelecida a Rua Pernambuco, n.º 456, bairro CPA II, cidade de Cuiabá-MT, CEP: 78.055-428, fone: 65-3052-8094, email: geracao2000esportes@gmail.com, neste ato representada pelo Sr. Wander Luiz do Amaral Miranda, brasileiro, comerciante, portador da cédula de identidade RG nº 15065340 SSP/MT e inscrita no CPF sob nº 016. 662.711-95, doravante denominada “PROMITENTE FORNECEDORA”, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto Municipal 176/2006 2007 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 45/2019, para REGISTRO DE PREÇOS, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços para **Registro de Preços para Futura e Eventual AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS E ITENS EM GERAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NOBRES-MT,** conforme condições e especificações constantes no Edital e anexos do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 45/2019, para Registro de Preços. 1.2. A presente Ata de Registro de Preços tem o valor registrado por item conforme segue:

Código	Descrição	Marca	Und. Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
45362	BOLA DE BASQUETEBOL, MATRIZADA, MICROFIBRA, 72-74CM, 510-565G, CAMARA AIRBILITY MIOLO SLIP SYSTEM REMOVIVEL E LUBRIFICADO, BOLA APROVADA PELA FIFA	PENALTY	UNIDADE	20,00	360,00	7.200,00
48336	BOLA DE FUTEBOL DE CAMPO N° 4, CIRCUNFERENCIA ENTRE 64-66CM, 360-390G, MICRO POWER, COSTURADA A MAO, CAMARA AIRBILITY, MIOLO SLIP SYSTEM REMOVIVEL E LUBRIFICADO.	PENALTY	UNIDADE	60,00	107,00	6.420,00
40938	BOLA DE FUTEBOL DE CAMPO, CIRCUNFERENCIA ENTRE 68-70CM, 410-450G, MICRO POWER, COSTURADA A MAO, CAMARA AIRBILITY, MIOLO SLIP SYSTEM REMOVIVEL E LUBRIFICADO.	PENALTY	UNIDADE	160,00	120,00	19.200,00
10568	BOLA DE HANDEBOL, COSTURADA A MAO, PU ULTRA GRIP, 32 GOMOS, 58-60CM, 425-475G, CAMARA AIRBILITY, MIOLO SLIP SYSTEM REMOVIVEL E LUBRIFICADO, BOLA COM SELO DA FEDERACAO BRASILEIRA DE HANDEBOL	PENALTY	UNIDADE	60,00	257,00	15.420,00
33765	JOGO DE CAMISA MATERIAL DRAY, COM 12 CAMISAS, 12 CALCOES, 12 PAR DE MEIOES (PERSOLNALIZADO COM LOGO DA PREFEITURA, LOGO DA SECRETARIA DE ESPORTES), ADULTO, TAM M.	TRB	UNIDADE	40,00	1.180,00	47.200,00
18516	TROFEU 30cm, BASE QUADRADA 7,5cm, EM POLIMERO COR PRETA, CONE DOURADO, ACIMA TACA DOURADA 12,5cm APARTIR DAS ALCAS DOURADAS, TAMPA DOURADA, ESTATUETA ITERCAMBIAVEL, PLAQUETA PARA GRAVACAO.	JEBS	UNIDADE	120,00	47,00	5.640,00
18517	TROFEU 33cm, BASE QUADRADA 7,5cm, EM POLIMERO COR PRETA, CONE DOURADO, ACIMA TACA DOURADA 12,5cm APARTIR DAS ALCAS DOURADAS, TAMPA DOURADA, ESTATUETA ITERCAMBIAVEL, PLAQUETA PARA GRAVACAO.	JEBS	UNIDADE	80,00	50,00	4.000,00
13418	TROFEU 39cm, BASE QUADRADA 7,5cm, EM POLIMERO COR PRETA, SOBRE A BASE SUPORTE E CONE DOURADO, TAMPA DOURADA SOBRE A TAMPA UMA BOLA PRATA INTERCALADA COM ANEL DOURADO, ESTATUETA ITERCAMBIAVEL, PLAQUETA PARA GRAVACAO.	VITORIA	UNIDADE	40,00	68,00	2.720,00
48334	TROFEU 49cm, BASE QUADRADA 7,5cm, EM POLIMERO COR PRETA, SOBRE A BASE SUPORTE E CONE DOURADO, TAMPA DOURADA SOBRE A TAMPA UMA BOLA PRATA INTERCALADA COM ANEL DOURADO, ESTATUETA ITERCAMBIAVEL, PLAQUETA PARA GRAVACAO.	VITORIA	UNIDADE	80,00	125,00	10.000,00
33166	TROFEU 75cm, BASE OCTOGONAL 13,1cm, CONE DOURADO COM CONE AZUL 31cm, ALCA E TAMPA, COROA DOURADA 12 PONTAS, 13,3cm, ESTATUETA SUPERIOR INTERCAMBIAVEL COM PLAQUETA PARA GRAVACAO.	VITORIA	UNIDADE	60,00	210,00	12.600,00
48442	TROFEU 81cm, BASE OCTOGONAL 17,6cm, CONE DOURADO COM CONE AZUL 31cm, ALCA E TAMPA, COROA DOURADA 12 PONTAS, 15,1cm, ESTATUETA SUPERIOR INTERCAMBIAVEL COM PLAQUETA PARA GRAVACAO.	VITORIA	UNIDADE	60,00	199,00	11.940,00

O valor global para este registro de preço é de R$ 142.340,00 (cento e quarenta e dois mil trezentos e quarenta reais).

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de até 1 ano.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Nobres, não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 45/2019, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PAGAMENTO

3.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias a partir da entrega dos itens e da Nota Fiscal, devidamente atestada em seu verso o recebimento dos produtos em quantidade e qualidade conforme Autorização de Fornecimento e especificações do Edital.

3.2. A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pela Prefeitura Municipal de Nobres-MT

3.3. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.5. O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6. Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA

DA VIGÊNCIA E DOS PRAZOS DE FORNECIMENTO

4.1. O prazo de entrega dos produtos será de ate 08 **(oito)** dias uteis após o recebimento da Autorização de fornecimento na sede da secretaria solicitante.

4.2. Os produtos adquiridos por meio deste Pregão deverão ser entregues na sede da Secretaria solicitante, durante o expediente, ou seja, de 07h00m as 11h00m AS 13:00 as 17:00hs, quando serão examinados por servidor responsável pelo seu recebimento.

4.3. A ausência de um representante da empresa no momento da entrega e verificação dos produtos pelo servidor responsável acarretara na aceitação, pela empresa fornecedora, de quaisquer vícios que a secretaria solicitante apontar nos produtos entregues, devendo a fornecedora realizar a troca dos mesmos em até 24 **(vinte e quatro)** horas após o apontamento dos vícios, incorrendo em atraso passado o prazo previsto acima.

4.4. O prazo de validade dos Produtos quando da entrega pela contratada, deverá ser de no mínimo, 50% de sua validade, contados da data de fabricação. Os casos excepcionais serão analisados após aviso prévio.

*A entrega de Produtos vencidos ou mesmo com prazo inferior ao mencionado anteriormente, acarretara no cancelamento do registro realizado com a fornecedora, respeitando o Contraditório e Ampla Defesa.

4.5. O recebimento dos Produtos será feito em 02 (duas) etapas por funcionário designado pela Secretaria Solicitante, conforme a seguir:

4.5.1. Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do Produto com a especificação. No local da entrega, o servidor designado fará o recebimento dos materiais, limitando-se a verificar a sua conformidade com o discriminado na nota fiscal, fazendo constar no canhoto e no verso da nota a data da entrega do produto e, se for o caso, as irregularidades observadas.

4.5.2. Definitivamente, até o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor designado que procederá ao recebimento, verificando as

especificações e as qualificações do produto entregue, de conformidade com o exigido neste EDITAL e com o constante na proposta de preços da LICITANTE CONTRATADA.

4.3 Se constatada irregularidades no produto entregue, a CONTRATANTE, através de seu Departamento de Compras, poderá:

4.3.1 Se disser respeito à sua especificação, rejeitá-lo, no todo ou em parte, determinando sua substituição ou contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

4.3.2 Na hipótese de substituição, a LICITANTE CONTRATADA deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Departamento de Compras, no prazo por ele estipulado, contado de sua notificação, mantido o preço inicialmente proposto;

4.5.3 Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar a sua complementação, ou rescisão contratual, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

4.5.4. Os produtos não aceitos ficarão a disposição do fornecedor, que no prazo de três (3) dias contados da notificação da não aceitação deverá retirar os mesmos, sob pena de a partir do quarto dia pagar custas com estocagem/depósito.

4.6. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da detentora da ata pela perfeita execução do empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo forem verificados vícios, defeitos ou incorreções.

4.7. Não há limite mínimo ou máximo para o quantitativo dos Pedidos, os mesmos serão de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Esporte.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES

5.1. Da Prefeitura Municipal de Nobres:

5.1.3. Emitir o Termo de Recebimento Definitivo no prazo previsto e o devido recebimento no Verso da Nota Fiscal quanto os produtos estiverem sido verificados e conferidos, não excluindo-se a hipótese do item 4.4 da presente Ata.

5.1.2. Terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para notificar a detentora da ata para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

5.1.3. Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.4. Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.5. Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.6. Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

5.2. Da Detentora da Ata:

5.2.1. Fornecer o objeto nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2. Pagar todos os tributos, despesas, frete de transporte e todo e quaisquer custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos;

5.2.3. Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4. Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

5.2.5. Fornecer o objeto, no preço, prazo e forma estipulada na proposta.

CLÁUSULA SEXTA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho pela detentora.

6.2. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3. Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante.

6.4. A empresa fornecedora, quando do recebimento da solicitação, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes do presente instrumento, correrão por conta da(s) seguinte(s) dotação (ões) orçamentária(s):

Sec. Mun. de Educação e Desporto.....194-05.005.27.812.0014.2044.339030000000

Sec. Mun. de Ass. Social.....281-07.002.08.244.0025.2069.339030000000

CLÁUSULA OITAVA

DAS PENALIDADES

8.1. Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais destacam-se:

a) Advertência;

a) Multa 2% (dois por cento), até o máximo de 05 (cinco) dias, configurando-se após esse prazo a inexecução do contrato;

Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (objeto de contrato ou nota de empenho), a Contratante poderá aplicar às empresas, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

I - Advertência; II- Multa Conforme previsão neste instrumento Convocatório, por dia de atraso na entrega dos produtos;

III- Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratual, por infração a quaisquer das cláusulas do contrato e itens deste Edital e pela recusa da assinatura do contrato;

IV- Suspensão temporária de participar em licitações no prazo não superior a 2 (dois) anos;

V- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com as Administrações Públicas Federal, Estaduais ou Municipais, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do infrator, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

A multa a que alude este Instrumento Convocatório não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas na Lei.

8.2. Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

8.3. Da aplicação das penas definidas No item 8.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

8.4. O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA NONA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

9.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos materiais, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

9.2. O preço poderá variar para cima ou para baixo conforme o valor de cada materiais/produtos a ser fornecido tendo como base a desequilíbrio econômica financeira, se aceito pelo município.

9.3. O Órgão Gerenciador poderá revisar os preços praticados nesta Ata, a qualquer tempo.

9.4. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

9.5. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

9.6. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, O Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

9.7. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

9.8. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

9.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

9.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

9.11. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

9.12. Definido o preço máximo a ser pago pela Administração, o novo preço deverá ser consignado através de apostilamento na Ata de Registro de Preços, ao qual estarão as empresas vinculadas.

9.13. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA DÉCIMA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de trinta dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente contrato pelo “PROMITENTE FORNECEDOR”, sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

10.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

10.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

10.2.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

10.2.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

10.2.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

10.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

10.2.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

10.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por uma (1) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

10.4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

10.4.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de trinta dias, facultada á Administração a aplicação das penas previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

11.1. A aquisição dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas,

em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

11.1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

DAS COMUNICAÇÕES

12.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

VINCULAÇÃO AO EDITAL

13.1. Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de Pregão Presencial nº. 45/2019, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela PROMITENTE FORNECEDORA, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Integram esta Ata, o edital da PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 45/2019 a proposta da empresa **GERACAO 2000 CALC CONFEC E MAT ESPORTIVOS LTDA ME,** classificada no certame supranumerado.

14.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, Decreto Municipal n° 12/2010, no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DO FORO

15.1. As partes elegem o foro da Comarca Nobres/ MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Nobres/MT, 20 de Agosto de 2019.

_____

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

_____

GERACAO 2000 CALC CONFEC E MAT

ESPORTIVOS LTDA ME

CNPJ sob o n.º 03.449.844/0001-02

Sr. Wander Luiz do Amaral Miranda

CPF sob nº 016.662.711-95

Testemunhas:

Nome: C.P.F. n.º Assinatura:_____	Nome: C.P.F.n.º Assinatura:_____

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 116/2019

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffman Riedi, s/ n.º, Bairro Jardim Paraná, cidade de Nobres– MT, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.424.272/0001-07, representado neste ato pelo seu Prefeito Mu-

nicipal **LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, Agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740.239 SSP/PR e CPF n.º 159.026.509-25, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, e do outro lado a empresa **P. MOREIRA LIMA COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o n.º 21.395.275/0001-41, estabelecida a Rua Clovis Hugueney, n.º 70, Bairro Centro, cidade de Várzea Grande/MT, CEP: 78.110-328, fone: 65- 3682-3026 ou 3682 - 7767, email: contato@lupsesportes.com.br, neste ato representada pelo Sr. Patrícia Moreira de Lima, brasileiro, comerciante, portador da cédula de identidade RG nº 1994988-0 SSP/MT e inscrita no CPF sob nº 040.081.251-75, doravante denominada "PROMITENTE FORNECEDORA", nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto Municipal 176/2006 2007 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 45/2019, para REGISTRO DE PREÇOS, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços para **Registro de Preços para Futura e Eventual AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS E ITENS EM GERAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NOBRES-MT,** conforme condições e especificações constantes no Edital e anexos do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 45/2019, para Registro de Preços. 1.2. A presente Ata de Registro de Preços tem o valor registrado por item conforme segue:

Código	Descrição	Marca	Und. Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
45382	APITO PARA ARBITRAGEM PROFISSIONAL COM CORDAO, SEM BOLINHA, GRAVE E AGUDO, COM BIQUEIRA DE BORRACHA	POKER	UNIDADE	60,00	54,50	3.270,00
20486	BOLA CONFECCIONADA EM BORRACHA, COM PESO ENTRE 180 A 200G, TIPO INICIACAO N° 10 MATRIZADA, CIRCUNFERENCIA ENTRE 48 A 50CM	SILME	UNIDADE	60,00	39,50	2.370,00
45645	BOLA CONFECCIONADA EM BORRACHA, COM PESO ENTRE 250 A 270G, TIPO INICIACAO N° 12 MATRIZADA, CIRCUNFERENCIA ENTRE 57 A 59CM	SILME	UNIDADE	60,00	44,00	2.640,00
34367	BOLA DE BASQUETEBOL, MATRIZADA, BORRACHA, 75-78CM, 600-650G, CAMARA AIRBILITY MIOLO SLIP SYSTEM REMOVIVEL E LUBRIFICADO	PENALTY	UNIDADE	80,00	123,00	9.840,00
10020	BOLA DE BASQUETEBOL, MATRIZADA, MICROFIBRA, 75-78CM, 600-650G, CAMARA AIRBILITY MIOLO SLIP SYSTEM REMOVIVEL E LUBRIFICADO, BOLA APROVADA PELA FIFA	PENALTY	UNIDADE	20,00	370,00	7.400,00
14892	BOLA DE FUTEBOL DE CAMPO, CIRCUNFERENCIA ENTRE 68-70CM, 410-450G, PU, TERMOTEC, CAMARA AIRBILITY, MIOLO SLIP SYSTEM REMOVIVEL E LUBRIFICADO	PENALTY	UNIDADE	100,00	155,00	15.500,00
30477	BOLA DE FUTSAL 100, CIRCUNFERENCIA ENTRE 50-55CM, 300-350G, PU, TERMOTEC, CAMARA AIRBILITY, MIOLO SLIP SYSTEM REMOVIVEL E LUBRIFICADO	PENALTY	UNIDADE	60,00	179,00	10.740,00
9512	BOLA DE FUTSAL 50, CIRCUNFERENCIA ENTRE 50-53CM, 200-280G, PU, TERMOTEC, CAMARA AIRBILITY, MIOLO SLIP SYSTEM REMOVIVEL E LUBRIFICADO	PENALTY	UNIDADE	30,00	173,00	5.190,00
11198	BOLA DE FUTSAL, CIRCUNFERENCIA ENTRE 55-59CM, 300-380G, ULTRA FUSION, CAMARA AIRBILITY, MIOLO SLIP SYSTEM, REMOVIVEL E LUBRIFICADO.	PENALTY	UNIDADE	60,00	115,00	6.900,00
39112	BOLA DE FUTSAL, CIRCUNFERENCIA ENTRE 55-59CM, 350-380G, PU, TERMOTEC, CAMARA AIRBILITY, MIOLO SLIP SYSTEM REMOVIVEL E LUBRIFICADO	PENALTY	UNIDADE	40,00	190,00	7.600,00
119220	BOLA DE FUTSAL, CIRCUNFERENCIA ENTRE 61-64CM, 410-440G, PU, TERMOTEC, CAMARA AIRBILITY, MIOLO SLIP SYSTEM, REMOVIVEL E LUBRIFICADO.	PENALTY	UNIDADE	100,00	142,00	14.200,00
10566	BOLA DE HANDEBOL, COSTURADA A MAO, PU ULTRA GRIP, 32 GOMOS, 49-51CM, 230-270G, CAMARA AIRBILITY, MIOLO SLIP SYSTEM REMOVIVEL E LUBRIFICADO, BOLA COM SELO DA FEDERACAO BRASILEIRA DE HANDEBOL	PENALTY	UNIDADE	30,00	245,00	7.350,00
10567	BOLA DE HANDEBOL, COSTURADA A MAO, PU ULTRA GRIP, 32 GOMOS, 54-56CM, 325-400G, CAMARA AIRBILITY, MIOLO SLIP SYSTEM REMOVIVEL E LUBRIFICADO, BOLA COM SELO DA FEDERACAO BRASILEIRA DE HANDEBOL	PENALTY	UNIDADE	30,00	257,00	7.710,00
12423	BOLA DE SOCIETY, COSTURADA A MAO, MICRO POWER, PESO ENTRE 420-450G, 68-69CM, 32 GOMOS, CAMARA AIRBILITY, MIOLO SLIP SYSTEM REMOVIVEL E LUBRIFICADO	PENALTY	UNIDADE	40,00	104,00	4.160,00
11197	BOLA DE SOCIETY, COSTURADA A MAO, PU, PESO ENTRE 420-450G, 68-69CM, 32 GOMOS, CAMARA AIRBILITY, MIOLO SLIP SYSTEM REMOVIVEL E LUBRIFICADO	PENALTY	UNIDADE	80,00	148,00	11.840,00
116028	BOLA DE VOLEI MICROFIBRA, 16 GOMOS, 65-67CM, PESO ENTRE 260-280G, CAMARA AIRBILITY, MIOLO SYSTEM REMOVIVEL E LUBRIFICADO, COM SELO DA FEDERACAO INTERNACIONAL DE VOLEI.	PENALTY	UNIDADE	60,00	365,00	21.900,00
12422	BOLA DE VOLEI ULTRA FUSION, 18 GOMOS, 65-67CM, PESO ENTRE 260-280G, CAMARA AIRBILITY, MIOLO SYSTEM REMOVIVEL E LUBRIFICADO	PENALTY	UNIDADE	30,00	115,00	3.450,00
11201	BOLA DE VOLEI, PU, 12 GOMOS, 65-67CM, PESO ENTRE 260-280G, CAMARA AIRBILITY, MIOLO SYSTEM REMOVIVEL E LUBRIFICADO.	PENALTY	UNIDADE	30,00	248,00	7.440,00
1720	BOMBAS DE ENCHER BOLAS, DE PLASTICO, DUPLA ACAO, ENCHE NOS DOIS SENTIDOS AO MOVMENTO, COM MANGUEIRA DE BORRACHA REVESTIDA DE NYLON, BICO METAL SOBRESSALENTE	PENALTY	UNIDADE	60,00	38,00	2.280,00
40949	COLCHONETE EM ESPUMA, COM REVESTIMENTO EM CORVIM PRETO, MEDIDA 0,90 x 0,40 x 0,03cm, DENSIDADE 26	PERON	UNIDADE	100,00	46,00	4.600,00
20514	COLETE PARA TREINAMENTO ESPORTIVO - EM POLIESTER, ADULTO, CORES DIVERSAS. TAM G	TRB	UNIDADE	400,00	18,50	7.400,00
6490	CONE EM PVC - 50cm DE ALTURA	PLASTISUL	UNIDADE	80,00	18,50	1.480,00
7111	CRONOMETRO DIGITAL PROFISSIONAL, 10 VOLTAS	POKER	UNIDADE	30,00	104,00	3.120,00
45731	ESPAGUETE PARA PISCINA - BOIA EM FORMATO CILINDRICO, EM POLIETILENO, COMPRIMENTO 1 MT, DIAMETRO 6CM, CORES VARIADAS	DUCALE	UNIDADE	100,00	10,50	1.050,00
11460	JOGO DE CAMISA MATERIAL DRAY, COM 20 CAMISAS, 20 CALCOES, 20 PAR DE MEIOES (PERSOLNALIZADO COM LOGO DA PREFEITURA, LOGO DA SECRETARIA DE ESPORTES), ADULTO, TAM G.	PLAY FAIR	UNIDADE	80,00	1.650,00	132.000,00
14152	KIT BANDEIRA PARA ARBITROS AUXILIARES, COM BASTAO DE ALUMINIO, MANETE ADERENTE E MACIO, NAS CORES LARANJA E AMARELO.	SCALIBU	METRO	30,00	90,00	2.700,00
45640	KIT TENIS DE MESA COM 02 RAQUETES - 03 BOLINHAS - 01 SUPORTE - 01 REDE	WESTERN	UNIDADE	20,00	89,00	1.780,00
13387	MEDALHA DE BRONZE, CIRCUNFERENCIA 40mm, AREA DE GRAVACAO NA FRENTE 29mm, COM FITA AZUL.	CRESPAR	UNIDADE	1.600,00	4,30	6.880,00

15210	MEDALHA DE BRONZE, CIRCUNFERENCIA 50mm, AREA DE GRAVACAO NA FRENTE 33mm COM RESINA, COM FITA AZUL.	CRESPAR	UNIDADE	1.600,00	4,90	7.840,00
31521	MEDALHA DE OURO, CIRCUNFERENCIA 40mm, AREA DE GRAVACAO NA FRENTE 29mm, COM FITA AZUL.	CRESPAR	UNIDADE	1.600,00	4,30	6.880,00
20507	MEDALHA DE OURO, CIRCUNFERENCIA 50mm, AREA DE GRAVACAO NA FRENTE 33mm COM RESINA, COM FITA AZUL.	CRESPAR	UNIDADE	1.600,00	4,90	7.840,00
20508	MEDALHA DE PRATA, CIRCUNFERENCIA 40mm, AREA DE GRAVACAO NA FRENTE 29mm, COM FITA AZUL.	CRESPAR	UNIDADE	1.600,00	4,30	6.880,00
5737	MEDALHA DE PRATA, CIRCUNFERENCIA 50mm, AREA DE GRAVACAO NA FRENTE 33mm COM RESINA, COM FITA AZUL.	CRESPAR	UNIDADE	1.600,00	4,90	7.840,00
40970	PLACAR DE MESA	VOLLO	UNIDADE	12,00	239,00	2.868,00
119207	REDE DE BASQUETE, FIO 4MM SEDA CHUA, ALTURA 40CM, FIXACAO 12 ALCAS, MALHA 5X5CM. COR CLARA.	MASTER	UNIDADE	40,00	34,00	1.360,00
7666	REDE DE FUTEBOL DE CAMPO, MEDIDAS OFICIAIS, FIO 4MM NYLON, COM PROTECAO UV, TRATAMENTO ULTRA VIOLETA	PSS	PAR	40,00	399,00	15.960,00
7667	REDE DE FUTSAL, MEDIDAS OFICIAIS, FIO 4MM NYLON, COM PROTECAO UV, TRATAMENTO ULTRA VIOLETA	PSS	PAR	40,00	246,00	9.840,00
7665	REDE DE SOCIETY, 5 MT, FIO 4MM NYLON, COM PROTECAO UV, TRATAMENTO ULTRA VIOLETA	PSS	PAR	40,00	290,00	11.600,00
18515	TROFEU 42cm, BASE QUADRADA 7,5cm, EM POLIMERO COR PRETA, SOBRE A BASE SUPORTE E CONE DOURADO, TAMPA DOURADA SOBRE A TAMPA UMA BOLA PRATA INTERCALADA COM ANEL DOURADO, ESTATUETA ITERCAMBIAVEL, PLAQUETA PARA GRAVACAO.	VITÓRIA	UNIDADE	40,00	78,00	3.120,00
15250	TROFEU 56cm, BASE REDONDA 21cm, EM POLIMERO METALIZADO COR VERMELHA, SUPORTE E CONE DOURADOS, ACIMA TACA DOURADA 33cm APARTIR DAS ALCAS DOURADAS, ESTATUETA INTERCAMBIAVEL COM PLAQUETA PARA GRAVACAO.	VITÓRIA	UNIDADE	20,00	200,00	4.000,00
33169	TROFEU 63cm, BASE OCTOGONAL 12,1cm, CONE DOURADO COM CONE AZUL 31cm, ALCA E TAMPA, COROA DOURADA 12 PONTAS, 11cm, ESTATUETA SUPERIOR INTERCAMBIAVEL COM PLAQUETA PARA GRAVACAO.	VITÓRIA	UNIDADE	60,00	159,00	9.540,00
15251	TROFEU 63cm, BASE REDONDA 21cm, EM POLIMERO METALIZADO COR VERMELHA, SUPORTE E CONE DOURADOS, ACIMA TACA DOURADA 33cm APARTIR DAS ALCAS DOURADAS, PLAQUETA PARA GRAVACAO.	VITÓRIA	UNIDADE	20,00	230,00	4.600,00
29952	TROFEU 72cm, BASE REDONDA 21cm, EM POLIMERO METALIZADO COR VERMELHA, SUPORTE E CONE DOURADOS, ACIMA TACA DOURADA 33cm APARTIR DAS ALCAS DOURADAS, PLAQUETA PARA GRAVACAO.	VITÓRIA	UNIDADE	20,00	245,00	4.900,00

O valor global para este registro de preço é de R$ 560.198,00 (quinhentos e sessenta mil cento e noventa e oito reais).

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de até 1 ano.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Nobres, não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 45/2019, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PAGAMENTO

3.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias a partir da entrega dos itens e da Nota Fiscal, devidamente atestada em seu verso o recebimento dos produtos em quantidade e qualidade conforme Autorização de Fornecimento e especificações do Edital.

3.2. A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pela Prefeitura Municipal de Nobres-MT

3.3. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.5. O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6. Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA

DA VIGÊNCIA E DOS PRAZOS DE FORNECIMENTO

4.1. O prazo de entrega dos produtos será de ate 08 **(oito)** dias uteis após o recebimento da Autorização de fornecimento na sede da secretaria solicitante.

4.2. Os produtos adquiridos por meio deste Pregão deverão ser entregues na sede da Secretaria solicitante, durante o expediente, ou seja, de 07h00m as 11h00m AS 13:00 as 17:00hs, quando serão examinados por servidor responsável pelo seu recebimento.

4.3. A ausência de um representante da empresa no momento da entrega e verificação dos produtos pelo servidor responsável acarretara na aceitação, pela empresa fornecedora, de quaisquer vícios que a secretaria solicitante apontar nos produtos entregues, devendo a fornecedora realizar a troca dos mesmos em até 24 **(vinte e quatro)** horas após o apontamento dos vícios, incorrendo em atraso passado o prazo previsto acima.

4.4. O prazo de validade dos Produtos quando da entrega pela contratada, deverá ser de no mínimo, 50% de sua validade, contados da data de fabricação. Os casos excepcionais serão analisados após aviso prévio.

*A entrega de Produtos vencidos ou mesmo com prazo inferior ao mencionado anteriormente, acarretara no cancelamento do registro realizado com a fornecedora, respeitando o Contraditório e Ampla Defesa.

4.5. O recebimento dos Produtos será feito em 02 (duas) etapas por funcionário designado pela Secretaria Solicitante, conforme a seguir:

4.5.1. Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do Produto com a especificação. No local da entrega, o servidor designado fará o recebimento dos materiais, limitando-se a verificar a sua conformidade com o discriminado na nota fiscal, fazendo constar no canhoto e no verso da nota a data da entrega do produto e, se for o caso, as irregularidades observadas.

4.5.2. Definitivamente, até o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor designado que procederá ao recebimento, verificando as

especificações e as qualificações do produto entregue, de conformidade com o exigido neste EDITAL e com o constante na proposta de preços da LICITANTE CONTRATADA.

4.3 Se constatada irregularidades no produto entregue, a CONTRATANTE, através de seu Departamento de Compras, poderá:

4.3.1 Se disser respeito à sua especificação, rejeitá-lo, no todo ou em parte, determinando sua substituição ou contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

4.3.2 Na hipótese de substituição, a LICITANTE CONTRATADA deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Departamento de Compras, no prazo por ele estipulado, contado de sua notificação, mantido o preço inicialmente proposto;

4.5.3 Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar a sua complementação, ou rescisão contratual, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

4.5.4. Os produtos não aceitos ficarão a disposição do fornecedor, que no prazo de três (3) dias contados da notificação da não aceitação deverá retirar os mesmos, sob pena de a partir do quarto dia pagar custas com estocagem/depósito.

4.6. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da detentora da ata pela perfeita execução do empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo forem verificados vícios, defeitos ou incorreções.

4.7. Não há limite mínimo ou máximo para o quantitativo dos Pedidos, os mesmos serão de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Esporte.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES

5.1. Da Prefeitura Municipal de Nobres:

5.1.3. Emitir o Termo de Recebimento Definitivo no prazo previsto e o devido recebimento no Verso da Nota Fiscal quanto os produtos estiverem sido verificados e conferidos, não excluindo-se a hipótese do item 4.4 da presente Ata.

5.1.2. Terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para notificar a detentora da ata para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

5.1.3. Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.4. Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.5. Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.6. Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

5.2. Da Detentora da Ata:

5.2.1. Fornecer o objeto nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2. Pagar todos os tributos, despesas, frete de transporte e todo e quaisquer custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos;

5.2.3. Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4. Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

5.2.5. Fornecer o objeto, no preço, prazo e forma estipulada na proposta.

CLÁUSULA SEXTA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho pela detentora.

6.2. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3. Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante.

6.4. A empresa fornecedora, quando do recebimento da solicitação, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes do presente instrumento, correrão por conta da(s) seguinte(s) dotação (ões) orçamentária(s):

Sec. Mun. de Educação e Desporto.....194-05.005.27.812.0014.2044.339030000000

Sec. Mun. de Ass. Social.....281-07.002.08.244.0025.2069.339030000000

CLÁUSULA OITAVA

DAS PENALIDADES

8.1. Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais destacam-se:

a) Advertência;

a) Multa 2% (dois por cento), até o máximo de 05 (cinco) dias, configurando-se após esse prazo a inexecução do contrato;

Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (objeto de contrato ou nota de empenho), a Contratante poderá aplicar às empresas, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

I - Advertência; II- Multa Conforme previsão neste instrumento Convocatório, por dia de atraso na entrega dos produtos;

III- Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratual, por infração a quaisquer das cláusulas do contrato e itens deste Edital e pela recusa da assinatura do contrato;

IV- Suspensão temporária de participar em licitações no prazo não superior a 2 (dois) anos;

V- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com as Administrações Públicas Federal, Estaduais ou Municipais, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do infrator, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

A multa a que alude este Instrumento Convocatório não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas na Lei.

8.2. Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

8.3. Da aplicação das penas definidas No item 8.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

8.4. O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA NONA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

9.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos materiais, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

9.2. O preço poderá variar para cima ou para baixo conforme o valor de cada materiais/produtos a ser fornecido tendo como base a desequilíbrio econômica financeira, se aceito pelo município.

9.3. O Órgão Gerenciador poderá revisar os preços praticados nesta Ata, a qualquer tempo.

9.4. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

9.5. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

9.6. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, O Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

9.7. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

9.8. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

9.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

9.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

9.11. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

9.12. Definido o preço máximo a ser pago pela Administração, o novo preço deverá ser consignado através de apostilamento na Ata de Registro de Preços, ao qual estarão as empresas vinculadas.

9.13. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA DÉCIMA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de trinta dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente contrato pelo “PROMITENTE FORNECEDOR”, sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

10.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

10.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

10.2.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

10.2.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

10.2.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

10.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

10.2.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

10.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por uma (1) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

10.4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

10.4.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de trinta dias, facultada á Administração a aplicação das penas previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

11.1. A aquisição dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas,

em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

11.1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

DAS COMUNICAÇÕES

12.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

VINCULAÇÃO AO EDITAL

13.1. Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de Pregão Presencial nº. 45/2019, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela PROMITENTE FORNECEDORA, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Integram esta Ata, o edital da PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 45/2019 a proposta da empresa **P. MOREIRA LIMA COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI,** classificada no certame supranumerado.

14.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, Decreto Municipal n° 12/2010, no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DO FORO

15.1. As partes elegem o foro da Comarca Nobres/ MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Nobres/MT, 20 de Agosto de 2019.

_____

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

_____

P. MOREIRA LIMA COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI

CNPJ sob o n.º 21.395.275/0001-41

Sr. Patrícia Moreira de Lima

CPF sob nº 040.081.251-75

Testemunhas:

Nome: C.P.F. n.º Assinatura:_____	Nome: C.P.F.n.º Assinatura:_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO – CARTA CONVITE Nº 001/2019

AVISO DE LICITAÇÃO – CARTA CONVITE Nº 001/2019

O Comissão Permanente de Licitação instituída pela portaria 405/201 da Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT, vem, através deste, comunicar aos interessados que será realizada Licitação na modalidade Carta Convite, com o seguinte objeto: Contratação de EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO, ELABORAÇÃO E REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DO QUADRO EFETIVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA E CÂMARA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA , conforme descrito no Anexo I do Edital. Tipo: MENOR PREÇO POR item. Data de Abertura: 30 de agosto de 2019. Horário: 08:30 horas. Local: Avenida Prefeito João Macauba, 1140, Centro, Nortelândia-MT - CEP: 78430-000. O edital completo e seus anexos estarão disponíveis no site www.nortelandia.mt.gov.br acesse o caminho portal transparência e após licitações, ou na sede da Prefeitura Municipal, telefone (65) 3346-1411, e-mail: licitacaonortelandia@hotmail.com

Nortelândia-MT, 21 de agosto de 2019.

Zenilda Almeida Portela

Presidente da Comissão de Licitação

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
LICENÇA PREVIA E LICENÇA DE INSTALAÇÃO PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM

A Prefeitura Municipal de Nortelândia, CNPJ nº **03.425.170/0001-06,** torna público que requereu junto a SEMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente, a Licença Previa e Licença de Instalação (LP) e (LI) para Pavimentação Asfáltica e Drenagem de Aguas Pluviais das Ruas A e C, localizadas no perímetro urbano do município de Nortelândia/MT.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 053/2019

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 053/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT.

Contratada: Telma Aparecida Rondon Meira, inscrito no **CPF nº** 522.429.861-04

Objeto: O presente termo aditivo tem por finalidade a prorrogação de prazo ao Contrato Administrativo nº 053/2019, cujo objeto é a prestação de serviços de Apoio Administrativo Educacional - Merendeira.

Vigência: 28/08/2019 a 12/11/2019

Assinatura: 20/08/2019

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 056/2019

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 056/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT.

Contratada: Elenice da Costa Moreira, inscrito no **CPF nº** 919.267.421-68

Objeto: O objeto do presente contrato é a prestação de serviços profissional na função de **Professo**r**,** na qualidade de servidor temporário conforme Processo Seletivo simplificado realizado, que dispõe sobre a contratação temporária.

Dotação Orçamentária: 05.002.12.365.0039.20057.3190040000.0118000000

Valor: 2.877,67 (Dois mil, oitocentos e setenta e sete reais e sessenta e sete centavos)

Vigência: 22/08/2019 a 20/12/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

CAMARA MUNICIPAL
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 004 DA APRESENTAÇÃO DO GABARITO OFICIAL

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 004

DA APRESENTAÇÃO DO GABARITO OFICIAL

A Presidente da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado, nomeada pela Portaria nº 22/2019/GP de 08 de julho de 2019, a qual nomeia a servidora **Maraisa Lopes dos Santos**, no âmbito de sua competência, e em atendimento aos ditames regulatórios deste certame, especificamente no que tange ao cronograma dos trabalhos acerca desse Processo Seletivo Simplificado conforme preceitua o Edital de Abertura, e ainda...

Considerando a publicação do Edital Complementar nº 003 em data de 19 de agosto de 2019, o qual traz no contexto o Gabarito Prévio, conforme cronograma estabelecido pelo Edital de Abertura,

Considerando o transcurso normal de prazo e nenhum recurso contra as questões da prova ou contra as alternativas apresentadas através do Gabarito Prévio,

Resolve, apresentar o Gabarito Oficial e realizar a correção das provas.

Agente de Serviços Gerais - Ensino Fundamental Completo																			
QUESTÕES	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTAS	C	B	D	A	D	C	C	D	A	C	B	D	A	C	B	B	B	B	D	A

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. Este Edital Complementar apresenta o Gabarito Oficial do cargo de Agente de Serviços Gerais da Câmara Municipal de Nova Bandeirantes.

1.2. Fica autorizado a correção das provas e a apresentação do Resultado Prévio.

Nova Bandeirantes MT, 21 de agosto de 2019.

Maraisa Lopes Dos Santos

Presidente da Comissão

CAMARA MUNICIPAL
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 005 DA APRESENTAÇÃO DO RESULTADO E CLASSIFICAÇÃO PRÉVIA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 005

DA APRESENTAÇÃO DO RESULTADO E CLASSIFICAÇÃO PRÉVIA

A Presidente da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado, nomeada pela Portaria nº 22/2019/GP de 08 de julho de 2019, a qual nomeia a servidora **Maraisa Lopes dos Santos**, no âmbito de sua competência, e em atendimento aos ditames regulatórios deste certame, especificamente no que tange ao cronograma dos trabalhos acerca desse Processo Seletivo Simplificado conforme preceitua o Edital de Abertura, e ainda...

Considerando a publicação do Edital Complementar nº 004 em data de 21 de agosto de 2019, que apresentou o Gabarito Oficial e autorizou a conferência das provas,

Resolve apresentar no Anexo I deste Edital Complementar, o Resultado e a Classificação Prévia dos(as) candidatos(as) concorrentes ao certame.

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. Este Edital Complementar apresenta o Resultado e a Classificação Prévia dos(as) candidatos(as) concorrentes ao certame.

1.2. O critério de desempate aplicado é o disposto no item 10 do Edital de Abertura, e as células estão assinaladas em coloração amarela para identificar o critério aplicado que prevaleceu o desempate sobre o(a) candidato(a) concorrente.

1.3. Não houve caso de desempate por candidato(a) mais velho(a).

1.4. Candidatos com anotações em vermelho estão preliminarmente desclassificados, por não ter conseguido o volume mínimo de acertos, pela ausência, ou por zeramento em alguma disciplina.

2. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS 2.1. O prazo para apresentação de recurso administrativo contra a ordem de classificação ou contra o volume de acertos e notas da prova objetiva é *até as 12:00hs do dia 23/08/2019*, exclusivamente através do requerimento junto a Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado na sede da Câmara Municipal de Vereadores de Nova Bandeirantes.

Nova Bandeirantes MT, 21 de agosto de 2019.

Maraisa Lopes Dos Santos

Presidente da Comissão Organizadora

ANEXO I – ROL DE CLASSIFICAÇÃO PRÉVIA

Agente de Serviços Gerais | Ensino Fundamental Completo												
Nº INSC	CANDIDATO	L. Port.		Mat.		C. Gerais		C. Espec.		Total Acertos	Nota Final	STATUS DO CANDIDATO
		AC	Nota	AC	Nota	AC	Nota	AC	Nota			
1621286	**Adriane Leandra Cellarius**	**4**	**16,00**	**4**	**16,00**	**4**	**24,00**	**5**	**30,00**	**17**	**86,00**	**1º Aprovado**
1613461	Jeisieli Alana Nochelli	5	20,00	3	12,00	5	30,00	4	24,00	17	86,00	1º Classificado
1628360	Samuel Goncalves Pereira	4	16,00	4	16,00	3	18,00	5	30,00	16	80,00	2º Classificado
1634758	Vanda Cristina Fernandes De Oliveira	4	16,00	2	8,00	4	24,00	5	30,00	15	78,00	3º Classificado
1616945	Marcia Sousa Silva Tiburcio	2	8,00	4	16,00	4	24,00	5	30,00	15	78,00	4º Classificado
1633970	Leila Ali Darwiche	2	8,00	4	16,00	5	30,00	4	24,00	15	78,00	5º Classificado
1622526	Crisellen Schmoller Buchmann	3	12,00	2	8,00	4	24,00	5	30,00	14	74,00	6º Classificado
1612479	Maria Clara De Oliveira	2	8,00	3	12,00	4	24,00	5	30,00	14	74,00	7º Classificado
1620329	Geisiana Voth De Araujo	4	16,00	3	12,00	2	12,00	5	30,00	14	70,00	8º Classificado
1629872	Geneci Vedigal	1	4,00	3	12,00	4	24,00	5	30,00	13	70,00	9º Classificado
1629552	Valquiria Da Silva Ribeiro	2	8,00	3	12,00	4	24,00	4	24,00	13	68,00	10º Classificado
1633193	Rosinei Dulino Dos Reis	3	12,00	3	12,00	2	12,00	5	30,00	13	66,00	11º Classificado
1621860	Wigna Polyana Dos Santos Silva	3	12,00	3	12,00	3	18,00	4	24,00	13	66,00	12º Classificado
1616602	Marcia Dos Santos Oliveira	1	4,00	2	8,00	4	24,00	5	30,00	12	66,00	13º Classificado
1619719	Deiviane De Araujo Neres	3	12,00	4	16,00	2	12,00	4	24,00	13	64,00	14º Classificado
1613148	Renato Moreira De Castro	2	8,00	2	8,00	3	18,00	5	30,00	12	64,00	15º Classificado
1615826	Rosa Feitosa Pimenta	1	4,00	2	8,00	3	18,00	5	30,00	11	60,00	16º Classificado
1616782	Marli De Campos Goncalves Polato	2	8,00	2	8,00	3	18,00	4	24,00	11	58,00	17º Classificado
1613561	Osmarina Ferreira Da Silva	1	4,00	1	4,00	3	18,00	5	30,00	10	56,00	18º Classificado
1624806	Aliasvandriellhy Rodrigues Rosa	1	4,00	3	12,00	2	12,00	4	24,00	10	52,00	19º Classificado
1614163	Fabiola Ferreira Neiverth	0	0,00	3	12,00	3	18,00	5	30,00	11	60,00	Desclassificado
1621601	Lourdes Fernandes Amaral	0	0,00	3	12,00	4	24,00	4	24,00	11	60,00	Desclassificado
1614666	Mariana Simao Da Silva	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
1617763	Salatie Alves Baco Caracanha	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
1622756	Claudineia Groff Pit	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
1628304	Ana Paula Leverentz Abreu	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
Legendas: AC - Acertos; L. Port. - Língua Portuguesa; Mat. – Matemática; C. Gerais - Conhecimentos Gerais; C. Espec. - Conhecimentos Específicos												

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS N°. 013/2019

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N°. 074/2019

MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS N°. 013/2019

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL.

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT, torna – se público aos interessados que o Tomada de Preços N°.013/2019, cujo Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA AMPLIAÇÃO DO COMPLEXO REGULADOR DE NOVA BRASILANDIA/MT, CONFORME TERMO DE COMPROMISSO 011/GEACRE/COREG/SES/2016, Projeto Básico, Memorial Descritivo, Orçamento Estimado em Planilha de Quantitativos e Custos Unitários e Minuta de Contrato em anexo, cuja abertura ocorreu no dia 20 de Agosto de 2019, as 08:00 sagrou – se vencedora a empresa; TITANIUM ENGENHARIA EIRELI, inscrita no CNPJ: Nº. 20.103.907/0001-93, com uma proposta no valor global de R$ 61.348,44 (Sessenta e Um Mil, Trezentos e Quarenta e Oito Reais e Quarenta e Quatro Centavos).

Nova Brasilândia – MT, 21 de agosto de 2019.

_____

ANA CRISTINA SOARES

Presidente da Comissão (CPL)

Portaria nº. 013/2019

EXTRATO DO CONTRATO N°. 083/2019

EXTRATO DO CONTRATO N°. 083/2019

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT

CONTRATADA: ROBSON GOMES DE MATOS - ME

CNPJ: 26.721.888/0001-45

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA O FORNECIMENTO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE NOVA BRASILÂNDIA/MT E PARA A MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA/MT, conforme condições e especificações do Processo n. º 061/2018, na modalidade de Licitação Pregão Presencial/Registro de Preços nº. 017/2018.

VALOR: **R$ 16.662,90 (dezesseis mil seiscentos e sessenta e dois reais e noventa centavos).**

ASSINATURA: **06 de Agosto de 2019.**

VIGENCIA: **06 de Agosto de 2019 a 06 de Outubro de 2019.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93.**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

EXTRATO DO CONTRATO N°. 080/2019

EXTRATO DO CONTRATO N°. 080/2019

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT

CONTRATADA: J.E. DE SIQUEIRA JUNIOR & CIA LTDA - ME

CNPJ: 10.416.308/0001-76

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA O FORNECIMENTO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE NOVA BRASILÂNDIA/MT E PARA A MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA/MT, conforme condições e especificações do Processo n. º 061/2018, na modalidade de Licitação Pregão Presencial/Registro de Preços nº. 017/2018.

VALOR: **R$ 63.499,56 (sessenta e três mil quatrocentos e noventa e nove reais e cinquenta e seis centavos.)**

ASSINATURA: **06 de Agosto de 2019.**

VIGENCIA: **06 de Agosto de 2019 a 06 de Outubro de 2019.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93.**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

EXTRATO DO CONTRATO N°. 081/2019

EXTRATO DO CONTRATO N°. 081/2019

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT

CONTRATADA: LEANDRO B BRAGA COMERCIO DE SECOS E MOLHADOS EIRELI ME

CNPJ: 30.199.162/0001-61

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA O FORNECIMENTO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE NOVA BRASILÂNDIA/MT E PARA A MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA/MT, conforme condições e especificações do Processo n. º 061/2018, na modalidade de Licitação Pregão Presencial/Registro de Preços nº. 017/2018.

VALOR:**R$ 19.767,60** (dezenove mil setecentos e sessenta e sete reais e sessenta centavos)

ASSINATURA: **06 de Agosto de 2019.**

VIGENCIA: **06 de Agosto de 2019 a 06 de Outubro de 2019.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93.**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 356/2019, DE 12 DE AGOSTO DE 2019.

"*DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PREMIO A SERVIDORA EFETIVA TEREZINHA DE CARVALHO OLIVEIRA".*

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA,**,** no uso das atribuições que lhe são concedidas por Lei e considerando o Artigo 101-A, da Lei nº 366/2008 de 03 de julho de 2008.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder a Servidora Efetiva **Srª TEREZINHA DE CARVALHO OLIVEIRA – Técnica em Enfermagem,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, 90 (Noventa) dias de **LICENÇA PRÊMIO**, referente ao período aquisitivo de 06/07/2007 a 06/07/2012, a partir de 05 de agosto de 2019, devendo retornar as suas atividades normais em 03 de novembro de 2019.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir desta data 05 de agosto de 2019.

Art. 3º - *Revogam-se as disposições em contrário.*

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 12 de agosto de 2019.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JOCIVANI CRISTINA PINHEIRO DE SÁ

Secretária Municipal de Administração

Portaria n° 002/2018

EXTRATO DO CONTRATO N°. 082/2019

EXTRATO DO CONTRATO N°. 082/2019

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT

CONTRATADA: NÚBIA CAMPOS MASCARENHAS - ME

CNPJ: 11.819.880/0001-49

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA O FORNECIMENTO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE NOVA BRASILÂNDIA/MT E PARA A MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA/MT, conforme condições e especificações do Processo n. º 061/2018, na modalidade de Licitação Pregão Presencial/Registro de Preços nº. 017/2018.

VALOR: **R$ 45.972,60 (quarenta e cinco mil novecentos e setenta e dois reais e sessenta centavos).**

ASSINATURA: **06 de Agosto de 2019.**

VIGENCIA: **06 de Agosto de 2019 a 06 de Outubro de 2019.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93.**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
RREO 1º BIMESTRE DE 2019

Município de NOVA LACERDA - MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2019/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	**28.688.199,00**	**28.688.199,00**	**4.113.833,67**	**14,34**	**4.113.833,67**	**14,34**	**24.574.365,33**
RECEITAS CORRENTES	**25.748.199,00**	**25.748.199,00**	**4.113.833,67**	**15,98**	**4.113.833,67**	**15,98**	**21.634.365,33**
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	2.153.850,00	2.153.850,00	137.954,23	6,41	137.954,23	6,41	2.015.895,77
IMPOSTOS	2.043.850,00	2.043.850,00	121.847,98	5,96	121.847,98	5,96	1.922.002,02
TAXAS	110.000,00	110.000,00	16.106,25	14,64	16.106,25	14,64	93.893,75
CONTRIBUIÇÕES	100.000,00	100.000,00	31.143,81	31,14	31.143,81	31,14	68.856,19
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚE	100.000,00	100.000,00	31.143,81	31,14	31.143,81	31,14	68.856,19
RECEITA PATRIMONIAL	196.500,00	196.500,00	11.146,73	5,67	11.146,73	5,67	185.353,27
VALORES MOBILIÁRIOS	196.500,00	196.500,00	11.146,73	5,67	11.146,73	5,67	185.353,27
RECEITA DE SERVIÇOS	155.000,00	155.000,00	27.330,66	17,63	27.330,66	17,63	127.669,34
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	5.000,00	5.000,00	465,00	9,30	465,00	9,30	4.535,00
OUTROS SERVIÇOS	150.000,00	150.000,00	26.865,66	17,91	26.865,66	17,91	123.134,34
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	23.130.849,00	23.130.849,00	3.906.258,24	16,89	3.906.258,24	16,89	19.224.590,76
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	9.455.361,00	9.455.361,00	1.500.819,34	15,87	1.500.819,34	15,87	7.954.541,66
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SU	8.375.488,00	8.375.488,00	1.432.052,38	17,10	1.432.052,38	17,10	6.943.435,62
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	5.300.000,00	5.300.000,00	973.386,52	18,37	973.386,52	18,37	4.326.613,48
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	**2.940.000,00**	**2.940.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**2.940.000,00**
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.940.000,00	2.940.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.940.000,00
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	2.570.000,00	2.570.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.570.000,00
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SU	370.000,00	370.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	370.000,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	**28.688.199,00**	**28.688.199,00**	**4.113.833,67**	**14,34**	**4.113.833,67**	**14,34**	**24.574.365,33**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de NOVA LACERDA - MT

Continuação 2/3

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2019/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	**28.688.199,00**	**28.688.199,00**	**4.113.833,67**	**14,34**	**4.113.833,67**	**14,34**	**24.574.365,33**
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	212.486,66	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	28.688.199,00	28.688.199,00	4.113.833,67	14,34	4.326.320,33	15,08	24.361.878,67
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	—	—	—	—	—
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	**26.513.143,00**	**26.513.143,00**	**4.457.229,43**	**4.457.229,43**	**22.055.913,57**	**4.247.700,05**	**4.247.700,05**	**22.265.442,95**	**3.164.190,08**
DESPESAS CORRENTES	**21.072.643,00**	**21.119.143,00**	**3.674.353,40**	**3.674.353,40**	**17.444.789,60**	**3.476.501,67**	**3.476.501,67**	**17.642.641,33**	**2.818.992,58**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.489.254,00	11.518.754,00	1.619.169,58	1.619.169,58	9.899.584,42	1.619.169,58	1.619.169,58	9.899.584,42	1.619.169,58
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.578.389,00	9.595.389,00	2.055.183,82	2.055.183,82	7.540.205,18	1.857.332,09	1.857.332,09	7.738.056,91	1.199.823,00
DESPESAS DE CAPITAL	**5.220.500,00**	**5.174.000,00**	**782.876,03**	**782.876,03**	**4.391.123,97**	**771.198,38**	**771.198,38**	**4.402.801,62**	**345.197,50**
INVESTIMENTOS	5.216.500,00	5.170.000,00	782.876,03	782.876,03	4.387.123,97	771.198,38	771.198,38	4.398.801,62	345.197,50
AMORTIZACAO DE DIVIDA	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**220.000,00**	**220.000,00**	**0,00**	**0,00**	**220.000,00**	**0,00**	**0,00**	**220.000,00**	**0,00**
RESERVA DE CONTINGENCIA	220.000,00	220.000,00	0,00	0,00	220.000,00	0,00	0,00	220.000,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	**925.056,00**	**925.056,00**	**78.620,28**	**78.620,28**	**846.435,72**	**78.620,28**	**78.620,28**	**846.435,72**	**78.620,28**
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	**27.438.199,00**	**27.438.199,00**	**4.535.849,71**	**4.535.849,71**	**22.902.349,29**	**4.326.320,33**	**4.326.320,33**	**23.111.878,67**	**3.242.810,36**
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de NOVA LACERDA - MT

Continuação 3/3

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2019/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	**27.438.199,00**	**27.438.199,00**	**4.535.849,71**	**4.535.849,71**	**22.902.349,29**	**4.326.320,33**	**4.326.320,33**	**23.111.878,67**	**3.242.810,36**
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	—	—	871.023,31
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	27.438.199,00	27.438.199,00	4.535.849,71	4.535.849,71	—	4.326.320,33	4.326.320,33	—	4.113.833,67
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)
Despesas Intra-Orçamentárias	**925.056,00**	**925.056,00**	**78.620,28**	**78.620,28**	**846.435,72**	**78.620,28**	**78.620,28**	**846.435,72**	**78.620,28**
DESPESAS CORRENTES	925.056,00	925.056,00	78.620,28	78.620,28	846.435,72	78.620,28	78.620,28	846.435,72	78.620,28
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	925.056,00	925.056,00	78.620,28	78.620,28	846.435,72	78.620,28	78.620,28	846.435,72	78.620,28
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R$ 1.559,05

Município de NOVA LACERDA - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2019/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	26.513.143,00	26.513.143,00	4.457.229,43	4.457.229,43	98,27	22.055.913,57	4.247.700,05	4.247.700,05	98,18	22.265.442,95
Administração	3.482.050,00	3.485.750,00	650.882,14	650.882,14	14,35	2.834.867,86	582.159,13	582.159,13	13,46	2.903.590,87
Administração Geral	2.691.050,00	2.696.050,00	545.953,34	545.953,34	12,04	2.150.096,66	479.318,59	479.318,59	11,08	2.216.731,41
Controle Interno	61.000,00	61.000,00	8.638,31	8.638,31	0,19	52.361,69	8.638,31	8.638,31	0,20	52.361,69
Formação de Recursos Humanos	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Administração de Receitas	725.000,00	723.700,00	96.290,49	96.290,49	2,12	627.409,51	94.202,23	94.202,23	2,18	629.497,77
Assistência Social	1.303.000,00	1.313.000,00	146.736,32	146.736,32	3,24	1.166.263,68	142.102,98	142.102,98	3,28	1.170.897,02
Administração Geral	101.000,00	101.000,00	17.856,31	17.856,31	0,39	83.143,69	17.856,31	17.856,31	0,41	83.143,69
Assistência à Criança e ao Adolescente	669.000,00	669.000,00	38.429,99	38.429,99	0,85	630.570,01	33.796,65	33.796,65	0,78	635.203,35
Assistência Comunitária	533.000,00	543.000,00	90.450,02	90.450,02	1,99	452.549,98	90.450,02	90.450,02	2,09	452.549,98
Saúde	5.165.593,00	5.165.593,00	1.068.675,52	1.068.675,52	23,56	4.096.917,48	1.041.730,80	1.041.730,80	24,08	4.123.862,20
Administração Geral	561.800,00	559.800,00	64.307,38	64.307,38	1,42	495.492,62	63.415,56	63.415,56	1,47	496.384,44
Atenção Básica	2.552.124,00	2.566.624,00	529.514,53	529.514,53	11,67	2.037.109,47	517.313,06	517.313,06	11,96	2.049.310,94
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.565.078,00	1.561.578,00	389.500,43	389.500,43	8,59	1.172.077,57	383.788,51	383.788,51	8,87	1.177.789,49
Suporte Profilático e Terapêutico	295.391,00	296.391,00	59.920,95	59.920,95	1,32	236.470,05	51.781,44	51.781,44	1,20	244.609,56
Vigilância Sanitária	70.600,00	60.600,00	8.653,06	8.653,06	0,19	51.946,94	8.653,06	8.653,06	0,20	51.946,94
Vigilância Epidemiológica	120.600,00	120.600,00	16.779,17	16.779,17	0,37	103.820,83	16.779,17	16.779,17	0,39	103.820,83
Educação	8.325.400,00	8.398.400,00	937.189,09	937.189,09	20,66	7.461.210,91	901.992,39	901.992,39	20,85	7.496.407,61
Administração Geral	62.000,00	62.000,00	0,00	0,00	0,00	62.000,00	0,00	0,00	0,00	62.000,00
Formação de Recursos Humanos	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Alimentação e Nutrição	325.000,00	325.000,00	21.966,84	21.966,84	0,48	303.033,16	16.754,64	16.754,64	0,39	308.245,36
Ensino Fundamental	6.782.900,00	6.855.900,00	829.302,42	829.302,42	18,28	6.026.597,58	799.317,92	799.317,92	18,48	6.056.582,08
Ensino Profissional	40.000,00	40.000,00	3.990,00	3.990,00	0,09	36.010,00	3.990,00	3.990,00	0,09	36.010,00
Ensino Superior	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00
Educação Infantil	1.056.500,00	1.056.500,00	81.929,83	81.929,83	1,81	974.570,17	81.929,83	81.929,83	1,89	974.570,17
Educação de Jovens e Adultos	47.000,00	47.000,00	0,00	0,00	0,00	47.000,00	0,00	0,00	0,00	47.000,00
Cultura	441.000,00	441.000,00	60.863,63	60.863,63	1,34	380.136,37	60.863,63	60.863,63	1,41	380.136,37
Difusão Cultural	441.000,00	441.000,00	60.863,63	60.863,63	1,34	380.136,37	60.863,63	60.863,63	1,41	380.136,37
Urbanismo	3.326.000,00	3.231.000,00	393.481,66	393.481,66	8,67	2.837.518,34	391.408,64	391.408,64	9,05	2.839.591,36
Infra-Estrutura Urbana	2.976.000,00	2.933.000,00	393.481,66	393.481,66	8,67	2.539.518,34	391.408,64	391.408,64	9,05	2.541.591,36
Preservação e Conservação Ambiental	350.000,00	298.000,00	0,00	0,00	0,00	298.000,00	0,00	0,00	0,00	298.000,00
Habitação	400.000,00	66.300,00	0,00	0,00	0,00	66.300,00	0,00	0,00	0,00	66.300,00
Habitação Urbana	400.000,00	66.300,00	0,00	0,00	0,00	66.300,00	0,00	0,00	0,00	66.300,00

Continua 1/3

Município de NOVA LACERDA - MT

Continuação 2/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2019/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	(c) = (a-b)	No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	(e) = (a-d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	26.513.143,00	26.513.143,00	4.457.229,43	4.457.229,43	98,27	22.055.913,57	4.247.700,05	4.247.700,05	98,18	22.265.442,95
Saneamento	562.000,00	462.000,00	73.213,51	73.213,51	1,61	388.786,49	73.053,17	73.053,17	1,69	388.946,83
Saneamento Básico Urbano	562.000,00	462.000,00	73.213,51	73.213,51	1,61	388.786,49	73.053,17	73.053,17	1,69	388.946,83
Gestão Ambiental	145.000,00	145.000,00	7.406,28	7.406,28	0,16	137.593,72	7.406,28	7.406,28	0,17	137.593,72
Administração Geral	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Preservação e Conservação Ambiental	140.000,00	140.000,00	7.406,28	7.406,28	0,16	132.593,72	7.406,28	7.406,28	0,17	132.593,72
Agricultura	636.000,00	881.000,00	358.118,41	358.118,41	7,90	522.881,59	357.488,08	357.488,08	8,26	523.511,92
Abastecimento	345.000,00	349.000,00	44.302,58	44.302,58	0,98	304.697,42	43.672,35	43.672,35	1,01	305.327,65
Extensão Rural	246.000,00	232.000,00	18.815,83	18.815,83	0,41	213.184,17	18.815,73	18.815,73	0,43	213.184,27
Promoção da Produção Agropecuária	45.000,00	300.000,00	295.000,00	295.000,00	6,50	5.000,00	295.000,00	295.000,00	6,82	5.000,00
Comércio e Serviços	175.000,00	175.000,00	0,00	0,00	0,00	175.000,00	0,00	0,00	0,00	175.000,00
Turismo	175.000,00	175.000,00	0,00	0,00	0,00	175.000,00	0,00	0,00	0,00	175.000,00
Comunicações	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Comunicação Social	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Transporte	1.481.600,00	1.678.600,00	723.095,77	723.095,77	15,94	955.504,23	655.009,75	655.009,75	15,14	1.023.590,25
Abastecimento	345.000,00	542.000,00	316.823,38	316.823,38	6,98	225.176,62	316.823,38	316.823,38	7,32	225.176,62
Transporte Rodoviário	1.136.600,00	1.136.600,00	406.272,39	406.272,39	8,96	730.327,61	338.186,37	338.186,37	7,82	798.413,63
Desporto e Lazer	839.500,00	839.500,00	37.567,10	37.567,10	0,83	801.932,90	34.485,20	34.485,20	0,80	805.014,80
Desporto de Rendimento	11.000,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00
Desporto Comunitário	763.500,00	763.500,00	37.567,10	37.567,10	0,83	725.932,90	34.485,20	34.485,20	0,80	729.014,80
Lazer	65.000,00	65.000,00	0,00	0,00	0,00	65.000,00	0,00	0,00	0,00	65.000,00
Encargos Especiais	9.000,00	9.000,00	0,00	0,00	0,00	9.000,00	0,00	0,00	0,00	9.000,00
Serviço da Dívida Interna	9.000,00	9.000,00	0,00	0,00	0,00	9.000,00	0,00	0,00	0,00	9.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	220.000,00	220.000,00	0,00	0,00	0,00	220.000,00	0,00	0,00	0,00	220.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	925.056,00	925.056,00	78.620,28	78.620,28	1,73	846.435,72	78.620,28	78.620,28	1,82	846.435,72
Administração	73.000,00	73.000,00	6.107,83	6.107,83	0,13	66.892,17	6.107,83	6.107,83	0,14	66.892,17
Administração Geral	41.000,00	41.000,00	3.457,64	3.457,64	0,08	37.542,36	3.457,64	3.457,64	0,08	37.542,36
Controle Interno	7.000,00	7.000,00	496,57	496,57	0,01	6.503,43	496,57	496,57	0,01	6.503,43
Administração de Receitas	25.000,00	25.000,00	2.153,62	2.153,62	0,05	22.846,38	2.153,62	2.153,62	0,05	22.846,38
Assistência Social	20.500,00	20.500,00	2.008,60	2.008,60	0,04	18.491,40	2.008,60	2.008,60	0,05	18.491,40
Administração Geral	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	1.500,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00
Assistência Comunitária	17.000,00	17.000,00	2.008,60	2.008,60	0,04	14.991,40	2.008,60	2.008,60	0,05	14.991,40

Continua 2/3

Município de NOVA LACERDA - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2019/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	925.056,00	925.056,00	78.620,28	78.620,28	1,73	846.435,72	78.620,28	78.620,28	1,82	846.435,72
Saúde	348.056,00	348.056,00	23.418,13	23.418,13	0,52	324.637,87	23.418,13	23.418,13	0,54	324.637,87
Administração Geral	40.000,00	40.000,00	1.587,89	1.587,89	0,04	38.412,11	1.587,89	1.587,89	0,04	38.412,11
Atenção Básica	208.824,00	208.824,00	15.348,19	15.348,19	0,34	193.475,81	15.348,19	15.348,19	0,35	193.475,81
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	73.000,00	73.000,00	4.646,88	4.646,88	0,10	68.353,12	4.646,88	4.646,88	0,11	68.353,12
Suporte Profilático e Terapêutico	11.500,00	11.500,00	901,60	901,60	0,02	10.598,40	901,60	901,60	0,02	10.598,40
Vigilância Sanitária	3.050,00	3.050,00	141,86	141,86	0,00	2.908,14	141,86	141,86	0,00	2.908,14
Vigilância Epidemiológica	11.682,00	11.682,00	791,71	791,71	0,02	10.890,29	791,71	791,71	0,02	10.890,29
Educação	369.500,00	369.500,00	38.126,14	38.126,14	0,84	331.373,86	38.126,14	38.126,14	0,88	331.373,86
Ensino Fundamental	313.000,00	313.000,00	33.998,80	33.998,80	0,75	279.001,20	33.998,80	33.998,80	0,79	279.001,20
Educação Infantil	52.500,00	52.500,00	4.127,34	4.127,34	0,09	48.372,66	4.127,34	4.127,34	0,10	48.372,66
Educação de Jovens e Adultos	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00
Urbanismo	95.000,00	95.000,00	6.977,27	6.977,27	0,15	88.022,73	6.977,27	6.977,27	0,16	88.022,73
Infra-Estrutura Urbana	95.000,00	95.000,00	6.977,27	6.977,27	0,15	88.022,73	6.977,27	6.977,27	0,16	88.022,73
Saneamento	12.000,00	12.000,00	1.125,18	1.125,18	0,02	10.874,82	1.125,18	1.125,18	0,03	10.874,82
Saneamento Básico Urbano	12.000,00	12.000,00	1.125,18	1.125,18	0,02	10.874,82	1.125,18	1.125,18	0,03	10.874,82
Agricultura	5.000,00	5.000,00	857,13	857,13	0,02	4.142,87	857,13	857,13	0,02	4.142,87
Abastecimento	5.000,00	5.000,00	857,13	857,13	0,02	4.142,87	857,13	857,13	0,02	4.142,87
Desporto e Lazer	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Desporto Comunitário	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	27.438.199,00	27.438.199,00	4.535.849,71	4.535.849,71	100,00	22.902.349,29	4.326.320,33	4.326.320,33	100,00	23.111.878,67

FONTE:

[1] Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

PROCURADORIA JURÍDICA
PORTARIA N.º 34/2019

"Dispõe sobre averbação de Tempo de Contribuição, não concomitante, em favor da **Sra. Zabelina de Assunção Ramos**, servidora efetiva deste município."

O Prefeito do Município de Nova Lacerda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Averbar o tempo de contribuição não concomitante trabalhado pela servidora Sra. Zabelina de Assunção Ramos, portadora do RG n. 0359037-2 SSP/MT, inscrita no CPF nº 396.545.401-34, matriculada sob nº 40, equivalente a 823 (oitocentos e vinte e três) dias líquidos, equivalentes a 02 (dois) anos, 03 (três) meses e 03 (três) dias de tempo de contribuição, conforme Certidão Original de Tempo de Contribuição nº 000004/2019 expedida pelo Fundo Municipal de Previdência Social – PREVILA.

Art.2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpre-se.

Nova Lacerda/MT, 20 de agosto de 2019.

SEBASTIÃO BENTO DA SILVA

Secretário Municipal de Administração

Homologo:

UILSON JOSE DA SILVA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 847 /2019

LEI MUNICIPAL Nº 847 /2019

Data: 21 de Agosto de 2019

EMENTA: DISPÕE SOBRE O SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA CONSOLIDA LEGISLAÇÕES CORRELATAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA, Prefeito do Município de Nova Marilândia – MT, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais, consoante às normas gerais de direito público, a Constituição Federal, a Lei Orgânica Municipal, faz saber que Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei;

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º - Esta lei regula no município de Nova Marilândia – MT o Sistema Municipal de Cultura – SMC, que tem por finalidade promover o desenvolvimento humano, social e econômico, com pleno exercício dos direitos culturais.

Parágrafo único. O Sistema Municipal de Cultura – SMC integra o Sistema Nacional de Cultura – SNC e se constitui no principal articulador, no âmbito municipal, das políticas públicas de cultura, estabelecendo mecanismos de gestão compartilhada com os demais entes federados e a sociedade civil.

TÍTULO I

DA POLÍTICA MUNICIPAL DE CULTURA

Art. 2º - A política municipal de cultura estabelece o papel do Poder Público Municipal na gestão da cultura, explicita os direitos culturais que devem ser assegurados a todos os munícipes e define pressupostos que fundamentam as políticas, programas, projetos e ações formuladas e executadas pela Prefeitura Municipal de Nova Marilândia com a participação da sociedade, no campo da cultura.

CAPÍTULO I

DO PAPEL DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL NA GESTÃO DA CULTURA

Art. 3º - A cultura é um direito fundamental do ser humano, devendo o Poder Público Municipal prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício, no âmbito do Município de Nova Marilândia.

Art. 4º - A cultura é um importante vetor de desenvolvimento humano, social e econômico, devendo ser tratada como uma área estratégica para o desenvolvimento sustentável e para a promoção da paz no Município de Nova Marilândia.

Art. 5º - É responsabilidade do Poder Público Municipal, com a participação da sociedade, planejar e fomentar políticas públicas de cultura, assegurar a preservação e promover a valorização do patrimônio cultural material e imaterial do Município e estabelecer condições para o desenvolvi - mento da economia da cultura, considerando em primeiro plano o interesse público e o respeito à diversidade cultural.

Art. 6º - Cabe ao Poder Público do Município de planejar e programar políticas públicas para:

I - assegurar os meios para o desenvolvimento da cultura como direito de todos os cidadãos, com plena liberdade de expressão e criação;

II - universalizar o acesso aos bens e serviços culturais;

III - contribuir para a construção da cidadania cultural;

IV - reconhecer, proteger, valorizar e promover a diversidade das expressões culturais presentes no município;

V - combater a discriminação e o preconceito de qualquer espécie e natureza;

VI - promover a equidade social e territorial do desenvolvimento cultural;

VII - qualificar e garantir a transparência da gestão cultural;

VIII - democratizar os processos decisórios, assegurando a participação e o controle social;

IX - estruturar e regulamentar a economia da cultura, no âmbito local;

X - consolidar a cultura como importante vetor do desenvolvimento sustentável;

XI - intensificar as trocas, os intercâmbios e os diálogos interculturais;

XII - contribuir para a promoção da cultura da paz.

Art. 7º - A atuação do Poder Público Municipal no campo da cultura não se contrapõe ao setor privado, com o qual deve, sempre que possível, desenvolver parcerias e buscar a complementaridade das ações, evitando superposições e desperdícios.

Art. 8º - A política cultural deve ser transversal, estabelecendo uma relação estratégica com as demais políticas públicas, em especial com as políticas de educação, comunicação social, meio ambiente, turismo, ciência e tecnologia, esporte, lazer, saúde e segurança pública.

Art. 9º - Os planos e projetos de desenvolvimento na sua formulação e execução, devem sempre considerar os fatores culturais e na sua avaliação uma ampla gama de critérios, que vão da liberdade política, econômica e social às oportunidades individuais de saúde, educação, cultura, produção, criatividade, dignidade pessoal e respeito aos direitos humanos, conforme indicadores sociais.

CAPÍTULO II

DOS DIREITOS CULTURAIS

Art. 10 - Cabe ao Poder Público Municipal garantir a todos os munícipes o pleno exercício dos direitos culturais, entendidos como:

I - o direito à identidade e à diversidade cultural;

II - livre criação e expressão;

A - livre acesso;

B - livre difusão;

C - livre participação nas decisões de política cultural.

III - o direito autoral;

IV - o direito ao intercâmbio cultural nacional e internacional.

CAPÍTULO III

DA CONCEPÇÃO TRIDIMENSIONAL DA CULTURA

Art. 11 - O Poder Público Municipal compreende a concepção tridimensional da cultura – simbólica cidadã e econômica – como fundamento da política municipal de cultura.

SEÇÃO I

DA DIMENSÃO SIMBÓLICA DA CULTURA

Art. 12 - A dimensão simbólica da cultura compreende os bens de natureza material e imaterial que constituem o patrimônio cultural do Município de Nova Marilândia, abrangendo todos os modos de viver, fazer e criar dos diferentes grupos formadores da sociedade local, conforme o Art. 216 da Constituição Federal.

Art. 13 - Cabe ao Poder Público Municipal promover e proteger as infinitas possibilidades de criação simbólica expressas em modos de vida, crenças, valores, práticas, rituais e identidades.

Art. 14 - A política cultural deve contemplar as expressões que caracterizam a diversidade cultural do Município, abrangendo toda a produção nos campos das culturas populares, eruditas e da indústria cultural.

Art. 15 - Cabe ao Poder Público Municipal promover diálogos interculturais, nos planos local, regional, nacional e internacional, considerando as diferentes concepções de dignidade humana, presentes em todas as culturas, como instrumento de construção da paz, moldada em padrões de coesão, integração e harmonia entre os cidadãos, as comunidades, os grupos sociais, os povos e nações.

SEÇÃO II

DA DIMENSÃO CIDADÃ DA CULTURA

Art. 16 - Os direitos culturais fazem parte dos direitos humanos e devem se constituir numa plataforma de sustentação das políticas culturais.

Art. 17 - Cabe ao Poder Público Municipal assegurar o pleno exercício dos direitos culturais a todos os cidadãos, promovendo o acesso universal à cultura por meio do estímulo à criação artística, da democratização das condições de produção, da oferta de formação, da expansão dos meios de difusão, da ampliação das possibilidades de fruição e da livre circulação de valores culturais.

Art. 18 - O direito à identidade e à diversidade cultural deve ser assegurado pelo Poder Público Municipal por meio de políticas públicas de promoção e proteção do patrimônio cultural do município, de promoção e proteção das culturas indígenas, populares e afro-brasileiras e, ainda, de iniciativas voltadas para o reconhecimento e valorização da cultura de outros grupos sociais, étnicos e de gênero, conforme os Arts. 215 e 216 da Constituição Federal.

Art. 19 - O direito à participação na vida cultural deve ser assegurado pelo Poder Público Municipal com a garantia da plena liberdade para criar, fruir e difundir a cultura e da não ingerência estatal na vida criativa da sociedade.

Art. 20 - O direito à participação na vida cultural deve ser assegurado igualmente às pessoas com deficiência, que devem ter garantidas condições de acessibilidade e oportunidades de desenvolver e utilizar seu potencial criativo, artístico e intelectual.

Art. 21 - O estímulo à participação da sociedade nas decisões de política cultural deve ser efetivado por meio da criação e articulação de conselhos paritários, com os representantes da sociedade democraticamente eleitos pelos respectivos segmentos, bem como, da realização de conferências e da instalação de colegiados, comissões e fóruns.

SEÇÃO III

DA DIMENSÃO ECONÔMICA DA CULTURA

Art. 22 - Cabe ao Poder Público Municipal criar as condições para o desenvolvimento da cultura como espaço de inovação e expressão da criatividade local e fonte de oportunidades de geração de ocupações produtivas e de renda, fomentando a sustentabilidade e promovendo a desconcentração dos fluxos de formação, produção e difusão das distintas linguagens artísticas e múltiplas expressões culturais.

Art. 23 - O Poder Público Municipal deve fomentar a economia da cultura como:

I - sistema de produção, materializado em cadeias produtivas, num processo que envolva as fases de pesquisa, formação, produção, difusão, distribuição e consumo;

II - elemento estratégico da economia contemporânea, em que se configura como um dos segmentos mais dinâmicos e importante fator de desenvolvimento econômico e social; e

III - conjunto de valores e práticas que têm como referência a identidade e a diversidade cultural dos povos, possibilitando compatibilizar modernização e desenvolvimento humano.

Art. 24 - As políticas públicas no campo da economia da cultura devem entender os bens culturais como portadores de ideias, valores e sentidos que constituem a identidade e a diversidade cultural do município, não restritos ao seu valor mercantil.

Art. 25 - As políticas de fomento à cultura devem ser implementadas de acordo com as especificidades de cada cadeia produtiva.

Art. 26 - O objetivo das políticas públicas de fomento à cultura no Município deve estimular a criação e o desenvolvimento de bens, produtos e serviços e a geração de conhecimentos que sejam compartilhados por todos.

Art. 27 - O Poder Público Municipal deve apoiar os artistas e produtores culturais atuantes no município para que tenham assegurado o direito autoral de suas obras, considerando o direito de acesso à cultura por toda sociedade.

TÍTULO II

DO SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA

CAPÍTULO I

DAS DEFINIÇÕES E DOS PRINCÍPIOS

Art. 28 - O Sistema Municipal de Cultura – SMC se constitui num instrumento de articulação, gestão, fomento e promoção de políticas públicas, bem como de informação e formação na área cultural, tendo como essência a coordenação e cooperação intergovernamental com vistas ao fortalecimento institucional, à democratização dos processos decisórios e à obtenção de economicidade, eficiência, eficácia e efetividade na aplicação dos recursos públicos.

Art. 29 - O Sistema Municipal de Cultura – SMC fundamenta-se na política municipal de cultura expressa nesta lei e nas suas diretrizes, estabelecidas no Plano Municipal de Cultura, para instituir um processo de gestão com - partilhada com os demais entes federativos da República Brasileira – União, Estados, Municípios e Distrito Federal – com suas respectivas políticas e instituições culturais e a sociedade civil.

Art. 30 - Os princípios do Sistema Municipal de Cultura – SMC que devem orientar a conduta do Governo Municipal, dos demais entes federados e da sociedade civil nas suas relações como parceiros e responsáveis pelo seu funcionamento são:

I - diversidade das expressões culturais;

II - universalização do acesso aos bens e serviços culturais;

III - fomento à produção, difusão e circulação de conhecimento e bens culturais;

IV - cooperação entre os entes federados, os agentes públicos e privados atuantes na área cultural;

V - integração e interação na execução das políticas, programas, projetos e ações desenvolvidas;

VI - complementaridade nos papéis dos agentes culturais;

VII - transversalidade das políticas culturais;

VIII - autonomia dos entes federados e das instituições da sociedade civil;

IX - transparência e compartilhamento das informações;

X - democratização dos processos decisórios com participação e controle social;

XI - descentralização articulada e pactuada da gestão, dos recursos e das ações;

XII - ampliação progressiva dos recursos contidos nos orçamentos públicos para a cultura.

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS

Art. 31 - O Sistema Municipal de Cultura – SMC tem como objetivo formular e implantar políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas com a sociedade civil e com os demais entes da federação, promovendo o desenvolvimento – humano, social e econômico – com pleno exercício dos direitos culturais e acesso aos bens e serviços culturais, no âmbito do Município.

Art. 32 - São objetivos específicos do Sistema Municipal de Cultura – SMC:

I - estabelecer um processo democrático de participação na gestão das políticas e dos recursos públicos na área cultural;

II - assegurar uma partilha equilibrada dos recursos públicos da área da cultura entre os diversos segmentos artísticos e culturais, distritos, regiões e bairros do município;

III - articular e implementar políticas públicas que promovam a interação da cultura com as demais áreas, considerando seu papel estratégico no processo do desenvolvimento sustentável do Município;

IV - promover o intercâmbio com os demais entes federados e instituições municipais para a formação, capacitação e circulação de bens e serviços culturais, viabilizando a cooperação técnica e a otimização dos recursos financeiros e humanos disponíveis;

V - criar instrumentos de gestão para acompanhamento e avaliação das políticas públicas de cultura desenvolvidas no âmbito do Sistema Municipal de Cultura – SMC.

VI - estabelecer parcerias entre os setores público e privado nas áreas de gestão e de promoção da cultura.

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA

SEÇÃO I

DOS COMPONENTES

Art.33 - Integram o Sistema Municipal de Cultura – SMC:

I - coordenação:

a) Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo;

II - instâncias de articulação, pactuação e deliberação:

a) Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC;

b) Conferência Municipal de Cultura – CMC.

III - instrumentos de gestão:

a) Plano Municipal de Cultura – PMC;

b) Sistema Municipal de Financiamento à Cultura – SMFC;

c) Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – SMIIC;

d) Programa Municipal de Formação na Área da Cultura – PROMFAC.

IV - sistemas setoriais de cultura:

a) Sistema Municipal de Patrimônio Cultural – SMPC;

b) Sistema Municipal de Museus – SMM;

c) Sistema Municipal de Bibliotecas, Livro, Leitura e Literatura – SMBLLL;

d) outros que venham a ser constituídos, conforme regulamento.

Parágrafo único. O Sistema Municipal de Cultura – SMC estará articulado com os demais sistemas municipais ou políticas setoriais, em especial, da educação, da comunicação, da ciência e tecnologia, do planejamento urbano, do desenvolvimento econômico e social, da indústria e comércio, das relações internacionais, do meio ambiente, do turismo, do esporte, da saúde, dos direitos humanos e da segurança, conforme regulamentação.

SEÇÃO II

DA COORDENAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA – SMC

Art. 34 - A Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo é órgão superior, subordinado diretamente ao Prefeito, e se constitui no órgão gestor e coordenador do Sistema Municipal de Cultura – SMC.

Art. 35 - Integram a estrutura da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, as instituições vinculadas indicadas a seguir:

I – Departamento Municipal de Cultura;

II- Setor bibliotecário;

III - outras que venham a ser constituídos.

Art. 36 - São também atribuições da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo:

I - formular e implementar, com a participação da sociedade civil, o Plano Municipal de Cultura – PMC, executando as políticas e as ações culturais definidas;

II - implementar o Sistema Municipal de Cultura – SMC, integrado aos Sistemas Nacional e Estadual de Cultura, articulando os atores públicos e privados no âmbito do Município, estruturando e integrando a rede de equipamentos culturais, descentralizando e democratizando a sua estrutura e atuação;

III - promover o planejamento e fomento das atividades culturais com uma visão ampla e integrada no território do Município, considerando a cultura como uma área estratégica para o desenvolvimento local;

IV - valorizar todas as manifestações artísticas e culturais que expressam a diversidade étnica e social do Município;

V - preservar e valorizar o patrimônio cultural do Município;

VI - pesquisar, registrar, classificar, organizar e expor ao público a documentação e os acervos artísticos, culturais e históricos de interesse do Município;

VII - manter articulação com entes públicos e privados visando à cooperação em ações na área da cultura;

VIII - promover o intercâmbio cultural em nível regional, nacional e internacional;

IX - assegurar o funcionamento do Sistema Municipal de Financiamento à Cultura – SMFC e promover ações de fomento ao desenvolvimento da produção cultural no âmbito do Município;

X - descentralizar os equipamentos, as ações e os eventos culturais, democratizando o acesso aos bens culturais;

XI - estruturar e realizar cursos de formação e qualificação profissional nas áreas de criação, produção e gestão cultural;

XII - estruturar o calendário dos eventos culturais do Município;

XIII - elaborar estudos das cadeias produtivas da cultura para implementar políticas específicas de fomento e incentivo;

XIV - captar recursos para projetos e programas específicos junto a órgãos, entidades e programas internacionais, federais e estaduais.

XV - operacionalizar as atividades do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC e dos Fóruns de Cultura do Município;

XVI - realizar a Conferência Municipal de Cultura – CMC, colaborar na realização e participar das Conferências Estadual e Nacional de Cultura;

XVII - exercer outras atividades cor- relatas com as suas atribuições.

Art. 37 - À Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo como órgão coordenador do Sistema Municipal de Cultura – SMC, compete:

I - exercer a coordenação geral do Sistema Municipal de Cultura – SMC;

II - promover a integração do Município ao Sistema Nacional de Cultura – SNC e ao Sistema Estadual de Cultura – SEC, por meio da assinatura dos respectivos termos de adesão voluntária;

III - instituir as orientações e deliberações normativas e de gestão, aprovadas no plenário do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC e nas suas instâncias setoriais;

IV - implementar, no âmbito do governo municipal, as pactuações acordadas na Comissão Intergestores Tripartite – CIT e aprovadas pelo Conselho Nacional de Política Cultural – CNPC e na Comissão Intergestores Bipartite – CIB e aprovadas pelo Conselho Estadual de Política Cultural – CNPC;

V - emitir recomendações, resoluções e outros pronunciamentos sobre matérias relacionadas com o Sistema Municipal de Cultura – SMC, observadas as diretrizes aprovadas pelo Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC;

VI - colaborar para o desenvolvimento de indicadores e parâmetros quantitativos e qualitativos que contribuam para a descentralização dos bens e serviços culturais promovidos ou apoiados, direta ou indiretamente, com recursos do Sistema Nacional de Cultura – SNC e do Sistema Estadual de Cultura – SEC, atuando de forma colaborativa com os Sistemas Nacional e Estadual de Informações e Indicadores Culturais;

VII - colaborar, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura – SNC, para a compatibilização e interação de normas, procedimentos técnicos e sistemas de gestão;

VIII - subsidiar a formulação e a implementação das políticas e ações transversais da cultura nos programas, planos e ações estratégicos do Governo Municipal;

IX - auxiliar o Governo Municipal e subsidiar os demais entes federados no estabelecimento de instrumentos metodológicos e na classificação dos programas e ações culturais no âmbito dos respectivos planos de cultura;

X - colaborar, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura – SNC, com o Governo do Estado e com o Governo Federal na implementação de Programas de Formação na Área da Cultura, especialmente capacitando e qualificando recursos humanos responsáveis pela gestão das políticas públicas de cultura do Município; e

XI- coordenar e convocar a Conferência Municipal de Cultura – CMC.

SEÇÃO III

DAS INSTÂNCIAS DE ARTICULAÇÃO, PACTUAÇÃO E DELIBERAÇÃO

Art. 38 - Os órgãos previstos no inciso II do art. 33 desta Lei constituem as instâncias municipais de articulação, pactuação e deliberação do SNC, organizadas na forma descrita na presente Seção.

DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL – CMPC

Art. 39 - Fica criado o Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC, órgão colegiado deliberativo, consultivo e normativo, integrante da estrutura básica da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, com composição paritária entre Poder Público e Sociedade Civil, se constitui no principal espaço de participação social institucionalizada, de caráter permanente, na estrutura do Sistema Municipal de Cultura – SMC.

§ 1º. O Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC tem como principal atribuição atuar, com base nas diretrizes propostas pela Conferência Municipal de Cultura – CMC, elaborar, acompanhar a execução, fiscalizar e avaliar as políticas públicas de cultura, consolidadas no Plano Municipal de Cultura – PMC.

§ 2º. Os integrantes do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC que representam a sociedade civil são eleitos democraticamente, pelos respectivos segmentos e têm mandato de dois anos, renovável, uma vez, por igual período, conforme regulamento.

§ 3º. A representação da sociedade civil no Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC deve contemplar na sua composição os diversos segmentos artísticos e culturais, considerando as dimensões simbólica, cidadã e econômica da cultura, bem como o critério territorial.

§ 4º. A representação do Poder Público no Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC deve contemplar a representação do Município de Nova Marilândia, por meio da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo e suas Instituições Vinculadas, de outros Órgãos e Entidades do Governo Municipal e dos demais entes federados.

Art. 40 - O Conselho Municipal de Política Cultural será constituído por nove membros titulares e igual número de suplentes, de acordo com a estrutura representativa estabelecida na tabela a seguir:

I - Área Governamental, a ser composta por representantes indicados pelo Prefeito Municipal;

II - Produtores Culturais, área a ser composta por representantes indicados pelo Fórum Municipal de Produtores Culturais;

III - Sociedade Civil Organizada integrada por representantes indicados pelo Fórum Municipal de Cultura;

Parágrafo único - Cada área representada indicará 03 (três) representantes titulares e igual número de suplentes, os quais serão nomeados pelo Prefeito Municipal, e empossados pelo Presidente do Conselho, nos termos do Regimento Interno.

Art. 41 - A estrutura organizacional do Conselho compreenderá: Plenário, Mesa Diretora (Presidente e Vice-presidência) e Comissões Temáticas, conforme definida no seu Regimento Interno.

Art. 42 - O Secretário Municipal de Educação e Cultura será membro nato do Conselho.

Art. 43 - A Presidência do Conselho Municipal de Cultura será exercida pelo Secretário Municipal de Educação e Cultura, a quem cabe, como titular do órgão executar a Política Pública Municipal de Cultura;

I - Prover todos os meios materiais e serviços de apoio administrativo necessários ao funcionamento do Conselho, nos termos de seu Regimento Interno;

II - Cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho;

III - Administrar meios, fundos e recursos, visando à execução dos planos, programas e projetos aprovados pelo Conselho no uso de suas atribuições legais.

Art. 44 - O Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo poderá, a qualquer tempo e por razões justificadas, de interesse do Conselho e da Cultura, reassumir o cargo de Presidente do Conselho.

§ 1º Os membros titulares e suplentes representantes do Poder Público serão designados pelo respectivo órgão e os representantes da sociedade civil serão eleitos conforme Regimento Interno.

§ 2º O Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC deverá eleger, entre seus membros, o Presidente e o Secretário-Geral com os respectivos suplentes.

§ 3º O Presidente do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC é detentor do voto de Minerva.

Art. 45 - O Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC é constituído pelas seguintes instâncias:

I - Plenário;

II - Comitê de Integração de Políticas Públicas de Cultura – CIPOC;

III - Colegiados Setoriais;

IV - Comissões Temáticas;

V - Grupos de Trabalho;

VI - Fóruns Setoriais e Territoriais.

Art. 46 - Ao Plenário, instância máxima do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC, compete:

I - propor e aprovar as diretrizes gerais, acompanhar e fiscalizar a execução do Plano Municipal de Cultura – PMC;

II - estabelecer normas e diretrizes pertinentes às finalidades e aos objetivos do Sistema Municipal de Cultura – SMC;

III - colaborar na implementação das pactuações acordadas na Comissão Intergestores Tripartite – CIT e na Comissão Intergestores Bipartite – CIB, devidamente aprovadas, respectivamente, nos Conselhos Nacional e Estadual de Política Cultural;

IV - aprovar as diretrizes para as políticas setoriais de cultura, oriundas dos sistemas setoriais municipais de cultura e de suas instâncias colegiadas;

V - definir parâmetros gerais para aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Cultura – FMC no que concerne à distribuição territorial e ao peso relativo dos diversos segmentos culturais;

VI - estabelecer para a Comissão Municipal de Incentivo à Cultura – CMIC do Fundo Municipal de Cultura as diretrizes de uso dos recursos, com base nas políticas culturais definidas no Plano Municipal de Cultura – PMC;

VII - acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Cultura – FMC;

VIII - apoiar a descentralização de programas, projetos e ações e assegurar os meios necessários à sua execução e à participação social relacionada ao controle e fiscalização;

IX - contribuir para o aprimoramento dos critérios de partilha e de transferência de recursos, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura – SNC;

X - apreciar e aprovar as diretrizes orçamentárias da área da Cultura;

XI - apreciar e apresentar parecer sobre os Termos de Parceria a ser celebrados pelo Município com Organizações da Sociedade Civil de Interes-

se Público - OSCIPs, bem como acompanhar e fiscalizar a sua execução, conforme determina a Lei 9.790/99.

Parágrafo único. O Plenário poderá delegar essa competência a outra instância do CMPC.

XII - contribuir para a definição das diretrizes do Programa Municipal de Formação na Área da Cultura – PROMFAC, especialmente no que tange à formação de recursos humanos para a gestão das políticas culturais;

XIII - acompanhar a execução do Acordo de Cooperação Federativa assinado pelo Município de para sua integração ao Sistema Nacional de Cultura – SNC.

XIV - promover cooperação com os demais Conselhos Municipais de Política Cultural, bem como com os Conselhos Estaduais, do Distrito Federal e Nacional;

XV - promover cooperação com os movimentos sociais, organizações não governamentais e o setor empresarial;

XVI - incentivar a participação democrática na gestão das políticas e dos investimentos públicos na área cultural;

XVII - delegar às diferentes instâncias componentes do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC a deliberação e acompanhamento de matérias;

XVIII - aprovar o regimento interno da Conferência Municipal de Cultura – CMC.

XIX - estabelecer o regimento interno do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC.

Art. 47 - Compete ao Conselho de Integração de Políticas Públicas de Cultura – CIPOC promover a articulação das políticas de cultura do Poder Público, no âmbito municipal, para o desenvolvimento de forma integrada de programas, projetos e ações.

Art. 48 - Compete aos Colegiados Setoriais fornecer subsídios ao Plenário do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC para a definição de políticas, diretrizes e estratégias dos respectivos segmentos culturais.

Art. 49 - Compete às Comissões Temáticas, de caráter permanente, e aos Grupos de Trabalho, de caráter temporário, fornecer subsídios para a tomada de decisão sobre temas específicos, transversais ou emergenciais relacionados à área cultural.

Art. 50 - Compete aos Fóruns Setoriais e Territoriais, de caráter permanente, a formulação e o acompanhamento de políticas culturais específicas para os respectivos segmentos culturais e territórios.

Art. 51 - O Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC deve se articular com as demais instâncias colegiadas do Sistema Municipal de Cultura – SMC – territoriais e setoriais – para assegurar a integração, funcionalidade e racionalidade do sistema e a coerência das políticas públicas de cultura implementadas no âmbito do Sistema Municipal de Cultura – SMC.

DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA – CMC

Art. 52 - A Conferência Municipal de Cultura – CMC constitui-se numa instância de participação social, em que ocorre articulação entre o Governo Municipal e a sociedade civil, por meio de organizações culturais e segmentos sociais, para analisar a conjuntura da área cultural no município e propor diretrizes para a formulação de políticas públicas de Cultura, que comporão o Plano Municipal de Cultura – PMC.

§ 1º. É de responsabilidade da Conferência Municipal de Cultura – CMC analisar, aprovar moções, proposições e avaliar a execução das metas concernentes ao Plano Municipal de Cultura – PMC e às respectivas revisões ou adequações.

§ 2º. Será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo convocar e coordenar a Conferência Municipal de Cultura – CMC, que se reunirá ordinariamente a cada dois anos ou extraordinariamente, a qualquer tempo, a critério do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC. A data de realização da Conferência Municipal de Cultura – CMC deverá estar de acordo com o calendário de convocação das Conferências Estadual e Nacional de Cultura.

§ 3º. A Conferência Municipal de Cultura – CMC será precedida de Conferências Setoriais e Territoriais.

§ 4º. A representação da sociedade civil na Conferência Municipal de Cultura – CMC será, no mínimo, de dois terços dos delegados, sendo os mesmos eleitos em Conferências Setoriais e Territoriais.

SEÇÃO IV

DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO

Art. 53 - Constituem-se em instrumentos de gestão do Sistema Municipal de Cultura – SMC:

I - Plano Municipal de Cultura – PMC;

II - Sistema Municipal de Financiamento à Cultura – SMFC;

III - Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – SMIIC;

IV - Programa Municipal de Formação na Área da Cultura – PROMFAC.

Parágrafo único. Os instrumentos de gestão do Sistema Municipal de Cultura – SMC se caracterizam como ferramentas de planejamento, inclusive técnico e financeiro, e de qualificação dos recursos humanos.

DO PLANO MUNICIPAL DE CULTURA – PMC

Art. 54 - O Plano Municipal de Cultura – PMC, instituído por lei própria, tem duração decenal e é um instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da Política Municipal de Cultura na perspectiva do Sistema Municipal de Cultura – SMC.

Art. 55 - A elaboração do Plano Municipal de Cultura – PMC e dos Planos Setoriais de âmbito municipal é de responsabilidade da **Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo** e Instituições Vinculadas, que, a partir das diretrizes propostas pela Conferência Municipal de Cultura – CMC, desenvolve Projeto de Lei a ser submetido ao Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC e, posteriormente, encaminhado à Câmara de Vereadores.

Parágrafo único. Os Planos devem conter:

I - diagnóstico do desenvolvimento da cultura;

II - diretrizes e prioridades;

III - objetivos gerais e específicos;

IV - estratégias, metas e ações;

V - prazos de execução;

VI - resultados e impactos esperados;

VII - recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis e necessários;

VIII - mecanismos e fontes de financiamento; e

IX - indicadores de monitoramento e avaliação.

DO SISTEMA MUNICIPAL DE FINANCIAMENTO À CULTURA – SMFC

Art. 56 - O Sistema Municipal de Financiamento à Cultura – SMFC é constituído pelo conjunto de mecanismos de financiamento público da cultura, no âmbito do Município de que devem ser diversificados e articulados.

Parágrafo único. São mecanismos de financiamento público da cultura, no âmbito do Município de Nova Marilândia:

I - Orçamento Público do Município, estabelecido na Lei Orçamentária Anual (LOA);

II - Fundo Municipal de Cultura, definido nesta lei;

III - Incentivo Fiscal, por meio de renúncia fiscal do IPTU e do ISS, conforme lei específica; e

IV - outros que venham a ser criados Do Fundo Municipal de Cultura – FMC

Art. 57 - Fica criado o Fundo Municipal de Cultura – FNC, vinculado à **Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo** como fundo de natureza contábil e financeira, com prazo indeterminado de duração, de acordo com as regras definidas nesta Lei.

Art. 58 - O Fundo Municipal de Cultura – FMC se constitui no principal mecanismo de financiamento das políticas públicas de cultura no município, com recursos destinados a programas, projetos e ações culturais implementados de forma descentralizada, em regime de colaboração e cofinanciamento com a União e com o Governo do Estado de Mato Grosso.

Parágrafo único. É vedada a utilização de recursos do Fundo Municipal de Cultura – FMC com despesas de manutenção administrativa dos Governos Municipal, Estadual e Federal, bem como de suas entidades vinculadas.

Art. 59 - São receitas do Fundo Municipal de Cultura – FMC:

I - dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual (LOA) do Município de XXX e seus créditos adicionais;

II - transferências federais e/ou estaduais à conta do Fundo Municipal de Cultura – FMC;

III - contribuições de mantenedores;

IV - produto do desenvolvimento de suas finalidades institucionais, tais como: arrecadação dos preços públicos cobrados pela cessão de bens municipais sujeitos à administração da **Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo**; resultado da venda de ingressos de espetáculos ou de outros eventos artísticos e promoções, produtos e serviços de caráter cultural;

V - doações e legados nos termos da legislação vigente;

VI - subvenções e auxílios de entidades de qualquer natureza, inclusive de organismos internacionais;

VII - reembolso das operações de empréstimo porventura realizadas por meio do Fundo Municipal de Cultura – FMC, a título de financiamento reembolsável, observados critérios de remuneração que, no mínimo, lhes preserve o valor real;

VIII - retorno dos resultados econômicos provenientes dos investimentos porventura realizados em empresas e projetos culturais efetivados com recursos do Fundo Municipal de Cultura – FMC;

IX - resultado das aplicações em títulos públicos federais, obedecida a legislação vigente sobre a matéria;

X - empréstimos de instituições financeiras ou outras entidades;

XI - saldos não utilizados na execução dos projetos culturais financiados com recursos dos mecanismos previstos no Sistema Municipal de Financiamento à Cultura – SMFC;

XII - devolução de recursos determinados pelo não cumprimento ou desaprovação de contas de projetos culturais custeados pelos mecanismos previstos no Sistema Municipal de Financiamento à Cultura – SMFC;

XIII - saldos de exercícios anteriores; e

XIV - outras receitas legalmente incorporáveis que lhe vierem a ser destinadas.

Art. 60 - O Fundo Municipal de Cultura – FMC será administrado pela **Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo** na forma estabelecida no regulamento, e apoiará projetos culturais por meio das seguintes modalidades:

I - não-reembolsáveis, na forma do regulamento, para apoio a projetos culturais apresentados por pessoas físicas e pessoas jurídicas de direito público e de direito privado, com ou sem fins lucrativos, preponderantemente por meio de editais de seleção pública; e

II - reembolsáveis, destinados ao estímulo da atividade produtiva das empresas de natureza cultural e pessoas físicas, mediante a concessão de empréstimos.

§ 1º Nos casos previstos no inciso II do caput, a **Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo** definirá com os agentes financeiros credenciados a taxa de administração, os prazos de carência, os juros limites, as garantias exigidas e as formas de pagamento.

§ 2º Os riscos das operações previstas no parágrafo anterior serão assumidos, solidariamente, pelo Fundo Municipal de Cultura – FMC e pelos agentes financeiros credenciados, na forma que dispuser o regulamento.

§ 3º A taxa de administração a que se refere o § 1º não poderá ser superior a três por cento dos recursos disponibilizados para o financiamento.

§ 4º Para o financiamento de que trata o inciso II, serão fixadas taxas de remuneração que, no mínimo, preservem o valor originalmente concedido.

Art. 61 - Os custos referentes à gestão do Fundo Municipal de Cultura – FMC com planejamento, estudos, acompanhamento, avaliação e divulgação de resultados, incluídas a aquisição ou a locação de equipamentos e bens necessários ao cumprimento de seus objetivos, não poderão ultrapassar cinco por cento de suas receitas, observados o limite fixado anualmente por ato da CMPC.

Art. 62 - O Fundo Municipal de Cultura – FMC financiará projetos culturais apresentados por pessoas físicas e pessoas jurídicas de direito público e de direito privado, com ou sem fins lucrativos.

§ 1º Poderá ser dispensada contrapartida do proponente no âmbito de programas setoriais definidos pela Comissão Municipal de Incentivo à Cultura – CMIC.

§ 2º Nos casos em que a contrapartida for exigida, o proponente deve comprovar que dispõe de recursos financeiros ou de bens ou serviços, se economicamente mensuráveis, para complementar o montante aportado pelo Fundo Municipal de Cultura – FMC, ou que está assegurada a obtenção de financiamento por outra fonte.

§ 3º Os projetos culturais previstos no caput poderão conter despesas administrativas de até dez por cento de seu custo total, excetuados aqueles apresentados por entidades privadas sem fins lucrativos, que poderão conter despesas administrativas de até quinze por cento de seu custo total.

Art. 63 - Fica autorizada a composição financeira de recursos do Fundo Municipal de Cultura – FMC com recursos de pessoas jurídicas de direito público ou de direito privado, com fins lucrativos para apoio compartilhado de programas, projetos e ações culturais de interesse estratégico, para o desenvolvimento das cadeias produtivas da cultura.

§ 1º O aporte dos recursos das pessoas jurídicas de direito público ou de direito privado previsto neste artigo não gozará de incentivo fiscal.

§ 2º A concessão de recursos financeiros, materiais ou de infraestrutura pelo Fundo Municipal de Cultura – FMC será formalizada por meio de convênios e contratos específicos.

Art. 64 - Para seleção de projetos apresentados ao Fundo Municipal de Cultura – FMC fica criada a Comissão Municipal de Incentivo à Cultura – CMIC, de composição paritária entre membros do Poder Público e da Sociedade Civil.

Art. 65 - A Comissão Municipal de Incentivo à Cultura – CMIC será constituída por membros titulares e igual número de suplentes.

§ 1º Os membros do Poder Público serão indicados pela **Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo**.

§ 2º Os membros da Sociedade Civil serão escolhidos conforme regulamento.

Art. 66 - Na seleção dos projetos a Comissão Municipal de Incentivo à Cultura – CMIC deve ter como referência maior o Plano Municipal de Cultura

– PMC e considerar as diretrizes e prioridades definidas anualmente pelo Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC.

Art. 67 - A Comissão Municipal de Incentivo à Cultura – CMIC deve adotar critérios objetivos na seleção das propostas:

I - avaliação das três dimensões culturais do projeto – simbólica, econômica e social;

II - adequação orçamentária;

III - viabilidade de execução; e

IV - capacidade técnico-operacional do proponente.

DO SISTEMA MUNICIPAL DE INFORMAÇÕES E INDICADORES CULTURAIS – SMIIC

Art. 68 - Cabe à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo desenvolver o Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – SMIIC, com a finalidade de gerar informações e estatísticas da realidade cultural local com cadastros e indicadores culturais construídos a partir de dados coletados pelo Município.

§ 1º. O Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – SMIIC é constituído de bancos de dados referentes a bens, serviços, infraestrutura, investimentos, produção, acesso, consumo, agentes, programas, instituições e gestão cultural, entre outros, e estará disponível ao público e integrado aos Sistemas Estadual e Nacional de Informações e Indicadores Culturais.

§ 2º O processo de estruturação do Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – SMIIC terá como referência o modelo nacional, definido pelo Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais – SNIIC.

Art. 69 - O Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – SMIIC tem como objetivos:

I - coletar, sistematizar e interpretar dados, fornecer metodologias e estabelecer parâmetros à mensuração da atividade do campo cultural e das necessidades sociais por cultura, que permitam a formulação, monitoramento, gestão e avaliação das políticas públicas de cultura e das políticas culturais em geral, verificando e racionalizando a implementação do Plano Municipal de Cultura – PMC e sua revisão nos prazos previstos;

II - disponibilizar estatísticas, indicadores e outras informações relevantes para a caracterização da demanda e oferta de bens culturais, para a construção de modelos de economia e sustentabilidade da cultura, para a adoção de mecanismos de indução e regulação da atividade econômica no campo cultural, dando apoio aos gestores culturais públicos e privados, no âmbito do Município;

III - exercer e facilitar o monitoramento e avaliação das políticas públicas de cultura e das políticas culturais em geral, assegurando ao poder público e à sociedade civil o acompanhamento do desempenho do Plano Municipal de Cultura – PMC.

Art. 70 - O Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – SMIIC fará levantamentos para realização de mapeamentos culturais para conhecimento da diversidade cultural local e transparência dos investimentos públicos no setor cultural.

Art. 71 - O Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIC estabelecerá parcerias com os Sistemas Nacional e Estadual de Informações e Indicadores Culturais, com instituições especializa - das na área de economia da cultura, de pesquisas socioeconômicas e demográficas e com outros institutos de pesquisa, para desenvolver uma base consistente e continua de informações relacionadas ao setor cultural e elaborar indicadores culturais que contribuam tanto para a gestão das políticas públicas da área, quanto para fomentar estudos e pesquisas nesse campo.

DO PROGRAMA MUNICIPAL DE FORMAÇÃO NA ÁREA DA CULTURA – PROMFAC

Art. 72. Cabe à **Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo** elaborar, regulamentar e implementar o Programa Municipal de Formação na Área da Cultura – PROMFAC, em articulação com os demais entes federados e parceria com a Secretaria Municipal de Educação e instituições educacionais, tendo como objetivo central capacitar os gestores públicos e do setor privado e conselheiros de cultura, responsáveis pela formulação e implementação das políticas públicas de cultura, no âmbito do Sistema Municipal de Cultura.

Art. 73 - O Programa Municipal de Formação na Área da Cultura – PROMFAC deve promover:

I - a qualificação técnico-administrativa e capacitação em política cultural dos agentes envolvidos na formulação e na gestão de programas, projetos e serviços culturais oferecidos à população;

II - a formação nas áreas técnicas e artísticas.

SEÇÃO V

DOS SISTEMAS SETORIAIS

Art. 74 - Para atender à complexidade e especificidades da área cultural são constituídos Sistemas Setoriais como subsistemas do Sistema Municipal de Cultura – SMC.

Art. 75 - Constituem-se Sistemas Setoriais integrantes do Sistema Municipal de Cultura – SMC:

I - Sistema Municipal de Patrimônio Cultural – SMPC;

II - Sistema Municipal de Museus – SMM;

III - Sistema Municipal de Bibliotecas, Livro, Leitura e Literatura – SMBLLL;

IV - outros que venham a ser constituídos, conforme regulamento.

Art. 76 - As políticas culturais setoriais devem seguir as diretrizes gerais advindas da Conferência Municipal de Cultura – CMC e do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC consolidadas no Plano Municipal de Cultura – PMC.

Art. 77 - Os Sistemas Municipais Setoriais constituídos e os que venham a ser criados integram o Sistema Municipal de Cultura, – SMC conformando subsistemas que se conectam à estrutura federativa, à medida que os sistemas de cultura nos demais níveis de governo forem sendo instituídos.

Art. 78 - As interconexões entre os Sistemas Setoriais e o Sistema Municipal de Cultura – SMC são estabelecidas por meio das coordenações e das instâncias colegiadas dos Sistemas Setoriais.

Art. 79 - As instâncias colegiadas dos Sistemas Setoriais devem ter participação da sociedade civil e considerar o critério territorial na escolha dos seus membros.

Art. 80 - Para assegurar as conexões entre os Sistemas Setoriais, seus colegiados e o Sistema Municipal de Cultura – SMC, as coordenações e as instâncias colegiadas setoriais devem ter assento no Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC com a finalidade de propor diretrizes para elaboração das políticas próprias referentes às suas áreas e subsidiar nas definições de estratégias de sua implementação.

TÍTULO III

DO FINANCIAMENTO

CAPÍTULO I

DOS RECURSOS

Art. 81 - O Fundo Municipal da Cultura – FMC é a principal fonte de recursos do Sistema Municipal de Cultura.

Parágrafo único. O orçamento do Município se constitui, também, fonte de recursos do Sistema Municipal de Cultura.

Art. 82 - O financiamento das políticas públicas de cultura estabelecidas no Plano Municipal de Cultura far-se-á com os recursos do Município, do Estado e da União, além dos demais recursos que compõem o Fundo Municipal da Cultura – FMC.

Art. 83 - O Município poderá destinar recursos do Fundo Municipal de Cultura - FMC, para uso como contra - partida de transferências dos Fundos Nacional e Estadual de Cultura.

§ 1º. Os recursos oriundos de repasses dos Fundos Nacional e Estadual de Cultura serão destinados a:

I - políticas, programas, projetos e ações previstas nos Planos Nacional, Estadual ou Municipal de Cultura;

II - para o financiamento de projetos culturais escolhidos pelo Município por meio de seleção pública.

§ 2º. A gestão municipal dos recursos oriundos de repasses dos Fundos Nacional e Estadual de Cultura deverá ser submetida ao Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC.

Art. 84 - Os critérios de aporte de recursos do Fundo Municipal de Cultura – FMC deverão considerar a participação dos diversos segmentos culturais e territórios na distribuição total de recursos municipais para a cultura, com vistas a promover a desconcentração do investimento, devendo ser estabelecido anualmente um percentual mínimo para cada segmento/território.

CAPÍTULO II

DA GESTÃO FINANCEIRA

Art. 85 - Os recursos financeiros da Cultura serão depositados em conta específica, e administrados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo e instituições vinculadas, sob fiscalização do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC.

§ 1º. Os recursos financeiros do Fundo Municipal de Cultura – FMC serão administrados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo.

§ 2º. A Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo acompanhará a conformidade à programação aprovada da aplicação dos recursos repassados pela União e Estado ao Município.

Art. 86 - O Município deverá tornar público os valores e a finalidade dos recursos recebidos da União e do Estado, transferidos dentro dos critérios estabelecidos pelo Sistema Nacional e pelo Sistema Estadual de Cultura.

§ 1º. O Município deverá zelar e contribuir para que sejam adotados pelo Sistema Nacional de Cultura critérios públicos e transparentes, com partilha e transferência de recursos de forma equitativa, resultantes de uma combinação de indicadores sociais, econômicos, demográficos e outros específicos da área cultural, considerando as diversidades regionais.

Art. 87 - O Município deverá assegurar a condição mínima para receber os repasses dos recursos da União, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura, com a efetiva instituição e funcionamento dos componentes mínimos do Sistema Municipal de Cultura e a alocação de recursos próprios destinados à Cultura na Lei Orçamentária Anual (LOA) e no Fundo Municipal de Cultura.

CAPÍTULO III

DO PLANEJAMENTO E DO ORÇAMENTO

Art. 88 - O processo de planejamento e do orçamento do Sistema Municipal de Cultura – SMC deve buscar a integração do nível local ao nacional, ouvidos seus órgãos deliberativos, compatibilizando-se as necessidades da política de cultura com a disponibilidade de recursos próprios do Município, as transferências do Estado e da União e outras fontes de recursos.

Parágrafo Único. O Plano Municipal de Cultura será a base das atividades e programações do Sistema Municipal de Cultura e seu financiamento será previsto no Plano Plurianual – PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e na Lei Orçamentária Anual – LOA.

Art. 89 - As diretrizes a serem observadas na elaboração do Plano Municipal de Cultura serão propostas pela Conferência Municipal de Cultura e pelo Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 90 - O Município deverá integrar ao Sistema Nacional de Cultura – SNC por meio da assinatura do termo de adesão voluntária, na forma do regulamento.

Art. 91 - Sem prejuízo de outras sanções cabíveis, constitui crime de emprego irregular de verbas ou rendas públicas, previsto no artigo 315 do Código Penal, a utilização de recursos financeiros do Sistema Municipal de Cultura – SMC em finalidades diversas das previstas nesta lei.

Art. 92 – O Pode Executivo Municipal, consignará nos orçamentos anuais, dotações para atender as despesas de correntes da execução da presente Lei, ficando autorizada a alteração da LDO, da LOA e do PPA, para a inclusão dos programas e projetos e as consequentes dotações orçamentárias e as despesas decorrentes da observância desta Lei.

Art. 93 – Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar a presente Lei, através de decreto, caso necessário.

Art. 94 – Fica o Poder Executivo autorizado a tomar todas as demais providências administrativas, jurídicas, orçamentárias, financeiras, contábeis e patrimoniais, para o fiel cumprimento da presente lei;

Art. 95 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário em especial a Lei Municipal n.º 358/2005 e Lei Municipal e Lei Municipal 599/2011;

Nova Marilândia/MT, aos 21 (vinte e um) dias de agosto de 2019 (dois mil e dezenove).

_____

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA

PREFEITO DE NOVA MARILÂNDIA - MT

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DE ADESÃO 009-2019

Adesão à ata de Registro de Preços **Nº 43/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2019** da Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal -MT **-** EMPRESA: **TORINO COMERCIAL DE VEICULOS LTDA -** data: **21/08/2019** - Valor **R$- 279.000,00 -** OBJETO:**AQUISIÇÃO DE PATRULHA MECANIZADA SENDO 1 CAMINHÃO CAÇAMBA, 0 (ZERO) KMAQUISIÇÃO DE PATRULHA MECANIZADA SENDO 01(UM) CAMINHÃO CAÇAMBA, 0 (ZERO) KM TIPO TRAÇÃO 6X2, DIESEL, POTÊNCIA MÍNIMA DE 270CV, EQUIPADO COM CAÇAMBA BASCULANTE COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 10M³, CAMBIO MANUAL, CABINE COM AR-CONDICIONADO(01 UNID.) CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 853514/2017MAPA/CAIXA E PLANO DE TRABALHO EM ANEXO**

Nova Marilândia-Mt, 21 de agosto de 2019.

ODAIR JOSE CORREIA

PRESIDENTE DA CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL 024/2019.

Tendo em vista o que consta dos autos deste processo, e diante do resultado apresentado pela Pregoeira Oficial e Comissão de Apoio, **HOMOLOGO** o presente certame, para que produza todos os efeitos legais previstos em conformidade com as Leis 8.666/93, 10.520/2002, LC 123/2006, com

o Decreto Municipal 001/2010 e suas alterações, bem como pelas disposições estabelecidas no Edital.

VENCEDOR: **LAZARO JOSÉ PLETSCH – CPF N° 571.591.061-72**

VALOR TOTAL R$ 60.000,000 (sessenta mil reais).

Nova Maringá – MT, 21 de agosto de 2019.

JOÃO BRAGA NETO

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO. PREGÃO PRESENCIAL 024/2019.

A prefeitura Municipal de Nova Maringá – MT, através da pregoeira e sua comissão de apoio, instituída pela portaria nº 182/2019 de 17 de julho de 2019, torna público para o conhecimento de quantos possam interessar o resultado de LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO PRESENCIAL 024/2019 menor preço por Item, cujo Objeto é **AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) UNIDADE MÓVEL ACOPLÁVEL – PRANCHA USADA PARA TRANSPORTE DE MAQUINAS PESADAS, ANO MÍNIMO DE FABRICAÇÃO 1997, DEVIDAMENTE LICENCIADA E EMPLACADA PARA ATENDER O MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ – MT**, a ser regido pela Lei federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores.

VENCEDOR: **LAZARO JOSÉ PLETSCH – CPF N° 571.591.061-72**

VALOR TOTAL R$ 60.000,000 (sessenta mil reais).

Nova Maringá – MT, 21 de agosto de 2019.

ROSIMEIRE DA SILVA SOUZA

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 28/2019 - AQUISIÇÃO DE EXTINTORES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 28/2019

PREGÃO PRESENCIAL N° 35/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 5135/2019

Pelo presente instrumento, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE-MT,** *Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Avenida Mato Grosso, nº 51, Centro, nesta cidade, doravante denominada PREFEITURA, neste ato devidamente representada pela Prefeita Municipal, Sra.* **BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES**, brasileira, casada, portadora da C.I. RG n.º 3.365.940 SSP/PR e CPF/MF nº. 788.664.809-91, residente e domiciliada á Rua José Joaquim Vieira Nº. 88 nesta cidade de Nova Monte Verde-MT, RESOLVE registrar os preços da empresa **AMAZONIA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS CONTRA INCENDIO EIRELI EPP, CNPJ: 04.250.094/0001-08,** nas quantidades estimadas **na Seção 4 desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório Pregão Presencial nº. 35/2019 e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/02 e, no que couber, ao Decreto Municipal nº. 14/2010, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o ***REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CARGAS DE EXTINTORES, Á FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE/MT, CONFORME SOLICITAÇÕES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, PARA UM PERÍODO DE 12 MESES,***conforme especificações e condições constantes no edital de Pregão Presencial nº. 35/2019.

1.1.1. Este instrumento **NÃO OBRIGA** a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específicas para tal objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência da execução, em igualdade de condições.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua publicação, podendo ser prorrogada por igual período, na forma da lei.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá às Secretarias Municipais, participantes desse processo licitatório, através do **Departamento de Compras/Licitações**, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais;

4. DO CONTRATADO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos produtos registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

FORNECEDOR: AMAZONIA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS CONTRA INCENDIO EIRELI EPP

CNPJ: 04.250.094/0001-08

ENDEREÇO: Rua Mario Raseira Leing, Nº 327, Setor F, Alta Floresta - MT

Seq.	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total	Marca
1	5851	CARGA EXTINTOR GAS CARBONICO 06 KG	UNIDADE	10	R$ 181,50	R$ 1.815,00	Amazônia Extin.
2	43415	DIFUSOR PARA EXTINTOR CO²	UNIDADE	16	R$ 23,00	R$ 368,00	Nasha
4	5853	EXTINTOR AGUA PRESSURIZADA 10LTS	UNIDADE	8	R$ 262,00	R$ 2.096,00	MI Fire
5	43407	EXTINTOR DE INCENDIO NOVO COM CARGA TIPO CO², COM CAPACIDADE PARA 6 KG	UNIDADE	18	R$ 638,00	R$ 11.484,00	Extang

6	43402	EXTINTOR DE INCENDIO NOVO COM CARGA TIPO PO QUIMICO ABC, COM CAPACIDADE PARA 1KG	UNIDADE	9	R$ 134,00	R$ 1.206,00	Extang
7	43424	EXTINTOR DE INCENDIO NOVO COM CARGA TIPO PO QUIMICO ABC, COM CAPACIDADE PARA 2 KG	UNIDADE	5	R$ 251,00	R$ 1.255,00	Extimpel
8	43425	EXTINTOR DE INCENDIO NOVO COM CARGA TIPO PO QUIMICO ABC, COM CAPACIDADE PARA 4 KG	UNIDADE	5	R$ 277,00	R$ 1.385,00	Extimpel
9	43403	EXTINTOR DE INCENDIO NOVO COM CARGA TIPO PO QUIMICO ABC, COM CAPACIDADE PARA 6 KG	UNIDADE	15	R$ 311,00	R$ 4.665,00	Extimpel
10	47434	EXTINTOR DE INCENDIO NOVO COM CARGA TIPO PO QUIMICO BC, COM CAPACIDADE PARA 1 KG	UNIDADE	10	R$ 136,00	R$ 1.360,00	Extimpel
11	43406	EXTINTOR DE INCENDIO NOVO COM CARGA TIPO PO QUIMICO BC, COM CAPACIDADE PARA 12 KG	UNIDADE	15	R$ 287,00	R$ 4.305,00	Extimpel
12	47435	EXTINTOR DE INCENDIO NOVO COM CARGA TIPO PO QUIMICO BC, COM CAPACIDADE PARA 4 KG	UNIDADE	10	R$ 225,00	R$ 2.250,00	Extimpel
13	43404	EXTINTOR DE INCENDIO NOVO COM CARGA TIPO PO QUIMICO BC, COM CAPACIDADE PARA 6 KG	UNIDADE	30	R$ 266,00	R$ 7.980,00	Extimpel
14	43405	EXTINTOR DE INCENDIO NOVO COM CARGA TIPO PO QUIMICO BC, COM CAPACIDADE PARA 8 KG	UNIDADE	26	R$ 277,00	R$ 7.202,00	Extimpel
15	43408	EXTINTOR DE INCENDIO NOVO TIPO AGUA PRESSURIZADA, COM CAPACIDADE PARA 10 LITROS	UNIDADE	21	R$ 262,00	R$ 5.502,00	Extimpel
16	43414	MANGUEIRA PARA EXTINTOR DE AGUA	UNIDADE	6	R$ 27,50	R$ 165,00	Nasha
17	43413	MANGUEIRA PARA EXTINTOR PO QUIMICO	UNIDADE	17	R$ 27,50	R$ 467,50	Nasha
18	14115	MANOMETRO PARA EXTINTOR	UNIDADE	17	R$ 20,00	R$ 340,00	Nasha
19	43416	PLACA SAIDA DE EMERGENCIA FOTOLUMINESCENTE	UNIDADE	8	R$ 27,00	R$ 216,00	RCV
20	43431	PLACA SINALIZACAO DE EXTINTOR	UNIDADE	17	R$ 27,00	R$ 459,00	RCV
21	43423	RECARGA DE EXTINTOR DE INCENDIO TIPO AGUA PRESSURIZADA 10 LITROS	UNIDADE	38	R$ 138,00	R$ 5.244,00	Amazônia Extin.
22	43422	RECARGA DE EXTINTOR DE INCENDIO TIPO CO^2 6 KG	UNIDADE	19	R$ 181,00	R$ 3.439,00	Amazônia Extin.
23	43417	RECARGA DE EXTINTOR DE INCENDIO TIPO PO QUIMICO ABC 1KG	UND	3	R$ 134,00	R$ 402,00	Extang
24	43427	RECARGA DE EXTINTOR DE INCENDIO TIPO PO QUIMICO ABC 4 KG	UNIDADE	17	R$ 120,00	R$ 2.040,00	Amazônia Extin.
25	43418	RECARGA DE EXTINTOR DE INCENDIO TIPO PO QUIMICO ABC 6 KG	UND	20	R$ 153,50	R$ 3.070,00	Amazônia Extin.
26	43421	RECARGA DE EXTINTOR DE INCENDIO TIPO PO QUIMICO BC 12 KG	UNIDADE	17	R$ 162,50	R$ 2.762,50	Amazônia Extin.
27	43428	RECARGA DE EXTINTOR DE INCENDIO TIPO PO QUIMICO BC 4 KG	UNIDADE	5	R$ 95,50	R$ 477,50	Amazônia Extin.
28	43419	RECARGA DE EXTINTOR DE INCENDIO TIPO PO QUIMICO BC 6 KG	UNIDADE	52	R$ 136,00	R$ 7.072,00	Amazônia Extin.
29	43420	RECARGA DE EXTINTOR DE INCENDIO TIPO PO QUIMICO BC 8 KG	UNIDADE	53	R$ 151,00	R$ 8.003,00	Amazônia Extin.
30	43426	RECARGA DE EXTINTOR DE INCENDIO TIPO QUIMICO ABC 2 KG	UNIDADE	5	R$ 115,00	R$ 575,00	Amazônia Extin.
31	43409	SETA INDICATIVA EXTINTOR FOTOLUMINESCENTE	UNIDADE	18	R$ 27,00	R$ 486,00	RCV
32	43410	SUPORTE PAREDE PARA EXTINTOR	UNIDADE	27	R$ 14,00	R$ 378,00	Resil
33	43411	SUPORTE VEICULAR PARA EXTINTOR 4/6 KG	UNIDADE	19	R$ 66,00	R$ 1.254,00	Resil
34	43412	VALVULA PARA EXTINTOR CO^2	UNIDADE	16	R$ 74,00	R$ 1.184,00	Resil
					TOTAL R$ 90.907,50		

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Fornecer os Produtos dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.2. Os Produtos licitados deverão ser entregues na sede da Prefeitura Municipal em Nova Monte Verde - MT, da forma como forem solicitados pelo setor competente **no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da Ordem de Serviço, não havendo valores ou números mínimos de itens para os pedidos, sendo os mesmos feitos de acordo com as necessidades do município.**

5.3. Os Produtos deverão atender normas de garantia e referência de qualidade mínima ao serviço a ser prestado.

5.4. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

5.5. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade dos serviços, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

5.6. A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

5.7. Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgáveis necessárias para recebimento de correspondência;

5.8. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.9. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

5.10. Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

5.11. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.12. Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.13. Fornecer os produtos ou serviços, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.14. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais e/ou trabalhistas previstas na legislação vigente, comprometendo-se a saldá-las em tempo oportuno, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT;

5.15. Assumir todos os encargos de possíveis demandas trabalhistas, cíveis ou penais, relacionadas à prestação dos serviços, originalmente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

5.16. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação deste Pregão.

5.17. Arcar com custo de deslocamento de veículos a serem concertados quando a CONTRATADA não for da sede do município da CONTRATANTE.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Serviço;

6.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

6.3. Fiscalizar o perfeito cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento pelas licitantes;

6.4. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

6.5. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante a prestação dos serviços;

6.6. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

6.7. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

7. DO PAGAMENTO

7.1 O pagamento devido será efetuado conforme emissão da nota fiscal devidamente atestada pela secretaria responsável atestando o recebimento dos produtos ou serviços.

7.2 A Nota Fiscal será paga somente após o atesto do setor competente, assegurando que os produtos ou serviços entregues estão de acordo com as exigências contidas neste edital.

7.3 A Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT reserva-se o direito de não efetuar o pagamento se os dados constantes da Nota Fiscal estiverem em desacordo com os dados da empresa vencedora do certame licitatório.

7.4. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

8. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

8.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

8.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a PREFEITURA solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

8.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a PREFEITURA poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

8.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços**.**

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

9.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

9.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

9.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

9.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

9.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

9.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº. 8666/93;

10.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 20.4. b;

10.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial dos serviços, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

10.3. Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

10.3.1. Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

10.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

10.5. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 20.4, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente ata de registro de preços correrão à conta das dotações orçamentárias citadas abaixo, ou das demais que possam vir a aderir à presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno:

OBRAS

08 – Secretaria Municipal de Obras, Transporte e Serviço Urbano

002 – Departamento de Obras e Transporte

26 – Transportes

782 – Transporte Rodoviário

0016 – Manutenção dos Serviços de Obras, Transportes e Serviços Urbanos

2 040 – Manutenção Departamento de Obras Transportes e Serviços Urbanos

387 – 33.90.30.00.00.00 – Material de Consumo

EDUCAÇÃO

05 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte

001 – Gabinete do Secretário de Educação, Cultura e Esporte

12 – Educação

361 – Ensino Fundamental

0004 – Gestão Eficiente dos Processos Administrativos

2 012 – Manutenção da Secretaria de Educação

099 – 33.90.30.00.00.00 – Material de Consumo

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

07 – Secretaria Municipal de Saúde

002 – Fundo Municipal de Saúde

10 – Saúde

301 – Atenção Básica

0032 – Bloco I – Atenção Básica

2 026 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

275 - 33.90.30.00.00.00 – Material de Consumo

ADMINISTRAÇÃO

03 – Secretaria Municipal de Administração e Planejamento

001 – Gabinete do Secretário de Administração e Planejamento

04 – Administração

122 – Administração Geral

0004 – Gestão Eficiente dos Processos Administrativos

2 006 – Manutenção e Encargos da Secretaria de Administração Planejamento

065 - 33.90.30.00.00.00 – Material de Consumo

AGRICULTURA

06 – Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Saneamento

001 – Gabinete da Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Saneamento

20 – Agricultura

606 – Extensão Rural

0004 – Gestão Eficiente dos Processos Administrativos

2 036 – Manutenção do **Gabinete do Secretário de Agricultura, Meio Ambiente e Saneamento**

207 – 33.90.39.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

ASSISTÊNCIA SOCIAL

09 – Secretaria Municipal de Assistência social, Trabalho e Cidadania

001 – Gabinete do Sec. de Assistência social

08 – Assistência Social

244 – Assistência Comunitária

0058 – Gestão de Assistência Social

2 071 – Manutenção do Gabinete do Sec. de Assistência social

425 - 33.90.30.00.00.00 – Material de Consumo

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Presencial nº. 35/2019,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT.

14. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Nova Monte Verde-MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Nova Monte Verde-MT, 21 de Agosto de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE-MT

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

PREFEITA MUNICIPAL

AMAZONIA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS CONTRA INCENDIO EIRELI EPP

CNPJ: 04.250.094/0001-08

CONTRATADA

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 35/2019

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 35/2019

PROCESSO Nº. 5135/2019

OBJETO: *REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CARGAS DE EXTINTORES, Á FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE/MT, CONFORME SOLICITAÇÕES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, PARA UM PERÍODO DE 12 MESES.*

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, nomeado através do Decreto nº. 007/2019 PMNV/GAB de 21 de Janeiro de 2019, torna público aos interessados que conforme Edital de Licitação de Pregão Presencial nº. 35/2019 sagrou-se vencedora do Certame Licitatório realizado no dia 16 de Agosto de 2019, ás 08:00 horas á seguinte:

EMPRESA:
Ø AMAZONIA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS CONTRA INCENDIO EIRELI-EPP, CNPJ: 04.250.094/0001-08, para um Valor Total de R$ 90.907,50 (noventa mil, novecentos e sete reais e cinquenta centavos);
Ø Compromissos estes assumidos para um período de 12 meses, visto que a empresa atendeu todos os requisitos do Edital e seus Anexos.

Nova Monte Verde-MT, 21 de Agosto de 2019.

JOHNNY BERNATZKY

Pregoeiro Oficial

Decreto 007/2019

Publique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ

PREFEITURA
LEI Nº. 551 DE 21 DE AGOSTO DE 2019

LEI Nº. 551 de 21 de agosto de 2019

(PROJETO DE LEI Nº 12, DE 04 JUNHO DE 2019.)

Autoriza o Município a celebrar convenio com o Centro de Ensino Superior Dom Alberto, instituindo Programa Municipal Universitário na forma que especifica.

JOAO TEODORO FILHO, Prefeito Municipal de Nova Nazaré, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, que a Câmara Municipal Aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - O Município de Nova Nazaré fica autorizado a celebrar convênio com o **CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DOM ALBERTO LTDA**, a fim de instituir o Programa Municipal de Apoio Universitário Indígena, a partir de 2019, para concessão de bolsas estudos para alunos de graduação da instituição.

Artigo 2º - O Município de Nova Nazaré fica autorizado a conceder, no início de cada ano, bolsas de estudo mensais, para cursos de graduação **DO CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DOM ALBERTO LTDA**, aos munícipes residentes na reserva indígena Areões.

Artigo 3º - O valor das bolsas será de **100%** da mensalidade escolar; cabendo ao aluno bolsista assinar termo de compromisso.

PARÁGRAFO ÚNICO – O valor a ser dispendido mensalmente pelo Município, para a turma que iniciar em 2019, **será de até 1500,00 (hum mil e quinhentos reais)** e poderá ser reajustado anualmente, conforme disponibilidade financeira; para as turmas que se iniciarem nos anos seguintes, o valor será fixado anualmente por meio de decreto, conforme disponibilidade orçamentária do Município.

Artigo 4º As bolsas de estudo contemplarão os beneficiados durante todo o tempo normal e continuo de duração de seus respectivos cursos de graduação e da existência de vínculo com o **CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DOM ALBERTO LTDA**, não se admitindo abandono, trancamento ou cancelamento de matrícula.

§ 1º - As bolsas de estudo, incluindo as taxas de matrículas, serão concedidas mediante o atendimento dos seguintes requisitos.

a) Terem os estudantes residência fixa no município de Nova Nazaré

Artigo 5º - O aluno beneficiado pelo programa deverá estar a disposição para cumprir prestação de serviços gratuitos como contrapartida ao Município de Nova Nazaré, nas condições a serem estabelecidas posteriormente.

§ 1º Os alunos beneficiados permitirão a utilização de suas imagens em campanhas de divulgação do programa e em eventuais campanhas publicitárias decorrentes de convênios com terceiros.

§ 2º Não terão acesso ao benefício alunos que forem beneficiários de outros programas de bolsas de estudos e descontos (PROUNI FEDERAL, FIES E PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE ESTUDO, CONVÊNIOS, ESTAGIOS REMUNERADOS E OUTROS).

Artigo 6º - Perderá o benefício o aluno contemplado que:

a) For reprovado em 03 (três) disciplinas ou mais por insuficiência de notas; b) For reprovado em 03 (três) disciplinas ou mais por excessos de faltas; c) Perder o vínculo contratual com a instituição, em razão de abandono, trancamento ou cancelamento de matrícula; d) Recusar-se a cumprir com a contrapartida estabelecida pelo caput do artigo 5º, quando solicitado pelo município;

Artigo 7º O município de Nova Nazaré poderá firmar convênios e parcerias com entidades e empresas públicas e privadas, para fins de viabilização e ampliação deste Programa, permitindo a utilização de imagem para efeitos publicitários.

Artigo 8º A presente Lei será regulamentada, no que couber, por Decreto do Poder Executivo.

Artigo 9º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Artigo 10º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Nova Nazaré - MT, aos 21 dias do mês de agosto de 2019

JOAO TEODORO FILHO

PREFEITO MUNICIPAL

CONTABILIDADE
RGF 2º QUADRIMESTRE DE 2018

Nova Nazare - PODER EXECUTIVO
PREF MUNIC DE NOVA NAZARE

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESAS COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

Analise de Despesa com Pessoal - Mês Ref: 8 - Agosto

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)												TOTAL (últimos 12 meses)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	LIQUIDADAS													
	SET/2017	OUT/2017	NOV/2017	DEZ/2017	JAN/2018	FEV/2018	MAR/2018	ABR/2018	MAI/2018	JUN/2018	JUL/2018	AGO/2018	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	867.531,00	788.194,95	840.295,07	956.554,90	791.142,65	734.492,83	719.026,58	781.986,01	887.793,35	901.763,32	923.486,08	924.083,89	10.116.350,63	9.243,64
Pessoal Ativo	800.886,47	788.194,95	840.295,07	903.373,22	759.654,34	709.269,20	693.802,95	756.762,38	859.911,27	873.217,28	892.284,20	891.624,63	9.769.275,96	9.243,64
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	724.529,44	679.182,78	663.833,63	851.224,26	662.692,34	618.233,29	608.934,44	664.525,68	757.053,44	765.921,05	713.528,24	744.694,25	8.454.352,84	2.074,14
Obrigações Patronais	66.230,04	109.012,17	176.461,44	28.606,61	96.962,00	86.539,33	83.340,39	85.890,76	97.412,47	102.539,30	177.307,91	146.333,65	1.256.636,07	7.169,50
Benefícios Previdenciários	10.126,99	0,00	0,00	23.542,35	0,00	4.496,58	1.528,12	6.345,94	5.445,36	4.756,93	1.448,05	596,73	58.287,05	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	66.644,53	0,00	0,00	53.181,68	31.488,31	25.223,63	25.223,63	25.223,63	27.882,08	28.546,04	31.201,88	32.459,26	347.074,67	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	51.780,02	0,00	0,00	41.693,17	31.488,31	20.747,73	20.747,73	20.747,73	23.406,18	24.070,14	26.725,98	27.983,36	289.390,35	0,00
Pensões	14.864,51	0,00	0,00	11.488,51	0,00	4.475,90	4.475,90	4.475,90	4.475,90	4.475,90	4.475,90	4.475,90	57.684,32	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do ar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	76.771,52	0,00	0,00	76.724,03	31.488,31	29.720,21	26.751,75	31.569,57	33.327,44	33.302,97	32.649,93	33.055,99	405.361,72	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	76.771,52	0,00	0,00	76.724,03	31.488,31	29.720,21	26.751,75	31.569,57	33.327,44	33.302,97	32.649,93	33.055,99	405.361,72	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	790.759,48	788.194,95	840.295,07	879.830,87	759.654,34	704.772,62	692.274,83	750.416,44	854.465,91	868.460,35	890.836,15	891.027,90	9.710.988,91	9.243,64

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	22.532.863,17	
(-)Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais(V)(§13,art.166 da CF)	0,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	22.532.863,17	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (IIIa+IIIb)	9.720.232,55	43,14
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	12.167.746,11	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art.22 da LRF)	11.559.358,81	51,30
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art.59 da LRF)	10.950.971,50	48,60

Nota:
1 - Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas.
Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64
2 - A Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores, nos termos do Art. 29-A da Lei 101/2000

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.488], PREF MUNIC DE NOVA NAZARE, Data/hora da emissão: 21/ago/2019 07h e 50m" Portaria Nº 495 de 2017

PREF MUNIC DE NOVA NAZARE

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: JANEIRO A AGOSTO/2018

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") R$ 1

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO 2018		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	253.298,82	900.769,50	1.411.582,24	0,00
Disponibilidade de Caixa	253.298,82	900.769,50	1.411.582,24	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	990.643,72	1.335.732,38	1.790.010,02	1.436.345,60
(-) Restos a Pagar Processados	737.344,90	434.962,88	378.427,78	1.482.264,04
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍV. CONSOLID. LÍQUIDA (DCL) (III)=(I-II)	-253.298,82	-900.769,50	-1.411.582,24	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	19.055.637,71	20.168.269,42	22.532.863,17	0,00
% DA DC SOBRE A RCL (I/RCL)	0,00	0,00	0,00	0,00
% DA DCL SOBRE A RCL (III/RCL)	-1,33	-4,47	-6,26	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - (12	22.866.765,25	24.201.923,30	27.039.435,80	0,00
LIMITE DE ALERTA (Inciso III so $ 1º do art.59 da LRF) - (108%))	20.580.088,73	21.781.730,97	24.335.492,22	0,00

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO 2018		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Precatórios Anteriores a 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Não incluídos na DCL)	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Insuficiência Financeira	0,00	0,00	0,00	45.918,44
Depósitos e Consignações sem Contrapatida	0,00	0,00	0,00	0,00
RP Não-Processados de exercícios anteriores	2.329.574,82	2.081.845,16	1.529.699,43	917.928,26
Antecipação de Receita Orçamentária - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.488], PREF MUNIC DE NOVA NAZARE, Data/hora da emissão: 21/ago/2019 08h e 32m" Portaria Nº 495 de 2017

PREF MUNIC DE NOVA NAZARE

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

:MONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: JANEIRO A AGOSTO/2018

RGF – ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º) R$ 1

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO 2018		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	
AOS ESTADOS (I)	0,00	0,00	0,00	
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	
AOS MUNÍCIPIOS (II)	0,00	0,00	0,00	
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	0,00	0,00	0,00	
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	0,00	0,00	0,00	
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	0,00	0,00	0,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	19.055.637,71	20.168.269,42	22.532.863,17	
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	
LIMITE DEFINIDO POR RESOL. DO SENADO FEDERAL < 22% >	4.192.240,30	4.437.019,27	4.957.229,90	
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) < 19,8% >	3.773.016,27	3.993.317,34	4.461.506,91	

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO 2018		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	
DOS ESTADOS (VII)	0,00	0,00	0,00	
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	
DOS MUNÍCIPIOS (VIII)	0,00	0,00	0,00	
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)	0,00	0,00	0,00	
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO 2018		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)	0,00	0,00	0,00	

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO 2018		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)	0,00	0,00	0,00	

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.488], PREF MUNIC DE NOVA NAZARE, Data/hora da emissão: 21/ago/2019 08h e 39m" Portaria Nº 495 de 2017

PREF MUNIC DE NOVA NAZARE

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: JANEIRO A AGOSTO/2018

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c") R$ 1

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Mobiliária	0,00	0,00
Internas	0,00	0,00
Externas	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Internas	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001 (I)	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001 (II)	0,00	0,00
TOTAL (III)	0,00	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	22.532.863,17	100,00
OPERAÇÕES VEDADAS (V)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE = (VI)=(IIIa+V-Ia-IIa)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDEREAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	3.605.258,11	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art.59 da LRF)	3.244.732,30	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.577.300,42	7,00

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.488], PREF MUNIC DE NOVA NAZARE, Data/hora da emissão: 21/ago/2019 08h e 45m" Portaria Nº 495 de 2017

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.488], PREF MUNIC DE NOVA NAZARE, Data/hora da emissão: 21/ago/2019 08h e 45m" Portaria Nº 495 de 2017

PREF MUNIC DE NOVA NAZARE

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: ATÉ O 2º QUADRIMESTRE DE 2018

LRF, art. 48 – Anexo 6 R$ 1

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR
Receita Corrente Líquida	22.532.863,17
Receita Corrente líquida Ajustada	22.532.863,17

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	9.720.232,55	43,14
Limite Máximo(Incisos I,II e III, art. 20 da LRF)	12.167.746,11	54,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	11.559.358,81	51,30
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art.59 da LRF)	10.950.971,50	48,60

DÍVIDA CONSOLÍDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-1.411.582,24	-6,26
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	27.039.435,80	120,00

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	4.957.229,90	22,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITOS	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito Externas e Internas	3.605.258,11	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito por Antec. da Receita	1.577.300,42	7,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.488], PREF MUNIC DE NOVA NAZARE, Data/hora da emissão: 21/ago/2019 09h e 05m" Portaria Nº 495 de 2017

CONTABILIDADE
RGF 1º QUADRIMESTRE DE 2018

Nova Nazare - PODER EXECUTIVO
PREF MUNIC DE NOVA NAZARE

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESAS COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

Analise de Despesa com Pessoal - Mês Ref: 4 - Abril

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses) LIQUIDADAS												TOTAL (últimos 12 meses)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	MAI/2017	JUN/2017	JUL/2017	AGO/2017	SET/2017	OUT/2017	NOV/2017	DEZ/2017	JAN/2018	FEV/2018	MAR/2018	ABR/2018	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	826.751,82	873.651,38	843.629,37	875.413,95	867.531,00	788.194,95	840.295,07	956.554,90	791.142,65	734.492,83	719.026,58	781.986,01	9.898.670,51	9.243,64
Pessoal Ativo	804.099,76	846.847,23	820.285,29	852.069,87	800.886,47	788.194,95	840.295,07	903.373,22	759.654,34	709.269,20	693.802,95	756.762,38	9.575.540,73	9.243,64
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	686.906,18	734.737,02	715.168,29	706.891,88	724.529,44	679.182,78	663.833,63	851.224,26	662.692,34	618.233,29	608.934,44	664.525,68	8.316.859,23	2.074,14
Obrigações Patronais	105.013,92	106.560,84	99.737,41	137.824,25	66.230,04	109.012,17	176.461,44	28.606,61	96.962,00	86.539,33	83.340,39	85.890,76	1.182.179,16	7.169,50
Benefícios Previdenciários	12.179,66	5.549,37	5.379,59	7.353,74	10.126,99	0,00	0,00	23.542,35	0,00	4.496,58	1.528,12	6.345,94	76.502,34	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	22.652,06	26.804,15	23.344,08	23.344,08	66.644,53	0,00	0,00	53.181,68	31.488,31	25.223,63	25.223,63	25.223,63	323.129,78	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	18.259,89	22.411,98	18.951,91	18.951,91	51.780,02	0,00	0,00	41.693,17	31.488,31	20.747,73	20.747,73	20.747,73	265.780,38	0,00
Pensões	4.392,17	4.392,17	4.392,17	4.392,17	14.864,51	0,00	0,00	11.488,51	0,00	4.475,90	4.475,90	4.475,90	57.349,40	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do ar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	34.831,72	32.353,52	28.723,67	30.697,82	76.771,52	0,00	0,00	76.724,03	31.488,31	29.720,21	26.751,75	31.569,57	399.632,12	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	34.831,72	32.353,52	28.723,67	30.697,82	76.771,52	0,00	0,00	76.724,03	31.488,31	29.720,21	26.751,75	31.569,57	399.632,12	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	791.920,10	841.297,86	814.905,70	844.716,13	790.759,48	788.194,95	840.295,07	879.830,87	759.654,34	704.772,62	692.274,83	750.416,44	9.499.038,39	9.243,64

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	20.168.269,42	
(-)Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais(V)(§13,art.166 da CF)	0,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	20.168.269,42	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (IIIa+IIIb)	9.508.282,03	47,14
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	10.890.865,49	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art.22 da LRF)	10.346.322,21	51,30
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art.59 da LRF)	9.801.778,94	48,60

Nota:
1 - Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64
2 - A Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores, nos termos do Art. 29-A da Lei 101/2000

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.488], PREF MUNIC DE NOVA NAZARE, Data/hora da emissão: 21/ago/2019 07h e 45m" Portaria Nº 495 de 2017

PREF MUNIC DE NOVA NAZARE

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: JANEIRO A ABRIL/2018

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") R$ 1

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO 2018		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	253.298,82	900.769,50	1.411.582,24	0,00
Disponibilidade de Caixa	253.298,82	900.769,50	1.411.582,24	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	990.643,72	1.335.732,38	1.790.010,02	1.436.345,60
(-) Restos a Pagar Processados	737.344,90	434.962,88	378.427,78	1.482.264,04
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍV. CONSOLID. LÍQUIDA (DCL) (III)=(I-II)	-253.298,82	-900.769,50	-1.411.582,24	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	19.055.637,71	20.168.269,42	0,00	0,00
% DA DC SOBRE A RCL (I/RCL)	0,00	0,00	0,00	0,00
% DA DCL SOBRE A RCL (III/RCL)	-1,33	-4,47	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - (12	22.866.765,25	24.201.923,30	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (Inciso III so $ 1º do art.59 da LRF) - (108%))	20.580.088,73	21.781.730,97	0,00	0,00

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO 2018		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Precatórios Anteriores a 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Não incluídos na DCL)	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Insuficiência Financeira	0,00	0,00	0,00	45.918,44
Depósitos e Consignações sem Contrapatida	0,00	0,00	0,00	0,00
RP Não-Processados de exercícios anteriores	2.329.574,82	2.081.845,16	1.529.699,43	917.928,26
Antecipação de Receita Orçamentária - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.488], PREF MUNIC DE NOVA NAZARE, Data/hora da emissão: 21/ago/2019 08h e 13m" Portaria Nº 495 de 2017

PREF MUNIC DE NOVA NAZARE

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

:MONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: JANEIRO A ABRIL/2018

RGF – ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º) R$ 1

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO 2018		
		Até o 1º Quadrimestre		
AOS ESTADOS (I)	0,00	0,00		
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00		
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00		
AOS MUNÍCIPIOS (II)	0,00	0,00		
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00		
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00		
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	0,00	0,00		
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00		
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00		
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	0,00	0,00		
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	0,00	0,00		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	19.055.637,71	20.168.269,42		
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00		
LIMITE DEFINIDO POR RESOL. DO SENADO FEDERAL < 22% >	4.192.240,30	4.437.019,27		
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) < 19,8% >	3.773.016,27	3.993.317,35		

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO 2018		
		Até o 1º Quadrimestre		
DOS ESTADOS (VII)	0,00	0,00		
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00		
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00		
DOS MUNÍCIPIOS (VIII)	0,00	0,00		
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00		
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00		
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)	0,00	0,00		
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00		
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00		

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO 2018		
		Até o 1º Quadrimestre		
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)	0,00	0,00		

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO 2018		
		Até o 1º Quadrimestre		
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)	0,00	0,00		

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.488], PREF MUNIC DE NOVA NAZARE, Data/hora da emissão: 21/ago/2019 08h e 38m" Portaria Nº 495 de 2017

PREF MUNIC DE NOVA NAZARE

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: JANEIRO A ABRIL/2018

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c") R$ 1

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Mobiliária	0,00	0,00
Internas	0,00	0,00
Externas	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Internas	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001 (I)	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001 (II)	0,00	0,00
TOTAL (III)	0,00	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	20.168.269,42	100,00
OPERAÇÕES VEDADAS (V)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE = (VI)=(IIIa+V-Ia-IIa)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDEREAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	3.226.923,11	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art.59 da LRF)	2.904.230,80	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.411.778,86	7,00

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.488], PREF MUNIC DE NOVA NAZARE, Data/hora da emissão: 21/ago/2019 08h e 46m" Portaria Nº 495 de 2017

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.488], PREF MUNIC DE NOVA NAZARE, Data/hora da emissão: 21/ago/2019 08h e 46m" Portaria Nº 495 de 2017

PREF MUNIC DE NOVA NAZARE

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: ATÉ O 1º QUADRIMESTRE DE 2018

LRF, art. 48 – Anexo 6 R$ 1

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR
Receita Corrente Líquida	20.168.269,42
Receita Corrente líquida Ajustada	20.168.269,42

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	9.508.282,03	47,14
Limite Máximo(Incisos I,II e III, art. 20 da LRF)	10.890.865,49	54,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	10.346.322,21	51,30
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art.59 da LRF)	9.801.778,94	48,60

DÍVIDA CONSOLÍDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-900.769,50	-4,47
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	24.201.923,30	120,00

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	4.437.019,27	22,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITOS	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito Externas e Internas	3.226.923,11	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito por Antec. da Receita	1.411.778,86	7,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.488], PREF MUNIC DE NOVA NAZARE, Data/hora da emissão: 21/ago/2019 09h e 04m" Portaria Nº 495 de 2017

CONTABILIDADE
RGF 3º QUADRIMESTRE DE 2018

Nova Nazare - PODER EXECUTIVO
PREF MUNIC DE NOVA NAZARE

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESAS COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

Analise de Despesa com Pessoal - Mês Ref: 12 - Dezembro

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)												TOTAL (últimos 12 meses)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	LIQUIDADAS													
	JAN/2018	FEV/2018	MAR/2018	ABR/2018	MAI/2018	JUN/2018	JUL/2018	AGO/2018	SET/2018	OUT/2018	NOV/2018	DEZ/2018	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	791.142,65	734.492,83	719.026,58	781.986,01	887.793,35	901.763,32	923.486,08	924.083,89	883.042,20	769.062,95	899.764,43	1.132.428,12	10.348.072,41	4.299,49
Pessoal Ativo	759.654,34	709.269,20	693.802,95	756.762,38	859.911,27	873.217,28	892.284,20	891.624,63	850.582,94	736.603,69	868.259,17	1.072.389,56	9.964.361,61	4.299,49
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	662.692,34	618.233,29	608.934,44	664.525,68	757.053,44	765.921,05	713.528,24	744.694,25	743.710,22	661.196,83	824.200,60	915.079,65	8.679.770,03	0,00
Obrigações Patronais	96.962,00	86.539,33	83.340,39	85.890,76	97.412,47	102.539,30	177.307,91	146.333,65	106.434,54	74.809,49	43.430,03	156.681,47	1.257.681,34	4.299,49
Benefícios Previdenciários	0,00	4.496,58	1.528,12	6.345,94	5.445,36	4.756,93	1.448,05	596,73	438,18	597,37	628,54	628,44	26.910,24	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	31.488,31	25.223,63	25.223,63	25.223,63	27.882,08	28.546,04	31.201,88	32.459,26	32.459,26	32.459,26	31.505,26	60.038,56	383.710,80	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	31.488,31	20.747,73	20.747,73	20.747,73	23.406,18	24.070,14	26.725,98	27.983,36	27.983,36	27.983,36	27.029,36	51.086,76	330.000,00	0,00
Pensões	0,00	4.475,90	4.475,90	4.475,90	4.475,90	4.475,90	4.475,90	4.475,90	4.475,90	4.475,90	4.475,90	8.951,80	53.710,80	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do ar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	31.488,31	29.720,21	26.751,75	31.569,57	33.327,44	33.302,97	32.649,93	33.055,99	32.897,44	33.056,63	32.133,80	60.667,00	410.621,04	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	31.488,31	29.720,21	26.751,75	31.569,57	33.327,44	33.302,97	32.649,93	33.055,99	32.897,44	33.056,63	32.133,80	60.667,00	410.621,04	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	759.654,34	704.772,62	692.274,83	750.416,44	854.465,91	868.460,35	890.836,15	891.027,90	850.144,76	736.006,32	867.630,63	1.071.761,12	9.937.451,37	4.299,49

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	21.686.651,74	
(-)Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais(V)(§13,art.166 da CF)	0,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	21.686.651,74	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (IIIa+IIIb)	9.941.750,86	45,84
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	11.710.791,94	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art.22 da LRF)	11.125.252,34	51,30
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art.59 da LRF)	10.539.712,75	48,60

Nota:
1 - Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64
2 - A Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores, nos termos do Art. 29-A da Lei 101/2000

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.488], PREF MUNIC DE NOVA NAZARE, Data/hora da emissão: 21/ago/2019 08h e 10m" Portaria Nº 495 de 2017

PREF MUNIC DE NOVA NAZARE

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: JANEIRO A DEZEMBRO/2018

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") R$ 1

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO 2018		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	253.298,82	900.769,50	1.411.582,24	0,00
Disponibilidade de Caixa	253.298,82	900.769,50	1.411.582,24	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	990.643,72	1.335.732,38	1.790.010,02	1.436.345,60
(-) Restos a Pagar Processados	737.344,90	434.962,88	378.427,78	1.482.264,04
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍV. CONSOLID. LÍQUIDA (DCL) (III)=(I-II)	-253.298,82	-900.769,50	-1.411.582,24	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	19.055.637,71	20.168.269,42	22.532.863,17	21.686.651,74
% DA DC SOBRE A RCL (I/RCL)	0,00	0,00	0,00	0,00
% DA DCL SOBRE A RCL (III/RCL)	-1,33	-4,47	-6,26	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - (12	22.866.765,25	24.201.923,30	27.039.435,80	26.023.982,09
LIMITE DE ALERTA (Inciso III so $ 1º do art.59 da LRF) - (108%))	20.580.088,73	21.781.730,97	24.335.492,22	23.421.583,88

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO 2018		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Precatórios Anteriores a 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Não incluídos na DCL)	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Insuficiência Financeira	0,00	0,00	0,00	45.918,44
Depósitos e Consignações sem Contrapatida	0,00	0,00	0,00	0,00
RP Não-Processados de exercícios anteriores	2.329.574,82	2.081.845,16	1.529.699,43	917.928,26
Antecipação de Receita Orçamentária - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.488], PREF MUNIC DE NOVA NAZARE, Data/hora da emissão: 21/ago/2019 08h e 36m" Portaria Nº 495 de 2017

PREF MUNIC DE NOVA NAZARE

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

:MONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: JANEIRO A DEZEMBRO/2018

RGF – ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º) R$ 1

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO 2018		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
AOS ESTADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
AOS MUNÍCIPIOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	19.055.637,71	20.168.269,42	22.532.863,17	21.686.651,74
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOL. DO SENADO FEDERAL < 22% >	4.192.240,30	4.437.019,27	4.957.229,90	4.771.063,38
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) < 19,8% >	3.773.016,27	3.993.317,35	4.461.506,91	4.293.957,04

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO 2018		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DOS ESTADOS (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DOS MUNÍCIPIOS (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO 2018		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)	0,00	0,00	0,00	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO 2018		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.488], PREF MUNIC DE NOVA NAZARE, Data/hora da emissão: 21/ago/2019 08h e 40m" Portaria Nº 495 de 2017

PREF MUNIC DE NOVA NAZARE

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: JANEIRO A DEZEMBRO/2018

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c") R$ 1

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Mobiliária	0,00	0,00
Internas	0,00	0,00
Externas	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Internas	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001 (I)	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001 (II)	0,00	0,00
TOTAL (III)	0,00	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	21.686.651,74	100,00
OPERAÇÕES VEDADAS (V)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE = (VI)=(IIIa+V-Ia-IIa)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDEREAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	3.469.864,28	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art.59 da LRF)	3.122.877,85	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.518.065,62	7,00

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.488], PREF MUNIC DE NOVA NAZARE, Data/hora da emissão: 21/ago/2019 08h e 47m" Portaria Nº 495 de 2017

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.488], PREF MUNIC DE NOVA NAZARE, Data/hora da emissão: 21/ago/2019 08h e 47m" Portaria Nº 495 de 2017

PREF MUNIC DE NOVA NAZARE

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

Referência: JANEIRO a DEZEMBRO /2018

RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R$ 1

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (Antes da Inscrição em Restos a Pagar Não Processados)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (Não Inscritos por Insuficiência Financeira)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(f)=(a-(b+c+d+e)-f)		
RECURSOS VINCULADOS (I)	502.587,08	0,00	321.974,12	0,00	1.100.140,31	0,00	-919.527,35	71.167,11	0,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	61.606,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	61.606,36	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB 40%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Destinados à Educação	42.233,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	42.233,94	0,00	0,00
Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde	334.729,62	0,00	321.974,12	0,00	0,00	0,00	12.755,50	71.167,11	0,00
Outros Recursos Destinados à Saúde	59.281,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	59.281,49	0,00	0,00
Recursos Destinados à Assistência Social	4.735,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.735,67	0,00	0,00
Recursos Destinados ao RPPS - Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Destinados ao RPPS - Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Educação e à Saúde)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Destinações Vinculadas de Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	1.100.140,31	0,00	-1.100.140,31	0,00	0,00
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS	588.551,03	0,00	6.289,44	0,00	0,00	0,00	582.261,59	3.765,00	0,00
Recurdos Ordinários	588.551,03	0,00	6.289,44	0,00	0,00	0,00	582.261,59	3.765,00	0,00
Outros Recursos não Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	1.091.138,11	0,00	328.263,56	0,00	1.100.140,31	0,00	-337.265,76	74.932,11	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.488], PREF MUNIC DE NOVA NAZARE, Data/hora da emissão: 21/ago/2019 08h e 50m"

Portaria Nº 495 de 2017

PREF MUNIC DE NOVA NAZARE

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: ATÉ O 3º QUADRIMESTRE DE 2018

LRF, art. 48 – Anexo 6 R$ 1

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR
Receita Corrente Líquida	21.686.651,74
Receita Corrente líquida Ajustada	21.686.651,74

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	9.941.750,86	45,84
Limite Máximo(Incisos I,II e III, art. 20 da LRF)	11.710.791,94	54,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	11.125.252,34	51,30
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art.59 da LRF)	10.539.712,75	48,60

DÍVIDA CONSOLÍDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	26.023.982,09	120,00

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	4.771.063,38	22,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITOS	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito Externas e Internas	3.469.864,28	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito por Antec. da Receita	1.518.065,62	7,00

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCICIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	74.932,11	-337.265,76

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.488], PREF MUNIC DE NOVA NAZARE, Data/hora da emissão: 21/ago/2019 09h e 05m" Portaria Nº 495 de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

LICITAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 161 DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

"QUE DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL"

José Elpídio de Moraes Cavalcante, Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais que lhe são inerentes por Lei, expede a seguinte Portaria;

R E S O L V E N D O:

Art. 1º - Ficam nomeados para ocuparem o cargo de acompanhamento e fiscalização da execução contratual de acordo com os termos do art. 67 da Lei nº 8.666/1993, os servidores abaixo relacionados:

NOME	SECRETARIA	CONTR./ ATA RP	OBJETO
FISCAL: THEREZA THOMAZIA ANTUNES BEZERRA DE LIMA CPF 019.630.351-60 SUPLENTE: MARCIA ANDREIA SEGABINAZI SCHEFER CPF: 830.243.101-00	SECRETARIA ASSISTENCIA SOCIAL	PREGÃO PRESENCIAL LICITAÇÃO Nº 42/2019	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO TIPO COLOCAÇÃO DE VIDROS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ÓRGÃOS PUBLICOS DO MUNICÍPIO DE NOVA OLIMPIA-MT
FISCAL: ERISON BARROS CPF: 882.082.731.04 SUPLENTE: JANIO FERREIRA CPF: 325.890.421-91	SECRETARIA DE OBRAS	PREGÃO PRESENCIAL LICITAÇÃO Nº 42/2019	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO TIPO COLOCAÇÃO DE VIDROS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ÓRGÃOS PUBLICOS DO MUNICÍPIO DE NOVA OLIMPIA-MT
FISCAL: LUCIMAR PEREIRA DE CARVALHO CPF: 937.397.371-15 SUPLENTE: PEDRO MIGUEL DA SILVA CPF: 369.307.411-91	Secretaria Planejamento	PREGÃO PRESENCIAL LICITAÇÃO Nº 43/2019	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA DECANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA - MT.
FISCAL: ANTONIO FERNANDO SILVA DE MORAIS CPF: 110.077.021-97 SUPLENTE:ELIZETE MARIA DA SILVA CPF: 974.886.071-04	SECRETARIA DE SAUDE	PREGÃO PRESENCIAL LICITAÇÃO Nº 42/2019	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO TIPO COLOCAÇÃO DE VIDROS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ÓRGÃOS PUBLICOS DO MUNICÍPIO DE NOVA OLIMPIA-MT
FISCAL: CARMEN LUCIA RODRIGUES MOURA CPF: 781.521.511-29 SUPLENTE: CLEBER LUIZ TEIXEIRA PINHEIRO CPF: 810.189.161-72	SECRETARIA EDUCAÇÃO	PREGÃO PRESENCIAL LICITAÇÃO Nº 42/2019	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO TIPO COLOCAÇÃO DE VIDROS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ÓRGÃOS PUBLICOS DO MUNICÍPIO DE NOVA OLIMPIA-MT

Art.2º - Os servidores ora nomeados não farão jus a gratificação ou remuneração especial, por se tratar de serviços relevantes prestados ao Município.

Art.3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal em Nova Olímpia – MT, 21 de agosto de 2019.

José Elpídio de Moraes Cavalcante

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº044/2019/PMNO
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 113/2019/PMNO

O município de Nova Olímpia - Mato Grosso, através da Pregoeira devidamente instituída, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar a Licitação na Modalidade PREGÃO SRP Nº. 044/2019/PMNO, para seleção da melhor proposta pelo MENOR PREÇO POR ITEM, tendo como objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇAO DE GENERO ALIMENTICIOS PERECIVEIS (CARNES E AFINS) DESTINADOS A CONFECÇAO DA MERENDA ESCOLAR, REFEIÇOES DOS FUNCIONARIOAS DA SECRETARIA OBRAS E SAUDE NA ZONA RURAL DO MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA - A abertura do certame está prevista para as **08h00min do dia 06 de Setembro de 2019**. As especificações detalhadas encontram-se em anexo acompanhado do edital. O edital completo poderá ser obtido pelos interessados através do site www.novaolimpia.mt.gov.br. As duvidas sobre o certame será dirimidas no departamento de licitações de segunda a sexta-feira no prédio da prefeitura municipal de Nova Olímpia localizado na Rua Wilson de Almeida, nº 259 s Bairro Jardim Ouro Verde, Cidade de Nova Olímpia/ MT, no horário de 07h00min as 11h00min e das 13:00 as 17:00 horas, ou contatar pelo telefone (65) 3332-1130.

Nova Olímpia/MT, 20 de Agosto de 2019.

Eliete Silva

Pregoeira Oficial

Port. 058/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE POSSE Nº. 009/2019 CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº. 001/2019

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE POSSE Nº. 009/2019

CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº. 001/2019

DATA: 21 de Agosto de 2019

O Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, Sr. **VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS,** no uso de suas atribuições legais e com amparo no Edital nº 001/2019 de 26 de Março de 2019 que trata do Concurso Público Municipal;

RESOLVE:

ART. 1º CONVOCAR, os candidatos abaixo relacionados, aprovados e classificados no Concurso Público 001/2019 para comparecerem junto ao Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã-MT no horário das 07:00 às 13:00, munidos dos documentos pessoais e profissionais, dos exames médicos obrigatórios conforme Art. 2 e anexo VI, do referido edital, para fins de nomeação, posse e exercício.

CARGO: 014 - APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL VIGILÂNCIA - DISTRITO PIRATININGA

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
0000002001	LEONARDO FABRICIO ROSA	3º CLASSIFICADO

CARGO: 042 - OPERADOR DE MÁQUINA PESADA

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
0000001904	FABIO ADRIANO CAMILO	4º CLASSIFICADO
0000001508	JOSE LUIS PIRES CAVALHEIRO	5º CLASSIFICADO

ART. 2º - A posse ocorrerá no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da publicação do ato de convocação.

ART. 3º - É vedada a posse mediante procuração.

ART. 4º - O não cumprimento por parte do candidato das exigências previstas no Edital nº 001/2019 e demais legislações vigentes implicará em desistência da vaga ao cargo ao qual foi aprovado ou classificado e convocado.

PARÁGRAFO ÚNICO – A não apresentação do candidato no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados a partir da data de publicação deste Edital implicará na perda dos direitos decorrentes da classificação e renuncia ao cargo ao qual foi convocado.

ART. 5º - O exercício do cargo público para qual o candidato foi aprovado e convocado deverá acontecer imediatamente após o ato de passe, sob pena de exoneração daquele que não cumprir esta determinação.

ART. 6º - A não apresentação de qualquer documento previsto neste Edital e demais legislações vigentes impossibilitará o candidato a ser empossado e entrar em exercício do cago público.

ART. 7º - Relação de documentos exigidos, originais e cópias:

ÿ Atestado de Saúde Ocupacional - ASO,(especialmente para fins de Trabalho).

ÿ Declaração de Bens e Valores com reconhecimento de assinatura.

ÿ Declaração de que não exerce outro cargo, emprego ou função pública inacumulável.

ÿ Cédula de Identidade (RG);

ÿ Cadastro de Pessoa Física (CPF);

ÿ Certidão de Nascimento ou Casamento (Se casado cópia do CPF do Cônjuge);

ÿ Certidão de Nascimento e CPF dos Filhos Dependentes;

ÿ Carteira de Vacina dos Filhos Menores de 06 (seis) anos;

ÿ Comprovante de Endereço (Água, luz, etc.)

ÿ Carteira de PIS ou PASEP e Carteira de Trabalho CTPS;

ÿ Título de Eleitor;

ÿ Comprovante de votação da última eleição

ÿ Documento Militar (Se homem);

ÿ *Documento Escolar, Antecedentes Criminais, 01 Foto 3x4, Telefone e E-mail*

ÿ *Nº. Conta Corrente no Banco do Brasil; AG:_____ C/C _____*

NOVA UBIRATA 21 DE AGOSTO DE 2019

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS

Prefeito Municipal

MODELO I D E C L A R A Ç Ã O

Eu, ********** portador (a) da Cédula de Identidade RG nº. **********inscrito (a) no CPF sob o n° **********, declaro para devidos fins e efeitos legais sob as penas da lei que, **NÃO** possuo acumulo de cargo público, com cargo incompatível entre as funções exercidas.

Por ser verdade firmo a presente declaração.

Nova Ubiratã/MT, ******* de ******** de 2019.

_____

****

MODELO II

DECLARAÇÃO DE BENS

Eu ********** portador (a) da Cédula de Identidade RG nº. ********** inscrito (a) no CPF sob o n° **********, residente e domiciliado neste município de Nova Ubiratã/MT, em cumprimento ao que determina a Lei Federal nº. 8.429 de 2 de junho de 1992, em seu Artigo 13, § 1º, DECLARA que:

Descrever o Bens e valores e se não tiver bens descrever “Não possuo bens em meu nome”

Por ser verdade e para que surta os efeitos legais, firmo a presente DECLARAÇÃO.

Nova Ubiratã/MT, ******* de ******** de 2019.

_____

****

ATA Nº 049/2019 DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

ATA Nº 049/2019 da Audiência Pública, aos vinte dias do mês de agosto de dois mil e dezenove, as quatorze horas, no Plenário do Legislativo Municipal, conforme edital nº 008/2019, que convocou a população para fase de elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentária para o exercício de 2020 no Plenário do Legislativo Municipal, Plenário Benedito Dutra, foi realizada a audiência publica fase de elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentária para que irá nortear a elaboração do Orçamento Anual para o exercício de dois mil e vinte, que foi aberta e presidida pelo Senhor Antonio Ribeiro Guimarães, contador da Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã, fazendo abertura do trabalhos da audiência publica o Contador Senhor Antonio Ribeiro Guimarães, agradeceu a presença de todos, dentre as presença estava o Secretário de Finanças Edivan Batista Beserra, o Secretário de Obras Cosmen Brito de Souza, a Vice Prefeita Eliani Ross, o Secretário de Saúde Silvio Stolfo, o Secretário de Meio Ambiente Arnon Soares Vandes, o Secretário de Governo Neivo Aparecido Fonseca e o Vereador Leonildo Antonio. Se deu início nas discussões da fase de elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentária, com demonstrativos visuais, começou com apresentação do texto explicativo sobre as Leis que regem a elaboração da LDO, começou dizendo que a finalidade principal da Audiência Publica era dar transparência aos atos do Poder Executivo Municipal, e que a participação de todos os segmentos da sociedade demonstrava a importância da audiência, principalmente porque trazia para a população á luz do dia o planejamento da administração publica para seus munícipes. Em seguida demonstrou os projetos que já estão fixado no Plano Plurianual – PPA, e que serão inseridos na LDO para o exercício de dois mil e vinte. Demonstrou o anexo da Receita e sua evolução desde dois mil e dezessete até junho de dois mil e dezenove e já a sua projeção de arrecadação no ano de dois mil e dezenove e assim já fazendo a projeção para dois mil e vinte, vinte e um, e vinte e dois. Demonstrou também o anexo da despesas e metas por programas e Órgão que compõe toda a estrutura da administração municipal. No entanto explicou aos participantes que estes projetos apresentados já foram debatidos durante a elaboração do PPA, mas que os participante desta audiência poderiam apresentar novas indicações que os mesmos seriam inseridos na proposta da lei de diretrizes orçamentária e posteriormente na Lei Orçamentária, com emenda no PPA, com projeto enviado ao Legislativo Municipal. Após estas explanações o Senhor Antonio, falou aos participantes, que estava aberta a audiência para explicação de qualquer dúvida. Em seguida como não houve mais questionamento o Senhor Antonio, agradeceu a presença de todos e não havendo nada mais a ser relatado, eu Wander da Silva Conceição, funcionário administrativo desta Prefeitura, fui presente e lavrei a presente ata.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

SECRETARIA DE GABINETE
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Tendo em vista a frustração da tentativa de notificação prevista no art.3º, parágrafo primeiro, inciso I, da Lei Municipal nº 1.975/2016, o Município de Nova Xavantina - MT, por intermédio da Analista Tributária, nos termos

do inciso II, parágrafo primeiro do art. 3º, da referida Lei Municipal, vem NOTIFICAR o proprietário dos imóveis abaixo discriminados, **em razão do descumprimento dos mandamentos legais previstos.**

Assim sendo, fica o proprietário notificado, devendo no **prazo máximo de um ano** a partir da publicação desta notificação, **comunicar à Prefeitura de Nova Xavantina uma das seguintes providências, conforme art. 4º da Lei Municipal 1975/2016: início da utilização do imóvel, protocolo de alvará de aprovação de projeto de parcelamento do solo ou alvará de aprovação e execução de edificação.**

Pontuo que as obras de parcelamento ou edificação deverão iniciar-se no prazo máximo de 2 (dois) anos a partir da expedição do alvará de aprovação do projeto de parcelamento do solo ou alvará de aprovação e execução de edificação, tendo o proprietário o prazo de até 5 (cinco) anos, a partir do início de obras, para comunicar a conclusão do parcelamento do solo, da edificação do imóvel ou da primeira etapa de conclusão de obras no caso de empreendimentos de grande porte.

Destaco por fim que o descumprimento das condições e prazos estabelecidos para parcelamento, edificação ou utilização compulsórios, **ensejam sucessivamente aplicação de Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana Progressivo no Tempo – IPTU Progressivo e desapropriação do imóvel.**

Os proprietários dos imóveis que se encontram em desacordo com a legislação municipal são os seguintes:

Nome do Proprietário	Inscrição do Imóvel	Endereço do imóvel
Rone Carlos Souza e Silva	001.09.098.189.13.001	Avenida Goiânia, setor 09, quadra 098, lote 13, Bairro Tonetto.
Rone Carlos Souza e Silva	001.09.098.189.14.001	Avenida Goiânia, setor 09, quadra 098, lote 14, Bairro Tonetto.

Nova Xavantina – MT, 20 de agosto de 2019.

Rhaymura Y. Gomes Abreu

Analista Tributária

Port.9.365/18

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.540, DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

DECRETO N.º 3.540, DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

Declara a nulidade da certificação, contratação e posse de Agente Comunitários de Saúde e de Agentes de Combates às Endemias e rescinde vínculo de trabalho e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe legais que confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislação que trata da matéria;

Considerando os dispositivos constantes na Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006, em especial o parágrafo único do artigo 2°, o qual apenas dispensou de novo processo de seleção, os profissionais que tivessem sido contratados até a data da publicação da Emenda através de processo de Seleção Pública, devidamente certificada;

Considerando que os Agentes Comunitários de Saúde integrantes do Processo Administrativo Disciplinar n° 019/2017 ingressaram no serviço público municipal posteriormente à publicação da Emenda, o que não os torna dispensados de novo processo seleção;

Considerando o disposto no Decreto n.º 1.652, de 05 de setembro de 2. 008, que "*dispõe sobre a homologação do Processo de Seleção dos Agentes Comunitários de Saúde e dá outras providências"*;

Considerando que no item 5 do art. 1º do Decreto n.º 1.652, de 05 de setembro de 2.008, foi procedida a homologação da aprovação de Agentes Comunitários de Saúde e de Agentes de Combate às Endemias em processo de seleção de ***03 de abril de 2.006, data posterior à publicação Emenda Constitucional n.º 51/2006***;

Considerando que conforme estabelecido no Decreto n° 1.652, de 05 de setembro de 2008, os profissionais integrantes do Processo Administrativo Disciplinar n° 019/2017, foram certificados e dispensados de novo processo de seleção de forma indevida pelo gestor da época, e se encontram até o momento desempenhando as funções atinentes ao cargo de Agente Comunitário de Saúde;

Considerando o disposto no Parecer nº 21/2017 – ACG, da Auditoria e Controladoria Geral, exarado no processo de concessão de benefício de aposentadoria por idade e contribuição com proventos proporcionais, em favor da servidora Nazaré Rodrigues Barros;

Considerando o poder da Autotutela, conforme dicção da Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal, bem como a ausência de direito líquido e certo diante do descumprimento dos requisitos da EC 51/2006, tem-se a impossibilidade de convalidação do ato por vício de legalidade;

Considerando que os atos de contratações à título precário, anteriores a EC 51/2006, sem o devido processo de seleção, não induzem á dispensa de novo processo de seleção, vez que, conforme dicção da EC 51/2006, apenas estão dispensados de nova seleção, os profissionais que se submeteram á processo de seleção anterior devidamente certificado;

Considerando o preconizado nos Autos do Processo Administrativo n.º 019/2017 e o disposto no Relatório Final, em que a Comissão Processante conclui que: "*conforme documentação apresentada, esta Comissão delibera pela declaração de NULIDADE DA CERTIFICAÇÃO, CONTRATAÇÃO E POSSE DOS AGENTES DE SAÚDE E DE COMBATE A ENDEMIAS, devendo ser encerrado o vínculo precário com a administração municipal*"; **Decreta**:

Art. 1º Por padecer de amparo legal, e diante da existência de vício de ilegalidade, consistente no descumprimento dos requisitos do parágrafo único do artigo 2° da Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006, declarar a nulidade da Certificação, Contratação e Posse dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combates às Endemias, abaixo discriminados, constantes do item 5 do art. 1º do Decreto n.º 1.652, de 05 de setembro de 2.008, que "*dispõe sobre a homologação do Processo de Seleção dos Agentes Comunitários de Saúde e da outras providências"*:

I - Maria Inês Baldonado Rodrigues – Matrícula Funcional 1968;

II - Nazaré Rodrigues da Silva Barros – Matrícula Funcional 1971;

III - Elbe Henriqueta A. Wehren Moraes – Matrícula Funcional 4363;

IV - Kátia Gonçalves Dias – Matrícula Funcional 1962;

V - Romeu Albano Kasper – Matrícula Funcional 1972;

VI - Gilmar Martins Honostório – Matrícula Funcional 1956;

VII - Suely Tavares Santana – Matrícula Funcional 1980;

VIII - Ronicy Bueno de Souza – Matrícula Funcional 1973;

IX - Luciano Batista da Silva – Matrícula Funcional 1964;

X - Eliane Rodrigues da Silva – Matrícula Funcional 1952;

Art. 2º Determinar a Gerência de Gestão de Pessoas para adotar as providências legais e necessárias para rescisão unilateral imediata dos vínculos de trabalhos/contratos dos servidores de que trata o art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 20 de agosto de 2019.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2.019.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2.019.

A Prefeitura Municipal de Nova Xavantina – MT, através de seu Pregoeiro Oficial vem a público divulgar o RESULTADO da licitação na modalidade Pregão Presencial nº 037/2.019, Processo Administrativo nº 063/2.019, o qual teve como objeto a **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL.** Empresa Habilitada e vencedora PARREIRA, QUEIROZ & CIA LTDA – CNPJ 15.350.473/0001-96 com valor de R$ 2.017.723,10 (dois milhões, dezessete mil, setecentos e vinte e três reais e dez centavos).

Nova Xavantina – MT, 21 de agosto de 2.019.

WALMIR ARRUDA COSTA

Pregoeiro Oficial

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2.019.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2.019.

A Prefeitura Municipal de Nova Xavantina – MT, através de seu pregoeiro oficial, vem a público divulgar o RESULTADO da Habilitação, Adjudicação e Homologação da licitação na modalidade Pregão Presencial nº 038/2.019, processo administrativo nº 064/2.019, o qual tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR, ZERO QUILÔMETRO, TIPO CAMINHONETE CABINE SIMPLES, DIESEL S10, AR CONDICIONADO, DIREÇÃO HIDRÁULICA E DEMAIS ITENS PADRÃO. Empresa vencedora FANCAR DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 00.784.470/0003-55, com o valor final e global de R$ 134.800,00 (cento e trinta e quatro mil e oitocentos reais).

Nova Xavantina – MT, 21 de agosto de 2.019.

Walmir Arruda Costa

Pregoeiro

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO 2ª RETIFICAÇÃO PREGÃO Nº 040/2.019

AVISO 2ª RETIFICAÇÃO PREGÃO Nº 040/2.019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA – MT, torna público **A 2ª RETIFICAÇÃO** do edital do PREGÃO PRESENCIAL nº 040/2.019 - **objeto**:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO (ALARME MONITORADO E CIRCUITO FECHADO DE TELEVISÃO – CFTV) E VISITA/VISTORIA IMEDIATA AOS CHAMADOS DE DISPARO/DETECÇÃO DE ALARMES, COMPREENDENDO MONITORAMENTO DE IMAGENS E DE ALARMES, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS EM COMODATO PARA ATENDER A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS. **Onde se lê: D**ata de abertura dos envelopes 29/08/2.019, às 9h00 (horário de Brasília), **leia-se:** Data de abertura dos envelopes 04/09/2.019, às 9h00 (horário de Brasília), a integra da retificação encontra-se disponível a todos interessados, no Palácio dos Pioneiros – sala de licitações, sito Avenida Expedição Roncador Xingu, 249 – Centro – St. Xavantina. Os interessados em obter maiores informações e cópia do Edital, poderão fazê-lo junto ao setor de Licitações, através do sitio: https://novaxavantina.mt.gov.br/editais-de-licitac... e/ou e-mail: licitacao@novaxavantina.mt.gov.br

Nova Xavantina – MT, 21 de agosto de 2.019.

Walmir Arruda Costa

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 170/2019

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve:

RETIFICA:

Portaria nº 166/2019 publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso na data de 20 de Agosto de 2019.

Onde se Lê: Art. 1º – Elevar de Nível I para Nível II de 20%, 242(Duzentos e quarenta e dois) horas de curso, conforme estabelece o Art. 11, Capítulo III da Lei Municipal nº 822, de 23 de abril de 2009, a servidora **HELANIR VICENTE DOS SANTOS,** brasileira, maior, portadora do CPF: nº 825.532.201-97,efetiva no cargo de **ASSISTENTE DE SAUDE- AUXILIAR DE ENFERMAGEM.**

Leia-se:

Art. 1º – Elevar de Nível II para Nível III de mais 30% conforme prevê no PCCS, 242(Duzentos e quarenta e dois) horas de curso, conforme estabelece o Art. 11, Capítulo III da Lei Municipal nº 822, de 23 de abril de 2009, a servidora HELANIR VICENTE DOS SANTOS, brasileira, maior, portadora do CPF: nº 825.532.201-97, efetiva no cargo de ASSISTENTE DE SAUDE- AUXILIAR DE ENFERMAGEM.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT, 21 de Agosto de 2019.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 172/2019

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve:

Art. 1º – Elevar de Nível I para Nível II, conforme estabelece o Art. 11, Capítulo III da Lei Municipal nº 822, de 23 de abril de 2009, a servidora **Marlene Silvestre Lopes**, brasileira, maior, portadora do RG: nº 1645338-7 SSP/MT e do CPF: nº 036.716.191-55, lotada na **Secretaria Municipal de Saúde** no cargo de **Agente Comunitário de Saúde.**

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT, 21 de Agosto de 2019.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 171/2019

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve:

Art. 1º – Elevar de Nível I para Nível II, conforme estabelece o Art. 11, Capítulo III da Lei Municipal nº 822, de 23 de abril de 2009, **Mirian da Costa dos Santos**, brasileira, maior, portadora do RG: nº 1893166-9 SSP/MT e do CPF: nº 016.214.731-71, lotada na Secretaria Municipal de Saúde no cargo de **Agente Comunitário de Saúde.**

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT, 21 de Agosto de 2019.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 173/2019

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve:

Art. 1º – Elevar de Nível I para Nível II, conforme estabelece o Art. 11, Capítulo III da Lei Municipal nº 822, de 23 de abril de 2009, **Ângela Maria Guimarães Marques Pimenta,** brasileira, maior, casada, portadora do RG. Nº 1761455-4 SSP/MT e do CPF Nº. 932591901-04, no cargo de **Agente Comunitário de Saúde**, lotada na **Secretaria Municipal de Saúde.**

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT, 21 de Agosto de 2019.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 169/2019

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve:

RETIFICA:

Portaria nº 165/2019 publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso na data de 20 de Agosto de 2019.

Onde se Lê: Art. 1º – Elevar de Nível III para Nível IV de 20%, 524(QUINHENTOS E VINTE E QUATRO) horas de curso, conforme estabelece o Art. 11, Capítulo III da Lei Municipal nº 822, de 23 de abril de 2009, a servidora **ELIZABETE CARDOSO DE LIMA,** brasileira, maior, portadora do CPF: nº 340.320.021-34,efetiva no cargo de **TECNICO DE ENFERMAGEM.**

Leia-se:

Art. 1º – Elevar de Nível III para Nível IV de mais 20% conforme prevê no PCCS onde a mesma passa de 50% para receber 70%,524(QUINHENTOS E VINTE E QUATRO) horas de curso, conforme estabelece o Art. 11, Capítulo III da Lei Municipal nº 822, de 23 de abril de 2009, a servidora ELIZABETE CARDOSO DE LIMA, brasileira, maior, portadora do CPF: nº 340.320.021-34, efetiva no cargo de TECNICO DE ENFERMAGEM.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT, 21 de Agosto de 2019.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 008/2019

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2019

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, Sr. **Silvano Pereira Neves**, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o resultado do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019, **CONVOCA** os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019 realizado em 14 de abril de 2019, para comparecer na Sede da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir da publicação deste Edital, no horário das 7:00h às 13:00h, apresentando os documentos de habilitação relacionados no Anexo I deste edital, bem como realizar exames médico admissional nos termos dos Anexos II e III deste edital, a fim de ser nomeado no respectivo cargo, no prazo acima estabelecido.

Nome	Cargo	Classificação
LOANDO PAULO MARCIANO	**MOTORISTA II**	**5º CLASSIFICADO**
VALDEMAR DE OLIVEIRA	**MOTORISTA II**	**6º CLASSIFICADO**

Para a realização dos exames médico admissional os candidatos aprovados, conforme lista acima, domiciliados neste município deverão apresentar-se no PSF.

Sê domiciliado em outra unidade da federação deverão realizar os exames médico admissional perante qualquer médico devidamente registrado no CRM (Conselho Regional de Medicina).

Os candidatos convocados deverão submeter aos exames enumerados no ANEXO II e apresentar atestado médico conforme o ANEXO III.

Será considerado desistente perdendo a vaga respectiva, a não apresentação no prazo fixado por este edital; não apresentação para posse no prazo fixado; não comprovação dos requisitos exigidos através da documentação necessária para o provimento do cargo, podendo a Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT, convocar o (a) candidato (a) classificado (a) na colocação subseqüente.

Novo Horizonte do Norte/MT, 20 de agosto de 2019.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

ANEXO I

Apresentar em cópia

Carteira de Identidade (RG).

Cadastro de Pessoa Física (CPF).

Título de Eleitor

Certidão de Nascimento ou Casamento (se casado, cópia CPF do cônjuge)

Carteira de Trabalho

PIS ou PASEP

Numero de Telefone para contato

Comprovante de residência

Certidão dos filhos menores de 21 anos

Carteira de vacinação (dos filhos se tiver)

Reservista ou Alistamento Militar (Obrigatório para o sexo masculino)

Carteira Nacional de Habilitação (Obrigatório para o cargo de motorista)

Apresentar em cópia autenticada:

Comprovante de Escolaridade (**Histórico/Atestado e ou Certificado de Conclusão**)

Apresentar via original:

Certidão Negativa expedida pelo Órgão de Classe (CRM, CRO, COREN, CREFITO etc...)

Certidão de Quitação Eleitoral

Exame Médico Admissional

Certidão de Antecedentes Criminais da Comarca do domicilio do candidato

Declaração de Bens

Declaração de não acumulo de cargo, emprego ou função pública.

Uma foto 3x4 recente

ANEXO II

EXAMES CLINICOS ADMISSIONAIS PARA TODOS OS CARGOS

Cargos: Apoio Administrativo Educacional "A", "C", "E" e Professor.

HEMOGRAMA

GLICEMIA

COLESTEROL TOTAL

Cargos: Assistente Social, Agente Social de Esporte e Lazer, Monitor de Artesanato, Enfermeira, Farmacêutico, Nutricionista, Dentista, Médico, Técnico em Enfermagem, Psicóloga, Fisioterapeuta, Recepcionista, Auxiliar de Consultório Dentário - ACD, Técnico em Agropecuária, Técnico Agrícola,Veterinário, Agente de Saúde Ambiental - ASA, Fiscal Sanitário, Auxiliar de Laboratório, Auxiliar de Serviços Gerais, Vigia, Agente Comunitário de Saúde, Orientador Social,

HEMOGRAMA.

GLICEMIA.

COLESTEROL TOTAL

HIV

SOROLOGIA(HEPATITES)

Cargo: Motorista, Operador de Trator de Pneus.

ACUIDADE VISUAL

HEMOGRAMA.

GLICEMIA.

COLESTEROL TOTAL

RAIO-X COLUNA COM LAUDO

Cargos: Gari / Zeladora/ Operador de Saneamento / Serviços Gerais

SOROLOGIA (HEPATITES)

HIV I E II

HEMOGRAMA.

GLICEMIA.

COLESTEROL TOTAL

RAIO-X COLUNA COM LAUDO

Cargo: Cozinheira

SOROLOGIA (HEPATITES)

HIV I E II

HEMOGRAMA.

GLICEMIA.

COLESTEROL TOTAL

PARAZITOLOGICO FEZES

VDRL

ANEXO III

MODELO DE ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL – ASO

ÓRGÃO EMPREGADOR:

( ) Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT - CNPJ nº

Nome do servidor: _____

Identidade nº _____ Data de nascimento_____

Função que irá exercer: _____

MOTIVO DA AVALIAÇÃO MEDICA:

( ) Admissional

PROCEDIMENTO MÉDICO A QUE FOI SUBMETIDO

( ) Avaliação clínica e Anamnese Ocupacional

( ) Exame de aptidão física e mental

Exames Complementares_____

Observações: _____

Conclusão sobre a capacidade

( ) Apto

( ) Inapto

Riscos Ocupacionais

( ) Físicos ( ) Ergonômicos ( ) Químicos

( ) Biológicos ( ) Acidentes ( ) Sem Risco

Próxima Avaliação:

( ) seis meses ( ) um ano ( ) dois anos

data, _____/_____/_____

_____ _____

Assinatura Servidor Carimbo Assinatura Médico/CRM

ÓRGÃO EMPREGADOR:

( ) Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT – CNPJ nº

Nome do Servidor: _____

Identidade nº _____ Idade: _____ Estado Civil: _____

Função que irá exercer: _____ Naturalidade: _____

Antecedentes: Já teve ou tem?

( ) Pressão alta ( ) Tuberculose ( ) Alergia a medicamentos/Alimentos ( ) Hepatite ( )Asma

( ) Pneumonia ( ) Sífilis ou doenças sexualmente transmissíveis ( ) Otite ( ) Diabetes

Intervenção cirúrgica? Sim. ( ) Não ( ) _____

Uso de medicamentos? Não ( ) Sim ( ) _____

Mulheres: Menstruação – Menarca: ( ) Regular ( ) Irregular ( ) Ausente

Gestação: ( ) P.N. ( ) Cirúrgicos ( ) Filhos vivos ( ) Aborto

HISTORICO OCUPACIONAL

Empregos Anteriores – Empresa: _____

Função: _____ Tempo na empresa: _____Turno: __

Poeira ( ) Ruído ( ) Calor excessivo ( ) Frio ( ) Radiação ( )

Alta Pressão ( ) Baixa Pressão ( ) Outros ( )

Metais Pesados: Ácidos ( ) Solventes orgânicos ( ) Inseticidas ( ) Fungicidas ( )

Urinário ( ) Outros ( )

Exerce outra atividade além do emprego? Não ( ) Sim ( )

Já sofreu algum acidente do trabalho? Não ( ) Sim ( ) C/ afastamento ( ) Encaminhado ( )

Fuma? Não ( ) Sim ( ) Cigarro ( ) Charuto ( ) Cachimbo ( )

Bebe? Não ( ) Sim ( ) destilada ( ) fermentada ( ) sem preferência ( )

Pratica algum esporte? Não ( ) Sim ( ) quantas vezes por semana ( )

EXAME MÉDICO

Vacinas: Anti Tetânica ( ) Poliomielite ( ) Tríplice ( ) Outras: _____

Altura: _____ Peso: _____ Temperatura: ____Pulso: _____

P.A: _____ mmHg

Cabeça – Face _____Dentes_____

Tórax Tipo: _____F.R._____Asculta_____

Ap. Circ. Asculta:_____

Abdomem Tipo: _____Palpação_____

Ap. Genito Urinário: _____

Coluna Vertebral_____

Membros_____

Sistema Nervoso _____

Exames Complementares: _____

Uso de lentes corretoras: Não ( ) Sim ( )

CONCLUSÃO: ( ) APTO ( ) INAPTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 271/2019 DE 20 DE AGOSTO DE 2019

"Dispõe sobre a retificação da Portaria nº 270/2019 de 14 de agosto de 2019 que concede o benefício de aposentadoria por invalidez em favor da servidora Sra. RUTH FERREIRA BORGA, em relação a soma dos dias de contribuição da mesma".

A Diretora Executiva do PREVI-MUNDO, Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e Considerando o disposto na Emenda Constitucional n.º 70 de 29 de março de 2012, que acrescentou o artigo 6-A a Emenda Constitucional n.º 41/2003, combinado com os artigos 13, 55 e 53 da Lei Municipal n.º 453/2018 de 04 de dezembro de 2018 que dispõe sobre a nova estruturação do Regime Próprio de Previdência Social do Município de NOVO MUNDO - MT e dá outras providências, Anexo I da Lei complementar nº 022/2011 de 29 de dezembro de 2011, que dispõe sobre a carreira dos Profissionais da Educação Pública Básica do Município de Novo Mundo – Mato Grosso, e o último reajuste concedido pela Lei Complementar nº 066/2019 de 28 de Fevereiro de 2019.

Resolve,

Art. 1º - *Conceder o benefício de* ***Aposentadoria por Invalidez,*** *em favor da Sra.***RUTH FERREIRA BORGA**, portadora do **RG. nº. 0138005-2 SJ/MT** e **CPF nº. 176.903.741-15**, cadastrada sob o **RE n°153**, efetiva no cargo de **PROFESSOR MAGISTÉRIO, Classe B, Nível 04**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, a referida Servidora conta com 6.341 dias trabalhados, ou seja, 17 ANOS, 04 MESES E 10 DIAS, **com proventos proporcionais ao tempo de contribuição calculados com base na última remuneração, conforme o processo do PREVI-MUNDO n.º 003.2019.**

Art. 2º - *Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 12 de julho de 2019, revogadas as disposições em contrário em especial a portaria nº 242/2019.*

.

Registre, publique e cumpra-se.

NOVO Mundo MT 20 de agosto de 2019

LIRIA KURTEN WRONSKI

Diretora Executiva

HOMOLOGO:

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 273/2019. DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

"Dispõe sobre a retificação da Portaria nº 264/2019 de 07 de agosto de 2019 que concede o benefício de auxilio doença em favor do servidor Sr. JOÃO GENTILINI, em relação a data do benefício".

".

A Diretora Executiva do ***PREVI-MUNDO****, Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais*

R E S O L V E :

Artigo 1° -Conceder, Auxílio Doença em conformidade com o artigo 21 , da LEI 453 de 04 de dezembro de 2018, e conforme atestados e perícia, de 31/07/2019 à 15/08/2019, ào servidor **JOAO GENTILINI**, portador do RG n.º 12R1.831.167 SSP/SC, inscrito no CPF n.º 576.213.229.34, efetivo no cargo de **Auxiliar De Serviços Gerais,** lotadao na Secretária Municipal de Obras Matr.938

Artigo 2° -Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.Com efeitos em 31/07/2019

REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Previ-Mundo, aos 21 de agosto de 2019

LIRIA KURTEN WRONSKI

Diretora Executiva

HOMOLOGO: .

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 038/2019

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 038/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO – MT.

CONTRATADA: DANTECH ENGENHARIA EIRELI

CNPJ: 21.793.093/0001-29

VALOR TOTAL: R$ 24.980,00 (VINTE E QUATRO MIL NOVECENTOS E OITENTA REAIS)

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ENGENHARIA DE SEGURANÇA DO TRABALHO PARA ELABORAÇÃO DE LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES DE AMBIENTE DE TRABALHO -

LTCAT DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE NOVO SANTO ANTÔNIO.

VIGÊNCIA: 14/08/2019 A 14/02/2020

NOVO SANTO ANTÔNIO – MT, EM 21 DE AGOSTO DE 2019.

_____

ADÃO SOARES NOGUEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2019

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2019

PROCESSO Nº 048/2019

TIPO: Menor Preço por item

A Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio – MT torna público para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial 018/2019, cuja abertura ocorreu às 09h00min do dia **21 de Agosto de 2019**, na sede da Prefeitura Municipal, situada à Avenida 29 de setembro, n°.244, Centro, Novo Santo Antônio, Cujo objeto é o **"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE ARTEFATOS DE CIMENTO (MANILHAS) PARA USO EM SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE BUEIROS, ESTRADAS E OBRAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE NOVO SANTO ANTÔNIO-MT".**

Sagrando vencedora empresa abaixo descrita:

EMPRESA	CNPJ	QUANT ITENS	VALOR TOTAL
GLEIDIMAR PEREIRA LUZ90468384120	33.531.656/0001-90	02	R$: 92.540,00

VALOR TOTAL R$ 92.540,00 (Noventa e dois mil e quinhentos e quarenta reais).

A Ata Integral de Registro de Preços da empresa acima citada, se encontra à disposição dos interessados nos autos do referido processo licitatório na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio-MT, sito a Rua 29 de Setembro nº 244, Centro Novo Santo Antônio-MT.

NOVO SANTO ANTONIO-MT, **21 de Agosto de 2019.**

EVA RODRIGUES BRITO

Pregoeira Oficial

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2019

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2019

PROCESSO Nº 047/2019

TIPO: Menor Preço por item

A Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio – MT torna público para conhecimento dos interessados que o **Pregão Presencial 020/2019**, cuja abertura ocorreu às 09h00min do dia **20 de Agosto de 2019**, na sede da Prefeitura Municipal, situada à Avenida 29 de setembro, n°.244, Centro, Novo Santo Antônio, Cujo objeto é o **"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TONER E CARTUCHOS DE IMPRESSORAS EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVO SANTO ANTONIO-MT, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I DO EDITAL - TERMO DE REFERÊNCIA".** Sagrando vencedoras empresas abaixo descritas:

EMPRESA	CNPJ	QUANT ITENS	VALOR TOTAL
MARCOS S BIUDES	08.257.279/0001-03	15	R$ 56.805,30
JONATHAN SILVA LUZ01322186154	30.709.546/0001-87	02	R$ 5.042,50

VALOR TOTAL R$ 61.847,80 (SESSENTA E UM MIL E OITOCENTOS E QUARENTA E SETE E OITENTA CENTAVOS).

A Ata Integral de Registro de Preços da empresa acima citada, se encontra à disposição dos interessados nos autos do referido processo licitatório na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio-MT, sito a Rua 29 de Setembro nº 244, Centro Novo Santo Antônio-MT.

NOVO SANTO ANTONIO-MT, **21 de Agosto de 2019.**

EVA RODRIGUES BRITO

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO 005/2015

Contrato nº. 005/2015 – Distratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Distratado**ÁGILI SOFTWARE BRASIL - LTDA, CNPJ 26.804.377/0001-97.** Objeto: Contratação de empresa especializada para licenciamento de soluções de tecnologia da informação para gestão pública administrativa, incluindo manutenção adaptativa e corretiva, consultoria técnica, conversão de dados, implantação, treinamento softwares, atendendo as características e especificações técnicas previstas no Anexo I e Anexo II, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT. **Data da Rescisão: 07/08/2019**. Departamento de Licitações e Contratos, em 21 de agosto de 2019.

LICITAÇÃO
ABERTURA DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 062/2019

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através do pregoeiro nomeado pela portaria nº 009 de 15 de janeiro de 2019, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará a licitação, pela modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 062/2019**, regido pela Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, subsidiariamente à Lei nº 8.666/93 (e suas alterações posteriores), Decreto Federal 3.555 de 08 de Agosto de 2000, que regulamenta o Pregão e Decreto Municipal nº 1005/2014, Decreto nº 1452/2018 e Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006 que Institui o Estatuto Nacional da ME da EPP. Objeto: Constitui objeto da presente licitação a Contratação de Empresa Especializada para Locação de 01 (um) Caminhão Pipa para atender o Distrito do Salto da Alegria,a pedido da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos de Paranatinga – MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I e Termo de Referência do respectivo Edital. Data de abertura **03/09/2019**, terça-feira **às 08:00 h (Horário Local).** O Edital e os seus Anexos poderão ser retirados no site da Prefeitura **www.paranatinga.mt.gov.br** ou na sede da Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT, Sito Av. Brasil, nº 1900 – Centro, mais Informações pelo e-mail: **edital.ptga@hotmail.com** ou Telefone 66 3573-1329/1756. Horário de atendimento é de segunda a sexta-feira das **07 às 11h (Horário Local)**. Em 21 de agosto de 2019. Pregoeiro Devenilson da Silva.

LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE PRAZO Nº 01 AO CONTRATO Nº 61/2019

Aditivo nº 01 ao Contrato 61/2019 – **CONTRATANTE**: Prefeitura Municipal de Paranatinga; **CONTRATADA**: **E J GOMES BEZERRA CURSOS - ME**, **CNPJ: 10.863.523/0001-15.** Objeto: a Contratação de Empresa Especializada e Habilitada no Curso de Capacitação pelo "Método das Boquinhas"

com duração de 20 horas, em conformidade com o Artigo 25, inciso I da Lei 8.666/93, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Paranatinga-MT. **Prazo: 20/08/2019 A 20/11/2019**. Departamento de Licitações e Contratos, em 20 de agosto de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

DECRETO N.º 130/2019 - CONSELHO MUNICIPAL DO FETHAB

21 DE AGOSTO DE 2019.

Dispõe sobre alteração do Decreto nº 018/2019 de 12 de fevereiro de 2019, **CONSELHO MUNICIPAL DO FETHAB** e dá outras providências.

JUVENAL PEREIRA BRITO, Prefeito do Município de Pedra Preta, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 978/2017, de 20/04/2017 que criou o CONSELHO MUNICIPAL DO FETHAB;

DECRETA

Art. 1º Fica alterado o Conselho Municipal do Fundo de Transportes e Habitação – FETHAB, que será constituído por 5 (cinco) representantes do Poder Executivo Municipal e por 5 (cinco) representantes da sociedade civil, nos termos seguintes:

Onde Lê:

I - REPRESENTANTES DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA–MT.

IREMÁ BORGES DE SOUZA

Secretária Municipal de Viação e Obras Públicas

HERNANE CARNEIRO GOMES

Secretária Geral e Coordenadoria Administrativa

MÁRIO PORFIRIO DE MELO

Secretária Municipal de Agricultura

SEMY MENDES DE FREITAS

Secretária Municipal Educação

WALDEMAR CHAVES DE FREITAS

Secretária Municipal de Finanças

Leia-se:

I - REPRESENTANTES DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA–MT.

ANTONIO DE AZEVEDO

Secretário Municipal de Viação e Obras Públicas

HERNANE CARNEIRO GOMES

Secretário Geral e Coordenadoria Administrativa

SILVANA RODRIGUES ROCHA

Coordenadora da Secretaria Municipal de Agricultura

SEMY MENDES DE FREITAS

Secretário Municipal Educação

WALDEMAR CHAVES DE FREITAS

Secretário Municipal de Finanças

II- REPRESENTANTE DO SINDICATO RURAL DE PEDRA PRETA–MT.

HILTON NEGRÃO DA SILVA

III - REPRESENTANTE DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE PEDRA PRETA-MT.

JOÃO PEREIRA NETO

IV - REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE PEDRA PRETA-MT.

HEBER VINICIUS DE OLIVEIRA

V - REPRESENTANTE DO LIONS CLUB DE PEDRA PRETA – MT.

RAILDA DE SOUZA

VI - REPRESENTANTE DO ROTARY CLUB DE PEDRA PRETA – MT.

WELINGTHON AVELINO MARRONI

§ 1º O Conselho do FETHAB será presidido pelo Secretário Municipal de Viação e Obras Públicas.

Art. 2º O Conselho terá atribuição de acompanhamento, fiscalização e assessoramento na aplicação dos recursos do FETHAB repassados ao Município, podendo apresentar ao Prefeito sugestões de projetos, observados os limites estabelecidos no art. 15 da Lei Estadual nº 7.263, de 27 de março de 2000, com redação dada pela Lei nº 10.480 de 28 de dezembro de 2016.

Art. 3º Fica assegurado ao Conselho, por requisição de seu Presidente, o irrestrito acesso a todos os documentos e informações sobre os repasses ao Município efetuados pelo Estado por conta do FETHAB e sua devida aplicação.

Art. 4º O Conselho emitirá relatório quadrimestral de suas atividades, divulgando-o por via eletrônica no sítio do Município de Pedra Preta na internet.

§ 1º No dia seguinte a emissão e deliberação do relatório da prestação de contas o Conselho Municipal remeterá o mesmo ao Chefe do Poder Executivo Municipal.

§ 2º Após o recebimento do relatório da Prestação de Contas e do Parecer do Conselho, o Chefe do Poder Executivo Municipal encaminhará a referida documentação a Secretaria Estadual de Infraestrutura e Logística (SINFRA) e também a Comissão de Infraestrutura Urbana de Transporte da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

Art. 5º O Conselho Municipal elaborará seu próprio regimento interno.

Art. 6º O exercício da função de Conselheiro do Conselho Municipal do FETHAB não será remunerado, sendo considerado serviço público relevante.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE PEDRA PRETA - MATO GROSSO

AOS VINTE E UM DIAS DO MÊS DE AGOSTO DO ANO DE 2019.

JUVENAL PEREIRA BRITO

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria

Publicada no Diário Oficial AMM.

E D I T A L 005/2019 - AUDIÊNCIA PÚBLICA ELABORAÇÃO DA LOA

Audiência Pública – Elaboração da Lei Orçamentária Anual - LOA/ 2020.

O Sr°. **JUVENAL PEREIRA BRITO,** Prefeito do município de Pedra Preta Estado de Mato Grosso, em atendimento ao que determina o Parágrafo Único, do artigo 48 da Lei Complementar 101 de 04/05/2000, convoca para as Audiência Pública, Dia 29/08/2019, no Plenário da Câmara Municipal de Pedra Preta, sito à Rua: Noda Guenko, 338 às 16:00h, para tratarmos da elaboração Lei Orçamentária Anual- (LOA), referente ao ano de 2020.

Pedra Preta – MT, 21 de agosto de 2019.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 040/2019 – RESULTADO

O Município de Peixoto de Azevedo-MT torna Público que na licitação em epigrafe, cujo objeto é**"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PAPEL SULFITE A4 EM ATENDIMENTOS AS NECESSIDADES DA MUNICIPALIDADE, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA".** Sagrou-se vencedora a empresa**UTILÍSSIMA COMÉRCIO DE VARIEDADES EIRELI**, com o valor total de **R$ 233.374,50 (duzentos e trinta e três mil trezentos e setenta e quatro reais e cinquenta centavos).** Na fase de habilitação A licitante atendeu ao Edital em sua integralidade. Não houve reações contrárias a esta decisão**.** Peixoto de Azevedo-MT, 21 de Agosto de 2019.

Natália Fernandes

Pregoeiro Designada

EDITAL Nº 12/2019- SEMEC

EDITAL Nº 12/2019- SEMEC

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO-PSS

A Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo- MT, convoca, os candidatos abaixo relacionados, aprovação no Processo Seletivo Simplificado-PSS, homologado em 31 de Janeiro de 2019, para comparecerem no prazo de 05 (cinco) dias a partir da publicação desse Edital, na sede da Secretaria Municipal e Cultura, para apresentarem documentos e habilitações exigidas conforme abaixo, e firmarem contratos em seus respetivos cargos.

Professor de História/Zona Urbana (Escolas Municipais)			
COL.	**NOME**	**RG**	**CPF**
3º	Ivonete Silva Barros Sousa	1675799-8 SSP/MT	015.092.201-94
4º	Ana Patricia Leitão	5604789 SSP/GO	749.303.541-53
5º	Lilia Fabiana Patelin	1899570-5 SSP/MT	028.063.561-30
6º	Clecio Jorge Anschau	255385-94 SSP/MT	050.809.211-61
7º	Edinalva Alves da Silva	1042908 SSP/MT	281.548.783-72

Professor de I a V-Licenciatura Plena em Pedagogia/Zona Rural- (Vida Esperança)			
COL.	**NOME**	**RG**	**CPF**
20º	Maria Eunice Silva	11694661 SSP/MT	855.472.711-87
21º	Laura Leão	4141997 SSP/PR	326.267.031-68
22º	Elizabete Belo Da Silva	643404 SSP/MT	299.348.501-68
23º	Elis Regina Belo Da Silva	637638 SSP/MT	797.938.511-04

Professor de Ciências / Zona Urbana - (Escolas Municipais)			
COL.	**NOME**	**RG**	**CPF**
1º	Adriana Alves de Abreu	1757049-2 SSPMT	016.369. 801-55
2º	Rosangela dos Santos	1351133-5 SSPMT	958.418. 901-82
3ª	Marlene Alves de Jesus do Nascimento	0559824-9 SSPMT	815.938. 641-91
4º	Josiane Furgim Lopes	0979004-7 SSPMT	005.714. 781-74
5º	Eliete Alves dos Santos	12118923 SJMT	897.341. 651-00

Professor de Matemática/ Zona Urbana (Escolas Municipais)			
COL.	**NOME**	**RG**	**CPF**
3º	JOSIELMA RODRIGUES MARINHO	58549975-5 SSP/SP	020.530. 621-77
4º	ELYANE SILVA CORREIA LEITE	2484349-0 SSP/MT	050.275. 011-10
5°	SUELI MONTEIRO ALVES FERREIRA	0375317-4 SSP/MT	458.841. 961-72
6º	CRISTIANE SOARES DE LIMA	1995551-0 SSP/MT	046.406. 8814.99
6º	ALEXANDRE DE OLIVEIRA PINTO	2347140-9 SSP/MT	043.682. 441-84
7º	CARLA STRAPASSON SARAIVA	2067330-2 SSP/MT	031.295. 801-31
8º	MARIA JOSE CARDOSO MENEDS	1213451-3 SSP/MT	850.282. 311-68
9º	EVELYN DEBORARH COSTA BARROS	5100072 SSP/GO	014.997. 321-71
10º	MARIA DEJANE RODRIGUES DOS REIS	1545710-9 SSP/MT	982.283. 401-25

FOTOCÓPIA LEGÍVEL:

1 - Cédula de Identidade;

2 - CPF – Cadastro de Pessoa Física;

3 - Certidão de Casamento ou Nascimento;

4 - Certidão de Nascimento dos filhos menores de 18 anos;

5 - Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos;

6 - Título de Eleitor;

7 - Comprovante de votação da última eleição que antecede a convocação;

8 - Cartão do PIS/PASEP;

9 - Carteira Nacional de Habilitação para o cargo de motorista;

10 - Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

11 - Comprovante ou declaração constando endereço residencial;

12 - Conta bancaria;

13 - Certidão negativa de débitos para com o município de Peixoto de Azevedo;

14 - Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada,

Incluindo comprovante de quitação de anuidade de regularidade administrativa e financeira;

15- Documento de Escolaridade, através de certificado, diploma e histórico escolar, emitidos por instituições reconhecidas pelo MEC, (conforme o cargo para qual foi aprovado);

16 - Declaração de bens;

17 - Declaração de não acúmulo de cargo público;

18 - Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função;

19 - Atestado de Saúde Física e Mental;

20 - 01 (uma) foto 3x4 recente.

Os acima convocados que não comparecer no prazo determinado, ou não apresentarem os documentos exigidos serão considerados desistentes da classificação, podendo a Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo – MT, convocar imediatamente posterior (es), obedecendo a ordem de classificação.

A Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo - MT reserva-se o direito de solicitar outros documentos que julgar necessários para firmar contrato.

Peixoto de Azevedo - MT, 14 de agosto de 2019.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

Maria dos Santos Lopes da Silva

Sec. Mun. De Educação e Cultura

PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

SETOR DE LICITAÇÕES
JULGAMENTO DO RECURSO ADMINISTRATIVO

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 1545/2019

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2019

OBJETO: *Pregão Presencial com Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviço de coleta, trans-*

porte, tratamento e disposição final de resíduos sólidos do serviço de saúde dos Grupos A, B e E, em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificações descrita no Termo de Referência e demais condições contidas neste Edital e seus Anexos.

Trata-se de análise do Recurso Administrativo interposto pela empresa Máxima Ambiental Serviços Gerais e Participações LTDA após ter sido inabilitada no PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2019. Assim, procedeu-se o julgamento do presente recurso, nos termos abaixo deduzidos.

I – DOS ARGUMENTOS DA EMPRESA RECORRENTE

A empresa Máxima Ambiental Serviços Gerais e ParticipaçõesLTDA apresentou recurso administrativo aduzindo que a primeira sessão ocorreu na data de 15/07/2019, momento no qual foram apresentados os documentos de habilitação e, posteriormente, suspensa a continuidade do certamente, o qual foi retomado em 07/06/2019.

A empresa Máxima Ambiental Serviços Gerais e ParticipaçõesLTDA apresentou recurso administrativo aduzindo que a Certidão n. 4482563, traz o seu prazo de validade de 3 (três) meses após a sua expedição, e o prazo de 30 (trinta) dias estipulado no Edital, não pode ser sobrepor ao estimado pelo emissor.

II – DA ANÁLISE DO RECURSO

Após consultar o Tribunal de Justiça, nós informado o Provimento de n. 21/2011 do CCJ/TJMT, o qual prevê que:

Art.2º. A certidão de distribuição emitida online terá validade de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de sua emissão, bem como conterá um código alfanumérico para conferência de sua autenticidade.

§ 2º. A certidão ficará disponível para consulta de autenticidade por até 3 (três) meses, a partir da data de sua emissão. Após este período, a certidão ficará armazenada em bases de dados apenas para fins de estatísticos

Assim, o prazo de validade da certidão e o prazo para consulta de autenticidade da certidão não se confundem.

A validade da certidão de Falência e Concordata é de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de sua emissão.

Já o prazo para consultar a autenticidade da certidão é de 3 (três) meses, contados a partir da data de sua emissão.

Assim, a primeira sessão ocorreu em15/07/2019, e a Certidão de Nº 4482563 de fl. 000166, da Máxima Ambiental Serviços Gerais e Participações LTDA de Falência e Concordata do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso, foi emitida em 06/05/2019 às 13:30, dessa forma a certidão da empresa tinha validade até o dia 06/06/2019.

Destarte, com lastro no provimento supra, este Pregoeiro entende que o recurso apresentado pela empresa Máxima Ambiental Serviços Gerais e Participações LTDA carece de amparo legal, devendo o mesmo ser improvido, isso porque aquele i. Órgão da Justiça já se posicionou falando que a certidão de distribuição emitida online terá validade de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de sua emissão.

IV – DA DECISÃO

Em referência aos fatos expostos e da análise do recurso administrativo, o Pregoeiro, no uso de suas atribuições e em obediência a Lei nº 8.666/93, bem como, em respeito aos princípios licitatórios, DECIDE que: Preliminarmente, o presente recurso administrativo foi conhecido, e no mérito, JULGADO IMPROCEDENTE, mantendo-se a inabilitação da empresa Máxima Ambiental Serviços Gerais e Participações LTDA.

Ressalte-se, ainda, que foram resguardados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, do julgamento objetivo, da finalidade, portanto, respeitadas as normas que regem amodalidade em comento.

É como decido.

Poconé/MT, 21 de Agosto de 2019.

ERASMO PAULO DE LIMA

Pregoeiro nomeado pela portaria 0043/2019

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE N° 017/2018

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE N° 017/2018

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ**

CONTRATADA: **VARANIS DE SOUZA & SILVA SOUZA LTDA - ME**

CLAUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO

Fica estabelecida a prorrogação deste contrato pelo período de 13 de agosto de 2019 a 13 de agosto de 2020.

Poconé/MT, 12 de agosto de 2019.

ATAIL MARQUES DO AMARAL

Prefeito Municipal de Poconé

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO PREGÃO N° 032/2019

A Comissão de Pregão, da Prefeitura Municipal de Poconé, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria n° 043/2019, de 01/03/2019, torna público, para conhecimento dos interessados, que os vencedores da presente licitação destinada para***REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EMULSÕES ASFÁLTICAS (RR 2C e RL 1C), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE POCONÉ/MT.***

Foi a empresa:

EMAM – Emulsões e Transporte Ltda

CNPJ: 04.420.916/0003-13

Poconé-MT, 21 de Agosto de 2019.

ERASMO PAULO DE LIMA

Pregoeiro

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 050/2019

Ata de Registro de preço n° 050/2019 – Pregão nº 032/2019

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

Contratado: **EMAM – EMULSÕES E TRANSPORTES LTDA, CNPJ sob o n.º 04.420.916-0003-13**

Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EMULSÕES ASFÁLTICAS (RR 2C e RL 1C), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE POCONÉ/MT.**

Dotação:

ÓRGÃO	DOTAÇÃO
Secretaria Municipal de Infraestrutura	120054 e 120055

Valor Registrado: R$ 3.540.000,00 (três milhões quinhentos e quarenta mil reais)

Período: 12 meses

Poconé/MT, 21 de agosto de 2019.

ATAIL MARQUES DO AMARAL

Prefeito Municipal de Poconé

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

BALANÇO CONSOLIDADO 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA
RUA
03503638/0001-33 Exercício: 2018

CONSOLIDADO

ANEXO 01 - DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONOMICAS

RECEITA

TITULOS	EXECUÇÃO
RECEITAS CORRENTES	
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIçõES DE MELHORIA	343.183,71
CONTRIBUIçõES	351.154,54
RECEITA PATRIMONIAL	37.569,08
RECEITA DE SERVIçOS	215.887,20
TRANSFERêNCIAS CORRENTES	13.406.676,24
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	75.594,68
CONTRIBUIçõES	576.731,97
(R) DEDUÇÕES DO FUNDEB	-1.864.254,79
SUB TOTAL	**13.142.542,63**
RECEITAS DE CAPITAL	
ALIENAçãO DE BENS	89.305,00
TRANSFERêNCIAS DE CAPITAL	121.219,71
DEFICIT DE CAPITAL	853.994,29
SUB TOTAL	**1.064.519,00**
TOTAL	**14.207.061,63**

DESPESA

TITULOS	EXECUÇÃO
DESPESAS CORRENTES	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.806.865,91
JUROS E ENCARGOS DA DíVIDA	13.028,64
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.448.498,79
SUPERAVIT CORRENTE	874.149,29
SUB TOTAL	**13.142.542,63**
DESPESAS DE CAPITAL	
INVESTIMENTOS	921.091,06
AMORTIZAçãO DA DíVIDA	143.427,94
SUB TOTAL	**1.064.519,00**
TOTAL	**14.207.061,63**

PONTE BANCA/MT, 31 de DEZEMBRO de 2018.

HUMBERTO LUIZ NOGUEIRA DE MENEZES
PREFEITO MUNICIPAL
592.832.541-04

GISELE DI ANGELIS FEITOSA DA SILVA
CONTADORA
938.001.001-00

ZILMAR ANTONIO DE OLIVEIRA
SECRETARIO DE FINANÇAS
263.388.231-53

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

RUA
03503638/0001-33 Balanço Exercício: 2018

ANEXO 02 - RECEITA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS
CONSOLIDADO

CODIGO	ESPECIFICACAO	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.0.0.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			14.430.065,45
1100.00.0.0.00.00.00.00	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIçõES DE MELHORIA		343.183,71	
1110.00.0.0.00.00.00.00	IMPOSTOS		343.183,71	
1113.00.0.0.00.00.00.00	IMPOSTOS SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA		57.235,54	
1113.03.0.0.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE	57.235,54		
1113.03.1.0.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO	55.659,15		
1113.03.1.1.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO - PRINCIP	55.659,15		
1113.03.4.0.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - OUTROS RENDIMENTOS	1.576,39		
1113.03.4.1.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - OUTROS RENDIMENTOS	1.576,39		
1118.00.0.0.00.00.00.00	IMPOSTOS ESPECíFICOS DE ESTADOS, DF E MUNICíPIOS		285.948,17	
1118.01.0.0.00.00.00.00	IMPOSTOS SOBRE O PATRIMôNIO PARA ESTADOS, DF E MUNICíPIOS	81.141,17		
1118.01.1.0.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA	64.175,57		
1118.01.1.1.00.00.00.00	IPTU - PRINCIPAL	64.175,57		
1118.01.1.2.00.00.00.00	IPTU - MULTAS E JUROS			
1118.01.1.3.00.00.00.00	IPTU - DIVIDA ATIVA			
1118.01.1.4.00.00.00.00	IPTU - DIVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS			
1118.01.4.0.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE TRANSMISSãO INTER VIVOS DE BENS IMóVEIS E DE	16.965,60		
1118.01.4.1.00.00.00.00	ITBI- PRINCIPAL	16.965,60		
1118.01.4.2.00.00.00.00	ITBI- MULTAS E JUROS			
1118.02.0.0.00.00.00.00	IMPOSTOS SOBRE A PRODUçãO, CIRCULAçãO DE MERCADORIAS E SERVI	204.807,00		
1118.02.3.0.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE SERVIçOS DE QUALQUER NATUREZA	204.807,00		
1118.02.3.1.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE SERVIçOS DE QUALQUER NATUREZA - PRINCIPAL	204.807,00		
1118.02.3.2.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE SERVIçOS DE QUALQUER NATUREZA - MULTAS E JUROS			
1118.02.3.3.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE SERVIçOS DE QUALQUER NATUREZA - DíVIDA ATIVA			
1118.02.3.4.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE SERVIçOS DE QUALQUER NATUREZA - DíVIDA ATIVA -			
1120.00.0.0.00.00.00.00	TAXAS			
1121.00.0.0.00.00.00.00	TAXAS PELO EXERCíCIO DO PODER DE POLíCIA			
1121.01.0.0.00.00.00.00	TAXAS DE INSPEçãO, CONTROLE E FISCALIZAçãO			
1121.01.1.0.00.00.00.00	TAXAS DE INSPEçãO, CONTROLE E FISCALIZAçãO			
1121.01.1.1.00.00.00.00	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - PRINCIPAL			
1121.01.1.2.00.00.00.00	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - MULTAS E JUROS			
1121.01.1.3.00.00.00.00	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - DÍVIDA ATIVA			
1121.01.1.4.00.00.00.00	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCAL.- DÍVIDA ATIVA-M/JUROS			
1122.00.0.0.00.00.00.00	TAXAS PELA PRESTAçãO DE SERVIçOS			
1122.01.0.0.00.00.00.00	TAXAS PELA PRESTAçãO DE SERVIçOS			
1122.01.1.0.00.00.00.00	TAXAS PELA PRESTAçãO DE SERVIçOS			
1122.01.1.1.00.00.00.00	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - PRINCIPAL			
1130.00.0.0.00.00.00.00	CONTRIBUIçãO DE MELHORIA			
1138.00.0.0.00.00.00.00	CONTRIBUIçãO DE MELHORIA - ESPECíFICAS ESTADOS, DF E MUNICíP			
1138.01.0.0.00.00.00.00	CONTRIBUIçãO DE MELHORIA PARA EXPANSãO DA REDE DE ÁGUA POTáV			
1138.01.1.0.00.00.00.00	CONTRIBUIçãO DE MELHORIA PARA EXPANSãO DA REDE DE ÁGUA POTáV			
1138.01.1.1.00.00.00.00	CONTRIB.MELH.EXPANSÃO REDE ÁGUA POTÁV.ESGOT.SAN.-PRINCIPAL			
1138.99.0.0.00.00.00.00	OUTRAS CONTRIBUIçõES DE MELHORIA			
1138.99.1.0.00.00.00.00	OUTRAS CONTRIBUIçõES DE MELHORIA			

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA
RUA
03503638/0001-33 Balanço Exercício: 2018

ANEXO 02 - RECEITA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS
CONSOLIDADO

CODIGO	ESPECIFICACAO	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1138.99.1.1.00.00.00.00	OUTRAS CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA - PRINCIPAL			
1200.00.0.0.00.00.00.00	CONTRIBUIçõES		351.154,54	
1210.00.0.0.00.00.00.00	CONTRIBUIçõES SOCIAIS		324.260,31	
1210.04.0.0.00.00.00.00	CONTRIBUIçãO PARA O REGIME PRóPRIO DE PREVIDêNCIA SOCIAL - R	324.260,31		
1210.04.2.0.00.00.00.00	CONTRIBUIçãO DO SERVIDOR ATIVO CIVIL PARA O RPPS	324.260,31		
1210.04.2.1.00.00.00.00	CONTRIB.SERV. ATIVO CIVIL RPPS - PRINCIPAL	324.260,31		
1240.00.0.0.00.00.00.00	CONTRIBUIçãO PARA O CUSTEIO DO SERVIçO DE ILUMINAçãO PúBLICA		26.894,23	
1240.00.1.0.00.00.00.00	CONTRIBUIçãO PARA O CUSTEIO DO SERVIçO DE ILUMINAçãO PúBLICA	26.894,23		
1240.00.1.1.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	26.894,23		
1300.00.0.0.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		37.569,08	
1320.00.0.0.00.00.00.00	VALORES MOBILIáRIOS		37.569,08	
1321.00.0.0.00.00.00.00	JUROS E CORREçõES MONETáRIAS		37.569,08	
1321.00.1.0.00.00.00.00	REMUNERAçãO DE DEPóSITOS BANCáRIOS	36.917,34		
1321.00.1.1.00.00.00.00	REMUNERAçãO DE DEPóSITOS BANCáRIOS - PRINCIPAL	36.917,34		
1321.00.4.0.00.00.00.00	REMUNERAçãO DOS RECURSOS DO REGIME PRóPRIO DE PREVIDêNCIA SO	651,74		
1321.00.4.1.00.00.00.00	REMUNERAÇÃO DOS RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SO	651,74		
1600.00.0.0.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIçOS		215.887,20	
1610.00.0.0.00.00.00.00	SERVIçOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS		215.887,20	
1610.01.0.0.00.00.00.00	SERVIçOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	215.887,20		
1610.01.1.0.00.00.00.00	SERVIçOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	215.887,20		
1610.01.1.1.00.00.00.00	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS - PRINCIPAL	215.887,20		
1690.00.0.0.00.00.00.00	OUTROS SERVIçOS			
1690.99.0.0.00.00.00.00	OUTROS SERVIçOS			
1690.99.1.0.00.00.00.00	OUTROS SERVIçOS			
1690.99.1.1.00.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS - PRINCIPAL			
1700.00.0.0.00.00.00.00	TRANSFERêNCIAS CORRENTES		13.406.676,24	
1710.00.0.0.00.00.00.00	TRANSFERêNCIAS DA UNIãO E DE SUAS ENTIDADES		8.763.644,19	
1718.00.0.0.00.00.00.00	TRANSFERêNCIAS DA UNIãO - ESPECíFICAS DE ESTADOS, DF E MUNIC		8.763.644,19	
1718.01.0.0.00.00.00.00	PARTICIPAçãO NA RECEITA DA UNIãO	7.187.983,62		
1718.01.2.0.00.00.00.00	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAçãO DOS MUNICíPIOS - COTA ME	6.497.834,17		
1718.01.2.1.00.00.00.00	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA ME	6.497.834,17		
1718.01.3.0.00.00.00.00	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAçãO DO MUNICíPIOS 1% COTA	288.512,61		
1718.01.3.1.00.00.00.00	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIOS 1% COTA	288.512,61		
1718.01.4.0.00.00.00.00	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAçãO DOS MUNICíPIOS - 1% COTA	281.488,08		
1718.01.4.1.00.00.00.00	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - 1% COTA	281.488,08		
1718.01.5.0.00.00.00.00	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL	120.148,76		
1718.01.5.1.00.00.00.00	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL	120.148,76		
1718.02.0.0.00.00.00.00	TRANSFERêNCIA DA COMPENSAçãO FINANCEIRA PELA EXPLORAçãO DE R	108.203,79		
1718.02.6.0.00.00.00.00	COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRóLEO FEP	108.203,79		
1718.02.6.1.00.00.00.00	COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO FEP - PRINCIPAL	108.203,79		
1718.03.0.0.00.00.00.00	TRANSFERêNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA			

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA
RUA
03503638/0001-33 Balanço Exercício: 2018

ANEXO 02 - RECEITA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS
CONSOLIDADO

CODIGO	ESPECIFICACAO	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
	ÚNICO DE SAúDE SUS	1.130.034,06		
1718.03.1.0.00.00.00.00	TRANSFERêNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAúDE SUS	1.130.034,06		
1718.03.1.1.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE SUS	1.130.034,06		
1718.04.0.0.00.00.00.00	TRANSFERêNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTêNCIA	218.936,21		
1718.04.1.0.00.00.00.00	TRANSFERêNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTêNCIA	218.936,21		
1718.04.1.1.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA	218.936,21		
1718.05.0.0.00.00.00.00	TRANSFERêNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIME	109.036,15		
1718.05.1.0.00.00.00.00	TRANSFERêNCIAS DO SALáRIO-EDUCAçãO	42.753,52		
1718.05.1.1.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO - PRINCIPAL	42.753,52		
1718.05.2.0.00.00.00.00	TRANSFERêNCIAS DIRETAS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA DINHEI			
1718.05.2.1.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA DINHEI			
1718.05.3.0.00.00.00.00	TRANSFERêNCIAS DIRETAS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACION	13.020,00		
1718.05.3.1.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACION	13.020,00		
1718.05.4.0.00.00.00.00	TRANSFERêNCIAS DIRETAS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACION	11.580,19		
1718.05.4.1.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACION	11.580,19		
1718.05.9.0.00.00.00.00	OUTRAS TRANSFERêNCIAS DIRETAS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLV	41.682,44		
1718.05.9.1.00.00.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLV	41.682,44		
1718.06.0.0.00.00.00.00	TRANSFERêNCIA FINANCEIRA DO ICMS DESONERAçãO L.C. N. 87/	9.450,36		
1718.06.1.0.00.00.00.00	TRANSFERêNCIA FINANCEIRA DO ICMS DESONERAçãO L.C. N. 87/	9.450,36		
1718.06.1.1.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DO ICMS DESONERAÇÃO L.C. N. 87/	9.450,36		
1718.10.0.0.00.00.00.00	TRANSFERêNCIAS DE CONVêNIOS DA UNIãO E DE SUAS ENTIDADES			
1718.10.9.0.00.00.00.00	OUTRAS TRANSFERêNCIAS DE CONVêNIOS DA UNIãO			
1718.10.9.1.00.00.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO - PRINCIPAL			
1720.00.0.0.00.00.00.00	TRANSFERêNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS E		3.955.014,13	
1728.00.0.0.00.00.00.00	TRANSFERêNCIAS DOS ESTADOS - ESPECíFICAS ESTADOS, DF E MUNIC		3.955.014,13	
1728.01.0.0.00.00.00.00	PARTICIPAçãO NA RECEITA DOS ESTADOS	3.600.415,50		
1728.01.1.0.00.00.00.00	COTA-PARTE DO ICMS	2.656.695,00		
1728.01.1.1.00.00.00.00	COTA-PARTE DO ICMS - PRINCIPAL	2.656.695,00		
1728.01.2.0.00.00.00.00	COTA-PARTE DO IPVA	50.567,36		
1728.01.2.1.00.00.00.00	COTA-PARTE DO IPVA - PRINCIPAL	50.567,36		
1728.01.4.0.00.00.00.00	COTA-PARTE DA CONTRIBUIçãO DE INTERVENçãO NO DOMíNIO ECONôMI	24.371,67		
1728.01.4.1.00.00.00.00	COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMI	24.371,67		
1728.01.5.0.00.00.00.00	OUTRAS PARTICIPAçõES NA RECEITA DOS ESTADOS	868.781,47		
1728.01.5.1.00.00.00.00	OUTRAS PARTICIPAÇÕES NA RECEITA DOS ESTADOS - PRINCIPAL	868.781,47		
1728.03.0.0.00.00.00.00	TRANSFERêNCIA DE RECURSOS DO ESTADO PARA PROGRAMAS DE SAúDE	91.425,47		
1728.03.1.0.00.00.00.00	TRANSFERêNCIA DE RECURSOS DO ESTADO PARA PROGRAMAS DE SAúDE	91.425,47		
1728.03.1.1.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO ESTADO PARA PROGRAMAS DE SAÚDE	91.425,47		
1728.07.0.0.00.00.00.00	TRANSFERêNCIAS DE ESTADOS DESTINADAS à ASSISTêNCIA SOCIAL	223,66		
1728.07.1.0.00.00.00.00	TRANSFERêNCIAS DE ESTADOS DESTINADAS à			

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA
RUA
03503638/0001-33 Balanço Exercício: 2018

ANEXO 02 - RECEITA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS
CONSOLIDADO

CODIGO	ESPECIFICACAO	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
	ASSISTêNCIA SOCIAL	223,66		
1728.07.1.1.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE ESTADOS DESTINADAS À ASSISTÊNCIA SOCIAL -	223,66		
1728.10.0.0.00.00.00.00	TRANSFERêNCIA DE CONVêNIOS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL	262.949,50		
1728.10.2.0.00.00.00.00	TRANSFERêNCIAS DE CONVêNIO DOS ESTADOS DESTINADAS A PROGRAMA	262.949,50		
1728.10.2.1.00.00.00.00	TRANSFERêNCIAS DE CONVêNIO DOS ESTADOS DESTINADAS A PROGRAMA	262.949,50		
1730.00.0.0.00.00.00.00	TRANSFERêNCIAS DOS MUNICíPIOS E DE SUAS ENTIDADES		93.357,74	
1738.00.0.0.00.00.00.00	TRANSFERêNCIAS DOS MUNICíPIOS - ESPECíFICAS DE ESTADOS, DF E		93.357,74	
1738.10.0.0.00.00.00.00	TRANSFERêNCIA DE CONVêNIOS DOS MUNICíPIOS E DE SUAS ENTIDADE	93.357,74		
1738.10.2.0.00.00.00.00	TRANSFERêNCIAS DE CONVêNIO DOS MUNICíPIOS DESTINADAS A PROGR	93.357,74		
1738.10.2.1.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DOS MUNICÍPIOS DESTINADAS A PROGR	93.357,74		
1750.00.0.0.00.00.00.00	TRANSFERêNCIAS DE OUTRAS INSTITUIçõES PúBLICAS		594.660,18	
1758.00.0.0.00.00.00.00	TRANSFERêNCIAS DE OUTRAS INSTITUIçõES PúBLICAS - ESPECíFICAS		594.660,18	
1758.01.0.0.00.00.00.00	TRANSFERêNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENçãO E DESENVOL	594.660,18		
1758.01.1.0.00.00.00.00	TRANSFERêNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENçãO E DESENVOL	594.660,18		
1758.01.1.1.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOL	594.660,18		
1900.00.0.0.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		75.594,68	
1920.00.0.0.00.00.00.00	INDENIZAçõES, RESTITUIçõES E RESSARCIMENTOS		69.316,53	
1921.00.0.0.00.00.00.00	INDENIZAçõES		48.539,24	
1921.99.0.0.00.00.00.00	OUTRAS INDENIZAçõES	48.539,24		
1921.99.1.0.00.00.00.00	OUTRAS INDENIZAçõES	48.539,24		
1921.99.1.1.00.00.00.00	OUTRAS INDENIZAÇÕES - PRINCIPAL	48.539,24		
1922.00.0.0.00.00.00.00	RESTITUIçõES		20.777,29	
1922.99.0.0.00.00.00.00	OUTRAS RESTITUIçõES	20.777,29		
1922.99.1.0.00.00.00.00	OUTRAS RESTITUIçõES	20.777,29		
1922.99.1.1.00.00.00.00	OUTRAS RESTITUIçõES - PRINCIPAL	20.777,29		
1990.00.0.0.00.00.00.00	DEMAIS RECEITAS CORRENTES		6.278,15	
1990.01.0.0.00.00.00.00	APORTES PERIóDICOS PARA AMORTIZAçãO DE DéFICIT ATUARIAL DO R			
1990.01.1.0.00.00.00.00	APORTES PERIóDICOS PARA AMORTIZAçãO DE DéFICIT ATUARIAL DO R			
1990.01.1.1.00.00.00.00	APORTES PERIÓDICOS PARA AMORTIZAÇÃO DE DÉFICIT ATUARIAL DO R			
1990.03.0.0.00.00.00.00	COMPENSAçõES FINANCEIRAS ENTRE O REGIME GERAL E OS REGIMES P			
1990.03.1.0.00.00.00.00	COMPENSAçõES FINANCEIRAS ENTRE O REGIME GERAL E OS REGIMES P			
1990.03.1.1.00.00.00.00	COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS ENTRE O REGIME GERAL E OS REGIMES P			
1990.99.0.0.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS	6.278,15		
1990.99.2.0.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS - FINANCEIRAS	6.278,15		
1990.99.2.1.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS - FINANCEIRAS - PRINCIPAL	6.278,15		
2000.00.0.0.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			210.524,71
2200.00.0.0.00.00.00.00	ALIENAçãO DE BENS		89.305,00	
2210.00.0.0.00.00.00.00	ALIENAçãO DE BENS MóVEIS		89.305,00	
2213.00.0.0.00.00.00.00	ALIENAçãO DE BENS MóVEIS E SEMOVENTES		89.305,00	
2213.00.1.0.00.00.00.00	ALIENAçãO DE BENS MóVEIS E SEMOVENTES	89.305,00		
2213.00.1.1.00.00.00.00	ALIENAçãO DE BENS MóVEIS E SEMOVENTES - PRINCIPAL	89.305,00		
2220.00.0.0.00.00.00.00	ALIENAçãO DE BENS IMóVEIS			
2220.00.1.0.00.00.00.00	ALIENAçãO DE BENS IMóVEIS			
2220.00.1.1.00.00.00.00	ALIENAçãO DE BENS IMóVEIS - PRINCIPAL			
2400.00.0.0.00.00.00.00	TRANSFERêNCIAS DE CAPITAL		121.219,71	

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA
RUA
03503638/0001-33 Balanço Exercício: 2018

ANEXO 02 - RECEITA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS
CONSOLIDADO

CODIGO	ESPECIFICACAO	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
2410.00.0.0.00.00.00.00	TRANSFERêNCIAS DA UNIãO E DE SUAS ENTIDADES		121.219,71	
2418.00.0.0.00.00.00.00	TRANSFERêNCIAS DA UNIãO - ESPECíFICAS DE ESTADOS, DF E MUNIC		121.219,71	
2418.10.0.0.00.00.00.00	TRANSFERêNCIA DE CONVêNIOS DA UNIãO E DE SUAS ENTIDADES	121.219,71		
2418.10.2.0.00.00.00.00	TRANSFERêNCIAS DE CONVêNIO DA UNIãO DESTINADAS A PROGRAMAS D	121.219,71		
2418.10.2.1.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS D	121.219,71		
2418.10.9.0.00.00.00.00	OUTRAS TRANSFERêNCIAS DE CONVêNIOS DA UNIãO			
2418.10.9.1.00.00.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO - PRINCIPAL			
2420.00.0.0.00.00.00.00	TRANSFERêNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS E			
2428.00.0.0.00.00.00.00	TRANSFERêNCIAS DOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL, E DE SUAS ENTI			
2428.10.0.0.00.00.00.00	TRANSFERêNCIAS DE CONVêNIOS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERA			
2428.10.9.0.00.00.00.00	OUTRAS TRANSFERêNCIAS DE CONVêNIO DOS ESTADOS			
2428.10.9.1.00.00.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DOS ESTADOS - PRINCIPAL			
7000.00.0.0.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES INTRAORçAMENTáRIAS			576.731,97
7200.00.0.0.00.00.00.00	CONTRIBUIçõES		576.731,97	
7210.00.0.0.00.00.00.00	CONTRIBUIçõES SOCIAIS		576.731,97	
7210.04.0.0.00.00.00.00	CONTRIBUIçãO PARA O REGIME PRóPRIO DE PREVIDêNCIA SOCIAL - R	479.123,37		
7210.04.1.0.00.00.00.00	CONTRIBUIçãO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO CIVIL PARA O RPPS	479.123,37		
7210.04.1.1.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO CIVIL PARA O RPPS -	456.636,72		
7210.04.1.2.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO CIVIL PARA O RPPS -	22.486,65		
7210.04.1.3.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO CIVIL PARA O RPPS -			
7210.04.1.4.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO CIVIL PARA O RPPS -			
7218.00.0.0.00.00.00.00	CONTRIBUIçõES SOCIAIS ESPECíFICAS DE ESTADOS, DF, MUNICíPIOS		97.608,60	
7218.01.0.0.00.00.00.00	CONTRIBUIçõES PARA O REGIME PRóPRIO DE PREVIDêNCIA SOCIAL -	97.608,60		
7218.01.1.0.00.00.00.00	CONTRIBUIçãO PREVIDENCIáRIA PARA AMORTIZAçãO DO DéFICIT ATUA	97.608,60		
7218.01.1.1.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PARA AMORTIZAÇÃO DO DÉFICIT ATUA	97.608,60		
91000.00.0.0.00.00.00.00	(R) DEDUCOES DA RECEITAS CORRENTES			-1.864.254,79
91700.00.0.0.00.00.00.00	(R) DEDUCOES DA TRANSFERêNCIAS CORRENTES		-1.864.254,79	
91710.00.0.0.00.00.00.00	(R) DEDUCOES DA TRANSFERêNCIAS DA UNIãO E DE SUAS ENTIDADES		-1.325.486,21	
91718.00.0.0.00.00.00.00	(R) DEDUCOES DA TRANSFERêNCIAS DA UNIãO - ESPECíFICAS DE EST		-1.325.486,21	
91718.01.0.0.00.00.00.00	(R) DEDUCOES DA PARTICIPAçãO NA RECEITA DA UNIãO	-1.323.596,21		
91718.01.2.0.00.00.00.00	(R) DEDUCOES DA COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAçãO DOS MUNI	-1.299.566,54		
91718.01.2.1.00.00.00.00	(R) DEDUCOES DA COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNI	-1.299.566,54		
91718.01.5.0.00.00.00.00	(R) DEDUCOES DA COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TE	-24.029,67		
91718.01.5.1.00.00.00.00	(R) DEDUCOES DA COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TE	-24.029,67		
91718.06.0.0.00.00.00.00	(R) DEDUCOES DA TRANSFERêNCIA FINANCEIRA DO ICMS DESONERAç	-1.890,00		
91718.06.1.0.00.00.00.00	(R) DEDUCOES DA TRANSFERêNCIA FINANCEIRA DO ICMS DESONERAç	-1.890,00		
91718.06.1.1.00.00.00.00	(R) DEDUCOES DA TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DO ICMS DESONERAÇ	-1.890,00		

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA
RUA
03503638/0001-33 Balanço Exercício: 2018

ANEXO 02 - RECEITA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS
CONSOLIDADO

CODIGO	ESPECIFICACAO	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
91720.00.0.0.00.00.00.00	(R) DEDUCOES DA TRANSFERêNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FED		-538.768,58	
91728.00.0.0.00.00.00.00	(R) DEDUCOES DA TRANSFERêNCIAS DOS ESTADOS - ESPECíFICAS EST		-538.768,58	
91728.01.0.0.00.00.00.00	(R) DEDUCOES DA PARTICIPAçãO NA RECEITA DOS ESTADOS	-538.768,58		
91728.01.1.0.00.00.00.00	(R) DEDUCOES DA COTA-PARTE DO ICMS	-528.655,35		
91728.01.1.1.00.00.00.00	(R) DEDUCOES DA COTA-PARTE DO ICMS - PRINCIPAL	-528.655,35		
91728.01.2.0.00.00.00.00	(R) DEDUCOES DA COTA-PARTE DO IPVA	-10.113,23		
91728.01.2.1.00.00.00.00	(R) DEDUCOES DA COTA-PARTE DO IPVA - PRINCIPAL	-10.113,23		
			T O T A L	13.353.067,34

PONTE BANCA/MT, 31 de DEZEMBRO de 2018.

HUMBERTO LUIZ NOGUEIRA DE MENEZES	GISELE DI ANGELIS FEITOSA DA SILVA	ZILMAR ANTONIO DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADORA	SECRETARIO DE FINANÇAS
592.832.541-04	938.001.001-00	263.388.231-53

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

RUA

03503638/0001-33 Balanço Exercício: 2018

ANEXO 02 - DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONOMICAS

CONSOLIDADO

CODIGO	ESPECIFICACAO	DESDOBRO	ELEMENTO	MODALIDADE	GRUPO	CATEGORIA ECONOMICA
3	DESPESAS CORRENTES					12.268.393,34
3.1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS				5.806.865,91	
3.1.71	Transferências a Consórcios Públicos mediante cont			27.816,00		
3.1.71.70	RATEIO PELA PARTICIPACÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO		27.816,00			
3.1.71.70.01	PARTICIPACAO EM CONSORCIO PUBLICO	27.816,00				
3.1.90	APLICAçõES DIRETAS			5.269.282,61		
3.1.90.01	APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORM		350.394,89			
3.1.90.01.61	13 SALARIO - ABONO ANUAL	350.394,89				
3.1.90.03	PENSÕES		161.353,05			
3.1.90.03.01	PENSIONISTA CIVIL	156.583,05				
3.1.90.03.99	OUTRAS PENSÕES	4.770,00				
3.1.90.05	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS		57.043,79			
3.1.90.05.51	AUXILIO-DOENCA	57.043,79				
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		4.446.441,68			
3.1.90.11.01	VENCIMENTOS E SALÁRIOS(RPPS)	2.618.157,38				
3.1.90.11.02	VENCIMENTOS E SALÁRIOS (RGPS)	1.145.246,48				
3.1.90.11.03	ADICIONAL NOTURNO (RGPS)	49.379,76				
3.1.90.11.04	ADICIONAL NOTURNO(RPPS)	22.736,36				
3.1.90.11.09	ADICIONAL DE PERICULOSIDADE(RPPS)	3.600,00				
3.1.90.11.10	ADICIONAL DE INSALUBRIDADE(RPPS)	44.877,20				
3.1.90.11.25	GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO DE FUNÇÃO (RGPS)	16.935,84				
3.1.90.11.26	INDENIZAÇÃO DE LOCALIZAÇÃO (RGPS)	10.023,68				
3.1.90.11.27	GRATIFICAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO (RGPS)	1.000,00				
3.1.90.11.33	GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO DE FUNÇÃO(RPPS)	46.603,14				
3.1.90.11.35	INDENIZAÇÃO DE LOCALIZAÇÃO(RPPS)	593,55				
3.1.90.11.37	GRATIFICAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO(RPPS)	231.291,67				
3.1.90.11.38	13º SALÁRIO (RGPS)	41.114,05				
3.1.90.11.39	FÉRIAS - ABONO PECUNIÁRIO (RGPS)	6.583,74				
3.1.90.11.42	FÉRIAS VENCIDAS E PROPORCIONAIS(RPPS)	1.219,45				
3.1.90.11.43	13º SALÁRIO(RPPS)	156.447,61				
3.1.90.11.44	FÉRIAS - ABONO PECUNIÁRIO(RPPS)	11.666,37				
3.1.90.11.45	FÉRIAS - ABONO CONSTITUCIONAL(RPPS)	32.211,21				
3.1.90.11.61	FÉRIAS - ABONO CONSTITUCIONAL (RGPS)	6.243,94				
3.1.90.11.87	COMPLEMENTACAO SALARIAL - PESSOAL CIVIL(RPPS	510,25				
3.1.90.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS		254.049,20			
3.1.90.13.02	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS	251.435,77				
3.1.90.13.03	RPPS	2.613,43				
3.1.91	APLICAçãO DIRETA DECORRENTE DE OPERAçãO ENTRE ÓRGã			509.767,30		
3.1.91.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS		509.767,30			
3.1.91.13.03	RPPS	509.767,30				
3.2	JUROS E ENCARGOS DA DíVIDA				13.028,64	
3.2.90	APLICAçõES DIRETAS			13.028,64		
3.2.90.21	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO		13.028,64			
3.2.90.21.05	PARCELAMENTO CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA	13.028,64				
3.3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES				6.448.498,79	
3.3.70	TRANSFERêNCIAS A INSTITUIçõES MULTIGOVERNAMENTAIS			76.578,41		
3.3.70.41	CONTRIBUIÇÕES		76.578,41			
3.3.70.41.03	CONTRIB. A ENTIDADES DE DIR.PUBLICO (EXCETO C	64.763,41				
3.3.70.41.99	DIVERSAS CONTRIBUIÇÕES	11.815,00				
3.3.71	Transferências a Consórcios Públicos mediante cont			31.416,00		
3.3.71.70	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO		31.416,00			
3.3.71.70.01	PARTICIPACAO EM CONSORCIO PUBLICO	31.416,00				
3.3.90	APLICAçõES DIRETAS			6.340.504,38		
3.3.90.14	DIÁRIAS - CIVIL		239.788,00			
3.3.90.14.01	DIÁRIAS - NO PAÍS (DENTRO DO ESTADO)	208.948,00				
3.3.90.14.02	DIÁRIAS - NO PAÍS (FORA DO ESTADO)	30.840,00				

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

RUA

03503638/0001-33 Balanço Exercício: 2018

ANEXO 02 - DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONOMICAS

CONSOLIDADO

CODIGO	ESPECIFICACAO	DESDOBRO	ELEMENTO	MODALIDADE	GRUPO	CATEGORIA ECONOMICA
3	DESPESAS CORRENTES					12.268.393,34
3.3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES				6.448.498,79	
3.3.90	APLICAçõES DIRETAS			6.340.504,38		
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO		2.335.710,83			
3.3.90.30.01	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	755.200,46				
3.3.90.30.03	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES PARA OUTRAS FIN	769,97				
3.3.90.30.04	GÁS ENGARRAFADO	28.290,52				
3.3.90.30.05	EXPLOSIVOS E MUNIÇÕES	11.282,00				
3.3.90.30.07	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO	272.086,11				
3.3.90.30.09	MATERIAL FARMACOLÓGICO	187.444,76				
3.3.90.30.10	MATERIAL ODONTOLÓGICO	6.777,12				
3.3.90.30.11	MATERIAL QUÍMICO	9.727,55				
3.3.90.30.14	MATERIAL EDUCATIVO E ESPORTIVO	13.085,59				
3.3.90.30.15	MATERIAL PARA FESTIVIDADES E HOMENAGENS	11.349,70				
3.3.90.30.16	MATERIAL DE EXPEDIENTE	42.971,91				
3.3.90.30.17	MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	5.396,32				
3.3.90.30.18	MATERIAIS E MEDICAMENTOS PARA USO VETERINÁR	808,10				
3.3.90.30.20	MATERIAL DE CAMA, MESA E BANHO	373,98				
3.3.90.30.21	MATERIAL DE COPA E COZINHA	27.133,89				
3.3.90.30.22	MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIENIZAÇ	54.239,50				
3.3.90.30.23	UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS	26.487,92				
3.3.90.30.24	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	232.482,78				
3.3.90.30.25	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS (EXC	559,75				
3.3.90.30.26	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	77.206,40				
3.3.90.30.28	MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA	670,86				
3.3.90.30.30	MATERIAL PARA COMUNICAÇÕES	48,00				
3.3.90.30.31	SEMENTES, MUDAS DE PLANTAS E INSUMOS	127.366,34				
3.3.90.30.33	MATERIAL PARA PRODUÇÃO INDUSTRIAL	2.226,91				
3.3.90.30.35	MATERIAL LABORATORIAL	6.370,86				
3.3.90.30.36	MATERIAL HOSPITALAR	55.131,20				
3.3.90.30.39	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	271.027,67				
3.3.90.30.41	MATERIAL PARA UTILIZAÇÃO EM GRÁFICA	0,00				
3.3.90.30.42	FERRAMENTAS	24.663,72				
3.3.90.30.45	MATERIAL TÉCNICO PARA SELEÇÃO E TREINAMENTO	1.290,40				
3.3.90.30.47	AQUISIÇÃO DE SOFTWARES DE BASE	860,00				
3.3.90.30.54	MATERIAL P/MANUT.CONSERV.DE ESTRADAS E VIAS	46.635,10				
3.3.90.30.96	MATERIAL DE CONSUMO - PAGAMENTO ANTECIPADO	35.745,44				
3.3.90.31	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DI		25.000,00			
3.3.90.31.04	PREMIAÇÕES DESPORTIVAS	25.000,00				
3.3.90.32	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRAT		5.859,13			
3.3.90.32.03	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GF	4.402,49				
3.3.90.32.04	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GF	557,64				
3.3.90.32.99	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GF	899,00				
3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		1.729.183,13			
3.3.90.36.18	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE EQUIPAMENTOS	280,00				
3.3.90.36.19	VIGILANCIA OSTENSIVA	19.902,40				
3.3.90.36.20	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS	16.894,50				
3.3.90.36.21	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS MÓVEIS DE	13.865,00				
3.3.90.36.23	FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO	24.377,37				
3.3.90.36.25	SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	299.678,79				
3.3.90.36.27	SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO EM GERAL	45.186,00				
3.3.90.36.30	SERVIÇOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS	297.501,43				
3.3.90.36.32	SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	4.674,80				
3.3.90.36.33	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS (EXCETO DE EI	66.975,76				
3.3.90.36.35	SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICO E OP	886.368,46				
3.3.90.36.36	SERVIÇO DE CONSERVAÇÃO E REBENEFICIAMENTO	2.525,00				
3.3.90.36.38	CONFECÇÃO DE UNIFORMES, BANDEIRAS E FLÂMUL	400,00				
3.3.90.36.39	FRETES E TRANSPORTES DE ENCOMENDAS	46.693,62				
3.3.90.36.59	SERVIÇOS DE ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	2.060,00				
3.3.90.36.69	SEGUROS EM GERAL	1.000,00				
3.3.90.36.96	OUTROS SERV. DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA - PA	800,00				

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

RUA

03503638/0001-33 Balanço Exercício: 2018

ANEXO 02 - DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONOMICAS

CONSOLIDADO

CODIGO	ESPECIFICACAO	DESDOBRO	ELEMENTO	MODALIDADE	GRUPO	CATEGORIA ECONOMICA
3	DESPESAS CORRENTES					12.268.393,34
3.3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES				6.448.498,79	
3.3.90	APLICAçõES DIRETAS			6.340.504,38		
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		1.713.881,52			
3.3.90.39.01	ASSINATURAS DE PERIÓDICOS E ANUIDADES	1.287,63				
3.3.90.39.10	LOCAÇÃO DE IMÓVEIS	3.340,00				
3.3.90.39.12	LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	10.000,00				
3.3.90.39.14	LOCAÇÃO BENS MÓVEIS E OUTRAS NATUREZAS E IN	22.350,00				
3.3.90.39.17	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE MÁQUINAS E EQU	23.559,00				
3.3.90.39.18	SERVICOS DE ESTACIONAMENTO DE VEICULOS	60,00				
3.3.90.39.19	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS	131.439,75				
3.3.90.39.20	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS MÓVEIS DE	500,00				
3.3.90.39.21	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS E VIA	1.300,00				
3.3.90.39.23	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	25.730,00				
3.3.90.39.25	TAXA DE ADMINISTRACAO	37.626,10				
3.3.90.39.33	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS (EXCETO DE EI	27.751,48				
3.3.90.39.37	JUROS	4.391,05				
3.3.90.39.41	FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO	31.748,50				
3.3.90.39.43	SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA	201.422,36				
3.3.90.39.44	SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO	800,00				
3.3.90.39.47	SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO EM GERAL	1.437,21				
3.3.90.39.48	SERVIÇO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO	1.100,00				
3.3.90.39.49	PRODUÇÕES JORNALÍSTICAS	6.000,00				
3.3.90.39.50	SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITALAR, ODONTOLÓGICO E I	307.933,00				
3.3.90.39.51	SERVIÇOS DE ANÁLISES E PESQUISAS CIENTÍFICAS	2.216,00				
3.3.90.39.53	SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.187,40				
3.3.90.39.56	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO	147.977,50				
3.3.90.39.58	SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES	16.546,94				
3.3.90.39.59	SERVIÇOS DE ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	1.950,00				
3.3.90.39.63	SERVIÇOS GRÁFICOS	30.452,50				
3.3.90.39.67	SERVIÇOS FUNERÁRIOS	5.535,50				
3.3.90.39.69	SEGUROS EM GERAL	18.334,72				
3.3.90.39.72	VALE-TRANSPORTE	452,00				
3.3.90.39.73	TRANSPORTE DE SERVIDORES	578,00				
3.3.90.39.74	FRETES E TRANSPORTES DE ENCOMENDAS	157.732,96				
3.3.90.39.78	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	38.270,00				
3.3.90.39.79	SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICO E OP	255.285,49				
3.3.90.39.80	HOSPEDAGENS	45.845,00				
3.3.90.39.81	SERVIÇOS BANCÁRIOS	42.918,45				
3.3.90.39.83	SERVIÇOS DE CÓPIAS E REPRODUÇÃO DE DOCUMEN	3.570,48				
3.3.90.39.84	SERVIÇOS TÉCNICOS PREVIDENCIÁRIOS	53.650,83				
3.3.90.39.88	SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	16.471,41				
3.3.90.39.96	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDI	34.130,26				
3.3.90.47	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		129.555,10			
3.3.90.47.01	PASEP	129.555,10				
3.3.90.48	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS		23.315,69			
3.3.90.48.01	OUTROS AUXÍLIOS A PESSOAS FÍSICAS (DVS)	23.315,69				
3.3.90.92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		1.224,13			
3.3.90.92.30	MATERIAL DE CONSUMO	453,96				
3.3.90.92.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDI	770,17				
3.3.90.93	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		136.986,85			
3.3.90.93.01	INDENIZAÇÕES	79.000,00				
3.3.90.93.02	RESTITUIÇÕES	9.000,00				
3.3.90.93.03	RESTITUIÇÕES DE SALDOS DE CONVÊNIOS	6.686,85				
3.3.90.93.99	DIVERSAS INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	42.300,00				
4	DESPESAS DE CAPITAL					1.064.519,00
4.4	INVESTIMENTOS				921.091,06	
4.4.90	APLICAçõES DIRETAS			634.105,25		
4.4.90.51	OBRAS E INSTALAÇÕES		308.048,11			
4.4.90.51.91	OBRAS EM ANDAMENTO	206.077,63				
4.4.90.51.92	INSTALACOES	72.014,76				
4.4.90.51.99	OUTRAS OBRAS E INSTALACOES	29.955,72				

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

RUA

03503638/0001-33 Balanço Exercício: 2018

ANEXO 02 - DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONOMICAS

CONSOLIDADO

CODIGO	ESPECIFICACAO	DESDOBRO	ELEMENTO	MODALIDADE	GRUPO	CATEGORIA ECONOMICA
4	DESPESAS DE CAPITAL					1.064.519,00
4.4	INVESTIMENTOS				921.091,06	
4.4.90	APLICAçõES DIRETAS			634.105,25		
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		326.057,14			
4.4.90.52.04	APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO	849,00				
4.4.90.52.08	APARELHOS, EQUIP., UTENS. MÉDICO-ODONTOLÓGIC	108.290,00				
4.4.90.52.12	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	938,10				
4.4.90.52.30	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	900,00				
4.4.90.52.33	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	1.389,00				
4.4.90.52.34	MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	34.191,00				
4.4.90.52.35	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	2.390,00				
4.4.90.52.36	MÁQUINAS, INSTALAÇÕES E UTENS. DE ESCRITÓRIO	579,00				
4.4.90.52.38	MÁQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DE OFICIN	885,00				
4.4.90.52.39	EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS HIDRÁULICOS E ELÉT	1.456,04				
4.4.90.52.42	MOBILIÁRIO EM GERAL	1.692,00				
4.4.90.52.48	VEÍCULOS DIVERSOS	171.800,00				
4.4.90.52.56	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	698,00				
4.4.93	Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos,			286.985,81		
4.4.93.51	OBRAS E INSTALAÇÕES		286.985,81			
4.6	AMORTIZAçãO DA DíVIDA				143.427,94	
4.6.90	APLICAçõES DIRETAS			143.427,94		
4.6.90.71	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO		143.427,94			
4.6.90.71.05	PARCELAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRI	143.427,94				
				TOTAL		13.332.912,34

PONTE BANCA/MT, 31 de DEZEMBRO de 2018.

HUMBERTO LUIZ NOGUEIRA DE MENEZES	GISELE DI ANGELIS FEITOSA DA SILVA	ZILMAR ANTONIO DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADORA	SECRETARIO DE FINANÇAS
592.832.541-04	938.001.001-00	263.388.231-53

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

RUA

03503638/0001-33 Balanço Exercício: 2018

ANEXO 02 - NATUREZA DA DESPESA POR ORGÃO

CONSOLIDADO

CODIGO	ESPECIFICACAO	DESDOBRO	ELEMENTO	MODALIDADE	GRUPO	CATEGORIA ECONOMICA
01	**PODER LEGISLATIVO**					**681.473,93**
3	DESPESAS CORRENTES					669.473,93
3.1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS				475.377,02	
3.1.90	APLICAçõES DIRETAS			458.868,72		
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVI		397.755,41			
3.1.90.11.01	VENCIMENTOS E SALÁRIOS(RPPS)	98.401,56				
3.1.90.11.02	VENCIMENTOS E SALÁRIOS (RGPS)	249.974,09				
3.1.90.11.03	ADICIONAL NOTURNO (RGPS)	49.379,76				
3.1.90.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS		61.113,31			
3.1.90.13.02	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - I	61.113,31				
3.1.91	APLICAçãO DIRETA DECORRENTE DE OPERAçãO ENTRE ÓRGã			16.508,30		
3.1.91.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS		16.508,30			
3.1.91.13.03	RPPS	16.508,30				
3.3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES				194.096,91	
3.3.90	APLICAçõES DIRETAS			194.096,91		
3.3.90.14	DIÁRIAS - CIVIL		7.050,00			
3.3.90.14.01	DIÁRIAS - NO PAÍS (DENTRO DO ESTADO)	7.050,00				
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO		18.344,08			
3.3.90.30.04	GÁS ENGARRAFADO	95,00				
3.3.90.30.07	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO	9.673,01				
3.3.90.30.16	MATERIAL DE EXPEDIENTE	2.830,70				
3.3.90.30.17	MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	555,00				
3.3.90.30.21	MATERIAL DE COPA E COZINHA	3.620,67				
3.3.90.30.22	MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIG	1.136,00				
3.3.90.30.24	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓ	313,70				
3.3.90.30.25	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS MÓV	120,00				
3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSIC/		7.280,00			
3.3.90.36.25	SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	980,00				
3.3.90.36.33	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS (EXCE	6.300,00				
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍD		56.122,83			
3.3.90.39.17	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE MÁQUIN/	7.200,00				
3.3.90.39.25	TAXA DE ADMINISTRACAO	500,00				
3.3.90.39.33	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS (EXCE	450,00				
3.3.90.39.37	JUROS	5,00				
3.3.90.39.43	SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA	4.740,49				
3.3.90.39.47	SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO EM GERAL	750,00				
3.3.90.39.48	SERVIÇO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO	300,00				
3.3.90.39.56	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃC	38.580,00				
3.3.90.39.58	SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES	1.610,15				
3.3.90.39.81	SERVIÇOS BANCÁRIOS	1.987,19				
3.3.90.93	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		105.300,00			
3.3.90.93.01	INDENIZAÇÕES	54.000,00				
3.3.90.93.02	RESTITUIÇÕES	9.000,00				
3.3.90.93.99	DIVERSAS INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	42.300,00				
4	DESPESAS DE CAPITAL					12.000,00
4.6	AMORTIZAçãO DA DíVIDA				12.000,00	
4.6.90	APLICAçõES DIRETAS			12.000,00		
4.6.90.71	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO		12.000,00			
4.6.90.71.05	PARCELAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO PREVID	12.000,00				

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

RUA

03503638/0001-33 Balanço Exercício: 2018

ANEXO 02 - NATUREZA DA DESPESA POR ORGÃO

CONSOLIDADO

CODIGO	ESPECIFICACAO	DESDOBRO	ELEMENTO	MODALIDADE	GRUPO	CATEGORIA ECONOMICA
02	**PODER EXECUTIVO**					**12.651.438,41**
3	DESPESAS CORRENTES					11.598.919,41
3.1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS				5.331.488,89	
3.1.71	Transferências a Consórcios Públicos mediante cont			27.816,00		
3.1.71.70	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLI		27.816,00			
3.1.71.70.01	PARTICIPACAO EM CONSORCIO PUBLICO	27.816,00				
3.1.90	APLICAçõES DIRETAS			4.810.413,89		
3.1.90.01	APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFO		350.394,89			
3.1.90.01.61	13 SALARIO - ABONO ANUAL	350.394,89				
3.1.90.03	PENSÕES		161.353,05			
3.1.90.03.01	PENSIONISTA CIVIL	156.583,05				
3.1.90.03.99	OUTRAS PENSÕES	4.770,00				
3.1.90.05	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS		57.043,79			
3.1.90.05.51	AUXILIO-DOENCA	57.043,79				
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVI		4.048.686,27			
3.1.90.11.01	VENCIMENTOS E SALÁRIOS(RPPS)	2.519.755,82				
3.1.90.11.02	VENCIMENTOS E SALÁRIOS (RGPS)	895.272,39				
3.1.90.11.04	ADICIONAL NOTURNO(RPPS)	22.736,36				
3.1.90.11.09	ADICIONAL DE PERICULOSIDADE(RPPS)	3.600,00				
3.1.90.11.10	ADICIONAL DE INSALUBRIDADE(RPPS)	44.877,20				
3.1.90.11.25	GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO DE FUNÇÃO	16.935,84				
3.1.90.11.26	INDENIZAÇÃO DE LOCALIZAÇÃO (RGPS)	10.023,68				
3.1.90.11.27	GRATIFICAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO (RGP	1.000,00				
3.1.90.11.33	GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO DE FUNÇÃO(	46.603,14				
3.1.90.11.35	INDENIZAÇÃO DE LOCALIZAÇÃO(RPPS)	593,55				
3.1.90.11.37	GRATIFICAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO(RPPS	231.291,67				
3.1.90.11.38	13º SALÁRIO (RGPS)	41.114,05				
3.1.90.11.39	FÉRIAS - ABONO PECUNIÁRIO (RGPS)	6.583,74				
3.1.90.11.42	FÉRIAS VENCIDAS E PROPORCIONAIS(RPPS)	1.219,45				
3.1.90.11.43	13º SALÁRIO(RPPS)	156.447,61				
3.1.90.11.44	FÉRIAS - ABONO PECUNIÁRIO(RPPS)	11.666,37				
3.1.90.11.45	FÉRIAS - ABONO CONSTITUCIONAL(RPPS)	32.211,21				
3.1.90.11.61	FÉRIAS - ABONO CONSTITUCIONAL (RGPS)	6.243,94				
3.1.90.11.87	COMPLEMENTACAO SALARIAL - PESSOAL CIV	510,25				
3.1.90.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS		192.935,89			
3.1.90.13.02	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - I	190.322,46				
3.1.90.13.03	RPPS	2.613,43				
3.1.91	APLICAçãO DIRETA DECORRENTE DE OPERAçãO ENTRE ÓRGã			493.259,00		
3.1.91.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS		493.259,00			
3.1.91.13.03	RPPS	493.259,00				
3.2	JUROS E ENCARGOS DA DíVIDA				13.028,64	
3.2.90	APLICAçõES DIRETAS			13.028,64		
3.2.90.21	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO		13.028,64			
3.2.90.21.05	PARCELAMENTO CONTRIBUIÇÃO PREVIDENC	13.028,64				
3.3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES				6.254.401,88	
3.3.70	TRANSFERêNCIAS A INSTITUIçõES MULTIGOVERNAMENTAIS			76.578,41		
3.3.70.41	CONTRIBUIÇÕES		76.578,41			
3.3.70.41.03	CONTRIB. A ENTIDADES DE DIR.PUBLICO (EX	64.763,41				
3.3.70.41.99	DIVERSAS CONTRIBUIÇÕES	11.815,00				
3.3.71	Transferências a Consórcios Públicos mediante cont			31.416,00		
3.3.71.70	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLI		31.416,00			
3.3.71.70.01	PARTICIPACAO EM CONSORCIO PUBLICO	31.416,00				
3.3.90	APLICAçõES DIRETAS			6.146.407,47		
3.3.90.14	DIÁRIAS - CIVIL		232.738,00			
3.3.90.14.01	DIÁRIAS - NO PAÍS (DENTRO DO ESTADO)	201.898,00				
3.3.90.14.02	DIÁRIAS - NO PAÍS (FORA DO ESTADO)	30.840,00				

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

RUA

03503638/0001-33 Balanço Exercício: 2018

ANEXO 02 - NATUREZA DA DESPESA POR ORGÃO

CONSOLIDADO

CODIGO	ESPECIFICACAO	DESDOBRO	ELEMENTO	MODALIDADE	GRUPO	CATEGORIA ECONOMICA
02	**PODER EXECUTIVO**					**12.651.438,41**
3	DESPESAS CORRENTES					11.598.919,41
3.3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES				6.254.401,88	
3.3.90	APLICAçõES DIRETAS			6.146.407,47		
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO		2.317.366,75			
3.3.90.30.01	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTI	755.200,46				
3.3.90.30.03	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES PARA OUT	769,97				
3.3.90.30.04	GÁS ENGARRAFADO	28.195,52				
3.3.90.30.05	EXPLOSIVOS E MUNIÇÕES	11.282,00				
3.3.90.30.07	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO	262.413,10				
3.3.90.30.09	MATERIAL FARMACOLÓGICO	187.444,76				
3.3.90.30.10	MATERIAL ODONTOLÓGICO	6.777,12				
3.3.90.30.11	MATERIAL QUÍMICO	9.727,55				
3.3.90.30.14	MATERIAL EDUCATIVO E ESPORTIVO	13.085,59				
3.3.90.30.15	MATERIAL PARA FESTIVIDADES E HOMENAGE	11.349,70				
3.3.90.30.16	MATERIAL DE EXPEDIENTE	40.141,21				
3.3.90.30.17	MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	4.841,32				
3.3.90.30.18	MATERIAIS E MEDICAMENTOS PARA USO VET	808,10				
3.3.90.30.20	MATERIAL DE CAMA, MESA E BANHO	373,98				
3.3.90.30.21	MATERIAL DE COPA E COZINHA	23.513,22				
3.3.90.30.22	MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGI	53.103,50				
3.3.90.30.23	UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS	26.487,92				
3.3.90.30.24	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓ	232.169,08				
3.3.90.30.25	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS MÓV	439,75				
3.3.90.30.26	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	77.206,40				
3.3.90.30.28	MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA	670,86				
3.3.90.30.30	MATERIAL PARA COMUNICAÇÕES	48,00				
3.3.90.30.31	SEMENTES, MUDAS DE PLANTAS E INSUMOS	127.366,34				
3.3.90.30.33	MATERIAL PARA PRODUÇÃO INDUSTRIAL	2.226,91				
3.3.90.30.35	MATERIAL LABORATORIAL	6.370,86				
3.3.90.30.36	MATERIAL HOSPITALAR	55.131,20				
3.3.90.30.39	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	271.027,67				
3.3.90.30.41	MATERIAL PARA UTILIZAÇÃO EM GRÁFICA	0,00				
3.3.90.30.42	FERRAMENTAS	24.663,72				
3.3.90.30.45	MATERIAL TÉCNICO PARA SELEÇÃO E TREINA	1.290,40				
3.3.90.30.47	AQUISIÇÃO DE SOFTWARES DE BASE	860,00				
3.3.90.30.54	MATERIAL P/MANUT.CONSERV.DE ESTRADAS	46.635,10				
3.3.90.30.96	MATERIAL DE CONSUMO - PAGAMENTO ANTE	35.745,44				
3.3.90.31	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS		25.000,00			
3.3.90.31.04	PREMIAÇÕES DESPORTIVAS	25.000,00				
3.3.90.32	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO G		5.859,13			
3.3.90.32.03	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBU	4.402,49				
3.3.90.32.04	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBU	557,64				
3.3.90.32.99	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBU	899,00				
3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSIC		1.721.903,13			
3.3.90.36.18	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE EQUIPAM	280,00				
3.3.90.36.19	VIGILANCIA OSTENSIVA	19.902,40				
3.3.90.36.20	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULC	16.894,50				
3.3.90.36.21	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS MÓ	13.865,00				
3.3.90.36.23	FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO	24.377,37				
3.3.90.36.25	SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	298.698,79				
3.3.90.36.27	SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO EM GERAL	45.186,00				
3.3.90.36.30	SERVIÇOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS	297.501,43				
3.3.90.36.32	SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	4.674,80				
3.3.90.36.33	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS (EXCE	60.675,76				
3.3.90.36.35	SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNI	886.368,46				
3.3.90.36.36	SERVIÇO DE CONSERVAÇÃO E REBENEFICIA	2.525,00				
3.3.90.36.38	CONFECÇÃO DE UNIFORMES, BANDEIRAS E	400,00				
3.3.90.36.39	FRETES E TRANSPORTES DE ENCOMENDAS	46.693,62				
3.3.90.36.59	SERVIÇOS DE ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	2.060,00				
3.3.90.36.69	SEGUROS EM GERAL	1.000,00				
3.3.90.36.96	OUTROS SERV. DE TERCEIROS - PESSOA FÍS	800,00				

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

RUA

03503638/0001-33 Balanço Exercício: 2018

ANEXO 02 - NATUREZA DA DESPESA POR ORGÃO

CONSOLIDADO

CODIGO	ESPECIFICACAO	DESDOBRO	ELEMENTO	MODALIDADE	GRUPO	CATEGORIA ECONOMICA
02	**PODER EXECUTIVO**					**12.651.438,41**
3	DESPESAS CORRENTES					11.598.919,41
3.3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES				6.254.401,88	
3.3.90	APLICAçõES DIRETAS			6.146.407,47		
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍ		1.657.758,69			
3.3.90.39.01	ASSINATURAS DE PERIÓDICOS E ANUIDADES	1.287,63				
3.3.90.39.10	LOCAÇÃO DE IMÓVEIS	3.340,00				
3.3.90.39.12	LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	10.000,00				
3.3.90.39.14	LOCAÇÃO BENS MÓVEIS E OUTRAS NATUREZ	22.350,00				
3.3.90.39.17	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE MÁQUIN/	16.359,00				
3.3.90.39.18	SERVICOS DE ESTACIONAMENTO DE VEICUL	60,00				
3.3.90.39.19	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULC	131.439,75				
3.3.90.39.20	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS MÓ	500,00				
3.3.90.39.21	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRAD/	1.300,00				
3.3.90.39.23	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	25.730,00				
3.3.90.39.25	TAXA DE ADMINISTRACAO	37.126,10				
3.3.90.39.33	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS (EXCE	27.301,48				
3.3.90.39.37	JUROS	4.386,05				
3.3.90.39.41	FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO	31.748,50				
3.3.90.39.43	SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA	196.681,87				
3.3.90.39.44	SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO	800,00				
3.3.90.39.47	SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO EM GERAL	687,21				
3.3.90.39.48	SERVIÇO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO	800,00				
3.3.90.39.49	PRODUÇÕES JORNALÍSTICAS	6.000,00				
3.3.90.39.50	SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITALAR, ODONTOLÓ	307.933,00				
3.3.90.39.51	SERVIÇOS DE ANÁLISES E PESQUISAS CIENT	2.216,00				
3.3.90.39.53	SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.187,40				
3.3.90.39.56	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃC	109.397,50				
3.3.90.39.58	SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES	14.936,79				
3.3.90.39.59	SERVIÇOS DE ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	1.950,00				
3.3.90.39.63	SERVIÇOS GRÁFICOS	30.452,50				
3.3.90.39.67	SERVIÇOS FUNERÁRIOS	5.535,50				
3.3.90.39.69	SEGUROS EM GERAL	18.334,72				
3.3.90.39.72	VALE-TRANSPORTE	452,00				
3.3.90.39.73	TRANSPORTE DE SERVIDORES	578,00				
3.3.90.39.74	FRETES E TRANSPORTES DE ENCOMENDAS	157.732,96				
3.3.90.39.78	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	38.270,00				
3.3.90.39.79	SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNI	255.285,49				
3.3.90.39.80	HOSPEDAGENS	45.845,00				
3.3.90.39.81	SERVIÇOS BANCÁRIOS	40.931,26				
3.3.90.39.83	SERVIÇOS DE CÓPIAS E REPRODUÇÃO DE D(	3.570,48				
3.3.90.39.84	SERVIÇOS TÉCNICOS PREVIDENCIÁRIOS	53.650,83				
3.3.90.39.88	SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	16.471,41				
3.3.90.39.96	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSO/	34.130,26				
3.3.90.47	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		129.555,10			
3.3.90.47.01	PASEP	129.555,10				
3.3.90.48	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSIC/		23.315,69			
3.3.90.48.01	OUTROS AUXÍLIOS A PESSOAS FÍSICAS (DVS)	23.315,69				
3.3.90.92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		1.224,13			
3.3.90.92.30	MATERIAL DE CONSUMO	453,96				
3.3.90.92.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSO/	770,17				
3.3.90.93	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		31.686,85			
3.3.90.93.01	INDENIZAÇÕES	25.000,00				
3.3.90.93.03	RESTITUIÇÕES DE SALDOS DE CONVÊNIOS	6.686,85				
4	DESPESAS DE CAPITAL					1.052.519,00
4.4	INVESTIMENTOS				921.091,06	
4.4.90	APLICAçõES DIRETAS			634.105,25		
4.4.90.51	OBRAS E INSTALAÇÕES		308.048,11			
4.4.90.51.91	OBRAS EM ANDAMENTO	206.077,63				
4.4.90.51.92	INSTALACOES	72.014,76				
4.4.90.51.99	OUTRAS OBRAS E INSTALACOES	29.955,72				

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

RUA

03503638/0001-33 Balanço Exercício: 2018

ANEXO 02 - NATUREZA DA DESPESA POR ORGÃO

CONSOLIDADO

CODIGO	ESPECIFICACAO	DESDOBRO	ELEMENTO	MODALIDADE	GRUPO	CATEGORIA ECONOMICA
02	**PODER EXECUTIVO**					**12.651.438,41**
4	DESPESAS DE CAPITAL					1.052.519,00
4.4	INVESTIMENTOS				921.091,06	
4.4.90	APLICAçõES DIRETAS			634.105,25		
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		326.057,14			
4.4.90.52.04	APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO	849,00				
4.4.90.52.08	APARELHOS, EQUIP., UTENS. MÉDICO-ODONT	108.290,00				
4.4.90.52.12	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	938,10				
4.4.90.52.30	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	900,00				
4.4.90.52.33	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	1.389,00				
4.4.90.52.34	MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS D	34.191,00				
4.4.90.52.35	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DA	2.390,00				
4.4.90.52.36	MÁQUINAS, INSTALAÇÕES E UTENS. DE ESCR	579,00				
4.4.90.52.38	MÁQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DE	885,00				
4.4.90.52.39	EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS HIDRÁULICOS	1.456,04				
4.4.90.52.42	MOBILIÁRIO EM GERAL	1.692,00				
4.4.90.52.48	VEÍCULOS DIVERSOS	171.800,00				
4.4.90.52.56	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	698,00				
4.4.93	Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos,			286.985,81		
4.4.93.51	OBRAS E INSTALAÇÕES		286.985,81			
4.4.93.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	286.985,81				
4.6	AMORTIZAçãO DA DíVIDA				131.427,94	
4.6.90	APLICAçõES DIRETAS			131.427,94		
4.6.90.71	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO		131.427,94			
4.6.90.71.05	PARCELAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDI	131.427,94				
				TOTAL GERAL		13.332.912,34

PONTE BANCA/MT, 31 de DEZEMBRO de 2018.

HUMBERTO LUIZ NOGUEIRA DE MENEZES	GISELE DI ANGELIS FEITOSA DA SILVA	ZILMAR ANTONIO DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADORA	SECRETARIO DE FINANÇAS
592.832.541-04	938.001.001-00	263.388.231-53

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

RUA

03503638/0001-33 PODER 2018

ANEXO 02 - NATUREZA DA DESPESA POR UNIDADE

CONSOLIDADO

CODIGO	ESPECIFICACAO	DESDOBRO	ELEMENTO	MODALIDADE	GRUPO	CATEGORIA ECONOMICA
01	**PODER LEGISLATIVO**					
01 01	**CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA**					**681.473,93**
3	DESPESAS CORRENTES					669.473,93
3.1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS				475.377,02	
3.1.90	APLICAçõES DIRETAS			458.868,72		
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		397.755,41			
3.1.90.11.01	VENCIMENTOS E SALÁRIOS(RPPS)	98.401,56				
3.1.90.11.02	VENCIMENTOS E SALÁRIOS (RGPS)	249.974,09				
3.1.90.11.03	ADICIONAL NOTURNO (RGPS)	49.379,76				
3.1.90.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS		61.113,31			
3.1.90.13.02	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL -	61.113,31				
3.1.91	APLICAçãO DIRETA DECORRENTE DE OPERAçãO ENTRE ÓRGã			16.508,30		
3.1.91.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS		16.508,30			
3.1.91.13.03	RPPS	16.508,30				
3.3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES				194.096,91	
3.3.90	APLICAçõES DIRETAS			194.096,91		
3.3.90.14	DIÁRIAS - CIVIL		7.050,00			
3.3.90.14.01	DIÁRIAS - NO PAÍS (DENTRO DO ESTADO)	7.050,00				
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO		18.344,08			
3.3.90.30.04	GÁS ENGARRAFADO	95,00				
3.3.90.30.07	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO	9.673,01				
3.3.90.30.16	MATERIAL DE EXPEDIENTE	2.830,70				
3.3.90.30.17	MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	555,00				
3.3.90.30.21	MATERIAL DE COPA E COZINHA	3.620,67				
3.3.90.30.22	MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIC	1.136,00				
3.3.90.30.24	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMC	313,70				
3.3.90.30.25	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS MÓ	120,00				
3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		7.280,00			
3.3.90.36.25	SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	980,00				
3.3.90.36.33	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS (EXCI	6.300,00				
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDIC		56.122,83			
3.3.90.39.17	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE MÁQUIN	7.200,00				
3.3.90.39.25	TAXA DE ADMINISTRACAO	500,00				
3.3.90.39.33	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS (EXCI	450,00				
3.3.90.39.37	JUROS	5,00				
3.3.90.39.43	SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA	4.740,49				
3.3.90.39.47	SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO EM GERAL	750,00				
3.3.90.39.48	SERVIÇO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO	300,00				
3.3.90.39.56	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃ	38.580,00				
3.3.90.39.58	SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES	1.610,15				
3.3.90.39.81	SERVIÇOS BANCÁRIOS	1.987,19				
3.3.90.93	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		105.300,00			
3.3.90.93.01	INDENIZAÇÕES	54.000,00				
3.3.90.93.02	RESTITUIÇÕES	9.000,00				
3.3.90.93.99	DIVERSAS INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	42.300,00				
4	DESPESAS DE CAPITAL					12.000,00
4.6	AMORTIZAçãO DA DíVIDA				12.000,00	
4.6.90	APLICAçõES DIRETAS			12.000,00		
4.6.90.71	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO		12.000,00			
4.6.90.71.05	PARCELAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO PREVII	12.000,00				

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

RUA

03503638/0001-33 PODER 2018

ANEXO 02 - NATUREZA DA DESPESA POR UNIDADE

CONSOLIDADO

CODIGO	ESPECIFICACAO	DESDOBRO	ELEMENTO	MODALIDADE	GRUPO	CATEGORIA ECONOMICA
02	**PODER EXECUTIVO**					
02 02	**GABINETE DO PREFEITO ADMINISTRAÇÃO**					**461.036,73**
3	DESPESAS CORRENTES					461.036,73
3.1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS				274.699,87	
3.1.90	APLICAçõES DIRETAS			274.699,87		
3.1.90.03	PENSÕES		4.770,00			
3.1.90.03.99	OUTRAS PENSÕES	4.770,00				
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		230.955,93			
3.1.90.11.01	VENCIMENTOS E SALÁRIOS(RPPS)	13.750,00				
3.1.90.11.02	VENCIMENTOS E SALÁRIOS (RGPS)	207.568,17				
3.1.90.11.26	INDENIZACÃO DE LOCALIZACÃO (RGPS)	5.000,00				
3.1.90.11.39	FÉRIAS - ABONO PECUNIÁRIO (RGPS)	777,76				
3.1.90.11.43	13º SALÁRIO(RPPS)	3.860,00				
3.1.90.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS		38.973,94			
3.1.90.13.02	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL -	38.973,94				
3.3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES				186.336,86	
3.3.90	APLICAçõES DIRETAS			186.336,86		
3.3.90.14	DIÁRIAS - CIVIL		59.580,00			
3.3.90.14.01	DIÁRIAS - NO PAÍS (DENTRO DO ESTADO)	55.110,00				
3.3.90.14.02	DIÁRIAS - NO PAÍS (FORA DO ESTADO)	4.470,00				
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO		67.363,83			
3.3.90.30.01	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOT	31.664,17				
3.3.90.30.07	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO	557,54				
3.3.90.30.22	MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIC	297,98				
3.3.90.30.39	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULO	19.239,25				
3.3.90.30.96	MATERIAL DE CONSUMO - PAGAMENTO ANT	15.604,89				
3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		680,00			
3.3.90.36.27	SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO EM GERAL	60,00				
3.3.90.36.96	OUTROS SERV. DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	620,00				
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDIC		33.713,03			
3.3.90.39.01	ASSINATURAS DE PERIÓDICOS E ANUIDADE	851,94				
3.3.90.39.19	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VEÍCUL	4.453,81				
3.3.90.39.25	TAXA DE ADMINISTRACAO	1.173,54				
3.3.90.39.41	FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO	300,00				
3.3.90.39.47	SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO EM GERAL	267,21				
3.3.90.39.49	PRODUÇÕES JORNALÍSTICAS	6.000,00				
3.3.90.39.69	SEGUROS EM GERAL	5.195,12				
3.3.90.39.88	SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E PROPAGAND	15.471,41				
3.3.90.93	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		25.000,00			
3.3.90.93.01	INDENIZAÇÕES	25.000,00				

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

RUA

03503638/0001-33 PODER 2018

ANEXO 02 - NATUREZA DA DESPESA POR UNIDADE

CONSOLIDADO

CODIGO	ESPECIFICACAO	DESDOBRO	ELEMENTO	MODALIDADE	GRUPO	CATEGORIA ECONOMICA
02	**PODER EXECUTIVO**					
02 03	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENTE SOCIAL**					**658.104,57**
3	DESPESAS CORRENTES					658.104,57
3.1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS				300.098,83	
3.1.90	APLICAçõES DIRETAS			281.796,50		
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		254.838,60			
3.1.90.11.01	VENCIMENTOS E SALÁRIOS(RPPS)	97.510,67				
3.1.90.11.02	VENCIMENTOS E SALÁRIOS (RGPS)	138.130,03				
3.1.90.11.04	ADICIONAL NOTURNO(RPPS)	3.168,10				
3.1.90.11.25	GRATIFICACÃO POR EXERCÍCIO DE FUNCÃC	1.589,19				
3.1.90.11.26	INDENIZAÇÃO DE LOCALIZAÇÃO (RGPS)	187,40				
3.1.90.11.37	GRATIFICAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO(RPP	5.004,83				
3.1.90.11.38	13º SALÁRIO (RGPS)	3.309,89				
3.1.90.11.43	13º SALÁRIO(RPPS)	3.475,56				
3.1.90.11.45	FÉRIAS - ABONO CONSTITUCIONAL(RPPS)	864,17				
3.1.90.11.61	FÉRIAS - ABONO CONSTITUCIONAL (RGPS)	1.598,76				
3.1.90.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS		26.957,90			
3.1.90.13.02	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL -	26.957,90				
3.1.91	APLICAçãO DIRETA DECORRENTE DE OPERAçãO ENTRE ÓRGã			18.302,33		
3.1.91.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS		18.302,33			
3.1.91.13.03	RPPS	18.302,33				
3.3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES				358.005,74	
3.3.90	APLICAçõES DIRETAS			358.005,74		
3.3.90.14	DIÁRIAS - CIVIL		20.740,00			
3.3.90.14.01	DIÁRIAS - NO PAÍS (DENTRO DO ESTADO)	20.560,00				
3.3.90.14.02	DIÁRIAS - NO PAÍS (FORA DO ESTADO)	180,00				
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO		198.759,60			
3.3.90.30.01	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOT	23.775,76				
3.3.90.30.04	GÁS ENGARRAFADO	14.811,56				
3.3.90.30.07	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO	121.725,68				
3.3.90.30.14	MATERIAL EDUCATIVO E ESPORTIVO	2.420,00				
3.3.90.30.15	MATERIAL PARA FESTIVIDADES E HOMENAG	648,65				
3.3.90.30.16	MATERIAL DE EXPEDIENTE	3.460,42				
3.3.90.30.17	MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	275,00				
3.3.90.30.20	MATERIAL DE CAMA, MESA E BANHO	28,98				
3.3.90.30.21	MATERIAL DE COPA E COZINHA	8.250,43				
3.3.90.30.22	MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIC	4.687,20				
3.3.90.30.23	UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS	2.477,78				
3.3.90.30.24	MATERIAL PARA MANUTENCÃO DE BENS IMÓ	58,00				
3.3.90.30.26	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	4.221,75				
3.3.90.30.31	SEMENTES, MUDAS DE PLANTAS E INSUMOS	3.783,00				
3.3.90.30.39	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULO	6.844,99				
3.3.90.30.45	MATERIAL TÉCNICO PARA SELEÇÃO E TREIN	1.290,40				
3.3.90.32	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRA		5.859,13			
3.3.90.32.03	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBI	4.402,49				
3.3.90.32.04	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBI	557,64				
3.3.90.32.99	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBI	899,00				
3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		85.574,12			
3.3.90.36.20	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VEÍCUL	400,00				
3.3.90.36.21	MANUTENCÃO E CONSERVACÃO DE BENS M	865,00				
3.3.90.36.23	FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO	5.652,05				
3.3.90.36.25	SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	3.527,53				
3.3.90.36.27	SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO EM GERAL	3.250,00				
3.3.90.36.33	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS (EXCE	1.000,00				
3.3.90.36.35	SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCN	69.534,74				
3.3.90.36.39	FRETES E TRANSPORTES DE ENCOMENDAS	1.144,80				
3.3.90.36.59	SERVIÇOS DE ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	200,00				
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDIC		47.072,89			
3.3.90.39.10	LOCAÇÃO DE IMÓVEIS	1.740,00				
3.3.90.39.17	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE MÁQUIN	205,00				
3.3.90.39.19	MANUTENCÃO E CONSERVACÃO DE VEÍCUL	3.320,00				
3.3.90.39.41	FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO	632,50				
3.3.90.39.43	SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA	12.142,77				
3.3.90.39.56	SERVICOS DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃ	2.940,00				
3.3.90.39.58	SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES	1.091,84				
3.3.90.39.59	SERVIÇOS DE ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	1.950,00				
3.3.90.39.63	SERVICOS GRÁFICOS	653,00				
3.3.90.39.67	SERVICOS FUNERÁRIOS	5.535,50				

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

RUA

03503638/0001-33 PODER 2018

ANEXO 02 - NATUREZA DA DESPESA POR UNIDADE

CONSOLIDADO

CODIGO	ESPECIFICACAO	DESDOBRO	ELEMENTO	MODALIDADE	GRUPO	CATEGORIA ECONOMICA
02	**PODER EXECUTIVO**					
02 03	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENTE SOCIAL**					**658.104,57**
3	DESPESAS CORRENTES					658.104,57
3.3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES				358.005,74	
3.3.90	APLICAçõES DIRETAS			358.005,74		
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDIC			47.072,89		
3.3.90.39.79	SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCN		12.750,00			
3.3.90.39.81	SERVICOS BANCÁRIOS		1.252,88			
3.3.90.39.96	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSC		2.859,40			

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

RUA

03503638/0001-33 PODER 2018

ANEXO 02 - NATUREZA DA DESPESA POR UNIDADE

CONSOLIDADO

CODIGO	ESPECIFICACAO	DESDOBRO	ELEMENTO	MODALIDADE	GRUPO	CATEGORIA ECONOMICA
02	**PODER EXECUTIVO**					
02 04	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**					**3.288.770,51**
3	DESPESAS CORRENTES					2.885.928,03
3.1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS				933.557,15	
3.1.71	Transferências a Consórcios Públicos mediante cont			19.416,00		
3.1.71.70	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICC		19.416,00			
3.1.71.70.01	PARTICIPACAO EM CONSORCIO PUBLICO	19.416,00				
3.1.90	APLICAçõES DIRETAS			814.333,26		
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		782.414,56			
3.1.90.11.01	VENCIMENTOS E SALÁRIOS(RPPS)	527.888,48				
3.1.90.11.02	VENCIMENTOS E SALÁRIOS (RGPS)	121.497,83				
3.1.90.11.04	ADICIONAL NOTURNO(RPPS)	4.492,34				
3.1.90.11.10	ADICIONAL DE INSALUBRIDADE(RPPS)	31.626,36				
3.1.90.11.25	GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO DE FUNÇÃC	3.403,33				
3.1.90.11.26	INDENIZAÇÃO DE LOCALIZAÇÃO (RGPS)	586,05				
3.1.90.11.33	GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO DE FUNÇÃC	2.025,80				
3.1.90.11.35	INDENIZAÇÃO DE LOCALIZAÇÃO(RPPS)	593,55				
3.1.90.11.37	GRATIFICAÇÃO DE TEMPO DE SERVICO(RPP	35.209,49				
3.1.90.11.38	13º SALÁRIO (RGPS)	11.817,49				
3.1.90.11.39	FÉRIAS - ABONO PECUNIÁRIO (RGPS)	1.758,33				
3.1.90.11.42	FÉRIAS VENCIDAS E PROPORCIONAIS(RPPS	719,50				
3.1.90.11.43	13º SALÁRIO(RPPS)	28.439,00				
3.1.90.11.44	FÉRIAS - ABONO PECUNIÁRIO(RPPS)	3.253,10				
3.1.90.11.45	FÉRIAS - ABONO CONSTITUCIONAL(RPPS)	8.049,47				
3.1.90.11.61	FÉRIAS - ABONO CONSTITUCIONAL (RGPS)	1.054,44				
3.1.90.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS		31.918,70			
3.1.90.13.02	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL -	29.305,27				
3.1.90.13.03	RPPS	2.613,43				
3.1.91	APLICAçãO DIRETA DECORRENTE DE OPERAçãO ENTRE ÓRGã			99.807,89		
3.1.91.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS		99.807,89			
3.1.91.13.03	RPPS	99.807,89				
3.3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES				1.952.370,88	
3.3.70	TRANSFERêNCIAS A INSTITUIçõES MULTIGOVERNAMENTAIS			2.465,00		
3.3.70.41	CONTRIBUIÇÕES		2.465,00			
3.3.70.41.99	DIVERSAS CONTRIBUIÇÕES	2.465,00				
3.3.71	Transferências a Consórcios Públicos mediante cont			19.416,00		
3.3.71.70	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICC		19.416,00			
3.3.71.70.01	PARTICIPACAO EM CONSORCIO PUBLICO	19.416,00				
3.3.90	APLICAçõES DIRETAS			1.930.489,88		
3.3.90.14	DIÁRIAS - CIVIL		96.820,00			
3.3.90.14.01	DIÁRIAS - NO PAÍS (DENTRO DO ESTADO)	82.180,00				
3.3.90.14.02	DIÁRIAS - NO PAÍS (FORA DO ESTADO)	14.640,00				
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO		606.797,52			
3.3.90.30.01	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOT	181.187,29				
3.3.90.30.03	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES PARA OU	22,00				
3.3.90.30.04	GÁS ENGARRAFADO	3.203,96				
3.3.90.30.07	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO	15.926,89				
3.3.90.30.09	MATERIAL FARMACOLÓGICO	187.288,76				
3.3.90.30.10	MATERIAL ODONTOLÓGICO	6.777,12				
3.3.90.30.11	MATERIAL QUÍMICO	2.472,00				
3.3.90.30.15	MATERIAL PARA FESTIVIDADES E HOMENAG	2.789,65				
3.3.90.30.16	MATERIAL DE EXPEDIENTE	7.970,37				
3.3.90.30.17	MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	528,00				
3.3.90.30.18	MATERIAIS E MEDICAMENTOS PARA USO VE	808,10				
3.3.90.30.20	MATERIAL DE CAMA, MESA E BANHO	56,00				
3.3.90.30.21	MATERIAL DE COPA E COZINHA	4.518,48				
3.3.90.30.22	MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIC	24.949,61				
3.3.90.30.23	UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS	12.327,87				
3.3.90.30.24	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMC	1.097,40				
3.3.90.30.26	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	30.165,58				
3.3.90.30.28	MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANCA	86,50				
3.3.90.30.30	MATERIAL PARA COMUNICAÇÕES	48,00				
3.3.90.30.35	MATERIAL LABORATORIAL	5.070,86				
3.3.90.30.36	MATERIAL HOSPITALAR	55.105,30				
3.3.90.30.39	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULO	46.870,44				
3.3.90.30.41	MATERIAL PARA UTILIZAÇÃO EM GRÁFICA	0,00				
3.3.90.30.42	FERRAMENTAS	163,30				
	AQUISIÇÃO DE SOFTWARES DE BASE					

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

RUA

03503638/0001-33 PODER 2018

ANEXO 02 - NATUREZA DA DESPESA POR UNIDADE

CONSOLIDADO

CODIGO	ESPECIFICACAO	DESDOBRO	ELEMENTO	MODALIDADE	GRUPO	CATEGORIA ECONOMICA
02	**PODER EXECUTIVO**					
02 04	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**					**3.288.770,51**
3	DESPESAS CORRENTES					2.885.928,03
3.3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES				1.952.370,88	
3.3.90	APLICAçõES DIRETAS			1.930.489,88		
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO			606.797,52		
3.3.90.30.47			860,00			
3.3.90.30.96	MATERIAL DE CONSUMO - PAGAMENTO ANT		16.504,04			
3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA			715.618,23		
3.3.90.36.19	VIGILANCIA OSTENSIVA		1.988,00			
3.3.90.36.20	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VEÍCUL		4.285,00			
3.3.90.36.23	FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO		5.963,50			
3.3.90.36.25	SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO		21.517,00			
3.3.90.36.27	SERVICOS DE COMUNICACÃO EM GERAL		3.546,00			
3.3.90.36.30	SERVIÇOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS		297.501,43			
3.3.90.36.32	SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		4.674,80			
3.3.90.36.33	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS (EXCI		3.801,50			
3.3.90.36.35	SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCN		367.677,18			
3.3.90.36.36	SERVICO DE CONSERVACÃO E REBENEFICI		2.525,00			
3.3.90.36.38	CONFECÇÃO DE UNIFORMES, BANDEIRAS E		400,00			
3.3.90.36.39	FRETES E TRANSPORTES DE ENCOMENDAS		1.588,82			
3.3.90.36.59	SERVIÇOS DE ÁUDIO, VÍDEO E FOTO		150,00			
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDIC			487.758,53		
3.3.90.39.01	ASSINATURAS DE PERIÓDICOS E ANUIDADE		435,69			
3.3.90.39.17	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE MÁQUIN		4.714,00			
3.3.90.39.18	SERVICOS DE ESTACIONAMENTO DE VEICU		60,00			
3.3.90.39.19	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VEÍCUL		14.973,66			
3.3.90.39.25	TAXA DE ADMINISTRACAO		31.706,03			
3.3.90.39.41	FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO		6.269,00			
3.3.90.39.43	SERVICOS DE ENERGIA ELÉTRICA		32.445,00			
3.3.90.39.47	SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO EM GERAL		0,00			
3.3.90.39.50	SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITALAR, ODONTOL		307.933,00			
3.3.90.39.51	SERVICOS DE ANÁLISES E PESQUISAS CIEN		2.216,00			
3.3.90.39.53	SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		2.187,40			
3.3.90.39.56	SERVICOS DE TECNOLOGIA DE INFORMACÃ		5.645,00			
3.3.90.39.58	SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES		2.652,08			
3.3.90.39.63	SERVICOS GRÁFICOS		19.023,00			
3.3.90.39.69	SEGUROS EM GERAL		10.115,97			
3.3.90.39.72	VALE-TRANSPORTE		452,00			
3.3.90.39.73	TRANSPORTE DE SERVIDORES		578,00			
3.3.90.39.74	FRETES E TRANSPORTES DE ENCOMENDAS		823,00			
3.3.90.39.78	LIMPEZA E CONSERVACÃO		3.280,00			
3.3.90.39.79	SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCN		1.995,00			
3.3.90.39.80	HOSPEDAGENS		30.005,00			
3.3.90.39.81	SERVIÇOS BANCÁRIOS		4.112,90			
3.3.90.39.83	SERVIÇOS DE CÓPIAS E REPRODUÇÃO DE I		415,00			
3.3.90.39.96	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSO		5.721,80			
3.3.90.48	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS			23.315,69		
3.3.90.48.01	OUTROS AUXÍLIOS A PESSOAS FÍSICAS (DVS		23.315,69			
3.3.90.92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES			179,91		
3.3.90.92.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSO		179,91			
4	DESPESAS DE CAPITAL					402.842,48
4.4	INVESTIMENTOS				402.842,48	
4.4.90	APLICAçõES DIRETAS			402.842,48		
4.4.90.51	OBRAS E INSTALAÇÕES			101.970,48		
4.4.90.51.92	INSTALACOES		72.014,76			
4.4.90.51.99	OUTRAS OBRAS E INSTALACOES		29.955,72			
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			300.872,00		
4.4.90.52.04	APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO		849,00			
4.4.90.52.08	APARELHOS, EQUIP., UTENS. MÉDICO-ODON		108.290,00			
4.4.90.52.30	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS		900,00			
4.4.90.52.33	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOT		999,00			
4.4.90.52.34	MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS I		17.455,00			
4.4.90.52.36	MÁQUINAS, INSTALAÇÕES E UTENS. DE ESC		579,00			
4.4.90.52.48	VEÍCULOS DIVERSOS		171.800,00			

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

RUA

03503638/0001-33 PODER 2018

ANEXO 02 - NATUREZA DA DESPESA POR UNIDADE

CONSOLIDADO

CODIGO	ESPECIFICACAO	DESDOBRO	ELEMENTO	MODALIDADE	GRUPO	CATEGORIA ECONOMICA
02	**PODER EXECUTIVO**					
02 05	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**					**2.512.744,31**
3	DESPESAS CORRENTES					2.315.288,57
3.1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS				1.570.662,86	
3.1.90	APLICAçõES DIRETAS			1.351.354,18		
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		1.345.071,13			
3.1.90.11.01	VENCIMENTOS E SALÁRIOS(RPPS)	1.099.271,64				
3.1.90.11.02	VENCIMENTOS E SALÁRIOS (RGPS)	18.432,49				
3.1.90.11.04	ADICIONAL NOTURNO(RPPS)	11.676,99				
3.1.90.11.33	GRATIFICACÃO POR EXERCÍCIO DE FUNCÃC	7.840,64				
3.1.90.11.37	GRATIFICAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO(RPP	117.107,95				
3.1.90.11.38	13º SALÁRIO (RGPS)	1.450,00				
3.1.90.11.43	13º SALÁRIO(RPPS)	69.497,67				
3.1.90.11.44	FÉRIAS - ABONO PECUNIÁRIO(RPPS)	7.682,12				
3.1.90.11.45	FÉRIAS - ABONO CONSTITUCIONAL(RPPS)	12.111,63				
3.1.90.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS		6.283,05			
3.1.90.13.02	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL -	6.283,05				
3.1.91	APLICAçãO DIRETA DECORRENTE DE OPERAçãO ENTRE ÓRGã			219.308,68		
3.1.91.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS		219.308,68			
3.1.91.13.03	RPPS	219.308,68				
3.3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES				744.625,71	
3.3.90	APLICAçõES DIRETAS			744.625,71		
3.3.90.14	DIÁRIAS - CIVIL		12.460,00			
3.3.90.14.01	DIÁRIAS - NO PAÍS (DENTRO DO ESTADO)	11.890,00				
3.3.90.14.02	DIÁRIAS - NO PAÍS (FORA DO ESTADO)	570,00				
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO		339.476,69			
3.3.90.30.01	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOT	116.402,31				
3.3.90.30.04	GÁS ENGARRAFADO	6.427,04				
3.3.90.30.07	GÊNEROS DE ALIMENTACÃO	107.076,36				
3.3.90.30.14	MATERIAL EDUCATIVO E ESPORTIVO	4.538,00				
3.3.90.30.15	MATERIAL PARA FESTIVIDADES E HOMENAG	461,40				
3.3.90.30.16	MATERIAL DE EXPEDIENTE	6.365,98				
3.3.90.30.17	MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	732,00				
3.3.90.30.21	MATERIAL DE COPA E COZINHA	8.062,97				
3.3.90.30.22	MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUCÃO DE HIC	14.456,68				
3.3.90.30.23	UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS	7.932,27				
3.3.90.30.24	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMC	973,04				
3.3.90.30.26	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	185,00				
3.3.90.30.31	SEMENTES, MUDAS DE PLANTAS E INSUMOS	28,00				
3.3.90.30.39	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULO	65.835,64				
3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		173.301,77			
3.3.90.36.19	VIGILANCIA OSTENSIVA	9.158,40				
3.3.90.36.20	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VEÍCUL	760,00				
3.3.90.36.23	FORNECIMENTO DE ALIMENTACÃO	1.902,92				
3.3.90.36.25	SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	7.529,00				
3.3.90.36.27	SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO EM GERAL	1.050,00				
3.3.90.36.33	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS (EXCE	17.889,26				
3.3.90.36.35	SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCN	100.152,19				
3.3.90.36.39	FRETES E TRANSPORTES DE ENCOMENDAS	34.860,00				
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDIC		219.387,25			
3.3.90.39.14	LOCAÇÃO BENS MÓVEIS E OUTRAS NATURE	2.000,00				
3.3.90.39.17	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE MÁQUIN	585,00				
3.3.90.39.19	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VEÍCUL	20.765,00				
3.3.90.39.20	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS M	500,00				
3.3.90.39.23	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	2.430,00				
3.3.90.39.25	TAXA DE ADMINISTRACAO	1,85				
3.3.90.39.37	JUROS	20,96				
3.3.90.39.41	FORNECIMENTO DE ALIMENTACÃO	1.000,00				
3.3.90.39.43	SERVICOS DE ENERGIA ELÉTRICA	24.420,72				
3.3.90.39.44	SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO	800,00				
3.3.90.39.47	SERVICOS DE COMUNICACÃO EM GERAL	280,00				
3.3.90.39.56	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃ	2.940,00				
3.3.90.39.58	SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES	1.318,71				
3.3.90.39.63	SERVICOS GRÁFICOS	3.061,50				
3.3.90.39.69	SEGUROS EM GERAL	3.023,63				
3.3.90.39.74	FRETES E TRANSPORTES DE ENCOMENDAS	149.012,53				
3.3.90.39.79	SERVICO DE APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCN	1.001,00				
3.3.90.39.81	SERVICOS BANCÁRIOS	5.616,35				

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

RUA

03503638/0001-33 PODER 2018

ANEXO 02 - NATUREZA DA DESPESA POR UNIDADE

CONSOLIDADO

CODIGO	ESPECIFICACAO	DESDOBRO	ELEMENTO	MODALIDADE	GRUPO	CATEGORIA ECONOMICA
02	**PODER EXECUTIVO**					
02 05	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**					**2.512.744,31**
3	DESPESAS CORRENTES					2.315.288,57
3.3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES				744.625,71	
3.3.90	APLICAçõES DIRETAS			744.625,71		
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDIC		219.387,25			
3.3.90.39.83	SERVIÇOS DE CÓPIAS E REPRODUÇÃO DE D		231,00			
3.3.90.39.96	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSO		379,00			
4	DESPESAS DE CAPITAL					197.455,74
4.4	INVESTIMENTOS				197.455,74	
4.4.90	APLICAçõES DIRETAS			197.455,74		
4.4.90.51	OBRAS E INSTALAÇÕES		194.657,74			
4.4.90.51.91	OBRAS EM ANDAMENTO		194.657,74			
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		2.798,00			
4.4.90.52.34	MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS I		2.798,00			

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

RUA

03503638/0001-33 PODER 2018

ANEXO 02 - NATUREZA DA DESPESA POR UNIDADE

CONSOLIDADO

CODIGO	ESPECIFICACAO	DESDOBRO	ELEMENTO	MODALIDADE	GRUPO	CATEGORIA ECONOMICA
02	**PODER EXECUTIVO**					
02 06	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**					**1.325.116,65**
3	DESPESAS CORRENTES					1.315.159,55
3.1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS				521.313,35	
3.1.90	APLICAçõES DIRETAS			464.770,45		
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		447.415,62			
3.1.90.11.01	VENCIMENTOS E SALÁRIOS(RPPS)	292.040,85				
3.1.90.11.02	VENCIMENTOS E SALÁRIOS (RGPS)	77.023,97				
3.1.90.11.09	ADICIONAL DE PERICULOSIDADE(RPPS)	3.600,00				
3.1.90.11.10	ADICIONAL DE INSALUBRIDADE(RPPS)	187,40				
3.1.90.11.25	GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO DE FUNÇÃC	1.650,00				
3.1.90.11.33	GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO DE FUNÇÃC	19.573,58				
3.1.90.11.37	GRATIFICAÇÃO DE TEMPO DE SERVICO(RPP	19.610,91				
3.1.90.11.38	13º SALÁRIO (RGPS)	6.360,00				
3.1.90.11.39	FÉRIAS - ABONO PECUNIÁRIO (RGPS)	2.073,23				
3.1.90.11.42	FÉRIAS VENCIDAS E PROPORCIONAIS(RPPS	499,95				
3.1.90.11.43	13º SALÁRIO(RPPS)	20.126,46				
3.1.90.11.45	FÉRIAS - ABONO CONSTITUCIONAL(RPPS)	4.159,02				
3.1.90.11.87	COMPLEMENTACAO SALARIAL - PESSOAL CI	510,25				
3.1.90.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS		17.354,83			
3.1.90.13.02	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL -	17.354,83				
3.1.91	APLICAçãO DIRETA DECORRENTE DE OPERAçãO ENTRE ÓRGã			56.542,90		
3.1.91.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS		56.542,90			
3.1.91.13.03	RPPS	56.542,90				
3.3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES				793.846,20	
3.3.90	APLICAçõES DIRETAS			793.846,20		
3.3.90.14	DIÁRIAS - CIVIL		22.098,00			
3.3.90.14.01	DIÁRIAS - NO PAÍS (DENTRO DO ESTADO)	19.698,00				
3.3.90.14.02	DIÁRIAS - NO PAÍS (FORA DO ESTADO)	2.400,00				
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO		83.814,38			
3.3.90.30.01	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOT	755,39				
3.3.90.30.03	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES PARA OU	23,20				
3.3.90.30.04	GÁS ENGARRAFADO	1.593,96				
3.3.90.30.07	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO	8.992,93				
3.3.90.30.11	MATERIAL QUÍMICO	1.703,50				
3.3.90.30.16	MATERIAL DE EXPEDIENTE	22.317,04				
3.3.90.30.17	MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	3.306,32				
3.3.90.30.21	MATERIAL DE COPA E COZINHA	2.062,14				
3.3.90.30.22	MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIC	5.724,37				
3.3.90.30.23	UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS	990,00				
3.3.90.30.24	MATERIAL PARA MANUTENCÃO DE BENS IMC	32.472,77				
3.3.90.30.25	MATERIAL PARA MANUTENCÃO DE BENS MÓ	82,25				
3.3.90.30.26	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	2.575,30				
3.3.90.30.36	MATERIAL HOSPITALAR	25,90				
3.3.90.30.42	FERRAMENTAS	450,50				
3.3.90.30.96	MATERIAL DE CONSUMO - PAGAMENTO ANTI	738,81				
3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		167.852,75			
3.3.90.36.19	VIGILANCIA OSTENSIVA	2.862,00				
3.3.90.36.23	FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO	9.008,90				
3.3.90.36.25	SERVICOS DE LIMPEZA E CONSERVACÃO	17.494,00				
3.3.90.36.27	SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO EM GERAL	2.900,00				
3.3.90.36.33	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS (EXCE	13.400,00				
3.3.90.36.35	SERVICO DE APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCN	122.027,85				
3.3.90.36.39	FRETES E TRANSPORTES DE ENCOMENDAS	160,00				
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDIC		519.036,85			
3.3.90.39.10	LOCACÃO DE IMÓVEIS	1.600,00				
3.3.90.39.12	LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	2.000,00				
3.3.90.39.17	MANUTENCÃO E CONSERVACÃO DE MÁQUIN	1.675,00				
3.3.90.39.21	MANUTENCÃO E CONSERVACÃO DE ESTRAI	1.300,00				
3.3.90.39.25	TAXA DE ADMINISTRACAO	3.456,16				
3.3.90.39.33	SERVICOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS (EXCE	26.301,48				
3.3.90.39.37	JUROS	3,87				
3.3.90.39.41	FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO	2.088,00				
3.3.90.39.43	SERVICOS DE ENERGIA ELÉTRICA	118.193,82				
3.3.90.39.48	SERVICO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO	800,00				
3.3.90.39.56	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃ	94.685,00				
3.3.90.39.58	SERVICOS DE TELECOMUNICACÕES	9.874,16				
3.3.90.39.63	SERVICOS GRÁFICOS	2.415,00				

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

RUA

03503638/0001-33 PODER 2018

ANEXO 02 - NATUREZA DA DESPESA POR UNIDADE

CONSOLIDADO

CODIGO	ESPECIFICACAO	DESDOBRO	ELEMENTO	MODALIDADE	GRUPO	CATEGORIA ECONOMICA
02	**PODER EXECUTIVO**					
02 06	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**					**1.325.116,65**
3	DESPESAS CORRENTES					1.315.159,55
3.3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES				793.846,20	
3.3.90	APLICAçõES DIRETAS			793.846,20		
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDIC		519.036,85			
3.3.90.39.74	FRETES E TRANSPORTES DE ENCOMENDAS	4.427,41				
3.3.90.39.79	SERVICO DE APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCN	196.918,28				
3.3.90.39.80	HOSPEDAGENS	13.680,00				
3.3.90.39.81	SERVICOS BANCÁRIOS	29.949,13				
3.3.90.39.83	SERVICOS DE CÓPIAS E REPRODUCÃO DE D	2.924,48				
3.3.90.39.96	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSO	6.745,06				
3.3.90.92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		1.044,22			
3.3.90.92.30	MATERIAL DE CONSUMO	453,96				
3.3.90.92.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSO	590,26				
4	DESPESAS DE CAPITAL					9.957,10
4.4	INVESTIMENTOS				9.957,10	
4.4.90	APLICAçõES DIRETAS			9.957,10		
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		9.957,10			
4.4.90.52.12	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	938,10				
4.4.90.52.33	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOT	390,00				
4.4.90.52.34	MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS I	3.849,00				
4.4.90.52.35	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE D	2.390,00				
4.4.90.52.42	MOBILIÁRIO EM GERAL	1.692,00				
4.4.90.52.56	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	698,00				

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

RUA

03503638/0001-33 PODER 2018

ANEXO 02 - NATUREZA DA DESPESA POR UNIDADE

CONSOLIDADO

CODIGO	ESPECIFICACAO	DESDOBRO	ELEMENTO	MODALIDADE	GRUPO	CATEGORIA ECONOMICA
02	**PODER EXECUTIVO**					
02 07	**FUNDO MUN PREV SOCIAL IMPBRAN PREVIDÊNCIA SOCIAL**					**617.672,56**
3	DESPESAS CORRENTES					617.672,56
3.1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS				564.021,73	
3.1.90	APLICAçõES DIRETAS			564.021,73		
3.1.90.01	APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORI		350.394,89			
3.1.90.01.61	13 SALARIO - ABONO ANUAL	350.394,89				
3.1.90.03	PENSÕES		156.583,05			
3.1.90.03.01	PENSIONISTA CIVIL	156.583,05				
3.1.90.05	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS		57.043,79			
3.1.90.05.51	AUXILIO-DOENCA	57.043,79				
3.3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES				53.650,83	
3.3.90	APLICAçõES DIRETAS			53.650,83		
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDIC		53.650,83			
3.3.90.39.84	SERVICOS TÉCNICOS PREVIDENCIÁRIOS	53.650,83				

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

RUA

03503638/0001-33 PODER 2018

ANEXO 02 - NATUREZA DA DESPESA POR UNIDADE

CONSOLIDADO

CODIGO	ESPECIFICACAO	DESDOBRO	ELEMENTO	MODALIDADE	GRUPO	CATEGORIA ECONOMICA
02	**PODER EXECUTIVO**					
02 08	**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**					**546.530,28**
3	DESPESAS CORRENTES					415.102,34
3.1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS				169.874,62	
3.1.71	Transferências a Consórcios Públicos mediante cont			8.400,00		
3.1.71.70	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICC		8.400,00			
3.1.71.70.01	PARTICIPACAO EM CONSORCIO PUBLICO	8.400,00				
3.1.90	APLICAçõES DIRETAS			154.482,71		
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		139.585,68			
3.1.90.11.01	VENCIMENTOS E SALÁRIOS(RPPS)	45.364,79				
3.1.90.11.02	VENCIMENTOS E SALÁRIOS (RGPS)	69.957,16				
3.1.90.11.25	GRATIFICACÃO POR EXERCÍCIO DE FUNCÃC	4.036,66				
3.1.90.11.26	INDENIZAÇÃO DE LOCALIZAÇÃO (RGPS)	4.250,23				
3.1.90.11.27	GRATIFICAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO (RGI	1.000,00				
3.1.90.11.33	GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO DE FUNÇÃC	4.909,85				
3.1.90.11.37	GRATIFICAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO(RPP	3.448,99				
3.1.90.11.38	13º SALÁRIO (RGPS)	5.220,00				
3.1.90.11.43	13º SALÁRIO(RPPS)	1.052,48				
3.1.90.11.61	FÉRIAS - ABONO CONSTITUCIONAL (RGPS)	345,52				
3.1.90.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS		14.897,03			
3.1.90.13.02	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL -	14.897,03				
3.1.91	APLICAçãO DIRETA DECORRENTE DE OPERAçãO ENTRE ÓRGã			6.991,91		
3.1.91.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS		6.991,91			
3.1.91.13.03	RPPS	6.991,91				
3.2	JUROS E ENCARGOS DA DíVIDA				13.028,64	
3.2.90	APLICAçõES DIRETAS			13.028,64		
3.2.90.21	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO		13.028,64			
3.2.90.21.05	PARCELAMENTO CONTRIBUIÇÃO PREVIDEN	13.028,64				
3.3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES				232.199,08	
3.3.70	TRANSFERêNCIAS A INSTITUIçõES MULTIGOVERNAMENTAIS			74.113,41		
3.3.70.41	CONTRIBUIÇÕES		74.113,41			
3.3.70.41.03	CONTRIB. A ENTIDADES DE DIR.PUBLICO (E	64.763,41				
3.3.70.41.99	DIVERSAS CONTRIBUIÇÕES	9.350,00				
3.3.71	Transferências a Consórcios Públicos mediante cont			12.000,00		
3.3.71.70	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICC		12.000,00			
3.3.71.70.01	PARTICIPACAO EM CONSORCIO PUBLICO	12.000,00				
3.3.90	APLICAçõES DIRETAS			146.085,67		
3.3.90.14	DIÁRIAS - CIVIL		5.110,00			
3.3.90.14.01	DIÁRIAS - NO PAÍS (DENTRO DO ESTADO)	3.310,00				
3.3.90.14.02	DIÁRIAS - NO PAÍS (FORA DO ESTADO)	1.800,00				
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDIC		4.733,72			
3.3.90.39.25	TAXA DE ADMINISTRACAO	125,00				
3.3.90.39.37	JUROS	4.361,22				
3.3.90.39.56	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃ	247,50				
3.3.90.47	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		129.555,10			
3.3.90.47.01	PASEP	129.555,10				
3.3.90.93	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		6.686,85			
3.3.90.93.03	RESTITUIÇÕES DE SALDOS DE CONVÊNIOS	6.686,85				
4	DESPESAS DE CAPITAL					131.427,94
4.6	AMORTIZAçãO DA DíVIDA				131.427,94	
4.6.90	APLICAçõES DIRETAS			131.427,94		
4.6.90.71	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO		131.427,94			
4.6.90.71.05	PARCELAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO PREVII	131.427,94				

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

RUA

03503638/0001-33 PODER 2018

ANEXO 02 - NATUREZA DA DESPESA POR UNIDADE

CONSOLIDADO

CODIGO	ESPECIFICACAO	DESDOBRO	ELEMENTO	MODALIDADE	GRUPO	CATEGORIA ECONOMICA
02	**PODER EXECUTIVO**					
02 10	**SECRETARIA MUN. DE VIAÇÃO E TRANSPORTES**					**2.591.448,57**
3	DESPESAS CORRENTES					2.282.402,83
3.1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS				665.125,90	
3.1.90	APLICAçõES DIRETAS			580.898,73		
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		568.583,00			
3.1.90.11.01	VENCIMENTOS E SALÁRIOS(RPPS)	400.942,38				
3.1.90.11.02	VENCIMENTOS E SALÁRIOS (RGPS)	54.092,79				
3.1.90.11.04	ADICIONAL NOTURNO(RPPS)	3.398,93				
3.1.90.11.10	ADICIONAL DE INSALUBRIDADE(RPPS)	13.063,44				
3.1.90.11.25	GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO DE FUNÇÃC	5.220,00				
3.1.90.11.33	GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO DE FUNÇÃC	9.833,00				
3.1.90.11.37	GRATIFICAÇÃO DE TEMPO DE SERVICO(RPP	46.523,61				
3.1.90.11.38	13º SALÁRIO (RGPS)	1.406,67				
3.1.90.11.43	13º SALÁRIO(RPPS)	26.344,11				
3.1.90.11.44	FÉRIAS - ABONO PECUNIÁRIO(RPPS)	731,15				
3.1.90.11.45	FÉRIAS - ABONO CONSTITUCIONAL(RPPS)	7.026,92				
3.1.90.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS		12.315,73			
3.1.90.13.02	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL -	12.315,73				
3.1.91	APLICAçãO DIRETA DECORRENTE DE OPERAçãO ENTRE ÓRGã			84.227,17		
3.1.91.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS		84.227,17			
3.1.91.13.03	RPPS	84.227,17				
3.3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES				1.617.276,93	
3.3.90	APLICAçõES DIRETAS			1.617.276,93		
3.3.90.14	DIÁRIAS - CIVIL		12.520,00			
3.3.90.14.01	DIÁRIAS - NO PAÍS (DENTRO DO ESTADO)	7.040,00				
3.3.90.14.02	DIÁRIAS - NO PAÍS (FORA DO ESTADO)	5.480,00				
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO		951.606,14			
3.3.90.30.01	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOT	396.951,84				
3.3.90.30.03	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES PARA OU	484,47				
3.3.90.30.04	GÁS ENGARRAFADO	1.954,00				
3.3.90.30.07	GÊNEROS DE ALIMENTACÃO	18,60				
3.3.90.30.09	MATERIAL FARMACOLÓGICO	156,00				
3.3.90.30.11	MATERIAL QUÍMICO	3.855,95				
3.3.90.30.22	MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUCÃO DE HIC	1.897,81				
3.3.90.30.23	UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS	2.760,00				
3.3.90.30.24	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMC	176.363,02				
3.3.90.30.26	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	38.339,65				
3.3.90.30.28	MATERIAL DE PROTECÃO E SEGURANCA	584,36				
3.3.90.30.31	SEMENTES, MUDAS DE PLANTAS E INSUMOS	123.555,34				
3.3.90.30.33	MATERIAL PARA PRODUCÃO INDUSTRIAL	2.226,91				
3.3.90.30.35	MATERIAL LABORATORIAL	1.300,00				
3.3.90.30.39	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULO	129.105,91				
3.3.90.30.42	FERRAMENTAS	22.892,07				
3.3.90.30.54	MATERIAL P/MANUT.CONSERV.DE ESTRADA	46.635,10				
3.3.90.30.96	MATERIAL DE CONSUMO - PAGAMENTO ANT	2.525,11				
3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		450.169,26			
3.3.90.36.18	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE EQUIPA	280,00				
3.3.90.36.19	VIGILANCIA OSTENSIVA	2.078,00				
3.3.90.36.20	MANUTENCÃO E CONSERVACÃO DE VEÍCUL	11.449,50				
3.3.90.36.21	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS M	13.000,00				
3.3.90.36.25	SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	229.349,76				
3.3.90.36.33	SERVICOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS (EXCE	20.455,00				
3.3.90.36.35	SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCN	166.177,00				
3.3.90.36.39	FRETES E TRANSPORTES DE ENCOMENDAS	6.200,00				
3.3.90.36.69	SEGUROS EM GERAL	1.000,00				
3.3.90.36.96	OUTROS SERV. DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	180,00				
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDIC		202.981,53			
3.3.90.39.17	MANUTENCÃO E CONSERVACÃO DE MÁQUIN	7.860,00				
3.3.90.39.19	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VEÍCUL	86.772,28				
3.3.90.39.25	TAXA DE ADMINISTRACAO	663,52				
3.3.90.39.33	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS (EXCE	1.000,00				
3.3.90.39.41	FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO	21.429,00				
3.3.90.39.43	SERVICOS DE ENERGIA ELÉTRICA	6.053,50				
3.3.90.39.47	SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO EM GERAL	140,00				
3.3.90.39.56	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃ	1.400,00				
3.3.90.39.63	SERVICOS GRÁFICOS	1.280,00				
3.3.90.39.74	FRETES E TRANSPORTES DE ENCOMENDAS	1.670,02				

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

RUA

03503638/0001-33 PODER 2018

ANEXO 02 - NATUREZA DA DESPESA POR UNIDADE

CONSOLIDADO

CODIGO	ESPECIFICACAO	DESDOBRO	ELEMENTO	MODALIDADE	GRUPO	CATEGORIA ECONOMICA
02	**PODER EXECUTIVO**					
02 10	**SECRETARIA MUN. DE VIAÇÃO E TRANSPORTES**					**2.591.448,57**
3	DESPESAS CORRENTES					2.282.402,83
3.3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES				1.617.276,93	
3.3.90	APLICAçõES DIRETAS			1.617.276,93		
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDIC		202.981,53			
3.3.90.39.78	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO		34.990,00			
3.3.90.39.79	SERVICO DE APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCN		38.098,21			
3.3.90.39.80	HOSPEDAGENS		1.200,00			
3.3.90.39.96	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSC		425,00			
4	DESPESAS DE CAPITAL					309.045,74
4.4	INVESTIMENTOS				309.045,74	
4.4.90	APLICAçõES DIRETAS			22.059,93		
4.4.90.51	OBRAS E INSTALAÇÕES		11.419,89			
4.4.90.51.91	OBRAS EM ANDAMENTO		11.419,89			
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		10.640,04			
4.4.90.52.34	MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS I		8.299,00			
4.4.90.52.38	MÁQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS D		885,00			
4.4.90.52.39	EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS HIDRÁULICC		1.456,04			
4.4.93	Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos,			286.985,81		
4.4.93.51	OBRAS E INSTALAÇÕES		286.985,81			

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

RUA

03503638/0001-33 PODER 2018

ANEXO 02 - NATUREZA DA DESPESA POR UNIDADE

CONSOLIDADO

CODIGO	ESPECIFICACAO	DESDOBRO	ELEMENTO	MODALIDADE	GRUPO	CATEGORIA ECONOMICA
02	**PODER EXECUTIVO**					
02 11	**SECRETARIA MUN DE AGRICULTURA E TURISMO**					**171.667,24**
3	DESPESAS CORRENTES					171.667,24
3.1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS				118.345,64	
3.1.90	APLICAçõES DIRETAS			118.345,64		
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		99.473,14			
3.1.90.11.02	VENCIMENTOS E SALÁRIOS (RGPS)	90.773,33				
3.1.90.11.25	GRATIFICACÃO POR EXERCÍCIO DE FUNCÃ(	1.036,66				
3.1.90.11.38	13º SALÁRIO (RGPS)	5.220,00				
3.1.90.11.39	FÉRIAS - ABONO PECUNIÁRIO (RGPS)	937,75				
3.1.90.11.61	FÉRIAS - ABONO CONSTITUCIONAL (RGPS)	1.505,40				
3.1.90.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS		18.872,50			
3.1.90.13.02	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL -	18.872,50				
3.3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES				53.321,60	
3.3.90	APLICAçõES DIRETAS			53.321,60		
3.3.90.14	DIÁRIAS - CIVIL		800,00			
3.3.90.14.01	DIÁRIAS - NO PAÍS (DENTRO DO ESTADO)	800,00				
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO		9.883,60			
3.3.90.30.01	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOT	4.095,50				
3.3.90.30.04	GÁS ENGARRAFADO	105,00				
3.3.90.30.07	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO	2.239,76				
3.3.90.30.16	MATERIAL DE EXPEDIENTE	27,40				
3.3.90.30.21	MATERIAL DE COPA E COZINHA	108,90				
3.3.90.30.22	MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIC	145,65				
3.3.90.30.39	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULO	3.131,44				
3.3.90.30.42	FERRAMENTAS	29,95				
3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		40.663,00			
3.3.90.36.23	FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO	275,00				
3.3.90.36.25	SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	1.627,50				
3.3.90.36.27	SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO EM GERAL	7.100,00				
3.3.90.36.33	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS (EXCI	1.475,00				
3.3.90.36.35	SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCN	26.585,50				
3.3.90.36.39	FRETES E TRANSPORTES DE ENCOMENDAS	2.740,00				
3.3.90.36.59	SERVIÇOS DE ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	860,00				
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDIC		1.975,00			
3.3.90.39.17	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE MÁQUIN	820,00				
3.3.90.39.19	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VEÍCUL	1.155,00				

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

RUA

03503638/0001-33 PODER 2018

ANEXO 02 - NATUREZA DA DESPESA POR UNIDADE

CONSOLIDADO

CODIGO	ESPECIFICACAO	DESDOBRO	ELEMENTO	MODALIDADE	GRUPO	CATEGORIA ECONOMICA
02	**PODER EXECUTIVO**					
02 12	**SECRETARIA MUN DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E CULTURA**					**254.794,12**
3	DESPESAS CORRENTES					254.794,12
3.1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS				129.268,64	
3.1.90	APLICAçõES DIRETAS			121.190,52		
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		109.712,12			
3.1.90.11.01	VENCIMENTOS E SALÁRIOS(RPPS)	42.987,01				
3.1.90.11.02	VENCIMENTOS E SALÁRIOS (RGPS)	52.046,62				
3.1.90.11.33	GRATIFICACÃO POR EXERCÍCIO DE FUNCÃ(	2.420,27				
3.1.90.11.37	GRATIFICACÃO DE TEMPO DE SERVICO(RPP	4.385,89				
3.1.90.11.38	13º SALÁRIO (RGPS)	4.220,00				
3.1.90.11.43	13º SALÁRIO(RPPS)	3.652,33				
3.1.90.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS		11.478,40			
3.1.90.13.02	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL -	11.478,40				
3.1.91	APLICAçãO DIRETA DECORRENTE DE OPERAçãO ENTRE ÓRGã			8.078,12		
3.1.91.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS		8.078,12			
3.1.91.13.03	RPPS	8.078,12				
3.3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES				125.525,48	
3.3.90	APLICAçõES DIRETAS			125.525,48		
3.3.90.14	DIÁRIAS - CIVIL		810,00			
3.3.90.14.01	DIÁRIAS - NO PAÍS (DENTRO DO ESTADO)	560,00				
3.3.90.14.02	DIÁRIAS - NO PAÍS (FORA DO ESTADO)	250,00				
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO		18.255,80			
3.3.90.30.05	EXPLOSIVOS E MUNIÇÕES	10.750,00				
3.3.90.30.07	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO	16,80				
3.3.90.30.15	MATERIAL PARA FESTIVIDADES E HOMENAG	7.450,00				
3.3.90.30.24	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IM(	39,00				
3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		41.243,00			
3.3.90.36.19	VIGILANCIA OSTENSIVA	3.816,00				
3.3.90.36.25	SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	3.816,00				
3.3.90.36.27	SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO EM GERAL	25.750,00				
3.3.90.36.35	SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCN	7.861,00				
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDIC		65.216,68			
3.3.90.39.12	LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	8.000,00				
3.3.90.39.14	LOCAÇÃO BENS MÓVEIS E OUTRAS NATURE	9.150,00				
3.3.90.39.23	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	21.300,00				
3.3.90.39.43	SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA	1.701,68				
3.3.90.39.56	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃ	1.540,00				
3.3.90.39.63	SERVIÇOS GRÁFICOS	4.020,00				
3.3.90.39.79	SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCN	545,00				
3.3.90.39.80	HOSPEDAGENS	960,00				
3.3.90.39.96	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSO	18.000,00				

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

RUA

03503638/0001-33 PODER 2018

ANEXO 02 - NATUREZA DA DESPESA POR UNIDADE

CONSOLIDADO

CODIGO	ESPECIFICACAO	DESDOBRO	ELEMENTO	MODALIDADE	GRUPO	CATEGORIA ECONOMICA
02	**PODER EXECUTIVO**					
02 13	**SECRETARIA MUN. DE ESPORTE E LAZER**					**223.552,87**
3	DESPESAS CORRENTES					221.762,87
3.1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS				84.520,30	
3.1.90	APLICAçõES DIRETAS			84.520,30		
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		70.636,49			
3.1.90.11.02	VENCIMENTOS E SALÁRIOS (RGPS)	65.750,00				
3.1.90.11.38	13º SALÁRIO (RGPS)	2.110,00				
3.1.90.11.39	FÉRIAS - ABONO PECUNIÁRIO (RGPS)	1.036,67				
3.1.90.11.61	FÉRIAS - ABONO CONSTITUCIONAL (RGPS)	1.739,82				
3.1.90.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS		13.883,81			
3.1.90.13.02	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL -	13.883,81				
3.3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES				137.242,57	
3.3.90	APLICAçõES DIRETAS			137.242,57		
3.3.90.14	DIÁRIAS - CIVIL		1.800,00			
3.3.90.14.01	DIÁRIAS - NO PAÍS (DENTRO DO ESTADO)	750,00				
3.3.90.14.02	DIÁRIAS - NO PAÍS (FORA DO ESTADO)	1.050,00				
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO		41.409,19			
3.3.90.30.01	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOT	368,20				
3.3.90.30.03	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES PARA OU	240,30				
3.3.90.30.04	GÁS ENGARRAFADO	100,00				
3.3.90.30.05	EXPLOSIVOS E MUNICÕES	532,00				
3.3.90.30.07	GÊNEROS DE ALIMENTACÃO	5.858,54				
3.3.90.30.11	MATERIAL QUÍMICO	1.696,10				
3.3.90.30.14	MATERIAL EDUCATIVO E ESPORTIVO	6.127,59				
3.3.90.30.20	MATERIAL DE CAMA, MESA E BANHO	289,00				
3.3.90.30.21	MATERIAL DE COPA E COZINHA	510,30				
3.3.90.30.22	MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HI(	944,20				
3.3.90.30.24	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IM(	21.165,85				
3.3.90.30.25	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS MÓ	357,50				
3.3.90.30.26	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	1.719,12				
3.3.90.30.42	FERRAMENTAS	1.127,90				
3.3.90.30.96	MATERIAL DE CONSUMO - PAGAMENTO ANT	372,59				
3.3.90.31	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, I		25.000,00			
3.3.90.31.04	PREMIACÕES DESPORTIVAS	25.000,00				
3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		46.801,00			
3.3.90.36.23	FORNECIMENTO DE ALIMENTACÃO	1.575,00				
3.3.90.36.25	SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	13.838,00				
3.3.90.36.27	SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO EM GERAL	1.530,00				
3.3.90.36.33	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS (EXCI	2.655,00				
3.3.90.36.35	SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCN	26.353,00				
3.3.90.36.59	SERVIÇOS DE ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	850,00				
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDIC		22.232,38			
3.3.90.39.14	LOCAÇÃO BENS MÓVEIS E OUTRAS NATURE	11.200,00				
3.3.90.39.17	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE MÁQUIN	500,00				
3.3.90.39.23	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	2.000,00				
3.3.90.39.41	FORNECIMENTO DE ALIMENTACÃO	30,00				
3.3.90.39.43	SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA	1.724,38				
3.3.90.39.74	FRETES E TRANSPORTES DE ENCOMENDAS	1.800,00				
3.3.90.39.79	SERVICO DE APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCN	3.978,00				
3.3.90.39.88	SERVICOS DE PUBLICIDADE E PROPAGAND	1.000,00				
4	DESPESAS DE CAPITAL					1.790,00
4.4	INVESTIMENTOS				1.790,00	
4.4.90	APLICAçõES DIRETAS			1.790,00		
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		1.790,00			
4.4.90.52.34	MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS I	1.790,00				
				ORGÃO		13.332.912,34

PONTE BANCA/MT, 31 de DEZEMBRO de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

RUA

03503638/0001-33 PODER 2018

ANEXO 02 - NATUREZA DA DESPESA POR UNIDADE

CONSOLIDADO

CODIGO	ESPECIFICACAO	DESDOBRO	ELEMENTO	MODALIDADE	GRUPO	CATEGORIA ECONOMICA

HUMBERTO LUIZ NOGUEIRA DE MENEZES	GISELE DI ANGELIS FEITOSA DA SILVA	ZILMAR ANTONIO DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADORA	SECRETARIO DE FINANÇAS
592.832.541-04	938.001.001-00	263.388.231-53

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

RUA

03503638/0001-33 Balanço Exercício: 2018

ANEXO 02 - NATUREZA DA DESPESA POR SUBUNIDADE

CONSOLIDADO

CODIGO	ESPECIFICACAO	DESDOBRO	ELEMENTO	MODALIDADE	GRUPO	CATEGORIA ECONOMICA
01	**PODER LEGISLATIVO**					
01 01	**CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA**					
01 01 01	**PLENARIO**					**545.911,00**
3	DESPESAS CORRENTES					545.911,00
3.1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS				360.467,16	
3.1.90	APLICAçõES DIRETAS			360.467,16		
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		299.353,85			
3.1.90.11.02	VENCIMENTOS E SALÁRIOS (RGPS)	249.974,09				
3.1.90.11.03	ADICIONAL NOTURNO (RGPS)	49.379,76				
3.1.90.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS		61.113,31			
3.1.90.13.02	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INS	61.113,31				
3.3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES				185.443,84	
3.3.90	APLICAçõES DIRETAS			185.443,84		
3.3.90.14	DIÁRIAS - CIVIL		7.050,00			
3.3.90.14.01	DIÁRIAS - NO PAÍS (DENTRO DO ESTADO)	7.050,00				
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO		10.341,01			
3.3.90.30.07	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO	6.239,44				
3.3.90.30.16	MATERIAL DE EXPEDIENTE	1.139,50				
3.3.90.30.17	MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	221,00				
3.3.90.30.21	MATERIAL DE COPA E COZINHA	2.388,17				
3.3.90.30.22	MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIEN	352,90				
3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		6.930,00			
3.3.90.36.25	SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	630,00				
3.3.90.36.33	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS (EXCETO	6.300,00				
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDI		55.822,83			
3.3.90.39.17	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE MÁQUINAS	7.200,00				
3.3.90.39.25	TAXA DE ADMINISTRACAO	500,00				
3.3.90.39.33	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS (EXCETO	450,00				
3.3.90.39.37	JUROS	5,00				
3.3.90.39.43	SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA	4.740,49				
3.3.90.39.47	SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO EM GERAL	750,00				
3.3.90.39.56	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO	38.580,00				
3.3.90.39.58	SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES	1.610,15				
3.3.90.39.81	SERVIÇOS BANCÁRIOS	1.987,19				
3.3.90.93	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		105.300,00			
3.3.90.93.01	INDENIZAÇÕES	54.000,00				
3.3.90.93.02	RESTITUIÇÕES	9.000,00				
3.3.90.93.99	DIVERSAS INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	42.300,00				

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

RUA

03503638/0001-33 Balanço Exercício: 2018

ANEXO 02 - NATUREZA DA DESPESA POR SUBUNIDADE

CONSOLIDADO

CODIGO	ESPECIFICACAO	DESDOBRO	ELEMENTO	MODALIDADE	GRUPO	CATEGORIA ECONOMICA
01	**PODER LEGISLATIVO**					
01 01	**CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA**					
01 01 02	**CAMARA**					**135.562,93**
3	DESPESAS CORRENTES					123.562,93
3.1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS				114.909,86	
3.1.90	APLICAçõES DIRETAS			98.401,56		
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		98.401,56			
3.1.90.11.01	VENCIMENTOS E SALÁRIOS(RPPS)	98.401,56				
3.1.91	APLICAçãO DIRETA DECORRENTE DE OPERAçãO ENTRE ÓRGã			16.508,30		
3.1.91.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS		16.508,30			
3.1.91.13.03	RPPS	16.508,30				
3.3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES				8.653,07	
3.3.90	APLICAçõES DIRETAS			8.653,07		
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO		8.003,07			
3.3.90.30.04	GÁS ENGARRAFADO	95,00				
3.3.90.30.07	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO	3.433,57				
3.3.90.30.16	MATERIAL DE EXPEDIENTE	1.691,20				
3.3.90.30.17	MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	334,00				
3.3.90.30.21	MATERIAL DE COPA E COZINHA	1.232,50				
3.3.90.30.22	MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIEN	783,10				
3.3.90.30.24	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVE	313,70				
3.3.90.30.25	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEI	120,00				
3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		350,00			
3.3.90.36.25	SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	350,00				
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDI		300,00			
3.3.90.39.48	SERVIÇO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO	300,00				
4	DESPESAS DE CAPITAL					12.000,00
4.6	AMORTIZAçãO DA DíVIDA				12.000,00	
4.6.90	APLICAçõES DIRETAS			12.000,00		
4.6.90.71	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO		12.000,00			
4.6.90.71.05	PARCELAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDEN	12.000,00				

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

RUA

03503638/0001-33 Balanço Exercício: 2018

ANEXO 02 - NATUREZA DA DESPESA POR SUBUNIDADE

CONSOLIDADO

CODIGO	ESPECIFICACAO	DESDOBRO	ELEMENTO	MODALIDADE	GRUPO	CATEGORIA ECONOMICA
02	**PODER EXECUTIVO**					
02 02	**GABINETE DO PREFEITO ADMINISTRAÇÃO**					
02 02 10	**GABINETE DO PREFEITO**					**461.036,73**
3	DESPESAS CORRENTES					461.036,73
3.1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS				274.699,87	
3.1.90	APLICAçõES DIRETAS			274.699,87		
3.1.90.03	PENSÕES		4.770,00			
3.1.90.03.99	OUTRAS PENSÕES	4.770,00				
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		230.955,93			
3.1.90.11.01	VENCIMENTOS E SALÁRIOS(RPPS)	13.750,00				
3.1.90.11.02	VENCIMENTOS E SALÁRIOS (RGPS)	207.568,17				
3.1.90.11.26	INDENIZAÇÃO DE LOCALIZAÇÃO (RGPS)	5.000,00				
3.1.90.11.39	FÉRIAS - ABONO PECUNIÁRIO (RGPS)	777,76				
3.1.90.11.43	13º SALÁRIO(RPPS)	3.860,00				
3.1.90.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS		38.973,94			
3.1.90.13.02	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INS	38.973,94				
3.3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES				186.336,86	
3.3.90	APLICAçõES DIRETAS			186.336,86		
3.3.90.14	DIÁRIAS - CIVIL		59.580,00			
3.3.90.14.01	DIÁRIAS - NO PAÍS (DENTRO DO ESTADO)	55.110,00				
3.3.90.14.02	DIÁRIAS - NO PAÍS (FORA DO ESTADO)	4.470,00				
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO		67.363,83			
3.3.90.30.01	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVO	31.664,17				
3.3.90.30.07	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO	557,54				
3.3.90.30.22	MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIEN	297,98				
3.3.90.30.39	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	19.239,25				
3.3.90.30.96	MATERIAL DE CONSUMO - PAGAMENTO ANTECI	15.604,89				
3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		680,00			
3.3.90.36.27	SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO EM GERAL	60,00				
3.3.90.36.96	OUTROS SERV. DE TERCEIROS - PESSOA FÍSIC	620,00				
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDI		33.713,03			
3.3.90.39.01	ASSINATURAS DE PERIÓDICOS E ANUIDADES	851,94				
3.3.90.39.19	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS	4.453,81				
3.3.90.39.25	TAXA DE ADMINISTRACAO	1.173,54				
3.3.90.39.41	FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO	300,00				
3.3.90.39.47	SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO EM GERAL	267,21				
3.3.90.39.49	PRODUÇÕES JORNALÍSTICAS	6.000,00				
3.3.90.39.69	SEGUROS EM GERAL	5.195,12				
3.3.90.39.88	SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	15.471,41				
3.3.90.93	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		25.000,00			
3.3.90.93.01	INDENIZAÇÕES	25.000,00				

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

RUA

03503638/0001-33 Balanço Exercício: 2018

ANEXO 02 - NATUREZA DA DESPESA POR SUBUNIDADE

CONSOLIDADO

CODIGO	ESPECIFICACAO	DESDOBRO	ELEMENTO	MODALIDADE	GRUPO	CATEGORIA ECONOMICA
02	**PODER EXECUTIVO**					
02 03	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENTE SOCIAL**					
02 03 60	**GABINETE DO SECRETARIO**					**193.688,53**
3	DESPESAS CORRENTES					193.688,53
3.1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS				177.533,53	
3.1.90	APLICAçõES DIRETAS			159.231,20		
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		151.425,10			
3.1.90.11.01	VENCIMENTOS E SALÁRIOS(RPPS)	97.510,67				
3.1.90.11.02	VENCIMENTOS E SALÁRIOS (RGPS)	40.365,21				
3.1.90.11.04	ADICIONAL NOTURNO(RPPS)	3.168,10				
3.1.90.11.37	GRATIFICAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO(RPPS)	5.004,83				
3.1.90.11.43	13º SALÁRIO(RPPS)	3.475,56				
3.1.90.11.45	FÉRIAS - ABONO CONSTITUCIONAL(RPPS)	864,17				
3.1.90.11.61	FÉRIAS - ABONO CONSTITUCIONAL (RGPS)	1.036,56				
3.1.90.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS		7.806,10			
3.1.90.13.02	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INS	7.806,10				
3.1.91	APLICAçãO DIRETA DECORRENTE DE OPERAçãO ENTRE ÓRGã			18.302,33		
3.1.91.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS		18.302,33			
3.1.91.13.03	RPPS	18.302,33				
3.3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES				16.155,00	
3.3.90	APLICAçõES DIRETAS			16.155,00		
3.3.90.14	DIÁRIAS - CIVIL		3.450,00			
3.3.90.14.01	DIÁRIAS - NO PAÍS (DENTRO DO ESTADO)	3.450,00				
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO		2.493,95			
3.3.90.30.04	GÁS ENGARRAFADO	1.200,00				
3.3.90.30.07	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO	1.020,85				
3.3.90.30.22	MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIEN	81,60				
3.3.90.30.23	UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS	191,50				
3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		2.392,60			
3.3.90.36.21	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS MÓVI	865,00				
3.3.90.36.23	FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO	177,60				
3.3.90.36.27	SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO EM GERAL	100,00				
3.3.90.36.35	SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICC	1.250,00				
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDI		7.818,45			
3.3.90.39.10	LOCAÇÃO DE IMÓVEIS	320,00				
3.3.90.39.43	SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA	1.122,95				
3.3.90.39.56	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO	840,00				
3.3.90.39.67	SERVIÇOS FUNERÁRIOS	5.535,50				

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

RUA

03503638/0001-33 Balanço Exercício: 2018

ANEXO 02 - NATUREZA DA DESPESA POR SUBUNIDADE

CONSOLIDADO

CODIGO	ESPECIFICACAO	DESDOBRO	ELEMENTO	MODALIDADE	GRUPO	CATEGORIA ECONOMICA
02	**PODER EXECUTIVO**					
02 03	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENTE SOCIAL**					
02 03 70	**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**					**464.416,04**
3	DESPESAS CORRENTES					464.416,04
3.1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS				122.565,30	
3.1.90	APLICAçõES DIRETAS			122.565,30		
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		103.413,50			
3.1.90.11.02	VENCIMENTOS E SALÁRIOS (RGPS)	97.764,82				
3.1.90.11.25	GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO DE FUNÇÃO (R	1.589,19				
3.1.90.11.26	INDENIZAÇÃO DE LOCALIZAÇÃO (RGPS)	187,40				
3.1.90.11.38	13º SALÁRIO (RGPS)	3.309,89				
3.1.90.11.61	FÉRIAS - ABONO CONSTITUCIONAL (RGPS)	562,20				
3.1.90.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS		19.151,80			
3.1.90.13.02	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INS	19.151,80				
3.3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES				341.850,74	
3.3.90	APLICAçõES DIRETAS			341.850,74		
3.3.90.14	DIÁRIAS - CIVIL		17.290,00			
3.3.90.14.01	DIÁRIAS - NO PAÍS (DENTRO DO ESTADO)	17.110,00				
3.3.90.14.02	DIÁRIAS - NO PAÍS (FORA DO ESTADO)	180,00				
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO		196.265,65			
3.3.90.30.01	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVO	23.775,76				
3.3.90.30.04	GÁS ENGARRAFADO	13.611,56				
3.3.90.30.07	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO	120.704,83				
3.3.90.30.14	MATERIAL EDUCATIVO E ESPORTIVO	2.420,00				
3.3.90.30.15	MATERIAL PARA FESTIVIDADES E HOMENAGENS	648,65				
3.3.90.30.16	MATERIAL DE EXPEDIENTE	3.460,42				
3.3.90.30.17	MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	275,00				
3.3.90.30.20	MATERIAL DE CAMA, MESA E BANHO	28,98				
3.3.90.30.21	MATERIAL DE COPA E COZINHA	8.250,43				
3.3.90.30.22	MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIEN	4.605,60				
3.3.90.30.23	UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS	2.286,28				
3.3.90.30.24	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVE	58,00				
3.3.90.30.26	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	4.221,75				
3.3.90.30.31	SEMENTES, MUDAS DE PLANTAS E INSUMOS	3.783,00				
3.3.90.30.39	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	6.844,99				
3.3.90.30.45	MATERIAL TÉCNICO PARA SELEÇÃO E TREINAMI	1.290,40				
3.3.90.32	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GR		5.859,13			
3.3.90.32.03	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃ	4.402,49				
3.3.90.32.04	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃ	557,64				
3.3.90.32.99	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃ	899,00				
3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		83.181,52			
3.3.90.36.20	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS	400,00				
3.3.90.36.23	FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO	5.474,45				
3.3.90.36.25	SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	3.527,53				
3.3.90.36.27	SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO EM GERAL	3.150,00				
3.3.90.36.33	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS (EXCETO	1.000,00				
3.3.90.36.35	SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICC	68.284,74				
3.3.90.36.39	FRETES E TRANSPORTES DE ENCOMENDAS	1.144,80				
3.3.90.36.59	SERVIÇOS DE ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	200,00				
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDI		39.254,44			
3.3.90.39.10	LOCAÇÃO DE IMÓVEIS	1.420,00				
3.3.90.39.17	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE MÁQUINAS	205,00				
3.3.90.39.19	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS	3.320,00				
3.3.90.39.41	FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO	632,50				
3.3.90.39.43	SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA	11.019,82				
3.3.90.39.56	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO	2.100,00				
3.3.90.39.58	SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES	1.091,84				
3.3.90.39.59	SERVIÇOS DE ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	1.950,00				
3.3.90.39.63	SERVIÇOS GRÁFICOS	653,00				
3.3.90.39.79	SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICC	12.750,00				
3.3.90.39.81	SERVIÇOS BANCÁRIOS	1.252,88				
3.3.90.39.96	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA J	2.859,40				

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA
RUA
03503638/0001-33 Balanço Exercício: 2018

ANEXO 02 - NATUREZA DA DESPESA POR SUBUNIDADE
CONSOLIDADO

CODIGO	ESPECIFICACAO	DESDOBRO	ELEMENTO	MODALIDADE	GRUPO	CATEGORIA ECONOMICA
02	**PODER EXECUTIVO**					
02 04	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**					
02 04 90	**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**					**3.288.770,51**
3	DESPESAS CORRENTES					2.885.928,03
3.1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS				933.557,15	
3.1.71	Transferências a Consórcios Públicos mediante cont			19.416,00		
3.1.71.70	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLIC		19.416,00			
3.1.71.70.01	PARTICIPACAO EM CONSORCIO PUBLICO	19.416,00				
3.1.90	APLICAçõES DIRETAS			814.333,26		
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		782.414,56			
3.1.90.11.01	VENCIMENTOS E SALÁRIOS(RPPS)	527.888,48				
3.1.90.11.02	VENCIMENTOS E SALÁRIOS (RGPS)	121.497,83				
3.1.90.11.04	ADICIONAL NOTURNO(RPPS)	4.492,34				
3.1.90.11.10	ADICIONAL DE INSALUBRIDADE(RPPS)	31.626,36				
3.1.90.11.25	GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO DE FUNÇÃO (R	3.403,33				
3.1.90.11.26	INDENIZAÇÃO DE LOCALIZAÇÃO (RGPS)	586,05				
3.1.90.11.33	GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO DE FUNÇÃO(RF	2.025,80				
3.1.90.11.35	INDENIZAÇÃO DE LOCALIZAÇÃO(RPPS)	593,55				
3.1.90.11.37	GRATIFICAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO(RPPS)	35.209,49				
3.1.90.11.38	13º SALÁRIO (RGPS)	11.817,49				
3.1.90.11.39	FÉRIAS - ABONO PECUNIÁRIO (RGPS)	1.758,33				
3.1.90.11.42	FÉRIAS VENCIDAS E PROPORCIONAIS(RPPS)	719,50				
3.1.90.11.43	13º SALÁRIO(RPPS)	28.439,00				
3.1.90.11.44	FÉRIAS - ABONO PECUNIÁRIO(RPPS)	3.253,10				
3.1.90.11.45	FÉRIAS - ABONO CONSTITUCIONAL(RPPS)	8.049,47				
3.1.90.11.61	FÉRIAS - ABONO CONSTITUCIONAL (RGPS)	1.054,44				
3.1.90.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS		31.918,70			
3.1.90.13.02	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INS	29.305,27				
3.1.90.13.03	RPPS	2.613,43				
3.1.91	APLICAçãO DIRETA DECORRENTE DE OPERAçãO ENTRE ÓRGã			99.807,89		
3.1.91.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS		99.807,89			
3.1.91.13.03	RPPS	99.807,89				
3.3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES				1.952.370,88	
3.3.70	TRANSFERêNCIAS A INSTITUIçõES MULTIGOVERNAMENTAIS			2.465,00		
3.3.70.41	CONTRIBUIÇÕES		2.465,00			
3.3.70.41.99	DIVERSAS CONTRIBUIÇÕES	2.465,00				
3.3.71	Transferências a Consórcios Públicos mediante cont			19.416,00		
3.3.71.70	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLIC		19.416,00			
3.3.71.70.01	PARTICIPACAO EM CONSORCIO PUBLICO	19.416,00				
3.3.90	APLICAçõES DIRETAS			1.930.489,88		
3.3.90.14	DIÁRIAS - CIVIL		96.820,00			
3.3.90.14.01	DIÁRIAS - NO PAÍS (DENTRO DO ESTADO)	82.180,00				
3.3.90.14.02	DIÁRIAS - NO PAÍS (FORA DO ESTADO)	14.640,00				
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO		606.797,52			
3.3.90.30.01	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVO	181.187,29				
3.3.90.30.03	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES PARA OUTRA	22,00				
3.3.90.30.04	GÁS ENGARRAFADO	3.203,96				
3.3.90.30.07	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO	15.926,89				
3.3.90.30.09	MATERIAL FARMACOLÓGICO	187.288,76				
3.3.90.30.10	MATERIAL ODONTOLÓGICO	6.777,12				
3.3.90.30.11	MATERIAL QUÍMICO	2.472,00				
3.3.90.30.15	MATERIAL PARA FESTIVIDADES E HOMENAGENS	2.789,65				
3.3.90.30.16	MATERIAL DE EXPEDIENTE	7.970,37				
3.3.90.30.17	MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	528,00				
3.3.90.30.18	MATERIAIS E MEDICAMENTOS PARA USO VETEF	808,10				
3.3.90.30.20	MATERIAL DE CAMA, MESA E BANHO	56,00				
3.3.90.30.21	MATERIAL DE COPA E COZINHA	4.518,48				
3.3.90.30.22	MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIEN	24.949,61				
3.3.90.30.23	UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS	12.327,87				
3.3.90.30.24	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVE	1.097,40				
3.3.90.30.26	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	30.165,58				
3.3.90.30.28	MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA	86,50				
3.3.90.30.30	MATERIAL PARA COMUNICAÇÕES	48,00				
3.3.90.30.35	MATERIAL LABORATORIAL	5.070,86				
3.3.90.30.36	MATERIAL HOSPITALAR	55.105,30				
3.3.90.30.39	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	46.870,44				
3.3.90.30.41	MATERIAL PARA UTILIZAÇÃO EM GRÁFICA	0,00				
3.3.90.30.42	FERRAMENTAS	163,30				
3.3.90.30.47	AQUISIÇÃO DE SOFTWARES DE BASE	860,00				
3.3.90.30.96	MATERIAL DE CONSUMO - PAGAMENTO ANTECI	16.504,04				
3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		715.618,23			
3.3.90.36.19	VIGILANCIA OSTENSIVA	1.988,00				

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

RUA

03503638/0001-33 Balanço Exercício: 2018

ANEXO 02 - NATUREZA DA DESPESA POR SUBUNIDADE

CONSOLIDADO

CODIGO	ESPECIFICACAO	DESDOBRO	ELEMENTO	MODALIDADE	GRUPO	CATEGORIA ECONOMICA
02	**PODER EXECUTIVO**					
02 04	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**					
02 04 90	**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**					**3.288.770,51**
3	DESPESAS CORRENTES					2.885.928,03
3.3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES				1.952.370,88	
3.3.90	APLICAçõES DIRETAS			1.930.489,88		
3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		715.618,23			
3.3.90.36.20	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS	4.285,00				
3.3.90.36.23	FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO	5.963,50				
3.3.90.36.25	SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	21.517,00				
3.3.90.36.27	SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO EM GERAL	3.546,00				
3.3.90.36.30	SERVIÇOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS	297.501,43				
3.3.90.36.32	SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	4.674,80				
3.3.90.36.33	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS (EXCETO	3.801,50				
3.3.90.36.35	SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICC	367.677,18				
3.3.90.36.36	SERVIÇO DE CONSERVAÇÃO E REBENEFICIAME	2.525,00				
3.3.90.36.38	CONFECÇÃO DE UNIFORMES, BANDEIRAS E FL/	400,00				
3.3.90.36.39	FRETES E TRANSPORTES DE ENCOMENDAS	1.588,82				
3.3.90.36.59	SERVIÇOS DE ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	150,00				
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDI		487.758,53			
3.3.90.39.01	ASSINATURAS DE PERIÓDICOS E ANUIDADES	435,69				
3.3.90.39.17	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE MÁQUINAS	4.714,00				
3.3.90.39.18	SERVICOS DE ESTACIONAMENTO DE VEICULOS	60,00				
3.3.90.39.19	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS	14.973,66				
3.3.90.39.25	TAXA DE ADMINISTRACAO	31.706,03				
3.3.90.39.41	FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO	6.269,00				
3.3.90.39.43	SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA	32.445,00				
3.3.90.39.47	SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO EM GERAL	0,00				
3.3.90.39.50	SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITALAR, ODONTOLÓGI	307.933,00				
3.3.90.39.51	SERVIÇOS DE ANÁLISES E PESQUISAS CIENTÍF	2.216,00				
3.3.90.39.53	SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.187,40				
3.3.90.39.56	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO	5.645,00				
3.3.90.39.58	SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES	2.652,08				
3.3.90.39.63	SERVIÇOS GRÁFICOS	19.023,00				
3.3.90.39.69	SEGUROS EM GERAL	10.115,97				
3.3.90.39.72	VALE-TRANSPORTE	452,00				
3.3.90.39.73	TRANSPORTE DE SERVIDORES	578,00				
3.3.90.39.74	FRETES E TRANSPORTES DE ENCOMENDAS	823,00				
3.3.90.39.78	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	3.280,00				
3.3.90.39.79	SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICC	1.995,00				
3.3.90.39.80	HOSPEDAGENS	30.005,00				
3.3.90.39.81	SERVIÇOS BANCÁRIOS	4.112,90				
3.3.90.39.83	SERVIÇOS DE CÓPIAS E REPRODUÇÃO DE DOC	415,00				
3.3.90.39.96	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA J	5.721,80				
3.3.90.48	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS		23.315,69			
3.3.90.48.01	OUTROS AUXÍLIOS A PESSOAS FÍSICAS (DVS)	23.315,69				
3.3.90.92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		179,91			
3.3.90.92.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA J	179,91				
4	DESPESAS DE CAPITAL					402.842,48
4.4	INVESTIMENTOS				402.842,48	
4.4.90	APLICAçõES DIRETAS			402.842,48		
4.4.90.51	OBRAS E INSTALAÇÕES		101.970,48			
4.4.90.51.92	INSTALACOES	72.014,76				
4.4.90.51.99	OUTRAS OBRAS E INSTALACOES	29.955,72				
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		300.872,00			
4.4.90.52.04	APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO	849,00				
4.4.90.52.08	APARELHOS, EQUIP., UTENS. MÉDICO-ODONTO	108.290,00				
4.4.90.52.30	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	900,00				
4.4.90.52.33	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	999,00				
4.4.90.52.34	MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVE	17.455,00				
4.4.90.52.36	MÁQUINAS, INSTALAÇÕES E UTENS. DE ESCRIT	579,00				
4.4.90.52.48	VEÍCULOS DIVERSOS	171.800,00				

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

RUA

03503638/0001-33 Balanço Exercício: 2018

ANEXO 02 - NATUREZA DA DESPESA POR SUBUNIDADE

CONSOLIDADO

CODIGO	ESPECIFICACAO	DESDOBRO	ELEMENTO	MODALIDADE	GRUPO	CATEGORIA ECONOMICA
02	**PODER EXECUTIVO**					
02 05	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**					
02 05 01	**GABINETE SECRETARIO DE EDUCAÇÃO**					**69.203,17**
3	DESPESAS CORRENTES					66.405,17
3.1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS				57.518,75	
3.1.90	APLICAçõES DIRETAS			51.143,13		
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		49.026,59			
3.1.90.11.01	VENCIMENTOS E SALÁRIOS(RPPS)	37.172,79				
3.1.90.11.02	VENCIMENTOS E SALÁRIOS (RGPS)	4.350,00				
3.1.90.11.37	GRATIFICAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO(RPPS)	3.483,20				
3.1.90.11.43	13º SALÁRIO(RPPS)	2.818,19				
3.1.90.11.44	FÉRIAS - ABONO PECUNIÁRIO(RPPS)	1.202,41				
3.1.90.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS		2.116,54			
3.1.90.13.02	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INS	2.116,54				
3.1.91	APLICAçãO DIRETA DECORRENTE DE OPERAçãO ENTRE ÓRGã			6.375,62		
3.1.91.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS		6.375,62			
3.1.91.13.03	RPPS	6.375,62				
3.3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES				8.886,42	
3.3.90	APLICAçõES DIRETAS			8.886,42		
3.3.90.14	DIÁRIAS - CIVIL		2.300,00			
3.3.90.14.01	DIÁRIAS - NO PAÍS (DENTRO DO ESTADO)	2.300,00				
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO		986,46			
3.3.90.30.16	MATERIAL DE EXPEDIENTE	926,46				
3.3.90.30.24	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVE	60,00				
3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		1.050,00			
3.3.90.36.27	SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO EM GERAL	1.050,00				
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDI		4.549,96			
3.3.90.39.23	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	1.500,00				
3.3.90.39.37	JUROS	20,96				
3.3.90.39.41	FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO	1.000,00				
3.3.90.39.63	SERVIÇOS GRÁFICOS	1.650,00				
3.3.90.39.96	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA J	379,00				
4	DESPESAS DE CAPITAL					2.798,00
4.4	INVESTIMENTOS				2.798,00	
4.4.90	APLICAçõES DIRETAS			2.798,00		
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		2.798,00			
4.4.90.52.34	MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVE	2.798,00				

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

RUA

03503638/0001-33 Balanço Exercício: 2018

ANEXO 02 - NATUREZA DA DESPESA POR SUBUNIDADE

CONSOLIDADO

CODIGO	ESPECIFICACAO	DESDOBRO	ELEMENTO	MODALIDADE	GRUPO	CATEGORIA ECONOMICA
02	**PODER EXECUTIVO**					
02 05	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**					
02 05 02	**ENSINO FUNDAMENTAL**					**1.155.315,06**
3	DESPESAS CORRENTES					960.657,32
3.1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS				722.831,68	
3.1.90	APLICAçõES DIRETAS			618.070,21		
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		613.903,70			
3.1.90.11.01	VENCIMENTOS E SALÁRIOS(RPPS)	498.988,42				
3.1.90.11.02	VENCIMENTOS E SALÁRIOS (RGPS)	14.082,49				
3.1.90.11.04	ADICIONAL NOTURNO(RPPS)	8.188,05				
3.1.90.11.33	GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO DE FUNÇÃO(RF	3.150,00				
3.1.90.11.37	GRATIFICAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO(RPPS)	46.008,50				
3.1.90.11.38	13º SALÁRIO (RGPS)	1.450,00				
3.1.90.11.43	13º SALÁRIO(RPPS)	29.205,11				
3.1.90.11.44	FÉRIAS - ABONO PECUNIÁRIO(RPPS)	719,50				
3.1.90.11.45	FÉRIAS - ABONO CONSTITUCIONAL(RPPS)	12.111,63				
3.1.90.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS		4.166,51			
3.1.90.13.02	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INS	4.166,51				
3.1.91	APLICAçãO DIRETA DECORRENTE DE OPERAçãO ENTRE ÓRGã			104.761,47		
3.1.91.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS		104.761,47			
3.1.91.13.03	RPPS	104.761,47				
3.3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES				237.825,64	
3.3.90	APLICAçõES DIRETAS			237.825,64		
3.3.90.14	DIÁRIAS - CIVIL		10.160,00			
3.3.90.14.01	DIÁRIAS - NO PAÍS (DENTRO DO ESTADO)	9.590,00				
3.3.90.14.02	DIÁRIAS - NO PAÍS (FORA DO ESTADO)	570,00				
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO		100.907,70			
3.3.90.30.01	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVO	1.026,81				
3.3.90.30.04	GÁS ENGARRAFADO	4.012,92				
3.3.90.30.07	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO	65.115,94				
3.3.90.30.14	MATERIAL EDUCATIVO E ESPORTIVO	170,00				
3.3.90.30.15	MATERIAL PARA FESTIVIDADES E HOMENAGENS	333,40				
3.3.90.30.16	MATERIAL DE EXPEDIENTE	4.492,83				
3.3.90.30.21	MATERIAL DE COPA E COZINHA	5.407,81				
3.3.90.30.22	MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIEN	10.976,43				
3.3.90.30.23	UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS	7.774,73				
3.3.90.30.24	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVE	456,04				
3.3.90.30.26	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	185,00				
3.3.90.30.31	SEMENTES, MUDAS DE PLANTAS E INSUMOS	28,00				
3.3.90.30.39	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	927,79				
3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		92.104,71			
3.3.90.36.19	VIGILANCIA OSTENSIVA	5.660,40				
3.3.90.36.23	FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO	1.902,92				
3.3.90.36.25	SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	4.685,00				
3.3.90.36.33	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS (EXCETO	8.576,60				
3.3.90.36.35	SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICC	71.279,79				
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDI		34.653,23			
3.3.90.39.14	LOCAÇÃO BENS MÓVEIS E OUTRAS NATUREZAS	2.000,00				
3.3.90.39.17	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE MÁQUINAS	385,00				
3.3.90.39.19	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS	2.530,00				
3.3.90.39.25	TAXA DE ADMINISTRACAO	1,85				
3.3.90.39.43	SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA	17.739,39				
3.3.90.39.44	SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO	800,00				
3.3.90.39.47	SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO EM GERAL	140,00				
3.3.90.39.56	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO	1.400,00				
3.3.90.39.58	SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES	1.318,71				
3.3.90.39.63	SERVIÇOS GRÁFICOS	1.411,50				
3.3.90.39.74	FRETES E TRANSPORTES DE ENCOMENDAS	578,43				
3.3.90.39.79	SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICC	501,00				
3.3.90.39.81	SERVIÇOS BANCÁRIOS	5.616,35				
3.3.90.39.83	SERVIÇOS DE CÓPIAS E REPRODUÇÃO DE DOC	231,00				
4	DESPESAS DE CAPITAL					194.657,74
4.4	INVESTIMENTOS				194.657,74	
4.4.90	APLICAçõES DIRETAS			194.657,74		
4.4.90.51	OBRAS E INSTALAÇÕES		194.657,74			
4.4.90.51.91	OBRAS EM ANDAMENTO	194.657,74				

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

RUA

03503638/0001-33 Balanço Exercício: 2018

ANEXO 02 - NATUREZA DA DESPESA POR SUBUNIDADE

CONSOLIDADO

CODIGO	ESPECIFICACAO	DESDOBRO	ELEMENTO	MODALIDADE	GRUPO	CATEGORIA ECONOMICA
02	**PODER EXECUTIVO**					
02 05	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**					
02 05 03	**ENSINO INFANTIL**					**154.735,67**
3	DESPESAS CORRENTES					154.735,67
3.1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS				64.590,43	
3.1.90	APLICAçõES DIRETAS			57.190,61		
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		57.190,61			
3.1.90.11.01	VENCIMENTOS E SALÁRIOS(RPPS)	35.015,27				
3.1.90.11.04	ADICIONAL NOTURNO(RPPS)	3.488,94				
3.1.90.11.37	GRATIFICAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO(RPPS)	8.044,27				
3.1.90.11.43	13º SALÁRIO(RPPS)	8.711,56				
3.1.90.11.44	FÉRIAS - ABONO PECUNIÁRIO(RPPS)	1.930,57				
3.1.91	APLICAçãO DIRETA DECORRENTE DE OPERAçãO ENTRE ÓRGã			7.399,82		
3.1.91.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS		7.399,82			
3.1.91.13.03	RPPS	7.399,82				
3.3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES				90.145,24	
3.3.90	APLICAçõES DIRETAS			90.145,24		
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO		37.476,85			
3.3.90.30.04	GÁS ENGARRAFADO	2.414,12				
3.3.90.30.07	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO	28.244,43				
3.3.90.30.15	MATERIAL PARA FESTIVIDADES E HOMENAGENS	128,00				
3.3.90.30.16	MATERIAL DE EXPEDIENTE	946,69				
3.3.90.30.17	MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	332,00				
3.3.90.30.21	MATERIAL DE COPA E COZINHA	1.931,36				
3.3.90.30.22	MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIEN	3.480,25				
3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		44.107,06			
3.3.90.36.19	VIGILANCIA OSTENSIVA	3.498,00				
3.3.90.36.25	SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	2.844,00				
3.3.90.36.33	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS (EXCETO	9.312,66				
3.3.90.36.35	SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICC	28.452,40				
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDI		8.561,33			
3.3.90.39.17	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE MÁQUINAS	200,00				
3.3.90.39.43	SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA	6.681,33				
3.3.90.39.47	SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO EM GERAL	140,00				
3.3.90.39.56	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO	1.540,00				

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

RUA

03503638/0001-33 Balanço Exercício: 2018

ANEXO 02 - NATUREZA DA DESPESA POR SUBUNIDADE

CONSOLIDADO

CODIGO	ESPECIFICACAO	DESDOBRO	ELEMENTO	MODALIDADE	GRUPO	CATEGORIA ECONOMICA
02	**PODER EXECUTIVO**					
02 05	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**					
02 05 04	**GESTÃO DE CONVÊNIOS FNDE E PROGRAMAS FUNDO EST**					**407.768,41**
3	DESPESAS CORRENTES					407.768,41
3.3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES				407.768,41	
3.3.90	APLICAçõES DIRETAS			407.768,41		
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO		200.105,68			
3.3.90.30.01	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVO	115.375,50				
3.3.90.30.07	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO	13.715,99				
3.3.90.30.14	MATERIAL EDUCATIVO E ESPORTIVO	4.368,00				
3.3.90.30.17	MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	400,00				
3.3.90.30.21	MATERIAL DE COPA E COZINHA	723,80				
3.3.90.30.23	UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS	157,54				
3.3.90.30.24	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVE	457,00				
3.3.90.30.39	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	64.907,85				
3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		36.040,00			
3.3.90.36.20	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS	760,00				
3.3.90.36.35	SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICC	420,00				
3.3.90.36.39	FRETES E TRANSPORTES DE ENCOMENDAS	34.860,00				
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDI		171.622,73			
3.3.90.39.19	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS	18.235,00				
3.3.90.39.20	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS MÓVI	500,00				
3.3.90.39.23	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	930,00				
3.3.90.39.69	SEGUROS EM GERAL	3.023,63				
3.3.90.39.74	FRETES E TRANSPORTES DE ENCOMENDAS	148.434,10				
3.3.90.39.79	SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICC	500,00				

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

RUA

03503638/0001-33 Balanço Exercício: 2018

ANEXO 02 - NATUREZA DA DESPESA POR SUBUNIDADE

CONSOLIDADO

CODIGO	ESPECIFICACAO	DESDOBRO	ELEMENTO	MODALIDADE	GRUPO	CATEGORIA ECONOMICA
02	**PODER EXECUTIVO**					
02 05	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**					
02 05 05	**EDUCAÇÃO BÁSICA PUBLICA**					**725.722,00**
3	DESPESAS CORRENTES					725.722,00
3.1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS				725.722,00	
3.1.90	APLICAçõES DIRETAS			624.950,23		
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		624.950,23			
3.1.90.11.01	VENCIMENTOS E SALÁRIOS(RPPS)	528.095,16				
3.1.90.11.33	GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO DE FUNÇÃO(RF	4.690,64				
3.1.90.11.37	GRATIFICAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO(RPPS)	59.571,98				
3.1.90.11.43	13º SALÁRIO(RPPS)	28.762,81				
3.1.90.11.44	FÉRIAS - ABONO PECUNIÁRIO(RPPS)	3.829,64				
3.1.91	APLICAçãO DIRETA DECORRENTE DE OPERAçãO ENTRE ÓRGã			100.771,77		
3.1.91.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS		100.771,77			
3.1.91.13.03	RPPS	100.771,77				

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

RUA

03503638/0001-33 Balanço Exercício: 2018

ANEXO 02 - NATUREZA DA DESPESA POR SUBUNIDADE

CONSOLIDADO

CODIGO	ESPECIFICACAO	DESDOBRO	ELEMENTO	MODALIDADE	GRUPO	CATEGORIA ECONOMICA
02	**PODER EXECUTIVO**					
02 06	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**					
02 06 01	**GABINETE DA SECRETARIA**					**1.143.567,03**
3	DESPESAS CORRENTES					1.133.609,93
3.1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS				458.306,92	
3.1.90	APLICAçõES DIRETAS			406.141,38		
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		391.621,55			
3.1.90.11.01	VENCIMENTOS E SALÁRIOS(RPPS)	266.861,89				
3.1.90.11.02	VENCIMENTOS E SALÁRIOS (RGPS)	57.869,91				
3.1.90.11.09	ADICIONAL DE PERICULOSIDADE(RPPS)	3.600,00				
3.1.90.11.10	ADICIONAL DE INSALUBRIDADE(RPPS)	187,40				
3.1.90.11.25	GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO DE FUNÇÃO (R	1.650,00				
3.1.90.11.33	GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO DE FUNÇÃO(RF	13.323,58				
3.1.90.11.37	GRATIFICAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO(RPPS)	19.354,17				
3.1.90.11.38	13º SALÁRIO (RGPS)	4.860,00				
3.1.90.11.39	FÉRIAS - ABONO PECUNIÁRIO (RGPS)	2.073,23				
3.1.90.11.43	13º SALÁRIO(RPPS)	18.121,24				
3.1.90.11.45	FÉRIAS - ABONO CONSTITUCIONAL(RPPS)	3.209,88				
3.1.90.11.87	COMPLEMENTACAO SALARIAL - PESSOAL CIVIL(	510,25				
3.1.90.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS		14.519,83			
3.1.90.13.02	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INS	14.519,83				
3.1.91	APLICAçãO DIRETA DECORRENTE DE OPERAçãO ENTRE ÓRGã			52.165,54		
3.1.91.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS		52.165,54			
3.1.91.13.03	RPPS	52.165,54				
3.3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES				675.303,01	
3.3.90	APLICAçõES DIRETAS			675.303,01		
3.3.90.14	DIÁRIAS - CIVIL		22.098,00			
3.3.90.14.01	DIÁRIAS - NO PAÍS (DENTRO DO ESTADO)	19.698,00				
3.3.90.14.02	DIÁRIAS - NO PAÍS (FORA DO ESTADO)	2.400,00				
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO		69.790,96			
3.3.90.30.01	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVO	755,39				
3.3.90.30.04	GÁS ENGARRAFADO	1.593,96				
3.3.90.30.07	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO	8.992,93				
3.3.90.30.11	MATERIAL QUÍMICO	17,00				
3.3.90.30.16	MATERIAL DE EXPEDIENTE	22.259,04				
3.3.90.30.17	MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	3.306,32				
3.3.90.30.21	MATERIAL DE COPA E COZINHA	2.062,14				
3.3.90.30.22	MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIEN	5.670,27				
3.3.90.30.23	UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS	990,00				
3.3.90.30.24	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVE	20.909,20				
3.3.90.30.26	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	2.209,50				
3.3.90.30.36	MATERIAL HOSPITALAR	25,90				
3.3.90.30.42	FERRAMENTAS	260,50				
3.3.90.30.96	MATERIAL DE CONSUMO - PAGAMENTO ANTECI	738,81				
3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		141.675,75			
3.3.90.36.19	VIGILANCIA OSTENSIVA	2.862,00				
3.3.90.36.23	FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO	8.951,90				
3.3.90.36.25	SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	15.394,00				
3.3.90.36.27	SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO EM GERAL	2.800,00				
3.3.90.36.33	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS (EXCETO	11.900,00				
3.3.90.36.35	SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICC	99.607,85				
3.3.90.36.39	FRETES E TRANSPORTES DE ENCOMENDAS	160,00				
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDI		440.694,08			
3.3.90.39.10	LOCAÇÃO DE IMÓVEIS	1.600,00				
3.3.90.39.12	LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	2.000,00				
3.3.90.39.17	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE MÁQUINAS	1.675,00				
3.3.90.39.21	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS	1.300,00				
3.3.90.39.25	TAXA DE ADMINISTRACAO	3.456,16				
3.3.90.39.33	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS (EXCETO	26.301,48				
3.3.90.39.37	JUROS	3,87				
3.3.90.39.41	FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO	2.088,00				
3.3.90.39.43	SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA	45.074,05				
3.3.90.39.48	SERVIÇO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO	800,00				
3.3.90.39.56	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO	94.685,00				
3.3.90.39.58	SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES	9.874,16				
3.3.90.39.63	SERVIÇOS GRÁFICOS	2.415,00				
3.3.90.39.74	FRETES E TRANSPORTES DE ENCOMENDAS	4.427,41				
3.3.90.39.79	SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICC	191.695,28				
3.3.90.39.80	HOSPEDAGENS	13.680,00				
3.3.90.39.81	SERVIÇOS BANCÁRIOS	29.949,13				
3.3.90.39.83	SERVIÇOS DE CÓPIAS E REPRODUÇÃO DE DOC	2.924,48				
3.3.90.39.96	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA J	6.745,06				

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

RUA

03503638/0001-33 Balanço Exercício: 2018

ANEXO 02 - NATUREZA DA DESPESA POR SUBUNIDADE

CONSOLIDADO

CODIGO	ESPECIFICACAO	DESDOBRO	ELEMENTO	MODALIDADE	GRUPO	CATEGORIA ECONOMICA
02	**PODER EXECUTIVO**					
02 06	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**					
02 06 01	**GABINETE DA SECRETARIA**					**1.143.567,03**
3	DESPESAS CORRENTES					1.133.609,93
3.3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES				675.303,01	
3.3.90	APLICAçõES DIRETAS			675.303,01		
3.3.90.92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		1.044,22			
3.3.90.92.30	MATERIAL DE CONSUMO	453,96				
3.3.90.92.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA J	590,26				
4	DESPESAS DE CAPITAL					9.957,10
4.4	INVESTIMENTOS				9.957,10	
4.4.90	APLICAçõES DIRETAS			9.957,10		
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		9.957,10			
4.4.90.52.12	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	938,10				
4.4.90.52.33	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	390,00				
4.4.90.52.34	MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVE	3.849,00				
4.4.90.52.35	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADO	2.390,00				
4.4.90.52.42	MOBILIÁRIO EM GERAL	1.692,00				
4.4.90.52.56	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	698,00				

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

RUA

03503638/0001-33 Balanço Exercício: 2018

ANEXO 02 - NATUREZA DA DESPESA POR SUBUNIDADE

CONSOLIDADO

CODIGO	ESPECIFICACAO	DESDOBRO	ELEMENTO	MODALIDADE	GRUPO	CATEGORIA ECONOMICA
02	**PODER EXECUTIVO**					
02 06	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**					
02 06 02	**GESTÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA**					**181.549,62**
3	DESPESAS CORRENTES					181.549,62
3.1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS				63.006,43	
3.1.90	APLICAçõES DIRETAS			58.629,07		
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		55.794,07			
3.1.90.11.01	VENCIMENTOS E SALÁRIOS(RPPS)	25.178,96				
3.1.90.11.02	VENCIMENTOS E SALÁRIOS (RGPS)	19.154,06				
3.1.90.11.33	GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO DE FUNÇÃO(RF	6.250,00				
3.1.90.11.37	GRATIFICAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO(RPPS)	256,74				
3.1.90.11.38	13º SALÁRIO (RGPS)	1.500,00				
3.1.90.11.42	FÉRIAS VENCIDAS E PROPORCIONAIS(RPPS)	499,95				
3.1.90.11.43	13º SALÁRIO(RPPS)	2.005,22				
3.1.90.11.45	FÉRIAS - ABONO CONSTITUCIONAL(RPPS)	949,14				
3.1.90.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS		2.835,00			
3.1.90.13.02	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INS	2.835,00				
3.1.91	APLICAçãO DIRETA DECORRENTE DE OPERAçãO ENTRE ÓRGã			4.377,36		
3.1.91.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS		4.377,36			
3.1.91.13.03	RPPS	4.377,36				
3.3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES				118.543,19	
3.3.90	APLICAçõES DIRETAS			118.543,19		
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO		14.023,42			
3.3.90.30.03	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES PARA OUTRA	23,20				
3.3.90.30.11	MATERIAL QUÍMICO	1.686,50				
3.3.90.30.16	MATERIAL DE EXPEDIENTE	58,00				
3.3.90.30.22	MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIEN	54,10				
3.3.90.30.24	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVE	11.563,57				
3.3.90.30.25	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS	82,25				
3.3.90.30.26	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	365,80				
3.3.90.30.42	FERRAMENTAS	190,00				
3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		26.177,00			
3.3.90.36.23	FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO	57,00				
3.3.90.36.25	SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	2.100,00				
3.3.90.36.27	SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO EM GERAL	100,00				
3.3.90.36.33	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS (EXCETO	1.500,00				
3.3.90.36.35	SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICC	22.420,00				
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDI		78.342,77			
3.3.90.39.43	SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA	73.119,77				
3.3.90.39.79	SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICC	5.223,00				

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

RUA

03503638/0001-33 Balanço Exercício: 2018

ANEXO 02 - NATUREZA DA DESPESA POR SUBUNIDADE

CONSOLIDADO

CODIGO	ESPECIFICACAO	DESDOBRO	ELEMENTO	MODALIDADE	GRUPO	CATEGORIA ECONOMICA
02	**PODER EXECUTIVO**					
02 07	**FUNDO MUN PREV SOCIAL IMPBRAN PREVIDÊNCIA SOCIAL**					
02 07 80	**FUNDO MUN. PREV. SOCIAL DE P. BRANCA - IMPBRAN**					**617.672,56**
3	DESPESAS CORRENTES					617.672,56
3.1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS				564.021,73	
3.1.90	APLICAçõES DIRETAS			564.021,73		
3.1.90.01	APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFOI		350.394,89			
3.1.90.01.61	13 SALARIO - ABONO ANUAL	350.394,89				
3.1.90.03	PENSÕES		156.583,05			
3.1.90.03.01	PENSIONISTA CIVIL	156.583,05				
3.1.90.05	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS		57.043,79			
3.1.90.05.51	AUXILIO-DOENCA	57.043,79				
3.3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES				53.650,83	
3.3.90	APLICAçõES DIRETAS			53.650,83		
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDI		53.650,83			
3.3.90.39.84	SERVIÇOS TÉCNICOS PREVIDENCIÁRIOS	53.650,83				

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

RUA

03503638/0001-33 Balanço Exercício: 2018

ANEXO 02 - NATUREZA DA DESPESA POR SUBUNIDADE

CONSOLIDADO

CODIGO	ESPECIFICACAO	DESDOBRO	ELEMENTO	MODALIDADE	GRUPO	CATEGORIA ECONOMICA
02	**PODER EXECUTIVO**					
02 08	**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**					
02 08 01	**GABINETE DA SECRETARIA**					**546.530,28**
3	DESPESAS CORRENTES					415.102,34
3.1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS				169.874,62	
3.1.71	Transferências a Consórcios Públicos mediante cont			8.400,00		
3.1.71.70	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLIC		8.400,00			
3.1.71.70.01	PARTICIPACAO EM CONSORCIO PUBLICO	8.400,00				
3.1.90	APLICAçõES DIRETAS			154.482,71		
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		139.585,68			
3.1.90.11.01	VENCIMENTOS E SALÁRIOS(RPPS)	45.364,79				
3.1.90.11.02	VENCIMENTOS E SALÁRIOS (RGPS)	69.957,16				
3.1.90.11.25	GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO DE FUNÇÃO (R	4.036,66				
3.1.90.11.26	INDENIZAÇÃO DE LOCALIZAÇÃO (RGPS)	4.250,23				
3.1.90.11.27	GRATIFICAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO (RGPS)	1.000,00				
3.1.90.11.33	GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO DE FUNÇÃO(RF	4.909,85				
3.1.90.11.37	GRATIFICAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO(RPPS)	3.448,99				
3.1.90.11.38	13º SALÁRIO (RGPS)	5.220,00				
3.1.90.11.43	13º SALÁRIO(RPPS)	1.052,48				
3.1.90.11.61	FÉRIAS - ABONO CONSTITUCIONAL (RGPS)	345,52				
3.1.90.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS		14.897,03			
3.1.90.13.02	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INS	14.897,03				
3.1.91	APLICAçãO DIRETA DECORRENTE DE OPERAçãO ENTRE ÓRGã			6.991,91		
3.1.91.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS		6.991,91			
3.1.91.13.03	RPPS	6.991,91				
3.2	JUROS E ENCARGOS DA DíVIDA				13.028,64	
3.2.90	APLICAçõES DIRETAS			13.028,64		
3.2.90.21	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO		13.028,64			
3.2.90.21.05	PARCELAMENTO CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁ	13.028,64				
3.3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES				232.199,08	
3.3.70	TRANSFERêNCIAS A INSTITUIçõES MULTIGOVERNAMENTAIS			74.113,41		
3.3.70.41	CONTRIBUIÇÕES		74.113,41			
3.3.70.41.03	CONTRIB. A ENTIDADES DE DIR.PUBLICO (EXCE	64.763,41				
3.3.70.41.99	DIVERSAS CONTRIBUIÇÕES	9.350,00				
3.3.71	Transferências a Consórcios Públicos mediante cont			12.000,00		
3.3.71.70	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLIC		12.000,00			
3.3.71.70.01	PARTICIPACAO EM CONSORCIO PUBLICO	12.000,00				
3.3.90	APLICAçõES DIRETAS			146.085,67		
3.3.90.14	DIÁRIAS - CIVIL		5.110,00			
3.3.90.14.01	DIÁRIAS - NO PAÍS (DENTRO DO ESTADO)	3.310,00				
3.3.90.14.02	DIÁRIAS - NO PAÍS (FORA DO ESTADO)	1.800,00				
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDI		4.733,72			
3.3.90.39.25	TAXA DE ADMINISTRACAO	125,00				
3.3.90.39.37	JUROS	4.361,22				
3.3.90.39.56	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO	247,50				
3.3.90.47	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		129.555,10			
3.3.90.47.01	PASEP	129.555,10				
3.3.90.93	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		6.686,85			
3.3.90.93.03	RESTITUIÇÕES DE SALDOS DE CONVÊNIOS	6.686,85				
4	DESPESAS DE CAPITAL					131.427,94
4.6	AMORTIZAçãO DA DíVIDA				131.427,94	
4.6.90	APLICAçõES DIRETAS			131.427,94		
4.6.90.71	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO		131.427,94			
4.6.90.71.05	PARCELAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDEN	131.427,94				

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

RUA

03503638/0001-33 Balanço Exercício: 2018

ANEXO 02 - NATUREZA DA DESPESA POR SUBUNIDADE

CONSOLIDADO

CODIGO	ESPECIFICACAO	DESDOBRO	ELEMENTO	MODALIDADE	GRUPO	CATEGORIA ECONOMICA
02	**PODER EXECUTIVO**					
02 10	**SECRETARIA MUN. DE VIAÇÃO E TRANSPORTES**					
02 10 01	**GABINETE DA SECRETARIA**					**921.124,36**
3	DESPESAS CORRENTES					910.484,32
3.1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS				431.932,20	
3.1.90	APLICAçõES DIRETAS			380.281,02		
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		367.965,29			
3.1.90.11.01	VENCIMENTOS E SALÁRIOS(RPPS)	231.530,55				
3.1.90.11.02	VENCIMENTOS E SALÁRIOS (RGPS)	54.092,79				
3.1.90.11.04	ADICIONAL NOTURNO(RPPS)	3.398,93				
3.1.90.11.25	GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO DE FUNÇÃO (R	5.220,00				
3.1.90.11.33	GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO DE FUNÇÃO(RF	9.200,00				
3.1.90.11.37	GRATIFICAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO(RPPS)	41.165,04				
3.1.90.11.38	13º SALÁRIO (RGPS)	1.406,67				
3.1.90.11.43	13º SALÁRIO(RPPS)	15.382,83				
3.1.90.11.45	FÉRIAS - ABONO CONSTITUCIONAL(RPPS)	6.568,48				
3.1.90.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS		12.315,73			
3.1.90.13.02	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INS	12.315,73				
3.1.91	APLICAçãO DIRETA DECORRENTE DE OPERAçãO ENTRE ÓRGã			51.651,18		
3.1.91.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS		51.651,18			
3.1.91.13.03	RPPS	51.651,18				
3.3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES				478.552,12	
3.3.90	APLICAçõES DIRETAS			478.552,12		
3.3.90.14	DIÁRIAS - CIVIL		12.520,00			
3.3.90.14.01	DIÁRIAS - NO PAÍS (DENTRO DO ESTADO)	7.040,00				
3.3.90.14.02	DIÁRIAS - NO PAÍS (FORA DO ESTADO)	5.480,00				
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO		228.196,09			
3.3.90.30.01	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVO	60.055,45				
3.3.90.30.04	GÁS ENGARRAFADO	1.954,00				
3.3.90.30.11	MATERIAL QUÍMICO	108,00				
3.3.90.30.22	MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIEN	1.210,28				
3.3.90.30.24	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVE	95.253,89				
3.3.90.30.26	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	18.305,60				
3.3.90.30.31	SEMENTES, MUDAS DE PLANTAS E INSUMOS	1.815,00				
3.3.90.30.33	MATERIAL PARA PRODUÇÃO INDUSTRIAL	2.226,91				
3.3.90.30.35	MATERIAL LABORATORIAL	1.300,00				
3.3.90.30.39	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	20.268,28				
3.3.90.30.42	FERRAMENTAS	18.313,57				
3.3.90.30.54	MATERIAL P/MANUT.CONSERV.DE ESTRADAS E	4.860,00				
3.3.90.30.96	MATERIAL DE CONSUMO - PAGAMENTO ANTECI	2.525,11				
3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		146.081,00			
3.3.90.36.18	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE EQUIPAMEN	280,00				
3.3.90.36.19	VIGILANCIA OSTENSIVA	2.078,00				
3.3.90.36.20	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS	4.140,00				
3.3.90.36.25	SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	11.545,00				
3.3.90.36.33	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS (EXCETO	14.445,00				
3.3.90.36.35	SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICC	112.813,00				
3.3.90.36.39	FRETES E TRANSPORTES DE ENCOMENDAS	200,00				
3.3.90.36.69	SEGUROS EM GERAL	400,00				
3.3.90.36.96	OUTROS SERV. DE TERCEIROS - PESSOA FÍSIC/	180,00				
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDI		91.755,03			
3.3.90.39.17	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE MÁQUINAS	7.810,00				
3.3.90.39.19	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS	27.537,78				
3.3.90.39.25	TAXA DE ADMINISTRACAO	663,52				
3.3.90.39.41	FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO	16.497,00				
3.3.90.39.43	SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA	6.053,50				
3.3.90.39.47	SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO EM GERAL	140,00				
3.3.90.39.56	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO	1.400,00				
3.3.90.39.63	SERVIÇOS GRÁFICOS	1.280,00				
3.3.90.39.74	FRETES E TRANSPORTES DE ENCOMENDAS	170,02				
3.3.90.39.78	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	140,00				
3.3.90.39.79	SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICC	28.438,21				
3.3.90.39.80	HOSPEDAGENS	1.200,00				
3.3.90.39.96	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA J	425,00				
4	DESPESAS DE CAPITAL					10.640,04
4.4	INVESTIMENTOS				10.640,04	
4.4.90	APLICAçõES DIRETAS			10.640,04		
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		10.640,04			
4.4.90.52.34	MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVE	8.299,00				
4.4.90.52.38	MÁQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DE C	885,00				
4.4.90.52.39	EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS HIDRÁULICOS E	1.456,04				

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

RUA

03503638/0001-33 Balanço Exercício: 2018

ANEXO 02 - NATUREZA DA DESPESA POR SUBUNIDADE

CONSOLIDADO

CODIGO	ESPECIFICACAO	DESDOBRO	ELEMENTO	MODALIDADE	GRUPO	CATEGORIA ECONOMICA
02	**PODER EXECUTIVO**					
02 10	**SECRETARIA MUN. DE VIAÇÃO E TRANSPORTES**					
02 10 02	**SERVIÇOS PÚBLICOS**					**474.788,55**
3	DESPESAS CORRENTES					474.788,55
3.1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS				233.193,70	
3.1.90	APLICAçõES DIRETAS			200.617,71		
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		200.617,71			
3.1.90.11.01	VENCIMENTOS E SALÁRIOS(RPPS)	169.411,83				
3.1.90.11.10	ADICIONAL DE INSALUBRIDADE(RPPS)	13.063,44				
3.1.90.11.33	GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO DE FUNÇÃO(RF	633,00				
3.1.90.11.37	GRATIFICAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO(RPPS)	5.358,57				
3.1.90.11.43	13º SALÁRIO(RPPS)	10.961,28				
3.1.90.11.44	FÉRIAS - ABONO PECUNIÁRIO(RPPS)	731,15				
3.1.90.11.45	FÉRIAS - ABONO CONSTITUCIONAL(RPPS)	458,44				
3.1.91	APLICAçãO DIRETA DECORRENTE DE OPERAçãO ENTRE ÓRGã			32.575,99		
3.1.91.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS		32.575,99			
3.1.91.13.03	RPPS	32.575,99				
3.3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES				241.594,85	
3.3.90	APLICAçõES DIRETAS			241.594,85		
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO		13.745,09			
3.3.90.30.01	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVO	1.277,13				
3.3.90.30.03	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES PARA OUTRA	484,47				
3.3.90.30.07	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO	18,60				
3.3.90.30.09	MATERIAL FARMACOLÓGICO	156,00				
3.3.90.30.11	MATERIAL QUÍMICO	2.327,00				
3.3.90.30.22	MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIEN	687,53				
3.3.90.30.23	UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS	2.760,00				
3.3.90.30.24	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVE	956,00				
3.3.90.30.28	MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA	584,36				
3.3.90.30.39	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	417,20				
3.3.90.30.42	FERRAMENTAS	4.076,80				
3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		208.109,76			
3.3.90.36.25	SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	178.198,76				
3.3.90.36.33	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS (EXCETO	2.110,00				
3.3.90.36.35	SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICC	27.801,00				
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDI		19.740,00			
3.3.90.39.17	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE MÁQUINAS	50,00				
3.3.90.39.19	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS	40,00				
3.3.90.39.78	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	19.650,00				

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

RUA

03503638/0001-33 Balanço Exercício: 2018

ANEXO 02 - NATUREZA DA DESPESA POR SUBUNIDADE

CONSOLIDADO

CODIGO	ESPECIFICACAO	DESDOBRO	ELEMENTO	MODALIDADE	GRUPO	CATEGORIA ECONOMICA
02	**PODER EXECUTIVO**					
02 10	**SECRETARIA MUN. DE VIAÇÃO E TRANSPORTES**					
02 10 03	**OBRAS DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO**					**479.537,43**
3	DESPESAS CORRENTES					181.131,73
3.3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES				181.131,73	
3.3.90	APLICAçõES DIRETAS			181.131,73		
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO		90.000,73			
3.3.90.30.01	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVO	73,35				
3.3.90.30.11	MATERIAL QUÍMICO	1.420,95				
3.3.90.30.24	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVE	14.688,84				
3.3.90.30.26	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	20.034,05				
3.3.90.30.31	SEMENTES, MUDAS DE PLANTAS E INSUMOS	52.939,84				
3.3.90.30.42	FERRAMENTAS	123,70				
3.3.90.30.54	MATERIAL P/MANUT.CONSERV.DE ESTRADAS E	720,00				
3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		66.339,00			
3.3.90.36.21	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS MÓVI	8.000,00				
3.3.90.36.25	SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	30.606,00				
3.3.90.36.33	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS (EXCETO	3.900,00				
3.3.90.36.35	SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICC	23.833,00				
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDI		24.792,00			
3.3.90.39.33	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS (EXCETO	1.000,00				
3.3.90.39.41	FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO	4.932,00				
3.3.90.39.78	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	15.200,00				
3.3.90.39.79	SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICC	3.660,00				
4	DESPESAS DE CAPITAL					298.405,70
4.4	INVESTIMENTOS				298.405,70	
4.4.90	APLICAçõES DIRETAS			11.419,89		
4.4.90.51	OBRAS E INSTALAÇÕES		11.419,89			
4.4.90.51.91	OBRAS EM ANDAMENTO	11.419,89				
4.4.93	Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos,			286.985,81		
4.4.93.51	OBRAS E INSTALAÇÕES		286.985,81			

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

RUA

03503638/0001-33 Balanço Exercício: 2018

ANEXO 02 - NATUREZA DA DESPESA POR SUBUNIDADE

CONSOLIDADO

CODIGO	ESPECIFICACAO	DESDOBRO	ELEMENTO	MODALIDADE	GRUPO	CATEGORIA ECONOMICA
02	**PODER EXECUTIVO**					
02 10	**SECRETARIA MUN. DE VIAÇÃO E TRANSPORTES**					
02 10 04	**GESTÃO DE RECURSOS DO FETHAB**					**715.998,23**
3	DESPESAS CORRENTES					715.998,23
3.3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES				715.998,23	
3.3.90	APLICAçõES DIRETAS			715.998,23		
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO		619.664,23			
3.3.90.30.01	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVO	335.545,91				
3.3.90.30.24	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVE	65.464,29				
3.3.90.30.31	SEMENTES, MUDAS DE PLANTAS E INSUMOS	68.800,50				
3.3.90.30.39	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	108.420,43				
3.3.90.30.42	FERRAMENTAS	378,00				
3.3.90.30.54	MATERIAL P/MANUT.CONSERV.DE ESTRADAS E	41.055,10				
3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		29.639,50			
3.3.90.36.20	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS	7.309,50				
3.3.90.36.21	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS MÓVI	5.000,00				
3.3.90.36.25	SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	9.000,00				
3.3.90.36.35	SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICC	1.730,00				
3.3.90.36.39	FRETES E TRANSPORTES DE ENCOMENDAS	6.000,00				
3.3.90.36.69	SEGUROS EM GERAL	600,00				
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDI		66.694,50			
3.3.90.39.17	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE MÁQUINAS	0,00				
3.3.90.39.19	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS	59.194,50				
3.3.90.39.74	FRETES E TRANSPORTES DE ENCOMENDAS	1.500,00				
3.3.90.39.79	SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICC	6.000,00				

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

RUA

03503638/0001-33 Balanço Exercício: 2018

ANEXO 02 - NATUREZA DA DESPESA POR SUBUNIDADE

CONSOLIDADO

CODIGO	ESPECIFICACAO	DESDOBRO	ELEMENTO	MODALIDADE	GRUPO	CATEGORIA ECONOMICA
02	**PODER EXECUTIVO**					
02 11	**SECRETARIA MUN DE AGRICULTURA E TURISMO**					
02 11 01	**GABINETE DA SECRETARIA**					**171.667,24**
3	DESPESAS CORRENTES					171.667,24
3.1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS				118.345,64	
3.1.90	APLICAçõES DIRETAS			118.345,64		
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		99.473,14			
3.1.90.11.02	VENCIMENTOS E SALÁRIOS (RGPS)	90.773,33				
3.1.90.11.25	GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO DE FUNÇÃO (R	1.036,66				
3.1.90.11.38	13º SALÁRIO (RGPS)	5.220,00				
3.1.90.11.39	FÉRIAS - ABONO PECUNIÁRIO (RGPS)	937,75				
3.1.90.11.61	FÉRIAS - ABONO CONSTITUCIONAL (RGPS)	1.505,40				
3.1.90.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS		18.872,50			
3.1.90.13.02	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INS	18.872,50				
3.3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES				53.321,60	
3.3.90	APLICAçõES DIRETAS			53.321,60		
3.3.90.14	DIÁRIAS - CIVIL		800,00			
3.3.90.14.01	DIÁRIAS - NO PAÍS (DENTRO DO ESTADO)	800,00				
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO		9.883,60			
3.3.90.30.01	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVO	4.095,50				
3.3.90.30.04	GÁS ENGARRAFADO	105,00				
3.3.90.30.07	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO	2.239,76				
3.3.90.30.16	MATERIAL DE EXPEDIENTE	27,40				
3.3.90.30.21	MATERIAL DE COPA E COZINHA	108,90				
3.3.90.30.22	MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIEN	145,65				
3.3.90.30.39	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	3.131,44				
3.3.90.30.42	FERRAMENTAS	29,95				
3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		40.663,00			
3.3.90.36.23	FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO	275,00				
3.3.90.36.25	SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	1.627,50				
3.3.90.36.27	SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO EM GERAL	7.100,00				
3.3.90.36.33	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS (EXCETO	1.475,00				
3.3.90.36.35	SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICC	26.585,50				
3.3.90.36.39	FRETES E TRANSPORTES DE ENCOMENDAS	2.740,00				
3.3.90.36.59	SERVIÇOS DE ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	860,00				
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDI		1.975,00			
3.3.90.39.17	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE MÁQUINAS	820,00				
3.3.90.39.19	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS	1.155,00				

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

RUA

03503638/0001-33 Balanço Exercício: 2018

ANEXO 02 - NATUREZA DA DESPESA POR SUBUNIDADE

CONSOLIDADO

CODIGO	ESPECIFICACAO	DESDOBRO	ELEMENTO	MODALIDADE	GRUPO	CATEGORIA ECONOMICA
02	**PODER EXECUTIVO**					
02 12	**SECRETARIA MUN DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E CULTURA**					
02 12 01	**SECRETARIA MUN DE CULTURA**					**254.794,12**
3	DESPESAS CORRENTES					254.794,12
3.1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS				129.268,64	
3.1.90	APLICAçõES DIRETAS			121.190,52		
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		109.712,12			
3.1.90.11.01	VENCIMENTOS E SALÁRIOS(RPPS)	42.987,01				
3.1.90.11.02	VENCIMENTOS E SALÁRIOS (RGPS)	52.046,62				
3.1.90.11.33	GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO DE FUNÇÃO(RF	2.420,27				
3.1.90.11.37	GRATIFICAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO(RPPS)	4.385,89				
3.1.90.11.38	13º SALÁRIO (RGPS)	4.220,00				
3.1.90.11.43	13º SALÁRIO(RPPS)	3.652,33				
3.1.90.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS		11.478,40			
3.1.90.13.02	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INS	11.478,40				
3.1.91	APLICAçãO DIRETA DECORRENTE DE OPERAçãO ENTRE ÓRGã			8.078,12		
3.1.91.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS		8.078,12			
3.1.91.13.03	RPPS	8.078,12				
3.3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES				125.525,48	
3.3.90	APLICAçõES DIRETAS			125.525,48		
3.3.90.14	DIÁRIAS - CIVIL		810,00			
3.3.90.14.01	DIÁRIAS - NO PAÍS (DENTRO DO ESTADO)	560,00				
3.3.90.14.02	DIÁRIAS - NO PAÍS (FORA DO ESTADO)	250,00				
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO		18.255,80			
3.3.90.30.05	EXPLOSIVOS E MUNIÇÕES	10.750,00				
3.3.90.30.07	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO	16,80				
3.3.90.30.15	MATERIAL PARA FESTIVIDADES E HOMENAGENS	7.450,00				
3.3.90.30.24	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVE	39,00				
3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		41.243,00			
3.3.90.36.19	VIGILANCIA OSTENSIVA	3.816,00				
3.3.90.36.25	SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	3.816,00				
3.3.90.36.27	SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO EM GERAL	25.750,00				
3.3.90.36.35	SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICC	7.861,00				
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDI		65.216,68			
3.3.90.39.12	LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	8.000,00				
3.3.90.39.14	LOCAÇÃO BENS MÓVEIS E OUTRAS NATUREZAS	9.150,00				
3.3.90.39.23	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	21.300,00				
3.3.90.39.43	SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA	1.701,68				
3.3.90.39.56	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO	1.540,00				
3.3.90.39.63	SERVIÇOS GRÁFICOS	4.020,00				
3.3.90.39.79	SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICC	545,00				
3.3.90.39.80	HOSPEDAGENS	960,00				
3.3.90.39.96	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA J	18.000,00				

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

RUA

03503638/0001-33 Balanço Exercício: 2018

ANEXO 02 - NATUREZA DA DESPESA POR SUBUNIDADE

CONSOLIDADO

CODIGO	ESPECIFICACAO	DESDOBRO	ELEMENTO	MODALIDADE	GRUPO	CATEGORIA ECONOMICA
02	**PODER EXECUTIVO**					
02 13	**SECRETARIA MUN. DE ESPORTE E LAZER**					
02 13 02	**DESPORTO E LAZER**					**223.552,87**
3	DESPESAS CORRENTES					221.762,87
3.1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS				84.520,30	
3.1.90	APLICAçõES DIRETAS			84.520,30		
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		70.636,49			
3.1.90.11.02	VENCIMENTOS E SALÁRIOS (RGPS)	65.750,00				
3.1.90.11.38	13º SALÁRIO (RGPS)	2.110,00				
3.1.90.11.39	FÉRIAS - ABONO PECUNIÁRIO (RGPS)	1.036,67				
3.1.90.11.61	FÉRIAS - ABONO CONSTITUCIONAL (RGPS)	1.739,82				
3.1.90.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS		13.883,81			
3.1.90.13.02	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INS	13.883,81				
3.3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES				137.242,57	
3.3.90	APLICAçõES DIRETAS			137.242,57		
3.3.90.14	DIÁRIAS - CIVIL		1.800,00			
3.3.90.14.01	DIÁRIAS - NO PAÍS (DENTRO DO ESTADO)	750,00				
3.3.90.14.02	DIÁRIAS - NO PAÍS (FORA DO ESTADO)	1.050,00				
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO		41.409,19			
3.3.90.30.01	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVO	368,20				
3.3.90.30.03	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES PARA OUTRA	240,30				
3.3.90.30.04	GÁS ENGARRAFADO	100,00				
3.3.90.30.05	EXPLOSIVOS E MUNIÇÕES	532,00				
3.3.90.30.07	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO	5.858,54				
3.3.90.30.11	MATERIAL QUÍMICO	1.696,10				
3.3.90.30.14	MATERIAL EDUCATIVO E ESPORTIVO	6.127,59				
3.3.90.30.20	MATERIAL DE CAMA, MESA E BANHO	289,00				
3.3.90.30.21	MATERIAL DE COPA E COZINHA	510,30				
3.3.90.30.22	MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIEN	944,20				
3.3.90.30.24	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVE	21.165,85				
3.3.90.30.25	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS	357,50				
3.3.90.30.26	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	1.719,12				
3.3.90.30.42	FERRAMENTAS	1.127,90				
3.3.90.30.96	MATERIAL DE CONSUMO - PAGAMENTO ANTECI	372,59				
3.3.90.31	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS,		25.000,00			
3.3.90.31.04	PREMIAÇÕES DESPORTIVAS	25.000,00				
3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		46.801,00			
3.3.90.36.23	FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO	1.575,00				
3.3.90.36.25	SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	13.838,00				
3.3.90.36.27	SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO EM GERAL	1.530,00				
3.3.90.36.33	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS (EXCETO	2.655,00				
3.3.90.36.35	SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICC	26.353,00				
3.3.90.36.59	SERVIÇOS DE ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	850,00				
3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDI		22.232,38			
3.3.90.39.14	LOCAÇÃO BENS MÓVEIS E OUTRAS NATUREZAS	11.200,00				
3.3.90.39.17	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE MÁQUINAS	500,00				
3.3.90.39.23	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	2.000,00				
3.3.90.39.41	FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO	30,00				
3.3.90.39.43	SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA	1.724,38				
3.3.90.39.74	FRETES E TRANSPORTES DE ENCOMENDAS	1.800,00				
3.3.90.39.79	SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICC	3.978,00				
3.3.90.39.88	SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	1.000,00				
4	DESPESAS DE CAPITAL					1.790,00
4.4	INVESTIMENTOS				1.790,00	
4.4.90	APLICAçõES DIRETAS			1.790,00		
4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		1.790,00			
4.4.90.52.34	MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVE	1.790,00				
				TOTAL GERAL		13.332.912,34

PONTE BANCA/MT, 31 de DEZEMBRO de 2018.

HUMBERTO LUIZ NOGUEIRA DE MENEZES	GISELE DI ANGELIS FEITOSA DA SILVA	ZILMAR ANTONIO DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADORA	SECRETARIO DE FINANÇAS
592.832.541-04	938.001.001-00	263.388.231-53

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA
RUA
03503638/0001-33 Balanço Exercício: 2018

ANEXO 06 - PROGRAMA DE TRABALHO
CONSOLIDADO

Orgao: 01 PODER LEGISLATIVO
Unidade Orcamentaria: 01 CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	T O T A L
01	Legislativa	0,00	681.473,93	681.473,93
031	Ação Legislativa	0,00	681.473,93	681.473,93
1010	PROCESSO LEGISLATIVO	0,00	681.473,93	681.473,93
2001.0000	MANTER O GABINETE DO PRESIDENTE		545.911,00	545.911,00
2002.0000	MANTER AS ATIVIDADES DA CÂMARA		123.562,93	123.562,93
2125.0000	AMORTIZAR E PAGAR ENCARGOS COM A DIVIDA INTERNA		12.000,00	12.000,00
	TOTAL	0,00	681.473,93	681.473,93

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA
RUA
03503638/0001-33 Balanço Exercício: 2018

ANEXO 06 - PROGRAMA DE TRABALHO
CONSOLIDADO

Orgao: 02 PODER EXECUTIVO
Unidade Orcamentaria: 02 GABINETE DO PREFEITO ADMINISTRAÇÃO

CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	T O T A L
04	Administração	0,00	461.036,73	461.036,73
122	Administração Geral	0,00	461.036,73	461.036,73
2010	ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR	0,00	461.036,73	461.036,73
2005.0000	MANTER AS ATIVIDADES DO GABINETE		437.426,17	437.426,17
2006.0000	MANTER ENCARGOS COM DIVULGAÇÃO E PUBLICIDADE OFICI		23.610,56	23.610,56
	TOTAL	0,00	461.036,73	461.036,73

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA
RUA
03503638/0001-33 Balanço Exercício: 2018

ANEXO 06 - PROGRAMA DE TRABALHO
CONSOLIDADO

Orgao: 02 PODER EXECUTIVO
Unidade Orcamentaria: 03 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENTE SOCIAL

CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	T O T A L
08	Assistência Social	0,00	658.104,57	658.104,57
243	Assistência à Criança e ao Adolescente	0,00	151.334,51	151.334,51
8010	ATENÇÃO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	0,00	146.842,86	146.842,86
2049.0000	MANTER O CONSELHO TUTELAR DO MENOR E ADOL ESCENTE		146.842,86	146.842,86
8110	APOIO A FAMÍLIA E/OU INDIVIDUO EM SITUAÇÃO DE V ULNERABILIDAD	0,00	4.491,65	4.491,65
2074.0000	EXECUTAR O PROG. ÍNDICE DE GESTÃO DESC. IGD/P BF		4.491,65	4.491,65
244	Assistência Comunitária	0,00	506.770,06	506.770,06
8050	GESTÃO DO SISTEMA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	233.974,14	233.974,14
2051.0000	MANTER AS ATIV. DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCI AL		40.285,61	40.285,61
2065.0000	MANTER AS ATIVIDADES DA SEC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		193.688,53	193.688,53
8080	SERVIÇOS DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL A FAMILIA	0,00	204.116,11	204.116,11
2113.0000	REALIZAR PROT. E ATEND. INTEG. A FAMILIA-CRAS/ PAIF		204.116,11	204.116,11
8090	BENEFÍCIOS EVENTUAIS	0,00	5.859,13	5.859,13
2066.0000	ADQUIRIR MATERIAL PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA		5.859,13	5.859,13
8100	SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCUL	0,00	62.820,68	62.820,68
2116.0000	EXECUTAR O PROG. ATEN. BAS. PESSOAS DEFICIEN TE-APD		30.501,45	30.501,45
2128.0000	EXECUTAR O PROG.JEPOM(JOVENS EX.P.ORIENT.MU NICIPAL		32.319,23	32.319,23
	TOTAL	0,00	658.104,57	658.104,57

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA
RUA
03503638/0001-33 Balanço Exercício: 2018

ANEXO 06 - PROGRAMA DE TRABALHO
CONSOLIDADO

Orgao: 02 PODER EXECUTIVO
Unidade Orcamentaria: 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	T O T A L
04	Administração	0,00	2.465,00	2.465,00
124	Controle Interno	0,00	2.465,00	2.465,00
3110	FORTALECIMENTO DO MUNICÍPIO	0,00	2.465,00	2.465,00
2052.0000	MANTER AS AÇÕES ADM DA SECR. MUNICIPAL DE SAÚDE		2.465,00	2.465,00
10	Saúde	394.786,48	2.891.519,03	3.286.305,51
122	Administração Geral	15.066,00	195.227,18	210.293,18
7050	GESTÃO DOS SUS	15.066,00	195.227,18	210.293,18
1037.0000	ADQUIRIR EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15.066,00		15.066,00
2052.0000	MANTER AS AÇÕES ADM DA SECR. MUNICIPAL DE SAÚDE		192.202,37	192.202,37
2084.0000	MANTER O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE		2.844,90	2.844,90
2111.0000	PAGAR DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		179,91	179,91
128	Formação de Recursos Humanos	0,00	66,42	66,42
7050	GESTÃO DOS SUS	0,00	66,42	66,42
2083.0000	MANTER A EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE		66,42	66,42
301	Atenção Básica	277.750,00	592.236,37	869.986,37
7010	ATENÇÃO BÁSICA	277.750,00	592.236,37	869.986,37
1067.0000	DOTAR DE EQUIPAMENTOS A UNIDADE DE SAUDE DA FAMILIA DR. EMAN	212.512,00		212.512,00
1068.0000	ADQUIRIR EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTE PARA UNIDADE DE	1.740,00		1.740,00
1069.0000	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA HOSPITA	63.498,00		63.498,00
2053.0000	CONSERVAR UNIDADES BÁSICAS EM SAÚDE		3.093,55	3.093,55
2054.0000	MANTER O PISO DE ATENÇÃO BASICA-PAB FIXO		9.598,02	9.598,02
2055.0000	MANTER O PROG. DE AGEN. COMUNITÁRIOS DE SAUDE-PACS		82.543,98	82.543,98
2057.0000	MANTER A SAÚDE DA FAMILIA-PSF		431.758,28	431.758,28
2076.0000	MANTER A SAÚDE BUCAL		65.242,54	65.242,54
302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	101.970,48	1.896.290,70	1.998.261,18

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA
RUA
03503638/0001-33 Balanço Exercício: 2018

ANEXO 06 - PROGRAMA DE TRABALHO
CONSOLIDADO

Orgao: 02 PODER EXECUTIVO
Unidade Orcamentaria: 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	T O T A L
10	Saúde	394.786,48	2.891.519,03	3.286.305,51
302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	101.970,48	1.896.290,70	1.998.261,18
7020	ATENÇÃO DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBUL. E HOSP	101.970,48	1.768.762,93	1.870.733,41
1070.0000	REFORMA DO HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS	101.970,48		101.970,48
2077.0000	MANTER O HOSPITAL MUNICIPAL		1.607.863,31	1.607.863,31
2078.0000	MANTER OS SERVIÇOS DO CENTRO DE REABILITAÇÃO		160.899,62	160.899,62
7050	GESTÃO DOS SUS	0,00	127.527,77	127.527,77
2088.0000	REALIZAR TRATAMENTO MEDICO FORA DO DOMICILIO-TFD		88.695,77	88.695,77
2090.0000	MANUTENÇÃO DO CISRGA		38.832,00	38.832,00
304	Vigilância Sanitária	0,00	33.160,91	33.160,91
7040	VIGILÂNCIA EM SAÚDE	0,00	33.160,91	33.160,91
2062.0000	MANTER AS AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA		33.160,91	33.160,91
305	Vigilância Epidemiológica	0,00	174.537,45	174.537,45
7040	VIGILÂNCIA EM SAÚDE	0,00	174.537,45	174.537,45
2063.0000	MANTER AS AÇÕES DE VIG EPID E AMB EM SAUDE-TFVS		174.537,45	174.537,45
	TOTAL	394.786,48	2.893.984,03	3.288.770,51

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA
RUA
03503638/0001-33 Balanço Exercício: 2018

ANEXO 06 - PROGRAMA DE TRABALHO
CONSOLIDADO

Orgao: 02 PODER EXECUTIVO
Unidade Orcamentaria: 05 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	T O T A L
12	Educação	194.657,74	2.318.086,57	2.512.744,31
122	Administração Geral	0,00	69.203,17	69.203,17
6040	GESTÃO DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO	0,00	69.203,17	69.203,17
2041.0000	MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		69.203,17	69.203,17
306	Alimentação e Nutrição	0,00	13.715,99	13.715,99
6040	GESTÃO DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO	0,00	13.715,99	13.715,99
2026.0000	EXECUTAR O PROG. NAC. DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR-PNAE		13.715,99	13.715,99
361	Ensino Fundamental	194.657,74	1.909.263,12	2.103.920,86
6010	MANUTENÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	194.657,74	960.657,32	1.155.315,06
1093.0000	CONSTRUIR QDA COBERTA NA ESC PADRE HUMB ANGELONI	194.657,74		194.657,74
2032.0000	MANTER O ENSINO FUNDAMENTAL		960.657,32	960.657,32
6030	APOIO EDUCACIONAL	0,00	394.052,42	394.052,42
2033.0000	EXECUTAR O PROG. NAC. DE TRANSP. ESCOLAR- PNATE		4.938,54	4.938,54
2034.0000	MANTER O PROG. DINHEIRO DIR. DA ESCOLA-PDDE		210,70	210,70
2035.0000	MANTER O TRANSPORTE ESCOLAR		382.024,38	382.024,38
2036.0000	MANTER O PROGRAMA SALÁRIO EDUCAÇÃO		6.878,80	6.878,80
6070	MANUTENÇÃO DO ENSINO BÁSICO	0,00	554.553,38	554.553,38
2068.0000	MANTER REM. DOS PROF. DA EDUC. BAS. FUND. 60%		554.553,38	554.553,38
365	Educação Infantil	0,00	325.904,29	325.904,29
6020	MANUTENÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO ENSINO INFANTIL	0,00	154.735,67	154.735,67
2039.0000	MANTER O ENSINO INFANTIL		154.735,67	154.735,67
6070	MANUTENÇÃO DO ENSINO BÁSICO	0,00	171.168,62	171.168,62
2069.0000	MANTER A REM. DOS PROF. DA EDUC. BAS. INF. 60%		171.168,62	171.168,62
	TOTAL	194.657,74	2.318.086,57	2.512.744,31

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA
RUA
03503638/0001-33 Balanço Exercício: 2018

ANEXO 06 - PROGRAMA DE TRABALHO
CONSOLIDADO

Orgao: 02 PODER EXECUTIVO
Unidade Orcamentaria: 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	T O T A L
04	Administração	9.957,10	1.133.609,93	1.143.567,03
122	Administração Geral	9.957,10	1.102.981,21	1.112.938,31
3010	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	9.957,10	0,00	9.957,10
1005.0000	ADQUIRIR EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	9.957,10		9.957,10
3030	GESTÃO DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO	0,00	1.102.981,21	1.102.981,21
2009.0000	MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA		1.100.672,01	1.100.672,01
2045.0000	MANUTENÇÃO E ENC COM OUVIDORIA E TRANSPARÊNCIA GOV		1.264,98	1.264,98
2107.0000	PAGAR DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		1.044,22	1.044,22
124	Controle Interno	0,00	29.793,94	29.793,94
3060	ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO	0,00	29.793,94	29.793,94
2046.0000	MANUT.E ENCARGOS COM UNID DE CONTROLE INTERNO		29.793,94	29.793,94
125	Normatização e Fiscalização	0,00	834,78	834,78
3060	ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO	0,00	834,78	834,78
2031.0000	MANTER OUTROS CONSELHOS MUN		834,78	834,78
17	Saneamento	0,00	181.549,62	181.549,62
512	Saneamento Básico Urbano	0,00	181.549,62	181.549,62
3050	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	0,00	181.549,62	181.549,62
2013.0000	CONSERVAR A REDE DE ÁGUA		181.549,62	181.549,62
	TOTAL	9.957,10	1.315.159,55	1.325.116,65

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA
RUA
03503638/0001-33 Balanço Exercício: 2018

ANEXO 06 - PROGRAMA DE TRABALHO
CONSOLIDADO

Orgao: 02 PODER EXECUTIVO
Unidade Orcamentaria: 07 FUNDO MUN PREV SOCIAL IMPBRAN PREVIDÊNCIA SOCIAL

CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	T O T A L
04	Administração	0,00	53.650,83	53.650,83
122	Administração Geral	0,00	53.650,83	53.650,83
9300	GESTÃO DO SISTEMA PREVIDENCIÁRIO - RPPS	0,00	53.650,83	53.650,83
2042.0000	MANUTENÇÃO DOS ENCARGOS E GERENCIAMENTO DO IMPBRAN		53.650,83	53.650,83
09	Previdência Social	0,00	564.021,73	564.021,73
272	Previdência do Regime Estatutário	0,00	564.021,73	564.021,73
9300	GESTÃO DO SISTEMA PREVIDENCIÁRIO - RPPS	0,00	564.021,73	564.021,73
2038.0000	ENCARGOS COM BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS		57.043,79	57.043,79
2044.0000	MANUTENÇÃO DOS BENEFÍCIOS E AUXÍLIOS AOS SEGURADOS		506.977,94	506.977,94
	TOTAL	0,00	617.672,56	617.672,56

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA
RUA
03503638/0001-33 Balanço Exercício: 2018

ANEXO 06 - PROGRAMA DE TRABALHO
CONSOLIDADO

Orgao: 02 PODER EXECUTIVO
Unidade Orcamentaria: 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	T O T A L
04	Administração	0,00	272.518,60	272.518,60
123	Administração Financeira	0,00	27.086,85	27.086,85
3100	CONTROLE FINANCEIRO	0,00	6.686,85	6.686,85
2010.0000	PAGAR INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		6.686,85	6.686,85
3110	FORTALECIMENTO DO MUNICÍPIO	0,00	20.400,00	20.400,00
2085.0000	CONTRIBUIR CONS. INTER. DE DES. ECON. SOC. E AMB.		20.400,00	20.400,00
124	Controle Interno	0,00	74.113,41	74.113,41
3110	FORTALECIMENTO DO MUNICÍPIO	0,00	74.113,41	74.113,41
2011.0000	MANTER ENCARGOS COM A A.M.M E C.N.M.		74.113,41	74.113,41
129	Administração de Receitas	0,00	171.318,34	171.318,34
3100	CONTROLE FINANCEIRO	0,00	171.318,34	171.318,34
2071.0000	MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA		171.318,34	171.318,34
11	Trabalho	0,00	129.555,10	129.555,10
331	Proteção e Benefícios ao Trabalhador	0,00	129.555,10	129.555,10
3120	ENCARGOS ESPECIAIS	0,00	129.555,10	129.555,10
2012.0000	CONTRIBUIR PARA O PASEP		129.555,10	129.555,10
28	Encargos Especiais	0,00	144.456,58	144.456,58
843	Serviço da Dívida Interna	0,00	144.456,58	144.456,58
3120	ENCARGOS ESPECIAIS	0,00	144.456,58	144.456,58
2014.0000	AMORTIZAR E PAGAR ENCARGOS COM A DIVIDA INTERNA		144.456,58	144.456,58
	TOTAL	0,00	546.530,28	546.530,28

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA
RUA
03503638/0001-33 Balanço Exercício: 2018

ANEXO 06 - PROGRAMA DE TRABALHO
CONSOLIDADO

Orgao: 02 PODER EXECUTIVO
Unidade Orcamentaria: 10 SECRETARIA MUN. DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	T O T A L
04	Administração	10.640,04	913.050,82	923.690,86
122	Administração Geral	10.640,04	913.050,82	923.690,86
4050	GESTÃO DO SISTEMA DE INFRA-ESTRUTURA URBANA	10.640,04	913.050,82	923.690,86
1014.0000	ADQUIRIR EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.640,04		10.640,04
2015.0000	MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA		908.834,32	908.834,32
2016.0000	REFORMAR O PACO MUNICIPAL		1.650,00	1.650,00
2105.0000	CONSERVAR O CEMITÉRIO MUNICIPAL		2.566,50	2.566,50
15	Urbanismo	298.405,70	594.337,19	892.742,89
451	Infra-Estrutura Urbana	11.419,89	0,00	11.419,89
4020	CIDADE BONITA	11.419,89	0,00	11.419,89
1009.0000	CONSTRUIR E AMPLIAR PRAÇAS, PARQUES E JARDINS	11.419,89		11.419,89
452	Serviços Urbanos	0,00	594.337,19	594.337,19
4010	CIDADE LIMPA	0,00	470.965,05	470.965,05
2047.0000	MANTER A LIMPEZA, COLETA E DESTINAÇÃO DO LIXO		470.965,05	470.965,05
4020	CIDADE BONITA	0,00	122.115,14	122.115,14
2017.0000	MANTER PRAÇAS, PARQUES E JARDINS		122.115,14	122.115,14
4030	MALHA DE VIÁRIA URBANA	0,00	1.257,00	1.257,00
2018.0000	CONSERVAR AS VIAS PUBLICAS		1.257,00	1.257,00
813	Lazer	286.985,81	0,00	286.985,81
4050	GESTÃO DO SISTEMA DE INFRA-ESTRUTURA URBANA	286.985,81	0,00	286.985,81
1199.0000	CONSTRUÇÃO DA PRAÇA DA RODOVIARIA	286.985,81		286.985,81
25	Energia	0,00	29.728,59	29.728,59
751	Conservação de Energia	0,00	29.728,59	29.728,59
4020	CIDADE BONITA	0,00	29.728,59	29.728,59
2019.0000	MANTER A REDE DE ILUMINAÇÃO PUBLICA		29.728,59	29.728,59
26	Transporte	0,00	745.286,23	745.286,23
782	Transporte Rodoviário	0,00	745.286,23	745.286,23

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA
RUA
03503638/0001-33 Balanço Exercício: 2018

ANEXO 06 - PROGRAMA DE TRABALHO
CONSOLIDADO

Orgao: 02 PODER EXECUTIVO
Unidade Orcamentaria: 10 SECRETARIA MUN. DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	T O T A L
26	Transporte	0,00	745.286,23	745.286,23
782	Transporte Rodoviário	0,00	745.286,23	745.286,23
4040	MALHA VIÁRIA RURAL	0,00	29.288,00	29.288,00
2021.0000	CONSERVAR PONTES, BUEIROS E MATA-BURROS		29.288,00	29.288,00
4050	GESTÃO DO SISTEMA DE INFRA-ESTRUTURA URBANA	0,00	715.998,23	715.998,23
2029.0000	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS E VIAS		715.998,23	715.998,23
	TOTAL	309.045,74	2.282.402,83	2.591.448,57

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA
RUA
03503638/0001-33 Balanço Exercício: 2018

ANEXO 06 - PROGRAMA DE TRABALHO
CONSOLIDADO

Orgao: 02 PODER EXECUTIVO
Unidade Orcamentaria: 11 SECRETARIA MUN DE AGRICULTURA E TURISMO

CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	T O T A L
04	Administração	0,00	141.656,01	141.656,01
122	Administração Geral	0,00	141.656,01	141.656,01
5010	DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E PECUÁRIA	0,00	141.656,01	141.656,01
2022.0000	MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA		141.656,01	141.656,01
23	Comércio e Serviços	0,00	30.011,23	30.011,23
695	Turismo	0,00	30.011,23	30.011,23
5020	DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	0,00	30.011,23	30.011,23
2025.0000	MANTER AS ATIVIDADES DO TURISMO		30.011,23	30.011,23
	TOTAL	0,00	171.667,24	171.667,24

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA
RUA
03503638/0001-33 Balanço Exercício: 2018

ANEXO 06 - PROGRAMA DE TRABALHO
CONSOLIDADO Página 13

Orgao: 02 PODER EXECUTIVO
Unidade Orcamentaria: 12 SECRETARIA MUN DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E CULTURA

CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	T O T A L
04	Administração	0,00	144.231,64	144.231,64
131	Comunicação Social	0,00	144.231,64	144.231,64
6060	GESTÃO DO SISTEMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	0,00	144.231,64	144.231,64
2097.0000	MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA		144.231,64	144.231,64
13	Cultura	0,00	110.562,48	110.562,48
392	Difusão Cultural	0,00	110.562,48	110.562,48
6050	DIFUSÃO CULTURAL	0,00	110.562,48	110.562,48
2098.0000	REALIZAR ALUSIVAS A DATAS COMEMORATIVAS E EVENTOS		93.680,00	93.680,00
2099.0000	MANTER A BIBLIOTECA MUNICIPAL		16.882,48	16.882,48
	TOTAL	0,00	254.794,12	254.794,12

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA
RUA
03503638/0001-33 Balanço Exercício: 2018

ANEXO 06 - PROGRAMA DE TRABALHO
CONSOLIDADO

Orgao: 02 PODER EXECUTIVO
Unidade Orcamentaria: 13 SECRETARIA MUN. DE ESPORTE E LAZER

CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	T O T A L
27	Desporto e Lazer	1.790,00	221.762,87	223.552,87
812	Desporto Comunitário	1.790,00	221.762,87	223.552,87
9010	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE	0,00	25.400,00	25.400,00
.2102.0000	MANTER AS ATIVIDADES DO ESPORTE		400,00	400,00
.2110.0000	REALIZAR PREMIAÇÕES CUL. ART. CIENT. DESP. E OUTRA		25.000,00	25.000,00
9020	GESTÃO DO SISTEMA DE DESPORTO E LAZER	1.790,00	196.362,87	198.152,87
.1056.0000	ADQUIRIR EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.790,00		1.790,00
.2095.0000	MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA		196.362,87	196.362,87
	TOTAL	1.790,00	221.762,87	223.552,87
	TOTAL GERAL	910.237,06	12.422.675,28	13.332.912,34

PONTE BANCA/MT, 31 de DEZEMBRO de 2018.

HUMBERTO LUIZ NOGUEIRA DE MENEZES	GISELE DI ANGELIS FEITOSA DA SILVA	ZILMAR ANTONIO DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADORA	SECRETARIO DE FINANÇAS
592.832.541-04	938.001.001-00	263.388.231-53

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA
RUA
03503638/0001-33 Balanço Exercício: 2018

A N E X O 7
PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO
DEMONSTRATIVO DE FUNCOES, SUBFUNÇÕES E
PROGRAMAS, POR PROJETOS E ATIVIDADES
CONSOLIDADO

CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	T O T A L
01	Legislativa	0,00	681.473,93	681.473,93
031	Ação Legislativa	0,00	681.473,93	681.473,93
1010	PROCESSO LEGISLATIVO	0,00	681.473,93	681.473,93
04	Administração	20.597,14	3.122.219,56	3.142.816,70
122	Administração Geral	20.597,14	2.672.375,60	2.692.972,74
2010	ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR	0,00	461.036,73	461.036,73
3010	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	9.957,10	0,00	9.957,10
3030	GESTÃO DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO	0,00	1.102.981,21	1.102.981,21
4050	GESTÃO DO SISTEMA DE INFRA-ESTRUTURA URBANA	10.640,04	913.050,82	923.690,86
5010	DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E PECUÁRIA	0,00	141.656,01	141.656,01
9300	GESTÃO DO SISTEMA PREVIDENCIÁRIO - RPPS	0,00	53.650,83	53.650,83
123	Administração Financeira	0,00	27.086,85	27.086,85
3100	CONTROLE FINANCEIRO	0,00	6.686,85	6.686,85
3110	FORTALECIMENTO DO MUNICÍPIO	0,00	20.400,00	20.400,00
124	Controle Interno	0,00	106.372,35	106.372,35
3060	ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO	0,00	29.793,94	29.793,94
3110	FORTALECIMENTO DO MUNICÍPIO	0,00	76.578,41	76.578,41
125	Normatização e Fiscalização	0,00	834,78	834,78
3060	ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO	0,00	834,78	834,78
129	Administração de Receitas	0,00	171.318,34	171.318,34
3100	CONTROLE FINANCEIRO	0,00	171.318,34	171.318,34
131	Comunicação Social	0,00	144.231,64	144.231,64
6060	GESTÃO DO SISTEMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	0,00	144.231,64	144.231,64
08	Assistência Social	0,00	658.104,57	658.104,57
243	Assistência à Criança e ao Adolescente	0,00	151.334,51	151.334,51
8010	ATENÇÃO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	0,00	146.842,86	146.842,86

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA
RUA
03503638/0001-33 Balanço Exercício: 2018

A N E X O 7
PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO
DEMONSTRATIVO DE FUNCOES, SUBFUNÇÕES E
PROGRAMAS, POR PROJETOS E ATIVIDADES
CONSOLIDADO

CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	T O T A L
08	Assistência Social	0,00	658.104,57	658.104,57
243	Assistência à Criança e ao Adolescente	0,00	151.334,51	151.334,51
8110	APOIO A FAMÍLIA E/OU INDIVIDUO EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDAD	0,00	4.491,65	4.491,65
244	Assistência Comunitária	0,00	506.770,06	506.770,06
8050	GESTÃO DO SISTEMA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	233.974,14	233.974,14
8080	SERVIÇOS DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL A FAMILIA	0,00	204.116,11	204.116,11
8090	BENEFÍCIOS EVENTUAIS	0,00	5.859,13	5.859,13
8100	SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCUL	0,00	62.820,68	62.820,68
09	Previdência Social	0,00	564.021,73	564.021,73
272	Previdência do Regime Estatutário	0,00	564.021,73	564.021,73
9300	GESTÃO DO SISTEMA PREVIDENCIÁRIO - RPPS	0,00	564.021,73	564.021,73
10	Saúde	394.786,48	2.891.519,03	3.286.305,51
122	Administração Geral	15.066,00	195.227,18	210.293,18
7050	GESTÃO DOS SUS	15.066,00	195.227,18	210.293,18
128	Formação de Recursos Humanos	0,00	66,42	66,42
7050	GESTÃO DOS SUS	0,00	66,42	66,42
301	Atenção Básica	277.750,00	592.236,37	869.986,37
7010	ATENÇÃO BÁSICA	277.750,00	592.236,37	869.986,37
302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	101.970,48	1.896.290,70	1.998.261,18
7020	ATENÇÃO DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBUL. E HOSP	101.970,48	1.768.762,93	1.870.733,41
7050	GESTÃO DOS SUS	0,00	127.527,77	127.527,77
304	Vigilância Sanitária	0,00	33.160,91	33.160,91
7040	VIGILÂNCIA EM SAÚDE	0,00	33.160,91	33.160,91
305	Vigilância Epidemiológica	0,00	174.537,45	174.537,45
7040	VIGILÂNCIA EM SAÚDE	0,00	174.537,45	174.537,45

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA
RUA
03503638/0001-33 Balanço Exercício: 2018

A N E X O 7
PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO
DEMONSTRATIVO DE FUNCOES, SUBFUNÇÕES E
PROGRAMAS, POR PROJETOS E ATIVIDADES
CONSOLIDADO

CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	T O T A L
10	Saúde	394.786,48	2.891.519,03	3.286.305,51
305	Vigilância Epidemiológica	0,00	174.537,45	174.537,45
11	Trabalho	0,00	129.555,10	129.555,10
331	Proteção e Benefícios ao Trabalhador	0,00	129.555,10	129.555,10
3120	ENCARGOS ESPECIAIS	0,00	129.555,10	129.555,10
12	Educação	194.657,74	2.318.086,57	2.512.744,31
122	Administração Geral	0,00	69.203,17	69.203,17
6040	GESTÃO DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO	0,00	69.203,17	69.203,17
306	Alimentação e Nutrição	0,00	13.715,99	13.715,99
6040	GESTÃO DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO	0,00	13.715,99	13.715,99
361	Ensino Fundamental	194.657,74	1.909.263,12	2.103.920,86
6010	MANUTENÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	194.657,74	960.657,32	1.155.315,06
6030	APOIO EDUCACIONAL	0,00	394.052,42	394.052,42
6070	MANUTENÇÃO DO ENSINO BÁSICO	0,00	554.553,38	554.553,38
365	Educação Infantil	0,00	325.904,29	325.904,29
6020	MANUTENÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO ENSINO INFANTIL	0,00	154.735,67	154.735,67
6070	MANUTENÇÃO DO ENSINO BÁSICO	0,00	171.168,62	171.168,62
13	Cultura	0,00	110.562,48	110.562,48
392	Difusão Cultural	0,00	110.562,48	110.562,48
6050	DIFUSÃO CULTURAL	0,00	110.562,48	110.562,48
15	Urbanismo	298.405,70	594.337,19	892.742,89
451	Infra-Estrutura Urbana	11.419,89	0,00	11.419,89
4020	CIDADE BONITA	11.419,89	0,00	11.419,89
452	Serviços Urbanos	0,00	594.337,19	594.337,19

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA
RUA
03503638/0001-33 Balanço Exercício: 2018

A N E X O 7
PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO
DEMONSTRATIVO DE FUNCOES, SUBFUNÇÕES E
PROGRAMAS, POR PROJETOS E ATIVIDADES
CONSOLIDADO

CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	T O T A L
15	Urbanismo	298.405,70	594.337,19	892.742,89
452	Serviços Urbanos	0,00	594.337,19	594.337,19
4010	CIDADE LIMPA	0,00	470.965,05	470.965,05
4020	CIDADE BONITA	0,00	122.115,14	122.115,14
4030	MALHA DE VIÁRIA URBANA	0,00	1.257,00	1.257,00
813	Lazer	286.985,81	0,00	286.985,81
4050	GESTÃO DO SISTEMA DE INFRA-ESTRUTURA URBANA	286.985,81	0,00	286.985,81
17	Saneamento	0,00	181.549,62	181.549,62
512	Saneamento Básico Urbano	0,00	181.549,62	181.549,62
3050	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	0,00	181.549,62	181.549,62
23	Comércio e Serviços	0,00	30.011,23	30.011,23
695	Turismo	0,00	30.011,23	30.011,23
5020	DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	0,00	30.011,23	30.011,23
25	Energia	0,00	29.728,59	29.728,59
751	Conservação de Energia	0,00	29.728,59	29.728,59
4020	CIDADE BONITA	0,00	29.728,59	29.728,59
26	Transporte	0,00	745.286,23	745.286,23
782	Transporte Rodoviário	0,00	745.286,23	745.286,23
4040	MALHA VIÁRIA RURAL	0,00	29.288,00	29.288,00
4050	GESTÃO DO SISTEMA DE INFRA-ESTRUTURA URBANA	0,00	715.998,23	715.998,23
27	Desporto e Lazer	1.790,00	221.762,87	223.552,87
812	Desporto Comunitário	1.790,00	221.762,87	223.552,87
9010	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE	0,00	25.400,00	25.400,00
9020	GESTÃO DO SISTEMA DE DESPORTO E LAZER	1.790,00	196.362,87	198.152,87

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA
RUA
03503638/0001-33 Balanço Exercício: 2018

A N E X O 7
PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO
DEMONSTRATIVO DE FUNCOES, SUBFUNÇÕES E
PROGRAMAS, POR PROJETOS E ATIVIDADES
CONSOLIDADO

CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	T O T A L
27	Desporto e Lazer	1.790,00	221.762,87	223.552,87
28	Encargos Especiais	0,00	144.456,58	144.456,58
843	Serviço da Dívida Interna	0,00	144.456,58	144.456,58
3120	ENCARGOS ESPECIAIS	0,00	144.456,58	144.456,58
	TOTAL	910.237,06	12.422.675,28	13.332.912,34

PONTE BANCA/MT, 31 de DEZEMBRO de 2018.

HUMBERTO LUIZ NOGUEIRA DE MENEZES PREFEITO MUNICIPAL 592.832.541-04	GISELE DI ANGELIS FEITOSA DA SILVA CONTADORA 938.001.001-00	ZILMAR ANTONIO DE OLIVEIRA SECRETARIO DE FINANÇAS 263.388.231-53

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA
RUA
03503638/0001-33 Balanço Exercício: 2018

A N E X O 8

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNCOES,
SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME
VINCULO COM RECURSOS
CONSOLIDADO

CODIGO	ESPECIFICACAO	ORDINARIO	VINCULADO	T O T A L
01	Legislativa	681.473,93	0,00	681.473,93
01 031	Ação Legislativa	681.473,93	0,00	681.473,93
01 031 1010	PROCESSO LEGISLATIVO	681.473,93		681.473,93
04	Administração	3.089.165,87	53.650,83	3.142.816,70
04 122	Administração Geral	2.639.321,91	53.650,83	2.692.972,74
04 122 2010	ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR	461.036,73		461.036,73
04 122 3010	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	9.957,10		9.957,10
04 122 3030	GESTÃO DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO	1.102.981,21		1.102.981,21
04 122 3050	ABASTECIMENTO DE ÁGUA			
04 122 3100	CONTROLE FINANCEIRO			
04 122 4050	GESTÃO DO SISTEMA DE INFRA-ESTRUTURA URB ANA	923.690,86		923.690,86
04 122 5010	DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E PECUÁRIA	141.656,01		141.656,01
04 122 9300	GESTÃO DO SISTEMA PREVIDENCIÁRIO - RPPS	0,00	53.650,83	53.650,83
04 123	Administração Financeira	27.086,85	0,00	27.086,85
04 123 3100	CONTROLE FINANCEIRO	6.686,85		6.686,85
04 123 3110	FORTALECIMENTO DO MUNICÍPIO	20.400,00		20.400,00
04 124	Controle Interno	106.372,35	0,00	106.372,35
04 124 3060	ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO	29.793,94		29.793,94
04 124 3110	FORTALECIMENTO DO MUNICÍPIO	76.578,41		76.578,41
04 125	Normatização e Fiscalização	834,78	0,00	834,78
04 125 3060	ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO	834,78		834,78
04 129	Administração de Receitas	171.318,34	0,00	171.318,34
04 129 3100	CONTROLE FINANCEIRO	171.318,34		171.318,34
04 131	Comunicação Social	144.231,64	0,00	144.231,64
04 131 6060	GESTÃO DO SISTEMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	144.231,64		144.231,64
08	Assistência Social	658.104,57	0,00	658.104,57
08 243	Assistência à Criança e ao Adolescente	151.334,51	0,00	151.334,51
08 243 8010	ATENÇÃO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	146.842,86		146.842,86
08 243 8110	APOIO A FAMÍLIA E/OU INDIVIDUO EM SITUAÇÃO D E VULNERABILIDADE	4.491,65		4.491,65
08 244	Assistência Comunitária	506.770,06	0,00	506.770,06
08 244 8050	GESTÃO DO SISTEMA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	233.974,14		233.974,14
08 244 8080	SERVIÇOS DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGR AL A FAMILIA	204.116,11		204.116,11
08 244 8090	BENEFÍCIOS EVENTUAIS	5.859,13		5.859,13
08 244 8100	SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCUL	62.820,68		62.820,68
09	Previdência Social	0,00	564.021,73	564.021,73

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA
RUA
03503638/0001-33 Balanço Exercício: 2018

A N E X O 8

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNCOES,
SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME
VINCULO COM RECURSOS

CONSOLIDADO

CODIGO	ESPECIFICACAO	ORDINARIO	VINCULADO	T O T A L
09 272	Previdência do Regime Estatutário	0,00	564.021,73	564.021,73
09 272 9300	GESTÃO DO SISTEMA PREVIDENCIÁRIO - RPPS	0,00	564.021,73	564.021,73
10	Saúde	219.384,79	3.066.920,72	3.286.305,51
10 122	Administração Geral	3.464,83	206.828,35	210.293,18
10 122 7050	GESTÃO DOS SUS	3.464,83	206.828,35	210.293,18
10 128	Formação de Recursos Humanos	0,00	66,42	66,42
10 128 7050	GESTÃO DOS SUS	0,00	66,42	66,42
10 301	Atenção Básica	65.736,80	804.249,57	869.986,37
10 301 7010	ATENÇÃO BÁSICA	65.736,80	804.249,57	869.986,37
10 302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	145.120,14	1.853.141,04	1.998.261,18
10 302 7020	ATENÇÃO DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMB UL. E HOSP	145.120,14	1.725.613,27	1.870.733,41
10 302 7050	GESTÃO DOS SUS	0,00	127.527,77	127.527,77
10 304	Vigilância Sanitária	0,00	33.160,91	33.160,91
10 304 7040	VIGILÂNCIA EM SAÚDE	0,00	33.160,91	33.160,91
10 305	Vigilância Epidemiológica	5.063,02	169.474,43	174.537,45
10 305 7040	VIGILÂNCIA EM SAÚDE	5.063,02	169.474,43	174.537,45
11	Trabalho	129.555,10	0,00	129.555,10
11 331	Proteção e Benefícios ao Trabalhador	129.555,10	0,00	129.555,10
11 331 3120	ENCARGOS ESPECIAIS	129.555,10		129.555,10
12	Educação	2.512.724,01	20,30	2.512.744,31
12 122	Administração Geral	69.203,17	0,00	69.203,17
12 122 3060	ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO			
12 122 6040	GESTÃO DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO	69.203,17		69.203,17
12 306	Alimentação e Nutrição	13.715,99	0,00	13.715,99
12 306 6040	GESTÃO DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO	13.715,99		13.715,99
12 361	Ensino Fundamental	2.103.900,56	20,30	2.103.920,86
12 361 6010	MANUTENÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO ENSINO FUN DAMENTAL	1.155.294,76	20,30	1.155.315,06
12 361 6030	APOIO EDUCACIONAL	394.052,42		394.052,42
12 361 6040	GESTÃO DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO			
12 361 6070	MANUTENÇÃO DO ENSINO BÁSICO	554.553,38		554.553,38
12 364	Ensino Superior	0,00	0,00	0,00
12 364 6030	APOIO EDUCACIONAL			
12 365	Educação Infantil	325.904,29	0,00	325.904,29
12 365 6020	MANUTENÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO ENSINO INFA	154.735,67		154.735,67

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA
RUA
03503638/0001-33 Balanço Exercício: 2018

A N E X O 8

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNCOES,
SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME
VINCULO COM RECURSOS
CONSOLIDADO

CODIGO	ESPECIFICACAO	ORDINARIO	VINCULADO	T O T A L
	NTIL			
12 365 6070	MANUTENÇÃO DO ENSINO BÁSICO	171.168,62		171.168,62
13	Cultura	110.562,48	0,00	110.562,48
13 392	Difusão Cultural	110.562,48	0,00	110.562,48
13 392 6050	DIFUSÃO CULTURAL	110.562,48		110.562,48
15	Urbanismo	892.742,89	0,00	892.742,89
15 451	Infra-Estrutura Urbana	11.419,89	0,00	11.419,89
15 451 4020	CIDADE BONITA	11.419,89		11.419,89
15 451 4030	MALHA DE VIÁRIA URBANA			
15 451 4050	GESTÃO DO SISTEMA DE INFRA-ESTRUTURA URB ANA			
15 452	Serviços Urbanos	594.337,19	0,00	594.337,19
15 452 4010	CIDADE LIMPA	470.965,05		470.965,05
15 452 4020	CIDADE BONITA	122.115,14		122.115,14
15 452 4030	MALHA DE VIÁRIA URBANA	1.257,00		1.257,00
15 813	Lazer	286.985,81	0,00	286.985,81
15 813 4050	GESTÃO DO SISTEMA DE INFRA-ESTRUTURA URB ANA	286.985,81		286.985,81
17	Saneamento	181.549,62	0,00	181.549,62
17 512	Saneamento Básico Urbano	181.549,62	0,00	181.549,62
17 512 3050	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	181.549,62		181.549,62
18	Gestão Ambiental	0,00	0,00	0,00
18 451	Infra-Estrutura Urbana	0,00	0,00	0,00
18 451 5030	PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE			
18 541	Preservação e Conservação Ambiental	0,00	0,00	0,00
18 541 5030	PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE			
20	Agricultura	0,00	0,00	0,00
20 605	Abastecimento	0,00	0,00	0,00
20 605 5010	DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E PECUÁRIA			
23	Comércio e Serviços	30.011,23	0,00	30.011,23
23 695	Turismo	30.011,23	0,00	30.011,23
23 695 5020	DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	30.011,23		30.011,23

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA
RUA
03503638/0001-33 Balanço Exercício: 2018

A N E X O 8

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNCOES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME VINCULO COM RECURSOS

CONSOLIDADO

CODIGO	ESPECIFICACAO	ORDINARIO	VINCULADO	T O T A L
25	Energia	29.728,59	0,00	29.728,59
25 751	Conservação de Energia	29.728,59	0,00	29.728,59
25 751 4020	CIDADE BONITA	29.728,59		29.728,59
25 752	Energia Elétrica	0,00	0,00	0,00
25 752 4020	CIDADE BONITA			
26	Transporte	745.286,23	0,00	745.286,23
26 782	Transporte Rodoviário	745.286,23	0,00	745.286,23
26 782 4040	MALHA VIÁRIA RURAL	29.288,00		29.288,00
26 782 4050	GESTÃO DO SISTEMA DE INFRA-ESTRUTURA URBANA	715.998,23		715.998,23
27	Desporto e Lazer	223.552,87	0,00	223.552,87
27 812	Desporto Comunitário	223.552,87	0,00	223.552,87
27 812 9010	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE	25.400,00		25.400,00
27 812 9020	GESTÃO DO SISTEMA DE DESPORTO E LAZER	198.152,87		198.152,87
27 813	Lazer	0,00	0,00	0,00
27 813 9010	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE			
28	Encargos Especiais	144.456,58	0,00	144.456,58
28 843	Serviço da Dívida Interna	144.456,58	0,00	144.456,58
28 843 3120	ENCARGOS ESPECIAIS	144.456,58		144.456,58
99	Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00
99 999	Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00
99 999 9300	GESTÃO DO SISTEMA PREVIDENCIÁRIO - RPPS			
99 999 9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA E RPS			
	TOTAL	9.648.298,76	3.684.613,58	13.332.912,34

PONTE BANCA/MT, 31 de DEZEMBRO de 2018.

HUMBERTO LUIZ NOGUEIRA DE MENEZES	GISELE DI ANGELIS FEITOSA DA SILVA	ZILMAR ANTONIO DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADORA	SECRETARIO DE FINANÇAS
592.832.541-04	938.001.001-00	263.388.231-53

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

RUA

03503638/0001-33 Balanço Exercício: 2018

A N E X O 9

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ORGAO E UNIDADE

CONSOLIDADO

ORGAOS			
01	**PODER LEGISLATIVO**		**681.473,93**
01	**01**	**CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA**	**681.473,93**
	01	Legislativa	681.473,93
02	**PODER EXECUTIVO**		**12.651.438,41**
02	**02**	**GABINETE DO PREFEITO ADMINISTRAÇÃO**	**461.036,73**
	04	Administração	461.036,73
02	**03**	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENTE SOCIAL**	**658.104,57**
	08	Assistência Social	658.104,57
02	**04**	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**	**3.288.770,51**
	04	Administração	2.465,00
	10	Saúde	3.286.305,51
02	**05**	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**	**2.512.744,31**
	12	Educação	2.512.744,31
02	**06**	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**	**1.325.116,65**
	04	Administração	1.143.567,03
	17	Saneamento	181.549,62
02	**07**	**FUNDO MUN PREV SOCIAL IMPBRAN PREVIDÊNCIA SOCIAL**	**617.672,56**
	04	Administração	53.650,83
	09	Previdência Social	564.021,73
02	**08**	**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**	**546.530,28**
	04	Administração	272.518,60
	11	Trabalho	129.555,10
	28	Encargos Especiais	144.456,58
02	**10**	**SECRETARIA MUN. DE VIAÇÃO E TRANSPORTES**	**2.591.448,57**
	04	Administração	923.690,86
	15	Urbanismo	892.742,89
	25	Energia	29.728,59
	26	Transporte	745.286,23
02	**11**	**SECRETARIA MUN DE AGRICULTURA E TURISMO**	**171.667,24**
	04	Administração	141.656,01
	23	Comércio e Serviços	30.011,23
02	**12**	**SECRETARIA MUN DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E CULTURA**	**254.794,12**
	04	Administração	144.231,64
	13	Cultura	110.562,48

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

RUA

03503638/0001-33 Balanço Exercício: 2018

A N E X O 9

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ORGAO E UNIDADE

CONSOLIDADO

ORGAOS			
02	**PODER EXECUTIVO**		**12.651.438,41**
02	**13**	**SECRETARIA MUN. DE ESPORTE E LAZER**	**223.552,87**
	27	Desporto e Lazer	223.552,87
TOTAL GERAL			13.332.912,34

PONTE BANCA/MT, 31 de DEZEMBRO de 2018.

HUMBERTO LUIZ NOGUEIRA DE MENEZES	GISELE DI ANGELIS FEITOSA DA SILVA	ZILMAR ANTONIO DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADORA	SECRETARIO DE FINANÇAS
592.832.541-04	938.001.001-00	263.388.231-53

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

RUA

03503638/0001-33 Balanço Exercício: 2018

ANEXO 10

COMPARATIVO DA RECEITA ORCADA COM A ARRECADADA

CONSOLIDADO

TITULOS		ORCADA	ARRECADADA	DIFERENCAS	
				PARA MAIS	PARA MENOS
1000.00.0.0.00.00.00.0(	RECEITAS CORRENTES	15.317.529,00	14.430.065,45		887.463,55
1100.00.0.0.00.00.00.0(	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIçõES DE MELHORIA	556.625,00	343.183,71		213.441,29
1110.00.0.0.00.00.00.0(	IMPOSTOS	521.975,00	343.183,71		178.791,29
1113.00.0.0.00.00.00.0(	IMPOSTOS SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA	104.975,00	57.235,54		47.739,46
1113.03.0.0.00.00.00.0(	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE	104.975,00	57.235,54		47.739,46
1113.03.1.0.00.00.00.0(	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO	89.975,00	55.659,15		34.315,85
1113.03.1.1.00.00.00.0(	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO - PRINCIP	89.975,00	55.659,15		34.315,85
1113.03.4.0.00.00.00.0(	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - OUTROS RENDIMENTOS	15.000,00	1.576,39		13.423,61
1113.03.4.1.00.00.00.0(	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - OUTROS RENDIMENTOS	15.000,00	1.576,39		13.423,61
1118.00.0.0.00.00.00.0(	IMPOSTOS ESPECíFICOS DE ESTADOS, DF E MUNICíPIOS	417.000,00	285.948,17		131.051,83
1118.01.0.0.00.00.00.0(	IMPOSTOS SOBRE O PATRIMôNIO PARA ESTADOS, DF E MUNICíPIOS	105.000,00	81.141,17		23.858,83
1118.01.1.0.00.00.00.0(	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA	52.500,00	64.175,57	11.675,57	
1118.01.1.1.00.00.00.0(	IPTU - PRINCIPAL	40.000,00	64.175,57	24.175,57	
1118.01.1.2.00.00.00.0(	IPTU - MULTAS E JUROS	1.000,00			1.000,00
1118.01.1.3.00.00.00.0(	IPTU - DIVIDA ATIVA	10.500,00			10.500,00
1118.01.1.4.00.00.00.0(	IPTU - DIVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	1.000,00			1.000,00
1118.01.4.0.00.00.00.0(	IMPOSTO SOBRE TRANSMISSãO INTER VIVOS DE BENS IMóVEIS E DE	52.500,00	16.965,60		35.534,40
1118.01.4.1.00.00.00.0(	ITBI- PRINCIPAL	50.000,00	16.965,60		33.034,40
1118.01.4.2.00.00.00.0(	ITBI- MULTAS E JUROS	2.500,00			2.500,00
1118.02.0.0.00.00.00.0(	IMPOSTOS SOBRE A PRODUçãO, CIRCULAçãO DE MERCADORIAS E SERVI	312.000,00	204.807,00		107.193,00
1118.02.3.0.00.00.00.0(	IMPOSTO SOBRE SERVIçOS DE QUALQUER NATUREZA	312.000,00	204.807,00		107.193,00
1118.02.3.1.00.00.00.0(	IMPOSTO SOBRE SERVIçOS DE QUALQUER NATUREZA - PRINCIPAL	300.000,00	204.807,00		95.193,00
1118.02.3.2.00.00.00.0(	IMPOSTO SOBRE SERVIçOS DE QUALQUER NATUREZA - MULTAS E JUROS	1.000,00			1.000,00
1118.02.3.3.00.00.00.0(	IMPOSTO SOBRE SERVIçOS DE QUALQUER NATUREZA - DíVIDA ATIVA	10.000,00			10.000,00
1118.02.3.4.00.00.00.0(	IMPOSTO SOBRE SERVIçOS DE QUALQUER NATUREZA - DíVIDA ATIVA -	1.000,00			1.000,00
1120.00.0.0.00.00.00.0(	TAXAS	18.900,00			18.900,00
1121.00.0.0.00.00.00.0(	TAXAS PELO EXERCíCIO DO PODER DE POLíCIA	15.750,00			15.750,00
1121.01.0.0.00.00.00.0(	TAXAS DE INSPEçãO, CONTROLE E FISCALIZAçãO	15.750,00			15.750,00
1121.01.1.0.00.00.00.0(	TAXAS DE INSPEçãO, CONTROLE E FISCALIZAçãO	15.750,00			15.750,00
1121.01.1.1.00.00.00.0(	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - PRINCIPAL	12.000,00			12.000,00
1121.01.1.2.00.00.00.0(	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - MULTAS E JUROS	1.000,00			1.000,00
1121.01.1.3.00.00.00.0(	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - DÍVIDA ATIVA	1.000,00			1.000,00
1121.01.1.4.00.00.00.0(	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCAL.- DÍVIDA ATIVA-M/JUROS	1.750,00			1.750,00
1122.00.0.0.00.00.00.0(	TAXAS PELA PRESTAçãO DE SERVIçOS	3.150,00			3.150,00
1122.01.0.0.00.00.00.0(	TAXAS PELA PRESTAçãO DE SERVIçOS	3.150,00			3.150,00
1122.01.1.0.00.00.00.0(	TAXAS PELA PRESTAçãO DE SERVIçOS	3.150,00			3.150,00
1122.01.1.1.00.00.00.0(	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - PRINCIPAL	3.150,00			3.150,00
1130.00.0.0.00.00.00.0(	CONTRIBUIçãO DE MELHORIA	15.750,00			15.750,00
1138.00.0.0.00.00.00.0(	CONTRIBUIçãO DE MELHORIA - ESPECíFICAS ESTADOS, DF E MUNICíP	15.750,00			15.750,00
1138.01.0.0.00.00.00.0(	CONTRIBUIçãO DE MELHORIA PARA EXPANSãO DA				

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

RUA

03503638/0001-33 Balanço Exercício: 2018

ANEXO 10

COMPARATIVO DA RECEITA ORCADA COM A ARRECADADA

CONSOLIDADO

TITULOS		ORCADA	ARRECADADA	DIFERENCAS	
				PARA MAIS	PARA MENOS
	REDE DE ÁGUA POTáV				
1138.01.1.0.00.00.00.0(	CONTRIBUIçãO DE MELHORIA PARA EXPANSãO DA REDE DE ÁGUA POTáV				
1138.01.1.1.00.00.00.0(	CONTRIB.MELH.EXPANSÃO REDE ÁGUA POTÁV.ESGOT.SAN.-PRINCIPAL				
1138.99.0.0.00.00.00.0(	OUTRAS CONTRIBUIçõES DE MELHORIA	15.750,00			15.750,00
1138.99.1.0.00.00.00.0(	OUTRAS CONTRIBUIçõES DE MELHORIA	15.750,00			15.750,00
1138.99.1.1.00.00.00.0(	OUTRAS CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA - PRINCIPAL	15.750,00			15.750,00
1200.00.0.0.00.00.00.0(	CONTRIBUIçõES	259.800,00	351.154,54	91.354,54	
1210.00.0.0.00.00.00.0(	CONTRIBUIçõES SOCIAIS	259.800,00	324.260,31	64.460,31	
1210.04.0.0.00.00.00.0(	CONTRIBUIçãO PARA O REGIME PRóPRIO DE PREVIDêNCIA SOCIAL - R	259.800,00	324.260,31	64.460,31	
1210.04.2.0.00.00.00.0(	CONTRIBUIçãO DO SERVIDOR ATIVO CIVIL PARA O RPPS	259.800,00	324.260,31	64.460,31	
1210.04.2.1.00.00.00.0(	CONTRIB.SERV. ATIVO CIVIL RPPS - PRINCIPAL	259.800,00	324.260,31	64.460,31	
1240.00.0.0.00.00.00.0(	CONTRIBUIçãO PARA O CUSTEIO DO SERVIçO DE ILUMINAçãO PúBLICA		26.894,23	26.894,23	
1240.00.1.0.00.00.00.0(	CONTRIBUIçãO PARA O CUSTEIO DO SERVIçO DE ILUMINAçãO PúBLICA		26.894,23	26.894,23	
1240.00.1.1.00.00.00.0(	CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA		26.894,23	26.894,23	
1300.00.0.0.00.00.00.0(	RECEITA PATRIMONIAL	210.000,00	37.569,08		172.430,92
1320.00.0.0.00.00.00.0(	VALORES MOBILIáRIOS	210.000,00	37.569,08		172.430,92
1321.00.0.0.00.00.00.0(	JUROS E CORREçõES MONETáRIAS	210.000,00	37.569,08		172.430,92
1321.00.1.0.00.00.00.0(	REMUNERAçãO DE DEPóSITOS BANCáRIOS	10.000,00	36.917,34	26.917,34	
1321.00.1.1.00.00.00.0(	REMUNERAçãO DE DEPóSITOS BANCáRIOS - PRINCIPAL	10.000,00	36.917,34	26.917,34	
1321.00.4.0.00.00.00.0(	REMUNERAçãO DOS RECURSOS DO REGIME PRóPRIO DE PREVIDêNCIA SO	200.000,00	651,74		199.348,26
1321.00.4.1.00.00.00.0(	REMUNERAÇÃO DOS RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SO	200.000,00	651,74		199.348,26
1600.00.0.0.00.00.00.0(	RECEITA DE SERVIçOS	168.850,00	215.887,20	47.037,20	
1610.00.0.0.00.00.00.0(	SERVIçOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	157.500,00	215.887,20	58.387,20	
1610.01.0.0.00.00.00.0(	SERVIçOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	157.500,00	215.887,20	58.387,20	
1610.01.1.0.00.00.00.0(	SERVIçOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	157.500,00	215.887,20	58.387,20	
1610.01.1.1.00.00.00.0(	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS - PRINCIPAL	157.500,00	215.887,20	58.387,20	
1690.00.0.0.00.00.00.0(	OUTROS SERVIçOS	11.350,00			11.350,00
1690.99.0.0.00.00.00.0(	OUTROS SERVIçOS	11.350,00			11.350,00
1690.99.1.0.00.00.00.0(	OUTROS SERVIçOS	11.350,00			11.350,00
1690.99.1.1.00.00.00.0(	OUTROS SERVIÇOS - PRINCIPAL	11.350,00			11.350,00
1700.00.0.0.00.00.00.0(	TRANSFERêNCIAS CORRENTES	13.976.804,00	13.406.676,24		570.127,76
1710.00.0.0.00.00.00.0(	TRANSFERêNCIAS DA UNIãO E DE SUAS ENTIDADES	8.959.504,00	8.763.644,19		195.859,81
1718.00.0.0.00.00.00.0(	TRANSFERêNCIAS DA UNIãO - ESPECíFICAS DE ESTADOS, DF E MUNIC	8.959.504,00	8.763.644,19		195.859,81
1718.01.0.0.00.00.00.0(	PARTICIPAçãO NA RECEITA DA UNIãO	7.220.000,00	7.187.983,62		32.016,38
1718.01.2.0.00.00.00.0(	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAçãO DOS MUNICíPIOS - COTA ME	6.700.000,00	6.497.834,17		202.165,83
1718.01.2.1.00.00.00.0(	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA ME	6.700.000,00	6.497.834,17		202.165,83
1718.01.3.0.00.00.00.0(	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAçãO DO MUNICíPIOS 1% COTA	240.000,00	288.512,61	48.512,61	
1718.01.3.1.00.00.00.0(	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIOS 1% COTA	240.000,00	288.512,61	48.512,61	
1718.01.4.0.00.00.00.0(	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAçãO DOS MUNICíPIOS - 1% COTA	200.000,00	281.488,08	81.488,08	
1718.01.4.1.00.00.00.0(	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS	200.000,00	281.488,08	81.488,08	

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA
RUA
03503638/0001-33 Balanço Exercício: 2018

A N E X O 10
COMPARATIVO DA RECEITA ORCADA COM A ARRECADADA
CONSOLIDADO

TITULOS		ORCADA	ARRECADADA	DIFERENCAS	
				PARA MAIS	PARA MENOS
	MUNICÍPIOS - 1% COTA				
1718.01.5.0.00.00.00.0(	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL	80.000,00	120.148,76	40.148,76	
1718.01.5.1.00.00.00.0(	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL	80.000,00	120.148,76	40.148,76	
1718.02.0.0.00.00.00.0(	TRANSFERêNCIA DA COMPENSAçãO FINANCEIRA PELA EXPLORAçãO DE R	63.000,00	108.203,79	45.203,79	
1718.02.6.0.00.00.00.0(	COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRóLEO FEP	63.000,00	108.203,79	45.203,79	
1718.02.6.1.00.00.00.0(	COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO FEP - PRINCIPAL	63.000,00	108.203,79	45.203,79	
1718.03.0.0.00.00.00.0(	TRANSFERêNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAúDE SUS	1.062.579,00	1.130.034,06	67.455,06	
1718.03.1.0.00.00.00.0(	TRANSFERêNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAúDE SUS	1.062.579,00	1.130.034,06	67.455,06	
1718.03.1.1.00.00.00.0(	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE SUS	1.062.579,00	1.130.034,06	67.455,06	
1718.04.0.0.00.00.00.0(	TRANSFERêNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTêNCIA	231.825,00	218.936,21		12.888,79
1718.04.1.0.00.00.00.0(	TRANSFERêNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTêNCIA	231.825,00	218.936,21		12.888,79
1718.04.1.1.00.00.00.0(	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA	231.825,00	218.936,21		12.888,79
1718.05.0.0.00.00.00.0(	TRANSFERêNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIME	72.800,00	109.036,15	36.236,15	
1718.05.1.0.00.00.00.0(	TRANSFERêNCIAS DO SALáRIO-EDUCAçãO	36.750,00	42.753,52	6.003,52	
1718.05.1.1.00.00.00.0(	TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO - PRINCIPAL	36.750,00	42.753,52	6.003,52	
1718.05.2.0.00.00.00.0(	TRANSFERêNCIAS DIRETAS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA DINHEI	1.050,00			1.050,00
1718.05.2.1.00.00.00.0(	TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA DINHEI	1.050,00			1.050,00
1718.05.3.0.00.00.00.0(	TRANSFERêNCIAS DIRETAS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACION	9.500,00	13.020,00	3.520,00	
1718.05.3.1.00.00.00.0(	TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACION	9.500,00	13.020,00	3.520,00	
1718.05.4.0.00.00.00.0(	TRANSFERêNCIAS DIRETAS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACION	15.000,00	11.580,19		3.419,81
1718.05.4.1.00.00.00.0(	TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACION	15.000,00	11.580,19		3.419,81
1718.05.9.0.00.00.00.0(	OUTRAS TRANSFERêNCIAS DIRETAS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLV	10.500,00	41.682,44	31.182,44	
1718.05.9.1.00.00.00.0(	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLV	10.500,00	41.682,44	31.182,44	
1718.06.0.0.00.00.00.0(	TRANSFERêNCIA FINANCEIRA DO ICMS DESONERAçãO L.C. N. 87/	21.000,00	9.450,36		11.549,64
1718.06.1.0.00.00.00.0(	TRANSFERêNCIA FINANCEIRA DO ICMS DESONERAçãO L.C. N. 87/	21.000,00	9.450,36		11.549,64
1718.06.1.1.00.00.00.0(	TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DO ICMS DESONERAÇÃO L.C. N. 87/	21.000,00	9.450,36		11.549,64
1718.10.0.0.00.00.00.0(	TRANSFERêNCIAS DE CONVêNIOS DA UNIãO E DE SUAS ENTIDADES	288.300,00			288.300,00
1718.10.9.0.00.00.00.0(	OUTRAS TRANSFERêNCIAS DE CONVêNIOS DA UNIãO	288.300,00			288.300,00
1718.10.9.1.00.00.00.0(	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO - PRINCIPAL	288.300,00			288.300,00
1720.00.0.0.00.00.00.0(	TRANSFERêNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS E	4.229.800,00	3.955.014,13		274.785,87
1728.00.0.0.00.00.00.0(	TRANSFERêNCIAS DOS ESTADOS - ESPECíFICAS ESTADOS, DF E MUNIC	4.229.800,00	3.955.014,13		274.785,87
1728.01.0.0.00.00.00.0(	PARTICIPAçãO NA RECEITA DOS ESTADOS	4.139.750,00	3.600.415,50		539.334,50
1728.01.1.0.00.00.00.0(	COTA-PARTE DO ICMS	3.200.000,00	2.656.695,00		543.305,00
1728.01.1.1.00.00.00.0(	COTA-PARTE DO ICMS - PRINCIPAL	3.200.000,00	2.656.695,00		543.305,00
1728.01.2.0.00.00.00.0(	COTA-PARTE DO IPVA	36.750,00	50.567,36	13.817,36	
1728.01.2.1.00.00.00.0(	COTA-PARTE DO IPVA - PRINCIPAL	36.750,00	50.567,36	13.817,36	

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

RUA

03503638/0001-33 Balanço Exercício: 2018

ANEXO 10

COMPARATIVO DA RECEITA ORCADA COM A ARRECADADA

CONSOLIDADO

TITULOS		ORCADA	ARRECADADA	DIFERENCAS	
				PARA MAIS	PARA MENOS
1728.01.4.0.00.00.00.0(	COTA-PARTE DA CONTRIBUIçãO DE INTERVENçãO NO DOMíNIO ECONôMI	31.500,00	24.371,67		7.128,33
1728.01.4.1.00.00.00.0(	COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMI	31.500,00	24.371,67		7.128,33
1728.01.5.0.00.00.00.0(	OUTRAS PARTICIPAçõES NA RECEITA DOS ESTADOS	871.500,00	868.781,47		2.718,53
1728.01.5.1.00.00.00.0(	OUTRAS PARTICIPAçõES NA RECEITA DOS ESTADOS - PRINCIPAL	871.500,00	868.781,47		2.718,53
1728.03.0.0.00.00.00.0(	TRANSFERêNCIA DE RECURSOS DO ESTADO PARA PROGRAMAS DE SAúDE	90.050,00	91.425,47	1.375,47	
1728.03.1.0.00.00.00.0(	TRANSFERêNCIA DE RECURSOS DO ESTADO PARA PROGRAMAS DE SAúDE	90.050,00	91.425,47	1.375,47	
1728.03.1.1.00.00.00.0(	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO ESTADO PARA PROGRAMAS DE SAÚDE	90.050,00	91.425,47	1.375,47	
1728.07.0.0.00.00.00.0(	TRANSFERêNCIAS DE ESTADOS DESTINADAS à ASSISTêNCIA SOCIAL		223,66	223,66	
1728.07.1.0.00.00.00.0(	TRANSFERêNCIAS DE ESTADOS DESTINADAS à ASSISTêNCIA SOCIAL		223,66	223,66	
1728.07.1.1.00.00.00.0(	TRANSFERÊNCIAS DE ESTADOS DESTINADAS À ASSISTÊNCIA SOCIAL -		223,66	223,66	
1728.10.0.0.00.00.00.0(	TRANSFERêNCIA DE CONVêNIOS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL		262.949,50	262.949,50	
1728.10.2.0.00.00.00.0(	TRANSFERêNCIAS DE CONVêNIO DOS ESTADOS DESTINADAS A PROGRAMA		262.949,50	262.949,50	
1728.10.2.1.00.00.00.0(	TRANSFERêNCIAS DE CONVêNIO DOS ESTADOS DESTINADAS A PROGRAMA		262.949,50	262.949,50	
1730.00.0.0.00.00.00.0(	TRANSFERêNCIAS DOS MUNICíPIOS E DE SUAS ENTIDADES		93.357,74	93.357,74	
1738.00.0.0.00.00.00.0(	TRANSFERêNCIAS DOS MUNICíPIOS - ESPECíFICAS DE ESTADOS, DF E		93.357,74	93.357,74	
1738.10.0.0.00.00.00.0(	TRANSFERêNCIA DE CONVêNIOS DOS MUNICíPIOS E DE SUAS ENTIDADE		93.357,74	93.357,74	
1738.10.2.0.00.00.00.0(	TRANSFERêNCIAS DE CONVêNIO DOS MUNICíPIOS DESTINADAS A PROGR		93.357,74	93.357,74	
1738.10.2.1.00.00.00.0(	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DOS MUNICÍPIOS DESTINADAS A PROGR		93.357,74	93.357,74	
1750.00.0.0.00.00.00.0(	TRANSFERêNCIAS DE OUTRAS INSTITUIçõES PúBLICAS	787.500,00	594.660,18		192.839,82
1758.00.0.0.00.00.00.0(	TRANSFERêNCIAS DE OUTRAS INSTITUIçõES PúBLICAS - ESPECíFICAS	787.500,00	594.660,18		192.839,82
1758.01.0.0.00.00.00.0(	TRANSFERêNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENçãO E DESENVOL	787.500,00	594.660,18		192.839,82
1758.01.1.0.00.00.00.0(	TRANSFERêNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENçãO E DESENVOL	787.500,00	594.660,18		192.839,82
1758.01.1.1.00.00.00.0(	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOL	787.500,00	594.660,18		192.839,82
1900.00.0.0.00.00.00.0(	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	145.450,00	75.594,68		69.855,32
1920.00.0.0.00.00.00.0(	INDENIZAçõES, RESTITUIçõES E RESSARCIMENTOS	5.350,00	69.316,53	63.966,53	
1921.00.0.0.00.00.00.0(	INDENIZAçõES	5.250,00	48.539,24	43.289,24	
1921.99.0.0.00.00.00.0(	OUTRAS INDENIZAçõES	5.250,00	48.539,24	43.289,24	
1921.99.1.0.00.00.00.0(	OUTRAS INDENIZAçõES	5.250,00	48.539,24	43.289,24	
1921.99.1.1.00.00.00.0(	OUTRAS INDENIZAÇÕES - PRINCIPAL	5.250,00	48.539,24	43.289,24	
1922.00.0.0.00.00.00.0(	RESTITUIçõES	100,00	20.777,29	20.677,29	
1922.99.0.0.00.00.00.0(	OUTRAS RESTITUIçõES	100,00	20.777,29	20.677,29	
1922.99.1.0.00.00.00.0(	OUTRAS RESTITUIçõES	100,00	20.777,29	20.677,29	
1922.99.1.1.00.00.00.0(	OUTRAS RESTITUIçõES - PRINCIPAL	100,00	20.777,29	20.677,29	
1990.00.0.0.00.00.00.0(	DEMAIS RECEITAS CORRENTES	140.100,00	6.278,15		133.821,85
1990.01.0.0.00.00.00.0(	APORTES PERIóDICOS PARA AMORTIZAçãO DE DéFICIT ATUARIAL DO R	140.000,00			140.000,00
1990.01.1.0.00.00.00.0(	APORTES PERIóDICOS PARA AMORTIZAçãO DE DéFICIT ATUARIAL DO R	140.000,00			140.000,00
1990.01.1.1.00.00.00.0(	APORTES PERIÓDICOS PARA AMORTIZAÇÃO DE DÉFICIT ATUARIAL DO R	140.000,00			140.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA
RUA
03503638/0001-33 Balanço Exercício: 2018

ANEXO 10
COMPARATIVO DA RECEITA ORCADA COM A ARRECADADA
CONSOLIDADO

TITULOS		ORCADA	ARRECADADA	DIFERENCAS	
				PARA MAIS	PARA MENOS
1990.03.0.0.00.00.00.0(	COMPENSAçõES FINANCEIRAS ENTRE O REGIME GERAL E OS REGIMES P	100,00			100,00
1990.03.1.0.00.00.00.0(	COMPENSAçõES FINANCEIRAS ENTRE O REGIME GERAL E OS REGIMES P	100,00			100,00
1990.03.1.1.00.00.00.0(	COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS ENTRE O REGIME GERAL E OS REGIMES P	100,00			100,00
1990.99.0.0.00.00.00.0(	OUTRAS RECEITAS		6.278,15	6.278,15	
1990.99.2.0.00.00.00.0(	OUTRAS RECEITAS - FINANCEIRAS		6.278,15	6.278,15	
1990.99.2.1.00.00.00.0(	OUTRAS RECEITAS - FINANCEIRAS - PRINCIPAL		6.278,15	6.278,15	
2000.00.0.0.00.00.00.0(	RECEITAS DE CAPITAL	1.020.000,00	210.524,71		809.475,29
2200.00.0.0.00.00.00.0(	ALIENAçãO DE BENS	70.000,00	89.305,00	19.305,00	
2210.00.0.0.00.00.00.0(	ALIENAçãO DE BENS MóVEIS	50.000,00	89.305,00	39.305,00	
2213.00.0.0.00.00.00.0(	ALIENAçãO DE BENS MóVEIS E SEMOVENTES	50.000,00	89.305,00	39.305,00	
2213.00.1.0.00.00.00.0(	ALIENAçãO DE BENS MóVEIS E SEMOVENTES	50.000,00	89.305,00	39.305,00	
2213.00.1.1.00.00.00.0(	ALIENAçãO DE BENS MóVEIS E SEMOVENTES - PRINCIPAL	50.000,00	89.305,00	39.305,00	
2220.00.0.0.00.00.00.0(	ALIENAçãO DE BENS IMóVEIS	20.000,00			20.000,00
2220.00.1.0.00.00.00.0(	ALIENAçãO DE BENS IMóVEIS	20.000,00			20.000,00
2220.00.1.1.00.00.00.0(	ALIENAçãO DE BENS IMóVEIS - PRINCIPAL	20.000,00			20.000,00
2400.00.0.0.00.00.00.0(	TRANSFERêNCIAS DE CAPITAL	950.000,00	121.219,71		828.780,29
2410.00.0.0.00.00.00.0(	TRANSFERêNCIAS DA UNIãO E DE SUAS ENTIDADES	550.000,00	121.219,71		428.780,29
2418.00.0.0.00.00.00.0(	TRANSFERêNCIAS DA UNIãO - ESPECíFICAS DE ESTADOS, DF E MUNIC	550.000,00	121.219,71		428.780,29
2418.10.0.0.00.00.00.0(	TRANSFERêNCIA DE CONVêNIOS DA UNIãO E DE SUAS ENTIDADES	550.000,00	121.219,71		428.780,29
2418.10.2.0.00.00.00.0(	TRANSFERêNCIAS DE CONVêNIO DA UNIãO DESTINADAS A PROGRAMAS D		121.219,71	121.219,71	
2418.10.2.1.00.00.00.0(	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS D		121.219,71	121.219,71	
2418.10.9.0.00.00.00.0(	OUTRAS TRANSFERêNCIAS DE CONVêNIOS DA UNIãO	550.000,00			550.000,00
2418.10.9.1.00.00.00.0(	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO - PRINCIPAL	550.000,00			550.000,00
2420.00.0.0.00.00.00.0(	TRANSFERêNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS E	400.000,00			400.000,00
2428.00.0.0.00.00.00.0(	TRANSFERêNCIAS DOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL, E DE SUAS ENTI	400.000,00			400.000,00
2428.10.0.0.00.00.00.0(	TRANSFERêNCIAS DE CONVêNIOS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERA	400.000,00			400.000,00
2428.10.9.0.00.00.00.0(	OUTRAS TRANSFERêNCIAS DE CONVêNIO DOS ESTADOS	400.000,00			400.000,00
2428.10.9.1.00.00.00.0(	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DOS ESTADOS - PRINCIPAL	400.000,00			400.000,00
7000.00.0.0.00.00.00.0(	RECEITAS CORRENTES INTRAORçAMENTáRIAS	400.000,00	576.731,97	176.731,97	
7200.00.0.0.00.00.00.0(	CONTRIBUIçõES	400.000,00	576.731,97	176.731,97	
7210.00.0.0.00.00.00.0(	CONTRIBUIçõES SOCIAIS	400.000,00	576.731,97	176.731,97	
7210.04.0.0.00.00.00.0(	CONTRIBUIçãO PARA O REGIME PRóPRIO DE PREVIDêNCIA SOCIAL - R	399.800,00	479.123,37	79.323,37	
7210.04.1.0.00.00.00.0(	CONTRIBUIçãO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO CIVIL PARA O RPPS	399.800,00	479.123,37	79.323,37	
7210.04.1.1.00.00.00.0(	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO CIVIL PARA O RPPS -	386.000,00	456.636,72	70.636,72	
7210.04.1.2.00.00.00.0(	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO CIVIL PARA O RPPS -	12.050,00	22.486,65	10.436,65	
7210.04.1.3.00.00.00.0(	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO CIVIL PARA O RPPS -	1.000,00			1.000,00
7210.04.1.4.00.00.00.0(	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO CIVIL PARA O RPPS -	750,00			750,00
7218.00.0.0.00.00.00.0(	CONTRIBUIçõES SOCIAIS ESPECíFICAS DE ESTADOS, DF, MUNICíPIOS	200,00	97.608,60	97.408,60	
7218.01.0.0.00.00.00.0(	CONTRIBUIçõES PARA O REGIME PRóPRIO DE	200,00	97.608,60	97.408,60	

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA
RUA
03503638/0001-33 Balanço Exercício: 2018

ANEXO 10
COMPARATIVO DA RECEITA ORCADA COM A ARRECADADA
CONSOLIDADO

TITULOS		ORCADA	ARRECADADA	DIFERENCAS	
				PARA MAIS	PARA MENOS
	PREVIDêNCIA SOCIAL -				
7218.01.1.0.00.00.00.0(	CONTRIBUIçãO PREVIDENCIáRIA PARA AMORTIZAçãO DO DéFICIT ATUA	200,00	97.608,60	97.408,60	
7218.01.1.1.00.00.00.0(	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PARA AMORTIZAÇÃO DO DÉFICIT ATUA	200,00	97.608,60	97.408,60	
91000.00.0.0.00.00.00.(	(R) DEDUCOES DA RECEITAS CORRENTES	-2.007.550,00	-1.864.254,79	143.295,21	
91700.00.0.0.00.00.00.(	(R) DEDUCOES DA TRANSFERêNCIAS CORRENTES	-2.007.550,00	-1.864.254,79	143.295,21	
91710.00.0.0.00.00.00.(	(R) DEDUCOES DA TRANSFERêNCIAS DA UNIãO E DE SUAS ENTIDADES	-1.360.200,00	-1.325.486,21	34.713,79	
91718.00.0.0.00.00.00.(	(R) DEDUCOES DA TRANSFERêNCIAS DA UNIãO - ESPECíFICAS DE EST	-1.360.200,00	-1.325.486,21	34.713,79	
91718.01.0.0.00.00.00.(	(R) DEDUCOES DA PARTICIPAçãO NA RECEITA DA UNIãO	-1.356.000,00	-1.323.596,21	32.403,79	
91718.01.2.0.00.00.00.(	(R) DEDUCOES DA COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAçãO DOS MUNI	-1.340.000,00	-1.299.566,54	40.433,46	
91718.01.2.1.00.00.00.(	(R) DEDUCOES DA COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNI	-1.340.000,00	-1.299.566,54	40.433,46	
91718.01.5.0.00.00.00.(	(R) DEDUCOES DA COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TE	-16.000,00	-24.029,67		8.029,67
91718.01.5.1.00.00.00.(	(R) DEDUCOES DA COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TE	-16.000,00	-24.029,67		8.029,67
91718.06.0.0.00.00.00.(	(R) DEDUCOES DA TRANSFERêNCIA FINANCEIRA DO ICMS DESONERAç	-4.200,00	-1.890,00	2.310,00	
91718.06.1.0.00.00.00.(	(R) DEDUCOES DA TRANSFERêNCIA FINANCEIRA DO ICMS DESONERAç	-4.200,00	-1.890,00	2.310,00	
91718.06.1.1.00.00.00.(	(R) DEDUCOES DA TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DO ICMS DESONERAÇ	-4.200,00	-1.890,00	2.310,00	
91720.00.0.0.00.00.00.(	(R) DEDUCOES DA TRANSFERêNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FED	-647.350,00	-538.768,58	108.581,42	
91728.00.0.0.00.00.00.(	(R) DEDUCOES DA TRANSFERêNCIAS DOS ESTADOS - ESPECíFICAS EST	-647.350,00	-538.768,58	108.581,42	
91728.01.0.0.00.00.00.(	(R) DEDUCOES DA PARTICIPAçãO NA RECEITA DOS ESTADOS	-647.350,00	-538.768,58	108.581,42	
91728.01.1.0.00.00.00.(	(R) DEDUCOES DA COTA-PARTE DO ICMS	-640.000,00	-528.655,35	111.344,65	
91728.01.1.1.00.00.00.(	(R) DEDUCOES DA COTA-PARTE DO ICMS - PRINCIPAL	-640.000,00	-528.655,35	111.344,65	
91728.01.2.0.00.00.00.(	(R) DEDUCOES DA COTA-PARTE DO IPVA	-7.350,00	-10.113,23		2.763,23
91728.01.2.1.00.00.00.(	(R) DEDUCOES DA COTA-PARTE DO IPVA - PRINCIPAL	-7.350,00	-10.113,23		2.763,23
TOTAL GERAL		14.729.979,00	13.353.067,34		1.376.911,66

PONTE BANCA/MT, 31 de DEZEMBRO de 2018.

HUMBERTO LUIZ NOGUEIRA DE MENEZES	GISELE DI ANGELIS FEITOSA DA SILVA	ZILMAR ANTONIO DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADORA	SECRETARIO DE FINANÇAS
592.832.541-04	938.001.001-00	263.388.231-53

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

RUA

03503638/0001-33 Balanço Exercício: 2018

A N E X O 11

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA

CONSOLIDADO

COD ESPECIFICACAO	CREDITO ORC E SUPLEMENT	CREDITO ESP E EXTRA	REALOCAÇÃO/ ALTERAÇÃO DE QDD	TOTAL	REALIZADA	DIFERENCAS
01 PODER LEGISLATIVO						
3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL					
	397.755,44	0,00	0,00	397.755,44	397.755,41	0,03
3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS					
	61.113,31	0,00	0,00	61.113,31	61.113,31	0,00
3.1.91.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS					
	16.508,30	0,00	0,00	16.508,30	16.508,30	0,00
3.3.90.14.00	DIÁRIAS - CIVIL					
	7.050,00	0,00	0,00	7.050,00	7.050,00	0,00
3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO					
	18.366,11	0,00	0,00	18.366,11	18.344,08	22,03
3.3.90.35.00	SERVIÇOS DE CONSULTORIA					
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA					
	7.280,00	0,00	0,00	7.280,00	7.280,00	0,00
3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA					
	56.135,64	0,00	0,00	56.135,64	56.122,83	12,81
3.3.90.93.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES					
	105.300,00	0,00	0,00	105.300,00	105.300,00	0,00
4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES					
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE					
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.6.90.71.00	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO					
	12.000,00	0,00	0,00	12.000,00	12.000,00	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA
RUA
03503638/0001-33 Balanço Exercício: 2018

A N E X O 11
COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA
CONSOLIDADO

COD ESPECIFICACAO	CREDITO ORC E SUPLEMENT	CREDITO ESP E EXTRA	REALOCAÇÃO/ ALTERAÇÃO DE QDD	TOTAL	REALIZADA	DIFERENCAS
T O T A L D O ORGAO	681.508,80	0,00	0,00	681.508,80	681.473,93	34,87
02 PODER EXECUTIVO						
3.1.71.70.00 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO						
	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	27.816,00	2.184,00
3.1.90.01.00 APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS						
	351.000,00	0,00	0,00	351.000,00	350.394,89	605,11
3.1.90.03.00 PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR						
	174.000,00	15.000,00	0,00	189.000,00	161.353,05	27.646,95
3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO						
	600,00	0,00	0,00	600,00	0,00	600,00
3.1.90.05.00 OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR						
	80.200,00	0,00	0,00	80.200,00	57.043,79	23.156,21
3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL						
	4.156.313,26	60.000,00	0,00	4.216.313,26	4.048.686,27	167.626,99
3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS						
	217.172,54	0,00	0,00	217.172,54	192.935,89	24.236,65
3.1.90.91.00 SENTENÇAS JUDICIAIS						
	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS						
	524.520,35	8.000,00	0,00	532.520,35	493.259,00	39.261,35
3.2.90.21.00 JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO						
	14.850,00	0,00	0,00	14.850,00	13.028,64	1.821,36
3.3.70.41.00 CONTRIBUIÇÕES						
	101.720,00	6.000,00	0,00	107.720,00	76.578,41	31.141,59

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA
RUA
03503638/0001-33 Balanço Exercício: 2018

A N E X O 11
COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA
CONSOLIDADO

COD ESPECIFICACAO	CREDITO ORC E SUPLEMENT	CREDITO ESP E EXTRA	REALOCAÇÃO/ ALTERAÇÃO DE QDD	TOTAL	REALIZADA	DIFERENCAS
3.3.71.70.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO					
	35.000,00	10.000,00	0,00	45.000,00	31.416,00	13.584,00
3.3.90.08.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR OU DO MILITAR					
	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
3.3.90.14.00	DIÁRIAS - CIVIL					
	258.120,00	3.000,00	0,00	261.120,00	232.738,00	28.382,00
3.3.90.18.00	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES					
	2.800,00	0,00	0,00	2.800,00	0,00	2.800,00
3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO					
	2.521.893,20	0,00	0,00	2.521.893,20	2.317.366,75	204.526,45
3.3.90.31.00	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E					
	29.000,00	0,00	0,00	29.000,00	25.000,00	4.000,00
3.3.90.32.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA					
	6.150,00	0,00	0,00	6.150,00	5.859,13	290,87
3.3.90.33.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO					
	400,00	0,00	0,00	400,00	0,00	400,00
3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA					
	1.790.986,80	0,00	0,00	1.790.986,80	1.721.903,13	69.083,67
3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA					
	1.928.901,95	0,00	0,00	1.928.901,95	1.657.758,69	271.143,26
3.3.90.47.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS					
	130.539,32	0,00	0,00	130.539,32	129.555,10	984,22
3.3.90.48.00	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS					
	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00	23.315,69	26.684,31

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA
RUA
03503638/0001-33 Balanço Exercício: 2018

A N E X O 11
COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA
CONSOLIDADO

COD ESPECIFICACAO	CREDITO ORC E SUPLEMENT	CREDITO ESP E EXTRA	REALOCAÇÃO/ ALTERAÇÃO DE QDD	TOTAL	REALIZADA	DIFERENCAS
3.3.90.91.00	SENTENÇAS JUDICIAIS					
	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	15.000,00
3.3.90.92.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES					
	11.000,00	0,00	0,00	11.000,00	1.224,13	9.775,87
3.3.90.93.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES					
	6.800,00	65.000,00	0,00	71.800,00	31.686,85	40.113,15
3.3.90.98.00	COMPENSAÇÕES AO RGPS					
	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	6.000,00
3.3.91.97.00	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS					
	110,00	0,00	0,00	110,00	0,00	110,00
4.4.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA					
	1.300,00	0,00	0,00	1.300,00	0,00	1.300,00
4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES					
	486.568,28	102.320,01	0,00	588.888,29	308.048,11	280.840,18
4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE					
	105.825,50	429.979,00	0,00	535.804,50	326.057,14	209.747,36
4.4.90.61.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS					
	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
4.4.93.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES					
	0,00	290.000,00	0,00	290.000,00	286.985,81	3.014,19
4.6.90.71.00	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO					
	157.500,00	0,00	0,00	157.500,00	131.427,94	26.072,06
9.9.99.99.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA					
	232.220,00	0,00	0,00	232.220,00	0,00	232.220,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA
RUA
03503638/0001-33 Balanço Exercício: 2018

A N E X O 11
COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA
CONSOLIDADO

COD ESPECIFICACAO	CREDITO ORC E SUPLEMENT	CREDITO ESP E EXTRA	REALOCAÇÃO/ ALTERAÇÃO DE QDD	TOTAL	REALIZADA	DIFERENCAS
T O T A L D O ORGAO	13.391.491,20	1.049.299,01	0,00	14.440.790,21	12.651.438,41	1.789.351,80
T O T A L O R C A M E N T A R I O	14.073.000,00	1.049.299,01	0,00	15.122.299,01	13.332.912,34	1.789.386,67

PONTE BANCA/MT, 31 de DEZEMBRO de 2018.

HUMBERTO LUIZ NOGUEIRA DE MENEZES
PREFEITO MUNICIPAL
592.832.541-04

GISELE DI ANGELIS FEITOSA DA SILVA
CONTADORA
938.001.001-00

ZILMAR ANTONIO DE OLIVEIRA
SECRETARIO DE FINANÇAS
263.388.231-53

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Orçamento Programa - Exercício de 2018

DEZEMBRO(31/12/2018)

CONSOLIDADO

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO c = (b-a)
RECEITAS CORRENTES	12.880.000,00	13.309.979,00	12.565.810,66	-744.168,34
RECEITA TRIBUTÁRIA	556.625,00	556.625,00	343.183,71	-213.441,29
Impostos	521.975,00	521.975,00	343.183,71	-178.791,29
Taxas	18.900,00	18.900,00	0,00	-18.900,00
Contribuição de Melhoria	15.750,00	15.750,00	0,00	-15.750,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	259.800,00	259.800,00	351.154,54	91.354,54
Contribuições Sociais	259.800,00	259.800,00	324.260,31	64.460,31
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	26.894,23	26.894,23
RECEITA PATRIMONIAL	210.000,00	210.000,00	37.569,08	-172.430,92
Valores Mobiliários	210.000,00	210.000,00	37.569,08	-172.430,92
RECEITA DE SERVIÇOS	168.850,00	168.850,00	215.887,20	47.037,20
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	157.500,00	157.500,00	215.887,20	58.387,20
Outros Serviços	11.350,00	11.350,00	0,00	-11.350,00
TRANSFERENCIAS CORRENTES	11.539.275,00	11.969.254,00	11.542.421,45	-426.832,55
Transferências da União e de suas Entidades	7.169.325,00	7.599.304,00	7.438.157,98	-161.146,02
Transferências do Estado e de suas Entidades	3.582.450,00	3.582.450,00	3.416.245,55	-166.204,45
Transferências do Municipio e suas Entidades	0,00	0,00	93.357,74	93.357,74
Transferências de Outras Instituições Públicas	787.500,00	787.500,00	594.660,18	-192.839,82
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	145.450,00	145.450,00	75.594,68	-69.855,32
Indenizações, Restituições e ressarcimentos	5.350,00	5.350,00	69.316,53	63.966,53
Demais Receitas Correntes	140.100,00	140.100,00	6.278,15	-133.821,85
RECEITAS DE CAPITAL	1.020.000,00	1.020.000,00	210.524,71	-809.475,29
ALIENAÇÃO DE BENS	70.000,00	70.000,00	89.305,00	19.305,00
Alienação de Bens Móveis	50.000,00	50.000,00	89.305,00	39.305,00
Alienação de Bens Imóveis	20.000,00	20.000,00	0,00	-20.000,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	950.000,00	950.000,00	121.219,71	-828.780,29
Transferências da União e suas Entidades	550.000,00	550.000,00	121.219,71	-428.780,29
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	400.000,00	400.000,00	0,00	-400.000,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)	13.900.000,00	14.329.979,00	12.776.335,37	-1.553.643,63
REFINANCIAMENTO (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (III) = (I+II)	13.900.000,00	14.329.979,00	12.776.335,37	-1.553.643,63
DÉFICIT (IV)			46.809,67	
TOTAL (V) = (III+IV)	13.900.000,00	14.329.979,00	12.823.145,04	
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		392.320,01	0,00	
(UTILIZADOS PARA CRÉDITO ADICIONAIS)		0,00	0,00	
Superávit Financeiro		392.320,01	0,00	
Reabertura de Créditos Adicionais		0,00	0,00	

HUMBERTO LUIZ NOGUEIRA DE MENEZES
PREFEITO MUNICIPAL
592.832.541-04

GISELE DI ANGELIS FEITOSA DA SILVA
CONTADORA
938.001.001-00

ZILMAR ANTONIO DE OLIVEIRA
SECRETARIO DE FINANÇAS
263.388.231-53

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Orçamento Programa - Exercício de 2018 DEZEMBRO(31/12/2018) 2 de 2

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTACAO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTAÇÃO (i)=(e-f)
DESPESAS CORRENTES	10.721.600,00	12.750.447,57	11.758.626,04	11.715.189,88	11.594.148,52	991.821,53
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.188.300,00	5.553.154,55	5.297.098,61	5.297.098,61	5.269.205,94	256.055,94
JUROS E ENCARGOS DA DíVIDA	2.000,00	14.850,00	13.028,64	13.028,64	13.028,64	1.821,36
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.531.300,00	7.182.443,02	6.448.498,79	6.405.062,63	6.311.913,94	733.944,23
DESPESAS DE CAPITAL	2.213.000,00	1.590.492,79	1.064.519,00	1.061.504,81	1.003.545,41	525.973,79
INVESTIMENTOS	2.048.000,00	1.420.992,79	921.091,06	918.076,87	860.117,47	499.901,73
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	165.000,00	169.500,00	143.427,94	143.427,94	143.427,94	26.072,06
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	352.800,00	220,00	0,00	0,00	0,00	220,00
RESERVA DO RPPS	294.000,00	232.000,00	0,00	0,00	0,00	232.000,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS	13.581.400,00	14.573.160,36	12.823.145,04	12.776.694,69	12.597.693,93	1.750.015,32
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VIII)=(VI+VII)	13.581.400,00	14.573.160,36	12.823.145,04	12.776.694,69	12.597.693,93	1.750.015,32
SUPERÁVIT (IX)			0,00			
TOTAL (X)=(VIII + IX)	13.581.400,00	14.573.160,36	12.823.145,04	12.776.694,69	12.597.693,93	1.750.015,32

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO (b)	(c)	(d)	(e)	(f)=(a+b-d-e)
DESPESAS CORRENTES	9.578,55	43.436,16	3.178,97	3.178,97	6.399,58	43.436,16
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	429,78	0,00	429,78	429,78	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DíVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.148,77	43.436,16	2.749,19	2.749,19	6.399,58	43.436,16
DESPESAS DE CAPITAL	52.179,90	3.014,19	0,00	0,00	52.179,90	3.014,19
INVESTIMENTOS	52.179,90	3.014,19	0,00	0,00	52.179,90	3.014,19
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	61.758,45	46.450,35	3.178,97	3.178,97	58.579,48	46.450,35

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO (b)	(C)	(d)	JAN A DEZ 2018
DESPESAS CORRENTES	256.350,29	149.296,98	118.156,37	105.356,30	182.134,60
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	47.742,86	56.148,29	40.624,92	0,00	63.266,23
JUROS E ENCARGOS DA DíVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	208.607,43	93.148,69	77.531,45	105.356,30	118.868,37
DESPESAS DE CAPITAL	38.132,14	57.959,40	0,00	0,00	96.091,54
INVESTIMENTOS	38.132,14	57.959,40	0,00	0,00	96.091,54
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	294.482,43	207.256,38	118.156,37	105.356,30	278.226,14

HUMBERTO LUIZ NOGUEIRA DE MENEZES
PREFEITO MUNICIPAL
592.832.541-04

GISELE DI ANGELIS FEITOSA DA SILVA
CONTADORA
938.001.001-00

ZILMAR ANTONIO DE OLIVEIRA
SECRETARIO DE FINANÇAS
263.388.231-53

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO

Orçamento Programa - Exercício de 2018 | DEZEMBRO(31/12/2018) | 1 de 2

CONSOLIDADO

INGRESSOS				DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		**13.353.067,34**	**13.332.863,06**	**DESPESA ORÇAMENTÁRIA**		**13.332.912,34**	**12.646.160,68**
ORDINÁRIO		13.353.067,34	12.133.445,78	ORDINÁRIO		13.332.912,34	12.111.981,39
VINCULADO		0,00	1.199.417,28	VINCULADO		0,00	534.179,29
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS		**681.508,80**	**688.970,56**	VINCULADO		0,00	534.179,29
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS		681.508,80	688.970,56	**TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS**		**669.543,64**	**676.775,32**
DEVOLUÇÃO DE TRANSFERÊNCIAS DE DUODÉCIMOS RECEBIDAS		0,00	483,51	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		669.543,64	676.775,32
REPASSE RECEBIDO - DUODÉCIMO		681.508,80	0,00	DEVOLUÇÃO DE TRANSFERÊNCIAS DE DUODÉCIMO RECEBIDAS		34,84	288,27
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS		0,00	688.487,05	REPASSE CONCEDIDO - DUODÉCIMO		669.508,80	676.487,05
EXTRA-ORÇAMENTARIA		**1.444.348,69**	**1.010.167,60**	**EXTRA-ORÇAMENTÁRIA**		**1.427.220,75**	**1.136.967,56**
RESTOS A PAGAR (INSCRIÇÃO)		253.706,73	136.297,27	RESTOS A PAGAR (PAGOS)		121.335,34	293.559,61
RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		46.450,35	9.568,55	RP NÃO PROCESSADOS PAGOS		3.178,97	86.931,64
RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		207.256,38	126.728,72	RP PROCESSADO PAGO		0,00	2.506,10
CONSIGNAÇÕES		1.131.963,38	866.791,62	RP PROCESSADOS PAGOS		118.156,37	204.121,87
CONSIGNAÇÕES		0,00	8.588,53	CONSIGNAÇÕES		1.249.971,47	827.624,79
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS (F)		112.285,76	121.981,45	CONTRIBUIÇÃO AO RGPS (F)		102.193,94	117.249,30
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF (F)		11.113,98	1.738,70	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF (F)		9.179,93	1.738,70
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIVERSOS (F)		3.038,20	16.723,35	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIVERSOS (F)		14.281,87	5.326,27
OUTROS CONSIGNATARIOS (F)		774.808,73	539.158,92	OUTROS CONSIGNATARIOS (F)		908.238,85	519.441,59
OUTROS VALORES RESTITUIVEIS (F)		251,10	1.764,38	OUTROS VALORES RESTITUIVEIS (F)		3.837,35	0,00
PENSAO ALIMENTICIA (F)		10.849,00	7.034,01	PENSAO ALIMENTICIA (F)		10.846,00	7.034,02
PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA MEDICA (F)		350,67	717,99	PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA MEDICA (F)		442,32	892,07
RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES (F)		326,52	2.101,84	RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES (F)		326,52	966,01
RPPS - RETENÇÕES - INTRA OFSS (F)		0,00	10.878,31	RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS (F)		200.624,69	174.976,83
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS (F)		218.939,42	156.104,14	CRÉDITOS À RECEBER		55.913,94	15.783,16
CRÉDITOS À RECEBER		58.678,58	7.078,71	CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE AUXÍLIO DOENÇA E ACIDENTES PAGOS (F)		17.350,43	0,00
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE AUXÍLIO DOENÇA E ACIDENTES PAGOS (F)		17.064,29	0,00	CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO (F)		14.795,78	14.783,16
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO (F)		20.539,39	7.078,71	CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO MATERNIDADE PAGO (F)		23.767,73	1.000,00
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO MATERNIDADE PAGO (F)		21.074,90	0,00	**SALDOS P/O EXERC. SEGUINTE**		**4.040.732,35**	**3.991.484,25**
SALDOS DO EXERC. ANTERIOR		**3.991.484,25**	**3.419.386,59**	CONTA ÚNICA (F)		207.330,24	531.598,25
CONTA ÚNICA (F)		531.598,25	363.488,40				

HUMBERTO LUIZ NOGUEIRA DE MENEZES
PREFEITO MUNICIPAL
592.832.541-04

GISELE DI ANGELIS FEITOSA DA SILVA
CONTADORA
938.001.001-00

ZILMAR ANTONIO DE OLIVEIRA
SECRETARIO DE FINANÇAS
263.388.231-53

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO

Orçamento Programa - Exercício de 2018 | DEZEMBRO(31/12/2018) | 2 de 2

CONSOLIDADO

INGRESSOS				DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
CONTA ÚNICA RPPS		111.819,53	0,00	CONTA ÚNICA RPPS		738,34	0,00
BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS (F)		0,00	63.248,55	BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS (F)		0,00	111.819,53
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA		3.348.066,47	1.129.437,73	APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA		941.997,10	859.135,88
APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA FIXA - RPPS		0,00	1.863.211,91	APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA FIXA - RPPS		2.890.666,67	2.488.930,59
TOTAL		**19.470.409,08**	**18.451.387,81**	**TOTAL**		**19.470.409,08**	**18.451.387,81**

HUMBERTO LUIZ NOGUEIRA DE MENEZES
PREFEITO MUNICIPAL
592.832.541-04

GISELE DI ANGELIS FEITOSA DA SILVA
CONTADORA
938.001.001-00

ZILMAR ANTONIO DE OLIVEIRA
SECRETARIO DE FINANÇAS
263.388.231-53

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Orçamento Programa - Exercício de 2018 — DEZEMBRO(31/12/2018) — 1 de 4

CONSOLIDADO - Desconsiderando as contas INTRA-OFSS

ATIVO

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE		**8.671.465,21**	**8.450.445,20**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		**1.150.065,68**	**3.991.484,25**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL		**1.150.065,68**	**3.991.484,25**
CONTA ÚNICA (F)	F	207.330,24	531.598,25
CONTA ÚNICA RPPS	F	738,34	111.819,53
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA	F	941.997,10	3.348.066,47
CRÉDITOS A CURTO PRAZO		**480.213,97**	**499.289,09**
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER		**195.164,12**	**214.239,24**
IMPOSTOS	P	62.038,11	85.187,14
CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS A RECEBER	P	23,22	23,22
CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS PARCELADOS (P)	P	133.102,79	129.028,88
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA		**285.049,85**	**285.049,85**
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DAS TAXAS	P	11.508,18	11.508,18
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DOS IMPOSTOS	P	272.389,38	272.389,38
DEMAIS DÍVIDAS ATIVAS TRIBUTÁRIAS (P)	P	1.152,29	1.152,29
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO		**9.768,37**	**10.933,55**
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS		**3.828,56**	**2.229,10**
SUPRIMENTO DE FUNDOS (P)	P	2.229,10	2.229,10
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL	P	1.599,46	0,00
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO		**5.939,81**	**8.704,45**
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO (F)	F	1.960,84	7.704,45
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO MATERNIDADE PAGO (F)	F	3.692,83	1.000,00
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE AUXÍLIO DOENÇA E ACIDENTES PAGOS (F)	F	286,14	0,00
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO		**3.081.597,04**	**0,00**
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS		**3.081.597,04**	**0,00**
APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA FIXA - RPPS	F	2.890.666,67	0,00
OUTROS TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	P	190.930,37	0,00
ESTOQUES		**3.946.759,35**	**3.946.247,15**
ALMOXARIFADO		**3.946.759,35**	**3.946.247,15**
MATERIAL DE CONSUMO (P)	P	2.077.029,49	2.076.517,29
MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO (P)	P	10.740,25	10.740,25
AUTOPEÇAS (P)	P	7.303,21	7.303,21
MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES (P)	P	3.896,62	3.896,62
MATERIAIS A CLASSIFICAR (P)	P	1.847.789,78	1.847.789,78
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENT		**3.060,80**	**2.491,16**
PRÊMIOS DE SEGUROS A APROPRIAR		**1.471,16**	**1.471,16**
PRÊMIOS DE SEGUROS A APROPRIAR - CONSOLIDAÇÃO (P)	P	1.471,16	1.471,16
ASSINATURAS E ANUIDADES A APROPRIAR		**1.589,64**	**1.020,00**
ASSINATURAS E ANUIDADES A APROPRIAR - CONSOLIDAÇÃO (P)	P	1.589,64	1.020,00

PASSIVO

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
PASSIVO CIRCULANTE		**378.829,42**	**331.993,51**
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAI		**27.607,45**	**0,00**
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR		**3.413,62**	**0,00**
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS A PAGAR	F	3.413,62	0,00
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		**24.193,83**	**0,00**
CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	F	24.193,83	0,00
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO		**171,36**	**1.284,99**
JUROS E ENCARGOS A PAGAR DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMEN		**171,36**	**1.284,99**
ENCARGOS - FINANCIAMENTOS INTERNOS	P	171,36	1.284,99
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO		**212.169,51**	**236.559,49**
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZ		**212.169,51**	**236.559,49**
FORNECEDORES NACIONAIS	F	212.169,51	236.559,49
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO		**2.790,40**	**0,00**
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIÃO		**2.790,40**	**0,00**
PIS/PASEP A RECOLHER	F	2.790,40	0,00
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		**136.090,70**	**94.149,03**
VALORES RESTITUÍVEIS		**135.922,70**	**83.968,95**
CONSIGNAÇÕES	F	135.671,60	82.204,57
OUTROS VALORES RESTITUIVEIS (F)	F	251,10	1.764,38
OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		**168,00**	**10.180,08**
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	F	0,00	3.850,00
SUPRIMENTOS DE FUNDOS A PAGAR	F	0,00	17,50
CONSÓRCIOS A PAGAR	F	0,00	6.312,58
CONSÓRCIOS A PAGAR	P	168,00	0,00
PASSIVO NAO-CIRCULANTE		**2.976.515,09**	**4.780.862,31**
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAI		**265.206,02**	**373.863,11**
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		**265.206,02**	**373.863,11**
CONTRIBUIÇÕES PREVIDÊNCIÁRIAS - DÉBITO PARCELADO	P	595,61	33.827,51
INSS A PAGAR	P	264.607,13	340.035,60
OUTROS ENCARGOS SOCIAIS	P	3,28	0,00
PROVISÕES A LONGO PRAZO		**2.711.309,07**	**4.406.999,20**
PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDÊNCIÁRIAS A LONGO PRAZO		**2.711.309,07**	**4.406.999,20**
PLANO PREVIDENCIARIO - PROVISOES DE BENEFICIOS CONCEDIDOS	P	4.952.829,94	4.023.484,02
PLANO PREVIDENCIARIO - PROVISOES DE BENEFICIOS A CONCEDER	P	5.889.871,47	4.655.941,99
PLANO PREVIDENCIARIO - PLANO DE AMORTIZAÇÃO	P	-12.511.464,05	-4.272.426,81
PROVISOES ATUARIAIS PARA AJUSTES DO PLANO PREVIDENCIARIO	P	4.380.071,71	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Orçamento Programa - Exercício de 2018 — DEZEMBRO(31/12/2018) — 2 de 4

CONSOLIDADO - Desconsiderando as contas INTRA-OFSS

ATIVO

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**12.458.906,27**	**11.617.720,46**
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		**91.790,34**	**110.558,94**
CRÉDITOS A LONGO PRAZO		**91.790,34**	**110.558,94**
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	P	25.239,96	0,00
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	P	66.550,38	110.558,94
INVESTIMENTOS		**59.400,00**	**0,00**
PARTICIPAÇÕES PERMANENTES		**59.400,00**	**0,00**
PARTICIPAÇÕES AVALIADAS PELO MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	P	59.400,00	0,00
IMOBILIZADO		**12.307.715,93**	**11.507.161,52**
BENS MOVEIS		**4.925.950,24**	**4.701.393,10**
BENS DE INFORMÁTICA (P)	P	33.512,00	30.424,00
MÓVEIS E UTENSÍLIOS (P)	P	101.289,31	99.018,31
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS (P)	P	416.657,96	269.148,82
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO (P)	P	2.976,00	1.587,00
VEÍCULOS (P)	P	240.625,00	160.325,00
DEMAIS BENS MÓVEIS	P	4.130.889,97	4.140.889,97
BENS IMÓVEIS		**7.436.511,83**	**6.809.095,81**
BENS DE USO ESPECIAL (P)	P	63.000,00	63.000,00
DEMAIS BENS IMÓVEIS	P	6.163.616,27	6.163.616,27
BENS DE USO COMUM DO POVO (P)	P	465.013,80	352.773,26
BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO (P)	P	672.867,00	229.706,28
INSTALAÇÕES (P)	P	72.014,76	0,00
(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS		**-54.746,14**	**-3.327,39**
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA BENS MÓVEIS (P)	P	-54.746,14	-3.327,39
TOTAL		**21.130.371,48**	**20.068.165,66**

PASSIVO

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
TOTAL PASSIVO		**3.355.344,51**	**5.112.855,82**

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
PATRIMÔNIO LIQUIDO		**22.744.777,17**	**19.976.101,79**
RESULTADOS ACUMULADOS		**22.744.777,17**	**19.976.101,79**
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS		**22.744.777,17**	**19.976.101,79**
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	P	-8.440.688,34	4.077.261,42
SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	P	-2.696.636,89	-6.729.889,75
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	P	8.485.271,17	0,00
SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	P	17.430.839,42	17.430.839,42
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	P	2.685.419,52	0,00
SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	P	5.136.952,21	5.136.952,21
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	P	82.681,59	0,00
SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	P	60.938,49	60.938,49
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**22.744.777,17**	**19.976.101,79**
TOTAL		**26.100.121,68**	**25.088.957,61**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

BALANÇO PATRIMONIAL

Orçamento Programa - Exercício de 2018 PERÍODO 3 de 4

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO FINANCEIRO	4.046.672,16	4.000.188,70	PASSIVO FINANCEIRO (378.490,06)+ Restos não Processado(46.450,35)	424.940,41	392.466,97
ATIVO PERMANENTE	17.083.699,32	16.067.976,96	PASSIVO PERMANENTE	2.976.854,45	4.782.147,30
			SALDO PATRIMONIAL	17.728.576,62	14.893.551,39

HUMBERTO LUIZ NOGUEIRA DE MENEZES
PREFEITO MUNICIPAL
592.832.541-04

GISELE DI ANGELIS FEITOSA DA SILVA
CONTADORA
938.001.001-00

ZILMAR ANTONIO DE OLIVEIRA
SECRETARIO DE FINANÇAS
263.388.231-53

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Orçamento Programa - Exercício de 2018 DEZEMBRO(31/12/2018) 4 de 4

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO (CONTROLE)

ESPECIFICAÇÃO			ESPECIFICAÇÃO		
SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS (Contas do Grupo 811xxxxxx)	Exercício Atual	Exercício Anterior	SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS (Contas do Grupo 812xxxxxx)	Exercício Atual	Exercício Anterior
COMPENSACÕES	**1.131.958,33**	**533.995,48**	**COMPENSACÕES**	**6.006.338,32**	**3.151.903,00**
EXECUÇÃO DE DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CON	1.124.958,33	526.995,48	EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTO	2.055.549,59	2.046.199,59
EXECUÇÃO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	7.000,00	7.000,00	EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	3.510.088,73	665.003,41
TOTAL	**1.131.958,33**	**533.995,48**	EXECUÇÃO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	440.700,00	440.700,00
			TOTAL	**6.006.338,32**	**3.151.903,00**

HUMBERTO LUIZ NOGUEIRA DE MENEZES
PREFEITO MUNICIPAL
592.832.541-04

GISELE DI ANGELIS FEITOSA DA SILVA
CONTADORA
938.001.001-00

ZILMAR ANTONIO DE OLIVEIRA
SECRETARIO DE FINANÇAS
263.388.231-53

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

ANEXO 14A - BALANÇO PATRIMONIAL

Orçamento Programa - Exercício de 2018

DEMONSTRATIVO DAS CONTAS ANALITICAS DO ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO

DEZEMBRO(31/12/2018)

CONSOLIDADO - Desconsiderando as contas INTRA-OFSS

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	**4.046.672,16**	**4.000.188,70**	**PASSIVO CIRCULANTE**	**378.490,06**	**330.708,52**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**1.150.065,68**	**3.991.484,25**	**OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAI**	**27.607,45**	**0,00**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	**1.150.065,68**	**3.991.484,25**	**BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR**	**3.413,62**	**0,00**
CONTA ÚNICA (F)	207.330,24	531.598,25	BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS A PAGAR	3.413,62	0,00
CONTA ÚNICA RPPS	738,34	111.819,53	**ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR**	**24.193,83**	**0,00**
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA	941.997,10	3.348.066,47	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	24.193,83	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	**5.939,81**	**8.704,45**	**FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO**	**212.169,51**	**236.559,49**
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	**5.939,81**	**8.704,45**	**FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZ(**	**212.169,51**	**236.559,49**
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE AUXÍLIO DOENÇA E ACID	286,14	0,00	FORNECEDORES NACIONAIS	212.169,51	236.559,49
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO (	1.960,84	7.704,45	**OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO**	**2.790,40**	**0,00**
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO MATERNIDADE	3.692,83	1.000,00	**OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIÃO**	**2.790,40**	**0,00**
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	**2.890.666,67**	**0,00**	PIS/PASEP A RECOLHER	2.790,40	0,00
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	**2.890.666,67**	**0,00**	**DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO**	**135.922,70**	**94.149,03**
APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA FIXA - RPPS	2.890.666,67	0,00	**VALORES RESTITUÍVEIS**	**135.922,70**	**83.968,95**
			OUTROS VALORES RESTITUIVEIS (F)	251,10	1.764,38
			CONSIGNAÇÕES	135.671,60	82.204,57
			OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	**0,00**	**10.180,08**
			INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	3.850,00
			SUPRIMENTOS DE FUNDOS A PAGAR	0,00	17,50
			CONSÓRCIOS A PAGAR	0,00	6.312,58
			EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	**46.450,35**	**61.758,45**
			EXECUÇÃO DE RP NÃO PROCESSADOS	**46.450,35**	**61.758,45**
			RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR	**0,00**	**61.758,45**
			RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR	0,00	61.758,45
			RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	**46.450,35**	**0,00**
			RP NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR- INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	46.450,35	0,00
TOTAL	**4.046.672,16**	**4.000.188,70**	**TOTAL**	**424.940,41**	**392.466,97**

HUMBERTO LUIZ NOGUEIRA DE MENEZES
PREFEITO MUNICIPAL
592.832.541-04

GISELE DI ANGELIS FEITOSA DA SILVA
CONTADORA
938.001.001-00

ZILMAR ANTONIO DE OLIVEIRA
SECRETARIO DE FINANÇAS
263.388.231-53

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

ANEXO 14B - BALANÇO PATRIMONIAL

Orçamento Programa - Exercício de 2018

DEMONSTRATIVO DAS CONTAS ANALITICAS DO ATIVO E PASSIVO PERMANENTE

DEZEMBRO(31/12/2018)

CONSOLIDADO - Desconsiderando as contas INTRA-OFSS

ATIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	**4.624.793,05**	**4.450.256,50**
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	**480.213,97**	**499.289,09**
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	**195.164,12**	**214.239,24**
IMPOSTOS	62.038,11	85.187,14
CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS PARCELADOS (P)	133.102,79	129.028,88
CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS A RECEBER	23,22	23,22
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	**285.049,85**	**285.049,85**
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DOS IMPOSTOS	272.389,38	272.389,38
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DAS TAXAS	11.508,18	11.508,18
DEMAIS DÍVIDAS ATIVAS TRIBUTÁRIAS (P)	1.152,29	1.152,29
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	**3.828,56**	**2.229,10**
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	**3.828,56**	**2.229,10**
SUPRIMENTO DE FUNDOS (P)	2.229,10	2.229,10
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL	1.599,46	0,00
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	**190.930,37**	**0,00**
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	**190.930,37**	**0,00**
OUTROS TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	190.930,37	0,00
ESTOQUES	**3.946.759,35**	**3.946.247,15**
ALMOXARIFADO	**3.946.759,35**	**3.946.247,15**
MATERIAL DE CONSUMO (P)	2.077.029,49	2.076.517,29
MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO (P)	10.740,25	10.740,25
AUTOPEÇAS (P)	7.303,21	7.303,21
MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES (P)	3.896,62	3.896,62
MATERIAIS A CLASSIFICAR (P)	1.847.789,78	1.847.789,78
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENT	**3.060,80**	**2.491,16**
PRÊMIOS DE SEGUROS A APROPRIAR	**1.471,16**	**1.471,16**
PRÊMIOS DE SEGUROS A APROPRIAR - CONSOLIDAÇÃO (P)	1.471,16	1.471,16
ASSINATURAS E ANUIDADES A APROPRIAR	**1.589,64**	**1.020,00**
ASSINATURAS E ANUIDADES A APROPRIAR - CONSOLIDAÇÃO (P)	1.589,64	1.020,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**12.458.906,27**	**11.617.720,46**
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	**91.790,34**	**110.558,94**
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	**91.790,34**	**110.558,94**
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	25.239,96	0,00
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	66.550,38	110.558,94
INVESTIMENTOS	**59.400,00**	**0,00**
PARTICIPAÇÕES PERMANENTES	**59.400,00**	**0,00**
PARTICIPAÇÕES AVALIADAS PELO MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATR	59.400,00	0,00

PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
PASSIVO CIRCULANTE	**339,36**	**1.284,99**
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	**171,36**	**1.284,99**
JUROS E ENCARGOS A PAGAR DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMEN	**171,36**	**1.284,99**
ENCARGOS - FINANCIAMENTOS INTERNOS	171,36	1.284,99
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	**168,00**	**0,00**
OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	**168,00**	**0,00**
CONSÓRCIOS A PAGAR	168,00	0,00
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	**2.976.515,09**	**4.780.862,31**
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAI	**265.206,02**	**373.863,11**
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	**265.206,02**	**373.863,11**
INSS A PAGAR	264.607,13	340.035,60
CONTRIBUIÇÕES PREVIDÊNCIÁRIAS - DÉBITO PARCELADO	595,61	33.827,51
OUTROS ENCARGOS SOCIAIS	3,28	0,00
PROVISÕES A LONGO PRAZO	**2.711.309,07**	**4.406.999,20**
PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDÊNCIÁRIAS A LONGO PRAZO	**2.711.309,07**	**4.406.999,20**
PLANO PREVIDENCIARIO - PROVISOES DE BENEFICIOS CONCEDIDOS	4.952.829,94	4.023.484,02
PLANO PREVIDENCIARIO - PROVISOES DE BENEFICIOS A CONCEDER	5.889.871,47	4.655.941,99
PROVISOES ATUARIAIS PARA AJUSTES DO PLANO PREVIDENCIARIO	4.380.071,71	0,00
PLANO PREVIDENCIARIO - PLANO DE AMORTIZAÇÃO	-12.511.464,05	-4.272.426,81
TOTAL	**2.976.854,45**	**4.782.147,30**

HUMBERTO LUIZ NOGUEIRA DE MENEZES
PREFEITO MUNICIPAL
592.832.541-04

GISELE DI ANGELIS FEITOSA DA SILVA
CONTADORA
938.001.001-00

ZILMAR ANTONIO DE OLIVEIRA
SECRETARIO DE FINANÇAS
263.388.231-53

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

ANEXO 14B - BALANÇO PATRIMONIAL

Orçamento Programa - Exercício de 2018

DEMONSTRATIVO DAS CONTAS ANALITICAS DO ATIVO E PASSIVO PERMANENTE

DEZEMBRO(31/12/2018)

CONSOLIDADO - Desconsiderando as contas INTRA-OFSS

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
IMOBILIZADO	**12.307.715,93**	**11.507.161,52**			
BENS MOVEIS	**4.925.950,24**	**4.701.393,10**			
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS (P)	416.657,96	269.148,82			
BENS DE INFORMÁTICA (P)	33.512,00	30.424,00			
MÓVEIS E UTENSÍLIOS (P)	101.289,31	99.018,31			
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO (P)	2.976,00	1.587,00			
VEÍCULOS (P)	240.625,00	160.325,00			
DEMAIS BENS MÓVEIS	4.130.889,97	4.140.889,97			
BENS IMÓVEIS	**7.436.511,83**	**6.809.095,81**			
BENS DE USO ESPECIAL (P)	63.000,00	63.000,00			
BENS DE USO COMUM DO POVO (P)	465.013,80	352.773,26			
BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO (P)	672.867,00	229.706,28			
INSTALAÇÕES (P)	72.014,76	0,00			
DEMAIS BENS IMÓVEIS	6.163.616,27	6.163.616,27			
(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	**-54.746,14**	**-3.327,39**			
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA BENS MÓVEIS (P)	-54.746,14	-3.327,39			
TOTAL	**17.083.699,32**	**16.067.976,96**			

HUMBERTO LUIZ NOGUEIRA DE MENEZES
PREFEITO MUNICIPAL
592.832.541-04

GISELE DI ANGELIS FEITOSA DA SILVA
CONTADORA
938.001.001-00

ZILMAR ANTONIO DE OLIVEIRA
SECRETARIO DE FINANÇAS
263.388.231-53

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

ANEXO 14C - BALANÇO PATRIMONIAL

QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

Orçamento Programa - Exercício de 2018

DEZEMBRO(31/12/2018)

CONSOLIDADO

DESTINAÇÃO DE RECURSOS (Contas 82111XXXX)		SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	
		ATUAL	EXERC. ANTERIOR
1-00	**RECURSOS ORDINáRIOS-RECURSOS DO TESOURO - EXERCíCIO CORRENTE**	**3.743.156,81**	**2.819.974,96**
0	Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	3.743.156,81	2.819.974,96
1-01	**RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERêNCIAS DE IMPOSTOS - EDUCAçãO-RECURSOS DO TESOURO - EXERCíCIO COR**	**-575,03**	**-9.223,76**
0	Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	-575,03	-9.223,76
1-02	**RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERêNCIA DE IMPOSTOS - SAúDE-RECURSOS DO TESOURO - EXERCíCIO CORREN**	**-15.585,77**	**-24.624,27**
0	Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	-15.585,77	-24.624,27
1-14	**TRANSFERêNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAúDE - SUS-RECURSOS DO TESOURO - EXERCíCIO CORRENTI**	**283.471,72**	**209.690,09**
0	Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	283.471,72	209.690,09
1-15	**TRANSFERêNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAçãO - FNDE-RECURSOS DO T**	**16.998,82**	**19.012,36**
0	Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	16.998,82	19.012,36
1-16	**CONTRIBUIçãO DE INTERVENçãO DO DOMíNIO ECONôMICO - CIDE-RECURSOS DO TESOURO - EXERCíCIO CORRENTE**	**0,00**	**22.147,09**
0	Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	0,00	22.147,09
1-17	**CONTRIBUIçãO PARA O CUSTEIO DOS SERVIçOS DE ILUMINAçãO PúBLICA - COSIP-RECURSOS DO TESOURO - EXERCí**	**0,00**	**16.548,27**
0	Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	0,00	16.548,27
1-18	**TRANSFERêNCIAS DO FUNDEB - (APLICAçãO NA REMUNERAçãO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTéRIO EM EFETIVO EX**	**-12.928,05**	**-6.966,10**
0	Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	-12.928,05	-6.966,10
1-22	**TRANSFERêNCIAS DE CONVêNIOS - EDUCAçãO-RECURSOS DO TESOURO - EXERCíCIO CORRENTE**	**28.065,74**	**22.189,27**
0	Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	28.065,74	22.189,27
1-24	**TRANSFERêNCIAS DE CONVêNIOS - OUTROS (NãO RELACIONADOS à EDUCAçãO/SAúDE/ASSISTêNCIA SOCIAL)-RECUR**	**221.531,92**	**454.280,78**
0	Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	221.531,92	454.280,78
1-29	**TRANSFERêNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTêNCIA SOCIAL - FNAS-RECURSOS DO TESOURO - EX**	**3.379,27**	**1.287,97**
0	Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	3.379,27	1.287,97
1-30	**RECURSOS DO FUNDO DE TRANSPORTE E HABITAçãO – FETHAB-RECURSOS DO TESOURO - EXERCíCIO CORRENTE**	**-2.179,05**	**44.854,07**
0	Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	-2.179,05	44.854,07
1-42	**TRANSFERêNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAúDE – SUS – ESTADO-RECURSOS DO TESOURO - EXERCíCI**	**2.563,69**	**0,00**
0	Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	2.563,69	0,00
1-50	**RECURSOS DO REGIME PRóPRIO DE PREVIDêNCIA (RPPS)-RECURSOS DO TESOURO - EXERCíCIO CORRENTE**	**-632.273,40**	**-9.191,86**
0	Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	-632.273,40	-9.191,86
3-24	**TRANSFERêNCIAS DE CONVêNIOS - OUTROS (NãO RELACIONADOS à EDUCAçãO/SAúDE/ASSISTêNCIA SOCIAL)-RECUR**	**-49.553,70**	**0,00**
0	Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	-49.553,70	0,00
TOTAL		**3.586.072,97**	**3.559.978,87**

HUMBERTO LUIZ NOGUEIRA DE MENEZES
PREFEITO MUNICIPAL
592.832.541-04

GISELE DI ANGELIS FEITOSA DA SILVA
CONTADORA
938.001.001-00

ZILMAR ANTONIO DE OLIVEIRA
SECRETARIO DE FINANÇAS
263.388.231-53

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

ANEXO 15 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Orçamento Programa - Exercício de 2018 | DEZEMBRO(31/12/2018) |

CONSOLIDADO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		**521.098,84**	**634.782,43**
IMPOSTOS		345.274,64	634.422,43
TAXAS		0,00	360,00
CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		175.824,20	0,00
CONTRIBUIÇÕES		**931.960,42**	**788.007,83**
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		905.066,19	765.980,94
CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA		26.894,23	22.026,89
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS		**40.063,00**	**205.716,00**
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		40.063,00	205.716,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS		**256.511,15**	**293.389,14**
JUROS E ENCARGOS DE MORA		0,00	0,00
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS		228.499,45	293.272,86
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS		28.011,70	116,28
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS		**14.209.404,75**	**13.873.587,29**
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS		681.508,80	945.436,56
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS		13.527.895,95	12.928.150,73
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSI		**141.152,59**	**10.534,88**
REAVALIAÇÃO DE ATIVOS		35.396,29	0,00
GANHOS COM ALIENAÇÃO		400,00	0,00
GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		105.356,30	10.534,88
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		**3.934.560,21**	**3.588.252,12**
REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS		0,00	3.429.287,28
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		3.934.560,21	158.964,84
TOTAL DAS VARIAÇÕES AUMENTATIVAS		**20.034.750,96**	**19.394.269,69**
TOTAL		**20.034.750,96**	**19.394.269,69**

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
PESSOAL E ENCARGOS		**5.233.458,81**	**4.833.401,63**
REMUNERAÇÃO A PESSOAL		4.446.441,68	4.149.038,04
ENCARGOS PATRONAIS		787.017,13	682.570,21
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS		0,00	1.793,38
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS		**568.791,73**	**516.210,75**
APOSENTADORIAS E REFORMAS		350.394,89	329.736,22
PENSÕES		161.353,05	155.952,90
BENEFÍCIOS EVENTUAIS		0,00	18.675,37
OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS		57.043,79	11.846,26
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO		**6.029.306,17**	**5.176.269,37**
USO DE MATERIAL DE CONSUMO		2.339.000,97	1.905.044,00
SERVIÇOS		3.638.886,45	3.271.225,37
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO		51.418,75	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS		**214.279,60**	**50.369,51**
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS		11.915,01	15.375,76
JUROS E ENCARGOS DE MORA		4.391,05	13.454,52
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS		0,00	16.989,75
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS		197.973,54	4.549,48
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS		**2.617.063,69**	**2.960.402,12**
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS		669.543,64	933.241,32
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS		1.864.254,79	1.729.732,38
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS		76.578,41	75.825,00
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS		0,00	73.317,40
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA		6.686,85	148.286,02
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSI		**12.595,00**	**0,00**
PERDAS COM ALIENAÇÃO		12.595,00	0,00
TRIBUTÁRIAS		**129.555,10**	**121.536,71**
CONTRIBUIÇÕES		129.555,10	121.536,71

HUMBERTO LUIZ NOGUEIRA DE MENEZES
PREFEITO MUNICIPAL
592.832.541-04

GISELE DI ANGELIS FEITOSA DA SILVA
CONTADORA
938.001.001-00

ZILMAR ANTONIO DE OLIVEIRA
SECRETARIO DE FINANÇAS
263.388.231-53

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

ANEXO 15 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Orçamento Programa - Exercício de 2018 | DEZEMBRO(31/12/2018) | 2 de 3

CONSOLIDADO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS						
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS				VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
				OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**2.341.891,09**	**811.748,44**
				PREMIAÇÕES	25.000,00	27.400,00
				INCENTIVOS	23.315,69	57.067,76
				VPD DE CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES	2.163.275,40	650.145,58
				DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	130.300,00	77.135,10
				TOTAL DAS VARIAÇÕES DIMINUTIVAS	**17.146.941,19**	**14.469.938,53**
				RESULTADO PATRIMONIAL (SUPERÁVIT)	**2.887.809,77**	**4.924.331,16**
				TOTAL	**20.034.750,96**	**19.394.269,69**

HUMBERTO LUIZ NOGUEIRA DE MENEZES
PREFEITO MUNICIPAL
592.832.541-04

GISELE DI ANGELIS FEITOSA DA SILVA
CONTADORA
938.001.001-00

ZILMAR ANTONIO DE OLIVEIRA
SECRETARIO DE FINANÇAS
263.388.231-53

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

ANEXO 15 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Orçamento Programa - Exercício de 2018 | DEZEMBRO(31/12/2018) | 3 de 3

CONSOLIDADO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS
(DECORRENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA)

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
INCORPORAÇÃO DE ATIVO		**918.076,87**	**989.837,47**
INVESTIMENTOS		918.076,87	989.837,47
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVO		**143.427,94**	**131.537,67**
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA		143.427,94	131.537,67
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVO		**89.305,00**	**0,00**
ALIENAÇÃO DE BENS/AMORTIZAÇÃO DE EMPRESTIMOS(RECEITAS)		89.305,00	0,00

HUMBERTO LUIZ NOGUEIRA DE MENEZES
PREFEITO MUNICIPAL
592.832.541-04

GISELE DI ANGELIS FEITOSA DA SILVA
CONTADORA
938.001.001-00

ZILMAR ANTONIO DE OLIVEIRA
SECRETARIO DE FINANÇAS
263.388.231-53

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

Orçamento Programa - Exercício de 2018

Anexo 16 - Demonstrativo da Dívida Fundada

DEZEMBRO(31/12/2018)

CONSOLIDADO

TITULOS	SALDO ANTERIOR EM CIRCULAÇÃO	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO			SALDO P/ O PERIODO SEGUINTE
		EMISSÃO	COR. MONET.	RESGATE/AMORTIZ	
ENTIDADES CREDORAS					
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS - DÉBITO PARCELADO (P)	340.035,60	24.571,53	0,00	100.000,00	264.607,13
OUTROS ENCARGOS SOCIAIS (P)	0,00	7.263,28	0,00	7.260,00	3,28
Sub-total	340.035,60	31.834,81	0,00	107.260,00	264.610,41
OUTRAS OBRIGACÕES A PAGAR					
CONTRIBUIÇÕES PREVIDÊNCIÁRIAS - DÉBITO PARCELADO (P)	33.827,51	11.271,76	0,00	44.503,66	595,61
CONTRIBUIÇÃO A REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS) (P)	137.660,26	0,00	0,00	12.000,00	125.660,26
Sub-total	171.487,77	11.271,76	0,00	56.503,66	126.255,87
TOTAL	511.523,37	43.106,57	0,00	163.763,66	390.866,28

HUMBERTO LUIZ NOGUEIRA DE MENEZES
PREFEITO MUNICIPAL
592.832.541-04

GISELE DI ANGELIS FEITOSA DA SILVA
CONTADORA
938.001.001-00

ZILMAR ANTONIO DE OLIVEIRA
SECRETARIO DE FINANÇAS
263.388.231-53

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

Orçamento Programa - Exercício de 2018

Anexo 17 - Demonstrativo da Dívida Flutuante

DEZEMBRO(31/12/2018)

CONSOLIDADO

TITULOS	SALDO ANTERIOR	MOVIMENTO DO PERIODO				SALDO P/ O PERIODO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	TRANSF .RP NAO PROC. LIQ		
				INSCR	BAIXA	
RESTOS A PAGAR - PROCESSADOS						
EXERCÍCIO 2012	14.256,46	0,00	0,00	0,00	0,00	14.256,46
EXERCÍCIO 2013	4,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4,00
EXERCÍCIO 2014	11.755,50	0,00	0,00	0,00	0,00	11.755,50
EXERCÍCIO 2015	16.476,57	0,00	0,00	0,00	0,00	16.476,57
EXERCÍCIO 2016	125.261,18	0,00	112.956,30	0,00	0,00	12.304,88
EXERCÍCIO 2017	126.728,72	0,00	110.556,37	0,00	0,00	16.172,35
EXERCÍCIO 2018	0,00	207.256,38	0,00	0,00	0,00	207.256,38
Sub-total	294.482,43	207.256,38	223.512,67	0,00	0,00	278.226,14
RESTOS A PAGAR - NÃO PROCESSADOS						
EXERCÍCIO 2013	52.179,90	0,00	52.179,90	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2016	10,00	0,00	10,00	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2017	9.568,55	0,00	9.568,55	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2018	0,00	46.450,35	0,00	0,00	0,00	46.450,35
Sub-total	61.758,45	46.450,35	61.758,45	0,00	0,00	46.450,35
SERVICOS DA DÍVIDA A PAGAR						
ENCARGOS - FINANCIAMENTOS INTERNOS (P)	1.284,99	12.086,37	13.200,00	0,00	0,00	171,36
Sub-total	1.284,99	12.086,37	13.200,00	0,00	0,00	171,36
DEPÓSITOS E CONSIGNACÕES						
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS (F)	0,00	218.939,42	200.624,69	0,00	0,00	18.314,73
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS (F)	32.328,11	116.556,10	106.464,28	0,00	0,00	42.419,93
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF (F)	9.191,86	11.113,98	9.179,93	0,00	0,00	11.125,91
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIVERSOS (F)	11.397,08	8.364,47	19.608,14	0,00	0,00	153,41
ISS (F)	233,50	0,00	0,00	0,00	0,00	233,50
PENSAO ALIMENTICIA (F)	0,00	11.330,82	11.327,82	0,00	0,00	3,00
PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA MEDICA (F)	0,00	549,54	549,54	0,00	0,00	0,00
RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES (F)	0,00	326,52	326,52	0,00	0,00	0,00
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (F)	4.593,70	27.834,26	27.834,26	0,00	0,00	4.593,70
OUTROS CONSIGNATARIOS (F)	24.460,32	1.250.120,95	1.215.753,85	0,00	0,00	58.827,42
OUTROS VALORES RESTITUIVEIS (F)	1.764,38	2.324,07	3.837,35	0,00	0,00	251,10
Sub-total	83.968,95	1.647.460,13	1.595.506,38	0,00	0,00	135.922,70

*

*

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

Orçamento Programa - Exercício de 2018

Anexo 17 - Demonstrativo da Dívida Flutuante

DEZEMBRO(31/12/2018)

CONSOLIDADO

TITULOS	SALDO ANTERIOR	MOVIMENTO DO PERIODO				SALDO P/ O PERIODO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	TRANSF .RP NAO PROC. LIQ		
				INSCR	BAIXA	
TOTAL	441.494,82	1.913.253,23	1.893.977,50	0,00	0,00	460.770,55

HUMBERTO LUIZ NOGUEIRA DE MENEZES
PREFEITO MUNICIPAL
592.832.541-04

GISELE DI ANGELIS FEITOSA DA SILVA
CONTADORA
938.001.001-00

ZILMAR ANTONIO DE OLIVEIRA
SECRETARIO DE FINANÇAS
263.388.231-53

*
*

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Orçamento Programa - Exercício de 2018 | DEZEMBRO(31/12/2018) |

CONSOLIDADO

QUADRO PRINCIPAL

FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	Nota	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS		14.924.629,76	13.317.952,69
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	1FC	1.600.121,18	2.105.494,45
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES RECEBIDAS	2FC	11.542.421,45	10.458.112,14
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS		1.782.087,13	754.346,10
Ingressos Extra-orçamentários		1.100.578,33	753.862,59
Transferências Financeiras Recebidas		681.508,80	483,51
DESEMBOLSOS (Incluidos pagto de RP)		14.082.360,96	11.826.441,73
PESSOAL E DEMAIS DESPESAS	3FC	11.584.822,11	9.626.622,88
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	4FC	13.028,64	69.540,77
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	2FC	599.144,79	722.647,38
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS		1.885.365,42	1.407.630,70
Desembolsos Extra-Orçamentários		1.215.821,78	731.143,65
Transferências Financeiras Concedidas		669.543,64	676.487,05
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)		842.268,80	1.491.510,96

FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	Nota	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS		89.305,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS		89.305,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS		0,00	0,00
DESEMBOLSOS		860.117,47	1.043.043,11
AQUISIÇÃO DE ATIVO NÃO CIRCULANTE		860.117,47	1.043.043,11
CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		0,00	0,00
OUTROS DESEMBOLSOS DE INVESTIMENTOS		0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)		-770.812,47	-1.043.043,11

FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	Nota	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS		121.219,71	740.306,21
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		0,00	0,00
INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DE EMPRESAS DEPENDENTES		0,00	0,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL RECEBIDOS		121.219,71	740.306,21
DESEMBOLSOS		143.427,94	119.537,67
AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA		0,00	0,00
OUTROS DESEMBOLSOS DE FINANCIAMENTOS		143.427,94	119.537,67
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)		-22.208,23	620.768,54

APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	Nota	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL		3.991.484,25	1.492.926,13
(+)GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)		49.248,10	1.069.236,39
(=)CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		4.040.732,35	2.562.162,52

HUMBERTO LUIZ NOGUEIRA DE MENEZES	GISELE DI ANGELIS FEITOSA DA SILVA	ZILMAR ANTONIO DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADORA	SECRETARIO DE FINANÇAS
592.832.541-04	938.001.001-00	263.388.231-53

Layout conforme IPC 08 - STN

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Orçamento Programa - Exercício de 2018 DEZEMBRO(31/12/2018)

CONSOLIDADO

QUADRO DE RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS - 1FC

QUADRO DE RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Receita Tributária	343.183,71	479.075,29
Receita de Contribuições	927.886,51	690.917,04
Outras Receitas Derivadas	0,00	277.548,42
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00
Receita de Serviços	215.887,20	205.716,00
Outras Receitas Originárias	75.594,68	158.964,84
Remuneração das Disponibilidades	37.569,08	293.272,86
Total das Receitas Derivadas e Originárias	**1.600.121,18**	**2.105.494,45**

QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS - 2FC

	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES RECEBIDAS	11.542.421,45	10.458.112,14
Intergovernamentais	10.947.761,27	9.901.584,83
da União	7.438.157,98	6.793.055,13
de Estados e Distrito Federal	3.416.245,55	3.029.438,90
de Municípios	93.357,74	79.090,80
Intragovernamentais	0,00	0,00
Outras Transferências	594.660,18	556.527,31
Total das Transferências Recebidas	**11.542.421,45**	**10.458.112,14**
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	599.144,79	722.647,38
Intergovernamentais	0,00	0,00
da União	0,00	0,00
de Estados e Distrito Federal	0,00	0,00
de Municípios	0,00	0,00
FUNDEB (Retenções)	0,00	0,00
Outras Deduções de Receita(Renuncia,Rest,Desc)	0,00	0,00
Intragovernamentais	522.566,38	646.822,38
Outras transferências concedidas	76.578,41	75.825,00
Total das Transferências Concedidas	**599.144,79**	**722.647,38**

HUMBERTO LUIZ NOGUEIRA DE MENEZES
PREFEITO MUNICIPAL
592.832.541-04

GISELE DI ANGELIS FEITOSA DA SILVA
CONTADORA
938.001.001-00

ZILMAR ANTONIO DE OLIVEIRA
SECRETARIO DE FINANÇAS
263.388.231-53

Layout conforme IPC 08 - STN

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Orçamento Programa - Exercício de 2018 | DEZEMBRO(31/12/2018) | 3 de 3

CONSOLIDADO

QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO - 3FC

	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
GESTÃO AMBIENTAL	0,00	8.000,00
LEGISLATIVA	652.965,63	0,00
ADMINISTRAÇÃO	2.893.132,27	2.908.339,23
ASSISTÊNCIA SOCIAL	639.438,43	626.734,48
PREVIDÊNCIA SOCIAL	560.608,11	0,00
SAÚDE	2.759.354,98	2.420.698,21
TRABALHO	126.764,70	121.242,65
EDUCAÇÃO	2.097.312,39	1.971.724,48
CULTURA	91.446,60	91.750,17
URBANISMO	561.494,88	456.352,61
SANEAMENTO	182.385,22	159.018,53
COMÉRCIO E SERVIÇOS	29.125,03	1.126,26
ENERGIA	29.728,59	21.656,32
TRANSPORTE	742.757,78	658.996,08
DESPORTO E LAZER	218.307,50	180.983,86
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função	**11.584.822,11**	**9.626.622,88**

QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA - 4FC

	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	13.028,64	69.540,77
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	0,00	0,00
Outros Encargos da Dívida	0,00	0,00
Total dos Juros e Encargos da Dívida	**13.028,64**	**69.540,77**

HUMBERTO LUIZ NOGUEIRA DE MENEZES
PREFEITO MUNICIPAL
592.832.541-04

GISELE DI ANGELIS FEITOSA DA SILVA
CONTADORA
938.001.001-00

ZILMAR ANTONIO DE OLIVEIRA
SECRETARIO DE FINANÇAS
263.388.231-53

Layout conforme IPC 08 - STN

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA
RUA
03503638/0001-33 Balanço Exercício: 2018

A N E X O 18
RELACAO DE AUXILIOS, SUBVENCOES E CONTRIBUICOES CONCEDIDAS
CONSOLIDADO

Nome Cep/Cidade	Endereco Data	VALOR R$
Auxilios, Subvencoes e Contribuicoes Correntes:		
ASSOCIAÇÃO MATOGROSSENSE DOS 78000-000 CUIABA	RUA HISTORIADOR R. DE MENDONCA 03/01/2018	1.000,00
ASSOCIAÇÃO MATOGROSSENSE DOS 78000-000 CUIABA	RUA HISTORIADOR R. DE MENDONCA 09/01/2018	1.000,00
CONFEDERACAO NACIONAL DOS MUN 70350-530 BRASILIA	SCRS 10/01/2018	598,00
ASSOCIAÇÃO MATOGROSSENSE DOS 78000-000 CUIABA	RUA HISTORIADOR R. DE MENDONCA 16/01/2018	3.100,00
ASSOCIAÇÃO MATOGROSSENSE DOS 78000-000 CUIABA	RUA HISTORIADOR R. DE MENDONCA 23/01/2018	1.000,00
ASSOCIAÇÃO MATOGROSSENSE DOS 78000-000 CUIABA	RUA HISTORIADOR R. DE MENDONCA 30/01/2018	1.000,00
ASSOCIAÇÃO MATOGROSSENSE DOS 78000-000 CUIABA	RUA HISTORIADOR R. DE MENDONCA 06/02/2018	1.000,00
CONFEDERACAO NACIONAL DOS MUN 70350-530 BRASILIA	SCRS 09/02/2018	615,00
ASSOCIAÇÃO MATOGROSSENSE DOS 78000-000 CUIABA	RUA HISTORIADOR R. DE MENDONCA 15/02/2018	1.000,00
ASSOCIAÇÃO MATOGROSSENSE DOS 78000-000 CUIABA	RUA HISTORIADOR R. DE MENDONCA 20/02/2018	3.100,00
ASSOCIAÇÃO MATOGROSSENSE DOS 78000-000 CUIABA	RUA HISTORIADOR R. DE MENDONCA 27/02/2018	1.000,00
ASSOCIAÇÃO MATOGROSSENSE DOS 78000-000 CUIABA	RUA HISTORIADOR R. DE MENDONCA 06/03/2018	1.000,00
CONFEDERACAO NACIONAL DOS MUN 70350-530 BRASILIA	SCRS 09/03/2018	615,00
ASSOCIAÇÃO MATOGROSSENSE DOS 78000-000 CUIABA	RUA HISTORIADOR R. DE MENDONCA 13/03/2018	1.000,00
ASSOCIAÇÃO MATOGROSSENSE DOS 78000-000 CUIABA	RUA HISTORIADOR R. DE MENDONCA 20/03/2018	3.100,00
ASSOCIAÇÃO MATOGROSSENSE DOS 78000-000 CUIABA	RUA HISTORIADOR R. DE MENDONCA 27/03/2018	1.000,00
ASSOCIAÇÃO MATOGROSSENSE DOS 78000-000 CUIABA	RUA HISTORIADOR R. DE MENDONCA 03/04/2018	1.000,00
CONFEDERACAO NACIONAL DOS MUN 70350-530 BRASILIA	SCRS 10/04/2018	615,00
ASSOCIAÇÃO MATOGROSSENSE DOS 78000-000 CUIABA	RUA HISTORIADOR R. DE MENDONCA 17/04/2018	3.100,00
ASSOCIAÇÃO MATOGROSSENSE DOS 78000-000 CUIABA	RUA HISTORIADOR R. DE MENDONCA 24/04/2018	2.000,00
ASSOCIAÇÃO MATOGROSSENSE DOS 78000-000 CUIABA	RUA HISTORIADOR R. DE MENDONCA 03/05/2018	1.000,00
ASSOCIAÇÃO MATOGROSSENSE DOS 78000-000 CUIABA	RUA HISTORIADOR R. DE MENDONCA 08/05/2018	1.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA
RUA
03503638/0001-33 Balanço Exercício: 2018

A N E X O 18
RELACAO DE AUXILIOS, SUBVENCOES E CONTRIBUICOES CONCEDIDAS
CONSOLIDADO

Nome Cep/Cidade	Endereco Data	VALOR R$
CONFEDERACAO NACIONAL DOS MUN 70350-530 BRASILIA	SCRS 10/05/2018	615,00
ASSOCIAÇÃO MATOGROSSENSE DOS 78000-000 CUIABA	RUA HISTORIADOR R. DE MENDONCA 15/05/2018	3.100,00
CONFEDERACAO NACIONAL DOS MUN 70350-530 BRASILIA	SCRS 08/06/2018	615,00
ASSOCIAÇÃO MATOGROSSENSE DOS 78000-000 CUIABA	RUA HISTORIADOR R. DE MENDONCA 26/06/2018	125,41
CONFEDERACAO NACIONAL DOS MUN 70350-530 BRASILIA	SCRS 10/07/2018	615,00
ASSOCIAÇÃO MATOGROSSENSE DOS 78000-000 CUIABA	RUA HISTORIADOR R. DE MENDONCA 17/07/2018	1.275,00
ASSOCIAÇÃO MATOGROSSENSE DOS 78000-000 CUIABA	RUA HISTORIADOR R. DE MENDONCA 07/08/2018	1.275,00
CONFEDERACAO NACIONAL DOS MUN 70350-530 BRASILIA	SCRS 10/08/2018	615,00
ASSOCIAÇÃO MATOGROSSENSE DOS 78000-000 CUIABA	RUA HISTORIADOR R. DE MENDONCA 14/08/2018	1.275,00
ASSOCIAÇÃO MATOGROSSENSE DOS 78000-000 CUIABA	RUA HISTORIADOR R. DE MENDONCA 21/08/2018	1.275,00
ASSOCIAÇÃO MATOGROSSENSE DOS 78000-000 CUIABA	RUA HISTORIADOR R. DE MENDONCA 28/08/2018	1.275,00
CONFEDERACAO NACIONAL DOS MUN 70350-530 BRASILIA	SCRS 10/09/2018	615,00
ASSOCIAÇÃO MATOGROSSENSE DOS 78000-000 CUIABA	RUA HISTORIADOR R. DE MENDONCA 19/09/2018	3.825,00
ASSOCIAÇÃO MATOGROSSENSE DOS 78000-000 CUIABA	RUA HISTORIADOR R. DE MENDONCA 24/09/2018	1.275,00
ASSOCIAÇÃO MATOGROSSENSE DOS 78000-000 CUIABA	RUA HISTORIADOR R. DE MENDONCA 02/10/2018	1.275,00
ASSOCIAÇÃO MATOGROSSENSE DOS 78000-000 CUIABA	RUA HISTORIADOR R. DE MENDONCA 10/10/2018	1.275,00
CONFEDERACAO NACIONAL DOS MUN 70350-530 BRASILIA	SCRS 10/10/2018	615,00
ASSOCIAÇÃO MATOGROSSENSE DOS 78000-000 CUIABA	RUA HISTORIADOR R. DE MENDONCA 16/10/2018	1.275,00
ASSOCIAÇÃO MATOGROSSENSE DOS 78000-000 CUIABA	RUA HISTORIADOR R. DE MENDONCA 23/10/2018	1.275,00
ASSOCIAÇÃO MATOGROSSENSE DOS 78000-000 CUIABA	RUA HISTORIADOR R. DE MENDONCA 06/11/2018	1.275,00
CONFEDERACAO NACIONAL DOS MUN 70350-530 BRASILIA	SCRS 09/11/2018	615,00
ASSOCIAÇÃO MATOGROSSENSE DOS 78000-000 CUIABA	RUA HISTORIADOR R. DE MENDONCA 13/11/2018	1.275,00
ASSOCIAÇÃO MATOGROSSENSE DOS 78000-000 CUIABA	RUA HISTORIADOR R. DE MENDONCA 22/11/2018	1.275,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA
RUA
03503638/0001-33 Balanço Exercício: 2018

A N E X O 18
RELACAO DE AUXILIOS, SUBVENCOES E CONTRIBUICOES CONCEDIDAS
CONSOLIDADO

Nome Cep/Cidade	Endereco Data	VALOR R$
ASSOCIAÇÃO MATOGROSSENSE DOS 78000-000 CUIABA	RUA HISTORIADOR R. DE MENDONCA 27/11/2018	1.275,00
ASSOCIAÇÃO MATOGROSSENSE DOS 78000-000 CUIABA	RUA HISTORIADOR R. DE MENDONCA 04/12/2018	1.275,00
ASSOCIAÇÃO MATOGROSSENSE DOS 78000-000 CUIABA	RUA HISTORIADOR R. DE MENDONCA 11/12/2018	1.275,00
CONFEDERACAO NACIONAL DOS MUN 70350-530 BRASILIA	SCRS 11/12/2018	615,00
ASSOCIAÇÃO MATOGROSSENSE DOS 78000-000 CUIABA	RUA HISTORIADOR R. DE MENDONCA 18/12/2018	1.275,00
ASSOCIAÇÃO MATOGROSSENSE DOS 78000-000 CUIABA	RUA HISTORIADOR R. DE MENDONCA 27/12/2018	1.275,00
ASSOCIACAO DA TERCEIRA IDADE R. 78610-000 PONTE BRANCA	RUA TEREZA DUTRA 10/04/2018	1.700,00
ASSOCIACAO DA TERCEIRA IDADE R. 78610-000 PONTE BRANCA	RUA TEREZA DUTRA 10/05/2018	850,00
ASSOCIACAO DA TERCEIRA IDADE R. 78610-000 PONTE BRANCA	RUA TEREZA DUTRA 08/06/2018	850,00
ASSOCIACAO DA TERCEIRA IDADE R. 78610-000 PONTE BRANCA	RUA TEREZA DUTRA 10/07/2018	850,00
ASSOCIACAO DA TERCEIRA IDADE R. 78610-000 PONTE BRANCA	RUA TEREZA DUTRA 10/08/2018	850,00
CONSELHO DE SECRETÁRIOS MUNICI 78070-000 CUIABA	AV. RUBENS DE MENDONCA 28/08/2018	493,00
ASSOCIACAO DA TERCEIRA IDADE R. 78610-000 PONTE BRANCA	RUA TEREZA DUTRA 13/09/2018	850,00
CONSELHO DE SECRETÁRIOS MUNICI 78070-000 CUIABA	AV. RUBENS DE MENDONCA 25/09/2018	493,00
ASSOCIACAO DA TERCEIRA IDADE R. 78610-000 PONTE BRANCA	RUA TEREZA DUTRA 10/10/2018	850,00
CONSELHO DE SECRETÁRIOS MUNICI 78070-000 CUIABA	AV. RUBENS DE MENDONCA 24/10/2018	493,00
ASSOCIACAO DA TERCEIRA IDADE R. 78610-000 PONTE BRANCA	RUA TEREZA DUTRA 13/11/2018	850,00
CONSELHO DE SECRETÁRIOS MUNICI 78070-000 CUIABA	AV. RUBENS DE MENDONCA 27/11/2018	493,00
ASSOCIACAO DA TERCEIRA IDADE R. 78610-000 PONTE BRANCA	RUA TEREZA DUTRA 10/12/2018	850,00
CONSELHO DE SECRETÁRIOS MUNICI 78070-000 CUIABA	AV. RUBENS DE MENDONCA 18/12/2018	493,00
ASSOCIACAO DA TERCEIRA IDADE R. 78610-000 PONTE BRANCA	RUA TEREZA DUTRA 31/12/2018	850,00
TOTAL		76.578,41

Auxilios e Contribuicoes para Despesas de Capital:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA
RUA
03503638/0001-33 Balanço Exercício: 2018

A N E X O 18
RELACAO DE AUXILIOS, SUBVENCOES E CONTRIBUICOES CONCEDIDAS CONSOLIDADO

Nome	Endereco	
Cep/Cidade	Data	VALOR R$
Declaramos que no corrente exercicio, nao foram concedidos auxilios, subvencoes ou contrib. de		
TOTAL		76.578,41

PONTE BANCA/MT, 31 de DEZEMBRO de 2018.

HUMBERTO LUIZ NOGUEIRA DE MENEZES PREFEITO MUNICIPAL 592.832.541-04	GISELE DI ANGELIS FEITOSA DA SILVA CONTADORA 938.001.001-00	ZILMAR ANTONIO DE OLIVEIRA SECRETARIO DE FINANÇAS 263.388.231-53

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO

GABINETE
LEI Nº 826/2019, DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

LEI Nº 826/2019, DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

"Dispõe sobre autorização para inclusão de ação (projeto/atividade) nas Leis Municipais nº 778/2017 – PPA 2018/2021 e Lei nº 797/2018 - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2019 e dá outras providências".

Excelentíssimo Senhor **MARTINS DIAS DE OLIVEIRA,** Prefeito de Porto Esperidião/MT, no uso de suas atribuições legais, ***FAZ SABER***que a Câmara de Vereadores **APROVOU** e **SANCIONA** a seguinte **LEI**:

Art. 1º- Para atender às necessidades Orçamentárias do Poder Executivo, fica incluído no Anexo de Ações, e demais anexos pertinentes, da Lei Municipal nº 778/2017 – Plano Plurianual, para o quadriênio 2018 à 2021, a seguinte ação:

ÓRGÃO: *04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO*

UNIDADE: *001 – GABINETE DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO*

PROGRAMA: *0003 – ADMINISTRAÇÃO E GERENCIAMENTO*

Código / Sigla	TIPO (Proj/ Ativ)	Descrição da Ação	Unidade Responsável	Unidade de Medida	Quantidade do Ano em Curso (2019)	Valor em R$ do ano em Curso (2019)
1.100 - ISES	*1*	*Implantação de Sistema de Energia Solar*	*Secretaria Municipal de Administração*	*Unidade*	01	*1.400.000,00*

Art. 2º- Fica incluído no Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal nº 797/2018 – Lei de Diretrizes Orçamentárias, para o exercício financeiro de 2019, a seguinte ação:

PROGRAMA: *0003 – ADMINISTRAÇÃO E GERENCIAMENTO*

Órgão / Unidade	FUNÇÃO/ SUBFUNÇÃO	AÇÃO	PRODUTO	UNID. DE MEDIDA	META FÍSICA	META FINANCEIRA
04 – Sec. Mun. de Administração *001 – Gab. Sec. Mun. de Administração*	*04 – Administração* *122 – Administração Geral*	*1.100 – Implantação de Sistema de Energia Solar*	*Sistema de Geração de Energia Solar*	*Unidade*	*1,00*	*1.400.000,00*

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 21 de agosto de 2019.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

GABINETE
LEI COMPLEMENTAR N.º 105/2019, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

LEI COMPLEMENTAR N.º 105/2019, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

DISPÕE SOBRE: ALTERA LEI COMPLEMENTAR N.º 018/03 – CRIA CARGOS COMISSIONADOS, EXTINGUE CARGO, INSTITUI ANEXOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Senhor **MARTINS DIAS DE OLIVEIRA,** Prefeito de Porto Esperidião/MT, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, **FAZ SABER**, que a Câmara Municipal **APROVOU** e **SANCIONA** a seguinte **LEI COMPLEMENTAR**:

Art. 1º - Ficam acrescentados na Lei Complementar n.º 018, de 15 de dezembro de 2003, especialmente nos Anexos I-B e II-B, os cargos de Provimento Comissionado, com função comissionada DAS-2, denominados COORDENADOR DE CENTRO DE REFERENCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL, GESTOR DO BOLSA FAMÍLIA e COORDENADOR DE PROGRAMA HABITACIONAL, com uma vaga e remuneração mensal de R$ 1. 865,06 (um mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e seis centavos) para cada cargo.

Art. 2º - Aumenta 01 (uma) vaga ao cargo de CHEFE DE SEÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, constante nos Anexos I-B e II-B.

Art. 3º - Declara a desnecessidade e extingue o Cargo Comissionado de Orientador Social, constante nos Anexos I-B e II B.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Porto Esperidião/MT, 21 de agosto de 2019.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

GABINETE
LEI N.º 828/2019, DE 20 DE AGOSTO DE 2019

LEI N.º 828/2019, DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO ADQUIRIR IMÓVEL URBANO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Senhor **MARTINS DIAS DE OLIVEIRA,** Prefeito Municipal de Porto Esperidião/MT, no uso das atribuições conferidas por Lei, **FAZ SABER**, que a Câmara de Vereadores **APROVOU** e ele **SANCIONA** a seguinte **Lei**:

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a adquirir o imóvel urbano, denominado Lote 021, da Quadra 13, inscrito no cadastro fiscal da Prefeitura sob o número 0001.003.00013.0021.001, medindo 679,80m2, localizado na Rua Celina Leal, 172, Aeroporto, Porto Esperidião/MT.

Parágrafo Único: o imóvel será utilizado para a finalidade específica de ampliar a área de sepultamento do Cemitério Municipal São Francisco de Assis.

Art. 2.º O imóvel será incorporado ao patrimônio do Município.

Art. 3º - A aquisição será realizada com os valores previstos no orçamento anual da Prefeitura.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5.º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Esperidião-MT, 21 de agosto de 2019.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito

GABINETE
LEI Nº 829/2019, DE 20 DE AGOSTO DE 2019

LEI Nº 829/2019, DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

“Dispõe sobre revogação das Leis n.º 675//2015 e 759/2017 e dá outras providências”.

O Excelentíssimo Senhor **MARTINS DIAS DE OLIVEIRA,** Prefeito de Porto Esperidião/MT, no uso de suas atribuições legais, ***FAZ SABER***que a Câmara Municipal **APROVOU** e ele **SANCIONA** a seguinte **LEI**:

Art. 1º- Ficam revogadas as Lei n.º 675/2015, de 19 de maio de 2015 e Lei n.º 759/2017, de 2017, de 20 de junho de 2017.

Parágrafo único: os atos estabelecidos e concretizados na vigência das Leis revogadas, diante da impossibilidade de serem revertidos, permanecerão válidos.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 21 de agosto de 2019.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

GABINETE
LEI Nº 825/2019 DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

LEI Nº 825/2019 DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

DISPÕE SOBRE INCLUSÃO DE ÁREA DE TERRA RURAL NO PERÍMETRO URBANO DA SEDE DO MUNICÍPIO DE PORTO ESPERIDIÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Excelentíssimo Senhor **MARTINS DIAS DE OLIVEIRA,** Prefeito Municipal de Porto Esperidião/MT, no uso de suas legais atribuição, com ênfase a Lei Orgânica do Município, Constituição Federal, Lei Federal nº. 11. 977/2009 e a Lei Federal nº. 6.766, de 19 de dezembro de 1.979 e suas atualizações, **FAZ SABER** que a Câmara de Vereadores **APROVOU** e eu **SANCIONO** a seguinte **LEI**:

Artigo 1º. Fica incluído no perímetro urbano da sede do município de Porto Esperidião, a área de terra com 5,5500 ha (cinco hectares com cinquenta e cinco ares), que equivale a 55.500,00 m² (cinquenta e cinco mil e quinhentos metros quadrados).

§ 1°. A área de terras objeto de caput deste artigo integra a área maior, denominada de “LOTE Nº. 43” composto de 23ha e 7.600,00 m² (vinte e três hectares, sete mil e seiscentos mil metros quadrados), objeto da matricula nº. 3.286, do Cartório de registro de Imóveis da Comarca de Porto Esperidião/MT, de propriedade de Manoel Massavi, qualificado na matricula acima descrita.

§ 2°. A área remanescente do imóvel com 18,2100 ha (dezoito hectares com 21 centiares), manterá sua vocação agrícola permanecendo no setor rural do município.

Artigo 2º. Com a ampliação, o perímetro urbano da sede do município, passa a ter a seguinte descrição:Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice **M1**, de coordenadas **N 8.247.434,82**m e **E 342.410,67**m; deste, segue confrontando com Estrada Municipal, com os seguintes azimutes e distâncias: 171°43'38" e 531,05 m até o vértice **M2**, de coordenadas **N 8.246.909,30**m e **E 342.487,08**m; deste, segue confrontando com faixa e domínio B.R. 174 sentido Cáceres, com os seguintes azimutes e distâncias: 63°40'04" e 585,72 m até o vértice **M3**, de coordenadas **N 8.247.169,11**m e **E 343.012,02**m; deste, segue confrontando com margem direita do Rio Jaurú a jusante, com os seguintes azimutes e distâncias: 160°06'13" e 125,35 m até o vértice **P4**, de coordenadas **N 8.247.051,24**m e **E 343.054,68**m; 153°00'52" e 43,26 m até o vértice **P5**, de coordenadas **N 8.247.012,69**m e **E 343.074,31**m; 122°09'00" e 92,46 m até o vértice **P6**, de coordenadas **N 8.246.963,49**m e **E 343.152,59**m; 107°12'50" e 109,21 m até o vértice **P7**, de coordenadas **N 8.246.931,17**m e **E 343.256,91**m; 102°27'20" e 100,94 m até o vértice **P8**, de coordenadas **N 8.246.909,40**m e **E 343.355,47**m; 102°44'03" e 44,19 m até o vértice **P9**, de coordenadas **N 8.246.899,66**m e **E 343.398,57**m; 98°26'46" e 53,85 m até o vértice **P10**, de coordenadas **N 8.246.891,75**m e **E 343.451,84**m; 81°47'28" e 172,57 m até o vértice **P11**, de coordenadas **N 8.246.916,39**m e **E 343.622,64**m; 84°20'26" e 75,95 m até o vértice **P12**, de coordenadas **N 8.246.923,88**m e **E 343.698,22**m; 85°26'33" e 116,54 m até o vértice **P13**, de coordenadas **N 8.246.933,14**m e **E 343.814,39**m; 93°13'16" e 69,23 m até o vértice **P14**, de coordenadas **N 8.246.929,25**m e **E 343.883,51**m; 96°45'57" e 62,90 m até o vértice **P15**, de coordenadas **N 8.246.921,84**m e **E 343.945,97**m; 111°21'52" e 76,23 m até o vértice **P16**, de coordenadas **N 8.246.894,07**m e **E 344.016,96**m; 115°39'18" e 92,92 m até o vértice **P17**, de coordenadas **N 8.246.853,84**m e **E 344.100,72**m; 123°13'17" e 60,34 m até o vértice **P18**, de coordenadas **N 8.246.820,78**m e **E 344.151,20**m; 131°51'06"e144,59 m até o vértice **P19**, de coordenadas **N 8.246.724,31**m e **E 344.258,90**m; 136°28'58"e153,03 m até o vértice **P20**, de coordenadas **N 8.246.613,34**m e **E 344.364,27**m; 134°34'15"e112,36 m até o vértice **P21**, de coordenadas **N 8.246.534,49**m e **E 344.444,31**m; 134°34'03" e 73,09 m até o vértice **P22**, de coordenadas **N 8.246.483,20**m e **E 344.496,38**m; 134°34'02" e 53,37 m até o vértice **P23**, de coordenadas **N 8.246.445,75**m e **E 344.534,40**m; 118°40'48" e 73,68 m até o vértice **P24**, de coordenadas **N 8.246.410,39**m e **E 344.599,04**m; 110°40'35" e 69,61 m até o vértice **P25**, de coordenadas **N 8.246.385,81**m e **E 344.664,17**m; 150°48'40" e 71,21 m até o vértice **P26**, de coordenadas **N 8.246.323,64**m e **E 344.698,90**m; 144°01'24" e 71,46 m até o vértice **P27**, de coordenadas **N 8.246.265,81**m e **E 344.740,88**m; 137°27'20" e 70,63 m até o vértice **P28**, de coordenadas **N 8.246.213,77**m e **E 344.788,64**m; 140°38'08" e 67,18 m até o vértice **P29**, de coordenadas **N 8.246.161,83**m e **E 344.831,25**m; 115°54'02"e415,76 m até o vértice **P30**, de coordenadas **N 8.245.980,22**m e **E 345.205,25**m; 78°34'13" e 132,16 m até o vértice **P31**, de coordenadas **N 8.246.006,41**m e **E 345.334,79**m; 40°59'04" e 78,97 m até o vértice **P32**, de coordenadas **N 8.246.066,02**m e **E 345.386,58**m; 350°09'48"e120,99 m até o vértice **P33**, de coordenadas **N 8.246.185,23**m e **E 345.365,91**m; 331°40'36"e101,44 m até o vértice **P34**, de coordenadas **N 8.246.274,53**m e **E 345.317,78**m; 356°40'23" e 68,24 m até o vértice **P35**, de coordenadas **N 8.246.342,65**m e **E 345.313,82**m; 31°40'46" e 171,07 m até o vértice **P36**, de coordenadas **N 8.246.488,23**m e **E 345.403,66**m; 55°25'16" e 109,77 m até o vértice **P37**, de coordenadas **N 8.246.550,53**m e **E 345.494,04**m; 49°35'57" e 103,88 m até o vértice **P38**, de coordenadas **N 8.246.617,86**m e **E 345.573,15**m; 6°24'00" e 87,74 m até o vértice **P39**, de coordenadas **N 8.246.705,05**m e **E 345.582,93**m; 355°39'53" e 88,63 m até o vértice **P40**, de coordenadas **N 8.246.793,43**m e **E 345.576,23**m; 348°56'06" e 85,35 m até o vértice **P41**, de coordenadas **N 8.246.877,19**m e **E 345.559,85**m; 9°48'34" e 81,94 m até o vértice **P42**, de coordenadas **N 8.246.957,93**m e **E 345.573,81**m; 36°41'18" e 88,39 m até o vértice **P43**, de coordenadas **N 8.247.028,81**m e **E 345.626,62**m; 72°17'56" e 77,03 m até o vértice **P44**, de coordenadas **N8.247.052,23**m e **E 345.700,00**m; 64°38'31" e 75,79 m até o vértice **P45**, de coordenadas **N 8.247.084,69**m e **E 345.768,49**m; 81°14'20" e 111,09 m até o vértice **P46**, de coordenadas **N 8.247.101,61**m e **E 345.878,28**m; 84°51'08" e 148,79 m até o vértice **P47**, de coordenadas **N 8.247.114,96**m e **E 346.026,47**m; 99°25'06" e 117,45 m até o vértice **P48**, de coordenadas **N 8.247.095,74**m e **E 346.142,34**m; 149°21'05" e 75,80 m até o vértice **P49**, de coordenadas **N 8.247.030,53**m e **E 346.180,98**m; 123°34'48" e 75,10 m até o vértice **P50**, de coordenadas **N 8.246.988,99**m e **E 346.243,55**m; 116°32'58" e 98,64 m até o vértice **P51**, de coordenadas **N 8.246.944,90**m e **E 346.331,79**m; 99°12'28" e 137,30 m até o vértice **P52**, de coordenadas **N 8.246.922,93**m e **E 346.467,32**m; 74°51'39" e 107,48 m até o vértice **P53**, de coordenadas **N 8.246.951,00**m e **E 346.571,07**m; 49°47'50" e 136,30 m até o vértice **P54**, de coordenadas **N 8.247.038,98**m e **E 346.675,17**m; 108°58'43" e 35,33 m até o vértice **P55**, de coordenadas **N 8.247.027,49**m e **E 346.708,58**m; 170°18'49" e 22,29 m até o vértice **P56**, de coordenadas **N 8.247.005,52**m e **E 346.712,33**m; 123°40'22" e 55,01 m até o vértice **P57**, de coordenadas **N 8.246.975,02**m e **E 346.758,11**m; 109°44'34" e 59,44 m até o vértice **P58**, de coordenadas **N 8.246.954,94**m e **E 346.814,06**m; 135°35'12" e 82,86 m até o vértice **P59**, de coordenadas **N 8.246.895,75**m e **E 346.872,05**m; 131°31'39"e135,42

m até o vértice **P60**, de coordenadas **N 8.246.805,97**m e **E 346.973,43**m; 123°43'43" e 45,33 m até o vértice **P61**, de coordenadas **N 8.246.780,80**m e **E 347.011,13**m; 108°24'46" e 73,20 m até o vértice **P62**, de coordenadas **N 8.246.757,68**m e **E 347.080,58**m; 116°10'54"e110,24 m até o vértice **P63**, de coordenadas **N 8.246.709,04**m e **E 347.179,51**m; 143°50'58" e 58,14 m até o vértice **P64**, de coordenadas **N 8.246.662,09**m e **E 347.213,81**m; 175°17'29" e 93,31 m até o vértice **P65**, de coordenadas **N 8.246.569,09**m e **E 347.221,47**m; 154°49'49" e 75,66 m até o vértice **P66**, de coordenadas **N 8.246.500,61**m e **E 347.253,65**m; 128°48'04" e 94,43 m até o vértice **P67**, de coordenadas **N 8.246.441,44**m e **E 347.327,24**m; 111°35'18"e126,30 m até o vértice **P68**, de coordenadas **N 8.246.394,97**m e **E 347.444,68**m; 162°22'09"e116,71 m até o vértice **P69**, de coordenadas **N 8.246.283,74**m e **E 347.480,03**m; 174°10'45"e108,17 m até o vértice **P70**, de coordenadas **N 8.246.176,13**m e **E 347.491,00**m; 156°41'24" e 85,14 m até o vértice **P71**, de coordenadas **N 8.246.097,94**m e **E 347.524,69**m; 112°38'46" e 32,00 m até o vértice **P72**, de coordenadas **N 8.246.085,62**m e **E 347.554,22**m; 84°33'55"e 109,17 m até o vértice **M73**, de coordenadas **N 8.246.095,96**m e **E 347.662,90**m; deste, segue confrontando com Espólio José Serafim Borges, com os seguintes azimutes e distâncias:212°39'04" e 40,54 m até o vértice **M74**, de coordenadas **N 8.246.061,83**m e **E 347.641,03**m;158°18'37" e 32,36 m até o vértice **M75**, de coordenadas **N 8.246.031,76**m e **E 347.652,99**m; 204°46'43" e 46,19 m até o vértice **M76**, de coordenadas **N 8.245.989,82**m e **E 347.633,63**m;180°40'46" e 62,40 m até o vértice **M77**, de coordenadas **N 8.245.927,42**m e **E 347.632,89**m;145°41'02" e 71,82 m até o vértice **M78**, de coordenadas **N 8.245.868,10**m e **E 347.673,38**m;140°24'27" e 68,21 m até o vértice **M79**, de coordenadas **N 8.245.815,54**m e **E 347.716,85**m;264°59'09" e 198,05 m até o vértice **M80**, de coordenadas **N 8.245.798,23**m e**E347.519,56**m;317°17'58"e1.227,15m até o vértice **M81**, de coordenadas **N 8.246.700,07**m e**E 346.687,35**m;277°46'11" e 839,78 m até o vértice**M82**, de coordenadas **N 8.246.813,60**m e **E 345.855,28**m; 199°04'02" e 1.070,81 m até o vértice **M83**, de coordenadas **N 8.245.801,54**m e **E 345.505,47**m; 268°55'13" e 304,06 m até o vértice **M84**, de coordenadas **N 8.245.795,81**m e **E 345.201,46**m; 286°54'12" e 886,61 m até o vértice **M85**, de coordenadas **N 8.246.053,60**m e **E 344.353,15**m; 258°34'58" e 1.335,82 m até o vértice **M86**, de coordenadas **N 8.245.789,17**m e **E 343.043,76**m; 258°18'32" e 351,47 m até o vértice **M87**, de coordenadas **N 8.245.717,95**m e **E 342.699,58**m; 258°18'12" e 323,04 m até o vértice **M88**, de coordenadas **N 8.245.652,46**m e **E 342.383,25**m; deste, segue confrontando com Leonardo Duarte, com os seguintes azimutes e distâncias: 350°44'33" e 814,13 m até o vértice **M89**, de coordenadas **N 8.246.455,99**m e **E 342.252,28**m; deste, segue confrontando com Estrada Municipal sentido BR 174, com os seguintes azimutes e distâncias: 270°18'02" e 455,57 m até o vértice **M90**, de coordenadas **N 8.246.458,38**m e **E 341.796,72**m; 172°07'41" e 14,75 m até o vértice **M91**, de coordenadas **N 8.246.443,77**m e **E 341.798,74**m; deste, segue confrontando com Leonardo Duarte, com os seguintes azimutes e distâncias 270°03'46" e 273,48 m até o vértice **M92**, de coordenadas **N 8.246.444,07**m e **E 341.525,26**m; deste, segue confrontando com Jomar Barbosa da Silva, com os seguintes azimutes e distâncias: 351°58'23" e 146,88 m até o vértice **M93**, de coordenadas **N 8.246.589,51**m e **E 341.504,75**m; deste, segue confrontando com Manoel Massavi com os seguintes azimutes e distâncias: 66°07'29" e 281,80 m até o vértice **M94**, de coordenadas **N 8.246.703,57**m e **E 341.762,44**m; deste, segue confrontando com Adalberto Pagliuca Filho, com os seguintes azimutes e distâncias: 171°43'36" e 103,55 m até o vértice **M95**, de coordenadas **N 8.246.601,10**m e **E 341.777,34**m; 66°08'15" e 303,70 m até o vértice **M96**, de coordenadas **N 8.246.723,96**m e **E 342.055,08**m; 335°18'44" e 213,78 m até o vértice **M97**, de coordenadas **N 8.246.918,20**m e **E 341.965,79**m; 67°10'56" e 257,09 m até o vértice **M98**, de coordenadas **N 8.247.017,90**m e **E 342.202,76**m; 350°39'10" e 379,70 m até o vértice **M99**, de coordenadas **N 8.247.392,56**m e **E 342.141,09**m; deste, segue confrontando com faixa de domínio da Estrada municipal, com os seguintes azimutes e distâncias: 81°05'26" e 272,87 m até o vértice **M1**, ponto inicial da descrição deste perímetro.

§ 1º. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e encontram-se representadas no Sistema U T M, referenciadas ao **Meridiano Central nº 57°00'**, fuso -21, tendo como datum o SIRGAS2000.

§ 2º. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção U T M.

Artigo 3º. Caberá ao município, no que tange o Código Municipal Tributário, após a aprovação desta lei, incluir a área no cadastro municipal de imóveis.

§ único. Fica o proprietário, responsável por apresenta junto a municipalidade no prazo de 60 (sessenta) dias após a publicação desta lei, documentação que comprove a perca de vocação agrícola da área inclusa no perímetro urbano de que se trata essa lei.

Artigo 4º. Com a inclusão o perímetro urbano do município, a ter área de 387,1326 ha (trezentos e oitenta e sete hectares, treze áreas e vinte e três centiares).

Artigo 5º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Porto Esperidião/MT, 21 de agosto de 2019.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

PREFEITO

GABINETE
LEI Nº 827/2019, DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

LEI Nº 827/2019, DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

"Dispõe sobre autorização para abertura de Crédito Adicional Especial no orçamento programa do município e dá outras providências".

O Excelentíssimo Senhor **MARTINS DIAS DE OLIVEIRA,** Prefeito de Porto Esperidião/MT, no uso de suas atribuições legais, ***FAZ SABER***que a Câmara Municipal **APROVOU** e **SANCIONA** a seguinte **LEI**:

Art. 1º- Para atender às necessidades Orçamentárias do Poder Executivo, fica aberto um Crédito Adicional Especial ao Orçamento Programa do Município, para o exercício financeiro de 2019, no valor de R$ 2.500.000,00 (Dois Milhões e Quinhentos Mil Reais), através da criação do seguinte projeto/atividade:

ÓRGÃO: *04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO*

UNIDADE: *001 – GABINETE DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO*

04.122.0003.1020 – CONSTRUÇÃO DO PAÇO MUNICIPAL

4.4.90.51.00 – Obras e Instalações R$ 1.100.000,00

Fontes de Recursos:

0.1.90.000000 – Operações de Crédito Internas R$ 1.100.000,00

ÓRGÃO: *04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO*

UNIDADE: *001 – GABINETE DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO*

04.122.0003.1100 – IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ENERGIA SOLAR

4.4.90.51.00 – Obras e Instalações R$ 1.400.000,00

Fontes de Recursos:

0.1.90.000000 – Operações de Crédito Internas R$ 1.400.000,00

Art. 2º - Os recursos Orçamentários para dar Cobertura ao Crédito Adicional Especial aberto no artigo anterior, conforme disposições contidas no art. 43 da Lei Federal 4.320/64, serão compostos por:

I – até o valor de R$ 2.500.000,00 (Dois Milhões e Quinhentos Mil Reais), resultante do excesso de arrecadação de recursos provenientes de Ope-

rações de Crédito Internas, a ser realizada junto à Caixa Econômica Federal.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 21 de agosto de 2019.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

GABINETE
LEI Nº 831/2019, DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

LEI Nº 831/2019, DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

"Dispõe sobre autorização para abertura de Crédito Adicional Especial no orçamento programa do município e dá outras providências".

O Excelentíssimo Senhor **MARTINS DIAS DE OLIVEIRA,** Prefeito de Porto Esperidião/MT, no uso de suas atribuições legais, ***FAZ SABER***que a Câmara Municipal **APROVOU** e ele **SANCIONA** a seguinte **LEI**:

Art. 1º- Para atender às necessidades Orçamentárias do Poder Executivo, fica aberto um Crédito Adicional Especial ao Orçamento Programa do Município, para o exercício financeiro de 2019, no valor de R$ 25.000,00 (Vinte e Cinco Mil Reais), através da criação do seguinte projeto/atividade:

ÓRGÃO: *05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS*

UNIDADE: *001 – GABINETE DO SECRETARIO MUNICIPAL DE OBRAS*

15.451.0060.1100 – AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS

4.4.90.61.00 – Aquisição de Imóveis R$ 25.000,00

Fontes de Recursos:

0.1.00.000000 – Recursos Ordinários R$ 25.000,00

Art. 2º - Os recursos Orçamentários para dar Cobertura ao Crédito Adicional Especial aberto no artigo anterior, conforme disposições contidas no art. 43 da Lei Federal 4.320/64, serão compostos por:

I – até o valor de R$ 25.000,00 (Vinte e Cinco Mil Reais), resultante da anulação parcial ou total das seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO: *12 – SECRETARIA DE INDUSTRIA E COMÉRCIO*

UNIDADE: *001 – SECRETARIA DE INDUSTRIA E COMÉRCIO*

22.661.0334.1096 – AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS

4.4.90.61.00 – Aquisição de Imóveis R$ 10.000,00

Fontes de Recursos:

0.1.00.000000 – Recursos Ordinários R$ 10.000,00

ÓRGÃO: *09– SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA*

UNIDADE: *001 – GABINETE DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA*

99.999.0999.9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

9.9.99.99.00 – Reserva de Contingência R$ 15.000,00

Fontes de Recursos:

0.1.00.000000 – Recursos Ordinários R$ 15.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 21 de agosto de 2019.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

GABINETE
LEI Nº 830/2019, DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

LEI Nº 830/2019, DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

"Dispõe sobre autorização para inclusão de ação (projeto/atividade) nas Leis Municipais nº 778/2017 – PPA 2018/2021 e Lei nº 797/2018 - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2019 e dá outras providências".

O Excelentíssimo Senhor **MARTINS DIAS DE OLIVEIRA**, Prefeito de Porto Esperidião/MT, no uso de suas atribuições legais, ***FAZ SABER***que a Câmara Municipal de Vereadores, **APROVOU** e ele **SANCIONA** a seguinte LEI:

Art. 1º - Para atender às necessidades Orçamentárias do Poder Executivo, fica incluído no Anexo de Ações, e demais anexos pertinentes, da Lei Municipal nº 778/2017 – Plano Plurianual, para o quadriênio 2018 à 2021, a seguinte ação:

ÓRGÃO: *05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS*

UNIDADE: *001 – GABINETE DO SECRETARIO MUNICIPAL DE OBRAS*

PROGRAMA: *0060 – SERVIÇO DE UTILIZADE PÚBLICA*

Código / Sigla	TIPO (Proj/ Ativ)	Descrição da Ação	Unidade Responsável	Unidade de Medida	Quantidade do Ano em Curso (2019)	Valor em R$ do ano em Curso (2019)
1.100 - AI	*1*	*Aquisição de Imóveis*	*Sec. Municipal de Obras*	*Unidade*	01	*25.000,00*

Art. 2º- Fica incluído no Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal nº 797/2018 – Lei de Diretrizes Orçamentárias, para o exercício financeiro de 2019, a seguinte ação:

PROGRAMA: *0060 – SERVIÇO DE UTILIZADE PÚBLICA*

Órgão / Unidade	FUNÇÃO/ SUBFUNÇÃO	AÇÃO	PRODUTO	UNID. DE MEDIDA	META FÍSICA	META FINANCEIRA
05 – Sec. Mun. de Obras *001 – Gab. Sec. Mun. de Obras*	*15 – Urbanismo* *451 – Infraestrutura Urbana*	*1.100 – Aquisição de Imóveis*	*Imóvel adquirido*	*Unidade*	*1,00*	*25.000,00*

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 21 de agosto de 2019.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

ASSESSORIA JURÍDICA
LEI MUNICIPAL N.º 1.967, DE 22 DE MARÇO DE 2019 - ERRATA

ERRATA: Na Lei Municipal n.º 1.967, de 22 de março de 2019, publicada em 25/03/2019, no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, ANO XIV, N.º 3.192, páginas 308/309, ementada da seguinte maneira: *"garante o Piso Salarial Profissional Nacional aos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, alterando-se a Lei Municipal n.º 1.814/2016, na forma que menciona"*; **onde se lê**: *"... Lei Federal n.º 11.350/**2008** ..."*; **Leia-se**: *"...Lei Federal n.º 11.350/**2006** ..."*. **Justificativa:** trata-se e erro puramente material, de digitação, tendo em vista que ao se mencionar a lei federal que regulamentou as atividades de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate a Endemias, erroneamente se indicou ser a mesma do ano de 2008, quando, em verdade, emergiu ao mundo jurídico nacional em 2006, com publicação no Diário Oficial da União em 06.10.2006. Tal equívoco em nada interfere na matéria tratada na Lei, nem mesmo no direito assegurado aos servidores beneficiários, sendo a presente errata redigida com o intuito precípuo de garantir a boa-fé, lisura e transparência necessária aos atos administrativos. Permanecem inalteradas as demais disposições da legislação municipal citada. Certifico. Willian Xavier Soares. Advogado Público Municipal – OAB/MT n.º 18.249/O.

FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE POXORÉU
SALÁRIO-MATERNIDADE

PORTARIA N.º 695/2019 Poxoréu/MT, 16 de Agosto de 2019

Dispõe sobre concessão do benefício de Auxílio Doença, na forma que menciona.

O **Diretor Executivo do POXORÉU-PREVI - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Poxoréu**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 19, Art. 20, Art. 21, Art. 22, Art. 23, Art. 24 e Art. 25, da Lei Municipal n.º 1.489/2012,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder o benefício de **SALÁRIO MATERNIDADE** a servidora Sra. **MICHELLE DAYANNE FAGUNDES DOS SANTOS**, efetiva no cargo de Fiscal de Tributos, lotada na Secretaria de Fazenda, pelo período de 180 dias, com vencimentos referente ao período de 07/08/2019 à 04/02/2020, conforme processo administrativo do POXORÉU-PREVI, nº. 2019.08.039.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registra-se. Publica-se. Cumpra-se.

Poxoréu – MT, 16 de Agosto de 2019.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Diretor Executivo

Publicada por afixação no quadro mural do POXORÉU-PREVI **-** Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Poxoréu, conforme art. 108 da Lei Orgânica do Município de Poxoréu.

ASSESSORIA JURÍDICA
DECRETO MUNICIPAL N.º 028, DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

DECRETO N.º 028/2019 Poxoréu/MT, 21 de agosto de 2019.

Homologa o resultado final da Avaliação de que trata a Lei Municipal n.º 1.776/2015, na forma que menciona.

NELSON ANTÔNIO PAIM, Prefeito Municipal de Poxoréu – MT, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal de Poxoréu/MT, especialmente o contido no art. 113, inciso I, alínea *a*;

CONSIDERANDO a redação do *caput* do artigo 5.º da Lei Municipal n.º 1.776/2015, que determina a homologação do resultado final de desempenho do servidor em Estágio Probatório para aquisição de estabilidade;

DECRETA:

Art. 1.º Fica, neste ato, reconhecido pela Administração Pública Municipal de Poxoréu o cumprimento do interstício de 3 (três) anos exigidos na Lei Municipal n.º 1.776, de 09 de setembro de 2015, no efetivo exercício do cargo para os quais realizaram concurso público, **HOMOLOGANDO** o resultado da Comissão Especial de Estágio Probatório, consoante lista em anexo, que é parte integrante deste Decreto.

Parágrafo único. Os servidores elencados no Anexo Único deste Decreto detêm, por intermédio deste ato, estabilidade, a partir da data em que completaram exatos 36 (trinta e seis) meses de exercício.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos individuais retroativos ao dia de homologação apresentado pela Comissão Especial.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, Poxoréu/MT.

_____

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Este Decreto foi publicado por afixação no saguão da Prefeitura Municipal de Poxoréu, de acordo com o disposto no art. 108 da Lei Orgânica do Município, em 21/08/2019 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM, conforme Lei Municipal n.º 1.041, de 31 de maio de 2006.

DECRETO N.º 028, DE 21 DE AGOSTO DE 2019

Nome	Cargo	Secretaria	Data de Admissão	Data de Homologação	Resultado
GEANANCI FERNANDES OLIVEIRA DE PAULA	Apoio Educacional II	**Educação**	12/02/2016	20/08/2019	APROVADA
LEONOR DE SOUZA REGES	Merendeira	**Educação**	20/05/2016	20/05/2019	APROVADA
LUCINEIDE ALVES DA SILVA	Professora 30 hs	**Educação**	24/05/2016	24/05/2019	APROVADA
WANDERSON DA CRUZ CIRILO	Motorista	**Educação**	11/07/2016	11/07/2019	APROVADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE N.º 112/2019, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

"Dispõe sobre a concessão do benefício de ***Aposentadoria por Idade****a servidora* ***Sra. Maria Rosilda Toniolo."***

O Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o Art. 40, §1º, inciso III, alínea "b" da Constituição Federal com redação dada pela Emenda Constitucional nº. 41/2003, combinado com Art. 12, inciso III, alínea"b" da Lei Municipal n.º 378, de 21 de Agosto de 2006, que rege a previdência municipal; Lei Complementar n.º 61 de 26 de Outubro de 2010, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos servidores públicos do município de Reserva do Cabaçal, anexo V; com posterior reajuste dado pelo Decreto n.º 24 de 09.05.2018;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de **Aposentadoria por Idade**, ao servidor **Sr**. **MARIA ROSILDA TONIOLO,** portadora do RG n.º 1334670-9 - SSP/MT e do CPF n.º 905.957.931-34, residente e domiciliada neste município, servidora efetiva no cargo de Agente de Serviços Gerais, 40 horas, devidamente matriculada sob nº 55, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com proventos proporcionais, contando com 21(vinte e um) anos e 18(dezoito) dias de tempo de contribuição, conforme processo administrativo do **RESER-PREVI, n.º 2019.02.00015P**, a partir de **02 de agosto de 2019**, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de **02 de agosto de 2019**, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

MARIA APARECIDA ALVES MOTTA Secretária Municipal de Finanças Homologo:

TARCISIO FERRARI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA

GABINETE
PORTARIA N°. 119/2019 NOMEIA RESPONSÁVEL POR EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA (EMPENHADOR LIQUIDADOR) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PORTARIA N°. 119/2019

DATA: 01 DE AGOSTO DE 2019

"NOMEIA RESPONSÁVEL POR EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA (EMPENHADOR LIQUIDADOR) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LUZIA NUNES BRANDÃO, Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear a Senhora **ALDENICE GOMES AGUIAR,** brasileira, portadora do RG nº 14115832 SSP/MT e inscrita no CPF nº 935.283.881-53, residente e domiciliada neste Município de Ribeirão Cascalheira – MT, para o cargo de **RESPONSÁVEL POR EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA (EMPENHADOR, LIQUIDADOR) FG-3**. (Lei Municipal 820/2019).

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a portaria as demais disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

E CUMPRA-SE

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

EM 01 DE AGOSTO DE 2019.

LUZIA NUNES BRANDÃO

Prefeita Municipal

GABINETE
PORTARIA N°. 118/2019

PORTARIA N°. 118/2019

DATA: 01 DE AGOSTO DE 2019

"EXONERA RESPONSÁVEL POR EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA (EMPENHADOR LIQUIDADOR) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LUZIA NUNES BRANDÃO, Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º - Exonerar a Senhora **NELMA SOARES ARAUJO** brasileira, portadora do RG nº 516.581 SSP/GO e inscrita no CPF nº 474.522.851-15, residente e domiciliada na Rua Pastor Joaquim Alves de Souza, nº 342, centro no Município de Ribeirão Cascalheira – MT, para o cargo de **RESPONSÁVEL POR EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA (EMPENHADOR, LIQUIDADOR) FG -4**. (Lei Municipal 673/2013).

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a portaria n°005/2017 e as demais disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

E CUMPRA-SE

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

EM 01 DE AGOSTO DE 2019.

LUZIA NUNES BRANDÃO

Prefeita Municipal

GABINETE
RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO POR TER SAÍDO COM INCORREÇÃO NO D.O.C. Nº 1703 DE 20/08/2019.

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO POR TER SAÍDO COM INCORREÇÃO NO D.O.C. nº 1703 DE 20/08/2019:

ONDE SE LÊ: REF.: CONTRATO N 083/2011, CELEBRADO ENTRE O MUNICIPIO DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA E A EMPRESA L. L. CONSTRUTORA LTDA TENDO POR OBJETO A EXECUÇÃO DA AÇÃO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA.

LEIA-SE: REF.: CONTRATO N 018/2011, CELEBRADO ENTRE O MUNICIPIO DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA E A EMPRESA L. L. CONSTRUTORA LTDA TENDO POR OBJETO A EXECUÇÃO DA AÇÃO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA.

ONDE SE LÊ: Tomada de Preço n º 011/2011

LEIA-SE: Tomada de Preço n º 010/2011

ONDE SE LÊ: OBJETIVO CONSTRUÇÕES DA CRECHE NO MUNICIPIO.

ONDE SE LÊ: DE ESPECIALIZADO EM OBRAS DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DA CRECHE

LEIA-SE: OBJETO A EXECUÇÃO DA AÇÃO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA.

LEIA-SE: EXECUÇÃO DA AÇÃO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

ONDE SE LÊ: AOS OITO DIAS DO MÊS DE AGOSTO DO ANO DE DOIS MIL NOVE

LEIA-SE: AOS OITO DIAS DO MÊS DE AGOSTO DO ANO DE DOIS MIL E DEZENOVE

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO (ART.79, I, DA LEI 8.666/93)

REF.: CONTRATO N 083/2011, CELEBRADO ENTRE O MUNICIPIO DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA E A EMPRESA L. L. CONSTRUTORA LTDA TENDO POR OBJETO A EXECUÇÃO DA AÇÃO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA.

Aos oito dias do mês de agosto do ano de dois mil nove, o MUNICIPIO DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA, pessoa jurídica de direito público interno, estabelecida na Av. Padre João Bosco, n.2067, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob o nº 24.772.113/0001-73, neste ato representada por seu Prefeita, Sra. , LUZIA NUNES BRANDÃO, brasileiro, prefeita deste município, portadora da Cédula de Identidade RG sob o nº 10593837 SJ/MT, inscrito no CPF/MF sob o nº 904.195.101-68, residente e domiciliada na Rua Cuiabá, s/n°, centro, na cidade de Ribeirão Cascalheira-MT, com fulcro no art. 79, inc. I, da Lei nº 8.666/93, há por bem rescindir unilateralmente o Contrato Administrativo Nº 018/2011, que tinha por objeto a prestação de serviços na EXECUÇÃO DA AÇÃO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA no município de Ribeirão Cascalheira-MT, conforme especificações e quantidades discriminadas na Tomada de Preço n º 011/2011. Processo 41/2011 e Termo de Compromisso Nº TC/PAC/ 1941/2008, operando-se tal rescisão pelos fundamentos seguintes e gerando os efeitos a seguir fixados:

CONSIDERANDO o não cumprimento do objeto como consta na clausula primeira do referido contrato.

CONSIDERANDO o abandono da obra conforme consta notificação nos autos para o retomada da obra, tendo em vista não obteve êxito.

CONSIDERANDO estar ajustada à CONTRATANTE a faculdade de, em havendo preenchimento das hipóteses definidas legalmente, levar a efeito a rescisão unilateral do contrato;

CONSIDERANDO razões de interesse público, de alta relevância, opera-se a presente rescisão com supedâneo nos arts. 77,78,79 e 80, da Lei nº 8.666/93;

CONSIDERANDO a necessidade de formalização da rescisão do contrato, conforme preceitua a Clausula décima sétima, 17, da inexecução do contrato, a mesma realiza-se com a promoção dos seguintes efeitos:

PRIMEIRO

A rescisão do contrato ora operada tem fundamento no art. 78, I, c/c art. 79, I, da Lei nº 8.666/93, c/c Clausula décima sétima, 17, do contrato, que ofertam embasamento suficiente para que a Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira rescinda o presente ajuste.

SEGUNDO

A presente rescisão acarreta ao contratado todos os efeitos indicados no art. 80, da Lei nº 8.666/93, mais as consequências estabelecidas no contrato.

Para firmeza e validade do que ficou acima estabelecido, lavrou-se o presente termo que vai assinado pelo Prefeito Municipal de Ribeirão Cascalheira, em duas vias de igual teor e forma.

Ribeirão Cascalheira, 16 de Agosto de 2019.

LUZIA NUNES BRANDÃO

PREFEITA MUNICIPAL

CONTRATANTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO

PARECER Nº 05/CMAS/2019

ASSUNTO: PARECER FINAL DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS NO PROGRAMA PRÓ-FAMÍLIA DE RIBEIRÃOZINHO/MT

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) do Município de Ribeirãozinho – MT no uso de suas atribuições legais e das outras providências, em reunião ordinária realizada aos oito dias do mês agosto do ano de 2019

Considerando a Instrução Normativa SETAS Nº 001 de Maio de 2017, que estabelece as diretrizes, normas e procedimentos para execução da Lei Estadual Nº 10.523 de 17 de março de 2017, que cria o Programa Pró-Família segue abaixo relacionadas as famílias que atendem ao critério de elegibilidade e condicionalidades do Programa. Encaminhamos, para análise, validação e publicação em veículo oficial.

Considerando o Relatório Situacional Final referente a cada família encaminhada pela Assistente Social Cleide Batista Nery CRESS/1425 técnica responsável pelo Programa Pró família no Município de Ribeirãozinho /MT as famílias.

Resolve:

APROVAR O RELATÓRIO SITUACIONAL FINAL DAS FAMÍLIAS DO PROGRAMA PRÓ FAMILIA DO MUNÍCIPÍO DE RIBEIRÃOZINHO/2017

Nº	Nome	CPF	RG	Endereço	Telefone
1.	Keite Rosa da Conceição	03497014150	2487397-7	Rua Antonio João	-
2.	Paula Oliveira de Souza	069.451.101.33	2907292-1	Rua Presidente Getulio Vargas	066996596723
3.	Olivia Oliveira Lamounier	033.494.861.42	3632086	Rua Antonio João	66996764394
4.	Valdyrene Alves de Sousa	00729650103	6340303	Rua Antonio João	66-996120150
5.	Katia Margaret do Santos Rocha	06144073116	26090295	Rua Pedro celestino	66-999642786
6.	Ana Paula dos Santos Rocha	05519498130	25130889	Avenida Senador João Vilas Boas	66-997269440
7.	Beibiane David Freitas	02251476105	15240916	Rua Cipriano Guaberto de Freitas	66-999732669
8.	Cristina Ferreira Pinheiro	02019034158	18675018	Rua Cipriano Guaberto de Freitas	66-997138352
9.	Laura Rodrigues da silva	51373122153	08153574	Rua Antonio João	66996969952
10.	Vilma Fostina Lopes	00997594110	17005469	Rua Irene Goulart dos Santos	66996322108
11.	Liomar Rodrigues da Silva	53541766115	815378	Rua Getulio Vargas	66996816319
12.	Rosania Sebastiana da Chaga	02112495135	000856197	Rua Getulio Vargas	66999305092
13.	Lazara Oliveira Matos	91139023187	4113671	Rua Couto Magalhães	66999034226
14.	Raissa Conceição Pinto	06744414356	0454879420126	Rua Marechal Floriano Peixoto	66999235112
15.	Cileine Machado Miranda	77241738187	3380525	Rua Cipriano Guaberto de Freitas	66-996539846
16.	Erta Maria Pereira Costa Carrijo	01945049138	4638193	Rua Cipriano Guaberto de Freitas	66-999282712
17.	Videlina Candida dos Santos	00052105180	900566	Avenida Senador João Vilas Boas	66999642786

18.	Luciene Maria da Silva	1892768194	18681395	Avenida Senador João Vilas Boas	66-999963933
19.	Adriele Oliveira de Sousa	04927410188	26000598	Rua Nossa senhora D'Abadia	-
20.	Renata Faustino dos Santos	05924463109	2600768	Rua Epitácio Pessoa	66996753439
21.	Raimunda do Nascimento Sousa	04999705354	0357975520084	Rua São João	66999346089
22.	Paula Machado dos Santos	04262787125	21854572	Rua Nossa senhora D' Abadia	66996294220
23.	Alceu Francisco da Silva	03992037100	04306333	Rua 15 de Novembro	-
24.	Esmenia dos Santos Rocha	04518115180	18673660	Rua presidente Getúlio Vargas	66996655507
25.	Neuzita Cândida dos Santos	71124993134	5153549	Rua João de Barro	66999650594
26.	Tatiane Borbom Mendonça Figueiredo	06917841161	249182253	Rua Bacharel Júlio Muller	06699646354
27.	Jessyca Santos Sousa	03270144156	18674860	Rua Getúlio Vargas	66999248962
28.	Beatriz Maria Santos Leite	05969801160	21854645	Rua Getúlio Vargas	66996644091
29.	Viviane Viera dos Santos	01697795137	14667509	Rua Getúlio Vargas	66999426037
30.	Suelen Conceição dos Santos	04515160109	1426335857	Colônia Couto Magalhães	064999230371

Considerando que o Pro Família neste período de dois anos desde 01/08/2017 a 01/08/2019:

Tiveram acompanhamento familiar com metodologias que atingiu os objetivos,

1- A família participou das reuniões, palestras dos grupos, da construção do eco mapa e dos serviços sócio assistenciais do CRAS PAIF. 2- Houve o preenchimento das agentes com acompanhamentos, 3- Houve encaminhamentos para os serviços sócio assistências das politicas interesetoriais da saúde. 4- A participação das agentes comunitários de saúde foi imprescindível no processo de implantação e acompanhamento das famílias

Concluímos que o Programa Pró Família atingiu os critérios e os objetivos previstos de acordo com as normas e as leis estabelecidas, aprovamos e damos PARECER FAVORÁVEL ao Relatório Situacional Final referente a cada família encaminhada pela Assistente Social Cleide Batista Nery CRESS/ 1425 técnica responsável pelo Programa Pró família no Município de Ribeirãozinho /MT.

Parecer Deferido. Ribeirãozinho-MT 09 de Agosto de 2019 **Olímpia dos Santos Silva Mendonça PRESIDENTE CMAS E COMITÊ GESTOR DO PROGRAMA PRÓ FAMÍLIA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 004/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 013/2019

PREGÃO PRESENCIAL N° 004/2019 - SRP

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS (por Item), para Futura e Eventual Aquisição de Gêneros Alimentícios "Merenda Escolar" para atender as necessidades das Escolas da Rede Pública de Ensino Municipal conforme especificação e quantidades especificadas no Termo de Referência.

Pelo presente instrumento o **Município de Rondolândia - MT, Estado de Mato Grosso**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Av. Joana Alves de Oliveira, s/nº - Centro, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o nº 04.221.486/0001-49, representado neste ato pelo Prefeito Municipal em exercício, o Srº. Agnaldo Rodrigues de Carvalho, inscrito no CPF sob nº 560.023.512-72, **RESOLVE alterar a ARP nº 004/2019 (publ. J.O.E-AMM, Ed. n. 3.198, de 2/04/2019, p. 467-474), com fundamento na Cláusula Quarta, subcláusula 4.9 e Cláusula Decima Segunda, subcláusula 12.6 e 12.7, promover o CANCELAMENTO DOS PREÇOS registrados em favor d**a empresa: **Daniely Cordeiro Moura – M.E.I, CNPJ: 22.554.318/0001-57**, instalada e localizada Av. André Maggi, Nº 219, Bairro: Centro, CEP: 78.338-000, na cidade de Rondolândia/MT, representada neste ato por sua proprietária Srª Daniely Cordeiro Moura, portadora do CPF 010.635.142-74 e do RG nº de Nº 1128938 – SSP/RO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS

1.1 – fica cancelado o registro dos preços dos produtos seguintes, outrora registrados pela ARP nº 004/2019 em favor da seguinte Detentora:

Nome: Daniely Cordeiro Moura – M.E.I							
CNPJ Nº: 22.554.318/0001-57							
Endereço: Av. André Maggi, Nº 219, Bairro: Centro							
Cidade/Estado: Rondolandia/MT				Cidade/Estado: Rondolandia/MT			
Telefone: (66) 98448-8483				Telefone: (66) 98448-8483			
Representante Legal: Daniely Cordeiro Moura							
CPF Nº: 010.635.142-74							
Item	**Código TCE**	**UND**	**Quant.**	**Descrição**	**Marca**	**Vlr Unt.**	**Vlr Total**
04	122743-2	KG	2000	**PAO - TIPO FRANCES, COMPOSICAO MINIMA DA MASSA: 40G FARINHA DE TRIGO,0,8G DE SAL, 0,4G DE REFORCADOR,24ML DE AGUA,0,2G DE ACUCAR, 1,2G DE FERMENTO BIOLOGICO,0,4G DE GORDURA VEGETAL, PESANDO 50 GRAMAS POR UNIDADE, VIDA UTIL 6HORAS, EMBALADO EM EMBALAGEM APROPRIADA**	-	R$ 15,26	R$ 30.250,00
18	0000695	KG	500	**PAO DO TIPO HOT DOG/CACHORRO QUENTE PÃO DOCE COM MASSA LEVE DE FARINHA DE TRIGO AÇUCAR, OVOS, LEITE, FERMENTO QUÍMICO ASSADO.**	-	R$ 15,40	R$ 7.700,00
24	301619-6	KG	500	**PÃO DOCE LISO COMPOSIÇÃO MINIMA DE MASSA COM FARINHA DE TRIGO E FERMENTO BIOLÓGICO**	-	R$ 18,12	R$ 9.060,00
Valor Total							**R$ 47.280,00**

CLÁUSULA SEGUNADA: DA PUBLICAÇÃO

2.1 - Para eficácia do presente instrumento, o Município de Rondolândia-MT, providenciará a publicação do seu extrato no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, conforme Lei nº 10.520/02 e Decreto Municipal de nº 1.067/GAB/PMR/2015 de 24/03/2015 que regulamenta o Sistema de Registro de Preços "em âmbito Municipal", concomitantemente c/c o Decreto Federal de nº 7.892 de 23/01/2013.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO FORO

3.1 - As partes contratantes elegem o foro da comarca de Comodoro-MT, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ARP, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ARP, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da contratante.

Rondolândia- MT, 19 de Agosto de 2019.

_____

MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA-MT

Agnaldo Rodrigues de Carvalho

Prefeito Municipal

_____

Daniely Cordeiro Moura – M.E.I

CNPJ: 22.554.318/0001-57

Daniely Cordeiro Moura - Representante Legal

CPF: 010.635.142-74

_____

Valdir Irani Freire

Secretário Municipal de Educação e Cultura

DEPARATMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO – EDITAL DE CHAMADA

DISPENSA DE LICITAÇÃO DE Nº. 058/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA-MT, através de sua Presidente nomeada através do Decreto nº 1.595/GAB/PMR de 28 de Março de 2019, **Torna Público** para o conhecimento dos interessados que está instaurado o procedimento licitatório sob a modalidade **DISPENSA DE LICITAÇÃO DE Nº. 058/2019**, processado nos autos do Processo Administrativo de nº. 106/2019, cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital e seus anexos. O julgamento da referida licitação será através do **MENOR PREÇO POR ITEM**, objetivando a **Aquisição de Extintores de Incêndio, Recargas e Placas Indicativas para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.**

A Proposta de Preço e toda documentação poderá ser encaminhada via e-mail institucional: *cplrondolandia1720@hotmail.com* no período de até 01 (um) dia útil da publicação, maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitação, na Prefeitura Municipal em horário normal de expediente das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min ou através do telefone 0xx (66) 3542-1177.

Rondolândia - MT, 21 de Agosto de 2019.

_____

Liliane Guedes Santos Souza

Presidente da CPL

DEPARATMENTO DE LICITAÇÕES
MAPA DE RESULTADO FINAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE Nº. 104/2019.

DISPENSA DE LICITAÇÃO DE Nº 057/2019

Objeto: Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Consultoria no Envio do Aplic de 08 (oito) Cargas, sendo a Carga Inicial e 07 (sete) Cargas Mensais de 2019 para o atendimento da Prefeitura Municipal de Rondolândia/MT.

MODALIDADE: Dispensa de Licitação, conforme: "Art. 24. É dispensável a licitação: II – para outros serviços e compras de valor de até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez".

***EMPRESA VENCEDORA DO ITEM:*Bruno Anderson Cruz de Almeida 00807569135, CNPJ: 26.500.720/0001-00, Endereço: Av. das Palmeiras, Nº 480, Bairro: Jardim Imperial, CEP: 78.075-850, Cuiabá/MT**

Item	Código TCE	UND	Quant	Especificação	Valor Unt	Valor Total
01	0006881	SRV	08	SERVIÇO DE ASSESSORIA NA AREA ADMINISTRATIVA - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E/OU CONSULTORIA NO ENVIO DAS INFORMAÇÕES RELATIVAS AO APLIC	R$ 2. 000,00	R$ 16. 000,00
Valor Total						**R$ 16. 000,00**

***Obs:** O valor constante acima de cada item é o valor final proposto pela empresa participante, onde a mesma teve sua Habilitação no certame confirmada, conforme Ata Circunstanciada constantes de Fls.76/77 nos autos do Processo 104/2019, sendo adjudicado a seu favor o item acima descrito.*

Valor Global de R$ 16.000,00 (Dezesseis mil reais).

Rondolândia – MT, 21 de Agosto de 2019.

_____

Liliane Guedes Santos Souza

Presidente-CPLMS

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº4022-2019EXONERA- SELMA DE OLIVEIRA LEONEL

PORTARIA Nº.4022/GP/PMR/19

DE 21 DE AGOSTO DE 2019

EXONERA- Selma De Oliveira Leonel do Cargo De Chefe De Seção De Desenvolvimento Empreendedor,CDs-2.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR – SELMA DE OLIVEIRA LEONEL, do cargo de CHEFE DE SEÇÃO DE DESENVOLVIMENTO EMPREENDEDOR, CDS-2.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ,retroagindo ao dia 01/08/2019.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADO POR AFIXAÇÃO NO ÁTRIO DO PAÇO MUNICIPAL *EM 21/08/2019.*

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº4023-2019NOMEIA- CREUZENI DE ALECRIM DOURADO

PORTARIA Nº.4023/GP/PMR/19

DE 21 DE AGOSTO DE 2019

*Nomeia- **Creuzeni de Alecrim Dourado** para o Cargo Em Função De Gratificada De Secretario (a) Escolar ,FG-2.*

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º -NOMEAR *Creuzeni de Alecrim Dourado* para o cargo em Função Gratificada De Secretario(a) da Escola Municipal JOANA ALVES DE OLIVEIRA, FG-2.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ,retroagindo ao dia 05/08/2019.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADO POR AFIXAÇÃO NO ÁTRIO DO PAÇO MUNICIPAL *EM 21/08/2019.*

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

PROCURADORIA MUNICIPAL
LEI 1555 - 2019

LEI N.º 1.555/2019,

de 21 de Agosto de 2.019.

"Dispõe sobre aplicação de piso salarial aos professores da rede municipal de educação, e concessão de RGA aos demais servidores do quadro da rede municipal de educação, nos termos da Lei 1.243/2011, e dá outras providências".

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO**, **JOÃO ANTONIO DA SILVA BLABINO,** no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal de Rosário Oeste aprovou, e **ELE** sanciona a seguinte lei:

Art. 1º. Fica determinada a aplicação imediata de piso salarial previsto para o ano de 2.019, previsto no artigo 2º, § 3º da Lei Federal 11.738/2008, proporcionalmente a carga horária desempenhada aos professores da rede municipal de educação do Município de Rosário Oeste – MT.

Art. 2º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder recomposição geral anual dos vencimentos aos demais servidores públicos efetivos, ativos, inativos da rede municipal educação profissionalizados e não profissionalizados.

Parágrafo Primeiro – a recomposição outorgado pelo *"caput"* deste artigo será através da aplicação do Índice Nacional Preços ao Consumidor – INPC, no percentual de 6,50% acumulado no período de 2.017 à 2.018, gerando seus efeitos financeiros a partir da publicação desta lei, a serem pagos e creditados na folha de pagamento dos servidores ativos, inativos do quadro da rede municipal de educação em 2 (duas) parcelas, sendo implantado o índice de 3,25% no mês de Agosto de 2.019, e 3,25% no mês Setembro de 2.019, totalizando o índice de 6,50%.

Parágrafo Segundo – a recomposição outorgada pelo *caput* deste artigo será concedido a todos os servidores efetivos, ativos e inativos do quadro da rede municipal de ensino profissionalizados e não profissionalizados, exceto os profissionais do magistério que serão contemplados pelo piso do magistério previsto no artigo 1º desta lei.

Art. 3º - Considera-se para efeitos dessa lei, a defasagem salarial ocorrida, calculando-se e adotando como critério a inflação acumulada no período de 2.017 a 2.018 que será aplicado a variação anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, não sendo considerado como concessão de aumento ou ajuste salarial, e apenas recomposição do índice de perda concorrente da inflação.

Art. 4º - Autoriza o Poder Executivo reformular as tabelas de vencimentos e salários a serem recompostos com o percentual e forma citados no artigo 1º, e parágrafo único do artigo 2º, conforme os termos da presente Lei.

Art. 5º - As remunerações dos servidores públicos após a recomposição, serão objeto de tabelas publicadas por ato administrativo do poder executivo.

Art. 6º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotação própria da Lei Orçamentária Anual vigente.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Rosário Oeste/MT, 21 de Agosto de 2.019.

JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N. 038/2019

O Município de Rosário Oeste/MT, Estado de Mato Grosso, neste ato representado por seu Pregoeiro, torna público aos interessados, que irá realizar procedimento licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇO N. 038/2019, CRITÉRIO DE JULGAMENTO ME-

NOR PREÇO GLOBAL, no dia 03 de setembro de 2019, Às 8:00 horas (horário local), na sede da Prefeitura Municipal de Rosário Oeste/MT, situada à Avenida Otávio Costa, s/n, Bairro Santo Antônio, Rosário Oeste/MT, com a finalidade do REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE LICENÇA DE USO DE SISTEMA WEB, QUE POSSIBILITE O ACOMPANHAMENTO E GERENCIAMENTO DAS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS PARA APURAÇÃO DO ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO – IPM INTEGRADO AO SISTEMA DE GESTÃO E CONTROLE DO SIMPLES NACIONAL, RELATIVO AOS CONTRIBUINTES DO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT. Poderão participar deste procedimento licitatório as empresas cujo ramo de atividade esteja em consonância com o objeto e demais clausulas desta licitação. As informações poderão ser retiradas com ao Setor de Licitação, na Prefeitura Municipal de Rosário Oeste/MT, situada na Avenida Otávio Costa, s/n, Bairro Santo Antônio, Rosário Oeste/MT, por intermédio do Pregoeiro, de segunda a sexta das 07:00 às 11:00 horas e das 13:00 às 15:00 horas, ou no telefone (65) 3356-1209 e pelo e-mail: licitacaorosario@hotmail.com e no site: www.rosariooeste.mt.gov.br.

Rosário Oeste/MT, 21 de agosto de 2019.

FAGNER CAMARGO SAMPAIO

PREGOEIRO OFICIAL

PROCURADORIA MUNICIPAL
DECRETO 025 - 2019

DECRETO N° 025/2019

de 21 de Agosto de 2019

"Dispõe sobre adoção de medidas para redução de despesas de pessoal, nos termos da lei complementar nº 101, de 2000, e dá outras providências. "

JOÃO ANTÔNIO DA SILVA BALBINO, Prefeito Municipal de Rosário Oeste - MT, usando de suas atribuições legais, e;

Considerando que o artigo 169 da Constituição Federal determina que a despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar;

Considerando que atendendo ao mandamento constitucional o legislador federal editou a Lei Complementar n° 101, de 2000;

Considerando que as medidas ora apresentadas visam melhor adequar essa situação à realidade econômico-financeira do município de Rosário Oeste – MT, sem prejuízo da prestação dos serviços perante a coletividade;

Considerando a necessidade da adoção de medidas administrativas imediatas, para redução de despesas com pessoal;

Considerando, que é dever do administrador público defender e zelar pelo bom e regular funcionamento dos bens e serviços públicos em prol da coletividade;

DECRETA

Art. 1º - Fica suspensa a conversão em espécie da licença premio por assiduidade aos servidores públicos municipal a partir da data da edição deste Decreto até o dia **31.12.2019**.

Art. 2º - Fica suspensa a partir da data da edição deste Decreto até o dia **31.12.2019** a conversão em espécie de férias aos servidores públicos municipal.

Art. 3º - As Secretarias e demais Departamentos integrantes da administração do Município adotarão as medidas necessárias para que ocorra o integral cumprimento do disposto neste Decreto.

Art. 4º - O descumprimento das disposições previstas neste Decreto acarretará aplicação de medidas administrativas cabíveis aos seus agentes, e responsabilização por eventual multa ou penalidade imposta por órgão fiscalizador.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em Rosário Oeste - MT, em 21 de Agosto de 2.019.

JOÃO ANTÔNIO DA SILVA BALBINO

Prefeito Municipal

PROCURADORIA MUNICIPAL
DECRETO 026 - 2019

DECRETO N° 026/2019

de 21 de Agosto de 2019

"Dispõe sobre a limitação de empenho no âmbito da administração publica, e dá outras providencias;"

JOÃO ANTÔNIO DA SILVA BALBINO, Prefeito Municipal de Rosário Oeste - MT, usando de suas atribuições legais, e;

Considerando a necessidade em terminar o ano civil de 2019 mantendo o equilíbrio entre a receita e despesa nos termos do disposto no artigo 9º da Lei 101/00 – LRF;

Considerando ainda uma queda acentuada na arrecadação do Município ao longo do ano de 2019, e ainda queda do Fundo de Participação dos Municípios, proveniente da restituição do Imposto de Renda e demais receitas que o compõe;

Considerando que as medidas ora apresentadas visam melhor adequar essa situação à realidade econômico-financeira do município de Rosário Oeste – MT, sem prejuízo da prestação dos serviços perante a coletividade;

Considerando a necessidade da adoção de medidas administrativas imediatas, para redução de despesas com pessoal;

Considerando, que é dever do administrador público defender e zelar pelo bom e regular funcionamento dos bens e serviços públicos em prol da coletividade;

Considerando ainda, que o fechamento das contas anuais sem déficit orçamentário é uma obrigação do administrador público.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica determinada a limitação de empenhos em todos os órgãos da Administração Municipal de Rosário Oeste – MT, a partir desta data, até que se restabeleça o equilíbrio entre a receita e despesa, em cumprimento ao disposto no artigo 9º da Lei 101/2000 - LRF.

Artigo 2º - Não serão objetos de limitação de empenhos, o pagamento da dívida pública, encargos sociais, folha de pagamento dos servidores, energia elétrica, serviços de internet e telefone, ou despesas cujos recursos forem provenientes de transferências de Recursos Vinculados (Convênios e Programas).

Artigo 3º - Fica determinado que, as despesas com energia elétrica, telefone, folha de pagamento e demais despesas eventuais, deverão sofrer uma redução de 20% (vinte porcento) em relação às despesas com estes serviços realizadas no mês anterior a edição deste decreto.

Parágrafo Único: Ficam os Secretários Municipais encarregados do cumprimento do acima disposto, devendo apresentar relatório comprovando a efetiva redução em prazo não superior a 30 (trinta) dias da edição deste Decreto diretamente ao Prefeito Municipal.

Artigo 4º - Fica proibido a formalização de novos contratos de prestação de serviços e ou contratação temporária de servidores, até que haja equilíbrio orçamentário, com exceção aos contratos e contratações oriundos de convênios, e ou devidamente justificada necessidade para o desenvolvimento de atividades essenciais.

Parágrafo Primeiro: O descumprimento do acima disposto acarretará ao seu agente, além de medidas administrativas cabíveis, responsabilidades sob eventual aplicação de multa ou penalidades pelo órgão fiscalizador competente.

Parágrafo Segundo: A formalização de novos contratos de prestação de serviços e/ou de contratação temporária de servidores em desobediência ao acima disposto acarretará a imediata nulidade do mesmo.

Artigo 5º - O Departamento de Compras não realizará novas aquisições e o Departamento de Contabilidade, não efetuará o prévio empenho de despesas sem **autorização prévia e por escrito do chefe do Poder Executivo Municipal e/ou do Secretário Municipal de Finanças**.

Parágrafo Primeiro: O descumprimento do acima disposto acarretará ao seu agente, além de medidas administrativas cabíveis, responsabilidades sob eventual aplicação de multa ou penalidades pelo órgão fiscalizador competente.

Parágrafo Segundo: Aquisições em desconformidade com o acima disposto acarretará a imediata nulidade da mesmo.

Artigo 6º - As diárias somente serão liberadas em caso de comprovação da necessidade de realização das mesmas, sob pena de a despesa realizada ser considerada nula e devolve-la aos cofres públicos municipais.

Parágrafo Único: Ficam vedados qualquer espécie de adiantamentos e de concessão de novas gratificações a servidor (a).

Artigo 7º - Fica determinada a redução de realização de horas extras aos servidores municipais em 20hs, sendo autorizadas apenas a realização de horas extras de serviços considerados essenciais a população, com autorização expressa do Chefe do Executivo Municipal e Secretario de Finanças Municipal.

Art. 8º - O descumprimento das disposições previstas neste Decreto acarretará aplicação de medidas administrativas cabíveis aos seus agentes, e responsabilização por eventual multa ou penalidade imposta por órgão fiscalizador.

Artigo 9º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos estendido até **31.12.2019**, sendo revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Rosário Oeste - MT, em 21 de Agosto de 2.019.

JOÃO ANTÔNIO DA SILVA BALBINO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 116/2019

EXTRATO DO CONTRATO Nº 116/2019

Texto:

EXTRATO DO CONTRATO Nº 116/2019

Texto:

EXTRATO DO CONTRATO N. 116/2019

Texto:

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS ARTÍSTICOS E PRODUÇÕES MUSICAIS DA DUPLA FRED E GUSTAVO PARA A PARTICIPAÇÃO NO EVENTO 34º FESTIVAL DE PRAIA DAS EMBAÚBAS NO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT.

EMPRESA: **FFG PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA**

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

DATA DA ASSINATURA: 21 DE AGOSTO DE 2019

JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO

PREFEITO MUNICIPAL

PROCURADORIA MUNICIPAL
LEI 1552 - 2019

Prefeito Municipal

LEI Nº. 1.552/2019

de 21 de Agosto de 2.019

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a Abrir Créditos Adicional Suplementar e dá outras providencias.

JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO, Prefeito do Município de Rosário Oeste, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais, consoante os princípios gerais de direito público e a Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Créditos Adicional Suplementar no orçamento vigente no valor correspondente a **R$ 450.000,00 (Quatrocentos e cinqüenta mil reais)**, a ser consignado nas seguintes dotações orçamentárias:

Código Funcional Programática. Descrição da Funcional Programática

06 Secretaria Municipal de Saúde

001 Fundo Municipal de Saúde

10 Saúde

302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial

0045 Media e Alta Complexidade (MAC)

2047 Manutenção do Programa MAC

33.90..39.00.00.00 (302) Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica..... R$ 150.000,00

Código Funcional Programática. Descrição da Funcional Programática

06 Secretaria Municipal de Saúde

001 Fundo Municipal de Saúde

10 Saúde

301 Atenção Básica

0022 Atenção Básica

2043 Manutenção do Programa Saúde da Família

33.90.30.00.00.00 (249) Material de Consumo .....R$ 100.000,00

33.90..39.00.00.00 (250) Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica..... R$ 200.000,00

Art. 2º. Para amparar o Crédito Aberto no artigo anterior, serão utilizados os recursos mencionados no inciso II, do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64, proveniente do Excesso de Arrecadação dos Recursos Oriundos:

ü Emenda Parlamentar de nº. 28250019 de autoria o Deputado Federal do Mato Grosso, **Ságuas Moraes** no valor de R$ 150.000,00 (Cento e Cinquenta mil reais). **Fonte de Recursos 1.1.46.000000**. ü Emenda Parlamentar de nº. 31010004 de autoria o Deputado Federal do Mato Grosso, **Fábio Garcia** no valor de R$ 300.000,00 (Trezentos mil reais). **Fonte de Recursos 1.1.46.000000.**

Art. 3º. Fica autorizado a promover a readequação no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentária vigente, respectivamente a compatibilização das peças de planejamento que estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Rosário Oeste, 21 de Agosto de 2.019.

JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO

Prefeito Municipal

PROCURADORIA MUNICIPAL
LEI 1553 - 2019

LEI N.º 1.553/2019.

DE 21 DE AGOSTO DE 2019

"Autoriza nova celebração de convênio entre o MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE e o COMPLEXO ASSISTENCIAL E EDUCACIONAL ESPIRITA MARIA DE NAZARÉ - OBRAS SOCIAIS para desenvolvimento de ações de saúde para a população e da outras providencias."

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE, **ESTADO DE MATO GROSSO**, **JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO**, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal de Rosário Oeste aprovou, e ELE sanciona a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica autorizada nova celebração de contrato e prestação de serviços entre o **MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE – MT** e o **COMPLEXO ASSISTENCIAL E EDUCACIONAL ESPIRITA MARIA DE NAZARÉ - OBRAS SOCIAIS,** entidade civil de natureza privada, sem fins lucrativos, e de caráter social, fundada em 04 de Junho de 1.992, inscrita no CNPJ: 36.890.135/0001-17, com sede na Avenida Santos Dumont, nº 1.857, Bairro Aeroporto na cidade de Rosário Oeste – MT, consistente em repasse mensal no valor de **R$ 89.600,00 (oitenta e nove mil e seiscentos reais),** para o custeio dos serviços de atendimento de urgência e emergência em clinica médica 24hs para a população Rosariense.

Artigo 2º - Fica a CONTRATADA obrigada nos termos legais, ao tempo da contratalização com o MUNICIPIO DE ROSARIO OESTE-MT, a apresentar documento equivalente de contratualização com a unidade **ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E ASSISTENCIA DE ROSARIO OESTE (HOSPITAL AMPARO)** para prestação os serviços descritos na clausula primeira em suas dependências físicas localizado na Rua Marechal Deodoro nº 925, Centro de Rosário Oeste/MT.

Artigo 3º - As partes conveniadas ficam obrigadas nos termos que abaixo seguem descritos:

OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

Em cumprimento às suas obrigações, cabe a CONTRATADA, além das obrigações constantes no Plano Operativo Anual a ser apresentado pela Secretaria de Saúde em conjunto com o Conselho Municipal de Saúde, e daquelas estabelecidas na legislação referente ao SUS, as seguintes:

I. Prestar os serviços de saúde que serão especificados no Plano Operativo Anual;

II. Garantir atendimento adequado aos usuários do Sistema Único de Saúde;

III. Dispor, por razões de planejamento das atividades assistenciais, de informação oportuna sobre o local de residência dos pacientes atendidos ou que lhe sejam referenciados para atendimento, registrando o município de residência e, para os residentes em Rosário Oeste, o registro dos bairros onde residem;

IV. Restituir, em caso de desqualificação, ao Poder Público o saldo dos recursos líquidos resultantes dos valores dele recebidos;

V. Instalar na unidade denominada HOSPITAL AMPARO, o "Serviço de Atendimento ao Usuário", devendo encaminhar à Secretaria Municipal de Saúde relatório mensal de suas atividades;

VI. Em relação ao serviço hospitalar, informar, diariamente, a Secretaria Municipal de Saúde, o número de vagas disponíveis, a fim de manter atualizadas as informações da Gerência de Regulação Controle e Avaliação;

VII. Em casos de serviços ambulatoriais, integrar o serviço de marcação de consultas instituído pela Secretaria Municipal de Saúde, através da Gerência de Regulação Controle e Avaliação;

VIII. Responsabilizar-se por cobrança indevida feita ao paciente ou ao seu representante, por profissional empregado ou preposto, em razão da execução deste contrato;

IX. Manter sempre atualizado o prontuário médico dos pacientes e o arquivo médico, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, ressalvados os prazos previsto em lei;

X. Manter atualizado e fornecer relatórios e arquivos digitalizados para a Secretária Municipal de Saúde – Gerência de Regulação Controle e Avaliação, utilizando os sistemas preconizados pelo Datasus – MS;

XI. Informar a Secretaria Municipal de Saúde – Gerência de Regulação Controle e Avaliação sobre as alterações referentes ao Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES);

XII. Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo-se sempre a qualidade na prestação dos serviços;

XIII. Afixar aviso, em lugar visível de sua condição de entidade qualificada ao atendimento SUS;

XIV. Justificar ao paciente ou ao seu representante, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de qualquer ato profissional previsto neste contrato;

XV. Em se tratando de serviço de internação, permitir a visita ao paciente, diariamente, respeitando-se a rotina do serviço, por período mínimo de 02 (duas) horas;

XVI. Esclarecer os pacientes sobre seus direitos e assuntos pertinentes aos serviços oferecidos;

XVII. Respeitar a decisão do paciente ao consentir ou recusar prestação de serviços de saúde, salvo nos casos de iminente perigo de vida ou obrigação legal;

XVIII. Garantir confidencialidade dos dados e informações relativas aos pacientes;

XIX. Assegurar aos pacientes o direito de serem assistidos, religiosamente e espiritualmente por ministro de qualquer culto religioso;

XX. Em se tratando de serviço hospitalar, possuir e manter em pleno funcionamento: Comissão de Prontuário Médico, Comissão de Óbito e Comissões de Ética Médica e de Controle de Infecção Hospitalar;

XXI. Fornecer ao paciente atendido, por ocasião de sua saída, seja no Ambulatório, Pronto Atendimento ou Unidade Hospitalar, relatório circunstanciado do atendimento prestado, denominado "INFORMAÇÕES DO ATENDIMENTO", do qual devem constar, no mínimo, os seguintes dados: nome do paciente, nome da unidade de atendimento, motivo do atendimento (CID-10), data da admissão e da alta (em caso de internação) e procedimento realizado e tipo de órtese, prótese e/ou materiais empregados, quando for o caso;

XXII. Colher a assinatura do paciente, ou de seus representantes legais, na segunda via do relatório a que se refere o item anterior desta cláusula, arquivando-a no prontuário do paciente;

XXIII. Em se tratando de internação, assegurar a presença de um acompanhante, em tempo integral, no hospital, nas internações de gestante, crianças, adolescentes e idosos, com direito a alojamento e alimentação;

XXIV. Garantir, nas internações hospitalares, porcentual mínimo de 70% (setenta por cento), a usuários no Sistema único de Saúde – SUS;

XXV. Apresentar obrigatoriamente, a cada semestre, Relatório de Atividades que demonstre quantitativa e qualitativamente o atendimento do objeto de Contrato.

XXVI. Apresentar obrigatoriamente, de forma mensal, comprovante de quitação de débitos fiscais e direitos trabalhistas e previdenciários de funcionários e demais colaboradores que estejam envolvidos na prestação dos serviços relacionados neste contrato.

DAS OBRIGAÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Para a execução dos serviços objeto do presente contrato, a Secretaria Municipal de Saúde obriga-se a:

I. Prover a CONTRATADA dos meios necessários à execução do objeto deste contrato;

II. Programar no orçamento da Secretaria Municipal de Saúde, nos exercícios subseqüentes ao da assinatura do presente contrato, os recursos necessários, nos elementos financeiros específicos para custear a execução do objeto, de acordo com o sistema de pagamento previsto no Plano Operativo Anual, que integra este instrumento;

III. Executar os procedimentos de auditoria médica de acordo com as normas do Conselho Federal de Medicina e do Denasus;

IV. Analisar, sempre que necessário e, no mínimo semestralmente, a capacidade e as condições de prestação de serviços comprovadas por ocasião da qualificação de Entidade Sem Fins Lucrativos, para verificar se a mesma ainda dispõe de suficiente nível técnico-assistencial para a execução do objeto.

Artigo 4 º - A execução do presente Contrato será acompanhada pelo ente publico municipal, representado pela Secretaria Municipal de Saúde, pelo Conselho Municipal de Saúde e demais órgãos de fiscalização competentes.

Artigo 5º - Pela prestação dos serviços objeto deste contrato a Secretaria Municipal de Saúde repassará ao **COMPLEXO ASSISTENCIAL E EDUCACIONAL ESPIRITA MARIA DE NAZARÉ - OBRAS SOCIAIS**, a importância global de **R$ 89.600,00 (oitenta e nove mil e seiscentos reais)** pagos exclusivamente por meio de deposito bancário em conta corrente de titularidade da entidade contratada.

Artigo 6º - O presente CONTRATO poderá ser aditado, alterado, parcial ou totalmente, quantas vezes se fizer necessário, mediante prévia justificativa por escrito que conterá a declaração de interesse de ambas as partes e deverá ser autorizado pelo Conselho Municipal de Saúde.

Artigo 7º - O presente instrumento vigorará entre as partes pelo período de 12 (doze) meses, a partir de sua publicação.

Artigo 8º - O presente instrumento poderá ser rescindido, desde que devidamente justificado e na forma da Lei, prevenidas as partes por interpelação judicial ou extrajudicial formalizada, com prazo consignado de 30 (trinta) dias, quando houver interesse das partes ou em caso de inexecução das obrigações estipuladas, sujeitando a parte inadimplente a responder por perdas e danos, quer pela superveniência de norma legal que o torne formal ou materialmente inexeqüível.

Artigo 9º - Fica assegurado a Secretaria Municipal de Saúde, a rescisão unilateral deste contrato, devidamente justificada, no caso de descumprimento das obrigações pela CONTRATADA ou quando não for atendido o interesse público.

Artigo 10º - A CONTRATAÇÃO será publicado no Diário Oficial do Município e/ou Jornal de grande circulação local para que todos tome ciência da contratualização, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados da data de sua assinatura.

Artigo 11º - Fica autorizado Crédito Especial para atendimento do convênio de que trata a presente Lei.

Art. 12º - O Poder Executivo fica autorizado a promover as adequações necessárias nos instrumentos de planejamento (PPA, LDO, LOA), relativas aos termos da presente Lei, podendo reformular os anexos.

Art. 13º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação/afixação.

Art. 14º - Revogam-se disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rosário Oeste - MT, 21 de Agosto de 2. 019.

JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO

Prefeito Municipal

PROCURADORIA MUNICIPAL
PORTARIA 132 - 2019

PORTARIA N° 132/2019

de 21 de Agosto de 2.019

"Dispõe sobre nova composição do Conselho de acompanhamento e controle social do CACS-FUNDEB no âmbito do município de Rosário Oeste – MT para o Biênio de 2019/2021, e da outras providencias."

O PREFEITO DE ROSÁRIO OESTE – MATO GROSSO, **JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO**, no uso de suas atribuições legais conferidas por lei

RESOLVE:

Artigo 1º - A composição do Conselho de acompanhamento e controle social do CACS – FUNDEB de Rosário Oeste – MT, para o Biênio 2019/2021 passará a vigorar da seguinte forma:

Representantes de Pais e Alunos da Educação Básica Pública

Titular: Viviane Cristina Brito de Lima

Suplente: José Fernandes da Costa

Titular: Iraci Santos Silva

Suplente: Joildo Jovino de Oliveira

Representante de Estudantes da Educação Básica Pública e Estudantes da Educação Básica Pública – Estudante Secundarista

Titular: Marinaldo Domingos dos Santos

Suplente: Josinete Maria de Moraes

Titular: Jucineide Maria Gomes

Suplente: Nely Aparecida Vila Ferreira

Representantes do Poder Executivo Municipal

Titular: José George Bezerra Ribeiro

Suplente: Manoel da Silva Neto

Representantes de Professores da Educação Básica Pública

Titular: Melissa Jasche Quadros

Suplente: Ariane Amiki da Silva

Representantes de Diretores das Escolas da Educação Básica Pública

Titular: Vanuzia Araujo Alves de Souza Santos

Suplente: Mariel de Souza Ourives

Representantes do Conselho Tutelar

Titula: Berenice Maria Batista

Suplente: Vivian Cintia Pereira Bueno

Representantes da Secretaria Municipal de Educação

Titular: José Augusto Marques

Suplente: Márjori Loide Bedreske Petrenko

Representantes do Conselho Municipal de Educação

Titular: Gilson da Silva

Suplente: Dirce Regina Correa da Luz

Representantes dos Servidores Técnicos - Administrativos das Escolas Básicas Públicas

Titular: Alcilene Teixeira de Araújo

Suplente: Thiago César de Araújo Passos

Artigo 2° - Ficam eleitas respectivamente para o cargo de Presidente e Vice-Presidente do Conselho de acompanhamento e controle social do

CACS-FUNDEB, **Vanuzia Araujo Alves de Souza Santos** e **Melissa Jasche Quadros.**

Artigo 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação e/ou fixação, revogando-se disposições em contrário em especial as Portarias 123/2019 e 129/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rosário Oeste – MT, 21 de Agosto de 2.019.

JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO

Prefeito Municipal

PROCURADORIA MUNICIPAL
LEI MUNICIPAL 1554 - 2019

LEI N.º1.554/2019

de 21 de Agosto de 2.019.

"Dispõe sobre a recomposição geral anual das remunerações dos servidores públicos efetivos, ativos, inativos e comissionados do Poder Executivo de Rosário Oeste – MT, que obtiveram aumento de remuneração inferior ao índice oficial com a edição do novo Plano de Cargos e Carreiras do Quadro Geral da Administração Municipal (Lei 1.435/2015), na forma do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal/88, com aplicação de índice oficial acumulado em Abril de 2016 até Abril de 2018 e da outras providencias"

JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO, Prefeito Municipal de ROSÁRIO OESTE - MT, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder recomposição geral anual dos vencimentos aos servidores públicos efetivos, ativos, inativos e comissionados do quadro de pessoal que obtiveram aumento de remuneração inferior ao índice oficial com a edição do novo Plano de Cargos e Carreiras do Quadro Geral da Administração Municipal (Lei 1.435/2015).

Parágrafo Único – a recomposição outorgado pelo *"caput"* deste artigo será através da aplicação do Índice Nacional Preços ao Consumidor – INPC, no percentual de 6,50% acumulado no período de Abril/2016 até Abril/2018 gerando seus efeitos financeiros a partir da publicação desta lei, a serem pagos e creditados na folha de pagamento dos servidores ativos, inativos e comissionados do Quadro Geral da Administração Municipal em 2 (duas) parcelas, sendo implantado o índice de 3,25% no mês de Agosto de 2.019, e 3,25% no mês Setembro de 2.019, totalizando o índice de 6,50%.

Art. 2º - Considera-se para efeitos dessa lei, a defasagem salarial ocorrida, calculando-se e adotando como critério a inflação acumulada no período de Abril/2016 até Abril/2018 que será aplicado a variação anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, não sendo considerado como concessão de aumento ou ajuste salarial, e apenas recomposição do índice de perda concorrente da inflação.

Art. 3º - Autoriza o Poder Executivo reformular as tabelas de vencimentos e salários a serem recompostos com o percentual e forma citados no parágrafo único do artigo 1º, conforme os termos da presente Lei.

Art. 4º - As remunerações dos servidores públicos após a recomposição, serão objeto de tabelas publicadas por ato administrativo do poder executivo.

Art. 5º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotação própria da Lei Orçamentária Anual vigente.

Art. 6º - Os valores remuneratórias acrescidos da recomposição autorizada no parágrafo único do artigo 1º desta Lei, não poderão ultrapassar o montante percebido como subsídio, em espécie pelo Prefeito, conforme teor do artigo 89 inciso VIII da lei Orgânica Municipal e CF/88.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposição em contrário.

Gabinete do Prefeito, Rosário Oeste/MT, em 21 de Agosto de 2019.

JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO/APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 046/2018 – Execução de obras de **"Recuperação de Pavimentação Asfáltica – Realização de Serviços de Aplicação de Lama Asfáltica" – nas ruas: Celcino Pereira, Josino Lopes, Colúmbia, Carlos Laet, Espírito Santo, Miguel Miranda, Maria Cupertino, Zé Paraíba, Railda (Amazônia), Paraná (João Cordeiro de Sobral), São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Irmã Santinha, Pastor Benedito, João Paulo II, 13 de Dezembro, Dom Aquino, Getúlio Vargas, Braulino de Almeida, Emancipação, Oliveiras e Pedro Pedrossian;** no município de Salto do Céu – MT**, conforme** Memorial Descritivo, Projeto Básico, Planilha Orçamentária, Memória de Cálculo, Composição Unitária de Preço, QCI- Quadro de Composição do Investimento, Quadro de Coordenadas Geográficas, Cronograma Físico-Financeiro e BDI, anexos do **CONVITE Nº 005/2018**, para os fins que especifica. O presente Termo Aditivo/Apostilamento tem como objetivo transferir a responsabilidade/compromisso para o município o valor de R$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais) do contrato original, que era de comprometimento do CONVÊNIO Nº 1694/2017/SECID ora rescindido pelo Governo do Estado de Mato Grosso. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato original.

MARIA INÊS PEREIRA DA SILVA

Presidente da CPL

PORTARIA N.º 113/2019 DE 20 DE AGOSTO DE 2019

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SÁUDE A SERVIDORA QUE MENCIONA E, DÁ PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, exaradas no art. 49, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, e Art.190, inciso I, letra F da Lei 069/93 Estatuto dos Servidores públicos Municipais.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença para Tratamento de Saúde a servidora*:* **ELENICE MARTINS ALVES,** Cargo: Zeladora, Órgão Unidade: Secretária Municipal de Assistência Social, conforme Atestado Médico, datado em 05/08/2019.

Art. 2º - Caberá aos órgãos e unidades competentes do Poder Executivo proceder às anotações/registros pertinentes e, as providências na substituição da Servidora acima citada, se for imprescindível e inadiável bem como efetuar o pagamento devido, na forma da Legislação que disciplina a matéria em vigor.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta das respectivas dotações orçamentárias no corrente exercício, suplementadas, se necessário, na forma da Legislação específica que rege a matéria em vigor.

Art. 4º - Está portaria entrará em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu - MT, 20 de Agosto de 2019.

REGISTRE – SE, PUBLIQUE – SE E CUMPRA – SE.

WEMERSON ADÃO PRATA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU

RECURSOS HUMANOS
DECRETO MUNICIPAL N° 074/2019

DECRETO MUNICIPAL N° 074/2019 DE 15 DE AGOSTO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR EM CARGO DE COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Santa Cruz do Xingu - Estado de Mato Grosso, Sr. **MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA,** no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal, **DECRETA:**

Art. 1° - Fica exonerado a Servidor em cargo de Comissão, a Sr. **DORMELINDO LANZARIN,** do cargo de **COORDENADOR DA CONTABILIDADE,** da Secretaria Municipal de Finanças do Município de Santa Cruz do Xingu-MT.

Art. 2° - O citado servidor foi nomeado via Decreto n° 68/2012 de 09 de novembro de 2012.

Art. 3° - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário e em especial o decreto nº. 068/2012 de 09 de novembro de 2012.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

EM 15 DE AGOSTO DE 2019.

MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRA-SE E

PUBLICA-SE.

RECURSOS HUMANOS
DECRETO MUNICIPAL N° 076/2019

DECRETO MUNICIPAL N° 076/2019 DE 15 DE AGOSTO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Santa Cruz do Xingu - Estado de Mato Grosso, Sr. **MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA,** no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal, **DECRETA:**

Art. 1° - Fica nomeado o Sr **SIMONTON DE SOUSA MELO,** inscrito no **CPF: 016.011.671-64**, para ocupar ocargo de **Coordenador Do Aplic,** do Município de Santa Cruz do Xingu-MT.

.

Art. 2° - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário em especial o Decreto nº. 014/2017 de 18 de janeiro de 2017.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

EM 15 DE AGOSTO DE 2019.

MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRA-SE E

PUBLICA-SE.

RECURSOS HUMANOS
DECRETO MUNICIPAL N° 072/2019

DECRETO MUNICIPAL N° 072/2019 DE 15 DE AGOSTO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR EM CARGO DE COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Santa Cruz do Xingu - Estado de Mato Grosso, Sr. **MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA,** no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal, **DECRETA:**

Art. 1° - Fica nomeada a Servidora em cargo de Comissão, a Sra. **TATIANE DO NASCIMENTO,** inscrito no **CPF: 007.411.451-46**, no cargo de **COORDENADOR DO APLIC**do Município de Santa Cruz do Xingu-MT, na Secretaria Municipal De Administração.

Art. 2° - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário em especial o Decreto nº. 074/2017 de 02 de agosto de 2017.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

EM 15 DE AGOSTO DE 2019.

MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRA-SE E

PUBLICA-SE.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS N° 007/2019

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU - MT

Aviso de Licitação

Tomada de Preços n° 007/2019

Objeto: Contratação de Pessoa Jurídica especializada para prestação de serviços médicos em clínica médica no pronto atendimento Municipal de Santa Cruz do Xingu-MT. Modalidade Tomada de Preços n° 007/2019, tipo: Menor Preço global. A sessão realizar-se-á às 09h00 minutos, do dia 10 de Setembro de 2019. O Edital poderá ser adquirido no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu – MT, situada na Avenida 14 de Setembro, s/nº, Centro, Santa Cruz do Xingu/MT, Fone/Fax: (66) 3594-1000, pelo e-mail: scxlicitacao@gmail.com ou pelo site: https://sic.tce.mt.gov.br/123/assunto/listaSubItem...

Santa Cruz do Xingu – MT, 21 de Agosto de 2019.

Wilson Pereira da Silva – Presidente da Comissão Permanente de Licitação

RECURSOS HUMANOS
DECRETO MUNICIPAL N° 075/2019

DECRETO MUNICIPAL N° 075/2019 DE 15 DE AGOSTO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Santa Cruz do Xingu - Estado de Mato Grosso, Sr. **MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA,** no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal, **DECRETA:**

Art. 1° - Fica nomeado o Sr. **Altamiro Correia Leite Junior,** inscrito no **CPF: 020.147.301-13**, para ocupar ocargo de **Coordenador De Contabilidade,** do Município de Santa Cruz do Xingu-MT.

.

Art. 2° - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário em especial o Decreto nº. 076/2017 de 08 de agosto de 2017.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

EM 15 DE AGOSTO DE 2019.

MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRA-SE E

PUBLICA-SE.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 0111/SAD/2019

PORTARIA N° 0111/SAD/2019 DE 01 DE AGOSTO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE PROMOÇÃO DE CLASSE DOS SERVIDORES EFETIVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU – MT".

O Prefeito de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, **Sr. MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA**, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal baixa a seguinte **PORTARIA**:

Art. 1° - Fica concedida **Promoção de Classe** de acordo com o parecer da Comissão de Avaliação de Título do PCCS da Administração Geral do Município de Santa Cruz do Xingu - MT, nomeado pelos decretos 68/2016 em conformidade com o Plano de Carreira dos Profissionais da Administração Geral, para os servidoresrelacionados abaixo.

Nome do Servidor	Cargo	Matricula	Promoção de Classe
Evalina Ribeiro	Auxiliar de Serviços Gerais	587	Classe B para Classe C

Art. 2°- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando - se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL.

EM 01 DE AGOSTO DE 2019.

MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRA-SE E

PUBLICA-SE

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 0112/SAD/2019

PORTARIA N° 0112/SAD/2019 DE 12 DE AGOSTO DE 2019.

Designa sobre Remoção do servidor efetivo de uma Secretaria para outra.

O Prefeito do Município de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr **MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA**, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal baixa a seguinte **PORTARIA**;

RESOLVE:

Art. 1ª Fazer **REMOÇÃO** do servidor efetivo MARCIO CARDOSO DA SILVA,

CPF 012.877.461.44 Matricula 268 lotado na secretaria de Obras Públicas no cargo de guarda, para secretaria de saúde.

Por conveniências Administrativas fica removido para a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Santa Cruz do Xingu-MT, o Servidor, efetivado no cargo de Guarda. O mesmo tem o prazo de 03 dias para se apresentar no local de trabalho e exercer suas funções.

Art. 2°- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando - se as disposições em contrário.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

EM ,12 de Agosto de 2019.

_____

MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

Registra-se e

Publica-se

RECURSOS HUMANOS
DECRETO MUNICIPAL N° 073/2019

DECRETO MUNICIPAL N° 073/2019 DE 15 DE AGOSTO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Santa Cruz do Xingu - Estado de Mato Grosso, Sr. **MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA,** no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal, **DECRETA:**

Art. 1° - Fica nomeada a Sra. **MARINEZ SCHEIDT,** inscrito no **CPF: 967.314.781-72**, para ocupar ocargo de **DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE PATRIMONIO,** do Município de Santa Cruz do Xingu-MT.

Art. 2° - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

EM 15 DE AGOSTO DE 2019.

MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRA-SE E

PUBLICA-SE.

COORDENAÇÃO DE DEPARTAMENTO DE CONTRATOS E CONVENIOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 028/2019

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU – MT

EXTRATO DO CONTRATO Nº 028/2019

CONTRATANTE: Município de Santa Cruz do Xingu-MT. Aquisição de Equipamentos/Material Permanente para o Centro de Saúde/Unidade Básica do Município de Santa Cruz do Xingu-mt, C E CARVALHO COMERCIAL - ME, inscrita no CNPJ: 24.864.422/0001-73**,** Valor global: R$ 24.200,00 Vigência: de 21 de agosto de 2019, até 23 de outubro de 2019.

Marcos de Sá Fernandes da Silva

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 110/SAD/2019

PORTARIA N° 110/SAD/2019 DE 01 DE AGOSTO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE LICENÇA PRÊMIO PARA SERVIDORA EFETIVA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU – MT".

O Prefeito de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, **Sr. MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA**, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal baixa a seguinte **PORTARIA**:

Art. 1 ° - Fica concedido a Licença Prêmio para servidora efetiva a **Sra. ROSILDA DIAS DOS SANTOS,** inscrito no **CPF: 855.073.691-00,** Matrícula 349 no período de **01/08/2019** a **16/08/2019**, da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu – MT.

Art. 2°- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando - se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL.

EM 01 DE AGOSTO DE 2019.

MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRA-SE E

PUBLICA-SE

RECURSOS HUMANOS
DECRETO MUNICIPAL Nº071/2019

DECRETO MUNICIPAL Nº071/2019. DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

"ESTABELECE MEDIDAS DE NORMALIZAÇÃO DE HORARIO DE TRABALHO DOS SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E INDIRETA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA, Prefeito do Município de Santa Cruz do Xingu, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 66, incisos III e V, todos da Constituição Estadual, e o artigo 84, VI, a, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a pertinência de se implementar uma política efetiva de controle e gestão de despesas públicas, por meio de análise detalhada acerca da oportunidade, conveniência e necessidade da celebração, manutenção, adequação e ajuste de valores e outros congêneres que envolvam o dispêndio de recursos financeiros, celebrados pela Administração Direta e Indireta do Município de Santa Cruz do Xingu;

DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecida, em caráter excepcional, a jornada de trabalho dos servidores **com carga horaria semanal de 40 (quarenta),** da administração direta e indireta do município, sendo 8 horas diárias, em turno único das 07:30 às 11:30. Descanso para almoço, voltando as 13:30 as 17:30.

Art. 2º - Fica estabelecida, em caráter excepcional, a jornada de trabalho dos servidores **do PSF-Posto de Saúde da Família, com carga horaria semanal de 40 (quarenta),** da administração direta e indireta do município, sendo 8 horas diárias, em turno único das 07:00 às 11:30. Descanso para almoço, voltando as 13:30 as 17:00.

Art. 3º - Na ausência do Prefeito Municipal fica responsável para fazer a referida analise o chefe de Gabinete.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições contrarias em especial o Decreto nº069/2019 de 30 de julho de 2019. **GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL EM 14 DE AGOSTO DE 2019.** Registre-se e Publique-se.

_____

MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

COORDENAÇÃO DE DEPARTAMENTO DE CONTRATOS E CONVENIOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 027/2019

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU – MT

EXTRATO DO CONTRATO Nº 027/2019

CONTRATANTE: Município de Santa Cruz do Xingu-MT. Aquisição de Equipamentos/Material Permanente para o Centro de Saúde/Unidade Básica do Município de Santa Cruz do Xingu-mt**, OP** QUIRINO DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ: 22.228.679/0001-30,**Valor global: R$** 48.036,07 Vigência: de 21 de agosto de 2019, até 23 de outubro de 2019.

Marcos de Sá Fernandes da Silva

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 0344/2019, DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE LEONARDO CARVALHO FRANCISCO DO CARGO EM COMISSÃO DE COORDENADOR DE UNIDADE PÚBLICA DE SAÚDE EM ZONA URBANA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar LEONARDO CARVALHO FRANCISCO, portador do RG nº 345494775 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 341.252.838-26, do cargo em comissão de **COORDENADOR DE UNIDADE PÚBLICA DE SAÚDE EM ZONA URBANA.**

Art. 2º. A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Santa Rita do Trivelato – MT, 21 de Agosto de 2019.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e publique-se.

PREVIDENCIA
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATO Nº 04/2018(RETIFICAÇÃO)

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 04/2018

CONTRATANTE: PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO –MT.

CONTRATADA: RENATO BUSCIOLI GRUNOV 02917169117 CNPJ ; 17. 193.662/0001-28

OBJETIVO: O presente Termo Aditivo tem por objetivo aditar o valor global e, previstos no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSESSORIA E CONSULTORIA ESPECIALIZADA EM ADMINISTRAÇÃO PUBLICA, ACOMPANHANDO AS AREAS RELATIVAS AO APLIC, ACOMPANHAMENTO NO ENVIO MENSAL/TEMPESTIVAS DAS CARGAS DE APLIC JUNTO A TRIBUNAL PARA ATENDER SANTA RITA PREV DO MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT

DO PRAZO: DE 17/08/2019 A 30/09/2019.

VALOR: R$3.300,00 (três mil e trezentos reais)

Santa Rita do Trivelato – MT, 21 de Agosto de 2.019.

Fabio Lohmann Diretor Executivo

COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 40/2019

Estado do Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO
CNPJ 04.205.596/0001-17
AVENIDA FLAVIO LUIZ, n.º 2202 - CENTRO - CEP 78 453-000 PREDIO
Fone (65) 3529-6161 prefeitura@santaritadotrivelato.mt.gov.br

AVISO DE RESULTADO

Pregão Presencial nº. 40/2019

Na data de 02/08/2019 às 9:00 horas , foram abertas as propostas referente a licitação supra citada, requisitada pelo(s) seguinte(s) orgão(s):

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

E devidamente acompanhada por esta comissão de licitação. Tendo como vencedor(es) o(s) listado(s) abaixo.

Vencedor: J. C. BAPTISTA FERREIRA GARCIA

Lote 1 - AQUISICAO DE MATERIAIS DE AVIAMENTOS

Item	Marca	Quantidade	Valor
ACQUA BETUME (229823)	ACRILEX	30,00	R$ 254,70
VERNIZ VITRAL 100 ML - CORES VARIADAS (229821)	ACRILEX	50,00	R$ 1.007,00
TOALHA PARA BORDAR PONTO RUSSO 30X45CM (229833)	GROOL	100,00	R$ 539,00
AGULHA DE MAO PARA BORDAR Nº 22 - PCT C/ 10 UNIDADES (229825)	CORRENTE	5,00	R$ 33,10
MEIA PEROLA PARA ARTESANATO - PACOTE 500 GR (229818)	ARANHA	10,00	R$ 642,90
COLA QUENTE BASTAO FINO (229812)	MARIPEL	100,00	R$ 85,00
MDF RECORTES EM DIVERSOS MODELOS MEDIDO DE3,5CM A 8,00CM (229808)	MD COPR	100,00	R$ 2.834,00
PACOTE DE PEROLA - PACOTE 500 GR (229817)	ARANHA	20,00	R$ 1.205,80
GLITER PACOTE 1 KG - CORES VARIADAS (229816)	LANTECOR	20,00	R$ 1.441,80
TELA PARA PINTURA SIMPLES 30X40CM (229850)	QUEDES	100,00	R$ 1.404,00
BOLAS DE ISOPOR TAMANHO 60 MM - PCT COM 30 UNIDADES (229848)	ESTROFORME	20,00	R$ 460,00
TECIDO OXFORD ESTAMPADO, LAR 1,50M - ESTAMPAS A ESCOLHER (229856)	ODARA	200,00	R$ 2.798,00
TELA PARA PINTURA SIMPLES 15X15CM (229855)	QUEDES	100,00	R$ 615,00
CUEIROS LISOS, MEDINDO 08X100CM - PACOTE COM 3 UNIDADES (229844)	INCONFRAL	30,00	R$ 1.091,40
LINHA DE CROCHE, COM NO MINIMO 1000M, IGUAL OU SUPERIOR A LINHA DE CROCHE CLEA - CORES VARIADAS (229836)	CIRCULO	100,00	R$ 1.643,00
AGULHAS PARA BORDAR VAGONITE - EMBALAGEM COM 6 UNIDADES Nº VARIADOS (229835)	CORRENTE	10,00	R$ 52,80
BARBANTE CRU Nº 12, COM NO MINIMO 307M (229840)	FIAL	100,00	R$ 1.448,00
BARBANTE CRU Nº 06, COM NO MINIMO 610M (229837)	FIAL	100,00	R$ 1.423,00
TINTA DE TECIDO CLAREADOR, 37 ML, PACOTE COM 12 UNIDADES (229767)	ACRILEX	50,00	R$ 2.014,50
PINCEL PARA PINTURA CHATO Nº 10, IGUAL OU SUPERIOR AO MODELO 815 (229763)	CONDOR	40,00	R$ 221,60
ESTENCIL PARA PINTURA SIMPLES 20X25 - DIVERSAS FIGURAS (229771)	OPA	100,00	R$ 1.191,00
TECIDO DE ALGODAO PARA PINTURA, LARG. 0,70CM (229769)	OBEC	200,00	R$ 1.696,00
PINCEL PARA PINTURA CHATO Nº 04, IGUAL OU SUPERIOR AO MODELO 815 (229760)	CONDOR	40,00	R$ 183,60

TINTA DIMENSIONAL EM RELEVO GLITER 35ML PACOTE C/ 12 UNID CORES A ESCOLHER (229755)	ACRILEX	20,00	R$ 1.976,80
TECIDO PATCHWORK TRICOLINE ESTAMPADO, LARG 1,50 M (229752)	PERIPAN	200,00	R$ 3.848,00

Page 1

Estado do Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO
CNPJ 04.205.596/0001-17
AVENIDA FLAVIO LUIZ, n.º 2202 - CENTRO - CEP 78 453-000 PREDIO
Fone (65) 3529-6161 prefeitura@santaritadotrivelato.mt.gov.br

Mapa de Licitação

Pregao 40/2019

Lote 1 - AQUISICAO DE MATERIAIS DE AVIAMENTOS

Item	Marca	Quantidade	Valor
PINCEL PARA PINTURA CHATO Nº 00, IGUAL OU SUPERIOR AO MODELO 815 (229758)	CONDOR	40,00	R$ 135,60
COLA PERMANENTE 250 ML (229756)	ACRILEX	50,00	R$ 1.109,50
FITA DE CETIM Nº 01 LARG 07MM, PECA COM 10M - CORES VARIADAS (229797)	ARCOIRES	50,00	R$ 121,00
FITA DE CETIM Nº 09 LARGURA 38MM, PECA COM 10M - CORES VARIADAS (229796)	ARCOIRES	50,00	R$ 469,50
MDF CAIXA REDONDA 20X20X7CM (229805)	MD COPR	100,00	R$ 2.529,00
MDF BAU QUADRADO PEQUENO 10X20 (229801)	MD COPR	100,00	R$ 1.849,00
PANO DE PRATO COM BAINHA, MEDINDO 65X40CM PARA ARTESANATO BRANCO (229792)	COPATEX	100,00	R$ 1.259,00
ARGOLAS PLASTICAS COM DIAMENTRO DE 75 MM (229779)	RITAS	100,00	R$ 76,00
EVA LISO, MEDINDO 40X60CM PCT C/ 10 FOLHAS - CORES VARIADAS (229774)	BOTO	50,00	R$ 926,50
MASSA PRONTA PARA BISCUIT, PACOTE COM 1KG - CORES VARIADAS (229789)	ARANHA	20,00	R$ 320,80
FITA CREPE 18CM X 50MT BRANCA (229784)	ADERE	50,00	R$ 276,00

Total do Lote R$ 39.181,90
Total do Vencedor R$ 39.181,90

Vencedor: L FERNANDO PROVENZANO DE SOUZA-ME

Lote 1 - AQUISICAO DE MATERIAIS DE AVIAMENTOS

Item	Marca	Quantidade	Valor
HIDRO VITRAL - CORES VARIADAS 100 ML (229822)	ACRILEX	50,00	R$ 1.964,50
MUSGO PARA ARTESANATO - PACOTE COM 50GRS (229815)	ARANHA	20,00	R$ 113,80
TECIDO DE PONTO RUSSO PARA BORDAR, LARG 1,50M (229828)	ESTILOTEX	200,00	R$ 4.578,00
PASTA PARA MODELAGEM PARA ARTESANATO - 250 ML (229826)	BELLA ARTE	50,00	R$ 794,50
CADERNO PEQUENO CAPA DURA 96 FOLHAS (229814)	MAXIMA	200,00	R$ 954,00
MDF CAIXA 20X20X5CM (229804)	T&J ARTESANATO	100,00	R$ 1.565,00
MDF CAIXA 10X10X5CM (229802)	T&J ARTESANATO	100,00	R$ 1.049,00
COLA QUENTE BASTAO GROSSO (229813)	MERITA	100,00	R$ 174,00
MDF PORTA CHAVES 4 PINOS (229806)	T&J ARTESANATO	100,00	R$ 1.834,00

BASTIDOR PLASTICO PEQUENO 18CM (229830)	ARANHA	100,00	R$ 2.184,00
TELA PARA PINTURA SIMPLES 18X24CM (229853)	GUEDES	100,00	R$ 874,00
TELA PARA PINTURA SIMPLES 40X60CM (229851)	GUEDES	100,00	R$ 2.789,00
ETIQUETAS DIVERSAS (229866)	ARANHA	50,00	R$ 495,00
LINHA PARA COSTURA COM NO MINIMO 1.829M - CORES DIVERSAS (229865)	SETTA	100,00	R$ 544,00

Page 2

Estado do Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

CNPJ 04.205.596/0001-17

AVENIDA FLAVIO LUIZ, n.º 2202 - CENTRO - CEP 78 453-000 PREDIO

Fone (65) 3529-6161 prefeitura@santaritadotrivelato.mt.gov.br

Mapa de Licitação

Pregao 40/2019

Lote 1 - AQUISICAO DE MATERIAIS DE AVIAMENTOS

Item	Marca	Quantidade	Valor
BOLAS DE ISOPOR TAMANHO 75 MM - PCT COM 25 UNIDADES (229849)	STYROFORM	20,00	R$ 470,00
BARBANTE CRU Nº 08, COM NO MINIMO 457M (229838)	EUROMA	100,00	R$ 1.494,00
BASTIDOR PLASTICO MEDIO 25CM (229831)	ARANHA	50,00	R$ 1.776,00
TOALHA DE BANHO INFANTIL, MEDINDO 90X70CM COM ESPACO PARA PINTAR E BORDAR (229846)	INCOMFRAL	30,00	R$ 950,70
FRALDAS COM ESPACO PARA PINTAR E BORDAR CAIXA COM 5 UNIDADES (229843)	INCOMFRAL	30,00	R$ 836,40
PINCEL PARA PINTURA CHATO Nº 06, IGUAL OU SUPERIOR AO MODELO 815 (229761)	TIGRE	40,00	R$ 191,60
PINCEL PARA PINTURA CHATO Nº 02, IGUAL OU SUPERIOR AO MODELO 815 (229759)	TIGRE	40,00	R$ 167,60
TINTA DE TECIDO PACOTE COM 12 UNIDADES 37 ML - CORES A ESCOLHER (229768)	ACRILEX	100,00	R$ 4.025,00
PINCEL PARA PINTURA CHATO Nº 12, IGUAL OU SUPERIOR AO MODELO 815 (229764)	TIGRE	40,00	R$ 245,60
PAPEL CARBONO PARA COSTURA, PACOTE C/ 10 UNID, CORES VARIADAS (229757)	ARANHA	10,00	R$ 198,90
TECIDO EM FELTRO ESTAMPADO, LARG 1,40M ESTAMPAS VARIADAS (229751)	ESTILOTEX	50,00	R$ 1.839,50
TECIDO EM FELTRO, LARG 1,40M CORES VARIADAS (229750)	ESTILOTEX	200,00	R$ 4.058,00
TINTA DIMENSIONAL EM RELEVO ACRIPUFF 35ML, PACOTE C/ 12 UNID CORES A ESCOLHER (229754)	ACRILEX	20,00	R$ 1.224,80
AGULHA PARA COSTURA Nº 06 (PARA BORDAR) (229753)	CORRENTE	50,00	R$ 220,00
CANETA ACRILPEN PARA TECIDO - CORES A ESCOLHER (229770)	ACRILEX	50,00	R$ 305,00
FITA DE CETIM Nº 12 LARGURA 50MM, PECA COM, 10M - CORES VARIADAS (229795)	PROGRESSO	100,00	R$ 2.029,00
VERNIZ GERAL 500 ML (229786)	ACRILEX	30,00	R$ 2.110,20
MDF BAU QUADRADO GRANDE 30X30 (229799)	T&J ARTESANATO	100,00	R$ 4.379,00
FITA DE CETIM Nº 03 LARGURA 15 MM PECA COM 10M - CORES VARIADAS (229798)	CIRCULO	50,00	R$ 224,00
COLA EM GERAL PARA DECOPAGE 120 ML (229782)	ACRILEX	50,00	R$ 790,00

EVA ATOALHADO, MEDINDO 40X48CM - PCT C/ 5 FOLHAS (229776)	LEONORA	50,00	R$ 1.480,00
ESTENCIL PARA PINTURA SIMPLES 10X10 - DIVERSAS FIGURAS (229772)	OPA	100,00	R$ 344,00
ARGOLAS PLASTICAS COM DIAMENTRO DE 120MM (229778)	JOWAMA	100,00	R$ 135,00
ADESIVOS INSTANTANEOS 793 - FRASCO COM 20GR (229777)	TEK BOND	30,00	R$ 294,00

Total do Lote R$ 49.701,10

Total do Vencedor R$ 49.701,10

Vencedor: MOSAICO DISTRIBUIDORA ATACADO E ELETRONICOS EIRELI

Lote 1 - AQUISICAO DE MATERIAIS DE AVIAMENTOS

Item	Marca	Quantidade	Valor
BARBANTE BARROCO DECORE LUXO 180M - CORES VARIADAS (229841)	CIRCULO	100,00	R$ 1.758,00

Estado do Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

CNPJ 04.205.596/0001-17

AVENIDA FLAVIO LUIZ, n.º 2202 - CENTRO - CEP 78 453-000 PREDIO

Fone (65) 3529-6161 prefeitura@santaritadotrivelato.mt.gov.br

Mapa de Licitação

Pregao 40/2019

Lote 1 - AQUISICAO DE MATERIAIS DE AVIAMENTOS

Item	Marca	Quantidade	Valor
BARBANTE CRU Nº 10, COM NO MINIMO 366M (229839)	PIRATININGA	100,00	R$ 1.423,00
PALITOS DE PICOLE QUADRADO CRU - PACOTE COM 100 UNIDADES (229847)	THEOTO	10,00	R$ 38,90
BODY INFANTIL TAMANHO RN/P - CORES VARIADAS (229845)	ED BABY	50,00	R$ 1.324,00
TECIDO PARA BORDAR VAGONITE, LAR 1,40M (229834)	ESTILOTEX	200,00	R$ 6.858,00
TECIDO JUTA COR CRU FECHADA, LAR 1,00M (229824)	PLAST CO	200,00	R$ 3.156,00
VERNIZ FOSCO 100 ML (229820)	ACRILEX	30,00	R$ 370,20
AGULHA PARA BORDAR PONTO RUSSO Nº 12 (229829)	CIRCULO	30,00	R$ 588,00
NOVELO DE LA C/100 GRAMAS - CORES VARIADAS (229827)	PINGUION	50,00	R$ 524,50
TELA PARA PINTURA SIMPLES 20X30CM (229852)	STALO	100,00	R$ 929,00
ZIPER DE METAL 50CM - CORES DIVERSAS (229862)	CENTRAL BOTO-ES	50,00	R$ 85,00
ZIPER DE METAL 15CM - CORES DIVERSAS (229861)	CENTRAL BOTO-ES	50,00	R$ 67,00
FIO PARA COSTURA 70GR - DIVERSAS CORES (229864)	SETTA	100,00	R$ 482,00
ZIPER DE METAL 60CM - CORES DIVERSAS (229863)	CENTRAL BOTO-ES	50,00	R$ 96,50
ZIPER DE METAL 30CM - CORES DIVERSAS (229860)	CENTRAL BOTO-ES	50,00	R$ 68,50
MICANGAS PARA BORDAR (PACOTE 490 GRAMAS) - CORES VARIADAS (229857)	LADEIRA	20,00	R$ 497,80
TELA PARA PINTURA SIMPLES 09X12CM (229854)	STALO	100,00	R$ 550,00
ZIPER DE METAL 06CM - CORES DIVERSAS (229859)	CENTRAL BOTO-ES	50,00	R$ 52,00

LINHAS PARA COSTURA ESTOJO COM 100 UNIDADES - CORES DIVERSAS (229858)	DRIMA	5,00	R$ 1.439,75
TINTA JATEADO 100ML - CORES VARIADAS (229819)	GLITTER	20,00	R$ 202,80
SELANTE UNIVERSAL PRIME 250 ML (229783)	ACRILEX	50,00	R$ 1.781,00
GUARDANAPOS PARA DECOPAGE, MEDINDO 33X33CM - PCT C/ 5 FOLHAS (229781)	TOK E CRIE	30,00	R$ 266,70
COLA CASCOREX 500 GRAMAS (229788)	CASCOREZ	50,00	R$ 767,50
KITS PARA CRAQUELE, 37ML, CAIXA C/ 2 UNIDADES - CORES VARIADAS (229787)	ACRILEX	30,00	R$ 574,20
ARGOLAS PLASTICAS COM DIAMENTRO DE 30MM (229780)	RITAS	100,00	R$ 27,00
PINCEL PARA PINTURA CHATO Nº 00 PELO DE MARTA, IGUAL OU SUPERIOR AO MODELO 141 (229765)	TIGRE	40,00	R$ 265,60
PINCEL PARA PINTURA CHATO Nº 08, IGUAL OU SUPERIOR AO MODELO 815 (229762)	LEONORA	40,00	R$ 199,60
EVA ESTAMPAS VARIADAS, MEDINDO 40X60CM, PCT C/ COM 10 FOLHAS - CORES VARIADAS (229775)	LEONORA	50,00	R$ 2.540,00
ESTENCIL PARA PINTURA SIMPLES 14X14 - DIVERSAS FIGURAS (229773)	OPA	100,00	R$ 494,00
TINTA FOSCA PARA ARTESANATO P.V.A 100ML - CORES VARIADAS (229790)	ACRILEX	100,00	R$ 824,00
CESTA EM VIME TAMANHOS E FORMATOS DIVERSOS (229809)	SILVA E ARTESA-NATO	100,00	R$ 2.983,00
MDF PORTA TALHERES (229807)	GW	100,00	R$ 1.959,00

Estado do Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO
CNPJ 04.205.596/0001-17
AVENIDA FLAVIO LUIZ, n.º 2202 - CENTRO - CEP 78 453-000 PREDIO
Fone (65) 3529-6161 prefeitura@santaritadotrivelato.mt.gov.br

Mapa de Licitação

Pregao 40/2019

Lote 1 - AQUISICAO DE MATERIAIS DE AVIAMENTOS

Item	Marca	Quantidade	Valor
CORDA CRUA MEDIA (229811)	SAO JOSE	50,00	R$ 184,50
FIO DE SIZAL 700/2, NOVELO DE 250G (229810)	SAO JOSE	10,00	R$ 224,00
MDF CAIXA 15X15X5CM (229803)	GW	100,00	R$ 1.169,00
PASSA FITA, COM 5CM DE LARGURA E 13,70M DE COMPRIMENTO - COR BRANCA (229793)	ARTE PUNTO	30,00	R$ 890,70
TOALHA DE MAO PARA BORDAR MEDINDO 25X36CM - CORES VARIADAS (229791)	DEYFORT	100,00	R$ 294,00
MDF BAU QUADRADO MEDIO 20X25 (229800)	GW	100,00	R$ 3.099,00
BORDADO INGLES, COM 5CM DE LARG E 13,70 DE COMPRIMENTO - COR BRANCO (229794)	ARTE PUNTO	100,00	R$ 2.000,00

Total do Lote R$ 41.053,75
Total do Vencedor R$ 41.053,75

SANTA RITA DO TRIVELATO-sexta-feira, 2 de agosto de 2019

Publique-se e afixe-se.
MARIA CILENE PEREIRA
Pregoeira Oficial
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT

COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2019

AVISO DE RESULTADO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2019

OBJETO: **OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DIVERSOS PARA SEREM USADOS NAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SANTA RITA DO TRIVELATO-MT**

Comunicamos que conforme Edital publicado em meios eletrônicos, referente ao Pregão Presencial nº 039/2019, tipo menor preço por item, cuja abertura se deu em 01/08/2019, sagrou-se vencedor as empresas:

6707	08.371.036/0001-93	LUASI PAPEIS E LIVROS EIRELI

Itens

Código	Descrição	Marca	Und. Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
230785	CANETA ESFEROGRAFICA S-GRIP10-R 1.0 PR AZUL CX C/ 12 UNID	PILOT BP-1 RT M1,0	CAIXA	150,0000	52,3400	7.851,00
230786	CANETA ESFEROGRAFICA S-GRIP10-R 1.0 PR PRETO CX C/ 12 UNID	PILOT BP-1 RT M1,0	CAIXA	150,0000	52,0000	7.800,00
230886	PAPEL A-4 75G/M2 COM 100FOLHAS - CORES DIVERSAS	SENINHA	PACOTE	100,0000	3,7500	375,00
230887	PAPEL A-4 (210X297MM), PAPEL ALCALINO 75G/M2 CAIXA COM 10 RESMAS DE 500 FOLHAS CADA (CERTIFICADOS SELO CERFLOR OU FSC)	ONE	CAIXA	250,0000	162,0000	40.500,00
					Total Fornecedor:	**56.526,00**

6708	29.424.059/0001-99	SVX COM DE MAT PEDAGOGICOS E INFORMATICA EIRELI

Itens

Código	Descrição	Marca	Und. Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
230755	APAGADOR PARA QUADRO BRANCO COM COLETOR	JAPAN	UNIDADE	20,0000	3,0700	61,40
230769	BORRACHA 20	LEO E LEO	UNIDADE	150,0000	0,2400	36,00
230771	BORRACHA PVC COM CAPA PROTETORA	LEO E LEO	UNIDADE	50,0000	0,2900	14,50
230801	COLA BASTAO BRANCA 10 GR (COLA EM BASTAO FORMULA EXTRA FORTE DE GRANDE ADERENCIA PARA APLICACAO EM DIVERSOS MATERIAIS, NAO TOXICA, 10G)	LYKE	UNIDADE	50,0000	0,7700	38,50
230803	COLA BRANCA ROTULO AZUL 1 LT	TEK BOND	UNIDADE	150,0000	19,8900	2.983,50
230842	FITA DUPLA FACE 19MMX30M	TEK BOND	UNIDADE	50,0000	4,2000	210,00
230846	FLIP CHART 64X88CM - 50 FOLHAS	GPK	UNIDADE	10,0000	25,6000	256,00
230868	LAPIS DE COR GRANDE - 12 CORES	BRW	CAIXA	200,0000	2,7000	540,00
230871	LAPIS GRAFITE 2B	COMPACTOR	UNIDADE	100,0000	0,4200	42,00
230892	PAPEL CARTAO 48X66CM - CORES DIVERSAS	VMP	UNIDADE	300,0000	0,7300	219,00
230897	PAPEL CREPON - CORES DIVERSAS	VMP	UNIDADE	300,0000	0,6000	180,00
230900	PAPEL FOTOGRAFICO	MASTERPRINT	UNIDADE	100,0000	6,6400	664,00
230908	PASTA CATALOGO COM 100 FOLHAS	GPK	UNIDADE	100,0000	13,8000	1.380,00
230909	PASTA CATALOGO COM 50 FOLHAS	GPK	UNIDADE	50,0000	8,3500	417,50
230945	QUADRO BRANCO COM MOLDURA DE ALUMINIO 90X120CM	CORTIARTE	UNIDADE	20,0000	62,9000	1.258,00
230949	TESOURA 17CM PRETA	SERTIC	UNIDADE	50,0000	2,0200	101,00
					Total Fornecedor:	**8.401,40**

6947	30.985.777/0001-13	WALERIA DOS S CORDEIRO EIRELI-ME

Itens

Código	Descrição	Marca	Und. Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total

230746	ALFINETE COLORIDO CX 50 G	LYKE	UNIDADE	50,0000	1,3500	67,50	
230750	ALMOFADA PARA CARIMBO (AZUL) N 03	JAPAN	UNIDADE	20,0000	2,3500	47,00	
230749	ALMOFADA PARA CARIMBO (PRETA) N 03	JAPAN	UNIDADE	20,0000	2,3500	47,00	
230752	ANOTE E COLE 76MM X 76MM (BLOCOS DE RECADOS AUTO-ADESIVOS REMOVIVEIS, MINIMO 100 FOLHAS CADA PCT, MEDIDAS MINIMAS 76 MMX 76MM, CONTENDO 01 BLOCO,COR AMARELA) DE BOA QUALIDADE	LYKE	UNIDADE	150,0000	1,5600	234,00	
230756	APONTADOR DE ACO PARA LAPIS COM LAMINA DE ACO TEMPERADO	MASTERPRINT	UNIDADE	150,0000	0,5900	88,50	
230768	BOBINA PARA IMPRESSORA PLOTTER 914MMX50 METROS - 75 GR OFF-SET	PSP	UNIDADE	30,0000	45,9900	1.379,70	
230767	BOBINA PARA RELOGIO PONTO ELETRONICO - 300 MT	MAXPRINT	UNIDADE	110,0000	18,9900	2.088,90	
230770	BORRACHA 40 - CX COM 40 UND	REDBOR	CAIXA	80,0000	7,2700	581,60	
230774	CADERNO DE PROTOCOLO 100 FOLHAS	SAO DOMIN-GOS	UNIDADE	50,0000	5,6900	284,50	
230775	CADERNO GRANDE CAPA DURA BROCHURA 96 FOLHAS	MAXIMA	UNIDADE	150,0000	3,7300	559,50	
230778	CADERNO PEQUENO ESPIRAL CAPA DURA 48 FOLHAS	MAXIMA	UNIDADE	100,0000	2,2700	227,00	
230808	CAIXA DE ARQUIVO MORTO (POLIONDA) 36.5 X 25 X 13.5 CM - AZUL	ALAPLAST	UNIDADE	850,0000	2,9500	2.507,50	
230809	CAIXA DE ARQUIVO MORTO PAPELAO MICROONDULADO - TAMANHO 355X250X133MM	CAIXAS WEB	UNIDADE	1.500,0000	1,5300	2.295,00	

230779	CAIXA DE CORRESPONDENCIA	CARBRINK	UNIDADE	20,0000	8,6800	173,60
230780	CAIXA DE CORRESPONDENCIA TRIPLA DE ACRILICO	CARBRINK	UNIDADE	50,0000	29,2400	1.462,00
230782	CANETA ESFEROGRAFICA AZUL COM TAMPA VENTILADA CORPO HEXAGO-NAL TRANSPARENTE, ESFERA DE TUNGSTENIO, SEM FALHA TINTA AZUL	COMPACTOR	UNIDADE	3.000,0000	0,4200	1.260,00
230783	CANETA ESFEROGRAFICA PRETA COM TAMPA VENTILADA CORPO HEXAGO-NAL TRANSPARENTE, ESFERA DE TUNGSTENIO, SEM FALHA TINTA PRETA	COMPACTOR	UNIDADE	2.000,0000	0,4200	840,00
230784	CANETA ESFEROGRAFICA VERMELHA COM TAMPA VENTILADA CORPO HEXA-GONAL TRANSPARENTE, ESFERA DE TUNGSTENIO, SEM FALHA TINTA VER-MELHA	COMPACTOR	UNIDADE	1.000,0000	0,4200	420,00
230787	CANETA PARA CD E DVD	BRW	UNIDADE	100,0000	1,4000	140,00
230788	CANETA PARA RETROPROJETOR	BRW	UNIDADE	50,0000	1,4000	70,00
230796	CLIPS GALVANIZADO 2/0 (CX COM 500G) C/ 5000	XR	CAIXA	50,0000	6,2500	312,50
230797	CLIPS GALVANIZADO 3/0 (CX COM 500G) C/ 5000	XR	CAIXA	50,0000	6,2400	312,00
230798	CLIPS GALVANIZADO 4/0 (CX COM 500G) C/ 5000	XR	CAIXA	50,0000	6,2400	312,00
230799	CLIPS GALVANIZADO 6/0 (CX COM 500G) C/ 5000	XR	CAIXA	50,0000	6,2400	312,00
230800	CLIPS GALVANIZADO 8/0 (CX COM 500G) C/ 5000	XR	CAIXA	50,0000	6,2400	312,00
230802	COLA BRANCA 40G	FRAMA	UNIDADE	500,0000	0,5500	275,00
230807	CORRETIVO LIQUIDO (PARA ERROS MECANOGRAFICOS E MANUAIS, BASE DAGUA, SECAGEM RAPIDA, ATOXICO, INODORO, NAO INFLAMAVEL, EM FRAS-CO COM 18ML)	FRAMA	UNIDADE	130,0000	0,9000	117,00
230817	ENVELOPE 38X45CM	SCRIPTY	UNIDADE	200,0000	0,3400	68,00
230818	ENVELOPE A4 - BRANCO	IPECOL	UNIDADE	800,0000	0,2100	168,00
230819	ENVELOPE BRANCO 240X340MM	IPECOL	UNIDADE	1.500,0000	0,2100	315,00
230824	ESPIRAL PARA ENCARDENACAO 12MM	PLASTLYNE	UNIDADE	100,0000	0,0700	7,00
230825	ESPIRAL PARA ENCARDENACAO 17MM	PLASTLYNE	UNIDADE	100,0000	0,1200	12,00
230826	ESPIRAL PARA ENCARDENACAO 20MM	PLASTLYNE	UNIDADE	100,0000	0,1400	14,00
230827	ESPIRAL PARA ENCARDENACAO 33MM	PLASTLYNE	UNIDADE	100,0000	0,4700	47,00

230828	ESPIRAL PARA ENCARDENACAO 40MM	PLASTLYNE	UNIDADE	100,0000	0,7300	73,00
230822	ESPIRAL PARA ENCARDENACAO 45MM	PLASTLYNE	UNIDADE	100,0000	0,8600	86,00
230823	ESPIRAL PARA ENCARDENACAO 50MM	PLASTLYNE	UNIDADE	100,0000	1,1000	110,00
230829	ESTILETE DE PLASTICO LAMINA DE ACO 9MM	MASTERPRINT	UNIDADE	50,0000	0,5500	27,50
230830	ESTILETE PROFISSIONAL 18 MM	BRW	UNIDADE	50,0000	4,8800	244,00
230833	EVA 40X60X2MM (ESTAMPADOS, CAMUFLADO, BOLINHAS, LISTRAS)	BRW	UNIDADE	1.000,0000	2,5200	2.520,00
230834	EVA COM GLITTER - CORES VARIADAS	DUBFLEX	UNIDADE	2.000,0000	2,7900	5.580,00
230836	EXTRATOR DE GRAMPO EM CHAPA DE ACO 15CMX2CM	JAPAN	UNIDADE	100,0000	1,0000	100,00
230838	FITA ADESIVA LARGA TRANSPARENTE 45MMX45M	EMBALANDO	UNIDADE	500,0000	2,1000	1.050,00
230840	FITA CREPE 24MMX50M	ADERE	UNIDADE	100,0000	3,4800	348,00
230841	FITA DUPLA FACE 12MMX30M	EMBALANDO	UNIDADE	50,0000	3,2000	160,00
230843	FITA DUREX 12MM X 30M	ADELBRAS	UNIDADE	100,0000	0,5100	51,00
230849	GIZ ESCOLAR BRANCO CX COM 64 UNIDADES	DELTA	CAIXA	100,0000	1,3900	139,00
230852	GRAFITE 0.7 MM	ADECK	CAIXA	50,0000	0,2700	13,50
230860	GRAMPO TRILHO PLASTICO (COM 50 UNIDADES - 20 CM DE COMPRIMENTO)	HELLOMAX	PACOTE	50,0000	6,6300	331,50
230861	GRAMPO TRILHO PLASTICO (COM 50 UNIDADES - 30 CM DE COMPRIMENTO)	HELLOMAX	PACOTE	50,0000	7,2700	363,50
230862	GUILHOTINA DE CORTAR PAPEL	MARES	UNIDADE	5,0000	137,8000	689,00
230869	LAPIS DE COR GRANDE - 24 CORES	BRW	CAIXA	200,0000	5,6900	1.138,00
230872	LAPIS PRETO	MASTERPRINT	UNIDADE	1.500,0000	0,1700	255,00
230875	LIVRO ATAS 100 FOLHAS	SAO DOMINGOS	UNIDADE	50,0000	7,1700	358,50
230874	LIVRO ATAS 50 FOLHAS	SAO DOMINGOS	UNIDADE	50,0000	3,7700	188,50
230878	MAQUINA PERFURADORA PARA ENCARDENACAO PARA ESPIRAL SIMPLES	EXCENTRIX	UNIDADE	5,0000	507,2100	2.536,05
230879	MARCA TEXTO CAIXA DIVERSAS CORES (EM TINTA FLUORESCENTE QUE SE FIXA SOBRE A TINTA ESFEROGRAFICA, HIDROGRAFICA, LAPIS, TEXTOS DATILOGRAFADOS E IMPRESSOS) CAIXA 12 UNIDADES	MAXTERPRINT	CAIXA	200,0000	9,5500	1.910,00
230880	MARCADOR PARA QUADRO BRANCO (AZUL, PRETO, VERMELHO)	LYKE	UNIDADE	150,0000	1,4500	217,50
230881	MARCADOR PERMANENTE PONTA FINA - CORES DIVERSAS	LYKE	UNIDADE	100,0000	1,0300	103,00
230883	MOLHA DEDO (EM PASTA, NAO TOXICO, PESO LIQUIDO DE 12 GR)	CARBRINK	UNIDADE	50,0000	1,3900	69,50
230889	PAPEL CAMURCA 40X60CM - CORES DIVERSAS	RST	UNIDADE	100,0000	0,4100	41,00
230894	PAPEL CELOFANE 80X80 CM - CORES DIVERSAS	RST	UNIDADE	100,0000	0,4800	48,00
230898	PAPEL DE SEDA 40X60CM - CORES DIVERSAS	RST	UNIDADE	100,0000	0,1300	13,00
230899	PAPEL DOBRADURA - CORES DIVERSAS	RST	UNIDADE	100,0000	0,2700	27,00
230901	PAPEL LAMINADO 46X60CM - CORES DIVERSAS	RST	UNIDADE	100,0000	0,5100	51,00
230902	PAPEL MICRO ONDULADO 50X80CM - CORES DIVERSAS	RST	UNIDADE	200,0000	1,2400	248,00
230910	PASTA ELASTICA 40 MM SOFT	DAC	UNIDADE	100,0000	2,3700	237,00
230912	PASTA OFICIO COM ABA E ELASTICO, COR GRAFITE, PLASTIFICADA	DAC	UNIDADE	200,0000	1,3200	264,00
230916	PASTA SUSPENSA PLASTICA	ALAPLAST	UNIDADE	100,0000	1,8800	188,00
230917	PEN DRIVE 16 GB	SANDISK	UNIDADE	50,0000	18,8900	944,50

230919	PEN DRIVE 32 GB	SANDISK	UNIDADE	50,0000	27,2900	1.364,50
230918	PEN DRIVE 8 GB	SANDISK	UNIDADE	50,0000	18,8900	944,50
230924	PILHA ALCALINA AA COM 2 UNDADES	MAXPRINT	UNIDADE	150,0000	2,8900	433,50
230925	PILHA ALCALINA AAA COM 2 UNDADES	MAXPRINT	UNIDADE	150,0000	2,8900	433,50
230938	PRANCHETA DE MADEIRA PARA PAPEL A4 COM PRENDEDOR DE METAL	STALO	UNIDADE	20,0000	2,8300	56,60
230946	REGUA DE ALUMINIO 30CM	LYKE	UNIDADE	80,0000	2,7800	222,40
230947	REGUA PLASTICA TRANSPARENTE 30CM	WALEU	UNIDADE	100,0000	0,4800	48,00
230951	TESOURA ESCOLAR SEM PONTA	JAPAN	UNIDADE	200,0000	0,9700	194,00
230954	TINTA PARA ALMOFADA DE CARIMBO - COR AZUL E PRETA - 40ML	BRW	UNIDADE	20,0000	1,8800	37,60
					Total Fornecedor:	**41.814,95**

6948	**26.148.070/0001-85**	**MOSAICO DISTRIBUIDORA ATACADO E ELETRONICOS EIRELI**	

Itens

Código	Descrição	Marca	Und. Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
230747	ALFINETE NIQUELADO 50 G	NYBC	UNIDADE	30,0000	3,5200	105,60
230753	ANOTE E COLE 76X102MM AMARELO 100 FOLHAS DE BOA QUALIDADE	IMPRIMASTER	UNIDADE	100,0000	2,4000	240,00
230754	APAGADOR DE GIZ COM FELTRO MACIO E PORTA GIZ	STALO	UNIDADE	100,0000	2,1200	212,00
230757	ARGOLA DE CHAVEIRO COM CORRENTE	CENTRAL BOTOES	UNIDADE	500,0000	11,7500	5.875,00
230758	ATILHO DE BORRACHA ELASTICO DE LATEX AMARELO PCT 1 KG	MAMUTE	PACOTE	50,0000	16,8900	844,50
230759	BALAO DE LATEX TAMANHO 6.5 CORES SORTIDAS C/ 50 UNID	IDEATEX	PACOTE	200,0000	3,3900	678,00
230762	BASTAO COLA QUENTE - FINA	RENDICOLA	UNIDADE	1.500,0000	0,3300	495,00
230764	BATERIA 9V	ELGIN	UNIDADE	100,0000	3,8700	387,00
230766	BATERIA CR2032	ELGIN	UNIDADE	50,0000	1,2400	62,00
230772	CADERNO 200 FOLHAS ESPIRAL CAPA DURA PEQUENO	JANDAIA	UNIDADE	50,0000	5,9400	297,00
230777	CADERNO GRANDE ESPIRAL CAPA DURA 12 MATERIAS	JANDAIA	UNIDADE	100,0000	12,2900	1.229,00
230781	CALCULADORA DE MESA - MATERIAL PLASTICO RIGIDO TIPO DE CALCULADORA MESA LCD COM 12 DIGITOS TAMANHO 15X10.5 CM REALIZA PORCENTAGEM, RAIZ QUADRADA INDICADA PARA OPERACOES MATEMATICAS SIMPLES TIPO DE VISOR CRISTAL LIQUIDO	CLASSE	UNIDADE	50,0000	7,9800	399,00
230789	CANETINHA HIDROCOLOR 12 CORES	LEONORA	CAIXA	150,0000	2,4300	364,50
230790	CANETINHA HIDROCOLOR 24 CORES	LEONORA	CAIXA	150,0000	4,8500	727,50
230791	CAPA PARA ENCADERNACAO PRETA A-4	LASSANE	UNIDADE	1.000,0000	0,1700	170,00
230792	CAPA PARA ENCADERNACAO TRANSPARENTE PP A-4 CRISTAL	LASSANE	UNIDADE	1.000,0000	0,2300	230,00
230793	CARTOLINA 50X60CM - CORES VARIADAS	BIGNARDI	UNIDADE	1.000,0000	0,4500	450,00
230794	CD RW (CAPACIDADE DE 700 MB, TEMPO DURACAO 80 MINUTOS, TIPO REGRAVAVEL)	MAXPRINT	UNIDADE	100,0000	1,9200	192,00
230795	CLIPS GALVANIZADO 0/0 (CX 500G)	NEW	CAIXA	50,0000	6,8300	341,50
230820	ENVELOPE OFICIO 26CMX36CM - OURO	SCRITY	UNIDADE	500,0000	0,2600	130,00
230831	ETIQUETA ADESIVA 100MMX60MM - ROLO	MIL	UNIDADE	50,0000	22,8000	1.140,00
230832	ETIQUETA ADESIVA 40MMX20MM - ROLO	MIL	UNIDADE	50,0000	22,8000	1.140,00
230835	EVA LISO 40X60X2MM - CORES VARIADAS	LEONORA	UNIDADE	3.000,0000	1,1000	3.300,00
230844	FITAS DE CETIM - CORES DIVERSAS	CIRCULO	UNIDADE	50,0000	1,6000	80,00

230845	FITILHO COLORIDO ROLO COM 50M - CORES DIVERSAS	EM FESTA	UNIDADE	100,0000	1,3700	137,00	
230853	GRAMPEADOR 106/6 E 106/8 - PROFISSIONAL	WESTERN	UNIDADE	15,0000	22,7300	340,95	
230854	GRAMPEADOR ANATOMICO GRANDE EM METAL (C 1S) CAPACIDADE DE 25 A 40 FOLHAS	LYKE	UNIDADE	60,0000	27,6100	1.656,60	
230856	GRAMPEADOR PARA 100 FOLHAS	CLASSE	UNIDADE	15,0000	38,9500	584,25	
230857	GRAMPO 106/6	JOCAR	CAIXA	50,0000	7,0000	350,00	
230858	GRAMPO 23/13	JOCAR	CAIXA	50,0000	3,6500	182,50	
230859	GRAMPO 26/6 - CAIXA 5000 UNIDADES	RAFA	CAIXA	150,0000	2,4500	367,50	
230863	ISOPOR 0.5CM	ISOESTE	UNIDADE	50,0000	0,9800	49,00	
230864	ISOPOR 1CM	ISOESTE	UNIDADE	50,0000	1,8900	94,50	
230865	ISOPOR 2CM	ISOESTE	UNIDADE	50,0000	3,2700	163,50	
230866	ISOPOR 3CM	ISOESTE	UNIDADE	50,0000	5,1100	255,50	
230870	LAPIS DE PINTAR PELE - CAIXA COM 12 UNIDADES	FABER CASTELL	CAIXA	30,0000	47,9900	1.439,70	
230873	LAPISEIRA TECNICA 0.7MM	LEONORA	UNIDADE	100,0000	3,2400	324,00	
230876	LIVRO PONTO - 100 FOLHAS	SAO DOMINGOS	UNIDADE	150,0000	13,7900	2.068,50	
230882	MASSA DE MODELAR CAIXA COM 12 UNIDADES	LEONORA	CAIXA	200,0000	3,0800	616,00	
230884	MURAL DE FELTRO, MEDINDO 120X90CM	STALO	UNIDADE	10,0000	69,7000	697,00	
230885	PALITO DE PICOLE PACOTE COM 100 UNIDADES	THEOTO	PACOTE	220,0000	1,6000	352,00	
230890	PAPEL CARBONO A4 PRETO PARA MANUSCRITO - CAIXA COM 100 UNDADES	RADEX	CAIXA	15,0000	21,9900	329,85	
230891	PAPEL CARBONO AZUL CAIXA COM 100 UNDADES	RADEX	CAIXA	15,0000	22,9900	344,85	
230893	PAPEL CASCA DE OVO 180 G/M2	FILIPAPER	UNIDADE	200,0000	13,4600	2.692,00	
230895	PAPEL COLOUR 7 CORES VARIADAS EMBALAGEM COM 50FOLHAS 180G - 210MMX297MM	VMP	UNIDADE	100,0000	39,8000	3.980,00	
230896	PAPEL CONTACT TRANSPARENTE ROLO COM 25M	VMP	UNIDADE	20,0000	50,3500	1.007,00	
230903	PAPEL PARDO ROLO COM 200 MTS	N S LIBANO	UNIDADE	25,0000	30,5000	762,50	
230906	PASTA AZ LOMBO 10 CM	POLYCART	UNIDADE	200,0000	7,6900	1.538,00	
230911	PASTA GRAMPO TRILHO DE PLASTICO	DAC	UNIDADE	100,0000	1,1000	110,00	
230920	PERCEVEJO LATONADO COM 100 UNDADES	BAXMANN	CAIXA	25,0000	1,0800	27,00	
230921	PERFURADOR DE PAPEL EM METAL PARA 60 A 70 FOLHAS - COM INTERFUROS PADRAO 08 CM	LYKE	UNIDADE	25,0000	59,9900	1.499,75	
230923	PILHA D GRANDE - CARTELA COM 2 UNDADES	MAXPRINT	UNIDADE	150,0000	11,3500	1.702,50	
230927	PINCEL ATOMICO 1100P - COM TINTA PERMANENTE - CAIXA COM 12 UNIDADES - COR AZUL	LYKE	CAIXA	25,0000	14,9900	374,75	
230931	PINCEL CHATO N. 10	LEONORA	UNIDADE	50,0000	0,9700	48,50	
230932	PINCEL CHATO N. 18	LEONORA	UNIDADE	50,0000	1,4000	70,00	
230929	PINCEL CHATO N. 2	LEONORA	UNIDADE	50,0000	0,8000	40,00	
230930	PINCEL CHATO N. 4	LEONORA	UNIDADE	50,0000	0,8500	42,50	
230928	PINCEL CHATO N. 6	LEONORA	UNIDADE	50,0000	0,8500	42,50	
230933	PINCEL CHATO N. 8	LEONORA	UNIDADE	50,0000	0,8800	44,00	
230937	PRANCHETA DE EUCATEX TAMANHO OFICIO, CLIP DE METAL	STALO	UNIDADE	20,0000	3,3500	67,00	

230939	PRENDEDOR DE PAPEL 15 MM - EM METAL	LYKE	UNIDADE	100,0000	0,1300	13,00	
230940	PRENDEDOR DE PAPEL 25 MM - EM METAL	LYKE	UNIDADE	100,0000	0,2700	27,00	
230941	PRENDEDOR DE PAPEL 32 MM - EM METAL	LYKE	UNIDADE	200,0000	0,4100	82,00	
230942	PRENDEDOR DE PAPEL 41 MM - EM METAL	LYKE	UNIDADE	50,0000	8,1800	409,00	
230943	PRENDEDOR DE PAPEL 51 MM - EM METAL	LYKE	UNIDADE	50,0000	13,4600	673,00	
230944	PRENDEDOR DE ROUPA PACOTE COM 12 UNIDADES	THEOTO	PACOTE	250,0000	1,3400	335,00	
230950	TESOURA DE PICOTAR TAMAMANHO GRANDE, PARA PAPEL, PLASTICO E TECIDO	CLASSE	UNIDADE	20,0000	29,0000	580,00	
230952	TESOURA GRANDE 21 CM, EM ACO TEMPERADO, INOXIDAVEL, CABO EM PROPILENO COM FORMATO ANATOMICO	LYKE	UNIDADE	50,0000	3,6500	182,50	
230953	TINTA GUACHE - CAIXA COM 06 UNIDADES DE 15 ML - CORES SORTIDAS	VMP	CAIXA	200,0000	2,3000	460,00	
230957	TNT ROLO COM 50 METROS - CORES SORTIDAS	SANTA FE	UNIDADE	50,0000	46,4000	2.320,00	
					Total Fornecedor:	**48.572,30**	

6987	**26.877.656/0001-80**	**SOMA COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-EPP**

Itens

Código	Descrição	Marca	Und. Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
230748	ALFINETE DE SEGURANCA PEQUENO DOURADO CAIXA COM 100 UNIDADES	NYBC	UNIDADE	100,0000	4,4000	440,00
230751	ANOTE E COLE 38MM X 50MM COM 4 UND - (BLOCOS DE RECADOS AUTO-ADESIVOS REMOVIVEIS, MINIMO 100 FOLHAS CADA PCT, MEDIDAS MINIMAS 38 MM X 50MM, CONTENDO 04 BLOCOS, NA COR AMARELA). DE BOA QUALIDADE	LYKE	PACOTE	150,0000	2,3200	348,00
230760	BARBANTE DE ALGODAO 200 M - DIVERSAS CORES	PIRATININGA	UNIDADE	50,0000	5,1000	255,00
230761	BASTAO COLA QUENTE - GROSSA	CLASSE	UNIDADE	500,0000	0,3400	170,00
230763	BATERIA 1131	ELGIN	UNIDADE	80,0000	0,4500	36,00
230765	BATERIA A23 12V	ELGIN	UNIDADE	50,0000	1,2500	62,50
230773	CADERNO 10 MATERIAS	3B	UNIDADE	50,0000	9,4900	474,50
230776	CADERNO GRANDE CAPA DURA COM ESPIRAL 96 FOLHAS	3B	UNIDADE	100,0000	5,8700	587,00
230810	CAIXA ORGANIZADORA - PLASTICO (36CMX26 CM)	ALAPLAST	UNIDADE	50,0000	20,4000	1.020,00
230804	COLA COLORIDA 23 GR - CORES DIVERSAS	ZAS TRAZ	UNIDADE	150,0000	0,9200	138,00
230805	COLA GLITER 35G - CORES DIVERSAS	ZAS TRAZ	UNIDADE	200,0000	1,0800	216,00
230806	COLA PARA EVA 35 GR	ZAS TRAZ	UNIDADE	150,0000	1,5000	225,00
230811	ELASTICO 7MM - ROLO COM 10 METROS	SAO JOSE	UNIDADE	250,0000	4,4500	1.112,50
230812	EMBALAGENS DE PRESENTE 15X22CM	GALLA	UNIDADE	250,0000	0,1700	42,50
230813	EMBALAGENS DE PRESENTE 30X20CM	GALLA	UNIDADE	250,0000	0,2800	70,00
230814	ENVELOPE 11X22CM - BRANCO	SCRITY	UNIDADE	200,0000	0,0500	10,00
230815	ENVELOPE 17X25CM	SCRITY	UNIDADE	300,0000	0,1100	33,00
230816	ENVELOPE 30X21CM	SCRITY	UNIDADE	100,0000	0,1700	17,00
230821	ESPETO PARA PAPEL	CAVIA	UNIDADE	20,0000	1,7500	35,00
230837	FIO DE SILICONE CRYSTAL - DIAMETRO: 1 MM - COMPOSICAO: 100% SILICONE FLEXIVEL E RESISTENTE IDEAL PARA PULSEIRAS, BIJOUTERIAS, ARTESANATOS E CHINELOS - ROLO DE 10 METROS	IMPORT	UNIDADE	100,0000	4,4500	445,00
230839	FITA ADESIVA MARROM	FLEXTAPE	UNIDADE	100,0000	1,9000	190,00
230847	FOLHA TRANSPARENTE PARA CATALOGO	DAC	UNIDADE	500,0000	0,0100	5,00

230848	GIZ DE CERA - CX 12 CORES	KOALA	CAIXA	100,0000	1,4000	140,00	
230850	GIZ ESCOLAR COLORIDO CX COM 64 UNIDADES	DELTA	CAIXA	100,0000	2,6000	260,00	
230851	GLITER 3G - CORES VARIADAS	LANTECOR	UNIDADE	100,0000	0,4000	40,00	
230855	GRAMPEADOR ERGONOMICO MEDIO COM MECANISMO INTERNO DE METAL, COM CAPACIDADE PARA 150 GRAMPOS 26/6, PARA GRAMPEAR ENTRE 20 A 25 FOLHAS COM ACABAMENTO EMBORRACHADO - DO TIPO ALICATE.	LYKE	UNIDADE	75,0000	16,1500	1.211,25	
230867	LAMINA DE ESTILETE GRANDE	MASTERPRINT	UNIDADE	30,0000	0,2500	7,50	
230877	MALETA ARQUIVO, EM PLASTICO - CORES DIVERSAS - TAMANHO MEDIO	ALAPLAST	UNIDADE	20,0000	20,7900	415,80	
230888	PAPEL ALUMINIO	UDMAS	UNIDADE	30,0000	4,7700	143,10	
230904	PAPEL VERGE A-4 COM 20 FOLHAS - DIVERSAS CORES	FILIPAPER	PACOTE	60,0000	6,1500	369,00	
230907	PASTA CANALETA - CORES DIVERSAS	ALAPLAST	UNIDADE	50,0000	1,4900	74,50	
230905	PASTA L PLASTICA - TRANSPARENTE	DAC	UNIDADE	150,0000	0,5300	79,50	
230913	PASTA POLIONDA - FINA	ALAPLAST	UNIDADE	100,0000	2,1900	219,00	
230914	PASTA POLIONDA - GROSSA	ALAPLAST	UNIDADE	100,0000	2,6300	263,00	
230915	PASTA SUSPENSA DE PAPELAO MARMORIZADA	FRAMA	UNIDADE	400,0000	1,3500	540,00	
230922	PERFURADOR DE PAPEL TAMANHO MEDIO (PERFURADOR PARA PAPEL, COM ALAVANCA E ESTRUTURA METALICA PINTADA, MANUAL, TAMANHO GRANDE, PARA DOIS FUROS SIMULTANEOS, (TIPO CENTRAL), COM CAPACIDADE PARA PERFURAR 25 FOLHAS DE PAPEIS DE UMA SO VEZ)	GENMES	UNIDADE	30,0000	21,8900	656,70	
230926	PILHA C MEDIA - CARTELA COM 2 UNDADES	MASXPRINT	UNIDADE	150,0000	4,0500	607,50	
230934	PISTOLA COLA QUENTE GRANDE	CLASSE	UNIDADE	50,0000	14,0000	700,00	
230935	PISTOLA COLA QUENTE PEQUENA	CLASSE	UNIDADE	70,0000	7,6500	535,50	
230936	PORTA CANETAS E CLIPS (DOIS RESERVATORIOS, EM POLIESTILENO SEMI TRANSPARENTE)	WALEU	UNIDADE	20,0000	6,7000	134,00	
230948	RIBBON TTR NEGRO/PRETO CERA 110 MMX60M (MOEDELO DA IMPRESSORA ZEBRA)	FACIS	UNIDADE	20,0000	10,5000	210,00	
230955	TINTA PARA PINTURA NO CORPO, ROSTO, ANTIALERGICA, EMBALAGEM 6 UNIDADES	COLOR MAKER	CAIXA	100,0000	11,5000	1.150,00	
230956	TINTA PARA TECIDO - CORES SORTIDAS	ACRILEX	UNIDADE	50,0000	2,8400	142,00	
230958	VISOR PARA PASTA SUSPENSA COM ETIQUETA	POLICART	UNIDADE	200,0000	7,5000	1.500,00	
				Total Fornecedor:		**15.330,35**	
				Total Geral:		**170.645,00**	

Publique-se e afixe-se.

Santa Rita do Trivelato – MT, 01 de agosto de 2019.

MARIA CILENE PEREIRA

Pregoeira Oficial

Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT

FINANÇAS
ATA AUDIÊNCIA -LDO 2020

Aos vinte dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove, às 16 horas, compareceram no plenário da Câmara Municipal de Vereadores, a equipe técnica da Secretaria Municipal de Finanças, para realização da Audiência Pública para Elaboração Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias da LDO para o exercício de 2020. Iniciando a audiência, a Secretaria Municipal de Finanças senhora Marlene, deu as boas-vindas aos presentes agradecendo pela presença de todos. Ressaltou a importância desta Audiência Pública, onde será discutida a LDO para o ano de 2020, visto que esta seja uma das principais ferramentas administrativas dos Poderes Públicos. Neste momento passou a palavra para o Senhor Edson Juliano Maestro e Hingrid ambos da empresa Forgov Consultoria e Contabilidade, que presta serviços ao município de apoio técnico, assessoria e consultoria, voltados à gestão publica, o qual no uso da palavra cumprimenta os vereadores, Secretários e demais presentes. Fez uma breve explicação das peças de planejamento do Município, esclarecendo de modo simples o que vem a ser a LDO e que a mesmo serve para gerenciar e controlar a aplicação dos recursos públicos e monitorar os gastos realizados pelo governo. Como os recursos são limitados, a LDO é feita para o período de um ano, sendo necessário planejar quais as ações que deverão ser executadas e como isso será feito. Lembrou que a LDO e a Lei de Diretrizes Orçamentárias é uma integração entre as peças de planejamento sendo o Plano Plurianual – PPA – LOA Lei Orçamentária Anual e que nenhuma despesa publica pode ser executada fora do orçamento. Passou a explanar a parte de valores previstos, sendo que estima - se para o exer-

cício de 2020 o montante de R$ 30.633.000,00. Do valor previsto R$ 29. 000.000,00 correspondem a Administração Direta, sendo Prefeitura Municipal R$ 27.375.000,00 e Câmara Municipal R$ 1.625.000,00, e R$ 1.623. 000,00 para a Administração Indireta. Apresentou aos presentes através de slides o cenário da Receita entre a arrecadação de 2017 e 2018 e arrecadado até junho de 2019, e o valor estimado para 2020. Continuando, apresentou como estão previstos os gastos da LDO, por Secretaria, Programas de Governo e as respectivas ações dentro de cada unidade orçamentária e ainda por modalidades de aplicação dos recursos da LDO Lei de Diretrizes Orçamentária.

Não havendo mais dúvidas ou questionamentos a Prefeitura Municipal encaminhará o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias da LDO 2020. Após Passou a palavra para o Prefeito Srº Egon Hoepers onde fez as considerações finais, a qual agradeceu a presença de todos e não havendo mais nada a tratar deu-se por encerrada esta Audiência Pública e lavrada a presenta ata que segue assinada por mim Alan Reis de Oliveira e demais relacionados na lista de presença que assim a quiseram.

PORTARIA Nº 345/2019 DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SERVIDOR PARA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO Nº 058/2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o servidor Nelsi Ferreira da Silva, inscrito no CPF nº 462. 394.056-04, para Fiscalização do Contrato nº 058/2019, referente a aquisição de uma bomba de combustivel a fim de atender as necessidades da secretaria municipal de obras do municipio de Santa Rita do Trivelato/MT.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 21 DE AGOSTO DE 2019.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

Na data supra

COMPRAS E LICITACAO
AVISO DE PUBLICAÇÃO-DISPENSA DE LICITAÇÃO 36/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO-MT

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 036/2019

PUBLICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT,Sr. **Egon Hoepers,** torna público que, em virtude de haver concordado com as justificativas apresentadas nos autos, bem como em consideração ao parecer jurídico emitido no Processo de Dispensa de Licitação, com finalidade de **AQUISIÇÃO DE UM ASPIRADOR E TRITURADOR DE FOLHAS À GASOLINA, A FIM DE ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTE, SERVIÇOS URBANOS E RURAIS DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT**, junto à empresa **AH AGRO SOLUÇÕES AGROPECUARIAS LTDA - CNPJ nº 24.666.145/0001-94,** no valor de R$ 1.312,00 (um mil trezentos e doze reais), a serem pagos conforme disposições em contrato a ser celebrado, em conformidade com art. 24, inc. II, da Lei 8.666/93, **PUBLICA** a justificativa apresentada e autoriza a Contratação, dando cumprimento ao que dispõe o art. 26, da Lei nº 8.666/93.

Santa Rita do Trivelato - MT, 21 de Agosto de 2019.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 060/2019 - PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 034/2019

EXTRATO DO CONTRATO 060/2019

COMPRADOR: MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT; **VENDEDORES**: Sr. ZEFERINO FERRON, brasileiro, casado, portador do RG nº 1576558 SSP/PR e inscrito no CPF sob nº 223.461.479-15, juntamente com sua esposa, Sra. MARLENE MARIA FERRON, brasileira, casada, portadora do RG nº 975318 SSP/MT e inscrita no CPF sob nº 571.618.361-15; VIGENCIA: 21/08/2019 até 21/08/2020; VALOR **R$ 160. 000,00**; Objeto.: O objeto do presente Contrato é a **AQUISIÇÃO DE IMÓVEL URBANO N° 07, QUADRA 03, COM ÁREA TOTAL DE 800M2, SITUADO NO LOTEAMENTO URBANO DE SANTA RITA DO TRIVELATO, CONFORME MATRÍCULA 7.227 LIVRO 2, DO 1ª SERVIÇO REGISTRAL DE NOVA MUTUM – MT, CONFORME AUTORIZAÇÃO CONTIDA NA LEI MUNICIPAL Nº 635/2019,**conforme Processo de Dispensa de Licitação nº 034/2019. DATA: 21/08/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 022/2018.

SÚMULA: Dispõe sobre mudança no dia da Comemoração do Feriado Municipal do dia 01 de Agosto de 2018 (Dia de Santo Afonso) Padroeiro da Cidade, no Município de Santo Afonso – MT.

O Senhor **Joabe Almeida dos Santos**, Prefeito do Município de Santo Afonso, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas atribuições legais, respeitadas as normas da estrutura funcional do Poder Executivo Municipal, e consoante as normas gerais do Direito Público,

DECRETA:

Artigo 1ºFica transferido no âmbito da Administração Pública Municipal, a data de comemoração dia de Santo Afonso, Padroeiro Da Cidade De Santo Afonso, do dia 01 de Agosto de 2018 (quarta-feira) para o dia 03 de Agosto de 2018 (sexta-feira).

Artigo 2° Os órgãos públicos municipais terão expediente normal no dia 01 de Agosto de 2018, e estarão fechados no dia 03 de Agosto de 2018 e não haverá expediente de atendimento ao público, exceto nos casos excepcionais.

Artigo 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Santo Afonso – MT, aos 31 dias do mês de Julho de 2018, 26º da Emancipação Político-Administrativa.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra, na forma da lei.

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE TOMADA DE PREÇO N.º 003/2019

AVISO DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE TOMADA DE PREÇO N.º 003/ 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO-MT

EDITAL RESUMIDO DA TOMADA DE PREÇO N°003/2019

OBJETO: CONTRATAÇÃO, SOB-REGIME DE EMPREITADA POR MENOR PREÇO GLOBAL PARA A EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO CIVIL A QUAL FORNEÇA MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE REFERENCIA DA ASSITÊNCIA SOCIAL – CRAS NO MUNICIPIO DE SANTO AFONSO/MT

O MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO torna público a todos os interessados que irá realizar às **09h00min horas**, do dia **05/09/2019**. Em sua sede na Rua Pedro Álvares Cabral nº155 – Bairro Centro – Santo Afonso- MT, **Licitação Tomada de Preço 003/2019**, regida pela Lei 8.666/93, para contratação do objeto supracitado. Sendo que o Edital está à disposição dos interessados, no site do município **www.santoafonso.mt.gov.br.**

Santo Afonso - MT, em 21 de Agosto de 2019.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 027/2018

EMENTA: DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO E DO RESULTADO FINAL DAS ELEIÇÕES PARA DIRETOR DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL “IRMÃ LUIZA CASSIOLATO” E DA EMPG “SEBASTIÃO TAVARES DA SILVA” DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO-MT, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor Joabe Almeida dos Santos, Prefeito do Município de Santo Afonso, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas atribuições legais, respeitadas as normas da estrutura funcional do Poder Executivo Municipal, e consoante as normas gerais do Direito Público,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica Homologado o resultado final das eleições para Diretor do Centro de Educação Infantil “Irmã Luiza Cassiolato” e da EMPG “Sebastião Tavares da Silva”, realizada pelo Conselho Deliberativo Escolar deste Município, bem como proclama os eleitos, conforme listagem no anexo I que faz parte integrante deste decreto.

Art. 2º - Os candidatos Eleitos serão nomeados pela administração publica municipal, obedecendo, rigorosamente, a ordem de classificação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Paço Municipal de Santo Afonso – MT, aos 13 dias do mês de Novembro de 2018 - 19º da Emancipação Político-Administrativa.

Joabe Almeida dos Santos

PREFEITO

Registrado e publicado na data supra, na forma da lei.

ANEXO I DO DECRETO Nº.027 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2018.

RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA DIRETOR DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL “IRMÃ LUIZA CASSIOLATO” E DA EMPG “SEBASTIÃO TAVARES DA SILVA”.

GESTÃO DEMOCRATICA – LEI 37/2000 (ELEIÇÃO PARA DIRETOR) BIÊNIO 2019 À 2020

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SANTO AFONSO - MT

ESCOLA MUNICIPAL “SEBASTIÃO TAVARES DA SILVA”

ELEIÇÃO REALIZADA DIA 09/11/2018

ESCOLA	VOTOS SIM	VOTOS NÃO	VOTOS BRANCOS	VOTOS NULOS
ESCOLA SEDE	100	13	-	01
EXTENSÃO PECUAMA	17	01	-	-
TOTAL DE VOTOS SIM	117			
TOTAL DE VOTOS NÃO	14			
VOTOS EM BRANCO	-			
VOTOS NULOS	01			
TOTAL GERAL DE VOTANTES	132			

GESTÃO DEMOCRATICA – LEI 37/2000 (ELEIÇÃO PARA DIRETOR) BIÊNIO 2019 À 2020

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SANTO AFONSO - MT

CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL IRMÃ LUIZA CASSIOLATO”

ELEIÇÃO REALIZADA DIA 09/11/2018

ESCOLA	VOTOS SIM	VOTOS NÃO	VOTOS BRANCOS	VOTOS NULOS
ESCOLA SEDE	92	09	-	-
EXTENSÃO BOA ESPERANÇA	07	-	-	-
EXTENSÃO PECUAMA	09	-	-	-
TOTAL DE VOTOS SIM	108			
TOTAL DE VOTOS NÃO	09			
VOTOS EM BRANCO	-			
VOTOS NULOS	-			
TOTAL GERAL DE VOTANTES	117			

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 024/2018.

SÚMULA: Decreta Ponto Facultativo no Município de Santo Afonso – MT, e dá outras providências.

O Senhor **Joabe Almeida dos Santos**, Prefeito do Município de Santo Afonso, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas atribuições legais, respeitadas as normas da estrutura funcional do Poder Executivo Municipal, e consoante as normas gerais do Direito Público,

DECRETA:

Artigo 1ºFica decretado ponto facultativo no Serviço Público Municipal no dia 15 de Agosto de 2018, em decorrência da comemoração do dia de **NOSSA SENHORA MÃE DOS HOMENS, padroeira da cidade**.

Artigo 2° Os órgãos públicos municipais estarão fechados e não haverá expediente de atendimento ao público, exceto nos casos excepcionais.

Artigo 3° Todos os servidores públicos municipais, efetivos, comissionados e contratados, voltarão às suas atividades normais no dia 16 de Agosto de 2018, e não sofrerão prejuízos em suas remunerações.

Artigo 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto Municipal 023/2018.

Paço Municipal de Santo Afonso – MT, aos 14 dias do mês de Agosto de 2018, 27º da Emancipação Político-Administrativa.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra, na forma da lei.

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 023/2018.

SÚMULA: Dispõe sobre mudança do Ponto Facultativo referente a Comemoração do dia de Nossa Senhora Mãe dos Homens, Padroeira da Cidade, no Município de Santo Afonso – MT.

O Senhor **Joabe Almeida dos Santos**, Prefeito do Município de Santo Afonso, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas atribuições legais, respeitadas as normas da estrutura funcional do Poder Executivo Municipal, e consoante as normas gerais do Direito Público,

DECRETA:

Artigo 1ºFica transferido no âmbito da Administração Pública Municipal, o ponto facultativo referente a comemoração do dia de Nossa Senhora Mãe dos Homens, Padroeira Da Cidade De Santo Afonso, do dia 15 de Agosto de 2018 (quarta-feira) para o dia 17 de Agosto de 2018 (sexta-feira).

Artigo 2° Os órgãos públicos municipais terão expediente normal no dia 15 de Agosto de 2018, e estarão fechados no dia 17 de Agosto de 2018 e não haverá expediente de atendimento ao público, exceto nos casos excepcionais.

Artigo 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Santo Afonso – MT, aos 14 dias do mês de Agosto de 2018, 26º da Emancipação Político-Administrativa.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra, na forma da lei.

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 021/2018

"Dispõe sobre medidas de contenção e redução de despesas com a finalidade de manter o equilíbrio das contas públicas do Poder Executivo Municipal de Santo Afonso.**"**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO/MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

Considerando a necessidade de redução de despesas, de limitação de empenho e movimentação financeira com o objetivo de manter, na execução orçamentária, o equilíbrio das contas públicas para o exercício financeiro vigente;

Considerando que a arrecadação municipal não está atendendo as Metas do Resultado Primário e Nominal;

Considerando a necessidade de adequação do Município às previsões da Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

Considerando a necessidade de manter em dias a folha de pagamento dos seus servidores;

Considerando a necessidade de manter os serviços básicos aos seus cidadãos;

RESOLVE:

Art. 1° - Fica determinada a todas as Secretarias Municipais do Município de Santo Afonso/MT a adoção de medidas necessárias à contenção de despesas sem prejudicar os serviços essenciais prestados aos cidadãos.

Art. 2º - Os créditos suplementares e especiais que vierem a ser abertos neste exercício terão suas execuções condicionadas aos limites fixados à conta das fontes de recursos correspondentes.

Art. 3º - Fica instituída, a partir da publicação deste Decreto, a seguinte cartilha de redução e contenção de despesas com pessoal, material de expediente, frota de veículos e contratos e convênios em geral:

I – Fica suspensa a execução de horas extras, exceto aquelas absolutamente necessárias mediante justificativa por escrito do Secretário, desde que autorizadas pelo Prefeito Municipal, ou, na ausência, pelo Secretário Municipal de Administração e Planejamento, situação na qual deverá o Secretário especificar o nome e o cargo ocupado do servidor, o serviço e as quantidades de horas extras prestadas;

II – A concessão de diárias deverá se limitar somente aos serviços imprescindíveis e extremamente necessários, caso em que os Secretários deverão apresentar relatório de controle ao Prefeito Municipal de cada diária concedida, o qual deverá conter, no mínimo, o nome do servidor, a data e os motivos que ensejaram o pagamento das diárias;

III – Ficam suspensos de forma temporária:

a) Novas nomeações de servidores efetivos e cargos em comissão, contratações temporárias e de estagiários, ressalvadas as situações de excepcional interesse público devidamente justificadas, condicionadas a prévia manifestação da Procuradoria Municipal e da aprovação do Prefeito Municipal;

b) Concessão de licenças para tratar de interesses particulares, quando implicarem em nomeações para substituição que acarretarem aumento de despesas na folha de pagamento com pessoal;

c) A venda de parte das férias;

d) A concessão de novas gratificações, salvo as expressamente autorizadas pelo Prefeito Municipal, quando imprescindíveis para o funcionamento da administração;

e) O afastamento ou cessão de servidor, com ônus para o Município, para quaisquer órgãos federais, estaduais e municipais;

f) Participação de servidores públicos municipais em treinamento, seminários, cursos de qualificação quando implicarem em gastos públicos, salvo em casos excepcionais, comprovada a sua imprescindibilidade para a melhoria e aprimoramento do serviço público e mediante autorização do Prefeito Municipal, ou na sua ausência, pelo Secretário Municipal de Administração e Planejamento;

g) A concessão de reajuste a servidores municipais, ressalvados os casos em que deva ser garantido o piso nacional da categoria fixado em lei federal, condicionada, nesse caso, a concessão à prévio estudo de impacto orçamentário, não podendo o gasto com pessoal ultrapassar o limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como qualquer alteração no Plano de Carreira dos Servidores Municipais que implique em aumento de despesas com folha de pagamento de pessoal;

IV – Fica vedado o uso de frotas de veículo municipais nos fins de semana e dias considerados feriados nacionais, estaduais e municipais, ressalvados os casos previamente autorizados pelo Prefeito Municipal;

V – Fica determinada a redução de despesas com manutenção de automóveis, ônibus, caminhões, máquinas e equipamentos, devendo o Secretário responsável pela pasta instaurar procedimento com vista a apurar a responsabilidade do servidor que danificar qualquer destes veículos ou equipamentos em razão de desídia ou imprudência na sua condução;

VI – Racionalização do uso de combustíveis em toda frota de veículo da administração municipal;

VII – Contenção do consumo de energia elétrica, de materiais de expediente, de ligações telefônicas e do consumo de água;

VIII – Redução da expedição de ordem de serviço e de fornecimento de material dos contratos administrativos em vigência em que há possibilidade de supressão de objeto, exceto dos recursos vinculados. Toda expedição de ordem de serviço ou de fornecimento de material fica condicionada a prévia autorização do Prefeito Municipal, ou, na sua ausência, do Secretário Municipal de Administração e Planejamento;

IX – Redução dos aditivos contratuais que resultem em acréscimo de valor, limitados estes somente aos serviços extremamente necessários e imprescindíveis ao funcionamento da administração pública;

X – Redução de despesas com festas e eventos culturais, esportivos e de caráter recreativo;

XI – Revisão do quadro de cargos em comissão, de funções gratificadas e de servidores contratados sem concurso.

Art. 4º - Os Secretários Municipais são responsáveis e implementar e fiscalizar as disposições contidas no presente Decreto, bem como prestar contas, dentro do prazo de 10 dias, a contar do recebimento da notificação, quando solicitado pelo Prefeito Municipal.

Parágrafo único. O não cumprimento das disposições contidas nos artigos do presente Decreto sujeitam os Secretários municipais, no âmbito da res-

ponsabilidade de suas respectivas pastas, a ressarcir o erário público pelas despesas não autorizadas pelo Prefeito Municipal.

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito do Município de Santo Afonso, Estado de Mato Grosso, aos 05 dias do mês de Julho de 2018.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 020/2018

EMENTA: DECRETA PONTO FACULTATIVO NOS ÓRGÃOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE AS NORMAS GERAIS DE DIREITO PÚBLICO, OBSERVADO O QUE DISPÕE A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL E AS DEMAIS NORMAS QUE HE SÃO APLICÁVEIS,

CONSIDERANDO os jogos da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo FIFA 2018;

CONSIDERANDO que o Governo do Estado de Mato Grosso já decretou ponto facultativo ou horário especial nos dias de jogos da Seleção Brasileira de Futebol.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica decretado ponto facultativo no Serviço Público Municipal no período vespertino do dia 06 de Julho de 2018 em decorrência da transmissão do Jogo de Futebol da Seleção Brasileira pela Copa do Mundo FIFA 2018.

Art. 2° Os órgãos públicos municipais estarão fechados no período vespertino do dia 06 de Julho de 2018, e não haverá expediente de atendimento ao público, exceto nos casos excepcionais.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AFONSO-MT, EM 05 DE JULHO DE 2018.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 019/2018

EMENTA: DECRETA PONTO FACULTATIVO NOS ÓRGÃOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE AS NORMAS GERAIS DE DIREITO PÚBLICO, OBSERVADO O QUE DISPÕE A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL E AS DEMAIS NORMAS QUE HE SÃO APLICÁVEIS,

CONSIDERANDO os jogos da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo FIFA 2018;

CONSIDERANDO que o Governo do Estado de Mato Grosso já decretou ponto facultativo ou horário especial nos dias de jogos da Seleção Brasileira de Futebol.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica decretado ponto facultativo no Serviço Público Municipal no dia 02 de Julho de 2018 em decorrência da transmissão do Jogo de Futebol da Seleção Brasileira pela Copa do Mundo FIFA 2018.

Art. 2° Os órgãos públicos municipais estarão fechados e não haverá expediente de atendimento ao público, exceto nos casos excepcionais.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AFONSO-MT, EM 29 DE JUNHO DE 2018.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 018/2018

EMENTA: DECRETA PONTO FACULTATIVO NOS ÓRGÃOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE AS NORMAS GERAIS DE DIREITO PÚBLICO, OBSERVADO O QUE DISPÕE A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL E AS DEMAIS NORMAS QUE HE SÃO APLICÁVEIS,

CONSIDERANDO os jogos da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo FIFA 2018;

CONSIDERANDO que o Governo do Estado de Mato Grosso já decretou ponto facultativo ou horário especial nos dias de jogos da Seleção Brasileira de Futebol.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica decretado ponto facultativo no Serviço Público Municipal no período vespertino do dia 27 de Junho de 2018 em decorrência da transmissão do Jogo de Futebol da Seleção Brasileira pela Copa do Mundo FIFA 2018.

Art. 2° Os órgãos públicos municipais estarão fechados no período vespertino do dia 27 de Junho de 2018, e não haverá expediente de atendimento ao público, exceto nos casos excepcionais.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AFONSO-MT, EM 26 DE JUNHO DE 2018.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
LEI COMPLEMENTAR Nº 36/2019

LEI COMPLEMENTAR Nº 36/2019

"REVOGA A LEI MUNICIPAL N. 1.154/2015 E DISPÕE SOBRE O ESTABELECIMENTO E A REORGANIZAÇÃO DO CMDCA – CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE; E DO CONSELHO TUTELAR, NO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER/MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal decretou e eu promulgo a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - Fica revogada a Lei Municipal 1.154 de 28 de Maio de 2015.

Art. 2º - Fica estabelecido o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA), órgão colegiado de caráter normativo, deliberativo e controlador da política de atendimento, promoção, proteção e defesa dos direitos da criança, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, com composição paritária de seus membros.

Art. 3º - O Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA) é composto por 10 (dez) membros, sendo 05 (cinco) integrantes do Poder Executivo, e 05 (cinco) integrantes representantes de entidades não governamentais de defesa e/ou atendimento aos direitos da criança ou adolescente, regularmente inscritas e registradas neste Colegiado.

§1º - Os 05 (cinco) representantes do Poder Executivo serão escolhidos preferencialmente dentre servidores efetivos, com poder de decisão, dos seguintes Órgãos e Secretarias:

I – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Assistência Social**;**

II – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Cultura;

III – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação;

IV – 01(um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;

V – 01(um) representante da Secretaria Municipal de Planejamento.

§2º - Os 05 (cinco) representantes de organizações da sociedade civil ou entidade social que desenvolvam atividades voltadas, direta ou indiretamente, a proteção aos direitos da criança e do adolescente a serem escolhidas em reunião própria para este fim.

Art. 3º - Fica estabelecido o Conselho Tutelar, órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, com a função de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente no Município de Santo Antônio de Leverger.

Parágrafo único. O Conselho Tutelar vincula-se administrativamente à Secretaria Municipal de Assistência Social, órgão responsável pela execução da Política de Assistência Social no Município.

Art. 4º - O Conselho Tutelar será composto de 05 (cinco) membros, escolhidos pela população local para mandato de 04 (quatro) anos, permitida a recondução.

§1º - A recondução permitida consiste no direito do conselheiro tutelar de concorrer ao mandato subsequente, em igualdade de condições com os demais pretendentes, inclusive a realização de prova de conhecimentos, vedada qualquer outra forma de recondução.

§2º - O Conselheiro Tutelar está sujeito a regime de dedicação exclusiva sendo vedada a acumulação de outra função publica ou privada.

CAPÍTULO II

DO PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHOTUTELAR

Seção I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 5º - O processo para a escolha dos membros do Conselho Tutelar será realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e a fiscalização do Ministério Público, observadas as seguintes regras:

I - eleição mediante sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos cidadãos do Município de Santo Antônio de Leverger;

II - candidatura individual e sem vinculação a partido político, não sendo admitida a composição de chapas agrupando candidatos.

Parágrafo único. Poderão participar da escolha dos conselheiros tutelares os cidadãos maiores de 16 (dezesseis) anos de idade inscritos como eleitores no Município.

Art. 6º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente constituirá uma Comissão Organizadora do Processo de Escolha, com 06 (seis) membros, de composição paritária entre conselheiros representantes do Poder Público e da sociedade civil, para a condução do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, observados os mesmos impedimentos legais previstos no art. 29 desta lei.

Art. 7º - Caberá à Comissão Organizadora do Processo de Escolha, com a antecedência mínima de 06 (seis) meses do término do mandato dos membros do Conselho Tutelar em exercício, dar início ao processo eleitoral para escolha dos conselheiros tutelares, mediante publicação de edital de convocação do pleito no órgão oficial de imprensa do Município, ao qual deverá ser dada ampla publicidade.

Parágrafo único. O edital conterá, dentre outras disposições, os requisitos legais à candidatura, a relação dos documentos a serem apresentados pelos candidatos, regras da campanha e o calendário com as datas e os prazos para registro de candidaturas e demais fases do certame.

Seção II

DOS REQUISITOS E DO REGISTRO DAS CANDIDATURAS

Art. 8º - Somente poderão concorrer à eleição para a escolha dos membros do Conselho Tutelar os cidadãos que preencherem, até o encerramento das inscrições, os seguintes requisitos:

I - reconhecida idoneidade moral;

II - idade superiora 21 (vinte e um) anos**;**

III - residir no Município de Santo Antônio de Leverger há mais de 03 (três) anos;

IV - estar no gozo dos direitos políticos e ser eleitor no Município;

V - formação escolar mínima correspondente ao Nível Médio Completo;

VI – declaração comprobatória, simples, assinada e carimbada pelo diretor ou Presidente de órgão, de no mínimo 01 (um) ano de atuação na área de promoção, proteção e defesa dos diretos da criança e do adolescente.

Parágrafo Primeiro. Além do preenchimento dos requisitos previstos neste artigo, os candidatos deverão submeter-se a uma prova objetiva e avaliação psicológica, de caráter eliminatório, cujo conteúdo e critério de aprovação serão disciplinados em resolução do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 9º - O registro de candidatura será feito durante o prazo mínimo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data fixada no edital de convocação do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, mediante apresentação de requerimento endereçado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, instruído com os seguintes documentos:

I - cópia da cédula de identidade;

II - cópia do título de eleitor, com prova de votação na última eleição**;**

III - prova de residência no Município, comprovando o mínimo de 03 (três) anos;

IV - cópia do certificado de conclusão do Ensino Superior;

V - certidões dos distribuidores cível e criminal e da Vara do Júri e Execuções Criminais do Fórum da Comarca de Santo Antônio de Leverger;

VI - comprovantes de atuação na área de promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, por no mínimo 02 (dois) anos.

Art. 10 - O pedido de registro de candidatura será autuado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, via de sua secretaria, e encaminhado à Comissão Organizadora do Processo de Escolha, que analisará o atendimento dos requisitos legais exigidos nos incisos I a VI do art. 6º.

Parágrafo único. Findo o prazo para registro de candidaturas, a Comissão Organizadora do Processo de Escolha fará publicar, no próximo dia útil subsequente, no órgão oficial do Município a relação dos candidatos

inscritos, facultando a qualquer cidadão impugnar, no prazo de 02 (dois) dias contados da publicação, candidatos que não atendam os requisitos exigidos, indicando os elementos probatórios.

Art. 11 - Oferecida impugnação de candidatura, caberá à Comissão Organizadora do Processo de Escolha:

I - notificar o candidato, concedendo-lhe o prazo de 02 (dois) dias úteis para apresentação de defesa;

II - realizar reunião para decidir acerca da impugnação da candidatura, podendo, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos e a realização de outras diligências.

§ 1º - Das decisões da Comissão Organizadora do Processo de Escolha caberá recurso à plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de 02 (dois) dias, a contar da publicação, que se reunirá, em caráter extraordinário, para decisão no prazo de 01 (um) dia útil.

§ 2º - Esgotada a fase recursal, a Comissão Organizadora do Processo de Escolha fará publicar edital com os nomes dos candidatos habilitados, informando, no mesmo ato, o dia da realização da prova de conhecimentos, que deverá ser realizada no prazo máximo de 02 (dois) dias, com cópia ao Ministério Público.

§ 3º - O resultado da prova de conhecimentos será publicado no órgão oficial do Município, assegurado o prazo de 02 (dois) dias para interposição de recurso junto à Comissão Organizadora do Processo de Escolha, que decidirá no prazo de 01 (um) dia.

§ 4º - Decididos os recursos, a Comissão Organizadora do Processo de Escolha fará publicar no órgão oficial do Município a relação dos candidatos habilitados ao pleito.

Art. 12 - Caberá ainda à Comissão Organizadora do Processo de Escolha:

I - realizar reunião destinada a dar conhecimento formal das regras de campanha aos candidatos considerados habilitados ao pleito, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de imposição das sanções previstas nesta lei;

II - estimular e facilitar o encaminhamento de notícias de fatos que constituam violação das regras de campanha por parte dos candidatos ou à sua ordem;

III - analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no decorrer do processo eleitoral para escolha dos membros do Conselho Tutelar;

IV - aprovar o modelo da cédula de votação;

V - escolher e divulgar os locais de votação;

VI - selecionar, preferencialmente junto aos órgãos públicos municipais, os membros das mesas receptoras e apuradoras de votos, bem como seus respectivos suplentes, que serão previamente orientados sobre como proceder no dia da votação;

VII - solicitar à Justiça Eleitoral o empréstimo de urnas eleitorais de lona e cabinas de votação ou urnas eletrônicas;

VIII - solicitar, junto aos Comandos da Polícia Militar e da Guarda Municipal, a designação de efetivo para garantir a ordem e segurança dos locais de votação e apuração;

IX - divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado oficial da votação.

Parágrafo único. O Ministério Público deverá ser prévia e formalmente comunicado, com a antecedência devida, de todas as reuniões deliberativas realizadas pela Comissão Organizadora do Processo de Escolha e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como de todas as decisões nelas proferidas e de todos os incidentes verificados no decorrer do processo eleitoral para escolha dos membros do Conselho Tutelar.

Art. 13 - Para a realização do pleito, deverão ser habilitados, no mínimo, 10 (dez) candidatos.

Parágrafo único. Caso o número de candidatos habilitados seja inferior a 10 (dez), a Comissão Organizadora do Processo de Escolha suspenderá o trâmite do processo de escolha e reabrirá prazo para inscrição de novas candidaturas, sem prejuízo da garantia de posse dos novos conselheiros ao término do mandato em curso.

Seção III

DA DIVULGAÇÃO DAS CANDIDATURAS

Art. 14 - A propaganda eleitoral somente será permitida a partir da publicação da relação dos candidatos habilitados ao pleito, e deverá ser encerrada às 22 horas do dia que antecede a eleição, ressalvada, quanto ao limite imposto para encerramento, a propaganda na internet.

§ 1º - É vedada qualquer propaganda eleitoral nos veículos de comunicação social, admitindo-se a realização de debates e entrevistas, em igualdade de condições para todos os candidatos.

§ 2º - É vedada a veiculação de propaganda de qualquer natureza, inclusive pichação, inscrição a tinta, fixação de placas, estandartes, faixas e assemelhados, nos bens cujo uso dependa de cessão ou permissão do Poder Público, ou que a ele pertençam, e nos de uso comum.

§ 3º - É proibida a realização de propaganda eleitoral mediante o uso de alto-falantes ou amplificadores de som instalados em locais fixos ou em veículos.

§ 4º - É vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

§ 5º - É vedado, no dia do pleito, qualquer tipo de propaganda, ressalva a propaganda na internet.

Art. 15 - A divulgação das candidaturas será permitida através da distribuição de impressos, indicando o nome do candidato bem como suas características e propostas.

Parágrafo único. Em bens particulares será permitida a veiculação de propaganda eleitoral por meio de fixação de faixas, placas e cartazes, respeitado o tamanho máximo de 2m² (dois metros quadrados), sendo vedada a veiculação de propaganda por meio de pintura, inscrição a tinta ou pichação em muros, paredes e tapumes divisórios.

Art. 16 - A propaganda eleitoral na internet poderá ser realizada por meio de *blogs*, redes sociais, mensagem eletrônica, sítios de mensagens instantâneas e assemelhados, cujo conteúdo seja gerado ou editado pelo próprio candidato ou de iniciativa de qualquer pessoa natural.

§ 1º - Na internet, é vedada a veiculação de qualquer tipo de propaganda eleitoral paga.

§ 2º - É vedada, ainda que gratuitamente, a veiculação de propaganda eleitoral na internet, em sítios de pessoas jurídicas, com ou sem fins lucrativos.

Art. 17 - O descumprimento do disposto no arts. 12 a 14 sujeitará o candidato à cassação de seu registro de candidatura em procedimento a ser apurado pela Comissão Organizadora do Processo de Escolha.

§ 1º - A denúncia relativa à propaganda irregular poderá ser feita por qualquer cidadão, devendo relatar fatos e indicar provas.

§ 2º - Recebida a denúncia, a Comissão Organizadora do Processo de Escolha notificará o candidato para, querendo, apresentar defesa em 3 (três) dias úteis.

§ 3º - Transcorrido o prazo previsto no § 2º, apresentada ou não a defesa, a Comissão Organizadora do Processo de Escolha decidirá em igual prazo e fará publicar a decisão.

§ 4º - Aplica-se à hipótese prevista neste artigo o disposto no § 1º do art. 9º desta lei.

Seção IV

DA REALIZAÇÃO DO PLEITO

Art. 18 - A eleição dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá em data unificada em todo o território nacional a cada 04 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial.

§ 1º - A votação terá início às 8 horas e terminará às 17 horas, caso não haja eleitores na fila.

§ 2º - Às 17 horas do dia da votação, o Presidente da mesa receptora de votos fará entregar senhas a todos os eleitores presentes, começando pelo último da fila.

Art. 19 - A Votação será realizada através de urnas eletrônicas, fornecidas pela Justiça Eleitoral, porventura ocorra problema com as urnas eletrônicas, passara a votação por cédulas eleitorais confeccionadas pela Prefeitura Municipal, que as imprimirá conforme modelo aprovado pela Comissão Organizadora do Processo de Escolha.

§ 1º - A cédula conterá os nomes de todos os candidatos habilitados ao pleito, após aprovação na prova de conhecimentos, observada a ordem determinada por sorteio que será realizado pela Comissão Organizadora do Processo de Escolha, na presença de todos os candidatos, que, notificados, comparecerem.

§ 2º - As cédulas serão rubricadas pelos membros das mesas receptoras de voto antes de sua efetiva utilização pelo cidadão.

Art. 20 - As mesas receptoras serão compostas por um Presidente e um mesário, indicados previamente pela Comissão Organizadora do Processo de Escolha, que também designará os respectivos suplentes.

Parágrafo único. Não podem compor as mesas receptoras de votos:

I - os candidatos e seus parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive;

II - o cônjuge ou companheiro do candidato, ainda que em união homoafetiva**.**

Art. 21 - A composição das mesas apuradoras será definida pela Comissão Organizadora do Processo de Escolha, dentre os membros das mesas receptoras.

CAPÍTULO III

DA VOTAÇÃO E APURAÇÃO DOS VOTOS

Art. 22 - No momento da votação, além da exibição do respectivo título de eleitor, o cidadão deverá apresentar documento oficial com foto, que comprove sua identidade.

Art. 23 - O cidadão poderá votar em apenas um candidato, constante na urna ou da cédula, sendo nula a cédula que contenha mais de um nome assinalado ou que tenha qualquer tipo de inscrição que possa identificar o eleitor.

Art. 24 - A fiscalização poderá ser exercida por fiscal por ele previamente indicado à Comissão Organizadora do Processo de Escolha, nunca em número superior a 01 (um) fiscal por mesa receptora ou apuradora.

Art. 25 - A apuração dos votos será feita no próprio local de votação, em período imediatamente posterior ao encerramento da votação.

Art. 26 - Na medida em que os votos forem sendo apurados, poderão os candidatos ou fiscais apresentar impugnações que serão resolvidas de plano pela Comissão Organizadora do Processo de Escolha, de tudo fazendo registro, cabendo recurso ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar do dia da apuração, que decidirá em igual prazo.

CAPÍTULO IV

DA PROCLAMAÇÃO E POSSE DOS ELEITOS

Art. 27 - Concluída a apuração dos votos e resolvidas as impugnações, a Comissão Organizadora do Processo de Escolha proclamará o resultado da eleição e fará publicar no órgão oficial do Município os nomes dos candidatos e o respectivo número de votos recebidos.

Art. 28 - Serão considerados eleitos os 05 (cinco) candidatos mais votados, ficando os demais, pela ordem decrescente de votação, como suplentes, também observadaordem de votação, de modo a assegurar a continuidade no funcionamento do órgão, em caso de férias, licenças ou impedimento dos titulares;

§ 1º - Havendo empate entre os candidatos, será considerado eleito aquele que tiver obtido melhor desempenho na prova de conhecimentos e, persistindo o empate, o candidato de maior idade.

§ 2º - Para posse o candidato deverá participar de capacitação de 80 horas, oferecida pelas Secretarias Municipais de Assistência Social, Saúde, Educação, Assessoria Jurídica e CMDCA, devendo ter uma participação de 80% de assiduidade, podendo ser impedido de tomar posse se não cumprir a carga horária mínima.

Art. 29 - Decididos os eventuais recursos, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente proclamará os eleitos, que serão nomeados e empossados por ato do Prefeito Municipal.

Parágrafo único. A posse dos conselheiros tutelares eleitos ocorrerá no dia 10 (dez) de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.

CAPÍTULO V

DOS IMPEDIMENTOS

Art. 30 - São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, ainda que em união homo afetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

Parágrafo único. Estende-se o impedimento do conselheiro, na forma deste artigo, em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude, em exercício na Comarca.

CAPÍTULO VI

DA VACÂNCIA

Art. 31 - Ocorrendo a vacância ou o afastamento temporário de qualquer dos membros titulares do Conselho Tutelar, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá promover a imediata convocação do suplente para o preenchimento da vaga.

§ 1º - Os conselheiros tutelares suplentes serão convocados de acordo com a ordem de votação e receberão remuneração proporcional aos dias que atuarem no órgão, sem prejuízo da remuneração dos titulares, quando em gozo de licença e férias regulamentares.

§ 2º - No caso de inexistência de suplentes, a qualquer tempo, caberá ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizar processo de escolha suplementar para o preenchimento das vagas, pelo período restante do mandato.

Art. 32 - A vacância da função de membro do Conselho Tutelar decorrerá de:

I - renúncia;

II - falecimento;

III - perda do mandato**.**

CAPÍTULO VII

DAS ATRIBUIÇÕES E DO FUNCIONAMENTO DO CONSELHO TUTELAR

Seção I

DAS ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO

Art. 33 - São atribuições do Conselho Tutelar:

I - atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos arts. 98 e 105, aplicando as medidas previstas no art. 101, I a VII, todos da Lei Federal nº 8.069, de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente;

II - atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII, da Lei Federal nº 8.069, de 1990;

III - promover a execução de suas decisões, podendo para tanto:

a) requisitar serviços públicos nas áreas da saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;

b) representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações;

IV - encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente;

V - encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;

VI - providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no art. 101, de I a VI, da Lei Federal nº 8.069, de 1990, para o adolescente autor de ato infracional;

VII - expedir notificações;

VIII - requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;

IX - assessorar o Poder Executivo na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

X - representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no art. 220, § 3º, inciso II da Constituição Federal;

XI - representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural, observando-se o disposto no art. 136, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.069/1990;

XII - elaborar o seu Regimento Interno, que deverá ser aprovado pela maioria absoluta dos seus membros.

§ 1º - A proposta do Regimento Interno deverá ser encaminhada ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para apreciação, sendo-lhe facultado propor alterações.

§ 2º - Uma vez aprovado, o Regimento Interno do Conselho Tutelar deverá ser publicado e afixado em local visível em sua sede.

Seção II

DO COLEGIADO

Art. 34 - As decisões do Conselho Tutelar são tomadas pelo próprio colegiado.

Seção III

DO FUNCIONAMENTO

Art. 35 - O Conselho Tutelar funcionará diariamente, na forma prevista em seu Regimento Interno, observadas as seguintes regras:

I - nos dias úteis, atendimento das 8 horas às 18 horas, ininterruptamente;

II – O Conselheiro terá direito a remuneração mensal pelo desempenho de suas funções como plantonista, nos finais de semana e feriados, bem como no período noturno, atendimento em regime de plantão domiciliar, conforme escala previamente estabelecida, devendo, nesta hipótese, permanecer o plantonista escalado munido de meio de comunicação e número de Celular de plantão do Conselho Tutelar capaz de torná-lo facilmente localizável.

§ 1º - Todos os conselheiros tutelares serão submetidos à mesma carga horária semanal de trabalho, bem como aos mesmos períodos de plantão, sendo vedado qualquer tratamento desigual.

§ 2º - O disposto no § 1º não impede a divisão de tarefas entre os conselheiros, para fins de realização de diligências, fiscalização de entidades, programas e outras atividades externas, sem prejuízo do caráter colegiado das decisões tomadas pelo Conselho.

Art. 36 - O Conselho Tutelar reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por semana e, extraordinariamente, sempre que necessário, mediante requerimento da maioria de seus membros.

Art. 37 - As decisões do Conselho Tutelar serão tomadas por maioria simples de votos dos membros presentes.

§ 1º - As medidas de caráter emergencial, tomadas durante os plantões, serão comunicadas ao Colegiado no primeiro dia útil subsequente, para ratificação ou retificação.

§ 2º - As decisões serão motivadas e comunicadas formalmente aos interessados, mediante documento escrito, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sem prejuízo de seu registro em arquivo próprio.

§ 3º - Se não localizado, o interessado será intimado através de publicação do extrato da decisão na sede do Conselho Tutelar.

Art. 38 - As decisões do Conselho Tutelar proferidas no âmbito de suas atribuições e obedecidas às formalidades legais têm eficácia plena e são passíveis de execução imediata.

Art. 39 - As decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser revistas pela autoridade judiciária mediante provocação da parte interessada ou do representante do Ministério Público.

Parágrafo único Enquanto não suspensa ou revista pelo Poder Judiciário, a decisão proferida pelo Conselho Tutelar deve ser imediata e integralmente cumprida pelo seu destinatário, sob pena da prática da infração administrativa prevista no art. 249 da Lei Federal nº 8.069, de 1990.

Art. 40 - Para o exercício de suas atribuições, o membro do Conselho Tutelar poderá ingressar e transitar livremente:

I - na sala de sessões do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II - nas entidades de atendimento nas quais se encontrem crianças e adolescentes; e

III - em qualquer recinto público ou privado no qual se encontrem crianças ou adolescentes, ressalvada a garantia constitucional de inviolabilidade de domicílio.

Parágrafo único. Sempre que necessário o conselheiro tutelar poderá requisitar o auxílio dos órgãos locais de segurança pública, observados os princípios constitucionais da proteção integral e da prioridade absoluta à criança e ao adolescente.

Art. 41 - Em qualquer caso, deverá ser preservada a identidade da criança ou adolescente atendido pelo Conselho Tutelar.

§ 1º - O membro do Conselho Tutelar poderá se abster de se pronunciar publicamente acerca dos casos atendidos pelo órgão.

§ 2º - O membro do Conselho Tutelar será responsável pelo uso indevido das informações e documentos que requisitar.

§ 3º - A responsabilidade pelo uso e divulgação indevidos de informações referentes ao atendimento de crianças ou adolescentes se estende aos servidores a disposição do Conselho Tutelar.

CAPÍTULO VIII

DA REMUNERAÇÃO E DOS DIREITOS ASSEGURADOS AOS CONSELHEIROS TUTELARES

Seção I

DA REMUNERAÇÃO

Art. 42 - A remuneração mensal dos membros do Conselho Tutelar é de R$ 2.333,36 (Dois Mil Trezentos e Trinta e Três Reais e Trinta e Seis Cen-

tavos) e será reajustada na mesma data e com o mesmo índice do reajuste geral da remuneração dos servidores públicos municipais.

§ 1º - A remuneração fixada não gera relação de emprego com a Municipalidade.

§ 2º - Sobre a remuneração referida no *caput* incidirão os descontos legais obrigatórios, inclusive previdenciários.

§ 3º - É vedada a acumulação remunerada da função de conselheiro tutelar com outro cargo, emprego ou função pública.

§ 4º - O Conselheiro terá direito a remuneração mensal no valor de R$ 800,00 (Oitocentos Reais) pelo desempenho de suas funções como plantonista.

§ 5º - Para efeitos do paragrafo anterior, entende-se como plantão o período compreendido entre as 18:00hs e as 7:00hs da manha de segunda a sexta e os plantões prestados nos sábados, domingos e feriados.

§ 6º - O Conselheiro terá direito a uma folga após cada plantão sendo vedado o acumulo de folgas.

Art. 43 - O servidor público municipal eleito conselheiro tutelar ficará afastado de seu cargo ou emprego, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.

Parágrafo único. Durante o afastamento para o exercício da função de conselheiro tutelar, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais.

Seção II

DOS DIREITOS

Art. 44 - Aos conselheiros tutelares é assegurado o direito a:

I - cobertura previdenciária**;**

II - gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;

III - licença-maternidade;

IV - licença-paternidade;

V - gratificação natalina**.**

Parágrafo único. Os direitos previstos nos incisos II a V deste artigo serão concedidos segundo os mesmos critérios e condições estabelecidos para os servidores públicos municipais.

Art. 45 - Os recursos necessários à remuneração dos conselheiros tutelares terão origem em dotação específica consignada na Lei Orçamentária Anual do Município.

CAPÍTULO IX

DO REGIME DISCIPLINAR DO CONSELHEIRO TUTELAR

Seção I

DOS DEVERES

Art. 46 - São deveres do conselheiro tutelar:

I - residir no Município;

II - manter conduta pública e particular compatível com o exercício da função**;**

III - zelar pelo prestígio da instituição;

IV - indicar os fundamentos de seus pronunciamentos administrativos, submetendo sua manifestação à deliberação do Colegiado;

V - obedecer os prazos regimentais para suas manifestações e exercício das demais atribuições;

VI - comparecer às sessões deliberativas do Conselho Tutelar;

VII - desempenhar suas funções com zelo, presteza e dedicação;

VIII - declarar-se impedido, nos termos desta lei;

IX - adotar, nos limites de suas atribuições, as medidas cabíveis em face de irregularidade no atendimento a crianças, adolescentes e famílias;

X - tratar com urbanidade os interessados, testemunhas, funcionários e auxiliares do Conselho Tutelar;

XI - prestar as informações solicitadas pelas autoridades públicas e pelas pessoas que tenham legítimo interesse ou seus procuradores legalmente constituídos;

XII - identificar-se em suas manifestações funcionais;

XIII - atender aos interessados, a qualquer momento, nos casos urgentes;

XIV - levar ao conhecimento da autoridade competente as irregularidades de que tiver ciência em razão da função.

§ 1º - O membro do Conselho Tutelar deverá declarar-se impedido de analisar o caso quando:

I - a situação atendida envolver cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive;

II - for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer dos interessados;

III - algum dos interessados for seu credor ou devedor, ou de seu cônjuge, companheiro ou de parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive;

IV - tiver interesse na solução do caso em favor de um dos interessados.

§ 2º - O membro do Conselho Tutelar também poderá declarar-se impedido por motivo de foro íntimo.

§ 3º - O interessado poderá requerer ao Colegiado o afastamento do conselheiro tutelar que considere impedido, nas hipóteses do § 1º.

Seção II

DAS PROIBIÇÕES

Art. 47 - Ao conselheiro tutelar é proibido:

I - ausentar-se da sede do Conselho Tutelar durante o expediente, salvo quando em diligências ou por necessidade do serviço;

II - recusar fé a documentos públicos;

III - opor resistência injustificada ao andamento do serviço**;**

IV - promover manifestação de apreço ou desapreço no recinto do Conselho Tutelar;

V - valer-se da função para lograr proveito pessoal ou de outrem;

VI - receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;

VII - proceder de forma desidiosa;

VIII - utilizar pessoal ou recursos materiais do Conselho Tutelar em serviços ou atividades particulares;

IX - exceder no exercício da função, abusando de suas atribuições específicas;

X - utilizar-se do Conselho Tutelar para o exercício de propaganda e atividade político-partidária;

XI - romper o sigilo em relação aos casos analisados pelo Conselho Tutelar;

XII - exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício da função e com o horário de trabalho;

XIII - delegar a pessoa que não seja membro do Conselho Tutelar o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade;

XIV - deixar de submeter ao Colegiado as decisões individuais referentes à aplicação de medidas protetivas a crianças, adolescentes pais ou responsáveis previstas nos arts. 101 e 129 da Lei Federal nº 8.069, de 1990.

Seção III

DAS PENALIDADES

Art. 48 - São penalidades disciplinares aplicáveis aos membros do Conselho Tutelar:

I - advertência;

II - suspensão do exercício da função**;**

III - perda do mandato**.**

Art. 49 - Na aplicação das penalidades deverão ser consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provieram para a sociedade ou serviço público, a repercussão do fato e os antecedentes do conselheiro tutelar.

Art. 50 - A advertência será aplicada por escrito, nos casos de violação de proibição constante do art. 45, incisos I a IV, e de inobservância de dever funcional previsto no art. 44, que não justifique imposição de penalidade mais grave.

Art. 51 - A suspensão do exercício da função será aplicada em caso de reincidência das infrações punidas com advertência e de violação das demais proibições que não tipifiquem infração sujeita à penalidade de perda do mandato, não podendo exceder de 90 (noventa) dias.

Art. 52 - A penalidade de perda do mandato será aplicada nos seguintes casos:

I - condenação por sentença transitada em julgado pela prática de crime que comprometa sua idoneidade moral;

II - abandono da função por período superior a 30 (trinta) dias**;**

III - inassiduidade habitual**;**

IV - improbidade administrativa;

V - ofensa física, em serviço, a outro conselheiro tutelar, servidor público ou a particular;

VI - conduta incompatível com o exercício da função**;**

VII - deixar de residir no Município;

VIII - homologação de candidatura a cargo eletivo;

IX - acumulação remunerada de cargos, empregos ou funções públicas;

X - reincidência das faltas punidas com suspensão;

XI - transgressão dos incisos V a X do art. 45.

CAPÍTULO X

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Art. 53 - A apuração das infrações disciplinares atribuídas a membro do Conselho Tutelar será realizada mediante processo administrativo disciplinar, assegurado ao acusado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Art. 54 - O processo disciplinar será conduzido por Comissão Disciplinar integrada por 03 (três) membros, observada a seguinte composição:

I - 01 (um) conselheiro municipal dos direitos da criança e do adolescente, representante do Poder Público;

II - 01 (um) conselheiro municipal dos direitos da criança e do adolescente, representante da sociedade civil;

III - 01 (um) conselheiro tutelar.

§ 1º - Os membros da Comissão Disciplinar serão escolhidos na primeira reunião ordinária de cada ano, para cumprirem mandato de um ano, permitida uma recondução por igual período.

§ 2º - Na mesma reunião serão escolhidos os suplentes dos membros da Comissão, que serão convocados nos casos de falta ou afastamento do titular ou em situações específicas em que ao membro titular for imputada a prática de infração disciplinar.

§ 3º - Não poderão participar da Comissão Disciplinar o cônjuge, companheiro ou parentes do acusado, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

Art. 55 - O procedimento administrativo será iniciado mediante representação escrita, fundamentada e com indicação de provas, endereçada ao Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Parágrafo único. A representação de irregularidade poderá ser encaminhada por qualquer cidadão.

Art. 56 - O prazo para a conclusão do processo disciplinar não excederá 60 (sessenta) dias, contados da data de recebimento da representação, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

Art. 57 - Recebida a representação, será aberto prazo de 10 (dez) dias para que o acusado apresente sua defesa escrita, mediante notificação pessoal e cópia da representação.

Parágrafo único. No caso de recusa do acusado em apor o ciente na cópia da notificação, o prazo para defesa contar-se-á da data declarada, em termo próprio, pelo membro da Comissão Disciplinar que fez a notificação, com a assinatura de 2 (duas) testemunhas.

Art. 58 - Como medida cautelar e a fim de que o acusado não venha a influir na apuração da irregularidade, a Comissão Disciplinar poderá determinar o seu afastamento do exercício da função até a conclusão do procedimento, sem prejuízo da remuneração.

Art. 59 - É assegurado ao acusado o direito de acompanhar o processo pessoalmente ou por intermédio de procurador, arrolar e inquirir testemunhas e produzir demais provas admitidas em direito.

Art. 60 - O depoimento de testemunhas será prestado oralmente e reduzido a termo, não sendo lícito à testemunha trazê-lo por escrito.

Art. 61 - A Comissão Disciplinar terá um relator, sorteado dentre os seus membros, que conduzirá o procedimento de apuração da prática de infração disciplinar, e ao final apresentará um relatório que será submetido aos demais integrantes da Comissão, que poderão com ele concordar ou discordar.

Parágrafo único O relatório será sempre conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do conselheiro tutelar.

Art. 62 - As conclusões do procedimento administrativo serão remetidas ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que, em plenária, deliberará acerca da aplicação da penalidade cabível.

Art. 63 - Havendo indícios da prática de crime por parte do conselheiro tutelar, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente comunicará o fato ao Ministério Público para adoção das providências cabíveis.

Art. 64 - No caso de aplicação da penalidade de perda de mandato ou de suspensão do exercício da função por período superior a 10 (dez) dias, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente convocará o suplente para o preenchimento da vaga.

Parágrafo único. O suplente convocado deverá tomar posse dentro de 10 (dez) dias, sob pena de ser considerado renunciante.

CAPÍTULO XI

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 65 - O Conselho Tutelar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da publicação desta lei, promoverá a adequação de seu Regimento Interno às suas disposições.

Art. 66 - A Lei Orçamentária do Município consignará, anualmente, os recursos necessários ao funcionamento do Conselho Tutelar e à remuneração e formação continuada dos conselheiros tutelares.

Art. 67 - A Secretaria Municipal de Assistência Social proporcionará ao Conselho Tutelar os recursos materiais e humanos necessários ao seu pleno e regular funcionamento.

Art. 68 - A Secretaria de Assistência Social, com o apoio do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, estabelecerá uma política de qualificação e formação continuada dos conselheiros tutelares.

Art. 69 - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 70 - Revogam-se as disposições em contrários.

Art. 71 - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Paço Municipal Marechal Rondon, Santo Antônio de Leverger/MT, em 21 de agosto de 2019.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO.

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO N° 030/GP/2019.

DECRETO N° 030/GP/2019.

"Dispõe sobre a nomeação dos Membros do Conselho Municipal de Turismo - COMTUR, e dá outras providencias".

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO DE LEVERGER, Estado de Mato Grosso, no usode suas atribuições legais exaradas no artigo 67 inciso IV da Lei Orgânica Municipal, e Lei Municipal Complementar n° 003/2002 de 05 de julho de 2002 e,

CONSIDERANDO o cumprimento do imperativo formal e legal, e serimprescindível e inadiável a existência de condições adequadas para a execução da Política Municipal de Turismo, o que exige eleição e nomeação da constituição do Conselho Municipal de Turismo.

R E S O L V E:

Art. 1° - Conforme deliberação do Conselho Municipal de Turismo, exarada emata de reunião realizada em 26 de Outubro de 2019, corrobora a nomeação dos Membros para comporem o Conselho Municipal de Turismo - COMTUR, com a paridade e as atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor, como segue:

Presidente

José Marcos Carpes Vargas - Instituto Itaicy.

Vice Presidente

Hamilton de Oliveira Sobrinho - Representante de Proprietários de Pousadas e Similares.

Secretária Executiva

Claudete Ferreira de Castro Santos **-** Turismóloga - Secretaria Municipal de Turismo e Cultura.

I - Representantes do Poder Executivo:

1.1 Secretaria Municipal de Turismo e Cultura

Membros:

- Edgard Gonçalves Neto - Titular

- Claudete Ferreira de Castro Santos – Suplente

1.2 Secretaria Municipal de Saúde

Membros:

- Regiane Patrícia Lopes Pires - Titular

- Kelly Cristina Ferreira Ramos - Suplente

1.3 Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer

Membros:

- Isanaira Amorim Pereira Rodrigues - Titular

- Estela Edlaine de Oliveira - Suplente

1.4 Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

Membros:

- Gláucia Helena da Costa Saraiva Almeida - Titular

- Nelson Ribeiro Batista Neto - Suplente

1.5 Secretaria Municipal de Assistência Social

Membros:

- Thaysa Ferreira Brandão - Titular

- Delza Maria Galdino Delgado Talaveira - Suplente

1.6 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável, Meio Ambiente, Agricultura e Regularização e Fundiária

Membros:

- Henrique Santiago - Titular

- Flávia Dias da Costa - Suplente

II - Da Área Não Governamental

2.1 Representantes dos Blocos Carnavalescos

Membros:

- Glauco do Bomdespacho Gallio - Titular

- Dalva Verônica de Castro Miranda - Suplente

2.2 Representantes do Comércio/ de Proprietários de Hotéis, Pousadas e similares - *Trade* Turístico

Membros:

- Célio Antonio do Prado - Titular

- Maria da Glória Ribeiro Garcia - Suplente

2.3 Representantes de Bancos e/ ou Cooperativa de Crédito

Membros:

- Francilei da Silva Monge - Titular

2.4 Representantes de Grupos Folclóricos

Membros:

- Jackson Antonio de Aguiar e Silva - Titular

- Creuza da Costa Lopes Silva - Suplente

2.5 Representantes de Clubes de Serviços (*Rotary*, Rádio)

Membros:

- Leôncio Pinheiro da Silva Filho - Titular

- Luis Felipe Pedroso - Suplente

2.6 Representantes de ONGs

Membros:

- José Marcos Carpes Vargas - Titular

- Fabrícia de Miranda Oliveira - Suplente

Parágrafo Único: As atribuições dos Membros Conselheiros e o funcionamentodo Conselho estão estabelecidos na legislação municipal pertinente em vigor, e estes não serão remunerados, por tratar-se de atribuições consideradas de relevante interesse público, com direito a dispensa da assinatura do ponto, quando for o caso, para a execução das mesmas, e do apoio logístico necessário, direto, por regime de adiantamento, diária ou reembolso.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal "Marechal Rondon", em Santo Antonio de Leverger/MT, em 12 de julho de 2019.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
LEI Nº 1277/2019

LEI Nº 1277/2019

"DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA MUNICIPAL DE CERTIFICAÇÃO DA QUALIDADE DOS PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR DO MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DE LEVEREGER/MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Valdir Pereira de Castro Filho, Prefeito do Município de Santo Antônio de Leverger - MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal Aprovou e ele Sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica criado o Programa Municipal de Certificação da qualidade dos produtos da Agricultura Familiar do Município de Santo Antônio de Leverger - MT.

§1º. O Selo de Certificação referido neste artigo será concedido às unidades produtoras de alimentos artesanais, que se enquadrarem às normas e exigências estabelecidas em regulamento próprio, de referência de Produção de Produtos de Origem animal e vegetal estabelecidos pela Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e Secretaria de Saúde – (vigilância Sanitária).

§2º. A Equipe Coordenadora do Programa caberá à fiscalização, inspeção, normatização e classificação dos produtos artesanais comestíveis, conforme Decreto que regulamentará esta lei.

§3º. A Equipe coordenadora será composta Por Técnicos da Secretaria de Saúde (Vigilância Sanitária) e Secretaria de Desenvolvimento Sustentável.

Art. 2º. O número de registro do produto de município, Agricultura Familiar e os dizeres *"Produto Artesanal",* representam os elementos básicos do Selo Oficial aos produtos artesanais comestíveis, cujos formatos, dimensões e emprego serão fixados por regulamento.

Parágrafo Único. O uso do Selo de certificação da qualidade dos produtos da agricultura familiar representa a marca oficial usada unicamente em unidades produtoras de alimentos artesanais com cadastros previamente autorizados, e constituídos o sinal de garantia de que o produto foi inspecionado pela autoridade competente.

Art. 3º. O Selo deverá obedecer exatamente às descrições e os modelos fixados, respeitadas as dimensões, forma, dizeres, tipo e corpo de letra e devem ser colocados visivelmente nos rótulos ou embalagens dos produtos.

Parágrafo Único. Será expedido certificado com as características do selo, a fim de demonstrar a participação das unidades produtoras de alimentos artesanais neste programa.

Art. 4º. Para o requerimento e registro no programa são necessários:

I – Requerimento encaminhado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável, assinado pelo responsável pelo produto;

II – Documento pormenorizado contendo:

a) Produtos utilizados ou composição;

b) Fórmula ou receita;

c) Prazo para consumo;

d) Amostra da embalagem e rotulagem;

e) Forma de comercialização;

Art. 5º. Para o registro, além das exigências constantes do Regulamento próprio, será necessário cumprir as disposições contidas nas demais normas sanitárias municipais.

Art. 6º. As unidades produtoras de alimentos artesanais e estabelecimentos que comercializem esses produtos só podem utilizar o selo quando devidamente aprovados e registrados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável.

Parágrafo Único. Para cada produto haverá um número de registro específico.

Art. 7º. A unidade produtora de alimentos artesanais se responsabilizará, após autorização do órgão competente, por qualquer dano causado no produto durante o processo de produção e que possa acarretar danos à saúde do consumidor.

Art. 8°. Serão cadastrados produtos artesanais por esta lei:

I – Farinha de Mandioca;

II – Rapadura;

III – Doces;

IV – Licores;

V – Melaço;

VI – Mel;

VII – Queijo.

Art. 9°. O numero do selo será fornecido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável, As taxas que deverão ser pagas pelo produtor referentes ao Decreto que se regulamenta esta Lei.

Parágrafo Único. A fabricação do selo poderá ser solicitada diretamente do produtor à gráfica, após o produtor ter autorização por escrito da Secretaria competente para confecção do selo conforme a quantidade autorizada e padronizada.

Art. 10. O selo terá validade somente para produtos comercializados dentro do Município de Santo Antonio de Leverger - MT.

Art. 11. A liberação do selo valerá por 06 (seis) meses, após esse prazo será feito uma nova avaliação da unidade produtora de alimentos artesanais e dos produtos para dar continuidade ao programa no semestre seguinte.

Art. 12. O selo fica declarado, serviço de saúde pública de natureza especial.

Art. 13. No caso de cassação de registro ou ainda cessação de fabricação, fica o responsável obrigado a devolver os selos existentes em estoque à Inspeção Municipal.

Art. 14. Poderão ser comercializados produtos artesanais comestíveis em outros Municípios onde existe legislação semelhante que permita, mediante Convênio Inter Municípios.

Art. 15. O Poder Executivo Municipal regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 16. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Marechal Rondon, Santo Antônio de Leverger/MT, em 19 de agosto de 2019.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO.

Prefeito Munici

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
LEI Nº 1279/2019

LEI Nº 1279/2019

"DENOMINA DE "JOSÉ DIAS DE AMORIM (BUGRE)" O PSF DO DISTRITO DE VARGINHA".

O Prefeito Municipal, Valdir Pereira de Castro Filho, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Artigo 1º. Denomina de **"JOSÉ DIAS DE AMORIM (BUGRE)",** o PSF do Distrito de Varginha.

Artigo 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Marechal Rondon, Santo Antônio de Leverger/MT, em 19 de agosto de 2019.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO.

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 226/2019.

PORTARIA N.º 226/2019.

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Idade à servidora ***Sra. Conceição Maria de Moraes****."*

O Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leverger, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o Art. 40, § 1º, inciso III, alínea "b", e § 8º da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003, c/c Art. 12, inciso III, alínea *"*b*"*,da Lei Municipal n.º 1.212/GP/2017, que dispõe sobre a reestruturação do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Santo Antônio de Leverger/ MT, Lei Municipal n. 1.027/2009, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Salários e o Sistema de Avaliação dos Servidores da Administração Pública da Prefeitura de Santo Antonio do Leverger/MT, e Decreto nº 005/GP/2019 que dispõe sobre Recomposição de Salários dos Servidores Efetivos estendidos aos inativos e pensionista;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder o benefício de **aposentadoria por idade**, em favor da **Sra. Conceição Maria de Moraes**, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, enquadrada na Tabela – 05, Classe "A", Referencia "09", matricula nº 269, lotada na Secretaria Municipal de Assistência e Promoção Social, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, contando com 25 (vinte e cinco) anos, 09 (nove) meses e 05 (cinco) dias de tempo de contribuição, **com proventos proporcionais ao tempo de contribuição**, conforme processo administrativo do **PREVI-LEVERGER, n.º 2019. 02.00041P**, a partir do dia **01/07/2019,** até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de **01/07/2019**, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Santo Antônio do Leverger - MT, 07 de Agosto de 2019.

VALDIR PEREIRA CASTRO FILHO Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 196/2019.

PORTARIA N.º 196/2019.

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Idade ao servidor ***Sr. Mauro Salomão da Silva****."*

O Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leverger, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o preenchimento dos requisitos estatuídos no Art. 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c Art. 6º-A da Emenda Constitucional n.º 41/2003, acrescentado pela EC nº 70/2012, c/c art. 12, I, "a" e art. 13, da Lei Municipal n.º 1.212/GP/2017, que dispõe sobre a reestruturação do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Santo Antônio de Leverger / MT; Lei Municipal n. 1.027 dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Salários e o Sistema de Avaliação dos Servidores da Administração Pública da Prefeitura de Santo Antonio do Leverger/MT, e Decreto nº 005/GP/2019 que dispõe sobre Recomposição de Salários dos Servidores Efetivos estendidos aos inativos e pensionista;

;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder o benefício de **aposentadoria por invalidez**, em favor do ***Sr. Mauro Salomão da Silva***, ocupante do cargo de Guarda de Segurança, enquadrado na Tabela – 05, Classe "C", Referencia "03", matricula nº 140, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, com jornada de trabalho de 30 (trinta) horas semanais, contando com 25 (vinte e cinco) anos, 03 (três) meses e 28 (vinte e oito) dias de tempo de contribuição, **com proventos integrais, com base na última remuneração do cargo efetivo**, conforme processo administrativo do **PREVI-LEVERGER, n.º 2019. 03.00029P**, a partir de **01 de Julho de 2019,** até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de **01/07/2019**, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Santo Antônio do Leverger - MT, 16 de Julho de 2019.

VALDIR PEREIRA CASTRO FILHO Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
LEI Nº 1278-2019

LEI Nº 1278-2019

***"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A APLICAR O INCENTIVO FINANCEIRO DO PMAQ-AB, CONCEDIDO PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE NO ÂMBITO DO PROGRAMA NACIONAL DE MELHORIA DO ACESSO E DA QUALIDADE DA ATENÇÃO BÁSICA- PMAQ-AB, EM PROL DAS EQUIPES DA ATENÇÃO BÁSICA QUE OBTIVER CLASSIFICAÇÃO DE DESEMPENHO CERTIFICADA NOS TERMOS DO ART. 16 DA PORTARIA* Nº 1.654/2011, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

O Prefeito do Município de Santo Antonio de Leverger, Estado de Mato Grosso, VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Autoriza o Poder Executivo a aplicar o incentivo financeiro do PMAQ-AB, concedido pelo Ministério da Saúde no âmbito do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica-PMAQ-AB, em prol das equipes da Atenção Básica que obtiver classificação de desempenho certificada nos termos do Art. 16 da portaria nº 1.654/2011.

Art. 2º.O Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ/AB) está organizado em quatro fases que se contemplam e conformam um ciclo contínuo de melhoria do acesso e da qualidade da atenção básica:

I - Adesão e contratualização/recontratualização;

II - Desenvolvimento;

III - Avaliação Externa;

IV – Recontratualização.

Art. 3ºO Incentivo de que trata esta Lei, oriundo de recursos financeiros do Governo Federal é variável e será repassada na seguinte forma:

I - 15% (quinze por cento) do valor anual do repasse financeiro serão aplicados a título de Incentivo PMAQ para os servidores lotados nas Equipes Básicas de Saúde - EBS que foram contratualidades e aderiram ao pro-

grama, que fazem parte do Programa Saúde da Família - PSF, sob forma de Complementação do SUS e se dará nos termos desta Lei e seu regulamento sempre que se atinjam as metas e resultados previstos no §2ºdo Art. 8º da Portaria nº 1.654/2011.

II - 5% (cinco por cento) do valor anual do repasse financeiro serão aplicados a título de Incentivo PMAQ aos servidores apoiadores institucionais, definidos em Portaria emitida pelo Secretário Municipal de Saúde, indicados para o PMAQ-AB.

III - 80% (oitenta por cento) do valor anual do repasse financeiro será destinado à infraestrutura da atenção básica para adequações de móveis já existentes e contemplados com o Programa de Melhoria do Acesso e Qualidade da Atenção Básica - PMAQ, melhorar a estruturação da Atenção Básica Municipal e orientado pelas matrizes estratégicas, utilizados para a realização de ações e/ou serviços de saúde na manutenção e aquisição de equipamentos para as Unidades Básicas de Saúde, de acordo com as prioridades de cada equipe, como forma de implementar a infraestrutura da Atenção Básica e atender as necessidades do Programa de Melhoria do Acesso e da qualidade da Atenção Básica.

Art. 4º. O valor base para calculo do incentivo será contabilizado por um período de 12 (doze meses) equivalendo da competência de outubro a outubro.

Art. 5º. Os valores correspondentes do incentivo será repassado no mês de outubro de cada ano aos funcionários lotados na Secretaria municipal de saúde e nas UBSs (ESF e ESB) que aderirem ao programa, independente da categoria profissional, paga de forma proporcional ao resultado de qualidade das metas e ações contratualizadas, obtido de acordo com cada equipe.

§1º. O valor correspondente a 15% (quinze por cento) e a 5 %(cinco por cento) do Incentivo anual será repassado sempre que atingidas as metas e houver o repasse pelo Governo Federal, sendo dividido em partes percentuais entre os servidores lotados nas Unidades Básicas de Saúde e Equipe Saúde da Família habilitados e os funcionários indicados por portaria como apoiadores institucionais.

§2º. O servidor terá direito ao Incentivo do PMAQ/AB no ato da contratação ou efetivação do servidor.

§3º. Em caso de desistência, exoneração, rescisão ou afastamento do serviço em qualquer circunstância, o servidor perderá o direito ao incentivo PMAQ/AB e o valor que caberia ao servidor, será novamente dividido entre os demais servidores, normalizando o incentivo no momento de contratação do novo servidor pelo Poder Público Municipal.

Art. 6º. Os valores recebidos a título de Incentivo PMAQ-AB de desempenho referidas nesta lei serão atribuídos aos servidores que a elas fazem jus em função do alcance das metas de desempenho individual que será realizado a cada 03 meses e do alcance das metas de desempenho institucional da unidade de lotação do servidor.

Art. 7º. Ficam estabelecidos como avaliação de desempenho individual, além do cumprimento das metas de desempenho institucional os seguintes fatores mínimos, que trata o Art. 6º desta Lei.

Parágrafo Único. Terá direito a receber o incentivo o servidor que obtiver, no mínimo, 70% dos pontos alcançados na média das avaliações anuais de desempenho individual. Os critérios avaliados serão:

I - Produtividade - possui conhecimento do trabalho; utiliza técnicas adequadas para a realização das tarefas; preocupa-se com a qualidade e proporciona uma produtividade acima do esperado.

II - Assiduidade - é pontual; não se atrasa; está sempre no local de trabalho.

III - Disciplina - é disciplinado; sempre cumpre com as normas e regras da instituição e respeita a hierarquia.

IV - Responsabilidade - responde pelos compromissos assumidos no cargo que ocupa com postura consciente das suas atribuições.

V - Capacidade de iniciativa - soluciona os imprevistos e apresenta alternativas que enriquecem o trabalho.

VI - Eficiência - executa sempre o seu trabalho com perfeição e rapidez; tem uma produtividade de trabalho excelente; utiliza adequadamente o seu horário de trabalho; apresenta sempre ótimas sugestões para o sucesso da instituição.

VII - Idoneidade Moral- tem uma conduta ética-moral satisfatória; sempre se relaciona bem com os colegas de trabalho e clientes; sabe guardar sigilo.

Art. 8º. O incentivo PMAQ/AB fica distribuído pelos servidores em partes iguais, independente da função que o servidor exerce ou de grau de escolaridade.

Parágrafo Único. Em caso de aumento do número de servidores na Equipe ou apoio institucional, conforme autorização do Governo Federal, os valores percentuais para repasse aos servidores municipais permanecem inalterados, a saber: 15% (quinze por cento) para os profissionais lotados nas Equipes de ESF e ESB, e 5% (cinco por cento) aos servidores apoiadores, independe da função que desempenha.

Art. 9º. A produtividade - PMAQ não será devidamente repassada aos servidores em efetivo exercício, quando apresentar alguma das seguintes condições:

I - licença para tratamento da própria saúde, superior a 20 (vinte dias) contabilizados no ano;

II - licença por motivo de doença em pessoa da família acima de 30 (trinta dias anual);

III - afastamento com ou sem ônus, para outro órgão ou entidade da administração direta, autarquias e fundações a nível municipal, estadual ou federal, exceto para o exercício de trabalho em parceria quando os procedimentos forem incluídos no faturamento SUS;

IV - Licença-prêmio.

Art. 10º. Os profissionais terão direito ao recebimento do incentivo PMAQ/AB proporcional aos meses trabalhados em casos de licença maternidade.

Parágrafo Único. O profissional deve estar vinculado a equipe e desenvolvendo suas funções por um período mínimo de 06 meses anteriores ao mês do recebimento do incentivo.

Art. 11º. A secretaria de Saúde do município, através do departamento de recursos humanos da prefeitura municipal, juntamente com os apoiadores institucionais do PMAQ-AB indicará os servidores que deverão receber o benefício, comprovando documentalmente esta condição e posteriormente, repassando estas informações ao Fundo Municipal de Saúde para que o mesmo possa encaminhá-lo a folha de pagamento.

Art. 12º.O incentivo PMAQ/AB constitui-se em uma parcela autônoma, não incorporável ao patrimônio remuneratório do servidor ou empregado público para quaisquer efeitos, inclusive para férias e gratificação natalina (13º salário).

Art. 13º.O incentivo PMAQ/AB poderão ser reajustados anualmente de conformidade com os valores recebidos pelo Fundo Nacional de Saúde e aplicados de acordo com os valores repassados fundo a fundo.

Art. 14º. As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão à conta das dotações orçamentárias específicas constantes na legislação orçamentária em especial vinculadas ao recurso _Programa de Melhoria do acesso e da qualidade (PMAQ/AB).

Art. 15º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Paço Municipal Marechal Rondon, Santo Antonio de Leverger, em 19 de agosto de 2019.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO. | ***Prefeito Municipal***

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 037/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2019 - SRP

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 037/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2019 - SRP

PROCESSO Nº 084/2019

VALIDADE 12 (DOZE) MESES

O MUNICIPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE/MT, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Av. Goiás, nº 367, Jardim Santa Inês CEP:78628-000, devidamente inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº. 04.217.362/0001-90, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo seu Prefeito Sr. MIGUEL JOSE BRUNETTA, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG n°: 1.427.577 SSP/PR, e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda-CPF sob o nº. 326.034. 369-53, residente e domiciliado neste município, que doravante denominado, simplesmente de CONTRATANTE, e do outro lado a empresa AUTOMOTIVA PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA, CNPJ:30.185.465/0001-25, Av. Cascavel nº 600, quadra lote 11, bairro: Cidade Primavera IV, Primavera do Leste/MT- CEP: 78850-000, doravante denominado CONTRATADA, nos termos do processo licitatório realizado na modalidade de Pregão Presencial nº 010/2019, contratam na melhor forma de direito conforme cláusulas abaixo:

As Partes têm justo e acertado o presente contrato, que tem por finalidade estabelecer os direitos e obrigações das partes, tudo de acordo com a Lei n. º 8.666/93 de 21/06/1993 e suas posteriores alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. Registro de Preços para futura e eventual **contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção em funilaria e pintura automotiva, com todos os materiais necessários para a execução dos serviços, para atender os veículos da frota da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, os quais estão distribuídos entre as Secretarias que os compõem.,** não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitação específica para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições;

1.2. As especificações detalhadas e demais condições estão contidas no **Termo de Referência** anexa ao edital do Pregão Presencial nº 010/2019, parte integrante desta ARP, elaborado pela(s) secretaria(s) municipal(ais) desta Prefeitura.

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM	DESCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QTDE	V.UNITÁRIO	V.TOTAL
1	SERVIÇO ESPECIALIZADO EM FUNILARIA E PINTURA AUTOMOTIVA, CONSERTO EM FIBRAS EM VEICULOS (ETANOL E GASOLINA LINHA LEVE), INDEPENDENTE DE MARCA OU MODELO.	Horas	1000	R$ 110,00	R$ 110. 000,00
2	SERVIÇO ESPECIALIZADO EM FUNILARIA E PINTURA AUTOMOTIVA, CONSERTO EM FIBRAS EM LINHA PESADA: CAMINHONETES, MICRO ONIBUS, ONIBUS ECAMINHÕES, INDEPENDENTE DE MARCA OU MODELO.	Horas	1000	R$ 126,00	R$ 126. 000,00
3	SERVIÇO ESPECIALIZADO EM FUNILARIA E PINTURA AUTOMOTIVA, CONSERTO EM FIBRAS EM MÁQUINAS PESADAS, EM GERAL, INDEPENDENTE DE MARCA OU MODELO.	Horas	500	R$ 150,00	R$ 75. ,000,00

O valor estimado da presenta ata é de **R$ 311.000,00 (trezentos e onze mil reais).**

CLÁUSULA TERCEIRA: DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A Ata de Registro de Preço terá sua vigência por **12 (doze)** meses, tendo validade e eficácia legal **após a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município;**

3.2. O prazo para assinatura da Ata de Registro de Preço será de **05 (cinco)** dias, contados da convocação formal da adjudicatária, ocasião em que deverão estar atualizadas a certidão de inexistência de débitos para com o Sistema de Seguridade Social – CND e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviços – FGTS;

3.3. A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada pelo representante legal da adjudicatária, mediante apresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura e cédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório, e uma vez atendidas às exigências do subitem anterior;

3.4. A critério da administração, o prazo para assinatura da Ata poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal da adjudicatária e aceito por esta Prefeitura;

3.5. Constituem motivos para o cancelamento da Ata de Registro de Preços as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, bem como as previsas no item 19 deste Edital;

3.6. A adjudicatária deverá, no prazo de até **24 (vinte e quatro)** horas *contadas da data da convocação*, comparecer ao Setor Competente para retirar a Ordem de Serviço e/ou a nota de empenho;

3.7. Quando a Adjudicatária, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar a situação regular de que trata o edital ou se recusar a retirar a Autorização de Fornecimento e /ou Ordem de Serviço, sem justificativa comprovada e aceita, será adotado o procedimento descrito no Art. 4º, inciso XXIII, da Lei 10.520/02, sem prejuízo das cominações legais previstas neste Edital.

CLÁUSULA QUARTA: DOS USUARIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitadas no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei Federal nº 8.666/93, no art. 86 do Decreto Estadual nº 7.217/2010 e Decreto nº 7.892, de 2013,relativo à utilização do Sistema de Registro de Preços;

4.2. Caberá ao(s) Detentor da Ata (es) beneficiário(s) da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que não seja prejudicial às obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;

4.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

4.4. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem;

4.5. O órgão gerenciador somente poderá autorizar adesão à ata após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante da ata, exceto quando, justificadamente, não houver previsão no edital para aquisição ou contratação pelo órgão gerenciador;

4.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata;

4.7. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades de correntes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador;

4.8. A Prefeitura Municipal será responsável pelos atos de controle e administração das Atas de Registro de Preços decorrentes desta licitação;

CLÁUSULA QUINTA: DOS ACRÉSCIMOS

5.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela *ata de registro de preços*, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

5.2. Em caso de celebração de *contratos*, a licitante estará obrigada a fornecer quantitativos superiores àqueles registrados, em função do direito de acréscimo de até 25% (vinte e cinco por cento) de que trata o§ 1º do art. 65, da Lei nº 8.666/93, observado o disposto no art. 120 do Decreto Estadual nº 7.217/2006.

CLÁUSULA SEXTA: DO CONTROLE DE PREÇOS

6.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos, podendo este órgão adotar as mesmas medidas prescritas no artigo 92, caput e seus parágrafos do Decreto Estadual nº 7.271/2010;

6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

6.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado;

6.3.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade;

6.3.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original;

6.4. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.4.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido;

6.4.2. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

6.4.3. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;

6.5. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Prefeitura Municipal, o proponente registrado será convocado, para a devida alteração do valor registrado em Ata, o qual será publicado no Diário Oficial dos Municípios;

6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA SETIMA: REVISÃO E CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O proponente terá o seu registro de preços cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, a pedido, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais previstas, caso as razões do pedido não sejam saneadas, após protocolado em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da constatação das hipóteses a seguir explicitadas:

7.1.1. Comprovar, por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivos à época da elaboração da proposta e do pedido de desoneração do compromisso, estar impossibilitado de cumprir as exigências da

Ata, por ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro que torne seu preço inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo das aquisições/contratações;

7.1.2. Ocorrer fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução contratual decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado;

7.2. Por iniciativa da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, o registro será cancelado:

7.2.1. Quando o proponente:

7.2.1.1. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

7.2.1.2. Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

7.2.1.3. Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

7.2.1.4. Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, a Ordem de Fornecimento decorrente da Ata de Registro de Preços;

7.2.1.5. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002;

7.3. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

7.4. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

7.4.1. Por razão de interesse público; ou

7.4.2. A pedido do fornecedor.

CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São Obrigações da Contratada:

a) Executar os serviços do objeto deste certame nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no Termo de Referência;

b) Encaminhar a Nota Fiscal dos materiais/serviços entregues para posterior encaminhamento à Secretaria Municipal da PREFEITURA a fim de efetivação do pagamento devido;

c) Apresentar, junto com a Nota Fiscal, os documentos que comprovem a regularidade com a Seguridade Social (CND), o FGTS (CRF) e quitação de tributos e contribuições municipais;

d) Prestar esclarecimentos que forem solicitados pela PREFEITURA, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

e) Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências da PREFEITURA; e;

f) Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto a ser contratado, sem a devida anuência da PREFEITURA;

g) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

h) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

i) Para aquelas empresas que utilizarem dos critérios de desempate previstos no item 4. deste edital, tais condições deverão ser mantidas durante toda a vigência da contratação;

j) A(s) CONTRATADA(s) compromete(m)-se-á dar total garantia quanto à qualidade dos produtos e serviços fornecidos, bem como efetuar a substituição imediata, e totalmente às suas expensas de qualquer produto entregue comprovadamente adulterado ou inutilizável, portanto, fora das especificações técnicas e padrões de qualidade;

k) Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da presente relação contratual, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela CONTRATANTE;

l) Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação desta licitação;

m)Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

n) Providenciar para que seus empregados cumpram as normas internas relativas à segurança do CONTRATANTE;

o) Manter um supervisor responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante ou preposto, para tratar com o FISCAL DE CONTRATO, dos assuntos relacionados com a execução do Contrato;

p) Substituir/corrigir o serviço que estiver fora das especificações contidas no presente Termo de Referência ou que apresentar defeito ou imperfeição, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;

q) Comunicar ao FISCAL DE CONTRATO qualquer irregularidade relacionada com a execução dos serviços;

r) Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer ao Município ou a terceiros, decorrentes da própria execução dos serviços;

s) Responsabilizar-se pelos custos de realização dos serviços.

t) O licitante vencedor se responsabilizará pela qualidade, quantidade e segurança dos serviços ofertados, não podendo apresentar deficiências técnicas, conforme as exigências deste Termo e da licitação, reservando à Prefeitura o direito de recusá-lo caso não satisfaça aos padrões especificados.

u) Arcar com todos os ônus necessários à completa execução dos serviços.

v) Cumprir os prazos de entrega, sob pena de aplicação de sanções administrativas;

w) O prazo máximo para a entrega/realização dos produtos/serviços será de **15 (quinze) dias corridos** contados a partir do primeiro dia do recebimento da Ordem de Serviço ou nota de empenho;

CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1 Uma vez firmada a contratação, a PREFEITURA se obriga a:

a) Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

b) Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados;

c) Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento;

d) Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento, fixando prazo para sua correção;

e) Acompanhar o fornecimento, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os serviços executados fora das especificações deste Edital.

CLÁUSULA DECIMA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a efetiva entrega dos produtos, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo Setor de Material e Patrimônio;

Parágrafo Primeiro: A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição dos itens entregues, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento;

Parágrafo Segundo: Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao Detentor da Ata, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas;

Parágrafo Terceiro: Nenhum pagamento isentará a Contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos materiais entregues;

Parágrafo Quarto: As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas das Certidões Negativa de Débitos para com o Sistema de Seguridade Social–INSS e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviços – FGTS e com o Tribunal Superior do Trabalho – TST;

Parágrafo Quinto: O pagamento será efetuado pela Prefeitura no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, conforme indicado no Parágrafo Quarto**,** mediante ordem bancária, emitida através do Banco do Brasil, creditada em conta corrente da Contratada;

Parágrafo Sexto: A Prefeitura Municipal não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de *factoring;*

Parágrafo Sétimo: As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada;

Parágrafo Oitavo: Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

Parágrafo Nono: A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES

A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, quais sejam:

I. Por atraso injustificado no início da entrega dos materiais;

a) Atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento), do valor adjudicado;

b) Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinquenta centésimos por cento), do valor adjudicado, sobre o total dos dias em atraso, sem prejuízo das demais cominações legais; e

c) No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) do valor adjudicado, acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso;

II. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste instrumento, a Prefeitura Municipal poderá garantida a prévia defesa, aplicar também, as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados ao Município de Santo Antônio do Leste;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com o Município de Santo Antônio do Leste, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores do Município de Santo Antônio do Leste;

Parágrafo Primeiro: As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente;

Parágrafo Segundo: As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar ao Município de Santo Antônio do Leste;

Parágrafo Terceiro: As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;

Parágrafo Quarto: Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

a) Desclassificação ou inabilitação caso o procedimento se encontre em fase de julgamento;

b) Cancelamento do contrato se esta já estiver assinado, procedendo-se a paralisação do fornecimento;

Parágrafo Quinto: Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 26 do edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Parágrafo Primeiro: As despesas oriundas da presente aquisição correrão por conta de recursos próprios específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste nas dotações orçamentárias relacionadas abaixo:

Unidade	02	Gabinete do Prefeito
Funcional programática	4.122.5002.2005	Manutenção do Gabinete do Prefeito
Ficha	23	
Despesa/fonte	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídica

Unidade	05	Secretaria Municipal de Saúde
Funcional programática	10.122.5016.2159	Manutenção dos Encargos da Sec. De Saúde
Ficha	126	
Despesa/fonte	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídica

Unidade	06	Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Funcional programática	12.122.5007.2036	Manutenção das Atividades da Sec. Mun. De Educação e Cultura
Ficha	331	
Despesa/fonte	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídica

Unidade	07	Secretaria Municipal de Assistência Social
Funcional programática	08.244.5009.2057	Manutenção do Fundo. Ass. Social
Ficha	484	
Despesa/fonte	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídica

Unidade	09	Secretaria Mun. Viação, Obras e Serviços Públicos
Funcional programática	15.452.5011.2062	Manutenção da Sec. Mun. De Viação e Obras
Ficha	545	
Despesa/fonte	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídica

Unidade	10	Secretaria Agricultura, Turismo e Meio Ambiente
Funcional programática	20.601.5012.2068	Manutenção da Sec. Agric. Tur. Meio Ambiente
Ficha	632	
Despesa/fonte	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídica

Unidade	04	Secretaria Municipal de Economia E Finanças
Funcional programática	4.123.5005.2020	Manutenção das Atividades da Secretaria
Ficha	101	
Despesa/fonte	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídica

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

13.1. Durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecimento dos materiais será acompanhado e fiscalizado pela Servidora efetiva Ita Roberta Soares, nomeada fiscal de contratos pela portaria nº 188/2019 de 02/04/2019, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato grosso – ANO XIV – nº 3.198.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: CONDIÇÕES GERAIS

14.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL;

14.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93;

14.3. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver)*.

Santo Antônio do Leste - MT, 16 de agosto de 2019.

_____

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

_____

AUTOMOTIVA PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA

CONTRATADA

CONTRATO Nº 090/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2019 – SRP

CONTRATO Nº 090/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2019 – SRP

PROCESSO N° 068/2019

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, **O MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE - MT**, com sede à Av. Goiás, nº 367, Jardim Santa Inês, nesta Cidade, inscrita CNPJ/MF nº 04.217. 362/0001-90, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº 1.427.577 SSP/PR e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 326.034.369.53, doravante denominado, **CONTRATANTE**, e, a empresa **DAVIANE RIBEIRO DOS SANTOS MEI – CNPJ: 24.057.926/0001-81,**Rua Primavera, nº191, bairro: Centro – Santo Antônio do Leste/MT – CEP: 78628-000, que também subscreve, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

I – DA AUTORIZAÇÃO E LICITAÇÃO: O presente Contrato é celebrado em decorrência da autorização do Sr. Prefeito Municipal, exarada em despacho constante do Processo Administrativo n° 068/2019, gerado pelo Edital Pregão Presencial n° **008/2019**, que faz parte integrante e complementar deste Contrato, como se nele estivessem transcritos o Edital, seus Anexos a proposta comercial das empresas e relatório do sistema em anexo;

II – FUNDAMENTO LEGAL: O presente Contrato é regido pelas cláusulas e condições nele contidas, pela Lei Federal n° 8.666/93 e suas alterações, Lei Federal n° 10.520/02 e Lei n° 123/2006, e demais normas legais pertinentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Contratação de empresa para fornecimento de refeições do tipo "Self Service" e ou "Marmitex", visando atender as necessidades das secretarias que compõem a prefeitura de Santo Antônio do Leste, conforme descrição e valores constantes na Cláusula Quarta deste Instrumento, especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo conforme especificações técnicas constantes no Termo de Referência e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA LICITAÇÃO

Parágrafo Primeiro: Foi elaborado pela secretaria solicitante *desta* Prefeitura Municipal o Termo de Referência, constante do Processo nº 068/2019, o qual serviu de base para todo o procedimento licitatório;

Parágrafo Segundo: Para realizar a contratação do objeto deste contrato foi realizado procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 008/2019, com fundamento nas Leis nº 10.520/02, nº 8.666/93 e alterações posteriores e Decreto Estadual nº 7.217/2006, no que couber, conforme autorização da Autoridade Competente do Executivo Municipal, disposta no Processo nº 068/2019.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA FORMA DE EXECUÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com cláusulas constantes neste instrumento e em estrita observância ao Edital de Licitação Pregão Presencial nº 008/2019 - SRP e seus anexos; especificações do **Termo de Referência**, bem como na proposta em anexo da Contratada; e as normas das Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

Parágrafo Primeiro: A empresa detentora do registro deverá realizar a prestação dos serviços para atender as necessidades da(s) Secretaria(s) Municipal(ais), conforme especificado no Termo de Referência;

Parágrafo Segundo: O objeto deste instrumento deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação Pregão Presencial nº 008/2019 e seus anexos;

Parágrafo Terceiro: Se a qualidade não corresponder às necessidades da Administração e dentro das exigências do edital correspondente, os mesmos deverão ser recolhidos pela detentora imediatamente. À Prefeitura reserva-se o direito de enviar o objeto rejeitado à adjudicatária, com frete a pagar quando for o caso, procedendo-se o cancelamento da Autorização de Fornecimento e cancelamento unilateral do Contrato sem prejuízo das sanções legais cabíveis e demais legislações correlatas;

Parágrafo Quarto: O fornecimento/serviço do objeto será parcelado, conforme necessidades da CONTRATANTE, mediante emissão de Autorização de Fornecimento e/ou Ordem de Empenho, devendo os serviços ser prestados conforme o Termo de Referência;

Parágrafo Quinto: A CONTRATANTE se reserva no direito de rejeitar, no todo ou em parte, as entregas cujos materiais/serviços venham a apresentar vícios, ou ainda, que não atendam as especificações constantes do Edital ou da proposta comercial, cabendo à CONTRATADA sua substituição no prazo máximo de 30 (trinta) minutos, sob pena de multa por atraso e/ou suspensão do contrato, sem prejuízo a outras penalidades;

Parágrafo Sexto: A CONTRATADA não fica exonerada de suas responsabilidades por possíveis vícios observados nos materiais após o seu recebimento;

Parágrafo Sétimo: A fiscalização da execução do presente contrato ficará a cargo da secretaria participante que designará Fiscal de Contrato, formalmente delegado para tal função conforme Art. 67 da Lei nº 8.666/93, cabendo aos usuários a ratificação da qualidade dos serviços prestados.

CLÁUSULA QUARTA: DO PREÇOS

Parágrafo Segundo: Dá-se ao presente contrato o valor de R$ 143. 789,00 (cento e quarenta e três mil setecentos e oitenta e nove reais).

CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São Obrigações da Contratada:

a) Executar os serviços do objeto deste certame nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no Termo de Referência;

b) Encaminhar a Nota Fiscal dos materiais/serviços entregues/realizados para posterior encaminhamento à Secretaria Municipal da PREFEITURA a fim de efetivação do pagamento devido;

c) Apresentar, junto com a Nota Fiscal, os documentos que comprovem a regularidade com a Seguridade Social (CND), o FGTS (CRF) e quitação de tributos e contribuições municipais;

d) Prestar esclarecimentos que forem solicitados pela PREFEITURA, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

e) Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no

desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências da PREFEITURA; e;

f) Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto a ser contratado, sem a devida anuência da PREFEITURA;

g) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

h) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

i) Para aquelas empresas que utilizarem dos critérios de desempate previstos no item 4. deste edital, tais condições deverão ser mantidas durante toda a vigência da contratação;

j) A(s) CONTRATADA(s) compromete(m)-se-á dar total garantia quanto à qualidade dos produtos e serviços fornecidos, bem como efetuar a substituição imediata, e totalmente às suas expensas de qualquer produto entregue comprovadamente adulterado ou inutilizável, portanto, fora das especificações técnicas e padrões de qualidade;

k) Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da presente relação contratual, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela CONTRATANTE;

l) Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação desta licitação;

m)Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

n) Providenciar para que seus empregados cumpram as normas internas relativas à segurança do CONTRATANTE;

o) Manter um supervisor responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante ou preposto, para tratar com o FISCAL DE CONTRATO, dos assuntos relacionados com a execução do Contrato;

p) Substituir o objeto que estiver fora das especificações contidas no presente Termo de Referência ou que apresentar defeito ou imperfeição, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;

q) Comunicar ao FISCAL DE CONTRATO qualquer irregularidade relacionada com a execução dos serviços;

r) Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer ao Município ou a terceiros, decorrentes da própria execução dos serviços;

s) Responsabilizar-se pelo transporte dos produtos de seu estabelecimento até o local determinado pela CONTRATANTE, e também pelo ônus decorrente de despesas com transporte, extravios e danos acidentais no trajeto. O entregador, bem como o ajudante, deverá estar devidamente identificado.

t) Responsabilizar-se pelos custos de entrega do objeto.

u) O licitante vencedor se responsabilizará pela qualidade, quantidade e segurança dos produtos ofertados, não podendo apresentar deficiências técnicas, conforme as exigências deste Termo e da licitação, reservando à Prefeitura o direito de recusá-lo caso não satisfaça aos padrões especificados.

v) **Arcar com todos os ônus necessários à completa execução dos serviços**.

w) Cumprir os prazos de entrega, sob pena de aplicação de sanções administrativas;

x) Responsabilizar-se pela entrega/realização do bem/serviço, utilizando material próprio, atendendo os requisitos e observando as normas constantes deste instrumento e seus anexos;

CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1 Uma vez firmada a contratação, a PREFEITURA se obriga a:

a) Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

b) Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados;

c) Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento;

d) Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento, fixando prazo para sua correção;

e) Acompanhar o fornecimento, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os serviços executados fora das especificações deste Edital.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

O Contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 57, inciso IV, da Lei nº 8.666/93;

Parágrafo Primeiro: O prazo para assinatura do Contrato será de **05 (cinco)** dias, contados da convocação formal da adjudicatária;

Parágrafo Segundo: O Contrato deverá ser assinado pelo representante legal da adjudicatária, mediante apresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura e cédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório, e uma vez atendidas as exigências do subitem anterior;

Parágrafo Terceiro: A critério da administração, o prazo para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal da adjudicatária e aceito pela Secretaria requisitante;

Parágrafo Quarto: Constituem motivos para o cancelamento do Contrato as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações, bem como as previstas no item 25 do Edital do Pregão Presencial nº 142/2019;

Parágrafo Quinto: A critério da Prefeitura Municipal, o contrato poderá ser substituído por outros instrumentos hábeis, tais como ordem de fornecimento, nota de empenho, autorização de compra, dentre outros, nos termos do artigo 62 da Lei nº 8.666/93;

Parágrafo Sexto: Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Contrato, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura ou aceite, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais;

Parágrafo Sétimo: Constituem motivos para o cancelamento do Contrato as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA OITAVA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a efetiva entrega dos produtos, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo Setor de Material e Patrimônio;

Parágrafo Primeiro: A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição dos itens entregues, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento;

Parágrafo Segundo: Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao Detentor da Ata, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas;

Parágrafo Terceiro: Nenhum pagamento isentará a Contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos materiais entregues;

Parágrafo Quarto: As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas das Certidões Negativa de Débitos para com o Sistema de Seguridade Social–INSS e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviços – FGTS e com o Tribunal Superior do Trabalho – TST;

Parágrafo Quinto: O pagamento será efetuado pela Prefeitura no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, conforme indicado no Parágrafo Quarto**,** mediante ordem bancária, emitida através do Banco do Brasil, creditada em conta corrente da Contratada;

Parágrafo Sexto: A Prefeitura Municipal não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de *factoring;*

Parágrafo Sétimo: As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada;

Parágrafo Oitavo: Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

Parágrafo Nono: A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;

CLÁUSULA NONA: DOS REAJUSTES DE PREÇOS

A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, conforme previsto no artigo 65, da Lei nº 8.666/93;

Parágrafo Primeiro: O valor que propôs o licitante vencedor será fixo e irreajustável, ressalvado o disposto na alínea 'd' do inciso II do artigo 65 da Lei nº. 8666/93;

Parágrafo Segundo: Os preços praticados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência do presente Contrato, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado;

Parágrafo Terceiro: Os reajustes permitidos pelo artigo 65, da Lei nº 8. 666/93, serão concedidos após decorrido 12 (doze) meses da vigência do contrato, por provocação do contratado, que deverá comprovar através de percentuais do INPC/FGV, o reajuste pleiteado, que passarão por análise contábil de servidores designados pelo Município de Santo Antônio do Leste;

Parágrafo Quarto: Os preços praticados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época da contratação;

Parágrafo Quinto: Caso o preço praticado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará ao Contratado, mediante correspondência, redução do preço praticado, de forma a adequá-lo ao preço usual no mercado;

Parágrafo Sexto: Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA RESCISÃO CONTRATUAL.

O presente instrumento poderá ser rescindido de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o contratado não cumprir as obrigações constantes do Edital de Licitação e neste Contrato;

b) Quando o contratado der causa a rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial deste Contrato;

d) Os preços praticados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas;

Parágrafo Primeiro: Ocorrendo a rescisão contratual, o contratado será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo;

Parágrafo Segundo: No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do contratado, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se rescindido o contrato a partir da última publicação;

Parágrafo Terceiro: A solicitação do contratado para rescisão contratual poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste instrumento;

Parágrafo Quarto: Havendo a rescisão contratual, cessarão todas as atividades do contratado, relativas ao fornecimento dos materiais e prestação de serviços;

Parágrafo Quinto: Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de rescindir o contrato ao seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o contratado cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES

11.1. Em razão de irregularidades no cumprimento das obrigações, a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, poderá aplicar as seguintes sanções administrativas:

a) ADVERTÊNCIA – sempre que forem observadas irregularidades de pequena causa para os quais tenha concorrido;

b) MULTA POR ATRASO – a empresa contratada ficará sujeita a multa diária de 1% (um por cento) sobre o valor total da contratação, até o máximo de 20% (vinte por cento) pelo atraso injustificado na execução de qualquer obrigação contratual ou legal, podendo esse valor ser abatido no pagamento a que fizer jus a contratada, ou ainda, recolhido no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, após comunicação formal. Não havendo o recolhimento no prazo estabelecido o valor da multa será cobrado judicialmente;

c) SUSPENSÃO – suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

d) DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE - para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.2. Poderá a Administração considerar inexecução total ou parcial do contrato, para imposição da penalidade pertinente, o atraso superior a 15 (quinze) dias corridos do indicado para o início ou entrega na ata de registro de preços.

11.3. A sanção prevista na alínea "c", do subitem 11.1, poderá ser imposta cumulativamente com as demais.

11.4. A Administração, para imposição das sanções, analisará as circunstâncias do caso e as justificativas apresentadas pela contratada, sendo-lhe assegurada a ampla defesa e o contraditório.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Parágrafo Primeiro: As despesas oriundas da presente aquisição correrão por conta de recursos próprios específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste nas dotações orçamentárias relacionadas abaixo:

Unidade	09	Secretaria Municipal de Obras
Funcional programática	15.452.5011.2062	Manutenção Sec. De Obras
Ficha	543	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de consumo

Unidade	05	Secretaria Municipal de Saúde
Funcional programática	10.306.5016. 2112	Aquisição de Gêneros Alimentícios
Ficha	320	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

Unidade	06	Secretaria Municipal de Educação
Funcional programática	12.306.5007. 2113	Aquisição de Gêneros Alimentícios
Ficha	333	
Despesa/fonte	4.4.90.52	Material de Consumo

Unidade	03	Secretaria Municipal de Administração
Funcional programática	04.122.5004. 2012	Material das Atividades da Secretaria
Ficha	58	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo OU apostilamento ao presente contrato;

b) A CONTRATADA obriga-se a se manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, bem como as normas previstas na Lei 8.666/93 e legislação complementar;

c) Vinculam-se a este contrato, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Presencial nº 008/2019**,** seus anexos e a proposta da contratada;

d) É vedado caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do MUNICÍPIO.

e) A fiscalização do presente Contrato será exercida por servidor designado para atuar como representante da CONTRATANTE, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso de sua execução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

14.1. Durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecimento dos materiais será acompanhado e fiscalizado pela Servidora efetiva Ita Roberta Soares, nomeada fiscal de contratos pela portaria nº 188/2019 de 02/04/2019, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato grosso – ANO XIV – nº 3.198.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA PUBLICAÇÃO

15.1. Para eficácia do presente instrumento, o Município de Santo Antônio do Leste providenciará a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município, conforme Lei nº 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO FORO

16.1. As partes contratantes elegem o foro de Primavera do Leste - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja;

16.2. E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal.

Santo Antônio do Leste, 16 de Agosto de 2019.

_____

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

_____

DAVIANE RIBEIRO DOS SANTOS MEI

CONTRATADO

Testemunhas:

_____ _____

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 038/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2019 - SRP

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 038/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2019 - SRP

PROCESSO Nº 087/2019

VALIDADE 12 (DOZE) MESES

O MUNICIPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE/MT, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Av. Goiás, nº 367, Jardim Santa Inês CEP:78628-000, devidamente inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº. 04.217.362/0001-90, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo seu Prefeito Sr. MIGUEL JOSE BRUNETTA, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG n°: 1.427.577 SSP/PR, e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda-CPF sob o nº. 326.034.369-53, residente e domiciliado neste município, que doravante denominado, simplesmente de CONTRATANTE, e do outro lado a empresa JEAN MATEUS DIAS – ME – CNPJ: 17.726.898/0001-82, com sede na Rua Primavera, Nº 1420, bairro: jardim bem viver – Santo Antônio do Leste - MT, CEP: 78628-000., doravante denominado CONTRATADA, nos termos do processo licitatório realizado na modalidade de Pregão Presencial nº 011/2019, contratam na melhor forma de direito conforme cláusulas abaixo:

As Partes têm justo e acertado o presente contrato, que tem por finalidade estabelecer os direitos e obrigações das partes, tudo de acordo com a Lei n. º 8.666/93 de 21/06/1993 e suas posteriores alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. Registro de Preços para futura e eventual **contratação de empresa especializada na prestação de serviços de serralheria, incluindo fornecimento de material, visando atender as necessidades das secretarias municipais,** não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades

estimadas, podendo ocorrer licitação específica para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições;

1.2. As especificações detalhadas e demais condições estão contidas no **Termo de Referência** anexa ao edital do Pregão Presencial nº 011/2019, parte integrante desta ARP, elaborado pela(s) secretaria(s) municipal(ais) desta Prefeitura.

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇO	UNID	QTDE	V.UNITARIO	V.TOTAL
1	Serviço de Solda em Geral	Horas	1200	R$ 128,00	R$ 153.600,00
2	Serviço de Solda e Confecção de Grades e Portões Diversos	Horas	470	R$ 129,25	R$ 60.747,50
3	Cópia de Chave	Unidade	300	R$ 9,77	R$ 2.931,00
4	Serviço de Solda e Manutenção em Estruturas Metálicas	Horas	500	R$ 129,25	R$ 64.625,00
5	Serviços de Manutenção e Configuração de Controles de Portões Eletrônicos	Horas	300	R$ 129,25	38.775,00
6	Serviços de Manutenção e Instalação de Motores Elétricos em Portões	Horas	300	R$ 129,25	R$ 38.775,00
7	Serviço de Pintura em Grades, Portões e Diversos Equipamentos e Móveis	Horas	300	R$ 129,25	R$ 38.775,00
8	Serviço de Chaveiro (Não Incluso Cópia)	Horas	300	56,30	R$ 16.890,00
9	Instalação de Calhas e rufos	Horas	500	R$ 104,91	R$ 52.455,00

O valor estimado da presenta ata é de **R$ 467.576,50 (quatrocentos e sessenta e sete mil, quinhentos e setenta e seis reais e cinquenta centavos).**

CLÁUSULA TERCEIRA: DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A Ata de Registro de Preço terá sua vigência por

12 (doze) meses, tendo validade e eficácia legal **após a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município;**

3.2. O prazo para assinatura da Ata de Registro de Preço será de **05 (cinco)** dias, contados da convocação formal da adjudicatária, ocasião em que deverão estar atualizadas a certidão de inexistência de débitos para com o Sistema de Seguridade Social – CND e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviços – FGTS;

3.3. A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada pelo representante legal da adjudicatária, mediante apresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura e cédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório, e uma vez atendidas às exigências do subitem anterior;

3.4. A critério da administração, o prazo para assinatura da Ata poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal da adjudicatária e aceito por esta Prefeitura;

3.5. Constituem motivos para o cancelamento da Ata de Registro de Preços as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, bem como as previsas no item 19 deste Edital;

3.6. A adjudicatária deverá, no prazo de até **24 (vinte e quatro)** horas *contadas da data da convocação*, comparecer ao Setor Competente para retirar a Ordem de Serviço e/ou a nota de empenho;

3.7. Quando a Adjudicatária, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar a situação regular de que trata o edital ou se recusar a retirar a Autorização de Fornecimento e /ou Ordem de Serviço, sem justificativa comprovada e aceita, será adotado o procedimento descrito no Art. 4º, inciso XXIII, da Lei 10.520/02, sem prejuízo das cominações legais previstas neste Edital.

CLÁUSULA QUARTA: DOS USUARIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitadas no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei Federal nº 8.666/93, no art. 86 do Decreto Estadual nº 7.217/2010 e Decreto nº 7.892, de 2013,relativo à utilização do Sistema de Registro de Preços;

4.2. Caberá ao(s) Detentor da Ata (es) beneficiário(s) da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que não seja prejudicial às obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;

4.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

4.4. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem;

4.5. O órgão gerenciador somente poderá autorizar adesão à ata após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante da ata, exceto quando, justificadamente, não houver previsão no edital para aquisição ou contratação pelo órgão gerenciador;

4.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata;

4.7. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades de correntes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador;

4.8. A Prefeitura Municipal será responsável pelos atos de controle e administração das Atas de Registro de Preços decorrentes desta licitação;

CLÁUSULA QUINTA: DOS ACRÉSCIMOS

5.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela *ata de registro de preços*, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

5.2. Em caso de celebração de *contratos*, a licitante estará obrigada a fornecer quantitativos superiores àqueles registrados, em função do direito de acréscimo de até 25% (vinte e cinco por cento) de que trata o§ 1º do art. 65, da Lei nº 8.666/93, observado o disposto no art. 120 do Decreto Estadual nº 7.217/2006.

CLÁUSULA SEXTA: DO CONTROLE DE PREÇOS

6.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos, podendo este órgão adotar as mesmas medidas prescritas no artigo 92, caput e seus parágrafos do Decreto Estadual nº 7.271/2010;

6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

6.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado;

6.3.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade;

6.3.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original;

6.4. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.4.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido;

6.4.2. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

6.4.3. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;

6.5. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Prefeitura Municipal, o proponente registrado será convocado, para a devida alteração do valor registrado em Ata, o qual será publicado no Diário Oficial dos Municípios;

6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA SETIMA: REVISÃO E CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O proponente terá o seu registro de preços cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, a pedido, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais previstas, caso as razões do pedido não sejam saneadas, após protocolado em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da constatação das hipóteses a seguir explicitadas:

7.1.1. Comprovar, por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivos à época da elaboração da proposta e do pedido de desoneração do compromisso, estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro que torne seu preço inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo das aquisições/contratações;

7.1.2. Ocorrer fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução contratual decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado;

7.2. Por iniciativa da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, o registro será cancelado:

7.2.1. Quando o proponente:

7.2.1.1. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

7.2.1.2. Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

7.2.1.3. Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

7.2.1.4. Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, a Ordem de Fornecimento decorrente da Ata de Registro de Preços;

7.2.1.5. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002;

7.3. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

7.4. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

7.4.1. Por razão de interesse público; ou

7.4.2. A pedido do fornecedor.

CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São Obrigações da Contratada:

a) Executar os serviços do objeto deste certame nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no Termo de Referência;

b) Encaminhar a Nota Fiscal dos materiais/serviços entregues para posterior encaminhamento à Secretaria Municipal da PREFEITURA a fim de efetivação do pagamento devido;

c) Apresentar, junto com a Nota Fiscal, os documentos que comprovem a regularidade com a Seguridade Social (CND), o FGTS (CRF) e quitação de tributos e contribuições municipais;

d) Prestar esclarecimentos que forem solicitados pela PREFEITURA, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

e) Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências da PREFEITURA; e;

f) Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto a ser contratado, sem a devida anuência da PREFEITURA;

g) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

h) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

i) Para aquelas empresas que utilizarem dos critérios de desempate previstos no item 4. deste edital, tais condições deverão ser mantidas durante toda a vigência da contratação;

j) A(s) CONTRATADA(s) compromete(m)-se-á dar total garantia quanto à qualidade dos produtos e serviços fornecidos, bem como efetuar a substituição imediata, e totalmente às suas expensas de qualquer produto entregue comprovadamente adulterado ou inutilizável, portanto, fora das especificações técnicas e padrões de qualidade;

k) Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da presente relação contratual, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela CONTRATANTE;

l) Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação desta licitação;

m)Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

n) Providenciar para que seus empregados cumpram as normas internas relativas à segurança do CONTRATANTE;

o) Manter um supervisor responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante ou preposto, para tratar com o FISCAL DE CONTRATO, dos assuntos relacionados com a execução do Contrato;

p) Substituir/corrigir o serviço que estiver fora das especificações contidas no presente Termo de Referência ou que apresentar defeito ou imperfeição, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;

q) Comunicar ao FISCAL DE CONTRATO qualquer irregularidade relacionada com a execução dos serviços;

r) Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer ao Município ou a terceiros, decorrentes da própria execução dos serviços;

s) Responsabilizar-se pelos custos de realização dos serviços.

t) O licitante vencedor se responsabilizará pela qualidade, quantidade e segurança dos serviços ofertados, não podendo apresentar deficiências técnicas, conforme as exigências deste Termo e da licitação, reservando à Prefeitura o direito de recusá-lo caso não satisfaça aos padrões especificados.

u) Arcar com todos os ônus necessários à completa execução dos serviços.

v) Cumprir os prazos de entrega, sob pena de aplicação de sanções administrativas;

w) O prazo máximo para a entrega/realização dos produtos/serviços será de **10 (dez) dias corridos** contados a partir do primeiro dia do recebimento da Ordem de Serviço ou nota de empenho;

x)

CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1 Uma vez firmada a contratação, a PREFEITURA se obriga a:

a) Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

b) Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados;

c) Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento;

d) Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento, fixando prazo para sua correção;

e) Acompanhar o fornecimento, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os serviços executados fora das especificações deste Edital.

CLÁUSULA DECIMA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a efetiva entrega dos produtos, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo Setor de Material e Patrimônio;

Parágrafo Primeiro: A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição dos itens entregues, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento;

Parágrafo Segundo: Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao Detentor da Ata, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas;

Parágrafo Terceiro: Nenhum pagamento isentará a Contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos materiais entregues;

Parágrafo Quarto: As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas das Certidões Negativa de Débitos para com o Sistema de Seguridade Social–INSS e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviços – FGTS e com o Tribunal Superior do Trabalho – TST;

Parágrafo Quinto: O pagamento será efetuado pela Prefeitura no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, conforme indicado no Parágrafo Quarto**,** mediante ordem bancária, emitida através do Banco do Brasil, creditada em conta corrente da Contratada;

Parágrafo Sexto: A Prefeitura Municipal não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de *factoring;*

Parágrafo Sétimo: As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada;

Parágrafo Oitavo: Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

Parágrafo Nono: A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES

A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, quais sejam:

I. Por atraso injustificado no início da entrega dos materiais;

a) Atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento), do valor adjudicado;

b) Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinquenta centésimos por cento), do valor adjudicado, sobre o total dos dias em atraso, sem prejuízo das demais cominações legais; e

c) No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) do valor adjudicado, acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso;

II. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste instrumento, a Prefeitura Municipal poderá garantida a prévia defesa, aplicar também, as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados ao Município de Santo Antônio do Leste;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com o Município de Santo Antônio do Leste, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores do Município de Santo Antônio do Leste;

Parágrafo Primeiro: As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente;

Parágrafo Segundo: As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar ao Município de Santo Antônio do Leste;

Parágrafo Terceiro: As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;

Parágrafo Quarto: Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

a) Desclassificação ou inabilitação caso o procedimento se encontre em fase de julgamento;

b) Cancelamento do contrato se esta já estiver assinado, procedendo-se a paralisação do fornecimento;

Parágrafo Quinto: Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 26 do edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Parágrafo Primeiro: As despesas oriundas da presente aquisição correrão por conta de recursos próprios específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste nas dotações orçamentárias relacionadas abaixo:

Unidade	03	Secretaria Mun. de Administração e Planejamento
Funcional programática	04.122.5004.2012	Manutenção das atividades da secretaria
Ficha	62	
Despesa/fonte	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídica

Unidade	05	Secretaria Municipal de Saúde

Funcional programática	10.122.5016.2159	Manutenção dos Encargos da Sec. De Saúde
Ficha	126	
Despesa/fonte	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídica

Unidade	06	Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Funcional programática	12.122.5007.2036	Manutenção das Atividades da Sec. Mun. De Educação e Cultura
Ficha	331	
Despesa/fonte	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídica

Unidade	07	Secretaria Municipal de Assistência Social
Funcional programática	08.244.5009.2056	Manutenção das atividades da secretaria
Ficha	466	
Despesa/fonte	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídica

Unidade	09	Secretaria Mun. Viação, Obras e Serviços Públicos
Funcional programática	15.452.5011.2062	Manutenção da Sec. Mun. De Viação e Obras
Ficha	545	
Despesa/fonte	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídica

Unidade	11	Secretaria Mun. de Desporto e Lazer
Funcional programática	27.812.5013.2072	Manutenção das atividades da secretaria
Ficha	667	
Despesa/fonte	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídica

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

13.1. Durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecimento dos materiais será acompanhado e fiscalizado pela Servidora efetiva Ita Roberta Soares, nomeada fiscal de contratos pela portaria nº 188/2019 de 02/04/2019, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato grosso – ANO XIV – nº 3.198.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: CONDIÇÕES GERAIS

14.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL;

14.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93;

14.3. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).*

Santo Antônio do Leste - MT, 16 de agosto de 2019.

_____

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

_____

JEAN MATEUS DIAS – ME

CONTRATADA

CONTRATO Nº 092/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2019 – SRP

CONTRATO Nº 092/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2019 – SRP

PROCESSO N° 084/2019

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, **O MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE - MT**, com sede à Av. Goiás, nº 367, Jardim Santa Inês, nesta Cidade, inscrita CNPJ/MF nº 04.217. 362/0001-90, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº 1.427.577 SSP/PR e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 326.034.369.53, doravante denominado, **CONTRATANTE**, e, a empresa **AUTOMOTIVA PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA, CNPJ:30.185.465/0001-25,** Av. Cascavel nº 600, quadra lote 11, bairro: Cidade Primavera IV, Primavera do Leste/MT- CEP: 78850-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

I – DA AUTORIZAÇÃO E LICITAÇÃO: O presente Contrato é celebrado em decorrência da autorização do Sr. Prefeito Municipal, exarada em despacho constante do Processo Administrativo n° 084/2019, gerado pelo Edital Pregão Presencial n° **010/2019**, que faz parte integrante e complementar deste Contrato, como se nele estivessem transcritos o Edital, seus Anexos a proposta comercial das empresas e relatório do sistema em anexo;

II – FUNDAMENTO LEGAL: O presente Contrato é regido pelas cláusulas e condições nele contidas, pela Lei Federal n° 8.666/93 e suas alterações, Lei Federal n° 10.520/02 e Lei n° 123/2006, e demais normas legais pertinentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Contratação de empresa **para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção em funilaria e pintura automotiva, com todos os materiais necessários para a execução dos serviços, para atender os veículos da frota da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, os quais estão distribuídos entre as Secretarias que os compõem.**, conforme descrição e valores constantes na Cláusula Quarta deste Instrumento, especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo conforme especificações técnicas constantes no Termo de Referência e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA LICITAÇÃO

Parágrafo Primeiro: Foi elaborado pela secretaria solicitante *desta* Prefeitura Municipal o Termo de Referência, constante do Processo nº 084/2019, o qual serviu de base para todo o procedimento licitatório;

Parágrafo Segundo: Para realizar a contratação do objeto deste contrato foi realizado procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 010/2019, com fundamento nas Leis nº 10.520/02, nº 8.666/93 e alterações posteriores e Decreto Estadual nº 7.217/2006, no que couber, conforme autorização da Autoridade Competente do Executivo Municipal, disposta no Processo nº 084/2019.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA FORMA DE EXECUÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com cláusulas constantes neste instrumento e em estrita observância ao Edital de Licitação Pregão Presencial nº 010/2019 - SRP e seus anexos; especificações do **Termo de Referência**, bem como na proposta em anexo da Contratada; e as normas das Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

Parágrafo Primeiro: A empresa detentora do registro deverá realizar a prestação dos serviços para atender as necessidades da(s) Secretaria(s) Municipal(ais), conforme especificado no Termo de Referência;

Parágrafo Segundo: O objeto deste instrumento deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação Pregão Presencial nº 010/2019 e seus anexos;

Parágrafo Terceiro: Se a qualidade não corresponder às necessidades da Administração e dentro das exigências do edital correspondente, os mesmos deverão ser recolhidos pela detentora imediatamente. À Prefeitura reserva-se o direito de enviar o objeto rejeitado à adjudicatária, com frete a pagar quando for o caso, procedendo-se o cancelamento da Autorização de Fornecimento e cancelamento unilateral do Contrato sem prejuízo das sanções legais cabíveis e demais legislações correlatas;

Parágrafo Quarto: O fornecimento/serviço do objeto será parcelado, conforme necessidades da CONTRATANTE, mediante emissão de Autorização de Fornecimento e/ou Ordem de Empenho, devendo os serviços ser prestados conforme o Termo de Referência;

Parágrafo Quinto: A CONTRATANTE se reserva no direito de rejeitar, no todo ou em parte, as entregas cujos materiais/serviços venham a apresentar vícios, ou ainda, que não atendam as especificações constantes do Edital ou da proposta comercial, cabendo à CONTRATADA sua substituição/correção no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de multa por atraso e/ou suspensão do contrato, sem prejuízo a outras penalidades;

Parágrafo Sexto: A CONTRATADA não fica exonerada de suas responsabilidades por possíveis vícios observados nos materiais após o seu recebimento;

Parágrafo Sétimo: A fiscalização da execução do presente contrato ficará a cargo da secretaria participante que designará Fiscal de Contrato, formalmente delegado para tal função conforme Art. 67 da Lei nº 8.666/93, cabendo aos usuários a ratificação da qualidade dos serviços prestados.

CLÁUSULA QUARTA: DO PREÇOS

Parágrafo Segundo: Dá-se ao presente contrato o valor de R$ 311.000,00 (trezentos e onze mil reais).

CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São Obrigações da Contratada:

a) Executar os serviços do objeto deste certame nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no Termo de Referência;

b) Encaminhar a Nota Fiscal dos materiais/serviços entregues para posterior encaminhamento à Secretaria Municipal da PREFEITURA a fim de efetivação do pagamento devido;

c) Apresentar, junto com a Nota Fiscal, os documentos que comprovem a regularidade com a Seguridade Social (CND), o FGTS (CRF) e quitação de tributos e contribuições municipais;

d) Prestar esclarecimentos que forem solicitados pela PREFEITURA, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

e) Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências da PREFEITURA; e;

f) Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto a ser contratado, sem a devida anuência da PREFEITURA;

g) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

h) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

i) Para aquelas empresas que utilizarem dos critérios de desempate previstos no item 4. deste edital, tais condições deverão ser mantidas durante toda a vigência da contratação;

j) A(s) CONTRATADA(s) compromete(m)-se-á dar total garantia quanto à qualidade dos produtos e serviços fornecidos, bem como efetuar a substituição imediata, e totalmente às suas expensas de qualquer produto entregue comprovadamente adulterado ou inutilizável, portanto, fora das especificações técnicas e padrões de qualidade;

k) Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da presente relação contratual, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela CONTRATANTE;

l) Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação desta licitação;

m)Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

n) Providenciar para que seus empregados cumpram as normas internas relativas à segurança do CONTRATANTE;

o) Manter um supervisor responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante ou preposto, para tratar com o FISCAL DE CONTRATO, dos assuntos relacionados com a execução do Contrato;

p) Substituir/corrigir o serviço que estiver fora das especificações contidas no presente Termo de Referência ou que apresentar defeito ou imperfeição, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;

q) Comunicar ao FISCAL DE CONTRATO qualquer irregularidade relacionada com a execução dos serviços;

r) Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer ao Município ou a terceiros, decorrentes da própria execução dos serviços;

s) Responsabilizar-se pelos custos de realização dos serviços.

t) O licitante vencedor se responsabilizará pela qualidade, quantidade e segurança dos serviços ofertados, não podendo apresentar deficiências técnicas, conforme as exigências deste Termo e da licitação, reservando à Prefeitura o direito de recusá-lo caso não satisfaça aos padrões especificados.

u) Arcar com todos os ônus necessários à completa execução dos serviços.

v) Cumprir os prazos de entrega, sob pena de aplicação de sanções administrativas;

w) O prazo máximo para a entrega/realização dos produtos/serviços será de **15 (quinze) dias corridos** contados a partir do primeiro dia do recebimento da Ordem de Serviço ou nota de empenho;

CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1 Uma vez firmada a contratação, a PREFEITURA se obriga a:

a) Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

b) Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados;

c) Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento;

d) Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento, fixando prazo para sua correção;

e) Acompanhar o fornecimento, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os serviços executados fora das especificações deste Edital.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

O Contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 57, inciso IV, da Lei nº 8.666/93;

Parágrafo Primeiro: O prazo para assinatura do Contrato será de **05 (cinco)** dias, contados da convocação formal da adjudicatária;

Parágrafo Segundo: O Contrato deverá ser assinado pelo representante legal da adjudicatária, mediante apresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura e cédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório, e uma vez atendidas as exigências do subitem anterior;

Parágrafo Terceiro: A critério da administração, o prazo para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal da adjudicatária e aceito pela Secretaria requisitante;

Parágrafo Quarto: Constituem motivos para o cancelamento do Contrato as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações, bem como as previstas no item 25 do Edital do Pregão Presencial nº 142/2019;

Parágrafo Quinto: A critério da Prefeitura Municipal, o contrato poderá ser substituído por outros instrumentos hábeis, tais como ordem de fornecimento, nota de empenho, autorização de compra, dentre outros, nos termos do artigo 62 da Lei nº 8.666/93;

Parágrafo Sexto: Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Contrato, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura ou aceite, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais;

Parágrafo Sétimo: Constituem motivos para o cancelamento do Contrato as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA OITAVA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a efetiva entrega dos produtos, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo Setor de Material e Patrimônio;

Parágrafo Primeiro: A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição dos itens entregues, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento;

Parágrafo Segundo: Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao Detentor da Ata, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas;

Parágrafo Terceiro: Nenhum pagamento isentará a Contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos materiais entregues;

Parágrafo Quarto: As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas das Certidões Negativa de Débitos para com o Sistema de Seguridade Social–INSS e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviços – FGTS e com o Tribunal Superior do Trabalho – TST;

Parágrafo Quinto: O pagamento será efetuado pela Prefeitura no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, conforme indicado no Parágrafo Quarto**,** mediante ordem bancária, emitida através do Banco do Brasil, creditada em conta corrente da Contratada;

Parágrafo Sexto: A Prefeitura Municipal não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de *factoring;*

Parágrafo Sétimo: As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada;

Parágrafo Oitavo: Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

Parágrafo Nono: A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;

CLÁUSULA NONA: DOS REAJUSTES DE PREÇOS

A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, conforme previsto no artigo 65, da Lei nº 8.666/93;

Parágrafo Primeiro: O valor que propôs o licitante vencedor será fixo e irreajustável, ressalvado o disposto na alínea 'd' do inciso II do artigo 65 da Lei nº. 8666/93;

Parágrafo Segundo: Os preços praticados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência do presente Contrato, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado;

Parágrafo Terceiro: Os reajustes permitidos pelo artigo 65, da Lei nº 8. 666/93, serão concedidos após decorrido 12 (doze) meses da vigência do contrato, por provocação do contratado, que deverá comprovar através de percentuais do INPC/FGV, o reajuste pleiteado, que passarão por análise contábil de servidores designados pelo Município de Santo Antônio do Leste;

Parágrafo Quarto: Os preços praticados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época da contratação;

Parágrafo Quinto: Caso o preço praticado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará ao Contratado, mediante correspondência, redução do preço praticado, de forma a adequá-lo ao preço usual no mercado;

Parágrafo Sexto: Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA RESCISÃO CONTRATUAL.

O presente instrumento poderá ser rescindido de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o contratado não cumprir as obrigações constantes do Edital de Licitação e neste Contrato;

b) Quando o contratado der causa a rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial deste Contrato;

d) Os preços praticados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas;

Parágrafo Primeiro: Ocorrendo a rescisão contratual, o contratado será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo;

Parágrafo Segundo: No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do contratado, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se rescindido o contrato a partir da última publicação;

Parágrafo Terceiro: A solicitação do contratado para rescisão contratual poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste instrumento;

Parágrafo Quarto: Havendo a rescisão contratual, cessarão todas as atividades do contratado, relativas ao fornecimento dos materiais e prestação de serviços;

Parágrafo Quinto: Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de rescindir o contrato ao seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o contratado cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES

A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, quais sejam:

I. Por atraso injustificado no início da entrega dos materiais;

a) Atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento), do valor adjudicado;

b) Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinquenta centésimos por cento), do valor adjudicado, sobre o total dos dias em atraso, sem prejuízo das demais cominações legais; e

c) No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) do valor adjudicado, acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso;

II. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste instrumento, a Prefeitura Municipal poderá garantida a prévia defesa, aplicar também, as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados ao Município de Santo Antônio do Leste;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com o Município de Santo Antônio do Leste, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores do Município de Santo Antônio do Leste;

Parágrafo Primeiro: As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente;

Parágrafo Segundo: As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar ao Município de Santo Antônio do Leste;

Parágrafo Terceiro: As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;

Parágrafo Quarto: Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

a) Desclassificação ou inabilitação caso o procedimento se encontre em fase de julgamento;

b) Cancelamento do contrato se esta já estiver assinado, procedendo-se a paralisação do fornecimento;

Parágrafo Quinto: Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 26 do edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Parágrafo Primeiro: As despesas oriundas da presente aquisição correrão por conta de recursos próprios específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste nas dotações orçamentárias relacionadas abaixo:

Unidade	02	Gabinete do Prefeito
Funcional programática	4.122.5002.2005	Manutenção do Gabinete do Prefeito
Ficha	23	
Despesa/fonte	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídica

Unidade	05	Secretaria Municipal de Saúde
Funcional programática	10.122.5016.2159	Manutenção dos Encargos da Sec. De Saúde
Ficha	126	
Despesa/fonte	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídica

Unidade	06	Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Funcional programática	12.122.5007.2036	Manutenção das Atividades da Sec. Mun. De Educação e Cultura
Ficha	331	
Despesa/fonte	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídica

Unidade	07	Secretaria Municipal de Assistência Social
Funcional programática	08.244.5009.2057	Manutenção do Fundo. Ass. Social
Ficha	484	
Despesa/fonte	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídica

Unidade	09	Secretaria Mun. Viação, Obras e Serviços Públicos
Funcional programática	15.452.5011.2062	Manutenção da Sec. Mun. De Viação e Obras
Ficha	545	
Despesa/fonte	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídica

Unidade	10	Secretaria Agricultura, Turismo e Meio Ambiente
Funcional programática	20.601.5012.2068	Manutenção da Sec. Agric. Tur. Meio Ambiente

Ficha	632	
Despesa/fonte	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídica

Unidade	04	Secretaria Municipal de Economia E Finanças
Funcional programática	4.123.5005.2020	Manutenção das Atividades da Secretaria
Ficha	101	
Despesa/fonte	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídica

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo OU apostilamento ao presente contrato;

b) A CONTRATADA obriga-se a se manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, bem como as normas previstas na Lei 8.666/93 e legislação complementar;

c) Vinculam-se a este contrato, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Presencial nº 010/2019**,** seus anexos e a proposta da contratada;

d) É vedado caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do MUNICÍPIO.

e) A fiscalização do presente Contrato será exercida por servidor designado para atuar como representante da CONTRATANTE, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso de sua execução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

14.1. Durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecimento dos materiais será acompanhado e fiscalizado pela Servidora efetiva Ita Roberta Soares, nomeada fiscal de contratos pela portaria nº 188/2019 de 02/04/2019, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato grosso – ANO XIV – nº 3.198.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA PUBLICAÇÃO

15.1. Para eficácia do presente instrumento, o Município de Santo Antônio do Leste providenciará a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município, conforme Lei nº 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO FORO

16.1. As partes contratantes elegem o foro de Primavera do Leste - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja;

16.2. E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal.

Santo Antônio do Leste, 16 de agosto de 2019.

_____

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

_____

AUTOMOTIVA PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA

CONTRATADO

Testemunhas:

_____ _____

ATO DE HOMOLOGAÇAO - PREGAO ELETRÔNICO Nº 015/2019

Ato de homologação

pregão ELETRÔNICO Nº **015/2019**

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medicamentos e material de laboratório destinados a manutenção do Fundo Municipal de Saúde.Não tendo havido qualquer recurso. Não havendo nada que possa desabonar este processo licitatório, realizado sob o império da lei 8.666/93, com as alterações subsequentes e estando o preço ofertado de acordo com o mercado, homologo o presente, para que produza os jurídicos e legais efeitos.

Empresa: RINALDI E COGO LTDA, CNPJ – 07.269.677/0001-79, com o valor total dos itens de R$ 142.303,00 (cento e quarenta e dois mil, trezentos e três reais).

Empresa: DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ – 02.520.829/0001-40com o valor total dos itens de R$ 945.248,00 (novecentos e quarenta e cinco mil, duzentos e quarenta e oito reais).

Empresa: CENTERMEDI COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ – 03.652.030/0001-70, com o valor total dos itens de R$ 598.325,00 (quinhentos e noventa e oito mil, trezentos e vinte e cinco reais).

Empresa: DISTRIBUIDORA BRASIL CML DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ – 07.640.617/0001-10, com o valor total dos itens de R$ 15.200,00 (quinze mil e duzentos reais).

Empresa: CIENTIFICA MEDICA HOSPITALAR, CNPJ – 07.847.837/0001-10, com o valor total dos itens de R$ 129.640,00 (cento e vinte e nove mil, seiscentos e quarenta reais).

Empresa: FERNAMED LTDA, CNPJ – 04.759.433/0001-86, com o valor total dos itens de R$ 8.800,00 (oito mil e oitocentos reais).

Empresa: MEDICAMENTOS DE AZ EIRELI, CNPJ – 09.676.256/0001-98, com o valor total dos itens de R$ 106.909,00 (cento e seis mil, novecentos e nove reais).

Empresa: VITALSUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI, CNPJ – 27.860.256/0001-25, com o valor total dos itens de R$ 84.069,00 (oitenta e quatro mil e sessenta e nove reais).

Empresa: LIFE CENTER COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ – 21.227.039/0001-16, com o valor total dos itens de R$ 108.035,00 (cento e oito mil e trinta e cinco reais).

Empresa: CECHETTI & CADINI COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS ME, CNPJ – 26.965.609/0001-99, com o valor total dos itens de R$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais).

Empresa: AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ – 20.590.555/0001-48, com o valor total dos itens de R$ 267.500,00 (duzentos e sessenta e sete mil e quinhentos reais).

Santo Antônio do Leste - MT, 21 de agosto de 2019.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

- Prefeito Municipal-

TERMO DE ADJUDICAÇAO - PREGAO PRESENCIAL 012/2019

LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº **012/2019**

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

A equipe de apoio bem como o pregoeiro, na conformidade do Art. 43, inciso VI da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei nº 8.883/94, adjudica os objetos licitados a;

Empresa: EMILY KALINNE DE SOUZA VIEIRA – ME CNPJ nº 27.880.425/0001-01, com o valor total dos itens de **R$ 154.990,00 (**Cento e Cinquenta e Quatro Mil, Novecentos e Noventa Reais**)**.

Encaminhamos ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal para as providências cabíveis nos termos da Lei.

Santo Antônio do Leste - MT, 21 de agosto de 2019.

ERIKS MATOS DA SILVA

- Pregoeiro –

CONTRATO Nº 091/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2019 – SRP

CONTRATO Nº 091/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2019 – SRP

PROCESSO N° 071/2019

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, **O MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE - MT**, com sede à Av. Goiás, nº 367, Jardim Santa Inês, nesta Cidade, inscrita CNPJ/MF nº 04.217.362/0001-90, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº 1.427.577 SSP/PR e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 326.034.369.53, doravante denominado, **CONTRATANTE**, e, a empresa **EVANILDO RAFAEL DA SILVA - ME – CNPJ: 21.835.292/0001-52,** Rua Antigua, nº44, Sala 02 quadra 03 lote 18, bairro: Jardim das américas – Cuiabá/MT – CEP: 78.060-684, que também subscreve, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

I – DA AUTORIZAÇÃO E LICITAÇÃO: O presente Contrato é celebrado em decorrência da autorização do Sr. Prefeito Municipal, exarada em despacho constante do Processo Administrativo n° 071/2019, gerado pelo Edital Pregão Presencial n° **009/2019**, que faz parte integrante e complementar deste Contrato, como se nele estivessem transcritos o Edital, seus Anexos a proposta comercial das empresas e relatório do sistema em anexo;

II – FUNDAMENTO LEGAL: O presente Contrato é regido pelas cláusulas e condições nele contidas, pela Lei Federal n° 8.666/93 e suas alterações, Lei Federal n° 10.520/02 e Lei n° 123/2006, e demais normas legais pertinentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Contratação de empresa **para contratação de empresa para fornecimento e instalação de equipamento para processamento de matéria orgânica do tipo biodigestor para a geração de biogás e biofertilizantes**, conforme descrição e valores constantes na Cláusula Quarta deste Instrumento, especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo conforme especificações técnicas constantes no Termo de Referência e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA LICITAÇÃO

Parágrafo Primeiro: Foi elaborado pela secretaria solicitante *desta* Prefeitura Municipal o Termo de Referência, constante do Processo nº 071/2019, o qual serviu de base para todo o procedimento licitatório;

Parágrafo Segundo: Para realizar a contratação do objeto deste contrato foi realizado procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 009/2019, com fundamento nas Leis nº 10.520/02, nº 8.666/93 e alterações posteriores e Decreto Estadual nº 7.217/2006, no que couber, conforme autorização da Autoridade Competente do Executivo Municipal, disposta no Processo nº 071/2019.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA FORMA DE EXECUÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com cláusulas constantes neste instrumento e em estrita observância ao Edital de Licitação Pregão Presencial nº 009/2019 - SRP e seus anexos; especificações do **Termo de Referência**, bem como na proposta em anexo da Contratada; e as normas das Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

Parágrafo Primeiro: A empresa detentora do registro deverá realizar a prestação dos serviços para atender as necessidades da(s) Secretaria(s) Municipal(ais), conforme especificado no Termo de Referência;

Parágrafo Segundo: O objeto deste instrumento deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação Pregão Presencial nº 009/2019 e seus anexos;

Parágrafo Terceiro: Se a qualidade não corresponder às necessidades da Administração e dentro das exigências do edital correspondente, os mesmos deverão ser recolhidos pela detentora imediatamente. À Prefeitura reserva-se o direito de enviar o objeto rejeitado à adjudicatária, com frete a pagar quando for o caso, procedendo-se o cancelamento da Autorização de Fornecimento e cancelamento unilateral do Contrato sem prejuízo das sanções legais cabíveis e demais legislações correlatas;

Parágrafo Quarto: O fornecimento/serviço do objeto será parcelado, conforme necessidades da CONTRATANTE, mediante emissão de Autorização de Fornecimento e/ou Ordem de Empenho, devendo os serviços ser prestados conforme o Termo de Referência;

Parágrafo Quinto: A CONTRATANTE se reserva no direito de rejeitar, no todo ou em parte, as entregas cujos materiais/serviços venham a apresentar vícios, ou ainda, que não atendam as especificações constantes do Edital ou da proposta comercial, cabendo à CONTRATADA sua substituição no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de multa por atraso e/ou suspensão do contrato, sem prejuízo a outras penalidades;

Parágrafo Sexto: A CONTRATADA não fica exonerada de suas responsabilidades por possíveis vícios observados nos materiais após o seu recebimento;

Parágrafo Sétimo: A fiscalização da execução do presente contrato ficará a cargo da secretaria participante que designará Fiscal de Contrato, formalmente delegado para tal função conforme Art. 67 da Lei nº 8.666/93, cabendo aos usuários a ratificação da qualidade dos serviços prestados.

CLÁUSULA QUARTA: DO PREÇOS

Parágrafo Segundo: Dá-se ao presente contrato o valor de R$ 19.170,00 (dezenove mil cento e setenta reais).

CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São Obrigações da Contratada:

a) Executar os serviços do objeto deste certame nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no Termo de Referência;

b) Encaminhar a Nota Fiscal dos materiais/serviços entregues/realizados para posterior encaminhamento à Secretaria Municipal da PREFEITURA a fim de efetivação do pagamento devido;

c) Apresentar, junto com a Nota Fiscal, os documentos que comprovem a regularidade com a Seguridade Social (CND), o FGTS (CRF) e quitação de tributos e contribuições municipais;

d) Prestar esclarecimentos que forem solicitados pela PREFEITURA, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

e) Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências da PREFEITURA; e;

f) Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto a ser contratado, sem a devida anuência da PREFEITURA;

g) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

h) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

i) Para aquelas empresas que utilizarem dos critérios de desempate previstos no item 4. deste edital, tais condições deverão ser mantidas durante toda a vigência da contratação;

j) A(s) CONTRATADA(s) compromete(m)-se-á dar total garantia quanto à qualidade dos produtos e serviços fornecidos, bem como efetuar a substituição imediata, e totalmente às suas expensas de qualquer produto entregue comprovadamente adulterado ou inutilizável, portanto, fora das especificações técnicas e padrões de qualidade;

k) Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da presente relação contratual, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela CONTRATANTE;

l) Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação desta licitação;

m)Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

n) Providenciar para que seus empregados cumpram as normas internas relativas à segurança do CONTRATANTE;

o) Manter um supervisor responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante ou preposto, para tratar com o FISCAL DE CONTRATO, dos assuntos relacionados com a execução do Contrato;

p) Substituir o material que estiver fora das especificações contidas no presente Termo de Referência ou que apresentar defeito ou imperfeição, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;

q) Comunicar ao FISCAL DE CONTRATO qualquer irregularidade relacionada com a execução dos serviços;

r) Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer ao Município ou a terceiros, decorrentes da própria execução dos serviços;

s) Responsabilizar-se pelo transporte dos produtos de seu estabelecimento até o local determinado pela CONTRATANTE, bem como pelo seu descarregamento, e também pelo ônus decorrente de despesas com transporte, extravios e danos acidentais no trajeto. O entregador, bem como o ajudante, deverá estar devidamente identificado.

t) Responsabilizar-se pelos custos de entrega dos materiais.

u) O licitante vencedor se responsabilizará pela qualidade, quantidade e segurança dos produtos ofertados, não podendo apresentar deficiências técnicas, conforme as exigências deste Termo e da licitação, reservando à Prefeitura o direito de recusá-lo caso não satisfaça aos padrões especificados.

v) **Arcar com todos os ônus necessários à completa execução dos serviços**.

w) Cumprir os prazos de entrega, sob pena de aplicação de sanções administrativas;

x) Responsabilizar-se pela entrega/realização do bem/serviço, utilizando material próprio, atendendo os requisitos e observando as normas constantes deste instrumento e seus anexos;

y) O prazo máximo para a entrega/realização do bem/serviço será de **30 (trinta) dias corridos** contados a partir do primeiro dia do recebimento da Autorização de Fornecimento (AF) ou nota de empenho;

CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1 Uma vez firmada a contratação, a PREFEITURA se obriga a:

a) Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

b) Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados;

c) Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento;

d) Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento, fixando prazo para sua correção;

e) Acompanhar o fornecimento, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os serviços executados fora das especificações deste Edital.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

O Contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 57, inciso IV, da Lei nº 8.666/93;

Parágrafo Primeiro: O prazo para assinatura do Contrato será de **05 (cinco)** dias, contados da convocação formal da adjudicatária;

Parágrafo Segundo: O Contrato deverá ser assinado pelo representante legal da adjudicatária, mediante apresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura e cédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório, e uma vez atendidas as exigências do subitem anterior;

Parágrafo Terceiro: A critério da administração, o prazo para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal da adjudicatária e aceito pela Secretaria requisitante;

Parágrafo Quarto: Constituem motivos para o cancelamento do Contrato as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações, bem como as previstas no item 25 do Edital do Pregão Presencial nº 142/2019;

Parágrafo Quinto: A critério da Prefeitura Municipal, o contrato poderá ser substituído por outros instrumentos hábeis, tais como ordem de fornecimento, nota de empenho, autorização de compra, dentre outros, nos termos do artigo 62 da Lei nº 8.666/93;

Parágrafo Sexto: Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Contrato, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura ou aceite, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais;

Parágrafo Sétimo: Constituem motivos para o cancelamento do Contrato as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA OITAVA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a efetiva entrega dos produtos, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo Setor de Material e Patrimônio;

Parágrafo Primeiro: A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição dos itens entregues, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento;

Parágrafo Segundo: Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao Detentor da Ata, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas;

Parágrafo Terceiro: Nenhum pagamento isentará a Contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos materiais entregues;

Parágrafo Quarto: As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas das Certidões Negativa de Débitos para com o Sistema de Seguridade Social–INSS e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviços – FGTS e com o Tribunal Superior do Trabalho – TST;

Parágrafo Quinto: O pagamento será efetuado pela Prefeitura no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, conforme indicado no Parágrafo Quarto**,** mediante ordem bancária, emitida através do Banco do Brasil, creditada em conta corrente da Contratada;

Parágrafo Sexto: A Prefeitura Municipal não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de *factoring;*

Parágrafo Sétimo: As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada;

Parágrafo Oitavo: Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

Parágrafo Nono: A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;

CLÁUSULA NONA: DOS REAJUSTES DE PREÇOS

A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, conforme previsto no artigo 65, da Lei nº 8.666/93;

Parágrafo Primeiro: O valor que propôs o licitante vencedor será fixo e irreajustável, ressalvado o disposto na alínea 'd' do inciso II do artigo 65 da Lei nº. 8666/93;

Parágrafo Segundo: Os preços praticados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência do presente Contrato, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado;

Parágrafo Terceiro: Os reajustes permitidos pelo artigo 65, da Lei nº 8. 666/93, serão concedidos após decorrido 12 (doze) meses da vigência do contrato, por provocação do contratado, que deverá comprovar através de percentuais do INPC/FGV, o reajuste pleiteado, que passarão por análise contábil de servidores designados pelo Município de Santo Antônio do Leste;

Parágrafo Quarto: Os preços praticados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época da contratação;

Parágrafo Quinto: Caso o preço praticado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará ao Contratado, mediante correspondência, redução do preço praticado, de forma a adequá-lo ao preço usual no mercado;

Parágrafo Sexto: Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA RESCISÃO CONTRATUAL.

O presente instrumento poderá ser rescindido de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o contratado não cumprir as obrigações constantes do Edital de Licitação e neste Contrato;

b) Quando o contratado der causa a rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial deste Contrato;

d) Os preços praticados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas;

Parágrafo Primeiro: Ocorrendo a rescisão contratual, o contratado será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo;

Parágrafo Segundo: No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do contratado, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se rescindido o contrato a partir da última publicação;

Parágrafo Terceiro: A solicitação do contratado para rescisão contratual poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste instrumento;

Parágrafo Quarto: Havendo a rescisão contratual, cessarão todas as atividades do contratado, relativas ao fornecimento dos materiais e prestação de serviços;

Parágrafo Quinto: Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de rescindir o contrato ao seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o contratado cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES

A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, quais sejam:

I. Por atraso injustificado no início da entrega dos materiais;

a) Atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento), do valor adjudicado;

b) Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinquenta centésimos por cento), do valor adjudicado, sobre o total dos dias em atraso, sem prejuízo das demais cominações legais; e

c) No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) do valor adjudicado, acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso;

II. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste instrumento, a Prefeitura Municipal poderá garantida a prévia defesa, aplicar também, as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados ao Município de Santo Antônio do Leste;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com o Município de Santo Antônio do Leste, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores do Município de Santo Antônio do Leste;

Parágrafo Primeiro: As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente;

Parágrafo Segundo: As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar ao Município de Santo Antônio do Leste;

Parágrafo Terceiro: As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;

Parágrafo Quarto: Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

a) Desclassificação ou inabilitação caso o procedimento se encontre em fase de julgamento;

b) Cancelamento do contrato se esta já estiver assinado, procedendo-se a paralisação do fornecimento;

Parágrafo Quinto: Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 26 do edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Parágrafo Primeiro: As despesas oriundas da presente aquisição correrão por conta de recursos próprios específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste nas dotações orçamentárias relacionadas abaixo:

Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Unidade	06	Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Funcional programática	12.122.5007.1020	Aquisição de Equip. e móveis para a Sec. De Educação
Ficha	321	
Despesa/fonte	4.4.90.52.00	Equipamento e Material Permanente

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo OU apostilamento ao presente contrato;

b) A CONTRATADA obriga-se a se manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, bem como as normas previstas na Lei 8.666/93 e legislação complementar;

c) Vinculam-se a este contrato, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Presencial nº 009/2019**,** seus anexos e a proposta da contratada;

d) É vedado caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do MUNICÍPIO.

e) A fiscalização do presente Contrato será exercida por servidor designado para atuar como representante da CONTRATANTE, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso de sua execução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

14.1. Durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecimento dos materiais será acompanhado e fiscalizado pela Servidora efetiva Ita Roberta Soares, nomeada fiscal de contratos pela portaria nº 188/2019 de 02/04/2019, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato grosso – ANO XIV – nº 3.198.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA PUBLICAÇÃO

15.1. Para eficácia do presente instrumento, o Município de Santo Antônio do Leste providenciará a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município, conforme Lei nº 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO FORO

16.1. As partes contratantes elegem o foro de Primavera do Leste - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja;

16.2. E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal.

Santo Antônio do Leste, 16 de agosto de 2019.

_____

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

_____

EVANILDO RAFAEL DA SILVA - ME

CONTRATADO

Testemunhas:

_____ _____

ATO DE HOMOLOGAÇAO - PREGAO PRESENCIAL 012/2019

Ato de homologação

pregão PRESENCIAL Nº **012/2019**

OBJETO: Pregão presencial para Contratação de empresa para prestação de Serviço de organização, promoção e execução de rodeio, incluindo show artístico com o fornecimento de estrutura para todo o evento, durante a EXPOSAL, a ser realizada em Santo Antônio do Leste – MT, nos dias 20,21 e 22 de setembro de 2019.

Não tendo havido qualquer recurso. Não havendo nada que possa desabonar este processo licitatório, realizado sob o império da lei 8.666/93, com as alterações subsequentes e estando o preço ofertado de acordo com o mercado, homologo o presente, para que produza os jurídicos e legais efeitos.

Empresa: EMILY KALINNE DE SOUZA VIEIRA – ME CNPJ nº 27.820.425/0001-01, com o valor total dos itens de **R$ 154.990,00 (**Cento e Cinquenta e Quatro Mil, Novecentos e Noventa Reais**)**.

Santo Antônio do Leste - MT, 21 de agosto de 2019.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

- Prefeito Municipal-

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 035/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2019 - SRP

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 035/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2019 - SRP

PROCESSO Nº 068/2019

VALIDADE 12 (DOZE) MESES

O MUNICIPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE/MT, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Av. Goiás, nº 367, Jardim Santa Inês CEP:78628-000, devidamente inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob

o nº. 04.217.362/0001-90, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo seu Prefeito Sr. MIGUEL JOSE BRUNETTA, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG n°: 1.427.577 SSP/PR, e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda-CPF sob o nº. 326.034. 369-53, residente e domiciliado neste município, que doravante denominado, simplesmente de CONTRATANTE, e do outro lado a empresa: DAVIANE RIBEIRO DOS SANTOS MEI **– CNPJ:** 24.057.926/0001-81,Rua Primavera, nº191, bairro: Centro – Santo Antônio do Leste/MT – CEP: 78628-000, doravante denominado CONTRATADA, nos termos do processo licitatório realizado na modalidade de Pregão Presencial nº 008/2019, contratam na melhor forma de direito conforme cláusulas abaixo:

As Partes têm justo e acertado o presente contrato, que tem por finalidade estabelecer os direitos e obrigações das partes, tudo de acordo com a Lei n. º 8.666/93 de 21/06/1993 e suas posteriores alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. Registro de Preços para futura e eventual **Contratação de empresa para fornecimento de refeições do tipo "Self Service" e ou "Marmitex", visando atender as necessidades das secretarias que compõem a prefeitura de Santo Antônio do Leste,** não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitação específica para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições;

1.2. As especificações detalhadas e demais condições estão contidas no **Termo de Referência** anexa ao edital do Pregão Presencial nº 008/2019, parte integrante desta ARP, elaborado pela(s) secretaria(s) municipal(ais) desta Prefeitura.

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNID	QTDE	V.UNITARIO	V.TOTAL
1	REFEIÇAO SEL SERVICE	UNID	1000	R$ 16,48	R$ 16.480,00
2	REFEIÇÃO MARMITEX	UNID	9100	R$ 13,99	R$ 127.309,00
					R$ 143.789,00

O valor estimado da presenta ata é de **R$ 143.789,00 (cento e quarenta e três mil setecentos e oitenta e nove reais).**

CLÁUSULA TERCEIRA: DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A Ata de Registro de Preço terá sua vigência por **12 (doze)** meses, tendo validade e eficácia legal **após a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município;**

3.2. O prazo para assinatura da Ata de Registro de Preço será de **05 (cinco)** dias, contados da convocação formal da adjudicatária, ocasião em que deverão estar atualizadas a certidão de inexistência de débitos para com o Sistema de Seguridade Social – CND e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviços – FGTS;

3.3. A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada pelo representante legal da adjudicatária, mediante apresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura e cédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório, e uma vez atendidas às exigências do subitem anterior;

3.4. A critério da administração, o prazo para assinatura da Ata poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal da adjudicatária e aceito por esta Prefeitura;

3.5. Constituem motivos para o cancelamento da Ata de Registro de Preços as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, bem como as previsas no item 19 deste Edital;

3.6. A adjudicatária deverá, no prazo de até **24 (vinte e quatro)** horas *contadas da data da convocação*, comparecer ao Setor Competente para retirar a Ordem de Serviço e/ou a nota de empenho;

3.7. Quando a Adjudicatária, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar a situação regular de que trata o edital ou se recusar a retirar a Autorização de Fornecimento e /ou Ordem de Serviço, sem justificativa comprovada e aceita, será adotado o procedimento descrito no Art. 4º, inciso XXIII, da Lei 10.520/02, sem prejuízo das cominações legais previstas neste Edital.

CLÁUSULA QUARTA: DOS USUARIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitadas no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei Federal nº 8.666/93, no art. 86 do Decreto Estadual nº 7.217/2010 e Decreto nº 7.892, de 2013,relativo à utilização do Sistema de Registro de Preços;

4.2. Caberá ao(s) Detentor da Ata (es) beneficiário(s) da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que não seja prejudicial às obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;

4.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

4.4. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem;

4.5. O órgão gerenciador somente poderá autorizar adesão à ata após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante da ata, exceto quando, justificadamente, não houver previsão no edital para aquisição ou contratação pelo órgão gerenciador;

4.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata;

4.7. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades de correntes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador;

4.8. A Prefeitura Municipal será responsável pelos atos de controle e administração das Atas de Registro de Preços decorrentes desta licitação;

CLÁUSULA QUINTA: DOS ACRÉSCIMOS

5.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela *ata de registro de preços*, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

5.2. Em caso de celebração de *contratos*, a licitante estará obrigada a fornecer quantitativos superiores àqueles registrados, em função do direito de acréscimo de até 25% (vinte e cinco por cento) de que trata o§ 1º do art. 65, da Lei nº 8.666/93, observado o disposto no art. 120 do Decreto Estadual nº 7.217/2006.

CLÁUSULA SEXTA: DO CONTROLE DE PREÇOS

6.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos, podendo este órgão adotar as mesmas medidas prescritas no artigo 92, caput e seus parágrafos do Decreto Estadual nº 7.271/2010;

6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

6.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado;

6.3.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade;

6.3.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original;

6.4. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.4.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido;

6.4.2. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

6.4.3. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;

6.5. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Prefeitura Municipal, o proponente registrado será convocado, para a devida alteração do valor registrado em Ata, o qual será publicado no Diário Oficial dos Municípios;

6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA SETIMA: REVISÃO E CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O proponente terá o seu registro de preços cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, a pedido, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais previstas, caso as razões do pedido não sejam saneadas, após protocolado em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da constatação das hipóteses a seguir explicitadas:

7.1.1. Comprovar, por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivos à época da elaboração da proposta e do pedido de desoneração do compromisso, estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro que torne seu preço inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo das aquisições/contratações;

7.1.2. Ocorrer fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução contratual decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado;

7.2. Por iniciativa da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, o registro será cancelado:

7.2.1. Quando o proponente:

7.2.1.1. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

7.2.1.2. Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

7.2.1.3. Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

7.2.1.4. Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, a Ordem de Fornecimento decorrente da Ata de Registro de Preços;

7.2.1.5. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002;

7.3. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

7.4. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

7.4.1. Por razão de interesse público; ou

7.4.2. A pedido do fornecedor.

CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São Obrigações da Contratada:

A. Executar os serviços do objeto deste certame nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no Termo de Referência;

B. Encaminhar a Nota Fiscal dos materiais/serviços entregues/realizados para posterior encaminhamento à Secretaria Municipal da PREFEITURA a fim de efetivação do pagamento devido;

C. Apresentar, junto com a Nota Fiscal, os documentos que comprovem a regularidade com a Seguridade Social (CND), o FGTS (CRF) e quitação de tributos e contribuições municipais;

D. Prestar esclarecimentos que forem solicitados pela PREFEITURA, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

E. Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências da PREFEITURA; e;

F. Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto a ser contratado, sem a devida anuência da PREFEITURA;

G. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

H. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

I. Para aquelas empresas que utilizarem dos critérios de desempate previstos no item 4. deste edital, tais condições deverão ser mantidas durante toda a vigência da contratação;

J. A(s) CONTRATADA(s) compromete(m)-se-á dar total garantia quanto à qualidade dos produtos e serviços fornecidos, bem como efetuar a substituição imediata, e totalmente às suas expensas de qualquer produto entregue comprovadamente adulterado ou inutilizável, portanto, fora das especificações técnicas e padrões de qualidade;

K. Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da presente relação contratual, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela CONTRATANTE;

L. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação desta licitação;

M. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

N. Providenciar para que seus empregados cumpram as normas internas relativas à segurança do CONTRATANTE;

O. Manter um supervisor responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante ou preposto, para tratar com o FISCAL DE CONTRATO, dos assuntos relacionados com a execução do Contrato;

P. Substituir o objeto que estiver fora das especificações contidas no presente Termo de Referência ou que apresentar defeito ou imperfeição, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;

Q. Comunicar ao FISCAL DE CONTRATO qualquer irregularidade relacionada com a execução dos serviços;

R. Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer ao Município ou a terceiros, decorrentes da própria execução dos serviços;

S. Responsabilizar-se pelo transporte dos produtos de seu estabelecimento até o local determinado pela CONTRATANTE, e também pelo ônus decorrente de despesas com transporte, extravios e danos acidentais no trajeto. O entregador, bem como o ajudante, deverá estar devidamente identificado.

T. Responsabilizar-se pelos custos de entrega do objeto.

U. O licitante vencedor se responsabilizará pela qualidade, quantidade e segurança dos produtos ofertados, não podendo apresentar deficiências técnicas, conforme as exigências deste Termo e da licitação, reservando à Prefeitura o direito de recusá-lo caso não satisfaça aos padrões especificados.

V. Arcar com todos os ônus necessários à completa execução dos serviços.

W.Cumprir os prazos de entrega, sob pena de aplicação de sanções administrativas;

X. Responsabilizar-se pela entrega/realização do bem/serviço, utilizando material próprio, atendendo os requisitos e observando as normas constantes deste instrumento e seus anexos;

CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1 Uma vez firmada a contratação, a PREFEITURA se obriga a:

a) Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

b) Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados;

c) Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento;

d) Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento, fixando prazo para sua correção;

e) Acompanhar o fornecimento, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os serviços executados fora das especificações deste Edital.

CLÁUSULA DECIMA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a efetiva entrega dos produtos, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo Setor de Material e Patrimônio;

Parágrafo Primeiro: A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição dos itens entregues, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento;

Parágrafo Segundo: Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao Detentor da Ata, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas;

Parágrafo Terceiro: Nenhum pagamento isentará a Contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos materiais entregues;

Parágrafo Quarto: As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas das Certidões Negativa de Débitos para com o Sistema de Seguridade Social–INSS e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviços – FGTS e com o Tribunal Superior do Trabalho – TST;

Parágrafo Quinto: O pagamento será efetuado pela Prefeitura no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, conforme indicado no Parágrafo Quarto**,** mediante ordem bancária, emitida através do Banco do Brasil, creditada em conta corrente da Contratada;

Parágrafo Sexto: A Prefeitura Municipal não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de *factoring;*

Parágrafo Sétimo: As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada;

Parágrafo Oitavo: Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

Parágrafo Nono: A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES

11.1. Em razão de irregularidades no cumprimento das obrigações, a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, poderá aplicar as seguintes sanções administrativas:

a) ADVERTÊNCIA – sempre que forem observadas irregularidades de pequena causa para os quais tenha concorrido;

b) MULTA POR ATRASO – a empresa contratada ficará sujeita a multa diária de 1% (um por cento) sobre o valor total da contratação, até o máximo de 20% (vinte por cento) pelo atraso injustificado na execução de qualquer obrigação contratual ou legal, podendo esse valor ser abatido no pagamento a que fizer jus a contratada, ou ainda, recolhido no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, após comunicação formal. Não havendo o recolhimento no prazo estabelecido o valor da multa será cobrado judicialmente;

c) SUSPENSÃO – suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

d) DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE - para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.2. Poderá a Administração considerar inexecução total ou parcial do contrato, para imposição da penalidade pertinente, o atraso superior a 15 (quinze) dias corridos do indicado para o inicio ou entrega na ata de registro de preços.

10.3. A sanção prevista na alínea "c", do subitem 11.1, poderá ser imposta cumulativamente com as demais.

11.4. A Administração, para imposição das sanções, analisará as circunstâncias do caso e as justificativas apresentadas pela contratada, sendo-lhe assegurada a ampla defesa e o contraditório.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Parágrafo Primeiro: As despesas oriundas da presente aquisição correrão por conta de recursos próprios específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste nas dotações orçamentárias relacionadas abaixo:

Unidade	09	Secretaria Municipal de Obras
Funcional programática	15.452.5011.2062	Manutenção Sec. De Obras
Ficha	543	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de consumo

Unidade	05	Secretaria Municipal de Saúde
Funcional programática	10.306.5016.2112	Aquisição de Gêneros Alimentícios
Ficha	320	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

Unidade	06	Secretaria Municipal de Educação
Funcional programática	12.306.5007.2113	Aquisição de Gêneros Alimentícios

Ficha	333	
Despesa/fonte	4.4.90.52	Material de Consumo

Unidade	03	Secretaria Municipal de Administração
Funcional programática	04.122.5004.2012	Material das Atividades da Secretaria
Ficha	58	
Despesa/fonte	3.3.90.30	Material de Consumo

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

13.1. Durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecimento dos materiais será acompanhado e fiscalizado pela Servidora efetiva Ita Roberta Soares, nomeada fiscal de contratos pela portaria nº 188/2019 de 02/04/2019, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato grosso – ANO XIV – nº 3.198.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: CONDIÇÕES GERAIS

14.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL;

14.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93;

14.3. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).*

Santo Antônio do Leste - MT,16 de agosto de 2019.

_____

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

_____

DAVIANE RIBEIRO DOS SANTOS MEI

CONTRATADA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 036/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2019 - SRP

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 036/2019

PROCESSO Nº 071/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2019 - SRP

VALIDADE 12 (DOZE) MESES

O MUNICIPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE/MT, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Av. Goiás, nº 367, Jardim Santa Inês CEP:78628-000, devidamente inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº. 04.217.362/0001-90, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo seu Prefeito Sr. MIGUEL JOSE BRUNETTA, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG n°: 1.427.577 SSP/PR, e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda-CPF sob o nº. 326.034.369-53, residente e domiciliado neste município, que doravante denominado, simplesmente de CONTRATANTE, e do outro lado a empresa EVANILDO RAFAEL DA SILVA - ME – CNPJ: 21.835.292/0001-52, Rua Antigua, nº44, Sala 02 quadra 03 lote 18, bairro: Jardim das américas – Cuiabá/MT – CEP: 78.060-684, doravante denominado CONTRATADA, nos termos do processo licitatório realizado na modalidade de Pregão Presencial nº 009/2019, contratam na melhor forma de direito conforme cláusulas abaixo:

As Partes têm justo e acertado o presente contrato, que tem por finalidade estabelecer os direitos e obrigações das partes, tudo de acordo com a Lei n. º 8.666/93 de 21/06/1993 e suas posteriores alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. Registro de Preços para futura e eventual **contratação de empresa para fornecimento e instalação de equipamento para processamento de matéria orgânica do tipo biodigestor para a geração de biogás e biofertilizantes,** não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitação específica para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições;

1.2. As especificações detalhadas e demais condições estão contidas no **Termo de Referência** anexa ao edital do Pregão Presencial nº 009/2019, parte integrante desta ARP, elaborado pela(s) secretaria(s) municipal(ais) desta Prefeitura.

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

DESCRIÇÃO DO PRODUTO	*QTD*	*UNID*	*V. UNITÁRIO*	*V.TOTAL*
Equipamento para processamento de matéria orgânica do tipo biodigestor para a geração de biogás e biofertilizantes.	03	UN	R$ 5.900,00	R$ 17.700,00
Prestação de serviço de instalação de Equipamento para processamento de matéria orgânica do tipo biodigestor para a geração de biogás e biofertilizantes	03	SERV	R$ 590,00	R$ 1.770,00

O valor estimado da presenta ata é de **R$ 19.170,00 (dezenove mil cento e setenta**

reais).

CLÁUSULA TERCEIRA: DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A Ata de Registro de Preço terá sua vigência por **12 (doze)** meses, tendo validade e eficácia legal **após a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município;**

3.2. O prazo para assinatura da Ata de Registro de Preço será de **05 (cinco)** dias, contados da convocação formal da adjudicatária, ocasião em que deverão estar atualizadas a certidão de inexistência de débitos para com o

Sistema de Seguridade Social – CND e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviços – FGTS;

3.3. A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada pelo representante legal da adjudicatária, mediante apresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura e cédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório, e uma vez atendidas às exigências do subitem anterior;

3.4. A critério da administração, o prazo para assinatura da Ata poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal da adjudicatária e aceito por esta Prefeitura;

3.5. Constituem motivos para o cancelamento da Ata de Registro de Preços as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, bem como as previsas no item 19 deste Edital;

3.6. A adjudicatária deverá, no prazo de até **24 (vinte e quatro)** horas *contadas da data da convocação*, comparecer ao Setor Competente para retirar a Ordem de Serviço e/ou a nota de empenho;

3.7. Quando a Adjudicatária, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar a situação regular de que trata o edital ou se recusar a retirar a Autorização de Fornecimento e /ou Ordem de Serviço, sem justificativa comprovada e aceita, será adotado o procedimento descrito no Art. 4º, inciso XXIII, da Lei 10.520/02, sem prejuízo das cominações legais previstas neste Edital.

CLÁUSULA QUARTA: DOS USUARIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitadas no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei Federal nº 8.666/93, no art. 86 do Decreto Estadual nº 7.217/2010 e Decreto nº 7.892, de 2013,relativo à utilização do Sistema de Registro de Preços;

4.2. Caberá ao(s) Detentor da Ata (es) beneficiário(s) da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que não seja prejudicial às obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;

4.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

4.4. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem;

4.5. O órgão gerenciador somente poderá autorizar adesão à ata após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante da ata, exceto quando, justificadamente, não houver previsão no edital para aquisição ou contratação pelo órgão gerenciador;

4.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata;

4.7. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades de correntes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador;

4.8. A Prefeitura Municipal será responsável pelos atos de controle e administração das Atas de Registro de Preços decorrentes desta licitação;

CLÁUSULA QUINTA: DOS ACRÉSCIMOS

5.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela *ata de registro de preços*, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

5.2. Em caso de celebração de *contratos*, a licitante estará obrigada a fornecer quantitativos superiores àqueles registrados, em função do direito de acréscimo de até 25% (vinte e cinco por cento) de que trata o§ 1º do art. 65, da Lei nº 8.666/93, observado o disposto no art. 120 do Decreto Estadual nº 7.217/2006.

CLÁUSULA SEXTA: DO CONTROLE DE PREÇOS

6.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos, podendo este órgão adotar as mesmas medidas prescritas no artigo 92, caput e seus parágrafos do Decreto Estadual nº 7.271/2010;

6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

6.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado;

6.3.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade;

6.3.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original;

6.4. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.4.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido;

6.4.2. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

6.4.3. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;

6.5. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Prefeitura Municipal, o proponente registrado será convocado, para a devida alteração do valor registrado em Ata, o qual será publicado no Diário Oficial dos Municípios;

6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA SETIMA: REVISÃO E CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O proponente terá o seu registro de preços cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, a pedido, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais previstas, caso as razões do pedido não sejam saneadas, após protocolado em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da constatação das hipóteses a seguir explicitadas:

7.1.1. Comprovar, por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte

de mercadorias, alusivos à época da elaboração da proposta e do pedido de desoneração do compromisso, estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro que torne seu preço inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo das aquisições/contratações;

7.1.2. Ocorrer fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução contratual decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado;

7.2. Por iniciativa da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, o registro será cancelado:

7.2.1. Quando o proponente:

7.2.1.1. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

7.2.1.2. Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

7.2.1.3. Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

7.2.1.4. Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, a Ordem de Fornecimento decorrente da Ata de Registro de Preços;

7.2.1.5. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002;

7.3. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

7.4. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

7.4.1. Por razão de interesse público; ou

7.4.2. A pedido do fornecedor.

CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São Obrigações da Contratada:

A. Executar os serviços do objeto deste certame nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no Termo de Referência;

B. Encaminhar a Nota Fiscal dos materiais/serviços entregues/realizados para posterior encaminhamento à Secretaria Municipal da PREFEITURA a fim de efetivação do pagamento devido;

C. Apresentar, junto com a Nota Fiscal, os documentos que comprovem a regularidade com a Seguridade Social (CND), o FGTS (CRF) e quitação de tributos e contribuições municipais;

D. Prestar esclarecimentos que forem solicitados pela PREFEITURA, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

E. Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências da PREFEITURA; e;

F. Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto a ser contratado, sem a devida anuência da PREFEITURA;

G. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

H. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

I. Para aquelas empresas que utilizarem dos critérios de desempate previstos no item 4. deste edital, tais condições deverão ser mantidas durante toda a vigência da contratação;

J. A(s) CONTRATADA(s) compromete(m)-se-á dar total garantia quanto à qualidade dos produtos e serviços fornecidos, bem como efetuar a substituição imediata, e totalmente às suas expensas de qualquer produto entregue comprovadamente adulterado ou inutilizável, portanto, fora das especificações técnicas e padrões de qualidade;

K. Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da presente relação contratual, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela CONTRATANTE;

L. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação desta licitação;

M. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

N. Providenciar para que seus empregados cumpram as normas internas relativas à segurança do CONTRATANTE;

O. Manter um supervisor responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante ou preposto, para tratar com o FISCAL DE CONTRATO, dos assuntos relacionados com a execução do Contrato;

P. Substituir o material que estiver fora das especificações contidas no presente Termo de Referência ou que apresentar defeito ou imperfeição, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;

Q. Comunicar ao FISCAL DE CONTRATO qualquer irregularidade relacionada com a execução dos serviços;

R. Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer ao Município ou a terceiros, decorrentes da própria execução dos serviços;

S. Responsabilizar-se pelo transporte dos produtos de seu estabelecimento até o local determinado pela CONTRATANTE, bem como pelo seu descarregamento, e também pelo ônus decorrente de despesas com transporte, extravios e danos acidentais no trajeto. O entregador, bem como o ajudante, deverá estar devidamente identificado.

T. Responsabilizar-se pelos custos de entrega dos materiais.

U. O licitante vencedor se responsabilizará pela qualidade, quantidade e segurança dos produtos ofertados, não podendo apresentar deficiências técnicas, conforme as exigências deste Termo e da licitação, reservando à Prefeitura o direito de recusá-lo caso não satisfaça aos padrões especificados.

V. Arcar com todos os ônus necessários à completa execução dos serviços.

W.Cumprir os prazos de entrega, sob pena de aplicação de sanções administrativas;

X. Responsabilizar-se pela entrega/realização do bem/serviço, utilizando material próprio, atendendo os requisitos e observando as normas constantes deste instrumento e seus anexos;

Y. O prazo máximo para a entrega/realização do bem/serviço será de **30 (trinta) dias corridos** contados a partir do primeiro dia do recebimento da Autorização de Fornecimento (AF) ou nota de empenho;

CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1 Uma vez firmada a contratação, a PREFEITURA se obriga a:

a) Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

b) Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados;

c) Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento;

d) Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento, fixando prazo para sua correção;

e) Acompanhar o fornecimento, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os serviços executados fora das especificações deste Edital.

CLÁUSULA DECIMA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a efetiva entrega dos produtos, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo Setor de Material e Patrimônio;

Parágrafo Primeiro: A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição dos itens entregues, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento;

Parágrafo Segundo: Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao Detentor da Ata, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas;

Parágrafo Terceiro: Nenhum pagamento isentará a Contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos materiais entregues;

Parágrafo Quarto: As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas das Certidões Negativa de Débitos para com o Sistema de Seguridade Social–INSS e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviços – FGTS e com o Tribunal Superior do Trabalho – TST;

Parágrafo Quinto: O pagamento será efetuado pela Prefeitura no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, conforme indicado no Parágrafo Quarto**,** mediante ordem bancária, emitida através do Banco do Brasil, creditada em conta corrente da Contratada;

Parágrafo Sexto: A Prefeitura Municipal não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de *factoring;*

Parágrafo Sétimo: As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada;

Parágrafo Oitavo: Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

Parágrafo Nono: A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES

A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, quais sejam:

I. Por atraso injustificado no início da entrega dos materiais;

a) Atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento), do valor adjudicado;

b) Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinquenta centésimos por cento), do valor adjudicado, sobre o total dos dias em atraso, sem prejuízo das demais cominações legais; e

c) No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) do valor adjudicado, acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso;

II. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste instrumento, a Prefeitura Municipal poderá garantida a prévia defesa, aplicar também, as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados ao Município de Santo Antônio do Leste;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com o Município de Santo Antônio do Leste, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores do Município de Santo Antônio do Leste;

Parágrafo Primeiro: As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente;

Parágrafo Segundo: As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar ao Município de Santo Antônio do Leste;

Parágrafo Terceiro: As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;

Parágrafo Quarto: Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

a) Desclassificação ou inabilitação caso o procedimento se encontre em fase de julgamento;

b) Cancelamento do contrato se esta já estiver assinado, procedendo-se a paralisação do fornecimento;

Parágrafo Quinto: Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 26 do edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Parágrafo Primeiro: As despesas oriundas da presente aquisição correrão por conta de recursos próprios específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste nas dotações orçamentárias relacionadas abaixo:

Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Unidade	06	Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Funcional programática	12.122.5007.1020	Aquisição de Equip. e móveis para a Sec. De Educação
Ficha	321	
Despesa/fonte	4.4.90.52.00	Equipamento e Material Permanente

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

13.1. Durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecimento dos materiais será acompanhado e fiscalizado pela Servidora efetiva Ita Roberta Soares, nomeada fiscal de contratos pela portaria nº 188/2019 de 02/04/2019, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato grosso – ANO XIV – nº 3.198.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: CONDIÇÕES GERAIS

14.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL;

14.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93;

14.3. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).*

Santo Antônio do Leste - MT, 16 de agosto de 2019.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

EVANILDO RAFAEL DA SILVA – ME

CONTRATADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Validade: 12 (doze) meses.

Ata de Registro de Preços nº. 013/2019.

Aos Vinte dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove (20/08/2019) às 09h00min, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de São Felix do Araguaia - MT, A Exma. Prefeita Municipal Sra. JANAILZA TAVEIRA LEITE inscrita no CPF nº. 049.351.084-28, nos termos do inciso II do art. 15 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações nela inseridas pela Lei Federal 8.883, de 9 de junho de 1994 e das demais normas legais aplicáveis, e, ainda, pela Lei Federal nº. 10.520, de 17/07/2002, em face da classificação das propostas apresentadas no **PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 013/2019**, por deliberação da servidora Meudra Pereira dos Santos, designada como Pregoeira Municipal, bem como da Equipe de Apoio, designada pela Portaria nº. 002/2018 de 02/01/2018 e Decreto Municipal nº 19/13, de 14 de Março de 2013, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços no âmbito do Município de São Félix do Araguaia – MT. RESOLVEregistrar os preços PARA AQUISIÇÃO DE GAS DE COZINHA, conforme especificação contida no Edital e seus Anexos, do Pregão Presencial em epígrafe, tendo sido os referidos preços, oferecidos pelas empresas cuja proposta foi classificada no certame acima numerado, sendo detentora da Ata a **EMPRESA: F R COMERCIO DE GAS LTDA, CNPJ: 22.161.363/0005-75, com sede a AV JOSE FRAGELLI, SN QUADRA B LOTE 14 – Bairro VILA NOVA, SAO FELIX DO ARAGUAIA - MT, CEP: 78670-000 Telefone: (66) 3554-1941**, representada neste ato pelo Sro. FABIANO GUERRA MENDES FALCAO, inscrito no CPF.: 805.380.704-63 e portador do RG.: 1512782 SSP PB, Observadas as condições enunciadas nas Cláusulas que se seguem, assinam a presente Ata.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

"A presente Licitação tem por objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA" FUTURA" ***E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GAS DE COZINHA GLP, P13 E P45, PARA ATENDER DIVERSOS DEPARTAMENTO E DIVISÕES DESTA PREFEITURA MUNICIPAL, CONFORME TERMO DE REFERENCIA ANEXO I, EDITAL E MINUTA DE CONTRATO.***

VALORES REGISTRADOS

SEQ	DESCRIÇÃO	UNID	QTDE	V. UNIT	V. TOTAL	COD TCE- MT	UF TCE-MT
1.	**CARGA DE GAS DE COZINHA** (GLP); COMPOSIÇÃO BASICA DE PROPANO E BUTANO (GAS DE COZINHA) ACONDICIONADO EM BOTIJÃO COM CAPACIDADE PARA 13 KG, APRESENTADO NO ESTADO LIQUIDO. **SEM VASILHAME.**	**UN**	2.700	110,00	297.000,00	145822-1	178
2.	**CARGA DE GAS DE COZINHA** (GLP); COMPOSIÇÃO BASICA DE PROPANO E BUTANO (GAS DE COZINHA) ACONDICIONADO EM BOTIJÃO COM CAPACIDADE PARA 13 KG, APRESENTADO NO ESTADO LIQUIDO. **COM VASILHAME.**	**UN**	450	250,00	112.500,00	11881-8	178
3.	**GAS DE COZINHA -** COMPOSICAO BASICA PROPANO E BUTANO, ALTAMENTE TÓOXICO E INFLAMAVEL, TIPO A GRANEL COMERCIAL/RESIDENCIAL, PESANDO 45 KILOS, ACONDICIONADO EM BOTIJAO/CILINDRO. **RETORNAVEL.**	**UN**	800	440,00	352.000,00	226647-4	78
	TOTAL:					**761.500,00**	

Valor total da proposta: R$ 761.500,00(Setecentos e sessenta e um mil e quinhentos reais);

Parágrafo Único – Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DAS ADESÕES.

A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, podendo ser prorrogada na forma da Lei. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem.

As adesões à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, durante a sua vigência, não poderá exceder, por órgão ou entidade, a 100% dos quantitativos dos itens registrados na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

As adesões à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal ou Estadual, não excedendo, na sua totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

O gerenciamento deste instrumento caberá a Secretaria de Administração de Planejamento, através do Setor de Compras no seu aspecto operacional e à Assessoria Jurídica do Município, nas questões legais.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

Os preços registrados, a especificações dos produtos/equipamentos, os quantitativos, marcas e empresas fornecedoras encontram-se elencados no Quadro Comparativo de Preços, em ordem de classificação no processo licitatório de Pregão Presencial nº. 013/2019 - SRP.

CLÁUSULA QUINTA - Do(s) LOCAL (ls) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

Os produtos/equipamentos deverão ser entregues exclusivamente no município de São Félix do Araguaia ou conforme determinado pela ordem de fornecimento dos produtos/equipamentos.

Parágrafo Primeiro - Os produtos/equipamentos contratados deverão ser entregues na sede do Município, nos dias e horários estipulados na Ordem de Fornecimento/empenho.

Parágrafo Segundo - O prazo de entrega será de no máximo 05(cinco) dias, contados a partir da expedição da Ordem de Fornecimento/empenho expedida pelo Setor de Compras do Almoxarifado da Prefeitura.

CLÁUSULA SEXTA — DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento e seus Anexos, e na legislação pertinente.

Parágrafo Primeiro - As contratações dos produtos/equipamentos registradas neste instrumento serão efetuadas através Nota de Empenho, emitida pela Execução Orçamentária, com Autorização de Fornecimento emitida pelo Setor de Compras, contendo o nº. da ATA, o nome da empresa, o objeto, a especificação, o endereço e a data de entrega.

Parágrafo Segundo - A Nota de empenho será encaminhada ao fornecedor que deverá assiná-la e devolvê-la ao Setor de Compras no prazo de 02 (dois) dias a contar da data do seu recebimento.

Parágrafo Terceiro - Se fornecedor com preço registrado em primeiro lugar recusar-se a assinar a Nota de Empenho, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação, respeitadas as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

Parágrafo Quarto - Os produtos/equipamentos deverão respeitar padrões de qualidade mediante devolução por parte de quem receber e conferir.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta no Edital:

I - executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pelo Setor de Compras, de acordo com o especificado no Edital e no Anexo I-A, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os produtos/equipamentos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo órgão, cujas reclamações se obriga a atender prontamente bem como dar ciência ao Setor de Compras, Imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Setor de Compras, no tocante a entrega dos produtos/equipamentos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena entrega dos produtos, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta de quaisquer dos produtos/equipamentos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

VII - comunicar imediatamente ao Setor de Compras qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX - fiscalizar o perfeito cumprimento das entregas dos produtos/equipamentos a que se obrigou cabendo lhe, integralmente os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo Setor de Compras;

X - indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou Omissão de Fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI - substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus ao Órgão toda ou parte os produtos/equipamentos devolvida pela mesma, no prazo de 24 horas, caso constatada divergências nas especificações.

XII - emitir relatório mensal dos produtos/equipamentos realizados e entregues no período, constando a data, NF, Órgão/Local de entrega, Responsável pelo recebimento e outras informações necessárias ao controle dos e produtos/equipamentos.

CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I. Todo e qualquer dano que causar ao Órgão ou a terceiros, ainda que culposo praticado por seus prepostos empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pelo Setor de Compras;

II. Todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo ao órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III. Toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas à Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas pela mesma ao Órgão/Entidade, que ficará de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido à contratada, o valor correspondente.

Parágrafo Primeiro - a CONTRATADA autoriza a Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

Parágrafo Segundo – a ausência ou omissão da fiscalização do Setor de Compras não eximirá CONTRATADA das responsabilidades previstas nesta ATA.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia obriga-se a:

I. Indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os produtos/equipamentos.

II. Permitir ao pessoal da contratada acesso ao local da entrega desde que observadas às normas de segurança;

III. Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade e encontrada no fornecimento dos produtos/equipamentos;

IV. Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

Parágrafo único: caberá ao Setor de Compras promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados do mercado.

CLÁUSULA DÉCIMA — DO PAGAMENTO.

A Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia efetuará o pagamento à CONTRATADA, através de crédito em conta corrente mantida pela CONTRATADA preferencialmente em, até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota Fiscal/fatura discriminativa acompanhada da correspondente Autorização de Fornecimento, com o respectivo comprovante de que o produtos/equipamentos foi entregue a contento.

Parágrafo Primeiro — Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

Parágrafo Segundo — Para cada Nota de Empenho, a Contratada deverá emitir nota fiscal/fatura distinta.

Parágrafo “Terceiro — Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta ‘ON-LINE” da situação do Fornecedor junto ao INSS e FGTS, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa.

Parágrafo Quarto — Constatada a situação de irregularidade, a CONTRATADA será comunicada por escrito para que regularize sua situação, no prazo estabelecido pelo Setor de Compras, sendo lhe facultado a apresentação de defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

Parágrafo Quinto — Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações nem implicará aceitação definitiva do produto.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

Os preços registrados manter-se-ão inalteradas pelo período da vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

Parágrafo primeiro — Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão aos preços praticados no mercado mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquela vigente no mercado à época do registro.

Parágrafo Segundo — Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Setor de Compras, solicitará ao Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo Único.

Parágrafo Terceiro – Fracassada a negociação com o primeiro colocado, o Setor de Compras convocará as demais empresas com preços registrados para o ITEM, se for o caso, ou ainda os fornecedores classificados respeitados as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado para redução do preço; hipótese em que poderão ocorrer alterações na ordem de classificação das empresas com preço registrado.

Parágrafo Quarto — Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Setor de Compras desta Prefeitura.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

A presente Ata de Registro de preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes no Edital de Registro de Preços;

b) quando o Fornecedor não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido;

c) quando o Fornecedor der causa à rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

d) em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro;

e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado;

Parágrafo Primeiro — Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado, por correspondência, com aviso de recebimento, o qual será juntado ao processo administrativo da presente Ata.

Parágrafo Segundo — No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

Parágrafo Terceiro — A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

Parágrafo Quarto — Havendo o cancelamento do preço registrado cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas aos produtos/equipamentos a serem adquiridos.

Parágrafo Quinto — Caso o SETOR DE COMPRAS não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

I. Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

II. As contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução dos produtos/equipamentos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PENALIDADES.

Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I) Advertência;

II) Multa

III) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública por período não superior a 2 (dois) anos;

IV) Declaração de inidoneidade.

Parágrafo primeiro - A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo a Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia.

Parágrafo Segundo - A CONTRATADA sujeitar-se á multa moratória simples, de 0,5% (cinco décimos por cento), sobre o total do fornecimento não executado, por dia corrido de atraso, até o 20° (vigésimo) dia, considerando o prazo estabelecido para entrega dos produtos/equipamentos.

Parágrafo Terceiro - No caso de atraso na entrega dos produtos/equipamentos por mais de 10 (dez) dias poderá a Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia, a partir do 5º (quinto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando a contratada impedida de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

Parágrafo Quarto - 10% (dez por cento) sobre o valor constante do Contrato, pela inexecução total do objeto, sem prejuízo das outras sanções cabíveis;

Parágrafo Quinto - A multa será descontada do valor da garantia contratual, da fatura, cobrada diretamente CONTRATADA ou ainda judicialmente.

Parágrafo Sexto - A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) Se a CONTRATADA descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses Fatos resultem prejuízos à Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia;

b) Se a CONTRATADA sofrer condenação definitiva por prática de Fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos ou deixar de cumprir suas obrigações Fiscais ou para fiscais;

c) Se a CONTRATADA tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

Parágrafo Sétimo - As sanções previstas nos incisos I, III e IV, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II desta Cláusula.

Parágrafo Oitavo - A falta dos produtos/equipamentos ou outro adjetivo não poderá ser alegado como motivo de força maior e no eximirá a CONTRATADA das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS ILÍCITOS PENAIS.

As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e será objeto de processo judicial na forma legalmente prevista sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

As despesas decorrentes deste PREGÃO PRESENCIAL Correrão à dotação específica constante na Lei Orçamentária do Município de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, para o Exercício Financeiro de 2019 e ano Ulterior.

Elemento despesa 33.90.30

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.

As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo, aditivo presente ata de Registro de Preços.

II. Integram esta Ata, o Edital do Pregão Presencial nº 013/2019 e seus anexos e as propostas das empresas classificadas para cada grupo.

III. É vedado caucionar ou utilizar a ATA decorrente do presente registro para qualquer operação Financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia.

CLÁUSULA DECIMA OITAVA - DO FORO.

As partes contratantes elegem o foro de São Felix do Araguaia - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam apresente ATA em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da CONTRATANTE, na forma do art. 60 da Lei 8.666 de 21/06/93.

São Félix do Araguaia - MT, 20 de agosto de 2019.

MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA (MT)

JANAILZA TAVEIRA LEITE

PREFEITA MUNICIPAL

GERENCIADOR DA ATA

EMPRESA: F R COMERCIO DE GAS LTDA

CNPJ: 22.161.363/0005-75

FABIANO GUERRA MENDES FALCAO

CPF.: 805.380.704-63

RG.: 1512782 SSP PB

FORNECEDORA DOS PRODUTOS

AVISO RESULTADO PREGÃO 013/2019

AVISO DE RESULTADO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 013/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 033/2019

MODALIDADE SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - MT, através de sua Pregoeira, torna público para conhecimento dos licitantes e da sociedade, o resultado do Pregão Presencial 013/2019, **"**O presente certame tem por objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA" ***FUTURA" E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GAS DE COZINHA GLP, P13 E P45, PARA ATENDER DIVERSOS DEPARTAMENTO E DIVISÕES DESTA PREFEITURA MUNICIPAL, CONFORME TERMO DE REFERENCIA ANEXO I, EDITAL E MINUTA DE CONTRATO,*** durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços, observado às características e demais condições definidas no edital e seus anexos. Visando atender às necessidades das Secretarias Municipais de São Félix do Araguaia/MT e demais órgãos participantes, Portanto Sagrou-se vencedora do certame a **EMPRESA: F R COMERCIO DE GAS LTDA, CNPJ: 22.161.363/0005-75, com sede a AV JOSE FRAGELLI, SN QUADRA B LOTE 14 – Bairro VILA NOVA, SAO FELIX DO ARAGUAIA - MT, CEP: 78670-000 Telefone: (66) 3554-1941**, representada neste ato pelo Sro. FABIANO GUERRA MENDES FALCAO, inscrito no CPF: 805.380.704-63 e portador do RG. : 1512782 SSP PB; vencedor dos Itens: 01, 02 e 03 Valor **total da proposta: R$ 761.500,00(Setecentos e sessenta e um mil e quinhentos reais);**Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço retro mencionado ou pelo Tel.: (66)3522-1606- RAMAL 35.

São Félix do Araguaia - MT, 20 de agosto de 2019.

Meudra Pereira dos Santos

Pregoeira oficial

Port.002/2018

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO 013/2019

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

JANAILZA TAVEIRA LEITE, Prefeita Municipal de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve **Homologar**, com fundamento no Decreto Municipal nº 19/13, de 14 de Março de 2013, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços no âmbito do Município de São Félix do Araguaia - MT, o procedimento licitatório, na modalidade de Pregão Presencial 013/2019, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA" ***FUTURA" E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GAS DE COZINHA GLP, P13 E P45, PARA ATENDER DIVERSOS DEPARTAMENTO E DIVISÕES DESTA PREFEITURA MUNICIPAL, CONFORME TERMO DE REFERENCIA ANEXO I, EDITAL E MINUTA DE CONTRATO*** E PROPOSTA DE PREÇOS FINAL". conforme necessidade da Administração Municipal, ou, durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços observado às características e demais condições definidas no edital e seus anexos.

Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia - MT, aos 21 de agosto de 2019.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

EXTRATO DA ATA 013/2019

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N°013/2019

"Processo nº 033/2019, Pregão Presencial nº 013/2019, Sistema de Registro de Preços nº 013/2019, cujo objeto "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA" FUTURA" ***E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GAS DE COZINHA GLP, P13 E P45, PARA ATENDER DIVERSOS DEPARTAMENTO E DIVISÕES DESTA PREFEITURA MUNICIPAL, CONFORME TERMO DE REFERENCIA ANEXO I, EDITAL E MINUTA DE CONTRATO*** E PROPOSTA DE PREÇOS FINAL.

VALORES REGISTRADOS

SEQ	DESCRIÇÃO	UNID	QTDE	V. UNIT	V. TOTAL	COD TCE- MT	UF TCE-MT
1.	CARGA DE GAS DE COZINHA (GLP); COMPOSIÇÃO BASICA DE PROPANO E BUTANO (GAS DE COZINHA) ACONDICIONADO EM BOTIJÃO COM CAPACIDADE PARA 13 KG, APRESENTADO NO ESTADO LIQUIDO. SEM VASILHAME.	UN	2.700	110,00	297.000,00	145822-1	178
2.	CARGA DE GAS DE COZINHA (GLP); COMPOSIÇÃO BASICA DE PROPANO E BUTANO (GAS DE COZINHA) ACONDICIONADO EM BOTIJÃO COM CAPACIDADE PARA 13 KG, APRESENTADO NO ESTADO LIQUIDO. COM VASILHAME.	UN	450	250,00	112.500,00	11881-8	178
3.	GAS DE COZINHA - COMPOSICAO BASICA PROPANO E BUTANO, ALTAMENTE TÓOXICO E INFLAMAVEL, TIPO A GRANEL COMERCIAL/RESIDENCIAL, PESANDO 45 KILOS, ACONDICIONADO EM BOTIJAO/CILINDRO. RETORNAVEL.	UN	800	440,00	352.000,00	226647-4	78
	TOTAL:					761.500,00	

Valor total da proposta: R$ 761.500,00(Setecentos e sessenta e um mil e quinhentos reais);

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/93. A ata com o Valor ofertado pela empresa vencedora do certame e demais especificações encontrar-se disponibilizada para consulta, nesta Prefeitura.

São Félix do Araguaia – MT, 20 de agosto de 2019.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

PREFEITA MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATO 072/2019

EXTRATO CONTRATO Nº072/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2019

PROCESSO Nº 033/2019

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia - MT

OBJETO: **REGISTRO DE "PREÇO PARA FUTURA"** ***EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GAS DE COZINHA GLP, P13 E P45, PARA ATENDER DIVERSOS DEPARTAMENTO E DIVISÕES DESTA PREFEITURA MUNICIPAL, CONFORME TERMO DE REFERENCIA ANEXO I, EDITAL E MINUTA DE CONTRATO.***

CONTRATADA: EMPRESA: F R COMERCIO DE GAS LTDA, CNPJ: 22. 161.363/0005-75.

VENCEDORA dos Itens: 01, 02 e 03,

Valor **total da proposta: R$ 761.500,00(Setecentos e sessenta e um mil e quinhentos reais);**

Prazo: 12 meses

Período: 21/08/2019 a 21/08/2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO 12- PREGÃO PRESENCIAL N.º 26/2019

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO** ATRAVÉS DE SUA PREGOEIRA TORNA PÚBLICO QUE ESTARÁ REALIZANDO **PROCESSO LICITATÓRIO** MODALIDADE**: 12- PREGÃO PRESENCIAL N.º 26/2019** REGIDA PELA LEI FEDERAL Nº 10.520/2002, PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 045/2014, SUBSIDIADA PELA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993.

OBJETO:**AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE RESERVATORIO DE ÁGUA, 02 (DOIS) PARA ATENDER A DEMANDA DO DEPARTAMENTO D' ÁGUA NAS REGIÕES DO VARJÃO E DO ASSSENTAMENTO SANDRINI. CONFORME DESCRIÇÃO DO TERMO DE REFERENCIA ANEXO I DESTE EDITAL.**

A sessão pública será realizada no Setor de Licitação, sito na Rua; Jose Salmen Hansen, nº 924 Centro, neste Município, no dia **04 de Setembro de 2019**, com início às **13h30min horas**, horário de MT, quaisquer outras informações entre em contato pelos **Tel. (66) 34941113 ou 34941137 pelo site** http://www.saojosedopovo.mt.gov.br, ou **e-mail** licitacao2019sjp@gmail.com, qualquer outras duvidas, **das 12h00min as 17h00-min horas, de segunda a sexta-feira**, na Prefeitura de São Jose do Povo-MT.

SÃO JOSÉ DO POVO-MT21/08/2019.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA
PREFEITO MUNICIPAL
MARIA IRANDI DUARTE
PREGOEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO 016/2019 RATIFICAÇÃO DE JUSTIFICATIVA

O **Município de São Jose do Rio Claro – MT,** através do Prefeito Municipal Sr. VALDOMIRO LACHOVICZ, torna público que, em virtude de haver concordado com as justificativas apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, no processo para Contratação da empresa **NORBERTO MANUTENÇÃO DE APARELHO ELETROTERAPEUTICO LTDA ME**, inscrita no CNPJ: 12.358.287/0001-05, para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos odontológicos do Município de São José do Rio Claro – MT., estima-se para a contratação o valor de **R$ 17.370,00 – (Dezessete mil, trezentos e setenta reais**), pagos conforme apresentação da Nota fiscal atestada pela Secretaria responsável, as despesas referente a está contratação será paga com recurso próprio do Município, após a verificação e autorização da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, conforme disposições em contrato próprio (a ser celebrado), onde formulou-se expediente de Dispensa de licitação, fulcrada no caput do art. 24, inciso II da Lei 8.666/93 e lei Municipal 1.116/2017, **RATIFICA** as justificativas apresentadas e autoriza a contratação, dando cumprimento ao que dispõe o art. 26 do mesmo diploma legal. São Jose do Rio Claro – MT, 21 de agosto de 2019. **VALDOMIRO LACHOVICZ -** Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
LEI Nº 1.232, DE 21 DE AGOSTO DE 2019

"DISPÕE SOBRE A INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL REFERENTE ÀS AGROINDÚSTRIAS DE PEQUENO PORTE E AGROINDÚSTRIAS ARTESANAIS NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

VALDOMIRO LACHOVICZ, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a presente lei

Art. 1º Esta Lei regula e normatiza a obrigatoriedade da inspeção e fiscalização sanitária de produtos de origem animal referente às agroindústrias de pequeno porte no município de São José do Rio Claro-MT, destinados ao comércio na área do município, com amparo na Legislação Federal nº1283/1950.

Parágrafo único – Esta Lei está em conformidade à Lei Federal nº9.712/1998, ao Decreto Federal nº 5.741/2006 alterado pelo Decreto Federal nº8.445/2015 e pelo Decreto Federal nº8.471/2015 e ao Decreto Federal nº 7.216/2010, que constitui e regulamentou o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA), bem como à Instrução Normativa MAPA nº16 de 23 de junho de 2015, Instrução Normativa MAPA nº 05 de 14 de fevereiro de 2017 e Lei Estadual nº 10.673/2018.

Art. 2º Cabe a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente do Município, através do Serviço de Inspeção Municipal (S.I.M.), dar cumprimento às normas estabelecidas na presente Lei e aplicar as penalidades nela previstas.

Parágrafo 1º A Inspeção Municipal, depois de instalada, pode ser executada de forma permanente ou periódica.

§ 2º A Inspeção deve ser executada obrigatoriamente de forma permanente nos estabelecimentos durante o abate das diferentes espécies animais.

I – entende-se por espécies animais de abate, os animais domésticos de produção, silvestres e exóticos criados em cativeiros ou provenientes de áreas de reserva legal e de manejo sustentável.

§ 3º Nos demais estabelecimentos previstos nesta Lei a inspeção será executada de forma periódica.

I – os estabelecimentos com inspeção periódica terão a frequência de execução de inspeção estabelecida em normas complementares expedidos por autoridade competente da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente considerando o risco dos diferentes produtos e processos produtivos envolvidos e o resultado da avaliação dos controles dos processos de produção.

Art. 3 Para efeito desta Lei entende-se por:

I – Agroindústria de pequeno porte como o estabelecimento agroindustrial de pequeno porte de produtos de origem animal de agricultores familiares ou de produtor rural, de forma individual ou coletiva, com área útil construída de até 250 m² (duzentos e cinquenta metros quadrados), dispondo de instalações para:

a) Abate ou industrialização de animais produtores de carnes; b) Processamento de pescado ou seus derivados; c) Processamento de leite ou seus derivados; d) Processamento de ovos ou seus derivados; e) Processamento de produtos das abelhas ou seus derivados.

II – Agroindústria artesanal como o estabelecimento onde se processa a transformação de produtos de origem animal e vegetal elaborado em pequena escala, com características tradicionais ou regionais próprias, devidamente identificadas para a comercialização.

Parágrafo único – Na agroindústria artesanal deverá ser utilizado no mínimo cinquenta por cento da mão de obra familiar.

Art. 4º As normas específicas relativas à defesa agropecuária servirão de referência para todos os serviços de inspeção e fiscalização sanitária, para:

I – produção rural para a preparação, manipulação ou armazenagem doméstica de produtos de origem animal para consumo familiar, que ficará dispensada de registro, inspeção e fiscalização.

II – venda ou no fornecimento a retalho ou a granel de pequenas quantidades de produtos de origem animal provenientes da produção primária, direto ao consumidor final, pelo agricultor familiar ou equivalente e suas organizações ou pelas pequenas propriedades rurais que os produzem;

III – na Agroindustrialização realizada pela agricultura familiar ou equivalente e suas organizações, inclusive quanto às condições estruturais e de controle de processo.

Parágrfo único – A Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de São José do Rio Claro-MT poderá estabelecer parceria e cooperação técnica com municípios, Estado de Mato Grosso, União e/ou Consórcio Público para facilitar o desenvolvimento de atividades e para a execução do serviço de Inspeção sanitária em conjunto com outros municípios.

Art. 5º As ações dos serviços de inspeção e fiscalização sanitária respeitarão os seguintes princípios:

I – a inclusão social e produtiva da agroindústria de pequeno porte;

II – harmonização de procedimentos para promover a formalização e a segurança sanitária da agroindústria de pequeno porte;

III – atendimento aos preceitos estabelecidos na Lei Federal nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007, no Decreto Federal nº3.551, de 4 de agosto de 2000, na Lei Complementar Federal nº123, de 14 de dezembro de 2006, e suas alterações, na Lei Federal nº11.326, de 24 de julho de 2006, e no Decreto Federal nº7.358, de 17 de novembro de 2010,

IV – na transparência dos procedimentos de regularização;

V – racionalização, simplificação e padronização dos procedimentos e requisitos de registro sanitário dos estabelecimentos, produtos e rotulagem;

VI – integração e articulação dos processos e procedimentos junto aos demais órgãos e entidades referentes ao registro sanitário dos estabelecimentos, a fim de evitar a duplicidade de exigências, na perspectiva do usuário;

VII – razoabilidade quanto às exigências aplicadas;

VIII – disponibilização presencial e/ou eletrônica de orientações e instrumentos para o processo de registro sanitário dos estabelecimentos, produtos e rótulos;

IX – fomento de políticas públicas e programas de capacitação para os profissionais dos serviços de inspeção sanitária para atendimento à agroindústria familiar.

Art. 6º Para o registro do estabelecimento agroindustrial de pequeno porte serão necessários os seguintes documentos:

I – requerimento de registro;

II – laudo de análise microbiológica da água;

III – apresentação da inscrição estadual, contrato social ou firma individual e Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, respeitando o que for pertinente a condição de microempreendedor individual;

IV – croqui das instalações na escala 1:100, que pode ser elaborado por profissionais habilitados de órgãos governamentais ou privados;

V – licenciamento ambiental, de acordo com a Resolução do CONAMA nº385/2006;

VI – alvará de licença e funcionamento da prefeitura;

VII – atestado de saúde dos trabalhadores.

§ 1º - Quando o estabelecimento possuir mais de uma atividade deve ser acrescentado classificação secundária à sua classificação principal.

§ 2º - Ao estabelecimento que realize atividades distintas na mesma área industrial, em dependências diferentes ou não, e pertencente ou não à mesma razão social, será concedido a classificação que couber a cada atividade, podendo ser dispensada a construção isolada de dependências que possam ser comuns.

§ 3º - No estabelecimento agroindustrial de pequeno porte o responsável técnico poderá ser suprido por profissional técnico de órgãos governamen-

tais ou privado ou por técnico de assistência técnica, exceto agente de fiscalização sanitária.

Art. 7º As agroindústrias de pequeno porte e as agroindústrias artesanais seguirão características gerais definidas em Instruções Normativas.

Art. 8º Será objeto de inspeção e fiscalização prevista nesta Lei:

I – os animais destinados ao abate, seus produtos, seus subprodutos e matérias primas;

II – os pescados e seus derivados;

III – o leite e seus derivados;

IV – os ovos e seus derivados;

V – os produtos das abelhas e seus derivados.

Art. 9º Os empreendimentos agroindustriais de pequeno porte, bem como seus produtos, rótulos e serviços ficam isentos do pagamento de taxas de registro e de inspeção e fiscalização sanitária, conforme definido na Lei Complementar nº123/2006.

Art. 10 As infrações e normas previstas nesta lei serão aplicadas, isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo das punições de natureza cível e penal.

I – advertência – quando o infrator for primário ou não tiver agido com dolo ou má fé;

II – multa de até 500 (quinhentos) UPFM (Unidade Padrão Fiscal do Município), nos casos de reincidência, dolo ou má fé;

III – apreensão ou inutilização das matérias primas, produtos, subprodutos e derivados de origem animal quando não apresentarem condições higiênico-sanitárias adequadas ao fim a que se destinam ou adulterados;

IV – suspensão das atividades do estabelecimento se causar risco ou ameaça de natureza higiênico-sanitária ou embaraço aos fiscalizadores;

V – a interdição total ou parcial, quando a infração versar sobre falsificação e adulteração de produtos, verificando-se a inexistência de condições higiênico-sanitárias adequadas;

§ 1º Constitui agravante se a infração for por artifícios, ardil, simulação, desacato, embaraço ou resistência na ação fiscal.

§ 2º A suspensão poderá ser levantada após ser completamente atendida às exigências que deram origem à sanção.

§ 3º Não providenciada o levantamento da suspensão nos termos do parágrafo anterior, o registro no S.I.M., será cancelado no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 13 As penalidades impostas na forma desta lei serão aplicadas pela direção do S.I.M.

Art. 14 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 21 de agosto de 2019.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
LEI Nº 1.233, DE 21 DE AGOSTO DE 2019

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DO ARTIGO 1º DA LEI Nº 1.227, DE 26 DE JUNHO DE 2019.

VALDOMIRO LACHOVICZ, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a presente Lei:

Art. 1º Fica alterado art. 1º da Lei nº 1.227/2019, que passará a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Será concedido desconto de 15% (quinze por cento) para o contribuinte que efetuar o pagamento em quota única até dia 2 de setembro de 2019, do Imposto Predial e Territorial Urbano exercício de 2019, excetuadas as taxas junto dele lançadas.

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições da Lei nº 1.227/2019.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias, especialmente a Lei nº 1.230 de 25 de julho de 2019.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 21 de agosto de 2019.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 003/2019 RATIFICAÇÃO DE JUSTIFICATIVA

O **Município de São Jose do Rio Claro – MT**, através do Prefeito Municipal Sr. **Valdomiro Lachovicz**, torna público que, em virtude de haver concordado com as justificativas apresentadas pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, no processo para Contratação da empresa **DYMAK MÁQUINAS RODOVIÁRIAS LTDA,** inscrita no CNPJ: 01.840.707/0001-79, para Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de veículo lotado na secretaria de infraestrutura, estima-se para essa contratação o valor de R$ **5.950,00 (Cinco mil reais, novecentos e cinqüenta reais)** pagos com recurso próprio do Município, após a verificação e autorização da Secretaria Municipal de Infraestrutura, conforme disposições em contrato próprio (a ser celebrado), onde formulou-se expediente de Dispensa de licitação, fulcrada no caput do art. 25, inciso I da Lei 8.666/93, **RATIFICA** as justificativas apresentadas e autoriza a contratação, dando cumprimento ao que dispõe o art. 26 do mesmo diploma legal. 21 de agosto de 2019. **VALDOMIRO LACHOVICZ -** Prefeito Municipal

---

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE-CMS - RESOLUÇÃO N° 005/2019, DE 29 DE JULHO DE 2019

DISPÕE SOBRE A PADRONIZAÇÃO DOS EXPEDIENTES DE PEDIDOS DE ANÁLISES CLINICAS LABORATORIAIS E DE IMAGENS E REGULA O ACESSO AO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO-MT.

O Conselho Municipal de Saúde de São José do Rio Claro/MT, criado pela Lei nº 799 de 17 de novembro de 2009, alterada pela Lei nº 805 de 17 de dezembro de 2009, no exercício das suas atribuições legais que lhes conferem as Leis Federais Orgânicas da Saúde nº 8.080 de 19/9/90 e nº 8.142 de 28/12/90, e a Lei Complementar Estadual nº 22 de 9/11/92; e

Considerando as previsões da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe, entre outros, sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;

Considerando o Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde – SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências;

Considerando que a atenção à saúde constitui-se na razão e objetivo do Sistema Único de Saúde e que os usuários buscam serviços do SUS para prevenção, promoção e recuperação à saúde;

Considerando a formulação de estratégias e controle da execução da política de saúde, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros;

Considerando a necessidade de padronizar os expedientes de pedidos de análises clínicas laboratoriais e de imagens no município com acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Considerando decisão do plenário do Conselho Municipal de Saúde de São José do Rio Claro – MT, instância máxima de controle social de saúde do município, em reunião extraordinária número oito, realizada na data de vinte e nove de julho de 2019,

RESOLVE:

Art.1° - Fica instituída a padronização dos expedientes de pedidos de análises clínicas laboratoriais e de imagens para os profissionais de saúde que atuam na rede municipal.

I – Pedido de exame Laboratorial;

II – Pedido de Radiografia;

III – Pedido de Ultrassonografia;

IV – Pedido de Eletrocardiograma;

V – Todos os exames/procedimentos/consultas de média e alta complexidade que necessitam de regulação para cidade de referência (Cuiabá), deverão seguir protocolos conforme diretrizes do Estado de Mato Grosso.

Parágrafo Único – O Hospital Municipal poderá receber pacientes oriundos do atendimento particular em situação de urgência e emergência.

Art. 2º - As unidades executantes da rede municipal diretas e indiretas de prestação exclusiva do SUS, somente receberão pacientes diante pedido (guia especifica do exame) do profissional de saúde credenciado na Atenção Básica, Especializada e de Urgência/Emergência do município.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4 º. Revogam-se as disposições em contrário

São José do Rio Claro-MT, 29 de julho de 2019.

JOÃO FIALHO

Presidente CMS

Homologo: **LILIAN ROSA TAVARES DA SILVA BERNARDO**

Secretária Municipal de Saúde e Saneamento Básico

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL N° 00003, DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003.

MUNICÍPIO - SAO JOSE DO RIO CLARO – MT

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse. O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s]. Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s) Nome Completo / Razão Social CPF/CNPJ Termo de Intimação Fiscal (ITR) JOSE CESARIO DE CASTILHO 011.001.068-04 9199/00002/2019

MECHAMINO LAZARIN 059.811.829-20 9199/00004/2019

JOEL RUBIN 961.927.041-04 9199/00006/2019

HERBERT MORA CASELLA 552.331.048-49 9199/00026/2019

MANOEL FRANCISCO DE SOUZA 139.854.428-00 9199/00024/2019

ANTONIO LOMBARDI 005.380.869-04 9199/00067/2019

CLAUDECIR FRANCISCO CENEDESE 482.258.351-15 9199/00063/2019

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR Nome: ROBERTO BUSCIOLI GRUNOV Matrícula: 00000893 Cargo: SECRETÁRIO DE FINANÇAS Assinatura:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
LEI Nº 1.231, DE 21 DE AGOSTO DE 2019

"DISPÕE SOBRE A INSPEÇÃO INDUSTRIAL, HIGIÊNICO E SANITÁRIA DOS PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO – MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

VALDOMIRO LACHOVICZ, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a presente Lei.

Art. 1º Fica instituído o Serviço de Inspeção Municipal – S.I.M., no Município de São José do Rio Claro – MT, dotado de estrutura mínima para o seu funcionamento.

Parágrafo único – Esta Lei regula a obrigatoriedade da Inspeção e Fiscalização dos Produtos de Origem Animal e Vegetal produzidos no Município de São José do Rio Claro – MT e destinados ao Comércio Municipal, nos termos da Lei Federal nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950.

Art. 2º Cabe à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, através do Serviço de Inspeção Municipal, dar cumprimento às normas estabelecidas e impor as penalidades previstas na presente Lei.

Parágrafo único – O serviço de Inspeção Municipal é de exclusiva responsabilidade da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, sob a responsabilidade damesma que passará a ter a atribuição da inspeção a ser regulamentado em legislação própria.

Art. 3º Cabe a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, através do Serviço de Inspeção Municipal – S.I.M., incumbida da Inspeção e Fiscalização sanitária municipal de produtos de origem animal, deverá coibir o abate clandestino de animais e a respectiva industrialização dos seus produtos, separadamente ou em ações conjuntas, com os agentes fiscais sanitários da Vigilância Sanitária do Município. E à Secretaria Municipal de Saúde através da Vigilância Sanitária inspecionar e fiscalizar os produtos de origem vegetal, podendo para tanto, requisitarem força policial.

§ 1º Cabe à Secretaria Municipal de Saúde, através da Vigilância Sanitária, a fiscalização na área de comercialização de todos os alimentos, clandestinos ou não, em consonância com a legislação sanitária em vigor;

§ 2º A Vigilância Sanitária, na função de fiscalização no comércio de produtos e subprodutos de origem animal e vegetal, comunicará o S.I.M., os resultados das ações e análises sanitárias que efetuarem nos referidos produtos, apreendidos ou inutilizados nas diligências que realizarem.

Art. 4º A direção e execução das atividades inerentes ao Serviço de Inspeção Municipal – S.I.M., será privativa de Médico Veterinário, devidamente habilitado no seu respectivo conselho.

§ 1º O Serviço de Inspeção Municipal poderá contar com o Agente de Inspeção e Fiscalização Sanitária Animal e Vegetal, com formação mínima em nível médio, se houver necessidade;

§ 2º O Município poderá estabelecer parceria e cooperação técnica com outros municípios, Estado de Mato Grosso, Uniãoe/ou Consórcio Público para facilitar o desenvolvimento de atividades e para a execução do serviço de Inspeção Sanitária bem como solicitar a adesão ao SISBI/SUASA.

§ 3º Para fins de implementação desta Lei, fica o Município autorizado a fazer adesão ao Sistema de Inspeção Regional consorciado a ser implantado pelo Consórcio Público Intermunicipal.

Art. 5º Serão objetos de Inspeção e Fiscalização dos produtos, subprodutos e derivados comestíveis e não comestíveis, previstos nesta Lei:

§ 1º Dos produtos de origem animal:

I – dos animais destinados ao abate, seus produtos, subprodutos e matérias-primas;

II – do pescado e seus derivados;

III – do leite e seus derivados;

IV – dos ovos e seus derivados;

V – do mel de abelha, cera e seus derivados;

VI – demais produtos de origem animal.

§ 2º Dos produtos de origem vegetal:

I – da fécula de vegetais e seus derivados;

II – do amido dos produtos vegetais e seus derivados;

III – das conservas em geral, oriundas de produtos vegetais e derivados;

IV – dos produtos vegetais processados, em compotas, etc.;

V – demais produtos de origem vegetal, exceto produtos de forma in natura.

§ 3º O Serviço de Inspeção Municipal respeitará as especificidades dos diferentes tipos de produtos e das diferentes escalas de produção, incluindo a agroindústria rural de pequeno porte de produtos de origem animal o qual será regulamentado por decreto.

Art. 6º A inspeção e a fiscalização de que trata esta Lei serão realizadas nos estabelecimentos que, de modo geral, recebam, manipulam, armazenam ou acondicionam produtos de origem animal e/ou vegetal.

I – nos estabelecimentos industriais especializados, que se situem em áreas urbanas e ou rurais;

II – nas propriedades rurais com instalações adequadas às Normas Municipais, Estaduais e Federais para o abate de animais e seu preparo ou industrialização, sob qualquer forma, para o consumo humano;

III – nos entrepostos de pescado e nos estabelecimentos que o processar e ou industrializar;

IV – nas usinas de beneficiamento de leite, nas fábricas de laticínios, nos postos de recebimento, refrigeração e manipulação de seus derivados e nas propriedades rurais com instalação adequada para a manipulação, industrialização e o preparo do leite e seus derivados, sob qualquer forma, para o consumo;

V – nos entrepostos de ovos, fábrica de conserva e nos estabelecimentos de produtos derivados;

VI – nos entrepostos de mel, cera de abelha e nos estabelecimentos de produtos derivados.

§ 1º Os estabelecimentos de médio e grande porte,que abatem animais ficam obrigados a manter Médico Veterinário como responsável técnico – R.T., devidamente registrado no CRMV/MT. Para estabelecimentos de pequeno porte, o mesmo será acompanhado por responsável técnico do Serviço Público.

§ 2º O responsável técnico será corresponsável, juntamente com o representante legal e ou proprietário do estabelecimento, pela qualidade dos produtos elaborados.

Art. 7º Os estabelecimentos industriais de produtos de origem animal e vegetal, somente poderão funcionar no município após prévio registro no S.I.M., conforme regulamento e demais atos que venham a ser instituídos pelo Poder Executivo Municipal.

Art. 8º A inspeção e fiscalização de que trata a presente Lei abrange os aspectos industriais e higiênico-sanitários dos produtos de origem animal e vegetal, comestíveis e não comestíveis, sejam ou não preparados, transformados, depositados ou em trânsito.

Art. 9º As análises referentes aos produtos de origem animal e vegetal, de que trata esta Lei, serão executadas em Laboratório Oficial ou em outros Laboratórios credenciados.

Art. 10 As infrações às normas previstas nesta Lei serão penalizadas, isoladas ou cumulativamente, com as seguintes sanções, sem prejuízo das punições de natureza civil e penal cabíveis:

I – advertência, quando o infrator for primário ou não tiver agido com dolo ou má-fé;

II – multa de até 2000 (duas mil) UPF-MT (Unidade Padrão Fiscal do Estado de Mato Grosso), nos casos de reincidência, dolo ou má fé;

III – apreensão e inutilização das matérias-primas, produtos, subprodutos e derivados de origem animal quando não apresentarem condições higiênico-sanitárias adequadas ao fim a que se destinam ou foram adulterados;

IV – suspensão das atividades dos estabelecimentos, se causarem risco ou ameaça de natureza higiênico-sanitária ou caso de embaraço da ação fiscalizadora;

V – interdição total ou parcial do estabelecimento quando a infração consistir na falsificação ou adulteração de produtos ou se verificar a inexistência de condições higiênico-sanitárias adequadas.

§ 1º Constitui agravante o uso de artifício, ardil, simulação, desacato, embaraço ou resistência à ação fiscal.

§ 2º A suspensão poderá ser levantada após o atendimento das exigências que motivarem a sanção.

§ 3º Se a suspensão não for levantada nos termos do parágrafo anterior, decorrido 12 (doze) meses, será cancelado o respectivo registro no S.I.M.

Art. 11 As penalidades impostas na forma do artigo precedente serão aplicadas pela Coordenadoria de Inspeção após transcorrido o processo administrativo.

Parágrafo único – O Poder Executivo Municipal regulamentará por decreto o processo administrativo para apuração das infrações.

Art. 12 Compete ao Poder Executivo fixar e arrecadar as taxas de serviços relativos à Vigilância e Inspeção de produtos de origem animal e vegetal.

Art. 13 Esta Lei será regulamentada pelo Poder Executivo Municipal através de Decreto.

Art. 14 A execução das atividades referentes a presente Lei será implantada de acordo com a demanda existente no município.

Art. 15 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal nº 532 de 20 de agosto de 2003.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 21 de agosto de 2019.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 141/2019

PORTARIA Nº. 141/2019

DE 01 DE AGOSTO DE 2019.

"**DISPÕE SOBRE MEMBROS PARA A COMISSÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E VALORIZAÇÃO DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO - FUNDEB DO**

MUNICIPIO DE SÃO JOSÉ DO XINGU – MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Vanderley Soares da Silva, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Comissão do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação- FUNDEB.

Representante do Poder Executivo:

Titular: RAVIANO DOS SANTOS COELHO - CPF: 046.872.001-41

Suplente: MARINEIDE BATISTA CARDOSO - CPF: 269.286.553-72

Titular: FRANTHIELLE VIANA DE PAULA - CPF: 862.112.851-91

Suplente: DANIEL VINÍCIUS MIRANDA E SILVA - CPF: 036.684.501-29

Representante dos Docente da Educação Básica Pública:

Titular: NOELMA SILVA DE OLIVEIRA - CPF: 604.585.341-53

Suplente: ROSIMAR DIVINA DE MEDEIROS - CPF: 598.575.441-34

Representante dos Diretores das Escolas Educação Básica Pública:

Titular: KARINA BARBOSA SIMÃO BARROS - CPF: 835.726781-53

Suplente: JUDITE RODRIGUES DA SILVA - CPF: 906.327.611-72

Representante dos Servidores Técnicos Administrativos das Escolas Educação Básica Pública:

Titular: ANDREIA SILVA OLIVEIRA - CPF: 002.926.651-30

Suplente: ADILANEA ALMEIDA DE OLIVEIRA - CPF: 013.760.151-45

Representante de Pais e Alunos da Educação Básica Pública:

Titular: CLENI MARIA ABREU DA SILVA - CPF: 787.424.201-72

Suplente: FABIANE BREGOLI DE LIMA MACHADO - CPF: 994.623.201-44

Titular: MAURINA PEREIRA DA SILVA - CPF: 013.286.071-60

Suplente: EDINILDA MARTINS LUZ - CPF: 033.854.791-69

Representante dos Alunos da Educação Básica Pública:

Titular: EMILY COSTA E SILVA NETO - CPF: 060.271.811-25

Suplente: MATHIAS SILVA MOURA - CPF: 061.736.331-59

Titular: JOÃO PAULO GOMES BARBOSA - CPF: 038.176.911-90

Suplente: JHENNIFER BÁRBARA PEREIRA CARDOSO - CPF: 061.141.501-12

Representantes do Conselho Tutelar Municipal:

Titular: MARIA DE JESUS R. DE SOUSA FEITOSA - CPF: 008.851.351-30

Suplente: LEIDIANE PEREIRA DIAS - CPF: 011.322.111-82

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Em, 01 de agosto de 2019.

Vanderley Soares da Silva

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

PREVIQUAM
PORTARIA N.º 90/2019

PORTARIA N.º 90/2019 "Dispõe sobre a concessão do benefício de aposentadoria por invalidez em favor do Sr. Antônio Machado de Castro"

O Diretor Executivo do PREVIQUAM, Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 6-A, § único, da Emenda Constitucional n. º 41, com redação determinada pela emenda constitucional de n. º 70, de 29 de março de 2012, Art. 12, inciso "I", da Lei Municipal n. º 006/05, de 01 de junho de 2005.

Resolve,

Art. 1º *Conceder o benefício de* ***aposentadoria por invalidez*** *a favor do* o **Sr. Antônio Machado de Castro**, portador do RG. n. º 649.004 SSP/MT, inscrito no CPF/MF n. º 411.390.541-04 *e Título Eleitoral de n.º 000467601805, Zona "042", Seção "0209", efetivo no cargo de* ***Auxiliar de Serviços Externo, Nível "A", Referencia "03", matricula n.º 1130*** *contando com um total de* ***6.229 dias, ou seja, 17 (dezessete) anos e 20 (vinte) dias,*** *de serviços prestados, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, com* ***proventos proporcionais e sem direito a paridade****, conforme o processo do PREVIQUAM n.º* 017/2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de abril de 2019, revoga-se neste ato a portaria n.º 045/2019.

Registre, publique e cumpra-se.

São José dos Quatro Marcos - MT, 21 de agosto de 2019.

Miguel Souza Andrade Junior

Diretor Executivo

HOMOLOGO**:**

Ronaldo Floreano dos Santos

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 474/2019.

"Dispõe sobre averbação de Tempo de Contribuição, não concomitante, em favor da **Sra. Antonia Pereira Lima** servidora pública efetiva deste município."

O EXMO Prefeito do Município de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

RESOLVE:

Artigo 1º. - Averbar o tempo de contribuição não concomitante trabalhado pela servidora **Sra. ANTONIA PEREIRA LIMA**, portadora do RG nº. 2.038.723-7 SSP/MT, inscrita no CPF nº. 104.499.008-27, matriculada sob nº. 06, conforme Certidão Original de Tempo de Contribuição nº. **10021040.1.00016/19-4** expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, o equivalente a: **2.213 (dois mil duzentos e treze) dias líquidos**, correspondentes a **06 (seis) anos e 23 (vinte e três) dias** de tempo de contribuição

Artigo 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à **19/08/2019**, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tabaporã/MT, 21 de Agosto de 2019.

SIRINEU MOLETA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 482/2019

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Em virtude da Suspensão da Concessão de 30 (trinta) dias de Férias, conforme Portaria 248/2019,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER *"FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 08/08*2019, com término em 06/09/2019*, *referente ao período aquisitivo de 11/01/2018 à 10/01/2019,* ao senhor ***ANTONIO MARCOS DE OLIVEIRA*,** servidor com matricula no RH nº. 1655, no cargo de **Conselheiro Tutelar**, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.

Parágrafo Único: - Em razão ao pagamento integral do adicional previsto no artigo 91 do Estatuto do Servidor Público (Lei 218/99) na competência Maio de 2019, o servidor não mais fará jus ao mesmo.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de 08/08/2019, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 22 de Agosto de 2019.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 479/2019

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAR O TEMPO DE SERVIÇO** da Senhora ***LEILA COWASKI DOMINGOS SANTOS*,** servidora efetiva, com matricula no RH nº. 1696, admitida em 14/03/2017, no cargo de **Agente de Apoio a Saúde II – Recepcionista**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde desta Prefeitura, da **Classe A – Nível 01, para perceber na Classe A – Nível 02, correspondente ao valor de R$: 1.096,41 (Um Mil, Noventa e Seis Reais e Quarenta e Um Centavos),** *de acordo com a Lei Municipal nº. 842/2011 e suas alterações, e ainda, em conformidade com a Constituição Federal.*

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 22 de Agosto de 2019.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 483/2019

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – RETORNAR DO AUXÍLIO DOENÇA a partir do dia 27/08/2019, a Senhora **ANGELICA SABRINA COELHO,** servidora estável, admitida em 20/04/2012, com matricula no RH nº. 1371,nocargo de **Técnico de Desenvolvimento Infantil**, **lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer desta Prefeitura**, de acordo com Lei Municipal nº. 218/99, Art. 73-I e de acordo com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se;

Registre-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 22 de Agosto de 2019.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 484/2019

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - Conceder LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDEa Senhora **LUCIENE OLIMPIO TORRES**, servidora com matricula no RH nº. 1826, no cargo de **Agente de Saúde I – Agente de Combate a Endemias**, lotada **na Secretaria Municipal de** Saúde desta Prefeitura Municipal, de acordo com Lei Municipal nº. 218/99, Art. 73-I e de acordo com a Constituição Federal.

Artigo 2º. – Fica determinado ao Departamento de Recursos Humanos, afastar a servidora acima mencionado da Folha de Pagamento da Prefeitura Municipal, a partir da data de 15/08/2019, transferindo os encargos salariais ao Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipal de Tabaporã (Previporã), até a alta atestada pela equipe médica perita, em conformidade com as Leis nº. 482/2004e a Lei nº. 218/1999, art. 73, inciso I, §§ 2º., 3º. e os Art. 74 a 76 e suas alterações.

Artigo 3º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data 15/08/2019, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se;

Registre-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 22 de Agosto de 2019.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 485/2019

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – RETORNAR DO AUXÍLIO DOENÇA a partir do dia 22/08/2019, a Senhora **LUCIENE OLIMPIO TORRES**, servidora com matricula no RH nº. 1826, no cargo de **Agente de Saúde I – Agente de Combate a Endemias**, lotada **na Secretaria Municipal de** Saúde desta Prefeitura Municipal, de acordo com Lei Municipal nº. 218/99, Art. 73-I e de acordo com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se;

Registre-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 22 de Agosto de 2019.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 486/2019

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – RETORNAR DO AUXÍLIO DOENÇA a partir do dia 30/08/2019, a Senhora **ELUZIA MARIA DA SILVA**, servidora com matricula no RH nº. 1832, no cargo de **Técnico de Nível Superior I – Assistente Social**, lotada **na Secretaria Municipal de** Assistência Social e Cidadania desta Prefeitura Municipal, de acordo com Lei Municipal nº. 218/99, Art. 73-I e de acordo com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se;

Registre-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 22 de Agosto de 2019.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 475/2019

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAR O TEMPO DE SERVIÇO** do Senhor **LUCIO TELES,** servidor efetivo, admitido em 06/02/2017, nocargo de **Agente da Administração Publica II - Motorista** com matricula no RH nº. 1692, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos **desta Prefeitura**, da **Classe A – Nível 01, para perceber na Classe A – Nível 02, correspondente ao valor de R$: 1.660,56 (Um Mil, Seiscentos e Sessenta Reais e Cinquenta e Seis Centavos),** *de acordo com a Lei Municipal nº. 840/2011 e suas alterações, e ainda, em conformidade com a Constituição Federal.*

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 22 de Agosto de 2019.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 476/2019

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAR O TEMPO DE SERVIÇO** da Senhora ***ROSANGELA RODRIGUES DOS SANTOS BENTO*****,** servidora efetiva, admitida em 08/02/2017, com matricula no RH nº. 1693, no cargo de **Agente de Apoio a Saúde II – Recepcionista**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde desta Prefeitura, da **Classe A – Nível 01, para perceber na Classe A – Nível 02, correspondente ao valor de R$: 1.096,41 (Um Mil, Noventa e Seis Reais e Quarenta e Um Centavos),** *de acordo com a Lei Municipal nº. 842/2011 e suas alterações, e ainda, em conformidade com a Constituição Federal.*

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 22 de Agosto de 2019.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 477/2019

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAR O TEMPO DE SERVIÇO** do Senhor ***CICERO CARLOS DE FREITAS*****,** servidor efetivo, com matricula no RH nº. 1691, no cargo de **Agente de Manutenção - Vigia**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde desta Prefeitura, da **Classe A – Nível 01, para perceber na Classe A – Nível 02, correspondente ao valor de R$: 1.096,41 (Um Mil, Noventa e Seis Reais e Quarenta e Um Centavos),** *de acordo com a Lei Municipal nº. 842/2011 e suas alterações, e ainda, em conformidade com a Constituição Federal.*

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 22 de Agosto de 2019.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 480/2019

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Invalidez a servidora **Sra. Antonia Pereira Lima**."

O EXMO Prefeito do Município de Tabaporã, estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais; e

Considerando o Art. 40, § 1º, inciso I da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº. 41/2003, c/c o Art. 6-A da Emenda Constitucional nº. 41/2003, acrescentado pela EC nº. 70/2012, que estabeleceu os critérios para o cálculo de proventos da Aposentadoria por Invalidez dos servidores públicos que ingressaram no serviço público até 31/12/2003, data da publicação da EC nº. 41/2003, c/c o Art. 12, inciso I, da Lei nº. 482 de 14/12/2004, que instituiu o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Tabaporã/MT; Lei Municipal nº. 842, de 28/06/2011, dispõe sobre instituiu o Plano de Cargos e Carreira dos Profissionais do Sistema Único de Saúde do Município; e seu respectivo anexo III, atualizado pelo Decreto nº. 3.820 de 30/05/2019, que dispõe sobre a atualização das Tabelas de Vencimentos do Plano de Cargo, Carreiras e Salários, contidos na Lei Municipal nº. 842/2011 e suas alterações (PCCS da Saúde), dadas por Leis de Recomposição Geral Anual posteriores à aprovação do PCCS;

Resolve:

Artigo 1º. - Conceder o benefício **Aposentadoria por Invalidez**, a servidora Sra. **Antonia Pereira Lima**, brasileira, portadora da cédula de identidade n.º 2.038.723-7 SSP/MT e do CPF n.º 104.499.008-27, servidora efetiva no cargo de Agente de Apoio a Saúde I - Agente de Limpeza Pública, classe "A", nível "16", com carga horária de 40 horas semanais, contando com 23 (vinte e três) Anos e 03 (três) Dias de tempo total de contribuição, lotada na Secretaria Municipal Saúde, sob matricula nº. 06, **com proventos proporcionais, com base na remuneração do cargo efetivo e com paridade,** conforme processo administrativo **PREVIPORÃ**, n.º **2019.03.00030P**, a partir da data de **22/08/2019** até posterior deliberação.

Artigo 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Tabaporã/MT, 22 de Agosto de 2019.

SIRINEU MOLETA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 481/2019

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Invalidez a servidora **Sra. Ruth Rodrigues Maia**."

O EXMO Prefeito do Município de Tabaporã, estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais; e

Considerando o Art. 40, § 1º, inciso I da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº. 41/2003, c/c o Art. 6-A da Emenda Constitucional nº. 41/2003, acrescentado pela EC nº. 70/2012, que estabeleceu os critérios para o cálculo de proventos da Aposentadoria por Invalidez dos servidores públicos que ingressaram no serviço público até 31/12/2003, data da publicação da EC nº. 41/2003, c/c os Art. 12, inciso I e 14, da Lei nº. 482 de 14/12/2004, que Instituiu o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Tabaporã/MT; Lei Municipal nº. 840 de 28/06/2011, dispõe sobre a Reestruturação do Quadro de Pessoal e o Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos da Prefeitura Municipal de Tabaporã/MT; e seu respectivo anexo III, dado pelo Decreto nº. 3.819, de 30/05/2019, que dispõe sobre a atualização das Tabelas de Vencimentos do Plano de Cargo, Carreiras e Salários, contidos na Lei Municipal nº. 840/2011 e suas alterações (PCCS da Administração Geral do Poder Executivo), dadas por Leis de Recomposição Geral Anual posteriores à aprovação do PCCS;

Resolve:

Artigo 1º. - Conceder o benefício **Aposentadoria por Invalidez**, a servidora Sra. **Ruth Rodrigues Maia**, brasileira, portadora da cédula de identidade nº. 1.552.504-0 SSP/MT e inscrita no CPF nº. 987.008.631-49, servidora efetiva no cargo de Agente de Manutenção – Trabalhador Braçal, com carga horária de 40 horas semanais, Classe "A", Nível "17", contando com 17 (dezessete) Anos, 07 (sete) Meses e 05 (cinco) Dias de tempo total de contribuição, lotada na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, sob matricula nº. 133, **com proventos integrais e com paridade,** conforme processo administrativo **PREVIPORÃ**, nº. **2019.03.00031P**, a partir da data de **22/08/2019** até posterior deliberação.

Artigo 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Tabaporã/MT, 22 de Agosto de 2019.

SIRINEU MOLETA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº. 3.850/2019

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Artigo 1º - Fica Decretado a **VACÂNCIA DE CARGO PÚBLICO,** em virtude de Aposentadoria por Invalidez ocorrido na data de 22/08/2019, da Senhora **ANTONIA PEREIRA LIMA**, servidora efetiva, admitida em 05/11/2001, com matricula no RH nº. 06, nocargo de **Agente de Apoio a Saúde I – Agente de Limpeza Pública** e licenciada de 25/03/2010 a 30/01/2011, lotada na Secretaria Municipal de Saúde desta Prefeitura Municipal, de acordo com Leis Municipais nº. 218/99 e de acordo com a Constituição Federal.

Artigo 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 22 de Agosto de 2019.

SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº. 3.851/2019

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Artigo 1º - Fica Decretado a **VACÂNCIA DE CARGO PÚBLICO,** em virtude de Aposentadoria por Invalidez ocorrido na data de 22/08/2019, da Sra. **RUTH RODRIGUES MAIA,** servidora efetiva, admitida em 23/01/2002, com matricula no RH nº. 133, nocargo de **Agente de Manutenção - Trabalhador Braçal**, lotada na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos desta Prefeitura Municipal, de acordo com Leis Municipais nº. 218/99 e de acordo com a Constituição Federal.

Artigo 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 22 de Agosto de 2019.

SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA - TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2019

AVISO DE ABERTURA - TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2019. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, neste ato representado pelo Senhor Prefeito Municipal, através do Presidente da CPL, nomeado pela Portaria nº 753/GP/2019 de 26.07.19, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia: **06 DE SETEMBRO DE 2019 às 08h00,** nas dependências da Prefeitura, localizado à Avenida Brasil, nº 2. 351-N, Jardim Europa, na modalidade: **TOMADA DE PREÇOS**, do tipo: **MENOR PREÇO**, com empreitada: **GLOBAL,** para a: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM REFORMA, PINTURA, PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO E PÂNICO NOS CENTROS MUNICIPAIS DE ENSINO: IRMÃ MARIS STELA, CECÍLIA MARIA DE BARCELOS E DIVA MARTINS JUNQUEIRA,** para atender a demanda da Secretaria Municipal de Educação e Cultura,



conforme Projeto Básico, Cronograma Físico-Financeiro, Memorial Descritivo e Planilha Orçamentária em anexo, consoante às disposições da Lei n.º 8.666/93. O edital completo estará disponível para acesso dos interessados a partir do dia22 de Agosto de 2019, através do Site HTTP://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Serviços/Licitações, Tangará da Serra – MT, 21/08/2019. Márcio de Oliveira Lopes – Pregoeiro / Presidente da CPL.

SEPLAN/COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTOS
CONVITE PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL -2020

CONVITE

O Excelentíssimo Senhor **Fábio Martins Junqueira**, Prefeito Municipal de Tangará da Serra-MT em cumprimento ao disposto no Parágrafo Único do Artigo 48 da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), vem convidar Vossa Senhoria para participar da **Audiência Pública de elaboração e discussão do Projeto de Lei da LOA – Lei Orçamentária Anual que estima a receita e fixa a despesa do município de Tangará da Serra para o Exercício Financeiro 2020**, a ser realizada no Centro Cultural Pedro Alberto Tayano Filho, Av. Brasil, 376-E, Centro, **no dia 28 de agosto do corrente ano, com início às 19:00 horas.**

Sem mais para o momento, esperando contar com vossa imprescindível presença, antecipo desde já o meu agradecimento.

Atenciosamente,

Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA

Prefeito Municipal

SAMAE
CONCURSO PÚBLICO EDITAL 001-2018 - EDITAL COMPL 015-2019 - CONVOCAÇÃO SAMAE

CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº. 001/2018

EDITAL COMPLEMENTAR Nº. 015/2019

CONVOCA OS CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL EDITAL N° 001/2018 DE 18/12/2018, ABAIXO RELACIONADOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor Prefeito Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONVOCA:

Art. 1º Os candidatos aprovados no Concurso Público Municipal Edital nº. 001/2018 de 18/12/2018, conforme resultado final divulgado através do Edital Complementar nº. 008/2019, homologado via Decreto nº. 121 de 08/05/2019, publicado no Diário Oficial da AMM em 09/05/2019, ano XIV edição nº. 3.223, para que compareçam no SAMAE – Serviço Autônomo de Agua e Esgoto, nas dependências da Assessoria de Recursos Humanos e Pessoal, anexo ao Prédio Administrativo da Prefeitura Municipal de Tangará da Serra-MT, das 08h00 as 11h00 e das 13h00 às 16h00, em até 30 (trinta) dias conforme Lei Complementar nº. 006/1994 para posse, a contar da data da convocação, com os documentos previsto no item 17 do Edital de abertura do concurso e documentos previsto no Anexo I ao VI do Decreto nº 212/2019, os candidatos abaixo relacionados:

Cargo:	**AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS**									
Lotação:	**SAMAE**									
Nível:	**FUNDAMENTAL INCOMPLETO**									
Tipo de Vaga:	**AMPLA CONCORRÊNCIA**									
PROT.	**NOME**	**DOC. DE IDENTIDADE**	**DT.NASC**	**LP**	**MAT**	**LB**	**CG**	**PF**	**CL**	**CD**
		SITUAÇÃO FINAL								
106691	ANELICE RAMALHO MARTINS	22911030- SSP/MT	24/02/1995 00:00:00	9	4	5	4	22	2	MAT
		APROVADO								

Cargo:	**VIGIA**									
Lotação:	**SAMAE**									
Nível:	**FUNDAMENTAL INCOMPLETO**									
Tipo de Vaga:	**AMPLA CONCORRÊNCIA**									
PROT.	**NOME**	**DOC. DE IDENTIDADE**	**DT.NASC**	**LP**	**MAT**	**LB**	**CG**	**PF**	**CL**	**CD**
		SITUAÇÃO FINAL								
115637	AUGUSTO LUDOVICE MACHADO DA SILVA	22892311- SSP/MT	18/10/1993 00:00:00	9	7	5	5	26	2	
		APROVADO								

Cargo:	**MOTORISTA**
Lotação:	**SAMAE**

Nível:	FUNDAMENTAL COMPLETO
Tipo de Vaga:	AMPLA CONCORRÊNCIA

PROT.	NOME	DOC. DE IDENTIDADE	DT.NASC	LP	MAT	LB	CG	PF	CL	CD
		SITUAÇÃO FINAL								
111920	MARCOS ANTONIO GONÇALVES DE ARAÚJO	15144623- SSP/MT	02/03/1987 00:00:00	5	4	3	10	22	2	
		CLASSIFICADO								

Cargo:	OPERADOR DE ELEVATÓRIA DE ESGOTO
Lotação:	SAMAE
Nível:	FUNDAMENTAL COMPLETO
Tipo de Vaga:	AMPLA CONCORRÊNCIA

PROT.	NOME	DOC. DE IDENTIDADE	DT.NASC	LP	MAT	LB	CG	PF	CL	CD
		SITUAÇÃO FINAL								
113740	NELSON DOS SANTOS FERREIRA	066074899-SECC/RJ	03/01/1964 00:00:00	8	5	4	9	26	2	CE
		APROVADO								
		SITUAÇÃO FINAL								
109353	APARECIDO CARLOS DA FONSECA	208111 – SSP/MT	11/05/1958 00:00:00	6	4	4	9	23	3	
		APROVADO								

Cargo:	OPERADOR DE ETA
Lotação:	SAMAE
Nível:	MÉDIO COMPLETO
Tipo de Vaga:	AMPLA CONCORRÊNCIA

PROT.	NOME	DOC. DE IDENTIDADE	DT.NASC	LP	MAT	IB	LB	CE	PF	CL	CD
		SITUAÇÃO FINAL									
107294	TAFAREL HENRIQUE RODRIGUES DA SILVA	845524- SSP/RO	15/09/1988 00:00:00	7	8	3	5	7	30	2	CE
		APROVADO									

Cargo:	OPERADOR DE ETA RURAL
Lotação:	SAMAE
Nível:	MÉDIO COMPLETO
Tipo de Vaga:	AMPLA CONCORRÊNCIA

PROT.	NOME	DOC. DE IDENTIDADE	DT.NASC	LP	MAT	IB	LB	CE	PF	CL	CD
		SITUAÇÃO FINAL									
101469	FABIANO FILIPOVITZ VOLLMER	25390619- SSP/MT	03/11/1999 00:00:00	5	8	4	3	8	28	1	
		CLASSIFICADO									

Art. 2º Os candidatos deverão **apresentar os originais e entregar as cópias dos documentos** constantes na **Instrução Normativa n°. 001/SAD/2014**, conforme Anexos I ao VI, homologada via Decreto 212/2019 no prazo descrito no artigo 1º deste Edital.

Art. 3º Será desclassificado o candidato que:

a) Não comparecer no período estipulado no Art. 1º desse edital;

b) Não apresentar a documentação exigida na Instrução Normativa n°. 001/SAD/2014, conforme Anexos I ao VI, homologada via Decreto 212/2019;

c) Ocupar outro cargo público inacumulável com o pretendido, e não apresentar ato ou qualquer documento que comprove o processo de exoneração ou vacância por cargo inacumulável;

d) Tiver sido demitido ou destituído de cargo em comissão pelo prazo mínimo de cinco anos por justa causa;

e) Tenha praticado qualquer ato desabonador da sua conduta, detectado por meio dos documentos apresentados na posse;

f) For declarado INAPTO na perícia médica realizada por órgão ou pessoa especializada designada pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra.

Art. 4º O candidato convocado através deste Edital deverá comparecer nas dependências do Departamento de Pessoal, na Prefeitura Municipal de Tangará da Serra-MT, até o dia, **22/09/2019 as 16h00 para entrega dos documentos**. A posse ocorrerá no SAMAE – Serviço Autônomo de Agua e Esgoto, nas dependências da Assessoria de Recursos Humanos e Pessoal, anexo ao Prédio Administrativo da Prefeitura Municipal de Tangará da Serra-MT.

Art. 5º Registra-se, Publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos vinte e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove.

PROF. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

WESLEY LOPES TORRES

DIRETOR GERAL - SAMAE

VALNICÉIA MARIA PICOLI BARBOSA

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EM EXERCÍCIO

PORTARIA Nº 839 DE 21 DE AGOSTO DE 2019

O Senhor Prefeito Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO o Edital Complementar 015/2019 de 21/08/2019 o qual convocou os candidatos aprovados no Concurso Público Municipal Homologado via Decreto nº. 121 de 08/05/2019, publicado no Diário Oficial da AMM em 09/05/2019, ano XIV edição nº. 3.223

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR os candidatos convocados através do Edital Complementar nº. 015/2019, aprovado no Concurso Público Municipal Edital nº. 001/2018 de 18/12/2018, conforme resultado final divulgado através do Edital Complementar nº. 008/2019, homologado via Decreto nº. 121 de 08/05/2019, publicado no Diário Oficial da AMM em 09/05/2019, ano XIV edição nº. 3.223, convocados através de Edital Complementar obedecida à ordem de Classificação.

Cargo:	**AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS**
Lotação:	**SAMAE**
Nível:	**FUNDAMENTAL INCOMPLETO**
Tipo de Vaga:	**AMPLA CONCORRÊNCIA**

PROT.	**NOME**	**DOC. DE IDENTIDADE**	**DT.NASC**	**LP**	**MAT**	**LB**	**CG**	**PF**	**CL**	**CD**
		SITUAÇÃO FINAL								
106691	ANELICE RAMALHO MARTINS	22911030- SSP/MT	24/02/1995 00:00:00	9	4	5	4	22	2	MAT
		APROVADO								

Cargo:	**VIGIA**
Lotação:	**SAMAE**
Nível:	**FUNDAMENTAL INCOMPLETO**
Tipo de Vaga:	**AMPLA CONCORRÊNCIA**

PROT.	**NOME**	**DOC. DE IDENTIDADE**	**DT.NASC**	**LP**	**MAT**	**LB**	**CG**	**PF**	**CL**	**CD**
		SITUAÇÃO FINAL								
115637	AUGUSTO LUDOVICE MACHADO DA SILVA	22892311- SSP/MT	18/10/1993 00:00:00	9	7	5	5	26	2	
		APROVADO								

Cargo:	**MOTORISTA**
Lotação:	**SAMAE**
Nível:	**FUNDAMENTAL COMPLETO**
Tipo de Vaga:	**AMPLA CONCORRÊNCIA**

PROT.	**NOME**	**DOC. DE IDENTIDADE**	**DT.NASC**	**LP**	**MAT**	**LB**	**CG**	**PF**	**CL**	**CD**
		SITUAÇÃO FINAL								
111920	MARCOS ANTONIO GONÇALVES DE ARAÚJO	15144623- SSP/MT	02/03/1987 00:00:00	5	4	3	10	22	2	
		CLASSIFICADO								

Cargo:	**OPERADOR DE ELEVATÓRIA DE ESGOTO**
Lotação:	**SAMAE**
Nível:	**FUNDAMENTAL COMPLETO**
Tipo de Vaga:	**AMPLA CONCORRÊNCIA**

PROT.	**NOME**	**DOC. DE IDENTIDADE**	**DT.NASC**	**LP**	**MAT**	**LB**	**CG**	**PF**	**CL**	**CD**
		SITUAÇÃO FINAL								
113740	NELSON DOS SANTOS FERREIRA	066074899-SECC/RJ	03/01/1964 00:00:00	8	5	4	9	26	2	CE
		APROVADO								
		SITUAÇÃO FINAL								
109353	APARECIDO CARLOS DA FONSECA	208111 – SSP/MT	11/05/1958 00:00:00	6	4	4	9	23	3	
		APROVADO								

Cargo:	**OPERADOR DE ETA**
Lotação:	**SAMAE**
Nível:	**MÉDIO COMPLETO**
Tipo de Vaga:	**AMPLA CONCORRÊNCIA**

PROT.	**NOME**	**DOC. DE IDENTIDADE**	**DT.NASC**	**LP**	**MAT**	**IB**	**LB**	**CE**	**PF**	**CL**	**CD**
		SITUAÇÃO FINAL									
107294	TAFAREL HENRIQUE RODRIGUES DA SILVA	845524- SSP/RO	15/09/1988 00:00:00	7	8	3	5	7	30	2	CE
		APROVADO									

Cargo:	**OPERADOR DE ETA RURAL**
Lotação:	**SAMAE**
Nível:	**MÉDIO COMPLETO**
Tipo de Vaga:	**AMPLA CONCORRÊNCIA**

PROT.	**NOME**	**DOC. DE IDENTIDADE**	**DT.NASC**	**LP**	**MAT**	**IB**	**LB**	**CE**	**PF**	**CL**	**CD**
		SITUAÇÃO FINAL									
101469	FABIANO FILIPOVITZ VOLLMER	25390619- SSP/MT	03/11/1999 00:00:00	5	8	4	3	8	28	1	
		CLASSIFICADO									

Art. 2º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **aos vinte e um dias mês de agosto do ano de dois mil e dezenove, 43º** Aniversário de Emancipação Político-Administrativa.

Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA

Prefeito Municipal

WESLEY LOPES TORRES

DIRETOR GERAL - SAMAE

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado por afixação em lugar de costume na data supra e disponibilizado no site: www.tangaradaserra.mt.gov.br

VALNICÉIA MARIA PICOLI BARBOSA

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EM EXERCÍCIO

DECRETO N.º 212, DE **29** DE **JULHO** DE **2019.**

ALTERA A REDAÇÃO DOS ANEXOS I, II, III, IV, V E VI DA INSTRUÇÃO NORMATIVA – SRH N.º 001/2014 – ADMISSÃO DE PESSOAL EM CARGO EFETIVO, APROVADO PELO DECRETO N.º 343, DE 14 DE OUTUBRO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL,** no uso da atribuição que lhe confere art. 7º, **caput**, inciso XLV c.c o art. 80, **caput**, inciso IV da Lei Orgânica do Município**.**

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam alterados os ANEXOS I, II, III, IV, V e VI, da Instrução Normativa – SRH n.º 001/2014 – Admissão de Pessoal em Cargo Efetivo, aprovada pelo Decreto n.º 343, de 14 de outubro de 2014, passando a vigorar com as atualizações apresentadas nos novos Anexos, que fazem parte integrante deste decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições dos Decretos nºs 098, de 10/04/2015 e 156, de 06/06/2019.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos vinte e nove dias do mês de julho do ano de dois mil e dezenove, 43º aniversário de Emancipação Político - Administrativa.

Prof. **Fábio Martins Junqueira**

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado por afixação em lugar de costume na data supra e disponibilizado no site: www.tangaradaserra.mt.gov.br.

Maria das Graças Souto

Secretária Municipal de Administração

DECRETO N.º 212, DE 29 DE JUNHO DE 2019

ANEXO I –

Exames exigidos para a Avaliação Médica Pericial de Servidores Efetivos

Nos exames e laudos médicos devem constar o nome completo e o número do CPF do candidato.

Não serão aceitos exames, laudos médicos com rasurados, ilegíveis, que não contenham nome e número do registro do profissional declarante e com mais de 60 (sessenta) dias, contados da data de expedição do Edital de Convocação.

I – Para todos os cargos efetivos.	**1.** Urina; **2.** Hemograma completo; **3.** Tipagem sanguínea; **4.** Protoparasitológico; **5.** Reação sorológica de para Lues (VDRL); **6.** Glicemia; **7.** Gama GT (gama glutamil transferase); **8.** Colesterol total e frações HD e LDL; **9.** Teste rápidos (Hepatites A,B,C e HIV); **10.** PSA (para homens acima de 40 anos de idade); **11.** Colpocitologia oncótica (mulheres acima dos 35 anos de idade); **12.** Exame Toxicológico (Pêlo); **13.** Eletrocardiograma (E.C.G.) com a Avaliação e Laudo Cardiológico, se patológico definir o grau, emitido pelo Profissional Cardiologista; **14.** RX de tórax P.A e Perfil e com os laudos correspondentes; **15.** Raios X total da coluna vertebral com laudo radiológico (exceto para gestantes, que devem apresentar laudo de ultrassonografia, gestacional recente). **16.** Avaliação com Laudo de Saúde Física de membros superiores, inferiores e coluna vertebral total (baseada no exame geral do candidato e nos Raios X de coluna total), emitido pelo Profissional Ortopedista. **17.** Teste Palográfico e com Laudo e Avaliação Psicológica, emitido pelo Profissional Psicólogo.
II – Para cargos efetivos cuja função seja condução de veículos.	**1.** Exames e atestados do item I; **2.** Eletroencefalograma com avaliação neurológica; **3.** Exame oftalmológico com acuidade visual e fundo do olho, laudo e avaliação emitido pelo Profissional Oftalmologista; **4.** Exame Audiometria Tonal com Avaliação emitido pelo Profissional Fonoaudiólogo.
III – Para cargos efetivos cuja função seja manipulação de alimentos e bebidas (Nutricionista, Ajudante de Serviços Gerais e Apoio Administrativo Educacional)	**1.** Exames e atestados do item I; **2.** Coprocultura; **3.** Bacteriológico de secreção nosofaríngea; **4.** Pesquisa de BK no escarro;
IV – Para os cargos efetivos de Professor	**1.** Exames e atestados do item I; **2.** Exame de Laringoscopia de cordas vocais com avaliação e Laudo do Médico Otorrinolaringologista; **3.** Exame de Audiometria Tonal e Vocal com Avaliação e Laudo emitido pelo Profissional Fonoaudiólogo; **4.** Exame oftalmológico com acuidade visual e fundo do olho; **5.** Avaliação com Laudo de Saúde Mental (emitido por Médico Psiquiatra).

DECRETO N.º 212 DE 29 DE JULHO DE 2019

ANEXO II - DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA POSSE ORIGINAL E CÓPIA

I – Para todos os cargos públicos.	**1.1** Ser considerado APTO na perícia médica realizada por órgão ou pessoa especializada designada pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra; **1.2** 01 (uma) Foto recente 3x4 (Colorida); **1.3** Diploma na área de atuação exigida no Edital, reconhecido pelo MEC – Ministério da Educação; **1.4** RG; **1.5** CPF; **1.6** Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; (Cópia das páginas preenchidas); **1.7** Extrato do PIS/PASEP, expedido pelo Ministério do Trabalho; **1.8** Título de eleitor; **1.9** Certidão de Quitação Eleitoral expedida pela Justiça Eleitoral; **1.10** Certidão de Casamento, ou Certidão de Nascimento, ou Sentença Declaratória de União Estável; **1.11** Carteira de vacinação atualizada; **1.12** Certidão de Nascimento dos Filhos; **1.13** CPF dos filhos; **1.14** CPF do Cônjuge; **1.15** CPF dos Pais; **1.16** Declaração informando os dependentes para efeitos de Imposto de Renda (nome, CPF, data de nascimento e grau parentesco); **1.17** Atestado de vacinação dos filhos menores de cinco anos; **1.18** Frequência escolar dos filhos menores de 14 anos; **1.19** Documento de quitação com o serviço militar; **1.20** Comprovante de Endereço Atual; **1.21** Conta no Banco BRADESCO; **1.22** Declaração de Imposto de Renda e situação cadastral junto à Receita Federal; **1.23** Certidão Negativa Criminal da Justiça Federal dos lugares onde tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos. A certidão deve alcançar as instancias de 1º e 2º graus; **1.24** Certidão Criminal Negativa da Justiça Estadual dos lugares onde tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos. A certidão deve alcançar as instancias de 1º e 2º graus; **1.25** Certidão Negativa de débitos: a) Receita Federal; b) Secretaria de Fazenda do Estado e Municipais; **1.26** Declaração da ficha limpa, conforme Anexo III; **1.27** Declaração de grau de parentesco, conforme Anexo IV; **1.28** Declaração de Não Acumulação de Cargos Públicos, conforme Anexo V; **1.29** Cópia do pedido de vacância ou pedido de exoneração devidamente protocolado, caso o candidato seja servidor público em outro ente ou órgão do Poder Executivo, Legislativo, Judiciário e demais entidades, de todas as esferas, na hipótese de cargo incalculável; **1.30** Declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio e dos dependentes, conforme Anexo VI; **1.31** Todos os documentos relacionados no Edital de Abertura do Concurso na tabela: Cargos / Requisitos Básicos / Vencimentos / Carga Horária Semanal / Vagas.
II - Para os cargos com Profissão regulamentada.	2.1 Documentos dos itens 1.1 a 1.29; 2.2 Certidão comprobatória de registro no respectivo Conselho de Classe; 2.3 Declaração de não estar cumprindo penalidade imposta após regular processo administrativo, que o impeça, ainda que temporariamente, de exercer a profissão (suspensão, etc.); 2.4 Certidão de quitação com as demais exigências legais do órgão fiscalizador do exercício profissional.
III - Para os cargos de Motoristas e Operadores de Máquina.	3.1 Documentos dos itens 1.1 a 1.29; 3.2 Carteira Nacional de Habilitação – CNH, categoria D ou E

DECRETO Nº 212 DE 29 DE JULHO DE 2019

ANEXO III - DECLARAÇÃO DA FICHA LIMPA

EU, _, inscrito no RG n. _, portador do CPF n. _, residente e domiciliado ___, Telefone: ____ DECLARO para os devidos fins do Lei Complementar nº. 064/1990, alterada pela Lei 135/2010, que minha nomeação para este cargo:

a. ( ) Não configurará infração nos requisitos de idoneidade que autorizam a contratação de cargos em comissão (Lei da Ficha Limpa).

b. ( ) Configurará infração nos requisitos de idoneidade que autorizam a contratação de cargos em comissão (Lei da Ficha Limpa).Descrever a situação funcional ___.

DECLARO ainda que tenho ciência que o crime de falsidade ideológica, do art. 299 do Código Penal pune criminalmente aquele que omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

DECLARO saber que a ocupação de cargo em comissão que atente contra os requisitos de investidura estampados na Lei Complementar nº. 064/1990, alterada pela Lei 135/2010, constitui ato de improbidade administrativa (arts. 9/12 da Lei n. 8.429/1992).

Tangará da Serra/MT, _de __ de __.

Nome Completo

Fone: ___

DECRETO Nº 212 DE 29 DE JULHO DE 2019

ANEXO IV - DECLARAÇÕES DE GRAU DE PARENTESCO (NÃO NEPOTISMO)

Eu, ____, brasileiro(a), ____ (estado civil), CI RG nº ____, órgão emissor ____, CPF/MF nº _____, residente e domiciliado ____, nº____, complemento__, bairro__, telefone____, cidade___,estado_____, DECLARO para os devidos fins do art. 120 da Lei Orgânica do Município de Tangará da Serra/MT e Súmula Vinculante 13 do STF, que minha nomeação para este cargo não configurará NEPOSTISMO, de modo que:

ATESTO a (IN)EXISTÊNCIA de vínculo de parentesco civil (em linha reta, colateral e/ou por afinidade) de até 3º Grau com os seguintes agentes públicos, políticos e servidores:

CARGO	SIM	NÃO	NOME	PARENTESCO
Prefeito				
Vice-Prefeito				
Secretários Municipais				
Vereadores				
Diretores de Autarquia				
Servidores investidos em Cargo de Chefia e/ou Assessoramento				
Defensores Públicos deste Município				
Magistrados deste Município				
Promotores Públicos deste Município				
Demais servidores efetivos				
Servidores Comissionados				
Demais servidores Contratados				

DECLARO ainda que tenho ciência que o crime de falsidade ideológica, do art. 299 do Código Penal pune criminalmente aquele que omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

DECLARO saber que nepotismo constitui ato de improbidade administrativa (arts. 9/12 da Lei n. 8.429/1992).

Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, _____de _____ de _____.

_____

Nome completo

Fone

DECRETO Nº 212 DE 29 DE JULHO DE 2019

ANEXO V - Declaração de Acumulação ou Não de Cargo Público

Eu, ____, brasileiro(a), ____ (estado civil), CI RG nº ____, órgão emissor ____, CPF/MF nº _____, residente e domiciliado ____, nº____, complemento__, bairro__, telefone____, cidade___, estado_____, DECLARO para os devidos fins do artigo n. 37, XVI, da Constituição Federal de 1988, que minha nomeação para este cargo:

( ) NÃO CONFIGURARÁ acumulação remunerada de cargo, emprego ou função pública. ( ) CONFIGURARÁ acumulação remunerada de cargo, emprego ou função pública, pois ocupo outro cargo público conforme descrito:

Órgão/Entidade	Cargo Ocupado	Carga horaria	Horário de trabalho, (entrada, saída e intervalo)

DECLARO ainda que tenho ciência que o crime de falsidade ideológica, do art. 299 do Código Penal pune criminalmente aquele que omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

DECLARO saber que a acumulação ilícita de cargo público constitui ato de improbidade administrativa (arts. 9/12 da Lei n. 8.429/1992).

Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, _____de _____ de _____.

_____

Nome completo

Fone

Tabela de acumulação lícita de cargo, emprego ou função pública conforme art. 37, inciso XVI da CF.

CARGO	ACUMULA COM
1 – Professor	a) Professor
	b) Cargo técnico ou científico
2 – Cargo privativo de Profissional da Saúde, com profissão regulamentada.	a) Cargo privativo de Profissional da Saúde, com profissão regulamentada.

Obs. Em qualquer caso é necessária a compatibilidade de horários entre os cargos acumulados.

DECRETO Nº 212 DE 29 DE JULHO DE 2019

ANEXO VI - Declaração de Bens e Valores do Nomeado e de Seus Dependentes

ulação de cargo

Eu, ____, brasileiro(a), ____ (estado civil), CI RG nº ____, órgão emissor ____, CPF/MF nº _____, residente e domiciliado ____, nº____, complemento__, bairro__, telefone____, cidade___,estado_____, que doravante passo a integrar o Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Tangará da Serra/MT, para os devidos fins do artigo n. 14, § 5º, da Lei Complementar n. 006/1994, DECLARO:

( ) NÃO POSSUIR bens de minha propriedade e/ou de propriedade de meus dependentes. ( ) POSSUIR bens de minha propriedade e/ou de propriedade de meus dependentes, conforme relação abaixo:

Bem	Valor

DECLARO ainda que tenho ciência que o crime de falsidade ideológica, do art. 299 do Código Penal pune criminalmente aquele que omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

DECLARO saber que realizar falsa declaração de bens constitui ato de improbidade administrativa (arts. 9/12 da Lei n. 8.429/1992).

Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, _____de _____ de _____.

_____

Nome completo

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO– TP Nº 003/2019 E RESULT. DA TP N°005/2019

AVISO DE RESULTADO– TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2019, do tipo: **TÉCNICA E PREÇO,** objetivando a: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA, COMPREENDENDO PLANEJAMENTO, ESTUDO, PESQUISA, CRIAÇÃO, PRODUÇÃO, DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS PUBLICITÁRIOS À VEICULAÇÃO E CONTROLE DE RESULTADOS DE CAMPANHAS PUBLICITÁRIAS E INSTITUCIONAIS**,conforme especificações contidas no Edital. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, através da Comissão Permanente de Licitação - CPL, nomeada pela Portaria nº 753/GP/2019 de 26.07.2019, nos termos da Lei 8.666/1993 e Lei nº 12.232/2010, torna público o resultado e homologação do certame acima referido, declarando como vencedora AGÊNCIA TRADICIONAL E DIGITAL EIRELI – ME, por obter na fase de Proposta Técnica a nota: **(NPT=54,0)** e na Proposta de Preços **(NP=21,6),** obtendo **Nota Final (NF)= 75,6.** Tangará da

Serra, 20 de Agosto de 2019. Janine Cristina Gruber Nogueira – Presidente da CPL.

AVISO DE RESULTADO – TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2019. Objeto: **CONTRATAÇAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CME – JUCILEIDE PRAXEDES,** conforme planilha orçamentária, cronograma físicofinanceiro, memorial descritivo, projeto básico e demais anexos do edital, consoante as disposições da Lei n.º 8.666/93. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, através do Presidente da CPL nomeado pela Portaria nº 753/GP/2019 de 26.07.2019, torna público o resultado e homologação do certame acima referido, conforme segue: Empresa vencedora: CONSTRUTORA MARCONE LTDA – ME, no valor de: R$ 1.336.190,56 (Um milhão, trezentos e trinta e seis mil, cento e noventa reais e cinquenta e seis centavos). Tangará da Serra-MT, 21 de Agosto de 2019. Márcio de Oliveira Lopes - Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

CONTRATOS
EXTRATO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº /2018 SANTO ANTONIO DO LEVERGER - MT

EXTRATO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº /2018 SANTO ANTONIO DO LEVERGER - MT

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 88/2019

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ERÊNDIRAH MÁXIMA DE BALBINO E TRINDADE SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA

VIGÊNCIA: 07/05/2019 A 07/05/2020

ÓRGÃO ADERENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE-MT

CNPJ: 13.731.784/000-70

DATA: 07/02/2018

O objeto do presente contrato e a contratação de Pessoa Jurídica para prestação de serviços de consultoria e assessoria tributária, com vistas a tornar mais eficiente à atuação da administração tributária Municipal, visando aumentar a arrecadação de tributos Municipais e recuperar ativos tributários, pelo período de 8 (OITO) meses, ofertados pela DETENTORA da presente Ata, conforme especificações e condições prevista no Edital de Pregão Presencial n.º 013/2019- CUPARAQUE-MG, conforme relação a seguir:

DESCRIÇÃO	Valor estimado
Cadastramento e/ou recadastramento de todos os estabelecimentos comerciais, industriais, de prestação de serviços e agropecuários e apoio técnico-científico à Fiscalização, visando à verificação do cumprimento das normas de posturas e ambientais e de vigilância sanitária do Município. Com atualização da legislação e marco regulatório atinente à matéria.	**R$ 0,09 (nove centavos) por real recuperado ou acrescido na receita da TLF e TLA Valor dos Lançamentos esperados: R$ 270.000,00**
Apoio jurídico à Administração Tributária Municipal para aumento da arrecadação da Taxa de Licença Ambiental, da Taxa de Vigilância Sanitária e da Taxa de Localização e Funcionamento devidas por operadoras de telefonia móvel via estações de rádio base, em especial, e por todos os demais contribuintes.	**R$ 0,19 (dezenove centavos) por real recuperado ou acrescido na receita da TLF e TLA Valor dos Lançamentos esperados: R$ 570.000,00**
Apoio jurídico à Administração Tributária Municipal para aumento da arrecadação do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza e recuperação de créditos tributários alusivos ao referido imposto	**R$ 0,19 (dezenove centavos) por real recuperado ou acrescido na receita do ISSQN (Valor da Receita Esperada: R$ 760.000,00)**
Apoio jurídico à Administração Tributária Municipal para aumento da arrecadação do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural e recuperação de créditos tributários alusivos ao referido imposto	**R$ 0,19(dezenove centavos) por real recuperado ou acrescido na receita do ISSQN (Valor da Receita Esperada: R$ 760.000,00).**

PREVISÃO DE HONORÁRIOS, PARA FINS DESTE ESTUDO, É DE R$ 2.360.000,00.

CONTRATOS
EDITAL DE REPUBLICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP - DO TIPO MENOR PREÇO ITEM N°. 58/2019

EDITAL DE REPUBLICAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL SRP - DO TIPO MENOR PREÇO ITEM N°. 58/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE-MT, ATRAVÉS DE SUA PREGOEIRA, TORNA PUBLICO, PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS, QUE FARÁ REALIZAR LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N°. 58/2019, TENDO COMO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA HABILITADA PARA FORNECIMENTO DE MADEIRA SERRADA EM PRANCHAS E MADEIRA EM TORAS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO AO EDITAL PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, COM REALIZAÇÃO PREVISTA PARA O DIA 03 DE SETEMBRO DE 2019, ÀS 14:00 H00MIN (QUATORZE HORAS), HORÁRIO DE MATO GROSSO. O EDITAL COMPLETO ESTARÁ DISPONÍVEL NO SITE WWW.TERRANOVADONORTE.MT.GOV.BR E TAMBÉM NO HORÁRIO DE EXPEDIENTE, NA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE - MT / DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, AVENIDA CLOVES FELÍCIO VETORATTO, 101, CENTRO, TERRA NOVA DO NORTE - MT.

TERRA NOVA DO NORTE - MT, 21 DE AGOSTO DE 2019.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO Nº 01/2019.

Termo de Permissão de uso que entre si celebram o **Município de Terra Nova do Norte/MT e a Associação de Mulheres da Agricultura Familiar do Portal da Amazônia – A.M.A.F.P.A.,** para a permissão de uso da estrutura física e suas benfeitorias da antiga Escola Municipal da Comunidade de São Pedro (escola desativada), situada na Linha Mané Barriga, zona rural em Terra Nova do Norte – MT.

DE UM LADO, o MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 01.978.212/0001/00, sediado na Av. Cloves Felício Vettorato, nº101, centro, em Terra Nova do Norte/MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal **Sr. VALTER KUHN**, de ora em diante denominado simplesmente de **MUNICÍPIO,** doravante denominada de **PERMITENTE, DE OUTRO LADO, AGRICULTURA FAMILIAR DO PORTAL DA AMAZÔNIA – A.M.A.F.P.A.,** devidamente inscrita no CNPJ sob nº 16.403.259/0001-13, com sede na Comunidade São Pedro Esteio, Linha Mané Barriga, Zona Rural em Terra Nova do Norte/MT, CEP 78.505-000, neste ato representada por sua Presidenta, a **Sra. Irene Aparecida de Souza Carvalho,** brasileira, agricultora, portadora do RG nº 7.571.784-9/SSP/PR, inscrita no CPF sob nº 021.780.009-24, doravante denominada **PERMISSIONÁRIA**, resolvem firmar o presente Convênio, aprovado pela Lei Municipal nº 1.475, de 11 de junho de 2019, mediante as seguintes Cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETIVO

I - As partes, de comum acordo, estabelecem como objetivo do presente termo, a permissão de uso da estrutura física do prédio da Escola Municipal da Comunidade São Pedro, Linha Mané Barriga (escola desativada) com suas benfeitorias, Lote Rural, denominado Lote da Escola São Pedro, com área de 9.900,00m², localizado na área rural da São Pedro, Loteamento Nucleo Rural Terranova, , com as seguintes confrontações: FRENTE com a Estrada São Pedro, com 100,00 metros; FUNDOS confrontando com o Sítio do Mané Barriga, com 80,00 metros; LADO ESQUERDO mede 111,80 metros e confronta com a Estrada São José; do LADO DIREITO mede 110,00 metros e confronta com o Sitio do Mané Barriga, com 110,00 metros, localizado no Município e Comarca de Terra Nova do Norte/MT, conforme mapas e memoriais descritivos anexos, em que a PERMISSIONÁRIA utilizará para fins de beneficiamento de pequi, panificação e produção de gêneros alimentícios produzidos pela Associação em regime de economia familiar.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I - É de responsabilidade do **PERMITENTE**:

a) Efetuar o inventário dos bens existentes nas dependências do prédio para posterior conferência no recebimento.

b) A permissão de uso do prédio de forma gratuita.

II - É de responsabilidade da **PERMISSIONÁRIA**:

a) Utilizar o prédio e suas salas exclusivamente para os fins autorizados.

b) As dependências e o material permanente deverão ser entregues nas mesmas condições recebidas.

c) A segurança, zelo, limpeza, conservação, manutenção e a execução de reparos quando se fizer necessário.

d) A permissionário não terá exclusividade no uso das instalações e bens, ficando a cargo do(a) Secretário(a) Municipal de Educação, Cultura e Desporto o acompanhamento de sua utilização.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

I - O presente termo de permissão de uso entrará em vigor a partir da assinatura, se estendendo pelo período de 10 (dez) anos, podendo ser prorrogado por igual período, dependendo de autorização legislativa, podendo ainda ser revogado por razões de interesse público ou pelo descumprimento de qualquer uma das cláusulas previstas neste instrumento.

E por estarem assim, justos e conveniados, firmam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma por um só fim, na presença das testemunhas abaixo, para que produza seus devidos efeitos legais.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE/MT, 19 de agosto de 2019.

VALTER KUHN

Prefeito Municipal

Permitente

IRENE APARECIDA DE SOUZA CARVALHO

Presidente

Permissionário

Testemunhas:

1._____

CPF:_____

2. _____

CPF:_____

CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO: 171/2019

EXTRATO DO CONTRATO: 171/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE-MT

***CONTRATADO:*ERENDIDIRAH MAXIMA DE BALBINO E TRINDADE SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**

***OBJETO* : CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA TRIBUTÁRIA, COM VISTAS A TORNAR MAIS EFICIENTE A ATUAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL, VISANDO AUMENTAR A ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS E RECUPERAR ATIVOS TRIBUTÁRIOS**.

VALOR ESTIMADO POR ARRECADAÇÃO R$ 2.360.000,00

VIGÊNCIA: 21/08/2019 Á 07/05/2020

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 072

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

VALTER KUHN

PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TESOURO

RECIBO DE ENTREGA DO SICONF

Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Ministério da Fazenda - MF
Recibo de Declaração Homologada

A instituição **Prefeitura Municipal de Tesouro - MT (MT)** homologou, junto à Secretaria do Tesouro Nacional - STN, a declaração referente aos dados abaixo:

Instituição:	Prefeitura Municipal de Tesouro - MT (MT)
Declaração:	Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Periodicidade:	Semestral
Período:	1º semestre
Exercício:	2019
Assinatura(s):	

Nome:	GENISLAINE WALERIA DE OLIVEIRA

	Delegatário para Gestão de Declaração
CPF:	837.910.941-49
Data:	10/08/2019 10:30:48

O **Código do Recibo** da declaração homologada em **10/08/2019, às 22:30:20** , é:

Caixa de texto: 03.0L.K4-M

Observações:

A referida declaração encontra-se disponível para consulta pública no sítio https://siconfi.tesouro.gov.br, menu "Consultas" item "Consultar Declaração".

Este documento expirará caso a declaração em questão sofra quaisquer alterações.

Documento gerado em 10/08/2019 22:30:20 Página 1 de 1

ATA-AUD.PUBLICA 1º QUAD.2019-RGF

Ata de n°03/2019 da Audiência Publica municipal, de Prestação de contas 1° Quadrimestre da RGF, Relatório de Gestão Fiscal de 2019, realizada aos vinte e nove dias do mês de maio, do ano de 2019, na Câmara Municipal de vereadores, as 16: horas. Iniciando os trabalhos desta Audiência pelo Sr. Jose Carlos Oliveira Santos Assessor Técnico Contábil da Prefeitura, agradece a presença de todos e falou da necessidade de realizar a Audiência, pois este ato favorece a participação de toda a comunidade e facilita na elaboração e da divulgação feita em todos os veículos de comunicação, apresentando para a população os índices que foram aplicados na Educação, Saúde,FUNDEB,60% limites gastos com pessoal e encargos sociais , despesas empenhadas despesas liquidas, repasse ao poder legislativo e demais dados. Detalhamento do comparativo da receita, receita orçada 2.400,399,08 receitas arrecadada 836.772,44 receitas a arrecadar, 1.563.626,64. A receita arrecadada ate abril de 2019 que serve de base de calculo para a educação e saúde, valor a ser aplicado na Educação 25%,1.141.666,98 valor a ser aplicado a saúde 15%, 685.000,19. O mínimo exigido com aplicação na Educação pela Constituição Federal e 25% aplicado situação regular, na área da Saúde o mínimo a ser aplicado e de 15%, aplicado 12,33% situação irregular. O percentual encontra se no limite permitido obedecendo assim a Constituição Federal e a Lei de responsabilidade Fiscal que e de 54% aplicado ate abril 31,72%, situação regular. No FUNDEB o percentual mínimo e de 60% e o percentual aplicado atinge o percentual de 152,32% estando de acordo com a Lei de Diretrizes Básica da Educação e Constituição Federal 188, situação regular. Repasse ao poder Legislativo de janeiro ate abril no valor de R$ 335.306,56 informou que a receita arrecadada e menor que a despesa empenhada gerando um desequilíbrio orçamentário ate o mês de abril em desacordo a LC n°101/2000, a receita arrecadada e maior superávit que a despesa liquida em R$ 425.470,84 impostos 371.169,42 participação na receita da união 2.539.089,51, participação na receita do Estado 1.666.133,57. O Sr Jose Carlos fez o fechamento desta Audiência Publica, eu Anay Alves de Carvalho, Diretora de Departamento de Recursos Humanos, lavrei a presente ata que depois de lida vai assinada por mim e por todos presentes nesta Audiência Publica.

Tesouro-MT 29 de maio de 2019

RGF -1º SEMESTRE -2019

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Despesa com Pessoal	Despesa Executada com Pessoal													
	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													
	<MR-11>	<MR-10>	<MR-9>	<MR-8>	<MR-7>	<MR-6>	<MR-5>	<MR-4>	<MR-3>	<MR-2>	<MR-1>	<MR>	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)

Despesa com Pessoal (Últimos 12 Meses) - - - - - - - - - - - - - -

DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) 405.383,95		404.922,53	395.983,64	396.899,73	408.369,68	482.842,26	399.097,11	404.361,84	390.213,90	397.370,87	389.853,08	410.951,49	4.886.250,08	0,00
Pessoal Ativo 405.383,95		404.922,53	395.983,64	396.899,73	408.369,68	482.842,26	399.097,11	404.361,84	390.213,90	397.370,87	389.853,08	410.951,49	4.886.250,08	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis 340.564,01		338.768,73	332.408,85	333.476,65	345.250,15	363.444,75	339.593,64	342.403,84	326.147,15	332.925,69	324.805,65	347.274,38	4.067.063,49	
Obrigações Patronais 64.819,94		66.153,80	63.574,79	63.423,08	63.119,53	119.397,51	59.503,47	61.958,00	64.066,75	64.445,18	65.047,43	63.677,11	819.186,59	
Benefícios Previdenciários														
Pessoal Inativo e Pensionistas 0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas														
Pensões														
Outros Benefícios Previdenciários														
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)														
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária														
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração														
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração														
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados														
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	405.383,95	404.922,53	395.983,64	396.899,73	408.369,68	482.842,26	399.097,11	404.361,84	390.213,90	397.370,87	389.853,08	410.951,49	4.886.250,08	0,00

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	
	Valor	% sobre a RCL Ajustada
DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	-	-
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)	21.441.096,35	
(-) Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais (V) (§13º, art. 166 da CF)	11.499.433,35	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	9.941.663,00	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (IIIa + IIIb)	4.886.250,08	49,15
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	5.368.498,02	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	5.100.073,12	51,30
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	4.831.648,22	48,60

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	Apuração da Trajetória de Retorno ao Limite da DTP						
		Exercício de Descumprimento do Limite	Exercício do Primeiro Período Seguinte			Exercício do Segundo Período Seguinte	
		No Quadrimestre/Semestre	Primeiro Período Seguinte			Segundo Período Seguinte	
	Limite Máximo (a)	% DTP (b) % Excedente (c) = (b-a)	Redutor Mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3*c)	Limite (e) = (b-d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f-a) Limite (h) = (a)	% DTP (i)

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2019
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2019
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.4 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Ente Consorciado

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.3 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Municípios Semestral

Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	Cálculo da Dívida Consolidada Líquida		
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2019	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
Dívida Consolidada	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Internos			
Externos			
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00

Financiamentos	0,00	0,00	0,00
Internos			
Externos			
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	0,00	0,00	0,00
De Tributos			
De Contribuições Previdenciárias			
De Demais Contribuições Sociais			
Do FGTS			
Com Instituição Não Financeira			
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) Vencidos e Não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	5.284.731,39	5.537.799,11	0,00
Disponibilidade de Caixa	5.284.731,39	5.537.799,11	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	5.284.731,39	5.537.799,11	0,00
(-) Restos a Pagar Processados			
Demais Haveres Financeiros			
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-5.284.731,39	-5.537.799,11	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	21.227.368,12	10.285.040,26	0,00
% da DC sobre a RCL (I/RCL)			
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	-24,90	-53,84	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	0,00	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)			
Outros Valores Não Integrantes da DC	-	-	-
Precatórios Anteriores a 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Não incluídos na DC)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial			
Insuficiência Financeira			
Depósitos e Consignações Sem Contrapartida			
RP Não-Processados			
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO			
Dívida Contratual de PPP			
Apropriação de Depósitos Judiciais - LC 151/2015			

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.3 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Municípios Semestral

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Tesouro - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 03543303000149
Exercício: 2019
Período de referência: 1º semestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.4 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida - Municípios Semestral

Tabela 2.1 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida	Apuração da Trajetória de Retorno ao Limite da DCL							
	Exercício de Descumprimento do Limite	Exercício do Primeiro Período Seguinte		Exercício do Segundo Período Seguinte		Exercício do Terceiro Período Seguinte	
	Quadrimestre/Semestre em que Excedeu o Limite	Primeiro Período Seguinte		Segundo Período Seguinte		Terceiro Período Seguinte	
	Limite Máximo (a) % DCL (b) % Excedente (c) = (b - a)	Redutor Mínimo de 25% do Excedente (d) = (0,25*c) Limite (e) = (b - d)	% DCL (f)	Redutor Residual (g) = (f - a) Limite (h) = (e)	% DCL (i)	Redutor Residual (j) = (i - a) Limite (k) = (a)	% DCL (l)

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.4 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida - Municípios Semestral

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2019
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 03 | Tabela 3.1 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Municípios Semestral

Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas	Saldos das Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas		
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2019	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
Garantias Concedidas	-	-	-
Garantias Concedidas	-	-	-
AOS ESTADOS (I)	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas			
Em Operações de Crédito Internas			
AOS MUNICÍPIOS (II)	0,00	0,00	0,00

Em Operações de Crédito Externas			
Em Operações de Crédito Internas			
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas			
Em Operações de Crédito Internas			
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)			
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	21.227.368,12	10.285.040,26	
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL (V/VI)			
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <%>			
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>			
Contragarantias Recebidas	-	-	-
Contragarantias Recebidas	-	-	-
DOS ESTADOS (VII)	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Externas			
Em Garantia às Operações de Crédito Internas			
DOS MUNICÍPIOS (VIII)	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Externas			
Em Garantia às Operações de Crédito Internas			
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Externas			
Em Garantia às Operações de Crédito Internas			
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)			
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)	0,00	0,00	0,00

RGF-Anexo 03 | Tabela 3.1 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Municípios Semestral

Notas Explicativas	**Valores**
	30/06/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Municípios Semestral

Operações de Crédito	**Valor Realizado no Período**	
	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de Referência	**Até o Semestre de Referência (a)**
Operações de Crédito	-	-
Mobiliária	0,00	0,00
Interna		
Externa		
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (I)	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (II)	0,00	0,00
TOTAL (III)	0,00	0,00

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Municípios Semestral

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Tesouro - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 03543303000149
Exercício: 2019
Período de referência: 1º semestre

Apuração do Cumprimento dos Limites	**Apuração do Cumprimento dos Limites**	
	VALOR	**% SOBRE A RCL**
Apuração do Cumprimento dos Limites	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	21.441.096,35	
OPERAÇÕES VEDADAS (V)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VI) = (IIIa + V - Ia - IIa)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	3.430.575,42	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	3.087.517,87	14,40

OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.500.876,75	7,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.500.876,75	7,00

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Municípios Semestral

Outras Operações Que Integram a Dívida Consolidada	Valor Realizado no Período	
	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de Referência	Até o Semestre de Referência (a)
Outras Operações Que Integram a Dívida Consolidada	-	-
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos		
Contribuições Previdenciárias		
FGTS		
Operações de Reestruturação e Recomposição do Principal de Dívidas		

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Municípios Semestral

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município Semestral

Receita Corrente Líquida	Valor Até o Semestre
	Valor Até o Semestre
Receita Corrente Líquida	-
Receita Corrente Líquida	21.441.096,35
Receita Corrente Líquida Ajustada	9.941.663,00

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município Semestral

Despesa com Pessoal	Valor Realizado no Período	
	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa com Pessoal	-	-
Despesa Total com Pessoal - DTP	4.886.250,08	49,15
Limite Máximo (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - <%>	5.367.498,02	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único art. 22 da LRF) - <%>	5.099.123,12	51,30
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	4.830.748,22	48,60

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município Semestral

Dívida Consolidada	Comparativo do Saldo da Dívida	
	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada	-	-
Dívida Consolidada Líquida	5.537.799,11	53,84
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município Semestral

Garantias de Valores	Comparativo do Saldo de Garantia	
	VALOR	% SOBRE A RCL
Garantias de Valores	-	-
Total das Garantias Concedidas		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município Semestral

Operações de Crédito	Valor Realizado no Período	
	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito	-	-
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	1.481.045,80	14,40
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.500.876,75	7,00

Operações de Crédito	Valor Realizado no Período	
	VALOR	% SOBRE A RCL
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município Semestral

Restos a Pagar	Restos a Pagar e Disponibilidade de Caixa	
	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)

Restos a Pagar	-	-
Valor Total		

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município Semestral

Notas Explicativas	**Valores**
	30/06/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Digitally signed by GENISLAINE WALERIA DE OLIVEIRA DA ROSA:83791094149 Date: 2019.08.10 10:30:16 AMT Perfil: Delegatário para Gestão de Declaração Instituição: Prefeitura Municipal de Tesouro - MT
Assinatura: 2
Assinatura: 3
Assinatura: 4
Assinatura: 5
Assinatura: 6

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXORÉU

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO E TRANSPARÊNCIA GOVERNAMENTAL
REAVISO DE LICITAÇÃO DISPENSA Nº 006/2019 MENOR PREÇO POR ITEM

REAVISO DE LICITAÇÃO

DISPENSA Nº 006/2019

MENOR PREÇO POR ITEM

O Município de Torixoréu – MT, TORNA PÚBLICO que Em razão do impedimento de só dois membro da comissão permanente de licitação (CPL) estarem presente para à abertura da sessão fará realizar no dia 30 de agosto de 2019 às 09:00 horas (horário de Brasília), no prédio da Prefeitura Municipal, situado à Rua XV de Novembro, 16 Setor Aeroporto, licitação na modalidade DISPENSA, cujo objeto é o fornecimento e instalação de divisórias naval, para atender a necessidade de adequação de espaço físico do centro de reabilitação Izolino Gomes Jardim para atender demanda da Secretaria de Saúde solicitantes. O edital completo e seus anexos estarão disponíveis no sitio: www.prefeituratorixoreu.com.br, esclarecimentos poderão ser solicitados pelo e-mail: licitacaotxu@gmail.com. Maiores informações pelo telefone (66) 3406-1021.

Torixoréu – MT, 21 de agosto de 2019.

EUQUÊNIA GOUVEIA PEREIRA

MEMBRO

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO E TRANSPARÊNCIA GOVERNAMENTAL
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 013/2019 MENOR PREÇO POR ITEM

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 013/2019

MENOR PREÇO POR ITEM

O Município de Torixoréu – MT, TORNA PÚBLICO que fará realizar no dia 04 de setembro de 2019 às 09:00 horas (horário de Brasília), no prédio da Prefeitura Municipal, situado à Rua XV de Novembro, 16 Setor Aeroporto, licitação na modalidade Pregão Presencial para registro de Preços, cujo objeto é a futura e eventualContratação de Contratação de Assistentes Sociais e Psicólogos para atender ao Centro de Referência de Assistência Social - CRAS para atender demanda encaminhada pela Secretaria de Assistência Social. O edital completo e seus anexos estarão disponíveis no sitio: www.prefeituratorixoreu.com.br, esclarecimentos poderão ser solicitados pelo e-mail: licitacaotxu@gmail.com. Maiores informações pelo telefone (66) 3406-1021.

Torixoréu – MT, 21 de agosto de 2019.

EUQUÊNIA GOUVEIA PEREIRA

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

PORTARIA Nº 121/2019

Dispõe sobre Promoção de Classe de servidor efetivo lotado na Secretaria Municipal de Obras, Viação, Urbanismo e Saneamento e dá outras providências.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e observando o disposto no art. 26 da Lei Municipal nº 550, de 28 de novembro de 2014 e alterações posteriores;

Considerando o teor do Histórico Escolar e Certificado de conclusão do Ensino Médio – modalidade Regular, apresentado pelo servidor abaixo identificado;

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida Promoção de Classe ao servidor efetivo vinculado à Secretaria Municipal de Obras, Viação, Urbanismo e Saneamento, na forma disposta no Anexo Único desta Portaria.

Parágrafo Único - O novo enquadramento dos vencimentos por conta da promoção ora concedida, demonstrado no anexo único desta Portaria, observará a Tabela do Anexo XIII da Lei nº 550 de 28 de novembro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito financeiro sobre a folha de pagamento do mês de agosto de 2019 e subsequentes.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul, MT, 21 de agosto de 2019.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO (Portaria nº 121/2019)

TABELA DE PROMOÇÃO DE CLASSE DE SERVIDOR EFETIVO LOTADO

NA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO, URBANISMO E SANEAMENTO

			Enquadramento ATUAL			ENQUADRAMENTO 2019		
Mat.	Servidor	Cargo	Admissão	Classe	Nível	Data	Classe	Nível
349	MARCOS ROBERTO DE LIMA	MOTORISTA	02/08/2004	A	06	21/08/2019	B	06

Visto:

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO

Espécie: Termo de Rescisão do Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público sob nº 035/2019.

Vínculo Legal: Lei Municipal nº 437, de 27/02/2012.

Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

Contratada: LUCIMAR GOMES PAIÃO – CPF nº 509.318.491-87.

Cargo/função: Professor Graduado 20H, vinculada à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Motivo da Rescisão: Rescisão a pedido da Contratada.

Data assinatura do Termo: 01/08/2019.

Signatários:

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ

Prefeito de União do Sul

LUCIMAR GOMES PAIÃO

Contratada.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO
AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA PUBLICA Nº. 001/2019

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA PUBLICA Nº. 001/2019

O Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, Neste ato representado pelo **RICARDO AZEVEDO ARAUJO - Diretor Presidente do Departamento de Água e Esgoto do Município de Várzea Grande- DAE/VG**, por intermédio da Comissão Especial de Licitação nomeada na Portaria 046/2019 de 03/05/2019 torna público, para conhecimento dos interessados, que fará **realizar** licitação na modalidade de **CONCORRENCIA PUBLICA Nº. 001/2019,** tendo como objeto: Contratação de Agência de Publicidade para prestação de serviços técnicos de publicidade para elaboração de projetos e campanhas com o fim especifica de divulgação de atos, ações, programas, obras, serviços e campanhas do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande, conforme as condições e especificações constantes neste Termo de Referência. para atender a demanda do Departamento de Água e Esgoto do município de Várzea Grande – MT.

A abertura prevista para o **dia 27 de Agosto de 2019, às 09h00min (horário de Mato Grosso), foi prorrogada para o dia 03 de setembro de 2019 às 09h00min.**

Várzea Grande-MT, 21 de agosto de 2019.

RICARDO AZEVEDO ARAUJO

Diretor Presidente – DAE/VG

AVISO DE EDITAL RETIFICADO PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇO Nº46/2019

PROCESSO Nº 600331/2019O Município de Várzea Grande, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidadeREGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PULSEIRAS E ETIQUETAS PARA IDENTIFICAÇÃO DE PACIENTES, ACOMPANHANTES E VISITANTES COM IMPRESSORAS TÉRMICAS COMPATÍVEIS EM COMODATO, COMPREENDENDO ENTREGA, INSTALAÇÃO, CAPACITAÇÃO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA E ABASTECIMENTO DOS INSUMOS NECESSÁRIOS PARA O SEU BOM ATENDIMENTO, A FIM DE ATENDER O HOSPITAL E PRONTO SOCORRO MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE-MT.A realização do certame que está prevista para o **dia 04 de setembro de 2019, às 10h00min – horário de Brasília. O Edital retificado** encontra-se a disposição dos interessados, na Prefeitura Municipal de Várzea Grande Superintendência de Licitaçãoe gratuitamente através de mídia gravada em dispositivo do interessado ou em download nos seguintes sites: www.bllcompras.org.br e www.varzeagrande.mt.gov.br. .**Várzea Grande-MT, 20 de agosto de 2019. Diógenes Marcondes, Secretário de Saúde /SMSVG**

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 51/2019 -MENOR PREÇOPOR ITEM

Processo nº 611749/2019. Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Materiais Esportivos e Pedagógicos, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT.**A** realização está prevista para o **dia 06 de setembro de 2019**, às **10h00min** (horário Brasília - DF). O Edital completo está à disposição dos interessados na Prefeitura Municipal de Várzea Grande, – Superintendência de Licitações, gratuitamente a ser disponibilizado através de mídia gravada em dispositivo do interessado ou em download nos seguintes sites: www.bllcompras.org.bre www.varzeagrande.mt.gov.br, Várzea Grande-MT, 21 de Agosto de 2019.**Flávia Luiza Coelho Lannes Omar -** *Secretária de Assistência Social.*

PAUTA DE JULGAMENTO DA 11ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE RECURSOS FISCAIS – 22/08/2019

O Presidente do Conselho Municipal de Recursos Fiscais, com base no art. 37, § 2º, da Lei Complementar Municipal n. 4.354/2018, faz saber a retirada de pauta da 11ª Sessão Ordinária, a qual será realizada dia 22/08/2019, às 09h00min na Secretaria de Gestão Fazendária – Gabinete da Secretaria, dos seguintes processos, conforme pedido do Sr. Conselheiro Relator:

1) Processo CRF/VG n. 38 (Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S.A x Fisco Municipal – IPTU – Recurso Voluntário – Conselheiro Relator Sr. JOÃO PAULO ALVES DE ARAÚJO);

2) Processo CRF/VG n. 43 (Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S.A x Fisco Municipal – IPTU – Recurso Voluntário – Conselheiro Relator Sr. JOÃO PAULO ALVES DE ARAÚJO);

3) Processo CRF/VG n. 48 (Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S.A x Fisco Municipal – IPTU – Recurso Voluntário – Conselheiro Relator Sr. JOÃO PAULO ALVES DE ARAÚJO);

4) Processo CRF/VG n. 53 (Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S.A x Fisco Municipal – IPTU – Recurso Voluntário – Conselheiro Relator Sr. JOÃO PAULO ALVES DE ARAÚJO).

Várzea Grande; 21 de Agostode 2019.

DANIEL DA SILVA MARTINS NETO

Presidente do Conselho Municipal de Recursos Fiscais

RATIFICAÇÃO DO COMUNICADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 31/2019

Processo nº 590706/2019. Objeto:Dispensa de Licitação para a Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados de implantação, compilação, consolidação, versionamento e publicação online dos atos oficiais de efeito externo desse Município**LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA-EPP,** inscrita no **CNPJ: 03.725.725/0001-35**, estabelecida na Rua 222, nº 246 – Salas 01, 02 E 03, Bairro Meia Praia, Itapema/SC, com valor fixado em **R$ 5.800,00 (Cinco mil e oitocentos reais)**, divididos em 12 (doze) parcelas mensais de R$ 483,33 (Quatrocentos e oitenta e três reais e trinta e três centavos), o prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura do mesmo ou até a conclusão do serviço.Dê-se publicidade e cumpra-se.O presente documento está disponível no site: www.varzeagrande.mt.gov.br, Várzea Grande-MT, 16 de agosto de 2019.**SADORA XAVIER FONSECA CHAVES -** Procuradora Geral do Município.

ATO N° 432/2019

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

RESOLVE:

Art. 1° - EXONERAR a pedido SIMONE SANTOS DE JESUS, matrícula 134944 do cargo em concurso de Agente de Desenvolvimento Econômico e Social – Perfil Agente Administrativo, da Secretaria Municipal de Gestão Fazendária.

Art. 2° - Este Ato entra em vigor na data de sua pubicação**, com efeitos financeiros a partir de 14/08/2019.**

Várzea Grande-MT, 14 de maio de 2019.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

ATO Nº. 438/2019

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e o que consta no Processo nº 611004/2019;

R E S O L V E:

EXONERAR a pedido Marcos Ernani da Silva matricula 31322 do cargo em Concurso de Técnico Suporte Educacional – Agente de Segurança e Manutenção, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, com efeito retroativo, a partir de 03 de janeiro de 2019.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 20 de agosto de 2019.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 831/2019

A Prefeita Municipal de Várzea Grande e o Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta do Processo n° 598697/2019,

RESOLVE:

Declarar vago o cargo de **Técnico de Desenvolvimento Especializado – Perfil Técnico de Desenvolvimento Especializado**, ocupado pela servidora **ANGELA GONÇALVES DA SILVA,** Matrícula 84010, em razão da sua posse em outro cargo inacumulável, conforme Art. 41 da Lei nº 1.164/91 do Regime Jurídico dos Servidores Públicos de Várzea Grande, a partir de **15/07/2019 a 15/07/2022.**

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande - MT, 19 de agosto de 2019.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

PABLO GUSTAVO MORAES PEREIRA

Secretário Municipal de Administração

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 23/2019/PMVG/MT

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no desempenho de suas atribuições e em conformidade com o Edital de Abertura do Concurso Público nº. 002/2017 – DEMAIS CARGOS e do Edital de Homologação do Concurso Público, de 02 de abril de 2018, ambos publicados no Jornal Oficial dos Municípios -MT.

Considerando o Mandado de Segurança - processo n° 1003999-91.2019.8.11.0002 expedido por determinação do MM. Juiz de Direito Alexandre Elias Filho.

RESOLVE: Convocar os candidatos abaixo relacionados para apresentação da documentação necessária para a investidura no cargo, conforme anexo II e III deste Edital e item 17.1 do Edital nº. 002/2017 – DEMAIS CARGOS, junto à:

Local: Secretaria Municipal de Assistência Social - (sede em frente à Câmara Municipal de VG)

Endereço: Av. Castelo Branco s/n, Bairro: Água Limpa – Várzea Grande-MT.

Horário: 08:00h às 11:00h. das 14:00h às 17:00h

Data da Entrega dos documentos: 20/08/2019 a 18/09/2019

CARGO: AGENTE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

PERFIL: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

NÍVEL: MÉDIO/MÉDIO TÉCNICO COMPLETO

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC.IDENT.	SITUAÇÃO
7	58382	LAURO JOSÉ DE ARRUDA	1173816-2 - SSP/MT/MT	APROVADO

O não comparecimento do candidato no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data de publicação do presente edital e a não apresentação da documentação prevista abaixo, implicará no reconhecimento da **DESISTÊNCIA E RENÚNCIA** quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado, reservando-se à Administração o direito de convocar o próximo candidato.

ANEXO I

17. DOS REQUISITOS PARA A INVESTIDURA NO CARGO

17.1. Este concurso público estará aberto a todos que satisfizerem as exigências das leis brasileiras, podendo ser investido no cargo o candidato que preencher, cumulativamente, os requisitos abaixo:

a) ter sido classificado no presente concurso público;

b) ter nacionalidade brasileira e, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do parágrafo 1.º do artigo 12 da Constituição Federal e na forma do disposto no artigo 13 do Decreto n.º 70.436, de 18 de abril de 1972;

c) estar em gozo dos direitos políticos;

d) estar quite com as obrigações militares e eleitorais;

e) comprovar os requisitos básicos exigidos para o cargo ou cargo/perfil;

f) ter idade mínima de 18 (dezoito) anos na data da posse;

g) não estar incompatibilizado para a contratação em cargo público;

h) não ocupar ou receber proventos de aposentadoria de cargo, emprego ou função pública que caracterizem acumulação ilícita, na forma do artigo 37, inciso XVI, da Constituição Federal;

i) apresentar declaração dos bens e valores que constituem seu patrimônio e declaração de não exercer qualquer atividade pública ou privada incompatível com o exercício de sua função;

j) Ser considerado apto na perícia médica realizada por órgão ou pessoa especializada designada pela Prefeitura Municipal de Várzea Grande;

k) apresentar Certidões Negativas Cível e Criminal expedidas pelo Cartório Distribuidor da Comarca onde reside;

l) apresentar Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);

m) apresentar outros documentos que a legislação vier a exigir.

17.2. No ato da posse, todos os requisitos especificados no anexo II e III deste edital e subitem 17.1 e aqueles que vierem a ser estabelecidos em função da alínea “m” do mesmo subitem, deverão ser comprovados mediante a apresentação de documento original juntamente com fotocópia.

17.3. O não comparecimento do candidato para tomar posse ou a não apresentação da documentação exigida no anexo II e III deste edital e no subitem 17.1 e alíneas no prazo legal acarretará a perda do direito à vaga.

ANEXO II

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS:

1 – RG; (Cópia Autenticada).

2 – CPF; (Cópia Autenticada).

3 – Título de eleitor; (Cópia Autenticada).

4 – Certidão de Quitação Eleitoral expedida pela Justiça Eleitoral; (www.tse.jus.br). (A Certidão deverá ser Autenticada no próprio Site).

5 - Certidão de Nascimento e/ou Casamento ou Sentença Declaratória de União Estável e CPF do cônjuge se houver (Cópia Autenticada).

6 - Certidão de Nascimento dos dependentes; (Cópia Autenticada).

7 – CPF dependentes maiores de 18 anos se houver; (Cópia Autenticada)

8 - Documento de quitação com o Serviço Militar; (Cópia Autenticada).

9 - Comprovante de Endereço Atual; (Cópia Autenticada).

10 - Declaração de Bens e Valores que constituem seu patrimônio e dos dependentes, modelo disponível no site da Prefeitura VG/MT, (Reconhecido Firma).

11 – Declaração de não acúmulo de cargos públicos quaisquer das esferas federal, estadual ou municipal, modelo disponível no site da Prefeitura VG/MT (Reconhecido Firma).

12 – Declaração, não haver sofrido ou estar cumprindo, no exercício profissional ou de qualquer função pública, penalidade disciplinar de suspensão ou demissão, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal, modelo disponível no site da Prefeitura VG/MT (Reconhecido Firma).

13 – Declaração, de disponibilidade de cumprimento de jornada de trabalho, modelo disponível no site da Prefeitura VG/MT, (Reconhecido Firma).

14 – Declaração, de veracidade de informação e documentos, modelo disponível no site da Prefeitura VG/MT, (Reconhecido Firma).

15 – 02 (duas) Fotos recentes 3x4

16 – Certidão de não acúmulo de cargos, empregos ou funções públicas, salvo nos casos constitucionalmente admitidos:

- **Prefeitura de Cuiabá** (Diretoria de Gestão de Pessoas)

- **Governo do Estado** (Secretaria Estadual de Administração – SAD)

17 – Carteira Profissional de Classe, quando for o caso. (Cópia Autenticada)

18 – Certidão de Conselho e ou Órgão de Classe, quando for o caso. (Cópia Autenticada)

19 – **Diploma,** devidamente registrado de conclusão de Curso, conforme requisito do cargo pretendido, fornecido por Instituição de Ensino reconhecido pelo Ministério da Educação (Cópia Autenticada).

20 – Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça estadual (www.tjmt.jus.br). (A Certidão deverá ser autenticada no próprio site).

21 – Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça federal. (www.jfmt.jus.br). A Certidão deverá ser Autenticada no próprio site.

22 – Atestado Médico de Saúde Ocupacional – ASO, (A ser emitido pela Pericia Oficial do Município).

ANEXO III

RELAÇÃO DE EXAMES ADMISSIONAIS OBRIGATÓRIOS:

A nomeação em cargo público só se dará quando o servidor for julgado Apto Física e Mentalmente, para o seu exercício, em prévia Inspeção Médica Oficial, comprovada através do Laudo Médico Admissional, emitido pela Perícia Oficial do Município.

1 - Exames de Imagem**:** RX de tórax PA e Perfil (com laudo);

2- Exames Laboratoriais: Hemograma completo

3 - Exames Laboratoriais: Glicemia (em jejum)

4 - Exames Laboratoriais: Lipidograma

5 - Exames Laboratoriais: Parasitológico de fezes

6 – Exames Laboratoriais: VDLR

7 - Exames Laboratoriais: HbsAg

8 - Exames Laboratoriais: TGO

9 - Exames Laboratoriais: TGP

10 - Exames Laboratoriais: PSA (homens acima de 45 anos)

11 - Exames Laboratoriais: CCO (mulheres acima de 45 anos)

12 - Exames Laboratoriais: ECG (homens e mulheres acima de 45 anos)

13 - Eletrocardiograma

14 - Avaliação Psiquiátrica

15 - Avaliação Psicológica

Várzea Grande-MT, 20 de agosto de 2019.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

Pablo Gustavo Moraes Pereira

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 05/CMRF/2019

Revoga aPORTARIA Nº 04/CMRF/2019.

O Presidente do Conselho Municipal de Recursos Fiscais do Município de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista pedido do Sr. Conselheiro RelatorRESOLVE:

Art. 1ºFica revogada a PORTARIA Nº 04/CMRF/2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor nesta data.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Várzea Grande – MT, 21 de Agosto de 2019.

DANIEL DA SILVA MARTINS NETO

Presidente do Conselho Municipal de Recursos Fiscais

AVISO DE LICITAÇÃOCONCORRÊNCIA N. 11/2019 - MENOR PREÇO POR LOTE ÚNICO/ EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL

Processo n.615638/2019. Objeto: Seleção e contratação de empresa do ramo de engenharia para construção e ampliação do Parque Bernardo Berneck localizado na Avenida Julio Campos, Bairro Marajoara no Município de Várzea Grande, de acordo com as especificações descritas neste Projeto e seus anexos. A realização está prevista para o **dia 26 de setembro de 2019, às 08h30min** (horário local). O Edital completo está à disposição dos interessados na Superintendência de Licitação da Prefeitura Municipal de Várzea Grande, a ser disponibilizado através de mídia digital ou outro dispositivo que permita a gravação de arquivos ou gratuitamente no site: www.varzeagrande.mt.gov.br. Várzea Grande - MT, 20 de agosto de 2019. **Helen Farias Ferreira -** Secretária Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimentos Rural Sustentável.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 52/2019 - MENOR PREÇO POR ITEM

Processo nº 610913/2019. Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica capacitada para o fornecimento de material gráfico, publicidade e correlatos para atender as necessidades da Prefeitura Municipalde Várzea Grande/MT. A realização está prevista para o dia **04** de **setembro** de **2019**, às **10h00min** (horário Brasília - DF). O Edital completo está à disposição dos interessados, na Prefeitura Municipal de Várzea Grande – Superintendência de Licitação, a ser disponibilizado através de mídia gravada em dispositivo do interessado ou gratuitamente no seguinte site:www.bllcompras.org.br/www.varzeagrande.mt.gov.br, Várzea Grande-MT, 21 de agosto de 2019.**Pablo Gustavo Moraes Pereira -** Secretário Municipal de Administração.

PORTARIA Nº 842/2019

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE

Conceder **Férias** regulamentares, referente aos meses de Agosto/2019, de acordo com Estatuto dos Servidores Públicos de Várzea Grande, Lei Complementar nº. 1.164/1991 que dispõe em seu Art.85, aos servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL				
MAT.	**NOME DO SERVIDOR**	**VINCULO**	**PERIODO AQUISITIVO**	**PERIODO DE GOZO**
15581	EVA SOFIA DA COSTA	Efetivo	**2015/2016**	20.08.19 a 18.09.19 (30 dias)
111172	JURANDIR RODRIGUES BENTO	Comissão	**2018/2019**	07.08.19 a 05.09.19 (30 dias)

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 21 de Agosto de 2019.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

PORTARIA N° 843/2019

O Superintendente de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE

Tornar sem efeito a Portaria nº 807/2019 somente com relação ao servidor **MARCELO MARQUES DE LIMA,** matrícula n**° 126899,** exercendo o cargo em Comissão de Assessor Técnico – DNS 06, lotado na Secretaria Municipal de Gestão Fazendária, que concedeu 05 (cinco) dias de férias regulamentares, referente ao período aquisitivo **2018/2019**, com período de gozo em **26.08.2019 a 30.08.2019.** Conforme a Portaria nº 807/2019**,** publicada noJornal Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso – AMM**,** no dia 14/08/2019, pg. 360, edição nº3.291. Por motivo de **Licença Médica**.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 21 de Agosto de 2019.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

PORTARIA Nº 064/CORREG. GERAL/ 2019.

O Corregedor Geral da Guarda Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 4.108/2015, de 12 de novembro de 2015, Lei Complementar nº. 4.180/2016, de 30 de dezembro de 2016, e tendo em vista o disposto no Art. 6º, III, b, Art.9º e Art. 23 a 29 todos do Decreto nº. 80 de 17 de dezembro de 2015 e, Portaria GAB/PREF/PMVG nº 023/2018 de 28 de junho de 2018;

Considerando o recebimento nesta Corregedoria da "Denúncia encaminhada pelo Oficio nº 577/GMVG/2019 referente ao R.O 2019-555 para apuração de possíveis transgressões disciplinares cometidas pelo servidores Z.D.E, F.F da S.;

RESOLVE:

Art. 1º. DETERMINAR que a Comissão de Procedimentos Administrativos Disciplinares, composta pelos servidores **Maurício** Rodrigues da Silva, matricula nº 35.127, **Sidney** de Oliveira do Carmo, Matricula nº 43.248 e Roseir **Brandão** Dionisio, matricula nº 41.212, nomeada pela Portaria 023/2018 de 28 de junho de 2018, sediada na Rua Gonçalo Gomes nº 412, Bairro da Manga, para, sob a Presidência do Sr. **Sidney** de Oliveira do Carmo, Matricula nº 43.248, instaure **SINDICÂNCIA** que apure no prazo de 30 (trinta) dias, possíveis enquadramentos às Leis e Decretos que regem a Guarda Municipal de Várzea Grande, e subsidiariamente o Estatuto do Servidor Publico de Várzea Grande, as possíveis irregularidades referentes aos atos e fatos constantes na "Denúncia", em tese, com indícios de transgressão/infração administrativa/disciplinar atribuída a servidores, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer dos trabalhos

Art. 2º. Esta Portaria entra em Vigor na data de sua Publicação.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

Várzea Grande-MT, 20 de agosto de 2019.

Jackson Nunes Cunha

Corregedor Geral – GMVG

PORTARIA Nº 063/CORREG. GERAL/ 2019.

O Corregedor Geral da Guarda Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 4.108/2015, de 12 de novembro de 2015, Lei Complementar nº. 4.180/2016, de 30 de dezembro de 2016, e tendo em vista o disposto no Art. 6º, III, b, Art.9º e Art. 23 a 29 todos do Decreto nº. 80 de 17 de dezembro de 2015 e, Portaria GAB/PREF/PMVG nº 023/2018 de 28 de junho de 2018;

Considerando o recebimento nesta Corregedoria da "Denúncia encaminhada pela C.I nº 198/GMVG/2019 referente a PARTE S/N/OPE/GMVG/2019 para apuração de possíveis transgressões disciplinares cometidas pelo servidor E.L da S;

RESOLVE:

Art. 1º. DETERMINAR que a Comissão de Procedimentos Administrativos Disciplinares, composta pelos servidores **Maurício** Rodrigues da Silva, matricula nº 35.127, **Sidney** de Oliveira do Carmo, Matricula nº 43.248 e Roseir **Brandão** Dionisio, matricula nº 41.212, nomeada pela Portaria 023/2018 de 28 de junho de 2018, sediada na Rua Gonçalo Gomes nº 412, Bairro da Manga, para, sob a Presidência do Roseir **Brandão** Dionisio, matricula nº 41.212, instaure **SINDICÂNCIA** que apure no prazo de 30 (trinta) dias, possíveis enquadramentos às Leis e Decretos que regem a Guarda Municipal de Várzea Grande, e subsidiariamente o Estatuto do Servidor Publico de Várzea Grande, as possíveis irregularidades referentes aos atos e fatos constantes na "Denúncia", em tese, com indícios de transgressão/infração administrativa/disciplinar atribuída a servidores, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer dos trabalhos

Art. 2º. Esta Portaria entra em Vigor na data de sua Publicação.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

Várzea Grande-MT, 20 de agosto de 2019.

Jackson Nunes Cunha

Corregedor Geral – GMVG

PORTARIA Nº 065/ CORREG. GERAL/ 2019.

O Corregedor Geral da Guarda Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 4.108/2015, de 12 de novembro de 2015, Lei Complementar nº. 4.180/2016, de 30 de dezembro de 2016, e pelo Decreto nº. 80 de 17 de dezembro de 2015;

Considerando o Requerimento de 20 de agosto de 2019 do Presidente da Comissão encarregada de apurar os atos e fatos constantes do PAD nº 001/2019 solicita a Prorrogação do prazo para conclusão dos trabalhos.

RESOLVE:

Art. 1º. DETERMINAR a Prorrogação do prazo do PAD nº 001/2019, em trâmite no âmbito da Corregedoria Geral, com a conseqüente PRORROGAÇÃO do prazo por mais 60 (sessenta) dias, promovendo tempo hábil para conclusão dos trabalhos e para melhor elucidação dos fatos.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

Várzea Grande-MT, 21 de agosto de 2019.

Jackson Nunes Cunha

Corregedor Geral – GMVG

PORTARIA GAB/PREF/PMVG 19/2.019

Dispõe sobre designação do servidor público para responder no período de férias do Secretário Municipal de Planejamento, e dá outras providências.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e na conformidade com as disposições do artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e;

RESOLVE:

Art. 1º Fica **DESIGNADO,** interinamente,o Servidor **João Carlos Cardoso**, para substituir o Sr. Edson Roberto Silva, Secretário Municipal de Planejamento, quando do gozo de férias regular, pelo período de **26/08/2.019 à 30/08/2.019**, **com ônus,** para Secretaria Municipal de Planejamento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir da data de 26 de agosto de 2.019.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 20 de Agosto de 2.019.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 074/2016.

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT e a Empresa ELETROCONSTRO PRESTAÇÃO E TERCERIZAÇÃO DE SERVIÇO LTDA, inscrita no CNPJ N. 02.091.432/0001-80. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra-se fundamentado legal no art. 57, II c/c art. 65, §8º da Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos n° 8.666/93 e suas alterações, na justificativa da Secretaria gestora do Contrato nº 074/2016, bem como nos demais documentos acostados ao Processo Gespro n. 611864/2019. OBJETO: Tem por objeto aditar o item 3.1 e 3.2 da

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, o item 4.1 da CLÁUSULA QUARTA – VIGÊNCIA DO CONTRATO, o item 16.1 da CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FISCAL DO CONTRATO e o item 17.1 da CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO, do Contrato nº 074/2016, referente a contratação de empresa capacitada para execução de serviços de limpeza urbana no Município de Várzea Grande-MT. VIGÊNCIA: Fica prorrogado pelo período de 12 (doze) meses, o prazo de vigência do Contrato principal, ou até a homologação de novo procedimento licitatório, contados a partir da data de seu vencimento. VALOR GLOBAL: Fica reajustado em aproximadamente 6,51% (seis inteiros e cinqüenta e um décimos por cento) pelo índice do IGP-M o valor unitário dos serviços contratados, passando o contrato ao valor global anual de R$ 7.259.357,08 (Sete milhões duzentos e cinquenta e nove mil trezentos e cinquenta e sete reais e oito centavos). UO: SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS E MOBILIDADE URBANA DO**: 38. 06.15.452.0031. P/A: 2.296. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ. FONTE 0100. FISCAL DO CONTRATO: A fiscalização deste instrumento Caberá à Secretaria de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana - SMSP-MU, que designa neste ato, o servidor VIRDINEI DA SILVA BENS, brasileiro portador de RG nº. 4157979-0 SSP/PR e CPF 574.822.259-00, nos termos do Art. 67 da Lei nº. 8.666 de 21 de Junho de 1993.**

DATA DE ASSINATURA: 09.08.2019.

BRENO GOMES

Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana

Contratante

ELETROCONSTRO PRESTAÇÃO E TERCERIZAÇÃO DE SERVIÇO LTDA

Contratada

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 133/2018.

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT e a Empresa VM CONSTRUÇÕES EIRELI, inscrita no CNPJ N. 08.225.968/0001-28. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra-se fundamentado legal no art. 65, §8º da Lei de Licitações e Contratos Administrativos n° 8.666/93 e suas alterações, nas condições do Contrato n. 133/2018, bem como nos demais documentos acostados ao PROCESSO GESPRO n. 615889/2019. OBJETO: Tem por objeto aditar a CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO E SEU DETALHAMENTO, do Contrato n. 133/2019, que tem por objeto a Contratação de Empresa Especializada para a Execução das Obras de pavimentação e Drenagem das Ruas 01, 02, Angola, Argentina, Peru, Costa Rica, Equador, Portugal e Porto Rico, com uma extensão de 1.388,62 metros. **NO BAIRRO VILA VITÓRIA**, e Ruas Torrência, Principado, Colinas, Gaucha, e Carlos Gomes, com uma extensão de 1.698,70 metros. **NO BAIRRO 23 DE SETEMBRO**, perfazendo um total de 3.087,32 metros, conforme projeto e planilhas anexo a este Projeto Básico.

DATA DE ASSINATURA: 21.08.2019.

OLINDO PASINATO NETO

Secretaria Municipal de Viação e Obras

Contratante

VM CONSTRUÇÕES EIRELI

Contratada

EXTRATO CONTRATO N. 156/2019

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT e a Empresa LB LEÃO JUNIOR PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI - ME, inscrita no CNPJ n. 05.920.168/0001-39. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra-se vinculado a Lei n. 8.666/1993, na Ata de Registro de Preços n. 134/2019, do procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico N. 35/2019, conforme descrito no Edital e seus Anexos, na proposta da contratada, bem como aos demais documentos acostados ao Processo Gespro n. 589356/2019. OBJETO: O presente Termo de Contrato tem por objeto a aquisição de Gêneros Alimentícios Específicos destinados a Merenda Escolar para atender alunos com restrições alimentares da Rede Municipal de Ensino do Município de Várzea Grande/ MT. VALOR GLOBAL: Atribui-se o valor global estimado de R$ 2.780,20 (Dois mil setecentos e oitenta reais e vinte centavos). UO: SECRETARIA DE educação, cultura, esporte e lazer DO: 35.03.12.361.0103. P/A: 2.180. ND: 3.3.90.30.00.00.00 – material de consumo. FONTE: 0101. DO: 35.03.12.361.0103. P/A: 2.180. ND: 3.3.90.30.00.00.00 – material de consumo. FONTE: 0115049000. DO: 35.03.12.361.0103. P/A: 2.180. ND: 3.3.90.30.00.00.00 – material de consumo. FONTE: 0115051000. VIGÊNCIA: O período da vigência do contrato é de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura. FISCAL DE CONTRATO: O acompanhamento e a fiscalização deste termo contratual ficarão a cargo da CONTRATANTE, juntamente com a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER, que, designa para este ato, a servidora Mônica Aparecida Gonçalves, inscrita no CPF n. 627.749.301-97, Gerente de Merenda Escolar, e o servidor Evaldo Mendes da Costa, inscrito no CPF n. 415.701.971-72, Professor.

DATA DE ASSINATURA: 08.08.2019.

SILVIO APARECIDO FIDELIS

Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Contratante

LB LEÃO JUNIOR PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI – ME

Contratada

PORTARIA Nº 846/2019

O Superintendente de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE:

Retificar a **Portaria nº 842/2019,** somente com relação à servidora, **VANDA DA SILVA BONDESPACHO** matrícula nº 46061**,** exercendo o cargo de Técnico de Enfermagem,lotado na Secretaria Municipal de Saúde que concedeu **90 (noventa) dias de Licença Prêmio** referente ao qüinqüênio **02.05.2002/2007,** período de gozo a partir de **02.09.2019 à 30.11.2019.**

Onde se lê: qüinqüênio 02.05.2002/2007

Leia-se: qüinqüênio 02.05.2007/2012.

Paço Municipal “Couto Magalhães” Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT., 20 de Agosto de 2019.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

RESOLUÇÃO Nº 016/2019

O Conselho Municipal de SAÚDE de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 1.291 de 13 de maio de 1993.

Considerando o art. 198, inciso III da Constituição da República, o que prevê a participação da comunidade como diretriz do Sistema Único de Saúde – SUS.

Considerando a Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990 e a Lei nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, as quais regulamentam o Sistema Único de Saúde – SUS- e o controle social no âmbito da saúde, respectivamente;

Considerando a Lei Municipal nº 1.291 de 13 de maio de 1993 que dispõe sobre o Conselho Municipal de Saúde e dá outras providencias;

Considerando o disposto do incisoV do artigo 20 do Regimento Interno deste Órgão Colegiado;

Considerando as deliberações do Plenário do CMS, em sua Reunião Ordinária do dia 15 de Agosto de2019;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a mudança de nível da Equipe "Consultório de Rua" da modalidade "Dois" para a modalidade "Três".

Esta resolução entrará em vigor a partir de sua publicação.

Sala das deliberações do Conselho Municipal de Saúde de Várzea Grande, 15 deAgosto de 2019.

Guilherme da Silva Queiroz

Presidentedo CMS/VG

Homologação:

Homologo a Resolução nº 016/2019 do CMS/VG

Diógenes Marcondes

Secretário Municipal de Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

PLANEJAMENTO
DECRETO 071/2019 DE 07 DE AGOSTO DE 2019

DECRETO Nº 071/2019

DE 07 DE AGOSTO DE 2019

"Abre Crédito Adicional Especial por Anulação de Dotação para Criação de Elemento de Despesa no Orçamento Geral do Município – LOA nº 1.600/2018- Exercício 2019, em conformidade com a Lei Municipal de nº 1.645 de 07 de Agosto de 2019 e dá outras providências".

O Sr. ABMAEL BORGES DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA

Artigo 1º - Abre Crédito Adicional Especial por Anulação de Dotação para Criação de Elemento de Despesa no Orçamento Geral do Município – LOA nº 1.600/2018 - Exercício 2019, no valor de **R$ 22.000,00 (Vinte e Dois Mil Reais)**, na forma abaixo especificada:

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Educação	**Valores**
Unidade: 05.02 – Fundo Municipal de Educação	
P. A: 2.020 - Manutenção do Fundo Municipal de Educação	
3.3.90.37.00.00.00.00.00.1000 – Locação de Mão de Obra– (Receitas de Transferência de Impostos – Educação)	**R$ 1. 000,00**
Unidade: 05.04 – FUNDEB	
P. A: 2.037 - Manutenção e Encargos com Ensino Fundamental 40%	
3.3.90.37.00.00.00.00.00.1000 – Locação de Mão de Obra– (Receitas de Transferência de Impostos – Educação)	**R$ 1. 000,00**
Unidade: 05.05 – Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	
P. A: 2.028 - Manutenção e Encargos com Salario Educação	
3.3.90.37.00.00.00.00.00.1000 – Locação de Mão de Obra– (Receitas de Transferência de Impostos – Educação)	**R$ 1. 000,00**
Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Saúde	
Unidade: 06.01 – Fundo Nacional de Saúde/Atenção Básica	
P. A: 2.042 - Manutenção e Encargos Saúde da Família - SF	
3.3.90.37.00.00.00.00.00.0046 – Locação de Mão de Obra– (Tranf. De Recursos do SUS - União)	**R$ 1. 000,00**
P. A: 2.046 - Manutenção e Encargos Atenção Básica – PAB - FIXO	
3.3.90.37.00.00.00.00.00.0046 – Locação de Mão de Obra– (Tranf. De Recursos do SUS - União)	**R$ 1. 000,00**
P. A: 2.140 - Manutenção e Encargos Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica	
3.3.90.37.00.00.00.00.00.0046 – Locação de Mão de Obra– (Tranf. De Recursos do SUS - União)	**R$ 1. 000,00**
Unidade: 06.02 – Fundo Nacional de Saúde/Media e Alta Complexidade	
P. A: 2.048 - Manutenção e Encargos com Pronto Atendimento	
3.3.90.37.00.00.00.00.00.0046 – Locação de Mão de Obra– (Tranf. De Recursos do SUS - União)	**R$ 1. 000,00**
P. A: 2.053 - Manutenção e Encargos com Hospital Municipal	
3.3.90.37.00.00.00.00.00.0046 – Locação de Mão de Obra– (Tranf. De Recursos do SUS - União)	**R$ 1. 000,00**
Unidade: 06.05 – Fundo Municipal de Saúde	
P. A: 2.061 - Manutenção e Encargos da Gestão em Saúde	
3.3.90.37.00.00.00.00.00.0202– Locação de Mão de Obra– (Receitas de Transferência de Impostos - Saúde)	**R$ 1. 000,00**
Unidade: 06.06 – Fundo Estadual de Saúde	
P. A: 2.049 - Manutenção e Encargos Centro de Atenção Psicossocial	
3.3.90.37.00.00.00.00.00.0042– Locação de Mão de Obra– (Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS - Estado)	**R$ 1. 000,00**
P. A: 2.051 - Manutenção e Encargos com Centro de Reabilitação	
3.3.90.37.00.00.00.00.00.0042– Locação de Mão de Obra– (Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS - Estado)	**R$ 1. 000,00**
Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas	
Unidade: 07.02 – Manutenção e Encargos com a Secretaria	
P. A: 2.066 - Manutenção de Pontes, Bueiros e Galerias	
3.3.90.37.00.00.00.00.00.0001 – Locação de Mão de Obra– (Recursos Ordinários)	**R$ 1. 000,00**
P. A: 2.068 - Manutenção e Encargos com os Serviços Públicos	
3.3.90.37.00.00.00.00.00.0001 – Locação de Mão de Obra– (Recursos Ordinários)	**R$ 1. 000,00**
P. A: 2.069 - Manutenção das Estradas Vicinais	
3.3.90.37.00.00.00.00.00.0001 – Locação de Mão de Obra– (Recursos Ordinários)	**R$ 1. 000,00**
P. A: 2.070 - Manutenção e Encargos com os Serviços de Limpeza Pública	
3.3.90.37.00.00.00.00.00.0001 – Locação de Mão de Obra– (Recursos Ordinários)	**R$ 1. 000,00**
P. A: 2.071 - Manutenção com Jardinagem e Paisagismo	
3.3.90.37.00.00.00.00.00.0001 – Locação de Mão de Obra– (Recursos Ordinários)	**R$ 1. 000,00**
P. A: 2.226- Manutenção e Conservação de Estradas e Vias FETHAB	
3.3.90.37.00.00.00.00.00.1004 – Locação de Mão de Obra– (Recursos Fundo Transporte e Habitação - FETHAB)	**R$ 1. 000,00**
Órgão: 08 – Secretaria Municipal de Agricultura	
Unidade: 08.02 – Departamento de Meio Ambiente	
P. A: 2.081 – Manutenção do Projeto Floresta Rica	
3.3.90.37.00.00.00.00.00.0001 – Locação de Mão de Obra (Recursos Ordinários)	**R$ 1. 000,00**
Órgão: 09 – Secretaria Municipal de Assistência Social	
Unidade: 09.02 – Fundo Municipal de Assistência Social	
P. A: 2.095 – Manutenção do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS	
3.3.90.37.00.00.00.00.00.0001 – Locação de Mão de Obra (Recursos Ordinários)	**R$ 1. 000,00**
Órgão: 10 – Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Lazer	
Unidade: 10.01 – Gabinete do Secretário	
P. A: 2.100 – Manutenção e Encargos com Departamento Cultural	
3.3.90.37.00.00.00.00.00.0001 – Locação de Mão de Obra (Recursos Ordinários)	**R$ 1. 000,00**
P. A: 2.101 – Manutenção e Apoio a Festas Culturais	
3.3.90.37.00.00.00.00.00.0001 – Locação de Mão de Obra (Recursos Ordinários)	**R$ 1. 000,00**
Unidade: 10.02 – Esporte	
P. A: 2.104 – Manutenção e Encargos com Departamento de Desporto	
3.3.90.37.00.00.00.00.00.0001 – Locação de Mão de Obra (Recursos Ordinários)	**R$ 1. 000,00**
TOTAL DO CRÉDITO ADICIONAL	**R$ 22. 000,00**

Artigo 2º - Serve de recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo 1º, na forma do artigo 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal 4320, de 17 de março de 1964, os resultantes de anulação parcial das dotações orçamentárias, a seguir especificadas:

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Educação	Valores
Unidade: 05.03 – Creche e Pré Escola	
P. A: 2.035 – Manutenção e Encargos com Pré Escola	
(186) 3.3.90.39.00.00.00.00.00.1000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica (Receitas de Transferência de Impostos – Educação)	**R$ 3. 000,00**
Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Saúde	
Unidade: 06.01 – Fundo Nacional de Saúde/Atenção Básica	
P. A: 2.042 - Manutenção e Encargos Saúde da Família - SF	
(543) 3.3.90.39.00.00.00.00.00.046 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica (Tranf. De Recursos do SUS - União)	**R$ 5. 000,00**
Unidade: 06.05 – Fundo Municipal de Saúde	
P. A: 2.061 - Manutenção e Encargos da Gestão em Saúde	
(631)3.3.90.39.00.00.00.00.00.0202– Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica **– (Receitas de Transferência de Impostos - Saúde)**	**R$ 1. 000,00**
Unidade: 06.06 – Fundo Estadual de Saúde	
P. A: 2.049 - Manutenção e Encargos Centro de Atenção Psicossocial	
(570) 3.3.90.39.00.00.00.00.00.0042– Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica **– (Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS - Estado)**	**R$ 2. 000,00**
Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas	
Unidade: 07.02 – Manutenção e Encargos com a Secretaria	
P. A: 2.068 - Manutenção e Encargos com os Serviços Públicos	
(321) 3.3.90.39.00.00.00.00.00.0001 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica**– (Recursos Ordinários)**	**R$ 5. 000,00**
P. A: 2.226- Manutenção e Conservação de Estradas e Vias FETHAB	
(309) 3.3.90.39.00.00.00.00.00.1004 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica **– (Recursos Fundo Transporte e Habitação - FETHAB)**	**R$ 1. 000,00**
Órgão: 08 – Secretaria Municipal de Agricultura	
Unidade: 08.02 – Departamento de Meio Ambiente	
P. A: 2.081 – Manutenção do Projeto Floresta Rica	
(290) 3.3.90.39.00.00.00.00.00.0001 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica (Recursos Ordinários)	**R$ 1. 000,00**
Órgão: 09 – Secretaria Municipal de Assistência Social	
Unidade: 09.02 – Fundo Municipal de Assistência Social	
P. A: 2.095 – Manutenção do Centro de Ref. de Assistência Social - CRAS	
(453) 3.3.90.39.00.00.00.00.00.0001 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica (Recursos Ordinários)	**R$ 1. 000,00**
Órgão: 10 – Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Lazer	
Unidade: 10.02 – Esporte	
P. A: 2.104 – Manutenção e Encargos com Departamento de Desporto	
(394) 3.3.90.39.00.00.00.00.00.0001 – Outros Serviços – Pessoa Jurídica (Recursos Ordinários)	**R$ 3. 000,00**
TOTAL DA ANULAÇÃO	**R$ 22. 000,00**

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 07 de agosto 2019.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Gestão 2017/2020

TABELA DE FONTES DE RECURSOS

Recurso	Descrição	Valor
0000	Recursos Ordinários	10. 000,00
0001	Receitas de Transferências de Impostos - Educação	3.000,00
0046	Transferência de Recursos do SUS provenientes da União	5.000,00
0202	Receitas de Transferências de Impostos – Saúde	1.000,00
0042	Recursos do Sistema Único de Saúde SUS – Estado	2.000,00
1004	Recursos Fundo Transporte e Habitação - FETHAB	1.000,00
Valor Total do Crédito:		**22.000,00**

Recurso	Descrição	Valor
0000	Recursos Ordinários	10. 000,00
0001	Receitas de Transferências de Impostos - Educação	3.000,00
0046	Transferência de Recursos do SUS provenientes da União	5.000,00
0202	Receitas de Transferências de Impostos – Saúde	1.000,00
0042	Recursos do Sistema Único de Saúde SUS – Estado	2.000,00
1004	Recursos Fundo Transporte e Habitação - FETHAB	1.000,00
Valor Total da Anulação:		**22.000,00**

LEI MUNICIPAL Nº 1.652/2019. DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

SÚMULA: "AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, encaminha para apreciação e votação da Câmara Municipal, o seguinte Projeto de Lei:

Artigo 1º - Para atender às necessidades *Orçamentárias do Poder Executivo*, fica autorizada a abertura de **Crédito Adicional Especial** ao Orçamento do Município no valor total de **R$ 4.240.426,35 (Quatro milhões, duzentos e quarenta mil, quatrocentos e vinte e seis reais e trinta e cinco centavos)**, alocado na seguinte dotação:

07– SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

07.03– SISTEMA DE ÁGUA E ESGOTO DE VILA RICA

17– SANEAMENTO

512– SANEAMENTO BÁSICO URBANO

0076 - SANEAMENTO BÁSICO

_____ – Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares

4.4.90.51.00 – Obras e Instalações

Valor.....R$ 4.240.426,35

FONTE DE RECURSO: 99 – Recursos de Convênios

Parágrafo Único - Para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial autorizado no artigo 1º, desta Lei, será utilizado recurso proveniente do Termo de Compromisso nº TC/PAC 0414/2014, firmado entre o Ministério de Saúde/Fundo Nacional de Saúde – FUNASA e este Município de Vila Rica - MT.

Artigo 2º. Fica alterado o PPA 2018/2021, Lei 1.483/2017, incluindo no ano de 2019 a ação **Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares** no valor de **R$ 4.240.426,35 (Quatro milhões, duzentos e quarenta mil, quatrocentos e vinte e seis reais e trinta e cinco centavos)** na fonte de recurso **99 – Recursos de Convênios e Programas – Outras Finalidades**, conforme as especificações de despesas descritas no Art. 1º desta lei.

Artigo 3º - Fica alterado o Anexo de Prioridades e Metas da LDO/2019 Lei 1.579/2018 bem como os seus anexos, incluindo neste a ação **Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares** no valor de **R$ 4.240.426,35 (Quatro milhões, duzentos e quarenta mil, quatrocentos e vinte e seis reais e trinta e cinco centavos).**

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 21 de Agosto de 2019.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE AÇÕES E METAS

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS UNIDADE: 07.03 – SISTEMA DE ÁGUA E ESGOTO DE VILA RICA PROGRAMA: 17 – Saneamento Básico Urbano			Relação de Prioridades e Metas Exercício de 2019	
Função / Sub-Função	**Ações**	**Metas**	**Meta Física**	**Valor R$**
17– Saneamento 512–Saneamento Básico Urbano	Esgoto Sanitário	01		**4.240.426,35**

PLANO PLURIANUAL

ANEXO DE METAS

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS					
UNIDADE: 07.03 – SISTEMA DE ÁGUA E ESGOTO DE VILA RICA					
PROGRAMA: 17 – Saneamento Básico Urbano					
FUNÇÃO/ SUB-FUNÇÃO	**TIPO**	***METAS***	**METAS FÍSICAS**	**ANO**	**METAS FINANCEIRAS R$**
17– Saneamento 512–Saneamento Básico Urbano	N	01	Sistema construído	2019	**4.240.426,35**

PLANEJAMENTO
DECRETO 072/2019 DE 07 DE AGOSTO DE 2019

DECRETO Nº 072/2019

DE 07 DE AGOSTO 2019.

"Transpõe e Remaneja Recursos na Execução Orçamentária do exercício 2019, com base nos Artigos 42 e 43 da Lei 4.320/64 e Art. 167, inciso V e VI, da Constituição Federal, em conformidade com a Lei Municipal de nº 1.646 de 07 de Agosto de 2019 e dá Outras Providências".

O Sr. ABMAEL BORGES DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA

Artigo 1º - Transpõe e Remaneja Recursos, na Lei Orçamentária Anual LOA nº 1.600/2018 no valor de **R$ 400.000,00 (Quatrocentos Mil Reais)**, adicionando nas dotações orçamentárias abaixo discriminadas:

Ø ***Suplementar***

Órgão: 07- Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas	**VALORES**
Unidade: 07.02 – Manutenção e Encargos com a Secretaria	
P.A: 2.226 – Manutenção e Conservação de Estradas e Vias FETHAB	
(308) 3.3.90.30.00.00.00.00.1004 – Material de Consumo	R$ 200.000,00
(309) 3.3.90.39.00.00.00.00.1004 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$ 200.000,00
TOTAL GERAL	***R$ 400.000,00***

Artigo 2º - Para cobertura ao crédito de Transposição/Remanejamento de Recursos autorizado no artigo 1º serão anuladas das Dotações Orçamentárias abaixo especificadas:

Ø ***Suprimir***

Órgão: 07- Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas	**VALOR**
Unidade: 07.02 – Manutenção e Encargos com a Secretaria	
P.A: 1.112 – Aquisição de Veículos, Maquinas e Caminhões - FETHAB	
(304) 4.4.90.52.00.00.00.00.1004 – Equipamentos e Material Permanente	R$ 200.000,00
P.A: 1.114 – Manutenção e Pavimentação Asfáltica	
(307) 4.4.90.52.00.00.00.00.1004 – Equipamentos e Material Permanente	R$ 200.000,00
TOTAL GERAL	***R$ 400.000,00***

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 07 de agosto de 2019.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Gestão 2017/2021

TABELA DE FONTES DE RECURSOS

Recurso	**Descrição**	**Valor**
1004	Recursos Fundo Transporte e Habitação - FETHAB	400.000,00
Valor Total do Remanejamento:		**400.000,00**

Recurso	**Descrição**	**Valor**
1004	Recursos Fundo Transporte e Habitação - FETHAB	400.000,00
Valor Total da Anulação:		**400.000,00**

EI MUNICIPAL Nº 1.651/2019. DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

L

SÚMULA:

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DE EXERCICIO ANTERIOR POR FONTES DE RECURSOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, encaminha para apreciação e votação da Câmara Municipal, o seguinte Projeto de Lei:

Artigo 1º. O Chefe do Poder Executivo Municipal está autorizado a abrir Crédito adicional suplementar por superávit financeiro de exercício anterior de fonte sem detalhamento da destinação de recursos, no valor de R$ 997. 795,75 (Novecentos e noventa e sete mil, setecentos e noventa e cinco reais e setenta e cinco centavos), no Orçamento vigente Lei n°. 1.600 de 20

dias do mês de dezembro de 2018, com amparo no Artigo 43 da Lei 4320/64, Art. 8º, Parágrafo Único e Art. 50, inciso VI, da Lei Complementar 101/00, nos elementos de despesas vinculados às fontes de despesas.

Artigo 2º. Para cumprimento do artigo anterior, nos termos do inciso I, do § 1º e § 2º do artigo 43 da Lei nº 4.320/64, os recursos à abertura de Crédito Adicional Suplementar, será utilizado na seguinte Fonte: 03.000 – Ordinários Livres – Sem detalhamento de destinação de recursos, conforme art. 8º, parágrafo único e art. 50, inciso I da Lei complementar 101/2000, em face de fonte de recurso, conforme anexo I, que passa integrar esta Lei.

Artigo 3º - O crédito adicional referido no artigo 1º desta Lei, será desdobrado ao nível de elemento de despesa segundo a modalidade de aplicação e recurso, que será aberto por Decreto do Poder Executivo.

Artigo 4º. - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 21 de Agosto de 2019.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO ADMINISTRATIVO INDIVIDUAL DE AGENTE COMBATE AS ENDEMIAS POR TEMPO INDETERMINADO

A Prefeitura Municipal de Vila Rica, Estada de Mato Grosso, com sede na Av. Mato Grosso 148 centro, Vila Rica MT., Inscrita no CGC sob n.º 03. 238.862/0001-45, ora representada pelo Prefeito Municipal, Srº. **ABMAEL BORGES DA SILVEIRA**, portador do CPF n.º 328.086.071-72 e da RG n. º 1614784 SSP/GO, aqui denominado CONTRATANTE, e do outro lado a Sr ª **LORENA STEFANE DE AGUILAR REIS,** portadora do CPF sob n. 132.427.226-04 e do RG/CIC nº 31935002-8 SSP/MT e residente e domiciliada no Av. Perimetral nº 474 Bairro São Francisco neste município, denominado(a) a simplesmente **CONTRATADA** e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente contrato e que regera conforme as clausulas e condições que se anunciam a seguir:

Clausula Primeira - Do Objeto

O presente contrato tem por objeto a prestação pessoal de serviços na Secretaria Municipal de Saúde, que será por PRAZO INDETERMINADO objetivando o cumprimento da emenda Constitucional nº 51; da Lei Federal nº 11350/06; da Lei Municipal nº 704/07.

Parágrafo Único

O(A) contratado(a) foi selecionada por meio do Teste Seletivo Público nº 001 de 2019 e convocada pelo Decreto nº 75/2019 de 14 de Agosto de 2019 e portanto está enquadrado(a) nas condições referidas nos artigos das Leis acima citadas, e encontrando-se apto(a) para o exercício do cargo.

O(A) contratado(a) neste ato a entrega dos seguintes documentos, além de 01 (uma) foto 3x4 recente.

a) Cédula de Identidade;

b) Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da Lei (art. 12 e 37, I da CF/88)

c) Certidão de Casamento ou Nascimento;

d) Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos CPF (se for o caso);

e) Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

f) Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

g) Cartão do PIS/PASEP;

h) Cópia da Carteira de Trabalho; (pag. Da foto e da qualificação civil);

i) Certidão de quitação Eleitoral;

j) Título de Eleitor;

k) Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado)conforme Art. 7 § 1º parágrafo VII da Lei Municipal747/2008.

l) Atestado de Saúde Ocupacional - ASO emitido por Médico credenciado pela Prefeitura Municipal de Vila Rica, traduzido em APTO;

m) 02 (duas) foto 3x4, colorida;

n) Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

o) Comprovante de Escolaridade conforme exigência do cargo;

p) Conta corrente no Banco do Brasil S/A;

q) Declaração contendo endereço residencial;

r) Declaração de bens;

s) Declaração negativa de acumulo de cargo público;

t) Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária integral estabelecida pelo órgão a qual exercerá a sua função;

u) Declaração que não infringiu as leis que fundamentaram este edital;

v) Número de CPF de pai e mãe.

w) Copia do RG E CPF do esposo

Clausula Segunda - Das Obrigações do Contratado

O(a) contratado(a) obriga-se a exercer as funções correspondentes ao cargo de **AGENTE COMBATE AS ENDEMIAS,** obedecendo à jornada de trabalho, conforme a repartição onde estiver lotado, observado os deveres, obrigações e as proibições previstas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Vila Rica -MT.

Clausula Terceira - Das Obrigações do Contratante

O Contratante obriga-se a remunerar o contratado com a importância mensalbrutade **R$: 1.399,09 (Mil trezentos e noventa e nove reais e nove centavos), p**or 40 (quarenta) horas semanais, correspondente a classe "A" nível 01 do Plano de Carreira dos Servidores do Sistema Único de Saúde de Vila Rica -SUS- VR.

Clausula Quarta - Das Vantagens e Restrições

O(a) Contratado(a) usufruirá das vantagens no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Vila Rica -MT, ressalvadas as que forem exclusivas dos efetivos. Para todos os efeitos legais o contratado declara não ocupar nenhum cargo, em regime de acumulação, bem como não participar de gerência ou administração de empresa privada, de sociedade civil, ou exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, quotista ou comanditário.

Clausula Quinta - Do Prazo e da Rescisão

O presente contrato e firmado por prazo indeterminado, com inicio em 21 de Agosto de 2019, podendo ser rescindido unilateralmente nos termo do artigo 10º da lei Federal nº 11.350 e nos termos do artigo 182 do estatuto dos servidores públicos municipais.

Clausula Sexta - Do Regime Jurídico, Previdenciário.

O presente contrato vincula-se ao INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL- IMPREV, para o qual contribuirá obrigatoriamente, e será regido pelo REGIME ESTATUTÁRIO.

Clausula Oitava - Recursos Orçamentários

Os recursos financeiros necessários suficientes à contratação constam da Lei Orçamentária Municipal, estando livres e não comprometidos, nos seguintes elementos de despesa:

06 – Secretaria Municipal de Saúde.

06.03 – Atenção básica

202 - Manutenção e Encargos Vigilância Sanitária

Clausula Final

As partes elegem o foro da Comarca de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, para dirimir as duvidas que por ventura surgirem na execução deste contrato e, assim ajustadas, o assinam na presença de duas testemunhas.

Vila Rica - MT., 21 de Agosto de 2019.

_____

_____

LORENA STEFANE DE AGUILAR REIS ABMAEL BORGES DA SILVEIRA Contratado(a) Prefeito Municipal

Testemunhas: 1ª_____ 2ª

_____

TERMO DE POSSE DO CARGO DE

AGENTE COMBATE AS ENDEMIAS

Aos 21 dias do mês de Agosto de dois mil e dezenove, nesta cidade de VILA RICA, do Estado de Mato Grosso, no edifício do paço municipal, onde funciona o Poder Executivo, na sala destinada ao Departamento de Recursos Humanos, as 10:30 horas, onde presente se achava o Sr. **ABMAEL BORGES DA SILVEIRA**, Prefeito Municipal, o Diretor do Departamento de Recursos Humanos, compareceu o(a) cidado(ã) **LORENA STEFANE DE AGUILAR REIS**a quem o Sr.(º), perante o chefe do executivo, deferiu o compromisso de desempenhar o cargo **AGENTE COMBATE AS ENDEMIAS.** Classe **A** Grau **01**, carga horária de 40 horas semanais previsto no Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos, para o qual foi nomeado pela portaria 196 n.º 21 de Agosto de 2019.

Aceito por ela o compromisso, a mesmo prometeu cumprir o Estatuto dos Servidores Públicos sob as penas da Lei.

Para constar eu, Hely – Clodoaldo A Fernandes, diretor do Departamento de Recursos Humanos, lavrei o presente termo, que vai devidamente assinado pelo Sr. Prefeito Municipal, pelo compromissado e por mim Dir. de Dpto de Rec. Humanos.

Prefeitura Municipal de Vila Rica MT, 21 Agosto de 2019.

_____

Lorena Stefane De Aguilar Reis

LEI MUNICIPAL Nº 1.650/2019 DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

"Autoriza o Poder Executivo, em nome do Município de Vila Rica, a adquirir a título oneroso o imóvel que especifica e dá outras providências."

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, encaminha para apreciação e votação da Câmara Municipal, o seguinte Projeto de Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir onerosamente, em nome do município, áreas de terra conforme específica:

I - Uma área de 201.963,65m² a ser destinada para a instalação da Estação de Tratamento de Esgoto – ETE;

II - Uma área de 7.665,90m² a ser destinada para a Faixa de Domínio da Linha de Recalque; e

III – Uma área de 196.300,00m² a ser destinada ao deposito de Resíduos Sólidos do Município de Vila Rica.

§ 1º - As áreas de que trata os incisos I e II deste caput será desmembrada da matrícula de no 6.696 do Cartório de Registro de Imóveis (CRI) de Vila Rica, de propriedade da Empresa ANGICO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, JUCEMG Nº 5621687, com sede na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ sob o no 23.512.466/0001-71.

§ 2º - A área trata o inciso III deste caput será desmembrada da matrícula de no 5.261 do Cartório de Registro de Imóveis (CRI) de Vila Rica, de propriedade da Empresa AGROPECUÁRIA ANGICO EIRELI – EPP – JUCEMAT nº 516000202450, com sede na cidade de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ sob o no 18.914.668/0001-00.

§ 3o - A aquisição será formalizada por intermédio da lavratura de escritura pública de compra e venda e posterior registro na matrícula no imóvel.

§ 4º - A Comissão Permanente de Avaliação de Imóveis de que trata a Portaria Municipal nº 059/2019, procedeu a análise do imóvel, de que trata esta lei, emitindo Parecer Técnico segundo o qual o valor do bem foi estimado em R$ 300.100,03 (Trezentos mil, cem reais e três centavos).

Artigo 2o - A aquisição dos imóveis de que trata o art. 1º será perfectibilizada com amparo no inciso X do art. 24 da Lei Federal no 8.666, de 21 de junho de 1993, mediante o pagamento do montante avençado de R$ R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), a ser adimplido no prazo de até o exercício de 2020, a contar do ato de assinatura do negócio jurídico, nas seguintes condições:

I – 12 (doze) parcelas iguais, mensais e sucessivas de R$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais);

Artigo 3o - As despesas decorrentes com e execução desta Lei, correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, a ser consignadas na Lei Orçamentária Anual do exercício de 2020, suplementadas se necessário.

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 21 de Agosto de 2.019.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 1.649/2019 DE 21 DE AGOSTO DE 2019

"Autoriza o Chefe do Poder Executivo a proceder a Abertura de Crédito Adicional Especialpor Anulação de Dotação para Criação de Elemento de Despesa no Orçamento Geral do Município – LOA nº 1. 600/2018- Exercício 2019 e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vila Rica aprova, e ele sanciona e promulga a seguinte Lei.

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a Abertura de Crédito Adicional Especial por Anulação de Dotação para Criação de Elemento de Despesa no Orçamento Geral do Município – LOA nº 1. 600/2018 - Exercício 2019, no valor de **R$ 2.806,00 (Dois mil, oitocentos e seis reais)**, na forma abaixo especificada:

Órgão: 01 – Câmara Municipal	**Valores**
Unidade: 01.01 – Câmara Municipal	
P. A: 2.001 – Manutenção da Câmara Municipal	
3.3.50.41.00.00.00.00.00.1000 – Contribuições	**R$ 2.806,00**
TOTAL DO CRÉDITO ADICIONAL	**R$ 2.806,00**

Artigo 2º - Servirão de recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo 1º, na forma do artigo 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal 4320, de 17 de março de 1964, os resultantes de anulação parcial das dotações orçamentárias, a seguir especificadas:

Órgão: 01 – Câmara Municipal	**Valores**
Unidade: 01.01 – Câmara Municipal	
P. A: 2.001 – Manutenção da Câmara Municipal	
3.3.90.41.00.00.00.00.00.1000 – Contribuições	**R$ 2.806,00**
TOTAL DA ANULAÇÃO	**R$ 2.806,00**

Artigo 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 21 de Agosto de 2019.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO N° 006/2019

RESOLUÇÃO N° 006/2019

RETIFICA A RESOLUÇÃO DE Nº 004/2019

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Vila Rica (CMDCA) MT, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Municipal n° 1.163/2013 e atendendo ao disposto na Lei Federal n°. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), RETIFICA o Artigo 23 da Resolução nº 004/2019 que dispõe sobre os atos preparatórios, a recepção de votos, as garantias eleitorais, a totalização, a divulgação e as normas e Procedimentos para Mesários e Juntas Apuradoras para o Processo de Eleição dos membros do Conselho Tutelar no Município de Vila Rica, **que passará a vigorar da seguinte forma:**

Art. 23. Em caso de empate na votação de candidatos, o desempate acontecerá da seguinte forma:

1) obtiver melhor desempenho na prova escrita de conhecimento de legislação específica;

2) ter maior idade;

3) possuir maior grau de escolaridade

As demais informações seguem sem alterações.

Vila Rica, 21 de agosto de 2019.

Lovane Schmitz

Presidente da Comissão

LEI MUNICIPAL Nº 1.653/2019. DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

SÚMULA: "AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, encaminha para apreciação e votação da Câmara Municipal, o seguinte Projeto de Lei:

Artigo 1º - Para atender às necessidades Orçamentárias *do Poder* Executivo, fica autorizada a abertura de **Crédito Adicional Especial** ao Orçamento do Município no valor total de **R$ 70.000,00 (Setenta mil reais)**, alocado na seguinte dotação:

Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Viação e Obras Publicas	**R$**
Unidade: 07.02 – Manutenção e Encargos com a Secretaria	
Programa: 0095 Assistência e Melhorias nas Áreas Sociais	
P. A: – Aquisição de Equipamentos para Praças e Jardins	
4.4.90.52.00.00.00.00.0001 – Equipamentos e Material Permanente	70.000,00
Total de Crédito Especial (recursos próprios)	***70.000,00***

Parágrafo Único – Servirá de recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo 2º, na forma do artigo 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal 4320, de 17 de março de 1964, os resultantes de anulação parcial de dotação orçamentária, a seguir especificada:

Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Viação e Obras Publicas	**R$**
Unidade: 07.02 – Manutenção e Encargos com a Secretaria	
P.A 1.061 – Construção, Arborização de Avenidas, Praças e Jardins	
(311) 4.4.90.51.00.00.00.00.0001 – Obras e Instalações	70.000,00
Total de Crédito Especial (recursos próprios)	***70.000,00***

Artigo 2º. Fica alterado o PPA 2018/2021, Lei 1.483/2017, incluindo no ano de 2019 a ação **Aquisição de Equipamentos para Praças e Jardins** no valor de **R$ 70.000,00 (Sete mil reais)** na fonte de recurso 0001 **– Recursos Ordinários – Livres**, conforme as especificações de despesas descritas no Art. 1º desta lei.

Artigo 3º - Fica alterado o Anexo de Prioridades e Metas da LDO/2019 Lei 1.579/2018 bem como os seus anexos, incluindo neste a ação **Aquisição de Equipamentos para Praças e Jardins** no valor de **R$ 70.000,00 (Setenta mil reais).**

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 14 de Agosto de 2.019.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA Prefeito Municipal

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE AÇÕES E METAS

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS UNIDADE: 07.02 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA PROGRAMA: 0095 Assistência e Melhorias nas Áreas Sociais			Relação de Prioridades e Metas Exercício de 2019	
Função / Sub-Função	**Ações**	**Metas**	**Meta Física**	**Valor R$**
15– Urbanismo 452–Serviços Urbanos	Instalação de Parques	01		**70.000,00**

PLANO PLURIANUAL

ANEXO DE METAS

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS					
UNIDADE: 07.02 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA					
PROGRAMA: 0095 Assistência e Melhorias nas Áreas Sociais					
FUNÇÃO/ SUB-FUNÇÃO	**TIPO**	***METAS***	**METAS FÍSICAS**	**ANO**	**METAS FINANCEIRAS**

					R$
15– Urbanismo 452–Serviços Urbanos	N	01	Parque instalado	2019	**70.000,00**

PLANEJAMENTO
EDITAL AUDIÊNCIA PÚBLICA - LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - EXERCÍCIO 2020

EDITAL DE CONVOCAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA

PARA APRESENTAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – EXERCÍCIO 2020

A Prefeitura Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, representada pelo Sr. ABMAEL BORGES DA SILVEIRA, Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhes são conferidas, **CONVOCA** a todos os interessados a participarem da **AUDIÊNCIA PÚBLICA**, onde serão apresentadas e discutidas as propostas para a **Lei Orçamentária Anual (LOA) -** Exercício 2020, que será realizada no dia 30 de Agosto do corrente ano, às 15:00hs, na Câmara Municipal, situada na Avenida Brasil, Centro, em Vila Rica-MT.

Vila Rica – MT, 19 de Agosto de 2019.

Abmael Borges da Silveira

Prefeito Municipal

Gestão 2017/2020

PORTARIA Nº 198/2019 21 DE AGOSTO DE 2017.

PORTARIA Nº 198/2019

21 DE AGOSTO DE 2017.

Nomeia os membros do Conselho Municipal de Cria o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável em conformidade com a Lei Municipal nº 467/2003.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os membros do **Conselho Municipal de Cria o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável**, conforme segue:

I - REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO:

TITULAR: Rafael da Gallo

CPF: 015.676.621-37

RG: 1765471-8 SSP/GO

SUPLENTE: José Carlos Gasparetto

CPF: 460.184.681-15

RG:1014283-5 SSP/MT

II - REPRESENTANTES DO PODER LEGISLATIVO:

TITULAR: Jair Zorzi CPF: 580.806.191-15 RG 901.129 SSP/MT SUPLENTE: José da Silva Lima CPF: 979.039.811-53 RG 1680823-1 SSP/MT

III – SINDICATODOS TRABALHADORESRURAISDEVILARICA

TITULAR: Adão Alvino de Souza

CPF: 349.566.032-15

RG: 406010 SSP/RO

SUPLENTE: Mauro Felicio Macaiewski

CPF: 632.107.701-15

RG: 1302471-0 SSP/MT

IV - REPRESENTANTES DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ASSISTÊNCIA TÉCNICA APROVADAS PELO CEDRS:

a) AGROMATOS-MATOSPROJETOS AGROPECUÁRIOSLTDA

TITULAR: Luiz Carlos Sousa de Matos

CPF: 841.343.801-20

RG: 3943031 DGPC/GO

SUPLENTE: Thiago Ferreira Lopes

CPF: 038.083.221-39

RG: 555.3055 SSP/GO

b) RURALPLAN PROJETOS AGROPECUÁRIOS LTDA TITULAR: Daiana Silva Coimbra CPF: 015.998.151-41 RG: 001460467 SSP/MS SUPLENTE: Juliano Rodrigues Alves Neto CPF: 056.172.571-37 RG: 2382466-2 SSP/MT **c) ENGEOTOPENGENHARIA-W.V.DOS SANTOS BARBOSAME**

TITULAR: Welder Vandré dos Santos Barbosa

CPF: 316.551.758-40

RG: 13675940 SSP/MT

SUPLENTE: Marina Silva Moura CPF: 050.569.981-84 RG: 2519129-2 SSP/MT **d) EMPAER-MT-EMPRESAMATO-GROSSENSEDEPESQUISA,ASSISTÊNCIAE EXTENSÃORURAL.**

TITULAR: Gilmar Alves da Silva

CPF: 632.028.321-15 RG: 996893 SSP/MT SUPLENTE: Alisson Fernando Rubio CPF: 028.056.921-10 RG: 1658504-6 SSP/M

V – INDEA (Instituto de Defesa Agropecuária)

TITULAR: Fernando Henrique Piovesan Salazar

CPF: 006.846.297-20

RG: 087 12256-0 SSP/RJ

SUPLENTE: Raimundo Nonato Trindade

CPF: 352.826.301-68

RG: 334 857 SSP/MT

VI- AGENTE FINANCEIRO

a) BANCO DO BRASIL TITULAR: Cicero Neto Ferreira Pereira

CPF: 805.624.422-00

RG: 727623 SSP/GO

SUPLENTE: Raimundo Nonato Batista

CPF: 303.061.084-53

RG: 2447308 SDS/PE

b) COOPERATIVADECRÉDITOSICREDI ARAXINGU

TITULAR: Julio Augusto Schumann

CPF: 021.684.441-02

RG: 16588916 SSP/MT

SUPLENTE: Paulo Roberto da Silva Montes

CPF: 006.826.871-89

RG: 4585959 DGPC/GO

VI - SINDICATO RURAL PATRONAL DE VILA RICA

TITULAR: Adreane Hilária Santos

CPF:822.671.541-53

RG: 1133590 SSP/MT

SUPLENTE: Renato Cunha Donato

CPF: 883.919.579-34

RG: 427 9324-8 SSP/ PR

VII - INSTITUIÇÕES DA SOCIEDADE ORGANIZADA

a) ASSOCIAÇÃOBOMJESUS TITULAR: Ivanir Antonio Gallo CPF: 460.184.251-49 RG: 701.210 SSP/MT SUPLENTE: Silvio Rodrigues de Melo CPF: 417.001.801-00 RG: 1.047.851 SSP/DF **b) ASSOCIAÇÃOBRIDÃOBRASILEIRO** TITULAR: Josimar Soares Lustrosa CPF: 576.986.941-00 RG: 6114453 SSP/TO SUPLENTE: Paulo Cezar Francisco CPF: 962.449.091-00 RG: 2098711-0 SSP/MT **c) ASSOCIAÇÃOITAPORÃDONORTE/CAXANGÁ** TITULAR: Maria José Paulo Santos CPF: 008.062.805-89 RG: 1189081 SSP/SE SUPLENTE: José Roseano Araujo Junior CPF: 034.918+331-75 RG: 24554 SSP/MT. **d) ASSOCIAÇÃOITAPORÃDONORTE/ARACATI** TITULAR: Wilmar Antonio de Oliveira CPF: 823.086.671-68 RG: 1159689-9 SSP/MT SUPLENTE: Adilson Dias de Moura CPF: 823.662.461-91 RG: 1173044-7 SSP/MT **e) VISÃO RURAL** TITULAR: Graniele Rodrigues da Cruz CPF: 015.889.381-66 RG: 6164173 SSP/GO SUPLENTE: Valter Robson Peres Pereira CPF: 036.589.417-00 RG: 5497316 SSP/GO

Art. 2º O mandato dos conselheiros será de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzidos a critérios de suas respectivas entidades representativos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

PLANEJAMENTO
DECRETO 074/2019 DE 07 DE AGOSTO DE 2019

DECRETO Nº 074/2019

DE 07 DE AGOSTO DE 2019

"Abre Crédito Adicional Especial no Orçamento Geral do Município (LOA nº 1.600/2018) por anulação de dotação, inserindo meta no Plano Plurianual Quadriênio de 2018-2021 e Lei de Diretrizes Orçamentárias de Nº 1.579/2018, Exercício 2019, em conformidade com a Lei Municipal de nº 1.648 de 07 de Agosto de 2019, e dá Outras Providências".

O Sr. ABMAEL BORGES DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA

Artigo 1º - Abre Crédito Adicional Especial no Orçamento Geral do Município – LOA nº 1.600/2018 - Exercício 2019, no valor de **R$ 9.079,69 (Nove Mil, Setenta e Nove Reais e Sessenta e Nove Centavos)**, na forma abaixo especificada:

Órgão: 07– Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas	VALOR
Unidade: 07.02 – Manutenção e Encargos com a Secretaria	
P. A: Reforma e Ampliação da Cadeia Pública	
3.3.90.93.00.00.00.00.1014 – Indenizações e Restituições – (Transf. Convênio)	R$ 9. 079,69
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	***R$ 9. 079,69***

Artigo 2º - Para cobertura do Crédito Adicional Especial autorizado no artigo 1º, são utilizados recursos provenientes de anulação total da dotação orçamentária abaixo especificada:

Órgão: 07– Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas	VALOR
Unidade: 07.02 – Manutenção e Encargos com a Secretaria	
P. A: 1.164 - Reforma e Ampliação da Cadeia Pública	
(806) 4.4.90.93.00.00.00.00.00.1014 – Indenizações e Restituições – (Transf. Convênio)	R$ 9. 079,69
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	***R$ 9. 079,69***

Artigo 3º- Insere meta na Lei 1.600/2018 – PLANO PLURIANUAL Quadriênio de 2018/2021 e na Lei 1.579/2018 Lei de Diretrizes Orçamentária, Exercício de 2019.

Artigo 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 07 de agosto de 2019.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Gestão 2017/2020

TABELA DE FONTES DE RECURSOS

Recurso	Descrição	Valor
1014	CONVÊNIOS – OUTROS - NÃO RELACIONADOS, EDUCAÇÃO, SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL	9. 079,69
Valor Total do Crédito:		9. 079,69

Recurso	Descrição	Valor
1014	CONVÊNIOS – OUTROS - NÃO RELACIONADOS, EDUCAÇÃO, SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL	9. 079,69
Valor Total da Anulação:		9. 079,69

EDITAL N.º 012/2019

EDITAL N.º 012/2019

DISPÕE SOBRE A DESISTÊNCIA DE CANDIDATO AO PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE VILA RICA – QUADRIÊNIO 2020/2024.

A Comissão Especial de Eleição, constituída na forma da Resolução nº 001/2019, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Vila Rica, no uso de suas atribuições, torna público a desistência da candidata **Iarle Almeida da Silva** no processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar de Vila Rica – Quadriênio 2020/2024, conforme requerimento protocolado sob o nº 2948/19 de 21 de agosto de 2019.

Vila Rica, 21 de agosto de 2019.

Lovane Schmitz

Presidente da Comissão de Eleição

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 198/2019

De 21 de Agosto de 2019.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

R E S O L V E:

Art. 1º - Determinar que a Sr.º LORENA STEFANE DE AGUILAR REIS portadora do CPF sob o nº 045.838.721-51 para que, nos termos do contrato administrativo individual por prazo indeterminado, exerça as funções do cargo de AGENTE COMBATE AS ENDEMIAS, classe "A" nível 01 do Plano de Carreira dos Servidores do Sistema Único de Saúde de Vila Rica – SUS - VRcom vencimentos e obrigações atinentes ao cargo.

Art 2º - O servidor citado irá exercer sua função na Secretaria de Saúde.

Art 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA Prefeito Municipal

PLANEJAMENTO
DECRETO 073/2019 DE 07 DE AGOSTO DE 2019

DECRETO Nº 073/2019

DE 07 DE AGOSTO DE 2019

"Abre Crédito Adicional Especial por Anulação de Dotação para Criação de Elemento de Despesa no Orçamento Geral do Município – LOA nº 1.600/2018- Exercício 2019, em conformidade com a Lei Municipal de nº 1.647 de 07 de Agosto de 2019 e dá outras providências".

O Sr. ABMAEL BORGES DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA

Artigo 1º - Abre Crédito Adicional Especial por Anulação de Dotação para Criação de Elemento de Despesa no Orçamento Geral do Município – LOA nº 1.600/2018 - Exercício 2019, no valor de **R$ 17.000,00 (Dezessete Mil Reais)**, na forma abaixo especificada:

Órgão: 02 – Gabinete do Prefeito Municipal	**Valores**
Unidade: 02.01 – Manutenção e Encargos com o Gabinete	
P. A: 2.002 – Manutenção e Encargos com o Gabinete	
3.3.90.93.00.00.00.00.00.0001 – Indenizações e Restituições (Recursos Ordinários)	**R$ 500,00**
Unidade: 02.02 – Junta do Serviço Militar	
P. A: 2.004 – Manutenção da Junta do Serviço Militar	
3.3.90.93.00.00.00.00.00.0001 – Indenizações e Restituições (Recursos Ordinários)	**R$ 500,00**
Unidade: 02.03 – Assessoria Jurídica	
P. A: 2.005 – Manutenção e Encargos com a Assessoria Jurídica	
3.3.90.93.00.00.00.00.00.0001 – Indenizações e Restituições (Recursos Ordinários)	**R$ 500,00**
Unidade: 02.04 – Conselho Tutelar	
P. A: 2.006 – Manutenção e Encargos com a Conselho Tutelar	
3.3.90.93.00.00.00.00.00.0001 – Indenizações e Restituições (Recursos Ordinários)	**R$ 500,00**
Unidade: 02.05 – UCI – Unidade de Controle Interno	
P. A: 2.007 – Manutenção e Encargos com a UCI	
3.3.90.93.00.00.00.00.00.0001 – Indenizações e Restituições (Recursos Ordinários)	**R$ 500,00**
Unidade: 02.06 – Ouvidoria	
P. A: 2.008 – Manutenção e Encargos com a Ouvidoria	
3.3.90.93.00.00.00.00.00.0001 – Indenizações e Restituições (Recursos Ordinários)	**R$ 500,00**
Órgão: 03 – Secretaria Municipal de Administração	
Unidade: 03.01 – Gabinete do Secretário	
P. A: 2.009 – Manutenção e Encargos com a Secretaria	
3.3.90.93.00.00.00.00.00.0001 – Indenizações e Restituições (Recursos Ordinários)	**R$ 500,00**
Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Educação	
Unidade: 05.01 – Gabinete do Secretário	
P. A: 2.019 – Manutenção e Encargos com a Secretaria	
3.3.90.93.00.00.00.00.00.1000 – Indenizações e Restituições (Receitas de Transferências de Impostos - Educação)	**R$ 500,00**
Unidade: 05.02 – Fundo Municipal de Educação	
P. A: 2.020 – Manutenção do Fundo Municipal de Educação	
3.3.90.93.00.00.00.00.00.1000 – Indenizações e Restituições (Receitas de Transferências de Impostos - Educação)	**R$ 500,00**
P. A: 2.027 – Manutenção do Ensino Superior	
3.3.90.93.00.00.00.00.00.1000 – Indenizações e Restituições (Receitas de Transferências de Impostos - Educação)	**R$ 500,00**
Unidade: 05.03 – Creche e Pré Escola	
P. A: 2.034 – Manutenção e Encargos com a Educação Infantil	
3.3.90.93.00.00.00.00.00.1000 – Indenizações e Restituições (Receitas de Transferências de Impostos - Educação)	**R$ 500,00**
P. A: 2.035 – Manutenção e Encargos com a Pré Escola	
3.3.90.93.00.00.00.00.00.1000 – Indenizações e Restituições (Receitas de Transferências de Impostos - Educação)	**R$ 500,00**
Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Saúde	
Unidade: 06.01 – Fundo Nacional de Saúde/Atenção Básica	
P. A: 2.042 - Manutenção e Encargos Saúde da Família - SF	
3.3.90.93.00.00.00.00.00.0046 – Indenizações e Restituições – (Tranf. De Recursos do SUS - União)	**R$ 500,00**
P. A: 2.046 - Manutenção e Encargos Atenção Básica – PAB - FIXO	
3.3.90.93.00.00.00.00.00.0046 – Indenizações e Restituições – (Tranf. De Recursos do SUS - União)	**R$ 500,00**
Unidade: 06.02 – Fundo Nacional de Saúde/Media e Alta Complexidade	
P. A: 2.048 - Manutenção e Encargos com Pronto Atendimento	
3.3.90.93.00.00.00.00.00.0046 – Indenizações e Restituições – (Tranf. De Recursos do SUS - União)	**R$ 500,00**
P. A: 2.053 - Manutenção e Encargos com Hospital Municipal	
3.3.90.93.00.00.00.00.00.0046 – Indenizações e Restituições – (Tranf. De Recursos do SUS - União)	**R$ 500,00**
Unidade: 06.05 – Fundo Municipal de Saúde	
P. A: 2.061 - Manutenção e Encargos da Gestão em Saúde	
3.3.90.93.00.00.00.00.00.0202– Indenizações e Restituições – (Receitas de Transferência de Impostos - Saúde)	**R$ 500,00**
P. A: 2.138 - Manutenção e Encargos Vigilância Sanitária e Vigilância em Saúde	
3.3.90.93.00.00.00.00.00.0202– Indenizações e Restituições (Receitas de Transferência de Impostos - Saúde)	**R$ 500,00**
Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas	
Unidade: 07.01 – Gabinete do Secretário	
P. A: 2.064- Manutenção e Encargos com Gabinete	
3.3.90.93.00.00.00.00.00.0001 – Indenizações e Restituições – (Recursos Ordinários)	**R$ 500,00**
Unidade: 07.02 – Manutenção e Encargos com a Secretaria	
P. A: 2.068 - Manutenção e Encargos com os Serviços Públicos	
3.3.90.93.00.00.00.00.00.0001 – Indenizações e Restituições – (Recursos Ordinários)	**R$ 500,00**
Unidade: 07.03 – SAEVIR	
P. A: 2.119 - Manutenção e Encargos com a SAEVIR	
3.3.90.93.00.00.00.00.00.0001 – Indenizações e Restituições – (Recursos Ordinários)	**R$ 500,00**
Órgão: 08 – Secretaria Municipal de Agricultura	
Unidade: 08.01 – Gabinete do Secretário	
P. A: 2.075 - Manutenção e Encargos com a Secretaria de Agricultura	
3.3.90.93.00.00.00.00.00.0001 – Indenizações e Restituições – (Recursos Ordinários)	**R$ 500,00**
P. A: 2.076 - Manutenção com o Programa Agricultura Familiar	
3.3.90.93.00.00.00.00.00.0001 – Indenizações e Restituições – (Recursos Ordinários)	**R$ 500,00**
Unidade: 08.02 – Departamento de Meio Ambiente	
P. A: 2.080 – Manutenção e Encargos com Departamento de Meio Ambiente	
3.3.90.93.00.00.00.00.00.0001 – Indenizações e Restituições – (Recursos Ordinários)	**R$ 500,00**
Órgão: 09 – Secretaria Municipal de Assistência Social	
Unidade: 09.01 – Gabinete do Secretário	
P. A: 2.083 – Manutenção e Encargos com a Secretaria	
3.3.90.93.00.00.00.00.00.0001 – Indenizações e Restituições – (Recursos Ordinários)	**R$ 500,00**
Unidade: 09.02 – Fundo Municipal de Assistência Social	
P. A: 2.095 – Manutenção do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS	
3.3.90.93.00.00.00.00.00.0001 – Indenizações e Restituições – (Recursos Ordinários)	**R$ 500,00**
3.3.90.93.00.00.00.00.00.1002 – Indenizações e Restituições – (Rec. Fundo Nacional Assistência Social - FNAS)	**R$ 500,00**
Unidade: 09.03 – Fundo Estadual de Assistência Social	
P. A: 2.123 – Manutenção do Bloco Proteção Social Básica - PSB	
3.3.90.93.00.00.00.00.00.0043 – Indenizações e Restituições – (Transf. de Recursos do Estado para Ações de Assistência Social)	**R$ 500,00**
Unidade: 09.04 – Fundo Nacional de Assistência Social	
P. A: 2.094 – Manutenção do Bloco de Gestão do Prog. Bolsa Família e Cad. Único	
3.3.90.93.00.00.00.00.00.1002 – Indenizações e Restituições – (Rec. Fundo Nacional Assistência Social - FNAS)	**R$ 500,00**
P. A: 2.222 – Manutenção do Bloco da Proteção Social Básica - PSB	
3.3.90.93.00.00.00.00.00.1002 – Indenizações e Restituições – (Rec. Fundo Nacional Assistência Social - FNAS)	**R$ 500,00**
P. A: 2.225 – Manutenção do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI	
3.3.90.93.00.00.00.00.00.1002 – Indenizações e Restituições – (Rec. Fundo Nacional Assistência Social - FNAS)	**R$ 500,00**
Órgão: 10 – Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Lazer	
Unidade: 10.01 – Gabinete do Secretário	
P. A: 2.241 – Manutenção e Encargos com a Secretaria	

3.3.90.93.00.00.00.00.00.0001 – Indenizações e Restituições – (Recursos Ordinários)	**R$ 500,00**
Unidade: 10.02 – Esporte	
P. A: 2.104 – Manutenção e Encargos com Departamento de Desporto	
3.3.90.93.00.00.00.00.00.0001 – Indenizações e Restituições – (Recursos Ordinários)	**R$ 500,00**
Órgão: 13 – Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento	
Unidade: 13.01 – Gabinete do Secretário	
P. A: 2.107 – Manutenção e Encargos com o Planejamento	
3.3.90.93.00.00.00.00.00.0001 – Indenizações e Restituições – (Recursos Ordinários)	**R$ 500,00**
TOTAL DO CRÉDITO ADICIONAL	**R$ 17. 000,00**

Artigo 2º - Servem de recursos para cobertura do crédito de que trata o artigo 1º, na forma do artigo 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal 4320, de 17 de março de 1964, os resultantes de anulação parcial das dotações orçamentárias, a seguir especificadas:

Órgão: 02 – Gabinete do Prefeito Municipal	**Valores**
Unidade: 02.04 – Conselho Tutelar	
P. A: 2.006 – Manutenção e Encargos com a Conselho Tutelar	
(35) 3.3.90.14.00.00.00.00.00.0001 – Diárias - Civil (Recursos Ordinários)	**R$ 3. 000,00**
Órgão: 03 – Secretaria Municipal de Administração	
Unidade: 03.01 – Gabinete do Secretário	
P. A: 2.009 – Manutenção e Encargos com a Secretaria	
(70) 3.3.90.14.00.00.00.00.00.0001 – Diárias - Civil (Recursos Ordinários)	**R$ 500,00**
Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Educação	
Unidade: 05.02 – Fundo Municipal de Educação	
P. A: 2.020 – Manutenção do Fundo Municipal de Educação	
(135) 3.3.90.14.00.00.00.00.00.1000 – Diárias - Civil (Receitas de Transferências de Impostos - Educação)	**R$ 2. 500,00**
Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Saúde	
Unidade: 06.02 – Fundo Nacional de Saúde/Media e Alta Complexidade	
P. A: 2.048 - Manutenção e Encargos com Pronto Atendimento	
(599) 3.3.90.14.00.00.00.00.00.0046 – Diárias - Civil (Transferência de Recursos do SUS - União)	**R$ 2. 000,00**
Unidade: 06.05– Fundo Municipal de Saúde	
P. A: 2.138 - Manutenção e Encargos Vigilância Sanitária e Vigilância em Saúde	
(708) 3.3.90.14.00.00.00.00.00.0202– Diárias - Civil (Receitas de Transferência de Impostos - Saúde)	**R$ 1. 000,00**
Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas	
Unidade: 07.03 – SAEVIR	
P. A: 2.119 - Manutenção e Encargos com a SAEVIR	
(356) 3.3.90.14.00.00.00.00.00.0001 – Diárias - Civil (Recursos Ordinários)	**R$ 1. 500,00**
Órgão: 08 – Secretaria Municipal de Agricultura	
Unidade: 08.01 – Gabinete do Secretário	
P. A: 2.075 - Manutenção e Encargos com a Secretaria de Agricultura	
(258) 3.3.90.14.00.00.00.00.00.0001 – Diárias - Civil (Recursos Ordinários)	**R$ 1. 500,00**
Órgão: 09 – Secretaria Municipal de Assistência Social	
Unidade: 09.02 – Fundo Municipal de Assistência Social	
P. A: 2.095 – Manutenção do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS	
(445) 3.3.90.14.00.00.00.00.00.0001 – Diárias - Civil (Recursos Ordinários)	**R$ 1. 000,00**
(446) 3.3.90.14.00.00.00.00.00.1002 – Diárias - Civil (Recursos Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS)	**R$ 900,00**
Unidade: 09.03 – Fundo Estadual de Assistência Social	
P. A: 2.123 – Manutenção do Bloco Proteção Social Básica - PSB	
(481) 3.3.90.14.00.00.00.00.00.0043 – Diárias - Civil **– (Transf. de Recursos do Estado para Ações de Assistência Social)**	**R$ 500,00**
Unidade: 09.04 – Fundo Nacional de Assistência Social	
P. A: 2.094 – Manutenção do Bloco de Gestão do Prog. Bolsa Família e Cad. Único	
(471) 3.3.90.14.00.00.00.00.00.1002 – Diárias - Civil – (Rec. Fundo Nacional Assistência Social - FNAS)	**R$ 200,00**
P. A: 2.222 – Manutenção do Bloco da Proteção Social Básica - PSB	
(455) 3.3.90.14.00.00.00.00.00.1002 – Diárias - Civil – (Rec. Fundo Nacional Assistência Social - FNAS)	**R$ 900,00**
Órgão: 10 – Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Lazer	
Unidade: 10.02 – Esporte	
P. A: 2.104 – Manutenção e Encargos com Departamento de Desporto	
(389) 3.3.90.14.00.00.00.00.00.0001 – Diárias - Civil – (Recursos Ordinários)	**R$ 1. 000,00**
Órgão: 13 – Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento	
Unidade: 13.01 – Gabinete do Secretário	
P. A: 2.107 – Manutenção e Encargos com o Planejamento	
(248) 3.3.90.33.00.00.00.00.00.0001 – Passagens e Despesas com Locomoção – (Recursos Ordinários)	**R$ 500,00**
TOTAL DA ANULAÇÃO	**R$ 17. 000,00**

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 07 de agosto de 2019.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Gestão 2017/2020

TABELA DE FONTES DE RECURSOS

Recurso	Descrição	Valor
0000	Recursos Ordinários	9. 000,00
0001	Receitas de Transferências de Impostos - Educação	2. 500,00
0046	Transferência de Recursos do SUS provenientes da União	2. 000,00
0202	Receitas de Transferências de Impostos – Saúde	1. 000,00
1002	Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	2. 000,00
0043	Transferências de Recursos do Estado para Ações de Assistência Social	500,00
Valor Total do Crédito:		**17. 000,00**

Recurso	Descrição	Valor
0000	Recursos Ordinários	9. 000,00
0001	Receitas de Transferências de Impostos - Educação	2. 500,00
0046	Transferência de Recursos do SUS provenientes da União	2. 000,00
0202	Receitas de Transferências de Impostos – Saúde	1. 000,00
1002	Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	2. 000,00
0043	Transferências de Recursos do Estado para Ações de Assistência Social	500,00
Valor Total da Anulação:		**17. 000,00**

PLANEJAMENTO
DECRETO 070/2019 DE 07 DE AGOSTO DE2019

DECRETO Nº 070/2019

DE 07 DE AGOSTO DE 2019.

Abre Crédito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação, em conformidade com a Lei Municipal de nº 1.644 de 07 de Agosto de 2019 e dá Outras Providências.

O Sr. **ABMAEL BORGES DA SILVEIRA**, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA

Art. 1º - Abre Créditos Adicionais Suplementares no valor de R$ 545. 267,44 (Quinhentos e quarenta e cinco mil, duzentos e sessenta e sete reais e quarenta e quatro centavos), adicionando recursos no Orçamento do Município exercício de 2019, proveniente do Excesso de Arrecadação, destinado ao reforço de dotação orçamentária do orçamento vigente.

Art. 2º - O Crédito Adicional Suplementar, nos termos do artigo 1º desta Lei, será coberto pelo recurso proveniente do excesso de arrecadação da receita de custeio, nos termos do § 1º, inciso II do artigo 43 da Lei Federal n°. 4.320/1964, conforme demonstrado no calculo de tendência de excesso de arrecadação - Fonte: **00.02.0000**- Contribuição Custeio Serviços Iluminação Publica – COSIP, em anexo.

Art. 3º - O Crédito Adicional Suplementar referido no artigo 1º,, será desdobrado ao nível de elemento de despesa segundo a modalidade de aplicação e recurso, através deste Decreto Municipal.

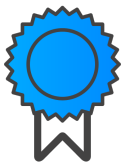
Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 07 de agosto de 2019.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Esse documento foi assinado por

	**Signatário**	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Wed Aug 21 22:31:57 UTC 2019
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170115676103352402
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)